



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2792/2019

Aos doze dias do mês de março de dois mil e dezenove, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Marcelo Hansen (1º Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; João Batista Alves Rodrigues (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; Cláudia Remião Franciosi (Titular) e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sérgio Luiz Brum (Titular) e Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Sérgio Koren (1º Suplente) e Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: José Romani Dutra da Fonseca (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maria Elisabete Marques (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Sabrina Lobeira Teixeira, Secretária Executiva, servidora da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Balanço das Finanças da Prefeitura de 2018, com o Secretário Municipal da Fazenda Leonardo Busatto; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 19h00min. **1. ABERTURA**. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade: Boa noite a todos. Dando início a nossa reunião do CMDUA, agradeço à presença de todos, sejam bem-vindos após a diminuição de ritmo do verão, onde fizemos menos reuniões, ordinariamente, do que a gente faz. Então, retomamos o ano com as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nossas reuniões dentro do ritmo a partir de hoje. Quero registrar como correspondências recebidas, alteração do conselho, em substituição ao Caciano Ferreira a Luana Angélica da Rosa Nunes, que está presente. A Luana já é conselheira do Conselho do Meio Ambiente. Então, seja bem-vinda, Luana, também no Conselho do Desenvolvimento Urbano Ambiental. Também registro a correspondência recebida, a alteração nos quadros da representação da EPTC, que a nossa conselheira Rovana sempre se fazia presente, ganhou neném e o Marcelo Solet saiu da EPTC, foi para o DETRAN. E a Carla, que era a 1ª Suplente está na Secretaria de Saúde. Então, a EPTC teve alteração completa, o Fábio é o titular, que hoje é o Presidente da EPTC, o Marcelo que já participou da outra reunião e está aqui como 1º Suplente. E a Júlia também está presente como 2ª Suplente. Sejam também bem-vindos, obrigado por estarem aqui conosco. Essas correspondências serão encaminhadas para publicação no DOPA com validade a partir da reunião de hoje. Quero também comunicar os senhores conselheiros, e agradeço a presença da Aline, que se faz presente, a Aline está nos deixando e fez questão de vir se despedir. Agradeço a Aline, sempre atenta aqui, um apoio fundamental. Eu quero publicamente te agradecer, Aline, pelo trabalho desenvolvido no âmbito da secretaria e fazer este registro perante o conselho, porque nós temos este convívio semanal aqui e mais do que isto todo o apoio à retaguarda que a secretaria e na pessoa da Aline exercia para os senhores conselheiros. Então, faço este registro e se alguém quiser se manifestar que fique à vontade. Muito obrigado por estar aqui e até breve. Nós fizemos um convite para o Secretário da Fazenda, o Leonardo Busatto, para fazer uma pequena apresentação a vocês de algo que é fundamental, que todo porto-alegrense deveria conhecer. E quando eu vi essa apresentação pedi ao Secretário Busatto que viesse a este conselho, por tudo que representa, este colegiado. Então, ele deve estar chegando em breve, quando ele chegar a gente entra nesta pauta das finanças da prefeitura, que é algo, repito, de fundamental importância para conhecimento de todo cidadão, mais notadamente dos senhores. Como o Secretário Busatto ainda não chegou vamos seguindo a pauta, assim que ele chegar a gente conclui o ponto e passa a palavra a ele, até porque é uma participação que deve durar poucos minutos, 20, 30 minutos. De qualquer forma, não é uma pauta extensa. O cidadão Alexandre Dias nos procurou, pediu 2 minutos. Tem um microfone na sua frente, ele é lá do DMAE. Então, o senhor tem 2 minutos para fazer a manifestação, conforme requerimento previamente. **Alexandre Dias, Servidor do DMAE:** Boa noite a todos. Sou servidor do DMAE há 26 anos. Como vocês bem sabem, recentemente nós passamos por uma séria crise na cidade em relação ao abastecimento e nós estamos muito preocupados com isso, porque foi um problema muito sério na cidade. E agora a Câmara Municipal, através da Frente Parlamentar em Defesa do DMAE, está organizando uma reunião temática para ser debatida sobre a crise do abastecimento de água em Porto Alegre, onde a gente pretende fazer uma discussão mais detalhada sobre os aspectos que levaram a esta crise, o que pode ser feito para evitar que no futuro a gente tenha problemas semelhantes. Solicitei ao meu amigo e colega Sérgio Brum, deixei com ele alguns convites, que fará chegar às mãos de cada um, porque esta reunião será no dia 19/03, às 18h30min, na própria Câmara Municipal. Então, a gente vem convidar este conselho importante da cidade a se fazer presente, porque este também é um tema de extrema relevância e entendo que vocês também devam estar interessados, por isso a gente veio aqui fazer este convite. E agradeço mais uma vez ao secretário por ter aberto este espaço, porque é importante a cidade e os espaços públicos de organização estarem sendo utilizados para a gente poder discutir questões importante para o nosso dia a dia. Muito obrigado, Secretário Maurício e obrigado a cada um, a cada uma, por ter me dado esta oportunidade. Muito obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da **Sustentabilidade - SMAMS**: Obrigado, Alexandre. Conforme requerimento, está dado o recado. O Secretário Busatto, está a caminho. Então, só para avisá-los. Conselheiro Furtado, o senhor pediu a palavra. Bom, a Sabrina vocês já conhecem, a nossa servidora. E quero apresentar também, que vai nos apoiar aqui no conselho, o André, o famoso Andrezinho, servidor antigo da prefeitura, de OP, de vários eventos, Carnaval, enfim. É o André Luiz, mas pode chamar de Andrezinho sem nenhum problema, porque eu o chamo de Andrezinho, mas é carinhosamente. Seja bem-vindo, André. Muito obrigado. Eu conto com o apoio de vocês para o André ir se familiarizando com as rotinas do conselho junto com a Sabrina. O João Batista, conselheiro da SMIM, pediu a palavra, depois o Sérgio e o Paulo Jorge. **João Batista Alves Rodrigues (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**: Boa noite, presidente. Boa noite, Conselheiros. Eu só gostaria de comunicar, a convite da Secretaria de Relações Institucionais, nós comparecemos hoje pela manhã na plenária do Fórum dos Conselhos Municipais. Lá foram tratados, basicamente, dois assuntos, o primeiro em relação ao projeto de lei encaminhado pelo Senhor Prefeito à Câmara de Vereadores, modificando a legislação no que diz respeito aos conselhos. O segundo assunto tratado foi a questão de infraestrutura para o funcionamento dos conselhos municipais. Eles estão fazendo um levantamento, já receberam algum retorno de alguns conselhos e estão aguardando para quando completarem este recolhimento de dados encaminharem ao prefeito para que possam conseguir uma estrutura adequada para o funcionamento dos conselhos. E eles pediram também que trouxesse ao conhecimento do CMDUA esses assuntos tratados e que fosse designado pela mesa deste conselho algum representante do conselho, oficialmente, para comparecer nas reuniões do Fórum dos Conselhos Municipais. Essas reuniões acontecem todas as segundas terças-feiras de cada mês. Era esta a comunicação, obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Tem algum requisito? **João Batista Alves Rodrigues (Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**: Não. Somente alguém oficialmente representando o CMDUA. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**: EU só vou fazer uma complementação que o senhor estava falando. Hoje existe um apontamento do Ministério Público que está de responsabilidade da SMRI sobre esta pauta. Então, há um apontamento de que as secretarias precisam prover um pouco mais de cuidados, orientações, enfim. Então, também estamos acompanhando isso. A própria presidente do Fórum esteve com o vice-prefeito e foi dessa reunião que surgiram esses encaminhamentos. Nós estamos com uma equipe técnica visitando cada um dos conselhos, mapeando onde estão, como estão, quais as suas condições, para justamente termos uma visão geral da situação dos conselhos. E entendo importante que o CMDUA possa estar neste Fórum, porque a ideia é congregar os mais de 26 conselhos que a Cidade de Porto Alegre tem e que a gente possa debater, pensar todas essas questões da cidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Secretário, em 2016 e 2017 eu representava o CMDUA no Fórum, não tenho interesse em continuar e sugiro que sejam eleitos dois ou três, um titular e dois suplentes. De repente aproveitar uma dessas reuniões e fazer isso. O Fórum também mandou uma documentação para cadastro do conselho. Como eu ainda recebo as comunicações do Fórum dos Conselhos, eu fui me atualizar pelas mensagens e fiquei sabendo que a Aline respondeu pelo CMDUA, aquele questionamento todo que fizeram, mas a sugestão é esta: um titular e dois suplentes. De repente sugerir que seja um de cada área, se for o caso. Era isso, Presidente. Obrigado! **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**: Eu gostaria de fazer um



comunicado que a RGP. 04 vai sediar o Fórum da região, juntamente com os moradores. É para a cidade em geral, estamos fazendo o convite a vocês para participarem. Nós estamos sendo apoiados pelo Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB, o Laboratório Cidade em Projeto da UFRGS; com o objetivo de movimentar uma ação para pensar a cidade, a comunidade. Vai acontecer dia 16, sábado, das 9 às 13 horas. Será a primeira oficina do Projeto Plano Populares de Ação. Haverá também uma palestra sobre projetos especiais de segundo grau, envolvendo temas como especulação imobiliária, financeirização, habitação e infraestrutura urbana, ministrada pelo Núcleo de Pesquisa em Economia Urbana. Logo após será realizada uma oficina para construir o perfil da região. O Coletivo Ambiente Crítico e o escritório modelo Albano Wolkmer são apoiadores dessa iniciativa. O patrocínio é do Conselho de Arquitetura e Urbanismo da CAU. Outra coisa, eu falo por mim e grande parte dos colegas, sentiremos muita falta da Aline, que muito eficientemente trabalhou junto com todos, suprimindo as nossas necessidades, correndo para lá e para cá. Então, vai fazer grande falta. Obrigada. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Nós estamos em comunicações, Presidente? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na verdade, não, mas não tem problema. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou levantar um assunto de pauta, que é o seguinte: na pauta 2791 foi o Diretor do DMAE. Existia um processo que eu estava relatando, que era do Jayro Amorim, não está mais na pauta. Depois eu gostaria de saber porque não está mais na pauta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** APARTE. Depois o Conselheiro Gomes vai esclarecer, tem motivos para isso. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Segundo, alguns conselheiros ontem participaram da audiência pública, sobre aquele processo... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Sérgio, se me permite, ontem tivemos quatro conselheiros e mais alguns suplentes na audiência pública. Eu proponho que no Item 3.1, que é o referido processo, embora a gente não vá votar esse processo, que a gente entre no ponto. É importante a gente fazer um amplo debate. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não vou falar especificamente sobre ele, mas é uma coisa que eu já tinha falado com a Cláudia, também com a Patrícia, que lá levantaram um aspecto que essas que passam na CAUGE, foi falado que às vezes não passa na comunidade. Eu acho que isso é uma coisa que o senhor deveria, não sei se junto à SMDE, que, na verdade, está com as comissões, como poderia organizar isso. A Cláudia me disse que estava organizado na forma de levar a listagem do Orçamento Participativo, mas, na minha opinião, eu acho que não basta isso para definir quais são as demandas que as regiões têm. O que acontece aqui? Eu lembro que um processo, dois, três até, lembro que o Hermes comentou, alguém pede uma coisa aqui que não temos noção de valor. Como fica essa negociação toda que foi feita? A comunidade às vezes não tem noção do que realmente aquilo representa em valor financeiro, fica aquela discussão se podemos ou não fazer isso, se isso fica relatado. Então, é uma confusão que existe, é uma sugestão a ser melhorada essa parte. Minha opinião, se a região vê, deveria voltar para a CAUGE, mas em dois processos não aconteceu isso, não voltou para a CAUGE, ficou no relato e não vai acontecer nada. Se a comunidade pediu algo e está no relato só, não vai acontecer nada. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Então, estamos meio que em comunicações. Só para fazer um convite a todas as pessoas e entidades presentes, o Brasil possui um Plano Nacional de Saneamento, para orgulho dos técnicos da área do



saneamento, felizmente, é um plano que foi implantado há 04 anos, seguindo a metodologia que todos os planos propõe a cada 04 anos. Ele tem que ser anualmente avaliado, há 04 anos revisto e este plano implantado na época pelo Ministério das Cidades, hoje o Ministério do Desenvolvimento Urbano, tem sido acompanhado por um GT de vários órgãos e entidades. Então, está mostrando eficiência na sua implantação para o Brasil que 500 e poucos anos viveu sem plano, que nesse período, por ter completado os 04 anos está em consulta pública. Então, eu convido as outras entidades que divulguem, na medida do possível, podemos passar via Whatsapp para o grupo inteiro, que o Plano Nacional de Saneamento está em consulta pública. Qualquer entidade ou cidadão pode fazer a sua contribuição a um plano que a gente entende um dos mais importantes para o nosso país. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu registro a presença do Secretário Leonardo Busatto, que veio honrosamente nos prestigiar. O Paulo Jorge e o Hermes pediram a palavra, depois a gente entra na pauta. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Quero convidar amanhã, quarta-feira, dia 13, para a reunião da Micro 05, vai ser lá no Postão, às 19 horas, falando sobre a trajetória da Vila Tronco, também das contrapartidas da Multiplan, questões sociais para desenvolver, também avaliação do empreendimento do Zaffari que está sendo feito na Aparício Borges e também sobre o planejamento da Micro 05. Amanhã também haverá uma apresentação de um grupo da UFRGS, que estão fazendo na região sobre mobilidade urbana saudável, pelo Arquiteto Júlio Vargas. No dia 06 ele vai fazer uma apresentação para a Grande Cruzeiro sobre seu projeto. Se alguns conselheiros puderem estar nesta reunião de amanhã, no Postão, às 19 horas, para essas questões e sobre as moradias que o DEMHAB não fez, só prometeu e não tirou do papel. Júlio, eu faço questão que tu estejas lá, porque o bicho vai pegar! Secretário, se o senhor puder estar amanhã no Postão, é muito importante por causa da Multiplan, das manobras que estão existindo e nós não vamos aceitar. As regiões estão se unindo para esta discussão. E quero pedir pauta novamente aqui dentro, pedir ao Secretário para tirar aquela comissão de conselheiros para acompanhar nas regiões as contrapartidas sociais, porque não saem do papel e as pessoas querem saber o que está existindo por trás dessas empresas que são demandas. Está aí a Região 02 colocando, o que são esses empreendimentos dentro das regiões. Nós não sabemos! Nós votamos os empreendimentos e cadê as contrapartidas? Uma delas é a Multiplan, que entrou para a região, é um monstro! Nós não temos acesso a nada, só sabemos que está na mão de fulano, de fulano, bate na porta aqui, ali e não consegue ter acesso. O conselho aqui tem este papel. Então, Secretário, peço que tire uma comissão de conselheiros para acompanhar esses processos. Nós precisamos encaminhar também o Plano Diretor, este ano é o debate do Plano Diretor da Cidade de Porto Alegre. Até agora não vi se vai ter alguém acompanhando junto à Câmara. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Depois nós vamos ter comunicações. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Só quero aproveitar e agradecer à colaboração da Secretária Aline, desejar a ela sucesso na sua caminhada. Depois vai ter debate sobre a audiência. Sérgio, se eu bem entendi, tudo que nós falamos sobre as comunidades e as melhorias que a gente pretende reivindicar para a comunidade, que não somos ouvidos, enquanto não houver diálogo com a CAUGE, no mínimo que a CAUGE escute este conselho, dificilmente vamos chegar onde tu tenhas também este sonho que a comunidade seja bem atendida de alguma forma. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Boa noite, Secretário. Boa noite, Secretário Busatto, obrigado pela presença.



Primeiro, também quero agradecer a Aline pelo tempo que esteve aqui conosco, mas eu pedi a palavra em função da reunião que foi divulgada pelo Colega Alexandre. Essa reunião conflita com a próxima terça-feira, 19/03. Então, peço que a gente já possa resolver isso, porque é importante que os conselheiros participem e não participando fica prejudicada essa reunião, até porque o diretor do DMAE quando esteve aqui, a totalidade ficou bem preocupada, porque ele disse textualmente que nós estamos à beira de um colapso de distribuição de água e produção de água em Porto Alegre. É uma discussão urgente, além da discussão com a comunidade que nós temos que fazer. O senhor deve estar informado, Secretário, mas entre as aprovações ou decisões feitas neste conselho, uma é que não se aprovaria grandes empreendimentos enquanto não houve uma luz no fim do túnel. Com todo o respeito, mas é uma irresponsabilidade. Não é oposição ou politicagem, o diretor do DMAE veio aqui, está gravado, e nos apresentou este quadro que eu até diria que é desesperador para Porto Alegre. A gente sabe que investimentos na habitação geram empregos, geram dinheiro, mexe com a economia e de repente a gente é comunicado... E há muito tempo vem se denunciando isso, os funcionários do DMAE, desse problemão para nós. Outro assunto que eu quero trazer, já que eu fui citado, eu acho que seria interessante que alguém da PGM, eu acredito que hoje a PGM faça esse trabalho, apresentasse os critérios que são feitos nas negociações de contrapartida. Não sei se foi o Sérgio, mas a população não sabe, não tem ideia dos valores, mas os funcionários também. Então, tem que ter algum critério, não pode partir da cabeça de alguém, para esse empreendimento eu vou pedir tanto de contrapartida, porque essa empresa é grande, essa é pequena, como o próprio representante do SINDUSCON, o teu colega, ele disse que teve um empreendimento que pediram uma contrapartida que era totalmente inviável. Então, seria interessante até para os conselheiros entenderem como funciona, uma apresentação de quais são os critérios, como é? O empreendimento é pelo valor? É um percentual do valor? É a cara do freguês? É o porte da empresa? Isso é fundamental para que a gente possa discutir Contrapartida aqui. Obrigado, Secretário.

Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, conselheiro. Eu antecipo esta questão de contrapartidas, é algo que o governo está se debruçando para esclarecer, inclusive, tornar mais isonômico este processo, que vai exatamente ao encontro do que os senhores colocam. Gomes, só para esclarecer o Sérgio ali, para não passar muito tempo, por gentileza. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tá, ok. Sérgio, aquele processo que tu estavas relatando, estava em vista, eu convoquei o arquiteto responsável, o Jayro, para ir até a Região 06 e ele disse que houve uma desistência do processo. Eu comecei a insistir com ele para que formalizasse, a Aline também insistiu que ele formalizasse se vai desistir ou não. Há um mês, então, ele formalizou a desistência, desistiram daquele empreendimento. Eu pedi que colocassem na nossa pauta com a observação de desistência, mas a pessoa encarregada esqueceu de fazer isso. É para deixar registrado, não é uma coisa que simplesmente sumiu. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Lógico, porque além de eu ser o relator e não saber o que estava acontecendo. Eu acho que deve vir o que aconteceu. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi falha nossa, a gente assume o engano. O fato é que o requerente desistiu, não temos mais o que analisar aqui. Então, Secretário Busatto, obrigado mais uma vez por ter vindo. Eu sei que a sua agenda é bem pesada e nós temos a rotina de estar aqui e se programa, mas muito obrigado. **2. Balanço das Finanças da Prefeitura de 2018, com o Secretário Municipal da Fazenda Leonardo Busatto. Leonardo Busatto, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:**



Obrigado. A agenda de todos é muito pesada, o dia a dia é corrido. Também peço desculpas pelo atraso, eu estava em outra agenda. Eu aceitei o convite do Secretário Maurício para uma breve apresentação, uma explanação breve, mas também histórica para relatar a situação financeira da Cidade de Porto Alegre, da Prefeitura de Porto Alegre. Talvez isso não seja de conhecimento da maioria e, infelizmente, por uma questão até histórica do setor público nunca é muito transparente, que pese o dinheiro seja de vocês. Na verdade, o dinheiro da prefeitura é de impostos que as pessoas pagam e não existe a transparência que eu entendo e que as pessoas entendem necessário para saber de onde vem o dinheiro e para onde vai o dinheiro. Então, a minha missão é tentar, brevemente, explicar a vocês de onde vem o dinheiro da Cidade, para onde vai o dinheiro da Cidade de Porto Alegre e porque a cidade tem tantos problemas que decorrem da falta de dinheiro. Então, vou tentar fazer essa breve explanação e, posteriormente, ficar um pouco mais para tirar algumas dúvidas. Já foi de antemão pedir desculpas, porque não vou poder ficar até o final, mas fico o tempo necessário para tirar as dúvidas de vocês. A gente sempre ouviu falar que a situação financeira da Cidade de Porto Alegre era boa. Isso era, pelo menos de senso comum, uma realidade, em que pese que quando vamos nos debruçar sobre os números e enxergar aquele dado que, realmente, é o dinheiro disponível que a prefeitura tem para realizar serviços públicos, tirando o dinheiro que é vinculado ou carimbado, alguma coisa, a gente olha que tem um histórico, pelo menos nos últimos 13 anos, de déficit vermelho. O que é déficit? A prefeitura gastou mais do que arrecadou. Exceto de 2008 e 2011, que depois vamos demonstrar o porquê houve um superávit... Óbvio, teve alguma situação da economia, tem uma receita maior, mas foi, na verdade, influenciado por receitas que a gente chama de “extraordinárias”, aquelas que acontecem uma vez só, seja a venda de alguma coisa, seja um empréstimo, que resultou em azul, um superávit. No último ano, olhando só os recursos do Tesouro, que é o que temos à disposição da Prefeitura, foi de 75 milhões, mas foi influenciado por uma série de receitas, tanto do estado, quanto do próprio município, que foram antecipadas de 2019, que se não tivesse tido essa antecipação seria de 187 milhões de déficit. A gente pergunta: se fosse uma família, uma empresa ou o nosso condomínio que gasta há tanto tempo muito mais do que arrecada, o que teria acontecido? Teria quebrado! A empresa teria fechado, a família teria se desfeito ou teria grandes problemas para sobreviver e o síndico do condomínio teria sido destituído. Ah, mas isso é um problema conjuntural do Brasil, problema de déficit, o setor público, os estados e municípios estão quebrados! Sim, é verdade! Porém, nenhum está tão quebrado ou com uma situação financeira tão ruim quanto Porto Alegre, se eu considerar as capitais. E não somos nós, eu Secretário da Fazenda, o prefeito, que estamos dizendo, quem diz é a Secretaria do Tesouro Nacional, que é a pior capital na disponibilidade de caixa, ou seja, de dinheiro na conta para fazer frente às suas despesas. E eu peguei uma frase, que não é nossa, é do Tesouro Nacional, que diz que Porto Alegre apresentou o pior índice, com uma disponibilidade de caixa negativa, sendo incapaz de arcar despesas caso não obtenha novas receitas. Então, é um diagnóstico que não é nosso. Infelizmente, para nós que somos porto-alegrenses é um diagnóstico que nos deixa muito desanimados. Na verdade, até com certa restrição, porque Porto Alegre é entre as capitais com a pior situação financeira. Não é à toa que os nossos serviços públicos estão com esta qualidade que a gente tem. Nós estamos pior que Maceió, que Macapá, Boa Vista, pior que todas as demais capitais. E a pergunta: como que Porto Alegre sobreviveu? Se a gente gasta muito mais do arrecada, alguma coisa a gente deve ter feito. O que a gente fez? O governo porto-alegrense... E todos nós somos responsáveis, porque o governo é um ente eleito por todos e a cada 4 anos muda. Então, em 2017 se vendeu a folha de pagamento, a gente vendeu para a Caixa Econômica Federal o direito de ter a



folha dos servidores públicos municipais, a Caixa pagou 87 milhões. Só se vende uma vez, esta venda é por 5 anos, mas ajudou em 2017. Em 2011 vendera novamente a folha, se vende uma vez. Todo mundo sabe que a gente não pode vender o sofá da sala para comprar o jantar, porque no dia seguinte vai ter jantar, mas não vai ter sofá, mas se vendeu em 2011. Aí a situação financeira econômica do Brasil e financeira da cidade pioraram. Em 2013 fizeram outras ações para poder cobrir o déficit. Ou seja, a despesa já era bem superior à receita. Uma delas, que provavelmente o DMAE já apresentou, o DMAE antecipou um dinheiro que deveria ser pago ao longo de 15, 20 anos, para a prefeitura em 2013, 122 milhões. A prefeitura pegou o dinheiro e pagou o quê? Despesa corrente, pessoal, previdência e suas despesas. Sacou depósitos judiciais. Quem é advogado sabe o que é depósito judicial, que é quando há algum conflito na justiça e uma das partes deposita em juízo. Então, esse dinheiro foi sacado. Em 2014 a situação também se agravou, tivemos a Copa, tinha que fazer as obras e investimentos e se vendeu mais uma vez a folha de pagamentos, 101 milhões. Em 2015 foi feito um Refis, teve devolução do dinheiro da Câmara, o aerolevante também auxiliou para a sobrevivência. Em 2016, mais uma vez o DMAE pegou dinheiro do seu Caixa, antecipou os contratos de financiamento para a prefeitura, que pegou o dinheiro e usou para pagar a sua despesa corrente. Isso foi feito em 2016, no total entre todas as ações, 254 milhões. Ou seja, quase R\$ 800 milhões ao longo desses últimos anos foram de receitas não ordinárias ou extraordinárias, que ajudaram a cobrir o déficit, ou seja, não tem mais o que vender. Então, esse foi um dos motivos que Porto Alegre sobreviveu até agora, usando o famoso caixa único. O que é caixa único? É quando eu pego o dinheiro de todo mundo, de fundos, de autarquias, coloco tudo no mesmo bolo e pego “emprestado”. Então, quando a gente olha que o que foi usado do Caixa Único, o antigo Fundo da Copa, o dinheiro vem da venda de desconstrutivo, naqueles índices de solo criado, 77,9 milhões que deveriam ter sido aplicados nas obras da Copa, foi utilizado, através do Caixa Único, em “empréstimo” para cobrir o rombo da prefeitura. A taxa de cota de lixo, 43 milhões, deveria ter sido aplicado e coleta de lixo. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, que é uma demanda da cidade, venda de índice construtivo de solo criado de (Inaudível), até 300m², venda de balcão, R\$ 40 milhões, que foram utilizados ao longo dos anos para cobrir despesa corrente. O próprio Fundo do Meio Ambiente foi utilizado via Caixa Único. O dinheiro é só uma dívida, a prefeitura deve para os fundos. Ou seja, além de todas aquelas receitas extraordinárias, foram utilizados recursos emprestados, deveriam ser devolvidos em algum momento, ou terão que ser devolvidos em algum momento para cobrir despesas gerais da prefeitura. Foram feitos grandes investimentos com esse dinheiro, foram feitas grandes obras, foi aplicado em melhoria de serviço? Não, foi utilizado para pagar a própria máquina, a estrutura pública inchada, gorda da administração pública municipal. Outro detalhe importante, mas vamos resolver, vamos aumentar o imposto municipal, vamos fazer alguma coisa assim. Ou eu reduzo a despesa, ou eu aumento a receita. Só que, infelizmente, Porto Alegre somente 29,2%, menos de 1/3 da receita do município vem dos impostos próprios (IPTU, IPBI e ISS). Além de todo problema de muita despesa, mais de 70% das receitas do município, ou não são receitas nossas, que nós geramos, ou seja, são transferências do estado (ICMS, IPVA), ou da União (Fundo de Participação dos Municípios, despesas do SUS) ou são receitas vinculadas, é dinheiro carimbado, dinheiro do DMAE, FUNDEB, recursos da previdência, operações de crédito, como é esta da orla e operações para as obras da Copa, e outras receitas que não deveriam ser utilizadas para cobrir despesas que são livres, que não só vinculadas. O caso do DMAE é um caso clássico, não posso pegar dinheiro do DMAE para pagar despesa de pessoa da saúde. E quando abro esta pizza em mais fatias eu vejo que a prefeitura tem uma série de fontes de



recursos que faz com que a gente não tenha – ah, vamos resolver o problema de um imposto, de uma transferência? Não, a maior fatia dessa pizza é o ISS, é pouco mais de 15%. E a segunda maior fatia é o ICMS, que é dinheiro que vem do estado. Ou seja, não é fácil aumentar receita, porque eu tenho que trabalhar em todas essas fatias da pizza. O que queremos demonstrar? Pegando só os impostos de administração nossa, a participação na receita corrente, que é aquela que eu normalmente arrecado, ela até aumentou, foi para 33% em 2018. Eu vou comparar com outras capitais, São Paulo com mais da metade da receita é gerada pelos seus próprios esforços. Rio de Janeiro é 46%. Vitória é 36%. Belo Horizonte 34% e depois fica mais ou menos na média. Somente São Paulo gera mais da metade da sua receita. Então, comparar muitas vezes Porto Alegre com São Paulo – Ah, São Paulo é melhor asfaltada! Ah, São Paulo tem mais segurança. Bom, São Paulo gera a maior parte da sua receita. E a maior parte desse recurso é do IPTU, que Porto Alegre cobra bem menos do que as demais capitais. Bom, tem um monte de receita ainda, só 6 bilhões de receita. Para onde vai o dinheiro? Quando eu olho 2018, Porto Alegre gastou R\$ 6.047.000.000,00. Eu vou abrir aquilo que foi em serviço efetivo da população. Os servidores municipais também prestam um serviço à população, mas ninguém presta serviço público no posto de saúde sem medicamento, sem utensílios, assim como o professor não dá aula sem luz, sem água, sem mesa, sem cadeira. Ou seja, é necessário, mas não é suficiente. Então, quando a gente tira a questão de pessoal, porque é uma despesa que é dada, não tem como demitir, não tem como reduzir, é uma despesa que é dada. Tirando o pessoal, tirando as despesas que são do próprio DMAE, que não posso pegar recurso do DMAE para pagar. Se eu tirar a dívida de coisas que já foram contratadas no passado e estamos pagando para bancos. Financiamentos também, que é dinheiro que eu paguei de financiamentos, a orla foi um recurso de financiamento que foi pago, recursos das obras da Copa, ou seja, recurso carimbado. Tributos que tenho pagar, repasses para sustentar a EPTC e a Carris, porque são empresas públicas, os precatórios também são dívidas. O que sobra para atendimento à população, em custei, que é a merenda escolar, o tapa buraco, a capina, repasse para hospital e outros? Fica 1.921.000.000,00. Mas é um monte de dinheiro, né? Para onde vai esse dinheiro? Em pessoal hoje a prefeitura gasta 3.357.000.000,00, 60% do meu gasto é para servidores ativos, já 40%, a cada R\$ 10,00 que eu pago de pessoal, quatro estou pagando para quem já se aposentou ou quem está em casa. Ou seja, mesmo que eu esteja gastando um bom valor de pessoal, 40% é de pessoas que já trabalharam na prefeitura ou são pensionistas de quem já trabalhou. Quando eu vou abrir esses dados mais alarmantes ainda, é que nos últimos 5 anos, o número de servidores ativos, são quase 3 mil trabalhadores a menos. São quase 3 mil aposentados u pensionistas a mais. Significa que hoje nós temos no Município de Porto Alegre mais gente em casa ligada à prefeitura do que efetivamente trabalhando. Isso demonstra uma série de questões. Primeiro, há necessidade de discutir a questão da Previdência, as pessoas estão se aposentando muito rapidamente, são 3 mil pessoas a mais. O município não consegue repor as pessoas que estão saindo, porque se eu não consigo pagar em dia quem está hoje, como eu posso pensar em aumentar o quadro de pessoal? Eu sempre digo, Porto Alegre é o estado daqui 10 anos. Se não mudarmos vamos estar falando igual ao estado que não pagou o salário dos servidores de fevereiro e deve terminar de pagar o salário dos servidores estaduais de fevereiro dia 27/03, três dias antes de começar a pagar o salário de março. Nós ainda temos a chance de não chegarmos a este nível que está o estado. Poxa, tem muitas pessoas nas secretarias, mas, na verdade, a maior parte dos funcionários está na Saúde, na educação e no DMAE. O restante do pessoal está espalhado em cargos gerais. Aqui é a questão da previdência, que para mim é a questão mais alarmante que temos hoje no município. Não é



à toa que temos a fazer as reformas necessárias, tanto em termos federais, quanto municipais. O que eu arrecado de receitas previdenciárias, tanto a contribuição do servidor, quanto a parte patronal, comparado com a despesa, hoje essa diferença é de R\$ 917 milhões. O mais grave é que tem aumentado mais de R\$ 100 milhões por ano. Ou seja, os porto-alegrenses pagam um ano de ISS ou um ano e meio de IPTU para cobrir o déficit da previdência. Então, esse dado é alarmante, porque o crescimento é muito alto. Sendo que para resolver o problema de drenagem de toda Porto Alegre seria de R\$ 3 bilhões. Poderíamos estar investindo R\$ 1 bilhão, mas vai ser alocado dos nossos impostos que nós pagamos para pagar a previdência pública municipal. Por fim, ponde vai o dinheiro do custeio do dia a dia, do gasto corrente da máquina? R\$ 913 milhões vão para a saúde e ainda sim temos dificuldades. A educação, R\$ 247 milhões só de gasto corrente, a educação de Porto Alegre é a que mais gasta por aluno de todas as capitais do país e é o terceiro pior resultado, que demonstra também uma dificuldade, porque não é gastar mais, é gastar melhor. Depois o DMAE com R\$ 225 milhões e está faltando água. E não é porque falta gente para abrir a torneira ou para consertar a casa de bombas, esta faltando água porque faltam investimentos no DMAE, falta para fazer a estação de tratamento da Ponta do Arado, para fazer novas casas de bomba, ou seja, falta investimento em bens para levar água para toda a cidade. A FASC também R\$ 142 milhões e precisaria ser muito mais. Serviços urbanos, o antigo DEP, a drenagem, R\$ 78 milhões. A SMIM, se gastou R\$ 37 milhões em custeio, aqui está todo o tapa buraco, nós deveríamos ter gastado uns R\$ 60 milhões para deixar a cidade mais ou menos lisa, se buracos. Então, temos uma situação complicada. Nós temos um problema estrutural, histórico, porque se gasta mais do que se arrecada. Porto Alegre está em um conjunto de dificuldades financeiras do Brasil, mas é a pior entre as capitais, nós fizemos escolhas erradas ao longo do tempo e essas coisas erradas não são de governos, é a população em geral, nós decidimos gastar mais do que arrecadamos. Temos um problema previdenciário muito grande, que requer uma reforma não só federal, como municipal. Tem que ser claro, porque – ah, não existe o déficit da previdência! A gente ouve esse papo, que até pode ser discutido em nível federal para INSS. Agora, previdência pública é deficitária na união, nos estados e nos municípios. Eu sou servidor e vou trabalhar até os 80 anos daqui a pouco, mas a conta não fecha. As pessoas se aposentaram recentemente com 42 anos, com 43 anos. Esses dias eu falei com uma pessoa que se aposentou com 58 anos, ganhando o teto do estado, R\$ 30 mil. Ela não fez nada de errado, ela se utilizou da regra que existia, mas tem que mudar. Então, o conjunto de dificuldades da Cidade de Porto Alegre requer medidas duras, medidas que refletem na vida de todo mundo. Porém, o caminho a gente tem seguido de redução de despesas, já foi feito, está sendo feito, mas nós temos que aprofundar em três grandes pilares, a questão de pessoal, a questão previdência e a questão das receitas é discutir o problema do IPTU, porque hoje Porto Alegre, gente que tem casas e apartamentos muito caros paga menos IPTU do que de pessoas que têm casa humildes. Ou alguém acha que a região do Jardim Europa se valorizou a mesma coisa de quem ora no Rubem Berta nos últimos 28 anos? Se alguém me disser que valorizou não entro mais o assunto, mas se valorizou aí uma região em relação a outra a gente tem que cobrar mais. Nós temos que discutir a planta do IPTU, que por duas vezes não passou na Câmara de Vereadores e vamos tentar novamente, porque é uma necessidade. Porto Alegre é a única capital do país que atualizou a planta do IPTU em 8 anos. Então, era isso, desculpa se me alonguei demais. Obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Busatto. Assim, eu propus esta pauta porque é fundamental que a gente conheça isso, números são números, estão ali. Vou passar o microfone, vamos começar por este lado. Vamos definir 3 minutos para cada



um, pode ser? Estamos de acordo? Então, por favor, Lívia. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Muito obrigada. Eu quero agradecer a tua presença aqui. Eu tenho algumas considerações. A primeira consideração é que em 1.500 um autor chamado Thomas More escreveu um livro chamado Utopia, onde ele colocava a questão da sobrevivência dos idosos na sociedade. Ele dizia que é muito triste o lugar onde seus idosos não podem viver em paz sendo sustentados por aqueles que eles próprios os criaram. Então, essa questão da previdência é uma questão secular e eu acho que nos leva para algumas questões para a cidade, e uma tem a ver diretamente com o CMDUA. Então, não é uma pergunta para ser respondida, Secretário, mas para a gente refletir. Como que com esse déficit todo a prefeitura anuncia que está pensando em comprar consultoria para avaliação do CMDUA, sendo que existe o CMDUA aqui, o conselho para este tipo de avaliação? Outra questão importante é isto é colocado – “esta é a situação!” A questão é que os gestores públicos tem que tratar do planejamento. Então, qual é a proposta? O IPTU se aumentar e se duplicar vai cobrir aquele déficit, se ele for duplicado, vai cobrir 2 anos do déficit previdenciário. Então, não vai ser o IPTU que vai resolver essa situação da prefeitura. A questão é como a gente planeja uma cidade. Eu acho que esta questão precisa ser discutida: como vamos planejar esta cidade? Se duplicar o IPTU, como os dados mostram, nós vamos pagar um ou dois anos de déficit previdenciário, menos, pior ainda. Então, qual é a proposta? o papel do gestor público é propor. Qual é a proposta? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos fazer uma rodada, umas 4, 5 participações e passo a palavra ao secretário. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Inicialmente, cumprimentar o Secretário Busatto que veio nos trazer esses dados. Nós também temos nos debruçado sobre os dados da prefeitura nos últimos meses, principalmente em face do Projeto de Lei nº 02, que está na Câmara, que está tentando buscar R\$ 16 milhões à custa dos servidores, dos engenheiros e arquitetos, de todos os servidores da prefeitura. Nessa análise dos dados nos chamou atenção que no balanço orçamentário de 2018, publicado pela prefeitura, tem um superávit de R\$ 366 milhões. Se eu considerar que a folha da centralizada é da ordem de 100 milhões, com um superávit de 366 milhões poderia ter pago até o 13º sem problema nenhum. Depois, receita corrente lida, de 2017 para 2018 cresceu 6,1%. Isso significa 5,6 milhões. A despesa de pessoal no mesmo período diminuiu 100 milhões de 2017 para 2018, ao contrário do que vimos nesses gráficos aí. Isso é 3,1% a menos. Isto é dado da prefeitura, Secretário. Comprometimento da receita corrente líquida com a despesa de pessoal, hoje é de 48,64%, bem abaixo do limite da lei de responsabilidade fiscal. Nós estamos na faixa dos 51, pagando sem problema nenhum. Depois o alegado déficit previdenciário, as projeções, aí precisa ressaltar que os servidores que ingressaram a partir de 2013 contribuem para o sistema de capitalização, não mais a repartição simples. E na capitalização, o que vai pagar a aposentadoria desses servidores são os valores que estão sendo colhidos por empregador e empregado ao regime hoje. Aí a gente vai para as projeções atuariais da previdência e verifica que as taxas de aumento do déficit crescem cada vez menos. Daqui há 8 anos esse déficit se estabiliza e reverte, passa a diminuir. Nos 10 anos seguintes o caixa da prefeitura vai se aliviar em uns 500 milhões ao ano e em 20 anos 1 bilhão ao ano. Então, parece que o horizonte não é tão terrível quanto está sendo divulgado pela prefeitura. Este último aumento de 3% na contribuição previdenciária dos servidores também já desonerou um pouquinho mais o município. A economia pretendida com o PLCE 02/2019, queria e o Secretário comentasse, é de 16,4 milhões ao ano. Uma folha é 106 milhões mensais, uma folha anual é 1.378.000.000,00 e alguma coisa por aí.



Então, com este projeto que vai prejudicar 25 mil servidores e talvez uns 11 mil inativos, nós vamos buscar uma economia de 1,1% ao ano. Porto Alegre é o pior dos municípios no aspecto caixa, mas aí a gente descobriu também que o endividamento de Porto Alegre é um dos mais baixos do Brasil, 1,2 bilhões. E a gente sabe que o limite autorizado pela legislação é qualquer coisa em torno de 6,8 bilhões que podemos endividar, com a questão de gestão dessa dívida. E aqui neste conselho eu gostaria de colocar o seguinte, a última lei de regularização que o Município de Porto Alegre fez foi em 1986. Eu estava na ativa ainda e a Prefeitura de Porto Alegre recebeu cerca de 35 mil processos em que os proprietários de imóveis confessaram a existência de uma área maior e esta área foi imediatamente lançada pela Secretaria da Fazenda na época, com oneração e o imposto foi cobrado logo em seguida, 35 mil imóveis. Vamos imaginar que cada um (Inaudível) uns R\$ 300,00 no seu IPTU atual e a gente pode calcular quanto dá isso. Então, regularização desde 86 não tem nada, tem uma demanda enorme na rua e o município não vai buscar. Logo que cheguei aqui estava conversando com o Arquiteto Jorge Diogo de Jesus, somo amigos há muitos anos, quando ele dizia: “Brum, tem um monte de dinheiro para a prefeitura buscar, porque se ela aprovar 500 empreendimentos que estão trancados há 1 ano aí já entra um bom dinheiro”. Então, Busatto, essas são duas sugestões, mas na minha associação nós reunimos 42, conversando com os técnicos da prefeitura, com quem conhece. Prosseguindo com a política do nosso atual prefeito de desprezar os técnicos do município e só acreditar em consultorias, provavelmente, não vão chegar sugestões tão válidas quanto. São 42 sugestões para aumentar a arrecadação. Eu entendo que ao invés de acabar com a carreira dos servidores, como pretende o prefeito, através do PLCE 02, eu acho que a gente deveria buscar corrigir alguns problemas da prefeitura e aumentar a arrecadação. Pode ser que consiga acabar com a carreira dos servidores, e eu me preocupo enquanto cidadão em que tipo de servidor ingressará na prefeitura a partir daí, e que tipo de serviço nós poderemos prestar à população com servidores que trabalham nesses ambientes caindo aos pedaços e com salários ínfimos. Eu não sei! Para quem não conhece a realidade da prefeitura, vou apontar um dado que o secretário vai me rebater e dizer que tem coisas em cima, mas o salário básico de um engenheiro na Prefeitura de Porto Alegre é de R\$ 2.200,00. Ah, mas dobra com a dedicação exclusiva. Dobra, vira quatro e pouco, mas isso para 6 horas é muito inferior ao salário mínimo profissional da Lei nº 4.950, mas o prefeito quer reduzir isso, quer que o RDE só se aplique... (Manifestação fora do microfone). É, tem, conquistada com muita luta, mais um básico, mas o prefeito quer aplicar o RDE não sobre o básico, mais adicionais. Aliás, ele está extinguindo tudo. Ele quer aplicar o RDE sobre o básico, isso já significa uma perda imediata, Busatto. A economia que estão buscando aí é ínfima e os prejuízos são incalculáveis aos servidores. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu considero muito importante a vinda do Secretário Leonardo Busatto ao conselho para fazer a apresentação desses dados estarrecedores sobre Porto Alegre. Hoje cada um de nós de Porto Alegre sente a cidade devastada, sente uma cidade precarizada, sente uma cidade que vive abaixo da arrecadação que a cidadania provê. Basta nós conselheiros aqui, que convivemos com este prédio no último ano, nós vimos o que é a condição que se encontra um prédio importante da administração pública de Porto Alegre. E ele não deve ser uma exceção, o Secretário deve saber disso, há muitos outros prédios precarizados agudamente em Porto Alegre. É importante a sua vinda e a pergunta que eu faço é exatamente quais as propostas que são feitas para solucionar esse problema? Eu acho muito importante o encaminhamento do diálogo com um conselho municipal como o nosso. Eu espero que o senhor possa fazer isso nos outros conselhos também, mas eu fico triste, porque eu acho que de um lado é muito positivo o diálogo que o



senhor enderece para todo este complexo, um grupo de pessoas que provem das mais diferentes regiões de Porto Alegre, de diferentes profissões. Isto é muito bom, mas eu vejo com dificuldade propostas que são de caráter... Vou usar uma palavra forte, Secretário, terrorista, aterrorizar servidores – Nós vamos baixar seus salários! Nós vamos reduzir as suas vagas! Aterrorizar os aposentados – Vai terminar o seu privilégio! Vai terminar a sua vida! Dizer isso para os vovôs e para as vovós, também para aqueles que estão chegando ouvir esta posição é terrível e não é uma boa política. Por outro lado, dizer aos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre – Nós vamos aumentar o IPTU! Aumentar o IPTU de Porto Alegre, segundo as interpretações que vocês estão fazendo, é um absurdo. E neste sentido eu saúdo a Câmara de Vereadores de Porto Alegre que defende a cidadania, que defende a cidadania, que defende a população de Porto Alegre evitando esta sanha rapina, de rapina sobre a população, Secretário. Eu acho muito forte isso. Então, eu consideraria... E acho que os conselheiros aqui assinariam isso, todos os conselheiros e conselheiras aqui gostariam muito de poder dialogar concretamente, oferecendo, como o Colega Sérgio Brum oferece 42 sugestões do seu núcleo de funcionários públicos de Porto Alegre para que se discuta isso em um ambiente mais harmônico. É o seguinte, Secretário, se nós vamos assumir prejuízos e nós temos que dividir sacrifícios, isso tem que ser bem conversado. E nós não podemos simplesmente colocar um projeto de lei, empurrar goela abaixo e obter por artimanhas legislativas para se vitoriar dessa forma. Eu acho que se o senhor está interessado em dialogar, como nós acreditamos que sim esteja, é importante que haja este espírito de respeito e harmonia em relação aos vários setores da população. Obrigado.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa noite. Mais uma vez agradeço ao secretário pela presença. Fica difícil, porque, na verdade, nós não podemos fazer uma discussão ideológica e de gestão. Bom, eu sou funcionário aposentado da prefeitura, trabalhei 40 anos, faltavam 15 dias para trabalhar para completar 40 anos na Secretaria do Planejamento. Lá naquela planilha de custo e despesa, o senhor fala em despesas do DMAE, eu não entendi o que são essas despesas, mas como eu disse não cabe a nós fazermos uma discussão ideológica ou de gestão. Eu acho que isso é a principal da falta de arrecadação de Porto Alegre. Eu fiz parte de um grupo que criou o Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano, o tal de “solo criado”, lá no tempo em que o Arquiteto Nulgen era o coordenador de um grupo de trabalho. A ideia deste fundo é um instrumento regulador, não é um instrumento arrecadador, mas ele terminou virando um instrumento arrecadador. O que eu quero dizer com isso é que no momento em que se tem os funcionários, os técnicos, os funcionários de todos os níveis, desde um gari do DMLU que trabalha com ódio, pega um saco de lixo e atira para fora do caminhão ao invés de atirar para dentro, como eu vi esses dias... Eu sei que são terceirizados, aí é pior ainda, porque ele vai para a rua e vai continuar fazendo. Se não houver uma política de gestão de pessoal com qualidade, como a corrente liberal hoje, porque antigamente se dizia que a gente era empregado, no Sindicato dos Arquitetos é empregado. Realmente, é empregado. Modernamente se diz que são colaboradores e são parceiros, só que a parceria que se propõe, e este é um problema muito importante na prefeitura, não existe parceria. Eu dizia quando era supervisor do planejamento, quando algum secretário queria escantear alguém, eu dizia: nós vamos pagar os técnicos, todos os funcionários todos os meses direitinho, desconsiderar o trabalho dele é a maior burrice que tem, porque continua pagando. Tu não és o patrão que bota para fora e economiza na folha. E a prefeitura deve estar pagando a metade dos funcionários que estão lutando contra o prefeito, contra a gestão. Isto é uma realidade, não é especulação, é realidade, porque a gestão da prefeitura é muito ruim. Desculpa os termos, mas é isso mesmo, é muito ruim! A segunda questão que eu quero



trazer é em relação aos aposentados. Eu vou copiar o teu termo, mas é um terrorismo para forçar este conselho a aprovar, ou pelo menos se calar a todas as barbaridades. Eu como funcionário aposentado que contribuí por 40 anos, eu fiz a minha poupança, eu não sou aposentado que está dando custo para a prefeitura, eu fiz a minha poupança e continuo fazendo. Eu não sei se vocês sabem, aposentado da prefeitura continua contribuindo com 14% do seu salário. Então, isso é um discurso não ético. Outra questão que também não é ética, Secretário, com todo o respeito, eu estou tentando falar de forma respeitosa, mas o termo correto é este, é “ética”. Não é ético aposentar ao aposentado do estado, que ganha 30 mil lá no teto como exemplo. Hoje mesmo eu ouvi a notícia, quando o Governo do Estado anuncia que 80% dos funcionários receberam seus salários, ele fala em salário de 4, 5 mil, até menos. Eu queria que desse exemplos para não fazer terrorismo, com o salário médio da prefeitura, com o salário do agente administrativo, com o que ele vai se aposentar. Isso é um jogo de desinformação. Parece que todo mundo na prefeitura se aposenta com R\$ 30 mil. Eu não conheço ninguém, não é blefe, mas eu não conheço nenhuma pessoa na prefeitura que tenha se aposentado com este valor. Para encerrar, tem dados que me deixam preocupado, uma vez falei com o Colega Luiz Gomes sobre isso e ele ficou brabo, mas a gente lança verdades... Assim, a educação de Porto Alegre é a pior do país e a que gasta mais, aliás, é a que gasta mais. Eu gostaria que este trabalho ficasse conosco, senão a gente joga assim essas coisas. Eu me criei na Secretaria de Planejamento e na Prefeitura de Porto Alegre sendo referência. A gente sabe o déficit, sabe de tudo, mas a gente também sabe que o Tribunal de Contas tem um cálculo diferente sobre gasto de pessoal, tem sérias contradições dentro do que diz o Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e os dados que a prefeitura apresenta no discurso para os funcionários, não lá quando apresenta os dados, porque aí é diferente. E só para encerrar, a prefeitura gastou mais de R\$ 500 mil nesses últimos meses com o aluguel de um prédio que ficou desocupado, para justificar essa ocupação mandou o pessoal que era do antigo Planejamento, antiga SMOV, para esse novo prédio, que não tem a mínima condição de acessibilidade. Eu estou falando porque eu tentei ir lá. É um prédio que para ser público, para ser visitado pelos engenheiros, arquitetos, pela população em geral, não tem a mínima condição de acessibilidade. Eu até brinquei com os colegas, depois que tu chegas no 15º andar é legal, mas para chegar lá... E este prédio aqui com o mesmo valor poderia ser reformado, restaurado, com o mesmo valor dos 3 milhões de aluguel que vai ser o custo daquele prédio por 3 anos e mais o que se bota fora. É aí que está a economia, é no feijão com arroz. E não é também botando CC para comprar vereador para votar contra os funcionários. Encerro. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sou obrigado a registrar que a gente tem o problema de um prédio ruim aqui, aí foram os servidores para o prédio bom, mas é ruim também. Então, não agrada a todos também. (Manifestações fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não pode ficar em branco. Tem uma proposta feita pelos técnicos da SMOV, que foi mandada pelo secretário anterior da SMOV, o secretário do Prefeito Fortunati, que consta um restauro. O pessoal não sairia do prédio e seria recuperado o prédio. Desculpa, mas eu não posso aceitar isso assim, parecer que tudo é errado! Parece que quanto pior melhor. Não é isso! É ao contrário, a secretaria faria uma reforma dentro deste prédio. Os técnicos que fizeram isso se aposentaram quando começou este desmonte. Nós estamos mandando os técnicos embora, quem pode vai embora. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, respeito o seu ponto de vista, mas temos estudos de viabilidade disso. Por favor, conselheiro. **José Romani Dutra da Fonseca (1º**



Suplente), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite. Primeiro, colocar uma questão que sabidamente não é consenso em nível nacional sobre a previdência pública. É bem provável que nós tenhamos sim um déficit acumulado aqui na Cidade de Porto Alegre, não sei a quantas andam as aplicações do PREVIMPA, mas penso que devam estar bem encaminhadas, porque a previdência pública que os políticos que estão hoje alojados no poder são “zeros e vezeros” de dizerem desse déficit estrutural da nossa previdência pública. É só acessar a técnica que mais entende do tema, que é a Maria Lúcia Fatorelli, que faz uma radiografia intensa, completa e absoluta sobre o blefe do déficit da previdência pública brasileira, que é seguridade social, saúde e assistência social, que está debaixo do guarda chuva da previdência. Existem 8 fontes de financiamento, eles só pegam a questão da saúde. Não falam da desoneração financeira para vários setores empresariais, não falam de que em vários setores empresariais não depositam um tostão sequer sobre o seu lucro líquido, que é de lei. Então, é um blefe para que a gente venha a engolir o tal do déficit estrutural da nossa previdência pública. Por último, saúde e educar é onde a gente se gasta, correto, não tem como não ser assim. Por que o povo pobre da Lomba do Pinheiro e da Bom Jesus vai ter a gestão de seus postos entregue a terceirizados? Isso é ou não é o aumento das despesas do setor? É! E ontem foram pegos de surpresa com a entrega da gestão dos seus postos de saúde sem a mínima conversa com os interessados para dizer que vão abrir um processo licitatório, para entregar, quem sabe, para aqueles gestores que aparecem de vez em quando com sapiências tiradas não sei de onde para resolver o problema de atendimento do povo. Eu gostaria de saber se tem dinheiro para gastar com terceirizado assim, como tem para consultores, que pipocam de todo lado na prefeitura. **Leonardo Busatto, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** Eu entendo a questão dos colegas, é justificado, porque são os sindicatos, defensores dos colegas que são servidores da prefeitura, eu só não posso deixar passar com as mentiras aqui, algumas coisas que são absurdas. O PL que prejudica os inativos, tu falaste que há 16 milhões a custa dos inativos. Ah, o terrorismo com os inativos! Vocês sabem, o projeto não muda uma vírgula dos inativos. Quem está aposentado já está garantido, já incorporou... (Manifestação fora do microfone). Mas o servidor que se aposentou já tem seu direito garantido e adquirido. (Manifestação fora do microfone). Mas aqui é uma questão profissional, né, não precisa descrever, né. Bom, vamos deixar assim. Aí fica digamos, porque a gente não consegue nem usar a constituição federal de direito adquirido, que as pessoas já estão aposentadas e que vão ter redução salarial. Bom, aí é difícil, porque não vamos chegar a lugar nenhum. Então, essa é uma questão importante, sei que os colegas têm as suas defesas. Eu também sou servidor público concursado, tudo bem, mas falar em terrorismo com velhinho aposentado eu acho um pouquinho demais. A questão dos 16 milhões a custa do servidor, a gente não está reduzindo nenhuma remuneração atual. Nós estamos propondo diminuir o crescimento automático dos servidores, algo que a União já fez a mais de 20 anos, o Estado também, por isso não acabou a carreira pública, eu fiz concurso depois disso, muitos colegas fazem concurso depois disso, farão concurso depois disso também. Se não quiserem escolher a carreira pública também é uma opção. Agora, é uma posição do governo, da prefeitura, nossa visão que o gasto de pessoal cresce acima do desejável e é uma discussão com os vereadores. Eu ouvi elogiar a Câmara por não aprovarem a planta de valores do IPTU. O meu colega falou ali em projeto arrecadatário, que aumenta, não sei se ele leu o projeto, também não sei se ele foi na internet e fez a simulação do seu imposto, porque é um pouco complicado, nós não podemos aumentar a receita, a conta tem que fechar. Eu estou a tua disposição para discutir, porque o projeto foi feito absolutamente 100% por técnicos concursados da prefeitura. Inclusive, os números que o Sérgio coloca aqui, todos foram feitos por colegas servidores da prefeitura não tem



nenhuma consultoria. Todos os meus gestores são servidores públicos da prefeitura, concursado. Se tiverem alguma dúvida podem falar com o Paulo Fontoura, com o Vanderlei de Sousa, com o Gilberto, com os colegas que há muito tempo militam na prefeitura, sabem os números e sabem que a prefeitura estava quebrada sim, avisaram os gestores da época. Então, vamos falar a verdade! Vamos combinar, R\$ 91 milhões é do DMAE. Vamos pegar dinheiro do DMAE para pagar servidores, como já foi feito, aí vai faltar água? R\$ 320 milhões foi o superávit do PREVIMPA capitalizado, que é para garantir a aposentadoria dos futuros servidores. Vamos pegar este dinheiro? Não vamos, né! Vamos pegar dinheiro de operação de crédito, que foi financiamento para fazer a orla, a obra da Copa para pagar servidor! Poxa, há 2 anos a gente discute isso. A gente tenta colocar, ninguém precisa concordar. Foi perguntado quais são as propostas, a gente apresentou as propostas, algumas foram aprovadas pela Câmara, outras não. A gente poderia discutir todos os números. A questão do colega, que contribuiu a sua vida inteira para a previdência. Os servidores até 2003 contribuíram com um valor, se eu não me engano, eles contribuíam com 4%, que era para o antigo Montepio. Os servidores públicos não contribuíram para a previdência, o regime de previdência é um regime solidário... (Manifestação fora do microfone). Não é assim, Sérgio, vai me desculpar. Não existia contribuição previdenciária. (Manifestação fora do microfone). Exatamente, o governo arcaria. Exato, é uma dívida do município. O déficit é real. Então, assim, hoje os tributos municipais da prefeitura pagam 917 milhões para faltam para a cobertura dos servidores municipais pensionistas. Se a sociedade e as pessoas entendem que isto é injusto, ok, é uma decisão de quem paga imposto em financiar esta diferença. Manifestação. Não cai para 400, vai me desculpar! Daqui 10 anos vai chegar no ápice que é 1 bi... (Manifestação fora do microfone). Não precisa calcular, porque os próprios colegas de vocês que são servidores públicos do PREVIMPA já fizeram este cálculo e tem isso publicado na LDO, está no site do PREVIMPA. O fato é que, daqui 10 anos vai reduzir, né? E o que a gente faz até lá? Bom, eu até gostaria de receber as 42 propostas que vocês têm, porque nunca chegou até a mim. (Manifestação fora do microfone). Mas pode mandar para mim, não tem problema nenhum. Estou à disposição, tu me conheces há mais de 2 anos. A questão da fonte do gasto por aluno versus a qualidade em educação. Então, vamos colocar, um estudo feito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, está disponível no site, estabeleceu que o custo aluno da Cidade de Porto Alegre, entre gasto de educação pelo número de alunos é o maior gasto entre todas as capitais. E o IDEB era o terceiro pior e 2017. Então, o custo aluno do Município de Porto Alegre é o maior entre as capitais e o IDEB é o terceiro pior. E desculpa, a Maria Lúcia Fatorelli eu conheço ela bem, ela é longe de ser, mas longe de ser a maior especialista em previdência... (Manifestação fora do microfone). Claro, mas é a minha opinião, assim como a tua é. Então, estou só registrando. Inclusive... (Manifestação fora do microfone). Não é causa liberal, só estou dizendo... Bom, cada um no seu ponto, mas o fato é que ela fala muito em INSS, o que eu falei é RPPS, é Regime Próprio de Previdência Social. Bom, se a Maria Lúcia Fatorelli é a maior especialista eu discordo, respeitosamente. Agora, quem estuda a previdência, ela não é uma atuária, mas quem é atuário conhece mais o tema. Certamente, o que ela fala do blefe da previdência eu considero, eu e todo mundo que estuda atuariais, que não é correto.

Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Uma questão importante, até o até de 1998, com a Emenda nº 20 da Constituição, no serviço público não havia obrigatoriedade de contribuição previdenciária. Era o método de que a geração que trabalhava pagava a geração aposentada. Após a Emenda 20, em 98, que houve a contribuição do servidor público. Não estou falando de INSS ou Montepio. Em relação ao IPTU, quero dar um testemunho, o



784 IPTU do meu apartamento, quando fui pagar, e a tabela está ali no site, o simulador, o meu
785 apartamento é avaliado em mais ou menos uns R\$ 500 mil, o valor (Inaudível) dele este R\$
786 160 mil e não acho justo isso com a sociedade. Aí fui para o simulador, porque o
787 aumento... E é o posicionamento pessoal de quem já escreveu artigo até no Jornal do
788 Comércio apoiando essa alteração do IPTU. O aumento do meu, eu pago mil e poucos de
789 IPTU, não ocorre, porque tem tanto redutor que hoje não tem alíquota baixa, que o valor
790 venal entra no critério que vale e baixa em R\$ 0,5 o imposto. Então, não tem aumento, tem
791 redução de alíquota e ampliação dos imóveis mais baratos. Eu até gostaria que o meu
792 IPTU aumentasse, porque um colega que tem escritório em São Paulo e aqui, em São
793 Paulo ele paga R\$ 3 mil por mês de IPTU, no aqui daqui, mais ou menos do mesmo
794 tamanho, ele paga R\$ 2 mil por ano. Nem ao céu e nem ao inferno, mas essa é a
795 realidade. Conselheiro Adroaldo. (Manifestação fora do microfone). Eu vou sugerir assim, o
796 trabalho de desestatização das escolas tem funcionado muito bem. Nos postos de saúde, e
797 a gente pode assumir aqui de trazer o Secretário da SAÚDE para fazer uma análise depois
798 de 6 meses de implementado. Eu não tenho dúvida que a população vai aprovar o trabalho.
799 Vamos fazer esta análise. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**
800 **Planejamento Dois – RGP. 2:** Agradeço a presença do secretário. Eu sempre ouvi dizer
801 que quando o município ou alguém quer aumentar a sua receita tem duas alternativas, é
802 criar novas receitas sem onerar o contribuinte que já está onerado, enforcado, ou diminuir
803 as isenções. Nós sabemos que no município tem muitas isenções em grandes empresas,
804 mas nisso ninguém fala, só se fala no terror, parece que estamos em uma casa mal
805 assombrada, o tem desgrça. Todos nós entendemos um pouco, pelo menos da conta da
806 vida, se eu tenho uma despesa fixa não posso esperar que o vizinho me traga dinheiro, eu
807 tenho que correr atrás e aumentar a minha receita. A questão de lançar mão dos fundos,
808 no Conselho do Idoso nós estamos muito mal de criatividade, no caso do IPTU pior ainda.
809 Eu acho que deveríamos fazer uma campanha que quem acha injusto o IPTU que paga
810 que passe a doar a diferença para o município. É impossível nós líderes comunitários
811 explicar para a nossa comunidade que eles têm que pagar mais IPTU, porque é justo, para
812 ajudar a pagar as contas do município. Em relação à educação, são mais 200 instituições
813 comunitárias que assumiram por convênios a educação infantil. Essas instituições
814 assumem uns 15 funcionários que não são do município. Então, são mais ou menos uns 2
815 mil servidores a menos que estariam onerando o município. O município está
816 economizando na educação, se gasta demais são com escolas do município, porque com
817 as escolas conveniadas com o município não tem grande gasto. E gostaria de saber qual o
818 valor por criança por mês. Pelo o que eu sei são R\$ 500,00 por criança, por mês. É muito
819 pouco! O maior gasto não é na conta da educação, com certeza. Obrigado. **Jorge Diogo**
820 **de Jesus (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura –**
821 **ÁREA:** Agradeço a presença do Secretário. O senhor falou que é difícil aumentar a
822 arrecadação do município. Ao mesmo tempo disse que uma das fontes seria o IPTU. Não
823 seria o caso de não aumentar o IPTU e sim criar novos meios de IPTU? Eu confesso que é
824 difícil o senhor fazer isso, porque Porto Alegre tem no momento um sistema de aprovação
825 arcaico, onde um projeto leva anos e anos para ser aprovado. Então, o senhor não tem
826 chance de criar novo IPTU. E não é só o IPTU, nós temos outros impostos que vão
827 influenciar. Eu não entendo, o senhor diz que não tem dinheiro, mas abandonam uma mina
828 de dinheiro, que é a aprovação de projetos. Nós temos hoje mais de 500 projetos parados
829 na prefeitura e aí de 20 a 30 milhões de índices construtivos, que as pessoas precisam
830 querer pagar e não conseguem, a burocracia não permite. Talvez esteja faltando
831 experiência a vocês secretário, porque vieram todos de fora, não tem gente da ativa. Eu
832 entrei na prefeitura com 19 anos e trabalhei toda vida em revisão de projeto. Obrigado.



Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Eu acho que ficou bem claro que receita e despesa é o assunto. Quero reforçar a última colocação do Jorge aqui, do conceito de aprovação, que eu acho que é um ponto que vai ter que ser discutido, até para poder aprimorar a aprovação junto às comissões. A gente vê que é um trabalho exaustivo dos funcionários que estão fazendo este trabalho hoje. Nós temos 10 ou 15 funcionários para aprovar uma cidade, a exemplo da SMAMS com um excesso de licenciamentos, assim como outras secretarias com um trabalho bem exaustivo. Outros pontos também, em às burocracias. Temos uma Câmara de Vereadores que tem que ser parceira da cidade, porque a gente vê muitas vezes 2 horas de comunicações e os vereadores não falam nada com nada. Eu acho que neste momento o executivo enxergue que a Câmara de Vereadores é o ponto a trazer como parceiro. Sem a Câmara de Vereadores o prefeito não vai aprovar nada. Demorou 2 anos para o prefeito entender isso, que se não tiver maioria na câmara não vai ter aprovação de projeto de nada. Agora está começando a ir para o caminho de aprovar alguma coisa para melhor ar a situação financeira do município. O IPTU, entendo que é um processo mais rápido para arrecadação, porque muitas vezes as pessoas parcelam. A previdência não é da noite para o dia, leva tempo para começar a retomar. O solo criado, que agora dá para comprar mil metros no balcão, eu acho que é uma boa arrecadação. Eu queria saber qual é a estimativa do solo criado, o que o governo tem hoje na arrecadação do solo criado? Qual a estimativa para a arrecadação do próximo IPTU? Nós temos que saber receita, porque a despesa a gente sabe, a desgraça da falta de recurso, a crise. Nós tivemos uma reunião com o Secretário Carlos Siegle e o vice-prefeito, faz 2 anos que estamos escutando a mesma coisa de falta de recurso para atender as demandas do OP. Também, secretário, queria saber em relação aos termos de compromisso. Os termos de compromissos firmados com o município que atendem as contrapartidas do município, medidas compensatórias, mitigatórias, a falta de aprovação ou a falta de agilidade nas aprovações faz com que os termos de compromisso não saiam do papel. Esta é uma receita que vai diminuir no custeio da prefeitura, vai aumentar o recurso para o custeio, porque vai deixar de investir dentro daquelas contrapartidas apontadas dentro dos termos de compromisso. E quero saber se a prefeitura está no CADIN, porque se estiver não vai ter condições de fazer nenhum tipo de financiamento. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite, Secretário, obrigado por estar participando aqui. Profissionalmente sou professor da UFRGS e durante 10 anos fui diretor do DMLU nesta cidade, o que muito me honra e que me dá algum conhecimento para sabermos o que estamos falando. Eu acho estranho, pelo menos a gente recebe outras informações de vez em quando e alguns questionamentos quando a sua apresentação não fala nada sobre a questão dos devedores, qual é a dívida que existe de grandes devedores nesta cidade. E nós tivemos há duas ou três reuniões o representante de um dos grandes devedores se apresentando como uma instituição íntegra e a gente ter que ouvir essas coisas. A gente sabe que não é fácil de cobrar, na época do DMLU nós tínhamos ali na Azenha, nº 631, onde tem um prédio de 4 andares dentro do DMLU, que era exatamente a dívida ativa de uma único empresa de construção civil, que tinha seus vários terrenos e o DMLU lançava multas em cima desses terrenos, porque virava um depósito de lixo. Essa empresa para sair da falência teve que quitar a sua dívida com a Cidade de Porto Alegre e uma das dívidas era com o DMLU. A prefeitura não tinha o hábito de cobrar a dívida ativa sob a taxa de lixo, era perdoado. Não sei como está hoje, mas sabemos que há grandes devedores e, provavelmente, é uma cifra não tão pequena. Também movimentação na parte de sonegação de imposto. Aqui ao lado tem aquele



lixômetro, que mede quanto de lixo está sendo coletado. Tem algum lugar aqui em Porto Alegre que a gente passa, que tem a arrecadação de imposto da cidade. Esses dias eu passei na frente do sindicato de pessoal da Receita, dos fiscais da Fazenda, onde tem o sonômetro, o quanto é sonogado na Cidade de Porto Alegre a cada dia. Então, como que a gente combate a sonogação, como que a gente cobre a dívida dos devedores da Cidade de Porto Alegre. Realmente, a gente entra em um impasse. E dias destes eu vi uma multa lançada pelo DMLU... Bem, quando tu és macaco velho é macaco velho, não adianta, não adianta querer se enganar, porque a multa não tinha validade. Quem é funcionário público sabe, só pode assinar multa o fiscal, alguém que passou no concurso para ser fiscal. Essa pessoa pode assinar. Se o Hermes resolver assinar uma multa pelo DMLU, esta multa não tem valor. Eu olhei a multa e o espaço do nome do agente fiscalizador estava em branco. Eu saí do DMLU em 2002, a maioria dos fiscais estava por se aposentar, quantos concursos tiveram para fiscal do DMLU após 2002? Nenhum! Então, é só bater o olho ali e sair defendendo – quero saber quem lançou esta multa? Se eu prefeitura não posso lançar multa, eu diminuo a minha arrecadação. Então, se eu não tenho funcionário, eu diminuo a minha arrecadação. Lógico, funcionário não pode se transformar em agente arrecadador, também não é essa a política, mas existem algumas coisas que são da política liberal. Sinto muito, o senhor pode não gostar, mas é um governo liberal, ele foi eleito com uma pauta liberal. Se eu sou secretário, fui secretário de um governo, fui secretário de um governo de determinada proposição política. Ser liberal não é nenhum desaforo, não é nenhuma agressão, é uma posição política que deve ser respeitada e apresentada claramente para a população. Quando está votando. Hoje eu recebi um videozinho de um senador gaúcho, com o líder do MBL, em uma posição que está no posto oposto meu político, mas que eu respeito, porque ele está lá apresentando um projeto de lei para que a iniciativa privada realmente agora possa dominar a questão do ensino no Brasil. Está lá convicto dizendo que a solução da educação no Brasil é a privatização da educação, na educação superior 70%, já foi 80%, 70% das vagas são privadas. (Sinalização de tempo esgotado). Nada me consta que o ensino da Anhanguera, ali na Cavalhada, seja muito melhor que o ensino da UFRGS, um pouco mais caro, mas acho que traz a qualidade junto. Então, essa questão de arrecadação não são só essas cifras que estão ali. Tem uma dívida e tem a sonogação, o que está sendo feito em relação a isso? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, aproveitando enquanto o microfone passa, só a título de informação. Inclusive, o chefe da fiscalização do DMLU foi cedido pela SMAMS. Então, tem uma turma lá que era da SMAMS, são fiscais de carreira que estão lá. A gente sabe que é um problema mesmo a formalidade do ato administrativo. O próximo conselheiro. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Boa noite. Agradeço às informações que o secretário trouxe. Vou me ater a um evento que foi trazido e demonstrado nas planilhas, que foi o evento da Copa, porque isso vai dizer respeito diretamente às decisões que são tomadas por nós aqui no conselho. Eu acompanhei de perto o processo de elaboração dos projetos da Copa e Porto Alegre foi a cidade que teve em relação a todas as outras cidades sedes da Copa do Mundo a maior quantidade de projetos voltado para o automóvel, de todas as cidades sedes. As outras cidades sedes tinham projetos orientados para o transporte coletivo e a nossa cidade tinha projetos orientados para o transporte individual. Fruto desses projetos e da elaboração dos orçamentos desses projetos, foi de uma parceria com o setor privado, com o SIERGS. Hoje nós não temos os projetos realizados, o Projeto Beira Rio foi finalizado com o dinheiro do caixa da prefeitura, porque a prefeitura não teve acesso aos recursos do PAC da Copa, porque o fruto dessa parceria com o setor privado resultou na ausência de projetos



básicos, projetos executivos. Isso não sou eu quem está dizendo, quem disse isso foi o Tribunal de Contas do Estado. Houve o aumento das obras por uma falta de planejamento por acreditar que o setor privado vai conseguir dar as respostas que o setor público não consegue. Isso faz parte de uma ideologia de orientação política neoliberal do estado mínimo. Hoje a prefeitura de Porto Alegre, o Prefeito de Porto Alegre apresenta a cartela de projetos, a desestatização de vários serviços, a diminuição da valorização do servidor público, a privatização do serviço de saúde, enquanto na Europa, como a França, a Alemanha, que, inclusive, é muito citada pelo governo atual como exemplo, está fazendo o processo inverso, está reestatizando, porque o setor privado não consegue oferecer um serviço de qualidade para a população. E quando se privatiza os serviços urbanos, o cidadão entra na lógica do setor privado, que é de cliente. Na lógica neoliberal o mercado regula tudo, o mercado dá conta de tudo – não vamos nos preocupar, não precisa existir nem planejamento, porque o mercado vai dar conta. Nessa lógica de mercado em que o cliente tem razão, ela só vale quando existe concorrência, quando se trata de serviços urbanos, serviços que hoje são públicos, essa concorrência não existe. Então, não se tem nenhuma garantia de que o serviço vai ser entregue com a qualidade. Se existe um rombo no orçamento de Porto Alegre por causa da Copa, isso tem implicações por causa de uma parceria com o setor privado. E eu acho que o que nos diz respeito aqui é que este evento da Copa foi celebrado como uma maneira de promover o desenvolvimento econômico da cidade. Foi celebrado e incentivado como uma maneira de criar empregos para a cidade, enquanto ao mesmo tempo houve isenções de ISS, ITBI, como o secretário falou, é uma parte da arrecadação da cidade, uma parcela importante da arrecadação. Então, eu coloco e reforço que sim, a aprovação de projetos é importante, porque contribui para o IPTU sim, mas nós aqui vemos uma sistemática de desvalorização do planejamento urbano. Isso, a exemplo dos projetos da Copa, a exemplo da nossa realidade, demonstra como a ausência de planejamento influencia sim em prejuízo e não em desenvolvimento econômico. Agradeço. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, conselheiros. Eu acho que nenhum dos meus colegas de governo pediu a palavra. Eu gostaria de agradecer ao Secretário Presidente deste conselho, ao Secretário Busatto pela apresentação que fez. E dizer que este conselho, quanto tripartite da sociedade civil organizada, das regiões de planejamento e dos próprios membros do governo são bastantes críticos. Este conselho, por ser um dos mais antigos, é bastante crítico e bastante diversificado. Eu acho importante que no momento em que um governo assume traz um conjunto de propostas e é muito interessante que este trabalho todo realizado foi feito por técnicos concursados. Especificamente na questão da fazenda, esse levantamento econômico, foi feito por técnicos da própria prefeitura. Sempre haverá questões contrárias, posicionamentos contrários, incluindo questões político partidárias, que não é o caso aqui. Este conselho quer ver a questão de planejamento urbano ambiental do Município de Porto Alegre. Todos que estão aqui presentes lutam por isso, com posicionamentos dos mais divergentes possíveis, mas o importante é a participação e a presença, com a fala de cada um de vocês. Então, Secretária Busatto, eu acho muito interessante que as 42 propostas apresentadas pelo SENGE sejam encaminhadas. Leve adiante! Não quer dizer que serão aceitas ou não, mas é a contribuição de um grupo de engenheiros, de técnicos, que participaram, deram seu valor ao seu trabalho na prefeitura. Então, que receba esses documentos, analise, faça crivo da parte técnica. É disso que nós precisamos. Dizer que o governo não tem proposta... Não, as propostas foram apresentadas. Tem dificuldades políticas para aprovação na Câmara de Vereadores? Tem, mas não importa, mas creio que todos estão a fim de ver o desenvolvimento do município. Gastamos muito mais do que arrecadamos? Há muito tempo. Não precisa ser técnico



específico da área, nós já sabemos disso há muito tempo. O governo hoje tem sim propostas claras que tentam diminuir minimizar, porque isso não vai ser feito de um dia para o outro, isso vai demorar décadas, mas são propostas. Quer discutir? Quer ser crítico? Ótimo! Excelente! Este é o fórum, é aqui mesmo! Achei interessante tanto, não a forma como foi feita para trazer o Darci, o Presidente do DMAE, mas veio, assim como o Secretário Busatto veio hoje aqui também e apresentou dados reais, numéricos. Como disse o Secretário Presidente, são números. Então, isso tudo faz parte deste crescimento, deste debate, é importante. Agora, há a necessidade da valorização deste conselho. E vou mais adiante, já pedindo aos meus colegas aqui, a questão da continuidade da nossa pauta. Nós temos condições de discutir, trazer pautas, mas nós temos que seguir na discussão desses projetos que são importantes para a cidade. Portanto, devemos seguir a pauta que nós temos. Vamos inquirir? Vamos inquirir! Mas nós temos que continuar a fazer. Estão discutindo questões de aprovação de projetos? Pois é, nós fazemos parte também da aprovação de projetos deste conselho. Nós sabemos que depois tem a aprovação dos projetos arquitetônicos, o licenciamento ambiental, que, aliás, eu mesmo estou desde o governo do Prefeito Fogaça e fui Secretário do meio Ambiente, hoje atuo no DEMHAB, especificamente na parte da área ambiental. Então, muito importante a presença, não só do Secretário Busatto, mas de todos os outros secretários que quiserem vir aqui mostrar as propostas que o governo realmente tem para a cidade. Contrários ou não, mas que apresentem a este conselho. Nós fazemos parte desta cidade, fazemos parte do desenvolvimento urbano desta cidade, urbano e ambiental. Então, agradeço e parabeno tanto o Presidente quanto o Secretário Busatto. Obrigado. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu não ia solicitar a palavra, mas eu acho que a vinda do secretário foi bem pertinente e faço questão de falar alguma coisa pelo meu sindicato. Primeiramente, agradecer ao secretário de ter vindo expor estes números, que eu não tinha todas estas tabelas, mas todos nós somos sabedores da situação que o município enfrenta. Obviamente, na pauta está colocada que é um balanço, uma apresentação e o assunto se estendeu, desta forma também quero fazer algumas colocações. Primeiro, todos nós sabemos que é um assunto muito difícil e polêmico. Eu acho que todos nós somos sabedores da situação da cidade, independente de números do governo ou outros números que sejam apresentados... (Manifestação fora do microfone). Perfeito! Deixe-me colocar de forma diferente. Independente dos números que aqui são colocados eu acho que é consenso de todos que a prefeitura já vem há muitas gestões em uma situação deficitária, que a gente sabe que a cidade está vivendo. Isto é consenso de todos. Para não entrar no detalhe, o meu objetivo não é entrar na polêmica e no detalhe do que aqui foi colocado, mas é importante que a gente faça esta análise e que tenhamos conhecimento técnico dos números que a Secretaria da Fazenda nos traz. Eu não tenho certeza... Eu até ia brincar, mas a reunião tomou outra dimensão bem mãos oportuna e mais profunda, de que se tinha alguma notícia boa para nos trazer, porque deve ser muito complicado a todo o momento fazer esta apresentação e trazer uma situação, que se os números não são extremamente aceitáveis por todos, sabemos que a situação está periclitante. O segundo ponto é como eu coloquei, eu acho que aqui é o fórum da gente em outro momento exercer essas discussões, que todos já externaram para a gente elevar este assunto de maneira mais concreta ao município. E hoje o secretário veio apenas nos fazer uma apresentação desse tema todo. Como sugestão, Secretário, vou usar as palavras do Jorge de Jesus e do Furtado, nesta linha, sem entrar na polêmica do IPTU, da previdência, etc., não vou me estender nesta linha. A gente há muito tempo faça, principalmente o sindicato, de que uma das soluções é... E está aí a ASBEA falando antes do que o SINDUSCON, de que o



empreendedor é aquele que vai trazer os recursos com os empreendimentos novos da Cidade. Isto é fato, a gente tem números concretos de várias capitais que conseguiram criar um procedimento de aprovação que desse celeridade. E nós “n” capitais que são exemplo, que estamos tentando estudar. Sei que o município também estuda isso com muito afinco, mas como colocar isso em prática que é a grande questão. Então, é importante salientar isso, que esse enfoque que o sistema de aprovação tem... E eu trabalho há 30 anos e é a pior cidade que eu trabalho do Estado, e todos os colegas aqui vão contribuir com isso. E estamos vendo que o novo secretário está tentando fazer uma série de procedimento, mas neste aspecto a gente pode trazer um retorno financeiro muito acentuado. Nós temos números aí que mostram que só os números dos impostos que retornariam ao município se essa grande demanda da nossa pauta, que eu sei que o Gomes ia trazer um dado, principalmente da pauta dos grandes empreendimentos, que pudesse ser célere, nós poderíamos colocar dinheiro de volta no caixa. Então, é como uma contribuição que esta minha manifestação tem, de que pudéssemos enquanto conselho, enquanto prefeitura como um todo, criar esses caminhos. Vocês sabem que o sindicato atua nessa área e está sempre à disposição do município. Nós estamos sempre tentando contribuir. Eu nem vou entrar no detalhe do prazo médio de aprovação de um empreendimento mediando. Os grandes empreendimentos, o Gomes acabou de me dizer, tem um aqui que entrou lá em agosto de 2018. Então, eu preciso também colocar que a gente fala muito aqui no conselho, mas nós temos que também atuar. É a segunda intervenção neste ano que eu venho, que a gente não consegue chegar na pauta. E hoje, obviamente, nós não vamos chegar. Então, para não me estender, eu acho que todos nós devemos fazer um exame de consciência das dificuldades como sociedade que são apresentadas e que esses empreendedores têm desistido da Cidade de Porto Alegre. Um fato concreto que trago é a colocação do Saffer, de – onde está o processo que foi retirado da pauta? Eu conheço o empreendedor, não conheço maiores detalhes do processo em si, porque eu não estava aqui quando foi analisado, mas o empreendedor desistiu do empreendimento. Eu não lembro, mas era um empreendimento de 300 casas. Esse empreendedor só trabalha com Minha Casa Minha Vida, eram 300 residências Minha Casa Minha Vida para o município e que iam gerar todos os impostos que eu já fiz menção anteriormente. (Sinalização de tempo esgotado). O empreendedor que tem condições de tocar desistiu do processo em Porto Alegre, possivelmente vai entregar a área. Então, eu faço isso como exame de consciência, porque quando a gente aqui analisa um processo parece que o sindicato tem algum benefício. A gente tem que pensar a cidade muito mais do que os aspectos ideológicos e políticos. A gente precisa, na prática, eu que tenho escritório particular e atuei toda minha vida como profissional liberal, eu sei o que é fechar o caixa no final do mês. A gente tem que fazer este exame de consciência. Se a gente quer que esta cidade vá para frente não vamos ter o nosso meio ambiente ideal, não vamos ter as nossas vias ideias, nós vamos ter que aglomerar pessoas em algumas situações para que a gente possa trazer este caixa de volta ao município. Aí talvez a gente não tenha que tomar atitudes tão... Não terroristas, absolutamente vou colocar isto, porque não são, mas duras com a sociedade para tentar fechar um caixa, porque fechar um caixa e tentar melhorar a cidade, com o que a gente tem hoje é absolutamente impossível. E para finalizar, todos sabem que o sindicato está à disposição, inclusive, tecnicamente, nós temos pessoas qualificadas para ajudar o município sem custo nenhum. Eu sou uma dessas pessoas que está sempre à disposição de participar de comissões e etc. para ajudar. Então, nessa linha gostaria de encerrar e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Então, para considerações finais passo ao Secretário Busatto. **Leonardo**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Busatto. Leonardo Busatto, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Bom, primeiramente quero agradecer ao convite do Secretário Maurício. Eu gosto muito deste debate, então, às vezes me empolgo com a questão financeira, tanto que estou há 12 anos trabalhando nisso. Então, peço desculpas se me excedi em tempo e em empolgação. Já que foram citadas as questões ideológicas, eu me considero um liberal realmente, não neoliberal, mas liberal mesmo das minhas convicções e liberal em todos os sentidos, não liberal conservador. Não vou entrar em detalhes, mas foi citada a questão da regularização de áreas. Foi feito em 2010 um aerolevanteamento na cidade para fotografar as áreas irregulares ou construções que não foram cadastradas. Isso aumentou a base do IPTU, inclusive, para 2019 estamos prevendo um novo aerolevanteamento, com recurso financiado do BID. Então, é uma questão importante, porque aumenta a arrecadação do município. Uma questão sobre a planta de valores do IPTU, a nossa proposta, ela foi elaborada por técnicos extremamente competentes, todos servidores públicos concursados do município. Quem tiver interesse pode ir na Secretaria da Fazenda, a gente apresenta, faz a interlocução para que possa se discutir o projeto de atualização da planta do IPTU. Em média, quem paga hoje R\$ 500,00 de IPTU vai ter uma redução ou teria uma redução do IPTU com a aprovação desse projeto. E o próprio SINDUSCON, que talvez pudesse ser um dos sindicatos contrários, agregou sugestões e se interessou em discutir tecnicamente. Então, acho que é um tema de u interesse, muita complexidade, muito polêmico, mas que depois de 2 anos pode e deve continuar sendo discutido. Se a Câmara de Vereadores aprovar, então, que seja o melhor projeto para a cidade. Foi colocado sobre o projeto do solo criado, a ideia é que de 20 a 30 milhões sejam receita do médio adensamento, que é de 300 a 1000m², que serão revertidos em investimentos da cidade, o próprio estatuto das cidades define que essa venda de ativo seja revertido naqueles itens do estatuto das cidades. Esperamos até que seja mais a médio prazo. A questão do CADIN, o município não está no CADIN. A questão do devedores, aí é uma coisa que orgulha muito aos próprios servidores da prefeitura, Porto Alegre é a capital disparadamente que mais cobra seus devedores. Hoje a dívida ativa do município é em torno de 2 bilhões, 1 bilhão de ISS, 700 milhões de IPTU e 300 milhões de outras dívidas. Mais de 200 milhões foram cobrados o ano passado de devedores, fruto do trabalho excepcional, referência nacional dos servidores da receita municipal. Eu sugiro, se alguém tiver interesse, o chefe da área hoje é o Rodrigo Fantinel, o Christian, todos colegas da prefeitura. Então, o trabalho é muito bom, é 10%, infelizmente não é mais porque os processos quando vão para o judiciário. Aí tenho que fazer uma crítica. Ficam 10, 15, 20 anos lá, porque o Judiciário tem um monte de varas para cobrar do poder público e poucas para julgar os devedores. O fato é este, é fato! Hoje é bom ser devedor de imposto, porque tu discutes isso por 20 anos, quando vai cobrar o cara sumiu, já não consegue mais resgatar. Ou seja, dever imposto no Brasil, infelizmente, ainda é bom, a gente deveria mudar isso, mas dependemos do Judiciário. A questão do sonômetro, é um sonômetro para todo para Brasil. Se a gente soubesse quem sonega, a gente ia lá e cobrava, né!? Então, se existe um cálculo de sonegação, que eu não confio muito, então, bastaria ir lá e cobrar. Obviamente, existe sonegação, existe gente que não paga por não ter condições, mas é um tema nacional. Eu sou muito favorável não só pela simplificação de imposto, mas que o Judiciário se mobilize o cobrar de quem deve. E para não dizer que a gente discorda de tudo, tem um ponto que quase todo mundo falou aqui, que é um ponto que eu me alinho, sendo parte do governo também acho que a gente tem que lutar para destravar, que é a aprovação de projetos. A aprovação de projetos gera aumento da base tributária, gera renda, gera emprego, gera uma série de benefícios para toda a cidade. Esses projetos têm seus trâmites, o governo no início teve seus problemas, no primeiro ano, acho que agora talvez a gente tenha conseguido tentar achar um caminho.



Então, depende muito das comissões, tem o CMDUA, tem a CAUGE, a CADAP, praticamente todas elas formadas por servidores ou a sociedade civil, que também a gente precisa avançar e evoluir. Então, o meu recado, independente dos números, que são muito complicados, principalmente para quem é leigo. Às vezes o mesmo número pode ter uma visão diferente, conforme quem olha, mas o meu intuito foi trazer o debate, trazer a visão, trazer as propostas que a gente entende que são as necessárias para ajustar as contas. Também reforçar e concordar com todos vocês que a gente precisa ter uma Porto Alegre que gere mais empreendimentos, mais aprovação de projetos, mais empregos, mais renda, porque no médio e longo prazo é isso que vai sustentar, não só a prestação de serviços públicos, mas também ter uma cidade com uma qualidade de vida melhor. agradeço mais uma vez, desculpa ter me estendido. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Busatto, embora a gente tenha se estendido mais do que eu sugeri, eu acho que foi muito produtivo. Tu estás convidado a ficar conosco, mas também sinta-se à vontade para seguir a tua agenda, que eu sei que não termina aqui no dia de hoje. (Aplausos). **3. ORDEM DO DIA. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. RELATOR: SMRI.** Pessoal, seguindo na agenda, ontem nós tivemos uma audiência pública sobre o Projeto 3.01, que não está apto à deliberação, ele está em diligência na prefeitura, na SMAMS. Patrícia, talvez a gente precise do apoio de vocês em alguns pontos, depois vamos encaminhar à PGM. Então, teve a audiência pública, promovida pela Câmara de Vereadores, vários conselheiros estavam lá. Quem quiser dar um pequeno relato, até para compartilhar este ponto. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Bom, o relato que quero colocar a todos é que realmente achei interessante, produtivo. Foi fraterno, eu achei que seria mais pesado, mas todos estavam querendo esclarecer. Estava lá o Campani, o seu Jorge Jesus, a Conselheira Lívia, o meu colega Gabriel. Eu acho assim, houve manifestações querendo ajudar a resolver, porque há um impasse, é um empreendimento muito moderno, com uma visão moderna, está indo para um local que tem muito mais dificuldade do que algo de bom para oferecer para este projeto, mas o empreendedor não está entendendo desta forma. Ele está entendendo que ele é o dono do dinheiro e quer fazer, vai fazer, quem estiver por perto vai aceitar ou não. Eu acho que ainda há muito a conversar por aqui e ajustar algumas coisas. O empreendedor não pode ter esta visão, eu até falei lá, tem que haver o diálogo, o entendimento para que as pessoas que já estão por lá recebam este empreendimento e faça parte dele. Se dividir em parte nova e parte velha alguma coisa não vai dar certo, vai ter prejuízo ali. Eu acho que não dá para fazer em contra ou a favor, tem que ser bom para os dois lados. Essa fala de que um empreendimento vai gerar impostos para a prefeitura, sim, é possível que traga, mas tem que ver se ele também vai dar uma contribuição para a sociedade, como geração de emprego, a questão do trânsito. Não adianta resolver uma situação e criar outra. E temos que entender o projeto e o projeto tem que entender a sociedade. Quero agradecer a presença dos colegas que estavam lá. Teve vereadores, ex-secretários de planejamento, que já foram presidentes deste conselho, achei importante isso. Não sei se estavam apoiando o projeto ou a comunidade, mas estavam presentes e foi importante este momento. Eu tive a impressão que a comunidade passou a acreditar mais no conselho, porque é o que nós defendemos. Então, quando este projeto vier, se a gente tiver mais alguma oportunidade de fazer uma defesa, alguma coisa, vai ser bem oportuno. A promessa é de circular 40 mil pessoas nessa região. Até foi um dado levantado pela Conselheira Lívia, que tem mais de 10 municípios no estado que não tem um número de habitantes de 10 mil. Eu acho que era isso. **Darci Barnech Campani (Titular),**



Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Quando o processo entrar para votação eu vou entrar no mérito. Desculpa, Adroaldo, mas vou usar uma fala que tu fizeste agora e me associar ao posicionamento que normalmente o IAB tem apresentado aqui. O resultado que o Adroaldo fala é de fortalecimento deste conselho junto à população. Então, eu acho que a gente tem que vencer, Senhor Secretário, este debate sobre a questão de audiência pública chamada por este conselho. Esta audiência pública tinha que ter sido chamada por este conselho. Está na lei, está no Plano Diretor, está na legislação, a audiência pública tinha que ter sido feita. Era uma audiência pública e eu gostaria de um caráter mais técnico. Eu respeito, já fui vereador desta cidade, mas quando tu miscigenas a questão de ser uma audiência pública chamada pela Câmara de Vereadores, aí tu ficas lá, todos os vereadores estavam lá falando, mas a população não falou e fica uma coisa... Nós temos que enfrentar essa discussão da audiência pública chamada por este conselho. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É um empreendimento que tem um impacto muito grande, porque as regiões já pedem vista e têm uma articulação para fazer as suas análises. Então, eu acho que depende dos empreendimentos. Eu comentei com o Campani, achei muito interessante, porque tinha muita gente. Realmente, os vereadores falaram u e achei que faltou a manifestação do público. Na verdade, houve duas manifestações, mas pelos representantes, que foi o Adroaldo e o Lotar, que já foi conselheiro aqui. Eu achei que a comunidade ia se manifestar mais. A Edna falou bastante, acho que ela deveria ter pego o microfone e falado, que é famosa, mas não sei porque não pediu para falar. E sobre o processo, quem vai ficar no lugar da Aline? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O André a Sabrina. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Continua uma sugestão. Houve vista, alguma vista tem solicitações de esclarecimento, que eu sei que vocês estão dando, mas não sei quando vai voltar para a relatora. Então, fica a minha sugestão de ver dentro da vista de todos, que foram quatro, se estão sendo esclarecidas, porque eu lembro que tu disseste que não vamos votar nada sem estar tudo esclarecido, para a gente poder se sentir seguro de votar. Então, a sugestão é olhar se vai ser tudo respondido. A vista eu mandei por email e não sei se a Aline anexou. Então, vou entregar para a Sabrina, para ver se em algum momento pode colocar no processo a vista que está por escrito, porque naquela época não entreguei. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Nós também temos parecer de vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas tudo isto está no processo? Como não? Tudo isso já foi entregue, foi relatado dia 04/12, gente! Então, tem que entregar! O processo está sendo trabalhado em cima do que está. Tem que entrar para o processo e cabe à Secretaria Executiva fazer a conferência. Conselheira Livia, por favor. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Pois é, eu também achei interessante a audiência pública, mas achei isso que o Sérgio falou, teve muita fala dos vereadores. Uma chatice, na verdade, inclusive com entrega se “santinho” na saída, uma coisa absolutamente descabida do meu ponto de vista. E acho que a comunidade falou pouco. Ontem eu propus uma reflexão sobre o empreendimento. E eu quero trazer aqui, hoje, depois da fala do secretário que nos apresentou a quantidade de dívidas do município, como ele se afirmou liberal, eu acho que uma das regras do liberalismo internacionalmente é a questão do ganha-ganha. E o nosso liberalismo caboclo tende a não ser ganha-ganha, tende a ser alguém ganha. Então, eu acho que a gente tem que pensar em um patamar superior deste nosso liberalismo e ser ganha-ganha. Como o



Adroaldo falou, é importante que o empreendimento seja um empreendimento que haja à postura ganha, ganha, ganha. Foi o que eu coloquei lá, a questão de se ter uma discussão sobre, a cidade ganha, o empreendedor ganha, a comunidade ganha. A cidade que eu quero dizer é no caso a prefeitura. E sobre a fala do secretário das finanças do município, eu queria ter falado antes, mas não quis atrapalhar, porque a fala estava tão coerente aqui, é que quando um funcionário público... E isso é importante a gente pensar, todo mundo pensar, todo mundo que é funcionário público e quem não é. E a gente refletir sobre o fato de que quando a gente entra no serviço público quem dá as regras do quanto vais e pagar é o estado, é o estado que faz a regra. Neste momento está acontecimento no estado brasileiro um rompimento dessas regras. Nós não temos população não temos culpa se as regras, se os cálculos foram feitos errados pelo estado. E a minha preocupação grande, meus queridos conselheiros, é que o fato do estado romper com a combinação, seja um rompimento do pacto social também, porque a gente desacredita. Então, preocupa bastante este posicionamento onde se coloca, e a pedido de várias entidades, vários colegas, vários conselheiros dizendo – olha, mas quem sabe a gente conversa qual é a proposta? E uma dificuldade no debate, isso me preocupa bastante na Cidade de Porto Alegre. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, prezados conselheiros, vou fazer uma sugestão de encaminhamento a pedido do Conselheiro Gomes e o Conselheiro Emerson, o momento em que vieram falar comigo, de encaminharmos para o encerramento da sessão. Antes, para nós é importante, e dois pontos eu quero colocar aqui, não respondendo a sua colocação, Conselheira Lívia, mas dizendo que as regras de aposentadoria, é importante o projeto que está na Câmara, é para quem entrar no serviço público, não para quem está no serviço público. Outro ponto que o Conselheiro Jesus colocou, o próprio Brum comentou, depois o Koren colou, que foram os três conselheiros que eu anotei, que cabe um destaque, que acenaram como contribuição para estado mudança nos quadros financeiros da prefeitura, justamente a gente analisar os processos. Nós temos que fazer a nossa parcela de contribuição nesse processo. Nós temos dois, especificamente, um de agosto que está com o município para esclarecimento, mais um de setembro que está em diligência na SMIM, que hoje teve a reunião aqui. Depois o processo de outubro e de novembro. Então, tem esses quatro que estão bem atrasados. Vou passar e ver quem tem processo, ver o que podemos passar na próxima sessão. Este 3.02, que está com a SMIM, não sei, seu João Batista, se o senhor tem alguma coisa ou a Patrícia, se ele está apto para relatar, qual a situação. (Manifestação fora do microfone)... Este foi o do Zaffari. Então, vai ter reunião na comunidade. A reunião é contigo, Tânia? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Isso. Nós vamos marcar uma reunião com a comunidade para levar o empreendedor, a Patrícia e mais uma comissão. É para dar os esclarecimentos, vão estar os delegados e a comunidade para que a gente já saia com as definições das contrapartidas que não foram feitas até hoje, tudo em ata, que já se defina por lá mesmo. Espero que seguinte consiga definir este impasse. É um empreendimento que vai ser bom para a comunidade, mas tem várias arestas que precisam ser vistas e revistas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi a conclusão da reunião hoje, é superválido. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Não tem nada a ver, mas acho que não vai atrapalhar muito, porque é só um minutinho. Quando eu fiz, acho que no final do ano passado, o parecer da FRAPORT, retornou, eu pedi uma série de diligências e tal. Retornou para o conselho um parecer da PGM dizendo que o processo tinha vindo de forma equivocada para o conselho. Eu gostaria de receber esse parecer da PGM, porque eu não tive acesso.



Então, eu gostaria não só de receber, como gostaria que ele fosse anexado ao processo, porque depois vou ter que fazer meu relatório de trabalho aqui no conselho e gostaria de ter este documento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu lhe asseguro que está no processo, só vamos providenciar. O Item **3.03 – EXPEDIENTE: 18.0.000000877-6. Interessado: Arq. Paulo Gustavo Menna Barreto. ASSUNTO: Inclusão de traçado viário e cadastramento de logradouro.** Foi feito o parecer e com vista a RGP. 08. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É da região que está com problema. É o mesmo que o 3.05, hoje se entrasse em pauta daria problema, no 03 e no 05. Nós temos que resolver este assunto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos buscar esse processo. Obrigado pela observação, é o mesmo caso do **3.05. EXPEDIENTE: 002.334794.00.00. INTERESSADO: Fundo de Investimento Phorbis. ASSUNTO: EVU.** Nós vamos diligenciar para a próxima reunião, em não havendo vamos modificar o relator. Assim eu pretendo fazer nos próximos processos. O **3.04. EXPEDIENTE: 002.283030**
.00.2. INTERESSADO: Tarcísio Juarez Fonseca de Araújo. ASSUNTO: EVU. Está com vista à RGP. 03, mas o Jackão não está, é a mesma situação, vamos conversar com o conselheiro. O **3.06. EXPEDIENTE: 18.0.000014680-0. INTERESSADO: DEMHAB. ASSUNTO: Desgravames de traçado viário e de área verde; ajuste de traçado viário; ajuste nos limites de área verde e da subunidade 16 na UEU 86, Macrozona 1.** Lívia, está contigo para relato. Tu consegues relatar na próxima reunião? (SIM). Obrigado. O **3.07 EXPEDIENTE: 18.0.00010702-2. INTERESSADO: Rogério Grizotti. ASSUNTO: Alteração do regime de atividade.** SOCECON, o Mark, consegue? (SIM). Está bom! O **3.08 EXPEDIENTE: 18.0.000092000-9. INTERESSADO: SMDE. ASSUNTO: Inclusão de traçado viário.** Está com o OP. Emerson, tu consegues relatar na próxima reunião? (Manifestação fora do microfone). Colocar no início da pauta. O **3.09. EXPEDIENTE: 18.0.000122085-0. INTERESSADO: Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário projetado, ajuste de traçado viário, ajuste nos limites das subunidades.** Furtado, consegue? Muito obrigado. O **3.10 EXPEDIENTE: 18.0.0001201309-2. INTERESSADO: UVE-SMURB. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário projetado, ajuste de traçado viário, ajuste nos limites das subunidades.** ABES, Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu conversei com a Patrícia, vou pedir uma diligência a ela, mas é uma coisa bastante simples, se a diligência voltar rapidamente sim. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, se puder já fazer isso. **4. COMUNICAÇÃO.** Alguém quer manifestar, senhores? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu ia falar também na fala do secretário, pena que a RGP. 01 já saiu, mas de registro de cidadão, nada a ver com a ABES que eu represento aqui, mas nesse fim de semana, no Carnaval, fiquei bastante chateado em ver a minha cidade espelhada nacionalmente, enquanto as matérias na Globo, na Record, na Bandeirantes, apresentavam São Paulo com o Carnaval de rua, trazendo milhares de pessoas e milhões de reais para a Cidade de São Paulo, aqui em Porto Alegre todas as iniciativas de Carnaval popular foram recebidas com a polícia, com bala, com bomba de gás lacrimogêneo. Eu acho que assim a gente não aumenta a arrecadação da Cidade de Porto Alegre. Nós tínhamos uma Secretaria Municipal de Turismo, a prima do nosso ex-vereador Beto Moesch era a secretária municipal, a Marusca Moesch, e Porto Alegre tinha



o título de “capital nacional de eventos”, que a ABES é uma captadora de eventos. A gente faz eventos, o nosso *convention bureau* sempre nos procurava, tinha muita atividade para captar eventos, mas quando o nosso Carnaval de rua é tratado desse jeito... E são manifestações populares. Se a prefeitura tivesse feito um pouco mais longe, coloca um trio elétrico, como acabou fazendo só lá no final. é investimento, não é gasto, bota um trio elétrico um pouco mais longe, chama a população, a população quer fazer festa. É cultura, isso já fez parte, eu me criei na Santana e tinha Carnaval de rua. Na rente da casa do meu avô, na Benjamim Constant, tinha Carnaval de rua, a minha irmã vinha dormir na casa de uma tia na Santana para ver o Carnaval de rua, eu ia na casa do meu avô para ver o Carnaval de rua. Então, quando o Carnaval de rua é tratado com bomba e bala a gente não pode ficar feliz nesta cidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, mas aí não tinha o que teve ali na Cidade Baixa também. Então, se tem problema se segurança público, e não é a prefeitura, é a Brigada Militar, ela tem que agir para manter a ordem. Desculpa! **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Se a Secretaria de cultura tivesse organizado o Carnaval de rua, que nem sempre foi em Porto Alegre, com alternativas, que não vê o Carnaval como um gasto, mas sim como investimento, o povo estaria se manifestando e não estariam abrindo espaço para oportunistas fazerem alguma coisa que não é o que o povo queria fazer, o povo queria era se divertir. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que a Cidade Baixa está com um problema sério, porque o Carnaval nas regiões estão sendo um sucesso. A Cidade baixa chegou em um ponto que a prefeitura não consegue controlar, tinha que ter um projeto, como já foi discutido aqui, a cidade do samba, que é o turismo. Enquanto não tiver isso, porque o carnaval da Cruzeiro é um sucesso, da Glória é um sucesso, nos bairros não tem confusão, não tem Brigada. Agora, por que a Cidade baixa tem confusão? Porque não tem controle social, não tem controle da bebida. Eu fui na João Alfredo e a noite lindíssima, mas na sexta-feira não dá para andar de carro ali dentro, porque o vandalismo pega. Se você for na Lapa, no Rio de Janeiro, não tem isso aí. Eu fui na Cidade Baixa em uma noite, tentei passar de carro, a EPTC, a Guarda Municipal dando aval para o vandalismo, os caras bebendo na rua. Mais de mil pessoas sentadas nas ruas, mijando, fazendo sexo. Eu avisei – isso aqui vai dar morte. Pois não levou um mês mataram três. Turismo é uma, vandalismo é outra. Por exemplo, a Borges de Medeiros é vandalismo à noite, o Mercado Público é vandalismo. Não existe turismo, existe vandalismo em Porto Alegre. A Bahia que é o lugar mais perigoso do Brasil, para o turismo à noite funciona. Vai na Cruzeiro, que é lugar de banditismo, vai no Carnaval comunitário, é sadio, não tem isso aí. Na Glória é a mesma coisa. O culpado é próprio governo e a secretaria, a Cidade Baixa é violenta, faz lá porque quer, porque sabem que vai dar pau e dá pau. As gangs estão ali, à noite corre droga, é um perigo a Cidade Baixa. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Secretário, foi feita uma proposta sobre o acompanhamento dessa reunião em defesa do DMAE e essa reunião, possivelmente, colide com a nossa reunião do dia 19. Tinha sido feita uma proposta de permitir que os conselheiros comparecessem a este evento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quem quiser vai, cada representante tem dois suplentes. Agora, não é um evento do conselho, não nos cabe suspender reunião. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Como foi feita esta sugestão, mas, então, vamos manter os nossos calendários. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só a título de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1372 lembrete, Campani. Faz um ano e meio que foi tratado, eu resgatei aqui, porque às vezes
1373 passa esquecido dentro do nosso próprio Plano Diretor. Por que estou falando isso? São
1374 as zonas de animação da cidade, que está zoneado pelo plano. E a Cidade Baixa, na
1375 minha visão, não teria ali o Carnaval, minha visão pessoal, não é visão de governo. Por
1376 mim levaria tudo para a orla, tem o trecho dois, tem o anfiteatro, tem locais mais propícios
1377 para receber grandes públicos, mas quando se fala de movimentos praticamente
1378 voluntários e atrativos, principalmente de jovens, que, às vezes, até a forma de identificar
1379 algum atrativo é de difícil compreensão, vide o que chamam de Brooklin, ali embaixo do
1380 Viaduto da João Pessoa, por algum motivo aquilo foi eleito e é bom, é positivo que tenha a
1381 ocupação dos espaços públicos, mas foi eleito, foi criando vida e a Cidade Baixa tem essa
1382 característica. De qualquer forma, em termos de zoneamento, não adianta a gente tirar o
1383 Carnaval de lá. Por exemplo, o St. Patrick's, que está na pauta para ocorrer agora, que eu
1384 descobri que todo mundo é irlandês, mas assim, tira ele do Moinhos de vento e coloca em
1385 outro lugar, como alguns querem, mas vai haver o movimento espontâneo igual. Então,
1386 escritório de eventos tem uma visão – vamos regerar, vamos participa minimamente para
1387 mitigar efeitos. Assim, porque vai acontecer igual. As festas de clube de futebol no passado
1388 eram na Goethe. Não adianta dizer para não ir para a Goethe, era lá. Então, são
1389 movimentos espontâneos. Então, de qualquer forma, no Plano Diretor, para trazer o
1390 assunto para o nosso conselho, está prevista a zona de animação no art. 150, na Cidade
1391 Baixa, na zona sul e na Tramandaí com a Dea Coufal. No Centro é na Praça VX, Borges. E
1392 no Moinhos de Vento é na Padre Chagas. Então, isso está previsto zonear no Plano Diretor
1393 como zonas de animação. Agora, certamente, isso não foi o Plano Diretor que gerou
1394 aquele público ali, o Plano Diretor leu um fenômeno social e colocou, até para ter regras
1395 diferentes. Por isso que na Cidade baixa tem outro horário, de ter mesa na rua, tem outras
1396 questões assim, mas esses movimentos espontâneos vão acontecer com lei ou sem lei,
1397 com proibição ou sem proibição. Agora, o que eu vejo é que o grande fio condutor dos
1398 problemas de segurança é a droga, que até foge do alcance, por mais boa vontade que a
1399 gente tenha, por mais que o urbanismo tenha esta função de modificar os ambientes, mas
1400 é uma questão de segurança pública. Alguma outra manifestação? Então, encerro a
1401 reunião agradecendo a presença dos que ficaram até o final. Muito obrigado!
1402 ENCERRAMENTO: às 21h45min.

1403
1404
1405
1406
1407
1408
1409 **Maurício Fernandes**

1410 *Presidente*

Secretária Executiva

Relatora



1415 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**



ATA ORDINÁRIA Nº 2793/2019

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Marcelo Hansen (1º Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; João Batista Alves Rodrigues (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA. SECRETARIA EXECUTIVA**: Sabrina Lobeira Teixeira, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata nº 2784/2018; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações.** Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. **1. ABERTURA. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Boa noite a todos. Vamos dar início a nossa reunião. Vamos dar início aos trabalhos, sejam todos muito bem vindos. Já na abertura eu registro o pedido do Conselheiro Paulo Jorge, porque temos convidados no conselho. Como já tivemos neste conselho uma conversa a respeito de que os convidados sejam bem recebidos pelo conselho, que não fiquem esperando toda a reunião. Então, temos 5 minutos para o pessoal da comunidade da região do Paulo Jorge. Tu tens 5 minutos para dar teu recado,



fique à vontade, seja bem vindo. Após a manifestação entraremos na pauta. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Eu quero colocar uma questão, dia 13 teve reunião da Região 5, onde eu convoquei quatro secretarias, só foi uma, que foi o DEMHAB, que fez todo o encaminhamento com o pessoal da região. Também discutimos sobre a nova normativa da região. Um assunto da Região 5 é a Multiplan sobre as contrapartida da Região Cruzeiro. Tem muitos boatos, é um perigoso em vila criar boatos, porque dá até morte, porque são muitas vilas dentro da Grande Cruzeiro e cada um tem seu território, dentro dos territórios tem as gangs e seus padrões. Quando se cria boatos tem guerra interna entre traficantes. Por exemplo, a Multiplan chegou em uma reunião do Cristal, pegou o pessoal da prefeitura e colocou que a Multiplan ia dar uma contrapartida de R\$ 6 milhões para a região. Depois teve audiência pública, teve encaminhamento, depois teve a planta da associação, dizendo que iam fazer o investimento. Bom, chegou ao ponto de não fazer mais nada. Então, isso aí na discussão do dia 13, com a presença das regiões, debateram, fizeram encaminhamento. Eu venho a este conselho pedir oxigênio, porque está complicado. Então, gostaria de passar a palavra para o nosso delegado da região, que é ex-conselheiro daqui de dentro, o **Michael. Michael, Delegado da RGP. 5:** Boa noite. Obrigado por esta oportunidade de estar falando neste conselho tão importante para a cidade. Bem, nós viemos hoje aqui para trazer a vocês um pouco da nossa angústia, frustração e indignação com o atual governo municipal, que não respeita ou não está respeitando acordos firmados da cçç de um empreendimento que vai trazer melhorias, vai trazer emprego, vai trazer desenvolvimento para o Cristal, que terá impactos também na região da Grande Cruzeiro. Nós estamos trazendo este apelo a vocês porque tenho certeza absoluta que isso que está acontecendo na Micro 5, na Cruzeiro, no Cristal, na Glória, vai acontecer também nas regiões de vocês se este conselho não tomar uma posição dura em relação ao governo municipal, que passa por cima de termos assinados pelo Prefeito José Fortunati, Sebastião Melo, a Cristiane Nery na época era procuradora. Os representantes da Multiplan garantia um montante de mais de R\$ 84 milhões em medidas compensatórias, mitigatórias, entre elas ações de investimentos em algumas instituições, que chamamos de medidas sociais dentro desse empreendimento. E não tem nada de errado, foi passado por audiência pública, foi passado em 2011 em audiência na Câmara de Vereadores, em 2013 foi aprovado e assinado em maio de 2016, ainda pelo Fortunati e Sebastião Melo, que imediatamente a Multiplan deveria ter iniciado os investimentos, as contrapartidas naquele momento, mas foi empurrando com a barriga e esperando a troca de governo, talvez de forma organizada, orientada, mal intencionada para não honrar com os compromissos sociais e as medidas que vão atender a população não só dessas regiões, mas também de outras regiões de Porto Alegre. Então, nós recebemos esta informação que o governo nós vai atender o que está aqui nos termos assinado pelo Fortunati e pelo Sebastião Melo, dia 31/05/2016. Cabe lembrar que este processo esteve por 2 anos na Polícia Federal, sendo investigada, não foi encontrado nada de errado, os ritos foram cumpridos. Portanto, a Prefeitura de Porto Alegre tem o dever de fazer essas ações. Nós estamos falando de um montante de R\$ 6 milhões não corrigidos ainda para medidas sociais das regiões Glória/Cruzeiro/Cristal. Nós estamos falando de um montante de quase R\$ 5 milhões para o posto de saúde da Cruzeiro, posto de saúde da Mato Grosso, entre outras melhorias. Nós estamos falando em um estrago imensurável no momento em que a Prefeitura de Porto Alegre não investe um centavo no Orçamento Participativo de mentirinha. Estamos falando que a única oportunidade que se tem de receber investimentos para essas ações de melhoria na cidade é ainda através das compensações, dos empreendimentos que são feitos aqui em Porto Alegre. Então, nós não abrimos mão, deixamos a nossa manifestação de repúdio ao que



está acontecendo. Nós pedimos o apoio a todas as regiões, a solidariedade de vocês porque que peçam vista e façam vocês através deste conselho tão importante, os questionamentos junto com a Região Micro 5. Convidamos vocês a visitarem a região e as instituições para vocês verem a gravidade que é desenvolver um trabalho em uma região em que o índice de violência é muito alto, que essas migalhas serão tão importantes para as melhorias. (Sinalização de tempo esgotado). Então, estou aqui com os termos, com o que foi agregado na audiência pública, a visita técnica da prefeitura na época, pelo Marcos Botelho e o Renê, depois a Multiplan enviou engenheiros para encaminhar todos os procedimentos para fazer, mas está nesta situação e peço que vocês nos ajudem. Obrigado. (Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Seguindo o ponto de pauta. Alguém tem alguma manifestação a respeito da ata? (Manifestação fora do microfone). A gente abre a palavra, então. Quem quer se manifestar sobre a fala? Duas inscrições. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O que o Michael traz a este conselho é o que a gente já vem discutindo aqui, as contrapartidas. E o que é pactuado não está sendo respeitado pelo atual governo desta cidade. Eu como conselheiro da RGP. 1 sou solidário ao seu encaminhamento e pode contar com a RGP. 1. Hoje tem regiões que necessitam de regularização fundiária, melhoria das condições de vida. A RGP. 1 vai estar sempre junto e será parceira da RGP. 5. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. O Sindicato dos Arquitetos também se solidariza. Hoje mesmo, antes de começar a reunião nós estávamos falando sobre isso. A proposta já foi feita, mas eu pediria que mais conselheiros possam pedir com a maior urgência que a Procuradoria apresentasse um relatório das contrapartidas, o que tem, o que não tem, o que foi feito. Vários conselheiros já fizeram este pedido, está em ata, mas não foi levado adiante. Eu acho que nós tínhamos que tomar uma decisão definitiva sobre isso e exigir que a PGM venha. Este tema veio à tona, recentemente, lembro que o Sérgio também falou isso, que a gente tenha acesso aos critérios das contrapartidas, porque me preocupa tanto a questão do município na execução das contrapartidas, mas me preocupa mais ainda os critérios que serão adotados para a contrapartida. Um representante do SINDUSCON relatou que um processo onde ele era o interessado pediram para fazer um (Inaudível), inviável para a empresa, sei lá, e o Zaffari entrou com um processo com uma complexidade muito maior na mesma região e a contrapartida foram algumas coisas assim... Isto é um absurdo, a não ser que a gente conheça os critérios. Eu não estou pedindo nenhum absurdo. Eu acho fundamental que este conselho saiba quais os critérios utilizados na negociação das contrapartidas. Isto é a transparência. Eu insisto que a PGM seja convocada para fazer uma apresentação das contrapartidas: situação atual, o que tem, o que falta fazer, os valores, o que não foi feito, etc. e etc. Obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiros. Este tema de contrapartidas e de demandas estruturantes das regiões de planejamento, tem uma proposta de encaminhamento e nas comunicações vou apresentação. Tem um grupo formado pelo prefeito para fazer, Conselheiro Hermes, exatamente isto que o senhor está dizendo, porque tem que ter um parâmetro, porque são empreendimentos diferentes com contrapartidas semelhantes ou empreendimentos semelhantes com contrapartida diferentes. Isto não é de um governo, é de um governo, é uma forma como Porto Alegre aprova seus projetos e a gente tem que trazer uma equidade nesse processo. É preocupação do prefeito isso. **2. Votação da Ata nº 2784/2018.** Ata 2784, todos receberam. Temos alguma observação? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato**



147 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Na verdade, eu li parte da
148 ata, eu me ative às minhas falas. As atas são extremamente complicadas, 19 folhas. Eu
149 gostaria de fazer uma observação, não sei se estão com a ata aí, é na pág. 03, linha...
150 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
151 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, no Conselho de Meio Ambiente eu costumo
152 pedir aos conselheiros que quando tiver alguma observação pode mandar por email, pode
153 trazer. Também não precisamos aprovar hoje esta ata. Qualquer observação sobre a ata
154 nós colocamos no final dela, que foi aprovada, mas que o conselheiro tal se manifestou por
155 isto ou aquilo. Existe uma gravação, foi degravado. Então, para quem quiser mandar por
156 email a gente junto à ata para aprovar com observações posteriores. O senhor fique à
157 vontade, se quiser reduz a termo e a gente faz aqui pela secretaria. **Hermes de Assis**
158 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
159 **SAERGS:** São duas observações, uma é algo que não dá para entender, eu não sei se eu
160 na hora falei alguma coisa que não dá para entender, na pág. 3, linha 45. Está dito: “É
161 porque nós havia uma correspondência”. Eu não estou contestando, só não dá para
162 entender. Eu acredito que seja: “Não havia uma correspondência”. A outra é uma
163 observação que eu gostaria de registrar, Secretário, com todo o respeito. É difícil se colocar
164 neste conselho sem estar contestando as questões, mas na pág. 4, que se trata da
165 discussão do regimento interno: “Eu só queria esclarecer que dependendo dos
166 esclarecimentos eu posso mudar de posição. Tu citaste que conselhos do mundo inteiro
167 usam isto. É um voto por procuração. Cite três conselhos, por favor”. Com toda a
168 honestidade, foi um clima tenso, mas eu acho que é uma coisa completamente razoável,
169 até porque estávamos discutindo conceitos e quando a gente dá exemplos que não são
170 verdadeiros, vocês devem registrar a observação do secretário, porque eu venho aqui
171 registrar a minha revolta. O Secretário diz o seguinte: “Senhor Hermes, eu não acho
172 adequado”. Eu acho que o papel do secretário é de medidor. Isto é a censura de um debate
173 que era... Desculpa, secretário, as reuniões sempre começam neste tom, porque não dá
174 para aceitar. O nosso papel aqui não é de moleque para vir aqui levar pitaco porque eu
175 fiz... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
176 **Sustentabilidade - SMAMS:** Nós estamos no ponto de aprovação de ata. Se tem algo que
177 o senhor queira registrar, registre, mas discutir a discussão, né.. **Hermes de Assis**
178 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
179 **SAERGS:** Não, queria só registrar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
180 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A discussão passou.
181 Mais alguma manifestação sobre a ata? **João Batista Alves Rodrigues (Titular),**
182 **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite. Eu
183 gostaria de fazer uma sugestão em relação à aprovação de atas, Senhor Presidente. De
184 forma bem dinâmica, é feito já e outros conselhos, nós poderíamos fazer da seguinte
185 maneira, ao receberem a ata os conselheiros poderão ter até a segunda-feira de cada
186 semana para apresentar por email ou por qualquer forma escrita à mesa diretora as
187 modificações que entenderem necessárias na ata. Com isso não precisaríamos ter
188 nenhuma discussão na hora de aprovar a ata. Na terça-feira, dia da reunião já estarão
189 registradas todas as manifestações dos conselheiros. Aí é só aprovar a ata. (Manifestação
190 fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
191 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Senhores, o Conselheiro Hermes
192 começou dizendo que a ata tem 19 páginas, a Patrícia faz o trabalho de degravação e às
193 vezes não consegue na semana, visto que as reuniões agora são semanais. Eu não
194 acredito que a gente tenha que discutir aprovação de ata, sinceramente. O que está dito
195 aqui está na história, se alguém quer dar uma interpretação diferente sobre a sua fala é



196 livre, pode registrar, ninguém vai fazer juízo de valor ou – Ah, não foi isso que eu quis dizer;
197 dá nova versão e vai para votação. Se tiver condições de enviar antes por email melhor, se
198 trouxer na reunião também vai bem, se precisar de mais uma semana a gente dá mais uma
199 semana a gente dá mais uma semana, mas vamos avançar na pauta. Vamos avançar na
200 pauta, gente? Podemos encerrar o assunto ata? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato**
201 **dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Só mais uma observação. Eu
202 queria pedir que esta ata fique para aprovação na próxima sessão para que possa
203 encaminhar algumas observações que tenho por email. Também gostaria de pedir que
204 antes que seja registrado algum termo que menospreze outro conselheiro ou coisa desse
205 tipo que seja consultado o conselheiro no sentido de que retire. Eu fui vítima de um
206 “Serginho” de parte do Gomes e isto está constando na ata. Eu acho que nem eu e nem tu
207 (Conselheiro Gomes) quer que isto conste. Então, eu vou pedir que seja retirado, mas eu
208 acho que quem tem que pedir isto és tu. A palavra é tua neste trecho, eu acho que nós
209 devemos retirar isto. Eu acho que antes de publicar a ata, quando ocorrem situações deste
210 tipo consultar, porque às vezes no calor da discussão aqui saem coisas que normalmente
211 não sairiam. Eu acho que é isto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
212 **Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tenho uma preocupação com a ata, porque a ata é o
213 testemunho do que aconteceu naquela data. Nós passaremos, as atas ficarão. Elas
214 retratam um momento deste conselho, que sofrerá estudo e análise por gerações futuras.
215 Então, farão o trabalho, poderão e deverá ser o mais próximo da realidade do que foi
216 discutido. Eu não tenho nada contra mandar por email, mas tem que publicizar para que
217 todos conselheiros saibam o que foi apresentado e sofrer pelo menos o conhecimento de
218 nós. Não é querer ser legalistas, até porque não sou muito legalista, mas o testemunho da
219 história, a memória das reuniões é importante para a nossa cidade e para as gerações
220 futuras. E eu quero parabenizar a Patrícia, porque ela tem dupla jornada e tenta fazer a ata
221 mais próxima da realidade possível, mas é importante, porque este conselho tem a
222 responsabilidade não meramente de aprovar projetos, mas discutir também questões
223 políticas urbanas, políticas de desenvolvimento, porque é uma Secretaria Municipal de
224 Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Então, era esta a minha colocação e obrigado.
225 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
226 **Sustentabilidade - SMAMS:** Então, fica para a próxima reunião a Ata 2784. **3. ORDEM**
227 **DO DIA. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**
228 **Arquitetura - AREA:** Eu gostaria de entender, os itens 3.06, 3.07 e 3.08, no meu entender
229 seriam os primeiros de hoje, levando em consideração a reunião passada, aí seria com
230 este que é o item 3.01. Eu me lembro que na reunião passada alguém pediu para antecipar
231 um processo... (Manifestação fora do microfone). A sequência deveria ser esta que eu
232 estou comentando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
233 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu pedi para que colocassem para o fim os
234 processos que não estavam “redondos”, digamos assim. No final da reunião passada nós
235 passamos rapidinho o que estava apto à relatoria e eu pedi para o André, assumo
236 integralmente a responsabilidade, para colocar na frente da pauta os processos que estão
237 aptos à relatoria. Nenhum saiu da pauta. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**
238 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só por uma questão de antiguidade...
239 (Manifestação fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
240 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se olharmos, todos são
241 de desgravame, que em regra não são de grande discussão aqui no conselho. Qual a
242 proposta, mais especificamente, Sérgio? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**
243 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Que o 3.06, 3.07 e 3.08 sejam 1º, 2º
244 e 3º. Aí segue para o 3.01, 3.02 e assim por diante. **Maurício Fernandes, Presidente e**



245 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém se
246 opõe? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis**
247 **– RGP. 6:** Eu não vejo nenhum motivo de alterar a pauta. Eu percebi que houve uma
248 mistura, mas não vejo problema, todos os processos têm que ser analisados por nós. Não
249 vejo problema. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
250 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, todos os processos estão na
251 pauta. (Manifestação fora do microfone). O critério é por ordem que chegam no conselho.
252 Existe uma ordem e eu já justifiquei porque a ordem está alterada, misturou.
253 Excepcionalmente, nesta reunião, seriam os processos de desgravame, que estão todos
254 prontos para relato. Então, coloco em votação a inversão de pauta. Quem é favorável à
255 inversão de pauta, por favor, que se manifeste levantando a mão. (Contagem de votos = 04
256 votos). Quem é contrário à inversão de pauta? (Contagem de votos = 06 votos).
257 Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **REPROVADA A INVERSÃO**
258 **DE PAUTA.** Então, continua como está. Conselheira Livia, a relatoria da UFRGS. **3.01.**
259 **EXPEDIENTE: 18.0.000014680-0. INTERESSADO: DEMHAB. ASSUNTO: Desgravame**
260 **de traçado viário e de área, ajuste de traçado viário; ajuste nos limites de área verde**
261 **e da subunidade 16 na UEU 86, Macrozona 1. LOCAL: Rua Pedro Boticário, Bairro**
262 **Partenon. RELATOR: UFRGS. PRAZO PARA RELATÓRIO: 12/02/2019. CABE PEDIDO**
263 **DE VISTA. Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**
264 **Grande do Sul – UFRGS:** O imóvel foi desapropriado pelo Município de Porto Alegre para
265 atendimento dos reassentamentos vinculados às obras da Copa do Mundo e foi gravado
266 como área especial de interesse social AEIS 3, pela Lei Complementar nº 316/2003.
267 Conforme o requerente, o DEMHAB, estima-se a construção de aproximadamente 150
268 apartamentos para famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos na área. Relata que além
269 de incidir parcialmente sobre este imóvel, a diretriz 3707 sobrepõe-se em parte da área da
270 Praça Franklin Veríssimo, reduzindo-a em 25% da área e sobre terrenos lindeiros ao
271 empreendimento e sua manutenção não teria utilidade, por quanto o seu gabarito de 12m e
272 o (Inaudível) seguido de passagem de pedestres não permite que tal via seja utilizada por
273 veículos com ligação entre a Rua Pedro Boticário e a Diretriz 3708, caracterizando tal
274 diretriz como uma via local de acesso (Inaudível). O processo é no sistema SEI. Juntou as
275 plantas em que pode identificar a localização da Diretriz 3707, confirmando sua
276 sobreposição em parte da praça, conforme fl. 06 do sistema. Por parte da Arquiteta Ana
277 Paula Franco Domingues, da SMURB, foi emitido parecer favorável ao pedido, sobre o
278 argumento de que a estruturação urbana atenderá os padrões mínimos estabelecidos no
279 anexo 8.1 do PDDUA. Devido à dimensão da face do quarteirão, possuindo 254m e
280 execução das referidas vias projetadas se tornaria inviável devido ao desvio existente entre
281 o terreno, a Rua Galeano Pietá e a Praça Franklin Veríssimo, conforme página 8. Além
282 disso, o desgravame tem por objetivo viabilizar a implantação de empreendimentos
283 habitacionais na área especial de interesse social 3. A fl. 19 dos autos consta a consulta da
284 Arquiteta Ana Paula Fraco Domingues à SMAMS em relação ao gravame da área verde,
285 seguindo a manifestação da técnica Alessandra Nicoletti da SMAMS, no sentido de que
286 não há oposição ao desgravame dessa área, devido ao seu porte reduzido e pela
287 impossibilidade de instalação de equipamento de lazer, além da inadequada acessibilidade
288 ao imóvel. Também se manifestou favoravelmente ao desgravame da diretriz. A Técnica
289 Valéria Damasceno Ferreira, da SMAMS, solicitou que o gravame da praça seja mantido e
290 acrescido do trecho da diretriz, conforme fl. 27. Novo despacho da Arquiteta Ana Paula é
291 favorável ao desgravame, pág. 42, seguindo novo esclarecimento de sua parte no sentido
292 de que a solicitação da SMAMS de manutenção do gravame da praça e seu acréscimo fora
293 atendido. A PGM, por meio da Dra. Eleonora Serralta, nada opôs em relação à minuta de



resolução. Este é o relatório do processo. Não há oposição ao pedido de desgravame da Diretriz 3707. Porquanto, é necessário não apenas a implantação de empreendimento habitacional pretendido pelo DEMHAB, no contexto de reassentamentos voltados a atender demanda de habitação prioritária, mas, também, para assegurar preservação da área de lazer da Praça Franklin Veríssimo. Conforme informado pelo requerente e mapas inseridos no processo, a implantação da diretriz implicaria na redução de 25% da área efetivamente utilizada para lazer da referida praça, além do que, demandaria a supressão de uma árvore de grande porte, fl. 05. Além disso, a fotografia da pág. 5 demonstra acentuado desnível de 4m junto ao interior do lote deste UEU, que dista apenas 1,20m do gravame em questão, o que representaria dificuldade técnica de implantação da diretriz. Quanto à área verde localizada no interior do quarteirão, formada pela Rua Pedro Boticário, Rua Paulino Azurenha, a Diretriz 3708, a Diretriz 3707 e a PSG da Rua Pedro Boticário, o desenho da fl. 27 demonstra que a sua dimensão é pequena, além do que não incide sobre ela área de preservação permanente que impeça a supressão da vegetação. De resto, o seu desgravame deverá se compensar com área adicional que será integrada à Praça Franklin pelo desgravame da Diretriz 3707. Ante o exposto, o parecer é pelo acolhimento do pedido do DEMHAB, condicionado ao gravame de acréscimo à área da Praça Franklin Veríssimo nos termos do despacho SCD SMAMS de 26/06/2018. Este é o parecer. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O parecer é favorável. Algum pedido de vista? Vista conjunta à Conselheira Maristela e Conselheiro Paulo Jorge. **PEDIDO DE VISTA: RGP. 5 E 7. 3.02. EXPEDIENTE: 18.0.000107012-2. INTERESSADO: Rogério Grizotti. ASSUNTO: Alteração de regime de atividade. LOCAL: Rua Deodoro, Bairro Mário Quintana. RELATOR: SOCECON-RS. PRAZO PARA RELATÓRIO: 12/02/2019. CABE PEDIDO DE VISTA. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É uma solicitação de alteração do código de atividade de GA1, área predominantemente residencial, para GA3 – mista 1, localizada na Rua Deodoro, entre a Manoel Elias e a Av. Martins Félix Berta, inserido na MZ 03, UEU 122, Bairro Mário Quintana. Eu analisei toda a documentação que este processo tem e vou relatar aqui alguns detalhes a cerca desta imóvel. Há um arrazoado que foi feito pelo Arquiteto Agostinho Afaro, que eu vou citar. É uma construção composta de dois volumes com a área total de 709,14m². O volume 1 é composto por um espaço de atendimento ao público, área de produção, sanitários, vestiários, depósitos e escritórios. O volume 2 é composto por refeitório, salas de descanso, local para zelador e depósito de gás. Considerando que a atividade de comércio varejista com interferência ambiental de nível 1 – padaria, que utiliza fornos à gás, conforme alvará oferecido pela SMIC e CNPJ constante no processo. Eles produzem pães,ucas, bolos, biscoitos, com baixa produção de resíduos sólidos e líquidos. Informa que possuem bacia de amortecimento. Eles têm filtros especiais para a redução de odores e pulverização de poluentes. Produzem no local há 14 anos. O nome da empresa é Papatour de Alimentos Ltda. Desde 2004 ela vem trabalhando e neste ano de 2019 vai completar 15 anos. O imóvel possui licenciamento desde 1995 para 255m², com atividade comercial. A proposta é alterar o zoneamento de uso da Rua Deodoro, no trecho da Av. Manoel Elias e Av. Martins Felix Berta, Bairro Mário Quintana. O PPDUA estabelece atividade residencial. A proposta de resolução propõe uma alteração para o trecho para o Código 03 – mista 1. Eu vou citar a observação que a Arquiteta Verônica Medina fez durante o exame que ela fez dessa matéria. Eu não conheço as siglas, mas ela se reporta à UVE, CAU, SMDE. E a arquiteta menciona o seguinte: (Leitura da análise da Arquiteta Verônica Medina). Eu fui fazer uma visita ao imóvel e verifiquei no entorno as informações contidas no processo verifiquei, vi que as informações contidas no processo são reais e a



petição é que nós aqui aprovemos uma resolução, que seria a alteração do código de agrupamento de atividades da Rua Deodoro, no trecho compreendido entre a Av. Manoel Elias e a Av. Martins Felix Berta no Bairro Mário Quintana. A resolução proposta é esta: “O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental aprova alteração no regime da atividade de GA01, predominantemente residencial, para GA03, Rua Deodoro, no trecho compreendido entre a Av. Manoel Elias e a Av. Martins Felix Berta no Bairro Mário Quintana, MZ 03, de acordo com os limites destacados. A justificativa é a alteração que visa alterar os regimes de atividades do trecho destacado desta resolução, classificada como coletora, de acordo com a locação característica do local, considerando os critérios infraestruturais e funcionais, ainda (Inaudível)”. Eu examinei o local, conversei com o empreendedor, verifiquei que a zona é realmente residencial, é espalhada a ocupação rarefeita e sou favorável a que ocorra a mudança desse critério, levando em consideração o exame e (Inaudível), que é onde se insere este estabelecimento. Examinando este ponto considerei adequada a solicitação proposta para viabilizar a legalidade da atividade empreendedora desse senhor que atua ali, porque está atuando há muito tempo em uma área classificada como residencial. Ele cita a mudança desse critério de atividade para poder legalizar a sua atividade junto à própria SMAMS, ao Corpo de Bombeiros e todos os procedimentos. Era isso. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em discussão. Eu faço um registro, porque eu conheço este caso, são 255m², é uma área superpequena, que começou com uma padaria, é uma pessoa trabalhadora, faz pães, mas não tem padaria, faz para fora. Aí isso entrou no regime industrial. É na casa. Foram feitas chaminés, investimentos e nós chegamos – mas agora o Plano Diretor prevê que aqui é só residência. Então, a prefeitura entendeu por parte das secretarias envolvidas e cabe fazer para este pequeno empreendedor continuar com suas licenças. Em discussão o processo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu vou contar uma história que já contei aqui, que eu morava na Rua Lavras e teve uma alteração no Plano Diretor, tive que me mudar porque passei a ser vizinho do Nono Ludovico, em que a população que mora no entorno passou a não poder dormir. Então, a Cidade de Porto Alegre tinha essa discussão de o que é habitual, o habitual é que zonas residenciais sejam totalmente diferentes de zona comercial ou industrial. Então, fico preocupado, até se a população vizinha não foi consultada. Então, estamos ouvindo só o lado do empreendedor que empreendeu em determinado momento, de forma não adequada. Eu tenho um amigo que quis fazer um empreendimento, que também é microempresa individual, primeiro foi no Plano Diretor, na legislação para ver onde ele poderia colocar o seu empreendimento. Se começar a abrir espacinho aqui, espacinho lá, não precisaremos de Plano Diretor. Então, eu tenho dúvida a partir do momento que a população do em torno não se posicionou se este é um vizinho desejável ou um vizinho que está lá e está todo mundo louco que o cara vá embora, mesmo que não seja um megaempreendimento e esteja gerando alguma economia. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não temos na secretaria reclamação, até porque o parecer foi favorável, dá para dizer que este caso específico não era incômodos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que serve para a discussão aqui, o plano de 79 trouxe o conceito de áreas setorializadas, que era uma coisa mundial. Então, zona residencial, comercial. No começo foi muito bom, ao longo do tempo se percebeu que essas ilhas traziam problemas, o próprio Centro de Porto Alegre virou comércio puro. Os bairros são extremamente residenciais, o que acaba causando problemas de segurança. Nesse sentido eu discordo um pouco, mas o que eu queria



acrescentar é que, invariavelmente, a gente vê que os conflitos, como os que têm na Cidade Baixa, Goethe, é pelo comportamento das atividades, isso é mais difícil da prefeitura controlar. Ou seja, tem bar que o cara tem tudo direitinho, mas ele reúne uma galera de Emil pessoas na rua que vai fechar o bar. Eu estou querendo trazer a complexidade, porque às vezes a gente faz justiça, o cara está trabalhando direitinho. Tivemos um colega que teve que se mudar, criaram uma confusão no prédio dele, tinha isso, chegaram a colocar soda no carro dele tal nível da briga uma coisa mafiosa. Quer dizer, não sei se ajuda, porque mais complica, mas é um relato. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu estou na mesma linha que tu, Hermes. Eu acho que a cidade tem a sua dinâmica própria, sua identidade. Eu quero contar duas histórias, a primeira é de quando eu morava perto da igreja e o sino da catedral dava na janela do meu apartamento. Durante anos aquele sino tocou e infernizava a vida dos carolas e dos não carolas. A igreja se adaptou, tocava às 6 horas, passou a tocar às 10 horas. E a gente se adapta. Eu fico muito chateado quando as pessoas dizem que o barulho incomoda. Eu estou com 65 anos, quando eu estou com sono durmo, pode tocar uma banda lá. Então, isso é muito delicado. Tem na Rua Riachuelo um restaurante chamado café da Manhã, que era um prédio residencial. No domingo, muitas vezes, as pessoas que moram o prédio vão almoçar ali. E isso é uma questão de adequação e adaptação das pessoas. a gente tem que ter cuidado. Eu vou votar favorável, porque acho que é uma atividade que tem uma incorporação na comunidade. Eu acredito que tenha que ser ouvida a conselheiro, seria importante também. Eu acredito que é tudo uma questão de adaptação e acomodação. Era isso e obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu concordo com o Conselheiro Felisberto e Hermes, porque a gente tem que se adequar às modernidades. Eu conheço pouco aquela região, mas sei que tem vários outros comércios ali, acho bem interessante, até pás pessoas que moram ali fica menos perigoso. Eu vou pedir vista, porque vou levar para a comunidade, seria interessante para que eles discutissem ali, acredito que não vai ter problema, mas achei interessante para a comunidade participar. Obrigada. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu acho essa questão bem delicada, como diz o Felisberto. No entanto, eu acho que nós temos que prestar muita atenção na questão dessa troca de usos, nessa transformação de áreas de uso misto. Possivelmente, neste caso específico, seja uma atuação particular que não gera malefício. No entanto, há várias áreas da cidade que foram transformadas em áreas mistas e que geram problemas seriíssimos. Por exemplo, a rua onde eu moro na Cidade Baixa, é uma área mista onde temos problemas seriíssimos quando uma casa grande se transforma em uma creche ou quando o que aconteceu lá, três casas se transformaram em creches. Isso, simplesmente, inviabiliza o trânsito às 7, 12, 14 e 19 horas. Então, a questão não é uma coisa simples a qual a gente se adapta. Não tem nenhuma simplicidade nessa questão, porque na cidade não tem nenhuma simplicidade. Então, é a gente prestar atenção no que o Campani flou, porque fará muito bem, porque a cidade não é esta coisa primária e nem a gente: “Ah, eu durmo com o sino tocando”. É uma característica tua, mas o que acontece na cidade com os barulhos, com os cheiros, os ruídos absurdo da cidade, que não permite as pessoas dormirem. Na Rua Luiz Afonso moram muitas pessoas velhas e estudantes, nós temos um terreiro de Umbanda, daqueles de tambor, dos dois lados da casa oram senhoras velhinhas que não conseguem dormir à noite. Então, não é uma simplicidade, porque requer estudos precisos. Eu acredito que o nosso colega da Sociedade de Economia fez uma verificação competente, eu acho que o teu parecer é competente, foi conversar, foi olhar a área. No entanto, isto não atribui alteração de usos a este conselho como uma coisa dada. Eu só acho que a gente tem que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

441 pensar, não é uma coisa dada o conselho fazer alteração de uso. **Maristela Maffei**
442 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Uma questão conceitual,
443 muito mais do que questão de aprovação. É uma questão conceitual sim, é uma questão
444 cultural, é uma questão de equilíbrio. Eu acho que o local quando está muito (Inaudível)
445 precisa revigorar mesmo. Eu não posso mais ter filhos, mas a minha filha vai ter. A minha
446 filha de religião, por exemplo, ela é apta e desenvolveu esta religiosidade. Esta questão eu
447 sei que incomoda, mas a gente tem que achar uma forma que os prédios sejam (Inaudível),
448 mas não abro mão dessa questão do espaço da liberdade e da democracia. Outra, eu acho
449 chato ter uma pizzaria na minha rua, infelizmente não tenho, porque o problema é engordar
450 demais. Eu acho que a gente tem que cuidar com o preciosismo. Eu respeito a vista, mas
451 vou votar favorável depois, porque as pessoas devem ser ouvidas. Agora, já que há todo
452 este preciosismo temos que ajudar. Eu vou votar absolutamente favorável. A gente traz as
453 questões dos cuidados técnicos, mas às vezes a gente traz conceitos culturais e
454 conceituais que ferem as dores dos outros. Então, a gente tem que observar. Não é nada
455 contigo, não é nada pessoal, mas quero deixar claro, porque nós somos formadores de
456 opinião e a gente traz também esses valores que a gente traz na alma e na vida, que deve
457 ser respeitado. Muito obrigada! **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular),**
458 **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Só queria responder. Maristela,
459 eu não costumo fazer isso, mas não é uma questão cultural ou de desrespeito cultural,
460 trata-se de uma questão de ruído, é disto que estou falando. (Manifestação fora do
461 microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente**
462 **e da Sustentabilidade - SMAMS:** Processo em vista à RGP. 4, Conselheira Tânia.
463 **PEDIDO DE VISTA À RGP. 4.** O próximo processo é do OP. O Conselheiro Emerson vai
464 apresentar. **3.03. EXPEDIENTE: 18.0.000092000-9. INTERESSADO: SMDE. ASSUNTO:**
465 **Inclusão de traçado viário. LOCAL: Rua Hélio Fernandes Presser, Bairro Vila Nova.**
466 **RELATOR: OP. PRAZO PARA RELATÓRIO: 12/02/2019. CABE PEDIDO DE VISTA.**
467 **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da**
468 **Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa noite. Este
469 processo trata-se de inclusão de traçado viário da Rua Hélio Fernandes Presser, até a Av.
470 Monte Cristo, com gabarito de 12,5m, inserido na Macrozona 5, UEU 20, Bairro Vila Nova,
471 conforme plantas anexas, estão aqui no processo e vou mostrar ali (slide) também a
472 inclusão do prolongamento projetado da Rua Leonardo Teixeira Collares, até a diretriz
473 5181, gabarito de 12,5m, inserido na Macrozona 5, UEU 20, Bairro Vila Nova também.
474 Inclusão de traçado viário da diretriz 5181, entre a Rua Atílio Superti e Rua Catarina
475 Andreatta, gabarito de 17,5m, Bairro Vila Nova. Inclusão de traçado projetado, diretriz 5182,
476 entre Rua Hélio Fernandes Presser e Brigadeiro Leonardo Teixeira Collares, gabarito
477 12,5m. Então, foi solicitado, mas assim, pessoal, o que vai atender a solicitação é este
478 empreendimento que tem em roxo aqui (slide). Vai atender dois equipamentos públicos,
479 que vai ser em forma de doação ao município, vai atender a saúde, que é a melhoria e
480 ampliação do posto de Saúde Monte Cristo. Também uma escola municipal de ensino
481 infantil, que vai ser atendido no novo empreendimento. Essa é a maior razão da abertura
482 da inclusão de traçado viário. Esse processo já foi aprovado pela CTAAPS, desde
483 04/10/2018. Então, já é de conhecimento de todas as secretarias. é importante para o
484 Orçamento Participativo, porque vai atender uma demanda do Orçamento Participativo, a
485 Demanda 0265/2012, que trata da necessidade de construção da nova sede para a
486 Unidade de Saúde Monte Cristo. Além disso, vai ser uma forma de ligação das
487 proximidades do Hospital Vila Nova, que hoje não tem acesso para a Atílio Superti, serão
488 caminhos alternativos para aquela região, que tem caminhos prolongados, tem falta de
489 ligação. Parecer favorável. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**



Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Parecer favorável. (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós tivemos algumas conversas com os setores. É importante a gente enxergar a necessidade de abrir esta rua como se fosse uma artéria, porque tem muitas distâncias a percorrer. O empreendedor em si tem uma área relativamente pequena perto do todo que vai ser beneficiado. Então, é muito interessante um projeto nesse sentido, ele organiza um setor da cidade para que seja devidamente desenvolvido e resolve esse problema de fluidez, que é fundamental. Então, várias situações serão resolvidas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Algum pedido de vista? **PEDIDO DE VISTA A ACESSO, SINDUSCON E RGP. 6. 3.04. EXPEDIENTE: 18.0.000122085-0. INTERESSADO: Secretaria da Modernização Administrativa e dos Recursos Humanos – Governo do Estado do Rio Grande do Sul. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário projetado; ajuste de traçado viário; ajuste nos limites das subunidades. LOCAL: Av. Rocio. RELATOR: DEMHAB. PRAZO PARA RELATÓRIO: 12/02/2019. CABE PEDIDO DE VISTA. José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Conselheiros, boa noite. Eu gostaria de apresentar, os senhores devem conhecer a região do Partenon, o Presídio Central, mais conhecido hoje como Cadeia Pública de Porto Alegre. Este primeiro slide é só para mostrar todo o complexo da cadeia pública, depois o cercamento da área. Observem que há áreas acima, ao lado e abaixo, que são áreas AEIS, todas em procedimentos de regularização fundiária das vilas, a do Tiro. Não sei por que tem o nome de Tiro. Em cima aquelas áreas lá. Este processo está para desgravame desta chamada Av. Rocio, que nunca foi implantada. A ideia aqui não é somente o desgravame desta avenida, há necessidade de fazer pequenos ajustes viários. Este desgravame é para acertar as matrículas, porque são várias que estão no interior desse complexo, mas para acertar, além do desgravame da Rocio tem que ajustar alguns itens de gravame dos viários lindeiros. Então, é especificamente isto, é fazer o desgravame da Av. Rocio e fazer a questão de pequenos ajustes nos viários lindeiros. Basicamente isto. Vou proceder a leitura do meu parecer. (Leitura do Parecer favorável do DEMHAB). Ou seja, não há modificação aos termos de áreas das AEIS, é simplesmente uma manifestação junto ao alinhamento da rua em relação aos prédios. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: PEDIDO DE VISTA A ACESSO, RGP. 5 E 7. 3.05. EXPEDIENTE: 18.0.000120309-2. INTERESSADO: UVE - SMURB. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário; ajuste de traçado viário; ajuste nos limites das subunidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. RELATOR: ABES/RS. PRAZO PARA RELATÓRIO: 12/02/2019. CABE PEDIDO DE VISTA. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu estou encaminhando em diligência à SMDE. Eu já conversei com a Patrícia, mas não recebi a informação de como fazer a diligência. Eu acho que deve ser entregue em mãos. É só para dar um rápido relato, é uma troca de regime, de residencial para misto também. já falei com o Jackão aqui, seria bom passar pela a comunidade. O que mais me estranhou é que não tem a solicitação de alguém pedindo e sim a própria secretaria que está pedindo. A mesma técnica que deu o parecer deve ser a mesma, porque é exatamente o mesmo argumento de maior diversidade de atividades. Então, não tem a motivação. A única coisa analisada é a rua que passa na frente, não fala em nada de qualidade de vida das pessoas que moram ali. Já tem ocupação regular com comércio, apesar de ser uma área residencial. Eu achei o processo muito solto, começa em 2014, ficou 2 anos parado na SMURB, em 2016 ele tramita, tem quatro despachos, parou por



mais 2 anos, mas 2018 tem mais dois ou três despachos, parou mais alguns meses e voltou. E só tem isso, que vai melhorar a diversidade da região. Eu respeito o posicionamento, uma coisa é eu comprar um imóvel ao lado da catedral que tem um sino, eu sei que tem um sino, outra coisa é eu comprar um imóvel, opto em morar em um lugar tranquilo, seja no Lami, como eu ou vi – Ah, vai morar no Lami! Que seja no Lami, eu quero um local tranquilo, o problema é meu pegar ônibus e ficar esperando uma hora, meia hora um ônibus, é problema meu, mas não pode este conselho deliberar que ao lado da minha casa vai ter uma casa noturna e eu não posso mais morar lá. Às vezes tem algumas ideias um pouco conservadoras, às vezes ideias meio progressistas de uma mesma pessoa. A cidade votou, não fui eu, a cidade tem um Plano Diretor que diz – Aqui é tranquilo! Depois, por articulações, o cara é empreendedor e tem capacidade de fazer, lá se vai a minha tranquilidade. (Inaudível). Então, estou pedindo diligência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos que votar. (Manifestação fora do microfone). O senhor pode fazer um comentário, mas eu não ouvi o senhor ser mencionado. Então, em regime de votação, para fins regimentais. Está fundamentado o pedido de diligência. Quem for contrário à diligência que se manifeste. (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA À SMDE. CONSELHEIRO FELISBERTO SEABRA LUISI (DETTT - Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho):** QUESTÃO DE ORDEM. Campani, não tem nada a ver, o barulho é diário na Cidade de Porto Alegre, manhã, tarde e noite. Então, não é o fato de um bar ou uma atividade qualquer que causa barulho. E muitas regiões de Porto Alegre morreram e vão morrer por causa desta visão do silêncio. A alegria Porto Alegre está perdendo, estamos virando uma cidade triste ao invés de alegre. Esta cidade quer vida e hoje é uma cidade morta depois das 23 horas em determinados locais, que estimula a violência, o assalto, porque as pessoas não saem na rua. Eu sou do tempo que a Rua da Praia tinha vida, e eu sou morador do Centro, por essa visão do silêncio. Está morta a Rua da Praia após às 22 horas, arriscando trabalhadores que passam ali a serem assaltos diariamente. Então, muito cuidado quando a gente faz essa observação. Eu não sou contrário às pessoas terem seu direito de dormir, eu acho que o direito de descanso é sagrado, mas imagina se parássemos o trânsito pela manhã porque as pessoas trabalharam durante a noite e dormem pela manhã. Elas também querem silêncio para dormir! No prédio onde eu moro, às 7 horas da manhã eles começam a martelar no dia de semana, eu vou dizer que é para pararem com a obra porque eu quero dormir? Bom, é uma questão de adaptação. Então, a gente tem que ter o bom senso... (Manifestação fora do microfone). Deixa eu colocar. Eu lhe ouvi atentamente e quero dizer que quem escuta o barulho às 7 horas da manhã sou eu. No início me incomodou, Lívia. (Falas concomitantes). Tudo bem, eu não vou entrar na questão se a pessoa deve começar a trabalhar às 8 horas. Era apenas isso, uma observação de um cidadão que mora no centro e vê Porto Alegre morrendo aos poucos, perdendo a alegria. (Manifestação fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Bom, vamos para o 3.06, que é um processo que foi relatado pelo Cavagni, com parecer favorável. A RGP. 8 pediu vista, mas não está mais no conselho. Então, está para votar. Podemos votar? Por favor, conselheiro... (Manifestação fora do microfone). Está apto para votação. Alguma manifestação? (Manifestação fora do microfone). O parecer já foi lido, mas podemos ler novamente. (Manifestação fora do microfone). Eu já disse que vai ser lido, conselheira. **3.06. EXPEDIENTE: 18.0.000000877-6. INTERESSADO: Arquiteto Paulo Gustavo Menna Barreto. ASSUNTO: Inclusão de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Beco do Armando, localizado na MZ 008, UEU**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

050, Bairro Lajeado. RELATOR: SMIM. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 11/12/2018; 2. Vista à RGP. 8 em 11/12/2018. NÃO CABE PEDIDO DE VISTA. João Batista Alves Rodrigues (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM: (Leitura do parecer favorável ao cadastramento viário do Beco do Armando). Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Em discussão. Em regime de votação. Os favoráveis se manifestem levantando o braço. (Contagem de votos = 23 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PARECER.** O Item 3.07. EXPEDIENTE: 002.283030.00.2. INTERESSADO: Tarcisio Juarez Fonseca de Araújo. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Bernardino Silveira Pastoriza, 510. RELATOR: SENGE. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 11/12/2018 (Parecer favorável); 2. Vista à RGP. 3 em 11/12/2018. NÃO CABE PEDIDO DE VISTA. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Eu vou ler o relatório do meu colega da SENGE para relembrar. (Leitura do parecer favorável da SENGE). Eu preciso registrar o belo trabalho dos colegas, que contribuíram muito para nós da comunidade com o debate. Muito obrigado. Agora vou ler o meu retorno de vista (Leitura do retorno de vista, com parecer favorável à solicitação). É um parecer totalmente favorável. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheiros, vou pedir licença, vou passar ao Vice-Presidente Gomes. Tenho uma questão pessoal, meu filho está com otite, minha mulher ligar e precisa de ajuda lá. Então, vou pedir a compreensão dos colegas e a reunião prossegue com o Vice-Presidente. Obrigado. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Estamos em condição de votação. Favoráveis? (Contagem de votos = 23 votos). Os contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO POR UNANIMIDADE.** O item 3.08. EXPEDIENTE: 002.334794.00.0. INTERESSADO: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Dr. Nilo Peçanha, 3228 e 3238. RELATOR: RGP. 8. PRAZO Para RELATÓRIO: 15/01/2019. CABE PEDIDO DE VISTA. Este processo estava para ser relator pela RGP. 8, mas por ausência da conselheira será redistribuído. **SERÁ REDISTRIBUÍDO PARA ANÁLISE.** O item 3.09. EXPEDIENTE: 002.330288.00.1. INTERESSADO: Zaffari. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 7472. RELATOR: RGP. 3. Poderia explicar, Tânia? Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: Sim, nós fizemos uma reunião na semana passada, na terça-feira, com a Patrícia, com o Marcelo. Foi uma reunião prévia sobre o projeto. Nós resolvemos que vamos levar este projeto para a comunidade, aí o nosso secretário está fazendo contato. Já temos agendado com a comunidade para tratar deste processo com o empreendedor. É para tirar todas as dúvidas. Já temos previsão de local, só temos que agendar a data. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Eu fico preocupado com essas demoras. Assim que tiver a data comunica o conselho, o horário e tal. É interessante participarmos. **CONSULTA NA COMUNIDADE AGENDADA COM A SECRETARIA E O EMPREENDEDOR.** 3.10. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9.1. INTERESSADO: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR: SMRI. **CONTINUA EM DILIGÊNCIA.** Então, não temos condições de analisar este processo. 4. **COMUNICAÇÃO.** Vamos começar pelo Felisberto. São 2 minutos. Antes disso, só para colocar um tema aqui. Estou preocupado com a duração das nossas reuniões aqui no conselho. Nós colocamos, regimentalmente, as reuniões ordinárias semanais. Quando tínhamos reuniões semanais estabelecíamos um teto até às 20h30min,



podendo chegar até às 21h, de acordo com o entender do plenário. Eu gostaria de ouvir uma manifestação de vocês para formularmos uma posição sobre isto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Bom, na sexta-feira o Roberto Jakubaszko e eu realizamos um evento na UFRGS sobre a esperança democrática, os 30 anos de Orçamento Participativo pelo mundo. Eu queria que o Campani levantasse a camisa, ali está o livro que foi lançado em Porto Alegre, é a segunda cidade no mundo que teve o privilégio de ter este livro. A próxima será na Rússia, em russo. O português Nelson Dias colocou muito bem, que o OP tem que se reinventar para que se atualize. A gente até brinca, que não foi Porto Alegre que foi ao mundo, mas o mundo veio a Porto Alegre, desde 89 vem estudiosos de várias partes do mundo estudar o Orçamento Participativo, que não é uma lei, é uma construção coletiva. Então, é um conselho que tem a sua origem na participação cidadã. Então, nós nos sentimos muito envaidecidos, porque tivemos a presença dos quatro prefeitos, lamentavelmente não tivemos do José Fogaça e do Nelson Marchesan. Bom, quem perdeu foi quem não foi. (Sinalização de tempo esgotado). Finalizando, relembramos muitos companheiros lá. Bom, quanto ao nosso regimento interno, as reuniões, está *sub judice*, não podemos decidir. A minha posição é que vamos esperar a decisão da justiça. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi publicado o regimento interno novo. É possível fazer... (Manifestação fora do microfone). **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Então, a presidência tem que sentar e definir, porque não pode o senhor em uma reunião ter uma posição, o Presidente do Conselho tem outra e a o prefeito tem outra. Pelo amor de Deus, vamos nos entender! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tudo bem, mas ainda solicito a manifestação dos demais. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Vice-Presidente, está fazendo um ano da eleição da Macro 10. Eu participei de uma reunião que o Secretário da Saúde falava de um empreendimento, contrapartida da Macro 10, próximo da Restinga, mas vai para o PSF Vila Esmeralda. Esta contrapartida seria para lá. Nós não tivemos nenhuma reunião ainda neste mandato. Então, solicitamos com urgência a primeira reunião da Macro 10. Está tudo regularizado e o governo não chamou ainda, a SMIM, no caso. Eu sei que os empresários estão se movimentando para modificar, mas este empreendimento o empreendedor ainda tem dúvida se vai investir ou não naquela formatação. Eu sou cobrada na região, como incompetente ainda. Então, solicito que tenhamos esta reunião. O próprio Secretário omitiu fatos, ou ele não sabe, ou está mentindo, porque hoje eu ouvi, a saúde está uma desgraça, mas segundo ele está uma maravilha. Agora mais esta. Então, ele omitiu o fato, tentando ser educada. Eu também gostaria de éter todos os projetos aprovados da RGP. 7, a região está exigindo. Temos uma caixinha de fósforo que foi aprovada na Afonso Mariante, uma coisa horrorosa, próximo de um lixão que ninguém aguenta o cheiro. Nós vamos chamar o Ministério Público. Então, eles cobram como se nós tivéssemos aprovado. Então, nós queremos fazer um relatório para a comunidade. E também os que estão tramitando, tanto na CAUGE como aqui. (Sinalização de tempo esgotado). Pessoal, voltando à questão do lixão, queria fazer um convite a todos para irmos lá, na Parada 6, como nas proximidades, porque vocês terem uma ideia de como está aquilo, é uma calamidade pública. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Só quero fazer dois registros, um sobre o (Inaudível), participação popular, sem nenhuma contribuição do Município de Porto Alegre. Parabéns à Associação de Carnavalescos. Em relação à indagação do nosso Vice-Presidente, independente de estar *sub judice*, acho que é uma questão de consenso entre nós, uma combinação para termos um teto. Nós temos



que ter reuniões mais produtivas (Inaudível). Então, acredito que se tivéssemos o consenso as reuniões poderiam ir até às 20h30min. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só deixar três coisinhas rápidas. Na semana passada eu acho que lembrei que o Plano Nacional de Saneamento Básico do Brasil está em consulta pública, é revisto para 20 anos e a cada 4 anos tem que ser revisto. Muito me honra estar na comissão que acompanha e é um daqueles planos que a gente pode dizer que tem os indicadores, tem tudo que a gente pode sonhar dentro de um plano para a gestão do nosso Brasil. Está no site do Ministério do Desenvolvimento Urbano, quem tiver possibilidade de entrar no site. Também vamos ter mais dois eventos, um na Faculdade de Arquitetura, na segunda-feira, às 18h30min, com um debate com o Agrônomo Sebastião Pinheiro sobre a questão do Agrotóxico e a questão da saúde. O outro debate é pela internet, dia 28/03. Quem quiser mais informação a gente passa pelo Whatsapp, o link de acesso. Dia 28 é um debate sobre a medida provisória 868, que foi editada ano passado, a medida não foi nem apreciada pelo Congresso Nacional. Como tema de casa o Temer deixou a medida provisória recriada para o Congresso, que visa única e exclusivamente defender a privatização do saneamento, ela impor a privatização como uma meta. A questão da duração da reunião, vamos ter um pouquinho de carinho com os outros, estas reuniões começaram, terminada às 20h30min, iniciando com comunicações. Infelizmente, o nosso presidente não está aqui, ele autocraticamente passou as comunicações para o final. Onde estão os representantes do município aqui? Tudo funcionava, o conselho funcionava. Infelizmente, Gomes, é isso. Sinto muito, mas não dá para atropelar em uma hora e depois abrir para negociação. A negociação era colocar no regimento interno esta proposta da reunião semana das 18 às 20hmin. Todos estão de acordo nisto, mas a desculpa para não discutir foi que está sub judice. E que eu saiba o decreto não foi refogado... (Sinalização de tempo esgotado). A não Sr que o Gomes tenha alguma notícia, porque se o decreto não foi revogado está sub judice. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Como não temos mais quorum a reunião está encerrada. TÉRMINO ÀS 21H15MIN.

Maurício Fernandes

Presidente

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

728

729 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**



ATA ORDINÁRIA Nº 2794/2019

Aos vinte seis dias do mês de março de dois mil e dezenove, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; João Batista Alves Rodrigues (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sérgio Luiz Brum (Titular) e Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Antônio Carlos Zago (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz, Secretária Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h36min. **1. ABERTURA. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Boa noite a todos, sejam bem-vindos na nossa reunião. Na abertura eu quero registrar a presença do Marcelo Gazen, que é Secretário Adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade de Porto Alegre, está assumindo agora. Como a SMIM tem o assento neste Conselho, ele veio nos visitar. Eu convidei para que se juntasse a nós aqui na coordenação dos trabalhos. Ele vai ficar um pouco conosco e depois vai sair. Seja bem-vindo a este conselho, a SMIM tem assento criar, com participação extremamente atuante e importante. Os processos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

49 geralmente, Marcelo, envolvem questões de mobilidade, embora a EPTC tenha assento
50 também aqui é sempre importante, porque um dos debates que a gente faz aqui é
51 justamente a infraestrutura da Cidade de Porto Alegre. Então, a SMIM é fundamental e a
52 tua vinda nesta reunião... Não saiu nem a nomeação dele no Diário Oficial, mas já está
53 aqui. Então, isso representa muito para nós. Seja bem-vindo, a casa é sua, literalmente,
54 porque no 3º andar aqui é o teu gabinete. Então, a casa é sua. Sempre que quiser todas as
55 terças-feiras estar aqui presente. Vou deixar que o nosso convidado fale primeiro. **Marcelo**
56 **Gazen (Secretário Adjunto), Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana:** Boa noite a
57 todos. Primeiramente, agradecer ao Secretário Maurício pela acolhida. Estou chegando na
58 casa esta semana, eu venho para compor como adjunto da SMIM. Não sou partidário, eu
59 venho da iniciativa privada como técnico, sou advogado especialista em licitações e
60 contratos. O meu grande objetivo é tentarmos destravar algumas coisas. Obviamente,
61 tentarmos dar um pulmão para que as coisas andem e aconteçam. Então, fico muito feliz
62 em estar aqui com vocês. Vou sair um pouquinho antes por causa de outro compromisso e
63 quero ficar à disposição, 3º andar, gabinete, quem tiver alguma dúvida ou solicitação
64 estamos para prontamente encaminhar. Está bem? Obrigado a vocês e boa reunião.

65 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
66 **QUESTÃO DE ORDEM.** Secretário, eu gostaria que houvesse a inversão de pauta, que as
67 comunicações fossem antes da discussão da Ordem do Dia. O que tem acontecido?
68 Sempre que vai se dar informe não tem mais ninguém aqui. Então, o informe é para nós
69 mesmos e às vezes é importante, porque são informes que tratam de assuntos deste
70 conselho, de atividades que a gente realiza. Sempre que acontece a gente não consegue
71 dar o informe ou falta quorum ou a reunião é encerrada antes. Então, eu queria pedir a
72 inversão de pauta, senão puder eu gostaria de fazer um protesto, enquanto cidadão de
73 Porto Alegre, pelo o que aconteceu ontem, a violência desmedida das forças policiais
74 contra servidores públicos que estavam lutando por direitos. Independente de governo, os
75 governos passam e os funcionários ficam. Os funcionários, muitos que estavam lá,
76 submeteram-se a concursos públicos, foram aprovados, não entraram por um eventual
77 mandato de 4 anos, por uma Câmara de Vereadores que pode ter a sua legitimidade, mas
78 fere o princípio do direito adquirido dos servidores. E quero lamentar, como cidadão de
79 Porto Alegre, na semana do aniversário, aquele ato de barbárie, patrocinado em uma
80 cidade que se denominava a cidade da democracia participativa. Uma cidade que não
81 respeita as manifestações públicas, mesmo com o que possa ter de eventual exagero,
82 nunca um brigadiano ficava recarregando sua arma e atirando contra servidores. Atingiram
83 uma colega nossa do Conselho do Orçamento Participativo, a Rosa Helena, que estava
84 defendendo aquilo que ela achava direito. Quando a gente não leva a sério os direitos, está
85 ficando perigoso, muito perigoso. Quando a gente vê um presidente dizendo que vai
86 homenagear 64 é lamentável. Só quem viveu 64 sabe o que aconteceu em 64. (Sinalização
87 de tempo esgotado). Já estou terminando, Secretário. Então, quero deixar meu protesto
88 como cidadão, vai ficar na ata. Então, é um momento muito delicado. E reitero o pedido da
89 inversão de pauta. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
90 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor já inverteu a pauta, mesmo
91 sem a votação, conselheiro. Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região**
92 **de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, conselheiros, membros deste
93 conselho. Eu gostaria de colocar que nós recebemos o planejamento da região, está sendo
94 um sucesso. Eu coloco que faltaram secretarias, uma delas foi a SMIM que não foi. Então,
95 quero colocar para o nosso Secretário Adjunto Marcelo Gazen, que eu gostaria de fazer
96 uma reunião na Região da Grande Cruzeiro para discutir a Avenida Tronco, a
97 infraestrutura, porque são 6Km de avenida, o DEMHAB só fala em habitação, a



98 infraestrutura é com a SMIM. A Avenida Tronco tem várias lacunas que vão ficar abertas.
99 O que eu proponho é a criação de uma comissão e acompanhamento. Desculpa colocar,
100 mas o governo para fazer obra em qualquer local tem que ter uma comissão da região,
101 porque em 2007 quem fez todo o pedido para a prefeitura, não foi a prefeitura, não era para
102 ser, foi um secretário a época, o prefeito, que pediram para abrir a avenida. Nós fizemos
103 todo o processo da avenida, agora estamos fora. O que vai acontecer? Daqui há 2 anos o
104 Governo Marchesan sai, ou fica dentro do governo, mas a região está lá. Tem coisas que
105 nós temos que discutir com a SMIM, áreas de planejamento da região, o que vai acontecer
106 para o futuro do nosso bairro, que é o nosso orgulho. Temos que discutir a inauguração de
107 trechos, porque começa lá na Niterói e termina na Jacuí, no Prado. Então, tem vários
108 trechos que podem ser inaugurados para a comunidade, trecho um, dois, três, quatro...
109 Nisso a prefeitura teria lucros com esses trechos, Secretário. Se nós não temos acesso ao
110 governo o que fazemos? E o pessoal da comunidade pergunta o que está havendo, mas
111 não temos resposta. Isto é muito triste para o movimento social e para mim que sou
112 conselheiro aqui dentro. Imagine só – Conselheiro Paulo Jorge, conselheiro de Porto
113 Alegre, não sabe o que acontece na sua região. Imagina, eu conselheiro da Região 05,
114 com o maior investimento de Porto Alegre, que é a Tronco, onde vai ser o futuro da cidade,
115 não sei o que está acontecendo, não sei! Então, gostaria de saber, já que o senhor não é
116 partidário, mas técnico, com a visão que lhe exige. Então, é sentar com a comunidade,
117 sentar com o Conselheiro Paulo Jorge para discutir a região e o pessoal. As pessoas me
118 perguntam – “E aí, Paulo? Não sei!” Sou conselheiro e não sei. **Hermes de Assis Puricelli**
119 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** boa
120 noite a todos. Eu não combinei, mas também gostaria desta inversão de pauta, porque,
121 invariavelmente, isto virou até um pouco de bate boca na última reunião que o nosso
122 presidente interino entendeu por bem terminar a reunião, tinha vários relatos. Tudo bem,
123 não tinha mais quorum, mas os relatos mesmo sem quorum poderiam ser dados, inclusive,
124 convites. Eu quando fui falar não pude porque simplesmente foi... Assim, com todo o
125 respeito, sempre tento colocar isso aos servidores da Prefeitura, já participei deste
126 conselho, mas, invariavelmente, esvaziam a reunião. Eu acho que isto não está certo. A
127 gente fica indignado enquanto representante de entidade, representante de associações,
128 representante da comunidade. Eu sei que é uma tarefa difícil, eu sei que a prefeitura não
129 paga hora extra. Eu sei de tudo porque eu já passei por isso. Eu acho que é uma situação
130 excepcionalmente, mas invariavelmente, então, eu acho que é necessário que se faça esta
131 inversão de pauta, a primeira coisa. Eu também solicito. A segunda questão, queria falar
132 para a ASBEA e o SINDUSCON, mas não está aí. Eu queria registrar uma denúncia do que
133 está sendo feito com os servidores públicos do Município de Porto Alegre. Eu nem vou falar
134 em desrespeito, porque isso aí a gente houve, é todo mundo falando. Já vem um processo
135 ao longo do tempo, todo mundo sabe, de desestruturação da prefeitura, mas agora é mais
136 grave, é um processo de aniquilamento. Eu entendo que haja uma ideologia liberal, que
137 acha que o setor público tem que ser esvaziado, todo mundo aqui sabe e conhece esse
138 discurso, só que os liberais quando tratam das suas empresas e da gestão das suas
139 empresas, não existe mais o empregado, existe o parceiro. E o Prefeito de Porto Alegre, e
140 Presidente da Câmara, que é aliada do Prefeito, mandam a Guarda Municipal, tem vários
141 filmes se alguém tiver dúvida posso mostrar, bater em professores, em arquitetos.
142 Antigamente era por ser operário, não tinha muita qualificação. Agora é professor, arquiteto
143 engenheiro, enfermeiro, tinha médico. É um absurdo, nós estamos criando um clima de
144 guerra dentro da prefeitura. Aí eu quero que a ASBEA leve para os seus associados,
145 quando a coisa funcionar menos ainda, quando os processos forem perdidos, não saírem
146 dos setores, tem um motivo, está havendo um processo de coação, os poucos funcionários



de carreira que ainda têm cargos de comando estão pensando duas vezes antes de continuar nesses cargos de comando. A prefeitura está funcionando com CC. Todo meu respeito aos CCs, mas não aqueles CCs que vão lá na Câmara, no horário de expediente, que deveriam estar trabalhando, porque não estão fazendo greve, não vão ter seu salário descontado, servir de.. (Sinalização de tempo esgotado). Estou terminado. Servir de cabo eleitoral para o senhor Prefeito. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gente, assim, nós estamos em uma pauta aqui, eu acho que cada conselheiro se manifesta livremente, mas nós temos um período para isso. Eu abri a palavra a pedido do Paulo Jorge para o nosso convidado, que é o Secretário Adjunto, para quem chegou depois, algumas pessoas chegaram depois. Este é o Secretário Adjunto da SMIM que veio nos visitar, aí o Paulo Jorge pediu a palavra para dialogar com o secretário que chega. Pediram para inverter a pauta, nós não votamos este pedido e os conselheiro estão pedindo a palavra e usando como comunicações. Eu acho que temos que decidir sobre esta questão de inversão de pauta previamente. Brum, tu pediste a palavra. É para falar com o Secretário da SMIM? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Não. No período de comunicações e o assunto é o mesmo do Hermes, mas queria fazer outras considerações. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tranquilo. Eu quero fazer uma justificativa em relação às comunicações. Constar que sim, isto é regimental. É claro que a gente pode inverter, isto é perfeitamente possível. Qual a questão? Nós temos vários processos que estão há muito tempo na pauta e nós temos uma análise de duas a três semanas para fazer um processo. A gente tem que perceber que cada processo que está aqui aguardando é alguma ação na cidade, é algum profissional, algum cidadão, algum empreendedor, algum servidor que está aguardando a nossa deliberação. Então, a gente tem que ter responsabilidade de que esta instância deliberativa é uma instância que tem sim as suas responsabilidades de dar respostas ao que a cidade pede. Nós somos muito condescendentes, a gente considera sim as dificuldades de todo mundo, de efetuar parecer, a própria SMAMS está com um processo aqui para fazer uma resposta sobre pontos. Eu sempre coloco que não quero que ninguém vote em dúvida. Então, a gente esclarece todos os processos, mas, também, temos esta responsabilidade de andar a pauta. Na reunião passada ou retrasada, lembro que eram 4 ou 5 processos de desgravame, processos relativamente simples, a gente não conseguiu votar nenhum direto, sem vista. E não tem nenhum problema, isso é regimental, eu não estou reclamando em relação a isso. Eu só estou colocando que as comunicações ficam no final para a gente dar resposta à população e senão tem quorum depois é responsabilidade dos próprios conselheiros, não é uma responsabilidade que possa ser atribuída a um conselheiro ou a outro. Inclusive, já quero antecipar que na semana que vem a gente faça uma reunião sem processos, que é um tema muito importante, que a Luana do gabinete do Prefeito nos ajudou, que venha a PGM aqui para explicar a questão das contrapartidas, que foi uma reivindicação deste plenário. Então, já dando uma resposta aqui, a gente poderia fazer uma pauta assim, de apresentação da PGM e depois comunicações, debates e comunicações. De qualquer maneira, sou contra a inversão de pauta para comunicações, respeito absolutamente o plenário, só acho que a gente pode analisar o que a gente tem para analisar de forma muito mais célere do que a gente vem fazendo. Na gestão passada as reuniões terminavam às 20 horas e a pauta era vencida integralmente. Os conselheiros mais antigos hão de concordar comigo. E não havia nenhuma prejudicialidade a qualquer debate que se impunha neste plenário. Então, o que eu coloco é no sentido de que às vezes a gente fica em um processo muito simples por muito tempo. De qualquer maneira,



vou colocar em votação o pedido de inversão de pauta, as comunicações primeiro, em passando este pedido, como é comunicação, o microfone vai para todo mundo na ordem para se manifestar. Agora em tom de brincadeira, permitam-me, o Conselheiro Hermes e o Conselheiro Felisberto já usaram o seu tempo, mas é uma brincadeira, sem problema nenhum... (Risos/descontração). Questão de Ordem para o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: QUESTÃO DE ORDEM.** Presidente, a reunião tem início às 18 horas, meia hora para a segunda chamada, às 18h30min, porque das 18 às 18h30min é o lanche, das 18h30min às 19 horas as comunicações, meia hora e pronto. Estourou às 19 horas, não tem mais comunicação. O senhor terá 1h30min para os assuntos em pauta. Eu sei que eu falo demais, concordo, mas cabe à mesa, o senhor termina a reunião. Às 20h30min encerra, porque ir até às 22 horas é cansativo. Agora, se determinarmos o horário certinho, às 19h encerra as inscrições, encerra as comunicações. Agora, se deixar eu falar eu falo por uma hora! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** está registrado, conselheiro. O tempo é de 3 minutos, é o tempo de praxe aqui. São 3 minutos e a gente respeita isso, mas é importante que cada conselheiro cumpra o seu tempo. Eu controlo aqui no cronometro, sempre passa, porque eu não gosto de estar interrompendo, mas às vezes quando passa 4, 5 minutos eu, efetivamente, interrompo, mas a gente tem que compreender a todos, não só a coordenação dos trabalhos. Então, eu vou colocar o pedido de inversão de pauta em votação. Então, quem é favorável que o período de comunicações seja antecipado, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 13 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Então, o período de comunicações. São 3 minutos, quem não quiser falar passa reto o microfone. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** As minhas comunicações se referem a um fato lamentável que aconteceu ontem na Câmara de Vereadores, que foi a aprovação de um projeto do governo que destrói totalmente a carreira dos municipais, que apenas retirou direitos, não propôs nada. Não o fez como em outras esferas, como no Governo Federal e no Governo do Estadual, que a retirada de algum direito foi de certa forma substituída por um plano de carreira. Isto dá sequência ao Governo Marchesan, que tem sempre destruído através de uma reforma administrativa de papel através da desorganização daquilo que funcionava razoavelmente e agora através do desestímulo aos servidores. Eu não sei o que busca este governo, eu desconfio que ele busca um estado mínimo com uma mínima capacidade de atuação, entregando os controles que deveriam ser públicos a quem não vai fazer nenhum controle, terceirizando tudo que puder. Grandes prejudicados, é aí que nos afeta, com esse projeto de lei são as pessoas que atuam na área da construção civil, porque o desestímulo de um técnico, reduzido o seu salário básico de R\$ 2.200,00, sem reajuste há 3 anos; a falta de estímulo que este técnico tem certamente vai resultar em problemas, em demoras, em mais burocracia e mais dificuldade na aprovação. Agora, foi dito na câmara que o SINDUSCON estimula isso, que o SINDUCN quer que seja assim. Bom, o SINDUSCON representa os interesses da construção civil em Porto Alegre, se ele quer assim e o prefeito quer assim vamos aguardar os resultados desta política que eu acho que serão danosos para o povo de Porto Alegre, são danosos para os servidores. E me manifesto, em nome do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, rejeitando essas medidas que só servirão para agredir os servidores e para piorar o serviço público de Porto Alegre. Era isto! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Boa noite. Bom, eu acho que nós tivemos uma informação em



relação à PGM vir aqui trabalhar, informar sobre os termos de compromisso do município. Eu acho que é uma pauta muito interessante, principalmente para as regiões de planejamento, que querem visualizar essas contrapartidas dentro das regiões, ver também tudo que está sendo projetado de atendimento, de recurso financeiro dentro de cada região. Quero reforçar mais uma vez a vinda das comissão aqui, principalmente da CAUGE e da CADAP para fazer uma apresentação sobre o sistema de aprovação de projetos, que eu acho que muitos aqui tem uma dificuldade em entender, porque quando passa pelas comissões o projeto já é praticamente aprovado e o papel do plano é fazer uma análise em cima dessa aprovação. Então, eu acho que nós temo que ter esse entendimento dentro do conselho para não acontecer o que está acontecendo no momento de hoje, que é ficarem projetos por seis, oito meses sem ter um resultado, ou se var ser aprovado pelo plano, ou se não vai ser. É muito fácil a gente trancar um projeto, é começar a pedir diligência, é pedir prazo, é pedir audiência pública e o processo vai se arrastando. É um direito de todos pedir, mas temos que ter a consciência que existe bastante interesse em atender os projetos que aqui são apontados para aprovação desse Fórum. Então, gostaria que marcasse, Secretário, com as comissões para virem aqui especificar o funcionamento das aprovações e o apoio do conselho junto a essas aprovações. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Emerson, a própria PGM já vai abordar esse ponto, é uma agenda só, o que não impede da gente avançar também em outras discussões. E uma coisa que é importante é ter critérios. Desde já também coloco para reflexão, corroborando com os prazos, não nos cabe aqui fazer essas análises de contrapartida. Aí estou disposto a abrir uma agenda com cada RP. em especial, e claro que o OP está dentro do grupo das RPs, da comunidade, mas nada impede que a gente crie isso, junto com o Secretário Adjunto, a gente ir nas regiões de planejamento para a gente discutir eventuais intervenções na cidade, a questão de infraestrutura que determinada região precise para a gente trazer encaminhar pelos meios legais para as comissões como uma necessidade da região, mas antes de acontecer a demanda. Então, estou disposto a fazer essas reuniões, a gente abrir este diálogo para a gente encaminhar previamente. Isso é muito importante. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Só quero comunicar que na reunião da Região de Planejamento 5 muitas pessoas participaram, com o DEMHAB. Na quarta-feira agora vai ter uma reunião com o pessoal da mobilidade urbana. No dia 06 de abril haverá um evento do pessoal da faculdade da UFRGS, junto com (Inaudível), apresentando o projeto que tem há 2 anos, com dados da região. Então, convido os nossos conselheiros. Quem quiser participar é no dia 06 de abril, das 9h30min às 12 horas, na Rua Caixa Econômica. Vai ser apresentado o Plano de Ação de Mobilidade Urbana feita pela UFRGS, com um dinheiro que veio da Inglaterra. Vai ser bacana a apresentação dos arquitetos, engenheiros, isso dá uma radiografia da região Santa Teresa e suas vilas. Então, estão convidados para essa apresentação sobre o planejamento urbano da região. Quero também comunicar o seguinte ao Senhor Presidente, a vinda desse pessoal para falar sobre contrapartida, nós ainda estamos em cima da Multiplan, de contrapartidas sociais, discutindo o que está havendo, nós temos também ali (Inaudível) nesta aresta, que nós não entendemos porque não começaram as obras. No momento em que estavam mexendo nas coqueiras tinha que começar na região com a obra. A nossa comissão passa pelo planejamento, eu como conselheiro quero estar dentro disso aí. Por isso que eu pedi para que saísse uma comissão de conselheiros aqui dentro. Então, gostaria que tirasse uma comissão aqui dentro para acompanhar essas contrapartidas, não só da Tronco, de toda Porto Alegre. Além deste cidadão que vem aqui da secretaria falar, que o conselho acompanhasse, para



onde vai, o que é feito, o que tem, por que está parado. Tudo bem, eu sei que está na mão do prefeito, mas ele também tem que prestar contas. Eu quero que os conselheiros estejam juntos para discutir com o conselho do solo criado aqui dentro. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu gostaria de manifestar sobre o atraso de 13 anos, já que estamos em 2019, conforme o Plano Diretor é o ano para haver uma conferência de avaliação do Plano Diretor. Quando eu me refiro ao atraso de 13 anos... Eu fiz as contas erradas, são 16 anos, é porque a última conferência de avaliação do Plano Diretor previsto em lei, na própria lei do plano a última conferência aconteceu em 2003. Isso preocupa em muito, e não é desmerecer um atraso de 6 meses, mas o atraso de 16 anos no planejamento é algo para se preocupar bastante, atraso de algo previsto a lei de forma muito objetiva. Há de haver no 3º ano de cada gestão a conferência de avaliação do Plano Diretor. Talvez por isso nós tenhamos que estar discutindo questões que poderiam estar melhores colocadas no o Plano Diretor, se ele fosse realmente avaliado em conferências municipais a cada 4 anos. Então, eu solicito que este conselho tome algo que não tomou nesses últimos 16 anos, que é a frente desse processo de avaliação do plano, a frente na organização dessa conferência de avaliação. Inclusive, uma conferência de avaliação que vai casar com a necessária revisão do Plano Diretor, que até agora não se sabe direito como vai ser feita. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro informe é sobre a primeira plenária da RGP. 01 realizada no domingo, na Redenção, em que reunimos os movimentos da região e discutimos em uma plenária aberta, onde qualquer cidadão se manifestava sobre os problemas da região. E foi uma tarde maravilhosa, o sol brilhou e as pessoas brilharam. O Sérgio apareceu, agradeço pela presença. O secretário também apareceu no final, lamento os que não puderam ir, mas foi uma plenária em que a gente tirou algumas coisas e deve trazer a este conselho o que falamos e o que vamos construir como um plano regional popular que a gente está chamando. O segundo informe, este conselho tem que se reunir com o Conselho do Orçamento Participativo, é fundamental para que a gente possa planejar uma cidade também com visão das regiões, ouvindo o cidadão que mais sofre as consequências de um mau planejamento ou de um bom planejamento. Não adianta nada a gente questionar as coisas se a gente não participa. Então, é fundamental a participação. E neste momento em que a participação está sendo tratada como algo maléfico, inclusive, teve uma notícia hoje que o Chefe da Casa Civil do Governo Bolsonaro está propondo o fim dos nos participativos. Então, o que nos aguarda e muito preocupante, é o temor da discussão com a população. E eu reitero, os governos passam e nós ficamos. Não é porque eu fui eleito que dá o direito deles fazerem o que eles querem, não é isso. Há direito, há constituição para se respeitar e uma eventual maioria modifica o que é construído há anos pela cidadania. Então, eu apelo aos democratas deste país que fiquem atentos, porque isto é um direito sagrado. O que nós construirmos não pode um governo vir destruir, por mais legítimo que se ache. O estado de direito e a democracia estão baseadas naquilo que é construído pela cidadania e não pelos governos. Isso não abro mão, sou advogado e tenho bem consciente que o voto e a soberania popular é o que há de mais sagrado, mesmo votando errado e contra a minha concepção política, mas abrir mão da participação é uma violência ao estado democrático. O mundo inteiro copia Porto Alegre. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando, Secretário. Então, quero reiterar isso, o mundo inteiro copia Porto Alegre, nós somos exemplos para diversas populações milenares com os nossos 500 anos. Então, isto nós temos que ter consciência, isto é uma responsabilidade de todos nós. Aí reitero e faço coro às palavras do Rafael do IAB, que a gente tem que fazer a conferência de revisão e avaliação do Plano Diretor. Ouvir a cidadania, a participação da cidadania é fundamental



para seguinte melhorar as instituições e democratizar o estado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não tenho uma comunicação, eu gostaria de fazer uma solicitação e uma ratificação. Eu fiz uma pedido para a secretaria que nos seja fornecida a lista de processos que estão na secretaria, bem como a lista de reatores de distribuição, porque não podemos aceitar aqui na nossa conta que os processos estão parados há 6 meses, quando lembro que no final do ano foi proposta da própria Secretaria que nós poderíamos fazer um recesso que não haveria problema nenhum. Independente disso, para sabermos se temos ou não temos, e esse discurso de que temos uma pauta que a cidade está esperando, nós temos que por obrigação conhecer esta pauta. Então, eu ratifico a solicitação da qual não foi respondida, aliás, mais uma que encaminho por email e tenho dificuldades em ter respostas da Secretaria, que seja fornecida a lista de processos que estão na Secretaria, bem como a de relatores de distribuição, qual é a ordem. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, eu já te respondo agora, a lista é a pauta, são estes processos aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não tem nenhum além da pauta? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não. Nenhum. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Está bem organizada aqui? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu não entendi o “bem organizada”. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, assim, cada pauta da sessão recebe um ordenamento. Eu não estou falando deste ordenamento, eu quero saber de todos os processos que se encontram na Secretaria. Não tem nenhum além destes? Então, poderia explicar melhor quais são os processos que estão há 6 meses aqui aguardando para serem julgados. Estes estão há 6 meses? E a lista dos relatores? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A lista dos relatores será enviada. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu solicito que cada vez que um processo ingressar na Secretaria que seja comunicado a este plenário, porque este plenário tem o direito de conhecer, até para saber se o regimento está sendo cumprido. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, o conselho entra não na Secretaria, no conselho e vai para a pauta. O mais antigo é o 3.01, de 21/08, e assim por diante. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Este 3.01 da pauta de hoje é o 3.10 da pauta da anterior. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora não estava, este foi objeto de esclarecimento na reunião passada. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não comparecia na sessão passada? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora não estava? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estava, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, foi objeto de esclarecimento. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ah, sim... Então, está bom! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu queria comunicar que nós fizemos um evento na semana passada, o Sérgio até citou a ASBEA como preocupação com o que tem acontecido com os funcionários públicos. Então, para vocês entenderem que a ASBEA tem



uma preocupação tanto de se organizar procurar algumas coisas que são interesses nossos referente à prefeitura, que foi a origem, como ela surgiu, mas ela mudou, porque já tem 30 e poucos anos. O objetivo inicial era exatamente por questões de tramitação. Óbvio, era um fim muito simplório. Então, hoje a ASBEA tem preocupação com o conhecimento, não só para os associados, a gente tenta diferenciar algumas vantagens para os associados, mas quando a gente faz algum evento a gente divulga para toda a sociedade no sentido de até ouvir opiniões, e eu acho que todos os eventos que a gente fez, que alguns participaram, são de muita qualidade. Então, na semana passada, uma forma que a gente se organizou, nós temos problemas de dúvidas, problemas de projetos, apesar de que muitos arquitetos da ASBEA não fazem PPC, mas existem muitos que fazem PPC, mas era a dúvida de como interpretar, porque o projeto arquitetônico não pode se desvincular das questões de aprovação de projetos de incêndio: rotas de saída, “acoamentos” de materiais em rotas de fuga e assim por diante. Então, todos os associados fizeram uma lista de perguntas, nós encaminhamos isso para o Tenente Estevão, que é o representante hoje no Comando da Brigada Militar no Corpo de Bombeiros. E foi interessante, porque funcionou, porque a palestra dele não foi sobre PPCI, a parceria desta vez foi com a Ritter, porque nós fazemos parcerias com a UFRGS, com a PUC e a gente faz com todas as universidades, porque este é o objetivo, trazer os alunos. Então, tinha alunos, professores, associados, a maioria é arquitetos, trouxemos um palestrante que falava sobre um material de compartimentação, foi altamente produtivo. Como temos um excelente relacionamento, tanto com os funcionários, também com pessoas que estão em cargos diretivos aqui dentro da prefeitura. Nós temos sim preocupação com o que está acontecendo, tanto é que em alguns momentos já conversamos com algumas pessoas que a gente dentro do possível tenta ajudar ambos os lados, porque a gente vê o que está acontecendo aqui dentro. Eu acho, é uma crítica sim, demorou muito tempo para a prefeitura tentar fazer algumas coisas em nível estrutural. Nós temos uma crítica muito grande com essa nova estrutura que foi criada. Eu até hoje peço um organograma, eu até imprimir esses dias, porque nem o nome das siglas... Este é o organograma que existia antes da SMURB, se tiver algum novo organograma, que eu vi que já está disponível na secretaria, mas ele é muito simples. O organograma que tem da parte atual, que está no site, praticamente a metade de toda essa estrutura está em um quadradinho só nesse organograma. Então, a gente não sabe como que as coisas funcionam. E nós que queremos aprovar um projeto aqui tem muita dificuldade sim. Eu sei tudo que está acontecendo, a gente com certeza fica preocupado e apoia o momento. Outro assunto, a gente fala em morosidade, cada entidade se envolve onde é mais afim. Agora estamos vendo a discussão do Plano Diretor, então, estamos pedindo assessoramento, porque não temos prática de metodologia para poder ver exatamente qual a cidade que a gente quer. Nós não temos condições, enquanto entidade, que é muito pequena, discutir todo o plano, nem pretensão disso. Então, estamos tentando ver que coisas vamos poder abordar e discutir. Sobre a morosidade, eu estive conversando com alguns colegas, uma coisa não justifica outra, a morosidade que temos aqui para aprovar projetos no conselho, a morosidade não justifica não termos as conferências. Então, eu acho que as duas coisas estão erradas. Nós temos regimento, só acho que a vista pode ter mais flexibilidade, não precisa ser os 15 dias, pode ser 20, um pouco mais, mas eu vejo que... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** São 7 dias a vista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas pode ser prorrogado por mais 7. Eu sei que tem dificuldade e aí vai para mais. O que eu quero dizer é que existe um regimento para a gente tentar seguir ele, mas tem certa flexibilidade. O que eu acho é que



está faltando nós termos uma proximidade com as regiões, porque às vezes eles têm alguma dúvida e poderemos sanar essa dúvida, mas o processo não acontece. Por exemplo, esse segundo processo, o do Zaffari, estava em diligência, hoje não está aqui foi comentado na reunião passada que tinha um assunto, já tinham tirado uma dúvida, mas queriam apresentar. Eu sinto falta de uma aproximação para a prefeitura chegar até a região e tirar a dúvida para as coisas andarem. Eu acho isso. Falta também para nós que pedimos vista, fazemos vista conjunta. Então, a vista conjunta nós já organizamos, quem quiser levar pega sexta-feira, se não der para vir na primeira ou na segunda semana, azar. É este o combinado. Então, eu acho que falta uma boa vontade de todo mundo, tanto a prefeitura quanto nós para as coisas andarem. Eu acho que nós já passamos o primeiro período no ano passado, a gente tem que relaxar um pouco mais sobre essas questões das coisas andarem aqui. (Sinalização de tempo esgotado). E parabenizar a RGP. 1, eu passei lá e achei muito legal o evento de vocês. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Encerrado o período de comunicações. Em cima do que o Conselheiro Sérgio coloca, quero esclarecer que essa preocupação é nossa também, esse processo especificamente, que é o processo 3.02, a Conselheira Tânia, que está com vista, está com ela, já estourou em muito os prazos, mas já teve reunião com a SMDE, com a SMIM, ela acenou de fazer uma reunião lá, não veio hoje, mas a gente falou com o empreendedor. Então, a gente está organizando esta reunião para esclarecer todos os pontos aí. **3. ORDEM DO DIA:** Eu quero atestar uma falha nossa, porque teve um processo que não consta na pauta, que é o que estava na semana passada, inclusive, está em vista com a RGP. 6, para a ACESSO e SINDUSCON também, que é o processo SEI 18.0.00092000-9. Este processo quando fizemos a pauta sobrou. Então, estou trazendo a vocês, pedindo escusas pela falha formal. O interessado é a SMED; na pauta em 12/02/2019; assunto: inclusão de traçado viário, na rua Hélia Fernandes Presser, bairro Vila Nova; relator: OP; prazo para relatório em 12/02/2019. Vista à ACESSO e SINDUSCON. Então, este processo não constou na pauta, peço *vênia* a vocês para fazer este registro para considerar incluído na pauta se alguém se opõe a este encaminhamento. (Manifestação fora do microfone). Ele é de 12/02, ele entraria depois do 3.06. O atual 3.07 seria o 3.08, renumerando, para manter a ordem cronológica que é a nossa forma de conduzir os trabalhos. Alguém se opõe? Então, encaminhado dessa forma, o item 3.01, é o processo da Phorbis que está em diligência na prefeitura, não está apto à votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu também me preocupo com a questão de prazo. Eu até fiz uma estatística dos prazos e projetos que temos aqui, mais para a minha curiosidade mesmo. Este caso da Phorbis, que tivemos uma série de encaminhamentos, chama atenção que o último encaminhamento, que é essa diligência a uma secretaria de governo, também está contribuindo em muito com a demora de retornar para nós e para despacharmos. Este processo está há 7 meses em tramitação, sob a responsabilidade do CMDUA, ou sob a promoção do CMDUA. Então, eu também peço uma atenção ao governo, sei que às vezes as coisas são mais complicadas para que haja avaliações, análises corretas e tal, mas também pedimos uma celeridade também do governo. Não é, Patrícia, está te incomodando muito nisso, né, mas é necessário que aconteça. Este não está contigo. Várias vezes conversamos aqui e tu davas os teus empurrões com o técnico para trazer para nós. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu até vou defender que o governo ou seja quem for tenha o prazo necessário. Isto aqui já foi colocado, eu entendo que os processos tenham que ter prioridade, a necessidade de cumprir prazo, mas, também, temos que ter consciência que este processo... É como eu



590 digo, é uma cidade dentro da cidade. Nós não estamos tratando de uma inclusão de
591 traçado viário, nós estamos tratando de colocar 40 mil pessoas em uma zona da cidade
592 que não existe nada. Isso aí em qualquer lugar desenvolvido do mundo, se fizerem o
593 projeto que incluía 40, seja em Paris, em Londres, seja onde for, 40 mil pessoas não vai ser
594 uma coisa... Vai ter consultas, isto é coisa de 2 anos. Eu não estou querendo atrasar o
595 processo, só quero dizer que tem que relativizar. (Falas concomitantes). **Maurício**
596 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
597 **Sustentabilidade - SMAMS:** Gente, o processo não vai ser deliberado, não está em
598 discussão, eu não quero polemizar. Eu tive a oportunidade de ir a Montreal, que é até um
599 exemplo para nós, tem a mais ampla participação em qualquer aprovação, até uma casa lá
600 tem participação. Até a título de esclarecimento, eu me encantei, a participação é por
601 internet, por carta, por email, não interessa, toda forma de manifestação é aceita, é uma
602 forma extremamente plural. Os empreendimentos mais complexos às vezes tem três
603 audiências públicas, o processo do protocolo, a liberação para construir é no máximo um
604 ano. Então, a gente tem que parar de achar que participação é sinônimo de demora. A
605 gente pode fazer todas as análises, todas as reuniões e virar a página, porque o problema
606 é que no Brasil o vencido não quer ser vencido. E não é o caso deste processo, às vezes
607 alguém tem um posicionamento e esse posicionamento não é contemplado e não
608 reconhece. Então, a participação é sagrada, participa, mas não pode ser eterna. Este para
609 está na conta da minha secretaria, a SMDE tem participação nisso, já fez manifestação,
610 talvez eu precise de mais um complemento ali, mas está na minha conta da minha
611 secretaria desde janeiro e assumo o ônus integral deste processo aqui, Conselheiro
612 Gomes. O processo não está em discussão, gente. Vamos para o ponto de pauta,
613 Conselheiro Felisberto. Eu lhe faço esse apelo. Em todas as manifestações o senhor se
614 manifesta, o que é muito positivo, se o senhor quiser se manifestar vai se manifestar, não
615 há nenhum problema quanto a isso, mas é para discutir algo que não está em discussão
616 aqui para deliberação. Eu faço um apelo se nós podemos deixar para um momento
617 regimentalmente apropriado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
618 **Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu tenho o maior respeito pela sua pessoa e
619 pelos demais conselheiros, mas certas coisas que são faladas aqui não dá para passar em
620 branco. Eu vou me permitir falar. O processo desta empresa ou deste fundo demora em 1
621 ou 2 anos. Agora, tem população na cidade que espera há 20 anos pela regularização das
622 suas vidas. Então, é um processo de um empreendimento que vai construir uma cidade
623 dentro da cidade tem que ter todos os cuidados sim, ainda mais que na Lomba do Pinheiro
624 este ano faltou água e o ano que vem há a previsão de faltar em toda a cidade. Então,
625 vamos colocar mais 40 mil. Quem vai abastecer essa população? É isso só. Lamento ter que falar
626 todas as vezes e eu vou falar todas as vezes que eu sentir necessidade. **Maurício**
627 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
628 **Sustentabilidade - SMAMS:** A única coisa que está em discussão é a alteração para
629 incluir residencial. Ele já poderia ter feito e tramita desde 2002, sei lá desde quando.
630 Alguém quer se manifestar? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
631 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Na reunião passada votação
632 dois processos? Aí dá tempo de resolver isso, um passou e nós assinamos, o outro nós
633 não assinamos. O que está passando está em vista... (Manifestação fora do microfone).
634 **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
635 **Sustentabilidade - SMAMS:** Ok. Eu lhe agradeço, vamos ver. É 3.06 e 3.07, nós vamos
636 resgatar. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
637 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCMDUA:**
638 Secretário, eu gostaria que tivesse uma situação de prazo em relação ao governo para



chegar a ponto de votação esses dois processos, tanto o Zaffari quanto a Phorbis, senão daqui a pouquinho vai completar aniversário aqui dentro. Não serão mais 6 meses e sim vai completar 1 ano. Nós vamos discutir toda a pauta e não vamos chegar a lugar nenhum. Eu gostaria de ver o prazo por parte do governo, ter um indicativo de votação, porque esta pauta já está atrapalhando o conselho, porque é toda terça-feira o mesmo assunto. Então, está ficando chato já para quem vem toda terça-feira. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu quero falar do projeto do aeroporto, da Phorbis, porque depois que eu fiz o parecer eu me debrucei sobre aquela área, por toda a região e tem coisas muito interessantes que eu acho que a gente precisaria aqui no conselho se debruçar sobre. Não se trata apenas da avaliação ou aprovação do projeto que está ou não está aprovado, mas de tudo que está acontecendo naquele entorno ali, tudo que está acontecendo naquela área. Os edifícios da OAS, grudados na Arena do Grêmio... (Manifestação fora do microfone). No entorno do Grêmio eu disse. Para bons entendedores meia palavra basta. Quero dizer que eu me debrucei sobre aquilo ali e tem uma série de problemas, que eu acho que nós deveríamos contemplar conjuntamente quando o processo do aeroporto retornar, porque o problema é tão grande, de tantas ordens, questão de alagamento, questão de esgotamento cloacal, uma série de coisas que a gente precisaria olhar conjuntamente para não criarmos um problema maior ainda. Essa questão toda de que temos levantado em relação ao projeto do aeroporto, associado aqueles projetos que estão sendo levantados ali, a ponte que está chegando, todo o trânsito que temos da RS-448, isso vai gerar um problema tão gigantesco que a gente não conseguirá mais resolver nesta cidade. Eu acho que quando esse projeto retornar deve ser contemplado junto com os projetos daquela área, senão vamos ter sérios problemas na cidade. Eu acho que isto deve ser colocado na ata, eu estou falando exatamente para isto, não é para tomar tempo desta reunião, mas para chamar a atenção de que vamos ter problemas sérios. Eu estou dizendo isso porque eu acho que faz uns 15 dias que eu trouxe o parecer e desde então estou estudando aquele entrono, aquilo é muitíssimo problemático. Nós vamos ter problema de abastecimento de água, problema de trânsito, problemas de inundação, problema de esgotamento pluvial, cloacal. Eu acho que a gente deveria pensar aquilo como uma área e não como um projeto mais projeto, porque nós vamos ter sérios problemas. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu acredito sim, óbvio, quanto aos prazos, ninguém está aqui pregando a morosidade, mas a gente não pode exigir que ele tramite mais rápido do que deve, nenhum processo. se qualquer empreendedor quiser celeridade, que ele vá e faça Oe empresa conforme manda a lei do Plano Diretor, ele vai entrar e fazer o empreendimento como cabe e vai ter aqueles trâmites. Agora, o que vem aqui são pedidos de alterações das regras. Se há alterações das regras nós devemos ter atenção para a alteração dessas regras, porque essas regras não estão ali de graças, estão ali para que se cumpra um planejamento e nós somos responsáveis por qualquer alteração nesse planejamento. Certo? Quer celeridade cumpra o rito, cumpra a regra estabelecida, o que se pede aqui é a exceção, parece que tem que repetir sempre! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Nem sempre, às vezes são 400 vagas, ele é obrigado a vir. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Sim, claro, mas nós estamos falando de dois casos que são monstros. E com todo o respeito, nós não podemos falar em mudança de atividade industrial para atividade residencial e comercial como se fosse pouco ou quase nada. Não! É um megaimpacto, é parcelamento, mas é outro projeto, é outra população, é outro impacto sobre toda aquela região e sabe-se lá o que mais. Nós tivemos aqui uma apresentação do Diretor do DMAE que a gente tem que lembrar e analisar esse processo.



A gente não tem a garantia de que quando ele for implementado na sua plenitude se o município vai ter recursos para colocar água para todo mundo ali. Não sou eu que estou dizendo, foi o Diretor do DMAE que deixou muito claro isso. Nós vamos esquecer disso tudo? Não, nós precisamos deixar mais do que nunca aberto e atento este conselho, Conselheiro. Então, é nesse sentido que está se colocando aqui, a gente não pode exigir que se cumpra mais celeridade, senão ele vai lá para a SAUP e acabou. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado, Conselheiro. Eu agradeço o posicionamento dos colegas. Item 3.02 está aguardando reunião. Nós estamos vendo o local e agenda, comunicaremos o conselho assim que tivermos. Item 3.03 é EVU na Nilo Peçanha, este processo estava com a conselheira da RGP. 8 e foi devolvido sem parecer. Então, nós vamos redistribuir, zerou os prazos aqui, enfim, como manda o regimento. O item 3.04, com a palavra a RGP. 5 e 7. **3.04. EXPEDIENTE: 18.0.0000014680.8. INTERESSADO: DEMHAB. ASSUNTO: Desgravames de Traçado Viário e de área verde. Ajuste de traçado viário. Ajuste nos limites de área verde e da subunidade 16 na UEU 86, Macrozona1. LOCAL: Rua Pedro Boticário, Bairro Partenon. RELATOR: UFRGS – Parecer favorável em 19/03/2018. PRAZO DO RELATÓRIO: 12/02/2019. VISTA À RGP. 7 EM 19/03/2019 COM PRAZO ATÉ 26/03/2019. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu vi que é para a RGP. 2, 4, 8 e 7. Estão presentes? Não. Eu gostaria de uma moção da sua pessoa a esses conselhos dizendo que quando não vier o titular que mande o suplente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, isto é praxe, eu não vou fazer isso... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Só um pouquinho. A 8 está sumida a horas. Eu pedi vista ao processo e está com a 7. Eu não tenho acesso ao processo, porque a ideia era uma semana para ela e uma semana para mim, não é? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, processo eletrônico não tem mais isso. Foi dado vista ao senhor e à RGP. 7 na semana passada, hoje é o prazo. Claro, a gente pode deliberar aqui mais uma semana. O processo eletrônico possibilita vista simultânea. Foi enviado para todos os conselheiros que pediram vista. O senhor quer mais prazo? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Mais uma semana. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém se opõe? Vou colocar em votação por aclamação. Quem é contrário à prorrogação de vista se manifeste. Os favoráveis permaneçam como estão. **PRORROGADO O PEDIDO DE VISTA.** Como semana que vem não vamos ter ordem diferente dia vai ficar para a outra semana. Item 3.05, vista à RGP. 4, que está ausente. Então, fica prorrogado para a próxima. O conselheiro me lembra aqui que não há requerimento de prorrogação, a gente teria como votar, mas eu entendo que a gente possa fazer esta votação de prorrogação por ser costumeiro pelo menos uma prorrogação. Então, coloco esta pauta, porque eu acho que de repente o conselheiro teve algum problema e não relatou. Até vou fazer a consulta se não está relatado no SEI, porque pode ter lançado o parecer. Então, se estiver relatado a gente volta nesse item, mas sigo a pauta. Há alguma oposição no meu encaminhamento? Item 3.06, vista à RGP. 5, 7 e ACESSO. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Peço mais uma semana. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou aguardar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, mais uma semana. Se alguém for contrário que se



manifeste. **PRORROGADO O PEDIDO DE VISTA.** Item 3.05, não foi juntado nada no processo, fica prorrogado também. Item 3.08 foi redistribuído ao Felisberto. Eu pulei o que estava fora, perdoem-me. O Item 3.07 o SINDUSCON com a palavra. **3.07. EXPEDIENTE: 18.0.00092000.9. INTERESSADO: SMDE. ASSUNTO: Inclusão de traçado viário. LOCAL: Hélia Fernandes Presser, Bairro Vila Nova. RELATOR: OP. PRAZO DO RELATÓRIO: 12/02/2019. VISTA À RGP. 6. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ACESSO e Cidadania gostaria de solicitar que fosse liberado vista, porque este processo, esta resolução que nós vamos votar diz respeito a 6 outros processos e não me foi franqueado. Na verdade, há vista a todos os processos, foi disponibilizado apenas de um. Então, eu quero que sejam liberados outro outros processos, porque é uma resolução que abrange 6 processos, para eu ter vista tenho que ter na integralidade dos processos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a senhora chegou a registrar isso antes do seu prazo? Só para entender. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu fiz a solicitação do processo e dos correlatos na quarta-feira às 9 horas. Foi encaminhado às 10 horas pelo André ou pela Sabrina a liberação de apenas um dos processos. Como eu pedi desde o início os correlatos, quero todos os processos liberados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida. Só para saber, durante a vista poderíamos ter resolvido isso. Então, fica a cargo da secretaria esta demora. Vista a RGP. 6 e SINDUSCON também. **Antônio Carlos Zago (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Nós não vamos nos manifestar este momento. O Rogério estará na próxima reunião e fará a manifestação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, nós realizamos uma reunião com a região para discutir este processo, não houve óbice, alguns moradores já conheciam o histórico dos vários projetos que se iniciou na região. Então, ressalta-se que o grande benefício para a região é a abertura dessa rua, que permite fazer uma ligação da Monte Cristo com o outro lado, em uma região que é pouco vascularizadas, são quarteirões enormes. Esse compromisso já estaria pelo promotor do empreendimento. O que ocorreu ali? Pela necessidade de atualizar o mapa do Plano Diretor se aproveitou essa oportunidade da discussão neste território para incluir essas outras diretrizes. Ao empreendedor bastava que ficasse com o primeiro trecho do lote dele, inclusive, comunicando-se com a Monte Cristo. Os técnicos da prefeitura aproveitaram a oportunidade para colocar essas outras diretrizes, atualiza o Plano Diretor e libera um monte de processos que poderiam vir acontecer para a regularização dos seus imóveis. O empreendimento já abriria em 400 metros, unindo a Monte Cristo com a Enfermeiro Ventura, que é um excelente ganho para a região. Na verdade, está muito difícil da prefeitura investir em abertura de ruas, tanto que tem uma portaria assinada pelo prefeito e pelo secretário da Fazenda, dizendo que a prefeitura não tem condições de fazer desapropriações para promover qualquer tipo de obra hoje. Isso já estaria resolvido. Então, a comunidade que foi ouvida e se manifestou é amplamente favorável, posição que eu já tinha, porque eu fui algumas vezes com o conselheiro Emerson, que foi o relator. Então, a Região 6 está de acordo com o processo, após ouvir o Fórum de planejamento da Região 6. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** O que de repente a conselheira não entendeu bem, a Conselheira da ACESSO, porque cita 6 processos. Na verdade, os processos são citados dentro do SEI, mas não são 6 processos, eles são citados dentro do SEI e tem resumo de todos os diagnósticos, todas as análises desse processo dentro do SEI. Ele é bem



complexo porque teve uma empresa que era responsável por um loteamento maior, que é vizinho a essa inclusão de traçado viário que não deu andamento. Por isso que deu essa confusão desse um monte de processos. Eles estão citando porque esses processos vão ter interligações de ruas previstas pela Secretaria de planejamento. Por isso foram citados, não quer dizer que vão ser atendidos com a inclusão de traçado viário. Até porque o processo desses dois que foram citados juntamente à inclusão de traçado viário, dois estão praticamente parados, não tem movimentação nenhuma. Então, é só um processo que está em pauta, que é a que atinge a Monte Cristo 386, este é o objeto discutido. E essa inclusão de traçado viário da Hélia Fernandes Presser só está se dando em relação razão desse empreendimento que vai ter que ter acesso a lote público. Então, não pode fazer essa confusão, está bem claro no SEI, só tem que ler bem o processo para entender.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Agradeço ao esclarecimento do Emerson, mas se as diretrizes viárias vão atingir os outros processos e estão referidos, não há como avaliar uma questão sem conhecê-los, né, Emerson? Então, são 6 processos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei intrigado, pode este processo servir de instrumento para que os outros sejam aprovados, reconheço que estou aprendendo, mas se tem alguma menção no processo tem que ter o devido cuidado na análise. Esta é a minha observação. E a Claudete é muito atenta na análise dos processos, podemos não concordar muitas vezes com a demora na sua fala, mas ela é muito criteriosa na análise do processo. Então, se ela levantou e pediu a vista é porque notou alguma coisa. Então, estou de acordo contigo, Claudete. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, não caracterizaria uma diligência o pedido da Conselheira Claudete? Tem os processos indicados, provavelmente estão em papel, talvez peça para a outra secretaria para vir. Eu quando peço processos de outras secretarias é diligência. (Manifestação fora do microfone). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Bom, se tu queres definir como diligência, eu estou solicitando vista, que é o exercício do meu direito. Eu espero não ter que usar outras vias para exercer o meu direito de ter vista. Então, se ele é físico que seja colocado à disposição na secretaria. Na verdade, é um requerimento da secretaria, onde ninguém assina, feito em setembro de 2018 e nós temos nem o responsável que assina pelo requerimento. Começa com recortes avulsos de processos, outros de 2012, 2010, 2008. É só ver, ele é eletrônico, é só colocar ali para todo mundo ver. Como são referidos e este traçado viário afeta, preciso conhecê-los. É simples. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos colocar o processo aqui. Nós temos uma divergência, se seria vista ou diligência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Querem discutir o meu pedido de vista? Tudo bem! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Secretário, este pedido de inclusão de traçado dentro dos processos não é de 2018, já vem desde 2008 do primeiro processo que atendia a empresa CIPAR. O outro processo veio de um projeto na Atílio Superti, 700, que vem de 2012. Então, não são processos novos de inclusão de traçado. Não é somente o processo em si, já tem outros pedidos, outros atendimentos da Secretaria de Planejamento desde 2008 e 2012. Dentro dessa inclusão se colocou as diretrizes, já tem uma previsão de diretriz, a prefeitura já vem planejando esse espaço desde 2008, não é que agora entrou esta inclusão, já tem um histórico. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O processo está aberto aqui no telão. Emerson, se tu quiseses mostrar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**



Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu queria fazer um apelo, a gente volta e meia é acusado de retardado, de burocratizar, de fazer a reunião se estender. É tão simples. Eu vou tentar ajudar, sei lá se é ajudar. Se tem um processo que está em vista e envolve outros processos, dá vista aos outros. até parecer que quando a gente levanta as coisas e fica *sub judice* ou fica aquela coisa no ar, até parece que tem alguma coisa. É tão simples, todos os processos que são referentes ao que está sendo discutido aqui tem que ter vista aos conselheiros que estão pedindo. Eu acho que não precisaria nem discutir isso, é uma coisa burocrática da secretaria do conselho dar a vista, a não ser... Fica no ar isso. É muito simples, eu não sei porque essa discussão. Eu não sei se em algum caso foi negado vista a algum conselheiro durante toda a história deste conselho, que pediu vista a um processo e não obteve. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu acho que o seu ponto de vista não é bem o que está colocado aqui. O que está colocado é o seguinte, o processo foi pedido vista e teve vista. Nós estamos falando de outros processos e o conselheiro relator... E eu estava falando com a Patrícia aqui, está atestando que este processo não tem nada a ver, a aprovação deste não depende... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas se está escrito é um direito elementar. O senhor está dizendo, a Patrícia está dizendo, quem sabe a Patrícia pode estar enganada. É um direito elementar, Secretário, o senhor é advogado, por favor, e eu sou arquiteto. É um direito elementar, mas por que não dar vista? Vamos ficar horas discutindo se pode ou não pode. Tudo tem que judicializar, tem que discutir, tem que se estressar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o senhor que está dizendo que não se quer dar, a gente está tentando esclarecer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Bom, já que é muito polêmico, Secretário, eu vou fazer um encaminhamento, já que é tão difícil assim quero fazer um encaminhamento. Eu quero mais prazo e neste período eu vou vir na secretaria ver todos os processos, porque a todos os colegas foi deferido mais prazo para vista, agora vamos discutir se vou ter mais prazo ou não. E virei na secretaria para ver os processos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** São quantos processos? Onde estão vinculados? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tem um eletrônico e os outros talvez sejam físicos, mas que podem estar digitalizados. Eu não quero olhar agora, Presidente, eu quero olhar no meu direito de vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas o plenário quer, o plenário não pode? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pode, Secretário, tranquilamente. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Colegas, eu tenho, não, eu tenha, não sou mais nada aqui. Eu tenho colegas que encaminham as resoluções, que são colegas extremamente técnicos, preciosistas no exercício do seu trabalho, que não tem absolutamente nada a esconder. É isso que dá entender, porque eu fico às vezes indignada. (Manifestação fora do microfone). Não, deixa eu falar agora! A colega na maior da sua boa vontade fez uma pesquisa dos terrenos atingidos, dos que serão atingidos por este gravame, que um dia passaram por algum desmembramento, alguma coisa assim. Deste caso eu sei que essas áreas não estão tramitando ou uma delas não está tramitando, não importa. Faz tempo, eu não vejo problema nenhum e não tenho nenhum comprometimento que isso não possa dar ou não possa ser visto. Não, isso não é um problema. A única coisa é que vai ter que chamar o processo por uma coisa que é uma



resolução, é uma questão de território. Aquela rua ali impacta em tal ligar, se aquela rua é boa para o local, se é boa para a população, se vai resolver um problema de mobilidade. Na verdade, o menos importante é o empreendimento que está ali, o importante é... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Patrícia... **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Não, deixa eu terminar de falar... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tu acabaste de falar que não é mais nada aqui... (Falas concomitantes). **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** É uma questão de estruturação urbana de cidade. E a colega por preciosismo, eu acho que ela está correta em fazer isso, só citou os processos que foram atingidos. É isso. Quer chamar? Tudo bem. Vai atrasar? Paciência. Eu não vejo que tenha um impacto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Com todo respeito à colega Patrícia, eu represento o sindicato, nós defendemos os funcionários, os CCs que trabalham. Tu começaste dizendo que não tem nada a ver com isso... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isto não é Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria que fosse explicado, a colega Patrícia acabou de dizer que não tem nada a ver com isso. O que ela está fazendo aqui? Primeiro... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, só um pouquinho. Ela é conselheira tanto quanto o senhor, vamos se respeitar aqui. Ela não tem nada a ver com este processo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Ela é conselheira. Ah, então, é conselheira? Tá! Tudo bem. Eu gostaria de falar o seguinte, Secretário, sobre este processo... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor pediu uma Questão de Ordem e até agora não se manifestou em Questão de Ordem. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretaria, eu já fui técnico, já fiz parecer, já presidi este conselho, senão precisasse vamos acabar com o conselho. eu estou me colocando no meu lugar, se eu vou no conselho e digo que os meus técnicos fizeram o que não precisa ninguém ver, então, acaba com o conselho! é tão elementar. Eu estou achando que tem alguma coisa nisso, agora estou achando! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor que está dizendo isto, conselheiro! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sim, eu estou dizendo e quero que fique gravado. Por que tanta resistência? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Pessoal, está bem clara aqui a imagem, eu apresentei esta imagem na última reunião. Se alguém quiser fazer alguma denúncia que faça por escrito. (Manifestação fora do microfone). Não, não tem que ficar ameaçando ninguém, aqui todo mundo tem direito a falar. Tem que respeitar a conselheira quando está falando, porque quando o senhor fala todo mundo respeita. Então, temos que respeitar. Está bem clara a situação, é para vai atingi a diretriz, a Hélia Fernandes, que é um processo de ligação da Monte Cristo com a rua que eu não lembro agora o nome, vai atingir esses processos, por isso foram citados os processos. E as inclusões de diretrizes são previsões, não quer dizer que vai ocorrer agora a abertura de vias. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, tu



833 quer que eu avalie sem saber o que vai ser atingido, sem olhar os processos, Emerson?
834 É um direito que eu tenho de vista e ver o que vai ser atingido. É simples. **Emerson**
835 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
836 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Conselheira, eu entendo o seu
837 direito. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
838 **ACESSO CDH:** Secretário, vamos tirar o regimento e garantir o direito de vista, porque
839 assim não dá. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
840 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu
841 entendo como diligência a citação da conselheira. **Maurício Fernandes, Presidente e**
842 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou colocar
843 em votação. Eu não entendo que seja caso de diligência, é um pedido de vista onde a
844 conselheira foi bem clara na sua fala, ela teve dúvidas para poder analisar. **Claudete Aires**
845 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, eu não
846 tive dúvidas, Secretário, eu solicitei vista ao processo e seus correlatos, porque não há
847 como fazer uma análise sem conhecer o todo. Se aqui a secretaria está acostumada a
848 decidir as coisas sem conhecer os procedimentos, não é do meu feitio. Nós temos
849 responsabilidade! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
850 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está esclarecido, Conselheira Claudete, e
851 todos os demais conselheiros tem responsabilidade no que fazem aqui. **Luiz Antônio**
852 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu me
853 senti atingido. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
854 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu peço silêncio, eu não gostaria de
855 tumultuar, nós estamos no último ponto de pauta, vamos acalmar. Eu vou encaminhar para
856 a votação. O art. 18 fala da prorrogação de prazo de vista, este prazo é definido por
857 votação do plenário, mas nós temos três pedidos de vista neste processo: RGP. 6,
858 ACESSO e SINDUSCON. Então, a questão aqui é a prorrogação de prazo, nos outros
859 processos eu fiz votação por aclamação, que foi bem tranquilo. Neste aqui alguns
860 conselheiros querem votar o processo, a gente tem que respeitar o plenário. Então, o que
861 se tem é uma prorrogação de um pedido de vista que vai a regime de votação. Quem é
862 favorável à prorrogação do pedido de vista, por favor, que se manifeste. (Contagem de
863 votos = 16 votos). Contrários? (Contagem de votos = 01 voto) Abstenções? (Contagem de
864 abstenções = 02 abstenções). **PRORROGADO O PEDIDO DE VISTA.** Então, será
865 renovado o pedido de vista com os expedientes correlatos. Temos por encerrada a reunião
866 de hoje. Obrigado!

875
876
877
878 **Maurício Fernandes**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

879 *Presidente*

Secretária Executiva

880

Relatora

881

882 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2795/2019

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia de Oliveira Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de transporte e Circulação – EPTC; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz, **Secretária Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2792; 3. Apresentação do funcionamento das aprovações de projetos e contrapartidas sob responsabilidade da PGM; 4. Comunicações; 5. Processos na pauta do Conselho para conhecimento. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h36min. 1. **ABERTURA**. Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Muito boa tarde a todos os conselheiros. Eu quero registrar e agradecer a presença do Presidente da ASBEA, o Vicente Brandão, que está aqui conosco. Seja bem vindo, obrigado por acompanhar a reunião, quero também apresentar aos senhores a Gabrielle, nossa servidora que está entrando e vai assumir a Secretaria Executiva do Conselho. A Sabrina e o Andrezinho continuam conosco e a Gabrielle vai nos acompanhar permanentemente. Seja bem vinda, Gabrielle. Depois a



gente troca a lista de emails e contatos. Qualquer coisa que vocês precisarem podem procurar direto a Gabrielle ou a mim também, o próprio Andrezinho, a Sabrina, fiquem à vontade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: QUESTÃO DE ORDEM, Senhor Secretário.** Há tempos fizemos todo o ritual da Macro 10 e tenho informações que o Sr. Prefeito já homologou, já assinou o documento. Então, nós gostaríamos de solicitar que acontecesse a primeira reunião. Também solicitar que essa reunião fosse aqui, no horário anterior, para que a gente possa aproveitar bem o horário da tarde e permanecer aqui, até por custos e porque fica mais fácil para todos nós. Então, essa é uma das questões, eu já havia solicitado, o senhor ainda estava de férias, mas nós não recebemos nenhum retorno. Outra questão, mesmo não havendo votação hoje, eu gostaria de ver a possibilidade de ser invertida a Ordem do Dia. Pode ser? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a questão da reunião, isso não é questão de Ordem, mas está anotado. Eu peço que a Gabrielle diligencie as reuniões da Macro 10, que são sob responsabilidade da SMDE. A gente encaminha sim o seu pedido sem problema algum. Depois só ajusta com a Gabrielle qualquer questão para diligenciar. Em relação ao pedido de inversão de ordem, a ideia é fazer comunicações agora? É isso? Está bem. O Conselheiro Sérgio Brum também está pedindo. Eu coloco em votação a inversão da pauta para fazer comunicações neste momento. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 18 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Então, está invertida a pauta. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Nós vamos continuar até o convidado chegar, é isso? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, foi invertida a pauta, conselheiro. Acabamos de inverter a pauta. Então, como é de praxe o microfone começa passando, 3 minutos cada um. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu ia levantar um assunto que todos vocês estão vendo na cidade hoje, que é o uso dos patinetes, isso é mobilidade urbana, isso eu pelo menos não tenho conhecimento, talvez eu não esteja adequadamente informado sobre qualquer licenciamento desses veículos, não tenho conhecimento sobre qualquer licenciamento da empresa que está comercializando esses veículos, o uso desses veículos. Não vejo nenhuma regulamentação, os veículos estão sendo utilizados dentro de um raio definido pela empresa e dentro desse raio, após a utilização são atirados em qualquer lugar. Em frente ao meu escritório esses dias tinha 03 patinetes na calçada, atirados de qualquer jeito lá. Estavam lá na calçada, as pessoas tinham que contornar na calçada, as pessoas tinham que contornar os patinetes para percorrer a calçada, por sorte eles não colocaram na entrada de carros, senão talvez alguém passasse por cima daquela geringonça. Bom, eu acho que qualquer coisa que circule nesta cidade deve, em primeiro lugar, ter licenciamento para circular. Por quê? Vão esperar um patinete atropelar uma velhinha, a velhinha morrer para ir pensar no licenciamento? Não é por aí! A segunda coisa, penso que qualquer empresa que opere qualquer serviço nesta cidade tem que estar licenciado pelo município. Tem que pagar ISQN, tem que se submeter a uma regulamentação e eu não estou vendo regulamentação nenhuma, não sei se esta empresa responde e se responde perante quem. Bom, fora isso eu vejo que se não está licenciada, se não tem autorização para prestar serviços e presta serviços com veículos, a EPTC deveria pegar um dos seus guinchos e ir juntando uma pilha de patinetes, jogando em um depósito onde eles estivessem apreendidos até serem regulamentados ou não. Se não fazem isso, eu estou enxergando, ela está enxergando, tu



estás enxergando, o prefeito está enxergando, a EPTC está enxergando, o secretário que licencia os alvarás para comércio e serviço está enxergando. E se ninguém está fazendo nada e deveria fazer, é improbidade administrativa. Então, essas questões interessam para nós aqui sim no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Isto é meio ambiente? É. Isto é mobilidade urbana? É. Isto é uso do espaço urbano? É. Ou será que patinete é mobiliário urbano licenciado? Se não é eu acho que nós temos que buscar as providências, Secretário. Era isso o assunto que eu queria levantar. Obrigado! **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Pessoal, o meu informe, no dia 31 teve o carnaval da Cruzeiro, um carnaval comunitário, botamos quase 4 mil pessoas a comunidade participou, o comércio vendeu bastante bebida. Então, no carnaval também dá dinheiro, a costureira dá emprego, tem o governo municipal com esta visão. No Rio de Janeiro dá dinheiro, em São Paulo, na Bahia, em Porto Alegre ainda estamos discutindo. Na comunidade também dá dinheiro, são os cursos para a gurizada sobre carnaval, dança, a comunidade da periferia, da favela participa. Então, foi muito bom o nosso carnaval comunitário. Quero convidar os nossos conselheiros para o dia 06 agora, na rua (Inaudível), mobilidade urbana saudável. É um projeto que estamos trabalhando na região, que a primeira coisa é ver a Avenida Tronco, a extensão dela, aí o arquiteto louco dessa avenida, para mim é um louco, criou uns bairros bolsões, com uma largura nos canteiros e o pessoal não tem uma praça, não tem uma área de lazer, está prejudicada. Nós tínhamos 4 campos, a gurizada jogava futebol e as famílias iam com seus filhos. Esse arquiteto que projetou essa avenida não olhou a comunidade, olhou ele, o ego dele. Inclusive, eu me sentei com o Secretário Maurício para nós fazermos a área de lazer, porque só precisa disso aí. Como projeta um bairro sem praça? Se fosse na Goethe, na Assunção – Ah, não! Esse arquiteto sentaria com a comunidade da Assunção, porque respeitaria os advogados, os arquitetos, ia apresentar o projeto. A favela não, quase colocam goela abaixo. E não muda, depois do arquiteto fazer um projeto não aceita ser mudado. O ego do arquiteto é muito perigoso, porque não admite mexer no projeto dele. Com isso o grande problema, ele não aceita. Só tem uma coisa, ele vai para casa dele, vai para Miami, nós ficamos na favela. Então, eu gostaria de pedir aos conselheiros que se pudessem no sábado, das 9 às 12 horas, tem uma equipe de arquitetos, de jovens, uma gurizada nova, que vão apresentar para a comunidade esse projeto que vai ter, porque vai ter a ciclovia na avenida. Agora, a minha preocupação é colocar uma ciclovia na Tronco, porque ali vai ser brabo, porque o assalto vai pegar, né. (Risos). Isso vai ser brabo. (Sinalização de tempo esgotado). Peço aos conselheiros, inclusive, a minha amiga arquiteta da UFRGS, que está presente aqui, que eu admiro ela, se estiver presente lá, porque tu és a pessoa principal dessa articulação. (Aplausos). Para ela eu bato cabeça! Kaô, meu pai! Kaô! Kaô! Então, pessoal, meus conselheiros, isso vai ser uma coisa importante para a nossa avenida, que vai ligar a zona norte com a zona sul.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Primeiro, saudar a todos conselheiros e conselheiras, mas é interessante o que está acontecendo em Porto Alegre. Eu estou me perguntando qual é o papel deste Conselho na política urbana de Porto Alegre, porque são tomadas decisões sem passar por este Conselho. Agora, o mais novo negócio são os parques e praças. Amanhã, na Câmara de Vereadores, terá a votação, entraram na calada da noite com o tal projeto, o prefeito se acha dono de Porto Alegre, eu não sei qual a legitimidade e quero que os juristas expliquem qual a legitimidade que um prefeito tem que tomar uma decisão que prejudica a população, em nome de uma votação que não estabeleceu a maioria. Eu quero, como advogado, começar a questionar a legitimidade da decisão de tomada tanto pelo prefeito quanto pela Câmara de Vereadores, em conchavos escusos em troca de cargos. O



Ministério Público tem que tomar uma medida, é sério o que está acontecendo em Porto Alegre em detrimento da população. A população tem que ser ouvida, tem que ser respeitada. Não é uma maioria eventual que legitima os atos. Nós estamos em um Conselheiro eleito, representamos aqui comunidades que sofrem má gestão dos gestores. Se os parques não estão sendo atendidos há problema com os servidores. Estão tirando servidores, como vai funcionar a máquina pública? Não tem como funcionar. É lamentável o que está acontecendo e a população vai padecer disso. Não adianta os grandes empresários acharem que tudo é negócio, que tudo é ganhar dinheiro. Pô, pelo amor de Deus! Porto Alegre está virando um negócio. Agora, o prefeito tira foto com a estátua do Laçador na Orla, faz uso da Orla para trazer o Pokémon, caça ao Pokémon. Então, a discussão dos problemas da cidade, das comunidades que precisam, a Restinga passando pela violência desse fim de semana. E cadê o prefeito? Houve alguma manifestação do Seu Júnior? Nenhuma! E ele é prefeito de que cidade? É lamentável! (Sinalização de tempo esgotado). E Porto Alegre não é uma cidade para ser encilhada. A minha indignação é como cidadão de Porto Alegre, mais do que conselheiro deste Conselho. E penso que a PGM, hoje temos a PGM aqui., tem que também cuidar os atos do prefeito, porque vai ter muitas ações contra a prefeitura por má gestão. Quero que a prefeitura responda a aplicação dos fundos, vereadores que eram gestores anteriormente. Se for necessário vamos começar a nominá-los, porque administraram os fundos e usaram mais os fundos. E pôr a culpa nos servidores não mesmo! Não mesmo! Era isto e obrigado. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Boa noite. Eu vou também voltar à questão do projeto de lei que será votado amanhã e se possível que o secretário explicasse algumas questões. O projeto de lei é para autorizar e conceder os serviços de operação, administração, conservação, manutenção, implantação, reforma, ampliação ou melhoramento, bem como o uso de praças públicas e parques urbanos. Esta concessão se dará por processo licitatório, do qual o empreendedor privado poderá ter uso do espaço público por 35 anos. A minha filha, que tem 4 anos, vai ter 40, vai ter a minha idade quando acabar a concessão desses espaços. É prevista a cobrança de tarifa para acessar partes dos parques públicos ou das praças, os espaços públicos de Porto Alegre se tornarão privados, seletivos àqueles poucos que puderem pagar. Os projetos serão elaborados, como já tem a TMI do Parque da Harmonia, também pelo setor público. Os projetos urbanos e os planos de negócios serão elaborados pelo setor público, assim como foi o Cais Mauá, que é uma concessão que está há 10 anos fechada para a população, sem nenhum investimento privado sem nenhuma melhoria de ambiente construído. É o mesmo modelo da parceria público privado que ia se implementar para o metro de Porto Alegre, que não aconteceu. A Prefeitura de Porto Alegre perdeu R\$ 1 bilhão a fundo perdido por meio desse modelo de implementação de projetos urbanos. Além disso, é previsto no projeto de lei que novas receitas poderão ser instituídas para prever o equilíbrio econômico financeiro de quem? Do setor público ou do setor privado que vai investir nos parques? Depois, no projeto de lei, cabe à administração pública municipal a fiscalização do contrato, que vai ser realizada pelos servidores públicos? Não, vai ser realizada também pelo setor privado, por meio de termos de cooperação, por meio de terceirizados, por meio de convênios. Lembro aqui que é por causa de um termo de cooperação com o setor privado CIERGS que as obras da Copa estão do jeito que estão, por isso a Tronco está do jeito que está. Então, eu coloco aqui uma situação gravíssima esse projeto de lei, porque no projeto de lei não há nenhuma precisão de garantia do bem comum, somente os interesses privados são assegurados por este projeto de lei. Bom, os desdobramentos disso (Inaudível), desigualdade social, segregação social, só vai aumentar. O Paulo Jorge estava dizendo que não tem praça na vila, agora não vai ter praça no resto da cidade,



196 porque tudo vai virar shopping, só pode entrar em paga. É isso, eu acho uma situação
197 muito séria, isto não é uma questão de gestão pública, é uma questão de planejamento
198 (Inaudível) vai gerar uma série de desdobramentos que a prefeitura não prevê no seu
199 projeto, não tem nenhuma garantia e nenhum interesse com a coisa pública. Muito
200 obrigada! **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de**
201 **Planejamento Três – RGP. 3:** Boa tarde, colegas. É preocupante a colocação da colega,
202 realmente, a gente tem que dar uma analisada. Eu só queria reforçar o que o Sérgio colocou
203 muito bem em relação aos patinetes. Eu vivenciei isso também na minha rua a poucos
204 dias. Eu queria só deixar registrado três questões da minha região. O que nós estamos
205 enfrentando, duas são para a EPTC, a questão do nosso gargalo Bernardino Silveira
206 Amorim com a Av. Assis Brasil, se tem como a gente melhorar, fazer algum estudo, alguma
207 coisa que melhore um pouco a situação na entrada. E eu sugiro que a gente faça uma
208 vaquinha para comprar microfones novos. (Risos). É um gargalo que se forma na Assis
209 Brasil com a Bernardino. O segundo item para a nossa colega da EPTC, a EPTC usa a
210 faixa exclusiva de ônibus do trecho da Assis Brasil, do Triângulo até a Bernardino Silveira
211 Amorim com a Assis Brasil, o que no questionamento que foi feito na reunião da minha
212 RGP, não há necessidade, porque dificulta mais ainda o acesso que a gente está tendo
213 dos veículos que seguem para cachoeirinha e Gravataí. Então, eu peço para a colega
214 ajuda, se puder dar uma olhada nesse assunto. E outra, agora vamos falar de notícia boa.
215 Nós temos duas creches na Região da Eixo Baltazar que estão abandonada, que faziam
216 parte de verbas do Governo Federal, enfim. A gente teve uma reunião com a SMED na
217 terça-feira, com a nossa suplente, a Laura, e conseguiram alinhar para que a gente
218 possa continuar aquelas obras, inclusive, com contrapartidas que já temos na região, que
219 estão sendo trabalhadas para isso. No mais é isso. Obrigado! **Hermes de Assis Puricelli**
220 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu
221 gostaria de e reforçar também a questão dos patinetes, eu deixei passar. Não reforçar, eu
222 acho que tudo já foi dito, eu gostaria de formalizar um pedido de esclarecimento da
223 prefeitura. Isso, como foi dito, é uma questão de mobilidade urbana e é importante que a
224 gente saiba, porque nós somos além de conselheiros formadores de opinião, cada um
225 representa uma entidade, uma comunidade. Então, a gente também não quer levar
226 desinformações, nem falando mal, nem falando bem da prefeitura, a gente quer transmitir o
227 que realmente acontece. É uma coisa que tem acontecido e deixar claro, não tem nada a
228 ver contra a economia criativa, eu acho ótimo isso, mas as questões urbanas têm que ser
229 tratadas em um nível oficial. Já chega os nossos camelôs ocupando as ruas de maneira
230 ilegal. Eu pedi a palavra só para esclarecer ao Paulo Jorge. Paulo Jorge, eu não sei se foi
231 arquiteto, talvez tenha sido engenheiro, mas não é isso, eu vou fazer a defesa dos dois.
232 Assim, essas empresas são contratadas. Primeiro, os projetos já foram feitos, já foi dito pela
233 Clarisse, lá no governo ainda do Fogaça, foi através da FIERGS, da CIERGS, que é um
234 braço, eu ainda estava no planejamento e foi dito assim... O Baggio que era o nosso
235 supervisor chegou na nossa sala e disse: "A CIERGS vai fazer todos os projetos
236 urbanísticos da Copa, inclusive a Tronco". Os técnicos disseram: "É impossível, ninguém
237 faz nada de graça. Ah, não porque eles vão doar, porque depois eles têm interesse me
238 pegar as obras das grandes empresas". Todos os projetos que foram feitos foram para
239 Brasília, não foram aceitos, o financiamento não foi executado porque não eram projetos,
240 eram estudos, eram rabiscos. Depois todos os projetos foram pagos, como tem que ser
241 pago, por uma licitação, um preço direitinho, bonitinho. O que eu queria dizer é que quem
242 encomenda esse projeto, seja para engenheiro, para arquiteto, seja para quem for, e pode
243 ser um projeto em outra área nós urbanística, não diz assim: "Tu fazes aqui um estudo!" Eu
244 tenho certeza que se fosse um arquiteto, sem querer ser corporativismo, ele ia fazer uma



praça lá, mas não, é projeto viário, já vem pré-definido, inclusive, vem com um traçado pré-definido para ele desenvolver o projeto executivo. É só para esclarecer, não estou fazendo a defesa... Também estou fazendo, mas é para a gente não levar esta pecha de que todos os arquitetos são... Que não pensaram na praça. E agradecer às palavras do Felisberto, também para terminar, eu continuo e vou continuar denunciando o que foi feito na prefeitura com os funcionários, com os servidores, o projeto de lei. Não quero ser agressivo, eu sempre digo isso e termino sendo, porque não tem outra forma, mas agora a gente vê todos os setores da prefeitura CCs sendo transformados, sendo exonerados e aparecendo novos CC. Este é o preço que eu como aposentado, contribuo como aposentado e que os outros que são funcionário aqui, ou aposentados, estão pagando, ou melhor, é o preço que o Prefeito Marchesan pagou para aprovar esses projetos, comprando os vereadores através da distribuição de mais de 100 CCs. Isso aí eu assino embaixo, quero que fique em ata, porque se alguém quiser me processar, isto está no DOPA. Nós aprovamos o desmonte da prefeitura através da compra dos vereadores, o MDB dando CCs à rota aí. Isto todo mundo sabe e a gente vê. Eu não vou citar nomes, mas todo mundo está vendo em todas as secretarias. Secretário, eu vou continuar denunciando isso enquanto eu estiver aqui. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Assim, eu queria continuar na fala da representante Clarisse, do IAB, fazendo o seguinte questionamento sobre essa questão dessa lei que eu não tenho clara. Por exemplo, Secretário, claro que a maioria não vai ter interesse em uma praça chamada Roseli Nunes, lá na Lomba do Pinheiro, mas tem umas questões legais. Por exemplo, se nós estamos solicitando toda a revitalização... (Falas concomitantes). Por favor, conselheiros! Se não têm interesse, pelo menos para os outros ouvirem. Se houver uma questão de revitalização por uma verba federal, como nós pedimos e foi encaminhada toda a revitalização dessa praça, como era no início, como fica se estiver em uma concessão? Tenho dúvidas, porque a nossa associação que cuida dela até hoje não tem mais valor legal nenhum, nós podemos se tiver um interessado, nós perdemos essa relação, moramos na comunidade há anos, conquistamos ela e deu, não tem mais. A outra questão que me preocupa, em relação à questão do que eu solicitei aqui, da questão da Macro 10. É que as coisas estão correndo muito rápido fora daqui. Eu até fui cobrada esta semana por uma semana por uma instituição de que eu havia me pronunciado contra alguns projetos que vão sair na nossa região. Eu não sou uma mulher de recado, quando eu quero dizer alguma coisa eu falo aqui, eu não preciso que ninguém vá informar, seja empreendedor, alguma coisa ou que alguém vai me chamar atenção em relação a isso. Eu não sou mercadoria ou programa por alguém para servir alguém daqui ou seja quem for. Eu represento a minha comunidade. Também já falei que eu não sou sectária, eu tenho um posicionamento, a hora que nós tivermos que aprovarmos... E as coisas estão correndo muito rápido, principalmente em relação à Macro 10. E nós não queremos ser pegos de surpresa. Então, nós precisamos urgente da instalação dessas reuniões. É isso que está nos preocupando profundamente, Secretário. Eu sei, o senhor já explicou que não é aqui, que isso é em outra secretaria, mas é o canal que nós temos para estarmos dialogando em relação a isso. Por último, ontem nós tivemos uma audiência pública na a região, com mais de 400 pessoas, que não tinha mais lugar onde colocar o povo dentro daquele ambiente, foi chamado pela Assembleia Legislativa, pelo Deputado Estadual Edgar Preto e pelo Deputado Sebastião Melo, que foi nosso vice-prefeito, sobre a questão da água. Não teve a presença da prefeitura, acabou um deputado estadual, não sei o nome do rapaz, ele é bem novo, é do PSDB, que é de Passo Fundo e representou a Prefeitura municipal de Porto Alegre. Imagina o conhecimento dele em relação a nossa região. Foi peitudo, mas foi engraçado. Então, Secretário, era isso, só para me manifestar, para dizer como são as



coisas na nossa região. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu vou falar em rapidinho, porque estou bem curiosa... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Por favor... Sobre a questão da EPTC, eu levei uma multa terrível porque à noite... (Manifestação fora do microfone). Não, só um pouquinho! Não estou legislando em causa própria. Aqueles traçados à noite a gente não enxerga onde começa e onde termina porque não tem uma sinalização. Então, eu i dobrar logo em seguida e entrei um pouco antes, provavelmente, dentro da nova legislação, que eu não tenho conhecimento nenhum, mas agora eu estou tendo. Então, queria solicitar uma reunião com a EPTC para nós tratarmos desse assunto, por gentileza. Não por causa da minha situação, mas pela situação de Porto Alegre. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Então, como eu estava falando, eu vou falar bem rapidinho, porque eu estou bem curiosa para ver a apresentação da PGM sobre aprovação de projetos e contrapartidas. Eu quero falar quatro coisas, uma é sobre os elevadores. Sinceramente, eu estou ficando apavorada, dá uma taquicardia quando vou subir no elevador, porque ele demorou uns 3 segundos para abrir aqui. Meu Deus do céu, eu acho que eles estão ficando muito perigosos de verdade. Talvez pudesse fazer a manutenção de um deles e manter este um funcionando, fechar os outros três, mas ao menos ter um com uma manutenção funcionando. Isto é absolutamente... Sabe? Faz mal para a gente! A outra questão que eu queria falar, eu acho que a gente precisaria de um esclarecimento, assim como vários já falaram, o Brum e tal. Talvez a gente pudesse chamar alguém da EPTC para esclarecer essa questão dos patinetes, porque eu acho que é uma questão significativa. A outra questão que eu gostaria de falar é que eu passei o ano de 2017 e 2018 falando sobre a questão da violência em Porto Alegre e a gente continua com esta questão. Eu acho que nós precisamos ter uma conversa sobre isto. E eu acho que este é o lugar para se ter essa discussão. Outra questão é em relação ao que foi apresentado aqui pelo IAB, eu acho que nós precisaríamos de uma sessão especial aqui no conselho para discutir essa questão dos parques. Eu sugiro que a gente tenha uma sessão especial do Conselho para fazermos uma discussão sobre essa questão dos parques, isso é muito importante, isso fazer parte de todo um conjunto de discussões sobre a cidade. E, internacionalmente, os parques hoje são fundamentais para a vida urbana, como todo mundo aqui sabe. Eu não estou dizendo nada especial. Então, eu acho que devidos a isso e às questões de violência devido às demandas que nós temos, principalmente em uma faixa etária importantíssima, onde acontece a maior violência neste país e criar em Porto Alegre não é diferente. Eu sugiro que se faça uma sessão especial do Conselho para discutir essa questão dos parques de Porto Alegre. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Eu só quero acrescentar, uma das façanhas do prefeito, que fez um informe em um canal de TV, dizendo que ele está dando concessão à iniciativa privada por 35 anos na administração da iluminação pública de Porto Alegre. Em troca ele transfere aquela taxa de iluminação que vem na conta de luz, talvez outros benefícios. Então, nós temos que ficar de olho por 35 anos. Imaginem, também, nessa área o caos, caos no sentido de engessamento. Eu estava fazendo uma conta vai equivaler, no mínimo, a 8 administrações futuras. Quer dizer, os prefeitos que vierem não vão poder fazer nada, principalmente em termos de contratação ou renovação do quaro de servidor nessa área. Certamente, essa conta que nós pagamos de iluminação a cada dia vai aumentar. Então, é mais uma para fiscalizar, é uma tarefa, Clarisse, por 35 anos também. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Para dar um retorno sobre os assuntos tocantes à mobilidade. As informações que eu tenho sobre os itens comentados aqui podem ser



encaminhados para melhor detalhamento, conforme solicitado e se assim for definido. Sobre os patinetes elétricos estão em regime de teste por 90 dias, embasados no decreto de teste de novas tecnologias e com um termo de compromisso assinado entre a EPTC e as empresas, tanto de patinetes, quanto de bicicletas elétricas. Não sou a responsável direta por isso, mas pode encaminhar que alguém venha detalhar melhor. A Bernardino com a Assis Brasil, eu sei que tem um projeto, uma contrapartida da Vonpar para a remodelação daquele cruzamento, melhoria da capacidade e atendimento das necessidades. Também podemos detalhar melhor com o responsável. A faixa exclusiva da Assis Brasil eu vou levar o posicionamento da comunidade. Sobre o traçado não entendi direito, Maristela, é também sobre a faixa exclusiva? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, não está claro para quem está dirigido o início e o fim da faixa, ou quantos metros. Não tem este esclarecimento para a população. Então, eu ao menos solicito essa reunião junto com os técnicos para que possam explicar e se mais alguém tem interesse, até mesmo para fazer sugestões, porque não é possível, ficou muito ruim. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Então, conversamos mais adiante. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, agradecendo a presença do Procurador da PGM, o Germano, que muitos aqui já conhecem, um profundo conhecedor das questões urbanísticas, aceitou nosso convite. O Dr. Marisco ia estar aqui também, Procurador Adjunto, mas tem outra pauta simultânea, da OAS, algo assim. Então, com muita honra dos dois procuradores se dividiram nessas duas agendas. Eu vou passar a palavra ao Germano. **3. APRESENTAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS APROVAÇÕES DE PROJETOS E CONTRAPARTIDAS SOB RESPONSABILIDADE DA PGM. Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Boa noite a todos. É um prazer retornar a esta casa, participei de muitos embates neste importante Conselho, que ressalto que é um Conselho de extrema importância para o desenvolvimento da política urbana do Município. No Plano Diretor ele está positivado como órgão integrador de todos aqueles que em algum momento fazem a gestão da política urbana do Município. Nós enquanto poder público, administração, temos que ressaltar a importância deste Conselho na contribuição dos assuntos da cidade. Lembrar que outrora, na gestão passada, muito bem conduzido pelo Luiz Antonio e demais colegas que aqui estavam, iniciou-se um processo de criação de uma comissão técnica, que subsidiou a elaboração de um projeto de lei do solo criado em Porto Alegre. Após longos debates o município elaborou um projeto de lei e enviou para a Câmara, recentemente foi aprovado, em ato subsequente será sancionado. Então, só queria dividir com vocês essa importância conquista do conselho, que trouxe este debate, a fórmula de cálculo do solo criado, da alienação, da venda como se daria. Então, esse é um belo exemplo de como em conjunto a política urbana pode ser conduzida entre comunidade e município. A base de formação desse projeto de lei saiu deste Conselho e foi aprovada, vai ser sancionada em breve. Eu pretendo só fazer um relato um pouco do funcionamento do processo. Ao invés de ser mais expositivo quero ser mais interativo, que vocês tirem suas dúvidas e eu possa ir esclarecendo. O principal ponto que a gente levanta na análise dos projetos especiais, porque vocês aqui conselheiros fazem a análise do projeto especial de impacto urbano de 2º grau, aqueles processos submetidos à CAUGE. Está aqui a Patrícia, a representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que é uma brilhante profissional, técnica e tem um conhecimento bastante aprofundado no assunto, pode me ajudar. A Procuradoria se interage bastante com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Hoje, especificamente, a gente firma o termo de compromisso, após analisado e aprovado por vocês conselheiros, o determinado



empreendimento é homologado pelo prefeito, após o parecer de vocês, depois a PGM pega esse parecer e compila em um documento que se transforma no termo de compromisso. O pessoal confunde um pouco o termo contrapartida, usa-se o sinônimo “contrapartida” para medida mitigatória, para medida compensatória e para termo de conversão de área pública, que são instrumentos e institutos diferentes. Hoje o que chega aqui no Conselho são as medidas mitigatórias, que têm uma natureza jurídica advinda da constituição federal, que é o impacto negativo que o empreendimento causa ao meio ambiente. É só em função dessa natureza jurídica que a construção nos autoriza a interpor uma cobrança ao empreendedor, garantido pela livre iniciativa de poder desenvolver o seu projeto, a possibilidade que tem o município de cobrar, de impor uma medida, restringir, é a natureza jurídica que o empreendimento causa no meio ambiente. Essa natureza jurídica constitucional se transformou em um artigo do nosso Plano Diretor, porque além de se ter essa natureza constitucional, necessariamente, deve haver uma lei dispondo essa possibilidade de poder público, no caso municipal de impor essa cobrança aos empreendimentos. E o nosso Plano Diretor positivou em determinados artigos quando trata do projeto especial, essa obrigatoriedade de um empreendimento pagar o impacto que ele está gerando. Então, quando o processo chega no processo do plano, ele já teve uma longa análise da equipe técnica, que através do estudo de impacto ambiental, em alguns casos, a lei regula que estudo, essas medidas são frutos de estudos, que muitas vezes o próprio empreendedor trás. Então, está muito estritamente vinculado ao impacto, a nossa possibilidade legal que tem de cobrar é o impacto. A equipe técnica da SMDE traz a partir do pedido de diretrizes, que é o pedido inicial que o empreendedor faz no âmbito da comissão para o município, eles trazem consolidados os dados da situação real, ou seja, o que é preciso para o empreendimento poder se instalar ali. Então, são as medidas apontadas que vêm dos estudos técnicos são proporcionais ao impacto gerado, que às vezes vem de estudos de tráfego, impacto de vizinhança ou algum outro estudo para apontar as medidas. Ou seja, o poder público não tem muita discricionariedade, nenhuma discricionariedade, está muito vinculado ao impacto. Embora a gente saiba o que é impacto é importante que se tenha uma regulamentação mais clara e a gente vem tentando construir, desde já se propõe a abrir a oportunidade de discutir com este Conselho que nos traga a sua avaliação, porque tem o link com a comunidade, sabe a realidade do local. A gente chama e abre a oportunidade de vocês participarem desses debates, para a gente poder promover uma regulamentação mais clara e se alcançar o mínimo possível de subjetividade. Vocês veem aquelas medidas ali apontadas nos processos e parece que tem certa discricionariedade para alterar ou não, mas em função da determinação legal, constituição federal e a nossa própria lei municipal, seguinte não tem margem, o conselho não tem margem, a não ser a vinculação do impacto. Então, é nesse sentido que os processos são encaminhados para cá, para a discussão. O grande desafio da gestão é saber quais são as prioridades que se tem em determinada comunidade. Então, que vocês organizassem essas prioridades e nos oficiassem para que, tecnicamente, dentro da possibilidade legal do impacto a gente conseguisse conciliar esta situação real da comunidade, para lincar com o empreendimento. Então, não há qualquer contrariedade que vocês conselheiros organizem uma pauta de priorização. Isso, na regra geral, é mitigação, que é a maioria dos processos que chegam aqui para vocês. Outra que o pessoal confunde, porque se tem essa denominação “contrapartida” para os termos de conversão de área pública. O que são os termos de conversão de área pública? Quando você vai parcelar o solo em determinada área tem uma obrigação legal de destinar determinado território daquela área para a implantação de equipamentos públicos. Em regra geral, ela oscila, dependendo do tipo da área, se é desmembramento, loteamento, fracionamento, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

uma média, digamos assim, que a gente tem 20% de doação, isso pode oscilar. O município entende que não é necessária haver essa doação de terra no local, porque já tem infraestrutura, posto de saúde, escola, abre-se a possibilidade de converter para outro equipamento, ou em dinheiro, ou indicar obras, no caso de equipamentos públicos comunitários. Por exemplo, o caso da Multiplan, onde lá se tinha uma aprovação, não era mitigação do impacto, a mitigação do impacto foi a execução das ruas, as vias do entorno, apontados no estudo de impacto ambiental, nos estudos de tráfego, foram todas ajustadas com essa base técnica. No entanto, as reformas de associações, escolas da comunidade, enfim, que se colocou no termo de conversão de área pública, elas são oriundas desse parcelamento de solo, que aí sim abre a possibilidade do município indicar esse equipamento público. A compensação é aquela possibilidade de em não sendo mitigável o impacto, indicado nos estudos técnicos, determinada abertura de rua para mitigar aquele impacto que ele está gerando. Não sendo possível abrir aquela rua abre-se a possibilidade de compensar com outra medida. Vocês podem ver que é raríssimo a gente ter a possibilidade de compensação, porque os estudos apontam as mitigações, apontam as necessidades para aquele empreendimento de instalar, as aberturas das ruas, a urbanização de alguma praça. Então, não se tem muita margem para indicar a compensação. As medidas, a partir do termo de pactuação, são executadas ao longo do processo de construção do empreendimento. Qual é a lógica? Com a expedição da carta de habitação, ou seja, quando o empreendimento causar o impacto, é neste momento que em regra o município exige que estejam adimplidas as obrigações mitigatórias. Alguns casos, quando há a execução e a possibilidade de ir se liberando as cartas de habitação, divide-se essas obras e a partir do impactos que vai gerando vai se executando aquela determinada obra e vai se liberando as cartas de habitação. É uma norma legal que temos na nossa regulamentação de expedir a carta de habitação parcial. No entanto, ao final da obra a gente vai exigir o adimplemento das medidas. Então, deixo a oportunidade para a gente conversa de forma bem tranquila, vou respondendo. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite, Germano, fico muito contente em te ver aqui trazendo esta explicação para a gente. O meu ponto é exatamente na questão da implementação da medida mitigatória que a gente tem o problema. Particularmente, acho que a carta de habite-se deveria estar associada, amarrada à mitigação ser implementada. Por que eu falo isso? Tu deste a abertura de nós trazermos as questões. Então, eu vou pedir uma questão, que é a do Shopping Center Iguatemi, que desde o começo não teve as medidas mitigatórias implementadas e com as alterações dos governos essas medidas vão passando de um governo para o outro e não vêm sendo implementadas desde o começo do shopping. Essa última etapa tem muitas coisas que não foram implementadas e não vêm sendo implementadas. Isso é interessante, porque não se trata de um governo ou de um partido, mas se trata de um processo que acontece na cidade. Então, eu gostaria de sugerir para a Patrícia trazer para nós o caso do Iguatemi para a gente olhar quais foram as medidas mitigatórias desde o começo da inauguração das obras, o que havia, o que foi implementado ao longo dessas etapas. O shopping passou por 4 etapas viárias que foram implementadas, mas outras não e continuam causando problema. Vou dizer o problema que tem, que isso nem tá nos estudos de viabilidade, que é, por exemplo, a queda de luz nos momentos de grande pico na área do entorno. Então, isso é uma coisa seriíssima que acontece ali. Isso não aparece para a gente, mas para os moradores do entorno acontece. Então, veio a minha proposta de urbanista, que não estou fazendo essa proposta para ti, mas estou colocando, é que em alguns momentos talvez não se permitir a ampliação de determinados equipamentos seja uma solução boa para a cidade. Eu acho que é possível que se pense isso. Então, a minha



intervenção é no sentido de agradecer tu teres vindo falar isso e que precisa ter uma lei que imponha cobrança do empreendimento, eu acho e me pareceria pelo menos que se fosse associada a cobrança da medida mitigatória para o Habite-se isso não aconteceria. Então, eu acho que isso seria uma facilitação que a gente teria sem, necessariamente passar por uma lei, que é uma coisa muito mais complicada. É isso. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu achei importante a exposição sobre esse problema que no Conselho temos discutido. Eu não conheço qual é a dimensão dos termos de compromissos já firmados, os existentes. Eu gostaria de ter o conhecimento de quem acompanha e acho importante que haja uma distribuição, uma informação do número de termos de compromissos firmados em Porto Alegre e como se distribuem nas regiões de planejamento. Nós temos aqui as regiões presentes no Conselho e eu acho importante que haja a distribuição delas pelas RGP's, para que pudesse se discutir no âmbito do Conselho o encaminhamento dessas operações mitigatórias, que são importantes e a cada reunião estamos tocando nesse tema. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Germano, a nossa dúvida que já havia sido levantada por vários conselheiros, por isso o convite, é no sentido do que é mais importante para nós, inclusive, os conselheiros das regiões de planejamento, que podem estabelecer uma planilha das suas aspirações, desejos, são os critérios utilizados nessa negociação da compensação. Ou seja, até foi dado um exemplo aqui, o nosso conselheiro representante do SINDUSCON, o titular, quando veio a discussão do Zaffari da Protásio Alves, que é um megaempreendimento, ele ficou surpreso porque relatou que protocolou um processo há anos, semelhante, mas bem menor o porte. Como compensação exigiram que ele fizesse um viaduto, o que inviabilizou totalmente o processo. Depois veio um grupo Zaffari e as medidas mitigatórias são bem menores. Eu acho que não é com a tua área, é mais uma questão técnica. É esse tipo de critério. Por exemplo, uma vez passou um processo que alguém das regiões disse – Ah, mas nós temos que pedir uma estação de tratamento de água. Apesar de eu ser da área urbanística, de ter trabalhado aqui dentro, se nós não conhecermos o critério, a comunidade, não tem a mínima condição de fazer ou aprovar alguma coisa, ou de fazer essas propostas. De repente as regiões podem estar pedindo muito de compensação de um projeto que o porte é pequeno, mas o custo de implantação pode ser grande, dependendo da complexidade e da área. Não sei se deu para entender. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Bom, a Professora Livia bem colocou a questão da vinculação. De fato, na regra e na legislação o decreto que trata do tema, que é o 19383/2016, foi o primeiro passo, um decreto recente na tentativa de regular melhor isso. Ali a gente estabeleceu um pouco dos conceitos, o que é medida mitigatória, compensatória, principalmente a gente trouxe diretrizes gerais de procedimento. Nesse decreto há a obrigatoriedade do adimplemento das medidas até a expedição da carta de habitação. Algumas situações, em função de problemas no município, o município tinha a obrigação de desapropriar, essa obrigação estava sobre a responsabilidade do município, que naturalmente é sua responsabilidade desapropriar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Germano é muito polido para falar. Assim, como que os termos saiam? O empreendedor tem que fazer a obra. Nós analisamos aquele processo do Country Club, que tinha a extensão da Anita. Aquilo decorre do Iguatemi, aquilo não aconteceu porque na época que foi aprovado a obrigação do Iguatemi era fazer a obra, mas o município tinha a obrigação de desapropriar o terreno. O município não tinha dinheiro, o compromisso assumido para desapropriar passa de R\$ 70 milhões. O município vai deixar de aplicar dinheiro na educação, na saúde para fazer isso? Não vai! Então, há



539 muito tempo não saem mais obrigações do município de assumir desapropriações, porque
540 não acontece. Então, o empreendedor, neste caso específico, tinha a obrigação de fazer a
541 obra, mas ficou aguardando o município cumprir a sua parte na obrigação. Isso não é mais
542 assim, não é culpa de ninguém, não tem ninguém mal intencionado nessa história. O fato é
543 que faltou recursos públicos. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município –**
544 **PGM:** Uma boa notícia é que a gente conseguiu firmar o termo de compromisso do
545 Iguatemi e compomos esta questão da desapropriação. Então, está dentro do escopo de
546 obras deles. Vocês aprovaram, como bem lembrou o Maurício, o projeto de ei da área do
547 Country, que vai viabilizar um trecho de doação de 6 mil e tantos metros quadrados de
548 doação de área pública. O Iguatemi vai poder fazer a Anita na sua totalidade. A gente vem
549 equacionando. Claro, é uma situação atípica, em função da desapropriação, não se tinha
550 recurso, a gente teve que excepcionalizar a carta de habitação. O Mark perguntou em
551 relação aos termos de compromissos, a gente tem esta disponibilização, estão publicizados
552 no site da PGM. Pode pesquisar por região, é organizado, está tudo ali. O Hermes comenta
553 em relação... (Manifestação fora do microfone). No site da prefeitura, PGM. Hermes, em
554 relação aos critérios, o que se vê, na sua maioria vêm oriundos de impacto, onde aplicam
555 uma matriz numérica, é uma matriz americana, que é de acordo com a magnitude,
556 significância se chega no impacto gerado e se aponta as medidas correspondentes. Existe
557 certa subjetividade, concordo contigo, por isso que a gente está tentando construir uma
558 regulamentação mais precisa em relação a esse procedimento, que o município deixe
559 claro, que o município por meio de uma normativa estabeleça área construída, área
560 adensável, população flutuante, enfim, todas as nuances que são avaliadas, mas que
561 esteja em uma regulamentação para ficar de forma mais clara e objetiva. **Sérgio Saffer**
562 **(Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Oi,
563 Germano, tudo bem? O que está acontecendo aqui, já foi falado, a PGM faz os termos,
564 mas tem acontecido situações aqui, por exemplo, que tem a avaliação dos técnicos, vem
565 para o Conselho, as regiões fazem análise e às vezes pedem mais alguma medida
566 mitigatória. É como o Hermes disse, a região não tem noção se vai pedir uma creche, um
567 conserto ou uma estação de bomba. Ela não tem uma metodologia para fazer. Tu falaste
568 que as regiões deveriam levar isso, nós já comentamos aqui que isso é uma deficiência,
569 algum erro que está acontecendo, já foi a sugestão de algumas pessoas e a minha
570 também. Mesmo que as regiões se organizem, podem aparecer outras demandas ou pode
571 não ter elencando aquilo que a região fez. Então, nós temos uma sugestão que de alguma
572 forma as regiões têm que participar mais da CAUGE. É o que foi colocado aqui, a região
573 pediu uma estação de água, mas havia um problema no local e o projeto não comportava.
574 Então, eu acho que vocês deveriam alinhar isso, porque não adianta vir aqui, sai um
575 parecer, e a gente já sabe de casos que o empreendedor quer fazer, não pode porque não
576 está no termo e surge o imbróglio jurídico. Eu sei de situações que tiveram sugestões do
577 Conselho, mas o cara não podia executar porque não estava legalmente formalizado. Outra
578 pergunta, por que quando o Iguatemi teve essa contrapartida, por exemplo, ele ou outros
579 também não podem ser responsáveis pela desapropriação? (Manifestação fora do
580 microfone). **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** O Iguatemi foi
581 feito assim agora. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios**
582 **de Arquitetura - AREA:** Então, os novos são para fazer para acontecer tudo? Tá. E por
583 que a partir de “x” vagas do empreendimento o empreendedor tem que fazer “x” metros de
584 ciclovia? Está em lei isso? (Inaudível). **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
585 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite, Procurador. A
586 maioria das perguntas já foi feita, porque foi levantado várias vezes que a gente queria
587 acesso à lista dos termos de compromissos e nunca ninguém sabia onde estava, que bom



que está aqui. Até já dei uma navegada para dar uma olhada. O que acontece aqui no plano? Um empreendimento é votado aqui hoje, ele vai ser empreendido daqui 5 anos, 4 anos, os conselheiros aqui podem ser outros. Então, a gente não tem esse histórico. Eu olhei, está toda a lista ali, mas se pudesse ter o acompanhamento do que foi feito ou não, porque vocês têm que controlar isso, se foi feito ou não. A gente pode ir acompanhando o que existe de dívida em relação a essas questões de termo de compromisso, o que existe na cidade inteira. A gente tem que entender um pouquinho diferente do que o Saffer colocou, a gente entende a cidade enquanto um todo, eu não entendo, o investimento tem que ser aqui, principalmente quando é um investimento que tem uma nuance bem clara de impacto ambiental. Lógico, que se tem alguma coisa que impacta muito o movimento do bairro, aí sim, aí tem que ser ali, mas a qualidade de melhoria de aqui do transporte na Cidade Porto Alegre, com incentivo a meios alternativos de transporte, eu estou melhorando a cidade enquanto um todo. Pelo menos da nossa parte não temos nenhuma contraposição a essas transferências de empreendimentos. A gente sabe da legislação, também para acrescentar no debate, na legislação ambiental era fixada uma porcentagem do empreendimento, isso lá atrás, quando se começou a praticar a questão de estudos de impactos ambientais, Resolução nº 01 do CONAMA, e a justiça derrubou. Inclusive, saiu nova legislação, não pode fixar um valor, todos os empreendimentos vão contribuir com 5%. Pelo menos já foi questionado na justiça e não pode. Eu acho que a gente tem que ter alguma coisa realmente de quebrar a subjetividade dentro de limites legais, mas para isso a gente precisa do apoio dos procuradores do município para nos ar uma luz de onde a gente pode pegar isso, senão a gente vai se deparar com esse caso do Zaffari, que foi bastante comentado e eu mesmo me dei conta que era alguma coisa bastante irrisória para um empreendedor que tem um bom potencial para fazer algumas melhorias a mais para aquela região. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Eu gostaria de agradecer a sua presença. esse processo do Zaffari que acabamos de comentar é da minha região, um empreendimento que a antiga conselheira havia pedido uma contrapartida irrisória em comparação ao valor ou a grandiosidade do empreendimento. Também todos os malefícios e benefícios também que vão transcorrer naquele pedaço ali. Então, estamos para agendar uma reunião com o empreendedor na comunidade para que seja esclarecido, porque a comunidade não está satisfeita com esse retorno que está sendo proposto para o empreendimento de impacto ambiental, viário e por aí vai. Era só isso e obrigada. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Sérgio, critérios, de fato a gente comentou que está muito vinculado ao impacto, aos estudos. Então, quando vai para essa análise dos conselheiros e eles não sabem, como vocês comentaram sobre o que indicar, o que pedir, porque de fato não é essa a esfera de se fazer essa análise. Ela está na análise anterior, na análise técnica. A minha sugestão é que os conselheiros predefinam os seus problemas nas suas regiões, para daí sim submeta isso para a análise técnica e dentro das possibilidades legais do impacto que está se gerando, aí se traga as medidas, mas não o contrário. As desapropriações também, foi feito para o Iguatemi e estamos aplicando para os demais empreendimentos. Em relação às ciclovias, de fato, foi positivado na lei municipal, no plano ciclovitário uma metragem de ciclovia a partir do número de vagas, ou seja, se cofigurou um número de vagas como um fator ensejador para o impacto, a partir desse impacto se aponta uma metragem “x” de ciclovias. Enfim, o pessoal questiona bastante, mas está na legislação. O Darci comenta do monitoramento e o cumprimento das medidas, nesse grupo de trabalho a gente vem tentando dar esse regramento, nós sabemos dessa necessidade de monitoramento e da transferência do que está sendo feito. A gente vem tentando construir com esses sistemas mais tecnológicos de



637 mapear isso, para ter esse acesso e não ser só um documento de difícil compreensão, de
638 muitas páginas. Então, a gente vem tentando trabalhar isso para melhor estabelecer. Na
639 Procuradoria tem a Mara que faz esse monitoramento, que está vinculada à expedição da
640 carta de habitação. Ou seja, se há o inadimplemento não vai ser expedida a carta de
641 habitação. Eu acho que de perguntas era isso. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular),**
642 **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Obrigado pela sua presença. bom, a
643 CAUGE, é incontestável a importância dela na cidade, o trabalho que faz, mas eu acho que
644 deveria consultar as regiões, porque o termo de compromisso nem sempre reserva as
645 necessidades lá na localidade, lá na região. Vou dar um exemplo, que é o caso da OAS,
646 que até hoje ninguém sabe o quanto foi atendido de contrapartida, a própria CAUGE já
647 esteve em conversa com a OAS, fazendo um novo acordo, que ninguém sabe, nem a
648 própria comunidade da região. Eu sou a favor que o Conselho conheça todos os processos
649 que passam por aqui bem antes de ser lavrado o termo de compromisso da CAUGE com o
650 empreendedor. Então, essa questão de consultar a comunidade sim, é importante. A
651 CAUGE sabe da necessidade dos equipamentos, mas quem sabe a real necessidade da
652 comunidade é a própria comunidade. Outro exemplo é o empreendimento na antiga fábrica
653 do (Inaudível), onde o município solicitou para a Melnick a reserva de área para creche e
654 posto de saúde. Nós sabemos que reserva de área não, é equipamento. O Município de
655 Porto Alegre em termos de postos de saúde, talvez pela contratação de equipes, o
656 município foge dessa demanda, mas a comunidade continua necessitando desse
657 equipamento. Então, não é bem verdadeiro que o município ou a CAUGE sabe a real
658 necessidade do município. E eu gostaria de saber se o senhor tem notícia de como andam
659 as obras do aeroporto. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**
660 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Procurador, bem vindo. Primeiro, conforme o tempo vai
661 passando nós compreendemos melhor muitas coisas em relação à contrapartida, até
662 mesmo sem a gente discutir outros aspectos importantes dentro do PPDUA. Não quero
663 entrar no mérito, só dizer que estamos atentos. Nós temos obras na nossa região, tem na
664 Parada 4, na João de Oliveira Remião, que eu já reiteradas vezes trouxe aqui, o problema
665 é que quando tu deixas passar esse prazo, esse prazo se esgota, a falta de fiscalização
666 que existe na prefeitura é algo que nos assusta muito. Até tomamos conhecimento por
667 outros conselheiros que era uma APP, aí veio a questão da mitigação, que veio a beneficiar
668 apenas ao empreendimento e não região, porque justamente foi na questão viária que isso
669 aconteceu. Aí mudou a questão viária, o corte no canteiro central, onde apenas o retorno é
670 para a saída e entrada do empreendedor, nunca ao cicloviário da região. Eu trouxe para cá
671 essa questão, não foi trazida a resposta, aí trocou, deu um problema na EPTC com o
672 diretor, o novo diretor não deve ter tomado conhecimento e nós continuamos com o
673 problema, porque só temos uma via que vai toda ela na Av. Ipiranga. Então, parece que as
674 falas de todos, um dos grandes gargalos está aqui, em especial a questão da fiscalização,
675 porque nesse caso do Zaffari, por exemplo, é difícil compreender, porque a prefeitura não
676 sabia que ela não ia ter dinheiro para fazer essa contrapartida, mas foi aprovado o
677 empreendimento. Então, essas coisas têm que ficar muito claras, senão eu fico um pouco
678 baratinada, talvez seja um pouco de falta de conhecimento da minha parte. Então, ficam
679 aqui alguns apontamentos. Muito obrigada. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular),**
680 **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. O que tu estás
681 colocando parece muito bom, seria se nos 4 anos que estou aqui no Conselho o pessoal
682 viesse falar como tu estás colocando. O Conselho tem que passar por esse processo de
683 conhecimento, como funciona, essa contrapartidas para as regiões. Sobre a Multiplan, está
684 lá um baita empreendimento no Cristal, conversamos. O que acontece? Eu como
685 conselheiro da região acho que a prefeitura atual tem que chamar o conselheiro para



686 conversar. Eu sou um conselheiro fantasma, tanto para o DEMHAB, quanto pela gestão.
687 Esta gurizada que é vereador, que comeiam lá na minha sede, tomavam café, bebiam,
688 comiam, que não eram ninguém, era uma gurizada, hoje estão secretários aí e não vão lá
689 conversar com ninguém. Nem vou falar mais da Multiplan, Germano, só quero perguntar o
690 seguinte: detalhar esse mapa, essas conversas que as contrapartidas da Multiplan foram
691 para a Restinga, não foram, como ficou. Só tem uma questão, a região se preparou para
692 receber melhorias, os bairros, as entidades sociais. Então, gostaria de saber por que isso
693 acontece, para poder saber como funcionam as coisas. Eu fico só analisando, não vão
694 fazer mais nada, já estive lá, conversei, mas não recebem. Então, eu como conselheiro só
695 quero saber, que tu desse alguma explicação. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do**
696 **Município – PGM:** Bom, na ordem, o Adroaldo questiona a questão da OAS, Arena, é um
697 caso concreto onde na prática conseguimos vivenciar essa discussão da mitigação e da
698 possibilidade disso ser revisado. Todos os órgãos de controle tem acompanhado toda essa
699 tramitação. Ali teve estudo de impacto ambiental, de tráfego e as medidas mitigatórias
700 foram apontadas. Posterior a isso houve uma judicialização de quem seria a obrigação.
701 Enfim, foi formulado um acordo judicial em 2014, que não foi adimplido, a OAS entrou em
702 recuperação judicial e outra empresa do grupo que se propôs a desenvolver os
703 empreendimentos residenciais apresentou para o município uma nova proposta, uma
704 proposta onde se retiraria grande parte do impacto que gerou determinadas medidas. A
705 obra que hoje se apresenta não é a originalmente pactuada, porque tudo que geraria maior
706 impacto foi retirado da proposta. É isso que vem sendo trabalhado, em cima a tabela de
707 impactos, que tem lá no projeto original. E as mitigações apontadas como possíveis a
708 gente avaliou o novo impacto, ou melhor, a retirada do impacto que inicialmente tinha, para
709 apontar quais as medidas necessárias para atender o impacto que de fato vão causar, que
710 só os residenciais, aqueles que estão lá, dois têm carta de habitação. Então, a gente vem
711 construindo este acordo com o Ministério Público, o Tribunal de Conas, tudo amparado nos
712 critérios técnicos. Por isso a necessidade, já falando sobre a análise da CAUGE, de
713 conversar com a região de planejamento, hoje o Ministério Público e o Tribunal nos cobram
714 muito isso, esse critério técnico, o que está no estudo de impacto ambiental. Conselheira
715 Maristela, obre as obras para a região e não para o empreendimento, as obras estão muito
716 vinculadas ao impacto do empreendimento, esse estudo que se aponta de fato não
717 equaciona o problema da região como um todo. O empreendimento tem que equacionar o
718 impacto que ele está causando. É por isso que vão vir obras viárias do entorno, porque e
719 abrir, que são medidas juridicamente possíveis de se apontar no estudo de impacto e isso
720 virar um termo de compromisso. O aeroporto, a gente inaugurou ontem as áreas de
721 passageiros, de embarque, o processo segue em discussão, principalmente em relação à
722 pista, a remoção das famílias. Existe uma oferta da empresa em disponibilizar a compra
723 assistida como instrumento para retirar as famílias do local, porque o maior problema é a
724 expansão da pista. Então, estamos nesse processo de compor com a comunidade. A
725 Multiplan, nós tivemos uma conversa inicial, Paulo. Vejam esta situação tão complexa é
726 porque não é mitigação, é termo de conversão de área pública. Então, em função de não
727 receber área de destinação pública no local o município oportunizou que ele, o
728 empreendedor fizesse determinadas obras indicadas pelo Orçamento Participativo, foram
729 reformas de associação, escolas, uma série de obras indicadas. Só que no momento da
730 execução dessas obras, e o empreendedor tem que aprovar isso para poder levar adiante,
731 ele verificou que tinha uma série de problemas, que tornava impraticável o segmento
732 dessas obras, em relação à matrícula, propriedade, enfim, uma série de discussões. Então,
733 abriu essa nova discussão que nos motiva a repactuar essas medidas, indicar obras
734 passíveis de serem executadas. Eu acho que era isso. **Paulo Jorge Amaral Cardoso**



(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Germano, digamos que eu sou o prefeito de uma cidade que tem classe alta, rica, tem mendigos, negros, índios, analfabetos, eu tenho que atingir todo esse povo, é o povo que votou nele. A Restinga está um tiroteio só! Ele foi lá na Restinga, sambou, esteve na minha região caminhando, jantou comigo. Agora o seguinte, não é do bolso dele, é de uma empresa que veio da França para colocar um dinheiro aqui dentro. Aí tem que ter regra para atender crianças que estão lá atiradas na sarjeta? Vem dizer para mim que agora tem que ter documento e não sei o que mais? Quer dizer, o negro que foi escravo deste país, como tu queres que eu tenha direito neste país? Como e tu queres que eu tenha documento se a minha família não tinha dinheiro para comprar nada? Eu fui expulso da senzala, atirado no gueto. Como quer que os negros tenham propriedade, Germano? Aí o prefeito não pode colocar dinheiro social, que não é dele, em uma comunidade que precisa para sobreviver? Aí é triste, Germano! Aí tu vens dar uma explicação dessas aí. Olha aqui, só tem um negro sentado aqui, um negro, o Paulo Jorge, e uma regra só. É difícil! O prefeito quer colocar regra em um dinheiro que não é dele, aí tenho que chorar. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Paulo Jorge, tu és uma liderança de mais alto nível do Município de Porto Alegre e merece todo nosso respeito, nosso aplauso, um conselheiro histórico aqui do Conselho por “n” gestor que passou. É um exemplo para todos nós de superação, enfim, tuas contribuições são sempre positivas. Eu tenho certeza que a equipe que está responsável lá pela Secretaria de Relações Institucionais para repactuar essa medida tem que conversar contigo sim, tu és o conselheiro da região. Então, é tentar compor, é sempre o melhor para a cidade, a tua experiência é positiva. Tem as nuances da legislação, as dificuldades e a gente tem que ir encontrando formas de compatibilizar dentro do que é possível. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Paulo Jorge, é a que as prioridades são outras, nós estamos em outros tempos, nós não podemos nos iludir. A Região Centro é uma das que mais sofrem também, dizem que somos os privilegiados. Os compromissos aqui também não são cumpridos, Paulo Jorge. O poder judiciário tinha que fazer a ponte ali e não fez, coube à prefeitura fazer e ninguém foi responsabilizado. Era o compromisso do poder judiciário fazer a ponte, não fez. Eu não era conselheiro aqui, deixaram passar. O Ministério Público também constrói prédios sem obedecer ao mínimo de regulamentação da cidade. Agora vai ser construído um paredão ali, que passou por aqui e os antigos conselheiros passaram isto aqui. Nós também erramos, um paredão para estacionamento dos carros dos procuradores. Então, eles podem tudo! E as comunidades não têm a mesma consideração. As contrapartidas não estão às claras. Eu esperava que hoje viesse a relação das contrapartidas de cada região. Não! Não existe isso dentro da prefeitura, se existisse deveria estar transparente. Vamos ter que pedir na justiça? Talvez sim. Então, pergunto, quando serão apresentadas com transparência as contrapartidas? Pasmee, Paulo Jorge, na tua região vai ter mais 17 espigões. Qual é a contrapartida da região? Qual o impacto vai ter? Na RGP. 2 vão construir 10 unidades, qual o impacto? Vão aumentar o aeroporto, grande obra, mas a quem interessa este aumento? Vai reverter para a comunidade, vai ter recursos? Não, vai ser para os grandes negócios, como sempre. Porto Alegre virou uma cidade de negócios, de Pokémon. (Manifestação fora do microfone). Sim, enquanto eu puder vou falar do Pokémon. (Risos). E trazer o Laçador para a Orla, é uma das grades obras! O nosso símbolo para a gauchada saiu de onde estava para vir para a orla, porque o prefeito decidir, tirou até foto! É um desabafo de quem conhece a cidade e vê a cidade sendo entregue. Joãos e Marias querem falar, porque quem sofreu a violência deste final de semana e sofre hoje é Joãos e Marias, a burguesia está protegida. Joãos e Marias estão na Restinga não podendo levar seus filhos na creche, na escola, não é o Seu Nelson



Marchesan, nem os secretários e vereadores desta cidade, é a comunidade da periferia que está sofrendo hoje. O Paulo Jorge falou muito bem, é a comunidade dele que sofre, não tem respeito, não é chamada, para inaugurar chama a comunidade para tirar uma foto. Estamos cansados de aparecer em fotos, queremos solução para os problemas. Por que a iniciativa privada que é tão boazinha quer pegar os parques para cuidar? Por que não pega uma vila para fazer a urbanização? Vamos socializar o lucro. O próprio Iguatemi que nem para construir o prolongamento de uma rua não quer fazer, mas quanto dinheiro ganhou à custa da população do entorno? Desculpa o desabafo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu acho bem vinda a presença do nosso Procurador, que pode nos mostrar e a gente pode visualizar um pouco aqui de quão carentes de informações nós estamos. E a gente vem pedindo, pelo menos desde que ingressei no CMDUA como conselheira, que a gente deseja saber e conhecer o fluxograma e os critérios dos procedimentos. Aliás, era isso que eu esperava, porque dizia assim: “Apresentação e funcionamento das aprovações de projetos de contrapartidas”. Então, eu acho que nós podemos estudar um pouco mais do funcionamento interno e dos critérios como são dados para a gente poder decidir melhor aqui e contribuir para as comunidades. Eu acho que uma das formas de fazer isso, muito bem sugerido pela Lívia, poderia ser através de estudos de caso, porque a fala às vezes fica muito genérica muito didática e a gente não consegue assimilar. Então, nós poderíamos pegar dois casos para estudar as contrapartidas da Multiplan e o caso do Iguatemi. Seria uma forma de, efetivamente... (Manifestação fora do microfone). Da OAS? Não, nem falo deste, Felisberto, mas da gente poder se apropriar melhor daquilo que nós fizemos como fusão, se é uma contrapartida, uma compensação, se é uma medida mitigatória, se é um termo de conversão de área pública ou o que seja. Nesse sentido, eu gostaria que o Procurador nos ajudasse a esclarecer, porque ele diz assim, que não tem muita discricionariedade nesses procedimentos e nos projetos encaminhados. Eu pergunto e tenho visto aqui e alguns expedientes que muitas vezes as decisões técnicas dos funcionários são submetidas a uma análise da PGM e a PGM dá uma interpretação para o caso. Aí não é uma decisão técnica, é uma interpretação para o caso. Isso aconteceu, por exemplo, no Country Club. Queria aproveitar a oportunidade, quem sabe o Procurador me esclareça por que o termo de compromisso do Country, até hoje não esclarecido, foi firmado antes da aprovação dos projetos? Porque tem até lei que determina o decreto, que determina qual é o momento exato que ele tem que ser formado. Nós tivemos algumas exceções. Ficam essas colocações no momento. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Obrigada, Germano, pelos teus esclarecimentos, sobre tudo por lembrar a este Conselho que nós desempenhamos aqui atividades de planejamento, porque o que acontece no nosso dia a dia, desde que eu entrei, como os colegas já disseram, é visível às vezes em um debate mais acalorado, porque gera certa irritação por falta de respostas. Então, eu vou colocar duas questões, uma é que desde a implantação do PDDUA são previstos os mecanismos de participação da sociedade, via o art. 46 que o IAB volta e meia traz aqui para este Conselho, para sanar, inclusive, questões colocadas pelo senhor. O que acontece é que nós vemos o empreendedor chegar aqui, apresentar o projeto e nós vemos o encaminhamento da prefeitura e dos técnicos em viabilizar esse projeto, mas nós não vemos o mesmo empenho dos técnicos da prefeitura em fazer a realização desse artigo 46, pelas reuniões nas regiões de planejamento e pelas audiências públicas. Elas só passam a acontecer, como foi no caso do “bairro aeroporto”, que o conselheiro da RGP. 2 pediu audiência pública, outros conselheiros também, teve que ir à Câmara de Vereadores pedir apoio, porque o executivo não fez. Isso cauda um constrangimento aos conselheiros, porque outros colegas e o próprio secretário muitas



vezes dizia: “Mas este processo está tramitando durante anos, agora a gente vai fazer isso?” (Falas concomitantes, curto circuito na tomada). Está tudo certo? Bom, queria só complementar a questão do caso da Arena, no projeto elaborado tinha shopping, torres comerciais, o estádio e tudo mais. Isso era a justificativa da prefeitura de fazer a isenção do ISSQN, TBI, PDTU, tão caro ao orçamento do município, como nós vimos na apresentação do Secretário da Fazenda na reunião passada. Por este mesmo motivo a prefeitura faz investimentos na contrapartida e o empreendedor não só muitas vezes não realiza as suas obras de mitigação, como não realiza o empreendimento como um todo e quem fica com o prejuízo é o município. Por fim, faz 20 anos que temos este Plano Diretor, que prevê essa flexibilização das práticas de planejamento urbano, mas ele ainda prevê o planejamento urbano, que quer avaliação. Em casas como RGP. 5, RGP. 4, tem um projeto especial ao lado do outro. Existe uma avaliação sobre os impactos passados esses 20 anos? A quantas anda a região? Naquele lugar tem condições de ter um novo grande empreendimento? Por mais que se faça obras de mitigação existe um limite, a cidade tem um limite do bem viver, vamos dizer assim. E com os meus colegas finalizando, gostaria muito de ver transparência dos dados, de quais são os termos, o que consta, o que foi executado e o que não foi. Não é possível, aqui nós aprovamos todos os projetos, porque dizem que é o lugar de aprovar e não de planejar e a gente segue aprovando sem nenhum conhecimento do que está acontecendo. Obrigada. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Respondendo aos três, que foi com relação... A gente tem no site da PGM, a Patrícia eu acho que compartilhou com os colegas o link para se ingressar e onde tem as medidas ali. De fato, é documento complexo, porque vão todas as medidas a partir dos estudos de impacto que geraram essas mitigações, elas são transportas nesses termos de compromissos. Eu acho que o nosso desafio é conseguir mapear isso dentro do território da cidade. E saúdo o Gabriel da SMAMS que fez um trabalho muito bacana, começou a desenvolver esse projeto a partir de um software. A gente vem em um grupo de trabalho tentando equacionar isso e apontar esses critérios, esses controles, monitoramentos. No entanto, sempre a dificuldade de viabilizar, de implantar, enfim, por isso é importante a contribuição de vocês, que vem muito a calhar com o nosso trabalho. O Country, que a Claudete comenta, o que se fez ali? Uma situação um pouco diferente, o município vem há muitos anos tentando viabilizar aquela área para implantação da Anita. O Iguatemi nas medidas mitigatórias constou a obrigação de executar a área, o município tinha que desapropriar, mas nós tínhamos a dificuldade financeira. A partir do momento que o Country veio com o interesse em fazer o desmembramento daquela região, ou fracionamento, teve uma discussão inicial de processo, onde eles iriam tirar só um trecho do território e ia se adotar a linha do fracionamento, em função de que era um remembramento, que em função disso o módulo que não iria doar passaria a doar. Então, haveria uma doação em função desse remembramento positivo para o município. Depois, no transcurso do processo surgiram as outras áreas e isso se transformou em desmembramento. Teve uma discussão que se arrastou de qual a modalidade mais adequada, o empreendedor seguia em uma linha e o município tinha o maior interesse em receber aquelas áreas. Por isso firmamos um termo de compromisso regendo essa disposição, regulamos e o município tem essa possibilidade de em qualquer tempo regular em um termo de compromisso com o empreendedor, independente da aprovação do empreendimento. Aquele primeiro termo de compromisso regulava o procedimento, não falava em medida mitigatória, ele dava a composição do procedimento que deveria seguir para o empreendedor continuar o projeto e nós recebermos aquela área que era o nosso maior interesse. Depois teve de fato a aprovação, na linha do desmembramento, aquele primeiro termo de compromisso foi revogado. Como o empreendedor se dispôs a doar



antecipadamente a área, superou a discussão que tinha e seguimos a modalidade, após foi feito o termo de compromisso. (Manifestação fora do microfone). Assim, nós podemos firmar a qualquer tempo, coordenação e área de destinação pública não tem margem, é 20% da lei que ele tem que doar. Então, não teria outra medida para o parcelamento do solo além dos 20%. Não é edificação que está se aprovando, é parcelamento. Então, a doação é recorrente da lei, tu podes firmar antes – olha, ele tem que doar 20% da área de terra. Enfim, acho que era isso. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. É a minha primeira participação aqui. Eu parableno ao Procurador Germano. Eu acho que é a primeira vez que vejo um integrante desta gestão vir para uma mesa de diálogo para poder propor este tipo de diálogo abertamente. Em relação aos temas tratados, são sumamente importantes para a cidade. Acredito que a gente vai a um ponto de trabalhar e discutir temas já na parte final de todo este processo, que são projetos de compensação e mitigação, antes que isso tenha mais uma (Inaudível) e levemente se discute aqui o que são essas diretrizes da CAUGE, que são fraquinhas, permitem tudo na construção. É por isso que os nossos colegas da SINDUSCON fazem uma festança quando vem essas diretrizes, as atuais tem que ser corrigidas. Por quê? Porque emanam de um projeto de cidade de muito tempo atrás, 1980, 1990. Por exemplo, a diretriz da EPTC, falar que o empreendimento deverá prever a fluidez de trânsito, por exemplo, é uma medida que já não comporta para uma cidade como a de Porto Alegre, que está precisando de outro tipo de medida. Essa fluidez é que o empreendedor faça mais faixas de trânsito. Eu proponho a criação de um grupo de trabalho para revisarmos essas diretrizes, que são medidas anacrônicas (Inaudível). Por exemplo, o Cais Mauá, das 10 intervenções 80% não foram solucionadas, o consultor responde – não posso fazer nada! Isso passa para a parte de compensação monetária. Então, qualquer coisa que se faça em Porto Alegre vai ser construído, por mais agressão que e faça ao meio ambiente, por mais veículos que eu coloque na rede viária, vai ser construído porque as nossas diretrizes só muito fracas e não proíbem o suficientemente. É aqui o lugar para corrigirmos, por isso a implementação de um grupo de trabalho para melhorar essas diretrizes, eu acredito que é fundamental. Eu acredito que temos que começar a trabalhar e temos aqui diversos organismos para ajudar a prefeitura a trabalhar essas diretrizes. Muito obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu queria colocar algumas questões, que no mandato anterior, inclusive, com a contribuição do nosso Assessor Jurídico da falecida SMURB, a gente conseguiu que pudéssemos ter acesso às reuniões e pautas da CAUGE para poder justamente começar a desvencilhar esta caixa, que são as contrapartidas, medidas mitigatórias e etc. Eu até tive a oportunidade de participa da discussão de um dos processos que estamos revendo, que é o processo do Zaffari. Então, para registrar para alguns aí. A minha sugestão e em um primeiro momento seria uma pergunta e depois uma sugestão, existe um valor estipulado de um erário, por exemplo, de uma medida mitigatória que vai sair valor “x”, digamos que isto exista. Em existindo isso a gente não poderia trabalhar com a PGM e fazer isso? Para que se destine um percentual de 1%, por exemplo, do valor de medidas para que esse valor seja discutido com a própria região para definir onde colocar esse dinheiro? Que a gente possa discutir isto dentro do OP também, não só nas regiões. É isso. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. A gente tem discutido bastante que o fórum para esta discussão é a CAUGE, independente das diretrizes, é que o funcionalismo público é legalista. Todos que são funcionários públicos aqui seguem a legislação. O que tu citaste de deixar 1% é o que a Lomba do Pinheiro tem lá. Já tem, esta é uma proposta feita conquistada pela região, que se criou todo um conjunto e se discute



essas contrapartidas. Agora, isso é questão de organização da região. Muitos colocam que a prefeitura tem que ir a vocês, não, eu acho que vocês que são os integrantes, que estão nós aponta e com dificuldades, vocês tem que se organizar, tirar um documento e trazer com informações. Essa é a participação poder popular. A CAUGE é pública. Eu sempre recebi, os conselheiros recebiam a pauta da CAUGE e eu não estou recebendo mais. E a própria região pode ir a CAUGE fazer suas solicitações, dentro do regimento interno da CAUGE, é público, é participação popular. Vão procurar os fóruns para discutir. A questão dos quesitos, tudo tem legitimação, gente. Obrigado. **Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Eu acho que só contribuíram, o Jackson, o Emílio, poucas dúvidas foram levantadas. Que boa, Emílio, toda a tua explanação e que a gente tenha oportunidade de no próximo Plano Diretor trazer essa discussão das mitigações. Enfim, nós somos apaixonados por planejamento urbano, vamos trabalhar nesses critérios e dar a maior clareza necessária que o procedimento exige. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Eu nem ia me pronunciar, mais para agradecer pela vinda do Germano, conheço ele a longa data. A minha manifestação é até de cunho pessoal, pelo empenho que ele tem em exercer as funções que ele exerce hoje na Procuradoria e como tentava fazer da melhor forma os andamentos dos processos que tramitavam na outra secretaria, que era a antiga SMURB. É um cenário de dificuldades, para a gente conseguir mudar tem que ter um Plano Diretor técnico, direcionado, tem que ter uma conotação mais técnica do que política para saber em que situação a cidade se encontra. Então, seria isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Germano, quero agradecer a tua disponibilidade de vir conversar com a gente. Um ponto que quero comentar é o seguinte, o fluxo dos processos precisa ser melhorado, com a revisão do Plano Diretor pode ser que surja alguma ideia que melhore, que é o seguinte: onde é que nós apanhamos? Nós apanhamos quando nos cobram nas comunidades o que não foi atendido de demandas. Aí explicar que o processo não passa por nós, que é discutida na CAUGE, fica complicado. Eu não sei se a não vinda das pautas da CAUGE não tem a ver com a saída da Aline, porque ela nos repassava. Eu acredito que esteja vindo aqui para a secretaria e a secretaria do conselho não está fazendo este movimento de disponibilizar como era antes. Acredito, Presidente, que isso deva ser regularizado. Outro aspecto importante, a questão das reivindicações das regiões, eu estou trabalhando muito mais e bastante próximo do OP, através de FROP para ir discutir questões do planejamento urbano da cidade. E eu tenho devolvido ao FROP outra questão, que eu preciso saber quais são as reivindicações para eu ter conhecimento, até para poder em alguma oportunidade colocar neste ou naquele Fórum. O mais importante que surge nesta conjuntura é a conversão de área pública, porque no momento que tem uma demanda grande de áreas que são disponibilizadas para o município por causa da conversão obrigatória dos 20% de cada empreendimento, a partir de 3.000, 5.000m², tu tens um banco de terras, quando esse banco de terra pode se transformar em pequenas obras, as comunidades devem estar organizadas, é aí que eu incentivo os FROPs para que tenham projeto, que estejam com ruas cadastradas, para que tenham documentação legal e que tenha orçamento. Por exemplo, as escolas comunitárias, aprovem o projeto, levem para a Secretaria de Educação, façam um orçamento oficial. De repente surge um empreendimento que o conselheiro sabe e o FROP sabe – Oh, vai sair um empreendimento grande na região, vai gerar uma grana legal! Então, quem sabe com essa conversão de área pública se faz a reforma da escola ou do posto de saúde, até de praças. Então, é um momento importante para dinamizarmos a falta de recurso no município, que cada vez é mais crônica a situação. Então, agradeço mais uma vez muito obrigado pelo bem trabalho que apresentou



para nós. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Seja bem-vindo, Germano. Eu acho que os termos de compromissos vêm há algum tempo aqui no Conselho solicitando explicações para ver o formato, o curso de atendimento, tanto das contrapartidas, das medidas mitigatórias e compensatórias. Eu acredito que as regiões tenham um maior anseio em relação a isso, porque querem saber do curso, em que momento começam a serem atendidas as medidas, em que momento começam a ser atendidas as contrapartidas. Este curso é muito interessante. Em relação à falta de informações nas regiões, eu acho que o Maurício colocou uma situação bem interessante na última reunião de criar um diagnóstico em relação às demandas que podem virar contrapartida, alguma medida de atendimento. Os valores, qual a base de cálculo dessas obras que vão ser atendidas? Às vezes são valores irrisórios e em outros casos só absurdos, que o empreendedor quase desiste do projeto. As informações do site, não é um site tão fácil de achar, é bem complicado e não tem todos os termos de compromissos, mesmo no histórico que a gente vai e busca, falta muita informação. Esse banco de dados, que eu entendi que está sendo construído, é muito importante, até para atender o emergencial, porque muitas vezes estão atendendo demandas que não são emergenciais. Por exemplo, peguei uma demanda da Multiplan que está atendendo lá no Belém Velho, nem perto não é. O processo é dentro da região de planejamento e a demanda atendida é fora da região de planejamento. Então, essa concentração da demanda seria muito importante. Em ao que o Chico colocou, das demandas do OP, nós temos situações dentro do plano de investimentos do OP que são compras de área para posto de saúde, para creche. Para que isso se tem uma imensidão de áreas que são já doadas para o município e as pessoas estão demandando área. Tudo bem que vai ter que construir, mas é mais um custo para o município. Então, ao invés de investir em compra de área se investe na construção dos equipamentos. Só pontos que eu quero deixar. O governo vem nessa crise há cerca de 3 anos e eu acho que as demandas do OP são bem atendidas dentro dessas contrapartidas e medidas que estão sendo apontadas dentro dos processos. Obrigado.

Germano Bremm, Procuradoria Geral do Município – PGM: Bom, quero agradecer pela manifestação de vocês, que bom que tive a oportunidade de conviver com a gestão passada, eu aprendi bastante com vocês, conselheiros experientes. A gente tem uma sinalização de equacionamento, esta identificação mais clara quando chega o processo para cá. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, propomos um decreto onde teria um parecer compilado, um parecer de todas as questões que vêm da EPTC, da SMAMS e de todos os demais órgãos. É para trazer uma clareza das medidas mitigatórias e não ser dentro de um texto como um todo e vocês terem dificuldade de extrair isso. Em relação ao momento da execução das medidas, de fato, é um desafio, a gente vem tentando trabalhar melhor no monitoramento, mas a gente tem dificuldade de mensurar isso, porque nem sempre o empreendimento que entrou com medida mitigatória foi executado, no tempo negocial da incorporação, enfim, o momento econômico, ele pode levar o empreendimento para frente ou não. Então, no momento da fixação a gente não tem esse cronograma de execução. O que a gente tem de filtro é a carta de habitação. Os valores das obras, Emerson, a gente não trabalha com valores, trabalha com obrigação, são os estudos que indicam as mitigações correspondentes. Então, a gente não fixa valores. Gera muita briga, porque, de fato, às vezes as obras não são corretamente mensuradas e podem não ser proporcionais ao investimento. Hoje a gente indica a obra e nunca os valores. Eu agradeço à oportunidade, ao secretário Maurício. Parabéns ao trabalho de vocês, que apesar de toda a dificuldade do dia a dia estão aí na terça-feira à noite, passadas às 21 horas, fazendo a sua parte pela comunidade. Isso é motivo de todo nosso aplauso e contribuição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Essa questão da conversão, seu que tem um grupo técnico trabalhando nisso, a gente não tem condições de acompanhar todas as reuniões. Tudo bem, na minha visão nós não temos nenhuma atribuição de definir contrapartida, isto aqui não é o OP, nós temos o representante do OP. Semana passada eu já falei, eu me proponho a fazer seminários em cada região de planejamento, a gente organiza isso. A CAUGE também foi uma questão de organização nossa, vamos retomar os envios das pautas. Então, Germano, quero te agradecer por vir aqui, isso demonstra o respeito por este plenário e conselheiros. Senhores, temos uma ata para aprovar, alguém tem alguma consideração? É a Ata nº 2792. Os favoráveis permaneçam como estão. Abstenções? (Contagem de abstenções = 09 abstenções). **APROVADA A ATA.** Então, senhores, muito obrigado pela presença.

Maurício Fernandes

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2796/2019

Aos nove dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; João Batista Alves Rodrigues (Titular), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular) e Fernando Brentano (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **DEMAIS PARTICIPANTES**: Fernando Barti, Delegado da RGP. 1. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz, Secretária Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro (Representada por Nathalia da Silva Vieira), Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2788/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. 1. **ABERTURA**. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade: Boa tarde a todos. Registro que a nossa taquígrafa Patrícia hoje está sendo substituída pela Nathalia, está procedendo a gravação da reunião. Registro justificativa de ausência da Conselheira Maristela, RGP. 7, e da Conselheira Tânia, RGP. 4. 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2788/2018**. Temos a Ata 2788 para deliberar. Questiono se há alguma manifestação em relação a ata? Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS: Quanto à ata tudo bem, só que ela começa dizendo que era aos 07 dias de



dezembro, mas foi no dia 18. Foi a última sessão do ano. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Esta foi aquela no IAB? Isso? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Isso. Sessão no IAB. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isto, está aqui: Rua General Canabarro. Obrigado pela atenção, Conselheiro. Vou fazer o devido registro aqui. Alguma observação a mais? (Manifestação fora do microfone). O Conselheiro Hermes encaminhou por email, que vai ser juntado a esta ata. Não havendo mais observações em relação à ata, por aclamação coloco em votação, quem é favorável permaneça como está. Quem é contrário se manifeste. Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A ATA 2788/2018.** **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como tem sido a nossa prática, gostaria de pedir a inversão da Ordem do Dia e começar com Comunicações antes, como temos tido nas últimas reuniões, em função de que termina não tendo tempo para as comunicações. Também porque tem alguns assuntos importantes, como esse projeto das praças e parques, que merece uma discussão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bom. Eu registro o meu posicionamento de que a gente vença esta pauta, nós temos um processo de 21/08 aqui e outro de 29/09, que já antecipo que vai ter uma reunião quinta-feira, em articulação com a Conselheira Tânia da RGP. 4, que vamos fazer a reunião lá na secretaria. De qualquer forma, vou colocar em votação, se os conselheiros entenderem pela inversão assim o faremos. Então, quem é favorável por inverter a pauta? (Contagem de votos = 08 votos). Quem é contrário à inversão da pauta? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). Então, mantida pauta. **3. ORDEM DO DIA. 3.01.** Eu vou me manifestar através da leitura do parecer da secretaria, que é sobre a manifestação das 4 vista que tivemos, em relação a este processo. Registro também, até deveria falar no início, mas registro que está o representante da empresa aqui, o Mathias, que está sendo lá ao fundo, está aqui para esclarecer qualquer dúvida que se fizer necessário. Fique à vontade, seja bem-vindo ao conselho. Nós tivemos o relatório deste processo e depois do relatório tivemos pedido de vista. Em cima dos pedidos de vista, feitos os esclarecimentos, vou fazer a leitura neste ato. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: QUESTÃO DE ORDEM.** Eu acho que nós não podemos dar prosseguimento, na verdade, no encaminhamento desse projeto, porque nós estamos sendo minados hoje de várias informações das quais nós não tivemos nem oportunidade de conhecê-las. Sequer tivemos tempo hábil também para conhecer o parecer da Procuradoria que foi encaminhado recentemente. Então, entendo que ele deve ser adiado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual o tipo de informação, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Todas as informações que nós recebemos, seja essa audiência pública, seja este aqui que eu não sei, acho que foi o Adroaldo quem trouxe, seja o parecer da procuradoria. Nós não tivemos tempos. Eu acho um desrespeito com os conselheiros nos mandarem informações de última hora e já colocar em pauta um processo que ficou parado na secretaria desde janeiro e quer que a gente analise toda esta documentação em um curto espaço de tempo. Então, não tem condições de ser apreciado e nem encaminhado na data de hoje. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, eu me proponho a fazer esse esclarecimento, por isso que eu estava começando a lei a manifestação da prefeitura. Também registro que



o processo estava à disposição, junto com a ata que foi encaminhada, foi até um zelo, uma cautela que a gente observou. Se ao final de prestar essas informações o Conselho assim decidir não vejo problema, mas eu vejo nisso uma oportunidade de trazer essas informações. Inclusive, o Conselheiro Adroaldo vai se manifestar também, assim como qualquer outro conselheiro. Eu acho que a oportunidade de colocar as informações é justamente esta que estou iniciando neste momento. A manifestação da prefeitura se coloca como um relato de todas as situações, trazendo justamente a forma como foi aprovado isso no âmbito dos servidores da Prefeitura Municipal em relação à aprovação do EVU. Então, esse empreendimento foi aprovado em 2002 como Parque Empresarial Condor, que teve a sua implantação concluída. Isso é importante, porque já foi feito o termo de recebimento ambiental, isso no ano de 2016, justamente por atender todas as condicionantes. E um ponto muito importante que foi esclarecido é a questão do termo de compromisso, foi uma grande dúvida que se levantou naquela oportunidade, o termo de compromisso firmado perante o Ministério Público, que arquivou o inquérito pelo cumprimento do termo de compromisso. Aquela questão do banhado, inclusive, consta na matrícula da quadra G, como área a ser perpetuamente preservada. Então, todas as questões ambientais envolvidas foram devidamente avaliadas e equacionadas. Em 2018 foi protocolado na CAUGE proposta para uso misto da gleba, incluindo atividade residencial, tendo sido emitidas diretrizes em julho de 2016 e EVU aprovado em 18/07/2018. Foi solicitado EVU para uso residencial das quadras B, C, D e F. Solicita EVU de flexibilização de altura da quadra G, mediante anuência do 5º COMAR. (Leitura do Parecer). O que nós estamos falando aqui é só sobre o parcelamento do solo, a ocupação das quadras será objeto de EVUs específicos. (Continuação da leitura do Parecer). Neste caso tem deliberação da SMDE, que aprovou nesse sentido. Um breve histórico, desde 2002, como se deu a aprovação desse projeto, onde em 2012 foi feito o termo de compromisso ambiental. Nesse momento foi feita a vistoria da SMAM para verificar se estava havendo aterramento irregular na área reservada a praça e se a passagem, ou bueiro existente assegura o trânsito de animais e a preservação do banhado, o promotor defere o pedido da Condor para que seja reexaminada pelo SPM a exigência de dois (Inaudível) e sugere que seja utilizada como espaço verde. Considerando que a área cumpre função ambiental e localiza-se dentro de banhado. Então, a Condor se compromete a não permitir aterro da quadra G e avanço do aterro sobre a área de praça reservada para a bacia de contenção, bem como executar cercamento e sinalização das áreas de APP. Em 2013 a Condor solicita à prefeitura a retirada de dois (Inaudível), conforme o projeto aprovado. Ainda em 2013 é realizada uma audiência no Ministério Público, na presença da prefeitura, através do DEP, SMOV, SPM e SMAM, mais o empreendedor Condor, a Associação Acomba, Consultoria Profil e a Divisão de Assessoramento técnico do MP, onde ficou acordado na área de competência da SMAM o congelamento e a retirada do aterro da Praça nº 2088, realizada em desconformidade com a licença, readequação do centro de esportes da quadra esportiva, avaliação conjunta acerca da possibilidade de implantar passagem e fauna para a quadra G, avaliação pela SMAMS quanto à viabilidade de transplante de corticeira, que foi soterrada na quadra G. encaminhamento de relatório técnico acerca de todos os transplantes realizados. O Profil atualizou em 2014 a avaliação ambiental, identificando a presença de área alagadiça no interior dessa quadra. (Leitura de histórico). Tem históricos do ano 2005, que foi feita a divulgação pública do empreendimento. No ano de 2015 a comissão que aprova loteamento, delibera sobre a desobrigação da execução dos FUNDESACS, que na época do termo de compromisso no mi faltava isso, porque o termo é antes dessa decisão da CETAPS. Então, aquela obrigação da SPM – Secretaria de Planejamento Municipal foi aprovada a desobrigação dos FUNDESACS. Tem cópia dos



editais de convocação para divulgação pública do ano de 2005 nos jornais de grande circulação, no Diário Oficial, Zero Hora, Correio do Povo. O último documento juntado é justamente a deliberação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Foi juntada também a ata da audiência pública, que foi realizada em março, em relação à Procuradoria do Município, onde se ratificou o entendimento da CAUGE. A Procuradoria, como se manifesta na CAUGE, que não há necessidade de se manifestar novamente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: QUESTÃO DE ORDEM.** Quem assina o parecer na PGM? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu conversei com o Marisco e certifico isso no processo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É o Procurador Geral que assina? É isso? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso, mas eu certifico isso no processo. Então, são essas as manifestações. Eu vou passar a palavra para a Patrícia, se quiser fazer alguma complementação. Com isso a gente abre para a discussão da matéria. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu acho que o parecer está muito bom, bem completo. Em princípio, eu não teria nada a agregar no momento ao que foi dito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também vou me juntar ao que foi dito pela conselheira anteriormente. Fica muito difícil, é impossível nos apropriarmos desse retorno da PGM com a sua leitura, uma leitura. Eu até tentei anotar, mas. Assim, eu acho que não tem as mínimas condições de se levar à aprovação. Eu acho até que nós podemos avançar e sugiro que a gente avance nesta discussão desse processo, depois se dê mais um tempo para que a gente possa se apropriar disso. Eu não sei se qualidade conseguiu captar o que foi este parecer que nos foi trazido agora. Ele foi trazido para nós agora. E eu gostaria de reafirmar uma coisa que eu disse lá no início, vou aproveitar e cumprimentar os representantes da empresa e do empreendimento. Assim, o Secretário até se contradisse dizendo que existe uma situação no Canadá que ele visitou, não existe no mundo onde se aprove um loteamento ou uma cidade. Primeiro, na maioria dos países, ou quase todos, isso aí é um projeto governamental. Nós estamos aprovando uma cidade dentro da cidade, eu já disse isso. Eu tenho esses dados, das cidades do Rio Grande do Sul tem esta população ou mais. Quer dizer, é de uma complexidade. Então, eu estou dizendo isso porque a gente sempre é colocado contra a parede, “a gente” eu digo o conselho, do tempo de aprovação. Eu concordo, todo mundo concorda que é muito demorado, mas neste caso é muito excepcional, nós não podemos comparar a aprovação de um loteamento para 40 mil pessoas, usuários, entre moradores e usuários, como um projeto de uma edificação que pede lá, que tem uma situação de dois pavimentos a mais ou seja o que for. Então, eu gostaria de deixar registrado isso. Se alguém me comprovar que tem em algum lugar do mundo que aprova isso em um ano, eu dou o chapéu e aceito que se aprove em um ano também. Era isso, Secretário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu me somo também, inclusive, cheguei um pouco atrasado, pedi desculpas, pois passei a tarde na reunião do Comitê Gravataí, estava lá o Lotar junto com a gente também. Esta é uma preocupação não só da população de Porto Alegre, da população de Alvorada também, que está preocupada, porque o Rio Gravataí é um só e nós vamos colocar mais casa de bomba para colocar mais água para dentro do Rio Gravataí. Vai acabar com uma das áreas que ainda tem de remanescente que absorve esta onda de cheias naquela região ali. Quando a gente sai de Porto Alegre em dia de chuva, todo mundo enxerga atrás da FIERGS, vira um lago, aquilo ali é um banhado, aquela região toda foi banhada. Então,



em algum local essa água tem que ir. Eu estive na audiência pública, até lamento registrar de novo que eu lamento, para mim a audiência pública teria que ter sido deste conselho e não da Câmara de Vereadores. Eu lamento a postura do nosso presidente aqui, que disse que a gente não tinha como fazer audiência pública, por mais que esteja lei que um dos instrumentos de planejamento urbano é a audiência pública. Então, realmente, são muitos materiais para agora a gente sair votando. Eu vou me somar à questão da gente poder receber esse material que foi lido por email e a gente poder em outro momento com mais calma poder deliberar. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Antes de mais nada, agradecer à presença do empreendedor, do nosso líder lá do Bairro Anchieta, o Sr. Lotar também presente e demais visitantes. Eu quero colocar essa dificuldade que a gente tem no entendimento, porque realmente é um projeto complexo, está saindo de uma condição de empreendimento industrial o residencial. Então, merece uma atenção maior. Estamos todos empenhados em avançar, mas não podemos nos descuidar nos detalhes, que são detalhes que vão ser confirmados para sempre naquela região. Presidente, o seguinte, nós temos vários documentos que ainda faltam ser de fato analisados, como o próprio relatório da audiência pública, pelo que eu sei a própria secretaria acabou não concordando em reproduzir este material para o conselho. Não é um fato negativo, mas poderia ter sido evitado e a gente poderia ter avançado um pouco mais, ter conhecido o relatório da audiência pública. Então, tem este documento que hoje a gente fez, eu e o Conselheiro Lotar, onde errado, colocamos como demanda, não é demanda, mas são pontos positivos em que a comunidade de certa forma concorda em conversar mais uma vez com o empreendedor, fazer com que avance positivamente esse processo sem ficar nenhuma dúvida, também que o próprio conselho consiga votar com segurança e aprovar, que a gente torce para isso. A minha sugestão é que a gente pelo menos consiga ter mais uma ou duas reuniões para que a própria comunidade junto com o empreendedor chegue a este ponto, porque eu acho que já caminhamos bastante. Eu acredito que o próprio Ministério Público vai continuar trabalhando em cima desse processo. Eu acho que é isso, eu acho que merecemos um tempo maior para o conselho conhecer principalmente o que está dentro dessa audiência pública. Concordo, Conselheiro Campani, eu acho que se tivesse sido por aqui talvez tivesse um peso bem maior, mas não podemos anular o que foi feito, porque também tem muita coisa positiva ali. E quero falar sobre o relatório da PGM, eu não tenho o conhecimento técnico suficiente, mas ele não trouxe nenhuma novidade para esclarecer. Então, eu gostaria muito de colaborar mais ainda com a cidade e torcer por este projeto, mas gostaria que todos tivessem a possibilidade de fazer o encaminhamento com consciência. Obrigado. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu acho assim, mais uma vez aqui os conselheiros começam alguns a dizer – ah, precisamos de mais tempo; este processo vai ser aprovado só em um ano; quero ver de onde e de qual cidade. Só que não sei, eu fico lendo o processo e vejo que este processo já foi aprovado uma vez, só que com determinado uso. Em 2016 ele até recebeu um TRA da SMAM. Ele tem um processo de parcelamento do solo. Aqui se trata de um EVU, que depois o empreendedor ainda vai ter que passar por aqui as quadras, cada quadra vai ter o seu próprio EVU. Então, a gente tem que imaginar que este processo já vem tendo uma tramitação, depois ele entrou depois para mudar o uso e colocar o residencial hoje. Hermes, tu podes ver bem o urbanismo moderno, os urbanistas colocam a residência perto de onde se trabalha hoje em dia. Aqui é um local de trabalho e a residência está lá do outro lado. Isto era antigamente, por isso que as cidades ainda passam por problemas de ter que se deslocar longe para trabalhar. Então, nesse caso, o empreendimento, essa nova visão de empreendimento para a cidade é muito



interessante. Eu pergunto, por exemplo, se não me engano a mesma empresa é a que foi a responsável pela urbanização da Bela Vista. Tu imagines hoje a Bela Vista sem nada, com um grande vazio no meio da cidade sem nada acontecendo, não imagina. E olha o que é a Bela Vista hoje. Tu imagines ali perto do Parque Germânia, que só tinha mato, hoje tu olhas para o Parque Germânia. Pô, a cidade era uma área tão grande quanto a Bela Vista, o Parque Germânia, uma área tão grande quanto esta e a cidade agradece, foi muito bom para a cidade. Eu acho difícil alguma cidade que tem esta oportunidade, que tem áreas que ainda tenha empreendedores para correr risco, para empreender, para passar dificuldades ali e ainda se submeter passar por todos os trâmites. Porto Alegre é uma das cidades que mais demora a aprovar projetos, não é assim em um ano. E ainda por cima, querendo fazer tudo certo, imagina se fosse querer fazer a coisa errada. Não, quer fazer tudo certo, tudo dentro da lei, dentro da audiência pública. A audiência pública tem normas, não adianta dizer que a audiência pública tinha que ser na sala do conselho. Não, tem que ver a norma que rege a audiência pública, de dentro das normas. Até quem determina ali é a SMAM, faz tudo lá, demora um tempão o a gente conseguir colocar um empreendimento desse porte. Não é assim! Pensa que é fácil? Então, na verdade, tem algumas coisas relevantes ali e o meu colega Lotar, que também foi conselheiro nesta cassa, tem algumas coisas relevantes, Lotar. Tem coisas que são bem importantes que a comunidade se manifeste. Eu sempre sou favorável da gente aproveitar as oportunidades, se tem um empreendedor que quer trazer para a cidade alguma coisa, vamos aproveitar a oportunidade e fazer um grande conserto, fazer a coisa acontecer. Se tem alguma coisa relevante vamos ver, mas a própria SMAMS já passou no seu crivo, os técnicos da SMAM são pessoas que sabem o que estão fazendo. (Sinalização de tempo esgotado). A gente tem que botar a mão nas consciências e fazer o melhor para a cidade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É interessante, e quero saudar o empreendedor, os que nos assistem aqui. É interessante como as coisas do empreendedorismo ou do grande capital tem uma agilidade impressionante neste conselho e nesta cidade. A regularização fundiária de comunidades, que estão há anos esperando não tem a mesma agilidade, entrava a burocracia e ninguém fala nada. E muitas vezes depende do órgão público e não da comunidade. Muitas vezes a comunidade comprou a área, ajudou a urbanizar, apresentou projetos e não tem a mesma agilidade, Dal Molin. Eu quero uma cidade que resolva os seus problemas já existentes e não crie mais. E ontem esta idade perdeu uma oportunidade de dizer não a algumas coisas que estão sendo vendidas. A incapacidade administrativa, pela má gestão de prefeitos e ninguém fala nada. Chega! Tem prefeitos que tem que ser responsabilizados, foram incompetentes na gestão pública, o Ministério Público deveria verificar o desvio de mais de R\$ 800 milhões dos fundos e ninguém fala nada. Aí para um empreendedor que vai alterar um bairro, a vida de pessoas – ah, não, isso tem que ser aprovado porque vai qualificar a cidade. O Dal Molin cita o bairro da Bela Vista, mas quero fazer o contraponto. Quando eu era estudante de direito, estudei no Anchieta, não tinha nada ali e era preservado, tinha comunidades ali que foram tiradas pela modernidade, pelo avanço da civilidade, comunidade como o Quilombo do Silva, que está lá encravado por uma luta comunitária. Por alguns teria saído de lá. A mesma agilidade eu quero com os projetos das comunidades, regularização fundiária. E pareceres quando passam por aqui tem que dizer a página, o número, quem fez. Cadê o relato da PGM? A página, a folha? Que é o procurador? O secretário disse, eu quero ver. Agora, admira muito, é o próprio secretário a defender o projeto do empreendedor. O senhor tem que ser presidente do conselho, com todo o respeito que eu tenho pelo senhor. E hoje o senhor estava na Câmara de Vereadores defendendo um projeto que não passou por este conselho! Envolve dinheiro público investido nesta cidade,



que foi mal cuidado, mal administrado sob a responsabilidade da secretaria! E aí demite funcionários, arrocha salários. E aí quem vai fiscalizar? CCs? Pô, vamos pensar um pouco! Eu votarei contra em defesa de uma cidade que melhor e não crie mais problemas. Não adiantam medidas compensatórias. Desculpa, Lotar e Adroaldo, mas eu acho que vocês vão ter mais problemas do que melhoria de vida lá. Nem uma casa de bombas consegue manter, vão manter esgoto todo, a infraestrutura posta lá, carros, quem vai? O empreendedor? Era isso e obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estava analisando, vendo meus arquitetos e advogados falarem, eu tenho que respeitar a posição dele,s até porque eu não sou arquiteto e não sou engenheiro, também não sou economista, eu sou trabalhador. O conselho tem que ter o papel de avaliar os impactos, desgravames de áreas que vão acontecer futuramente. Também tenho a preocupação de ver emprego para esta cidade. Se nós não discutirmos o trabalho dessa gente que vai fazer marcenaria nesse projeto não vai andar. Há 200 anos nós negros e pobres estamos jogados na sarjeta e a coisa não vai mudar. Também tem o emprego que vai gerar, da pessoa que vai sair da zona sul até lá para ir trabalhar. Isso também tem que ser discutido. Uma cidade nova que vai ter ali vai gerar emprego, porque é para desenvolver a Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre está igual a China, a China é um país que avançou. Lá no meio do século eles inventaram um monte de empreendimentos. Por que eu vou privar que Porto Alegre cresça também? Mas com cuidado. O grande empreendimento tem que sair, mas tem que ter contrapartidas para as comunidades serem regularizadas. Só tem um lado, não tem o outro lado. Eu não posso privar uma cidade do emprego, porque o trabalhador da favela não trabalha em escritório, não trabalha na advocacia, não faz projetos, ele trabalha na obra. Se esta cidade não tiver empreendimento não tem emprego, vai ser desemprego, vai ter assaltando, bandido, ladrão. Então, tem que ter duas visões no conselho, Felisberto. A tua visão como advogado tem que ser da favela, de quem precisa trabalhar também. Essa é a questão, o trabalhador da favela que não tem curso técnico, não tem nada, tem que trabalhar nas empresas. Isso tem que ser visto também! Eu nem ia falar, mas estou analisando. Eu saí com 20 anos, porque só tinha vaga no Julinho e no Inácio Montanha, rodei duas vezes por causa de uma professora bandida, porque eu era negro, tinha que trabalhar onde? Em mão de obra. Eu saía de manhã cedo, Felisberto, com a minha marmitinha, meu pão com banana no meio e ia trabalhar na mão de obra, ia pintar, tinha emprego, tinha na época, porque hoje não tem mais nada. Vai trabalhar onde? Não tem mais empreendimento nesta cidade! Acabou! Então, isso tem que ser pensado também. Eu não posso pensar em travar uma cidade. A cidade vai crescer bastante, principalmente aquele bairro que está cheio de banhado, vai dar emprego para empregada, para a lavadeira, vai dar emprego para aquela região. Agora, se vai dar problema de automóvel e não sei o que mais, só compra carro quem tem dinheiro. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Como eu comentei há umas semanas atrás, da necessidade de acelerar alguns processos aqui. Se analisarmos, este processo faz algum tempo que está tramitando, desde setembro do ano passado, 7 meses. Então, não sei se isso é ruim para o conselho ou para o desenvolvimento da cidade. Eu entendo o anseio de muitos conselheiros e sei também a visão de muitos conselheiros aqui em relação a este processo. Então, se analisarmos aqui o número de vista solicitada, a preocupação com o processo é bem grande para a gente deixar dessa forma. Penso assim, Secretário, se tem condições de votar, é colocar em votação para nós eliminarmos este ponto de pauta, porque isto está ficando cansativo. Toda semana tem situações, tem comentários, tem novidades em relação a este processo e isso também atrapalha um pouco a gestão deste conselho. Então, a minha sugestão é



que bote em votação para terminarmos com esta situação, ou aprova, ou reprova.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu já coloquei a minha Quando de Ordem inicial, a respeito de serem enviados documentos de última hora e nós querermos fazer a discussão em cima deles. Não é porque o secretário leu que tivemos uma capacidade de análise. Eu queria saber quem trouxe esse documento da audiência pública, quem imprimiu e está disponibilizando? (Manifestação fora do microfone). É uma informação que está sendo inda de forma e está colocando. Eu até questionei o Adroaldo, porque ele estava lá como nosso representante do CMDUA. Eu não recebi nenhuma comunicação de audiência pública que tenha sido feita e colocada aos conselheiros. (Manifestação fora do microfone).

Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Tu te referes... Permita te chamares “tu”. A senhora se refere à ata da audiência pública?

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu estou olhando aqui, o representar do CMDUA. Ele pode ser o representante da região, mas não era o representante do conselho, não foi escolhido pelo conselho mandar representante e o conselho fez uma audiência pública ou houve algum encaminhamento nesse sentido?

Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A senhora se refere à ata da audiência pública ou não?

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Sim.

Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: A ata da audiência pública a gente oficiou a Câmara de Vereadores e foi nos enviada. Isso consta no processo, a gente juntou ao processo. Sobre a forma de redação, eu estava na audiência pública, a Conselheira Lívia estava, o Conselheiro Campani, o Conselheiro Adroaldo também estava, eu acho que tinha o suplente da ÁREA, o Jorge estava. Então, se constou na ata foi equivocado, porque ninguém se apresentou como representante do CMDUA. Não foi apresentado assim e o Seu Adroaldo nem me lembro se ele se manifestou, acho que se manifestou, mas como da região. Isto eu estava lá e atesto. A ata foi feita pela Câmara de Vereadores. Só para esclarecer.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu agradeço os esclarecimentos, mas entendo também que o fato dos conselheiros terem estado presentes, não supre a necessidade, já que era um encaminhamento do conselho, que todos os conselheiros tivessem sido comunicados para se fazerem presentes. A par das considerações que foram aqui colocadas, eu tenho que não estamos aqui discutindo a viabilidade econômica, lucro, prazo, tempo, emprego, nós estamos discutindo, na verdade, o planejamento urbano, a saúde, a segurança e a defesa do meio ambiente, que passa muito distantes das questões que estamos discutindo e que estão sendo trazidas à tona aqui. Então, reintero, é um desrespeito com os conselheiros, de última hora trazer documentos, o parecer de uma PGM que nós não tivemos a oportunidade de analisar, analisar não é ler, do qual precisamos de tempo.

José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Boa noite. Eu só queria dizer o seguinte, estamos com este material há 7 meses... (Manifestação fora do microfone). O Projeto, o processo... (Manifestação fora do microfone). Bom, então, vou aguardar seus comentários e depois eu continuo. Bom, não é questão de correr ou não correr, este conselho tem que seguir a legalidade, passou por todo um estudo através dos órgãos da prefeitura, passou por uma comissão da prefeitura, foi incessantemente estudado, desde 2005 teve EIA RIMA, teve audiência pública na época. Lógico, teve modificação do uso, que também passou por todas as comissões e tem pareceres de toda a ordem, técnicos, inclusive, com a questão ambiental. É pela legalidade. Tem impactos? Qualquer empreendimento em qualquer parte do mudo, em



qualquer cidade, em qualquer localidade sempre haverá impactos positivos e negativos. Positivos são aqueles que nós olhamos como benefícios à cidade que venham trazer danos, como falou o Paulo Jorge os outros colegas. Há este tipo dentro do desenvolvimento de qualquer sociedade, qualquer cidade. A discussão toda que fica é – é bom ou não é bom para a cidade? São situações da legalidade. Este conselho segue a legalidade, os técnicos analisaram, apresentaram situações que estão dentro da legislação e foi aprovado. Ou o funcionário ou não segue a legalidade? É legalista! Segue a lei! E eu vou para o lado da questão ambiental, porque sou biólogo e sou da questão ambiental, está lá claro que vai ser preservado. A própria ação da cidade em si com a área de banhado protegida terá também impactos. Tu não podes dissociar as coisas. Então, está correto, foi analisado, está dentro da legislação e apto à aprovação. O DEMHAB vai aprovar, somos favoráveis a este projeto, o resto são discussões que vão continuar em discussões. Sempre vai haver discussão, mas nós temos que seguir a legislação, se passou pelos técnicos, se foi aprovado, se está dentro da lei, incluindo a presença do Ministério Público que estava presente nas audiências, teve termo de ajustamento de consulta na época. Então, está presente, está sendo analisado. Ah, tem coisas que foram cumpridas e outras que foram agora neste procedimento. É uma sucessão de fatos que acontecem dentro de uma margem de projeto. É neste sentido que o DEMHAB é favorável ao projeto e que se coloque em votação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu só pediria para o DEMHAB esclarecer qual é a legalidade do nosso funcionamento aqui. Basta passar por todas as secretarias e trazer para cá e ser aprovado. Então, qual é a função? A legalidade está em ser amplamente discutido em uma gestão tripartite de sociedade civil... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a senhora está questionando o posicionamento do conselheiro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, eu estou perguntando! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, a senhora está questionando. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E que seja, é a minha manifestação! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas a senhora já se manifestou, estamos em regime de discussão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou a discutir! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O conselheiro fundamentou o seu posicionamento dentro da autonomia que ele tem. É importante! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós estamos fazendo a análise desse projeto há 7 meses, nesses 7 meses o projeto foi apresentado pelo relator, foi apresentado pelo empreendedor, o projeto foi discutido várias vezes quando estava na pauta e também quando não estava na pauta. Alguns conselheiros até nos momentos de comunicação se reportavam ao processo pela importância dele, por todas as implicações que ele tem. Conselheiro Paulo, o relato que a SMAMS apresentou, fazia tempo que eu não ouvia um relato tão completo, fazendo uma abordagem de todos os pontos levantados por quem levantou, várias entidades e conselheiros que levantarem. E a resposta não tem nenhuma novidade porque não tem nenhuma novidade para quem conhece o processo, quem está discutindo o processo há 7 meses. As respostas já me contemplavam. Algumas coisas que foram levantadas aqui, não vou discutir agora, mas nunca tiveram fundamento nenhum para ser levantado nenhum processo desses, que do ponto de vista técnico, científico. O que nós temos que deixar claro é talvez a nossa



posição sobre empreendimentos na Cidade de Porto Alegre. Antes quero falar uma coisa, esse empreendimento é absolutamente uma proposta ousada para Porto Alegre, talvez como poucas propostas urbanísticas que foram feitas na cidade. Evidentemente que isso vai causar uma série de contrastes, como está acontecendo, principalmente m lá onde tu fazes uma renovação de uma área que tinha um destino industrial frustrado, que virou um vazio urbano, que virou uma área falida e que tem agora uma proposta de reintegração, não só com Porto Alegre, mas com a Grande Porto Alegre. Quanto a isso não vejo novidade. Proposta ousada, proposta polêmica, vai dinamizar a cidade. Eu quero ressaltar também, Paulo Jorge, as pessoas estão com medo porque vai mobilizar 40 mil pessoas, 10 mil moradores não sei mais quantos mil em circulação, o que dá o movimento de 40 mil pessoas, gerando serviço, consumindo, pagando impostos, dinamizando uma cidade que está em crise. Quantas mil pessoas vão trabalhar na execução de serviços. E para a cidade o que vai ser gerado de impostos, a dinâmica que isso traz. Nós estamos com uma cidade, como o Paulo Jorge diz, o servente, que é o trabalho mais comum na cidade, não tem, está parado. Nós estamos sim colaborando com a paralisação da cidade, porque se depender do conselho hoje, de algumas posições, a cidade continuará assim para pior, daí para trás. É atrasar a coisa. Presidente, o que nós temos aqui é um conselho de várias opiniões e nós temos que assumir isso. Nesta gestão isto está muito bem claro, nós temos aqui uma disputa de posições políticas sobre a questão urbana da cidade. Não existe nenhum pecado nisso, existe sim uma disputa que deve ser colocado na mesa para refletir, na revisão do Plano Diretor, nas próximas eleições e, inclusive, no atual comportamento, com as propostas do próprio prefeito. Por aqui está passando todas as propostas deste governo, independente da qualidade delas, a questão dos patinetes que trouxeram na última semana e assim por adiante, o que é corretíssimo, mas vamos assumir uma com, não tem um melhor ou pior que o outro, porque é o mestre dos mestres da universidade, ou porque um operário da construção civil, ou um líder comunitário como o Paulo Jorge. (Sinalização de tempo esgotado). Esta é a minha posição, votarei a favor. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Eu gostaria de fazer alguns reforços, são importantes algumas coisas que foram ditas, como essa condição de nós conselheiros aqui termos uma visão ampliada sobre o que estamos discutindo, a perspectiva social, ambiental, econômica. Eu acho que são pontos bem importantes que estamos falando aqui, que realmente me tocam de pensarmos sob diversos pontos de vistas, não só a questão do empreendimento, mas a questão da vida das pessoas, a questão econômica, a questão social, ambiental. Então, realmente, quando vamos colocar nossas posições, que possamos ter esta visão ampliada e não uma visão disto ou daquilo, assim, de forma tão separada. E que a gente possa compreender o que realmente estamos falando aqui e de que condições estamos falando aqui. Eu acho que tem outros pontos importantes tratados aqui, 7 meses de tramitação de um processo, o que isso impacta, o que isso representa e qual a possibilidade deste conselho quando fica todo estado tempo com esse processo tramitando. Eu acho que é uma questão também importante. Eu acho que mais de uma vez a gente já falou aqui, acho que estamos fazendo a aprovação do EVU, que é a aprovação de cada uma das quadras, que é a evolução de todo esse processo, que também terá este espaço aqui para debate e todas as questões que vem junto. Fica muito claro que quando estamos falando de um projeto urbano estamos falando de desenvolvimento e nem sempre desenvolvimento, nem sempre a vida real consegue ser assim tão planilhada e tão acompanhada e a gente tem que ter a competência de poder tratar no presente momento, porque passado já passou e futuro a gente não sabe muito bem, o que a gente pode realmente contar é com este presente momento. Então, que possamos ter muita consciência neste momento com este processo



que está há 7 meses e com quantos outros que a gente precisa avaliar e analisar, debater. Os debates são realmente importantes, mas que estejam focados na melhoria da qualidade de vida sob diversos aspectos para todas as pessoas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ates de encerra a discussão a Conselheira Livia, o Conselheiro Sérgio Brum... (Manifestação fora do microfone). Não, só os que não se manifestaram, gente! Quem já se manifestou não vai repetir. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu fui citado, eu gostaria... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só um minuto, conselheiro! A discussão vai ser encerrada com a manifestação dos conselheiros que não se manifestaram. Conselheiro Felisberto, o senhor está pedindo a palavra, o senhor já se manifestou, o Conselheiro Campani também. (Manifestações fora do microfone). Conselheira Livia, com a palavra, por favor. (Manifestações fora do microfone). **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bem, eu acho que é uma questão muito delicada. No meu parecer, que eu não me sinto contemplada neste texto aqui, eu coloquei que o Rio Grande do Sul tem 1103 cidades que tem até 10 mil habitantes e gerenciar 10 mil habitantes é algo tão complexo que exige prefeitura, secretarias, etc. e etc. E a gente está gerenciando, estamos decidindo neste momento um aglomerado em uma área concentrada da cidade, com uma série de questões absolutamente sérias, de transporte, de acessibilidade, de mobilidade, de equipamentos de grande porte, uma ponte, uma estrada, vários edifícios, o que gera uma população de 40 mil pessoas diárias, em princípio, e 10 mil habitantes. O meu parecer pedia que este processo fosse tramitar com projeto especial de impacto urbano de segundo grau. O meu parecer pedia que se tomasse uma atenção especial com os impactos ambientais e de mobilidade. O meu parecer pedia que a gente contemplasse os impactos sinérgicos e de sustentabilidade ambiental, apesar do comentário do senhor representante do DEMHAB. Isto não está contemplado em nenhum destes documentos aqui. O parecer que eu apresentei também chamava atenção para que a área do loteamento, que foi edificado sobre aterros de construção civil e teve a interdição da SMAM em 2000, que continua requerendo avaliação confirmatória de que houve disposição final dos recursos sólidos e que a qualidade da água subterrânea neste momento, após avaliação, está considerada como imprópria para uso. Eu pedia isso no parecer também. Eu entendo que essa providência fundamental, porque o empreendedor não apresentou, nem foi exigido EIA RIMA, por consequência, continuamos sem ter conhecimento das externalidades que o empreendimento irá gerar na região. Essas externalidades não tem que ver apenas como gerar emprego durante um período em que o empreendimento será construído. Se nós estamos vivendo um momento de crise no país, se o DMAE não tem dinheiro para colocar máquina para colocar água não tem empreendimento com 10 mil pessoas, 20 mil pessoas, 40 mil pessoas que vá gerar emprego senão tiver água na região. Isso seria suficiente para a gente contemplar aqui dentro e discutir a questão. Se não tem água na cidade para determinadas áreas já consolidadas, como podemos concentrar na cidade com uma quantidade de 40 mil pessoas? Como, se não tem água, a gente pode entender que vai haver emprego e trabalho na área? Então, eu acho que a gente precisaria discutir esta questão com um pouco mais de consciência urbanística. Por quê? Se o fato de se construir alguma coisa gerasse emprego, a gente não estaria parando hoje de determinar áreas industriais na cidade, porque o simples fato de determinar uma área industrial geraria emprego. Se o fato de ter uma área garantisse emprego, nenhuma loja em shopping Center fecharia. Então, eu acho que é bom a gente parar de tergiversar sobre uma série de coisas e começar a enxergar a cidade com a realidade que ela se apresenta



para nós. Ninguém vai morrer nesta cidade se a gente passar mais 3 meses discutindo esta questão. (Sinalização de tempo esgotado). Só mais um segundo. Eu tenho medo que a gente venha a ouvir falar desse processo e deste conselho, tristemente, quando a história nos julgar. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu queria, inicialmente, mencionar que não entendo que alguém aqui esteja fazendo política, pelo menos não neste sentido de política partidária, política de combate a quem está no governo. Não é isto! Eu entendo que, inclusive, aqueles que vêm aqui designados pelo governo, nas posições de governo, têm que vir aqui contribuir com o seu conhecimento, com a sua análise para fazer uma cidade melhor. Não pode vir comandado pelo governo fazer uma posição cega aqui de dizer: “não, eu acho que está bom e eu como profissional acho que está bom”. Isso é responsabilidade técnica do profissional e ele deve ser responsável pelo o que diz. Ele não pode vir aqui a mando do governo, ele tem que vir contribuir com o seu conhecimento, seja a posição que o governo tiver, nem a mando de empresários, muito menos. Agora, no caso específico eu vejo um grande empreendimento, uma cidade de 40 mil habitantes, a cidade onde minha mulher nasceu, onde mora meu sogro, tem 20 mil, mas tem uma boa estrutura urbana lá. Agora, aqui a gente tem, e não vamos comprara aquelas terras ali próximas ao aeroporto com a Bela Vista e não vamos comparar aquelas terras próximas ao aeroporto com aquelas terras em aclave perto do Iguatemi. Vamos comprara várzea com várzea! São terras baixas de Porto Alegre, com uma dificuldade de drenagem absurda. Depois de extinto o DNOS essas casas de bombas são sucatas, os próprios empresários dizem todo dia que tem que fazer uma “vaquinha” entre eles para consertar as casas de bombas, que muitas vezes estragam porque não tem nenhuma cobertura para proteger os motores. É assim que a coisa anda. Aí vamos jogar 40 mil habitantes lá e resolver tudo isso!? Está escrito aonde que vai resolver? E vem aqui o Diretor Geral do DMAE e diz: “Olha, eu não produzo água suficiente para toda a cidade. Eu não tenho condições de distribuição de água a lugares mais altos”. Ah, mas tudo vai se resolver porque vai se construir um empreendimento para 40 mil pessoas? Vai se resolver com que dinheiro se o prefeito diz que não tem dinheiro para nada!? Como nós vamos resolver o problema de mobilidade urbana, as vias de acesso vão ser pavimentadas, alargadas para dar acesso a mais 40 mil pessoas que com seu carro, de ônibus ou de patinete, ou sei lá de que maneira vão se deslocar em direção ao seu trabalho, que poderá ser em outros bairros. Vão resolver o problema de mobilidade com o dinheiro meu, com o dinheiro do Gomes, com o dinheiro do povo de Porto Alegre. É isto que vai ser colocado lá para resolver o problema que o empresário vai colocar. e vamos resolver o abastecimento de água do mesmo jeito, a drenagem do mesmo jeito. Não com o capital do empresário que está investindo, mas com o capital de todos nós. E nós aqui, o que cabe a nós, cabe a nós termos a responsabilidade de enxergar esses problemas e votar levando em conta isso. Agora, eu não estou convencido de que nós analisamos todos os documentos e que tivemos o tempo suficiente para isso, porque tem documentos que chegara hoje. E aí, nós tivemos este espaço? Não! Temos condições de votar hoje? Eu entendo que não, eu entendo que é preciso dar o tempo. Aí vem me legar, 7 meses de tramitação de um estudo de viabilidade, qualquer profissional de Porto Alegre sabe que a aprovação de uma habitação unifamiliar em Porto Alegre hoje chega a levar um ano. Manifestação. Não, isto não é verdade! Isto não é verdade! Da entrada do processo até o primeiro exame tu chegas a ter 7 meses, Gomes! Vamos parar de mentir! Isto não é verdade e eu não permiti o Aparte. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Sérgio, só para lhe avisar que já passou 1 minuto. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Presidente, eu vou encerrar agora,



mas a todo um grupo enorme de profissionais que vai à Câmara esta semana reclamar justamente da morosidade na aprovação de projetos em Porto Alegre. Então, perdoem-me os que pensam diferente, mas estes prazos continuam. Os 7 meses para um tudo de viabilidade de um projeto de uma nova cidade dentro de Porto Alegre eu não acho que seja muito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Até para esclarecer, não é fazer julgamento de ninguém, de nenhuma fala, mas a “unifamiliar” é um dia, porque a responsabilidade técnica assina e se responsabiliza. Só a unifamiliar, deixa bem claro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu recordo que nós estamos em um conselho e esta é uma oportunidade muito rara de conversa que nós estamos realizando aqui, nós somos conselheiros e conselheiras e representam a sociedade civil, a área governamental e a área não governamental, que é a área em que nós nos situamos, entidades não governamentais. Nós consideramos muito importante que este debate ocorra de maneira pausada, com conteúdo e é a segunda vez que estamos conversando neste conselho sobre este tema. Este é um tema profundo, importante, que requer o entendimento dos conselheiros, nós não viemos para decidir com a urgência do empresário, apesar de nós respeitarmos a sua posição e trabalho dentro da sociedade. Nós estamos aqui para atender esta urgência, mas não estamos aqui para atender urgência do setor governamental, que, aparentemente, está se sentindo muito apegado a esta urgência. Eu faço uma ponderação a todos os colegas, para que a gente possa examinar isto com sabedoria, que tenhamos os tempos necessários para examinar esta questão que eu vejo que o tempo em cada uma dessas sessões, que nós tivemos no ano passado uma e hoje está ocorrendo, justamente porque naquela ocasião foram aportados inúmeros argumentos, que foram coletivos, é importante que assim ocorra, porque como nós somos um conselho, nós precisamos somar o conhecimento e as adesões a determinado tipo de pensamento. Eu não me considero ainda em condições de votar este tema hoje. Portanto, eu ponderaria que continuássemos estudando, isso não é nenhum escândalo, não há nenhum protocolo com isso, nós precisamos deste tempo para deliberar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Hermes, vou pedir a sua colaboração para encerrarmos a discussão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu fui citado nominalmente. É uma prática em qualquer discussão que se tenha. Eu não vou polemizar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já que o senhor foi citado, por favor, que se manifeste. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria só esclarecer ao colega Dal Molin, primeiro, que se tenta colocar aqui no conselho, e nós temos uma série de arquitetos novos aí, que estão entrando na prefeitura, essa ideia que tem a turma que não quer o desenvolvimento e a turma que quer o desenvolvimento. Só que o desenvolvimento não é crescimento, não é construir simplesmente. Hoje todo mundo está de testemunha, hoje a manchete em todos os jornais nacionais, de televisão, a catástrofe do Rio de Janeiro. O que está todo mundo dizendo? Não tem planejamento! Quando eu levanto a questão desse processo, Porto Alegre tem um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que precisa ser reavaliado, mas esta área não tem esta potencialidade, não foi prevista, ao contrário de outras áreas que o colega Dal Molin citou para polos habitacionais. Por quê? Porque é uma área que tem um potencial enorme, ela é polarizadora da região metropolitana de Porto Alegre. Além disso, a minha categoria, Paulo Jorge, 80% dos arquitetos estão desempregados, só que os



arquitetos, ao contrário de quem tu representas, eles não se dizem desempregados, eles se dizem profissionais autônomos. Então, é uma preocupação que nós temos também, mas em nome disso nós não podemos criar uma cidade que vai ser ingovernável. O diretor do DMAE esteve aqui, está colocado em ata, está registrado, ele disse que não tem capacidade de colocar água naquela região, que vai ser o próximo colapso. (Sinalização de tempo esgotado). Terminando, por favor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor pediu o tempo para se manifestar sobre uma citação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou terminando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tu estás renovando a sua fala, conselheiro! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, quando o senhor deseja o tempo é interminável, são os amigos e os inimigos do rei. Eu vou respeitar e quero que fique gravado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu dei 4 minutos para cada um. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor é completamente imparcial, Secretário. Por favor! Parcial, parcial... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está tão confuso que confundiu até a palavra, mas o subconsciente não mente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou confuso, Secretário, porque eu... Eu gostaria de mais respeito! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, se dê ao respeito! Eu controlei 4 minutos para todo mundo e a Conselheira Livia falou mais, teve mais um conselheiro, acho que foi o Sérgio Brum, não sei. (Manifestação fora do microfone). Não, é só para ser justo aos fatos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu queria que o secretário pudesse me dizer se está no processo a vista da RGP. 2, 6, UFRGS, IAB, SAERGS e ÁREA. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, todos. Está tudo no processo, o processo está todo instruído. Senhores, eu vou colocar em votação uma sugestão de dois outros conselheiros sobre a prorrogação. Antes, só para esclarecer alguns pontos, esses projetos, a EVU não diz respeito à ocupação do uso do solo, ela iniciou em 2002, foi aprovada em 2010 e concluída em 2016. Eu me refiro apenas ao parcelamento. O que este EVU coloca é a alteração para fazer incluir além do industrial, além da prestação de serviço o residencial. Então, não está se aprovando ou negado um loteamento, estamos avaliando de permitir que pessoas morem lá naquele loteamento já implantado ou não. Outro ponto que julgo necessário esclarecer, em nenhum momento eu estou aqui para defender empreendedor, eu estou aqui para defender o governo do qual eu acredito, do qual eu faço parte. Então, vou colocar em votação se a gente prorroga ou não. Em avançando... Por favor. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Secretário, o conselheiro comentou que não teve acesso à audiência pública e chegou tudo hoje. Como é um projeto pesado, grande, tem que ser bem discutido, bem avaliado, para não acontecer como aconteceu depois no nosso projeto do Cais do Porto, que içamos para lá e para cá. Eu proponho o seguinte, o nosso Hermes colocou sobre as condições de cidade vulnerável ou não. Então, sugiro uma prorrogação, uma convocação extraordinária com os arquitetos, dessem toda a explanação dessa prorrogação, desse um prazo de uns 15 dias ou uma semana, quando voltar para votação não ter mais debate. Eu também gostaria de sentar com os engenheiros e arquitetos, para



explicar um loteamento para 40 mil pessoas o impacto que dá e o que afeta, para poder votar tranquilamente. Eu respeito os arquitetos pelo conhecimento, como a arquiteta da UFRGS também. Então, 15 dias ou uma semana, mas vai ter uma reunião extraordinária só para debater este projeto aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está impedida a sua Questão de ordem, em vencendo a tese da não análise nesta sessão a gente coloca em votação esta possibilidade. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Só a título de informação, conferi o voto da IAB, porque consta a Gisa Bugs aqui e a gente conhece bem os representantes. Então, se não tem nenhum documento informando a indicação do novo representante, então, temos que analisar este voto aí. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi uma falha minha, mas a Gabrielle informa que foi encaminhado ofício do IAB. Está devidamente registrado o ofício. Só não foram feitas as formalidades. Quer e manifestar, conselheiro? Então, em regime de votação, quem é favorável a não analisar o processo, ou seja, prorrogar o item 3.01 da pauta, por favor, levante o braço. (Contagem de votos = 10 votos). Quem é contrário a prorrogar? (Contagem de votos = 12 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **REPROVADA A PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE VOTAÇÃO.** Então, em regime de votação quem é favorável à aprovação do item 3.01 da pauta, relatório da SMRI, por favor, levante o braço. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 08 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL.** (VOTAÇÃO DESTE ITEM DE CADA CONSELHEIRO NO DECORRER DA ATA). **ITEM 3.02** da pauta, teremos uma reunião na quinta-feira, que foi um acordo que fizemos com a Conselheira Tânia e o empreendedor. Estão todos convidados para quinta-feira, às 18 horas, na sede da SMAMS, na Av. Carlos Gomes, 2120. **ITEM 3.03.** EPTC em condições de apresentar? Então, por coincidência, o Fundo Imobiliário Phorbis, o empreendedor já está aqui. Foi distribuído para relato da RGP. 8, passou várias semanas sem análise, foi redistribuído para a EPTC em 26/03. O prazo de relatório era para dia 02 e será apresentado pela EPTC. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me lembro que conversamos dos votos ficarem registrados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está passando a folha para todo mundo assinar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Neste sentido eu ratifico que não está sendo cumprido e nunca foi cumprido, que esta folha tem que ser anexada no site também, para que fique claro para a sociedade civil quem vota e de que forma. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem, Conselheira. Isto será feito. Raul, 5 minutos. **Raul, representando o empreendedor:** Boa noite. Vou apresentar um projeto que é, na verdade, uma sequência do Complexo Viva Open Mall, que se localiza na Nilo Peçanha. É um projeto que está construído há 2 anos e a sequência do empreendimento é um complexo de uso misto, que teve o seu EVU aprovado em dezembro, conta com uma torre comercial, localizado na extremidade à esquerda da tela, de uma expansão do espaço comercial térreo, composto por serviços, conveniências, espaços gastronômicos. Há uma torre destinada a uso residencial e por torre destinada ao uso hoteleiro. Nós trouxemos uma esquemática do empreendimento, que traduz um pouco do conceito para este projeto, que é fazer uma cidade mais destinada aos pedestres, uma cidade mais caminhável, uma cidade que tenha uma irrigação maior e mais homogênea. Então, um empreendimento



onde se consiga misturar usos, tendo a utilização do espaço tanto durante o dia quanto à noite, misturando entretenimento, serviço, conveniência, lazer, moradia, hospedagem, tudo junto, mas de forma heteroneo, uma forma cosmopolita e que traga para esta região um volume de pessoas importante, mas que não esteja diretamente impactando de forma negativa. Então, aqui alguns ângulos mostrando as fachadas ativas, que é um tema muito polêmico para a revisão deste Plano Diretor, o empreendedor está investindo em fachadas humanizadas, fachadas com vida trazendo o que vai ser o visual da Nilo com o empreendimento. Hoje o Viva já conta com a circulação de pessoas muito grande, de forma utilizando espaço livre, misturando o público e o privado, não colocando grades e fechando esse espaço, permitindo que se entre dentro do empreendimento. Hoje este espaço, que é uma área de preservação permanente do Parque Germânia, é uma região que tem muito assalto, pouco movimentada. A nossa proposta foi justamente trazer o residencial com acesso para esta rua de trás, para acabar um pouco com a insegurança, para ter um pouco mais de movimento. Este é o conceito em todo projeto, fazer com que pessoas circulem, que se movimentem, que ocupem o bairro. Aqui é a vista de cima, o empreendimento respeita o recuo de ajardinamento sem gradis, sendo de usufruto dos pedestres. Estas são as plantas, aqui é o subsolo do residencial, seria sobressolo em relação à rua João (Inaudível), destinado para a torre comercial e o empreendimento como um todo. O nível térreo, mostrando esta relação do empreendimento com todo o entorno, é um empreendimento superpermeável. Muito obrigado. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Eu vou prosseguir com o relatório do EXPEDIENTE 002.33479400.0, registrado também no SEI 18.0.000106838.1. O assunto é o EVU da Av. Nilo Peçanha, 3228 e 3238, referente ao Viva Open Mall, fases I e II. Trata-se de solicitação do Fundo de Investimento Phorbis para a aprovação de estudo de viabilidade urbanística para empreendimento de grande porte, contemplando a criação de um complexo misto de comércio e serviços, utilizando a tipologia de um Open Mall e torres de escritório, propondo a ocupação da totalidade de um quarteirão. O imóvel está inserido em área de ocupação intensiva, Macrozona 03, UEU 94 e subunidade 01, de acordo com DM emitido em 29/10/2013 e consulta à DMI nesta data. (Leitura do histórico). Não há oposição por parte da EPTC na aprovação do EVU do empreendimento em pauta, desde atendidos os condicionantes estabelecidos no parecer CAUGE 198/2018, em especial os produtos do estudo técnico, os quais são condição para o licenciamento do projeto arquitetônico. (Leitura do parecer). O parecer é favorável ao acolhimento do pedido de aprovação de estudo de viabilidade urbanística na Av. Nilo Peçanha, 3228 e 3238. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O parecer é favorável. Algum pedido de vista? RGP. 1, 2, 3 e 6, ACESSO e UFRGS. **SOLICITAÇÃO DE VISTA AO PROCESSO: RGP. 1, 2, 3 e 6, ACESSO e UFRGS.** (Manifestação fora do microfone). Como o processo está em vista, se ela quiser ter acesso não tem problema, o processo vai estar à disposição, vale para qualquer conselheiro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Este processo está digitalizado? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É físico. Ele fica aqui na secretária, saindo sexta à tarde e voltando segunda-feira de manhã. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, registro que eu vou retirar sexta-feira à tarde. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Patrícia se manifestou que consegue digitalizar, fica mais fácil para todo mundo. **ITEM 3.04,** a UFRGS deu parecer favorável em 19/03/2019, vista a RGP 5 e 7. Prazo até 26/03. Paulo Jorge? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão**



de Planejamento Quatro – RGP. 5: A RGP. 5 é favorável ao parecer. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A RGP. 7 não está. Podemos colocar em votação? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Por gentileza, Secretário, só me situe qual área é, Pedro Boticário, onde? (Manifestação fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém quer discutir o ponto 3.04 da pauta? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registro, que eu me lembre se o solicitante da vista não estivesse presente a gente não votava. Isto é uma lembrança e uma questão de direito, a pessoa pediu, uma reunião que ela não veio, até justificou. Para que não conste em ata simplesmente que não está presente, não importam vamos votar. É um procedimento democrático e deveríamos fazer este encaminhamento para as demais votações. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste ponto, o que o regimento diz? Se o relator não vem, ou a gente aprova, ou passa para outro relator, seguindo a ordem. Em relação ao pedido de vista, não é relator. O pedido de vista, o regimento diz que a gente pode ou não prorrogar também a análise. A ausência do conselheiro que pediu vista não impede a análise. Então, vou colocar em votação se a gente encaminha para a votação este desgravame. Lembra deste processo? É do DEMHAB, a área é do próprio DEMHAB. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Esta área, que eu me lembre, tinha um asilo lá, um baita prédio. O DEMHAB adquiriu a área para procedimentos de construção de unidades habitacionais de interesse social. Tem esta questão do gravame, até foi citado sobre um muro de arrimo, é uma altura bem expressiva, tem um número de concreto armado para segurar toda aquela parede. Este gravame de fato tem que ser retirado para que a gente possa fazer todo o conjunto das unidades habitacionais. É bem importante para o DEMHAB. (Manifestação fora do microfone). Depois eu te passo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vou colocar em votação a prorrogação ou não deste processo. (Manifestação fora do microfone). Por favor, conselheiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, pela importância do processo, do projeto, não vejo muito sentido ficarmos prorrogando esta discussão. E faço um apelo para que a gente vote. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu entendo assim, se a gente começar a não respeitar os pedidos de vista e a conselheira justificou a ausência. Eu sou favorável, o meu voto era favorável, mas em respeito à conselheira eu peço que adiem. Habitação de interesse social sempre terá o voto da RGP. 1. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Felisberto, eu respeito muito a tua posição, mas discordo, porque somos três conselheiros, nós temos dois suplentes. Ok, algum problema ela teve, mas o relator está presente. A gente vai muito nessa coisa de A e de B... (Manifestação fora do microfone). Sim, mas ela representa quem, minha colega conselheira? A senhora quer falar? (Manifestação fora do microfone). É que a senhora não está me respeitando, né. A gente fala e a senhora contrapõe, a senhora quer um Aparte? Quer!? Então, por gentileza! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Para registrar, então. Eu gostaria que o secretário lesse a justificativa de ausência da conselheira, porque imagino, quando eu falto eu justifico se não vou vir. Agora, se eu tenho o suplente não preciso justificar. Então, a justificativa eu entendo que deva abranger os três conselheiros, porque esta representação é da região e não da pessoa. **Jackson Roberto Santa Helena**



de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Beleza! Inclusive, leia a justificativa. Secretário, por gentileza. Se não for em nome dos três é só ela. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Tânia me mandou a mensagem no Whatsapp, que diz o seguinte: “Boa tarde, Maurício. Estou viajando a trabalho, já enviei um email comunicando minha ausência”. Este email está no meu gabinete. “Não conseguirei chegar a tempo para a reunião. O nosso encontro de quinta-feira está mantido...” que é aquele processo que eu já falei, só para ficar bem claro. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Mas este é da Região 4, nós queremos da Região 7, da Maristela Maffei. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** São duas coisas, primeiro quanto a este processo, eu acho que a conselheira está impedida de vir aqui, teve vista e pode ter algo importante para nos dizer. Eu acho que deveríamos aguardar. Quero aproveitar o espaço para fazer uma retificação, vou concordar com o senhor e com o Gomes quanto à habitação unifamiliar, eu usei indevidamente a consideração. Realmente, temos hoje a possibilidade de aprovação, não é bem uma aprovação, mas pelo menos de preencher um termo e ser considerada uma habitação unifamiliar, o que já não acontece para pequenas edificações comerciais, de serviço e etc., que precisa ser feita alguma coisa a respeito. Então, que se registre em ata que fiz esta correção. Peço desculpas ao Conselheiro Gomes e ao Presidente. Mantendo, se a conselheira não está, devemos prorrogar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O email está na tela: “Comunico que a RGP. 7 acompanha os dois processos que se solicitou vista, conforme os relatores. Segundo, por motivos pessoais não poderei estar na reunião de hoje, desde já justificando à mesa”. Então, acompanha os relatores. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Isto aqui está passando para nós assinarmos, eu não sei nem do que se trata, temos aqui: Nilo Peçanha, 3228, RGP. 8, riscados. Eu acho que isto não é nem documento que se apresente em um processo. Eu me nego a assinar um documento desta forma, porque não sei o que estamos assinando aqui. A Nilo Peçanha, 3228 foi encaminhado para vista agora. Então, não podemos votar favorável ou contrário a algo que foi pedido vista neste momento, né!? (Manifestação fora do microfone). Não só rasurado, mas não condiz, são informações totalmente contraditórias de processos diferentes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, o documento vai ser refeito. Peço a boa fé e compreensão, porque estamos aqui desenvolvendo um trabalho da melhor forma possível, a Secretaria Executiva do Conselho tem se empenhado para que as coisas saiam conforme a senhora merece. Item 3.04 em regime de votação. Quem é favorável? (Contagem de votos = 20 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL. ITEM 3.05,** interessado é Rogério Grizzotti, assunto é alteração de regime de atividades, Rua Teodoro – bairro Quintana. O relator é o SOCECON, ponto de vista favorável em 19/03/2019. Vista à RGP. 4, prazo até 23/03. É a Tânia, vou colocar em votação se prorrogamos ou não. Vamos ver o email. Ela não se manifestou em relação aos processos. Eu coloco em votação: quem é favorável à prorrogação, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 09 votos). Quem é contrário à prorrogação? (Contagem de votos = 13 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). Então, vamos analisar o processo. Em discussão. Alguma dúvida? **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu gostaria de rememorar, se eu não me engano, tinha uma padaria, é isto? É uma rua paralela a Protásio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Alves. (Manifestação fora do microfone). Então, tá. Eu entendo que é bastante pertinente a situação ali. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, em regime de votação, quem é favorável à aprovação do Item 3.05 da pauta que se manifeste. (Contagem de votos = 19 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL. ITEM 3.06** da pauta, é aquele desgravame dentro do presídio. Conselheira Claudete, é aquele que teve a confusão por causa dos processos, eu não sei se a senhora já teve acesso a todos processos que pediu. (Manifestação fora do microfone). Eu retifico a minha fala e agradeço aos conselheiros que me alertaram, eu acabei confundindo os processos. O que eu me referi é ao 3.07, que tinha outros processos para análise da Conselheira Claudete, da ACESSO. Então, este processo não é o que eu me referi. O processo da pauta 3.06 o interessado é a Secretaria de Modernização Administrativa dos Recursos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é um desgravame de traçado viário projetado na Av. Róssio. Este é do presídio. Então, vista à RGP. 5,7 e ACESSO. Eu peço que se manifestem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ACESSO antes de fazer um parecer de vista, gostaria de solicitar uma diligência, que seja colocada em apreciação. Na verdade, como não se trata apenas de um desgravame de área e há uma manifestação de desmembramento de área, gostaria que fosse esclarecido este desmembramento. Não sei se existe outro processo. Eu enquanto conselheira gostaria de mais informações. Agora, a quem se dirigir... (Manifestação fora do microfone). Se vou ter o desmembramento do imóvel me interessa saber que desmembramento é este, até para saber se é viável ou não, se é de interesse público ou não a retirada desse gravame. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Na apresentação do meu relatório, no parecer, eu falo das matrículas que tem lá. Então, como existe mais de uma matrícula, tirado o gravame eles vão fazer um desmembramento dessas matrículas e depois vão retificar isso aí de novo. (Manifestação fora do microfone). Tudo bem, eu acho justo, não tem problema. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Diligência, segundo o nosso regimento, é somente do relator. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Diligência tem que ser votada. Agora, o que o secretário está dizendo é que o conselho não pode nem mais sugerir diligência? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O regimento coloca diligência para a competência do relator. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E eu estou pedindo uma diligência, estou pedindo que seja colocada à votação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora não é a relatora. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho o direito de fazer parecer de vista, para eu ter a vista tenho direito a ter esclarecimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas é ao relator que cabe diligência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho direito a esclarecimentos, Secretário. É o meu direito de me manifestar e do meu parecer de vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É o relator que pode pedir diligência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O secretário está decidindo em nome do conselho que agora os conselheiros não podem fazer diligência. (Manifestações fora do microfone). **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular),**



Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Eu acato o pedido. Então, peço diligência. Eu acho que via SMDE pode vir isso aí. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Só uma observação, que todos os pedidos de diligência sejam encaminhados por escrito, senão fica muito difícil de entender qual o entendimento de quem está pedindo vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Furtado e Claudete, está claro o pedido de diligência para ir para o processo? Por escrito é para poder responder. Eu concordo com o que disse o Conselheiro Emerson, é para a resposta vir satisfatória, para não ficar só em ata. A RGP. 5 sobre o processo em pauta. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acompanho o pedido de diligência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação o pedido de diligência. Eu vou fazer por aclamação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. O art. 22 permite que os não relatores peçam vista, a partir do... (Manifestação fora do microfone). Diligência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Art. 22 – “A partir da leitura do parecer do relator os conselheiros definirão procedimentos posteriores, tais como, pedido de vista, pedidos de diligência pelo relator ou votação do parecer”. Não muda, conselheiro. O relator pediu, a diligência é do relator. Vou fazer por aclamação. Quem é contrário ao pedido de diligência que se manifeste. Favoráveis permaneçam como estão. Então, **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA** do item 3.06. Só preciso que vá para dentro do processo por escrito este pedido de diligência. (Manifestação fora do microfone). ITEM 3.07, inclusão de traçado viário. Vista à RGP. 6, ACESSO e SINDUSCON. Este é aquele? E tu recebeste Claudete, os processos? Então, faltam os processos. ITEM 3.08, RGP. 1. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero pedir mais prazo, porque quero ter vista de três processos. O Processo 002.340567.00-2, expediente único. Depois tem o Processo 02.07111012.7, que trata da discussão sobre o solo criado. O SEI 16.0.00018362.1, que também trata desta questão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, esses processos serão disponibilizados, nós vamos lhe comunicar. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Tinha um processo que eu fui o relator, foi em diligência para a SMDE. Normalmente o processo que saía para diligência não saía da pauta, continuava na pauta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos adequar isso. Vamos corrigir isso. Vou anotar aqui para a gente corrigir. Finalizado o período da Ordem do Dia, Vamos adequar isso. Vamos corrigir isso. Finalizado, entramos em **4. COMUNICAÇÃO**. Antes a 3.01 saiu errado, foi esta que a Conselheira Claudete se manifestou, saiu impresso errado aqui. Eu vou querer registrar o voto nominal na ata, porque não sei se ela vai conseguir fazer a folha lá. Fica registrado. Pode começar por ti, Patrícia, o voto do primeiro processo, o mais polêmico, como votou cada um. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Votei contra. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** SOCECON votou contra. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Votei contra.



Presidente, estamos no espaço de comunicações. Posso usar o resto do espaço? Não?

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Votei contra pelos motivos que estão expressos no meu parecer anexo ao processo. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Votei contra. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Votei contra. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Votei contra. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** A favor. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu me abstenho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Votei contra. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção diante da ausência do cerceamento de defesa e de discussão nesse processo. **Fernando Brentano (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu me absteve. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Favorável. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Favorável. **Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GRUPO:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu só gostaria de um esclarecimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só um pouquinho, conselheira. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro da SMIM, o Conselheiro João Batista Alves, certifico e dou fé de que votou favorável. Com a palavra a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só um esclarecimento, uma verificação, porque no Gabinete do Prefeito eu tenho Juliana, Caciano e Christian, é o que consta na nossa lista de conselheiros do CMDUA. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A EPTC e o Gabinete do Prefeito já foram alterados, já li os ofícios, faz umas 3 ou 4 reuniões. Então, é o mesmo caso do IAB. A palavra está aberta para comunicações. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu quero pedir, acho que é pela sexta vez, quero que conste em ata, eu gostaria de receber o parecer da PGM que retirou do conselho o meu parecer sobre a FRAPORT. Gostaria da sua atenção especial para isso, porque imagino que o processo deva estar em algum lugar de difícil acesso. Então, gostaria do seu empenho para eu conseguir acessar essa nota da PGM. Eu acho que naquele dia não teve gravação, eu não consegui acessar a fala através da gravação. Então, peço, por favor. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tem algumas atribuições do nosso conselho que eu ainda não vi acontecer e a lei diz que são semestrais: aprovar os estoques construtivos do solo criado; aprovar a metodologia para a definição do valor de solo criado; aprovar os valores semestrais do solo criado; aprovar os planos de aplicação dos recursos do solo criado de



acordo com o disposto e etc. É o meu primeiro mandato e até agora eu não vi isso passar por aqui. Eu questiono em relação a isso. Também é atribuição deste conselho a conceituação, classificação dos elementos que equipam o espaço público, assim como a definição de critérios gerais para a sua implantação. Volto ao assunto que coloquei na última reunião, que é a questão do (Inaudível) e das bicicletas atiradas nos passeios. Na última semana tivemos uma nota da EPTC que é uma experiência com patinetes em Porto Alegre. Solicitamos que haja, então, uma manifestação por parte da EPTC, também de algum outro órgão de governo que se envolva com esta questão. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Naquela reunião a Conselheira Júlia esclareceu. Qual seria a dúvida? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENG/RS:** Estes objetos estão sendo atirados pelas calçadas de Porto Alegre, onde não há piso podotátil, vai acontecer de um cego tropeçar nesses patinetes e se espatifar no chão. Aí a conselheira não esclareceu em relação à existência de legislação, locais onde esses veículos devem ser estacionados, proteção a quem transita em uma calçada. Precisamos de um esclarecimento maior em relação a isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, isto não vai acontecer. O senhor me desculpa, mas a conselheira já explicou, é um teste. Quer que os conselheiros saiam recolhendo patinetes, é isso? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENG/RS:** Existe legislação que permita testes? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, a conselheira explicou na semana passada tudo, tem um decreto de inovação que permite testes com novas tecnologias de inovação. Tu podes ser contra, respeitamos isso, mas existe. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENG/RS:** Para esclarecer a população sobre isso, porque eu não sabia e muita gente não sabe disso. Fiquei sabendo esta semana que havia um teste porque saiu a repostagem, que a EPTC se manifestou. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, nessa linha, trago a preocupação com a questão desse projeto de lei do uso, que estão chamado de “privatização” de praças e parques. Lembro que o senhor mesmo apresentou, se eu não me engano, comentou que depois voltaria com mais detalhes para a discussão. Este assunto deveria ser pautado pelo CMDUA, porque envolve o uso do solo urbano, tem uma série de questões urbanísticas. Fica o meu registro da necessidade desse tipo de projeto passar aqui. Não sou contra ou a favor, mas o conselho é uma das instâncias para se discutir. Vai até uma sugestão, quando o prefeito se omite, não divulga, a tendência é os conselheiros ficarem contra, existe uma omissão, parece que existe alguma coisa por trás. Então, que essas questões fossem trazidas para o Plano Diretor. Nós não temos condições de negar um projeto desses, com certeza é um projeto muito abrangente e está na Câmara, mas eu acho que ajuda o governo. Esta política de faz de conta acaba prejudicando o governo. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Gostaria de registrar três detalhes. Nós tivemos a reunião com o Secretário da Fazenda falando da situação do município. Há duas semanas, por uma questão conjuntural, uma pessoa me pediu para ir na (Inaudível), porque não poderia ir, sobre o imóvel Del. É um edifício na Ipiranga, não é um local afastado, não é de difícil cadastro, está habitado há 3 anos e a prefeitura até agora não começou a cobrar o IPTU. Deve ser uma receita que a prefeitura não está precisando. Também, na reunião passada tivemos o procurador, fui consultar, porque disse – está lá. Eu fui procurar e não achei nada. Eu trabalho com planilha Excel, que poderia nos mostrar aquilo rapidamente por



região. A própria fala do procurador, disse que a funcionária acompanha. Então, é porque existe outra forma de mostrar e não simplesmente dizer que está lá na página. Por último, parabeneizei, não sei quem fez aquela alteração no Morro da Vila Conceição, até Ipanema, mas era o que se esperava, durou 2 meses. Está o mesmo nível de deslocamento que estava antes da obra, porque faz um trequinho, consegue melhorar um pouquinho, pegou verão, tudo mais tranquilo. É real, a cada ano que passa eu levo 5 minutos a mais para chegar no Centro de Porto Alegre do Bairro Ipanema, porque provavelmente fizeram este primeiro trecho e liberaram algum condomínio lá para trás; ou seja, tem mais 20 mil carros chegando. Isto é planejamento da cidade, não adianta a gente achar que é simplesmente construir, construir e construir, vai gerar emprego, vai gerar emprego, mas é muito rápido, faz a obra e já está desempregado. Então, geração de emprego é importante, mas a construção civil, na base da nossa sociedade é dita como a grande geradora de emprego, em volume é, mas é o que mais rapidez tem na demissão. Então, temos que ter emprego de qualidade. Desculpa, meu amigo Paulo Jorge, mas eu acho que é um viés, uma tendência de discurso populista, dizer uma coisa que é real, uma necessidade real da população, mas não dá a consequência necessária ao discurso. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Conselheiro Campani, isto é (Inaudível) dos negros que foram expulsos das fazendas, não deram condições para os negros estudarem e nem trabalharem. Então, não adianta dar o teu discurso, porque estão desempregados, não tem faculdade, não tem emprego, estão atirados na sarjeta, porque lá atrás o governo imperial também colocou os negros na sarjeta, que tem tiroteio até hoje, que são as favelas. Não adianta o teu discurso, é muito bom falar, mas tu não mora lá dentro para saber a situação da população negra... (Manifestação fora do microfone). Quem trabalha lá quem é? É quem não tem estudo. Meu Presidente, o procurador do município esteve aqui na semana passada falando sobre a contrapartida, mas não deixou aberto o que tem em Porto Alegre, nas regiões. (Manifestação fora do microfone). Não deixou claro o que tem para as regiões. Então, gostaria que o nosso conselho tivesse uma posição, um mapa do que as empresas estão dando de contrapartida para as regiões. O Zaffari o que está dando na Glória. A Multiplan para o Cristal e Cruzeiro. Para terminar, sábado foi feita a apresentação do planejamento urbano saudável, porque com essa guerra da Restinga afeta a Cruzeiro também. Então, o nosso pessoal levou medo de colocar esse evento na Cruzeiro sábado, porque sabe que o que dá na Restinga... O pessoal tem que saber a realidade da nossa Porto Alegre. Existem quatro facções aqui dentro, nas favelas, isso afeta Porto Alegre, afeta a favela da Cruzeiro, da Bom Jesus, da Conceição, Restinga e zona norte. Os nossos moradores são reféns disso. Eu sou refém também, entro para dentro de casa e acabou. Agora que saiu daqui a Defesa Nacional, meu Deus do céu! Outra coisa, estou mapeando, estou com 50 fotos de buracos de Porto Alegre. Eu estou com defeito na minha perna direita, não posso mais, arrasto a perna. Meu Deus do céu a cidade desse jeito. O buraco nas calçadas, buraco e buraco. Eu já caí no Centro duas vezes. Eu acho que a SMOV, o nosso Secretário Marcantonio teria que olhar a acessibilidade, está horrível. Eu vou fazer uma sessão de fotos. O idoso, o deficiente físico passa trabalho nesta cidade. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha primeira relação no período de comunicação é a forma da apresentação do projeto de concessão de parques e praças. É lamentável a forma como se discute a cidade em uma maioria eventual de uma Câmara de Vereadores. Eu já coloquei na reunião passada que eu não aceito a legitimidade da Câmara sem uma consulta com a sociedade. Não é possível que espaços públicos de lazer sejam privatizados para alguns ganharem dinheiro em cima. Haverá uma privatização sim de praças e parques. O Germânia, quem vai lá? A



população pobre? Não mesmo! É um grupo de elite que mora em torno do parque e vai no parque. A população pobre está sendo expulsa, porque a vontade é de dizer outra palavra, mas a população pobre, os negros, os pobres de menor poder aquisitivo estão sendo empurrados com a tal modernidade dos prédios que acabam virando um centro empresarial hoteleiro, comercial e habitacional para a elite. Em áreas muitas vezes perto de pessoas de baixa renda. E me surpreendeu a forma como o representando do empreendimento colocou que há assalto. Claro, vai haver assalto, cada vez mais. Não adianta pensar que vão ficar nas suas casas e vão ficar protegidos. É ilusão! É ilusão! A cidade de Medellín mudou a sua política de tratar o problema da cidade. Muitos técnicos daqui deveriam ir a Medellín. Lá começaram pelos bairros mais pobres e era uma das cidades mais violentas do mundo. Quem lembra do fato de matarem os estudantes de um espaço público? Se eu não me engano, 30 ou 40 jovens, o que fez a cidade de Ruarez/México? Ao invés de pôr policiais e modernizar, o povo foi para a rua e ocupou os espaços. Então, Porto Alegre tem que se mirar nesses exemplos, eu falo de duas cidades que foram as mais violentas do mundo. Medellín tem 6 milhões de habitantes e diminuiu em índice de criminalidade a quase zero. Por quê? Políticas públicas voltadas a quem mais precisa. Fazendo espaços de lazer, espaços de convivência, espaços de valorização das populações que mais precisam. O que eu quero dizer com tudo isso é que Porto Alegre ao invés de estar andando para frente está andando para trás, daqui 10 anos nós seremos a cidade mais violenta do mundo. O Paulo Jorge levantou que tem quatro, tem mais, tem sete ou oito facções. Os presídios quem domina não é a polícia, são as facções. Os presos escolhem as cadeiras que querem ir, para se sentirem protegidos. Então, planejamento urbano é resolver os nossos problemas, nós temos problemas sérios de urbanização, de regularização, de valorização das comunidades. O Furtado me disse que está melhorando a regularização fundiária. Eu parablenizo, Furtado, também a Patrícia, que é uma técnica preocupada com isso, mas eu quero saber se o governo, o centro do governo entende isso. Se alguns CCs que estão em alguns departamentos também entendem isso, porque não é isso que acontece, há entraves, há projetos que não andam. E cito o Jardim das Estrelas, 25 anos esperando a regularização. Humaitá/Navegantes, Vila Santo Antonio, desde 96 esperando. E são duas comunidades que não pedem favor nenhum, compraram a área, pagaram a área, estão esperando a urbanização. O Jardim das Estrelas nem é urbanização mais, porque eles conseguirem através do Orçamento Participativo viabilizar suas necessidades, o que precisam é o título, é a regularização do seu terreno, que até hoje não tem. Então, como querem fazer uma cidade moderna, avançada. Nós temos que começar na periferia resolvendo os problemas das pessoas que precisam na Restinga, na Cruzeiro, não é abrindo a Tronco que vai resolver o problema da Cruzeiro, as pessoas vão passar por ali, às vezes pode até atropelar os moradores de lá se não tiver o parda. Então, é isso, Secretário. Dia 11, na Câmara de Vereadores terá um ato, uma sessão temática homenageando os 30 anos da experiência mais exitosa no mundo, copiado por 7 mil cidades, que é Orçamento Participativo. Estão todos convidados a partir das 14 horas para estarem lá. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Secretário, eu gostaria de solicitar a contagem das faltas dos conselheiros, porque a gente visualiza a falta de alguns conselheiros, para ver se não há vacância. Também quero fazer uma solicitação em relação ao Condomínio Três Figueiras, na Juca Batista, 6878, sobre um termo de referência ambiental que está tramitando junto à SMAMS, porque o condomínio está pronto, só está esperando a carta de Habite-se. Então, a Cooperativa COADIL está aguardando uma posição da SMAMS em relação a este processo. É o Processo 002.3340630050586.9, que é uma compensação vegetal, inclusive



o DEMHAB está junto a esta solicitação. É um processo importante, as famílias estão aguardando. São 360 famílias faixa 1 que serão atendidas. Seria isso. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de ratificar em relação ao projeto de lei dos parques que está tramitando, lastimar que uma das competências deste conselho é fazer discussões sobre o planejamento da cidade e elas passam muito longe daqui. A gente fica aqui só discutindo projetos, prazos e empregos, o que me parece. Então, lastimo que o secretário na última sessão também não manifestou nada quando a questão foi trazida, mas a gente teve conhecimento que ele foi na Câmara fazer a defesa, fez uma manifestação de um artigo que nos foi encaminhado posteriormente. Uma pena que essa discussão não foi trazida para cá, até para eu entender em que se assemelha a outras cidades. Eu gostaria muito de entender. Gostaria também de ratificar um pedido que fiz e não foi atendido, entre tantos que a gente faz aqui e nunca são atendidos, eu estou aguardando a relação de distribuição dos processos, dos relatores. Por exemplo, naquele dia que não pode ser redistribuído, aquele processo que hoje foi explicado, do Open Mall, mas no mesmo dia foi distribuído um processo para o nosso Conselheiro Felisberto... (Manifestação fora do microfone). Foi no mesmo dia e está na pauta, secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O processo do solo criado foi retirado pelo Conselheiro Felisberto no dia da sessão, é uma opção que todo conselheiro tem, por isso que consta o dia da sessão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas no dia da sessão foi dito que não sabia quem era o próximo para distribuir o processo que estava pendente e era anterior, que era o processo do Open Mall. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é assim, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só estou pedindo esclarecimento e ratificando o meu pedido anterior. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O processo do Conselheiro Felisberto é o mais antigo no conselho, era para ter entrado na pauta ano passado, não foi. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Só uma colocação ao Colega Felisberto. Eu estou com o Jardim das Estrelas e com o Santo Antônio também. Todos esses envolvem questões ambientais dentro do DEMHAB. O que eu falei que está melhorando? Está melhorando por conta da Lei Federal nº 13.465, de regularização fundiária. Foi isso que ampliou a situação de melhorias. Ainda temos dificuldades dentro da prefeitura sim, mas existe, Presidente e Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade, né, há um novo entendimento na tentativa de alavancar essas questões mais ambientais notadamente, mediante estudos ambientais, redução de faixa de APP e não havendo riscos. Então, isso que é o grande avanço para que possa regularizar, este é o avanço e já existe o entendimento dentro do centro de governo. (Manifestação fora do microfone). É bom, mas a batalha continua. Lembrando o termo de recebimento ambiental, quando eu sentei junto ao secretário foi passando a ele um documento. Secretário, nós temos que pagar a compensação vegetal, é devida pela legislação dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida, tem um derreto que o município assume a compensação vegetal dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida faixa 1. Esse processo que eu lhe passei é um acordo feito em 2016, na gestão passada, entre a SMAM e a Secretaria da Fazenda, ode faria o repasse de todos os empreendimentos Minha Casa Minha Vida na questão da compensação vegetal. Isto está impactando em uma série de empreendimentos do DEMHAB. Os Irmãos Maristas, que nós estamos para liberar 13820 unidades para maio e não temos ainda o TRA. Então, peço a gentileza de ver a possibilidade de ver se a



Fazenda fechou esta colocação aí. E dentro desses estão todos os outros, como o Conselheiro Emerson acabou de apresentar, é o Termo de recebimento Ambiental, que seria como uma licença de Habite-se. é condição fundamental. Não há nenhuma pendência ambiental dentro do empreendimento, isso é o TRA. Então, é devido, tem que ser recolhido ao Fundo Meio Ambiente, o FUMPROAMB, há uma legislação que o muito arcaria com isso. Obrigado. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Todas as terças-feiras quando nos encontramos aqui fico feliz em aprender algumas coisas, eu converso com meus colegas, o Cláudio Galdi, algumas coisas fico questionando, porque não sou especializada nesta área, não entendo muita coisa na parte de urbanização, de mobilidade, mas sempre tendo entender em relação a isso. Bem como não sou da área jurista, não entendo da área do direito. Eu anoto algumas coisas, em casa converso com meu esposo. Só fico muito triste, porque nós temos visitantes e não parece que somos um grupo, parece que estamos brigando um contra o outro. Não precisamos colocar opiniões diversas em tons altos e de agressividade. Eu acho muito triste, porque todos nós estamos aprendendo. Não precisa olhar para o lado e fazer cara feia, porque isso não vai adiantar. Eu fico muito triste com isso. Sério, eu fico triste mesmo em relação a isso. Pode questionar, eu sei que o senhor gosta de debater os assuntos, mas nós temos visitantes, nós somos colegas, estamos todos em cima de um processo que está sendo estudado e analisado, cada um vota conforme o seu entendimento. Eu fico triste quando tem essas gritarias, essas coisas que dão uma desarmonia ao ambiente. Obrigada. Não quis brigar com o senhor, sempre respeito muito as pessoas e nunca me coloco a falar nada, porque quando vou falar alguma coisa todo mundo já falou. Eu sou a que menos entende desta área, então, quando chega na minha vez de me expressar a colega já perguntou de alguma forma que ficou mais clara para o entendimento de uma resposta. Então, acabo não perguntando nada em relação aos processos lançados aqui. Obrigada pela atenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Posso responder? Assim, peço desculpas pela cara feia que tenho, se nasci assim não tenho como resolver. Assim, eu te confesso que não são visitas que eu convidei para a minha casa. Isto aqui é um lugar de debate, o acirramento faz parte do debate. Eu acho uma hipocrisia ficar fazendo de conta que não existe esta divergência ideológica e técnica. Isto sim, porque para mim o silêncio é a pior das verdades. Eu prefiro colocar as minhas posições de forma como penso do que ser cínico de achar que está tudo bem. Isto aqui não é a minha casa que eu convido as visitas, eles vêm aqui para participar de um debate, para ver as disputas que têm dentro da cidade! **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para registrar o número do decreto de testes de soluções inovadoras, é o 19701/2017. Eu me coloco à disposição como interlocutora da EPTC para encaminhar demais detalhamentos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Essa questão das calçadas que o Paulo Jorge mencionou, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, notificou nos últimos meses 16 mil proprietários, lembrando que calçada é responsabilidade privada. Infelizmente, se tem uma praxe no Brasil de não cumprir determinações. Então, cada notificação dessas gera um processo, aí a defesa, mas de fato foi feita esta iniciativa. Foram 16 mil calçadas, não é pouco. A gente tem um problema de marquises, que também tem uma fiscalização, está com a nossa secretaria e é uma pena que a gente tenha que notificar, porque deveria ser automático, quem tem uma marquise deveria estar preocupado com isso. Em relação ao projeto de lei dos parques, ele gera um debate ideológico, que na Câmara de Vereadores está bem claro isso, o PSOL, PT e PDT, que são partidos mais alinhados com ideologias de esquerda, são



1274 contra, os outros, em regra geral, são a favor. O que temos visto é muita Fake News nisso,
1275 entristece dizer que vai ter cobrança para andar de bicicleta nos parques, que vai ter
1276 cobrança para namorar no banco da praça, que vai ter cobrança para sentar na grama. Eu
1277 lembro que quando a UBER adotou o parque da orla, uma adoção fantástica, nos fez
1278 economizar R\$ 1 milhão. Respondi uma pergunta na rádio se o fiscal da UBER ia permitir,
1279 se pudesse sentar na grama. Quer dizer, são coisas que não agregam um processo sério
1280 de debate. É um processo muito simples, é um marco legal, não é uma lei que vai definir
1281 qual praça ou parque. É um marco legal, que é uma regra geral com parâmetros máximos,
1282 alguns parâmetros mínimos. Vou dar o exemplo do prazo, a regra seguindo a legislação
1283 federal é de até 35 anos. As Fake News estão dizendo que vai ser de 35 anos. Isso é Fake
1284 News, é mentira. Então, é uma desconstrução de serviço muito grande que tem sido
1285 gerado nesse processo, porque qual o critério do prazo? É o plano econômico, que vai
1286 dizer o seguinte: qual é a estimativa de tempo que vai conseguir fazer o investimento ter
1287 retorno. O investimento é de alguém que aporta recursos no espaço público e esse
1288 recurso, por óbvio, é o investimento, não é dado de caridade. O se quer com isso? Quer
1289 viabilizar, nós temos uma relação de 55 praças, queremos viabilizar praças subsidiadas na
1290 periferia da cidade, que são praças que a gente nunca conseguiu fazer nenhuma empresa
1291 se interessar para investir ali. Isso vai possibilitar que praças, por exemplo, em bairros
1292 carentes, o critério utilizado foi o índice de desenvolvimento social. Então, temos 55 praças
1293 como: santa Teresa, Cristal, Partenon, Arquipélago, Humaitá, Vila Nova, Glória, Mário
1294 Quintana, Restinga, Costa e Silva, Floresta, Santa Rosa, Santa Teresa, Vila João Pessoa,
1295 Farrapos, Sarandi, Cavallhada, Ponta Grossa, Lomba do Pinheiro, Jardim Carvalho, Jardim
1296 Sabará e Leopoldina. Essas praças relatório justamente essa função de através de um
1297 subsídio cruzado, ou seja, quando o concessionário firmar um contrato com um parque ou
1298 praça, vai ter que sustentar a manutenção dessas praças da periferia, que só praças que
1299 em tese, não é regra, mas em tese elas têm uma redução, comparando com as praças
1300 mais centrais, do atrativo, do apelo que algum edital pudesse ser exitoso em alguma
1301 contratualização. Então, isso não tem nenhuma relação com privatização. Isso é Fake
1302 News também. O processo de subsídio cruzado é muito positivo, a prefeitura não quer e
1303 não deve receber recurso financeiro, senão depois que entra nos cofres públicos vai se
1304 esvair em despesas que não vão retornar para a área de lazer, para que com isso a gente
1305 consiga ter uma área limpa, uma área que tenha mais serviço para a população, com mais
1306 segurança, e eu me refiro às praças e parques, especificamente, que é o objeto. Hoje, para
1307 se ter uma ideia, nós gastamos aproximadamente R\$ 6,2 milhões com os parques, 9
1308 parques, onde nós investimos não mais do que 30% do que deveríamos investir. Um
1309 orçamento mínimo deveria ser de R\$ 20 milhões para manter os parques. S praças é outra
1310 conta, muito mais complexa, nós temos 667 praças na cidade e, aproximadamente, 200
1311 praças não urbanizadas. São praças que a gente passa na rua e não sabe que é praça,
1312 está lá uma área praticamente abandonada. Com isso a gente espera que tenha condições
1313 de licitar com todos os controles previstos na legislação, para otimizar esses recursos para
1314 que a população receba em serviços. por exemplo, o Parque da Redenção tem o Araújo
1315 Viana, o que o Araújo Viana devolve para manutenção do Parque Farroupilha,? Nada,
1316 zero, nem a grama da frente corta. É um contrato que foi feito assim. O centrinho comercial
1317 do Bom Fim, próximo ao Bric, zero, não devolve absolutamente nada para o parque. A
1318 churrascaria no Parque Harmonia, havia mais de ano que não pagava, no ano passado
1319 conseguimos resgatar R\$ 940 mil em alugueis atrasados ali, foi pago, isso vai para o Fundo
1320 Meio Ambiente e deve retornar para a manutenção das áreas verdes, porque não tem
1321 orçamento. Então, acaba o fundo suprimindo muito isso. Em relação ao Parque da Orla foi
1322 feito diferente, o restaurante, os quatro bares, o dinheiro vai para o Tesouro, porque a



Secretaria da Fazenda nos vetou que o recurso voltasse para o próprio parque. Então, não há uma regra pré-estabelecida. E o processo de adoção não substitui condutas e posturas que se somam, não vai substituir nunca a concessão, porque onde nós temos 73 áreas adotadas, essas 73 áreas nos possibilita economizar 2,3 milhões por ano. Este valor a gente deixa de gastar, não é que entre. As duas maiores adoções é a UBER com a orla, R\$ 1 milhão estimado, e R\$ 500 mil do Parcão, são valores aproximados. O Parque Mascarenhas de Moraes, adotado recentemente, R\$ 250 mil aproximados. Se esses adotantes chegarem amanhã e disserem que não querem mais, não tem interesse, não tem o que fazer, acabou a adoção. E quem vai adotar? Vi adotar as áreas mais valiosas, ninguém vai pegar essas praças que eu li para vocês nesses bairros mais periféricos. Então, por isso que a gente precisa ter uma obrigação, onde quem assuma as áreas mais centrais faça um subsídio cruzado e isso vai possibilitar, então, manter com maior qualidade, que hoje a gente não gasta mais do que 30% do que deveria, manter com maior qualidade essas áreas e ainda oferecer para a população que estão nos bairros com mis índice de vulnerabilidade social uma praça que eles merecem, que é quilo que a gente gostaria de sempre, sempre, sempre fazer. Então, esse processo de que adoção substitui concessão não é verdade. Por favor, conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Por que o senhor não me deu um minutinho, tomou a palavra, o senhor é o secretário, o presidente, mas tem limites. Esta questão a gente pediu antes que viesse para a discussão. Agora o senhor está fazendo um relatório, tem muitos méritos este projeto, mas é inoportuno, está esvaziado, estamos aqui por respeito ao senhor. Quando tinha que discutir não discutiu. Isto serve para quê? Para a gente ficar informado o nosso papel aqui é outro. Vocês dizem que a gente é mal educado, é do contra, mas a gente solicitou quando o senhor fez uma apresentação, agora que está na Câmara? Não sei se estou fora do contexto, mas perdeu a oportunidade. Isto aqui é um Conselho do Plano Diretor. Estamos representando as entidades não para escutar o senhor no fim de reunião esvaziada, principalmente com os representantes do governo. Com todo o respeito, secretário! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós tivemos o período de comunicações quatro conselheiros que se manifestaram sobre o interesse em entender melhor. Eu estou aqui de muito boa vontade explicando. Se o senhor não quer ouvir, desculpa. Tudo bem, o assunto não voltará mais de minha boca a este conselho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A questão não é o senhor falar, é que deveria ter sido feito um documento a este conselho para ser discutido. Isto não foi feito. Com todo respeito que merece a Câmara, é porque tem a maioria, se não tivesse a maioria o projeto não iria para lá. Há interesses em jogo, há grandes grupos interessados nas praças. Demoliram o orquidário! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O orquidário foi um temporal. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Deixa eu terminar! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está mal informado. Um temporal demoliu em janeiro de 2016. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Por falta de manutenção. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Caíram várias árvores em cima, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mas quem cuida dos parques, tem que observar. Tem técnicos capazes de dizer se a árvore vai cair ou não... **Maurício Fernandes, Presidente e**



Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: O maior temporal da história de Porto Alegre, só no Parque Marinha caíram mil árvores! Mil árvores!

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Eu sei, eu moro em Porto Alegre, o senhor não vai me dizer o que acontece em Porto Alegre. O senhor é presidente do conselho ou secretário!? O senhor não poderia como presidente deste conselho, ou deveria ter se licenciado para ir defender o projeto lá. *Data vênia*, isto para mim não é legal, não é ético e não é moral. E quero e fique isto em ata. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é legal a sua postura desta forma. Discordo veementemente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O senhor pode discordar, vai estar registrado em ata e eu vou tomar providência jurídica. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** É muito desagradável isto que está acontecendo aqui. O que o Conselheiro Hermes falou tem um monte de razão. Eu sou conselheira aqui há 3 anos e nunca reivindico esse tipo de coisa. Eu sou professora há 25 anos de paisagismo e nunca fui consultada para qualquer coisa. E me dói este processo ter ido direto para a Câmara sem passar por aqui. E me dói mais ainda ver o presidente do conselho dizer que são posições de esquerditas. O fato do projeto não passar por aqui se torna uma caixa preta, que levanta todo o tipo de questão. O que existe no paisagismo internacionalmente é o fato de que praças fechadas ou espaços privatizados não rendem nada. Para vocês saberem, o Presidente Maurício certamente sabe, o Parquinho de diversões está sempre indo à falência, não ganha dinheiro nenhum. As coisas cobradas dos espaços públicos, principalmente dos países de terceiros mundo, não rendem nada! Ninguém vai pegar o ônibus na Restinga e vir para o Centro da Cidade, porque as pessoas não têm dinheiro. Segundo, trazer os exemplos de outros lugares do mundo, onde as praças foram cercadas, são cidades turísticas, não é o caso de Porto Alegre. Então, tem muitas coisas com as quais eu poderia contribuir nessa discussão. Ao não passar por aqui, ao chegar direto na Câmara de Vereadores sem termos conhecimento leva todo mundo a idealizar sobre o que existe ali. Então, Senhor Presidente, não acho justo o senhor começar a conversa falando dos esquerdistas. Eu sou uma técnica e dou pareceres sobre a cidade. É inadmissível esse tipo de colocação aqui dentro. Eu me sinto bastante constrangida e é inaceitável, porque não passa por aqui, não é discutido e a gente tem que escutar esse tipo de colocação. Ou seja, uma forma de invalidar a discussão técnica. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira Lívia, eu fiz um relato sobre a linha que a Câmara de Vereadores está seguindo e falei um fato, se não agradou, é um fato, não cabe fazer juízo de valor sobre os fatos que existem. A linha na Câmara de Vereadores, que eu estou vendo, são três partidos ligados à esquerda contra e os outros partidos neutros, entendendo o processo. É um fato, não é gostar ou não, não é concordar ou não, é um fato. E o projeto não traz agenda de cercamento, isto foi levantado na Câmara, o projeto não diz isso. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Essas dúvidas não precisariam existir. Se tem partido que é contra ou a favor não interessa aqui. O que interessa é que tem questões técnicas que se pode discutir e aqui dentro não foram discutidas. Pelo adiantado da hora não tem mais condições. Vou levantar e sair. Desculpa, mas não aguento mais, estou muito cansada. Só temos que ter a certeza de uma coisa, aqui dentro eu discuto questões técnicas, nenhum parecer meu tem qualquer tipo de vertente de qualquer tipo de coisa, poderia ter, mas não tem, são técnicos. Eu gostaria de ter discutido este projeto, eu teria a contribuir, a Universidade Federal teria a contribuir. Eu e vários colegas meus consideram uma forma de passar por cima de uma entidade que está dentro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do Conselho. eu acho muito constrangedor. Estou saindo, estou exausta, não aguento mais. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela participação de todos. Encerrada a reunião.
TÉRMINO ÀS 22H05MIN.

Maurício Fernandes

Presidente

Secretária Executiva

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2797/2019

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e primeiro vice-Presidente, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Marcelo Hansen (1ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Gabriel Zunazzi Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patricia Tschoepke (titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Claudia Remião (titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Julio Picon (1º suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Ronie Gomes (1º suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6** e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **ORDEM DO DIA**; 3. **COMUNICAÇÕES**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**: Boa tarde a todos.. Registro justificativa de ausência da Conselheira Maristela, RGP. 7, e da Conselheira Tânia, RGP. 4. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2788/2018**. Temos a Ata 2788 para deliberar. Questiono se há alguma manifestação em relação a ata? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Quanto à ata tudo bem, só que ela começa dizendo que era aos 07 dias de dezembro, mas foi no dia 18. Foi a última sessão do ano. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Esta foi aquela no IAB? Isso? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Isso. Sessão no IAB. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Isto, está aqui: Rua General Canabarro. Obrigado pela atenção, Conselheiro. Vou fazer o devido registro aqui. Alguma observação a mais?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Manifestação fora do microfone). O Conselheiro Hermes encaminhou por email, que vai ser juntado a esta ata. Não havendo mais observações em relação à ata, por aclamação coloco em votação, quem é favorável permaneça como está. Quem é contrário se manifeste. Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A ATA 2788/2018. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como tem sido a nossa prática, gostaria de pedir a inversão da Ordem do Dia e começar com Comunicações antes, como temos tido nas últimas reuniões, em função de que termina não tendo tempo para as comunicações. Também porque tem alguns assuntos importantes, como esse projeto das praças e parques, que merece uma discussão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bom. Eu registro o meu posicionamento de que a gente vença esta pauta, nós temos um processo de 21/08 aqui e outro de 29/09, que já antecipo que vai ter uma reunião quinta-feira, em articulação com a Conselheira Tânia da RGP. 4, que vamos fazer a reunião lá na secretaria. De qualquer forma, vou colocar em votação, se os conselheiros entenderem pela inversão assim o faremos. Então, quem é favorável por inverter a pauta? (Contagem de votos = 08 votos). Quem é contrário à inversão da pauta? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). Então, mantida pauta. **3. ORDEM DO DIA. 3.01.** Eu vou me manifestar através da leitura do parecer da secretaria, que é sobre a manifestação das 4 vista que tivemos, em relação a este processo. Registro também, até deveria falar no início, mas registro que está o representante da empresa aqui, o Mathias, que está sendo lá ao fundo, está aqui para esclarecer qualquer dúvida que se fizer necessário. Fique à vontade, seja bem-vindo ao conselho. Nós tivemos o relatório deste processo e depois do relatório tivemos pedido de vista. Em cima dos pedidos de vista, feitos os esclarecimentos, vou fazer a leitura neste ato. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu acho que nós não podemos dar prosseguimento, na verdade, no encaminhamento desse projeto, porque nós estamos sendo minados hoje de várias informações das quais nós não tivemos nem oportunidade de conhecê-las. Sequer tivemos tempo hábil também para conhecer o parecer da Procuradoria que foi encaminhado recentemente. Então, entendo que ele deve ser adiado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual o tipo de informação, Conselheira? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Todas as informações que nós recebemos, seja essa audiência pública, seja este aqui que eu não sei, acho que foi o Adroaldo quem trouxe, seja o parecer da procuradoria. Nós não tivemos tempos. Eu acho um desrespeito com os conselheiros nos mandarem informações de última hora e já colocar em pauta um processo que ficou parado na secretaria desde janeiro e quer que a gente analise toda esta documentação em um curto espaço de tempo. Então, não tem condições de ser apreciado e nem encaminhado na data de hoje. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, eu me proponho a fazer esse esclarecimento, por isso que eu estava começando a lei a manifestação da prefeitura. Também registro que o processo estava à disposição, junto com a ata que foi encaminhada, foi até um zelo, uma cautela que a gente observou. Se ao final de prestar essas informações o Conselho assim decidir não vejo problema, mas eu vejo nisso uma oportunidade de trazer essas informações. Inclusive, o Conselheiro Adroaldo vai se manifestar também, assim como qualquer outro conselheiro. Eu acho que a oportunidade de colocar as informações é justamente esta que estou iniciando neste



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 momento. A manifestação da prefeitura se coloca como um relato de todas as situações,
97 trazendo justamente a forma como foi aprovado isso no âmbito dos servidores da
98 Prefeitura Municipal em relação à aprovação do EVU. Então, esse empreendimento foi
99 aprovado em 2002 como Parque Empresarial Condor, que teve a sua implantação
100 concluída. Isso é importante, porque já foi feito o termo de recebimento ambiental, isso no
101 ano de 2016, justamente por atender todas as condicionantes. E um ponto muito
102 importante que foi esclarecido é a questão do termo de compromisso, foi uma grande
103 dúvida que se levantou naquela oportunidade, o termo de compromisso firmado perante o
104 Ministério Público, que arquivou o inquérito pelo cumprimento do termo de compromisso.
105 Aquela questão do banhado, inclusive, consta na matrícula da quadra G, como área a ser
106 perpetuamente preservada. Então, todas as questões ambientais envolvidas foram
107 devidamente avaliadas e equacionadas. Em 2018 foi protocolado na CAUGE proposta
108 para uso misto da gleba, incluindo atividade residencial, tendo sido emitidas diretrizes em
109 julho de 2016 e EVU aprovado em 18/07/2018. Foi solicitado EVU para uso residencial das
110 quadras B, C, D e F. Solicita EVU de flexibilização de altura da quadra G, mediante
111 anuência do 5º COMAR. (Leitura do Parecer). O que nós estamos falando aqui é só sobre
112 o parcelamento do solo, a ocupação das quadras será objeto de EVUs específicos.
113 (Continuação da leitura do Parecer). Neste caso tem deliberação da SMDE, que aprovou
114 nesse sentido. Um breve histórico, desde 2002, como se deu a aprovação desse projeto,
115 onde em 2012 foi feito o termo de compromisso ambiental. Nesse momento foi feita a
116 vistoria da SMAM para verificar se estava havendo aterramento irregular na área reservada
117 a praça e se a passagem, ou bueiro existente assegura o trânsito de animais e a
118 preservação do banhado, o promotor defere o pedido da Condor para que seja
119 reexaminada pelo SPM a exigência de dois (Inaudível) e sugere que seja utilizada como
120 espaço verde. Considerando que a área cumpre função ambiental e localiza-se dentro de
121 banhado. Então, a Condor se compromete a não permitir aterro da quadra G e avanço do
122 aterro sobre a área de praça reservada para a bacia de contenção, bem como executar
123 cercamento e sinalização das áreas de APP. Em 2013 a Condor solicita à prefeitura a
124 retirada de dois (Inaudível), conforme o projeto aprovado. Ainda em 2013 é realizada uma
125 audiência no Ministério Público, na presença da prefeitura, através do DEP, SMOV, SPM e
126 SMAM, mais o empreendedor Condor, a Associação Acomba, Consultoria Profil e a
127 Divisão de Assessoramento técnico do MP, onde ficou acordado na área de competência
128 da SMAM o congelamento e a retirada do aterro da Praça nº 2088, realizada em
129 desconformidade com a licença, readequação do centro de esportes da quadra esportiva,
130 avaliação conjunta acerca da possibilidade de implantar passagem e fauna para a quadra
131 G, avaliação pela SMAMS quanto à viabilidade de transplante de corticeira, que foi
132 soterrada na quadra G. encaminhamento de relatório técnico acerca de todos os
133 transplantes realizados. O Profil atualizou em 2014 a avaliação ambiental, identificando a
134 presença de área alagadiça no interior dessa quadra. (Leitura de histórico). Tem históricos
135 do ano 2005, que foi feita a divulgação pública do empreendimento. No ano de 2015 a
136 comissão que aprova loteamento, delibera sobre a desobrigação da execução dos
137 FUNDESACS, que na época do termo de compromisso no mi faltava isso, porque o termo
138 é antes dessa decisão da CETAPS. Então, aquela obrigação da SPM – Secretaria de
139 Planejamento Municipal foi aprovada a desobrigação dos FUNDESACS. Tem cópia dos
140 editais de convocação para divulgação pública do ano de 2005 nos jornais de grande
141 circulação, no Diário Oficial, Zero Hora, Correio do Povo. O último documento juntado é
142 justamente a deliberação da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Foi juntada também a
143 ata da audiência pública, que foi realizada em março, em relação à Procuradoria do



Município, onde se ratificou o entendimento da CAUGE. A Procuradoria, como se manifesta na CAUGE, que não há necessidade de se manifestar novamente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: QUESTÃO DE ORDEM.** Quem assina o parecer na PGM? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu conversei com o Marisco e certifico isso no processo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É o Procurador Geral que assina? É isso? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso, mas eu certifico isso no processo. Então, são essas as manifestações. Eu vou passar a palavra para a Patrícia, se quiser fazer alguma complementação. Com isso a gente abre para a discussão da matéria. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu acho que o parecer está muito bom, bem completo. Em princípio, eu não teria nada a agregar no momento ao que foi dito. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também vou me juntar ao que foi dito pela conselheira anteriormente. Fica muito difícil, é impossível nos apropriarmos desse retorno da PGM com a sua leitura, uma leitura. Eu até tentei anotar, mas. Assim, eu acho que não tem as mínimas condições de se levar à aprovação. Eu acho até que nós podemos avançar e sugiro que a gente avance nesta discussão desse processo, depois se dê mais um tempo para que a gente possa se apropriar disso. Eu não sei se qualidade conseguiu captar o que foi este parecer que nos foi trazido agora. Ele foi trazido para nós agora. E eu gostaria de reafirmar uma coisa que eu disse lá no início, vou aproveitar e cumprimentar os representantes da empresa e do empreendimento. Assim, o Secretário até se contradisse dizendo que existe uma situação no Canadá que ele visitou, não existe no mundo onde se aprove um loteamento ou uma cidade. Primeiro, na maioria dos países, ou quase todos, isso aí é um projeto governamental. Nós estamos aprovando uma cidade dentro da cidade, eu já disse isso. Eu tenho esses dados, das cidades do Rio Grande do Sul tem esta população ou mais. Quer dizer, é de uma complexidade. Então, eu estou dizendo isso porque a gente sempre é colocado contra a parede, “a gente” eu digo o conselho, do tempo de aprovação. Eu concordo, todo mundo concorda que é muito demorado, mas neste caso é muito excepcional, nós não podemos comparar a aprovação de um loteamento para 40 mil pessoas, usuários, entre moradores e usuários, como um projeto de uma edificação que pede lá, que tem uma situação de dois pavimentos a mais ou seja o que for. Então, eu gostaria de deixar registrado isso. Se alguém me comprovar que tem em algum lugar do mundo que aprova isso em um ano, eu dou o chapéu e aceito que se aprove em um ano também. Era isso, Secretário. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu me somo também, inclusive, cheguei um pouco atrasado, pedi desculpas, pois passei a tarde na reunião do Comitê Gravataí, estava lá o Lotar junto com a gente também. Esta é uma preocupação não só da população de Porto Alegre, da população de Alvorada também, que está preocupada, porque o Rio Gravataí é um só e nós vamos colocar mais casa de bomba para colocar mais água para dentro do Rio Gravataí. Vai acabar com uma das áreas que ainda tem de remanescente que absorve esta onda de cheias naquela região ali. Quando a gente sai de Porto Alegre em dia de chuva, todo mundo enxerga atrás da FIERGS, vira um lago, aquilo ali é um banhado, aquela região toda foi banhada. Então, em algum local essa água tem que ir. Eu estive na audiência pública, até lamento registrar de novo que eu lamento, para mim a audiência pública teria que ter sido deste conselho e não da Câmara de Vereadores. Eu lamento a postura do nosso presidente aqui, que disse



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que a gente não tinha como fazer audiência pública, por mais que esteja lei que um dos instrumentos de planejamento urbano é a audiência pública. Então, realmente, são muitos materiais para agora a gente sair votando. Eu vou me somar à questão da gente poder receber esse material que foi lido por email e a gente poder em outro momento com mais calma poder deliberar. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Antes de mais nada, agradecer à presença do empreendedor, do nosso líder lá do Bairro Anchieta, o Sr. Lotar também presente e demais visitantes. Eu quero colocar essa dificuldade que a gente tem no entendimento, porque realmente é um projeto complexo, está saindo de uma condição de empreendimento industrial o residencial. Então, merece uma atenção maior. Estamos todos empenhados em avançar, mas não podemos nos descuidar nos detalhes, que são detalhes que vão ser confirmados para sempre naquela região. Presidente, o seguinte, nós temos vários documentos que ainda faltam ser de fato analisados, como o próprio relatório da audiência pública, pelo que eu sei a própria secretaria acabou não concordando em reproduzir este material para o conselho. Não é um fato negativo, mas poderia ter sido evitado e a gente poderia ter avançado um pouco mais, ter conhecido o relatório da audiência pública. Então, tem este documento que hoje a gente fez, eu e o Conselheiro Lotar, onde errado, colocamos como demanda, não é demanda, mas são pontos positivos em que a comunidade de certa forma concorda em conversar mais uma vez com o empreendedor, fazer com que avance positivamente esse processo sem ficar nenhuma dúvida, também que o próprio conselho consiga votar com segurança e aprovar, que a gente torce para isso. A minha sugestão é que a gente pelo menos consiga ter mais uma ou duas reuniões para que a própria comunidade junto com o empreendedor chegue a este ponto, porque eu acho que já caminhamos bastante. Eu acredito que o próprio Ministério Público vai continuar trabalhando em cima desse processo. Eu acho que é isso, eu acho que merecemos um tempo maior para o conselho conhecer principalmente o que está dentro dessa audiência pública. Concordo, Conselheiro Campani, eu acho que se tivesse sido por aqui talvez tivesse um peso bem maior, mas não podemos anular o que foi feito, porque também tem muita coisa positiva ali. E quero falar sobre o relatório da PGM, eu não tenho o conhecimento técnico suficiente, mas ele não trouxe nenhuma novidade para esclarecer. Então, eu gostaria muito de colaborar mais ainda com a cidade e torcer por este projeto, mas gostaria que todos tivessem a possibilidade de fazer o encaminhamento com consciência. Obrigado. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu acho assim, mais uma vez aqui os conselheiros começam alguns a dizer – ah, precisamos de mais tempo; este processo vai ser aprovado só em um ano; quero ver de onde e de qual cidade. Só que não sei, eu fico lendo o processo e vejo que este processo já foi aprovado uma vez, só que com determinado uso. Em 2016 ele até recebeu um TRA da SMAM. Ele tem um processo de parcelamento do solo. Aqui se trata de um EVU, que depois o empreendedor ainda vai ter que passar por aqui as quadras, cada quadra vai ter o seu próprio EVU. Então, a gente tem que imaginar que este processo já vem tendo uma tramitação, depois ele entrou depois para mudar o uso e colocar o residencial hoje. Hermes, tu podes ver bem o urbanismo moderno, os urbanistas colocam a residência perto de onde se trabalha hoje em dia. Aqui é um local de trabalho e a residência está lá do outro lado. Isto era antigamente, por isso que as cidades ainda passam por problemas de ter que se deslocar longe para trabalhar. Então, nesse caso, o empreendimento, essa nova visão de empreendimento para a cidade é muito interessante. Eu pergunto, por exemplo, se não me engano a mesma empresa é a que foi a responsável pela urbanização da Bela Vista. Tu imagines hoje a Bela Vista sem nada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

com um grande vazio no meio da cidade sem nada acontecendo, não imagina. E olha o que é a Bela Vista hoje. Tu imagines ali perto do Parque Germânia, que só tinha mato, hoje tu olhas para o Parque Germânia. Pô, a cidade era uma área tão grande quanto a Bela Vista, o Parque Germânia, uma área tão grande quanto esta e a cidade agradece, foi muito bom para a cidade. Eu acho difícil alguma cidade que tem esta oportunidade, que tem áreas que ainda tenha empreendedores para correr risco, para empreender, para passar dificuldades ali e ainda se submeter passar por todos os trâmites. Porto Alegre é uma das cidades que mais demora a aprovar projetos, não é assim em um ano. E ainda por cima, querendo fazer tudo certo, imagina se fosse querer fazer a coisa errada. Não, quer fazer tudo certo, tudo dentro da lei, dentro da audiência pública. A audiência pública tem normas, não adianta dizer que a audiência pública tinha que ser na sala do conselho. Não, tem que ver a norma que rege a audiência pública, de dentro das normas. Até quem determina ali é a SMAM, faz tudo lá, demora um tempão o a gente conseguir colocar um empreendimento desse porte. Não é assim! Pensa que é fácil? Então, na verdade, tem algumas coisas relevantes ali e o meu colega Lotar, que também foi conselheiro nesta cassa, tem algumas coisas relevantes, Lotar. Tem coisas que são bem importantes que a comunidade se manifeste. Eu sempre sou favorável da gente aproveitar as oportunidades, se tem um empreendedor que quer trazer para a cidade alguma coisa, vamos aproveitar a oportunidade e fazer um grande conserto, fazer a coisa acontecer. Se tem alguma coisa relevante vamos ver, mas a própria SMAMS já passou no seu crivo, os técnicos da SMAM são pessoas que sabem o que estão fazendo. (Sinalização de tempo esgotado). A gente tem que botar a mão nas consciências e fazer o melhor para a cidade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É interessante, e quero saudar o empreendedor, os que nos assistem aqui. É interessante como as coisas do empreendedorismo ou do grande capital tem uma agilidade impressionante neste conselho e nesta cidade. A regularização fundiária de comunidades, que estão há anos esperando não tem a mesma agilidade, entrava a burocracia e ninguém fala nada. E muitas vezes depende do órgão público e não da comunidade. Muitas vezes a comunidade comprou a área, ajudou a urbanizar, apresentou projetos e não tem a mesma agilidade, Dal Molin. Eu quero uma cidade que resolva os seus problemas já existentes e não crie mais. E ontem esta idade perdeu uma oportunidade de dizer não a algumas coisas que estão sendo vendidas. A incapacidade administrativa, pela má gestão de prefeitos e ninguém fala nada. Chega! Tem prefeitos que tem que ser responsabilizados, foram incompetentes na gestão pública, o Ministério Público deveria verificar o desvio de mais de R\$ 800 milhões dos fundos e ninguém fala nada. Aí para um empreendedor que vai alterar um bairro, a vida de pessoas – ah, não, isso tem que ser aprovado porque vai qualificar a cidade. O Dal Molin cita o bairro da Bela Vista, mas quero fazer o contraponto. Quando eu era estudante de direito, estudei no Anchieta, não tinha nada ali e era preservado, tinha comunidades ali que foram tiradas pela modernidade, pelo avanço da civilidade, comunidade como o Quilombo do Silva, que está lá encravado por uma luta comunitária. Por alguns teria saído de lá. A mesma agilidade eu quero com os projetos das comunidades, regularização fundiária. E pareces quando passam por aqui tem que dizer a página, o número, quem fez. Cadê o relato da PGM? A página, a folha? Que é o procurador? O secretário disse, eu quero ver. Agora, admira muito, é o próprio secretário a defender o projeto do empreendedor. O senhor tem que ser presidente do conselho, com todo o respeito que eu tenho pelo senhor. E hoje o senhor estava na Câmara de Vereadores defendendo um projeto que não passou por este conselho! Envolve dinheiro público investido nesta cidade, que foi mal cuidado, mal administrado sob a



responsabilidade da secretaria! E aí demite funcionários, arrocha salários. E aí quem vai fiscalizar? CCs? Pô, vamos pensar um pouco! Eu votarei contra em defesa de uma cidade que melhor e não crie mais problemas. Não adiantam medidas compensatórias. Desculpa, Lotar e Adroaldo, mas eu acho que vocês vão ter mais problemas do que melhoria de vida lá. Nem uma casa de bombas consegue manter, vão manter esgoto todo, a infraestrutura posta lá, carros, quem vai? O empreendedor? Era isso e obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estava analisando, vendo meus arquitetos e advogados falarem, eu tenho que respeitar a posição dele,s até porque eu não sou arquiteto e não sou engenheiro, também não sou economista, eu sou trabalhador. O conselho tem que ter o papel de avaliar os impactos, desgravames de áreas que vão acontecer futuramente. Também tenho a preocupação de ver emprego para esta cidade. Se nós não discutirmos o trabalho dessa gente que vai fazer marcenaria nesse projeto não vai andar. Há 200 anos nós negros e pobres estamos jogados na sarjeta e a coisa não vai mudar. Também tem o emprego que vai gerar, da pessoa que vai sair da zona sul até lá para ir trabalhar. Isso também tem que ser discutido. Uma cidade nova que vai ter ali vai gerar emprego, porque é para desenvolver a Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre está igual a China, a China é um país que avançou. Lá no meio do século eles inventaram um monte de empreendimentos. Por que eu vou privar que Porto Alegre cresça também? Mas com cuidado. O grande empreendimento tem que sair, mas tem que ter contrapartidas para as comunidades serem regularizadas. Só tem um lado, não tem o outro lado. Eu não posso privar uma cidade do emprego, porque o trabalhador da favela não trabalha em escritório, não trabalha na advocacia, não faz projetos, ele trabalha na obra. Se esta cidade não tiver empreendimento não tem emprego, vai ser desemprego, vai ter assaltando, bandido, ladrão. Então, tem que ter duas visões no conselho, Felisberto. A tua visão como advogado tem que ser da favela, de quem precisa trabalhar também. Essa é a questão, o trabalhador da favela que não tem curso técnico, não tem nada, tem que trabalhar nas empresas. Isso tem que ser visto também! Eu nem ia falar, mas estou analisando. Eu saí com 20 anos, porque só tinha vaga no Julinho e no Inácio Montanha, rodei duas vezes por causa de uma professora bandida, porque eu era negro, tinha que trabalhar onde? Em mão de obra. Eu saía de manhã cedo, Felisberto, com a minha marmitinha, meu pão com banana no meio e ia trabalhar na mão de obra, ia pintar, tinha emprego, tinha na época, porque hoje não tem mais nada. Vai trabalhar onde? Não tem mais empreendimento nesta cidade! Acabou! Então, isso tem que ser pensado também. Eu não posso pensar em travar uma cidade. A cidade vai crescer bastante, principalmente aquele bairro que está cheio de banhado, vai dar emprego para empregada, para a lavadeira, vai dar emprego para aquela região. Agora, se vai dar problema de automóvel e não sei o que mais, só compra carro quem tem dinheiro. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Como eu comentei há umas semanas atrás, da necessidade de acelerar alguns processos aqui. Se analisarmos, este processo faz algum tempo que está tramitando, desde setembro do ano passado, 7 meses. Então, não sei se isso é ruim para o conselho ou para o desenvolvimento da cidade. Eu entendo o anseio de muitos conselheiros e sei também a visão de muitos conselheiros aqui em relação a este processo. Então, se analisarmos aqui o número de vista solicitada, a preocupação com o processo é bem grande para a gente deixar dessa forma. Penso assim, Secretário, se tem condições de votar, é colocar em votação para nós eliminarmos este ponto de pauta, porque isto está ficando cansativo. Toda semana tem situações, tem comentários, tem novidades em relação a este processo



e isso também atrapalha um pouco a gestão deste conselho. Então, a minha sugestão é que bote em votação para terminarmos com esta situação, ou aprova, ou reprova. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu já coloquei a minha Quando de Ordem inicial, a respeito de serem enviados documentos de última hora e nós queremos fazer a discussão em cima deles. Não é porque o secretário leu que tivemos uma capacidade de análise. Eu queria saber quem trouxe esse documento da audiência pública, quem imprimiu e está disponibilizando? (Manifestação fora do microfone). É uma informação que está sendo inda de forma e está colocando. Eu até questionei o Adroaldo, porque ele estava lá como nosso representante do CMDUA. Eu não recebi nenhuma comunicação de audiência pública que tenha sido feita e colocada aos conselheiros. (Manifestação fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tu te referes... Permite te chamares “tu”. A senhora se refere à ata da audiência pública? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estou olhando aqui, o representar do CMDUA. Ele pode ser o representante da região, mas não era o representante do conselho, não foi escolhido pelo conselho mandar representante e o conselho fez uma audiência pública ou houve algum encaminhamento nesse sentido? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora se refere à ata da audiência pública ou não? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sim. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ata da audiência pública a gente oficiou a Câmara de Vereadores e foi nos enviada. Isso consta no processo, a gente juntou ao processo. Sobre a forma de redação, eu estava na audiência pública, a Conselheira Lívia estava, o Conselheiro Campani, o Conselheiro Adroaldo também estava, eu acho que tinha o suplente da ÁREA, o Jorge estava. Então, se constou na ata foi equivocado, porque ninguém se apresentou como representante do CMDUA. Não foi apresentado assim e o Seu Adroaldo nem me lembro se ele se manifestou, acho que se manifestou, mas como da região. Isto eu estava lá e atesto. A ata foi feita pela Câmara de Vereadores. Só para esclarecer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu agradeço os esclarecimentos, mas entendo também que o fato dos conselheiros terem estado presentes, não supre a necessidade, já que era um encaminhamento do conselho, que todos os conselheiros tivessem sido comunicados para se fazerem presentes. A par das considerações que foram aqui colocadas, eu tenho que não estamos aqui discutindo a viabilidade econômica, lucro, prazo, tempo, emprego, nós estamos discutindo, na verdade, o planejamento urbano, a saúde, a segurança e a defesa do meio ambiente, que passa muito distantes das questões que estamos discutindo e que estão sendo trazidas à tona aqui. Então, reintero, é um desrespeito com os conselheiros, de última hora trazer documentos, o parecer de uma PGM que nós não tivemos a oportunidade de analisar, analisar não é ler, do qual precisamos de tempo. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu só queria dizer o seguinte, estamos com este material há 7 meses... (Manifestação fora do microfone). O Projeto, o processo... (Manifestação fora do microfone). Bom, então, vou aguardar seus comentários e depois eu continuo. Bom, não é questão de correr ou não correr, este conselho tem que seguir a legalidade, passou por todo um estudo através dos órgãos da prefeitura, passou por uma comissão da prefeitura, foi incessantemente estudado, desde 2005 teve EIA RIMA, teve audiência pública na época. Lógico, teve modificação do uso, que também passou por todas as comissões e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tem pareceres de toda a ordem, técnicos, inclusive, com a questão ambiental. É pela legalidade. Tem impactos? Qualquer empreendimento em qualquer parte do mudo, em qualquer cidade, em qualquer localidade sempre haverá impactos positivos e negativos. Positivos são aqueles que nós olhamos como benefícios à cidade que venham trazer danos, como falou o Paulo Jorge os outros colegas. Há este tipo dentro do desenvolvimento de qualquer sociedade, qualquer cidade. A discussão toda que fica é – é bom ou não é bom para a cidade? São situações da legalidade. Este conselho segue a legalidade, os técnicos analisaram, apresentaram situações que estão dentro da legislação e foi aprovado. Ou o funcionário ou não segue a legalidade? É legalista! Segue a lei! E eu vou para o lado da questão ambiental, porque sou biólogo e sou da questão ambiental, está lá claro que vai ser preservado. A própria ação da cidade em si com a área de banhado protegida terá também impactos. Tu não podes dissociar as coisas. Então, está correto, foi analisado, está dentro da legislação e apto à aprovação. O DEMHAB vai aprovar, somos favoráveis a este projeto, o resto são discussões que vão continuar em discussões. Sempre vai haver discussão, mas nós temos que seguir a legislação, se passou pelos técnicos, se foi aprovado, se está dentro da lei, incluindo a presença do Ministério Público que estava presente nas audiências, teve termo de ajustamento de consulta na época. Então, está presente, está sendo analisado. Ah, tem coisas que foram cumpridas e outras que foram agora neste procedimento. É uma sucessão de fatos que acontecem dentro de uma margem de projeto. É neste sentido que o DEMHAB é favorável ao projeto e que se coloque em votação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu só pediria para o DEMHAB esclarecer qual é a legalidade do nosso funcionamento aqui. Basta passar por todas as secretarias e trazer para cá e ser aprovado. Então, qual é a função? A legalidade está em ser amplamente discutido em uma gestão tripartite de sociedade civil... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a senhora está questionando o posicionamento do conselheiro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, eu estou perguntando! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, a senhora está questionando. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E que seja, é a minha manifestação! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas a senhora já se manifestou, estamos em regime de discussão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou a discutir! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O conselheiro fundamentou o seu posicionamento dentro da autonomia que ele tem. É importante! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós estamos fazendo a análise desse projeto há 7 meses, nesses 7 meses o projeto foi apresentado pelo relator, foi apresentado pelo empreendedor, o projeto foi discutido várias vezes quando estava na pauta e também quando não estava na pauta. Alguns conselheiros até nos momentos de comunicação se reportavam ao processo pela importância dele, por todas as implicações que ele tem. Conselheiro Paulo, o relato que a SMAMS apresentou, fazia tempo que eu não ouvia um relato tão completo, fazendo uma abordagem de todos os pontos levantados por quem levantou, várias entidades e conselheiros que levantarem. E a resposta não tem nenhuma novidade porque não tem nenhuma novidade para quem conhece o processo, quem está discutindo o processo há 7



meses. As respostas já me contemplavam. Algumas coisas que foram levantadas aqui, não vou discutir agora, mas nunca tiveram fundamento nenhum para ser levantado nenhum processo desses, que do ponto de vista técnico, científico. O que nós temos que deixar claro é talvez a nossa posição sobre empreendimentos na Cidade de Porto Alegre. Antes quero falar uma coisa, esse empreendimento é absolutamente uma proposta ousada para Porto Alegre, talvez como poucas propostas urbanísticas que foram feitas na cidade. Evidentemente que isso vai causar uma série de contrastes, como está acontecendo, principalmente lá onde tu fazes uma renovação de uma área que tinha um destino industrial frustrado, que virou um vazio urbano, que virou uma área falida e que tem agora uma proposta de reintegração, não só com Porto Alegre, mas com a Grande Porto Alegre. Quanto a isso não vejo novidade. Proposta ousada, proposta polêmica, vai dinamizar a cidade. Eu quero ressaltar também, Paulo Jorge, as pessoas estão com medo porque vai mobilizar 40 mil pessoas, 10 mil moradores não sei mais quantos mil em circulação, o que dá o movimento de 40 mil pessoas, gerando serviço, consumindo, pagando impostos, dinamizando uma cidade que está em crise. Quantas mil pessoas vão trabalhar na execução de serviços. E para a cidade o que vai ser gerado de impostos, a dinâmica que isso traz. Nós estamos com uma cidade, como o Paulo Jorge diz, o servente, que é o trabalho mais comum na cidade, não tem, está parado. Nós estamos sim colaborando com a paralisação da cidade, porque se depender do conselho hoje, de algumas posições, a cidade continuará assim para pior, daí para trás. É atrasar a coisa. Presidente, o que nós temos aqui é um conselho de várias opiniões e nós temos que assumir isso. Nesta gestão isto está muito bem claro, nós temos aqui uma disputa de posições políticas sobre a questão urbana da cidade. Não existe nenhum pecado nisso, existe sim uma disputa que deve ser colocado na mesa para refletir, na revisão do Plano Diretor, nas próximas eleições e, inclusive, no atual comportamento, com as propostas do próprio prefeito. Por aqui está passando todas as propostas deste governo, independente da qualidade delas, a questão dos patinetes que trouxeram na última semana e assim por adiante, o que é corretíssimo, mas vamos assumir uma com, não tem um melhor ou pior que o outro, porque é o mestre dos mestres da universidade, ou porque um operário da construção civil, ou um líder comunitário como o Paulo Jorge. (Sinalização de tempo esgotado). Esta é a minha posição, votarei a favor. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretária Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Eu gostaria de fazer alguns reforços, são importantes algumas coisas que foram ditas, como essa condição de nós conselheiros aqui termos uma visão ampliada sobre o que estamos discutindo, a perspectiva social, ambiental, econômica. Eu acho que são pontos bem importantes que estamos falando aqui, que realmente me tocam de pensarmos sob diversos pontos de vistas, não só a questão do empreendimento, mas a questão da vida das pessoas, a questão econômica, a questão social, ambiental. Então, realmente, quando vamos colocar nossas posições, que possamos ter esta visão ampliada e não uma visão disto ou daquilo, assim, de forma tão separada. E que a gente possa compreender o que realmente estamos falando aqui e de que condições estamos falando aqui. Eu acho que tem outros pontos importantes tratados aqui, 7 meses de tramitação de um processo, o que isso impacta, o que isso representa e qual a possibilidade deste conselho quando fica todo estado tempo com esse processo tramitando. Eu acho que é uma questão também importante. Eu acho que mais de uma vez a gente já falou aqui, acho que estamos fazendo a aprovação do EVU, que é a aprovação de cada uma das quadras, que é a evolução de todo esse processo, que também terá este espaço aqui para debate e todas as questões que vem junto. Fica muito claro que quando estamos falando de um projeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

urbano estamos falando de desenvolvimento e nem sempre desenvolvimento, nem sempre a vida real consegue ser assim tão planilhada e tão acompanhada e a gente tem que ter a competência de poder tratar no presente momento, porque passado já passou e futuro a gente não sabe muito bem, o que a gente pode realmente contar é com este presente momento. Então, que possamos ter muita consciência neste momento com este processo que está há 7 meses e com quantos outros que a gente precisa avaliar e analisar, debater. Os debates são realmente importantes, mas que estejam focados na melhoria da qualidade de vida sob diversos aspectos para todas as pessoas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ates de encerra a discussão a Conselheira Livia, o Conselheiro Sérgio Brum... (Manifestação fora do microfone). Não, só os que não se manifestaram, gente! Quem já se manifestou não vai repetir. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu fui citado, eu gostaria... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só um minuto, conselheiro! A discussão vai ser encerrada com a manifestação dos conselheiros que não se manifestaram. Conselheiro Felisberto, o senhor está pedindo a palavra, o senhor já se manifestou, o Conselheiro Campani também. (Manifestações fora do microfone). Conselheira Livia, com a palavra, por favor. (Manifestações fora do microfone). **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bem, eu acho que é uma questão muito delicada. No meu parecer, que eu não me sinto contemplada neste texto aqui, eu coloquei que o Rio Grande do Sul tem 1103 cidades que tem até 10 mil habitantes e gerenciar 10 mil habitantes é algo tão complexo que exige prefeitura, secretarias, etc. e etc. E a gente está gerenciando, estamos decidindo neste momento um aglomerado em uma área concentrada da cidade, com uma série de questões absolutamente sérias, de transporte, de acessibilidade, de mobilidade, de equipamentos de grande porte, uma ponte, uma estrada, vários edifícios, o que gera uma população de 40 mil pessoas diárias, em princípio, e 10 mil habitantes. O meu parecer pedia que este processo fosse tramitar com projeto especial de impacto urbano de segundo grau. O meu parecer pedia que se tomasse uma atenção especial com os impactos ambientais e de mobilidade. O meu parecer pedia que a gente contemplasse os impactos sinérgicos e de sustentabilidade ambiental, apesar do comentário do senhor representante do DEMHAB. Isto não está contemplado em nenhum destes documentos aqui. O parecer que eu apresentei também chamava atenção para que a área do loteamento, que foi edificado sobre aterros de construção civil e teve a interdição da SMAM em 2000, que continua requerendo avaliação confirmatória de que houve disposição final dos recursos sólidos e que a qualidade da água subterrânea neste momento, após avaliação, está considerada como imprópria para uso. Eu pedia isso no parecer também. Eu entendo que essa providência fundamental, porque o empreendedor não apresentou, nem foi exigido EIA RIMA, por consequência, continuamos sem ter conhecimento das externalidades que o empreendimento irá gerar na região. Essas externalidades não tem que ver apenas como gerar emprego durante um período em que o empreendimento será construído. Se nós estamos vivendo um momento de crise no país, se o DMAE não tem dinheiro para colocar máquina para colocar água não tem empreendimento com 10 mil pessoas, 20 mil pessoas, 40 mil pessoas que vá gerar emprego senão tiver água na região. Isso seria suficiente para a gente contemplar aqui dentro e discutir a questão. Se não tem água na cidade para determinadas áreas já consolidadas, como podemos concentrar na cidade com uma quantidade de 40 mil pessoas? Como, se não tem água, a gente pode entender que vai haver emprego e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

trabalho na área? Então, eu acho que a gente precisaria discutir esta questão com um pouco mais de consciência urbanística. Por quê? Se o fato de se construir alguma coisa gerasse emprego, a gente não estaria parando hoje de determinar áreas industriais na cidade, porque o simples fato de determinar uma área industrial geraria emprego. Se o fato de ter uma área garantisse emprego, nenhuma loja em shopping Center fecharia. Então, eu acho que é bom a gente parar de tergiversar sobre uma série de coisas e começar a enxergar a cidade com a realidade que ela se apresenta para nós. Ninguém vai morrer nesta cidade se a gente passar mais 3 meses discutindo esta questão. (Sinalização de tempo esgotado). Só mais um segundo. Eu tenho medo que a gente venha a ouvir falar desse processo e deste conselho, tristemente, quando a história nos julgar. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu queria, inicialmente, mencionar que não entendo que alguém aqui esteja fazendo política, pelo menos não neste sentido de política partidária, política de combate a quem está no governo. Não é isto! Eu entendo que, inclusive, aqueles que vêm aqui designados pelo governo, nas posições de governo, têm que vir aqui contribuir com o seu conhecimento, com a sua análise para fazer uma cidade melhor. Não pode vir comandado pelo governo fazer uma posição cega aqui de dizer: “não, eu acho que está bom e eu como profissional acho que está bom”. Isso é responsabilidade técnica do profissional e ele deve ser responsável pelo o que diz. Ele não pode vir aqui a mando do governo, ele tem que vir contribuir com o seu conhecimento, seja a posição que o governo tiver, nem a mando de empresários, muito menos. Agora, no caso específico eu vejo um grande empreendimento, uma cidade de 40 mil habitantes, a cidade onde minha mulher nasceu, onde mora meu sogro, tem 20 mil, mas tem uma boa estrutura urbana lá. Agora, aqui a gente tem, e não vamos comprara aquelas terras ali próximas ao aeroporto com a Bela Vista e não vamos comparar aquelas terras próximas ao aeroporto com aquelas terras em aclave perto do Iguatemi. Vamos comprara várzea com várzea! São terras baixas de Porto Alegre, com uma dificuldade de drenagem absurda. Depois de extinto o DNOS essas casas de bombas são sucatas, os próprios empresários dizem todo dia que tem que fazer uma “vaquinha” entre eles para consertar as casas de bombas, que muitas vezes estragam porque não tem nenhuma cobertura para proteger os motores. É assim que a coisa anda. Aí vamos jogar 40 mil habitantes lá e resolver tudo isso!? Está escrito aonde que vai resolver? E vem aqui o Diretor Geral do DMAE e diz: “Olha, eu não produzo água suficiente para toda a cidade. Eu não tenho condições de distribuição de água a lugares mais altos”. Ah, mas tudo vai se resolver porque vai se construir um empreendimento para 40 mil pessoas? Vai se resolver com que dinheiro se o prefeito diz que não tem dinheiro para nada!? Como nós vamos resolver o problema de mobilidade urbana, as vias de acesso vão ser pavimentadas, alargadas para dar acesso a mais 40 mil pessoas que com seu carro, de ônibus ou de patinete, ou sei lá de que maneira vão se deslocar em direção ao seu trabalho, que poderá ser em outros bairros. Vão resolver o problema de mobilidade com o dinheiro meu, com o dinheiro do Gomes, com o dinheiro do povo de Porto Alegre. É isto que vai ser colocado lá para resolver o problema que o empresário vai colocar. e vamos resolver o abastecimento de água do mesmo jeito, a drenagem do mesmo jeito. Não com o capital do empresário que está investindo, mas com o capital de todos nós. E nós aqui, o que cabe a nós, cabe a nós termos a responsabilidade de enxergar esses problemas e votar levando em conta isso. Agora, eu não estou convencido de que nós analisamos todos os documentos e que tivemos o tempo suficiente para isso, porque tem documentos que chegara hoje. E aí, nós tivemos este espaço? Não! Temos condições de votar hoje? Eu entendo que não, eu entendo que é preciso dar o tempo. Aí vem me legar, 7 meses de



tramitação de um estudo de viabilidade, qualquer profissional de Porto Alegre sabe que a aprovação de uma habitação unifamiliar em Porto Alegre hoje chega a levar um ano. Manifestação. Não, isto não é verdade! Isto não é verdade! Da entrada do processo até o primeiro exame tu chegas a ter 7 meses, Gomes! Vamos parar de mentir! Isto não é verdade e eu não permiti o Aparte. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Sérgio, só para lhe avisar que já passou 1 minuto. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Presidente, eu vou encerrar agora, mas a todo um grupo enorme de profissionais que vai à Câmara esta semana reclamar justamente da morosidade na aprovação de projetos em Porto Alegre. Então, perdoem-me os que pensam diferente, mas estes prazos continuam. Os 7 meses para um todo de viabilidade de um projeto de uma nova cidade dentro de Porto Alegre eu não acho que seja muito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Até para esclarecer, não é fazer julgamento de ninguém, de nenhuma fala, mas a “unifamiliar” é um dia, porque a responsabilidade técnica assina e se responsabiliza. Só a unifamiliar, deixa bem claro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu recordo que nós estamos em um conselho e esta é uma oportunidade muito rara de conversa que nós estamos realizando aqui, nós somos conselheiros e conselheiras e representam a sociedade civil, a área governamental e a área não governamental, que é a área em que nós nos situamos, entidades não governamentais. Nós consideramos muito importante que este debate ocorra de maneira pausada, com conteúdo e é a segunda vez que estamos conversando neste conselho sobre este tema. Este é um tema profundo, importante, que requerer o entendimento dos conselheiros, nós não viemos para decidir com a urgência do empresário, apesar de nós respeitarmos a sua posição e trabalho dentro da sociedade. Nós estamos aqui para atender esta urgência, mas não estamos aqui para atender urgência do setor governamental, que, aparentemente, está se sentindo muito apegado a esta urgência. Eu faço uma ponderação a todos os colegas, para que a gente possa examinar isto com sabedoria, que tenhamos os tempos necessários para examinar esta questão que eu vejo que o tempo em cada uma dessas sessões, que nós tivemos no ano passado uma e hoje está ocorrendo, justamente porque naquela ocasião foram aportados inúmeros argumentos, que foram coletivos, é importante que assim ocorra, porque como nós somos um conselho, nós precisamos somar o conhecimento e as adesões a determinado tipo de pensamento. Eu não me considero ainda em condições de votar este tema hoje. Portanto, eu ponderaria que continuássemos estudando, isso não é nenhum escândalo, não há nenhum protocolo com isso, nós precisamos deste tempo para deliberar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Hermes, vou pedir a sua colaboração para encerrarmos a discussão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu fui citado nominalmente. É uma prática em qualquer discussão que se tenha. Eu não vou polemizar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já que o senhor foi citado, por favor, que se manifeste. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria só esclarecer ao colega Dal Molin, primeiro, que se tenta colocar aqui no conselho, e nós temos uma série de arquitetos novos aí, que estão entrando na prefeitura, essa ideia que tem a turma que não quer o desenvolvimento



e a turma que quer o desenvolvimento. Só que o desenvolvimento não é crescimento, não é construir simplesmente. Hoje todo mundo está de testemunha, hoje a manchete em todos os jornais nacionais, de televisão, a catástrofe do Rio de Janeiro. O que está todo mundo dizendo? Não tem planejamento! Quando eu levanto a questão desse processo, Porto Alegre tem um Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano que precisa ser reavaliado, mas esta área não tem esta potencialidade, não foi prevista, ao contrário de outras áreas que o colega Dal Molin citou para polos habitacionais. Por quê? Porque é uma área que tem um potencial enorme, ela é polarizadora da região metropolitana de Porto Alegre. Além disso, a minha categoria, Paulo Jorge, 80% dos arquitetos estão desempregados, só que os arquitetos, ao contrário de quem tu representas, eles não se dizem desempregados, eles se dizem profissionais autônomos. Então, é uma preocupação que nós temos também, mas em nome disso nós não podemos criar uma cidade que vai ser ingovernável. O diretor do DMAE esteve aqui, está colocado em ata, está registrado, ele disse que não tem capacidade de colocar água naquela região, que vai ser o próximo colapso. (Sinalização de tempo esgotado). Terminando, por favor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor pediu o tempo para se manifestar sobre uma citação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou terminando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tu estás renovando a sua fala, conselheiro! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, quando o senhor deseja o tempo é interminável, são os amigos e os inimigos do rei. Eu vou respeitar e quero que fique gravado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu dei 4 minutos para cada um. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor é completamente imparcial, Secretário. Por favor! Parcial, parcial... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está tão confuso que confundiu até a palavra, mas o subconsciente não mente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou confuso, Secretário, porque eu... Eu gostaria de mais respeito! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, se dê ao respeito! Eu controlei 4 minutos para todo mundo e a Conselheira Livia falou mais, teve mais um conselheiro, acho que foi o Sérgio Brum, não sei. (Manifestação fora do microfone). Não, é só para ser justo aos fatos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu queria que o secretário pudesse me dizer se está no processo a vista da RGP. 2, 6, UFRGS, IAB, SAERGS e ÁREA. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, todos. Está tudo no processo, o processo está todo instruído. Senhores, eu vou colocar em votação uma sugestão de dois outros conselheiros sobre a prorrogação. Antes, só para esclarecer alguns pontos, esses projetos, a EVU não diz respeito à ocupação do uso do solo, ela iniciou em 2002, foi aprovada em 2010 e concluída em 2016. Eu me refiro apenas ao parcelamento. O que este EVU coloca é a alteração para fazer incluir além do industrial, além da prestação de serviço o residencial. Então, não está se aprovando ou negado um loteamento, estamos avaliando de permitir que pessoas morem lá naquele loteamento já implantado ou não. Outro ponto que julgo necessário esclarecer, em nenhum momento eu estou aqui para defender empreendedor,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

eu estou aqui para defender o governo do qual eu acredito, do qual eu faço parte. Então, vou colocar em votação se a gente prorroga ou não. Em avançando... Por favor. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Secretário, o conselheiro comentou que não teve acesso à audiência pública e chegou tudo hoje. Como é um projeto pesado, grande, tem que ser bem discutido, bem avaliado, para não acontecer como aconteceu depois no nosso projeto do Cais do Porto, que içamos para lá e para cá. Eu proponho o seguinte, o nosso Hermes colocou sobre as condições de cidade vulnerável ou não. Então, sugiro uma prorrogação, uma convocação extraordinária com os arquitetos, dessem toda a explanação dessa prorrogação, desse um prazo de uns 15 dias ou uma semana, quando voltar para votação não ter mais debate. Eu também gostaria de sentar com os engenheiros e arquitetos, para explicar um loteamento para 40 mil pessoas o impacto que dá e o que afeta, para poder votar tranquilamente. Eu respeito os arquitetos pelo conhecimento, como a arquiteta da UFRGS também. Então, 15 dias ou uma semana, mas vai ter uma reunião extraordinária só para debater este projeto aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está impedida a sua Questão de ordem, em vencendo a tese da não análise nesta sessão a gente coloca em votação esta possibilidade. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Só a título de informação, conferi o voto da IAB, porque consta a Gisa Bugs aqui e a gente conhece bem os representantes. Então, se não tem nenhum documento informando a indicação do novo representante, então, temos que analisar este voto aí. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi uma falha minha, mas a Gabrielle informa que foi encaminhado ofício do IAB. Está devidamente registrado o ofício. Só não foram feitas as formalidades. Quer e manifestar, conselheiro? Então, em regime de votação, quem é favorável a não analisar o processo, ou seja, prorrogar o item 3.01 da pauta, por favor, levante o braço. (Contagem de votos = 10 votos). Quem é contrário a prorrogar? (Contagem de votos = 12 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **REPROVADA A PROPOSTA DE PRORROGAÇÃO DE VOTAÇÃO.** Então, em regime de votação quem é favorável à aprovação do item 3.01 da pauta, relatório da SMRI, por favor, levante o braço. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 08 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL.** (VOTAÇÃO DESTE ITEM DE CADA CONSELHEIRO NO DECORRER DA ATA). **ITEM 3.02** da pauta, teremos uma reunião na quinta-feira, que foi um acordo que fizemos com a Conselheira Tânia e o empreendedor. Estão todos convidados para quinta-feira, às 18 horas, na sede da SMAMS, na Av. Carlos Gomes, 2120. **ITEM 3.03.** EPTC em condições de apresentar? Então, por coincidência, o Fundo Imobiliário Phorbis, o empreendedor já está aqui. Foi distribuído para relato da RGP. 8, passou várias semanas sem análise, foi redistribuído para a EPTC em 26/03. O prazo de relatório era para dia 02 e será apresentado pela EPTC. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu me lembro que conversamos dos votos ficarem registrados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está passando a folha para todo mundo assinar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Neste sentido eu ratifico que não está sendo cumprido e nunca foi cumprido, que esta folha tem que ser anexada no site também, para que fique claro para a sociedade civil quem vota e de que forma. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**



Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Está bem, Conselheira. Isto será feito. Raul, 5 minutos. **Raul, representando o empreendedor:** Boa noite. Vou apresentar um projeto que é, na verdade, uma sequência do Complexo Viva Open Mall, que se localiza na Nilo Peçanha. É um projeto que está construído há 2 anos e a sequência do empreendimento é um complexo de uso misto, que teve o seu EVU aprovado em dezembro, conta com uma torre comercial, localizado na extremidade à esquerda da tela, de uma expansão do espaço comercial térreo, composto por serviços, conveniências, espaços gastronômicos. Há uma torre destinada a uso residencial e por torre destinada ao uso hoteleiro. Nós trouxemos uma esquemática do empreendimento, que traduz um pouco do conceito para este projeto, que é fazer uma cidade mais destinada aos pedestres, uma cidade mais caminhável, uma cidade que tenha uma irrigação maior e mais homogênea. Então, um empreendimento onde se consiga misturar usos, tendo a utilização do espaço tanto durante o dia quanto à noite, misturando entretenimento, serviço, conveniência, lazer, moradia, hospedagem, tudo junto, mas de forma heteroneo, uma forma cosmopolita e que traga para esta região um volume de pessoas importante, mas que não esteja diretamente impactando de forma negativa. Então, aqui alguns ângulos mostrando as fachadas ativas, que é um tema muito polêmico para a revisão deste Plano Diretor, o empreendedor está investindo em fachadas humanizadas, fachadas com vida trazendo o que vai ser o visual da Nilo com o empreendimento. Hoje o Viva já conta com a circulação de pessoas muito grande, de forma utilizando espaço livre, misturando o público e o privado, não colocando grades e fechando esse espaço, permitindo que se entre dentro do empreendimento. Hoje este espaço, que é uma área de preservação permanente do Parque Germânia, é uma região que tem muito assalto, pouco movimentada. A nossa proposta foi justamente trazer o residencial com acesso para esta rua de trás, para acabar um pouco com a insegurança, para ter um pouco mais de movimento. Este é o conceito em todo projeto, fazer com que pessoas circulem, que se movimentem, que ocupem o bairro. Aqui é a vista de cima, o empreendimento respeita o recuo de ajardinamento sem gradis, sendo de usufruto dos pedestres. Estas são as plantas, aqui é o subsolo do residencial, seria sobressolo em relação à rua João (Inaudível), destinado para a torre comercial e o empreendimento como um todo. O nível térreo, mostrando esta relação do empreendimento com todo o entorno, é um empreendimento superpermeável. Muito obrigado. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Eu vou prosseguir com o relatório do EXPEDIENTE 002.33479400.0, registrado também no SEI 18.0.000106838.1. O assunto é o EVU da Av. Nilo Peçanha, 3228 e 3238, referente ao Viva Open Mall, fases I e II. Trata-se de solicitação do Fundo de Investimento Phorbis para a aprovação de estudo de viabilidade urbanística para empreendimento de grande porte, contemplando a criação de um complexo misto de comércio e serviços, utilizando a tipologia de um Open Mall e torres de escritório, propondo a ocupação da totalidade de um quarteirão. O imóvel está inserido em área de ocupação intensiva, Macrozona 03, UEU 94 e subunidade 01, de acordo com DM emitido em 29/10/2013 e consulta à DMI nesta data. (Leitura do histórico). Não há oposição por parte da EPTC na aprovação do EVU do empreendimento em pauta, desde atendidos os condicionantes estabelecidos no parecer CAUGE 198/2018, em especial os produtos do estudo técnico, os quais são condição para o licenciamento do projeto arquitetônico. (Leitura do parecer). O parecer é favorável ao acolhimento do pedido de aprovação de estudo de viabilidade urbanística na Av. Nilo Peçanha, 3228 e 3238. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O parecer é favorável. Algum pedido de vista? RGP. 1, 2, 3 e 6, ACESSO e UFRGS. **SOLICITAÇÃO DE VISTA AO PROCESSO: RGP. 1, 2, 3 e 6,**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ACESSO e UFRGS. (Manifestação fora do microfone). Como o processo está em vista, se ela quiser ter acesso não tem problema, o processo vai estar à disposição, vale para qualquer conselheiro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Este processo está digitalizado? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É físico. Ele fica aqui na secretária, saindo sexta à tarde e voltando segunda-feira de manhã. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, registro que eu vou retirar sexta-feira à tarde. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Patrícia se manifestou que consegue digitalizar, fica mais fácil para todo mundo. **ITEM 3.04,** a UFRGS deu parecer favorável em 19/03/2019, vista a RGP 5 e 7. Prazo até 26/03. Paulo Jorge? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A RGP. 5 é favorável ao parecer. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A RGP. 7 não está. Podemos colocar em votação? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Por gentileza, Secretário, só me situe qual área é, Pedro Boticário, onde? (Manifestação fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém quer discutir o ponto 3.04 da pauta? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registro, que eu me lembre se o solicitante da vista não estivesse presente a gente não votava. Isto é uma lembrança e uma questão de direito, a pessoa pediu, uma reunião que ela não veio, até justificou. Para que não conste em ata simplesmente que não está presente, não importam vamos votar. É um procedimento democrático e deveríamos fazer este encaminhamento para as demais votações. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Neste ponto, o que o regimento diz? Se o relator não vem, ou a gente aprova, ou passa para outro relator, seguindo a ordem. Em relação ao pedido de vista, não é relator. O pedido de vista, o regimento diz que a gente pode ou não prorrogar também a análise. A ausência do conselheiro que pediu vista não impede a análise. Então, vou colocar em votação se a gente encaminha para a votação este desgravame. Lembra deste processo? É do DEMHAB, a área é do próprio DEMHAB. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Esta área, que eu me lembre, tinha um asilo lá, um baita prédio. O DEMHAB adquiriu a área para procedimentos de construção de unidades habitacionais de interesse social. Tem esta questão do gravame, até foi citado sobre um muro de arrimo, é uma altura bem expressiva, tem um número de concreto armado para segurar toda aquela parede. Este gravame de fato tem que ser retirado para que a gente possa fazer todo o conjunto das unidades habitacionais. É bem importante para o DEMHAB. (Manifestação fora do microfone). Depois eu te passo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vou colocar em votação a prorrogação ou não deste processo. (Manifestação fora do microfone). Por favor, conselheiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, pela importância do processo, do projeto, não vejo muito sentido ficarmos prorrogando esta discussão. E faço um apelo para que a gente vote. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu entendo assim, se a gente começar a não respeitar os pedidos de vista e a conselheira justificou a ausência. Eu sou favorável, o meu voto era favorável, mas em respeito à conselheira eu peço que



adiem. Habitação de interesse social sempre terá o voto da RGP. 1. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Felisberto, eu respeito muito a tua posição, mas discordo, porque somos três conselheiros, nós temos dois suplentes. Ok, algum problema ela teve, mas o relator está presente. A gente vai muito nessa coisa de A e de B... (Manifestação fora do microfone). Sim, mas ela representa quem, minha colega conselheira? A senhora quer falar? (Manifestação fora do microfone). É que a senhora não está me respeitando, né. A gente fala e a senhora contrapõe, a senhora quer um Aparte? Quer!? Então, por gentileza! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Para registrar, então. Eu gostaria que o secretário lesse a justificativa de ausência da conselheira, porque imagino, quando eu falto eu justifico se não vou vir. Agora, se eu tenho o suplente não preciso justificar. Então, a justificativa eu entendo que deva abranger os três conselheiros, porque esta representação é da região e não da pessoa. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Beleza! Inclusive, leia a justificativa. Secretário, por gentileza. Se não for em nome dos três é só ela. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Tânia me mandou a mensagem no Whatsapp, que diz o seguinte: “Boa tarde, Maurício. Estou viajando a trabalho, já enviei um email comunicando minha ausência”. Este email está no meu gabinete. “Não conseguirei chegar a tempo para a reunião. O nosso encontro de quinta-feira está mantido...” que é aquele processo que eu já falei, só para ficar bem claro. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Mas este é da Região 4, nós queremos da Região 7, da Maristela Maffei. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** São duas coisas, primeiro quanto a este processo, eu acho que a conselheira está impedida de vir aqui, teve vista e pode ter algo importante para nos dizer. Eu acho que deveríamos aguardar. Quero aproveitar o espaço para fazer uma retificação, vou concordar com o senhor e com o Gomes quanto à habitação unifamiliar, eu usei indevidamente a consideração. Realmente, temos hoje a possibilidade de aprovação, não é bem uma aprovação, mas pelo menos de preencher um termo e ser considerada uma habitação unifamiliar, o que já não acontece para pequenas edificações comerciais, de serviço e etc., que precisa ser feita alguma coisa a respeito. Então, que se registre em ata que fiz esta correção. Peço desculpas ao Conselheiro Gomes e ao Presidente. Mantendo, se a conselheira não está, devemos prorrogar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O email está na tela: “Comunico que a RGP. 7 acompanha os dois processos que se solicitou vista, conforme os relatores. Segundo, por motivos pessoais não poderei estar na reunião de hoje, desde já justificando à mesa”. Então, acompanha os relatores. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Isto aqui está passando para nós assinarmos, eu não sei nem do que se trata, temos aqui: Nilo Peçanha, 3228, RGP. 8, riscados. Eu acho que isto não é nem documento que se apresente em um processo. Eu me nego a assinar um documento desta forma, porque não sei o que estamos assinando aqui. A Nilo Peçanha, 3228 foi encaminhado para vista agora. Então, não podemos votar favorável ou contrário a algo que foi pedido vista neste momento, né!? (Manifestação fora do microfone). Não só rasurado, mas não condiz, são informações totalmente contraditórias de processos diferentes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, o documento vai ser refeito. Peço a boa fé e compreensão, porque estamos aqui desenvolvendo um trabalho da melhor forma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

possível, a Secretaria Executiva do Conselho tem se empenhado para que as coisas saiam conforme a senhora merece. Item 3.04 em regime de votação. Quem é favorável? (Contagem de votos = 20 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL. ITEM 3.05**, interessado é Rogério Grizzotti, assunto é alteração de regime de atividades, Rua Teodoro – bairro Quintana. O relator é o SOCECON, ponto de vista favorável em 19/03/2019. Vista à RGP. 4, prazo até 23/03. É a Tânia, vou colocar em votação se prorrogamos ou não. Vamos ver o email. Ela não se manifestou em relação aos processos. Eu coloco em votação: quem é favorável à prorrogação, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 09 votos). Quem é contrário à prorrogação? (Contagem de votos = 13 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). Então, vamos analisar o processo. Em discussão. Alguma dúvida? **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**: Eu gostaria de rememorar, se eu não me engano, tinha uma padaria, é isto? É uma rua paralela a Protásio Alves. (Manifestação fora do microfone). Então, tá. Eu entendo que é bastante pertinente a situação ali. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Então, em regime de votação, quem é favorável à aprovação do Item 3.05 da pauta que se manifeste. (Contagem de votos = 19 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL. ITEM 3.06** da pauta, é aquele desgravame dentro do presídio. Conselheira Claudete, é aquele que teve a confusão por causa dos processos, eu não sei se a senhora já teve acesso a todos processos que pediu. (Manifestação fora do microfone). Eu retifico a minha fala e agradeço aos conselheiros que me alertaram, eu acabei confundindo os processos. O que eu me referi é ao 3.07, que tinha outros processos para análise da Conselheira Claudete, da ACESSO. Então, este processo não é o que eu me referi. O processo da pauta 3.06 o interessado é a Secretaria de Modernização Administrativa dos Recursos Humanos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é um desgravame de traçado viário projetado na Av. Róssio. Este é do presídio. Então, vista à RGP. 5,7 e ACESSO. Eu peço que se manifestem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: A ACESSO antes de fazer um parecer de vista, gostaria de solicitar uma diligência, que seja colocada em apreciação. Na verdade, como não se trata apenas de um desgravame de área e há uma manifestação de desmembramento de área, gostaria que fosse esclarecido este desmembramento. Não sei se existe outro processo. Eu enquanto conselheira gostaria de mais informações. Agora, a quem se dirigir... (Manifestação fora do microfone). Se vou ter o desmembramento do imóvel me interessa saber que desmembramento é este, até para saber se é viável ou não, se é de interesse público ou não a retirada desse gravame. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**: Na apresentação do meu relatório, no parecer, eu falo das matrículas que tem lá. Então, como existe mais de uma matrícula, tirado o gravame eles vão fazer um desmembramento dessas matrículas e depois vão retificar isso aí de novo. (Manifestação fora do microfone). Tudo bem, eu acho justo, não tem problema. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Diligência, segundo o nosso regimento, é somente do relator. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: Diligência tem que ser votada. Agora, o que o secretário está dizendo é que o conselho não pode nem mais sugerir diligência? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

O regimento coloca diligência para a competência do relator. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E eu estou pedindo uma diligência, estou pedindo que seja colocada à votação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A senhora não é a relatora. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho o direito de fazer parecer de vista, para eu ter a vista tenho direito a ter esclarecimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas é ao relator que cabe diligência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho direito a esclarecimentos, Secretário. É o meu direito de me manifestar e do meu parecer de vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É o relator que pode pedir diligência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O secretário está decidindo em nome do conselho que agora os conselheiros não podem fazer diligência. (Manifestações fora do microfone). **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu acato o pedido. Então, peço diligência. Eu acho que via SMDE pode vir isso aí. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Só uma observação, que todos os pedidos de diligência sejam encaminhados por escrito, senão fica muito difícil de entender qual o entendimento de quem está pedindo vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Furtado e Claudete, está claro o pedido de diligência para ir para o processo? Por escrito é para poder responder. Eu concordo com o que disse o Conselheiro Emerson, é para a resposta vir satisfatória, para não ficar só em ata. A RGP. 5 sobre o processo em pauta. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acompanho o pedido de diligência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação o pedido de diligência. Eu vou fazer por aclamação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. O art. 22 permite que os não relatores peçam vista, a partir do... (Manifestação fora do microfone). Diligência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Art. 22 – “A partir da leitura do parecer do relator os conselheiros definirão procedimentos posteriores, tais como, pedido de vista, pedidos de diligência pelo relator ou votação do parecer”. Não muda, conselheiro. O relator pediu, a diligência é do relator. Vou fazer por aclamação. Quem é contrário ao pedido de diligência que se manifeste. Favoráveis permaneçam como estão. Então, **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA** do item 3.06. Só preciso que vá para dentro do processo por escrito este pedido de diligência. (Manifestação fora do microfone). ITEM 3.07, inclusão de traçado viário. Vista à RGP. 6, ACESSO e SINDUSCON. Este é aquele? E tu recebeste Claudete, os processos? Então, faltam os processos. ITEM 3.08, RGP. 1. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero pedir mais prazo, porque quero ter vista de três processos. O Processo 002.340567.00-2, expediente único. Depois tem o Processo 02.07111012.7, que trata da discussão sobre o solo criado. O SEI 16.0.00018362.1, que também trata desta questão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, esses processos serão disponibilizados, nós vamos lhe comunicar. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**



960 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Tinha um processo que eu fui o relator, foi em
961 diligência para a SMDE. Normalmente o processo que saía para diligência não saía da
962 pauta, continuava na pauta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
963 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos adequar isso. Vamos
964 corrigir isso. Vou anotar aqui para a gente corrigir. Finalizado o período da Ordem do Dia,
965 Vamos adequar isso. Vamos corrigir isso. Finalizado, entramos em **4. COMUNICAÇÃO.**
966 Antes a 3.01 saiu errado, foi esta que a Conselheira Claudete se manifestou, saiu
967 impresso errado aqui. Eu vou querer registrar o voto nominal na ata, porque não sei se ela
968 vai conseguir fazer a folha lá. Fica registrado. Pode começar por ti, Patrícia, o voto do
969 primeiro processo, o mais polêmico, como votou cada um. **Patrícia da Silva Tschoepke**
970 **(Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Favorável.
971 **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:**
972 Favorável. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**
973 **Grande do Sul – UFRGS:** Votei contra. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de**
974 **Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** SOCECON votou contra. **Sérgio Luiz**
975 **Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Votei
976 contra. Presidente, estamos no espaço de comunicações. Posso usar o resto do espaço?
977 Não? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
978 **Grande do Sul – SAERGS:** Votei contra pelos motivos que estão expressos no meu
979 parecer anexo ao processo. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do**
980 **Brasil – IAB/RS:** Votei contra. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira**
981 **de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Votei contra. **Adroaldo Venturini**
982 **Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Votei contra.
983 **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
984 **SINDUSCON:** A favor. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de**
985 **Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu me abstenho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
986 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Votei contra. **Emerson Gonçalves**
987 **dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
988 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Favorável. **Claudete Aires**
989 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção
990 diante da ausência do cerceamento de defesa e de discussão nesse processo. **Fernando**
991 **Brentano (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**
992 **AREA:** Eu me abstive. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de**
993 **Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Favorável. **José Francisco Rodrigues Furtado**
994 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Favorável. **Gabriel**
995 **Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da**
996 **Sustentabilidade – SMAMS:** Favorável. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região**
997 **de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável. **Fernanda Garcia Hochwart**
998 **(Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:**
999 Favorável. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações**
1000 **Institucionais – SMRI:** Favorável. **Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito –**
1001 **GRUPO:** Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
1002 **Humanos - ACESSO CDH:** Eu só gostaria de um esclarecimento. **Maurício Fernandes,**
1003 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
1004 Só um pouquinho, conselheira. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal**
1005 **do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro da SMIM, o
1006 Conselheiro João Batista Alves, certifico e dou fé de que votou favorável. Com a palavra a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só um esclarecimento, uma verificação, porque no Gabinete do Prefeito eu tenho Juliana, Caciano e Christian, é o que consta na nossa lista de conselheiros do CMDUA. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A EPTC e o Gabinete do Prefeito já foram alterados, já li os ofícios, faz umas 3 ou 4 reuniões. Então, é o mesmo caso do IAB. A palavra está aberta para comunicações. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu quero pedir, acho que é pela sexta vez, quero que conste em ata, eu gostaria de receber o parecer da PGM que retirou do conselho o meu parecer sobre a FRAPORT. Gostaria da sua atenção especial para isso, porque imagino que o processo deva estar em algum lugar de difícil acesso. Então, gostaria do seu empenho para eu conseguir acessar essa nota da PGM. Eu acho que naquele dia não teve gravação, eu não consegui acessar a fala através da gravação. Então, peço, por favor. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tem algumas atribuições do nosso conselho que eu ainda não vi acontecer e a lei diz que são semestrais: aprovar os estoques construtivos do solo criado; aprovar a metodologia para a definição do valor de solo criado; aprovar os valores semestrais do solo criado; aprovar os planos de aplicação dos recursos do solo criado de acordo com o disposto e etc. É o meu primeiro mandato e até agora eu não vi isso passar por aqui. Eu questiono em relação a isso. Também é atribuição deste conselho a conceituação, classificação dos elementos que equipam o espaço público, assim como a definição de critérios gerais para a sua implantação. Volto ao assunto que coloquei na última reunião, que é a questão do (Inaudível) e das bicicletas atiradas nos passeios. Na última semana tivemos uma nota da EPTC que é uma experiência com patinetes em Porto Alegre. Solicitamos que haja, então, uma manifestação por parte da EPTC, também de algum outro órgão de governo que se envolva com esta questão. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Naquela reunião a Conselheira Júlia esclareceu. Qual seria a dúvida? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Estes objetos estão sendo atirados pelas calçadas de Porto Alegre, onde não há piso podotátil, vai acontecer de um cego tropeçar nesses patinetes e se espatifar no chão. Aí a conselheira não esclareceu em relação à existência de legislação, locais onde esses veículos devem ser estacionados, proteção a quem transita em uma calçada. Precisamos de um esclarecimento maior em relação a isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, isto não vai acontecer. O senhor me desculpa, mas a conselheira já explicou, é um teste. Quer que os conselheiros saiam recolhendo patinetes, é isso? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Existe legislação que permita testes? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, a conselheira explicou na semana passada tudo, tem um decreto de inovação que permite testes com novas tecnologias de inovação. Tu podes ser contra, respeitamos isso, mas existe. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Para esclarecer a população sobre isso, porque eu não sabia e muita gente não sabe disso. Fiquei sabendo esta semana que havia um teste porque saiu a repostagem, que a EPTC se manifestou. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, nessa linha, trago a preocupação com a questão desse projeto de lei do uso, que estão chamado de “privatização” de praças e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

parques. Lembro que o senhor mesmo apresentou, se eu não me engano, comentou que depois voltaria com mais detalhes para a discussão. Este assunto deveria ser pautado pelo CMDUA, porque envolve o uso do solo urbano, tem uma série de questões urbanísticas. Fica o meu registro da necessidade desse tipo de projeto passar aqui. Não sou contra ou a favor, mas o conselho é uma das instâncias para se discutir. Vai até uma sugestão, quando o prefeito se omite, não divulga, a tendência é os conselheiros ficarem contra, existe uma omissão, parece que existe alguma coisa por trás. Então, que essas questões fossem trazidas para o Plano Diretor. Nós não temos condições de negar um projeto desses, com certeza é um projeto muito abrangente e está na Câmara, mas eu acho que ajuda o governo. Esta política de faz de conta acaba prejudicando o governo. Obrigado.

Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Gostaria de registrar três detalhes. Nós tivemos a reunião com o Secretário da Fazenda falando da situação do município. Há duas semanas, por uma questão conjuntural, uma pessoa me pediu para ir na (Inaudível), porque não poderia ir, sobre o imóvel Del. É um edifício na Ipiranga, não é um local afastado, não é de difícil cadastro, está habitado há 3 anos e a prefeitura até agora não começou a cobrar o IPTU. Deve ser uma receita que a prefeitura não está precisando. Também, na reunião passada tivemos o procurador, fui consultar, porque disse – está lá. Eu fui procurar e não achei nada. Eu trabalho com planilha Excel, que poderia nos mostrar aquilo rapidamente por região. A própria fala do procurador, disse que a funcionária acompanha. Então, é porque existe outra forma de mostrar e não simplesmente dizer que está lá na página. Por último, parabeneizei, não sei quem fez aquela alteração no Morro da Vila Conceição, até Ipanema, mas era o que de se esperar, durou 2 meses. Está o mesmo nível de deslocamento que estava antes da obra, porque faz um trequinho, consegue melhorar um pouquinho, pegou verão, tudo mais tranquilo. É real, a cada ano que passa eu levo 5 minutos a mais para chegar no Centro de Porto Alegre do Bairro Ipanema, porque provavelmente fizeram este primeiro trecho e liberaram algum condomínio lá para atrás; ou seja, tem mais 20 mil carros chegando. Isto é planejamento da cidade, não adianta a gente achar que é simplesmente construir, construir e construir, vai gerar emprego, vai gerar emprego, mas é muito rápido, faz a obra e já está desempregado. Então, geração de emprego é importante, mas a construção civil, na base da nossa sociedade é dita como a grande geradora de emprego, em volume é, mas é o que mais rapidez tem na demissão. Então, temos que ter emprego de qualidade. Desculpa, meu amigo Paulo Jorge, mas eu acho que é um viés, uma tendência de discurso populista, dizer uma coisa que é real, uma necessidade real da população, mas não dá a consequência necessária ao discurso.

Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Conselheiro Campani, isto é (Inaudível) dos negros que foram expulsos das fazendas, não deram condições para os negros estudarem e nem trabalharem. Então, não adianta dar o teu discurso, porque estão desempregados, não tem faculdade, não tem emprego, estão atirados na sarjeta, porque lá atrás o governo imperial também colocou os negros na sarjeta, que tem tiroteio até hoje, que são as favelas. Não adianta o teu discurso, é muito bom falar, mas tu não mora lá dentro para saber a situação da população negra... (Manifestação fora do microfone). Quem trabalha lá quem é? É quem não tem estudo. Meu Presidente, o procurador do município esteve aqui na semana passada falando sobre a contrapartida, mas não deixou aberto o que tem em Porto Alegre, nas regiões. (Manifestação fora do microfone). Não deixou claro o que tem para as regiões. Então, gostaria que o nosso conselho tivesse uma posição, um mapa do que as empresas estão dando de contrapartida para as regiões. O Zaffari o que está dando na Glória. A



Multiplan para o Cristal e Cruzeiro. Para terminar, sábado foi feita a apresentação do planejamento urbano saudável, porque com essa guerra da Restinga afeta a Cruzeiro também. Então, o nosso pessoal levou medo de colocar esse evento na Cruzeiro sábado, porque sabe que o que dá na Restinga... O pessoal tem que saber a realidade da nossa Porto Alegre. Existem quatro facções aqui dentro, nas favelas, isso afeta Porto Alegre, afeta a favela da Cruzeiro, da Bom Jesus, da Conceição, Restinga e zona norte. Os nossos moradores são reféns disso. Eu sou refém também, entro para dentro de casa e acabou. Agora que saiu daqui a Defesa Nacional, meu Deus do céu! Outra coisa, estou mapeando, estou com 50 fotos de buracos de Porto Alegre. Eu estou com defeito na minha perna direita, não posso mais, arrasto a perna. Meu Deus do céu a cidade desse jeito. O buraco nas calçadas, buraco e buraco. Eu já caí no Centro duas vezes. Eu acho que a SMOV, o nosso Secretário Marcântonio teria que olhar a acessibilidade, está horrível. Eu vou fazer uma sessão de fotos. O idoso, o deficiente físico passa trabalho nesta cidade. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha primeira relação no período de comunicação é a forma da apresentação do projeto de concessão de parques e praças. É lamentável a forma como se discute a cidade em uma maioria eventual de uma Câmara de Vereadores. Eu já coloquei na reunião passada que eu não aceito a legitimidade da Câmara sem uma consulta com a sociedade. Não é possível que espaços públicos de lazer sejam privatizados para alguns ganharem dinheiro em cima. Haverá uma privatização sim de praças e parques. O Germânia, quem vai lá? A população pobre? Não mesmo! É um grupo de elite que mora em torno do parque e vai no parque. A população pobre está sendo expulsa, porque a vontade é de dizer outra palavra, mas a população pobre, os negros, os pobres de menor poder aquisitivo estão sendo empurrados com a tal modernidade dos prédios que acabam virando um centro empresarial hoteleiro, comercial e habitacional para a elite. Em áreas muitas vezes perto de pessoas de baixa renda. E me surpreendeu a forma como o representante do empreendimento colocou que há assalto. Claro, vai haver assalto, cada vez mais. Não adianta pensar que vão ficar nas suas casas e vão ficar protegidos. É ilusão! É ilusão! A cidade de Medellín mudou a sua política de tratar o problema da cidade. Muitos técnicos daqui deveriam ir a Medellín. Lá começaram pelos bairros mais pobres e era uma das cidades mais violentas do mundo. Quem lembra do fato de matarem os estudantes de um espaço público? Se eu não me engano, 30 ou 40 jovens, o que fez a cidade de Ruarez/México? Ao invés de pôr policiais e modernizar, o povo foi para a rua e ocupou os espaços. Então, Porto Alegre tem que se mirar nesses exemplos, eu falo de duas cidades que foram as mais violentas do mundo. Medellín tem 6 milhões de habitantes e diminuiu em índice de criminalidade a quase zero. Por quê? Políticas públicas voltadas a quem mais precisa. Fazendo espaços de lazer, espaços de convivência, espaços de valorização das populações que mais precisam. O que eu quero dizer com tudo isso é que Porto Alegre ao invés de estar andando para frente está andando para trás, daqui 10 anos nós seremos a cidade mais violenta do mundo. O Paulo Jorge levantou que tem quatro, tem mais, tem sete ou oito facções. Os presídios quem domina não é a polícia, são as facções. Os presos escolhem as cadeiras que querem ir, para se sentirem protegidos. Então, planejamento urbano é resolver os nossos problemas, nós temos problemas sérios de urbanização, de regularização, de valorização das comunidades. O Furtado me disse que está melhorando a regularização fundiária. Eu parabeno, Furtado, também a Patrícia, que é uma técnica preocupada com isso, mas eu quero saber se o governo, o centro do governo entende isso. Se alguns CCs que estão em alguns departamentos também entendem isso, porque não é isso que acontece, há



entraves, há projetos que não andam. E cito o Jardim das Estrelas, 25 anos esperando a regularização. Humaitá/Navegantes, Vila Santo Antonio, desde 96 esperando. E são duas comunidades que não pedem favor nenhum, compraram a área, pagaram a área, estão esperando a urbanização. O Jardim das Estrelas nem é urbanização mais, porque eles conseguem através do Orçamento Participativo viabilizar suas necessidades, o que precisam é o título, é a regularização do seu terreno, que até hoje não tem. Então, como querem fazer uma cidade moderna, avançada. Nós temos que começar na periferia resolvendo os problemas das pessoas que precisam na Restinga, na Cruzeiro, não é abrindo a Tronco que vai resolve o problema da Cruzeiro, as pessoas vão passar por ali, às vezes pode até atropelar os moradores de lá se não tiver o pardal. Então, é isso, Secretário. Dia 11, na Câmara de Vereadores terá um ato, uma sessão temática homenageando os 30 anos da experiência mais exitosa no mundo, copiado por 7 mil cidades, que é Orçamento Participativo. Estão todos convidados a partir das 14 horas para estarem lá. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Secretário, eu gostaria de solicitar a contagem das faltas dos conselheiros, porque a gente visualiza a falta de alguns conselheiros, para ver se não há vacância. Também quero fazer uma solicitação em relação ao Condomínio Três Figueiras, na Juca Batista, 6878, sobre um termo de referência ambiental que está tramitando junto à SMAMS, porque o condomínio está pronto, só está esperando a carta de Habite-se. Então, a Cooperativa COADIL está aguardando uma posição da SMAMS em relação a este processo. É o Processo 002.3340630050586.9, que é uma compensação vegetal, inclusive o DEMHAB está junto a esta solicitação. É um processo importante, as famílias estão aguardando. São 360 famílias faixa 1 que serão atendidas. Seria isso. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de ratificar em relação ao projeto de lei dos parques que está tramitando, lastimar que uma das competências deste conselho é fazer discussões sobre o planejamento da cidade e elas passam muito longe daqui. A gente fica aqui só discutindo projetos, prazos e empregos, o que me parece. Então, lastimo que o secretário na última sessão também não manifestou nada quando a questão foi trazida, mas a gente teve conhecimento que ele foi na Câmara fazer a defesa, fez uma manifestação de um artigo que nos foi encaminhado posteriormente. Uma pena que essa discussão não foi trazida para cá, até para eu entender em que se assemelha a outras cidades. Eu gostaria muito de entender. Gostaria também de ratificar um pedido que fiz e não foi atendido, entre tantos que a gente faz aqui e nunca são atendidos, eu estou aguardando a relação de distribuição dos processos, dos relatores. Por exemplo, naquele dia que não pode ser redistribuído, aquele processo que hoje foi explicado, do Open Mall, mas no mesmo dia foi distribuído um processo para o nosso Conselheiro Felisberto... (Manifestação fora do microfone). Foi no mesmo dia e está na pauta, secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O processo do solo criado foi retirado pelo Conselheiro Felisberto no dia da sessão, é uma opção que todo conselheiro tem, por isso que consta o dia da sessão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas no dia da sessão foi dito que não sabia quem era o próximo para distribuir o processo que estava pendente e era anterior, que era o processo do Open Mall. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é assim, Conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só estou pedindo esclarecimento e ratificando o meu pedido anterior. **Maurício Fernandes,**

**Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**

O processo do Conselheiro Felisberto é o mais antigo no conselho, era para ter entrado na pauta ano passado, não foi. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Só uma colocação ao Colega Felisberto. Eu estou com o Jardim das Estrelas e com o Santo Antônio também. Todos esses envolvem questões ambientais dentro do DEMHAB. O que eu falei que está melhorando? Está melhorando por conta da Lei Federal nº 13.465, de regularização fundiária. Foi isso que ampliou a situação de melhorias. Ainda temos dificuldades dentro da prefeitura sim, mas existe, Presidente e Secretário do Meio Ambiente e Sustentabilidade, né, há um novo entendimento na tentativa de alavancar essas questões mais ambientais notadamente, mediante estudos ambientais, redução de faixa de APP e não havendo riscos. Então, isso que é o grande avanço para que possa regularizar, este é o avanço e já existe o entendimento dentro do centro de governo. (Manifestação fora do microfone). É bom, mas a batalha continua. Lembrando o termo de recebimento ambiental, quando eu sentei junto ao secretário foi passando a ele um documento. Secretário, nós temos que pagar a compensação vegetal, é devida pela legislação dos empreendimentos Minha Casa Minha Vida, tem um decreto que o município assume a compensação vegetal dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida faixa 1. Esse processo que eu lhe passei é um acordo feito em 2016, na gestão passada, entre a SMAM e a Secretaria da Fazenda, onde faria o repasse de todos os empreendimentos Minha Casa Minha Vida na questão da compensação vegetal. Isto está impactando em uma série de empreendimentos do DEMHAB. Os Irmãos Maristas, que nós estamos para liberar 13820 unidades para maio e não temos ainda o TRA. Então, peço a gentileza de ver a possibilidade de ver se a Fazenda fechou esta colocação aí. E dentro desses estão todos os outros, como o Conselheiro Emerson acabou de apresentar, é o Termo de recebimento Ambiental, que seria como uma licença de Habite-se. é condição fundamental. Não há nenhuma pendência ambiental dentro do empreendimento, isso é o TRA. Então, é devido, tem que ser recolhido ao Fundo Meio Ambiente, o FUMPROAMB, há uma legislação que o muito arcaria com isso. Obrigado. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Todas as terças-feiras quando nos encontramos aqui fico feliz em aprender algumas coisas, eu converso com meus colegas, o Cláudio Galdi, algumas coisas fico questionando, porque não sou especializada nesta área, não entendo muita coisa na parte de urbanização, de mobilidade, mas sempre tendo entender em relação a isso. Bem como não sou da área jurista, não entendo da área do direito. Eu anoto algumas coisas, em casa converso com meu esposo. Só fico muito triste, porque nós temos visitantes e não parece que somos um grupo, parece que estamos brigando um contra o outro. Não precisamos colocar opiniões diversas em tons altos e de agressividade. Eu acho muito triste, porque todos nós estamos aprendendo. Não precisa olhar para o lado e fazer cara feia, porque isso não vai adiantar. Eu fico muito triste com isso. Sério, eu fico triste mesmo em relação a isso. Pode questionar, eu sei que o senhor gosta de debater os assuntos, mas nós temos visitantes, nós somos colegas, estamos todos em cima de um processo que está sendo estudado e analisado, cada um vota conforme o seu entendimento. Eu fico triste quando tem essas gritarias, essas coisas que dão uma desarmonia ao ambiente. Obrigada. Não quis brigar com o senhor, sempre respeito muito as pessoas e nunca me coloco a falar nada, porque quando vou falar alguma coisa todo mundo já falou. Eu sou a que menos entende desta área, então, quando chega na minha vez de me expressar a colega já perguntou de alguma forma que ficou mais clara para o entendimento de uma resposta. Então, acabo não perguntando



nada em relação aos processos lançados aqui. Obrigada pela atenção. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Posso responder? Assim, peço desculpas pela cara feia que tenho, se nasci assim não tenho como resolver. Assim, eu te confesso que não são visitas que eu convidei para a minha casa. Isto aqui é um lugar de debate, o acirramento faz parte do debate. Eu acho uma hipocrisia ficar fazendo de conta que não existe esta divergência ideológica e técnica. Isto sim, porque para mim o silêncio é a pior das verdades. Eu prefiro colocar as minhas posições de forma como penso do que ser cínico de achar que está tudo bem. Isto aqui não é a minha casa que eu convido as visitas, eles vêm aqui para participar de um debate, para ver as disputas que têm dentro da cidade! **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para registrar o número do decreto de testes de soluções inovadoras, é o 19701/2017. Eu me coloco à disposição como interlocutora da EPTC para encaminhar demais detalhamentos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Essa questão das calçadas que o Paulo Jorge mencionou, a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, notificou nos últimos meses 16 mil proprietários, lembrando que calçada é responsabilidade privada. Infelizmente, se tem uma praxe no Brasil de não cumprir determinações. Então, cada notificação dessas gera um processo, aí a defesa, mas de fato foi feita esta iniciativa. Foram 16 mil calçadas, não é pouco. A gente tem um problema de marquises, que também tem uma fiscalização, está com a nossa secretaria e é uma pena que a gente tenha que notificar, porque deveria ser automático, quem tem uma marquise deveria estar preocupado com isso. Em relação ao projeto de lei dos parques, ele gera um debate ideológico, que na Câmara de Vereadores está bem claro isso, o PSOL, PT e PDT, que são partidos mais alinhados com ideologias de esquerda, são contra, os outros, em regra geral, são a favor. O que temos visto é muita Fake News nisso, entristece dizer que vai ter cobrança para andar de bicicleta nos parques, que vai ter cobrança para namorar no banco da praça, que vai ter cobrança para sentar na grama. Eu lembro que quando a UBER adotou o parque da orla, uma adoção fantástica, nos fez economizar R\$ 1 milhão. Respondi uma pergunta na rádio se o fiscal da UBER ia permitir, se pudesse sentar na grama. Quer dizer, são coisas que não agregam um processo sério de debate. É um processo muito simples, é um marco legal, não é uma lei que vai definir qual praça ou parque. É um marco legal, que é uma regra geral com parâmetros máximos, alguns parâmetros mínimos. Vou dar o exemplo do prazo, a regra seguindo a legislação federal é de até 35 anos. As Fake News estão dizendo que vai ser de 35 anos. Isso é Fake News, é mentira. Então, é uma desconstrução de serviço muito grande que tem sido gerado nesse processo, porque qual o critério do prazo? É o plano econômico, que vai dizer o seguinte: qual é a estimativa de tempo que vai conseguir fazer o investimento ter retorno. O investimento é de alguém que aporta recursos no espaço público e esse recurso, por óbvio, é o investimento, não é dado de caridade. O se quer com isso? Quer viabilizar, nós temos uma relação de 55 praças, queremos viabilizar praças subsidiadas na periferia da cidade, que são praças que a gente nunca conseguiu fazer nenhuma empresa se interessar para investir ali. Isso vai possibilitar que praças, por exemplo, em bairros carentes, o critério utilizado foi o índice de desenvolvimento social. Então, temos 55 praças como: santa Teresa, Cristal, Partenon, Arquipelago, Humaitá, Vila Nova, Glória, Mário Quintana, Restinga, Costa e Silva, Floresta, Santa Rosa, Santa Teresa, Vila João Pessoa, Farrapos, Sarandi, Cavalhada, Ponta Grossa, Lomba do Pinheiro, Jardim Carvalho, Jardim Sabará e Leopoldina. Essas praças relatório justamente essa função de através de um subsídio cruzado, ou seja, quando o concessionário firmar



um contrato com um parque ou praça, vai ter que sustentar a manutenção dessas praças da periferia, que só praças que em tese, não é regra, mas em tese elas têm uma redução, comparando com as praças mais centrais, do atrativo, do apelo que algum edital pudesse ser exitoso em alguma contratualização. Então, isso não tem nenhuma relação com privatização. Isso é Fake News também. O processo de subsídio cruzado é muito positivo, a prefeitura não quer e não deve receber recurso financeiro, senão depois que entra nos cofres públicos vai se esvair em despesas que não vão retornar para a área de lazer, para que com isso a gente consiga ter uma área limpa, uma área que tenha mais serviço para a população, com mais segurança, e eu me refiro às praças e parques, especificamente, que é o objeto. Hoje, para se ter uma ideia, nós gastamos aproximadamente R\$ 6,2 milhões com os parques, 9 parques, onde nós investimos não mais do que 30% do que deveríamos investir. Um orçamento mínimo deveria ser de R\$ 20 milhões para manter os parques. S praças é outra conta, muito mais complexa, nós temos 667 praças na cidade e, aproximadamente, 200 praças não urbanizadas. São praças que a gente passa na rua e não sabe que é praça, está lá uma área praticamente abandonada. Com isso a gente espera que tenha condições de licitar com todos os controles previstos na legislação, para otimizar esses recursos para que a população receba em serviços. por exemplo, o Parque da Redenção tem o Araújo Viana, o que o Araujo Viana devolve para manutenção do Parque Farroupilha,? Nada, zero, nem a grama da frente corta. É um contrato que foi feito assim. O centrinho comercial do Bom Fim, próximo ao Bric, zero, não devolve absolutamente nada para o parque. A churrascaria no Parque Harmonia, havia mais de ano que não pagava, no ano passado conseguimos resgatar R\$ 940 mil em alugueis atrasados ali, foi pago, isso vai para o Fundo Meio Ambiente e deve retornar para a manutenção das áreas verdes, porque não tem orçamento. Então, acaba o fundo suprimindo muito isso. Em relação ao Parque da Orla foi feito diferente, o restaurante, os quatro bares, o dinheiro vai para o Tesouro, porque a Secretaria da Fazenda nos vetou que o recurso voltasse para o próprio parque. Então, não há uma regra pré-estabelecida. E o processo de adoção não substitui condutas e posturas que se somam, não vai substituir nunca a concessão, porque onde nós temos 73 áreas adotadas, essas 73 áreas nos possibilita economizar 2,3 milhões por ano. Este valor a gente deixa de gastar, não é que entre. As duas maiores adoções é a UBER com a orla, R\$ 1 milhão estimado, e R\$ 500 mil do Parcão, são valores aproximados. O Parque Mascarenhas de Moraes, adotado recentemente, R\$ 250 mil aproximados. Se esses adotantes chegarem amanhã e disserem que não querem mais, não tem interesse, não tem o que fazer, acabou a adoção. E quem vai adotar? Vi adotar as áreas mais valiosas, ninguém vai pegar essas praças que eu li para vocês nesses bairros mais periféricos. Então, por isso que a gente precisa ter uma obrigação, onde quem assuma as áreas mais centrais faça um subsídio cruzado e isso vai possibilitar, então, manter com maior qualidade, que hoje a gente não gasta mais do que 30% do que deveria, manter com maior qualidade essas áreas e ainda oferecer para a população que estão nos bairros com mis índice de vulnerabilidade social uma praça que eles merecem, que é quilo que a gente gostaria de sempre, sempre, sempre fazer. Então, esse processo de que adoção substitui concessão não é verdade. Por favor, conselheiro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Por que o senhor não me deu um minutinho, tomou a palavra, o senhor é o secretário, o presidente, mas tem limites. Esta questão a gente pediu antes que viesse para a discussão. Agora o senhor está fazendo um relatório, tem muitos méritos este projeto, mas é inoportuno, está esvaziado, estamos aqui por respeito ao senhor. Quando tinha que discutir não discutiu. Isto serve para quê? Para a gente ficar



informado o nosso papel aqui é outro. Vocês dizem que a gente é mal educado, é do contra, mas a gente solicitou quando o senhor fez uma apresentação, agora que está na Câmara? Não sei se estou fora do contexto, mas perdeu a oportunidade. Isto aqui é um Conselho do Plano Diretor. Estamos representando as entidades não para escutar o senhor no fim de reunião esvaziada, principalmente com os representantes do governo. Com todo o respeito, secretário! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós tivemos o período de comunicações quatro conselheiros que se manifestaram sobre o interesse em entender melhor. Eu estou aqui de muito boa vontade explicando. Se o senhor não quer ouvir, desculpa. Tudo bem, o assunto não voltará mais de minha boca a este conselho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A questão não é o senhor falar, é que deveria ter sido feito um documento a este conselho para ser discutido. Isto não foi feito. Com todo respeito que merece a Câmara, é porque tem a maioria, se não tivesse a maioria o projeto não iria para lá. Há interesses em jogo, há grandes grupos interessados nas praças. Demoliram o orquidário! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O orquidário foi um temporal. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Deixa eu terminar! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está mal informado. Um temporal demoliu em janeiro de 2016. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Por falta de manutenção. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Caíram várias árvores em cima, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mas quem cuida dos parques, tem que observar. Tem técnicos capazes de dizer se a árvore vai cair ou não... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O maior temporal da história de Porto Alegre, só no Parque Marinha caíram mil árvores! Mil árvores! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu sei, eu moro em Porto Alegre, o senhor não vai me dizer o que acontece em Porto Alegre. O senhor é presidente do conselho ou secretário!? O senhor não poderia como presidente deste conselho, ou deveria ter se licenciado para ir defender o projeto lá. *Data vênua*, isto para mim não é legal, não é ético e não é moral. E quero e fique isto em ata. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é legal a sua postura desta forma. Discordo veementemente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O senhor pode discordar, vai estar registrado em ata e eu vou tomar providência jurídica. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** É muito desagradável isto que está acontecendo aqui. O que o Conselheiro Hermes falou tem um monte de razão. Eu sou conselheira aqui há 3 anos e nunca reivindico esse tipo de coisa. Eu sou professora há 25 anos de paisagismo e nunca fui consultada para qualquer coisa. E me dói este processo ter ido direto para a Câmara sem passar por aqui. E me dói mais ainda ver o presidente do conselho dizer que são posições de esquerditas. O fato do projeto não passar por aqui se torna uma caixa preta, que levanta todo o tipo de questão. O que existe no paisagismo internacionalmente é o fato de que praças fechadas ou espaços privatizados não rendem nada. Para vocês saberem, o Presidente Maurício certamente sabe, o Parquinho de diversões está sempre



1391 indo à falência, não ganha dinheiro nenhum. As coisas cobradas dos espaços públicos,
1392 principalmente dos países de terceiros mundo, não rendem nada! Ninguém vai pegar o
1393 ônibus na Restinga e vir para o Centro da Cidade, porque as pessoas não têm dinheiro.
1394 Segundo, trazer os exemplos de outros lugares do mundo, onde as praças foram
1395 cercadas, são cidades turísticas, não é o caso de Porto Alegre. Então, tem muitas coisas
1396 com as quais eu poderia contribuir nessa discussão. Ao não passar por aqui, ao chegar
1397 direto na Câmara de Vereadores sem termos conhecimento leva todo mundo a idear sobre
1398 o que existe ali. Então, Senhor Presidente, não acho justo o senhor começar a conversa
1399 falando dos esquerdistas. Eu sou uma técnica e dou pareceres sobre a cidade. É
1400 inadmissível esse tipo de colocação aqui dentro. Eu me sinto bastante constrangida e é
1401 inaceitável, porque não passa por aqui, não é discutido e a gente tem que escutar esse
1402 tipo de colocação. Ou seja, uma forma de invalidar a discussão técnica. **Maurício**
1403 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
1404 **Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira Livia, eu fiz um relato sobre a linha que a
1405 Câmara de Vereadores está seguindo e falei um fato, se não agradou, é um fato, não cabe
1406 fazer juízo de valor sobre os fatos que existem. A linha na Câmara de Vereadores, que eu
1407 estou vendo, são três partidos ligados á esquerda contra e os outros partidos neutros,
1408 entendendo o processo. É um fato, não é gostar ou não, não é concordar ou não, é um
1409 fato. E o projeto não traz agenda de cercamento, isto foi levantado na Câmara, o projeto
1410 não diz isso. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**
1411 **Grande do Sul – UFRGS:** Essas dúvidas não precisariam existir. Se tem partido que é
1412 contra ou a favor não interessa aqui. O que interessa é que tem questões técnicas que se
1413 pode discutir e aqui dentro não foram discutidas. Pelo adiantado da hora não tem mais
1414 condições. Vou levantar e sair. Desculpa, mas não aguento mais, estou muito cansada. Só
1415 temos que ter a certeza de uma coisa, aqui dentro eu discuto questões técnicas, nenhum
1416 parecer meu tem qualquer tipo de vertente de qualquer tipo de coisa, poderia ter, mas não
1417 tem, são técnicos. Eu gostaria de ter discutido este projeto, eu teria a contribuir, a
1418 Universidade Federal teria a contribuir. Eu e vários colegas meus consideram uma forma
1419 de passar por cima de uma entidade que está dentro do Conselho. Eu acho muito
1420 constrangedor. Estou saindo, estou exausta, não aguento mais. **Maurício Fernandes,**
1421 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
1422 Obrigado pela participação de todos. Encerrada a reunião.

1423 **TÉRMINO ÀS 22H05MIN.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2798/2019

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação do Presidente Mauricio Fernandes, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia (titular) **Metroplan**; Vaneska Paiva Henriques (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patricia Tschoepke (titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e ER Macedo (1º suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Campani (titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Vinícius Vieira de Souza (titular), **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU**; Fausto Isolan (1º suplente), **Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogerio Daal'molin (2º suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6** e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação**, Maristela Maffei (titular); **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 7**. **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **ORDEM DO DIA**; 3. **COMUNICAÇÕES**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos. Vamos dar início a nossa reunião. Como já é do conhecimento dos senhores, estamos com um vácuo na contratação da taquigrafia, mas todas as nossas reuniões estão sendo gravadas, serão enviadas aos senhores. Optamos de não colocar a deliberação da ata ainda, até porque a Patrícia está nos devendo algumas atas, conforme virem vamos pautar. Então, justifico não haver na nossa pauta aprovação de ata. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Questão de Ordem. Eu gostaria que o item comunicação passasse a ser o item 01, faz a comunicação, fica mais fácil. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Inversão de pauta. Coloco em votação quem é favorável à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

47 inversão da pauta, que se manifeste. (Contagem de votos = 06 votos). Quem é contrário?
48 (Contagem de votos = 05 votos). Eu presumo que os demais votos sejam abstenção.
49 Então, está invertida a pauta. **APROVADA A INVERSAO DE PAUTA.** Vamos para
50 Comunicações. **4. COMUNICAÇÕES. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**
51 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Senhor presidente, houve uma reunião na
52 REGIÃO 5 com o IAB, sobre o seminário de planejamento. Houve a participação da
53 comunidade, ficou acertado esse encontro para fazer o planejamento. Depois vamos
54 chamar todas as microrregiões para apresentar o trabalho das suas micros. É uma coisa
55 muito importante, que cada região monte o seu planejamento, seus projetos, seus
56 mapas. É importante que cada região tenha esse domínio. Portanto, que cada região
57 defina o que quer fazer junto com a prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e**
58 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu não
59 coloquei aqui no início, mas justifico a ausência do DEMHAB e do Conselheiro Hermes,
60 inclusive, o Conselheiro Furtado já encaminhou, dentro dos termos regimentais, a
61 declaração de voto no processo em que ele é relator. Por favor, Conselheira Maristela.
62 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria
63 de dizer que nós tivemos no sábado passado a nossa quarta oficina com o IAB, que foi
64 na Vila Vargas, no Partenon. Foi muito produtiva, com bastante participação da
65 comunidade. Lá nós temos várias Porto Alegre's, atrás dos morros, próximo da represa,
66 nós temos outra Porto Alegre, todos nós. E o resultado disso vai ser para maio, com
67 todas as regiões, nós vamos ter a participação, trabalhando com todos os delegados.
68 Desde já convido o secretário e os demais conselheiros e conselheiras para se fazerem
69 presentes. Vamos esperar o resultado de todas as oficinas que nós fizemos. Outra
70 questão que não posso deixar de trazer a vocês é que nós temos questões nas
71 comunidades e eu tenho que elogiar muito o secretário, eu sei que podem dizer que é
72 obrigação e muita gente diz, mas a gente fica tão feliz quando acontece alguma coisa,
73 que a gente festeja, Secretário. Eu até coloquei um vídeo, que é a luta de uma paineira,
74 que os moradores queriam cortar e o Secretário nos ajudou a resolver o problema, para
75 nós isso é caríssimo uma paineira. Então, registro aqui que ontem conseguimos salvar a
76 paineira. O Secretário esteve lá, conheceu a realidade. Então, sintam-se homenageados pela
77 nossa região. E, por último, registrar também que nós, preocupados com os rumos da
78 questão de inclusão, das melhorias, principalmente na nossa comunidade, nós estamos
79 preparando 74 jovens e também jovens como eu, pessoas com a minha idade, para o
80 ENEM, com professores da UFRGS, da UERGS e também da Federal da Restinga. Então,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estamos tirando do nosso bolso para fazer, mas os professores estão, gratuitamente, organizando, nós temos os gestores que fazem parte do planejamento. Então, é na João de Oliveira Remião, 4.444, de segundas às quintas-feiras, aos sábados são questões mais lúdicas, mais filosóficas, sociologia, enfim. Já que nos tiraram isso nós estamos colocando em prática. Estamos recebendo visitas, quem quiser colaborar e ver como é o nosso planejamento é só conversar comigo. No ano passado, dos 55 alunos, 15 passaram na UFRGS. Então, temos motivos para festejar. Muito obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas. A RGP. 01 também tem feito oficinas, trabalhando com a questão do plano regional, nós estamos chamando de plano popular da RGP. 01, tem sido bastante interessante a metodologia usada e também a inserção nas comunidades e nos movimentos que a região sempre tem. Isso é motivo de alegria, construir as soluções da cidade com a participação das pessoas. Ao contrário do que vem acontecendo em Porto Alegre. Infelizmente, as atitudes são tomadas por pessoas que não escutam, que se acham legitimados por um processo eleitoral, destruindo todo um processo de participação e de construção de 30 anos. É lamentável isso, mas nós não desistimos desse processo, vamos continuar lutando, buscando a solução em conjunto com as pessoas, construindo um processo que seja benéfico para todos e não para quem detém certo poder econômico nesta cidade. Lamentável o que aconteceu ontem o cais do porto, sem nenhum método, sem nenhuma consulta com a comunidade, que se reúne para festejar o projeto com duas empresas, que não se sabe de onde vêm os recursos, que não estavam desde o início do processo do Cais do Porto. É lamentável que isso aconteça, porque podem acontecer coisas muito piores na cidade. Infelizmente, nós vivemos um momento das trevas. Ao invés da cidade se modernizar, na minha modesta avaliação a cidade se mobilizará quando resolver os seus problemas e não alegar que é só falta de dinheiro. Há condições, há capacidade de endividamento da prefeitura, a prefeitura tem que trabalhar no sentido de buscar esses recursos, fazer projetos que atendam as demandas do Orçamento Participativo, porque Porto Alegre não vai ser conhecida pelo Cais do Porto, ela é conhecida pelo Orçamento Participativo, que tem 30 anos de existência. Então, quero deixar e lamento o projeto da RGP. 01. Também lamentar a forma como foi encerrada a reunião da semana passada, quando não se respeita o contraditório aqui e basta encerrar uma reunião porque não gostou do que foi colocado. Então, eu peço, Secretário, alternância na condição do processo, porque não é admissível encerrar a reunião pela terceira vez, desrespeitando o quorum que havia, porque o horário é até às



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

10 h e não 21h, nós estávamos em período de comunicações. Parabéns, Paulo Jorge, por ter conseguido a inversão de pauta, eu não consigo e isso não atrapalha o andamento dos trabalhos, apenas ajuda que seja colocado na ata o que a comunidade tem a dizer. Obrigado. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu só quero complementar um pouco a comunicação dos senhores conselheiros, sobre a questão os planos populares. Ele é desenvolvido pelo IAB, com o patrocínio do CAU, tem o apoio dos laboratórios da Cidade, da UFRGS, o escritório, é feito nos fóruns regionais e tocado pela (Inaudível). Então, é um processo interessante para a cidade e o IAB apoia essas movimentações por uma cidade mais participativa. E que chegue a todas as regiões de planejamento. Esse é um projeto que tem o seu processo e cronograma. A Clarice está encaminhando isso, ela tem muito mais informações do que eu, mas é só um complemento do apoio que damos a esse tipo de processo e projeto que busque uma cidade mais participativa. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite. Eu queria deixar registrado nas comunicações a forma grosseira que nós terminamos a reunião passada. Nós somos um conselho de representantes eleitos, com várias regiões e entidades, que aqui estão reunidos. Este é um espaço de diálogo, de conversação. Nós estamos aqui para escutar uns aos outros e acho que esse é o princípio que deve nortear. O respeito mútuo é algo muito importante, é o essencial para a nossa convivência aqui, senão não tiver isso, esse respeito mútuo a cada posição, a cada interpretação, o nosso conselho deixa de ter sentido. Nós não queremos que ele deixe de ter sentido, nós queremos que o Conselho seja uma instituição com um Fórum de debates e de conversa qualificada e respeitosa. Na semana passada tivemos momentos de insucesso, momentos de intolerância, que nós temos que evitar que ocorram. Era isso que eu tinha para falar. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu quero mencionar a fala do Felisberto e do Conselheiro Mark. Eu acho que tivemos um momento muito constrangedor. Eu acho que o respeito a cada um de nós aqui é importante, como pessoa, mas acho que esse respeito deve ser redobrado, porque cada um de nós não está representando a si mesmo. Eu estou representando a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e quando me sinto desrespeitada, acho que toda a entidade que eu represento sente isso. Eu não acho que este seja o local para a gente sentir mal estar, acho que é o local do diálogo, da conversa e de pensar sobre a cidade. Então, eu só quero registrar o desagrado pela forma como foi a reunião passada. Obrigada. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

149 Presidente, foram citadas as oficinas, eu só peço que sejam divulgadas essas oficinas,
150 para a gente ter a oportunidade de aparecer. Então, é só passar para a secretária do
151 Conselho que ela nos avisa. É uma solicitação. **Maurício Fernandes, Presidente e**
152 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante,
153 Sérgio, já que é um movimento participativo, é bom que o convite seja público. Eu quero
154 registrar essa questão do convite, eu acho a gente publicizar a todos os membros do
155 Conselho. Quero registrar também que eu tive a oportunidade de fazer uma visita ao seu
156 Adroaldo, lá na creche que ele mantém com convênio da Prefeitura. É um trabalho
157 maravilhoso, quero registrar aqui, até sugerindo que mais conselheiros tenham a
158 oportunidade de visitar, que é um trabalho como o Conselheiro Paulo Jorge faz na sua
159 região, a Conselheira Maristela também. É um trabalho com as crianças, que o Paulo
160 Jorge também está com essa atuação, é um trabalho muito gratificante, muito
161 importante. É uma creche extremamente organizada, limpa, é uma creche de
162 atendimento gratuito para a população, contratualizado com a prefeitura, a prefeitura
163 repassa o valor de R\$ 500,00 por criança e essas crianças têm o turno integral, com
164 qualidade, com alimentação. Isso nós temos na Prefeitura de Porto Alegre, mais de 100
165 casos assim e tem dado muito certo. A idade é desde o maternal ali, cada classe tem até
166 1 ano, até 2, até 3, até 4, até 5 e até 6. Então, é um trabalho que estou registrando aqui,
167 é um belíssimo trabalho que o senhor desenvolve lá e que fique registrado nos anais do
168 Conselho. Em relação à reunião passada, acabei chegando a Porto Alegre tarde, estava
169 no encontro de secretários em Florianópolis. Até optei em ir com o meu carro para não
170 ter despesa, eu não adoto diárias e nem despesas do município, a estrada estava pesada,
171 estava chovendo, enfim, mas acabei me atrasando. É a questão do apelo que eu faço,
172 que é de respeito mútuo pelos conselheiros, porque, às vezes a gente se entusiasma,
173 quem está aqui é porque tem a sua liderança, seja da comunidade, seja da instituição,
174 seja da própria prefeitura, cada um tem a sua liderança e sua parcela de contribuição,
175 defende as suas convicções, suas ideias, mas é importante saber que não estamos aqui
176 para convencer um ao outro, mas respeitar os posicionamentos. Isso é importante, às
177 vezes a gente quer sempre convencer as pessoas, mas nem todo mundo tem esse
178 desafio. Então, acredito sim que a gente não pode se afastar do respeito permanente,
179 principalmente por quem pensa diferente da gente. Isso tem que ser muito em diálogo.
180 Registro também que foi enviado a todos os conselheiros a (Inaudível) judicial.
181 Infelizmente, isso na época eu registrei, infelizmente o diálogo foi cerceado com uma
182 ação judicial, contra o decreto, em relação ao funcionamento deste Conselho. A decisão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

foi julgada em liminar, não é uma decisão definitiva, mas a liminar caiu. Então, a gente deverá voltar a cumprir o decreto, que são as reuniões à trade. Isso decorrer agora de uma decisão judicial. Infelizmente, com o advento do ajuizamento da ação a gente teve esse (Inaudível) na época. Vocês tiveram acesso, encaminhei a todos, falei pessoalmente, então, a gente deverá voltar a essa metodologia. Não tem nenhum problema, a Gabrielle enviou e certamente houve algum problema de comunicação aí, mas será reenviado. Então, finalizado o período comunicação... O Conselheiro Adroaldo chegou depois e quer fazer uso da palavra. O senhor se manifeste, 3 minutos para comunicação. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Já que o senhor falou, nós temos um que na região que geralmente não aparece, e como no meu caso, um trabalho comunitário, onde hoje atendo 220 crianças, de 0 a 6 anos (Inaudível). Então, estou fazendo uma campanha, se alguns conselheiros puderem nos visitar, para verem a importância da creche. Eu sei que às vezes a gente fala aqui, repete, parece que está pedindo alguma coisa, mas não estou pedindo nada para mim, eu quero o melhor para a comunidade. Nós temos idosos, crianças, isso é há mais de 12 anos. Então, não é uma coisa que começou semana passada, não estou sendo oportunista. Nós estamos em uma luta, e o Paulo Jorge sabe muito bem, que por conta do marco regulatório esses convênios com essas instituições de iniciativa privada, associações, clubes de mães, igrejas que outros tipos de instituições privadas, que atende crianças de 0 a 6, não é só a associação do Paulo Jorge e do Adroaldo, são mais de 200 instituições em todos os bairros. Este ano vai haver um edital aberto para qualquer instituição de educação. Então, vai haver os oportunistas que certamente vão tirar muitas entidades comunitárias dessa missão, digamos assim, de fazer um trabalho mais próximo da comunidade. E só para deixar registrado, esses funcionários das instituições são funcionários das instituições comunitárias. Isso poderá gerar desempregos e é preciso que as pessoas saibam disso, que nós vamos fazer um edital aberto, vale para 5 anos, que qualquer instituição educacional hoje, com abrangência para todo o Rio Grande do Sul. A gente quer continuar esse trabalho e é importante que todo mundo saiba que é um trabalho comunitário, não é privado, não é comercial, a gente tem um convênio com a prefeitura. Queria agradecer e estamos abertos a receber as pessoas que quiserem conhecer o nosso trabalho. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, sobre a liminar, eu queria dizer que eu terei graves problemas para estar aqui às terças-feiras. Quando eu me candidatei foi dentro de um horário e que me surpreendeu depois a alteração do horário. Eu peço que o senhor



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

217 avalie isso, que abra uma discussão neste Conselho, para que a gente não perca a
218 qualidade do debate aqui. Eu terei graves problemas, porque eu sou advogado,
219 militando e preciso trabalhar para me sustentar, se eu não trabalhar ninguém vai me
220 sustentar. Quer dizer, vou ter problema de horário. Eu acho que o senhor deve levar em
221 consideração isso e colocar um horário que possa atender a este conselho. A ação foi
222 proposta pelo MP. Claro que teve a iniciativa o questionamento por várias entidades,
223 inclusive, conselheiros. Eu sou um dos que tem também horário, porque me atinge e
224 deve atingir mais pessoas aqui, que têm problemas nos seus escritórios, nas suas
225 atividades docentes, etc. deve-se considerar isso. **Maurício Fernandes, Presidente e**
226 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu me
227 comprometo que depois podemos conversar, como eu sempre fiz, estamos abertos ao
228 diálogo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura**
229 **- AREA:** Algumas entidades entraram no Ministério Público, eu achei naquela época
230 oportuna, afinal nós estávamos em fase de conversação. Como o senhor mesmo disse,
231 eu acho que a gente já pode vivenciar como é a prática aqui e a dificuldade também.
232 Então, a gente poderia construir de alguma forma, é uma solução. Nem que seja a gente
233 continuar neste horário, a gente criar ao consensual para resolver este assunto. **Maurício**
234 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
235 **SMAMS:** Vamos entrar no Item 3.01 da pauta. Este processo está para pedido de vista
236 para cinco entidades. Eu agradeço à SMDE, na pessoa da Conselheira Patrícia, nós
237 conseguimos torná-lo digital, foi criado um processo exclusivamente aqui para o
238 Conselho e o prazo que a gente disponibilizou foi dia 18. Então, regimentalmente, não dá
239 o prazo de 07 dias de vista. Então, não sei se alguém que está com o pedido de vista
240 quer se manifestar, mas eu prorrogo a análise dele, já que não deu o tempo regimental
241 de 07 dias. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
242 **ACESSO CDH:** Só para registrar, eu pedi que a Gabrielle encaminhasse novamente,
243 porque eu não recebi vista a este processo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**
244 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou pedir para a
245 Gabrielle esclarecer. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Boa noite a
246 todos. Eu criei este SEI só para disponibilizar a todos vista ao processo. Disponibilizei a
247 todos o que me solicitaram, com prazo de 7 dias, conforme o regimento interno. Se
248 alguém não recebeu eu estou à disposição. Como era um processo físico, se a gente
249 digitaliza no próprio sistema o SEI do original, automaticamente o físico acaba sendo
250 arquivado. Então, eu criei um SEI temporário para disponibilizar acesso a vocês. Ele vai



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

251 ser excluído após todos terem vista ao processo. Só para deixar bem claro, é um SEI
252 temporário. O prazo é até o dia 25, são 7 dias corridos. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini**
253 (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Eu recebi, mas talvez
254 fosse o caso de aumentar o prazo, até terça-feira que vem, tem pessoas que não
255 receberam. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
256 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Não tem prejuízo. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva**
257 **do CMDUA:** Não tem problema, eu estendo. A todos? **Lívia Teresinha Salomão Piccinini**
258 (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Para mim não precisa
259 porque eu recebi. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
260 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Em
261 relação a esse assunto, que as pessoas quando não receberem o processo que se
262 manifestem, porque deixa, para vir na reunião para dizer que não recebeu. Então, eu
263 acho que a secretário também deveria encaminhar um WhatsApp para confirmar se a
264 pessoa recebeu ou não, para depois não chegar no dia da reunião – ah, eu não recebi;
265 mas o encaminhamento foi na semana anterior. Não é somente em relação a processo,
266 tem outras situações que acontecem também. **Maurício Fernandes, Presidente e**
267 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Emerson, é
268 importante essa tua colocação, mas assim, o processo sai de vista na reunião. Por isso
269 que eu estou anotando, porque até eu fiquei com dúvida, porque era um processo físico
270 e como cinco entidades pediram vista, o que a gente fez? E quero agradecer a Patrícia,
271 foi transformado, escaneado todo o processo. Então, por isso que no dia da reunião não
272 teve. A regra é: pediu vista na reunião, o prazo começou a contar na manhã seguinte. Eu
273 entendo que não cabe à secretaria ficar conferindo, porque tem que ser automático, aí
274 em sessão tem que corrigir. No caso, como teve este processo, teve aquele outro
275 também que a Claudete levantou que queria ter outros processos, não conseguiu
276 analisar, a gente devolveu o prazo, sem problema nenhum. Não gostaria que os
277 conselheiros ficassem esperando a gente ligar para perguntar se teve acesso. Pediu vista?
278 Tem acesso, senão vamos fazer um trabalho em duplicidade, em triplicidade até. Como
279 ele era físico teve essa divergência. E nós já conversamos aqui, inclusive, quando
280 definimos aquele acordo de sair sexta-feira à tarde e voltar segunda-feira de manhã,
281 porque vai chegar um dia que vão acabar os processos físicos. Inclusive, já conversamos
282 aqui, internamente, que quando o processo chegar no Conselho a gente já digitalizar ele.
283 Então, aos pouquinhos a gente vai resolver isso. Só faço esse registro que não aguardem
284 a gente ligar para perguntar se teve acesso, pediu vista tem acesso. Alguém quer se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

285 manifestar? Então, o 3.02, relator BAES, pedido de diligência á SMDE. Este aqui, acho que
286 foi o Campani que falou, tinha sumido da pauta, foi um erro nosso aqui, da secretaria,
287 mas ele está com a SMDE. **Patrícia Tschoepke (titular), Secretaria Municipal de**
288 **Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Na verdade, os três que estão na pauta estão em
289 diligência na SMDE, eles não retornaram ainda. Eu acabei de ratificar para a nova
290 coordenadora, coloquei como estão os processos. Assim que eu tiver uma resposta
291 retorno para vocês. Eu pedi urgência também. São o 3.02. o 3.03 e o 3. 04. **Maurício**
292 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
293 **SMAMS:** Então, o 3.02. o 3.03 e o 3. 04, todos estão com a SMDE em diligência? **Patrícia**
294 **Tschoepke (titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Os
295 dois primeiros são sobre traçado viário. E é uma questão interna na própria
296 coordenação, que equipe tem que responder. E o 3.04 talvez demore mais um pouco,
297 porque como tem esses processos físicos, esses processos têm que vir e estão
298 demorando um pouco. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
299 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:**
300 **Secretário,** o 3.04 não foi solicitado diligência, só informações de SEI que estão dentro do
301 processo. São informações. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
302 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, este é aquele? Não é
303 diligência. **Patrícia Tschoepke (titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento**
304 **Econômico – SMDE:** Mas essas informações, igual, estamos providenciando. Então, vai
305 demorar um pouquinho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
306 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Emerson, pela observação.
307 **Patrícia,** obrigado por esclarecer. O 3.02, alguém quer se manifestar? **Darci Barnech**
308 **Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental –**
309 **ABES/RS:** Só para deixar claro, a secretaria já me respondeu, não tem vista para a ABES,
310 mas a secretaria já me respondeu que está tudo certo., é só para deixar claro. **Maurício**
311 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
312 **SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Aos pouquinhos a gente vai se organizando com a
313 Gabrielle, que tem se dedicado a prestar um serviço de qualidade a todos os senhores. O
314 Item 3.03 está em diligência. Alguém quer se manifestar? O DEMHAB pediu que votasse
315 este processo, mas não há como. O Item 3.04, o relator é o OP, que foi este que falamos
316 agora sobre o pedido de vista, está em análise. O 3.05, RGP. 01, para relato. **Felisberto**
317 **Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, *data*
318 *vênia*, com todo o respeito, salvo melhor juízo, eu recebi o processo que solicitei hoje, dia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

319 23. Então, tenho o direito de 7 dias. Presidente, como se trata de solo criado, a RGP. 01
320 está pedindo para que venham apresentar a nova lei, porque a gente tenha
321 conhecimento do que foi assinado na quarta-feira passada. Então, solicito ao Secretário,
322 antes do meu parecer, eu gostaria que viessem a este Conselho, porque alguns
323 processos que eu solicitei, dei uma olhada em um, trata-se de um processo justamente
324 na feitura da nova lei. Então, é importante isso, que o Conselho se apodere da discussão,
325 porque foi uma discussão do Conselho anterior e muitos aqui são novos, não
326 participaram da discussão. Então, peço que o Secretário possa apurar esse assunto e
327 retirar da pauta este processo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**
328 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, faço o registro da sua
329 colocação, eu não tinha percebido que o senhor solicitou mais acesso a informações.
330 Então, a gente coloca em votação, por aclamação, a prorrogação de prazo, sem
331 problema nenhum. Eu não tinha ciência dessa informação. Sobre o pedido de pauta, sim,
332 a gente já ia sugerir isso, para qualidade do Município vir aqui. Para quem não sabe, foi
333 sancionada a lei municipal de médio adensamento, que é aquela quantidade de solo
334 criado até mil metros, que na aprovação do projeto já faz aquisição, não precisa envolver
335 leilão anual, enfim. Com certeza, pela primeira vez se coloca o solo criado como deve ser,
336 em planejamento urbano. Nós tivemos, a exemplo das obras da Copa do Mundo, vimos
337 solo criado ser aplicado em diversas obras, como estrutura urbana, mas outras em ações
338 diretas. O Prefeito Marchezan não abriu mão disso e que o Estatuto da Cidade seja
339 observado nesse ponto. Eu já ia sugerir isso, justamente pela legitimidade do tema,
340 provavelmente, venha o Dr. Germano, que já esteve aqui neste Conselho, que foi um dos
341 relatores junto com a Secretaria, junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que
342 é quem libera isso na ponta, na aprovação. Foi um trabalho conjunto, consensuado
343 dentro da prefeitura e que entendemos como um grande avanço. O mais difícil foi
344 convencer a Secretaria da Fazenda, mas deu certo. Acho que o planejamento da cidade
345 ganha muito com isso. Conselheiro Felisberto, eu vou colocar em votação por aclamação
346 a prorrogação de prazo, só é importante que a gente não vincule uma pauta a outra,
347 porque nós temos que atender o processo. Então, quem é contrário à prorrogação de
348 prazo, por favor se manifeste. Então, fica prorrogado o prazo para a próxima reunião,
349 para apresentar o relator da RGP. 01. Falta um? Então, a partir do processo que falta o
350 senhor terá 7 dias para se manifestar. Fica assegurado esse prazo. O 3.06, relator
351 **ACESSO. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
352 **ACESSO CDH:** Na verdade, Secretário, o colega suplente da ACESSO, na sessão passada,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

353 onde foi distribuído o processo, ele colocou que queria, conforme regimento, que fosse
354 distribuído nesta sessão. Eu até conversei esta tarde com a Gabrielle colocando essa
355 questão, que embora tenha sido disponibilizado nós consideramos, conforme o
356 regimento, a distribuição na data de hoje. Então, é para a semana que vem. **Maurício**
357 **Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
358 **SMAMS:** O regimento diz isso? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
359 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu não li, eu não conheço isso também, desculpa. É
360 uma descrição, a entrega de um processo para a pessoa. Se a pessoa não quer receber o
361 processo. Eu estava sentado ao lado dele e comentei: “Acho que tem que receber,
362 vocês se reúnam” . Tem a dificuldade, porque às vezes a prefeitura pode entregar um
363 processo no meio da semana, o processo não precisa ser entregue aqui. Eu já recebi, se
364 tiver um motoboy entregam. Eu não conheço isso de não receber processo. Não aceitar
365 processo eu acho estranho, o que pode é não receber na sessão. **Maurício Fernandes,**
366 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
367 Não tem problema a gente prorrogar o prazo, mas é importante esclarecer isso. As
368 reuniões eram quinzenais, mas a ideia era distribuir os processos da forma que o Sérgio
369 falou. O que não cabe é a gente se negar a receber um processo. Então, o que ficou...
370 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:**
371 Não é uma negativa, Secretário, é uma faculdade, na verdade. **Maurício Fernandes,**
372 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
373 Deixe eu concluir a minha manifestação. Era uma possibilidade que a gente deixou, se
374 fosse para ser entregue durante a semana, uma quarta, uma quinta, sexta, que o
375 conselheiro pudesse dizer, como o Conselheiro Felisberto fez com o processo que ele
376 estava do solo criado: o processo está aqui para relator, estou distribuindo, eu pego na
377 sessão, na r, isso é feito. Agora de uma reunião para a outra, isso eu desconheço. Eu vou
378 colocar em votação a prorrogação de prazo, porque o prazo se esgotou. **Claudete Aires**
379 **Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se é prorrogação
380 de prazo, Secretaria, então, o prazo deveria contar a partir do momento que foi
381 disponibilizado e se não foi disponibilizado há 7 dias o prazo ainda não venceu. Não
382 vamos polemizar, se o Secretário quiser fazer uma interpretação a seu mo, então, a
383 gente coloca a apreciação para a próxima sessão. **Maurício Fernandes, Presidente e**
384 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira,
385 não é uma interpretação pessoalizada ao meu modo. Não há no regimento distribuição
386 de uma sessão para a outra ou em nenhum momento o conselheiro pode se negar a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

receber um processo. A gente está aqui com húmus público, em uma função pública a ser exercida. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Com certeza, Secretário, mas se não foi disponibilizado na data, foi disponibilizado depois, são 7 dias. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Quem é contrário que se manifeste, quem é favorável permaneça a como está. Então, prorrogada a análise. Sem mais pontos de pauta a serem vencidos. Eu vou encerrar a reunião e fico aqui à disposição se alguém quiser se manifestação. Está encerrada, agradeço a presença de todos.
(Encerra-se às 19h40min).

Mauricio Fernandes
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2804/2019

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas a primeira chamada e às dezesseis horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes, Vice-Presidente e Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA**. **DEMAIS PARTICIPANTES**: Alice de Oliveira Martins, **Ocupação Baronesa do Gravataí**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2796/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h36min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Conselheiros, boa tarde. Eu fiquei sabendo agora no caminho, o Secretário pediu para eu abrir, mas eu acredito que ele esteja a caminho, espero. Então: 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2796/2019**. Manifestação sobre a ata? **Felisberto Seabra Luisi** (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**: Na ata consta que tem um delegado da RGP. 1 Fernando Ariel. Não é Fernando Ariel, é Fernando Barti. **Luiz Antônio Marques Gomes** (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Fazer aquela correção ao final da ata. **Claudete Aires Simas** (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: A ACESSO e Cidadania gostaria de ratificar a ilegalidade que a gente vem fazendo por não dar a observância ao princípio da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

continuidade das atas. Segundo, eu gostaria de manifestar e questionar por que foi suprimido da ata a fala dos conselheiros na linha 966, quando foi feita a votação. Terceiro, já que nós vamos ter interpretação daquilo que deve ou não constar nas atas eu solicito que nos seja disponibilizado os áudios. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os áudios estão sempre à disposição para qualquer conselheiro, é só solicitar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou solicitando que seja enviado toda vez junto com a ata e que a gente não precise requerer, Presidente em exercício. E solicito a justificativa de porque foram retiradas as falas, suprimidas da ata. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não foi suprimido, só um minutinho. (Conferência na ata). Então, vamos fazer assim, como encaminhamento, temos diversas atas que faltam votar, vamos deixar esta para a próxima reunião com o devido esclarecimento que foi levantado pela conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** ode ser encaminhado o áudio, então, Presidente em exercício? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tecnicamente, vou consultar o pessoal, porque é um arquivo extremamente pesado. Tu tens que vir aqui e trazer um pendrive. Os áudios que eu pego, e são diversos, eu venho aqui e copio no pendrive. Ele é muito pesado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já forneço agora se for o caso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Conselheiros, vamos, então, para: **3. ORDEM DO DIA.** Conselheira Claudete, igual nós vamos votar na próxima, é na linha 966, onde estão todos os votos, todos eles explicitados. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Exatamente, estão todos os votos e foram suprimidas as falas, foi este o meu questionamento, Presidente em exercício. Nós fizemos declarações de voto, até para os autos eles têm que ser escritos, mas para a ata tem que ser retirada. Nós temos várias manifestações de voto que foram suprimidas. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais um bom motivo para fazer a revisão e vai constar. Conselheiros, o **ITEM 3.01. EXPEDIENTE: 18.0.000120309-2. INTERESSADO: UVE-SMURB. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário, ajuste de traçado viário, ajuste nos limites das subunidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. RELATOR: ABES/RS. Prazo para relatório: 12/02/2019. Pedido de diligência à SMDE em 12/04/2019. Processos relacionados: 18.0.000083859-0 e 002.070719.14.4. Aguardando retorno da SMDE.** A SMDE tem notícias? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Em relação ao processo do Item 3.01, que trata do desgravame de traçado Viário, ajuste de traçado viário, ajuste nos limites das subunidades. A gente trouxe mais uma informação para ser anexado ao processo, respondendo ao pedido de diligência. Então, eu vou ler o relato elaborado pela UVE na SMDE: (Leitura de relato). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Darci, está com a ABES o relato? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho que receber o processo de volta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, tu vais receber. É um processo eletrônico. O básico tu debes ter recebido, o original. Não te passou? Então, tem que disponibilizar para o Darci, juntamente com a manifestação da SMDE. Correto? É isso aí, para na próxima reunião, e for o caso fazer... Vista só depois do relato, da apreciação do relator. (Manifestação fora do microfone). Ok, 7 prorrogado se for



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

necessário. Ok, então. O **ITEM 3.02. EXPEDIENTE: 18.0.000136847-4. INTERESSADO: Obraprima Incorporações e Construções Ltda. ASSUNTO: Ajuste de gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro, desgravame de área verde, ajuste nos limites das subunidades 01 e 03 na UEU 110 da macrozona. LOCAL: Alameda Emiliano, 168. RELATOR: ACESSO. ENCAMINHAMENTOS: Distribuído para relator em 16/04/2016. Prazo para relatório: 23/04/2019. Prazo prorrogado para relato 30/04/2019. Apresentar relato em 07/05/2019. Juntada do parecer da relatora: parecer contrário (07/05/2019). Pedido de vista: SMDE, RGP. 01 e 06, EPTC, SENGE, OP, ÁREA (disponibilizado em 07/05/2019). Prazo estendido para apresentar relato de vista 04/06/2019.** Por favor, conselheira. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Justamente, conselheiros e conselheiras, no intuito de contribuir para maior compreensão e entendimento deste Conselho, a respeito da proposta em tela, eu convidei a colega Engenheira Marina Bergamasch para relatar este processo aos conselheiros, visto que ela está estudando este assunto, ela tem bastante propriedade e subsídios para esclarecer eventuais dúvidas. Então, vou passar a palavra para a Engenheira Marina. **Marina Bergamasch, Engenheira/SMDE:** Boa tarde! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Alguma Questão de Ordem? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sim, é uma Questão de Ordem, porque, na verdade, o parecer de vista, e eu já havia questionado na sessão passada, não deixa de ser um parecer de vista. Pedido de diligência e oitiva de uma arquiteta, mesmo que venha para esclarecer, a gente não pode fingir que não temos procedimentos para serem cumpridos, ou a gente cumpre conforme a gente quer e quando bem entende, porque é isto que acontece neste Conselho. Na verdade, eu fico flexibilizando os procedimentos e alterando as formas de condução. Então, a oitiva de uma pessoa é diligência. Esta é uma Questão de Ordem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A conselheira não concorda que haja um esclarecimento vindo de uma secretaria? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A conselheira está questionando a ilegalidade dos procedimentos que estão sendo adotados, não com relação à apresentação. Eu não vejo nenhum problema virem esclarecimentos. Pena que o Conselho e a mesa, na verdade, quando preside, não tem o mesmo interesse em dirigir, em dirimir as dúvidas quando seguinte questiona a questão de ruído, a questão de segurança, a questão de saúde, mas a gente tem uma flexibilidade toda para adotar procedimentos diferenciados quando parece que é de interesse do governo. O procedimento é irregular, Presidente em exercício. O procedimento é irregular. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Este regular ou não regular é uma questão que a gente até pode discutir no foro mais adequado. Talvez fazermos uma consulta à PGM, porque a senhora insiste sempre, sempre, sempre nas “irregularidades”, nas “barbaridades” que o Conselho comete contra a sua pessoa e suas posições. Então, eu sugiro que a senhora faça um ato formal para nós encaminharmos à PGM, por exemplo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Conselheiro, é só ler o regimento. Estou invocando apenas o regimento, eu não preciso formalizar nada, porque o registro em ata já é uma formalização. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós estamos repetindo toda a reunião que a senhora está a mesma conversa. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**



Direitos Humanos - ACESSO CDH: Talvez porque toda a reunião que a gente esteja o regimento é cumprido só quando interessa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A Conselheira Gisele vai fazer o relato, então. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Então, e o Expediente Único 002.321962003. É uma minuta de resolução para alteração de traçado da Rua Cajujá e ajuste nos limites da subunidade 01 e 03 da UEU 110, Macrozona 03. (Leitura do histórico do processo). “Opinamos pela aprovação da minuta de resolução”. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheira. Manifestações? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu só gostaria que a Conselheira Gisele me indicasse quais as páginas do processo ela retirou essas informações. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Desculpa, conselheira. Não escutei. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** De quais páginas do processo tu tiraste essas informações? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Dos expedientes únicos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, na verdade, foram vistos outros expedientes? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Exatamente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É isto e acham que a Claudete está questionando toda sessão. Então, a conselheira relatora do processo não tem vista aos outros expedientes, não tem informação e tem que fazer o relato totalmente precário, com 34 páginas. O parecer de vista, sem diligência, sem encaminhamento, é feito vista e diligências a outros expedientes. É isto que eu me refiro que, constantemente, nós estamos ferindo a legalidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Claudete, objetivamente, tu queres solicitar o acesso a esses processos? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Conselheiro, não é uma questão de solicitar, é uma questão que eu venho aqui denunciando, e esta é a palavra, que é a falta de isonomia e o abuso de poder da mesa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A mesa está disponibilizando a você a opção... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Se há uma diligência... Então, o encaminhamento que seja retornado ao relator e que seja disponibilizado vista a todos os expedientes para que o relator também possa formar o seu convencimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Estamos colocando à disposição, se tu queres ou não queres. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Agradeço! **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Conselheira Claudete, só para te esclarecer, não é uma questão... É que quando foi feita essa primeira proposta, ela não foi feita verificando as situações anteriores. E a gente com vistoria no local pode constatar essa questão da rua star asfaltada. Então, nem consta em expediente nenhum, foi uma visita ao local que propiciou essa conclusão. E a verificação do Colégio Anchieta, também acredito que isso não precise ter um expediente para se ver que tem um portão do colégio em frente a um gravame de área verde que está asfaltado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vão ser disponibilizados, então, esses novos elementos e abrimos mais uma semana de prazo para a relatora. Ok?



Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Causa-me estranheza que tem uma rua asfaltada e não tem nenhum conhecimento por parte da prefeitura. Muitas vezes para obras do Orçamento Participativo há uma exigência imensa. Uma obra na frente de um colégio, talvez seja porque é um colégio de um nível de classe alta, fazem barbaridades e se endossa esses erros crassos. É lamentável o relato. Este é o primeiro aspecto. O segundo aspecto é que a RGP. 01 pediu vista e continuo requerendo vista. Quero ter acesso também ao parecer, quero analisar com muito cuidado nisso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vista à SMDE, à RGP. 01, 06, EPTC, SENGE, OP e ÁREA. Todos esses terão acesso a todos os documentos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Tenho uma dúvida, é uma questão de conhecimento só para entender o que vai acontecer de agora em diante. Primeiro, um esclarecimento para a Claudete, a Gisele. Eu não sei se aqui nós temos que ficar olhando todos os processos, talvez, não sei se na justificativa que vem do traçado, geralmente eles fazem uma justificativa e está embasado. Pode nesse processo onde ela pediu vista ter verificado alguma coisa e deveria estar. O que acontece processualmente aqui é que todo mundo vai falar sua vista, o processo volta para ti, tu pode continuar fazendo o relato no mesmo dia ou não no mesmo dia. Então, essas vista que as pessoas vão se colocar, como quando alguma região pede vista e coloca uma observação ou alguma demanda, o relator depois recebe isso aí, depois pode em outro momento fazer o seu relato. O que eu queria entender, agora é uma questão de organização processual, quem tem pedido de vista, nós ouvimos uma vista aqui. Eu acho que hoje tem que terminar de dar as vista para quem pediu, porque hoje era o prazo de todo mundo. Está entendendo? Então, tem que ver quem mais tem vista aqui e continuar a terminar. Até para a relatora receber o processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sérgio, pelo entendimento surgiu um elemento novo, importante e relatado. Primeiro deve ser disponibilizado para a relatora, o relator fazendo o seu relato, se for o caso abre o prazo para mais uma semana de vista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas o que vai acontecer? Cada vez que cada um vai dar um relato pode ter uma novidade. Eu não vejo por que todos não fazem hoje o seu relato, aí vai para o relator. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sérgio, neste caso houve elementos importantes que devem ser disponibilizados. Nós não estamos fazendo isso todo dia, toda hora. É um caso bem específico, eu acho que vai esclarecer o processo e vai ficar tudo muito claro como tem que ser. Eu não vejo problema de ser mais uma ou duas semanas, uma semana para a relatora, mais uma semana se for o caso para as vista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, não é uma questão de mais uma semana ou não, não sei se eu estou conseguindo ser claro. Pode a relatora ou qualquer pessoa, mesmo tendo o seu parecer, mudar seu parecer, ouvir as opiniões de todos e ir se esclarecendo. Então, a Claudete pode mudar a opinião dela com esses esclarecimentos, mas ela também pode mudar a sua opinião ouvindo de repente as outras vista. É isto que estou dizendo, todo mundo tem que dar suas vista. Não quer dizer que por causa de uma vista que vamos mudar o relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Surgiu um fato novo, importante, está disponibilizado agora. Este processo não constava na relação ali de expedientes. É justo e simples. Todo mundo vai ter acesso a essas informações agora para ver se altera alguma coisa. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Então, quem pediu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vista vai ter acesso? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Todos. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu acho que como teve aquele outro processo da Monte Cristo, que teve vários expedientes e foram solicitados, até para dirimir as dúvidas e os assuntos. Claro, o objeto é em relação a este ajuste do traçado viário, mas tem alguns elementos que foram apontados hoje, que quem faz o relato tem que se preocupar sim em buscar informações relevantes a todos os processos que são citados dentro do objeto. Daí eu acho que faltou um pouquinho da relatora em buscar essas informações, porque a gente já poderia ter essas informações até o momento. Eu pedi vista em cima do objeto e não me preocupei em buscar outras informações. A relatora tem que se ater nesse ponto. Eu acho que foi um ato também deselegante da nossa relatora aqui com a secretaria que veio com a maior disposição trazer a informação. Eu acho que não teria problema nenhum da convidada fazer o relato, porque a gente sabe que muitas vezes vem até os empreendedores fazer apresentações aqui de propostas e projetos. Então, temos que ter o cuidado em não ser deselegante com as pessoas que vêm participar do nosso conselho. Concordo na questão de pedir mais um prazo para trazer essas ovas informações, para que ninguém tenha dúvida do que está relatando ou pedindo vista. Sérgio, eu tenho o relato pronto aqui, poderia relatar a minha vista, mas dentro desta nova conjuntura também acompanho a prorrogação de prazo para que venham essas informações para atender. (Manifestação fora do microfone). Eu acredito que não vai mudar, mas vai embasar com mais informações. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Então, vamos para o próximo expediente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Gostaria só de registrar, conselheiro, para que não fique assim a questão. Eu não estou questionando a presença de ninguém e volto a ratificar, eu estou questionando que nós temos um regimento interno e ele não está sendo cumprido. Aí nós começamos com essas anomalias procedimentais. Seria bem simples e posso pedir diligência se for o caso, porque isto compete ao relator. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu gostaria que a senhora apontasse onde não está sendo atendido. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu também concordo, eu acho que o conselheiro tem o direito de questionar qualquer presença que venha aqui, mesmo que seja para dar informação. O papel do conselheiro é este. Ninguém vai se sentir deselegante por ser indagado, porque tem que seguir o regimento. É uma questão regimental e muitas vezes o conselheiro aqui é desrespeitado. E não tem a mesma atitude por parte do conselheiro. E muitos conselheiros aqui já foram desrespeitado, inclusive, (Inaudível) reuniões. Então, a gente tem que ter respeito com os conselheiros. Respeito a servidora pública, não tem o menor problema, é importante ouvir o relato, mas não questionar o pedido de um conselheira, eu acho que é falta de respeito com a conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Artigo 10, parágrafo único, Presidente em exercício, que diz: “Somente serão aceitos pedidos de diligências devendo ser autorizados pela maioria do plenário”. Esta regra eu tenho certeza que se eu trouxesse alguém para falar aqui no plenário para discutir um caso que eu entendesse que fosse de interesse não seria aceito e a primeira que seria apresentado seria o regimento interno. Então, eu só estou pedindo que o tratamento e o regimento seja cumprido, ou ele vale, ou ele não vale. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Houve situações que o



empreendedor sentou aqui ao lado do presidente e se colocou à disposição, durante a discussão do processo fez alguns esclarecimentos que foram necessários. Eu achei que foi deselegante com a funcionária pública que se dispôs, veio aqui para fazer um esclarecimento, que em nada iria prejudicar, ao contrário, ia engrandecer o conhecimento sobre o processo. está encerrada esta discussão, poderemos voltar depois... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não terei problema em procurá-la e consultá-la, Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que na hora das comunicações poderemos abrir uma pauta sobre isso. Nós temos só mais dois itens de pauta, aí vamos fazer um bela discussão, se acharem interessante, nas comunicações, teremos muito tempo para fazer isso. Então, vamos para o 3.03. É o expediente 002.320448.00.0 e o interessado é para glorioso”Sport Club Internacional. **3.03. EXPEDIENTE: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891. RELATOR: RGP. Distribuído em 27/05/2019. Prazo para relato: 04/06/2019. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, pedimos mais uma semana. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O relator pede mais uma semana. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu peço que os colorados se abstenha, de votar este processo. por uma questão de ética. Brincadeira! (Risos/descontração). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que o Felisberto está querendo prejudicar o Internacional. Então, os conselheiros que concordam com mais uma semana de prorrogação para o Conselheiro Adroaldo, por favor, que se manifestem. (Contagem de votos = 18 votos). **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE RELATO. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, só para esclarecer, é a primeira semana, não é mais uma. Este processo foi distribuído na última reunião. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Corrigido. Justo e perfeito, meu conselheiro. A taquígrafa se nega a taquigrafar o “glorioso”. (Risos). Pode retirar. **3.04. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre. ASSUNTO: Valores do solo criado. LOCAL: Município de Porto Alegre. RELATOR: AREA. Distribuído em 30/05/2019. Prazo para relato: 06/06/2019. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Primeiro um esclarecimento, eu vou ver como encaminhar, a ÁREA é um nome jurídico, como fazemos parte de uma associação nacional se chama ASBEA. Então, talvez diria que é um nome fantasia, mas não é bem isso. Nós temos um contrato de poder usar este nome para pertencer a esta associação nacional. Eu pediria nas próximas vezes para colocar ASBEA. Eu trago este contrato, porque este é o nome que a maioria das pessoas nos conhece, como ASBEA e não como ÁREA. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Como foi apresentado por ocasião da eleição? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É ÁREA. Eu vou trazer para mostrar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, é ÁREA. Traz o contrato. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou trazer o contrato para esclarecer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Aí o presidente toma uma decisão. Ok. Por favor, a respeito do processo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**



Escritórios de Arquitetura - AREA: Sobre o processo, eu recebi ele na quinta-feira, não tenho a obrigação de hoje fazer o relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vai vir para a próxima reunião, então. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É como o Adroaldo, não estou pedindo prazo, eu não tenho nem obrigação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim, é regimental. 4. COMUNICAÇÕES. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. A pessoa que viria no início da reunião chegou no desenrolar da reunião, que é da ocupação da Baronesa. Eu queria pedir que ela pudesse fazer o relato das pressões que as pessoas estão sofrendo por parte do município em uma área pública, abandonada, suja e que eles estão dando o exemplo de trabalho coletivo. Então, a Alice está aqui e eu gostaria que este Conselho permitisse que ela falasse. Então, obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu encaminho daqui a pouquinho, Felisberto. Antes eu quero registrar a justificativa de ausência do Hermes, do Sindicato dos Arquitetos, que também faz uma observação, que o horário de funcionamento do Conselho inviabiliza a presença dos suplentes. Então, ele está vendo para indicar novos suplentes que tenham compatibilidade para comparecerem nesses horários. Registrado. Conselheiros, essa que o Felisberto está colocando, pedido espaço para o movimento da Baronesa do Gravataí, eu dependo da aprovação do conjunto dos conselheiros, porque ele está extemporâneo, está deslocado em relação ao temo que nós temos aqui para fazer os anúncios. Eu acho que não há problema nenhum se colocar em votação e os colegas conselheiros concordarem, se concordarem eu sugiro dar um espaço de 5 minutos para a manifestação desse movimento. Algum conselheiro quer se manifestar sobre? Se ninguém se manifesta eu coloco em votação se aprovam ou não. Então, conselheiros, quem concorda que a comunidade se manifeste, por favor, levante a mão. (Contagem de votos = 16 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). Contrários à manifestação? (Contagem de votos = 02 votos). APROVADA A MANIFESTAÇÃO. Venha aqui na frente, por favor. **Alice de Oliveira Martins, Ocupação Baronesa do Gravataí:** Boa tarde a todos. Desculpa pelo atraso, mas eu estava em outra reunião, porque como vocês estão sabendo nós estamos sofrendo pressão do Município de Porto Alegre para que a gente desocupe a área. Essa ocupação nasceu no dia 28/03, sendo um imóvel da prefeitura que está em estado de extremo abandono há mais de 10 anos. Então, a gente resolveu se organizar com as famílias e ocupar este espaço, exigindo que ele cumpra a sua função social no território, na área do centro. A partir do dia 08/05 a gente começa a sofrer com pressões do município, que quer que desocupe. Então, eles nos abordam sem nenhuma notificação judicial, inclusive, tem um senhor que se diz procurador geral do patrimônio do município, porque chega o dia 08/05 nos borda e fiz que vai nos tirar de lá porque aquele espaço é da prefeitura. Depois vem uma reintegração de posse também, uma liminar de reintegração de posse sem nenhuma reunião de protocolo, simplesmente sem nós termos sido informados. O que está acontecendo ali? Antes ninguém enxergava, todo mundo passava por aquele espaço, via como estava, abandonada, a vizinhança protocolando documentos, relatórios, queria que fossem ver, porque tinha muita infestação de ratos, mosquitos da dengues, enfim, o que acontece quando as coisas estão abandonadas. E apresentar desse momento que a gente ocupa e eles começam a ver movimentação a gente começa a sofrer essas abordagens bem violentas e sem nenhuma notificação judicial. A gente tem notificado isso com vários companheiros. O Felisberto é um companheiro nosso da Ocupa que está com o restante de alguns aqui que compõem



também nos auxiliando muito. E seguinte vai continuar naquele espaço, a reintegração de posse está marcada sexta-feira, só que não é justo o que eles querem fazer, porque nós entramos nesta área, revitalizamos, inclusive a segurança do entorno da Baronesa, a vizinhança acolheu essa comunidade que passou a residir ali. É na Baronesa do Gravataí o número começa no 640, são 6 sobrados, e vai até o 688. A comunidade abraçou as pessoas, os apoiadores, estamos lá para fazer esta luta e nós vamos continuar. Com certeza, na sexta-feira não vamos sair de lá, estamos fazendo todo o possível para que a ocupação continue lá. Eu até vou colocar algumas fotos a mais no grupo, Felis, se me permitirem, para o pessoal acompanhar. O que está acontecendo lá neste momento enquanto eu estou aqui, o pessoal está revitalizando toda a fachada da frente, porque em princípio a gente tinha se preocupado em revitalizar os espaços internos para poder estar ocupando. Então, agora essa preocupação de revitalizar a frente. Eu até convido, quem sair daqui da reunião e quiser passar ali na ocupação, é bem vindo, até para acompanhar o que está acontecendo no dia de hoje. É isso, é resistência e luta, nós vamos continuar nesse espaço sim, nesse território do Centro. O que eles querem? Querem que a periferia não esteja no Centro, não ocupe o Centro, mas a Ocupação Baronesa vai resistir, vai continuar lá. Eu agradeço o espaço. Obrigada. (Aplausos). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Alice. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, espaço de Comunicações. O primeiro inscrito é o Conselheiro Sérgio. **4. COMUNICAÇÕES. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Ainda sobre aquele processo que estávamos falando, até queria comentar com a Claudete. Claudete, tu tinhas comentado essa irregularidade na reunião passada, sobre ser diligência ou não ser diligência. Eu entendo a tua preocupação, mas no instante em que foi vencido na reunião passada, não adianta, Claudete, senão toda reunião fica assim, fica um clima tenso, é isso que eu quero dizer, é a minha opinião particular. (Manifestação fora do microfone). Só um pouquinho, deixa eu terminar. Então, eu acho assim, como a gente passou isso, senão a gente fica de novo... (Falas concomitantes). Então, eu acho que as reuniões ficam tensas. Eu sei que tu tens toda essa preocupação regimental, que em vários momentos tu comentas isso, mas, na minha opinião, ele foi ultrapassado. E a questão de trazer uma pessoa para fazer um esclarecimento, eu lembro que da outra vez estava aí o Patrick, porque a representante da SMDE não tem a obrigação de saber de todos os processos, ela se auxiliou de uma pessoa que poderia ter mais conhecimento. Aí são duas coisas separadas, eu quero separar os dois aspectos. Então, por que a pessoa está aqui? Porque eu acho que a pessoa tem direitos, como se fosse aqui na EPTC, que não sei exatamente qual é a tua área, mas se tivesse outra área da EPTC e quer trazer alguém, é uma questão de esclarecer aqui. Ouviu, Felisberto, não é uma questão assim. Uma vez estava o Patrick aqui, que estava à disposição. Então, não vejo nenhum inconveniente qualquer pessoa que é (Inaudível), que está representando várias pessoas ou vários setores dentro do município, trazer qualidade. Eu não vejo nenhum problema nisso e aí pedir a colaboração, para que essas coisas de alguma forma não fiquem... Senão ficam muito desgastantes essas coisas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** APARTE. Primeiro, eu ia te perguntar, Sérgio, tu estás me sugerindo que eu feche os olhos em relação às questões de ilegalidades já porque foi vencido em uma votação? Embora que eu entenda irregular tu estás me sugerindo que eu feche. E eu não tenho problema nenhum que sejam trazidas pessoas para esclarecimento. Tu não estavas no dia, era o Jesus, no dia que eu apresentei o relato, eu disse que não tenho nada a opor



com relação a esse expediente, mas as informações que eles têm não me visualizavam chegar ao resultado favorável. Na verdade, o que se pretende conseguir aqui. Se me for garantida a mesma isonomia que é dada para os outros conselheiros de trazer alguém aqui para prestar esclarecimentos, eu não vejo problema. O que nós não podemos permitir aqui é que a gente tenha tratamento diferenciado. **Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa tarde a todos. Eu queria fazer uma reflexão e colocar rapidinho aqui, porque eu tenho que sair por motivo de saúde na família. A Alice fez uma colocação sobre a ocupação, onde tem 10 famílias, estão desde março e muito rápido estão agilizando para retirarem vocês dali. Ao mesmo tempo, tem 360 famílias que não tem a sua moradia própria, mas respeitaram todo um processo de construção, onde entraram pelo Minha Casa Minha Vida. Estão lá na Juca Batista 360 apartamentos prontos desde dezembro e até hoje não foi liberado o Habite-se. Talvez se houvesse uma consciência de fazer uma força tarefa para essas famílias que estão organizadas, passaram todo o processo que os órgãos solicitaram, cumpriram todas as demandas e estão em vários lugares de Porto Alegre aguardado, porque de repente há uma mobilização muito rápida para remover 10 famílias de um local que estava abandonado. Então, é só isso, como que nós podemos formar algum tipo de movimentação para que essas coisas não aconteçam? Tem Habite-se, foi encaminhado dia 10/01/2019, até hoje não tem uma solução. É isso que eu queria deixar registrado e pedir licença, porque eu estou saindo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Conselheiro Darci Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha intervenção era sobre o Cais do Porto, mas não tem como não entrar na discussão que a Claudete nos trás. Nós temos que lembrar que teve um grupo que se reuniu neste Conselho e propôs outro regimento interno, que foi rejeitado pela maioria deste conselho. Um dia desses eu estava em uma reunião aqui, um conselheiro que votou a favor dessa outra redação, que é a que está em vigor hoje – Ah, não, mas não pode isso! Não, não pode! A pessoa se esqueceu que há alguns dias tinha votado no regimento que está em vigor hoje. Então, houve uma proposta de refazer os estatutos em cima da experiência que a gente já tinha alguma coisa de discussão aqui dentro. E, realmente, fica um pouco constrangedor processos – Ah, este pode! Ah, este aqui não pode! Então, não vou ser tão enfático como a Claudete foi, em termos de ilegalidade, mas a adaptabilidade de interpretação do regimento é complicado, é algo que se eu tenho uma personalidade, se eu fosse advogado, se eu fosse jurista e estivesse aqui, a cada vez que eu visse uma irregularidade teria que apontar, assim como se eu sou arquiteto e vejo uma irregularidade em um processo na parte arquitetônica, tenho que apontar. Eu gostaria de me ater na questão do Cais do Porto. Eu acho que este Conselho tinha que fazer uma discussão e propor alguma coisa. Nós vamos o Governo do Estado já com proposta, mas o Cais do porto está na Cidade de Porto Alegre, até pode ser administrado pelo Estado. A área, em princípio, deveria ser federal, é área da Marinha, administrado pelo Estado e pela atividade portuária, mas a partir do momento que deixa de ter uma atividade portuária, ele passa a ter uma atividade, pelo o que está nos projetos que sempre foram conversados, comercial. Então, deixa de éter todo esse caráter e a gente vê o afastamento da Cidade de Porto Alegre do cenário da discussão do Cais do Porto, como se Porto Alegre não tivesse nada a ver com esse projeto. O governador está dizendo – Nós vamos vender, na vamos fazer e acontecer. A prefeitura, não tenho visto, pode ser que seja uma desinformação minha, mas eu acho que neste Conselho a gente tinha que pautar a questão do Cais do Porto, porque teve um bom debate neste período,



outros projetos existem. Eu, particularmente, tive o acaso de ir a Belém, de ir ao Porto Madeira, de fazer algumas viagens nesse período para congressos que a gente participa aí a fora, e a gente vê que algumas coisas que foram ditas até do próprio projeto não são bem o que ia ser feito em relação a esses outros projetos que a gente tem visto a coisa funcionar de maneira diferente. Então, eu acho que se seguinte quer pensar a Cidade de Porto Alegre, e acho que a RGP. 01 tem que ser uma grande preocupada, mas o Cais do Porto é da cidade, não é da RGP. 01, está na RGP. 01, mas é da cidade. Eu acho que a gente deveria estar fazendo alguma discussão de qual é a nossa posição, o que nós queremos com o nosso Cais do Porto. Ou a gente vai deixar só o governador vender a área pelo troco que deve ser bom ou não. Esta proposta que está aí, várias entidades, várias pessoas já diziam – isto não vai rolar, isto aqui não vai funcionar, não é assim que se pega dinheiro. Área pública, a economia, esta sensação que algumas pessoas falam na APPP como solução, ela é solução para algumas coisas, não para tudo. Algumas coisas podem solucionar? Pode, mas não tudo. E empreendimento desse tipo, onde incorporadoras, não são nem incorporadoras, tem outro nome jurídico aí. É uma captadora de recursos, uma empresa que não existe, é um fantasma, é uma fachada, é “um laranja” se for falar em um linguajar mais atual, porque não tem o dinheiro. Aí lá precisa do EVU, ela precisa da LP, e foi dito nesta sala, para daí, então, captar os investidores. Eu acho que a Cidade de Porto Alegre não pode ser entregue para este tipo de projeto – vou entregar para alguém que não tem capital para que esse alguém tinha uma moeda de troca para poder fazer o seu negócio. Isso em outras épocas eu dava outro nome, mas eu prefiro me abster de dar nomes para não ser processado por ninguém aqui, nem nesta sala, nem fora desta sala. Então, a gente não pode mais aceitar, e isso não é um problema do atual governo, não estou falando da atual prefeitura e nem do atual Governo do Estado, porque este projeto do Cais do Porto passou por diversos governos, vários governos passaram e disseram amém para este tipo de projeto. E a gente enquanto gestores da Cidade de Porto Alegre temos que estar nos posicionando sobre o que a gente quer com o Cais do Porto da Cidade de Porto Alegre. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Em primeiro lugar quero fazer um convite, sábado a gente continua com as reuniões da RGP. 2, reunião em conjunto e em parceria com a IAB sobre esclarecimentos, proposições do Plano Diretor. Então, sábado dia 08/06, às 9 horas, vamos fazer esta reunião na Ilha da Pintada, Rua Capitão Coelho, 300. Estão todos convidados, porque tem sido muito importante a gente fazer essas reuniões itinerantes. A própria comunidade está se sentindo mais valorizada na discussão sobre o Plano Diretor. Outra coisa, eu queria me arriscar a fazer uma consideração. Normalmente acontecem polêmicas aqui dentro em relação a vista. Eu entendo que o pedido de vista é feito para esclarecimentos do conselheiro ou aos conselheiros entenderem o processo, para terem a possibilidade de um voto mais consciente. Mesmo que o pedido de vista venha a favor ou contra ao relatório do relator, ele tem que ser valorizado, mas entendo que toda a apreciação do pedido de vista tem que ser feito depois de ter sido apresentado no Conselho, porque tem que ter um tempo para o relator avaliar, para ver se há ou não possibilidade de acrescentar alguma coisa naquele relatório, senão vamos ficar debatendo uma ideia aqui que não compete nós discutirmos o processo como um todo. Não nos cabe discutir o processo como um todo para ver se o processo está bom, se é viável, se qualifica ou não. Então, eu acho que o pedido de vista tem que vir para acrescentar. Nesse sentido eu entendo que o pedido de vista, inclusive, deveria ter sido apresentado o seu resultado coletivo, em um documento único. Independente que tenha textos favoráveis e contra. Todos nós precisamos entender o pedido de vista. Eu



não sei se o pedido de vista veio para cá como oposição ao processo, como oposição ao relator ou para confundir o próprio conselheiro que vai votar. Então, minha opinião, eu acho que a gente deveria discutir melhor para que serve o pedido de vista. Obrigado.

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Primeiro, quero fazer uma comunicação de um fato que ocorreu ontem na nossa comunidade, na Vila Santa Helena, na Unidade de Saúde Familiar. Pela primeira vez na história de Porto Alegre nós tivemos duas chapas concorrendo, já que estamos tendo um desmantelamento do SUS e a terceirização da saúde, a nossa chapa tem o entendimento de que saúde não é mercadoria. Então, tem que ter muito critério e muito cuidado. Fizemos na segunda-feira uma eleição com toda uma estrutura governamental e ganhamos de 301 por 67 votos a eleição. Então, estamos muito felizes com este momento. (Aplausos). Para ver a participação da comunidade é importante. Outra questão, eu sinto do conselheiro, companheiro não estar aqui. Desculpa, qual o nome? O que acabou de sair. Eu até tinha pedido que ele ficasse. Tem algumas coisas que não cabem, por exemplo, questionar quando a pessoa não pode mais fazer a réplica sobre uma questão de uma ocupação. Para isso tem os órgãos jurídicos que estão correndo, enfim, e tem a questão política também que está ora em debate. Até porque se for por questão de área preservada, nós temos uma área na rua da comunidade, está aqui o Severo, que é do DEMHAB. Eu te dei como referência porque tu és o... Ah, é o Furtado! Severo já saiu. (Risos). Me perdoe! Me perdoe! É uma área que é escrita, é do DEMHAB, uma área que era área de risco, que há anos vínhamos lutando dentro do OP, hierarquizando. Inclusive, foi um pessoal do Arroio Cavalhada, o pessoal que era da Herdeiros, Esmeralda, o pessoal da Santa Helena, das áreas de risco. E o que aconteceu na última eleição? Tinha em cima da mesa do DEMHAB, de um diretor, a solicitação de um juiz para fazer a reintegração de posse da ocupação. Foi feito, foi invadido, foi vendido lá para grilagens e não foi feito absolutamente nada. Então, essa questão quando uma comunidade vir aqui e vir uma réplica nesse sentido de que a comunidade não possa fazer a sua argumentação, eu não quero dizer o termo que considero isso, mas eu acho muito ruim, muito rasteiro. Então, eu só estou colocando aqui porque não pode valer dois pesos e duas medidas, porque aqui todo mundo tem conhecimento das coisas que acontecem. Por último, quero fazer um encaminhamento, que já que estão sofrendo todo este momento, este desmantelamento, que eles possam ter um tempo jurídico e que isso está tramitando, mas que tenhamos aqui a mesma responsabilidade que às vezes a gente tem com os projetos emergenciais de grandes empreendimentos. Então, que fizéssemos uma nota de apoio a esta comunidade aqui, botássemos em votação pela permanência dessa comunidade nós área da Baronesa do Gravataí. Muito obrigada. É um conhecimento, Presidente.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Eu também endosso as palavras da Maristela e me causa estranheza que culpem algumas pessoas pelos descasos da prefeitura nos seus projetos, mas não tenham a mesma atitude com os projetos em relação à regularização fundiária de comunidades na sua região, de comunidades que há anos sofrem para regularizar e não tenha a mesma presteza e a mesma preocupação. Isso é lamentável por parte do conselheiro e que é engenheiro também. Assim, o culpar é um direito. A propriedade pública ou privada tem que exercer a função social. E ela está abandonada há mais de 10 anos, e ninguém é responsabilizado de quem era essa área, do município. As pessoas ocupam porque não está sendo usada e tem que exercer a função social. Ah, tem que esperar 10 anos! O terminal Azenha e Zero Hora, que está ali na Princesa Isabel, esperou 20 anos; não é, Furtado? Pelo seu projeto e estão lá morando, mas foi uma luta. A Vila dos Papeleiros, no Centro, esperaram também



20 anos para ter uma vida digna. Era uma ocupação de área pública, vila, que várias comunidades no entorno não queriam os pobres no entorno, porque maculava a imagem dos seus olhos. Esta cidade tem como prioridade no Orçamento Participativo habitação. Habitação é a prioridade de gente humanizada. E as pessoas que mais sofrem são as que não têm habitação, não tem esgoto, não tem atendimento médico, não tem ônibus, não tem hospitais. Não têm creche, muito bem lembrado pelo Adroaldo aqui. Então, quer dizer, nós evitarmos a luta da população na resistência e na busca de soluções de ocupação, de espaços que não são usados para servir à especulação imobiliária, depois virem com o argumento que vão vender para botar em um fundo para habitação de interesse social? Ah, mas me poupe! O próprio prefeito desta cidade encaminhou um PL para extinguir os fundos, criar um ovo fundo gerido sem o controle social. Está na Câmara de Vereadores! Daqui a pouco este Conselho também vai ser extinto, porque nós não temos mais poder nenhum nós poderemos atrapalhar o desenvolvimento da Cidade. Mas que desenvolvimento? A culpa das mazelas das pessoas? A culpa da miséria? Aí depois falam da violência, do assalto, das coisas. Isso é fruto de tudo isso, pessoal! É fruto da nossa insensibilidade. Muitas vezes achamos que estamos na nossa casa e estamos protegidos, mas as mazelas vão bater nas nossas casas, não importa em que bairro a gente more. Não tem como, tem dias que a gente tem que sair, mesmo os afortunados. E não é um paradoxo ao teu nome, é uma brincadeira, Furtado. (Risos). Os afortunados pela vida e pela sorte têm que olhar pelo que não tem. Os que procuram através da sua luta conquistaram o mínimo e limparam a área. Eu gostaria que este Conselho se manifestasse em defesa disso, em defesa do direito das pessoas para lutarem pela sua moradia, pela função social da propriedade e pela ocupação dos serviços desocupados. No Centro desocuparam três prédios e estão completamente abandonados, dois são do Ministério Público, completamente abandonados em uma ladeira, esquina com a Andrade Neves... (Manifestação fora do microfone). Tomara que caia mesmo! Só não caia na cabeça das pessoas que estão passando ali, porque têm culpa. Outro prédio é na Riachuelo, que era a Casa do Estudante, tiraram as famílias e está lá abandonado. Aí o hotel, que servia de hotel na Andradinhas, que as pessoas ocuparam, continua abandonado lá para ser vendido. Pô, e não se oportuniza uma negociação, nem uma parceria pública privada com os ocupantes, busca de recurso, financiamento, como foi feito em vários imóveis do INSS. Por exemplo, a Utopia e Luta na Borges, que estão lá as pessoas morando, que ocuparam e conseguiram viabilizar o espaço para moradia. Então, a gente tem que ter essa visão. Para finalizar... (Manifestação fora do microfone). Cooperativa, tudo bem, tu sabes que nós somos cooperativados. Isso não serve para mim, né. Eu sou um dos primeiro cooperativados com o Jardim das Estrelas. Então, menos comigo na habitação, porque eu tenho história nesse processo. Eu queria me ater ao Campani, que na reunião passada eu pedi vista de um processo exatamente do Cais do Porto, Campani. E a RGP. 01 não dorme. A RGP. 01 vai estar sempre atenta. Todo esse projeto foi colocado aqui em votação, os dois votos contrários foi da UFRGS e da RGP. 01. Os únicos votos contra o projeto do Cais do Porto. Aí a gente viu no que resultou depois todo esse angustia, essa maracutaia, uso de dinheiro público, fundos e previdência. Por isso que os pobres que contribuem com o seu fundo de previdência, no fim da vida não vão ter fundo, porque os malandros vão lá e pegam para especular. Então, é isso. Desculpem o desabafo, mas eu endosso as palavras da Maristela e peço que este Conselho faça uma moção de apoio a essas famílias que lutam bravamente para ter o seu direito de morar. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu também endosso, eu acho que o pessoal da Baronesa tem que ocupar. Então, tem o



nosso apoio e vou dar uma olhada lá. Eu acho que já tinha que ter ocupado antes, criança tinha que ocupar aquilo ali, porque a juventude tem que ocupar e fazer ali um centro de convivência, porque precisa naquela região ali. Tem que ocupar, porque está vazia, atirada lá. Também quero dizer que apoio, Campani. Sei que houve um erro que passou por aqui, mas para vocês verem, o Conselho é da Cidade de Porto Alegre. Eu acho que temos que fazer uma comissão neste Conselho aqui e ir visitar o Cai do Porto. O Conselho vai visitar e falar. Presidente, eu queria se possível que fosse criada uma página do Conselho do Plano Diretor para todos os conselheiros terem acesso, as oito regiões, para todos saberem o que está acontecendo. É importante saber. Entendeu? Vamos fazer isso. Ontem o nosso pessoa da Comissão de Educação da Região Cruzeiro foi visitar a escola Alberto Bins, a escola que o governo fechou, uma escola obsoleta, que (Inaudível), nossa escola, o governo agora tirou a nossa escola. Está lá só a carcaça, o pessoal da prefeitura foi lá olhar, estão apavorados, mas não vamos ocupar. Amanhã tem uma reunião de ocupação da escola, permanente, porque a escola tem que ser nossa, mas não é escola, o espaço físico que vai ser um centro de atendimento do bairro, do lado do PAM-3, espaço muito bom, vamos ocupar. Então, é importante saber. E a minha moção vem aqui também, eu acho que o Prefeito Marchesan está meio pelos limites. Pô, fechar a Escola Emílio Meyer, tirando o ensino fundamental de uma região da Grade Cruzeiro, onde a violência está imperando, aí é brabo! Nada contra, mas para aí um pouquinho! Nenhum governante pode fechar uma escola pública de ensino médio. (Aplausos). Ensino médio! Aí vê – Porque a UFRGS e não sei o quê... Mas a UFRGS não é para pobre. (Manifestação fora do microfone). Não, a UFRGS não é para pobre não! Não, não é para pobre não! Para chegar na UFRGS tu tens que passar pelo ensino médio. A Região Cruzeiro não tem mais ensino médio, fechou. Vai ficar só o Eupídio lá no Cristal e acabou. Aí o pessoal da favela vai ficar onde? No tráfico, na região, aí apanham da Brigada. Qual é o papel do prefeito da cidade? Por que nos Estados Unidos os prefeitos têm o comando da sociedade? Aqui o prefeito vai fechar o ensino médio em uma favela! Aí dói! Então, eu deixo uma moção que o Seu Marchesan... O grande Marchesan foi o pai dele, porque eu admirava o pai dele, foi um estadista, mas o filho... Pelo amor de Deus! Pô! Marchesan é um nome a ser respeitado, mas o filho se elege e vem para fechar uma escola nossa e não receber ninguém... Vamos ocupar lá! A partir de amanhã é a reunião da ocupação, daqui para frente a comunidade vai ocupar a Alberto Bins, que não vai nem passar por aqui, porque é uma área que nem o INSS sabe que existe. Então, está lá atirado, obrigado! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Quero colocar aqui a situação do art. 164 do Plano Diretor, e é objeto deste Conselho as resoluções, que muitas vezes se abre a discussão aqui das resoluções das próprias minutas que são apresentadas e as pessoas muitas vezes não têm noção também, os conselheiros não têm noção do que se pode fazer através deste Conselho. (Leitura do art. 164 e inciso II do Plano Diretor). Então, quero só recordar os conselheiros desse artigo sobre as resoluções e competências deste Conselho, porque às vezes são levantados alguns assuntos, parece que estamos fazendo uma irregularidade ou tentando driblar alguma situação da legislação municipal. Então, é garantido através do Plano Diretor, através do art. 164. Quero só corrigir em relação à manifestação do Floriano, que é representante da COADIL, quero dizer à Conselheira Maristela e ao Felisberto que ele não denegriu a ocupação. (Manifestação fora do microfone). Não, ele não denegriu, ele não falou mal da ocupação, ele não usou desse argumento. O que ele tentou colocar aqui? Que se tivesse agilidade que teve para tirar a ocupação desse espaço na aprovação do Habite-se nós estaríamos em tempo recorde



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atendendo mais famílias. É isso que ele tentou colocar. Então foi um mal entendido dos conselheiros em dizer. Então, nós temo que saber ouvir bem, porque eu não entendi dessa forma, entendi que se tivesse a agilidade como se tem em retirar uma ocupação, em aprovar um habite-se, nós teríamos mais sucesso dentro de Porto Alegre. E aproveitando, quero agradecer à agilidade do Servidor Jorge Cota, que deu agilidade a este processo que foi comentado pelo Floriano, que já passou para outra instância, está na SMD para chegar na fase de homologação, para atender essas 360 famílias. E também quero colocar aqui que a situação das ocupações é uma preocupação não só do município, acredito que todos que estão aqui acompanham as ocupações, a realização fundiária. A gente sabe que as pessoas têm que ter noção também onde estão ocupando, isso quem vai fazer ocupação sabe – vou ocupar um prédio público, vou ocupar uma área privada. Esse rico há de se correr. A gente sabe que tem processos que demoram. Por exemplo, as áreas do INSS, geralmente dura uma eternidade para chegar ao processo de regularização de posse. Temos vários casos que o processo é bem mais rápido para tirar as famílias, né, como tivemos a Lanceiros Negros e outras. Então, esse rico sempre vai se correr e quem é prejudicado só as famílias e o DEMHAB, porque tem que pagar aluguel social, tem que dar espaço para essas famílias, acomodar. Eu gostaria de saber quantas famílias são ocupantes deste espaço? (Manifestação fora do microfone). Dez famílias. Então, o risco se corre. Isso é do direito de cada um buscar suas alternativas. Obrigado. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Há 15 dias, é que na última sessão eu fui substituído pelo Arquiteto Koren, mas na outra sessão eu comentei que tinha tido processos meus perdidos na prefeitura. Um tinha achado e o outro continuava perdido, mas para minha surpresa perderam de novo aquele que tinham achado. Está bem complicado. A impressão que me dá é que a prefeitura está um caos, porque eu sou um arquiteto de Porto Alegre que tenho dois processos perdidos que ninguém consegue achar. Aí conversei, se eu não me engano, com o Funcionário Sílvio, eu disse: “Dá uma certidão, porque eu quero apresentar para os proprietários, para eles fazerem alguma coisa, porque está perdido, dá uma certidão de que está perdido”. E ele: “Não, não, não, nós vamos achar, nós vamos achar”. Então, não quis me dar a certidão, prometeu que vai achar e até agora não aconteceu nada. Aquele que tinham encontrado perderam de novo. Então, é bastante complicado, a sensação que dá é que Porto Alegre está um caos. Então, quando a gente ouve falar, o nobre colega da ABES falar, assim, na verdade, é o retrato, Porto Alegre não está bem. Assim, vai ficar pior porque o Cais Mauá que a gente tinha esperança que saísse aí o governador vai lá e manda parar. Quer dizer, a gente não sabe o que vai acontecer, porque o que poderia ser uma obra que bem ou mal poderia dar um desenvolvimento para Porto Alegre e quando passou por aqui todo mundo veio gente de fora nesta sala questionar sobre essa questão, se tinha dinheiro ou não para fazer, mas o Conselho tinha que analisar só a parte urbanística. O conselho não é nenhum organizar do governo para dizer – Oh, tu tens dinheiro ou não tem dinheiro para fazer? Então, se urbanisticamente estava tudo bem, e eu me lembro da comissão que se debruçou mais fortemente e exigiu várias colocações dentro do processo para a melhoria do processo. Eu fui um que questionei quanto ao pessoal da terceira idade, que ia ter dificuldade de acessibilidade. Aí foi colocado dentro do processo alguma coisa a ver com o pessoal da terceira idade, que a gente sabe que no Centro de Porto Alegre tem muitos idosos morando. E do jeito que Porto Alegre vai, eu só vejo gente indo embora desta cidade, toda vez eu vejo gente querendo ir embora da cidade, porque as coisas não andam. O Felisberto em grande parte tem razão, mas em outras coisas, sinceramente, quando aparecem os grandes projetos aqui de grande porte



tem conselheiros que a priori já são contra os projetos grandes. Eu acho que os projetos grandes também, a regularização fundiária é tão importante quanto, talvez seja a mesma importância, porque se tu não organizas a cidade deixa ela de qualquer jeito, a cidade não tem como crescer. Então, eu vejo em outros lugares, principalmente no exterior, vejo que as mentalidades são convergentes, não tem – AH, eu sou contra. Como acontece com o Brasil hoje em dia, que tem uma parte contra o Brasil e outra parte a favor do Brasil. Isso é inadmissível em outro país mais desenvolvido. Então, na verdade, é isso que eu queria dizer, achei que quando o Felisberto falou dos prédios públicos, abandonados, claro, tem que dar um uso para esses prédios públicos, podendo aproveitar essas pessoas que necessitam de habitação e dar este outro uso para os prédios públicos, porque quando é uma propriedade privada nós temos alguns... Como vou dizer? Não é muito aconselhável que se invada propriedade privada. Bom, acho que é isso aí. Um abraço a todos, um cumprimento ao meu colega Felisberto. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, eu convido os colegas a participarem a partir de amanhã em Bento Gonçalves da Transporsul, 21ª eira de Transporte e Logística do Rio Grande do Sul, da região sul. É onde temos exposição, congressos, feiras. Vocês podem acessar no www.transporsul.com. Ainda tem inscrições para o congresso, é tudo gratuito, tem palestras. Bom, eu não sou tão otimista como o nosso colega Campani em relação ao Cais. Eu acho que aí vai entrar uma briga judicial, porque olha, meu amigo, é capaz da gente não ver o final dela. Então, é muito complicado. Eu tenho só um questionamento para a colega da ocupação. Você falou que os prédios estão há uns 10 anos abandonados, qual o estado de conservação dessas construções em relação ao risco de desabamento, por exemplo,? Não existe isso? **Alice de Oliveira Martins, Ocupação Baronesa do Gravataí:** Eu não sou técnica, eu sou da parte de organização, mas nós temos dois arquitetos responsáveis, aos quais solicitamos laudo, porque aqui ninguém é irresponsável, a gente sabe o que está fazendo. Se a gente quer preencher esses vazios urbanos, principalmente no território da área do Centro de Porto Alegre a gente tem que ter uma organização, porque estamos lidando com a vida das pessoas. ok? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu agradeço a resposta e justamente a minha preocupação é também essa por questão da vida humana que nós temos que respeitar. Obrigado e desculpa a intervenção, Presidente, passando por cima do seu comendo, mas eu me senti obrigado a fazer este questionamento. Muito obrigado e boa noite. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Muito obrigado. Eu quero fazer um relato, existe um grupo de arquitetos e engenheiros de Porto Alegre, esse grupo se alto registrou como sendo (Inaudível), tinha a finalidade de pressionar o governo para que melhorasse os processos de licenciamento. Esse grupo tem 5 ou 6 anos. As questões evoluíram, esse grupo fez uma série de atos tentando sensibilizar o governo, para aprimorar os processos de aprovação. Por circunstâncias a gente faz parte do grupo, nós passamos a nos organizar e demos outro nome, que é Regare, onde solicitamos há um mês uma reunião com o prefeito para colocar essas dificuldades do processo de licenciamento. A reunião aconteceu hoje pela manhã e o prefeito convidou também o Secretário Cidade. A reunião foi extremamente preocupante, porque ela veio registrar, confirmar aquilo que nós trabalhamos com licenciamento em Porto Alegre estamos comprovando no dia a dia. Nós tivemos um retrocesso muito grande em relação ao último governo para cá. Eu não tenho nenhuma defesa do último governo, mas no último governo nós estávamos em um processo de aprimoramento, uma série de conquistas que muitas vezes eu registrei aqui, inclusive. Eu registrava objetivamente: “Olha, estão aprovando um



projeto de 4 pavimentos em 3 meses e 4 dias!" Hoje 3 meses o processo fica na prateleira, ele nem entra em registro. O pessoal fala em 3 meses, eu tenho processo de 9 meses para entrar na triagem, para sair da triagem, para dar manifestação que ele foi triado. Então, é uma série de coisas nesse sentido. Qual o objetivo do Regare? O Regare fez uma pesquisa em todo o Brasil, em alguns países da Europa também, mas principalmente no Brasil, para colocar os pés no chão aqui, de como que prefeituras estão resolvendo a questão do licenciamento. Nós apuramos umas 20 prefeituras em que o processo de licenciamento é muito mais ágil e concretamente existe aqui no Brasil. O prefeito ficou muito chateado e cobrou de uma maneira muito forte do Secretário Cidade, o secretário não conseguia responder ao prefeito porque certas coisas não aconteciam, do tipo – por que a secretaria não recebe os processos em arquivo PDF. E aí vai, uma discussão mais assim... Quero lembrar que uma das nossas atribuições seria criar comissões para discutir assuntos de interesse da comunidade ligado ao planejamento urbano, aí o licenciamento está ligado diretamente ao planejamento urbano. Então, de repente é retomar de novo essa ideia que tivemos há uns 2 anos e seguramos de criar uma comissão de avaliação do processo de licenciamento em Porto Alegre, no sentido de sugerir uma alternativa, no sentido de colaborar com todo o corpo técnico que tem a prefeitura hoje, com todo o ganho que se teve, com todos os erros que se teve, apurar e fazer alguma proposição. Eu coloco para a gente vir a discutir na sequência, de repente de fazer esse tipo de comissão, como fizemos a comissão do solo criado, que tivemos uma série de avanços para todo o conjunto. Só para informar os colegas que esse tipo de preocupação está ocorrendo na cidade de maneira muito forte, porque ninguém está contente. O SINDUSCON como abriga os empresários ligados à questão de aprovação de projetos, empreendimentos e tal, enfim, há um descontentamento muito grande, inclusive, do prefeito, que achava que iria resolver com toda essa reforma administrativa que fez, a maneira como mudou as secretarias e as funções, achou que ia ter um resultado positivo e não o que está tendo, um retrocesso. Colegas, era isso aí. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Não, houve um encaminhamento, não vai ser levado em consideração? De nós aprovarmos uma moção em apoio à permanência da Barão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fiz esta minha colocação e a partir da minha colocação mais alguma outra manifestação? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu também gostaria de apoiar a proposta do Paulo e nós fazermos uma visita ao Cais do Porto. Acho que também deve ser votado aqui. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só para colaborar, um dos processos que está acontecendo, são processos protocolados e não vão para o sistema até eles acharem o processo, porque tu protocolas, mas só vai para o sistema quando eles acham. A informação que eu obtive foi que o edifício onde estava o EdificaPOA só podem entrar 2 pessoas, porque o prédio foi... Não é interditado, foi retomado e juridicamente não deixa ninguém entrar, só tem 2 pessoas autorizadas. O prefeito se manifestou sobre isso? É um absurdo, não acredito que o prefeito não possa ir lá falar, porque a pilha de requerimento é maior, que eles conseguem tirar 30 processos por dia. Então, aquilo que diziam que levava 90 dias para fazer a triagem, tu não sabes quanto tempo leva, porque nem foi, tu protocolaste e nem está no sistema. Então, ele não existe, o processo não existe aqui. Vocês sabiam disso? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós evitamos entrar nisso, em foro de serviços, digamos assim, e sim em reclamações mais específicas. Então, pegamos o geral do processo, toda a discussão foi pegar o geral do processo de



licenciamento para abranger o máximo possível dos colegas que trabalham com licenciamento, para não entrar nas questões, porque são muitas. É um depósito de processos, isso pode ser resolvido, seria dos menores dos problemas este, o nosso problema realmente é o sistema de como vão ser avaliados os processos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Vamos pôr em votação a moção de apoio. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tua achas que este conselho tem esta função de fazer apoio a um movimento externo? Um apoio político sendo que aqui tem assentas várias e várias entidades diferenciadas? Tu não achas que é um constrangimento? (Manifestação fora do microfone). Não é vota quem quer. Então, apoia quem quer, faça uma manifestação os conselheiros e se identifiquem, que a RGP. 07, a RGP. 08, não sei o quê... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, eu me identificarei com o voto claramente. Eu peço que seja nominal, que chame região por região e fique identificado, vai constar na ata. Pronto, ninguém vai ficar constrangido com o governo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não é o objetivo deste Conselho fazer moções de apoio a este ou aquele movimento! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não é o presidente que decide, é a plenária. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É a posição do presidente que está em discussão, nós estamos discutindo a discussão. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu gostaria de ouvir meus pares. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu estou discutindo também, eu também faço parte do conjunto. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Felisberto, imagine se fosse ao contrário, se tivesse a posição de alguém que foi lá e retirou eles de lá, aí alguém daqui levantasse – Que é favorável de retirar o pessoal de Baronesa? Tu estás falando porque é a favor... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não é porque sou a favor. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Tudo bem. O nosso Presidente Chico não está errado quando diz que é uma posição política. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A posição é política sim em defesa de pessoas que estão sendo violentadas psicologicamente e o prédio está desempenhando sua função social. É uma ilegalidade o que estão fazendo lá. Não é porque tem uma ordem de reintegração de posse que se obedece a legalidade, e obedece interesses e pressão. A gente sabe como ocorrem esses fatos de reintegração, a pressão do município tem relação com os projetos que o poder judiciário tem interesse em ser aprovado, inclusive, coisas que o poder judiciário deveria ter feito e não o fez em contrapartidas. Um exemplo é o (Inaudível), que era para ter feito a ponte e não fizeram a ponte e o Prefeito Fortunati aceitou. Eu coloco que gostaria de ouvir os meus pares se manifestarem sobre isso. É defesa de pessoas, pessoas que contribuem com a cidade e estão valorizando um prédio público, o que o poder público não faz. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais alguma manifestação? Eu continuo achando que nós do Conselho não devemos nos posicionar desta maneira com moção. Persiste a colocação? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Coloca da seguinte forma, se concordam em fazer a moção ou não concordam de apoio. Aí tudo bem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu coloco que não é atribuição deste Conselho fazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

moções deste tipo. Eu pelo ao regimento interno. Nós não temos quorum, a reunião está concluída. **TÉRMINO ÀS 18H30MIN.**

Maurício Fernandes

Presidente

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2805/2019

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas a primeira chamada e às dezesseis horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes, Vice-Presidente e Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos – ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **DEMAIS CONVIDADOS**: Alex, Carlos e Eduardo, representando AMOVIM e Associação de Moradores da Vila Nazaré, **MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **Abertura**; 2. **Votação da Ata 2797/2019**; 3. **Ordem do Dia**; 4. **Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 16h32min. 1. **ABERTURA**. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Boa tarde a todos. Eu acho que podemos dar início aos trabalhos. É um prazer enorme estar aqui com vocês. Recentemente, fui designado pelo prefeito para assumir esta importante tarefa. É um enorme desafio, mas eu não podia me



eximir desta responsabilidade de fazer algo tão importante como contribuir para a cidade que eu amo. Como vocês bem sabem, eu tenho uma história com o planejamento urbano. Trabalhei aqui enquanto Secretaria de Planejamento, na assessoria, depois na Secretaria de Urbanismo, eu me especializei na área do Direito Ambiental, do Direito Urbanístico e Imobiliário. Tenho uma paixão pela nossa cidade, sou do interior, mas desde os meus 16 anos aqui convivo. Enfim, tenho uma afinidade muito grande com a secretaria, com a pasta, com a matéria. O que me fez refletir no momento da escolha, que eu vinha postergando a bastante tempo, porque eu sabia que teria a receptividade de pessoas, de colegas da mais alta magnitude, como os representantes aqui do Conselho do Plano. Sabia que encontraria uma parceria no processo de construção. Nós temos aí o desafio do Plano Diretor da cidade para tocar, que está bastante atrasado, a gente sabe que é um processo longo de discussão, mas a gente está aí para construir, para contribuir sempre com humildade, com respeito, saber enxergar as diferenças. Eu acho que os debates vão ocorrer, isto é natural do processo democrático. A gente tem que saber compreender, entender e respeitar o outro. Então, o meu estilo de ser vocês vão poder ver ao longo dos trabalhos, que é de muita construção, muito respeito e nesse processo faz parte a discussão, o acaloramento, muitas vezes vai acontecer. Nós estamos aqui com o desafio de ser um instrumento da gestão para viabilizar as políticas. Eu tenho aqui comigo uma importante parceira, que é a Secretária Adjunta Viviane Diogo, foi Secretária do Meio Ambiente da Cidade de São Leopoldo, que topou junto comigo este desafio da gente contribuir neste processo de construção da cidade. Eu quero ser um parceiro de vocês, espero que vocês me ajudem, que me auxiliem, auxiliem a cidade neste processo de construção do Plano Diretor, principalmente. Eu acho que muitas coisas a gente vai pautar aqui em conjunto. Eu peço a parceria de vocês, da inteligência da sabedoria e do conhecimento que vocês têm nas mais diversas áreas, principalmente os conselheiros eleitos pelas regiões de planejamento, que têm o mapeamento das realidades, os locais são os representantes por meio dos fóruns dessas regiões e estão aqui para participarem, para definirem, para construírem as políticas públicas no que se refere ao planejamento urbano de Porto Alegre. Quero ser parceiro de vocês neste processo de construção. Eu passo a palavra para a apresentação da nossa secretária adjunta, que veio ao nosso pedido para também se apresentar e se colocar à disposição para que vocês conheçam um pouco mais dela. **Viviane Diogo, Secretária Adjunta Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Uma boa tarde a todos. Eu aceitei junto com o Secretário Germano o desafio de estar à frente da pasta do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Eu sou bióloga de formação, tenho experiência na área ambiental há mais de 20 anos, durante toda minha formação profissional estive trabalhando na área ambiental, em especial com licenciamento ambiental. Eu tive uma experiência também na área de saneamento, a frente do Consorcio Pró-Sinos, como diretora executiva do consorcio, fazendo um trabalho bem voltado para os planos de saneamento para os municípios do Rio dos Sinos. Então, dentro disso a gente acaba ficando apaixonada pela pauta, não tem como ser diferente, vai construindo este trabalho com os conselhos, em São Leopoldo tinha um conselho muito forte, bastante atuante, um município que foi pioneiro em muitas questões ambientais. A gente foi construindo juntos, desde o tempo que eu era estagiária na Secretaria de Meio Ambiente, vendo a evolução do conselho, entendendo a importância dos representantes do segmento da sociedade, com o objetivo de construirmos a cidade com este olhar, que é o olhar que vai atender aquela comunidade ou as diferentes comunidades com as suas necessidades. Então, a gente vem trabalhando, eu e o Germano, iniciamos esta semana esta parceria, já tínhamos trabalhado em outras pautas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

na Secretaria de Meio Ambiente, eu estava à frente de uma coordenação que se tornou uma diretoria. Então, conheço bastante a estrutura na SMAMS. A gente pretende com isso somar os esforços para fazer as entregas que a cidade precisa na área ambiental. Eu estou à disposição de vocês para o que precisarem, sempre que tiverem alguma pauta, alguma demanda a gente está de portas abertas na secretaria para recebê-los e juntos construirmos o que for necessário para uma cidade acolhedora cada vez mais e com um olhar ambiental, que é o que a gente precisa. Obrigada! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente pede desculpa, porque temos uma agenda. Na verdade, estamos em um processo de conhecimento da secretaria, mas a gente fez questão de passar hoje aqui no Conselho. Quem vai tocar pauta, a reunião hoje é o nosso vice-presidente. A gente vai ter que se retirar em função de encontros pré-agendados nesse processo de construção. Certamente, na próxima reunião a gente já vai estar aqui enquanto presidência, vamos poder fazer todo o debate e as conversas, encaminhamentos, estamos aí para construir. E que bom que eu tenho a parceria da Viviane, técnica de bastante capacidade e experiência na área ambiental, que a gente consiga somar no aspecto urbanístico, ambiental, para utilizar todo o potencial de conhecimento que todos estes colegas de conselho possuem, porque têm uma realidade, vivenciam nas comunidades, nos seus bairros, sem dúvida vão poder contribuir bastante neste nosso trabalho de amadurecimento, de evolução e alteração do nosso Plano Diretor da cidade. Eu passo ao Luis Antônio. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Bem vindo, Secretário. Quero saudar o Secretário Germano e a Secretária Adjunta Viviane. Espero que tenhamos uma gestão que escute as regiões, mas não vou me alongar, porque a pauta é longa e eu tenho uma audiência às 17 horas, tenho dever como advogado. Então, eu pedi a Questão de Ordem para justificar a minha saída agora. E queria solicitar a inversão de pauta para possibilitar que eu volte a tempo de tratar os expedientes que cabe a nós. Obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Olha, não é combinação, mas eu também tenho uma audiência agora no TRT, é um acordo coletivo, eu represento o sindicato, sou diretor de relações trabalhistas. É às 17 horas. Nós vamos assinar alguns documentos por uma meia hora, eu pretendo voltar se a audiência não se estender. São todos os sindicatos da base do TRENSURB. Então, vou me ausentar. Fica aqui perto, há uma quadra daqui o TRT. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A inversão de pauta seria no sentido de colocar as comunicações antes? Nós temos uma solicitação tempestiva, dentro do regulamento, da AMOVIM e Associação de Moradores da Vila Nazaré, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, que estão aqui convidados e tutelados pela Região de Planejamento 02, pelo Adroaldo. Eles estão pedindo um espaço em Comunicação. Então, eu daria o privilégio que fosse agora na abertura em função de não amarrá-los aqui até o final da reunião. Então, na sequência eu abriria o espaço, se o Conselho concordar, para os nossos visitantes que estão tempestivamente, comunicaram que queriam se manifestar sob a tutela do Conselheiro Adroaldo, da RPG. 2. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, o nosso item vai ser atendido, mas também quero ser solidário aos demais colegas e reforçar a inversão da pauta, vindo primeiro Comunicação, para dar oportunidade a esses conselheiros que estão saindo por motivo profissional, que retornem e nos ajudem a tocar a pauta toda do Conselho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu submeto o pedido ao plenário do



Conselho. Senhores conselheiros, existe uma solicitação de inversão de pauta para colocar as comunicações antes da Ordem do Dia, a votação da ata vamos fazer. Então, colocar Comunicação antes da Ordem do Dia. Se alguém quer se manifestar sobre a questão da inversão de pauta, por favor, que se manifeste agora. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Eu não vejo problema em invertermos a pauta, porque nós temos 4 projetos para analisar e não sei se todos estão prontos. Então, de repente a gente faz essa inversão e dá espaço para comunicação. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais alguma manifestação? Conselheiros, então, submeto à votação. Quem concorda com a inversão de pauta? (Contagem de votos = 16 votos). Quem é contra a inversão de pauta? (Contagem de votos = 01 voto). Quem se abstém? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Ok, conselheiros, está definido que vamos fazer a inversão de pauta. Antes, porém, eu peço que se faça os esclarecimentos em relação à ata. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2797. Patrícia Ribeiro (Taquígrafa), Tachys Graphen:** Boa tarde. A Conselheira Claudete na última reunião, a respeito da Ata nº 2796, a questão da votação, onde ele pede uma justificativa. Não sei se todos leram esta ata, que na última reunião a Conselheira Claudete pediu esclarecimentos porque faltavam declarações de voto. Eu fui ler, foi um erro meu, refiz toda esta ata, há duas declarações de voto, uma é do Conselheiro Hermes, uma frase curta, e da Conselheira Claudete. Houve a primeira votação, a favor, contra, depois quando o presidente se deu conta que não havia a grade de votações e ele disse: “Só deixem eu anotar aqui quem votou contra e a favor”. Então, foi um erro de entendimento meu, eu achei que fosse só uma conferência, colocando só a votação. Faltam estas duas. Porém, até agradeço à Conselheira Claudete que sempre faz esses questionamentos, eu acho importante para o serviço de taquigrafia, porque isto valoriza. Como profissional eu acho que esta ata deve retornar para vocês lerem, porque eu não gostei, vou ser bem sincera enquanto profissional. Foi uma ata que eu fiz rápido, até porque tinha uma solicitação, né, Gabi? Acho que era do Ministério Público. Então, fiz ela muito rápido. Então, eu não gostei, havia palavras trocadas, como: “solo criado”; estava: “dolo criado”. Então, como profissional eu não gostaria de deixar passá-la assim. Eu combinei com a Gabi dela enviar esta e a ata da semana passada. O meu prazo é de 5 dias, a Gabi pediu para eu enviar na sexta-feira. Eu atendo há 08 conselhos municipais e não tenho condições de enviar na sexta-feira, tenho que enviar no meu prazo, infelizmente, que é no máximo na segunda-feira pela manhã. Depois ela vai ver como vai colocar na pauta. O outro questionamento era sobre... Houve um atraso, foi um problema meu, as atas que estavam prontas eu enviei antes, para não prejudicar o Conselho, por isso que elas vieram alternadas. Mais alguma coisa, Conselheira: não lembro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu queria agradecer, primeiramente, aos esclarecimentos da Patrícia e queria solicitar se é possível, porque a gente fica, na verdade, em uma preambulação. A Patrícia encaminha para a secretaria, a secretaria nos encaminha. É demanda de tempo, às vezes não vem a ata, não acompanha, senão seria o caso, não vejo nenhum problema nisso, que ela pudesse nos encaminhar diretamente todos os áudios e as atas como forma de otimizar o trabalho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheira, nós vamos fazer exatamente isto. Vão ser encaminhados os áudios. Estas atas que estão atrasadas vão ser feitos os relatos sintéticos, como era antes, antes nós fazíamos o resumo, uma síntese. E os conselheiros vão receber os áudios integrais. Se não estiverem contentes com as sínteses que forem



feitas pode fazer as devidas retificações, acrescentam retira e tal, interpreta, sem maiores problemas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria, então, de sugerir, Conselheiro Gomes, que fosse verificada a possibilidade da secretaria fazer um aditivo, porque a Patrícia faz um excelente trabalho e é muito diferente termos uma ata taquigrafada de uma ata resumida, na verdade. Ela não espelha a realidade do que se passou. Eu não sei quantas atas, até gostaria de saber, quantas tem e de verificar esta possibilidade, se não estava contemplado no contrato que foi recém feito, da possibilidade de ser aditado, até porque é um excelente trabalho que é realizado pela taquígrafa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** São 07 atas que estão em atraso e vou encaminhar para a secretaria para fazer os devidos esclarecimento na próxima reunião. Conselheiros, podemos dar início à apresentação dos convidados? Então, 5 minutos para a apresentação dos convidados. **4. COMUNICAÇÕES. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** São os representantes da comunidade Nazaré que estão aqui, é o presidente da Instituição Criança Feliz, o Sr. Alex. O Carlinhos e o Eduardo. Quem vai falar é o Alex. **Alex, Instituição Criança Feliz Nazaré:** Muito obrigado pela oportunidade. Eu sou presidente da Instituição Criança Feliz Nazaré e estou aqui representando a comunidade. Vim fazer uma denúncia do descaso que está acontecendo na nossa comunidade. Devido à ampliação da pista do aeroporto, não é novidade para vocês aqui, a nossa comunidade está vivendo um descaso. O pessoal não passa a patrula nas ruas, o pessoal não limpa os esgotos, esses serviços públicos são todos limitados. Então, está um caos aquilo lá. O recolhimento de lixo não passa como deveria passar. Nós temos uma entrada da vila que o pessoal joga o lixo, não está sendo recolhido. Nas nossas ruas um carro para passar é uma briga, perde a surdina no meio do caminho. Os taxistas não querem entrar, porque não consegue devido a muitos buracos. Então, está acontecendo um descaso. Este é um dos pontos. O outro ponto é a desinformação que o DEMHAB leva para nós, o DEMHAB fala uma coisa e faz outra completamente diferente lá. Na nossa comunidade 15% vai ser removida, pelo menos esta é a previsão. Este pessoal que vai ser removido, eles não fizeram um estudo dentro da comunidade para ver se esse pessoal realmente queria apartamento, porque a maioria do povo que ali vive há 60 anos vive de reciclagem, de trabalho exercido ali mesmo no local. Para onde vão esses 15%, no Nosso Senhor do Bom Fim, eles não têm estrutura. O comércio que vai sair não vai ficar do outro lado, não tem lugar para eles. Simplesmente, eles dizem para as pessoas assim, o comércio nós não damos, o Minha Casa Minha Vida não dá comércio, quem ganha uma renda de até R\$ 3 mil é assim, tem um filho que trabalha, o marido, a esposa, juntando o salários dos três se chegar a R\$ 3 mil não ganha casa. O Minha Casa Minha Vida não dá casa para quem ganha R\$ 3 mil. Então, esse pessoal, muitos deles têm comércio, ganha mais de R\$ 3 mil, então, não vai ganhar casa. O comércio eles não dão do outro lado, esse rapaz também não vai ganhar o comércio. A pergunta que vem para nós é – o que eles vão fazer da vida? Minha Casa Minha Vida não dá comércio. O Minha Casa Minha Vida não tem casa para quem ganha mais de R\$ 3 mil. Então, a gente está vivendo um dilema, o pessoal está apavorado. Existe em torno de 2 mil famílias na comunidade. A Itazi Engenharia fez o cadastro lá e constatou 868 ocupações de caráter residencial, no caso, 2 mil famílias, que foi o levantamento que nós da comunidade fizemos não foi feito. A Itazi Engenharia fez um cadastro com a polícia militar entrando nas casas direto, sem autorização prévia nossa. Então, foi totalmente desumano. O fato da gente não conseguir o saneamento básico, não conseguir que passe uma patrula, que venha os esgotos e façam essas coisas, eu acredito que seja justamente



uma maneira de forçar o pessoal a sair do local. Aquela área vale muito dinheiro, todos eles vão ganhar, não é pouco, são milhões e para a nossa comunidade até agora não vimos nada, é este descaso como vem acontecendo. Tem muitos outros casos que eu poderia ficar meia hora aqui falando de irregularidades. Eles dividiram a comunidade em duas partes, uma parte, que é 15%, vai para o Nosso Senhor do Bom Fim, 85% vai para os Irmãos Maristas, o famoso Timbaúva. Ninguém quer o Timbaúva. Fizeram lá um empreendimento muito bonito, só que no local errado. Nós temos uma área próxima à nossa comunidade que cabe a retirada da nossa comunidade e realocada lá, esta área é da prefeitura há mais de 100 anos. A nossa comunidade vive ali há mais de 60 anos, fomos desapropriados da nossa terra, pagaram para o dono, não sei como foi, sem falar conosco antes, eu acho que o dono é quem está em cima da terra há 60 anos. Nós temos famílias ali que serão divididas, o filho vai para um local e o pai vai ficar em outro local. Então, são bem distante. O local que eles querem nos levar é cerca de 1h30min de onde moramos, que é o Timbaúva. Quem trabalha no Centro, é há 30 minutos, 20 minutos, o Timbaúva é 1h30min até o Centro. Então, vão ter que acordar 2 horas mais cedo e chegar em casa 2 horas mais tarde, porque o governo quer a nossa área. O que deveria ser feito ali é um novo estudo, um novo levantamento, porque os dados que eles estão passando para nós não consistem. O número de famílias que eles falam, que seriam 868, não é verdade, tem bem mais que isso, não estão contando os núcleos familiares, estão falando como coabitação, que também não dão as novas casas. Então, está completamente errado. Eles devem fazer um novo estudo e ver que tem alguma coisa errada. Essas famílias não podem ficar na rua, mas este aluguel social que eles falam não existe, porque na Av. Tronco o pessoal está todo na rua, mais de 600 famílias que não têm onde morar, porque o DEMHAB simplesmente foi lá e deu o aluguel social. Nós também queremos o nosso comércio, como vamos viver sem o nosso comércio? Como que essas pessoas que ganham R\$ 3 mil vão viver? Não existe isto! Eles estão trocando a nossa casa ou estão vendendo? Vai ser um financiamento, uma entrada de financiamento? Muito obrigado, pessoal! (Aplausos). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Alex! Na sequência, como vamos entrar em Comunicações, aí se faz o devido debate. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu gostaria de cumprimentar, fazia tempo que eu não comparecia ao Conselho e complementar de alguma maneira o relato dado. O IAB acompanhou algumas reuniões da mesa de negociação que havia no Ministério Público entre FRAPORT, Nazaré e DEMHAB, acompanhado também pelo Ministério Público Federal. Acredito que a gente tenha que tomar mais atenção quando esses processos, como o da ampliação do aeroporto, chegam aqui e quando impactam comunidades inteiras assim. Independentemente e a despeito da importância da ampliação do aeroporto para todos os aspectos econômicos do município, o impacto econômico e social para essas famílias não pode ser negligenciado. Uma das reuniões que eu acompanhei havia um compromisso tácito de que essas famílias não iriam para onde estão sendo encaminhadas hoje, que é no Timbaúva, que eu não sei se todos sabem, mas é uma das áreas mais complicadas do ponto de vista da disputa de território por tráfico. E esta comunidade ou alguns deles serão jogado lá. E agora nem FRAPORT e nem DEMHAB querem responder por isso. Então, quando esses processos chegam aqui nós temos responsabilidade de olhar melhor para esses aspectos, porque se nós não resolvermos aqui, está ali o passivo e ninguém vai resolver. A FRAPORT diz que não é responsabilidade dela, o DEMHAB também está lavando as mãos. Agora sim, não há política habitacional no cenário de curto prazo, estadual nem se fala. Faz mais de 5 anos



que não há política habitacional no Estado do Rio Grande do Sul. Agora ela é renegada a uma subcoordenação dentro da secretaria há 4 anos. Então, acredito que não tenha como fazer voltar este processo para cá, mas é algo que a gente tem que ter maior atenção a partir de agora. Eu não sei o que o Conselho pode fazer a não ser essas manifestações e questionar até do ponto de vista da região de planejamento, que o Adroaldo tem acompanhado, mas para a gente se alertar em processos futuros. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho dois assuntos, eu acho que um assunto está exatamente complementando a fala do Rafael e tentando puxar outras coisas que a gente votou recentemente aqui. Nós votamos o empreendimento de alguns bilhões de reais ali pertinho. Então, nós neste Conselho, contra meu voto, liberamos, contra o voto da região, um empreendimento de alguns bilhões, mas não tem lugar para a comunidade que mora ali fica ali. Vem um empreendedor que tem capital e diz – não, aqui quem manda é o capital, aqui eu faço porque quero, aqui eu mando, vou captar recursos por aí e vou fazer o que eu quero nesta área. A população que está ali que se lixe e vá morar longe. Isto na época da criação da Restinga era a política habitacional do governo na época da ditadura, pega a população e bota longe. Então, realmente, estamos vivendo em uma conjuntura bem complicada. Rafael, quando se começou este processo não tinha a tal FRAPORT, era a INFRAERO, agora temos esse negócio do cais do Porto, que era um empreendimento, agora não é. Então, essa relação pública privada, a gente liga a televisão é só ouvir elogios a tal da PPP, a PPP vai resolver tudo no Brasil. A gente vê que não é bem assim. A PPP aqui no caso está colocando a população longe, a PPP no Cais do porto deu um calote no Governo do Estado. Nós tivemos neste Conselho o relato do Conselheiro Alceu, mas que disse: “Aquilo lá está tudo sucateado”. Foi entregue para a iniciativa privada administrar e fazer as reformas, ao invés de melhorar piorou. Então, essas relações que nós temos que estar discutindo. Nós estamos votando coisas que amanhã tu vais ter um edifício de 40 andares do teu lado. Tu amanhã vais ter uma população de 40 mil pessoas do teu lado. É isto que nós estamos votando aqui. Eu acho que esta votação já aconteceu, aliás, nem aconteceu, porque veio e saiu do Conselho, parece que o Conselho não poder para votar isto. É bastante complicado, porque mexe com no cidadão porto-alegrense e às vezes a gente não vê esta preocupação em algumas análises que são feitas neste Conselho. Enquanto conselheiro da ABES, aí tem outro assunto que nos assusta mais ainda. O Governo Federal passou enviou para o Congresso Nacional uma medida provisória, que não foi votada porque era período eleitoral, deputado nenhum queria se queimar a favor da medida provisória que tirava do município o poder de concessão do serviço de saneamento. Antes de terminar o Governo Temer, não satisfeito que não tinha sido apreciada a medida provisória, ele trocou meia dúzia de palavras e mandou a mesma medida provisória e de novo não foi avaliada pelo Congresso Nacional e caducou. Então, é uma ideia que o Governo Federal tem de novo de que as PPPs vão resolver tudo no nosso Brasil, entregando o saneamento para as PPPs resolverem os problemas do Brasil. Como não passou no Congresso um deputado da base do governo chegou e apresentou... Um deputado não, um senador, o Tasso Jereissati, apresentou como forma de projeto de lei e foi aprovado no Senado. Este projeto de lei aprovado simplesmente pega todos os municípios que estejam em região metropolitana, o município perde o poder de conceder os serviços de saneamento. Então, Porto Alegre, se aprovado este projeto de lei, vai perder o seu poder de conceder os serviços de saneamento: água, esgoto, limpeza pública e drenagem urbana. A Lei nº 11.445 de saneamento está sendo mexida. Porto Alegre está em uma região metropolitana. Como começou toda esta discussão? O governo da Bahia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pegou e transformou todos os municípios que estavam em alguma área metropolitana, não tinha município nenhum que não tivesse, porque isso é por decreto. a criação de área metropolitana é por decreto. Passo seguinte, aprovou uma lei na Bahia, faz uns 20 anos., passou tramitando no STF isso aí, e não conseguiu concluir ainda a votação. Passo seguinte, o Governo do Estado determinou que onde me área metropolitana a concessão é do estado, não é mais do município. Então, agora está sob forma de projeto de lei e aprovado já pelo Senado. Porto Alegre, DMAE, vai perder o serviço de saneamento da Cidade de Porto Alegre, o DMLU vai perder o serviço de limpeza da Cidade de Porto Alegre se este projeto de lei for aprovado. Vai ter que passar para o estado, que vai ter que fazer alguma coisa com este serviço. Não vai poder passar para a CORSAN, vai ter que fazer licitação, que também é uma coisa que está sendo alterada na lei, antes, se o estado, a nossa CORSAN, SABESP, COAPSA, as empresas públicas estaduais quisessem fazer o serviço, através de um contrato de serviço o município passava direto para a iniciativa pública. Pelo novo projeto, se alguém da iniciativa privada quiser participar tem que fazer licitação. Então, tranquilamente, vai acontecer de a região metropolitana ter várias empresas... (Sinalização de tempo esgotado). Concluindo. Várias empresas querendo aqui o serviço. Agora, ali em Glorinha ninguém vai querer pegar o serviço das comunidades que estão com problema de água e a CORSAN se virando para tentar levar água até Glorinha. Então, é esta a realidade que estamos vivendo no nosso Brasil. Desculpe se me alonguei um pouco. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu deixei correr para não interromper teu raciocínio, senão ficaria incompleta a tua intervenção. Não era nada repetitivo e veio uma série de informações aos conselheiros. O Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde mais uma vez. Com relação à presença da comunidade aqui, preciso lembrar o seguinte, pessoal, que realmente a FRAPORT passou por aqui em um momento desatento do Conselho e nunca mais voltou e está atropelando a comunidade como a cidade toda, né. Ela está levando o que tiver pela frente. Então, hoje o compromisso que todo conselheiro deveria ter em pelo menos saber o que está acontecendo e para onde vão estas famílias. Eu coloco, aproveitando uma ideia que o Conselheiro Paulo Jorge sempre diz, de propor que este Conselho visite aquela comunidade para saber exatamente como está lá, porque está abandonada, a prefeitura retirou o serviço básico de lá, abandonou a comunidade. Então, até chamo atenção dos conselheiros, este manifesto vai ficar, depois vocês seguem a mesa, mas eu gostaria se algum conselheiro ainda não assinou e queira apoiar esta comunidade, ainda dá tempo de assinar em apoio a este movimento. No último parágrafo desse manifesto que a gente está apresentando, ali tem as reivindicações da própria comunidade, que seria a prefeitura voltar a fazer o serviço básico, como o serviço do antigo DEP de desentupir os esgotos, os bueiros, melhorar as ruas. Lá só dá para andar a pé, né, ou de carroça, porque carro é complicado passar ali. Então, eu quero deixar mais uma vez este apoio que a RGP. 2 faz pelo movimento e pelas famílias da Nazaré, ao mesmo tempo deixar um apelo que não fique só mais um documento anexado aqui nos anais do Conselho. Então, que alguém deste Conselho se interesse mais e que a gente possa visitar a comunidade, aquilo que der para encaminhar eu estou à disposição. E reforço a questão da visita, eu acho que é um bom momento da gente fortalecer esta proposta do Conselho conhecer mais a cidade, conhecer mais as regiões, não só a nossa região, mas as outras regiões, para quando vier um problema para cá que a gente já conheça ou que possa apoiar com consciência. Obrigado! **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, conselheiros.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

384 Semana passada eu estava vendo no meu Face o nosso Secretário Maurício Fernandes e
385 fiquei preocupado com a troca no Conselho. Tu recebes pelo Whats, fica meio... Mas está
386 vindo o nosso novo secretário, o Germano, que é procurador do município, é um cara que
387 já foi conselheiro aqui, tem muito conhecimento. Eu acho que é uma coisa que vai dar
388 continuação. O outro secretário foi bem, apesar das brigas para mim, para minha região
389 várias questões ele resolveu, recebia, discutia, na SMAMS muitas coisas ele conseguiu
390 protocolar. Então, eu tenho que dar parabéns pelo mandato do nosso secretário que
391 esteve aí. Eu espero que o Germano dê continuação no processo indo nas comunidades,
392 batendo papo. Ele como procurador do município vai ter esse papel muito mais fácil,
393 porque tem mais ligação ao prefeito por causa da PGM. A Nazaré, na década de 90, eu
394 estive naquela creche, ajudei a fazer aquela creche na Nazaré, lá atrás... (Manifestação
395 fora do microfone). Fizemos um investimento lá dentro. Já se discutia a questão da
396 regularização fundiária para o DEMHAB para aquela comunidade. É uma vila atrás do BIG
397 ali. Eu lembro que foi bancado pela AES em 99 a Nazaré. Quando entrou aqui, quando
398 passou por nós o projeto do aeroporto, nós discutimos foi o desgravame da área, não
399 discutimos a comunidade lá. Entendeu? Até porque faltou a discussão de vir alguém da
400 comunidade nos alertar sobre a questão do condicionamento deste investimento. Eu até fiz
401 uma proposta na época, aprovando que cada vez que aprovássemos um projeto... De
402 2014 até 2016 tivemos muitos projetos aqui dentro, muitos, pesados. Então, que cada
403 empreendimento que nós aprovássemos, que esse empreendimento legalizasse uma
404 comunidade com contrapartidas. Não quero ofender o Conselho, mas o Conselho tem uma
405 visão não para as vilas, ele tem visão empresarial. Eu coloquei na época, coloquei e
406 continuo colocando, o Conselho aqui é um Conselho empresarial e de governo, as
407 empresas visam alguma coisa. E a comunidade que não tem condições nenhuma fica à
408 mercê de sim ou não, sim ou não e acabou. Isto está bem claro no Conselho aqui.
409 Desculpem, meus conselheiros, talvez o Conselho tenha mudado, mas o Conselho anterior
410 era bem assim, ele não vi a favela e nem via as comunidades, ele via as empresas,
411 votavam não sei o que mais, aí vinha bonitinho, acabava a situação. (Sinalização de tempo
412 esgotado). Se o Conselho ir lá discutir, porque quando entra o projeto aqui não tem
413 problema nenhum. É isso aí. Então, vou acompanhar o Adroaldo. Aí é compromisso meu,
414 teu e de quem quiser, nós irmos visitar as comunidades, no sábado pegamos o carro e
415 vamos visitar, aí o Conselho está olhando e debatendo. Se não fizermos isso aí a coisa
416 não vai acontecer. Outra coisa, pessoal, vocês vieram aqui pedir o nosso apoio, também
417 não vai resolver nada! Não vai resolver nada porque é mais um que veio aqui, pá pá pá...
418 Ficou só no papel. Agora, se nós fizermos o questionamento para o Secretário Germano
419 junto com o pessoal do DEMHAB, consultar... Ah, eu pedi também seminários de
420 conhecimento de Porto Alegre, porque a zona sul também tem problemas seriíssimos, não
421 é só a Nazaré. Então, só para terminar meu encaminhamento em comunicação, fico triste
422 de olhar, Porto Alegre poderia ter sido mudada lá na década de 90, o Conselho era forte,
423 empresas fortes aqui. (Sinalização de tempo esgotado). Hoje o que acontece? As pessoas
424 vão ser despejadas, vão lá para o Timbaúva. Vocês conhecem o Timbaúva? Então, faço
425 questão de pedir um ônibus e nós vamos lá conhecer o Timbaúva. Vamos entrar pelo
426 Leopoldina, passar a Rubem Berta, vamos descer no Timbaúva. Para nós entrarmos lá
427 tenho tem que pedir licença para os traficantes, senão vocês não entram lá dentro. Agora,
428 imagina jogar uma comunidade lá da Sertório em cima do Timbaúva, vão ficar à mercê as
429 crianças e as famílias dos traficantes, porque tu não saís de noite. Só que a cidade anda,
430 como andou em 67, eu passei por isso. Eu digo a Deus parabéns por eu estar com 68
431 anos, parabéns por eu passar pela ditadura, parabéns por eu conhecer toda a Porto Alegre



e parabéns em eu poder falar em Porto Alegre hoje que eu passei por isso. A Restinga, Lomba do Pinheiro, as vilas todas de Porto Alegre, eu trabalhei na METROPLAN em 90, fizemos mais de 16 vilas. (Sinalização de tempo esgotado). Só para encerrar, meu presidente. Eu sou da comunidade da Região 6, Arquiteto Gomes, eu gostaria de propor contigo, com os conselheiros das regiões para encaminhar, mas tirar uma comissão sob tua pessoa de vice-presidente, porque eu votei em ti, que a gente vá nessas comunidades conhecer. Eu quero contar contigo, porque é importante para nós conhecermos as favelas de Porto Alegre. Temos o nosso amigo aqui da 3, que é do Porto Seco também, que é uma questão também horrível. Quero botar no face – O Conselho do Plano Diretor de Porto Alegre vai visitar as comunidades. Entendeu? Começa a passar conhecimento. Obrigado! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Quando teve o processo da FRAPORT aqui tramitando ficou condicionada esta questão do atendimento às famílias que estão no leito da projeção da pista, porque é uma ampliação de 920 metros, que vai chegar a 3,2km, que é o total da pista. Eu lembro que o Adroaldo, inclusive, apresentou um documento, anexou uma proposta para dar também uma visibilidade à questão da regularização fundiária daquele espaço. Tem uma previsão, inclusive, semana passada teve uma discussão, foi matéria da Zero Hora, da questão do investimento de R\$ 146 milhões para atender o reassentamento das famílias, que aí sim vão para este espaço onde está sendo apresentado pelo DEMHAB, mas eu acho que a situação da Nazaré é mais ou menos parecida com a situação da Tronco, que tem alguns que não se enquadram no Programa Minha Casa Minha Vida. Ali foi sugerida a questão do Bônus Moradia, não sei se é o caso para poder atender esse pessoal que está lá residindo. É toda uma conjuntura que vai ter que ser construída junto com as famílias. A gente sabe que acontece em vários outros locais, algumas famílias são desabrigadas do local e vão para algum espaço, daqui a pouquinho tem uma ocupação em outro lugar. Isto acontece, é do sistema. O que é apontado dentro da proposta? 1,3 mil famílias, agora tem 5 mil lá. Aí fica difícil! O levantamento é 1,3, inclusive, está dentro do processo do Ministério Público Federal, se tem 2010 tem uma diferença tremenda, mas dentro de uma construção eu sou parceiro. Eu acho que deve ser acionada sim a Secretaria de Serviços Urbanos para tentar promover alguma qualidade de vida para aquelas famílias, mesmo sabendo que não vão permanecer no local ou que vai ter alguma desapropriação, pelo menos garantir o básico enquanto estiverem lá. O Secretário Ramiro eu acho que deve ser acionado para dar uma garantia de limpeza urbana, também fazer a manutenção das vias, mas estamos aí à disposição. Quero colocar outra situação, em relação a uma falta, que eu acho que seria bem vinda dentro deste Conselho, que é a situação da aprovação e os Habite-se, porque está muito difícil para sair em Porto Alegre. Tivemos uma reunião com o pessoal do SINDUSCON, falaram que está demorando 7, 8 meses. Então, está tendo também a questão de processos contra as empresas por não conseguirem entregar no tempo. Então, gostaria de colocar como sugestão de pauta a tramitação de Habite-se, até para a gente entender bem este sistema, como funciona dentro desse novo cronograma de governo. Obrigado! **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde. Eu gostaria de fazer um convite a todos, nós vamos ter na comunidade, na RGP. 4, a 3ª Oficina do Fórum de Planejamento. Vou ler aqui: “O IAB, o Fórum da Região de Planejamento 4 e os moradores da RGP. 4 convidam todos a pensar a cidade e o bairro. O objetivo desta ação é construir de forma participativa e democrática um plano popular que colabore para destacar a necessidade de cada região e sonhar as melhorias de um espaço de moradia e convivência melhor”. Esta é a nossa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

terceira oficina, vai contar com a participação da Professora Maria Teresa Albano, que é uma especialista em urbanidade. Então, convido a todos, vai ser no próximo sábado, às 9 horas. O endereço eu mandei no grupo, vai ser no CEJAK – Centro Cultural James Kulish, que fica na Bom Jesus, no Jardim do Salso. Muito obrigada! **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Concordo com o Emerson sobre esta questão dos Habite-se, que ele muito bem comentou que está demorando 7, 8 meses, mas eu também queria falar novamente sobre aquela questão da perda dos processos, que eu venho falando aqui que perderam dois processos. Eu comecei a investigar para ver o que tinha acontecido, aí consegui descobrir o que aconteceu, é que o prédio do EdificaPOA parece que foi desapropriado ou comprado pelo TRE. O TRE tinha notificado a prefeitura que queria o prédio, queria ocupar. Eu não sei por que razão ninguém deu bola para esta questão do prazo que foi dado. O que aconteceu? Um belo dia mandaram fechar o prédio, os processos ficaram todos lá dentro. Por isso que os processos estão perdidos. Viú, Emerson, faz 4 meses que tem processos que estão lá parados, poderiam estar andando, gerando emprego, mas não, estão trancados. O que acontece? Disseram que dentro de uns 30 dias ainda vão resolver, porque o secretário está brigando para ver se consegue entrar no prédio para retirar os processos. Aí os processos vão vir para este prédio aqui, para depois eles organizarem os processos para depois ver onde está tramitando, se está lá, se está na SMAMS, sei lá para onde tem que ir. Então, às vezes, quando vêm as pessoas aqui falar dos seus problemas, a gente vê que muitos problemas são questão de gestão municipal, estadual, federal. Como que ninguém se deu conta que tinha um prazo, que iam fechar o prédio? Não se deu bola para este prazo e os processos ficaram parados lá dentro. Então, parece que depois de muita briga deixaram entrar um funcionário para tirar 10 processos dos 2 mil e pouco que estão lá dentro. Então, assim não dá, né! A cidade não pode crescer deste jeito! Eu nem vou falar, por exemplo, quando o nosso colega Campani vem aqui falar que o problema é o capital. O problema não é o capital, o problema é a falta de capital para poder resolver o problema das pessoas. E quando eu vejo também o nosso colega da Nazaré dizer que o Minha Casa Minha Vida não tem comércio. É uma falha! Tinha que fazer agora, aproveitar a análise do Plano Diretor, o Felisberto não está aqui, mas eu acho que tem que se ter bastante atenção para esta questão da regularização fundiária mesmo. Em outros lugares do Brasil quando se vai fazer um programa social assim se dá um benefício de fazer um comércio na frente, que o empreendedor não precisa descontar no índice geral de planejamento. Por exemplo, índice construtivo, aí pode construir 5.000m². Se ele construir comércio na frente não desconta dos 5 mil, é um bônus que ele ganha, porque isto ajuda na segurança, na economia. É como ele está dizendo ali, as pessoas que querem trabalhar ali perto e fornecer para aquela comunidade não pode, porque na lei do Minha Casa Minha Vida não contempla, mas isto é uma das coisas que a gente precisa pensar quando a gente se debruçar sobre a questão do Plano Diretor, a gente ter esses mecanismos que a cidade precisa ter para se autofinanciar, senão sempre vai faltar dinheiro, viu, Campani? E não é o problema do capital, é a falta de capital. Pode perguntar para o pessoal da Venezuela. O capital não está lá. Por quê? Por algum motivo e as pessoas estão passando grandes dificuldades. Então, quando o nosso conselheiro disse que não vai adiantar nada, adianta se nós nos lembrarmos, na mudança do Plano Diretor nós temos que pensar mecanismos de inovação para a cidade se gerenciar, para não acabar acontecendo coisas que a gente está vendo que não tem solução às vezes. Obrigada, Presidente. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa tarde. Eu me junto aos colegas que citaram



a questão de acionar a Secretaria de Serviços Urbanos, mas eu também preciso registrar que não é um caso só da Nazaré, a questão de falta de atendimento em relação a DEP... Aliás, DEP não existe mais, foi incorporada, a questão de recolhimento de lixo e outras situações. E me preocupou a fala do Alex, porque esta turma está saindo da RGP. 2 e indo para a 3, bem no limite com a 4. E me preocupa porque lá também não infraestrutura para quem já está no Timbaúva. O PJ (Paulo Jorge) colocou muito bem, para quem não conhece o Timbaúva, eu conheço, já se tem diversas dificuldades com quem já está lá agora, saúde, tudo, transporte coletivo principalmente. Eu estou vendo a repetição do que a gente teve com a transferência da Dique, da área da 3 da mesma maneira. A Dique ganhou um posto de saúde, uma escola, mas a Dique não ganhou até hoje ônibus. É uma das nossas reivindicações lá, até protocolei com a EPTC sugerindo algumas alternativas de desvio de linha, porque vocês não vão acreditar, não tem uma ligação da nova Dique que transite pelo Porto Seco, só por fora. Enfim, só queria registrar isso. Obrigado! **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu não posso me esquecer, domingo de manhã teve um passeio para a Restinga e quero saber como funcionam as coisas, peguei um ônibus da Restinga até uma via, a exposição de comércio e crescimento daquele bairro... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O que tem a ver com Questão de Ordem isso, conselheiro? Conselheiro, isto não é uma Questão de Ordem. Vamos respeitar o ordenamento, a palavra está com a Conselheira Claudete e tu podes se inscrever de novo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria só de registrar, além de compor este Conselho do CMDUA, a ACESSO compõe também o Conselho Estadual de Direitos Humanos. Em função de uma denúncia relatada exatamente no processo da Nazaré, que foi da realocação deles, na verdade, não é da realocação, em todo esse processo de realocação, mas dos cadastros que estavam sendo feitos pela brigada Militar junto com esta Empresa Itazi. Eu quero ressaltar a importância de conhecer *in loco* as situações que acontecem. Teve casos que nós ouvimos e esta é a importância da visita *in loco*, de tu ouvires a oitiva da comunidade, de casas que entraram para fazer o cadastramento, onde a pessoa estava trabalhando e não estava, foram arrombadas pela Brigada Militar. É importante o Conselho também pensar neste papel, por que o que nós estamos fazendo aqui? Nós não temos que pensar apesar no Plano Diretor que está por vir e agora vamos lembrar. Tem no art. 39 do Plano Diretor 16 competências do Conselho, dos quais nós praticamente não executamos nenhuma, dos quais o SENGE muitas vezes aqui manifestou e que nós questionamos. O relato do Paulo Jorge, que eu acho que é o mais antigo casa, dizer que aqui a gente se atenha a discutir projetos, mostra o quanto longe e distante da nossa função nós estamos. É importante, por exemplo, a gente aprovou um projeto lá tendo uma comunidade perto. Foi aprovada a questão do Country Club sendo que tinha a Vila Quente, que vai ser removida. Esses dias eu tive o conhecimento de outro projeto onde foi feito o parcelamento do solo, autorizado para a empresa construir, mas as famílias que moravam lá continuam lá irregulares, estão indo na justiça buscar o usucapião para regularizar a sua situação, sendo que muitas delas estão na área de risco. Isto traduz que passou por aqui, não foi visto e a prefeitura tem o seu grau de responsabilidade, porque é do poder público esta missão. Passo o meu restante da palavra para o Paulo Jorge. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não há necessidade, não tem ninguém inscrito, se o Paulo Jorge manter a inscrição ou pedir a palavra, tem a palavra. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Antes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

quero falar outra coisa, a situação da Tronco e da Nazaré é a seguinte, quando foi construída a favela, ocupação irregular, estou lá há 40 anos morando, eu era carroceiro, por milhares de situações passei a ganhar R\$ 2.500,00, que é um salário irrisório em Porto Alegre, R\$ 2.500,00 para quem tem uma casa com família para alguns é de mendigo, mas eu ganho isso aí. Eu não posso entrar no plano Minha Casa Minha Vida, ou seja, eu sou expurgado. Quer dizer, vai o DEMHAB lá na vila, quer dizer, pega a minha casa, desmancha minha área e eu fico fora do processo, porque não posso entrar porque ganho R\$ 2.500,00. Quer dizer, é uma discussão que eu queria discutir aqui dentro, porque na Tronco está acontecendo, 300 famílias saíram para o Bônus Moradia com o compromisso do Fortunati e do Mello de dar os apartamento. É a palavra de um prefeito. Agora tem o pessoal do Prefeito Marchesan dizendo que o DEMHAB não vai dar moradia para essas pessoas, Minha Casa Minha Vida, porque está saindo o plano B. Eu tenho uma cara, eu fui lá, ocupei a área lá. Tem mais, quando comprei aquela área era do INSS, não era da prefeitura. Então, a minha preocupação hoje, porque até agora faz 6 anos, 7 anos e está lá atirado. Só deixar bem claro aqui dentro do Conselho, que, a situação que dói é que o Conselho tem conhecer a realidade de Porto Alegre. Então, eu digo, o Conselho do Plano Diretor aqui tem que conhecer a Cidade de Porto Alegre, temos que fazer um encontro, seminários aqui saber a situação de Porto Alegre. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O senhor já completou 11 minutos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Tudo bem, até concordo, acontece o seguinte, meu presidente... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós temos que nos disciplinar. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A pauta é pequena aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu tenho inscrito o Furtado, mas antes eu queria fazer duas colocações bem rápidas. A proposta do Paulo Jorge é a respeito de fazer visitas nas regiões. Eu sugiro que os conselheiros das regiões façam uma reunião entre eles para estabelecer um programa de visita às regiões. O Paulo Jorge está pedindo, o Adroaldo está pedindo. Se vocês lembrarem, há 2, 3 anos... (Manifestação fora do microfone). Paulo Jorge, respeito é bom e eu gosto, eu respeito. Eu estou aceitando a tua proposta, eu quero encaminhar a tua proposta! Ora! (Manifestação fora do microfone). Ok, ok, conselheiro! Então, esta é a proposta de fazer uma reunião com os conselheiros das regiões para encaminhar isto em definitivamente. Segunda questão antes de retomar. Rogério e Emerson, existem movimentos na cidade de grupos de arquitetos e engenheiros que já fizeram reuniões com o prefeito, houve alguma evolução, o prefeito encaminhou para uma... Como que eu vou chamar? Uma consultoria que está a trabalhar com a prefeitura, no sentido de encaminhar, de alterar esses procedimentos. Nesta reunião estava presente o Secretário de Desenvolvimento Econômico, mas o Secretário Cidade, que foi muito cobrado pelo prefeito por não ter encaminhado nada do que os arquitetos apresentaram. Eu estava junto nesta reunião, neste grupo de arquitetos. A reunião foi na segunda-feira, na sexta-feira o prefeito já convocou este grupo para fazer esta discussão com esta consultoria que está a ser contratada pela prefeitura. Eu acho que existe um espaço muito grande e uma demanda muito importante de trazer o Secretário Cidade aqui. Se for a vontade dos conselheiros e alguém formatar, formalizar esta questão, eu acho que a gente poderia trazer o Cidade. Na secretaria do Cidade hoje estão todos os órgãos de licenciamento, inclusive, o pessoal do habite-se. Então, eu acho oportuno, porque eu acho que é a terceira ou quarta reunião que vem à tona isso aí. Depois dessa reunião que eu tive com o prefeito, com esse grupo de



arquitetos, eu vi que a questão é muito, muito delicada dentro do governo, porque o governo neste aspecto não está se entendendo. Tanto que as cobranças que o Prefeito Marchesan fez ao Cidade na nossa frente foram bastante constrangedoras, mostrando que não existe projeto da prefeitura. Tanto que o Prefeito Marchesan nos deu um baita espaço para ouvir esta consultoria, conversar com a consultoria e vi ter outros procedimentos com esse grupo de arquitetos. IAB... Só um pouquinho, eu tenho inscrito antes do Furtado. Furtado, tu passar teu espaço para ele primeiro? Então, tá, então, fale, depois fala o IAB.

José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB: Eu não ia falar nada, não ia me pronunciar, mas como o DEMHAB foi citado inúmeras vezes, só vou fazer algumas considerações. Esta questão da FRAPORT, da Nazaré, Ministério Público Federal, prefeitura, DEMHAB, isto ainda vai continuar em discussão. Não vou aqui emitir valor, sim ou não, a favor ou contra. É capaz de acabar em judicialização isso aí. Então, tem que aguardar. Respondendo ao Dal Molin que questionou a questão do Minha Casa Minha Vida não ter unidades comerciais, não é correto, o Programa Minha Casa Minha Vida traz sim unidades comerciais. Nos Irmãos Maristas estão sendo executadas as unidades. Como que se faz isso? No momento em que tem determinada comunidade que vai ser reassentada no Programa Minha Casa Minha Vida, no levantamento socioeconômico social já se faz este levantamento de quantas pessoas trabalham no comércio e isto é projetado dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Essas pessoas passam para as unidades comerciais. Lembrando também da questão de pessoas com dificuldades de locomoção, também têm áreas térreas para essas pessoas, rampas. Então, tudo isso é sim objeto de trabalho dentro do Programa Minha Casa Minha Vida. Só para não deixar uma informação incorreta. Então, tem sim. Essas pessoas da Nazaré, todos que tinham comércio têm possibilidade dentro dos Irmãos Maristas e no Senhor do Bom Fim. O Senhor do Bom Fim já era para ter sido entre, mas o que aconteceu? Foi invadido, ficou em judicialização, reintegração de posse, depois quando aconteceu a reintegração de posse a Caixa Econômica Federal teve que gastar mais R\$ 3 milhões para recuperar as unidades. Então, mais outro problema, porque foi depredado. Então, agora estão praticamente prontas as unidades. Então, não só tem áreas institucionais com creche, com posto de saúde, escolas de ensino médio e fundamental, e tem sim unidades habitacionais dentro de um cadastro socioeconômico e social. Em relação à questão da Tronco, que o Paulo Jorge sempre fala, tudo bem, nós temos uma questão antigüíssima da Tronco. Tu sabes, tu participaste, eu participei ainda na SMAM, daquelas 8 áreas que estão reservada e continuam reservadas para a área da Tronco para o Programa Minha Casa Minha Vida, faixa 1, que hoje já tem verba específica, só tem que dar o (Inaudível), que é o Fundo de Garantia. Então, continua com as áreas reservadas na Tronco, estão gravadas como áreas de reassentamento da Tronco, só que não temos ainda condições de fazer, porque é um programa federal e não tem a verba, mas continuam guardadas, até poderia se desfazer, mas nem pode porque é gravado para a Tronco, e ainda existem situações lá que vão demorar. Tem regularização fundiária naquela área lá que tu ocupas também, tu sabes disso. Só que como diz o Felisberto que não está aí, 20 anos para regularização fundiária, é por aí. Ele grita sobre o Jardim das Estrelas, eu já falei, está na minha mesa esperando que o nosso apoio operacional em meio ambiente possa fazer os estudos ambientais, é uma empresa licitada com verba do governo para justamente fazer os estudos ambientais porque a gente possa encaminhar para a SMAMS e fazer todo o procedimento de regularização fundiária. Assim como “n” vilas em Porto Alegre, estamos aguardando. A última colocação é que está apta à licitação, ao pregão eletrônico pela CELIC. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**



Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Sobre a questão, fiquei sabendo agora desta consultoria para licenciamento, o que para nós do IAB, o IAB junto a este grupo que teve nessa reunião que tu mencionaste, nós estivemos, abrimos e participamos durante todo o sempre do inquérito que foi levado adiante ao Ministério Público. Para nós é do máximo interesse, e digo mais, parece que não só o secretário, mas a consultoria deve ser convocada por este Conselho. Então, já deixo aqui um pedido em nome do IAB, já que fomos provocados pelo conselheiro e vice-presidente. Propomos que seja convocada esta consultoria, porque este é o Conselho que trata em última instância da questão do licenciamento. Isto deve ser tornado público, porque senão houver transparência desde o momento de debate de como vai ser, qualquer alteração sobre licenciamento em Porto Alegre, é pouco provável que haja transparência no processo depois. Se não houve transparência no debate vai haver transparência depois de implementado? Pouco provável! Então, este Conselho tem mais do que o direito, tem o dever de convocar. E não só o secretário, mais até do que o secretário, esta consultoria que está sendo contratada e que este Conselho nem soube, está sabendo agora por uma reunião que outro grupo alheio a este Conselho fez com o prefeito. Este Conselho é o órgão de licenciamento, porque estamos aqui licenciando o que é há de mais importante e impactante na cidade, é o que passa por este Conselho, o resto é ordinário. Então, é uma solicitação. Se tiver que fazer por escrito, mas conta na ata, consta esta solicitação em nome do IAB. Gostaria até de colocar e votação para que seja colocado em nome do Conselho a convocação desse grupo consultor, saber quem é, que eles pudesse mandar, mas inclusive, uma minuta do que estão tratando com alguma antecedência, em nome da transparência da coisa pública. Ou estamos falando de empresa privada? Porto Alegre virou empresa privada que ninguém sabe e a transparência é algo que não importa? Princípio da administração pública, básico! Haja vista o Cais Mauá, que está pagando o pato da total obscuridade do processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Não existem mais inscritos. A respeito da proposta do Conselheiro do IAB, eu acho que não tem sentido, porque não existe nada oficial, é um grupo de profissionais, arquitetos e engenheiros, que abriu espaço junto ao prefeito. Esta consultoria eu nem sei se é oficial ou não, se falou com ela, se conversou com o representante lá, mas não há nenhum ato oficial do governo sobre isto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, convoque o secretário o esclarecer, Gomes! Pelo amor de Deus! Obscuridade não, cara! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Deixe-me concluir! Deixe-me concluir! Por isso a minha proposta. Escuta o áudio se não conseguiste escutar na hora, estava distraído. É trazer o secretário para levantar essas questões. Essa história que está acontecendo, este grupo que está organizado, não é que não tenha que fazer, pelo contrário, é porque está sendo muito prejudicado no seu trabalho, no exercício da função de arquiteto nesta Cidade, também de engenheiro. É simples! O que poderá, se o Conselho assim entender, é fazer esta convocação ao secretário para esclarecer como anda o processo de licenciamento na cidade, quais as propostas, porque nós regredimos em relação ao Governo Fortunati, e regredimos muito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, quero propor que esta convocação, porque eu acredito que nós temos o direito de convocar, não só de convidar, seja acompanhado... Já há um posicionamento anterior, para a gente não ter que questionar aqui, perder tempo com isso, já adiantamos, se há alguma consultoria externa tratando do processo de licenciamento em Porto Alegre. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Qual é o projeto do



governo, é isso? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Que isso venha com antecipação, para a gente analisar antes e não ficar aqui... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Abrindo novamente para inscrições, nós já íamos para o expediente. Então, eu gostaria da manifestação rápida e para partirmos para a pauta. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para agregar nos esclarecimentos que podemos pedir previamente, em Porto Alegre a SMAM foi a primeira Secretaria Municipal de Meio Ambiente que tem há décadas a... Concessão não é o nome certo. Agora me fugiu a figura jurídica correta, de plena, ela licencia plenamente. Eu tive acesso esta semana, é um documento de mais de uma semana, da Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul, de Meio Ambiente, cassando o licenciamento pleno, que é da SMAMS. Então, ela volta a se subordinar à resolução do CONSEMA, daquilo que é só de competência municipal, coisa que ela já tinha há uns 30, 40 anos, desde a origem da SMAM ela tinha esta competência por concessão do Estado, mas o Estado casou isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O que tu estás falando, existe um movimento grande. Através de outro fórum, eu tenho algumas informações, mas eu vou pedir para que o secretário da SMAMS, que na próxima reunião vai estar aqui presidindo, que ele explique o que aconteceu, porque teve vários movimentos. Se tirou a competência, a competência é da FEPAM, de vários níveis ela pode repassar ao município e nós perdemos, por exemplo, o loteamento de 20 hectares, mas entrou alguma outra coisa depois, que o Maurício não conseguiu me passar, até em função da saída dele da secretaria. Então, eu acho muito oportuno que na próxima reunião a gente peça, eu posso já solicitar ao secretário que ele já venha com essas informações para nós, para não ficar um diz que me disse pela metade. Eu acho que ficaria bem mais claro. O Conselheiro Felisberto encerrando as inscrições. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Obrigado. Quero justificar o meu retorno, como eu falei no início da reunião, eu tinha uma audiência, terminou agora e ainda bem que estamos em informes, porque eu gostaria de dar um informe. Como todos sabem, já foi falado na reunião passada da ocupação de um prédio público ali na Baronesa do Gravataí, um prédio público abandonado há mais de 15 anos e que estava em processo, sofreu um incêndio. Então, ofereceria risco às pessoas que estavam lá dentro. Foi cumprida a liminar e as pessoas estão resistindo na calçada, ali em frente ao prédio. Surpreendentemente, este prédio está no projeto PL encaminhado na venda de imóveis. Eu não sei se falaram isto, mas tem um PL na Câmara de Vereadores para vender vários imóveis e segundo informações este prédio estaria para ser vendido. Então, eu gostaria de saber se é verdade isto, quero que fique consignado na ata. E relatar sim, que mesmo com toda a pressão foi uma reintegração pacífica, em nenhum momento a Brigada usou de violência. Eles têm recebido apoio da comunidade e da própria imprensa. Eu tenho vários anos de ocupação e pela primeira vez eu vi a imprensa dar apoio e está todos os dias ali fazendo repostagens, Zero Hora, SBT, Record, Bandeirantes, André Machado e ninguém tem se posicionado contra. O pessoal conseguiu uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, na Assembleia, amanhã às 9 horas. Então, aqueles que puderem estar lá, que pudessem dar um apoio ou que pudessem passar ali pela ocupação para ver e peço aos conselheiros que ajudem nesta luta, porque é uma luta muito justa, que é a questão da cultura africana e da cultura indígena, duas civilizações tão maltratadas nesses tempos, apenas reivindicando seus direitos de serem incluídos. Pasmem, eles não querem assistencialismo, eles querem desenvolver o seu projeto e se for necessário eles assumem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a responsabilidade também, vão apresentar um projeto de manutenção do prédio. Aí a gente vai buscar os apoios, eles têm bem consciente isso. Então, eu não poderia deixar de fazer constar em ata, porque é um problema do conselheiro e da RGP. 1. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado! Conselheiros, entramos na **2. ORDEM DO DIA. EXPEDIENTE: 18.0.000120309.2.** Eu recebo a informação que o relator Darci Campani não recebeu o processo eletrônico. Eu confesso que me causa estranheza, vamos verificar bem os emails, porque estavam usando o mesmo email teu de sempre, para ver o que está acontecendo. Até fazer um teste, abrir o teu email aqui com ela para não acontecer isto. É um absurdo, imagina, nesta altura do campeonato nós não termos o email dos conselheiros que estão há muito tempo aqui com gente. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas nós tivemos outro conselheiro, eu acho que era a Tânia que estava reclamando que não recebia os emails. É histórico, o email da UFRGS eu uso desde que foi criado, é “ufrgs.br”, a convocação eu estou recebendo. A gente estava vendo ali, às vezes o computador cria um “ufrgs.com.br”. Aquelas coisas de computador que o Steve Jobs tem que resolver para nós ou pedir demissão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tá bom. Obrigado, conselheiro! Então, fica para a próxima semana. O EXPEDIENTE: 18.0.000136847.4. Relator da ACESSO. Conselheira, pela sua manifestação. **ITEM 3.02. EXPEDIENTE: 18.0.000136847.4. INTERESSADO: Obraprima Incorporações e Construções Ltda. ASSUNTO: Ajuste de gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro, desgravame de área verde, ajuste nos limites das subunidades 01 e 03 da UEU 110 da Macrozona 3. LOCAL: Alameda Emiliano, 168. RELATOR: ACESSO. ENCAMINHAMENTOS: Distribuído para relator em 16/04/2019. PRAZO RELATÓRIO: 23/04/2019. Prazo prorrogado para relato em 30/04/2019. Apresentar relato em 07/05/2019. Juntada do parecer da relatora: parecer contrário em 07/05/2019. Pedido de vista: SMDE, RGP. 1 e 6, EPTC, SENGE, OP, ÁREA (disponibilizado em 07/05/2019. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Como foram aportados vários documentos novos, e como colocou a própria Gisele, que não era uma questão tão simples, a ACESSO gostaria de prorrogação de prazo para emitir seu relatório, mas eu sei que o Fernando até distribuiu alguns documentos, eu gostaria que fossem juntados aos autos para serem apreciados. Ele poderia, já que ficou até este momento, eu até havia informado ele no início, não sei o que o Conselho vai decidir, mas eu estou pedindo prorrogação de prazo para relato. Se ele quiser apresentar agora o Conselho decide. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É uma sugestão da relatora, eu acho que não precisa nem colocar em votação para acatar, porque é o esclarecimento do processo. Se algum conselheiro quiser se manifestar ao contrário, senão eu encaminho para apresentação. o Conselho concorda: então, vamos fazer uma votação, é melhor. Quem concorda com a manifestação do representante do empreendedor. **APROVADO POR UNANIMIDADE. Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Boa tarde a todos. Eu sou o arquiteto que está trabalhando neste projeto a alguns anos que vem tramitando. Como disse a Conselheira Claudete e a Conselheira Gisele, é um projeto que tem algumas peculiaridades de fato. Ele vem tramitando desde 2011, só a título de curiosidade. Enfim, chegamos a este ponto, o nosso pleito frente às discussões que estão sendo abordadas parece um pouco trivial, mas que para nós é fundamental, o nosso objetivo é esclarecer a vocês algumas coisas que talvez em um processo tão longo possa não ficar tão claro. Então, a gente desenvolveu



este material com a intenção de deixar mais explicativo, de maneira gráfica o que é o nosso pleito. Hoje a gente tem este terreno, que está entre duas ruas, nesta rua existe um *cul de sac*, é uma rua existente, asfaltada, com infraestrutura, que é o que existe hoje no local. Existia uma diretriz viária de conexão com a Alameda Emílio de Menezes, que é aquela rua por trás do terreno, que liga na Nilo Peçanha. Esta rua quando o proprietário adquiriu o terreno existia um parecer jurídico solicitando que a prefeitura eliminasse esse gravame, esta diretriz viária. No decorrer do processo, nas solicitações de DM e tudo mais, a prefeitura continuou manifestando o interesse na diretriz, colocando nas DMs que eram solicitadas pelo proprietário a existência da diretriz, em que pese haver esta decisão judicial, mas, enfim, o proprietário procurou a prefeitura na ocasião e tramitou um EVU com a intenção de conciliarmos interesses, visto que a diretriz original passava sobre o terreno integralmente. Então, com a intenção de conciliar os interesses o proprietário sugeriu que se estudasse um novo traçado, que resultou nesse traçado que existe na situação conforme o gravame. Então, desta maneira se buscou conciliar os interesses que eram da prefeitura com os interesses do proprietário que adquiriu um terreno que por via legal tinha sido derrubado o tal do gravame. O que acontece é que este novo gravame, apesar de ter sido conciliado entre a prefeitura e o proprietário, de ter ido aprovado, ter gerado essa situação, criou uma situação em que a matrícula em si não tem acesso. Para a nossa surpresa, como arquiteto, quando entramos com a tramitação do projeto de aprovação do projeto em si, depois de tramitado o EVU de alteração do traçado, foi negada a aprovação do projeto porque não tínhamos acesso, a rua não tinha frente, o terreno não tinha frente para logradouro. Naturalmente, quando a gente entende que o que está gravado na prefeitura é esta situação do meio, onde hoje existe uma rua asfaltada, com *cul de sac*, está gravado em área verde. Então, entramos com a solicitação para o desgravame desta área, enfim, conforme fosse o melhor entendimento da prefeitura, de maneira que a gente tenha exclusivamente acesso ao terreno. Não há nada além disso, o nosso pleito era por acesso, não por interferência no traçado viário ou qualquer coisa dessa natureza. No nosso entendimento deste desgravame vai gerar algo parecido com esta última situação resultante, este último desenho que tem na folha de vocês. Aproveitando o leito asfaltado que tem hoje, com a possibilidade de se manter uma área verde nessa área verde, enquanto não for realizada a execução da rua projetada. No futuro, quando foi feita a execução dessa via, ela pode permanecer desta forma, até porque hoje a gente tem o Colégio Anchieta que foi aprovado muito provavelmente no período em que estava tramitando o nosso EVU, por isso deve ter sido a razão dele ter recebido o acesso que existe hoje por este leito asfaltado da Rua das Rosas, existente no *cul de sac*. Então, o nosso pleito é nesse sentido. Da mesma forma, o que acontece é que por conta desse traçado viário e da nossa área ter nessa pontinha de baixo uma área de APP e ter uma topografia bastante acidentada, nós solicitamos uma revisão do enquadramento da subunidade, porque o enquadramento que o nosso terreno se encontra, aliás, que contorna todo o nosso terreno, que é o único desta região que está fora da subunidade 3, com esta adequação a gente poderia subir em altura, sem precisar tramitar um novo EVU que nos permitiria por conta do traçado viário atingir o nosso terreno, por conta da faixa de APP e por conta da topografia solicitar o aumento de altura, algo que é previsto no Plano Diretor. Esta troca de subunidade eu gostaria de deixar claro que ambas subunidades têm o mesmo índice de aproveitamento. A gente não tem um ganho imediato de índices, esta não é a motivação princípio. (Manifestação fora do microfone). A altura sim, a altura na subunidade 1 é 9 e na subunidade 3 não me recordo, mas permite um prédio de até 10 pavimentos, o que a gente poderia pleitear via EVU, por causa da característica do nosso



terreno. Então, pleiteamos por ocasião de uma reunião que fizemos com a Cristina, que era a responsável pelo setor, que nos orientou que fizesse através de uma solicitação de troca de subunidade. Mais para baixo vocês vão ver, inclusive, aqui a gente tem um perfilzinho que demonstra o resultado do projeto que a gente está pleiteando no entorno. As edificações que tem ao redor são todas muito mais altas que o nosso projeto que a gente vem tentando aprovar. Inclusive, mesmo que aprovado com altura superior à subunidade que está enquadrada hoje, ele vai estar muito próximo da altura dessas casas que estão aqui no topo da rua, porque esta rua desce. Lá embaixo, no *cul de sac*, onde se encontra o nosso terreno em um ponto baixo e ainda baixa no interior do terreno mais ainda. Então, mesmo que seja concedida a troca de subunidade para a gente poder crescer em altura, a gente vai estar abaixo de construções que são residenciais, casas residenciais no topo da rua. Dessa maneira a gente enxerga que não trazemos prejuízo para o entorno, para a vizinhança. Esta é uma imagem que a gente fez, pela Nilo Peçanha a gente vê que mesmo depois de construído o nosso prédio com altura superior, prevista da subunidade 1, ele ainda vai estar mais baixo do que os prédios que estão atrás dele. Então, esta foi a razão de preparar o material e trazer para vocês, de maneira mais visual, mais gráfica, que é a maneira que a gente como arquiteto sabe se expressar, para tentar deixar o nosso pleito claro e compreensível para todos vocês, visto que é um processo com mais volumes e etc., tem muito conteúdo dentro dele. Basicamente, o nosso pleito é este. Agradeço a atenção e me coloco à disposição. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. A palavra está aberta para quem quiser levantar alguma questão. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, dessas três plantas aqui, a situação conforme o gravame, isto é o que está hoje na diretriz, é este desenho do meio. Ou seja, já tem essa área atingida, que faz o cálculo da área atingida pelo traçado viário. É isto? A área de APP está à esquerda do terreno, ela pega só aquele trecho onde tu não consegues nem construir nada, pelo desenho. (Manifestação fora do microfone). O pedido de alteração, então, restringe-se à alteração do regime de subunidade 3, que, na verdade, era aquele ali do Anchieta e aquele está pegando me parece até de forma equivocada, deveria ser subunidade 1, de fato. Pelo menos no primeiro momento me parece isso. E o outro pedido é a alteração daquele desenho do que hoje é *cul de sac* para fazer aquela alça e chegar naquela rua projetada. É isso? **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Hoje existe, esta rua existe lá, que era por onde se acessava o terreno. A nossa intenção é ter acesso ao terreno, porque o gravame hoje está posto de uma forma que não temos acesso ao terreno, porque a rua não está executada. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Mas o *cul de sac* está? **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Sim. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** E tu acessas aquela lateral do terreno pelo *cul de sac*? Hoje tu acessarias? **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Hoje eu acessaria. (Falas concomitantes). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Está construído o *cul de sac*, mas o gravame é de área verde? **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** É isto aí. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, é uma adequação, há um erro de zoneamento ou alguma licença mal dada para o *cul de sac*. É isto. E a questão de APP, ela cruza esta rua projetada: **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** A APP cruza a rua projetada. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não é nascente?



912 **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Não. Nessa alça já
913 está executada, tem o acesso do Colégio Anchieta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
914 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Eu fiquei com algumas
915 dúvidas. Este é o processo daquela área onde tem uma área desapropriada, é isto?
916 **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Tem uma área
917 atingida pelo sistema viário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
918 **Planejamento Um – RGP. 1:** E teria sido pavimentada a rua, é o processo que a arquiteta
919 da SMTE veio a semana passada e falou? Então, eu queria um esclarecimento de porque
920 esta rua está pavimentada, não se sabe por quê. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
921 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O esclarecimento seria com a...
922 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
923 Não, primeiro esta questão. E também tenho outra dúvida, que é a questão das matrículas,
924 que não estão atualizadas. Então, teria que dar uma olhada. E o que foi levantado pela
925 Claudete no seu parecer também me parece muito oportuno. Eu vou esperar ela se
926 manifestar, mas tendo em vista o primeiro parecer da Claudete, vou esperar o que ela se
927 manifestar, mas eu endosse as colocações do primeiro parecer da ACESSO. Obrigado.
928 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**
929 **RGP. 6:** Por encaminhamento, o processo já tem parecer de vista. Eu acredito que temos
930 três pareceres de vista. Então, a ACESSO está solicitando mais prazo para fazer o seu
931 relato, na última reunião falamos que seria feito neste. Isto é o prazo regimental. Então,
932 teria que haver uma votação para ver se damos mais prazo ou não para a relatora.
933 **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da**
934 **Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Presidente, o OP
935 também tem vista dentro do processo, eu acho que se a relatora não apresentar um relato
936 eu vou ficar prejudicado. Eu quero saber, porque eu estudei todo o processo e quero saber
937 qual a informação que a relatora ainda não apresentou. Então, vai ficar prejudicado para
938 quem tem vista. Dentro dessa apresentação também tem alguns questionamentos que
939 quero fazer. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação –**
940 **EPTC:** É uma dúvida, na verdade, porque eu trouxe o parecer de vista hoje, já que era o
941 prazo, se eu apresento ou aguardo? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
942 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É uma situação que se criou, só vamos ter o
943 parecer de vista após o relato da relatora. Então, a situação que eu coloco é esta, a
944 situação está posta, as vista estão com as informações suficientes e seguras para
945 apresentar o relato e a relatora ainda não está em condições. Nós teríamos que fazer uma
946 votação, caso o relator não tenha mais prazo e não fizer o relato hoje, nós teremos que
947 nomear outro relator igual e isto vai demandar mais prazo. Eu como mesa tenho a seguinte
948 sugestão: independente do conforto ou desconforto do conjunto, é dar mais uma semana
949 para o relator, porque se nós não dermos vamos ter que nomear um novo relator, vocês
950 não vão poder apresentar pareceres de vista hoje, porque não tem parecer de relator.
951 Então, esta é a situação que se colocou, a mesa está sugerindo que se dê esta semana a
952 mais. Relatora, uma semana é suficiente? Há um comprometimento de na próxima vir o
953 relato, eu acho que é uma medida sanatória e economiza tempo. Até porque já ficamos por
954 demais com este processo, chegou ao ponto que as vista tem parecer a mais de uma
955 semana e a relatora ainda... Cinco semanas já. Então, eu peço a manifestação em cima
956 desta questão. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
957 **Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu gostaria dos esclarecimentos e fiz, até para
958 fundamentar melhor o meu parecer, porque eu também tenho vista. Então, eu fiquei com
959 essas dúvidas e gostaria de ouvir, já que está aí. **Fernando Maia, Obraprima**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Incorporações e Construções Ltda.: Se eu não me equivoco as dúvidas seriam a respeito das matrículas desatualizadas e a pavimentação da rua. As matrículas desatualizadas se dão por causa do prazo em que o processo está tramitando. A última vez que nós anexamos documentação nesse processo, foi ainda no ano passado. É uma questão documental que podemos acessar no que for adequado pelo corpo técnico da prefeitura. Não há nenhum tipo de modificação nesses aspectos. Em relação à rua estar pavimentada, esta é uma rua existente, é antiga, é a rua original da qual se tratou na colocação da conselheira Gisele na reunião da semana passada, fruto do Loteamento Chácara Limongen. Por ocasião desta intenção da prefeitura de fazer uma conexão com a Alameda Emilio de Meneses é que se fez uma negociação por um novo traçado, na rua existente se gravou ali, onde hoje é uma rua existente de fato uma área verde, que existe apenas no registro da prefeitura, ela não existe de fato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Felisberto, nas normas de licenciamento da prefeitura tu tens obrigação de apresentar as matrículas? Tu tinhas matrículas com validade de 30 dias, depois se passava todos os órgãos que passam de licenciamento, nós estamos nesta cadeia aqui, só vai voltar a exigir de novas matrículas lá na PGM, quando fizer os termos de compromisso. Então, nesse meio não há necessidade, não este condicionante. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só gostaria de registrar, Conselheiro, que parece que todo mundo já fez parecer de vista e a conselheira relatora não fez. Isto seria até uma anomalia, né? Isto é o resultado de uma anomalia de procedimento, de uma interpretação, porque, na verdade, primeiro se faz o parecer do relator, depois diligências o depois vista. Eu tive que solicitar nova vista porque no parecer de vista foram aportados documentos, mais de 300 páginas, que não estavam no processo. Então, o relator precisa diante de fatos novo analisar com cautela para verificar o novo parecer que vai ser emitido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Cada conselheiro tem o seu critério, o critérios os relatos de vista não acharam necessárias todas essas observações. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Queria uma informação, quanto da área está dentro da subunidade 03, qual o percentual? E por que não consta aqui a marcação da APP dentro da proposta? **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Em relação à marcação da APP ela conta de todo o material que foi anexado no processo de aprovação e não está marcado nesse material específico porque não nos pareceu relevante para esta questão em si, procurando fazer algo que fosse o mais limpo e simples para apreciação de vocês, para o esclarecimento. Isto consta no processo, de quiserem apreciar dentro do expediente único, creio que vocês têm o acesso, mas tudo isto consta lá. Em relação aos afastamentos o nosso projeto respeita integralmente. O percentual da subunidade eu não saberia te responder exatamente o percentual, mas a maior parte do terreno está na subunidade 1. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, conselheiros. Uma semana a mais de prazo, os conselheiros concordam: **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DO RELATÓRIO.** Obrigado, Fernando. O item **3.03. EXPEDIENTE: 002.3320.448.00.0. INTGERESSADO: Sport Club Internacional.** Adroaldo, por favor. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, devido à complexidade deste importância e a importância que tem para Porto Alegre, para o Rio Grande do Sul e para o Brasil, porque o Internacional leva o nome de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul, eu gostaria de mais um prazo, porque já fizemos uma rodada de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conversas lá com o vice-presidente de assuntos estratégicos no Internacional, vão trazer dados complementares, porque envolve muitas contrapartida importantes para a cidade. Então, gostaria de trazer bem mais claro para que possamos aprovar com tranquilidade. Então, eu gostaria de mais uma ou duas semanas de prazo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não podemos votar só uma semana, conselheiro. (Manifestação fora do microfone). Então, o conselheiro solicita mais uma semana de prazo para proceder ao relato. Em votação mais uma semana de prazo, quem é a favor? **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DO RELATÓRIO. O 3.04. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre.** É o relator da ÁREA. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Este processo é uma planilha com todos os valores do solo criado adensável e não adensável da cidade. Então, nós estamos fazendo algumas análises sobre como fica em algumas regiões esses valores, nós estamos fazendo uma comparação dos valores apresentados da outra vez em que não foi aprovado aqui, em 2017. Como é algo complicado vou pedir uma prorrogação de prazo, porque estamos tentando apresentar planilhas e simulações de como acontece em cada região, alguns comparativos. Então, é bastante complicado e eu quero trazer algo bem elaborado, não só consta o histórico, mas temos algumas dúvidas. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, o conselheiro solicita mais uma semana. Coloco ao conjunto. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só gostaria de saber quem é “nós” quando tu falas, porque em princípio o relator é a ÁREA. Quem mais está envolvido no processo? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É a ÁREA. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Poderia ter envolvido um servidor público junto, o que seria salutar, inclusive, eu acredito que um assunto deste não deveria estar... Isto não é uma crítica á ÁREA, mas não deveria ser de um relator só, mas de uma comissão. Isto demanda um trabalho monstro e há pontos de vista complementares a trazer. A gente traz aportes de diferentes saberes ao processo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Quando eu falo “nós” é porque estou juntando algumas pessoas e o meu suplente, o Jesus, o próprio Fernando, que vivenciaram todo esse processo. Eu não faço sozinho, eu represento uma entidade, tem um grupo, é a entidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, quem é favorável á prorrogação de mais uma semana? : **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DO RELATÓRIO.** Conselheiros, muito obrigado pela dedicação dos senhores e até a próxima. Boa noite!
ENCERRAMENTO: 18h45min.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2806/2019

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas a primeira chamada e às dezesseis horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes, Vice-Presidente e Titular da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA**. **DEMAIS CONVIDADOS**: Alex, Carlos e Eduardo, representando **AMOVIM** e **Associação de Moradores da Vila Nazaré, MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2795/2019 e 2796; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 16h32min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa tarde a todos. Um prazer enorme estar aqui com vocês. Na semana passada eu estive fazendo uma apresentação, mas em função das



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

agendas iniciais do governo tive que me encaminhar. Gostaria de saudar aqueles que não estavam presentes, enfim, aqueles que estavam. Eu tenho um desafio bastante grande de tocar o nosso Plano Diretor da Cidade juntamente com as pautas ambientais. Alguns de vocês já me conhecem, eu conheço alguns conselheiros da sociedade, das entidades, colegas da prefeitura. Eu espero que a gente tenha uma boa condução com a contribuição de vocês. No início a gente talvez se atrapalhe um pouco nas ordens, embora já tenha vindo muitas vezes aqui, mas a condução do trabalho, este rito a gente pega em seguida. Eu conto com a Dra. Gabrielle que nos assessora nesta pauta. Então, saúdo novamente vocês. Vamos para a votação da ata. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2795/2019 e 2796/2019.** Alguma contribuição? As duas atas. A favor? (Contagem de votos = 13 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 08 abstenções). **APROVADAS AS ATAS 2795 E 2796/2019.** Vamos passar para a ordem do Dia. Acho que temos um pedido de inversão de pauta. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Presidente, eu queria propor a inversão de pauta para a gente poder analisar o item 3.03, até porque os representantes do clube estão aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, colocamos em votação a inversão da pauta. Em votação, quem é favorável? (Contagem de votos = 19 votos). Alguma abstenção? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Convido aos interessados do Sport Club Internacional a fazerem uso da palavra. Temos o Diretor de Negócios Estratégicos do Inter, o Sr. João Pedro Paiva, que nos prestigia com a presença. Obrigado. **ORDEM DO DIA: 3.03. EXPEDIENTE: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891. RELATOR: RGP. 2. João Pedro Lamana Paiva, Diretor de Negócios Estratégicos do Sport Club Internacional:** Muito boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer à gentileza da inversão da pauta. Para nós é muito bom, porque temos outras reuniões posteriormente e temos uma apresentação aqui para todos os senhores sobre o que está sendo colocado hoje para que se possa dar sequência e votação. Para isto vou passar a palavra ao Vítor e posteriormente para o Maurício, que são os representantes da Hype. **Vítor Grumber, Diretor de Patrimônio do Sport Club Internacional:** Boa tarde a todos. Para este projeto nós temos uma comissão e a apresentação de hoje será pelo Arquiteto Maurício, que elaborou junto com o escritório dele, a Hype, o projeto. Posteriormente, eu elencarei as contrapartidas solicitadas pela prefeitura, as quais nós negociaremos. **Maurício, Arquiteto da Hype:** Quero agradecer ao convite para apresentar o projeto. Eu sei que muitas vezes as questões são bem técnicas, a gente manda um documento, personaliza, mas tem certas coisas que a gente não consegue passar. Então, estamos aproveitando esta oportunidade para mostrar o projeto a vocês. Este é um projeto que a gente vem trabalhando há muito tempo, um projeto que para nós tem um peso muito grande. Nós iniciamos ele lá em 2007, mas a nossa ideia desde quando começamos a trabalhar com o Beira Rio seria que ele fizesse parte de uma grande renovação urbana, uma melhoria de todo o seu entorno. Então, este projeto é uma parte do que a gente chama de projeto de “direito para sempre”, que é uma série de obras no entorno, que visa qualificar não só o estádio, mas também a questão social e pública. Em 2006 começamos a trabalhar neste tema. Em 2007 a gente entrou com o projeto de diretrizes na CAUGE, em 2008 entramos com o projeto de EVU, já naquele ano foi aprovado ali que tenha o regime urbanístico para a área. Então, a área já possui hoje um regime urbanístico. Vocês vão ver que o que estamos pleiteando é, na verdade, uma modificação daquele regime que já



96 existe. Não é fazer ou não fazer, mas a forma de fazer, porque a gente poderia aprovar
97 simplesmente um projeto para a área, não precisaria passar pela CAUGE, pelo Conselho.
98 A gente entende que conseguimos qualificar e nós mesmos queremos mudar algumas
99 diretrizes que tínhamos estabelecido. Vou apresentar a vocês. Seguindo a história do
100 projeto, de 2009 a 2014 tivemos muitas discussão, principalmente na questão de estádio e
101 prazo de FIFA, que tivemos que atropelar um pouco essa questão do EVU, das torres,
102 acabou ficando um pouco em *stand by* e foi retomado em 2015, após a entrega do estádio
103 para o clube. O que tem de diferente do projeto original para o projeto que apresentamos
104 em 2015? O estádio está pronto, virou um marco na cidade, eu acho que mudou a postura
105 de todo mundo dentro do clube, é um legado que foi deixado. Pensa-se hoje que não
106 podemos estragar o que fizemos por causa de um empreendimento imobiliário. Uma coisa
107 importante é que se inverteu a lógica. Então, a gente tem que propor coisas em volta, mas
108 o ponto de vista é diferente, não é um terreno como outro qualquer na cidade que tenha
109 que construir para ganhar dinheiro. Então, a visão de legado é mais presente hoje em dia.
110 Aqui eu mostro qual é a área. Foi perguntado sobre o que seria das escolas de samba e
111 tal, porque, realmente, o projeto é mais ampla, mas a gente está indo em etapas. A
112 segunda etapa para dentro da própria área do clube, na área de matrícula do clube, mis
113 especificamente na porção sul, uma área de 26 mil metros quadrados, que a gente
114 identificou que é livre e desimpedida, que a gente poderia trabalhar sem ter que pleitear
115 outras coisas. Então, este é o nosso foco agora. Assim como o estádio é uma área que foi
116 ganha junto ao rio, através de aterros. Ela foi muito tempo posto de gasolina, teve lojas,
117 nunca teve uma ocupação muito consolidada naquela área. Na verdade, hoje ela é um
118 grande estacionamento, a gente entende que não tem um patrimônio arquitetônico ou
119 ambiental que a gente tenha que preservar. Nós até contamos, são 25 linhas de ônibus
120 que passam ali, a gente ainda está propondo uma estação de Catamarã. Então, é um lugar
121 muito acessível, muito central e nós como urbanistas temos esta visão de dinamizar a
122 cidade e aproveitar a infraestrutura que já temos. Então, é quase como um dever nosso
123 desenvolver esta área. A gente vai mostrar o que estamos pensando, mas não serve para
124 toda a cidade, não é um ponto de vista que a cidade tem que ser assim, mas para este
125 terreno esta é a melhor solução. Entrando no conceito, o que a gente pode com este
126 projeto ajudar a consolidar Porto Alegre como um polo de negócio, turismo e cultura.
127 Então, aí vem o porquê do uso misto, aí vem o caráter público do empreendimento que a
128 gente está propondo. A gente entende que Porto Alegre não vai virar o Rio de Janeiro, mas
129 seguinte perde muito com pessoas que vêm a negócios, pessoas que vão a Gramado, elas
130 não ficam nenhum dia aqui, ela passam direto. Então, a gente pode agregar mais um
131 ponto turístico. Então, a gente entende este empreendimento dentro desta ótica. Ele está
132 dentro do grande eixo turístico da cidade, porque queremos potencializar e nós temos
133 pontos novos, digamos assim, que é a orla do trecho 1, o trecho 2, o trecho 3 que está em
134 licitação, o centro de eventos que é lindeiro, já está listado no projeto. Então, a gente
135 entende que é um ponto focal bem importante para a cidade. Outro conceito é esta
136 sinergia entre espaço público e privado. Então, sempre vendo o espaço público de maneira
137 generosa, com interfaces vivas, não temos nenhum muro, ao contrário, estamos usando o
138 projeto para animar algumas interfaces que não são muito boas hoje, acesso ao público e
139 o conceito de 24 horas por dia, 7 dias por semana, porque nós temos uma infraestrutura
140 para receber 50 mil pessoas, que é utilizada uma vez por semana, de vez em quando ou a
141 cada duas semanas. Então, a gente tem que utilizar mais a infraestrutura. Por último é o
142 diálogo com o entorno, a gente entende que isto é muito importante, estamos colados no
143 estádio, não podemos esquecer disso, estamos muito perto do Asilo Padre caciue, que é



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

uma entidade histórica e importante de Porto Alegre. O edifício garagem, quer goste ou não ele está lá, ele tem porte. Então, a gente tem que saber dialogar com ele. E o próprio lago, que é um atrativo para o empreendimento. Hoje em dia as visuais para o estádio são quase todas bloqueadas. A gente tem vindo pela Padre Cacique e tem o próprio Gigantinho que bloqueia o visual do estádio, vindo pela Beira Rio temos as árvores do Marinha, que bloqueiam parcialmente, depois o próprio edifício garagem. Vindo da zona sul pela Edvaldo Pereira Paiva a gente tem o futuro centro de eventos, que é um projeto que deve sair. Então, este visual também não é perene. O que é de propriedade do clube, que ele pode manejar a área, é onde a gente está fazendo o projeto. Então, disso parte a forma de inserção, que no projeto antigo que a gente apresentou lá em 2007, a gente ocupava esta área e o que vimos agora é que a gente consegue fazer sem ocupar essa área. Isto aqui não é o nosso projeto antigo, mas é o que a gente pode fazer recurso o regime urbanístico aprovado na época. Então, são duas caixinhas e utilizando toda aquela base ali. O que a gente está propondo? Com a mesma área, o mesmo índice de aproveitamento, porque não estamos mudando isto, mas estamos propondo uma nova apropriação do terreno. Não a gente dá um recuo de 40 metros até por solicitação da própria cultura. Este projeto não nasceu ontem, desde 2015 a gente vem tendo reuniões e mudando o projeto. Então, de fato, por exemplo, isto é um recuo a mais que solicitaram, a gente colocou no projeto e ficou legal. Então, a gente vai incorporando e entre as coisas que nos pedem a gente faz testes e vê que não ficou bom. Então, é um projeto que está sendo feito até pelo interesse público que tem este projeto a gente está fazendo a quatro mãos junto com a prefeitura. A segunda linha de projeto, na verdade, esta foi a primeira coisa que apresentamos ao clube, quando apresentamos esta nova proposta a gente viu – olha, a gente consegue ocupar todo o terreno e manter todo este largo para o estádio, o que também é importante no sentido de liberar o espaço para acesso em dias de jogos, para o espaço de descompressão. Então, quando vimos que a gente conseguiria ocupar este terreno sem prejudicar a dinâmica do estádio foi uma coisa que a gente não conseguiu mais voltar atrás. Aqui está o projeto, como estamos respondendo a essas diretrizes que eu apresentei antes. BN estamos querendo criar esta grande praça, que a ideia é já marcar em matrícula que não vai poder ser nunca ocupada, uma área que não pode edificar, que vai ter um projeto aprovado pelo clube, que é o principal interessado pela área que seja interessante. A gente cria uma interligação entre esta praça e a Av. Beira Rio, que está há 3 metros acima da praça. Então, a gente consegue subir com as pessoas logo depois da praça e vir em nível para a Av. Beira Rio, a gente libera o acesso de carros, que hoje tem um certo conflito ali. Então, a gente já resolve esse problema e interliga a praça com a orla. A gente cria nos últimos andares desta torre mais alta as áreas de acesso público, estamos pensando em um mirante, mas com um apelo cultural, uma exposição ao ar livre, até para garantir que seja aberto, que seja público, porque vai ter qualidade mantendo. Logo abaixo um restaurante que talvez a gente tente como semipúblico. Tudo isso tem um acesso direto para esta esplanada que a gente está vendo aqui. Depois começam as atividades fins, que é o complexo multiuso que a gente está criando, com o hotel na borda. Por último, este edifício garagem que a gente mimetiza com lojas voltadas para esta praça. Então, cria novas vagas, que também foi objeto de análise, de quantas vagas se precisaria, já que temos o edifício garagem. Então, optou-se por ter apenas algumas, mas estamos cumprindo os mínimos. Aqui é o comparativo que resume bem o que é a nossa proposta, isto é o que a gente poderia fazer, não o que a gente iria fazer, mas é o que o plano hoje nos permite e isto é o que a gente está solicitando. Então, fica bem claro que estamos abrindo esta visual, estamos criando esta praça importante



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para o clube, mas também para a cidade. Qualquer a gente tem o diagrama do outro lado, mais subjetivo, mas no nosso entendimento essas torres de 52 metros se mesclam com o volume do estádio. Então, cria um ruído para a leitura dessas edificações. Então, o que estamos propondo é separar e aumentar a altura delas. Então, esta torre mais alta deve ser de 30 metros e a torre que fica mais junto à orla, de 80 metros, que está seguindo um pouco o que já foi estabelecido pelas torres do Barra, pelas tores do Fórum. Então, estamos mantendo este alinhamento que já existe para edificações na orla. Aqui é uma vista do Parque Harmonia, que a gente entende que isto cria um ruído para a leitura do estádio, aqui quando a gente afasta e aumenta a altura dela. Aqui a gente libera todo o visual para o Asilo Padre Cacique. Aqui são algumas imagens só para entender a ambiência dessa grande praça que estamos criando, como que se vincula com as lojas. Aqui a gente tem a recepção para quem vai subir para a área mais públicas, no topo da edificação. Esta é uma questão, até hoje será a maior edificação da cidade e do estado, a gente entende assim, não sei, como nas outras cidades – pô, legal, a gente vista, mas não consegue ir. Então, a gente entende como simpática, vai se rum ponto focal e a gente quer levar as pessoas para lá, até para ter a simpatia do clube. Aqui seria o acesso para aquela explanada que vai para o rio, as lojas vinculadas àquela praça que estamos criando. O coroamento do prédio, a gente tem uma área que separa, vamos dizer, a área condominial que separa o topo. E temos esta exposição com uma arquibancada para o rio. Então, é um acesso totalmente público e aqui um restaurante, que a gente entende como aquele restaurante mais de referência, como tem o da orla hoje, mais turístico. O porte do estádio não pode estar competindo com coisas da mesma altura. Então, a gente cria um diálogo efetivamente. E aqui já é uma estação de Catamarã, que foi fruto das discussões com o poder público. Então, o próprio poder público está colocando como contrapartida, vai ser entregue junto com a própria edificação. Aqui é só para mostrar, são todas as pranchas que fomos apresentando com modificações, são imagens que fomos modificando, mas, principalmente, por diálogo com a prefeitura. Aqui tem quase uma centena de diagramas que fizemos, não só para aprovar o nosso ponto, mas como a gente estava vendo aquela situação, mas também para nós entendermos e podermos modificar. (Aplausos). **Vítor Grumber, Diretor de Patrimônio do Sport Club Internacional:** Bom, vocês viram o projeto e a ordem cronológica. Quando da apresentação do EVU nos foram pedidas as medidas mitigatórias e eu vou apresentar quais as contrapartidas foram solicitadas para que a gente a partir de agora a gente comece a discutir com a prefeitura. Eu vou ler elas, porque a iluminação está um pouco prejudicada. A SMAMS nos pede a investigação confirmatória na areado antigo posto de combustíveis que ficava no terreno e averbar a nova condição ambiental na matrícula do terreno. Relação das melhorias médicas, investimentos em obras de melhorias na Unidade Básica de Saúde Santa Marta. A EPTC pede um investimento em obras de alargamento na Av. José de Alencar, uma faixa entre a Gonçalves Dias e a Getúlio Vargas. Também nos pede um projeto de engenharia para viabilizar a conexão de travessia de pedestres entre o terminal de transportes hidroviário e o complexo Beira Rio. Nesta contrapartida aparecerá outras duas contrapartidas que se relacionam com esta que dizem do Catamarã, que inclusive aparece direto no projeto, o píer. A EPTC ainda nos pede investimento em ciclovias e bicicletários em locais determinados, atendendo o Plano Diretor Cicloviário. Também pede a doação de equipamentos para a central de controle da EPTC. A EPAHC nos pede obras e investimentos de melhorias no Asilo Padre Cacique, que é incluído no projeto. Em relação ao píer do Catamarã nós temos duas solicitações, uma da EPAHC e uma da SMURB, uma que fala em investimentos e obras na estação de transporte hidroviário, um píer público, e



a SMURB nos pede a doação desta área, tanto a construção quanto a doação da área. A SMURB nos pede investimento em escola para 250 crianças. Acontece que o Internacional tem alguns projetos, como o Interagir, o Interabilita, o Futuro Gigante, a biblioteca Pública e a Universidade Colorada, que podem se relacionar e nós vamos trabalhar isto junto a esta contrapartida. Essas são as contrapartidas, este é o projeto. Estamos aqui com o corpo técnico e ficamos à disposição. Muito obrigado. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela apresentação. Só para complementar, essas contrapartidas decorrem da análise do impacto de cada secretaria. Por que tem a reforma do Asilo Padre Cacique? Em função do sombreamento que ali se coloca em função do empreendimento. A reforma do posto de saúde, em função das pessoas que vocês estão levando, como não há posto próximo, então, a ampliação no atendidos deste posto. Assim como a contrapartida do espaço das escolas, é em função de uma análise de população, a SMED tem assento na comissão e verifica quanto da população, se tem escola para atender. Enfim, todos os estudos e análises, a partir disso que se indica a medida mitigatória. Vamos seguir aqui, alguma dúvida? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Primeiro, gostaria de parabenizar pelo trabalho, não resta dúvida da qualidade, a gente já conhece a Hype. Eu acompanhei enquanto funcionário da prefeitura todo o projeto de cedência desta área, onde o contrato de cedência da área, qualquer atividade está vinculada ao Sport Club Internacional, a atividade fim, que é o clube. Eu não consigo ver, eu acho que se faz um discurso que não é verdadeiro. Eu não estou levantando a questão técnica do projeto, do desenvolvimento da orla, mas eu acho que todas as entidades, todas as regiões de planejamento gostariam de ganhar quinhões da cidade e depois transformar a atividade fim, tipo uma associação de moradores, e transferir para a iniciativa privada para construir seja lá o que for. Esta área foi cedida para atividades que correspondam ao Sport Club Internacional. É lógico que se me disserem que isso vai ajudar o Internacional, não tenho dúvida, mas não é esta atividade. Só para reafirmar esta contradição, eu acho um absurdo o que se faz com a cidade, este loteamento para beneficiar alguns em detrimento de outros. A prefeitura ganha meia dúzia de quinhões, de ajuda para arrumar um posto de saúde e acha que está fazendo um bom negócio. Para encerrar o assunto, recentemente, acho que todos aqui acompanharam, o nosso Prefeito Marchesan tirou a sede dos funcionários da Carris exatamente com este argumento que eles tinham fugido da atividade fim, que era a sede, tinham feito academia para as pessoas irem lá fazer e isso não era a atividade fim. Aqui se constrói duas torres comerciais e é atividade fim do Sport Club Internacional. Com todo o respeito ao Sport Club Internacional e aos arquitetos. E outra coisa que eu gostaria de colocar, que já foi colocado aqui, é que recentemente se mostrou que todos os milhares de metros quadrados que foram doados, tanto ao Sport Club Internacional, como ao Grêmio Futebol Porto-alegrense, acabaram sendo motivo de ação policial. Quer dizer, nós não estamos trabalhando com entidades, com todo o respeito de novo, que são a própria SPAAN, ou seja lá quem está ali na frente, nós estamos trabalhando com entidades, com instituições que tem história, fazem parte da história da cidade, mas que, recentemente, estiveram envolvidos com a Polícia Federal e ainda estão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só complementando, enquanto Procuradoria Geral do Município nós enfrentamos isto, esta área foi doada para o Sport Club Internacional em 1956, com algumas cláusulas de resolutividade. Isto esteve no cenário do município, esta questão de atividade vinculada ao clube, enfim, na composição de viabilizar o centro de eventos, o estádio, que é uma área



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que o município tem maior interesse em desenvolver um trecho de área que estava na propriedade deles. Então, fizemos uma composição e recebeu aquele trecho de área em função de se liberar esta condicionante em relação à atividade fim. Então, foi nesses tem, sempre preocupado com a isonomia nos tratos das questões públicas. Então, sim, isto foi vislumbrado e houve uma construção para se viabilizar aquele terreno, em função disso encaminhamos um projeto de lei para revisar esta cláusula que ali constava na doação da área, quando foi feita lá em 1956. **João Pedro Lamana Paiva, Diretor de Negócios Estratégicos do Sport Club Internacional:** Só para dizer que realmente esta área foi doada em 1956 e depois retificada para que se pudesse ter a sua matrícula própria. Lá consta uma cláusula que é a atividade fim para o Sport Club Internacional, pelos seus rendimentos para manter o clube esportivo e conseguir estar no cenário. Nesta área, dos 15 hectares que o Inter tem matriculados, serão destacados 2,5 He para fim de construir essas torres, dentro dessas torres, dos 25 mil metros quadrados a metade ficará uma área não edificante, que todos poderão utilizar. Mais ainda, o Inter não vai pegar este dinheiro e jogar dentro, para jogadores, etc. e tal, pelo contrário, o Inter fará um fundo para poder se manter para o reto da vida como entidade esportiva para o cenário do Rio Grande do Sul e do Brasil. Então, estamos trabalhando com isso, este desmembramento está em um projeto de lei na Câmara de Vereadores, já tem relator e estão votando para isto. Nós estamos fazendo dentro da legalidade e da mais transparência possível. Não queremos nada, digamos assim, que não seja dentro da legalidade e da transparência. Muito obrigado, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos mais alguns inscritos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estava aqui em 2014, quando o projeto entrou aqui para discutir. Ainda não ficou esclarecido, porque ali tinha uma área com 80 famílias que a prefeitura desapropriou e jogou lá para a Tronco, no aluguel social. Essas famílias ainda estão dependendo, porque a prefeitura ainda não deu condições de moradia para beneficiar o Internacional. A minha preocupação é a altura desses prédios, que vai sombrear a orla do Guaíba, assim como o Pontal do Estaleiro. Daqui alguns anos haverá um impacto muito grande em Porto Alegre. Ou seja, beneficia os grandes empreendimentos, mas a Vila Gaúcha está lá em cima atirada, sem condições de moradia, as vilas atiradas e a prefeitura não se preocupa. E estou vendo aqui, as contrapartidas são todas para a prefeitura. Eu não vejo arrumar uma comunidade, não! Um baita empreendimento no nosso paraíso, que é a orla do Guaíba, mas a comunidade pobre vai ficar atirada. Presidente, se tem a cota social, então, olhar mais as comunidades, porque as condições da nossa gurizada que não tem esporte, não tem um campo. Olhem bem, capôs para os jovens jogarem na comunidade, não sair de lá e descer aqui para a beira do Guaíba, porque no fim quem vem para a orla é a classe média que tem carro, porque os jovens ficam na comunidade, não saem. Os jogadores saíram de onde? Da várzea. E onde é a várzea? Na vila. É de lá que saíram os grandes jogadores. Então, por que não investem nas várzeas, porque hoje quem toma conta são os traficantes. E por que não investem nas várzeas? Eu não vejo isso aí! Presidente, é um empreendimento poderoso, precisa se autossustentar, mas tem que olhar para o lado da pobreza também. Um projeto muito bom, mas precisa olhar para a comunidade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, parabenizar o projeto. O que me espanta é sempre o poder público proporcionando determinadas coisas para a iniciativa privada, esquecendo o ponto da regularização fundiária. Sempre a prefeitura para se eximir das suas responsabilidades pede contrapartidas para aquilo que é uma obrigação dela, transfere para os outros fazerem.



Não tem o mesmo cuidado de cuidar. O Paulo Jorge levantou uma questão importante – qual o investimento nas comunidades do entorno? Cede-se área para o judiciário, para grandes empresas aqui, mas o retorno para as comunidades é mínimo. Nem mesmo as contrapartidas necessárias fazerem eles fazem, que era a questão da ponte para acessar o novo Fórum. O Centro está perdendo a sua dinâmica e a sua paisagem urbana natural, que sofre uma violência por aterros e outras coisas mais. Esta área é aquela do projeto que está tramitando na Câmara de Vereadores para doação, os 25 mil metros? Segundo, quais serão as contrapartidas em relação às escolas de samba? Na primeira vez havia todo um projeto para incorporar com as escolas de samba do entorno. Antes havia um compromisso com essas escolas, que está parado. Também tem um centro de eventos que vai ser feito ali, que vai penalizar mais ainda as escolas de samba. O objetivo não é ser contra o progresso da cidade, mas, ver o projeto em relação à comunidade que estão inseridos. As comunidades não tem um processo de regularização, de urbanização, de regularização fundiária. A RGP. 1 vai pedir vista desse projeto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** De fato, aquele projeto de lei, conselheiro, que tramita na Câmara de Vereadores não é a doação da área, o projeto retira a cláusula que vinculava à atividade fim, não poderia se desenvolver uma atividade residencial, por exemplo, ali, porque estava vinculada à atividade de estádio. O projeto de lei foi enviado em função dessa permuta e construção que se fez para a gente receber a área onde vai ser instalado o centro de eventos do município. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa tarde. Eu fiquei muito contente em olhar o projeto e me dá muito prazer ver o pessoal da Hype apresentando o trabalho deles. Eu sinto real satisfação em saber que o pessoal saiu da Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Então, eu me sinto muito contente de ver esse trabalho. Eu tenho quatro questões, não sei se vocês me responderiam, mas sobre as medidas mitigatórias em relação às conexões com o Catamarã, aparecerem 3 solicitações ali, no entanto, no meu entanto, são uma só. Então, eu acho que a gente poderia juntar elas em uma só, porque dá uma sensação de uma triplicação de uma coisa que é uma só. A outra questão é sobre a escola, eu acho maravilhoso que tenha esse tipo de ação mitigatória, no entanto, parece que já deveria estar acompanhado do projeto a localização, projeto, para dar segurança na hora da gente aprovar ou não. Em que momento a gente vai atrás para ver isso? Não é levantar nenhuma questão sobre os funcionários da prefeitura e nem coisa alguma, mas é que isto dá uma segurança – vamos fazer uma escola, esta aqui, vai atender 350 crianças. Eu acho que isto daria uma tranquilidade maior para a gente, uma segurança. A outra questão que eu tenho é sobre o perfil das edificações, porque vocês colocam a importância turística, paisagística, etc. e etc. da cidade, quando a gente está no rio e quando os turistas vêm a Porto Alegre tendem a fazer o passeio pelo rio, a gente enxerga três faixas, cinco se a gente quiser. E isso eu aprendi muito com a Fabiane Bicca, essa leitura, que significa uma constituição da paisagem em faixas horizontais, que tem certa altura que termina no todo do morro da cidade. E se a gente fizer nessas visuais que tu apresentaste, elas passam bastante da altura do topo do morro e isso é algo muito significativo na paisagem. É um rompimento enorme com o perfil construtivo e com o perfil paisagístico da paisagem natural. Então, talvez isso pudesse ser uma questão a ser investigada. E eu faria um comentário para os meus queridos arquitetos, este lindo projeto que vocês fizeram para o Beira Rio, esta proposta linda das borboletas e tal. Que tem uma elegância que faz este ser o estádio mais bonito de Porto Alegre... Eu acho mesmo muito lindo, quando está acesso à noite é de uma beleza impressionante e transforma aquela área. Isto é posto a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

parte. O que eu gostaria de comentar é que me parece que, principalmente, o edifício... Se pudessem colocar os perfis dos edifícios para a Padre Cacique. (Visualização na tela). Este edifício, eu não sei, mas está tão gigantesco, está tão... Posso usar uma palavra? Tão “brutalista” em relação ao que a gente tem no estádio, que, sinceramente, eu pensaria um pouco naquilo ali. Eu acho tão exagerada esta escala para a área, para a escala inteira daquilo ali. Enfim, isto é questão arquitetônica, mas eu acho que pode ser feito, não vejo porque a gente não fazer. Em quarto lugar, quero falar o que o Paulo Jorge falou, eu acho que contrapartidas que a gente possa ter nas áreas de população de baixa renda são fundamentais. A gente precisa entender duas coisas na Cidade de Porto Alegre, um, nós precisamos de creches, porque a população mais desatendida é a população de creche. Então, nós precisamos de creches. De maneira geral a segunda população mais desatendida que nós temos em faixa etária são os adolescentes e eles adoram skatar e skatam em aqui lugar. Então, eu fico me perguntando se para o pessoal dos esportes será que não seria interessante a gente ter como medida mitigatória nas áreas da cidade algumas pistas de skate que ajudasse os jovens a fazer exercício. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Conselheira Cláudia nos lembra o trecho três. Esta é uma manifestação bastante interessante, tomara que no prazo de 5 nos... Tomara não, nós vamos conseguir viabilizar o aspecto de planejamento. Nós vamos aprofundar mais nas questões do plano e esta é a ideia de termos um planejamento não mais macro, mas micro, deixar planejado aquilo que a comunidade demanda, o que ela quer, conforme os empreendimentos que forem acontecendo irem resolvendo esta infraestrutura então, entregando essas obras. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Germano, quero falar mais um pouquinho. Sim, eu entendo que a gente pode, e devemos, fazer a proposta do Plano Diretor de baixo para cima, mas a gente tem feito sempre de cima para baixo. Então, eu não vejo porque não possa ser uma diretriz da prefeitura este tipo de coisa. Por exemplo, quando vamos ter medida mitigatória sempre teremos uma atividade, uma função na área de vila. E mesmo no projeto poderia ter uma pista de skate, é uma coisa tão moderna, não tem por que não ter nesta área uma pista de skate, por exemplo. Então, eram estas as considerações que eu deixo para reflexão. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Quero cumprimentar a todos que fizeram a apresentação, eu acho que está bem atendido o conceito da estrutura a ser instalada, mas quero retomar a questão das contrapartidas, que é um grande problema que a gente vem enfrentando, não só deste projeto, mas de outros projetos que são apontados aqui. E foi uma discussão também com o Secretário Germano, que a gente apontou em algumas reuniões atrás sobre a questão das contrapartidas. Muitas vezes as regiões de planejamento não têm a participação de elencar essas demandas, principalmente as demandas comunitárias. Esta é uma falha do nosso processo, porque as comissões apontam a contrapartidas, mas não tem a visão, o olhar da comunidade. Eu acho que este é o maior questionamento que está sendo apontado, tanto pelo Felisberto, também pelo Paulo Jorge, que é este olhar para a comunidade. Será que os anseios da prefeitura são os mesmos anseios da comunidade? Nós temos que ter este entendimento, porque vai melhorar muito a discussão aqui. Se nós conseguirmos atender nem que seja o mínimo das demandas da comunidade, porque é como disse a Livia, vem de cima para baixo. Nós tivemos uma situação bem típica na Região de Planejamento 4, que é o Beco Souza Costa, que é uma demanda da comunidade, mas que nunca tinha sido endereçado para as comissões para atender aquela demanda, que é importante para a ligação da



cidade. Então, essa situação de apontar esses condicionantes, nós temos que entender que está em situação de condicionantes agora. Não é um termo de compromisso, não estão fechadas essas contrapartidas. Isto é importante colocar. Depois vai sair um termo de compromisso aceitando a aprovação do plano, a aprovação junto à PGM. Então, estamos em uma situação de condicionantes, eu acho que dá para ajustar sim essas contrapartidas apontadas para esta proposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Hoje o que nós temos na nossa legislação é a possibilidade legal de impor medidas decorrentes de impacto que o empreendimento causar. Nós estamos autorizados a exigir a mitigação correspondente ao impacto. Então, toda a contrapartida que a gente dá como medida mitigatória decorre de uma análise de impacto. O que a gente tem que avançar aqui, e eu entendo a demanda de vocês, eu acho que no próximo Plano Diretor temos que construir esta natureza legal, porque tem uma possibilidade da gente intercalar aquilo que é o planejamento da cidade com aquilo que a comunidade demanda na região. A partir desse plano vamos poder integrar esta demanda da comunidade dentro da mitigação do impacto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria de cumprimentar os profissionais, todos os conselheiros, nosso secretário. Eu acompanho este projeto desde o seu nascimento, porque ainda estava vereadora na época. Nós sempre levamos em consideração as necessidades e aquilo que nós compreendemos como projeto para Porto Alegre. Nós sempre tivemos a preocupação de Porto Alegre na questão turística e de desenvolvimento, por ser uma cidade muito mais de comércio, entendemos o conceito de como aprimorar. E levamos muito em consideração, sem pensar nos pitacos importantes com os técnicos aqui, de uma sapiência, uma expertise maravilhosa, que nos passa despercebido quando somos de outra área. Por isso eu considero que este Conselho não pode ser meramente despachante, mas sim que tenha todo este olhar da urbanidade que pensa a sua fauna, a sua flora, o meio ambiente e as construções. Uma das coisas que muito me preocupou foi aquela questão do sombreamento, principalmente na questão da Padre Cacique, aí fui buscando informações e tiraram esta sombra também do meu pensamento. Não sei se ficou bem claro para todos. Com a questão da doação da área e que ali vai ficar livre, isto já me deixou bem mais tranquila. Também sobre o Catamarã, nada é neutro, nem o interesse de um sindicato, ou da área da construção, porque são conceitos que estamos discutindo aqui. Também a questão da passarela. Eu já fui diretora dentro do Internacional, trabalhei lá, fui conselheira, discutíamos a questão da passagem, que não deve ser apenas para os torcedores, é para a cidade. Tem coisas simples que a EPTC poderia resolver, como quando sai naquela rua que foi aberta ao lado do Marinha para dobrar à esquerda, que não custa nada, que é simples, tem que ser resolvido, aquilo é um gargalo não só para os dias de jogos, mas o próprio desafogamento do crescimento dessa região da zona sul e Extremo Sul, que não tem nada que implique que não possa ser efetuado. E a questão do Catamarã vai sim beneficiar o clube com o píer. Eu trabalhei toda esta questão política da liberação da área de Guaíba, porque ali vai ser um centro de treinamento tão grandioso como Liverpool, por exemplo. Também há a preocupação que as unidades carentes sejam atendidas e o próprio transporte servir para isso. Outro aspecto é a questão da FECL, quero convidar os nobres pares a conhecer a FECL, que é a Fundação do Internacional, é fantástico o trabalho com 300 crianças, mas indiretamente são mais de 2 mil crianças. Então, é um projeto fantástico, é uma das maiores bibliotecas públicas do país, que pode beneficiar muito. Todas as preocupações devem ser trazidas aqui de todos os empreendimentos. Eu quero me associar a essas questões, aquela questão, porque



aquele que foi construído ali não teve essas questões para deixar mais público. Então, estas questões de pista de skate e também os campos de várzea, quero me associar a isto, que se abra esta possibilidade maior através da FECL. Eu tenho certeza que o Internacional vai ser sensível para isso. Aquilo que a Prefeitura de Porto Alegre está deixando de fazer, o Internacional não vai poder resolver os problemas da cidade, mas pelo que conheço da alma deste clube e naquilo que a gente puder colaborar aqui, fazer com que a sensibilidade ruja, vamos colaborar, vamos lá conhecer a FECL, vocês vão se apaixonar. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Vamos a algumas questões. Primeiro, estranho não haver qualquer contrapartida direta, não necessariamente aquelas escolas de Samba, mas a cultura do samba, que está sendo diretamente impactada pelo projeto e pela proposta toda do novo Beira Rio, vamos chamar assim. E logo por um clube, e aí “gremialismos” a parte, mesmo sendo gremista, por um clube que busca uma identidade com o povo negro e o samba é, culturalmente, a identidade mais forte do povo negro brasileiro. Eu acho lamentável. Aí vou um pouco nas questões de que as contrapartidas não olham, antes de mais nada, para aqueles diretamente impactados pelo empreendimento. Esses são os que devem ter prioridade primeira, em qualquer contrapartida de grandes empreendimentos. Discordo bastante de que o atual plano diretor não estabeleça regras muito claras para que haja uma gestão democrática que determine os objetos de contrapartidas em nível regional. O plano de ação regional é instrumento que está no Plano Diretor e ele estabelece a possibilidade de definir vários aspectos que podem se tornar contrapartida. Então, não é um problema do plano, é um problema de gestão pública do plano, é um problema de gestão do planejamento municipal. E não se faz gestão pública, lamentavelmente, sem recursos humanos. Quando a maioria dos recursos humanos são retirados do planejamento e da gestão do planejamento para outras áreas fica muito fácil fazer gestão pública do planejamento. Dito isto, vamos ao projeto em si e a proposta como um todo. Primeiro, elogiar não só o trabalho, que apesar de gremista, é o estádio por fora mais bonito de Porto Alegre e por dentro eu vejo funcionalmente a Arena como uma solução melhor. Isto é uma posição arquitetônica que fica só para constar na ata. Dito isto, quero colocar aqui a fl. 105 do processo, o arquiteto que analisou dentro da SMDE, ele mesmo propõe o que eu ia propor, uma audiência pública. A questão de que temos um projeto que propõe uma altura, e não estou aqui fazendo qualquer juízo de valor sobre a proposta de alteração de altura. Eu acho que tem uma proposta interessante ali de volumetria, embora o impacto dela a gente deva avaliar melhor, mas ela é um ícone na paisagem que vai marcar Porto Alegre e aquela área, regionalmente, até por um longo tempo. E se um projeto desses não é meritório que passe por uma audiência pública, não sei que outro projeto será. E na fl. 105 o arquiteto coloca isto. E pela publicidade, pelo direito e princípio na administração pública pela publicidade. Eu manifesto aqui e sugiro que a decisão do CMDUA ampare essa sugestão do técnico. Além disso, gostaria de esclarecimentos, não dos arquitetos, mas a administração pública no sentido de que eu não consigo compreender essa inversão da ordem dos fatores, para mim ela altera o produto, pode alterar o produto. Como estamos aprovando um projeto cujo uso, que está sendo aprovado aqui, é um EVU, a gente aprova a atividade e a volumetria, entre outros aspectos, como que este uso a gente estaria aprovando a revelia da lei atual, aguardando que a Câmara de Vereadores aprove esta alteração de uso. Quer dizer, a nossa decisão aqui pode influenciar a decisão dos vereadores, quando deveria ser o contrário, nós precisamos da alteração legal para fazer esta alteração aqui no processo administrativo. Eu não consigo entender. Outro aspecto, salvo melhor juízo, existe um dispositivo no Plano Diretor que fala que para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aprovar projetos de arquitetura, projetos e edifícios com altura maior de 52 metros precisa de uma lei específica. Existe esta lei específica? São dois problemas que nós precisaríamos, no meu entendimento, da autorização legal para correr o processo administrativo, a questão da altura e a questão dos usos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pela minha experiência, um estudo de viabilidade urbanística não vincula necessariamente à administração, o que vincula é o projeto aprovado e licenciado. O estudo é um aspecto inicial de um interesse em desenvolver determinado projeto naquele local. E o próprio Plano Diretor prevê a possibilidade desse estudo de viabilidade urbanística flexibilizar alguns regimes, altura, volumetria, enfim, dentro desse aspecto da análise do projeto especial. Alguns outros pontos, necessariamente, como o índice de aproveitamento, precisam de lei. Mas como é a base para formação desse projeto de lei? Necessariamente, é o estudo de viabilidade urbanística, porque ele vai mensurar o impacto gerado pelo empreendimento, pelas medidas mitigatórias correspondentes, ele vai fazer essa análise de projeto especial e vai gerar um projeto de lei. Quando a gente vai ter que ter este projeto de lei transformado em lei? Na aprovação do projeto. Se nós não tivermos a lei que, necessariamente, este projeto de lei enviado para a Câmara de Vereadores, vai ter que ser discutido com a comunidade, há uma alteração do Plano Diretor, vai ter audiência pública, todo o processo de alteração legislativa de Plano Diretor, só que a base dele é o projeto especial, é neste projeto especial que se faz toda a análise mais complexa, que gera um projeto de lei que é enviado para a Câmara de Vereadores, se não aprovado o município não vai aprovar o projeto arquitetônico e licenciar, porque é um estudo da possibilidade de se edificar nesses padrões estabelecidos pelo município. **Vítor Grumber, Diretor de Patrimônio do Sport Club Internacional:** O impacto da construção do clube, na verdade, não é na área das escolas de samba, nós estamos falando da construção do centro da prefeitura. Em relação à audiência pública nós não nos opomos, acredito que é do processo, vai acontecer e estamos dispostos a participar. **Maurício, Arquiteto da Hype:** Talvez eu não tenha sido claro, o projeto original englobava tanto a área matriculada do clube, quanto a área da prefeitura. Eu sou um entusiasta de ter as escolas de samba ali, inclusive, vinculada a esta questão turística e tudo mais, mas ele nunca foi a contrapartida. As contrapartidas são referentes ao impacto que o empreendimento está gerando na área. As escolas de samba eram algo proposto por causa do uso dos próprios municipais, que não é o caso que está acontecendo aqui. Estamos fazendo um empreendimento dentro da área do clube. Então, não tem como a gente colocar na conta deste empreendimento resolver esta questão. Os comentários da Lívia também respeito, foram bem colocados, espero que a gente tenha mostrado aqui que a gente caminhou bastante em relação às questões volumétricas, sobre a solução. Sempre vai ter alguma coisa que dá para fazer melhor. E eu acho que isto faz parte do projeto. Agora, eu acho que isso é uma questão de um ajuste, que se possível a gente vai continuar trabalhando, a gente sempre teve este espírito de não ter a preguiça do projeto. A gente quer mudar, quer melhorar, mas a gente não pode botar isto como (Inaudível), isto faz parte do processo e a gente provou ter uma solução 100% melhor do que a gente tem com 52 metros ocupando aquela praça. São escalas diferentes de decisões que estamos tomando, uma escala de ocupar ou não o espaço, de deixar o espaço público em relação à altura. A gente está avançando nesse caminho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, o problema da escola de samba não é deste projeto, é relacionado com o projeto do estádio, daquela época. Ficou como contrapartida... **Maurício, Arquiteto da Hype:** Foi da execução da rua ali, não é?



576 **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:**
577 Exatamente. Então, isto é anterior, o Pífero e o Luigi não honraram o compromisso que
578 consta daquela época. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do**
579 **Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Eu vou entrar na questão, não vou querer me tornar
580 repetitivo em relação às falas anteriores, mas não deixaria de registrar aqui a qualidade da
581 produção do trabalho do Maurício, do Fernando, do pessoal da Hype. Isto se tornou
582 público e a gente tem acompanhado de maneira tão feliz a forma como eles produzem.
583 Desde o período da faculdade, não é, Lívia? São pessoas que têm este diferencial e já se
584 destacavam naquele período. Então, isto se revelou no projeto, a gente vê a questão do
585 atendimento ao recuo, priorizando a questão de visibilidade de quem passa nas vias
586 atendendo esta solicitação da EPAHC, a questão da priorização do turismo em relação aos
587 usos que estão ali colocados, aquela relação do nível com o Beira Rio parece tão
588 importante, aquele aceso público entre os dois volumes, a questão do Catamarã, enfim,
589 diversos pontos positivos que a gente pode ver no projeto. E me causaria muito
590 constrangimento se a gente não tivesse os elementos, Secretário, todos eles sanados o
591 suficiente para que a gente pudesse ter a tranquilidade de votar de maneira favorável, ou
592 seja, parece um desperdício de produção se a gente não tiver todos esses elementos que
593 foram levantados hoje para que a gente possa ter a certeza e a convicção de votar com
594 tranquilidade. Eu listaria dois ou três, que foi sinalizado pelo senhor positivamente, que não
595 vincularia necessariamente à questão que foi abordada pela sua própria experiência onde
596 já passou em trabalhos anteriores. Se fosse possível, tendo em vista que a gente vai ter
597 isso já sinalizado, pedidos de vista, que a gente pudesse trazer isso de maneira escrita e
598 documentada para a gente não cair no risco de subversão no instrumento. Então,
599 que a gente tenha esta segurança na condição de conselheiro, tendo em vista a nossa
600 responsabilidade quando a gente assume, quando adentra nesta casa para poder assumir
601 a condição de conselheiro, a gente tem que ter este amparo legal para termos a
602 tranquilidade de votar. Outro item levantado, que seria importante termos tempo para ser
603 sanado é o que foi colocado, até que ponto ele entra em grau de condicionante ou não, no
604 caso o Arquiteto Patrick falou que na página sinalizada pelo conselheiro representante do
605 IAB, já colocado como algo possível pelo pessoal do Inter em relação à audiência pública
606 me parece algo bem interessante também, até para que a gente possa ter todas as partes
607 bem alinhadas e poder de fato este projeto ser algo construído coletivamente com a voz
608 das comunidades. Eu não vou entrar no item que diz respeito ao apontamento em relação
609 à paisagem natural, que entra no caráter mais de que se as questões legais estiverem
610 cumpridas, apesar de que para mim seria interessante se estivesse um pouco mais baixo.
611 Naturalmente, imagino, inclusive para os próprios arquitetos que conceberam o projeto
612 acho que têm convicção de que se pudesse ser menor assim seria. E as questões da
613 escola de samba a gente poderia encarar também como uma oportunidade este momento
614 para este debate vir à tona de novo, não que seja condição *sine qua non* para que seja
615 aprovado ou não, mas que este debate permaneça vivo. Então, esses três apontamentos,
616 esta questão de sanar as questões legais, a gente sair da possibilidade de uma (Inaudível)
617 de instrumento e também atentar em relação ao que já tem documentado sobre as escolas
618 de samba já seria uma boa oportunidade para enriquecer o debate. Parabéns ao Inter,
619 mas parabéns aos colegas que desenvolveram o projeto e estou acompanhando o
620 processo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
621 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente tem que ir amadurecendo o
622 entendimento das etapas do processo para acrescentar o estudo de viabilidade
623 urbanística, que tem pelo Plano Diretor um prazo de validade, inclusive, de 18 meses, mas



ele por si só não enseja a autorização do poder público para edificar, porque tem uma etapa posterior, que é a etapa de projeto. O estudo de viabilidade urbanística está no aspecto da discussão da cidade do que se quer naquele espaço ali. A audiência pública vai haver quando da operação dos parâmetros do Plano Diretor. Quando a gente fizer a proposição de alteração legislativa, e este projeto de lei com os regimes é incorporado, necessariamente, vai ter que alterar o Plano Diretor, vai ter um rito rígido da alteração de plano, audiência pública, uma discussão mais profunda, maioria absoluta na Câmara de Vereadores, enfim, é um rito mais complexo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria só cumprimentar pelo trabalho, são colegas que participam da ASBEA, não temos dúvida da qualidade. Isto só mostra que aqui em Porto Alegre os projetos podem ser feitos por gaúchos. Eu vejo que a gente evoluiu muito hoje, diferente de outras reuniões, com o esclarecimento um pouco de procedimento. Germano, eu acho que as tuas colocações têm sido muito claras referente a alguns itens citados aqui. Quando tu não eras secretário estiveste aqui falando sobre medidas mitigatórias, o que era compensatório e o que era um loteamento, alguma coisa assim. Eu vejo que isto é uma coisa que a gente pode sempre estar discutindo, não no momento de um projeto, mas para uma pauta específica, a gente pode retomar e falar bastante para ficar bem claro, porque é um anseio muito grande das regiões. Entendo que o EVU vai para o projeto de lei, nem sempre vai, mas neste caso, porque eu entendo que são coisas que não estão estabelecidas no plano e ele tem que ir para um projeto de lei. Por exemplo, se fosse alterar um índice, como tu disseste, mas se eu não me engano, também porque no caso estão mudando a questão no fim. Então, ele só vai por essas razões. Eu não entendi, não conheço bem, tenho uma dúvida ali, a matrícula é aquela que mostraram ali, o que tem a ver o centro de convenções? É isto que não consegui entender, qual a relação ou se era do Inter, o Inter doou ou está doando, é isto que eu não consegui entender também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Esta é a área do centro de eventos, um trecho dela estava na propriedade do Internacional. Então, para a gente viabilizar, foi doada lá atrás, em 1950, mas para nós viabilizarmos o centro de eventos a gente fez uma composição, negociamos deles nos entregando um trecho dessa área, de contraprestação nós liberando a atividade fim para esta área de empreendimento residencial. Eles não poderiam, embora fosse doado para eles, estavam vinculados àquela determinada atividade. Então, como o nosso interesse do município era viabilizar um centro de eventos, a gente recebeu este pedaço de área, em detrimento disto nós liberamos esta vinculação à área específica. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fico muito feliz com esta oportunidade que o projeto está dando de fazermos uma discussão de vários aspectos da cidade em cima de projeto. Nós estamos discutindo a questão específica de interesse dos arquitetos com uma proposta extremamente ousada, que em outros momentos nós tivemos a oportunidade de discutir e não evoluiu, em outros fóruns também que não necessariamente aqui então, de rompermos esta barreira dos 52 metros de altura. Qual a experiência mundial que se vê hoje em uma Capital como Porto Alegre? Que os parâmetros não são necessariamente uma fórmula esquisita como a gente tem que de altura hoje. Nós temos que abrir espaço para a discussão da liberação de altura, estabelecendo outros critérios



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que não, necessariamente, aquela altura fixa pré-determinada. A região sul de Porto Alegre, a partir do Beira Rio, bem antes, foi grande beneficiária das obras da Copa, foi onde as obras da Copa deram certo, elas tiveram início, meio e fim. Elas qualificaram a vida de quem mora na região de maneira muito boa, com empreendimentos novos, a reforma do Beira Rio, que realmente é estádio mais bonito de Porto Alegre. Tem outro lá na entrada da cidade bonitinho, mas este é realmente uma obra de arte. Aí sim vieram outras obras acontecendo. Eu lembro como intervenção arquitetônica o que foi a evolução do projeto do Portal do Estaleiro. Quem acompanhou o projeto e o que ficou no final, eu recomendo que as pessoas visitem o portal e olhem a maquete o que vai ser entregue para a cidade, um espaço público e um espaço privado. O projeto nos permite a discussão do uso do lago. A colega disse que quando o turista vem a Porto Alegre, do lago não enxerga algumas coisas por causa da barreira, não enxerga porque não tem nenhum barco de passeio que passe aqui no Barra. Quem tiver oportunidade pegue um barco de passeio, ou se tiver oportunidade de alugar um barco, naveguem pelo Guaíba para verem o que nós estamos perdendo. Porto Alegre não é explorada, que é este turismo náutico, que foi negado para a população de Porto Alegre e os governos nunca deram bola para isto objetivamente e concretamente, tanto que nós estamos aí há anos e anos e não temos uma marina pública. O projeto coloca uma marina pública, houve uma negociação, eu acho que isto só tende a qualificar a Cidade de Porto Alegre. Eu acho que está dada a oportunidade para fazer um grande debate aqui dentro e fora também. Felisberto, na discussão do Cais do Porto a Região 1 teve um papel muito importante, porque entrou uma discussão da Região 1 com caráter de audiência pública. Pelos poucos que compareceram, pelas pessoas que foram convidadas lá se fez uma discussão interessante. E nós do Conselho também fizemos uma coisa que eu achava de grande valor e a gente poderia retomar isso, que eram as “vista” coletivas, que era assim: nesta sala os conselheiros que pudessem estar chamavam o apoio da prefeitura, dos técnicos, para desvendar o projeto. Se fosse o caso chamava também os empreendedores, aí nós saíamos com uma bagagem muito maior do que quando entramos naquela porta pelo conhecimento que se tinha aqui. Este processo tem o porte, a oportunidade e a provocação para que a gente venha fazer isto de novo. Eu quero dar meus parabéns aos colegas arquitetos e ao Conselho que está fazendo esta bela discussão nesta noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Não havendo mais inscritos passamos ao relato do conselheiro da Região de Planejamento 2, Conselheiro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Adroaldo. Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Boa tarde, conselheiros, Presidente. Eu quero agradecer à presença dos representantes do Sport Club Internacional. O meu relatório está pronto, mas quero fazer um pequeno comentário. A gente viu os colegas falando de coisas que a gente fala no dia a dia, sobre contrapartidas e o que é importante para a comunidade em cada empreendimento que surge em Porto Alegre. Então, está aqui no relatório a questão das contrapartidas sociais. Eu acho que os clubes de Porto Alegre deveriam estar sempre nas comunidades fazendo algum tipo de ação comunitária. Isto não é uma ideia que veio agora, até pelo prestígio que tem o clube mais expressivo de Porto Alegre, com todo respeito aos demais, (Risos). Uma coisa que eu notei que faltou ali, Porto Alegre é uma cidade leitora, não fala muito de bibliotecas comunitárias. Em relação à própria demanda de creches, eu acho que está muito pobre este atendimento. Na nossa comunidade, sozinhos, a gente atende 220 crianças por dia. Imagina com a expressão que tem o clube, poderia fazer muito mais. Isto não está no relatório, só estou fazendo um comentário como conselheiro. A questão do prazo, é um projeto que leva 10, 20 anos, a comunidade fica esperando algo que não vai chegar e essas questões comunitárias não têm muito tempo para esperar. Então, conselheiros, vou começar a ler. Todo mundo falou bastante e ainda temos muito a conversar sobre este projeto. Eu vou ler algumas partes dele, porque é extenso. Então, vou ler os dados de praxe do processo e algumas coisas que achei muito importante destacar. Então, vou ler, peço paciência, porque são 28 páginas. Não vou ler todo porque está à disposição, está na mesa e no processo. (Leitura do Parecer que consta dos autos do processo). Obrigado. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Excelente trabalho, nós vamos disponibilizar aos demais colegas, porque é bastante profundo o parecer. Eu consulto se há pedido de vista. **SOLICITAÇÃO DE PEDIDO DE VISTA: RGP. 1, 4, 5, 6 E 7, SAERGS E ACESSO.** Vamos encaminhar para a segunda pauta, dando continuidade. A Gabrielle nos lembra da possibilidade de vista conjunta. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** O processo fica comigo e vocês vêm até a Secretaria. É mais fácil. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Os delegados da região também estão pedindo para olhar este processo projeto. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** Se o processo for disponibilizado demora mais tempo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o que acha de disponibilizarmos o espaço do Conselho para virem e organizar com a Gabrielle? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Pode ser. (Falas concomitantes). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de levar sexta-feira e devolver na segunda-feira, conforme dispõe e tem sido usualmente acontecido, embora nem sempre eu consiga levá-lo. Então, sexta-feira eu gostaria de pegá-lo. Outra questão que eu gostaria de pré-questionar aqui, dado o interesse... (Falas concomitantes). Eu já fiz o pedido prioritariamente, ninguém se manifestou aqui... (Falas concomitantes). **Germano**



Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos à votação, talvez vista conjunta, ou... (Falas concomitantes). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas estou pedindo vista se não posso vir conjuntamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quem sabe vamos construir este acesso. (Manifestações fora do microfone). **Gomes, quem sabe nos ajuda. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Felisberto, é na tua região, né? Em uma situação como esta a prioridade é para a região sede. Então, como este foi levantado pela colega, quem teria prioridade para levar, passar o fim de semana, levar na sexta, a região leva na sexta e devolve na segunda-feira se for o interesse, preservando isto e lembrando a memória. Depois o processo fica conosco aqui para fazer a vista individual ou conjunta, conforme nos organizarmos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A RGP. 1 está de acordo, pegamos eu e a ACESSO. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Isto, beleza! (Falas concomitantes). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para o restante o processo vai estar disponível aqui. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Uma sugestão de encaminhamento. Considerando a complexidade e a gente sabe que estes assuntos não adianta atropelar, porque eles terminam sendo atropelados pelas discussões. Eu proponho desde já que tenha dois fins de semana, aí o pessoal se combina. Este final de semana ficou acertado quem leva, no outro fim de semana se posterga, ainda mais que tem o feriado esta semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vai ser disponibilizado aqui. Estamos encaminhando neste sentido. Avançando na pauta nós temos o **ITEM 3.01. EXPEDIENTE: 18.0.000120309-2. INTERESSADO: UVE-SMURB. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário; ajuste de traçado viário e ajuste dos limites das subunidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. RELATOR: ABES/RS.** com a ausência do relator, que justificou a ausência. Então, vamos prorrogar. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. A suplente está aqui, é a entidade, deveria ser relatado. Se é por dificuldade, não pode relatar, vamos pedir prorrogação de prazo. É isto? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Houve a justificativa. Então, colocamos em votação a prorrogação de prazo, por solicitação da conselheira suplente. **Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho um recado do colega Campani, porque ele está no congresso da ABES e me pediu para solicitar mais 07 dias de prazo, que ele se compromete a relatar na próxima reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Em votação. Quem é favorável à prorrogação do prazo? Contrários? **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE RELATO.** Passamos para o **ITEM 3.02. EXPEDIENTE: 18.0.000136847.4. INTERESSADO: Obraprima Incorporações e Construções Ltda. ASSUNTO: Ajuste de gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro, desgravame de área verde, ajuste nos limites das subunidades 01 e 03 da UEU 110 da Macrozona 3. LOCAL: Alameda Emiliano, 168. RELATOR: ACESSO. ENCAMINHAMENTOS: Distribuído para relator em 16/04/2019. PRAZO RELATÓRIO: 23/04/2019. Prazo prorrogado para relato em 30/04/2019. Apresentar relato em 07/05/2019. Juntada do parecer da relatora:**



parecer contrário em 07/05/2019. Pedido de vista: SMDE, RGP. 1 e 6, EPTC, SENGE, OP, ÁREA. Disponibilizado em 07/05/2019. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Vamos retomar. Este é aquele expediente que eu havia feito um parecer de vista, que depois foram feitas diligências e agora estou fazendo um novo parecer de vista, tendo em vista a documentação acostada. Então, foi feito um pedido pela Obraprima e um dos pedidos iniciais era solicitar o acesso do empreendimento. No segundo pedido, na verdade, ele queria fazer a adequação dos limites das subunidades. Esses pedidos, na verdade, foram feitos dentro do expediente único e foram encaminhados para a digitalização e foi aberto o outro expediente. Aí é o que nós tínhamos, na verdade, que veio o croqui, que é a rua que existe e a rua projetada. Esta é uma manifestação, é um email que foi juntado pela Arquiteta Ana Paula, se eu não me engano. Ela diz que fez uma consulta ao Advogado Maicon e faz duas considerações. Aí eu destaco dois pontos. No primeiro ponto ela diz assim: “Em função da área do terreno ser superior a 3.000 m², foi solicitada a consulta quanto à aplicação do regime urbanístico e estruturação viária que rechaçou o interesse público da conexão das vias Alameda Emílio de Menezes e Rua Tajuá à ligação da praça Antônio Luiz Roso - diretriz originada na Resolução 2441/15 - a ser executada em contrapartida para a mitigação do impacto do empreendimento na região”. Esta manifestação está correlacionada, eu acho que é em relação ao empreendimento da Melnick, mas ela diz bem claro: “Rechaçou o interesse público”. Tem outra informação neste email anexado aos autos que diz assim: “Sendo assim, cabe a esta Unidade, neste momento, encaminhar os trâmites da Minuta de Resolução com vista ao CMDUA, para o ajuste de traçado viário e ajustes nos limites das Subunidades 01 e 03 da MZ 3 UEU 110 e dar andamento na presente etapa de reconsideração de projeto protocolada em 6/10/2017 (E.U. 002.321962.00.3 Al Emilio de Menezes 168”. Então, esta é a informação que constava nos autos. Aí vem a resolução, na verdade, porque o processo inicial era bem simples, eram 34 páginas. Aí ele vem com esta solicitação: “Ajuste do gravame de traçado viário, cadastramento do trecho, ajuste nos limites das subunidades e desgravame da área verde”. Tem os croquis, eles não estão bons, no próprio sistema não estão muito bons de visualizar. E aí é a justificativa da resolução. Então, a demanda tem origem no expediente único, devido à necessidade de conciliar questões judiciais urbanísticas, aí a justificativa da resolução. Então, os objetivos eram: ajuste de gravame, cadastramento, ajuste dos limites e desgravame. Eu fiz a consideração no momento e aí coloquei duas considerações, este foi meu parecer inicial. O primeiro questionamento era: “Conforme a matrícula do imóvel...” Se o proprietário é Grifinória, eu tenho um requerimento inicial da Obraprima, eu não vi autorização nenhuma, foi uma questão formal a ser solucionada, ela não era nem proprietária, nem tinha autorização nos autos. Aí eu colocava aqui que diante dos documentos que eu tinha recebido aqui não tem interesse público, porque eu estava tentando ajustar o empreendimento às necessidades, principalmente baseado na informação que estava colocada no processo. esta é a matrícula. Na matrícula tem quem é o titular, que é o proprietário da área, que é Grifinória. O pedido inicial, na verdade, foi feito pela Obraprima. É o Fernando que está lá no fundo? Talvez o Fernando depois possa esclarecer a questão da legitimidade, na verdade. A Gisele fez a leitura de uma manifestação de esclarecimento feita pela Marina e trouxe algumas informações. Nós temos toda uma discussão, que foi feita uma resolução em 2015, aprovada neste Conselho, pelas duas pessoas que estavam aqui, que aprovaram, que é o Furtado e o Paulo Jorge. Claro, não vou pedir este esforço hercúleo deles de lembrar o que foi discutido naquela época, mas eles estavam aqui. Em função de decisões judiciais, na verdade, teria sido feita aquela resolução de 2015. Em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

função desta resolução de 2015 ter sido cometido um equívoco, na verdade, na sua aprovação, seria necessária a aprovação desta nova resolução. Eu trago uma informação importante, na verdade, que este cadastramento, que é aquele ponto do *cul de sac* para cima, ele existe desde 2002, a partir de 2002 ele foi criado. E pela informação, acredito que deva ter sido em função do empreendimento do Unique, não sei se foi, mas acredito que sim pelo endereço. A gente tem que entender, na verdade, o que aconteceu, que questão judicial é esta que eu precisei fazer uma resolução, foi feita errada e agora eu tenho que fazer de novo. Então, eu tenho que entender que questão é esta. Tudo decorre em função que este terreno foi adquirido por usucapião. Outro proprietário, o João entrou na justiça – Olha, eu quero usucapir este terreno. Ele entrou com usucapião no ano de 2001. A sentença foi dada no ano de 2005, a rua foi criada no ano de 2002, sentença em 2005, apelação em 2006. Qual é o objeto da discussão no usucapião? O usucapião discute domínio, discute propriedade. Qual era a discussão? O município dizia que ele era o proprietário da área. Por quê? Porque tinha tido um projeto anterior, que era a Chácara Limonge, que tinha sido registrada. Então, ali onde estaria o terreno que agora eles estavam tentando usucapir, ele seria, na verdade, parte de uma praça e parte do leito viário. Só na justiça a discussão é propriedade. Então, vamos discutir – é proprietário ou não é proprietário? Então, tem a sentença disto: “Diante o exposto, julgo procedente a ação de usucapião proposta por João, declarando proprietário do terreno”. É isto que diz a sentença. “Declaramos propriedade do terreno”. Este foi um croqui que a Marina colocou nos esclarecimentos dela, que seria, não tenho certeza, Gisele, se seria da Chácara Limonge lá atrás. Acredito que sim. A Marina fez um pequeno histórico, assim: “Em 2011 foi aberta a etapa de EVU de identificação. Na proposta do imóvel ele faz frente para o *cul de sac* existente. Em 2012 foi emitido o parecer conjunto, ratificando a necessidade de prolongamento da Tajuja para formar um anel viário para atender o fluxo gerado pelo Colégio Anchieta e estruturar melhor o quarteirão que carece de conexões viárias, visto que diversas ruas terminam em *cul de sac*”. Pena que o colega Dal Molin não se encontra hoje aqui, mas no final da outra sessão ele falava da importância deste traçado viário em função do Colégio Anchieta. “Em 2012 foi aberta a nova etapa, onde o requerente sugere a alteração do traçado, atingindo parte do imóvel usucapido e parte da praça. Após consulta a SMAM solicitou que o novo traçado preservasse o máximo da área de praça. Foi aprovado pelo CMDUA e homologado pelo prefeito e Resolução nº 2441/2015, que terminou no novo traçado da praça”. Este seria o que seria aprovado em 2015. Então, o município, na verdade, sempre tentou preservar o seu interesse, um dos primeiros interesses que ele tentou preservar o interesse foi o fato de que aquele imóvel, no ponto de vista do município, não poderia ser usucapido, porque ele teve um projeto de loteamento e foi registrado, mas não foi aprovado. Ou seja, isto já era para ser, este terreno já era para ser parte de uma praça e parte de uma rua. Então, aqui nós já tivemos a primeira baixa nesta sentença do interesse público, na verdade, porque existia um registro e não existia uma aprovação, e por que não tinha esta aprovação no judiciário a propriedade, como não está registrada e nós discutimos o domínio, a propriedade foi reconhecida para o João na época. Não tinha IPTU... Imagina, uma área desta no Três Figueiras, até 2008, imagina quanto não vale uma área dessas, mas não tínhamos IPTU sendo cobrado da área. Outro ponto que só lesa o município, na verdade. Dentro do processo, em 2010, tem uma manifestação do procurador que diz assim: “Tendo em vista que foi negado o efeito suspensivo pleiteado pelo município, permanece válida a decisão que determinou a supressão dos gravames incidentes sobre o imóvel que trata este expediente. Tudo conforme cópias em anexo e, imediatamente, expedida a DM, onde



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

888 conste o seguinte...” Aí o procurador sugere: “De acordo com a determinação exarada pela
889 juíza, e conforme orientação da procuradoria, ficam suprimidos os gravames”. Esta é a
890 manifestação do procurado, isto em 2010. O registro da matrícula do imóvel, que é o que
891 cumpre a execução da ação de usucapião, foi feita em 2007. Ou seja, o objeto da ação de
892 usucapião já estava cumprido, não tem mais nada para cumprir dentro da ação de
893 usucapião. Por quê? Porque usucapião eu só discuto domínio. Imaginem se nós
894 começássemos a discutir emissão de DM ou gravames em outras áreas, eu ia dizer para o
895 Felisberto que ele pegue todas as comunidades que estão em cima de praça, faça o
896 usucapião e peça para tirar os gravames de cima da área que seriam suprimidos. Esta
897 manifestação fica bem clara, na verdade, no recurso de agravo que consta no processo. E
898 aí refere o procurador: “Diga-se ainda mais uma vez a ideia de uma suposta ofensa à coisa
899 julgada”. O que é a coisa julgada? É a sentença do magistrado que não se muda no
900 direito, que chamamos de coisa julgada. “Ou diz respeito a uma decisão judicial, quando os
901 autores, queremos crer que, inadvertidamente, lançaram uma alegação improvada,
902 infundada e repleta de erros, a de que a SMOV teria negado o fornecimento da DM, sob a
903 alegação de que o imóvel usucapido trata-se de uma praça”. Vejam que neste momento
904 essa alegação foi trazida aos autos, em julho de 2008, e apresentação de tal DM, outubro
905 de 2009. “Passou-se quase um ano e meio e o município em nada rigorosamente
906 contribuiu para esta demora imputada única e exclusivamente aos autores. Na verdade,
907 chega a ser leviano dizer que o município teria se recusado a fornecer tal documento. O
908 que ocorreu simplesmente é que o conteúdo da DM não estava de acordo com a vontade
909 dos autores”. E aí voltamos ao inicial: “A declaração Municipal informativa das condições
910 urbanísticas de uso e ocupação do solo tem o nome que se autoexplica e que
911 rigorosamente não tem nada a ver com a propriedade do imóvel”. Por que eu trago isto
912 aqui? Porque isto aqui é a base que justifica as alterações ocorridas na Resolução nº
913 2441. No outro trecho ele continua: “Voltamos com tudo à cronologia dos fatos, os autores
914 inconformados com os termos da DM requereram a expedição de novo ofício à SPM para
915 que retifique em seus registros a situação do imóvel usucapido, em comprimento ao órgão
916 judicial e vez que sobre o mesmo não existe rua, tão pouco área verde, pois é uma área
917 particular e nesse sentido apresente nova diretriz municipal em relação ao imóvel
918 usucapido”. Ou seja, mais uma vez trazem ao juízo uma informação, grosseiramente,
919 equivocada e a técnica se erra, intencionalmente, ou não, é difícil dizer, porque sequer o
920 nome correto do documento público seus procuradores depois de tanto tempo foram
921 capazes de aprender. O que aconteceu? Para entender. O usucapião ele reconhece a
922 propriedade, a propriedade foi reconhecida e registrada, cumprida a sentença. Então, já
923 tinha sido criada a rua em 2002, no meio do processo, a Tajuá já havia sido cadastrada.
924 Eu não estou falando da questão da discussão do domínio, que foi o início do projeto, que
925 era em relação à Chácara Limonge. Nós temos duas discussões de gravames, o da
926 Chácara Limonge, que era uma discussão inicial, e que o município perdeu, essa não
927 temos domínio. E a discussão sobre a apresentação da DM, porque as partes foram no
928 judiciário e disseram assim: “Está se negando a fornecer DM”. (Segue leitura): “A boa fé do
929 agir do município está bem caracterizada na circunstância de que mesmo estando
930 demonstrado que o regime urbanístico do imóvel não foi afetado pela coisa julgada, porque
931 não foi matéria discutida na ação de usucapião, ainda sim o município está em vias de
932 encaminhar a proposta de um eventual desgravame ao Conselho Municipal do Plano
933 Diretor. Única instância, repita-se, com competência para praticar tal ato administrativo.
934 Nem o Prefeito Municipal tem competência para isoladamente adotar essa providência. A
935 ação de usucapião, repita-se, mesmo que seja até desnecessário, é ação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

reconhecimento de domínio. O município jamais questionou a força julgada nessa ação de usucapião, tanto é que os autores sintam-se sobremaneira prejudicados pela alegada desvalorização do seu imóvel teriam ação própria, onde as questões que querem discutir ainda no usucapião poderão efetivamente ser debatidos”. O procurador dizia em outras palavras o que aconteceu ali por volta do ano de 2008, que foi o João que pediu para DM na prefeitura, ele queria vender o imóvel, mas se ele fosse vender o imóvel com aqueles gravames, desvaloriza o imóvel, né. Aqueles gravames se tornam um problema para vender o imóvel. Então, ele voltou dizendo assim: “Isto tem que tirar da DM, não pode ser colocado na DM o gravame”. Não estou falando mais da Chácara Limonge, estou falando da rua e da praça. Então, ele que não, que não pode. Aí ele acabou vendendo, vendou para a Grifinória em 2010. Foi emitida uma DM em 2009 e foi entrado com novo pedido em 2010. Este aqui é o pedido do EVU que foi feito pelo proprietário, pelo Grifinória, onde faz a solicitação: “Tem como objetivo solicitar aprovação de EVU”. Neste EVU ele fala da questão do terreno, fala da questão da alteração dos limites das unidades e da questão da volumetria. Ele coloca também, é bem importante, porque vamos discutir, que a área conta com expressiva cobertura vegetal, com espécies nativas e exóticas, conforme laudo de cobertura vegetal. E deveria ter, na verdade, uma preservação pelo significativo número dessas espécies, com a remoção de alguns exemplares e o transplante de outros. Ele fala da questão da volumetria, que ele fica também lindeiro com o Anchieta, que não traria nenhum prejuízo. Então, no pedido de EVU está lá encaminhado o pedido da alteração dos limites das subunidades. Eu não entendo, aí nós voltamos a uma discussão que tínhamos, anterior aqui, eu acho que ela impõe-se extremamente urgente que seja feita dentro deste Conselho, que é discutir como são feitas as etapas e as contrapartidas. Tinha uma discussão que estava dentro do EVU e agora ela foi tirada e separada do seu projeto e foi trazida para dentro do CMDUA, sem nenhuma informação, porque nós não tínhamos informação se não fosse o subsídio trazido pela Engenheira Marina. Nesta área, e isto é importante, porque isto é um histórico do expediente, que está nas folhas do processo, eu tenho 6 empreendimentos ou 6 expedientes ali no entorno. Então, eu tenho um que é da Silva Rosa, um da Soledade ou na própria Emílio de Menezes, eu tenho 6 expedientes. Ou seja, Anchieta, Melnick que está sendo feito e alguns outros empreendimentos. Em função de toda esta discussão, que assim se dizia no parecer técnico: “Com a alteração do alinhamento predial, prolongamento da Rua Tajujá, haverá prejuízo de direito de lindeiro que possui frente à mesma, tornando o seu imóvel entravado. Deverá ser encaminhado à SMAM, pois o gravame do prolongamento da Rua Tajujá incidirá sobre a Praça Antônio Luiz Roso”. Esta é uma praça que já foi feita, já foi executada e está pronta. Então, nós vamos desmanchar uma praça para fazer uma rua. (Leitura): “Deverá ser encaminhada à SMOV para verificar a viabilidade da execução deste prolongamento, pois passaria do cumprimento aproximado de 110 para 190. E haveria mais movimento de terra e vegetação atingidos na alteração do traçado”. E aí eu tenho que tem várias espécies que devem ser protegidas. (Leitura): “Deverá ser encaminhado ao DEP para verificar a possibilidade da incidência de traçado viário em área não edificada”. Porque existe sobre este terreno área de APP, um traçado de área não identificado, existia uma área verde e o traçado original que foram desgravados pela Resolução nº 2441. Há a manifestação de um técnico que coloca: “Com as características topográficas da área onde se insere o Colégio Anchieta, não permite a inserção de um traçado viário, que seria o ideal. Ficamos restritos a dar suporte às atividades usando o sistema viário circundante, com o fim específico de termos o anel viário em torno do empreendimento com o escopo de estruturar este setor urbano, diminuindo os impactos por ele gerados. Alertamos que a perda dessa ligação



984 trará profundos transtornos e conflitos a essa região da cidade, a qual, provavelmente, não
985 terá condições viáveis do ponto de estruturação da malha viária”. Depois a Júlia da EPTC
986 talvez possa nos esclarecer sobre isto, mas talvez esteja correlacionado ao que disse o Dal
987 Molin outro dia sobre a necessidade de fluxo de veículos em função do entorno. Aqui mais
988 uma manifestação técnica da importância da praça, na verdade. Então, ele diz assim, no
989 final: “Do ponto de vista de estruturação e acessibilidade da praça, a implantação da via
990 prevista é importante, por essa razão sugerimos o envio desse expediente à PGM, setor de
991 escrituras, solicitando matrícula atualizada do imóvel, objeto de usucapião, e após APPDP
992 (Não sei que órgão é, de patrimônio público), com vista à avaliação do mesmo”. Ele reitera
993 em outra manifestação: “Entendemos que do ponto de vista da praça a vegetação
994 existente seria importante manter a via no traçado planejado anteriormente, que mantém
995 íntegra a praça e melhora a acessibilidade e integração da mesma na malha urbana.
996 Questionamos se existe alguma restrição legal à manutenção da via no seu local original”.
997 Essas discussões são todas anteriores à Resolução nº 2441. Aí é feita uma consulta e eu
998 coloquei, porque dizia assim – Ah, o empreendimento está demorando muito para sair, não
999 sai, fica parado no CMDUA. Então, foi feita uma consulta pela secretaria ao
1000 empreendedor, que é o termo de comparecimento, que ele dissesse qual etapa que queria
1001 que tramitasse primeiro, se ele queria que tramitasse primeiro o EVU ou o traçado. E o
1002 empreendedor se manifesta: “Primeiro pela análise do EVU”. Aí eu pergunto se o EVU foi
1003 analisado, porque tem lá no início, vamos voltar na manifestação que tem lá, que diz
1004 assim: “Reconsideração do projeto”. Ou seja, foi indeferido lá alguma questão que eu não
1005 conheço, não sei. E se lá foi indeferido e lá tinha o pedido dos limites das subunidades, por
1006 que nós trouxemos agora para o outro juiz julgar e sem elementos? Ou seja, eu estou
1007 fazendo várias vezes o mesmo pedido por vias diversas. (Manifestação fora do microfone).
1008 Continuamos. Mais uma vez, sempre temos manifestações técnicas aqui, a alegação é
1009 sempre que a gente é contra os técnicos da prefeitura. Nós temos sempre as
1010 manifestações técnicas dizendo da importância do traçado e a importância de manter o
1011 traçado original da via – Não vamos alterar esta via! Tudo isto estava dentro do processo.
1012 Foi encaminhado para a procuradoria setorial, eu acho que para se manifestar qual seria a
1013 forma legal para aceitar o traçado proposto. O que nós temos aqui, na verdade? O
1014 empreendedor fez várias propostas de traçado para a via. Então, quem tinha a pró-
1015 atividade e a iniciativa pelo menos do que consta registrado no processo, é que o
1016 empreendedor é quem estava dizendo como deveria ser e esta via seria analisada pelo
1017 município. Na verdade, sempre na discussão da proposta e sobre a questão, sempre tem
1018 este questionamento aqui: “Na justiça a prefeitura foi obrigada a retirar o gravame e
1019 conceder a viabilidade”. Eu não vi esta informação em lugar nenhum, ela não consta., tem
1020 a informação do procurador, aí o Germano também é advogado, pode dizer o que é o
1021 efeito suspensivo de um recurso e se aquilo obriga ou não, como funciona o usucapião.
1022 Qualquer é mais uma proposta do empreendedor, que ele quer fazer esta alteração de
1023 traçado viário. Foi encaminhado: “Solicitamos verificar quanto à morosidade de nova
1024 manifestação da SMAM, face a incidência do traçado viário”. Aí eu acho que foi a SMAM
1025 que se manifestou, lá em 2015: “Caso seja impossível manter o gravame do traçado viário
1026 previsto no plano diretor, o novo estudo a ser elaborado pela SMURB, deverá aproveitar o
1027 máximo do traçado existente...” Ou seja a rua que já existia, que em 2002 estava
1028 cadastrada; “... e ocupar o mínimo da área da praça, considerando principalmente a densa
1029 vegetação existente no trecho e ser analisada em conjunto pelas secretarias”. Esse é o
1030 despacho de 13 de maio de 2005. Não foi dado andamento nesse despacho porque
1031 depois vem logo um despacho dizendo assim: “Elaboração da resolução para o CMDUA”;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqui eu tinha um encaminhamento bem claro: “Temos que refazer os estudos e ver como é que vamos aproveitar”. Aqui eu tenho o encaminhamento: “Vamos fazer a resolução logo”. Veio a Resolução nº 2441, que ela dizia em uma linha assim: “A alteração de gravado da Rua Tajuá foi aprovada por 21, com abstenção de 01”. Isto consta na Ata nº 2648. Eu fui olhar na ata para ver qual foi o nível da discussão que nós tínhamos tido aqui dentro, pedi o áudio para Gabrielle, mas até agora não conseguiu o áudio ainda dessa questão. E aqui para registrar a importância da taquigrafia. A taquigrafia não é só para nós aqui dentro e não é para fazer um registro de faz de conta, ela é extremamente importante. Nesta ata, sem a taquigrafia, a única coisa que diz sobre a discussão do projeto é: “O Relator Vinicius, parecer favorável”. Ou seja, não tem como saber o que foi discutido. Então, hoje o Adroaldo podia ter um texto muito extenso para ser lido, mas é até para ficar registrado, mas as considerações têm que ser transcritas e ficar na ata, porque é para isto que se paga a taquigrafia. Ela tem que estar transcrita na ata, é de extrema importância. Outro dia tínhamos a proposta de fazermos as atas resumidas, atas resumidas dá nisto, eu não consigo saber o que houve de discussão. Então, a justificativa dessa resolução que foi aprovada em 2015 e que hoje nós queremos alterar é: “Trata-se de alteração de traçado viário da Rua Tajuá e de alteração de gravame de área da Praça Antônio Luiz Roso. Visando conciliar questões judiciais e urbanísticas, de forma a assegurar a ligação entre a Rua Tajuá e a Emílio de Menezes”. Esta resolução foi originada pelo expediente único. Eu não sei quando que entrou em vigor o processo eletrônico, mas eu posso ver que este pedido de traçado viário tramitou dentro do expediente único. Estranhamente, agora estamos desmembrando os processos onde a gente não consegue ter um histórico do que acontece. Então, esta foi a alteração efetuada. Eu peguei no processo o parecer do relator, que era do Gabinete do Prefeito, que diz assim no final, na conclusão dele: “Motivada pela necessidade de conciliar questões urbanísticas e também judiciais, haja vista a decisão judicial que determinou a supressão de gravames do traçado viário e a área verde anteriormente, incidente sobre o UEU em tela, e viabilizar tecnicamente o prosseguimento da etapa do EVU requerida em 2011, e ainda considerando necessária uma melhor estruturação urbanística em torno do Colégio Anchieta, solicito a presente aprovação de alteração de agravante”. Após cuidadosa análise ele dá o parecer favorável. O que eu não vi em momento nenhum, e volto a frisar é, e eu trouxe cópia da sentença do juiz, eu não vi nenhuma decisão do juiz dizendo que tem que tirar os gravames. Aqueles trechos que eu trouxe do recurso feito pelo Município, a discussão se assenta no fato de que o município deveria fornecer a DM, uma coisa fornecer a DM, outra coisa é tirar gravames da área. Está aprovado. Então, o meu parecer diante dos novos documentos, porque, na verdade, naquelas 34 páginas iniciais a gente pode ver que mudou muito, né, mudou completamente, porque nós não tínhamos histórico nenhum e não tínhamos a informação necessária. Então, estou dando o meu parecer por pontos, conforme requerido. Então: “Considerado a análise dos documentos aportados ao presente expediente a relatora adota novo posicionamento no seguinte sentido: Favorável a ser reconhecida a realidade existente no local, para fins de que seja feito cadastramento da rua que já existe. Então, favorável ao cadastramento do trecho já executado. Eu não posso ignorar, e vocês vão lembrar, no dia do meu parecer eu disse que a única coisa que eu colocaria naquele momento era que eu poderia ignorar algo que já existia, mas eu não podia dar uma informação diferente dadas as informações que eu tinha nos autos. Favorável ao desgravame da área verde, acaso incidente, sobre a rua existente já executada. Se é este o desgravame que nós temos aqui, bom, então, se é este o desgravame que nós queremos aqui, bom, então, vamos fazer sobre a rua que já existe, na realidade que já



1080 existe. Desfavorável aos demais pedidos relacionados ao ajuste do gravame do traçado
1081 viário e ajuste nos limites das subunidades, porquanto imperiosa a realização das
1082 diligências sugeridas, além do que a alteração nos limites da subunidade deve ser
1083 discutida conjuntamente no EVU. Eu estou discutindo a alteração de altura, não tem
1084 prejuízo, mas volume vocês conhecem e sabem qual é o porte do empreendimento?
1085 Temos condições de discutir isto aqui? E desfavorável ao ajuste de gravame de traçado
1086 viário. Alterações do gravame eu sou desfavorável. Recomendações e diligências
1087 sugeridas: “Seja aportado ao processo cópia da decisão da juíza determinando a retirada
1088 dos gravames que haviam sobre o imóvel”. Nós temos lá no processo uma manifestação
1089 do procurador, os recursos do procurador e despachos intercalados. Eu não tenho nenhum
1090 processo, até porque o processo já tinha se esgotado no direito, lá em 2006, quando foi
1091 feita a sentença. “Após a juntada da decisão seja o expediente encaminhado para análise
1092 da Procuradoria, para que se verifique seus efeitos jurídicos, real necessidade de
1093 supressão dos gravames havidos e ações possíveis”. Gente, se isso vira precedente
1094 agora eu tenho um terreno que foi feito um gravame pela prefeitura e do qual eu não gosto,
1095 então, vou deixar ele abandonado ou vou vender para terceiro de forma irregular, depois
1096 eu entro com uma ação de usucapião. Isto é um absurdo, gente! Isto não existe! Isto não é
1097 discutido dentro da ação de usucapião. Então, temos que verificar, e várias vezes dentro
1098 do expediente foi solicitada esta questão. Quais são as ações possíveis? Obrigação de
1099 não fazer, mandado de segurança, o que era possível na época? “Subsequentemente,
1100 sejam reanalisadas as diretrizes viárias pelas Comissões pertinentes”. Ou seja, tem que
1101 ver o que é possível dentro desta realidade. “Seja diligenciado no sentido de verificar a
1102 legitimação do requerente, visto não ser o proprietário do imóvel, nem constar dos autos
1103 autorização do proprietário registral, conforme matrícula acostada”. Outra sugestão, não só
1104 relacionada a este expediente, mas quanto a todos que tratamos aqui dentro: “Seja
1105 adotado o procedimento interno para que situações como aqui postas não aconteçam, em
1106 que abertos novos expedientes que restringe o pleno conhecimento da questão em
1107 apreciação. Ressalte-se que a ausência de informações claras e documentos pertinentes
1108 pode levar a entendimentos equivocados, bem como, pode desconsiderar toda a
1109 historicidade do imóvel, dependendo do caso”. Quarta recomendação: “Aos casos
1110 encaminhados ao CMDUA sejam sempre disponibilizados a íntegra dos expedientes, em
1111 todos seus volumes”. Não sei porque neste foi só colocado parte dele mais uma vez. O
1112 quinto: “Sejam disponibilizados os áudios das sessões do CMDUA juntamente com as atas
1113 no site da Prefeitura Municipal, para que se possa ter completude das discussões e
1114 aprovações anteriores que correlacionem-se”. Para não termos o problema depois que não
1115 conseguimos localizar. Este é o parecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
1116 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Gabrielle me lembra
1117 aqui que pedido de diligência, em função do relato, não pode mais ser autorizado. No
1118 entanto, há algum pedido de vista? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**
1119 **Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já foram feitos os pedidos de vista. Luiz Antônio
1120 Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: O relato
1121 está acontecendo agora e em definitivo, ele também gera o direito, se for o caso, de
1122 novos pedidos de vista, porque não tínhamos o relato. Então, nós não tínhamos relatos,
1123 mas existem vários pedidos de vista, inclusive, com os relatórios. **Claudete Aires Simas**
1124 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Realmente, é uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1125 situação muito especial quando a gente flexibiliza de certa forma os procedimentos que
1126 deveriam ser adotados aqui dentro. O SENGE, até esqueci de manifestar, ele fez uma
1127 manifestação, não me lembro recorde, Fernando, se tu chegaste a ler o teu parecer. Ele
1128 consta dos autos, onde tu colocas a questão da supremacia do interesse público, com
1129 razão, na verdade. Eu coloquei só o interesse público, mas é supremacia, porque o
1130 interesse público é a soma de todos os interesses. E uma outra questão que tu muito
1131 bem colocaste ali é que esses pedidos de alteração de subunidades e limites devem ser
1132 tratados em separados, eles não devem ser tratados conjuntamente em um processo de
1133 traçado viário. A Gisele não chegou a fazer um parecer, mas ela leu como seu parecer a
1134 manifestação da Marina, que traz todo este histórico. Se vierem outros pedidos de vista,
1135 que era o Felisberto, o Emerson que disse que tinha pronto, vai relatar, não sei. A EPTC
1136 tinha também. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
1137 **Planejamento Seis – RGP. 6: QUESTÃO DE ORDEM.** Antes da manifestação da
1138 conselheira, Presidente, tem que abrir para colocações de dúvidas, questionamentos ao
1139 relatório. Depois segue com os relatos de vista. **Germano Bremm, Presidente e**
1140 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, por
1141 favor, a conselheira representante da EPTC. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública**
1142 **de Transporte e Circulação – EPTC:** Eu tenho uma dúvida, Claudete, o que tu colocas
1143 aqui é um questionamento àquela resolução anterior? Tu estás questionando se ela é
1144 válida ou não? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
1145 **ACESSO CDH:** Na verdade, o que nós estamos fazendo aqui é: foi colocado que aquela
1146 resolução foi indevidamente gravada. Então, sim, estou questionado a resolução anterior.
1147 Não tem como eu avaliar essa nova sobre a égide de que aquela foi errada sem
1148 entender como é que aconteceu aquela resolução. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa**
1149 **Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Na verdade, no meu entendimento ela não
1150 está colocada como errada e sim como esse ajuste. Este ajuste que tu és favorável é o
1151 mesmo ajuste que tu dissesse que é desfavorável. O ajuste é a reinclusão do cadastro.
1152 Esse é o ajuste. (Manifestação fora do microfone). Eu estou só tirando uma dúvida do
1153 objeto. (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
1154 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Continue, aí depois ao
1155 final a conselheira faz os esclarecimentos. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de**
1156 **Transporte e Circulação – EPTC:** O meu relato foi que a Resolução nº 2441/2015 é uma
1157 realidade. Então, embasado nisso que eu fiz o relato deste objeto, que não nada tem a
1158 ver com aquela resolução. Tem a ver, ela considera aquela resolução, mas o pedido



1159 agora não é se a resolução está valendo ou não. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-**
1160 **grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Nós estamos
1161 tirando dúvidas do relator? Eu acho que não houve discricionariedade aqui, quem tem a
1162 vista, como a relatora fez de novo o relato, tem direito a fazer um novo prazo para dar a
1163 vista. Até porque pode alterar com as informações novas. **Rafael Pavan dos Passos (2º**
1164 **Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Parabéns pelo trabalho exaustivo.
1165 Os processos que eu peguei tive a sorte de ter processos lá dos anos 80. Neste caso, eu
1166 pergunto, a situação que se propõe com a decisão da resolução, qual a situação do
1167 ponto de vista do desenho daquela área? Quer dizer, há um desenho, uma diretriz viária
1168 que faça a união aos moldes do que está posto hoje, ainda que com outro desenho? Ou
1169 fica aquele *cul de sac* como está hoje e não existe nenhum desenho viário, não existe
1170 nenhum traçado viário fazendo essa união de quarteirão? Porque bem ou mal é
1171 importante do ponto de vista urbanístico ali. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de**
1172 **Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu continuo com algumas dúvidas ainda. A
1173 discussão também me parece é essa questão da área que foi usucapida, era uma área
1174 pública que foi usucapida por particular? Fiquei com essa dúvida. Primeiro essa questão.
1175 Segundo, a questão de quem faz o pedido não ter legitimidade para fazer. E pelo que a
1176 Claudete falou não juntou nenhum documento que prove que ele possa fazer o pedido,
1177 nenhuma autorização. E a terceira questão é essa questão da resolução, que para mim
1178 não ficou claro. Pelo relato da Claudete, ela pode me explicar, essa resolução foi
1179 revogada ou não? Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de**
1180 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**
1181 **HOCDUA:** O meu entendimento, até porque eu pedi vista desse processo, eu acho que a
1182 explicação a ser dada na última reunião em relação ao traçado viário, tanto gravado pela
1183 Resolução nº 2241/2015, quanto a nova proposta para alterar aquela resolução, estão
1184 bem definidas, bem claras. Assim, eu acho que não tem mal entendido nenhum em ao
1185 traçado viário proposto dessa nova proposta que vem sendo apresentado. Em relação à
1186 subunidade, está bem claro lá no artigo 164 que é o objeto deste Conselho fazer
1187 alteração subunidade. Então, não vejo nenhum problema também, até porque o objeto
1188 ele está aceitando essa sublimidade em relação também a atender a proposta do
1189 empreendimento. Então, nós temos que ter essa visão também bem clara. As questões
1190 todas são os desgravames de área verde, que está bem claro dentro da justificativa da
1191 resolução, que essa é a questão que está sendo batida em relação ao *cul de sac*, que
1192 provavelmente vai ser cadastrado com o novo formato. Eu não vejo nenhum obstáculo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de meios legais, até porque a própria PGM fez a análise das condicionantes. Só deixa eu achar aqui onde está a PGM. Ela fala no despacho da UGDU 5893614, onde não revisou a minuta anexada ao processo e não encontrou nenhum óbice. Então, a PGM também fez uma análise sobre esse processo, até por que tramitou por várias vezes por dentro dessa comissão. Eu acho que nós chegamos mais uma vez aquela questão, né, da qualidade e do atendimento das condições. Alguns questionam as comissões aqui como se não existissem ou não tivesse capacidade técnica para analisar um processo e entender o Plano Diretor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Posso fazer por bloco? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ainda não. Eu vou terminar o bloco. (Falas concomitantes). A Arquiteta Livia, por favor. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu não tenho, propriamente, uma pergunta para fazer a relatora, mas eu sei que todo mundo prestou muita atenção, mas eu gostaria muito que a gente refletir sobre determinados pontos foram apontados pela relatora. Ponto um, há inicialmente uma declaração de que não há interesse público para o traçado da via. Ponto dois, é uma área de usucapião. Ponto três, não aparece no relatório as designações dos juízes decidindo pelo desgravame. E não sei como dizer isso bem, mas o meu ponto quatro seria o questionamento sobre - Será que para viabilizar o empreendimento, que é em cima de uma área de usucapião, a gente tem que fazer tantas elaborações e tantos caminhos para que isso seja viabilizado? Será que o projeto não pode ser alterado para se adequar à área existente, já que é uma área de usucapião? Eu quero fazer essa pergunta como reflexão para todos nós aqui. Até onde a gente vai abrindo possibilidades para uma área que já é uma área de usucapião? Era só isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tem mais alguém para se manifestar? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu estava olhando assim o que era favorável e desfavorável. Então, eu queria entender como que tu és favorável à situação existente... Eu estou olhando aquele desenho da outra reunião. Como que tu és favorável à existência do *cul de sac* e contra a mudança do gravame? Porque a mudança do gravame, pelo que eu entendi aqui, está juntando o existente com o gravame. Então, não tem como, o gravame é a junção do que tu estás propondo em reconhecer com o gravame. Então, não entendo como tu não aceitas o gravame. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, Gomes, eu te peço que continues conduzindo, pela experiência. Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN:** Eu acho que a mobilidade urbana hoje afeta demais as nossas vidas, a mobilidade urbana é o nosso grande problema hoje. É difícil achar soluções em cima de uma cidade que já está praticamente consolidada. Eu levo fé e acredito que os profissionais desta instituição traçaram da melhor forma possível, o melhor resultado possível dentro das circunstâncias. Eu acredito, eu tenho boa fé nisso. Qual a minha preocupação? Seria com a Secretaria do Meio Ambiente, quais os danos causados na área verde, se é possível fazer uma compensação em cima disso, se é viável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não posso deixar de manifestar aqui, porque eu havia pedido para me manifestar em bloco e eu não posso entender como admissível que o presidente em exercício me vete o direito de eu adequar as minhas falas. Não posso deixar de registrar, porque considero



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

inadmissível. Júlia, nós estamos revendo esta questão da resolução? Sim. Nós não estamos questionando aqui a boa-fé dos técnicos, nós não estamos questionando aqui se este parecer passou pela PGM ou não, Emerson, porque se ele passou pela PGM como é que nós conseguimos desgravar uma rua que existia? É isso que a Resolução nº 2441 fez. Existia a rua, eu fiz um traçado e passou essa rua a ser inexistente. Quais são os problemas de eu simplesmente ter passado a dizer que essa rua deixou de existir? Então, na verdade, sim, essa nova resolução está alterando a resolução anterior, porque a resolução anterior foi equivocada. Existia uma rua desde 2002 e esta rua em uma resolução votada aqui pelo Conselho, avaliada por todos os técnicos, por todas as procuradorias, passou a dizer que a rua que existia passou a inexistir. Foi isso! Minha proposta e o que coloco sobre a questão da revogação, do traçado. Essa manifestação que o Fernando trouxe, até pedi que fosse colocado nos autos, ela não foi juntada depois. Eu não tenho como ter a certeza que isso que ele está trazendo aqui foi o que passou nas secretarias, eu seria leviana dizer que isso que ele colocou é o que passou nas secretarias. Eu não tenho como dizer isso. Minha proposta é: eu não entendo de planejamento urbanístico e nem sou arquiteta, minha proposta é, bom, nós temos uma rua existente, temos, vamos gravar a rua que existe. Não vamos alterar a Resolução nº 2441 no resto do que ela dispõe. Vamos manter o resto da 2441, porque é diretriz, ela não está implantada. (Manifestação fora do microfone). Estou colocando. E com relação às alterações dos limites e das subunidades, bom, se ele estava tramitando e foi pedido no EVU, por que nós vamos fazer aqui em separado, sem conhecer todo o empreendimento? Não há lógica. É da competência do CMDUA? É, o CMDUA vai fazer essa análise quando avaliar o EVU. É simples. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Fernando está aqui, nós vamos pedir para nos ajudar. **Fernando Maia, Obraprima Incorporações e Construções Ltda.:** Boa noite, pessoal. Eu acho que é importante a gente esclarecer algumas questões que talvez estejam ao meu ver sendo mal interpretadas diante do histórico. Basicamente é o seguinte, a nossa solicitação, e até a Conselheira Livia, não é de nenhuma forma fazer qualquer tipo de adequação ao que existe para possibilitar que o nosso entendimento seja feito sobre terreno usucapido ou não. O terreno foi usucapido pelo proprietário anterior, o proprietário, que é a Grifinória adquiriu este terreno livre e desembaraçado, reconhecido como terreno. Eu acho que esse é um ponto muito importante frisar aqui, independente de qual é a origem desse terreno ele foi reconhecido pelo Município, é matriculado, é registrado, desembaraçado. Ele é absolutamente regular dentro de todos os requisitos legais que um terreno qualquer do município tem que ser reconhecido. Dito isso, ele sendo usucapido ou não, o nosso projeto está integralmente atendendo a todas as questões legais de Plano Diretor e tudo que rege a legislação pertinente à execução do empreendimento. Ele só não tá enquadrado hoje, só não é passível de aprovação porque não tem acesso. Inclusive, o que a Claudete mencionou da nossa solicitação de reconsideração de projeto, ele foi negado porque a gente pediu acesso ao projeto, ao prédio, pelo *cul de sac* que é hoje existente, que na ocasião já estava gravada a condição do traçado viário de conexão. Considerando que ali onde hoje existe de fato um *cul de sac* gravado por uma área verde. Então, a prefeitura e os técnicos disseram que não poderiam dar a aprovação para o projeto por essa questão, porque nós não tínhamos acesso. O nosso acesso hoje de fato existe, na prefeitura está gravado como área verde. Nossa solicitação é que haja o reconhecimento de uma rua existente e que vai nos dar condição de acesso para o terreno. É o que nos basta em relação à questão do acesso, o reconhecimento. A questão do traçado nós não estamos propondo traçado novo, não estamos propondo que seja feita



qualquer alteração, independente do que outra que não seja o acesso ao terreno. O nosso único problema hoje em relação ao traçado que está gravado é porque não existe previsão orçamentária para que ele seja executado. Portanto, nós não temos previsão para que isso aconteça, uma vez não tendo previsão a gente tem uma situação que não seja gravado. De maneira prática é exatamente o que acontece. E em relação à questão da subunidade que Conselheira Claudete trouxe aqui, a nossa solicitação de ser desmembrado do processo de EVU e etc., isto foi feito por ocasião interna de trâmite dos próprios técnicos da SMDE. Nós solicitamos o EVU, pedindo a consideração da altura e de todas as questões que envolvem o nosso terreno, por ele ter sido atingido por um traçado viário, por ele ter uma questão de altura que vai além da altura prevista naquela comunidade. E por orientação dos próprios técnicos tramitou como a solicitação de troca de subunidade. Foi uma opção, inclusive, por essa razão que veio ao Conselho. Eu gostaria de registrar já que mais um de vocês relatou a questão do prazo, o nosso processo está tramitando aqui desde fevereiro. Ele foi encaminhado para o CMDU em fevereiro, há 4 meses a gente vem tramitando isso aí, enfim. Eu acho que é isso, achei muito importante essa questão do reconhecimento do que existe como acesso hoje, e nos basta como acesso, mas a gente está pleiteando ainda a questão da subunidade por uma questão de orientação. A gente pede o acolhimento disso até para justificar todo esse tempo, que está há mais um ano percorrendo dentro das secretarias com o intuito de ter a liberação da altura, que para tramitar o EVU, por orientação da secretaria sendo encaminhado como troca de subunidade aqui no Conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É por isso que não necessariamente o projeto vem ser analisado, é um projeto especial de impacto urbano de primeiro grau. Então, por isso que não necessariamente vem no projeto avaliado aqui para o Conselho. E quando se identifica a necessidades de ajustes, de traçado em função da realidade local, a competência é do Conselho aprovar por meio de resolução essa alteração. E aí se abre um processo em separado, demandado pela própria secretaria, é interesse do município fazer aquela alteração. Naturalmente, dentro dessa comissão tem o órgão ambiental, de trânsito, mobilidade, que faz essas análises e só manda essa alteração necessariamente para o Conselho aprovar se respeitado todos os quesitos legais, né. A questão que a conselheira trouxe, do relato da discussão judicial do usucapião em si, quando se cria a matrícula essa discussão fica superada, porque, na verdade, há um proprietário que em função de ação judicial foi oportunizada a abertura de criação de nova matrícula. Então, por mais que tenha essa discussão anterior, tem razão lá atrás, todos os argumentos jurídicos que nós, inclusive, eu enquanto procuradoria certamente defendendo as teses contrárias lá, enfim, de um lado ou de outro, mas esse ponto a partir da formação da matrícula ele fica superado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu só gostaria de emergência manifestar, Germano, na verdade, sim, a matrícula não tem, e tu bem sabes que é transcrita a decisão da juíza, onde não diz em nenhum momento que era para retirar gravames e desse terreno foram tirados dois gravames sob alegação de que era uma decisão judicial. Nós também não podemos esquecer que a administração pública, ainda que erre, e aqui não vamos dizer que nós não erramos, porque nós somos seres humanos, se não tivesse errado não estaríamos aqui fazendo o cadastramento de uma rua que foi considerada inexistente. Nós podemos rever os atos a qualquer tempo. Não entendo a questão dos traçados e coloco assim, eu entendo que a rua existente deve existir e o resto eu entendo que deve ser diligência. E o meu questionamento é, eu não entendo quando vem alguém, como aconteceu com a Gisele e a Marina, que foi aquela briga que nós tivemos lá atrás, briga



forma de dizer, na verdade, que pode falar ou vem o empreendedor falar. E quando a gente faz uma solicitação, encontra o relator, ela tem que ser colocada a votação, isso restringe o processo democrático e a autonomia do relator. Eu acho que nós temos que rever com urgência neste Conselho esse regimento que nós fizemos de forma totalmente irregular. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, como sugestão de encaminhamento, como tem relatos são vários relatores, consultar os relatores se em condições de relatar e se algum relator que não está em condição de relatar, se deve fazer na próxima reunião. Existe a possibilidade até de votarmos ainda hoje esse processo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu fiquei com algumas dúvidas e mantenho a minha vista. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu tenho uma sugestão, porque já está quase no nosso horário, passamos os relatos de vista para a próxima terça-feira. Eu e a Maristela já nos propomos a ir nessa área conhecer o espaço, para saber direitinho a localização, como funciona, até porque faz parte da RGP. 4. Eu tenho interesse em fazer isso. Obrigada. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vamos pegar o nosso regimento que diz assim: “O relator quando faz o relatório pode ser encaminhado para diligências ou pode ser...” Eu posso concluir, Gabrielle? Obrigada! Eu estou sugerindo que seja feito o encaminhamento daquelas recomendações e de parecer. Estou pedindo que seja feita uma reanálise. Se o que eu estou dizendo tem algum equívoco, pode ser, eu já cometi um equívoco no primeiro, porque tinha uma informação que dizia que não era interesse, né. Passou, não fui eu que disse, era uma informação do email da secretaria que dizia que não tinha interesse público naquela área. Então, se o que eu estou dizendo que há uma contradição entre o meu parecer favorável e o meu parecer desfavorável, então, é isso que estou sugerindo em uma das recomendações: que seja encaminhada para as comissões e as comissões deem um parecer técnico sobre isso. Elas se manifestem para dizer qual é o traçado. Volta para o Conselho, bom, a diligência, aí se vota ou faça novas diligências. Recapitulando, diligência, esclarecimentos do traçado e os encaminhamentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu imagino que a gente possa fazer essa complementação em paralelo ao pedido de vista. Como, regimentalmente, não há essa oportunidade de fazer diligência após o teu relato, eu acho que cabe ao município fazer esses esclarecimentos junto com o pedido de vista. Independente de contar este prazo. A gente pode pedir na próxima reunião que venha., **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Germano, tranquilo, só que assim, eu gosto porque o regimento é aplicável só quando é para cercear alguma manifestação. E que fique registrado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este não é o nosso objetivo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, a tramitação deste processo se deu de forma irregular à reveria do regimento. É por isso que nós temos esta confusão, o relator faz o relatório porque foram documentos juntados depois do relatório. Se nós fossemos julgar apenas o relator pelo relatório inicial, seriam 34 páginas, onde tem um e-mail que diz claramente que é rechaçado o interesse público. É isso. Então, foram aportadas novas informações... (Manifestação fora do microfone). Não é. Quer ver o e-mail? Ele é bem atual, não é anterior. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gomes, eu vou te pedir para conduzir, até pela minha inabilidade e conhecimento do regimento interno. Até para avançarmos, já está



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

bastante tarde, os conselheiros estão cansados. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Já houve pedido de complementação de documentação e tal, no meu entendimento agora é abrir para vista. O Conselheiro Felisberto quer tempo para vista e ele tem direito. Pelo que eu entendi mais uma semana. Então, a vista acontecerá na próxima semana. Ok? O senhor pode continuar, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode seguir. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O próximo é o Item **3.04. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu estava lendo o processo e surgiu uma dúvida. Então, eu ia colocar um pedido pelo Regimento Interno atual, porque tem que ser votado pelo Conselho. Então, eu ia só relatar uma pequena justificativa do porquê da minha diligência. Era isso, não sei se vocês acham tarde ou se eu posso tentar. É uma folha uma e um pedacinho. É a questão do ARP, senão vai para diligência. Eu de novo só quero o dizer, se vier uma resposta ao questionamento aqui, porque o meu questionamento é básico, vai ser o seguinte, resumidamente, se nós vamos continuar com esse SEI ou não. Se continuar eu vou querer aí fazer o meu relato com algumas diligências novamente. Entendeu? Então, o meu questionamento é se ele deve seguir aqui no Conselho. Entendeu, secretário? Se ele seguir eu quero ter o direito de continuar o trâmite normal. Vou ler rapidamente a justificativa. (Falas concomitantes). Não me entenderam? Basicamente, a diligência é se este processo deve ou não deve seguir aqui. Se a resposta for “sim” eu quero ter o direito de fazer o meu relato e pedir diligência. Vou ler aqui: “O presente SEI 18.000430 8-3, que trata da reavaliação dos valores do solo criado, conforme o artigo 8º, da Lei Complementar nº 315/94. Este artigo trata o seguinte: o preço do metro quadrado do solo criado será estabelecido em tabela elaborada pelo poder executivo, observando o seguinte: preço diferenciado de acordo com as UPPS, preço estipulado a partir de resultados técnicos com base na metodologia científica e avaliação e considerando também os valores de mercado. Três preços reajustados mensalmente pelo IRM, índice que vem a substituir, e quatro presos reavaliados a cada seis meses. O processo inicia em 12 de janeiro de 2018 por iniciativa da UDRE/SMDE, encaminhando o processo ao Gabinete Secretário da SMDE naquela época para solicitação de reavaliação dos valores do solo criado. A última reavaliação dos valores de solo criado foi encaminhado no Processo SEI 16.073498 no final de 2016. O CMDUA, conforme Parecer 2338 827 em 22/08/2017, do processo SEI acima, manifestou-se contrário aos valores de solo criado e crítico à metodologia vigente. O Documento 3624 740 do dia 04/04/2018, o secretário na Leandro Lemos despacha para reavaliação de solo criado à Secretaria Municipal da Fazenda, conforme despacho da UDRE e da ASSEJUR. No Documento 40 4193 a diretora Caroline Godoy, Diretora da Divisão de Avaliação de Imóveis, no dia 25 de 19 questiona: Tendo em vista a PLCE nº 11/2018, protocolado na Câmara, Ofício 463/18, que modifica a metodologia de cálculo de solo criado, questionamos se ainda cabe requerimento de reavaliação dos valores do solo criado da metodologia vigente até o momento. Conforme despacho da UDRE, ou seja, devemos aguardar os trâmites do projeto de lei. Atualmente o valor do solo criado é calculado pela média das costas dos terrenos, dos quarteirões ou quando no quarteirão de variação for muito grande, por 85% do valor da cota. Esse processo que está na câmara a base de cálculo é feita sobre o valor de mercado de terreno de cada classe de quarteirão, o que altera o resultado e a demanda de alterações da metodologia de aplicação de valores pela PROCEMPA. Em 11/06, em resposta a esse questionamento da diretora, o



representante do Gabinete do Secretário da Fazenda Maximiano Oliveira responde em seu despacho que o cálculo deverá ser feito nos termos da legislação vigente”. Entretanto, esse processo que estava na câmara é hoje a Lei Complementar nº 850, que dispõe sobre a outorga onerosa do direito de construir do município e revoga a Lei nº 365 de janeiro de 94, citado no início. Que eu comentei aqui para vocês, que deu início ao processo pela UDRE, no artigo 8º, dessa lei que foi revogada. O artigo 19 desta lei nova estabelece que esta lei entra em vigor na data da sua publicação. Existe um parágrafo único “que excetuem-se o dispositivo do caput desse”, que é o parágrafo terceiro do artigo 6º, que fala nesse Decreto, que foi quando o Germano esteve aqui nos explicando que era sobre o fator aquele de planejamento. Então, a Lei nº 850/19 entra em vigor a partir da segunda publicação, menos o artigo 16. “Dessa forma o relator solicita que seja aprovado pelo conselho a diligência”, e eu não sei realmente a quem, se é para a ASSEJUR ou para algum órgão competente: “...para esclarecer se devemos dar continuidade a esse SEI, que trata da regularização do solo criado, visse que hoje existe uma Lei Complementar nº 850/19 em vigor, na qual define no artigo 5º a forma para definição de preço do valor de solo criado, na qual altera o resultado da metodologia utilizada na tabela de preços encaminhada para nossa avaliação. O nosso questionamento é o mesmo questionamento da diretora da DAE, em maio de 2019, já citada acima, na qual teve como orientação a seguir o cálculo com a metodologia nos termos da legislação vigente em 25/05/2019, hoje a Lei nº 850/19”. Eu não sei se ficou claro para todo mundo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que consigo esclarecer. Com a vigência, a publicação da lei este ano, existia um gap entre os valores que foram aprovados pelo conselho e a vigência da nova lei, eles não foram atualizados esses valores. Então, a discussão que se formou é que agora com a publicação da nova lei, necessariamente, a gente teria que atualizar os valores a partir dos parâmetros estabelecidos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O processo quando começou, em janeiro, em dezembro de 2018, ele começou em janeiro 2018, no meio do processo, em maio de 2019 estava em tramitação na câmara. Aí se questionou: é a câmara ou é o vigente? Aí responderam: “Vigente”. A minha dúvida é isso, como agora tem uma nova lei, e a resposta naquela época foi usar a legislação vigente, se nós não devemos usar a legislação vigente. Eu queria um esclarecimento jurídico. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Independente de qual lei está vigente, independente de que lei está vigente, se trocou hoje ou vai trocar amanhã, é competência do CMDUA, e o teu processo me parece que é a oportunidade de nós exercermos a competência. É competência do CMDUA aprovar a metodologia para definição do valor de solo criado, no artigo 39, o item 12 e 13: “Aprovar os valores semestrais de solo criado”. Então, Presidente, é o momento de convocar a Secretaria da Fazenda novamente para voltar ao conselho e apresentar a metodologia para os cálculos dos valores do solo criado. É a grande oportunidade e terá que ser assim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Com a aprovação da lei municipal, esta que define a política, a outorga onerosa do direito de construir, ela trouxe a fórmula de cálculo. Como a gente tinha na nossa legislação essa metodologia, ela tinha sido aprovada pelo conselho lá em 2001, o estatuto da cidade determina que na lei específica constará a fórmula de cálculo, a gente transformou essa metodologia que foi aprovado pelo conselho lá em 2001 em um texto de lei. Então, a metodologia hoje que apura e que chega no valor final do solo criado, ela está na lei, nessa nossa lei que nós aprovamos agora recentemente. Por que está vindo



conselho? Na nova lei que foi aprovada a gente colocou que a atualização será automática, a atualização anual. Por que está vindo para o conselho? Porque entre a vigência da Lei e a última atualização houve um gap, os valores não foram atualizados. Então, o Secretário de Desenvolvimento Econômico pegou essa nova lei, olhou o que ela estabelece, os parâmetros de atualização, e enviou para o conselho para que ele aprovasse essa atualização, porque a competência antes da vigência da Lei e até a última atualização era de aprovar os valores. Então, é gap que está vindo aqui para a gente publicar uma nova tabela com os valores, com essa diferença dos anos da última atualização que teve até agora. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu não estou querendo discutir o cálculo, eu tenho uma dúvida anterior... (Falas concomitantes). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A nova lei tem a fórmula de cálculo, a atualização vai ser automática. No entanto, a reavaliação, que é um outro quesito, que não é atualização, é reavaliação, necessariamente, vai ter que passar pelo conselho, que daí é de 2 em 2 anos que se estabeleceu. No entanto, para a gente atualizar hoje com a nova lei, como no exercício do ano passado e no outro não teve a aprovação pelo conselho, a gente se submeteu, o Secretário de Desenvolvimento Econômico submeteu para o conselho, porque naquela oportunidade não se tinha a vigência da nova lei. Então, necessariamente, vocês teriam que aprovar esses valores, essa atualização. Agora, para os próximos essa atualização não vai ser necessária passar aqui pelo Conselho, o que vai ter que passar é a reavaliação, que são duas situações distintas. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Então, eu faço o relato na próxima reunião. (Falas concomitantes). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Faça o teu relato na próxima reunião, a gente conversa e faz os esclarecimentos durante a semana. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu gostaria de esclarecimentos. Primeiro, o projeto de lei que resultou na nova lei e que termina uma metodologia nova para o cálculo do solo criado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é nova, é a mesma... **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Tudo bem, mas ela estabelece a metodologia. Ela é aprovada e revogou em algum momento o dispositivo do plano diretor que dá essa competência ao CMDUA de (Inaudível)? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Outra pergunta: o projeto de lei que resultou na lei e que altera a metodologia, ou disciplina a metodologia, ele passou pelo CMDUA antes de virar projeto de lei? Eu tenho dúvida da legalidade, porque na época que o projeto de lei vai à Câmara a lei diz: “competência do CMDUA alterar e dispor sobre a metodologia”. E aí o executivo encaminha o projeto de lei que dispõe sobre a metodologia e esse projeto de lei vai a despeito... Eu não sou advogado, mas eu vejo aí uma ilegalidade. (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em nenhum momento a gente lá no projeto de lei retirou qualquer competência do Conselho, mas, no entanto, a reavaliação, que é outro momento, necessariamente, continua tendo que passar pelo Conselho. a atualização é em função de um preço público que tem que se atualizar, independente da aprovação ou não. Isso é uma discussão que a gente teve, foi muito debatido no âmbito da procuradoria. No entanto, não se retirou a competência do Conselho, que está prevista no Plano Diretor, para reavaliar os valores do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

solo criado, que será de 2 anos em 2 anos, a atualização que passará a ser automática. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu acho que dado o adiantado da hora e a seriedade dessa questão, talvez a gente pudesse encerrar agora. Perdoem-me a petulância de propor isto, mas talvez pudesse terminar agora e recomeçar na próxima reunião com esse tema, porque ele é muito complexo. Eu acho que tem várias possibilidades de encaminhamento da discussão aqui. Então, eu acho que talvez a gente pudesse tomar essa decisão nesse momento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, a gente encerra e na próxima reunião retomamos o debate. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, eu gostaria só de fazer uma manifestação. Esta lei já existe, inclusive, documentado. Ela peca porque teria que passar os critérios de qual seria, teria que passar por este conselho e não passou. Só queria deixar registrado isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente discute na próxima. Obrigado, pessoal. Boa noite! **ENCERRAMENTO: 20h15min.**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



ATA ORDINÁRIA Nº 2807/2019

Aos vinte cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas a primeira chamada e às dezesseis horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Fernanda Garcia (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Stephanon Silva (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2804/2019 ; 3. Ordem do Dia; 4. **Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 16h46min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. Dando início a mais um trabalho do Conselho do Plano. Eu proponho a inversão de pauta para a gente entrar no período de comunicação, porque das últimas vezes a gente queria encaminhar alguns assuntos com vocês e conforme mais tarde o pessoal vai se retirando, vai saindo. Eu acho que seria interessante fazer alguns comunicados, algumas proposições que a gente tem de trabalho para fazer. Então, coloco em votação. Quem é favorável? (Contagem de votos = 18 votos). Contrários? (Contagem



de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções).

APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA. 4. COMUNICAÇÕES. Então, no período de comunicações eu gostaria de propor para vocês, conhecendo o trabalho que cada um aqui, principalmente das regiões de planejamento, em respeito um pouco a esse trabalho tão nobre que vocês dão e contribuem para a cidade, eu sei que é um ponto bastante tenso a questão do horário aqui, em função de ser horário de expediente. Eu acho que foi objeto de bastante polêmica, e refletindo, e tentando entender, e compreender a realidade de vocês, todo mundo aqui trabalha, tem suas atividades. Então, eu proponho que a gente transfira o horário e altere Decreto que assim regulou o horário das 16 horas, para a primeira chamada às 17h30min e segunda chamada às 18 horas. Eu acho que aí fica mais em uma zona de convergência, dá um tempo de trabalho se organizar. Eu sei que isso para os colegas da administração dificulta um pouco, mas a gente conversou inteiramente também, o pessoal entendeu como é importante ter esta representação no Conselho da comunidade. Então, a minha proposição é nesse sentido, só que a gente teria que terminar, concluir às 20 horas, também em respeito um pouco aos colegas da administração que estão desde cedo aí trabalhando. Então, a nossa proposição é que tenha essa primeira chamada às 17h30min, depois às 18 horas a segunda chamada, mas às 20 horas a gente encerra. E para isso talvez seja adequado a gente regular, já propor aqui para vocês uns períodos máximos de fala. A minha posição para gente tentar construir, porque como o tempo vai apertar para às 20 horas, serão 2 horas Conselho, a gente tentar enfrentar todas as pautas, de se ter 10 minutos de relato, 5 minutos de comunicação, 2 minutos para Questão de Ordem e 1 minuto para réplica. Aí a gente controla, eu peço para Dra. Gabrielle que me auxilie no controle, a gente fica bem rígido para tentar viabilizar dentro dessas 2 horas e a gente dar conta da nossa pauta. Eu acho que a gente estende um pouquinho o horário, sede nesse ponto aí que a administração estava com uma ponderação contrária. Eu acho que todo mundo sai ganhando, a cidade ganha, tem a palavra possibilidade da comunidade participar dessas reuniões. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite... Boa tarde, aliás. Primeiro parabenizar, porque isso aí foi o motivo de tanta discussão, parece que era a birra, mas tudo bem. Eu só queria levantar, eu acho que seria razoável aumentar esse tempo 1 minuto, porque 1 minuto de discussão seria para uma réplica é praticamente inviável. A gente tenta ser mais objetivo, tenta, mais é quase que impossível 1 minuto para uma conversa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, 2 minutos. São 10 minutos relatos, 5% comunicação, 2 minutos Questão de Ordem e 2 para réplica. Mais alguém para manifestação? **Vinicius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** No mesmo sentido que o Hermes coloca, chega em um horário intermediário bem interessante, porque não estende o início para às 19 horas e também fica no meio da tarde aqui. Eu achei bem coerente a proposta, não sobrecarrega aqueles que querem ocupar o turno da noite com outra atividade. O horário das 8 horas para terminar é um teto interessante também. Então, da mesma forma como o Hermes colocou eu achei bem positivo. Imagino que todos os colegas aqui presentes tenham um sentimento nessa direção também. Obrigado, Presidente. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Parabéns, Secretário. Eu acho que chegaste no ponto que nós queríamos. Eu concordo com os demais colegas aí, que nós vínhamos debatendo desde junho do ano passado por causa desse horário. Então, eu acho que teve essa sensibilidade e concordo com os 2 minutos de réplica que foram atingidos. É isso aí. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa tarde. Na mesma direção do que os outros colegas falaram, eu acho isso um ponto positivo, porque a gente vem tentando conciliar o horário e sempre foi uma dificuldade para nós profissionais liberais, que temos que trabalhar. Então, 16 horas fica complicado, a gente tem que se superar para estar aqui. Das 17 horas, 17h30min, 18 horas melhora muito, facilita. Então, quero parabenizar, porque isso nos capacita ao diálogo e os 2 minutos também me parece um tempo bom. Apesar de que no Conselho do Orçamento Participativo nós temos 3 minutos para réplica, mas me contento com os 2 minutos. Parabéns. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Parabéns, Presidente. Realmente, era bem isso que nós precisávamos ter, regras claras e específicas. E eu peço aos colegas conselheiros que controlem o prazo, o tempo, porque nós tivemos também em outros casos que tinha definição de tempo e se alongavam, e se alongavam, e se alongavam. Então, temos agora regras específicas, com controle de tempo. E, Senhor Presidente, quando terminar o tempo terminou o tempo, corta-se o microfone. Tá? Vamos manter as regras. Obrigado! (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mais alguém em comunicação? Então, vamos colocar em votação, principalmente, o tempo. A questão do horário é um compromisso nosso, como ele está em decreto vamos produzir essa alteração legislativa. Eu acho que foi questão de debate judicial, a gente altera isso junto à administração. Então, a gente coloca em votação o tempo acordado de 10 minutos de relato, 5 minutos de comunicação, 2 minutos para Questão de Ordem e réplica. Votos favoráveis? (Contagem de votos = 20 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PERÍODO ORGANIZADO.** Passamos, então, para o período de comunicação, passamos para o Conselheiro Rafael. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, não me manifestei sobre o horário pelo caráter público das sessões que possam ser acompanhados por mais pessoas fora do horário comercial. Eu pedi a palavra para falar de duas atividades, uma que participamos ontem, né, Paulo Jorge? Da conferência de síntese dos Resultados de uma pesquisa importante que foi feita sobre mobilidade saudável, com o Professor Júlio Vargas. Os resultados estão sendo sistematizados, outros procedimentos que devem acontecer para tornar público em um site, uma pesquisa que aconteceu em Porto Alegre, Florianópolis, Brasília e em Oxford. Aqui em Porto Alegre se baseou ali na Cruzeiro, Tronco e Menino Deus, sobre a questão da mobilidade saudável. E divulgar que quinta-feira nós vamos ter a presença lá no Quintas no Solar, que é a nossa nova atividade, que era quarta-feira no IAB, o arquiteto Júlio Vargas, pesquisador dessa atividade de pesquisa e o Vinícius Neto, que tem uma pesquisa importante junto com Júlio Vargas e Renato Saboya de Santa Catarina, sobre a questão de mobilidade e uso do solo. É uma questão muito importante, uma questão que tem sido debatida, aqui em Porto Alegre vários tem manifestado a questão de recurso de jardim, alinhamento, etc., que acredito que ele vai tirar algumas preocupações que ele mesmo tem manifestado sobre uma compreensão errada do resultado da pesquisa, sobre fachada ativa, mas que tem sido usado para discurso de desregulamentação da atividade, que não é bem assim que ele traz, não é bem esse o resultado das pesquisas dele. Então, quinta-feira às 19h30min no IAB, entrada franca sempre, quem quiser levar um quilo de alimento, a gente tem uma parceria com o pessoal do Banrisul Solidário, que trabalha com higiene pessoal para a população de rua. Então, é interessante, qualquer material de higiene que puder levar é bacana. Obrigado. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Só uma colocação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Presidente, porque eu não tive oportunidade de falar outras vezes. Tem duas questões que me incomodam, certamente incomoda a maioria dos colegas, a questão dos microfones. Se puder mais em frente dar uma atenção, porque é um assunto que vem de longa data e vem incomodando, é algo que imagino que deva ter algum setor da prefeitura que tenha capacidade para resolver isso com alguma facilidade. Então, dar uma atenção especial, porque é algo muito caro para nós, a questão de falar, ter voz e seu ouvido também, né. Outra questão é apresentação, noto que está ali um pouco amarelado (tela). Não sei, desde que eu entrei no Conselho está assim isso, isso prejudica muito. (Manifestação fora do microfone). **Gabrielle, Secretaria Executiva:** Está tudo encaminhado, só estamos aguardando a questão do pagamento. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Ah, que bom, que bom. Maravilha. Muito obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu botei aqui no quadro, depois a gente manda para secretaria do Conselho para fazer a divulgação, aquele debate que a gente ia ter sobre a questão ambiental e o plano diretor. Infelizmente, a Jéssica, que é engenheira lá de Novo Hamburgo, adoeceu no dia. Então, a gente está reeditando, vai ser agora no dia 1º de julho, lá na sede da ABES. Então, a gente vai passar para secretaria, para a secretaria poder passar para o Conselho lembrando. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Como o microfone não passou antes da votação por aqui, só quero dar mais uma sugestão, é em relação às questões de ordem, Presidente. Nós também temos que limitar, porque quando em muitos casos os conselheiros não tendo um outro tipo de tempo para fazer o uso da palavra, a primeira coisa que o conselheiro busca é o artifício do da Questão de Ordem e acaba fazendo uma segunda, terceira intervenção, aí prolonga a nossa reunião. Muitas vezes um conselheiro tem um tempo muito maior de participação na reunião do conselho do que a própria instituição que deveria ter um tempo maior muitas vezes para esclarecer ou fazer melhor o debate do ponto. Eu me refero quando um ponto da nossa pauta está em apreciação do Conselho. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Nós estamos organizando um seminário, juntamente com o Conselho Popular da Lomba do Pinheiro e o Plano Diretor em relação à questão ambiental. Nós vamos realizar na semana que vem a primeira reunião preparatória, na qual nós gostaríamos muito que fosse indicado alguém da secretaria, porque um dos temas que nós vamos tratar é a questão do Parque Saint' Hilaire, onde entra a questão da barragem e do viveiro. A outra questão é o desmatamento nas áreas de APP, a questão da saúde das áreas nativas, que, inclusive, nós vamos convidar a universidade para se fazer presente, para nós fazermos um mapeamento na região. E a questão da compostagem da Parada 6, que, inclusive, o Secretário Ramiro já adiantou algumas coisas para nós sobre algumas melhorias que vão ser realizadas ali. Então, eu passo em seguida para sua secretária ou secretário para que a gente possa informar o dia que nós vamos construir esse seminário com as escolas, com a universidade, enfim, inclusive com o IAB, que nós estamos convidando para a questão de método. Outro problema grave que nós estamos enfrentando lá na Parada 12, ao lado do PA do posto 24 horas é uma grilagem que está sendo vendida, é uma área que está em penhora judicial. O cara está vendendo, mas o mais grave, além do desmatamento que estão fazendo é que agora eles desmataram parte da área do Arroio Taquara, que é o maior afluente ali da barragem desativada da Lomba do Sabão e fizeram um pontilhão no feriado, um pontilhão clandestino, enfim. Hoje eu liguei para 156, mas nós temos um problema grave ali denúncias às vezes e a gente tem que se identificar, e nós recebemos ameaças lá. Então,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nós precisamos conversar sobre isso, porque hoje é urgente essa questão que está acontecendo. Então, nós gostaríamos que pudéssemos passar uma informação mais precisa, porque foi assim que o orientado pelo Sérgio Brum. E nós não vamos fazer dessa forma, porque vamos correr riscos. Gostaríamos, então, de acertarmos essa questão da de como vamos tratar lá dessa ocupação que nós tivemos, que para nós é superdesordenado, é um caos. Então, no momento era isso, secretário. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Meus parabéns, Secretário e Presidente Germano, pela produção. Espero que o senhor consiga conduzir dessa forma, que está começando bem, porque vassoura nova, né... Para ser mais prático e não se alongar, tem que cuidar os relatores quando pegam os processos e leem 2 horas os processos. Tem que ter tempo para falar, tempo para ler o processo. Tu já foste conselheiro aqui dentro e sabe como funciona. Falando sobre planejamento urbano, eu deixei um ofício aí para que o pessoal viesse apresentar aqui no Conselho os projetos, porque é importante. A minha região tem um projeto da Grande Santa Teresa e do Menino Deus. Então, eu gostaria que o pessoal viesse aqui fazer a apresentação. Depois tem o pessoal da IAB. E amanhã tem na Grande Cruzeiro o FROP com o Secretário Ramiro para falar o levantamento de processos da região. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Só a título de informação, relembrar assinatura do contrato com a Caixa Econômica Federal, um recurso de 220 milhões para a construção da ETA - Estação de Tratamento de Água Ponta do Arado Sistema de Belém Novo. Então, só para relembrar, foi ponto de pauta aqui no nosso Conselho e está saindo do papel. Já foi assassinado agora no dia 21 de junho no Paço Municipal, foi na sexta-feira passada. Então, é muito importante principalmente para aqueles bairros que têm a dificuldade de a falta de água. Então, a Lomba do Pinheiro está de parabéns para receber a estação de tratamento. Também quero reforçar o convite àqueles que puderem participar, da plenária da Temática de Habitação e Organização da Cidade, que vai ocorrer em julho, dia 18, uma quinta-feira, no Auditório Dante Barone, na Assembleia Legislativa. É uma plenária do Orçamento Participativo, onde vão ser tratados os temas habitação, urbanismo, saneamento. Então, aqueles que puderem participar sejam bem-vindos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Nós temos a inscrição do Conselheiro Jakubaszko, nosso ex-conselheiro que pediu a palavra. **Roberto Ivan Raul Jakubaszko:** Boa tarde a todos. Na quinta-feira tem atividade do IAB, tem jogo na casa do coirmão, que a Seleção Brasileira joga, mas temos uma reunião muito importante, onde a pauta será previdência e sindicalismo, o atual momento que o sindicalismo e a previdência no nosso Brasil perpassa. Então, esse evento ocorrerá na Casa dos Conselhos, que fica dentro do Parque Farroupilha, que pouca gente sabe, mas fica lá dentro da Redenção. Ali na Casa dos Conselhos, 19 horas, quinta-feira. Está todo mundo convidado, deputados, juristas, professores, doutores nessa área vão falar, estão todos convidados para nós escutarmos um pouco do nosso momento do sindicalismo e da nossa presidência. E me permitam, até porque eu já fiz parte deste Conselho, mas fiquei profundamente chateado em inverter o voto da comunidade, depois que a comunidade foi toda embora, a comunidade sempre é esquecida. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa tarde. Eu só queria registrar a disposição da mesa atual, do Presidente Germano em acatar, porque era um desejo nosso de muito tempo. A gente se perdia nessa demanda judicial que tinha, ou ficava passando para depois. Na verdade, nós estávamos meio que assoberbados de ter que trabalhar toda semana 4



horas, o que é um absurdo para uma atividade de conselho, que as pessoas já vêm de um dia laborioso, né. E aí está acontecendo tudo isso. Então, retomamos a uma situação que a gente já teve, anteriormente, mas parecido ao menos com aquela situação, né, que nós vamos ter um período de trabalho de 2 horas, que é bem razoável, e tocar a vida. Quero dar os parabéns ao Presidente Germano pela sua sensibilidade em conduzir as coisas da maneira que está conduzindo. Era isso aí. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Só fazendo um aparte aqui, eu peço desculpas talvez pela minha inabilidade ainda de condução dos trabalhos, horários, enfim, a gente vai aprendendo, mas quero que fique bem claro aqui a minha forma de trabalhar sempre na tentativa de construir, da gente aprofundar os debates. Eu sempre fui uma pessoa que respeitei muito o trabalho deste Conselho, sempre defendi ele, Gomes, e outros sabem, perante o governo, perante as demais secretarias. Eu entendo como de extrema importância para a estruturação do Plano Diretor da cidade. A gente tem o debate do Plano Diretor logo em seguida, na semana que vem a gente quer trazer algumas propostas aqui para vocês de caminhamento, para a gente começar a fazer essa discussão. Estamos fazendo a estruturação final do trabalho e na sequência é trazer para vocês. Eu tenho um canal bastante aberto de diálogo. Eu sei que a gente vai ter momentos difíceis, compreensões diferentes, entendimentos opostos, mas isso faz parte do processo. A gente sempre tem que nivelar o conhecimento, eu vou tentar fazer um encontro com a administração também que tem acento neste conselho, para sempre que possível esclarecer o máximo, os processos que estão em tramitação, fazer a defesa da explicação técnica, porque eu acho que o que muito se tem aqui é um pouco do ruído da incompreensão. Talvez lá internamente os técnicos tenham uma compreensão muito clara daquilo que está se enviando para cá, mas essa viagem do que vem da comissão até aqui chega com o ruído e a incompreensão gera uma série de debates e o pessoal fica discutindo, com dúvida. Então, o meu desafio é tentar trazer esses esclarecimentos o máximo possível, trazer esse conhecimento técnico, porque na administração pública a gente só avança assim, quando a gente consegue nivelar o conhecimento. Eu acho que quando tu nivelas o conhecimento a gente consegue dar um passo à frente. Então, esse é o meu perfil de trabalho, vou tentar conduzir, sei que daqui a pouco a gente vai ter algum momento difícil, porque compreensões são diversas, entendimentos são diversos, mas eu acho que o importante é a gente amadurecer junto, aproveitar esse espaço de diálogo tão importante para a cidade, que é o Conselho do Plano para a gente amadurecer nas pautas que a cidade demanda e precisa. Passo, então, ao Conselho Rogério. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Secretário Germano, primeira vez que eu estou aqui na presença da sua condução da reunião, porque na vez passada eu não pude comparecer. Então, eu venho saudar a sua presença à secretaria e do conselho. Lembro muito bem essas palavras que o senhor acabou de proferir, porque o senhor foi nosso colega aqui por bastante tempo, exatamente isso falou, que sempre teve uma condução bastante próxima a nós aqui. Então, acho que foi salutar essa formatação sobre o tempo. Também vou contribuir um pouco com a minha experiência lá de 2007, eu acho que foi, que eu era conselheiro aqui, na gestão Fogaça, quando entraram alguns conselheiros novos, como aconteceu agora, particularmente, ali o pessoal da Acesso e outras pessoas aqui que são novos conselheiros, que não tinham muito conhecimento da metodologia e da análise dos processos. Então, naquela oportunidade, quando existia muita dúvida a secretaria chegava próximo ao Conselheiro, oferecia ajuda no entendimento antes de chegar na sessão, porque o conselheiro novo não está acostumado



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

com a metodologia de como fazer toda análise do processo para chegar no relato. Então, havia essa ajuda, para não chegar na reunião e às vezes se delongar um monte a questão por falta de algum entendimento que poderia ser simples. Então, é quase como se fosse uma ouvidoria, aí não precisa analisar o processo desde 1800 e não sei quanto para chegar aqui e – Olha, eu não tive tempo, porque o processo era de 1800 e alguma coisa e eu não consegui ler todo. Então, tem certas coisas que tem um momento zero, que é importante naquele processo. Algumas coisas que aconteceram lá não tem importância para o processo e as pessoas têm que entender. Então, outra coisa que eu queria falar, vejo aqui a preocupação do Rafael sobre mobilidade. Até o Júlio foi meu contemporâneo lá, foi o orador da minha turma de arquitetos, tem um trabalho bastante longo sobre isso aí. E eu fico imaginando, já que a gente está falando da Secretaria de Meio Ambiente e tal, o meu um sonho quando eu passo pela Perimetral e vejo no domingo aquela parte do corredor de ônibus com muita gente utilizando aquilo ali, fico imaginando o dia que as novas tecnologias permitem, a gente tem até ônibus... Na minha época eu cheguei a andar no trólebus; mas alguma nova tecnologia que a gente possa ter um veículo leve aéreo na Perimetral e libere aquela parte do corredor de ônibus, para ter um grande parque linear que vai até a Juca Batista, que ali as pessoas possam andar de patinete, de bicicleta, de carrinho de lomba e fazer realmente um parque linear, aonde o veículo de circulação de massas possa andar em forma aérea. Dito isso também, o senhor falou em algumas coisas, proposições sobre o Plano Diretor, há bastante tempo a gente tem algum estudo sobre o Quarto Distrito. Eu militei lá no Quarto Distrito, o nosso Conselheiro Osório era Vivo, eu também ajudei ele em alguns entendimentos, ajudei a Angélica Conzen, que era famosa naquela região. (Sinalização de tempo esgotado). No Quarto Distrito a gente tem uma consultoria contratada, eu acho que até o Banco Mundial está envolvido, mas nós não temos conhecimento do que tá sendo repensado, porque já teve alguma coisa com o Arquiteto Belane, no momento passado, agora tem outra visão e eu acho que o conselho deveria também participar desse olhar sobre o Quarto Distrito, que seria a meu ver muito importante para a cidade se a gente pudesse dar uma nova visão, uma nova roupagem para o Quarto Distrito. Muito obrigado e desculpe porque me alonguei um pouco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro. Com certeza a gente vai avançando essas pautas na medida que a gente tem as reuniões, é a minha perspectiva de trabalho, de trazer esses debates aqui e a gente fortalecer o conselho, amadurecer, crescer compartilhar o aprendizado um com o outro. Eu tenho certeza que todo mundo avança e cresce. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tenho vários tópicos que eu gostaria de enfocar, um pelo menos é a condição dos elevadores deste prédio, que põem em risco a nossa própria segurança quando a gente embarca. Eu acho que seria uma preocupação também que o Senhor pudesse ter com relação à manutenção dos elevadores. Primeiro, eles fecham com uma velocidade espantosa. Então, para que ninguém se fira. Então, é um primeiro relato. O segundo, a gente sabe que tem um PL na Câmara de Vereadores sobre a venda de vários patrimônios públicos, prédios públicos, inclusive, este prédio está na listagem, segundo informações que a gente tem. Então, eu gostaria que este conselho pudesse discutir isso, fazer uma avaliação desses prédios, o que representa isso para cidade. Então, está na Câmara de Vereadores este PL, parece que está com a Mônica Leal, que estaria analisando. A outra colocação é a Baronesa do Gravataí, que continua resistindo ali há três semanas, que foram reintegrados de um prédio abandonado de mais de 15 anos. E eu gostaria de solicitar aos conselheiros que pudessem ir ver o que representa esse grupo e o que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

grupo está propondo para aquele espaço ocioso há mais de 15 anos. A sociedade propondo solução para o poder público e não é pedindo recurso, é a possibilidade de ter o prédio sobre o seu controle para buscar os recursos e construir um projeto tendo como centro cultural e moradia, levando a questão africana e a questão indígena. A outra colocação que eu gostaria de fazer é a questão do plano diretor. É importante que a gente tenha um debate específico sobre isso, e já vi que o senhor salientou que está propondo para uma próxima reunião discutir isso, mas não basta discutir, nós temos que potencializar os fóruns regionais de planejamento, para que a gente possa discutir com os nossos delegados e delegadas. É um momento importante para a cidade e a gente precisa ter a capacidade de dialogar na divergência, tentar achar o ponto de convergência, que não é fácil nesse momento de intolerância nacional, local e estadual. Então, é importante que a gente tenha a capacidade de dialogar, mesmo sendo de divergente. E a questão não é partidária, a questão é sempre política e ideológica, a questão é política, mas política habitacional, política de planejamento, a questão é política e são ideias. Então, é ideológico também. Nós estamos dialogando sobre ideias. Isso me chateia muito quanto à questão ideológica, é ideológica, são posições, são ideias que vamos à mesa e temos que achar consenso, nós temos que ter a capacidade de conciliar na divergência. Por fim, eu entendo que este conselho deve se reunir com um conselho que é uma marca desta cidade, que está fazendo 30 anos este ano, que é o Conselho do Orçamento Participativo. Nunca este conselho e o OP se reuniu para discutir as questões das suas regiões. Então, é importante que este conselho tenha a capacidade de discutir com seus pares, com o Conselho do Orçamento Participativo, porque muitos temas, muitas demandas, muitas colocações da população são atinentes a sua vida, ao seu dia a dia, regularização fundiária. Eu gostaria que este conselho também se debruçasse um período sobre a regularização fundiária, que a gente tivesse capacidade... (Sinalização de tempo esgotado). Já estou concluindo. Tivesse capacidade de dialogar, porque isso é uma chaga da cidade, a gente não tem capacidade, ficar 20 anos para regularizar uma comunidade, que estão lá e muitas vezes adquiriram a área e não conseguem regularizar a sua moradia e ter a sua matrícula. Era isso e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Excelente contribuição. Não havendo mais inscritos, passamos ao item **2. VOTAÇÃO ATA Nº 2804/2019.** Alguma manifestação? Vamos à votação. Favoráveis? (Contagem de votos = 13 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA 2804/2019.** Passamos a **3. ORDEM DO DIA.** O Item **3.1. EXPEDIENTE nº 18.0.000120309-2. INTERESSADO: SMURB. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário, ajuste de traçado e ajuste nos limites das utilidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. Relator: ABES.** Prazo para o relato na data de hoje do Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite para todos. O processo já está correndo aqui há um bom tempo e ele sofre um pouquinho do problema daqueles outros processos que a gente tem tido no dia a dia, ele é gerado por um processo, depois de gerar este processo ele abre outros processos. Então, ele é um processo derivado de um processo original. O processo original foi um estabelecimento comercial, que está aqui nessa foto, que procurou a sua regularização. O endereço já foi lido, é a região do Jackão, já deve pedir vista ao processo. Então, já vou dar um pouco o meu parecer, minha análise. Então, este empreendimento pediu para se regularizar e a única maneira de se regularizar é fazendo o ajuste de limites das subunidades. Então, ali é uma região exclusiva para moradia, teria que ser uma região de uso misto. No processo a equipe da SMDE analisa e



parte da análise da viabilidade em termos de acessibilidade. Então, eles analisam que a via de acesso é uma via com capacidade de suportar um trânsito um pouco maior, derivado de uma alteração de uma área única e exclusivamente residencial para uma área de uso misto. Eu na época questionei esta área de uso misto, aí passaria para uso misto no entorno do quarteirão desta Rua Wolfram Metzler. A parte externa toda do quarteirão passaria a ser de uso misto. Eu vou dar um parecer prévio hoje aqui, mas me submeto plenamente a que vai vir das vista da região por uma vivência que eu tenho pessoal. Eu morava, já falei aqui várias vezes, numa rua que era residencial, no meio da minha vida resolveram aqui no planejamento transformar em uma área mista. Eu tive que me mudar, porque eu não pude mais morar ali, porque era ao lado do Nono Ludovico, o pessoal ia lá dentro, tranquilamente, o barulho não saia lá de dentro, mas as pessoas a uma, duas, três da manhã saiam do Nono Ludovico e aí aquele movimento que não é típico de um bairro residencial, de uma zona residencial. Então, não evocando o direito meu, enquanto proprietário de um imóvel, mas eu comprei em um local que eu gostava de morar, estava há duas quadras da antiga Praça da Encol, um bairro agradabilíssimo, que eu não pude mais morar ali, porque todos os finais de semana eu não conseguia dormir. Então, transformar em uma área de uso misto não é tão fácil assim chegar aqui, faz o desenho aqui e ali transforma em área de uso misto. A avenida, a circulação, a via que existe hoje lá tem porte para realmente ter um aumento de carga de veículos, mas eu questiono, porque um dono de supermercado resolveu fazer uma obra de forma irregular, ilegal, aí tu trocas o regime urbanístico de toda a região. No parecer, eu pedi diligência, aí a colega, inclusive, ela leu aqui semana passada, ela não está aqui hoje, a colega que leu há duas semanas, a Gisele, colocando que a vida anda, o Plano Diretor tem que ser entendido dentro da vida que anda. Aí eu tenho um pouquinho de dificuldade de entender, o meu entendimento é que a cidade foi planejada colocando áreas residenciais onde tem áreas residenciais, se assim foi designado assim nós Conselho do Plano Diretor deveríamos administrar, porque (Inaudível) o máximo preservado, não alterando regimes urbanísticos ao acaso, porque um dono de supermercado solicitou. Hoje à tarde teve a reunião da Lomba, né, há duas semanas a gente teve a reunião também, a gente vê outro caso na Lomba do Pinheiro, que era a mesma coisa, um grande supermercado, um imenso supermercado que tem na Lomba do Pinheiro, estabelecido de forma com completamente... Não se não sei se clandestina, ilegal, não sei qual é o adjetivo, o nosso questionamento é que aquele estabelecimento tem alvará da antiga SMIC, tem alvará da Saúde, tem toda a documentação municipal, mas ele não está legalizado enquanto edificação. Então, a gente não entende como é que se estabelece, né. É lógico, tem uma dificuldade de fiscalização, tudo mais, mas como é que as coisas acontecem na cidade sendo alterada a cidade em cima de um Plano Diretor que está aí para ser cumprido, não para ser remendado a cada supermercado que se estabelece na cidade. Então, o meu parecer prévio, e submeto ao que vier da região. O meu parecer prévio seria não aceitar a alteração do regime urbanístico. A questão de gravame na via pública, aí sim, aí o gravame se adequaria na proposta que está sendo apresentada. Uma pequena reivindicação, este é um Processo SEI, onde o parecer vem em PDF, aí eu achei que ia poder entrar no parecer e fazer o meu parecer, mas ele vem previamente já dizendo “aprovado”. Então, se viesse em Word a gente poderia fazer os nossos pareceres, porque eu sou um dos que tem defendido aqui que o parecer de vista para ser dado aqui tem que estar no processo por escrito. Então, vou tentar ver como é que a gente consegue fazer com que se insira ali um parecer meu, prévio, para que o... (Manifestação fora do microfone). Não. Eu tentei agora, eu tentei e vou ter que fazer um anexo. Eu vou fazer isso, infelizmente, durante a noite, não vou fazer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

agora. Então, o meu parecer hoje seria contrário à troca de regime urbanístico e a favor das adequações viárias de desgravame do traçado viário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro relator. Algum pedido de vista? Região 3. Mais alguém? Então, **PEDIDO DE VISTA À REGIÃO DE PLANEJAMENTO 3.** Passamos ao Item **3.2. EXPEDIENTE: 18.0.000136847-4. INTERESSADO: Obraprima Incorporações e Construções Ltda.** O Conselheiro Felisberto para o relato de vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu pedi vista, ainda continuo com as dúvidas, não me senti devidamente esclarecido, tem algumas indagações que não foram sanadas no processo, como, por exemplo, a documentação da Obraprima Incorporação. Não aparece a devida autorização para que possa pleitear. E a questão que mais me causa estranheza é uma rua pavimentada sem ter qualquer explicação para estar pavimentada e consagrada... Consagrada não, porque estão pedindo para consagrar agora, mas está lá pavimentada e quem autorizou? Em que época foi autorizado? Então, ainda continua essa dúvida. E para mim é insanável essa questão da autorização, por enquanto. Então, o meu voto é pela não aprovação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O relato do Conselheiro Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Vou tentar ser breve no relato, apesar de ser um pouco extenso. Primeiro, é bom lembrar um pouco o processo e também quanto à rua existente. Esta rua depois foi retirada em função da nova proposta de intervenção viária. (Leitura de parecer). Aí eu cito os eventos, este parecer vai estar no processo. Esta rua era regularizada já em função desta aprovação. Já existia essa rua e esse gravame foi feito, quando foi feito o empreendimento da Melnick foi solicitada uma contrapartida de outra rua. Aí o que aconteceu? Eu acho que foi um ato falho que desgravou a existente e gravou uma que seria a futura. É isso que se pretende corrigir aqui com a aprovação. Esse é o primeiro ponto. Eu cito essa questão de um erro administrativo. Sem o gravame dessa rua novamente não tem como aprovar o projeto, independente da forma dele, porque ele não tem logradouro. E é isso que se propõe a primeira medida ali de ajuste de gravame. Existe toda essa documentação no processo, isso desde a primeira vista. Não estou falando da segunda vista, aí eu cito elas. (Leitura final: “rejeito o voto do relator pelos fundamentos expostos e encaminho voto favorável ao pleito da resolução”). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Profundo relato, conhecedor da área. Em não havendo mais relatos de vista colocamos... A Júlia, por favor. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Serei breve, apenas complementando e talvez elucidando algumas questões, porque eu achei naquele momento inicial complicado entender qual era, efetivamente, o objeto de análise. Então, tentei interpretar e colocar isso no meu relatório. (Leitura do parecer de vista). Eu chamo de “reinclusão” porque este gravame já existiu. Naquela resolução aquela área que está hoje executada da Rua Tajujá foi transformada em área verde no gravame. Então, é um ajuste necessário, reincluindo ela como via. Então, como eu coloco aqui é o desgravame de área verde em decorrência da execução do item 1, visando adequar à situação consolidada da Rua Tajujá, que atualmente está cadastrada como área verde. O item 3 é outro assunto, que é o ajuste nos limites das subunidades 3 e 1, visando atingir o potencial construtivo permitido pela legislação respeitando a área de preservação permanente e diretriz viária que incide no terreno. Eu faço aqui uma síntese dos pareceres existentes no momento em que o redigir este relatório e coloco que no dia 4 de junho foi apresentado em



reunião do Conselho, incluído no processo SEI o objeto da presente análise e relato da engenheira Marina Bergamaschi Teixeira, representante da UGDU/SMDE, o qual se apresentou como derradeiro esclarecedor da lacuna de informações que buscava a EPTC suprir ao solicitar vista. É o relatório (Leitura). Eu tinha ficado em dúvida se ele estava solicitando retirar a diretriz estabelecida na Resolução nº 2441, mas não é este o caso, só estão mantendo a diretriz e considerando essa sobrelargura nos 65 metros que já estão implantados. A EPTC rejeita o voto do relator, apresentando voto favorável à aprovação da minuta de resolução em pauta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Júlia. Muito bem, experiente na área de mobilidade e nos dá a contribuição. O Conselheiro Emerson. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu trouxe aqui uma mostra do próprio Plano Diretor, a gente fez uma cópia do DWG do Plano Diretor, onde consta a diretriz, a diretriz já consta no Plano Diretor. Esta mostra é de 2017 e já consta o traçado todo da diretriz. Começa por aí. Em questão da legalidade da proposta tem parecer favorável também da PGM. A SDU, foi encaminhada à Procuradoria-Geral no dia 11/02/2019, ajuste de traçado viário e cadastramento da Rua Tajujá, inserida na Macrozona 3, unidade de estruturação urbana 110, Bairro Três Figueiras. Ajuste dos limites das subunidades 3 e 1, inseridos na Macrozona 3, Bairro Três Figueiras. Desgravame de área verde em seguida na Macrozona 3, UEU 110, Bairro Três Figueiras. Então, tudo já está acordado junto à PGM, já foi apontado pela PGM, tem parecer favorável da Procuradora Eleonora Brás Serralta, procuradora-chefe. Então, não tem nenhum meio para achar o ilegal da proposta. E nós também estamos habilitados a fazer essas alterações, conforme o artigo 164 do Plano Diretor: “Serão objetos de resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental as matérias que versam ajuste dos limites de área de ocupação intensiva, macrozonas, unidades de estruturação urbana, áreas e lugares de interesses cultural, áreas de ambiência cultural e área de proteção de ambiente natural, ajustes de traçados viários de vias, equipamentos constantes do PDDUA, inclusão de novas vias e novos equipamentos mencionados e localizadas de acordo com os padrões determinados em lei”. Então, é competência deste Conselho fazer todos os ajustes que estão sendo apresentados aqui. Eu acho que aqueles conselheiros que deram o relato favorável são compreensíveis a esse processo, que não é nada ilegal, conforme alguns apontam aqui, que não é de interesse público, que tem algum vício. Isso não é verdade! Para quem leu todo o processo e fez um levantamento a fundo, procurei também colocar aqui a situação da APP, não consta APP nenhuma inserida dentro da área, ela é próxima, tem uma APP próxima, mas não está inserido do terreno, está fora do terreno, porque isso é uma preocupação que a gente sempre teve de não atentar contra o meio ambiente, tentar levar essa matéria da forma mais legítima. Então, dentro desse ponto o Orçamento Participativo é favorável e contribui com essa discussão. Eu acho que o Rafael quer fazer uma colocação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Secretário, o Sindicato dos Arquitetos se coloca nesse processo, tendo em vista que nós representamos uma arquiteta e eu, particularmente, acompanho junto à Delegacia Regional do Trabalho uma ação contra essa empresa, entre outros motivos, assédio e questões trabalhistas. Então, nós queremos nos colocar impedidos nesse assunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Rafael, não? Esclarecimentos? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Que haja um debate antes da



votação. Então, só gostaria de considerar a importância da análise mais completa do processo administrativo e que sempre o processo administrativo venha com todo seu histórico. Eu concordo que não parece haver nenhuma ilegalidade ou irregularidade no pedido específico em questão do atual proponente. E processo parece, ou pelo menos como é apontado no relato da Conselheira Claudete que há considerações lá atrás de provavelmente levaram uma resolução equivocada deste Conselho, não no aspecto do gravame da rua, o qual eu mesmo no pleno, como em privado para ela, defendi a importância de manter o gravame da rua. A preocupação que eu teria e que ela me apontou, e pergunto a todos os que apresentaram agora e pediram vista, eu não pedi vista, então, não tive acesso ao processo, é a questão dela ter me apontado outra questão que não estava no seu relato de que já teria havido uma transferência de potencial em função do gravame anterior, que atingia o terreno e que esse proprietário, não sei se esse ou o anterior, já teria sido beneficiado com TPC, com o índice para a venda do índice, anteriormente. Ou seja, ele não teria mais direito a índice agora. Aí eu faço de novo a defesa da gente poder ter sempre acesso ao processo administrativo completo, porque são coisas que ainda que ainda que ninguém seja responsabilizado por um erro de outra gestão deste Conselho, é competência deste Conselho rever suas posições que possam ter sido fruto de equívoco. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para ajudar no esclarecimento, eu acho que esses processos de resolução e alteração de gravame não necessariamente estão vinculados ao processo. É uma demanda que surge muitas vezes em função de processos ou a pedido da própria administração, mas como a competência o plano estabelece, do Conselho aprovar essas resoluções, são remetidas esses pontos específicos. O processo, a discussão, se não é de projeto especial de impacto urbano de segundo grau, o processo vem para cá, acaba que naturalmente não vem esse processo junto, porque é um EVU de primeiro grau ou às vezes nem é EVU, é a própria aprovação de projeto. Por isso vem só esse ponto aqui em função da competência do Conselho de aprovar as resoluções. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Senhor Secretário, isso que o senhor falou agora a gente sabe. É uma reivindicação do Conselho, porque os processos se dobram. É como o que eu relatei a recém, é o processo de uma demanda de um supermercado, que para poder regularizar criou-se outro processo, só que realmente os processos, e agora esse aí, ficou uns dois meses, este que eu relatei ficou os dois meses, atrasou. Fala-se tanto em atraso em processo aqui e ficou uns dois ou três meses exatamente porque tava mal instruído. Esse tempo todo a gente poderia ter ganho se estivesse vindo com as informações completas, sabendo, e aí os funcionários têm saber disso, que vem para um conselheiro dar um relato e ele não leu o processo lá que originou. Então, a informação tem que ou vem o processo, ou vem a informação que passou naquele processo. Isso é uma coisa a gente já tem falado aqui nas reuniões constantemente. Então, vem os processos, vem os processos, ficam vindo aos pouquinhos, mas é da organização da secretaria. Então, eu ligo passo isso, de ter uma tramitação mais tranquila. A questão do Sindicato dos Arquitetos, a gente tem levantado aqui constantemente, e me deixa bastante preocupado o sindicato não votar por ter uma ação na justiça, tem levantado aqui que vários aqui não poderiam estar votando em condições, porque estão votando duas vezes, todos que estão na CAUGE não poderiam votar aqui enquanto pessoas físicas. Se tiver interesse, a gente já viu uma vez um conselheiro suplente se levantar e ir lá apresentar o projeto porque era da empresa dele. Eu entendo a posição do sindicato, mas acho que, então, tem que aplicar para todo mundo, senão a gente pode ter uma alteração de lotação, porque um voto se mostrou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

coerente e os outros não estão coerentes. A questão do mérito do processo em si, eu fico um pouco cansado de vir aqui eu ouvir que “ah, não, mas os técnicos já analisaram”. Então, vamos para casa! Se vai vir parecer aqui, os técnicos já analisarão e está aprovado pelos técnicos, vamos para casa! Não temos nada para fazer aqui. Eu sou engenheiro agrônomo, se eu largar um processo de análise de um solo na mão de um engenheiro agrônomo, na mão de dois engenheiros agrônomos, na mão de três engenheiros agrônomos, nós vamos ter três pareceres diferentes sobre a qualidade daquele solo, porque um vai querer mais a questão orgânica, o outro mais na questão química, o outro vai analisar mais a composição física. Na advocacia não tem diferença nenhuma, a PGM já analisou, nós temos aqui alguns advogados, se não tivesse dúvida nisso não precisava da profissão de advogado. E está lá escrita a lei e está acabado. Hoje eu respondo um processo onde tem lá o parecer do Procurador-Geral do Município Favreto, hoje juiz federal, dizendo que eu podia fazer aquilo que eu fiz, mas eu respondo processo, algo em torno de R\$ 100 mil, com parecer da Procuradoria Geral do Município. Então, vir aqui dizer que a Procuradoria Geral do Município analisou não responde nada para as nossas responsabilidades, como o conselheiro falou. Nós somos responsáveis pelo o que está sendo votado aqui. Então, eu não posso só pegar o parecer da procuradoria. Então, vou para casa e não preciso mais ler o processo, do que está no entorno sendo questionado. A procuradoria tem um advogado, tem um procurador lá que tem o seu posicionamento... (Sinalização de tempo esgotado). É o posicionamento dele, não necessariamente o único. Obrigado, desculpe. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, eu quero louvar o parecer da Conselheira Claudete, que fez um estudo detalhado e após pedir várias vezes os processos filhotes para poder entender. E o cuidado que nós temos que ter é com os aspectos legais, realmente. E o Campani foi muito feliz em falar que se eu botar três advogados, três vão ter posições diferentes, a hermenêutica permite isso, que é a interpretação das leis. Senão nós não teríamos tantos advogados, bastaria ter um e estaria resolvido o problema. O fato da PGM ter dado parecer não tem nenhuma segurança, o Campani está sendo processado com parecer favorável da PGM. Então, não é levantar suspeitas sobre o parecer da PGM, a interpretação do juiz ou do Ministério Público foi diverso ao parecer do advogado, do Procurador Rogério, que é um procurador com muita coragem. E conceituado, não é um parecer de qualquer procurador, não que os outros, essa procuradora também não mereça o nosso respeito, mas a lei permite interpretações. É interessante ver nesse processo que envolve erros administrativos e que estão tentando corrigir. O próprio colega falou que houve um erro administrativo. E eu ainda tenho algumas dúvidas que para mim não ficou claro, nós estamos regularizando uma rua que é uma praça? Eu não entendi bem isso. O gravame de uma praça, área verde área? É área verde. Desculpe! Uma rua em uma área verde. Eu quero ver se vai ter o mesmo cuidado quando for regularizar uma comunidade de baixa renda, permitir que se regularize, o mesmo cuidado, pareceres de todos os órgãos com o mesmo cuidado. E para mim tem uma coisa insanável ainda nesse processo, que não é apresentação da autorização. Pede-se em nome de uma empresa sem ter autorização. Então, há um vício desde o pedido, desde o início e que não está sanado. É isso! Então, sane os problemas! Agora, não podemos aceitar que a gente está fazendo coisas contrárias ao interesse. Não, nós estamos defendendo posições e tem que ser respeitada. Eu quero ver este Conselho, o próprio Conselheiro do OP ter a mesma posição quando for regularizar uma comunidade de baixa renda, não é? Quero ver ter o mesmo comportamento, a mesma incisão que ele teve aqui hoje, quando regularizar a própria vila que ele mora, que é uma área do INSS.



(Sinalização de tempo esgotado). Então, esses dois lados tem que ficar bem claros. Então, comunidade esperando há mais de 20 anos a sua regularização e sempre tem um entrave. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando, Secretário. Tendo entrave administrativo, burocrático e não tem a mesma agilidade. Nada contra o empreendedor, mas apenas os cuidados que nós entendemos importantes. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu fui deselegante, está aqui a Jane, que é a Conselheira Suplente, da Vila São Judas, encravada ao lado da PUC, que pela luta tiveram uma grande resistência e permanecem lá. Nem por isso nós temos qualquer ato estreito de ver as necessidades que a URB, como um total às vezes necessita. A hermenêutica realmente tem essa coisa maravilhosa da filosofia, de poder divergir muitas vezes até mesmo entre os pares que a gente vota, quase que constantemente juntos. Neste sentido quero proferir, combinado com a Jane aqui, o nosso voto favorável a esse projeto por entendermos que é algo que já existia, não há vícios de origem. Portanto, não há ilegalidade, é o nosso voto. Muito obrigada. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todas e todos. Quero lamentar a ausência da Claudete, que estava em uma audiência hoje, porque ela com certeza está mais a par desse relatório. Só queria colocar questões importantes, que além do que o Felisberto colocou, de quem pode fazer o pedido, que é uma questão que talvez traga alguma nulidade ou pedido desde o princípio, mas também em relação a questão dos estudos, como o Darci Campani colocou, que foi difícil acessar todas as questões relativas a esse ajuste de gravame, enfim, os seus desdobramentos, devido ao fato do processo estar separado. Por fim, em relação ao que o Rafael colocou, que também em princípio está aqui na página do SEI 716964-0, na folha 347, de que o processo em princípio teria sido objeto de transferência de potencial, já tem uma transferência de potencial construtivo por ele ter sido tombado. Então, é basicamente isso também que o Rafael levanta, que de alguma forma a gente não conseguiu acessar essa informação em decorrência dos processos estarem desmembrados. Daí fica difícil tu conseguires ter todas as informações para conseguir proferir um voto. Então, talvez a gente precisasse de mais tempo, de mais documentos para a gente poder fazer uma análise mais acurada antes de proferir as nossas lotações. Parece que está aí, duas nulidades já foram levantadas aqui, mas também cumpre aos outros órgãos também o controle de constitucionalidade ou não dessa proposta aqui. Então, é isso, a Acesso apresentou já o voto completo e com parecer desfavorável. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só a título de esclarecimento. Assim, da competência deste Conselho é importante a gente refletir, o Conselho do Plano Diretor tem o papel de fazer a análise do interesse daquele gravame, nesse caso aqui, para a cidade, se nós queremos viabilizar. Ele faz uma análise do aspecto político social e de comunidade. Os aspectos formais, necessariamente são competência do município avaliar sob sua responsabilidade. As instâncias lá, desde o protocolo, as etapas posteriores, essa avaliação, necessariamente aqueles técnicos que avaliaram com competência e formação específico para aquela finalidade, eles têm essa prerrogativa e vão responder no caso de alguma nulidade, ilegalidade. Eu diria assim, claro, o debate é sempre livre, é salutar para amadurecer todos os processos, mas por que não chega talvez tanto esse aspecto da formalização, do processo, porque necessariamente isso é visto em outra instância. Este Conselho é muito maior do que esse aspecto da formalidade, o aspecto da formalidade existe em um servidor público específico que nem recebe o processo lá se o interessado não tem legitimidade para requerer. Este Conselho é muito mais grandioso, ele analisa o aspecto de Plano Diretor, de cidade, o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

se quer para a cidade. É nesse aspecto que a gente tem que fortalecer o trabalho do Plano Diretor, não nesse aspecto mais formal de deixar para administração, que tem a sua competência e a responsabilidade, naturalmente, por qualquer ilegalidade, nulidade.

Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: Eu queria comentar uma coisa assim, o que eu ia falar, Germano, sinceramente, o que veio aqui é desgravame de traçado viário e é sobre isso que a gente tem que tratar. Aí o Germano também falou aqui, se nós vamos ficar olhando se tem um formulário, um requerimento, uma matrícula, se vai pegar alguém de uma região que não é um advogado, não é um arquiteto e ele é o relator do processo, ele não vai ver isso, e não é competência, vão ver o que é competência do Conselho! Por favor, eu estou achando excelente as tuas colocações, Germano, porque é esclarecedor. O fato gerador porque o processo veio, se o processo vem bem instruído, bem esclarecido, nós não temos que estar pedindo 10, 15 processos porque o desgravame está passando numa rua lá. Se o processo vem esclarecido está tudo esclarecido, é uma questão de vir bem instruído. Segundo, nós até podemos levantar, mas não temos obrigação de olhar se a matrícula está atualizada ou não, porque como os processos demoram, provavelmente, e com certeza a matrícula não está mais atualizada, porque os processos demoram muito. Então, coincidentemente, o que eu ia falar tu falaste minutos antes. Eu acho que nós temos que rever esses processos aqui dentro.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro. Eu acho que o nosso desafio é a gente instruir, isso sim, faço a *mea culpa*, a gente instruir corretamente os processos.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu pedi a palavra, na verdade, até coloquei meu impedimento quanto a esse processo, mas para não passar em branco, como nós damos opiniões, eu discordo com todo respeito, frontalmente, ao que o senhor colocou. Este Conselho, todos os conselheiros têm a responsabilidade, a obrigação e a responsabilidade de ver, se ele descobrir que em um processo tem irregularidades, ele é obrigado a apontar, sob pena de ser corresponsável. Em relação ao Sérgio, com todo o respeito, a gente sabe e eu coloco aqui aos colegas funcionários que são arquitetos, porque a gente defende os arquitetos, mas já houve processo administrativo inclusive com colegas afastados do quadro, exonerados da prefeitura, porque impunham, colocavam no processo informações falsas, aceitavam que o processo tramitasse irregularmente. Isso foi ação no Ministério Público. Todo mundo faz o discurso da moral, dos bons costumes e da ética, mas quando se trata da nossa casa a gente acha que tem que fazer o olho branco. Desculpa a alteração, mas é uma questão de princípio, uma questão básica, os conselheiros são obrigados ao reconhecerem em qualquer irregularidade apontarem. Não estou dizendo que eles têm que sair atrás de irregularidades, mas aqueles que gostam de pesquisar é a sua função também. É o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Eu estava tentando achar as atribuições, não abriu a rede, mas é a minha discordância.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: É o art. 29 do Plano Diretor que estão as competências do Conselho. Eu entendo perfeitamente a sua consignação, mas, naturalmente, que a gente não pode exigir muitas vezes esse conhecimento técnico da análise específica, que existe uma contratação, uma formação superior ou não para aquela análise especificada. Então, naturalmente, aqui mesmo às vezes a gente tem conselheiros que tem formação superior, como o Darci em determinada matéria vai ter mais conhecimento, mas eu não posso exigir que o Darci faça a análise e seja responsável pela análise técnica, embora ele vá ter esse conhecimento técnico, mas não pode ser responsável por essa análise técnica. Ele vai fazer uma análise



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de competência do conselho do Plano Diretor, que é muito maior, uma análise de cidade. É nesse aspecto que eu tento contribuir. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Na verdade, o senhor falou o que eu ia falar, a formação dos colegas, concordo com o Hermes, se a gente detectar é uma coisa, mas os olhos dele de arquiteto, de engenheiro, para os meus que sou administrador, é um pouco diferente nesses processos da prefeitura. Então, a não ser que a gente ache uma aberração, aí não tem como não saber. Enfim, era isso. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Só para complementar a minha fala, queria fazer três esclarecimentos. O gravame está vinculado ao traçado viário e não à edificação propriamente dita. Segundo é quanto ao processo, no primeiro pedido de vista que eu tive acesso, que foi encaminhado por esta secretaria, no processo eletrônico tinha links a todos os processos vinculados a esses. Eu tive acesso desde o primeiro, não me senti não privilegiado por ter ou não acesso a algum documento. (Inaudível – fala no microfone). Eu não tive essa impressão em nenhum momento. Então, o link que foi encaminhado me deu acesso a todos os processos filhotes vinculados a este. Então, gostaria de esclarecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não havendo mais inscritos passamos a votar o processo 3.2 da pauta, parecer contrário da relatora, interessado Obraprima Incorporações e Construções Ltda., Processo SEI 18.0.000136847-4. Quem é favorável ao parecer da relatora, parecer contrário, lembrando. Quem é favorável ao parecer contrário da relatora, por favor. (Contagem de votos = 04 votos). Quem é contrário ao parecer da relatora? (Contagem de votos = 15 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **REPROVADO O PARECER.** Então, a gente redistribui o processo da relatora para o conselheiro que já temos aqui o processo de redistribuição. É para a RGP. 3, na ordem que a gente tem. Há um impedimento, que a gente retira da abstenção, é o impedimento do Conselheiro Hermes. Passamos ao item **3.03. EXPEDIENTE: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891. RELATOR: RGP. 2.** A gente tem pedido de vista de duas semanas, ficou acordado. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** O Conselheiro Felisberto entregou o processo, conforme combinado na segunda-feira. O processo fica aqui na secretaria à disposição. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu sugeri que nós tivéssemos vista conjunta e tivéssemos um dia, inclusive, que a assessoria técnica tanto dos conselheiros, como da prefeitura, estivesse a nossa disposição. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** O que a senhora acha, o Conselheiro Paulo Jorge havia solicitado levar o processo hoje e entregar... (Manifestação fora do microfone). Então, vamos deixar o processo com vista coletiva durante toda semana e se o Conselheiro Paulo quiser leva na sexta-feira e entrega na segunda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pessoal, a reunião do Conselho Popular da Cruzeiro é toda quarta-feira. Então, eu gostaria de levar na quarta-feira. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em função do grande número de pessoas que pediram, quem sabe outra estratégia. Vamos deixar à disposição, porque vai ser difícil compor. Vamos deixar aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A Conselheira Maristela sugere a vista coletiva. Então, se tentássemos agendar esta vista para amanhã à tarde? Ele pode tirar as dúvidas e já levar para a sua comunidade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu entendo que é direito do Paulo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Jorge quer que a comunidade dele analise, como a RGP. 1 teve, que levou para os seus delegados e tirou uma posição. Nós temos alguns condicionantes com relação a esse processo e nós vamos colocar no momento oportuno. Então, eu acho que o Paulo Jorge tem todo direito de consultar os seus delegados e a comunidade, porque é lindeiro ao empreendimento. (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está encaminhado. Passamos ao item **3.4. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre. ASSUNTO: Valores de solo criado. RELATOR: ÁREA. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Primeiro queria falar, porque não ficou registrado, como eu tinha colocado um pequeno histórico do processo para as pessoas entenderem e eu tinha posto em diligência para votação, não foi necessário entrar em votação. No caso o presidente tinha conhecimento do assunto, esclareceu e só quero colocar como ficou. Então, o meu questionamento era como que tinha uma lei atual e esse processo é sobre uma lei que, ou era lei atual, ou um processo que estava tramitando na câmara, que hoje já está provado, que é que ela Lei Complementar nº 850. Então, a resposta no caso do Germano, que foi anexada ao processo é o seguinte: (Leitura do esclarecimento). Eu queria colocar, na verdade, de novo em diligência, mas, na verdade, é um procedimento que o Conselho já tem feito aqui quando tem um empreendimento e o empreendedor é convidado para fazer uma apresentação, como o Sport Club Internacional veio aqui fazer uma apresentação. Não é bem empreendimento, mas é uma situação que eu quero trazer uma semelhança. Eu estou fazendo uma solicitação ou uma diligência, que como todos deve ser aprovada, que seja convidado para apresentação da metodologia utilizada para a elaboração dos valores do solo criado, visto principalmente que a composição dos membros deste conselho, os quais não participaram do processo anterior, no final de 2016 não aprovado pelo conselho, para obter maiores esclarecimentos, inclusive sobre o que trata efetivamente o processo. Eu vou mostrar em tela... Eu já anexeí outras perguntas, que eu espero que ajude aos conselheiros, alguém da UDRE, também alguém da Secretaria da Fazenda poderia tirar essas dúvidas. Na nossa análise, essa tabela em Excel, à esquerda são as macrozonas, bairros, os valores de cada bairro. E à direita peguei os valores que veio no SEI para nossa aprovação. Isso mostra a variação de alguns valores. Alguns grupos não têm valor. Os valores propostos hoje são menores do que os apresentados no SEI anterior em 2016. Eles vindo aqui vão explicar isso. Eu pincei de cinza a Icaraí, por exemplo, que se vocês forem ver, o valor proposto agora em 2019 é 2.165, a Carlos Gomes é 1.600, Olavo 1.800, Santo Inácio e Padre Chagas têm valores menores. Os valores eram maiores do que estão vindo agora. A outra pergunta é saber por que valores diferentes para imóveis localizados na mesma rua, diversos estão localizados frente a frente, recebendo do município o mesmo serviço de água, a mesma pavimentação, os mesmos possuem os mesmos valores de mercado. (Leitura das perguntas). Então, a gente de novo pinçou a João Telles, onde temos um número de um lado da rua, no outro o 329, na tabela de 2000, que vem agora, mas isso é um erro que vem todos os anos, não é desta vez. Eu queria entender, não é desta vez, eu quero entender a metodologia, o porquê disso. Este terreno aqui que tem um índice de 1.3, ele está com 2.700 o valor do solo criado. Este que tem um índice maior está com o valor solo criado menor e estão na mesma rua. Então, eu acredito que o se o Conselho aprovar que seja convidado alguém da UDRE, porque hoje eu vi no processo que a UDRE está muito mais instruída do que naquela vez para poder fazer esclarecimentos, muito mais colocando as suas necessidades como órgão planejador, porque participou ativamente na elaboração



desta tabela que veio aqui para o conselho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, obrigado. Alguma oposição ao pedido de esclarecimentos do Conselheiro? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: QUESTÃO DE ORDEM.** Presidente e conselheiros, reforçando, essa matéria é muito complexa e extremamente importante. Isso se encaixa em uma das questões da competência deste Conselho, lá do art. 39, onde cabe a nós aprovarmos a metodologia para definição dos valores do solo criado e aprovar os valores, que são semestrais, com a nova lei muda. Semestrais nunca foi viável de fazer, realmente, vai ter um prazo maior e talvez seja esse prazo respeitado de trazer para o conselho essa questão. Pela importância desse dessa matéria eu sugiro ao Sérgio que seja convidada a Secretaria da Fazenda, porque é lá que estão sendo feitos os cálculos, os técnicos que aplicam a metodologia e que devem vir aqui nos explicar a metodologia estão na Fazenda. A concepção mais de política urbana, que foi uma grande evolução, aí sim está lá no pessoal da UDRE, que são dois colegas que já estiveram aqui diversas vezes. E de certa forma eles também têm toda a preocupação de alguns anos, se colocasse dentro de uma perspectiva de planejamento urbano, o que é muito bem foi colocado nesse processo, nesse projeto novo que passou pela Câmara, foi homologado, falta regulamentar, no qual o Presidente Germano participou intensamente. Então, eu não abria mão, como sugestão, Sérgio, de fazer a convocação como convite, eu acho que nem chega a ser uma diligência, como convite para a Fazenda, os técnicos que operam com os cálculos do solo criado e com os nossos colegas arquitetos, os urbanistas da UDRE. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente convida toda a equipe técnica responsável para tentar esclarecer isso aí o máximo possível. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Vou tentar contribuir com o que traz o Conselheiro Saffer. Observando ali, claro, não é só o endereço que é o determinante para um valor do solo criado. Já assalta aos olhos no primeiro momento, por exemplo, a questão da João Telles, onde o índice é 1,3, o índice mínimo, o solo criado o custa a R\$2.100,00. Onde é 2,4 está R\$ 1.100,00 o metro quadrado. Quer dizer, já explica aí, pela questão da oferta de índice que tu tens no mínimo, quer dizer, tu tens o mínimo baixo, o teu solo criado vai ficar mais caro. O único caso em que essa diferença de valor não é acompanhada naqueles três casos que tu trouxeste é o caso da Praia de Belas, que está falando de terrenos um defronte ao outro. Aí tem que avaliar a questão de quarteirão. E nesse sentido, a questão de quarteirão, a preocupação que não vejo sinceramente, e acompanho a algum tempo, apesar do IAB ter passado alguns anos longe do CMDUA, algo fundamental para que se possa continuar outorgando índice nesta cidade, que é a questão do monitoramento. Certamente, há locais em Porto Alegre onde não se deveria mais (Inaudível) ofertando índice, só que nós não sabemos disso, porque o monitoramento previsto no Plano Diretor para que se possa outorgar onerosamente mais índice construtivo não acontece. Ou seja, é uma falha do sistema municipal de gestão de planejamento previsto no Plano Diretor. Então, é uma preocupação, que reforço o que traz o Gomes, trazer o Secretário da fazenda, trazer a UDRE, mas trazer também alguma manifestação sobre o monitoramento do planejamento, para que a gente possa saber realmente onde há oferta, onde não deveria mais haver oferta de solo criado. (Sinalização de tempo esgotado). Principalmente com o impacto que pode ter o aumento do índice direto no balcão. (Sinalização de tempo esgotado). Vai tornar muito mais acessível e o monitoramento é muito mais fundamental, porque há um limite para eficiência urbana em relação à densidade, seja para o máximo, seja para baixo. **Paulo Jorge Amaral Cardoso**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Eu acho que na continuação desse processo de solo criado, que já houve um debate em 2015/2016 aqui dentro pelo nosso Conselheiro que se foi, o Osório. Inclusive, houve um seminário para discussão sobre isso aqui dentro, saiu uma comissão aqui para trabalhar, foi investigado, houve um trabalho forte com a Secretaria da fazenda para ver os valores, a distorção de valores e também onde vai aplicar. Aí ficou a questão do nosso amigo Furtado fazer uma explanação de todo o solo criado, mas o DEMHAB não fez, está devendo isso aí. Então, eu peço que o Furtado também seja citado dentro desse processo, porque vir a explicação do DEMHAB. O solo criado é para quê? Quais os valores e por que um imóvel na Icaraí custa “x”, outro imóvel lá em cima custa “x”? Por exemplo, para ter o levantamento de uma área, como é feito o levantamento de dados? Então, trazer o Busatto da Secretaria da Fazenda, mas também trazer aqui... (Sinalização de tempo esgotado). Também os que fazem esse trabalho lá dentro, porque o Conselho tem que ter de 2 em 2 anos, está dentro do regimento interno, nós temos que fazer essa revisão. E aonde vai esse dinheiro? Então, convoca também o DEMHAB para dar explicação aonde vai esse dinheiro, para dar explicação... (Sinalização de tempo esgotado). Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Queria reiterar sobre o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, mas também não podemos esquecer que a gestão é feita com o COMATHAB. Então, teria que também chama-los para vir aqui, porque tem recursos do solo criado que vão para habitação de interesse social. Segundo, informações desconhecidas ou não, não se sabe se são 28 milhões ou 30 milhões para o fundo. Então, contabilmente, aparece esse recurso, mas o diretor do DEMHAB diz que não existe esse recurso. Aonde foi esse recurso? Quem aplicou esse recurso? Então, é importante que o convite também o diretor do DEMHAB que venha aqui para que a gente possa ter também esclarecimento sobre essa questão dos recursos do solo criado que é utilizado no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Obrigado. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** O SINDUSCON também se posiciona favorável às solicitações do Conselheiro Luiz Gomes, do Conselho Saffer, no sentido de fazer o convite na Secretaria da Fazenda, os técnicos que venham aqui explicar um pouco dessa metodologia. Acho que o Dr. Germano lembra da outra vez que a gente fez essa discussão aqui, que se criou uma comissão, eu representava o SINDIMOVEIS na época, o SINDIMÓVEIS ofereceu de contratar um técnico junto com o SINDUSCON para que a gente pudesse entender melhor a metodologia e propor uma nova metodologia mais bem ajustada ao nosso entendimento, naquela oportunidade. Nós não entendíamos porque de 2014 para 2016 aumentou em 64% os valores. A gente fez vários estudos, várias ponderações e acabou que os valores não foram aprovados aqui. Então, ali, quando o Saffer faz aquela demonstração, algumas coisas eu compreendo dali, mas outras coisas com relação à metodologia eu não compreendo. A gente sabe que toda a base é uma planta de valores que a prefeitura pode ter feito a planta de valores e com isso ter encontrado aquelas famosas diferenças que a gente já apontava. Até pode também ser que tenham adotado alguns critérios que nós apontamos naquela oportunidade, mas isso a gente não sabe. A gente quer saber se a metodologia mudou ou se é a mesma metodologia depois de todos aqueles estudos que a gente fez aqui no conselho. Então, é de bom tom que eles venham aqui nos explicar. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Só reinteirando ao Conselheiro Felisberto e ao Paulo Jorge, como não está diretamente ligado a um processo e análise neste Conselho, eu já havia falado na reunião passada que oficialize, faça um documento solicitando essas informações e encaminhe à



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

912 mesa, que vai providenciar. Nós não estamos discutindo diretamente o processo e sim um
913 pedido de duas comunidades sobre a questão do Fundo Municipal de Habitação, que tem
914 envolvimento também com a CUTHAB. Então, oficialize, ponha no papel e entregue à
915 direção da mesa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio
916 Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Alguns pontos poderia esclarecer
917 dos que foram levantados aqui com relação a fórmula de cálculo, as mudanças na lei, o
918 que se tinha, o que não, mas vamos aproveitar a oportunidade de com o corpo técnico,
919 com os colegas da Fazenda, vamos convidar. Os colegas da Secretaria de
920 Desenvolvimento Econômico, o Dr. Maicon, assessor jurídico, que já pode levar o parecer
921 do Saffer, o encaminhamento com as dúvidas levantadas e a gente faz um esclarecimento
922 no conjunto do município. A gente aproveita a oportunidade para nivelar o conhecimento,
923 aprender um pouco mais, porque é complexa essa questão dos valores. E u mesmo que
924 estou há muitos anos e me especializei nessa matéria às vezes tenho uma dificuldade de
925 compreensão. Então, acho que é positivo de a gente fazer esse esclarecimento e pontuar
926 aquilo que os técnicos têm clareza lá. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense
927 dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu não sei se vai colocar em votação. **Germano
928 Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -
929 SMAMS:** Há alguma objeção ao pedido? Não. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-
930 grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria comentar, tu
931 participaste dessa nova elaboração, que tu foste até convidado aqui e desse uma situação
932 dessa nova lei. Então, para quando eles vierem tu também poderes dar algumas
933 explicações. Eu só queria comentar, existe uma tabela que é pública, que quando tu
934 queres comprar solo, ele diz se tem ou não tem. Eu entendo que para ela existir eles
935 devem estar fazendo, porque tem zonas que não tem. **Germano Bremm, Presidente e
936 Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos deixar
937 esse debate. Eu até poderia esclarecer essa questão de monitoramento, mas já que vai ter
938 vamos deixar para a próxima. Obrigado senhores. Então encerrada a nossa reunião.
939 **ENCERRAMENTO: 19h15min.**

940
941
942
943
944
945 **Germano Bremm**
946 **Presidente**

945 **Secretária Executiva**
946 **Relatora**

947
948
949 ***Ata aprovada na sessão plenária do dia 16/07/2019, com retificações:***
950 ***Linha 13: Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), SMDE: trocar “Suplente” por “titular”.***
951 ***Linha 451: trocar “tenso” por “extenso”.***
952 ***Linha 454: trocar “provação” por “aprovação”.***



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2808/2019

Aos dois dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezesseis horas a primeira chamada e às dezesseis horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN; Vaneska Paiva Henrique (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabriele Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2805/2019; 3. Apresentação Projeto HUM – MUS/Healthy Urban Mobility – Mobilidade Urbana Saudável – Arquiteto e Urbanista Júlio Celso Borello; 4. Esclarecimentos sobre a metodologia de cálculo dos valores do solo criado; 5. Ordem do Dia; 6. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 16h46min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. Dando início a mais uma sessão de trabalho do Conselho do Plano Diretor. Hoje com uma série de apresentações, principalmente do município, a equipe já está aqui. Por isso, de



antemão, proponho a inversão de pauta, os colegas servidores já estão aqui dispostos a apresentar e esclarecer todos os pontos. Então, coloco em votação a inversão da pauta, do item **4. ESCLARECIMENTOS SOBRE A METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES DO SOLO CRIADO**, que está aqui a equipe da Secretaria da fazenda e do Desenvolvimento Econômico. Votos favoráveis? (Contagem de votos = 21 votos). Contrários? Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA**. Passo, inicialmente, a palavra ao colega Cláudio. (Manifestação fora do microfone). Sem dúvida, na sequência a gente inverte as duas apresentações. Eu acho que a gente trabalha em cima dos esclarecimentos. Como o conselheiro fez um relato, o Sérgio pediu os esclarecimentos, eu acho que a gente trabalha em cima desses esclarecimentos, depois abrimos um tempo para dúvidas. Eu acho que é uma excelente oportunidade de aprendermos, porque é um assunto complexo, o solo criado tem dúvida quando chega aqui, nós que estamos a bastante tempo trabalhando nessa matéria tem algumas dúvidas. Tem colegas do município conhecem mais, outros um pouco menos. Eu acho que é uma boa oportunidade da gente nivelar um pouco o conhecimento. Temos colegas engenheiros, arquitetos, que vão entender um pouco mais, outros um pouco menos, mas o município vem para contribuir, para esclarecer, para tirar dúvidas. Independente da oportunidade do encontro aqui, da apresentação, fora isso tem os colegas do município, tem a Patrícia aqui, a Vaneska, o Cogo. Quem tiver maiores dúvidas depois pode conversar, esta é a ideia de construirmos, nivelarmos o conhecimento para poder ter a maior clareza no Conselho. Cláudio, eu te peço que faça uma apresentação inicial, depois a gente vai debater. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: QUESTÃO DE ORDEM.** Presidente, eu estava vendo aqui, temos a apresentação do Júlio, mas para o senhor dividir os horários. Hoje nós vamos até às 22 ou 21h30min? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Até às 20 horas. Lembra que na nossa combinação... (Falas concomitantes). Nós também contamos com a colaboração dos colegas no tempo, para a gente controlar e não se estender muito nas explicações. O nosso tempo é até às 20 horas, conforme combinamos. **Cláudio, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite, pessoal. Quero expressar a minha alegria de estar aqui mais uma vez no Conselho. A minha admiração também pelo trabalho de vocês. Quero dar boa noite ao Secretário Germano. Dizer também que estamos aqui com o pessoal da Fazenda, a Arquiteta Carla e a Arquiteta (Inaudível), que também vão dar um apoio, às vezes até explicações em relação a determinado assunto sobre a gravação dos imóveis. Eu queria deixar claro que eu não sou o pai da criança, da metodologia de cálculo dos valores de solo criado. Com essa divisão que aconteceu na SMURB muitas competências foram para a SMAMS, outras foram para o Escritório de Licenciamentos. A URB, que era a antiga UDRE, a Unidade de Desenvolvimento Urbano, ficou com essa incumbência da venda de solo criado, da realização dos PPCs da cidade; mas a gente não tinha todas as atribuições referentes a esses valores do cálculo do solo criado. Assim como a Fazenda também é uma coadjuvante, nenhum de nós é protagonista, não somos dispensáveis, nós fazemos um trabalho em conjunto. O que eu vou apresentar é uma metodologia que foi aprovada anteriormente pelo Conselho, construído junto com a Fazenda e a antiga SPM. E essa metodologia foi aplicada aos valores até 2018. A gente não considerou a Lei nº 850, que saiu em 2019, porque o processo começou lá o início de janeiro de 2018. Primeiro, queria dizer, como falei antes, o solo criado em Porto Alegre foi estabelecido pela Lei nº 315/94, mais tarde esse instrumento jurídico foi melhor detalhado lá na lei federal que fez o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 Estatuto das Cidades. Depois, a Lei nº 850/19 alterou a 315/94. Só para lembrar o objetivo
97 da venda de solo criado, porque é outorga onerosa do direito de consumir, o primeiro
98 objetivo é para regular o crescimento da cidade. Então, utilizar apenas a infraestrutura
99 urbana disponível, permitindo tomar maior densificação populacional de uma área. Então,
100 lembrando sempre que o solo criado é um instrumento urbanístico. Então, ali tem um
101 exemplo de onde tinha uma avenida com infraestrutura completa, mobilidade, vocês
102 podem ver que naquela área, do outro lado da rua, está ainda com edificações baixas.
103 Então, não foi ocupada plenamente. Então, a ideia sempre é valorizar esses espaços para
104 que a gente consiga densificar o máximo de a gente puder. Também evitar o adensamento
105 populacional em regime de infraestrutura precária, através desse aumento de potencial de
106 índice construtivo das regiões que são possíveis de fazer a densificação. O segundo
107 objetivo do solo criado são as aplicações de recursos estabelecidos no art. 26 do Estatuto
108 das Cidades. Entre eles a gente pode citar a execução de programa e projetos
109 habitacionais de interesse social, que é o que acontece aqui em Porto Alegre. Investimento
110 em equipamentos urbanos e comunitários, bem como a criação de espaços públicos de
111 lazer e áreas verdes. Também saliento as áreas de conservação, de proteção e áreas de
112 interesse ambiental. Os recursos são auferidos para outras políticas públicas,
113 preferencialmente nas áreas de interesse histórico, cultural e paisagística. A aplicação dos
114 recursos oriundos das vendas feitas por nós, que a gente chama de “venda de balcão”, é
115 utilizada na execução de programas e projetos habitacionais de interesse social. Os
116 valores de balcão são utilizados nesses programas habitacionais do DEMHAB. Nos índices
117 acima de 300 m², que seria médio adensamento, que eram adquiridos através de leilões,
118 quando eram feitos leilões, eles iam para o FUNPROMOB. Depois se vocês tiverem
119 alguma dúvida podem pedir para a Maria Alice tentar explicar para vocês. Esse
120 FUNPROMOB era estabelecido pela Lei nº 703/12 e estabelecia as diretrizes para a
121 implementação da infraestrutura necessária para a realização da Copa do Mundo. Então,
122 todos esses índices de leilão foram recursos para o FUNPROMOB. Qual é o papel do
123 CMDUA? Eu digo que sempre o CMDUA que tem o papel de fiscalizar se a gente está
124 cumprindo o nosso papel como técnicos, se está cumprindo o que determina o Plano
125 Diretor. Eu acho que muita gente tem capacidade, mas a gente não quer que vocês sejam
126 técnicos revisores dos projetos. Não, eu acho que vocês são os nossos zeladores, para ver
127 se nós como técnicos estão cumprindo o que o Plano Diretor diz. Nesse caso, a gente tem
128 lá no art. 39 do Plano Diretor, que a aprovação da metodologia, essa metodologia que
129 estamos apresentando agora, que foi aprovada em 2000, e a aprovação dos valores de
130 solo criado, são responsabilidades deste Conselho. A metodologia é bem simples no
131 começo, olhando a grosso modo. Eu tenho um valor que a gente chama de “valor
132 cota/terreno”, que é calculado pelo valor do terreno, da área, vamos dizer assim, que mais
133 tarde a Arquiteta Carla vai explicar como se chega nesse valor do terreno, divididos pelo
134 índice de aproveitamento que é estabelecido pelo Plano Diretor. Em cima desse cálculo a
135 gente pode ver assim, se eu tenho um terreno que vale R\$ 1 mil o m², eu tenho ao lado os
136 índices de aproveitamento que tem lá no Plano Diretor. Esse índice de aproveitamento vai
137 de 1 a 2,4, ao lado tem a cota/terreno correspondente a cada índice de aproveitamento.
138 Exemplificando melhor isso, tenho o seguinte, tenho um quarteirão, porque esse valor de
139 solo criado é por quarteirão, onde eu tenho a rua A, B, C e a rua D. Ali na rua A o valor do
140 terreno dividido pelo índice de aproveitamento é de R\$ 217,00, também na rua B é R\$
141 217,00, a rua C é R\$ 246,00, a rua D também é R\$ 217,00. Eu vou, em um primeiro
142 momento, fazer uma média desses valores e vou ver, se esse somatório tiver uma
143 variação menor ou igual a 15%, ou seja, se esse valor médio estiver até 15% abaixo ou



144 acima do valor das faces, eu vou utilizar o valor da média. Se eu tiver uma variação menor
145 do que 15% sobre o valor, eu vou usar um valor estatístico. Vou exemplificar isso. Ali eu
146 tenho a mesma quadra, eu somei todos os valores das classes quarteirões, dividi por 4 e
147 consegui uma cota média de R\$ 224,00 por m² do solo criado. Só que eu faço uma conta,
148 onde eu vejo o seguinte, a variação que eu achei da cota média em relação às faces dos
149 quarteirões é igual ou menor a 15%. Então, vou utilizar o valor da cota de R\$ 224,00 o m².
150 Se eu tiver outra situação, onde eu tenho 15% a mais, uma variação maior do que 15%,
151 tenho ali na rua A o valor que equivale a R\$ 232,00, na rua B R\$ 232,00, na rua C R\$
152 145,00 e na rua D R\$ 232,00. Eu tenho, então, uma variação maior do que 15%. Eu vou,
153 então, ver com o valor da cota maior, que eu achei que seria R\$ 232,00, eu vejo 85%
154 dessa face. Eu achei ali 85% do valor dessa face, é R\$ 197,00, nesse caso a gente utiliza
155 o valor de R\$ 210,00 o m². Se eu tiver outra situação que eu tenho, aqui eu tenho uma
156 variação maior, tenho duas faces no valor de R\$ 140,00, na rua C R\$ 232,00 e na Rua D
157 R\$ 303,00. Eu tenho uma variação maior do que 15%. Na minha média, fazendo o
158 somatório das faces dos quarteirões, eu tenho R\$ 204,00 o m². Só que 85%, o maior valor
159 da face é R\$ 303,00. Eu vou utilizar 85% desse valor, que é R\$ 257,00. Então, o valor
160 desse quarteirão vai ser R\$ 257,00. Essa foi a metodologia aprovada pelo Conselho em
161 2000. Só que no decorrer do tempo o que aconteceu? Lá quando foi feito em 2000, as
162 informações do Plano Diretor não eram muito precisas, a partir de 2017 a gente começou a
163 desenvolver um trabalho junto com o pessoal aqui da SMAMS, que era detalhar as
164 informações do Plano Diretor. A gente viu o seguinte, que a cidade é dividida em
165 quarteirões, mas, também, é dividida em subunidades que têm características diferentes.
166 Se a gente cruzasse as informações, colocasse os quarteirões e as subunidades em cima,
167 a gente via que tinha situações que tinha um quarteirão que tinha dois índices de
168 aproveitamento. Então, com esse trabalho, a partir de 2017, a gente conseguiu fazer um
169 cruzamento de informações onde eu tenho um levantamento ponderado da face do
170 quarteirão. Então, nesse exemplo eu tenho essa linha vermelha, que o que vale o índice de
171 aproveitamento é 1,9. A linha verde equivale a 1,6. Qual seria o índice que eu iria utilizar
172 para eu conseguir o valor da cota terreno? O 1,9 ou 1,6? Então, em cima disso a gente
173 conseguiu fazer um cálculo que utiliza a proporção da face do quarteirão vezes o valor.
174 Então, achei ali, a face que eu tenho 1,9 e 1,6, ficaria com um índice de aproveitamento de
175 1,84. Na outra face que eu tenho 1,6 e 1,9, eu ficaria com 1,8. Então, o relator me
176 perguntou por que existem alguns quarteirões que não estão na listagem. Isso aconteceu
177 justamente porque alguns quarteirões a gente tem mais de um índice de aproveitamento.
178 Então, aconteceu uma inconsistência na hora que a gente lançou o relatório, por isso a
179 gente retirou essas informações. E esses quarteirões que não estão na listagem a gente
180 faz o cálculo manual deles, a pessoa solta o valor, nós calculamos, nós encaminhamos
181 aqui para vocês validarem, porque a gente está utilizando a metodologia correta, aí a
182 pessoa tem o valor do quarteirão. Para concluir, lembrando que esses valores que temos
183 são os valores de 2014. Todos os recursos oriundos da venda do solo criado retornam em
184 obras para a cidade. Então, é muito importante saber que a gente está trabalhando com o
185 patrimônio do município, a gente está colocando preço no patrimônio do município. Desde
186 2014 não tem reajuste, não tem essa reavaliação dos valores. Os valores de 2018 foram
187 aprovados nessa metodologia aprovada pelo CMDUA em 2000. Reforçando, nós
188 encaminhamos a vocês um processo de cálculo que já havia sido aprovada a metodologia
189 em 2000. Todos os valores foram validados pela UDRE ou URB, pela DAE, que é da
190 Fazenda, gerado pelo sistema criado pela PROCempa. Como eu disse, os coadjuvantes
191 que fizeram um trabalho, realizado por 4 secretarias, por isso demanda tempo e por isso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que a gente também leva tanto tempo em relação aos (Inaudível) 2018. A UDRE e as SMAMS ajustaram as informações dos bairros, que possuem mais um índice de aproveitamento por meio de geoprocessamento, que foi a informação que eu dei a vocês sobre a face do bairro ponderada. E esta revisão das competências, conforme as secretarias, que a gente vem lutando, vem desenvolvendo e solicitando aos nossos secretários para deixar bem claro, para a gente fazer esse trabalho melhor e poder apresentar esses valores dentro do prazo que a gente precisa. Caso vocês não saibam, esses valores são cobrados de nós pelo Tribunal de Contas, no mês passado nós tivemos uma auditoria, eles perguntaram por que não tinha sido reajustado desde 2014 e explicamos que desde 2014 temos encaminhado os processos aqui para o CMDUA, que tem analisado e não tem aprovado. Então, eu espero que este nosso encaminhamento seja aprovado para que a gente possa continuar o nosso trabalho. Eu vou passar a apresentação para a Arquiteta Carla e fico aberto para questionamentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Claudio. Muito dedicado, fez uma apresentação muito elucidativa, cheia de esquemas, interativa, está de parabéns. E que bom que temos pessoas competentes na administração e que se predispõe a vir aqui conosco, esclarecer. A gente vê que é bem complexo, é natural, são várias secretarias envolvidas, tabelas, formulas de cálculos, metodologias, questões legais, são várias nuances envolvidas. A Carla, da Secretaria da Fazenda, vai falar um pouquinho do trabalho dela e a gente vai compreendendo, nivelando o conhecimento. **Carla, Secretária Municipal da Fazenda – SMF:** Boa noite! A primeira etapa do processo todo de cálculo do solo criado nos bairros é uma avaliação que é feita pela DAE. Nada mais é que uma das competências que a DAE tem, que é de determinar a base, valores territoriais para encaminhamento depois desses valores de solo criado, de preços por bairro, pela atual metodologia. Falando um pouquinho na Lei nº 315, que foi feito o solo de 2018 à luz desta lei, ela estabelece que esse preço do solo criado tem que ser diferenciado por localização, por metodologia científica e por valores de mercado. Então, seguindo esses procedimentos. Não quero entrar em estatística, nem procedimento de avaliação, mas, na verdade, existe o processo avaliatório, que é importante que se reconheça que tem várias etapas. Não é a nossa intenção aqui dar aula de estatísticas e nem assustar ninguém com equações, matemáticas, mas elas existem que é importante estabelecer que isso vem antes da aplicação da metodologia, propriamente, que é dividir preços por índices, colocar nas faces, que isso é a compilação do trabalho de mais de uma secretaria, que envolve também a PROCEMPA nesse processo de informações. Então, esse valor de terreno é estabelecido por faces de bairros, chegamos à conclusão que com os dados que se tinha na Fazenda, os dados cadastrados e os dados da secretaria na época, a do Planejamento, agora essas outras duas, que a gente podia fazer por faces de bairros o trabalho de desenvolver os preços de terreno, a partir dos quais serão calculados os preços nos bairros. Então, esse método que a gente faz nesse processo é o mesmo recomendado pela NBR, a norma de avaliações de imóveis, para as avaliações, com um único diferencial, que o método é utilizado, assim como em outros processos de avaliação, mas nesse caso é um modelo genérico, porque nós temos que estabelecer preço em toda a cidade. Então, o modelo de avaliação de terrenos para toda a cidade, vai haver discrepâncias, tenta-se sanar essas questões de variabilidade do preço, mas é importante que seja feito um modelo que atenda toda a cidade, que não se estabeleça preço para regiões diferenciadas, porque nós vamos sempre ter problemas nas fronteiras dessas regiões. Então, o método comparativo de dados de mercado estabelece que o bem que eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

quero avaliar tem que ser estimado em comparação com outros semelhantes. Como é feito isso? Com o modelo de avaliação de julho de 2018, como em todo processo avaliatório se conhece o mercado imobiliário se faz pesquisa, um diagnóstico do mercado imobiliário. Fazendo um parentes no que o Cláudio ponderou, os preços desde 2014 são os preços vigentes, que começamos a usá-los em 2016, não se pode falar que perdeu dinheiro ou que alguém ganhou dinheiro. Nós temos que falar em justiça, em comportamento de mercado, em estudo de mercado e o que aconteceu a gente sabe. Os conselheiros se depararam com cálculo de 2017 no ano passado, ano retrasado. Talvez tenham percebido que neste ano de, 2018 as avaliações de 2018, baixaram. Por sorte, o processo de avaliação de 2018 que deveria ter sido feito no início, por conta das situações que nós tivemos de discussão do PL novo, nós postergamos um pouquinho, até por economia processual, mas essa postergação, até a metade de 2018 nos permitiu entender um pouquinho o que estava acontecendo. Nós tivemos um momento de alta lá em 2014, aumentou em 2015, superaumentou. Em 2016 começou a balançar, em 2017 não se sabia bem o que estava acontecendo, por fim, 2018. Agora a tendência é retração e estagnação. Então, esses preços ficaram claros para nós nessa pesquisa de diagnóstico de mercado. O que aconteceu? Nesse período de janeiro a julho de 2018 se fez uma pesquisa em toda cidade de valores de terreno, o que estava sendo praticado. Essa pesquisa retornou com 583 dados, dos quais 85% são de ofertas, que nós pesquisamos junto a imobiliárias. Algumas pesquisas de campo, onde não temos retorno de imobiliárias, internet. Então, diversas fontes, como preconiza a norma de avaliação. Os outros 15% de informações do mercado são transações das guias de ITBI. Essa pesquisa, que é sempre muito polêmica, o pessoal acha sempre que o ITBI estima mais. Então, a gente tem uma segurança, uma garantia de que sejam utilizadas transações válidas. Transações válidas são aquelas que tiveram uma convergência de valores, entre os valores que foram declarados pelo contribuinte nas suas transações – vendi meu terreno por R\$ 500 mil, a avaliação da Fazenda do ITBI para a estimativa do imposto foi convergente, dentro de um intervalo que a gente considera seguro. Então, nós usamos essas transações também. Quem se deparou com as nossas avaliações anteriores sabe isto aqui já reflete o mercado e a situação de mercado. Nós já tivemos aqui avaliações que 60% dos nossos dados, das nossas informações para gerar os preços eram de transações e 40% de ofertas. Agora, de uns tempos para cá, o mercado está nos dizendo que retraíram as negociações. Então, esse estudo é importante, porque é uma das etapas principais do processo de avaliação, que é esse diagnóstico de mercado, essa pesquisa dessas informações que eu vou usar. A área média do banco de dados que nós usamos de terrenos gerou em torno de 586 m², mas a gente procurou pesquisar terrenos pequenos e terrenos maiores. Nós temos áreas até 5.000 m no banco de dados, que são aquelas áreas, não glebas que não tem área de doação, obviamente, mas de terrenos que foram negociados ou ofertados juntos 4 ou 5 imóveis que foram ofertados por um empreendimento maior. Isso a gente trouxe para esse banco de dados, para estudar o comportamento dessas informações. Com isso nós temos, então, uma distribuição de dados que procuramos muito que atendesse toda a cidade. A gente sabe que vai ter lacunas, tem algumas informações na área mais rarefeita que nós não dispomos, mas quando nós temos o mapeamento de informações e nós temos a variável de localização cadastrada, eu estou aprendendo toda a cidade, pelo menos nas áreas maiores, de maior concentração de dados de empreendimentos, nós temos também bastantes informações. Aqui a gente tem um gráfico de cores, do quente para o frio, que são os valores unitários dos terrenos que nós pesquisamos. Então, a nossa mostra tem uma grande variabilidade de preços, em toda cidade nós vamos ter do valor unitário de R\$



142,00 o m² até R\$ 6 mil. O que acontece? Nós precisamos identificar que variáveis são responsáveis pela formação desses valores aqui. O que está interferindo no comportamento dos preços no mercado. Então, o que se faz? Estabelece-se variáveis que seriam significativos para a formação do valor. Como é uma variação genérica, uma variação que tem que atender toda a cidade, a gente não vai entrar aqui em peculiaridades se é a testada maior, se o terreno é de esquina, não falamos em índice de aproveitamento, porque depois vem para o solo criado. Então, é um modelo genérico, realmente tem que ser um pouco mais estrito em termos de variáveis, que são responsáveis pela formação do valor. Então, a gente tem a área dos imóveis, a fonte, que é muito importante que a gente consiga transmitir nesse modelo qual a diferença entre uma oferta lá do jornal, do mercado, do Zap, para a hora que eu vou negociar. Então, essa variável fonte diz que aquela fonte 1 é aquela fonte ofertada do imóvel ofertado, a fonte zero, onde eu vou zerar o meu imóvel comercializado, a minha transação, o meu imóvel, a minha negociação. Qual é o desconto que eu vou ter quando eu negociar? E a região homogênea é a nossa variável de localização, é uma das variáveis mais fortes que a gente tem, é cadastrada, é setorizada e reflete a valorização imobiliária da região em que está o dado e o avaliando. Então, nós temos ela mapeada para toda a cidade e ela é bem antiga, de levantamento de campo. Em termos de constituição ela vem de meu tempo. Então, ela já é bem sólida, bem conhecida, já foi apresentada e acolhida, a gente procura sempre vir atualizando, setorizando de forma diferente, com tendências de crescimento, com características específicas, que é para justamente distinguir se esse bairro é tão valorizado quanto a este? Não. É a região. Então, ela pode extravasar os limites de bairro. Ela tem uma quantificação de forma crescente da região de mais baixa valorização para uma região de mais alta valorização. O que acontece com esse monte de informações que a gente tem de mercado? A gente precisa de uma forma de homogeneizar e ver qual é a resposta que essas variáveis vão dar na hora de calcular o valor. Então, eu preciso de um processo de diferente estatística, que é uma forma de homogeneizar essas informações. E a norma preconiza que seja da forma menos ponderada possível e mais exata, que tenha uma capacidade de predição maior desses valores. Então, a gente usa programas estatísticos, programas de estatística inferencial. Então, sai este monstro, não se assustem, uma equação matemática, na qual eu estou dizendo, é quase como dizer que 2 mais 2 é 4. Então, não dá para se assustar, mas o que ela diz? Que o valor unitário dos terrenos tem uma relação com a área, com a região homogênea e com a fonte, são as variáveis que eu disse que são as responsáveis pela valorização dos imóveis. Essas três variáveis, na hora do cálculo para o solo criado, para a face do quarteirão, que depois vai para o solo criado, no preço, eu vou fixar a minha área na área média do banco de dados, porque a gente quer o preço nas faces dos quarteirões, vou fixar a fonte, porque eu quero o valor de transação, eu não quero o valor de oferta de mercado. E o que vai variar, então? Os nossos preços vão variar por região homogênea. É por isso que quando a gente manda a primeira leva do trabalho, a primeira etapa do trabalho lá para a PROCempa, a gente diz: “Estamos mandando os valores de terreno por região homogênea”. Então, essas informações saem dessas equações, desses estudos, geralmente com coeficientes de correlação, que é a certeza de que as variáveis testadas são responsáveis pelo valor dos imóveis, de 90% nesse caso, com um poder de explicação de aproximadamente 80% também nesse caos, porque ela varia de modelo para modelo. Neste caso, o que estamos dizendo aqui com essa equação é que o poder explicação dos valores, com essas variáveis, é de 80%, restam 20, que a gente sabe que são oscilações de caráter aleatório, são variáveis que nós não testamos, mas se considera aceito pela norma, um grau com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

relação alta e um poder de explicação alto para um modelo genérico. O que foi importante também nesse estudo? A bibliografia em geral diz assim – se o avaliador lá de fora não tem uma avaliação dos imóveis da prefeitura, não tem as transações não tem nada, além das ofertas de jornal, se tu tiveres trabalhando com ofertas usa um redutor de 10% na hora da negociação. Isso é o que a bibliografia diz, a gente tem uma ideia de que se eu tenho essas informações dos imóveis transacionados, eu tenho que pesar qual foi a diferença. Nesse modelo, a fonte lá tem um multiplicador de 1,3383 e na hora de jogar no valor ela está dizendo que o meu redutor de fonte é 25%. Então, aquele terreno que eu posso estar ofertando hoje por R\$ 1 milhão, neste modelo está dizendo que ele, provavelmente, vai ser negociado por R\$ 750 mil. Essa foi a resposta do nosso modelo neste não de 2018, que se estudou o mercado de janeiro a julho, comportamento de modelo e vinculado à amostra que nós selecionamos. Por isso é importante aquele estudo de mercado, que é a primeira etapa, que é onde vamos extrair dados confiáveis, porque esses dados vão me dar valor, vão me responder com valor de terreno. Neste caso, então, a distribuição dos preços aparece assim refletida. Ela é mais ou menos na sintonia naquelas informações que a gente tem, com um diferencial, eu tenho informações de mercado e ofertas até R\$ 6 mil o m². O modelo não expurgou, não disse que era um dado discrepante, o modelo aceitou aquele imóvel que está sendo vendido por R\$ 6 mil, só que no nosso modelo o maior valor de terreno que temos é R\$ 3.800,00 e alguma coisa, lá na maior região de valorização. Então, nós temos esta escala de verde a vermelho, esta escala de calor aí, que é o reflexo dos preços. Então, esse foi o resultado da nossa avaliação, de janeiro a julho com essas informações, que nós mandamos para a PROCempa para junto com o índice construtivo compor a cota terreno e compor as faces de quarteirões para depois gerar o preço no quarteirão, com aquelas informações que o Cláudio deu, preço no quarteirão te ajudando lá na apresentação, 75% é a média. Então, aquele cálculo do coeficiente de variação ocorre em poucos quarteirões. Na verdade, muitos poucos, porque desses outros 25% que tem coeficiente de variação maior, a maioria também retorna para a média, porque tu só tens duas opções, tu vais retornar para a média ou vai usar a 85% do valor da maior cota. Então, na verdade, tu só tens dois tipos de cálculo, o cálculo da média e os 85% da cota de maior valor. Nós vamos usar o maior, que foi o aprovado pelo Conselho do Plano Diretor, dentro desse intervalo. Então, é importante entender que a composição dos preços, a formação desses valores, a precificação em toda a cidade de valores de terreno é uma das etapas, não é preço final de solo criado. É importante também saber que algumas perguntas que chegaram para nós, que nós hoje colocamos no Processo SEI, os questionamentos da diligência do Conselho, que a variação dos preços de solo criado é decorrente justamente dessa inversão, quanto maior o índice menor a cota terreno. Isso aconteceu lá em 2000, na discussão da metodologia, nós discutimos porque o mais valorizado, com maior índice, paga menos. Veio um questionamento assim para nós. Na verdade, a justificativa, a Fazenda na época pensou – bem, vamos fazer ao contrário. Com inúmeros estudos e reuniões chegamos à conclusão que tínhamos que acolher o planejamento da cidade, tínhamos que acatar o planejamento da cidade, que em 99 tinha o Plano Diretor sendo aprovada, a 434. Nós tínhamos que verificar o reflexo dessas informações desses novos índices durante um ano ou dois. E nesse meio tempo, em 2000, aprovamos a metodologia justamente que era inversamente proporcional ao índice construtivo. Então, quanto maior o índice, menor o valor do solo criado. Bem, a justificativa, nós precisávamos, independente de quem tinha opinião contrária, a gente acolheu, porque a cidade, onde tem infraestrutura, eu preciso incentivar. Eu já estou entrando nas competências que não são nossas, mas a justificativa foi essa. Como eu participei em



2000 posso dizer de cadeira que tivemos opiniões contrárias, mas, por outro lado, acatou-se que ao planejar a cidade eu também quero utilizar e dispor da infraestrutura da melhor forma possível. Então, por isso temos um valor de terreno “x”, com vários índices construtivos, pode gerar cotas diversas e valorizações diversas de preço de solo. Porém, quanto à avaliação dos terrenos nos deixou satisfeitos, porque ela refletiu o mercado, tivemos tempo de não contaminar com dados de 2017, que estavam confundindo as avaliações para aquela finalidade. Nós nos sentimos exitosos nesse sentido por ter refletido o mercado de 2018, que de lá para cá tem mostrado uma maior estagnação dos valores. Nesse sentido, comparando com 2014, a gente teve uma variação média de 4%, de 2014 para cá. O que aconteceu? Subiu, subiu, subiu, desceu um pouquinho, desceu mais, estabilizou aqui. Quem trabalha com dados de mercado ou com o mercado imobiliário sabe que isso foi o que aconteceu. As regiões de baixa valorização aumentaram um pouquinho mais. Enfim, as regiões de alta valorização tiveram uma alta de 2%. Tivemos outro questionamento que respondemos, que é a variabilidade do preço normal, que foi uma cota, uma fração de terreno que deu 0,93% de variação. Pode ter acontecido, porque é da mais alta para a mais baixa, a valorização foi decaindo conforme as regiões são mais valorizadas. Com isso, então, em julho de 2018 se encerrou esse diagnóstico de mercado com esses valores que estão nesta apresentação, que se for do interesse a gente pode disponibilizar. Era isso. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Carla. Sempre muito contributiva. Eu fico bastante orgulhoso em fazer parte do município e ter comigo quadros tão qualificados, que vocês vêm, o Claudio, a Carla, está aqui a Maria Alice, que se preparam, fazem uma organização bastante elucidativa. Vejam a complexidade desse processo, são várias secretarias envolvidas para chegarem um número final e a gente poder encaminhara tabela com os valores aqui para o Conselho do Plano Diretor. Eu agradeço muito à apresentação, á disponibilidade de vocês, mesmo fora do horário do expediente vir aqui se dispondo a construir e contribuir. Eu acho que é uma ótima oportunidade para a gente aprender um pouco mais dessa matéria do solo criado. Outro dia, enquanto representante da Procuradoria do Município, estive aqui também conversando com os conselheiros e explicando um pouco como que se dá a dinâmica do solo criado ou a outorga onerosa do direito de construir, porque a gente teve também no Estatuto da Cidade uma evolução desse conceito do solo criado. Essa nomenclatura passou a se chamar “outorga onerosa do direito de construir”. Então, muitos assim conhecem o instituto por essa nova nomenclatura do Estatuto da Cidade. Então, também tem alguns regramentos estabelecidos no estatuto da Cidade, quanto à fórmula de cálculo, enfim, o que tem que constar em lei, o que não. Eu vou permitir questionamentos, eu acho que a gente faz por blocos de três. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite, Carla e Cláudio. Eu sou o relator que fez as perguntas. Não sei se foi feita a resposta, está no SEI, é isso? Não cheguei a ler ainda. Como eu apresentei isso aos colegas do Conselho, fica mais clara aquela tabela que eu tinha apresentado, comparando com algumas zonas mais consagradas, como Praia de Belas, Garibaldi. Então, se tu podes dar uma explicação porque essas discrepâncias parecem. São mais essas as dúvidas, a minha pergunta é mais provocativa para todos entenderem. E a questão talvez de duas ruas terem uma face e outra, eu entendi que é por causa do quarteirão. O quarteirão, mesmo tendo duas ruas, na mesma rua duas faces de valores diferentes, eu entendi que é por causa da média do quarteirão. Eu acho que isso ficou claro para mim, não sei se para todos ficou, que é uma das perguntas. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio**



Grande do Sul - SENGE/RS: Boa noite. Primeiramente, eu queria parabenizar o trabalho. Eu fiquei muito satisfeito em saber que se usa uma metodologia, uma norma, e eu tive a oportunidade, a felicidade de participar da revisão dessa norma. Então, eu acho que é um método amplamente aceito, ele hoje é instituído mundialmente em todas as avaliações de imóveis e de terrenos, principalmente em glebas. Eu só queria consignar que o valor, ao final e ao cabo, se dá pelo índice de aproveitamento. Se é uma pesquisa do mercado, o terreno valoriza o quanto é o índice. Então, de certa forma, no momento em que nós fizemos uma revisão no Plano Diretor, a gente também está estabelecendo valores de mercado. Então, é só para consignar isso na reunião e parabéns pelo trabalho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite. Quero parabenizar pelo trabalho, bem elucidativo, para mim que sou advogado, não sou arquiteto, não sou engenheiro, foi bastante esclarecedor. Eu só tenho uma pergunta, como tem um projeto de vendas de imóveis e terrenos que tramita na Câmara de Vereadores, tem como ter um estudo de avaliação por esse método dessas áreas e prédios? **Carla, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Deixe-me ver se entendi a tua pergunta. Para todas as avaliações a DAE utiliza esse método, eu até te digo, desde 2000 o método é o comparativo de dados de mercado, a gente homogeneiza todas as informações estatísticas. Então, nunca se mudou o método de avaliação de terreno. Quando a gente vai fazer a avaliação para outras finalidades, a gente também usa o método de comparativo de dados de mercado. Então, se eu estiver avaliando um apartamento vou usar informações de apartamentos, de vendas, de transições. Então, o método sempre é, preferencialmente, o comparativo de dados de mercado. (Manifestação fora do microfone). Sim, essas informações são provenientes tanto do suporte do banco de dados, que é vinculado à DAE, que tem as informações e uma equipe só para pesquisa que a gente tem. Já aproveitando, respondendo à outra questão, ela sim de configuração de quarteirão. O que acontece? Naquele quarteirão da Praia de Belas, que tem uma diferença, por exemplo, a Praia de Belas aparece com duas valorizações. No teu último questionamento, isso também é da configuração do quarteirão. Em um ela tem uma composição junto com a Borges, ela é no quarteirão do shopping junto com a Borges de Medeiros, no outro ela tem a valorização da Marcílio Dias junto. Já que esse preço é a média no quarteirão, um quarteirão é mais valorizado que o outro, Borges com a Praia de Belas, lá a Praia de Belas com a Marcílio Dias. Então, vai ter sim diferença que vai refletir. Quanto aquelas outras questões, elas são bem vinculadas ao índice construtivo, pode pegar um terreno de valorização bem baixa, com um índice bem baixo, ele pode ser R\$ 500,00, 500 com índice 1 ele vai ser 500. Aquele que tem um índice de 1,9, quase 2, que vale 1 mil, ele também vai ter a cota de terreno dele de 500, praticamente. Então, o índice de aproveitamento aqui entra de forma inversa. Na verdade, ele diminui o valor da cota terreno, que era essa a intenção da metodologia. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Quando eu coloquei ali os valores, já tem valor após a metodologia. Então, é isso que eu entendo, o valor de mercado e o índice vão puxar para baixo, no caso, por que em zonas (Inaudível), depois da metodologia está mais baixo, bem menos valorizado. **Carla, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Aquelas zonas mais rarefeitas têm índices construtivos bem mais baixos. E como o valor da terra ainda não está vinculado ao índice construtivo, ele veio puro do modelo de avaliação de terrenos. Quando a gente vai calcular cota, a cota terreno naquela equação é diretamente proporcional ao valor da terra e inversamente proporcional ao índice construtivo. Então, é aquilo, a região que tem menos, e faz sentido por essa metodologia que foi aprovada, porque aquela região que tem uma infraestrutura menor, ela tem um índice construtivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

menor, obvio, vai refletir no preço, esse preço é menor; porém, tem menos infraestrutura. Se eu der muitos índices, se eu calcular diferente, vamos supor, a gente vai estar incentivando o empreendimento no lugar onde nós não temos infraestrutura disponível. Então, nós vamos ter uma penalidade nesse sentido, eles vão empreender ali o município vai ter que levar infraestrutura. Então, são menores, aí faz sentido o índice ser inversamente proporcional. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, obrigado. Eu tenho certeza que vocês enriqueceram a nossa noite com a apresentação. Nós aprofundamos bastante neste assunto e nos sentimos seguros de encaminhar o assunto. Este Conselho por muitas vezes não é atendido nas solicitações junto aos demais órgãos, às vezes nos faltam esclarecimentos e causa um ruído entre a comunicação da administração e o próprio Conselho do Plano Diretor. Que bom que vocês tenham essa disponibilidade, a predisposição de sempre vir aqui conversar e nos explicar. Eu acho que isso enriquece muito. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu não agradei. Muito obrigado, realmente foi bem produtivo. Algumas das minhas perguntas, mesmo eu sabendo algumas coisas fui mais provocativo pela nossa composição do Conselho também. Era isso aí e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito obrigado. (Aplausos). Passamos, então, ao item 3. **APRESENTAÇÃO PROJETO HUM – MUS/HEALTHY URBAN MOBILITY – MOBILIDADE URBANA SAUDÁVEL.** **Júlio Celso Borello, Arquiteto e Urbanista:** Obrigado, Secretário. Estou feliz de estar aqui de volta, eu já fui conselheiro, uma série de rostos conhecidos, colegas, amigos, alunos, etc. Eu fico pensando até que ponto esta minha pauta teria pertinência em um Conselho que tem sempre assuntos, digamos assim, mais palpitantes, mais objetivos, mais concretos como este que acabamos de ver. Então, eu vou tentar apresentar rapidamente, como uma espécie de notícia e fazendo o maior esforço para trazer ele para perto da realidade do desenvolvimento urbano, que é o que se trata aqui. Na verdade, ele é bastante próximo, mas, às vezes, pode ser uma coisa meio distante, que não faz muito sentido. Falar de mobilidade urbana saudável, no momento que estamos discutindo aqui fórmulas, modelos e valor do solo, entre outras questões que a gente sabe que rola aqui no conselho. Então, vou agradecer aqui o convite da prefeitura, do conselho, dos conselheiros em abrir o espaço. Ao Paulo Jorge da RGP 05, que foi quem propôs a minha vinda aqui, a gente tem mais ou menos trabalhado juntos, porque este projeto tem um foco um pouco maior lá na região da Cruzeiro, da Tronco. Então, rapidamente, vou dar uma notícia sobre o projeto, acho que pode interessar esse conhecimento geral. Depois eu tenho publicações que eu acho que os senhores receberam pelo e-mail da convocação hoje. E tem uma série de outros documentos e links disponíveis, vídeos, etc., que quem quiser se aprofundar fica à vontade para nos procurar também. Os dados que a gente produziu, que são bastantes, em termos de sistema de informação, geoprocessamento e etc., mapas. Eles são públicos, disponíveis, foi feito pela Universidade Federal. Então, também, se alguém tiver interesse em dados e informações pode nos procurar que a gente disponibiliza. Então, tem um vídeo aqui, não vou passar agora, mas, basicamente, a questão é a seguinte, esse discurso, essa ideia da cidade saudável não é uma novidade, uma modinha do momento, já tem mais de 30 anos, vem mais ou menos da época do meio dos anos 80, quando a Organização Mundial de Saúde, mais ou menos no do começo das discussões sobre desenvolvimento sustentável cunhou essa ideia de cidade saudável, de saúde urbana. Pautou, digamos assim, a ideia de que pode se prevenir doenças e promover a saúde através de uma abordagem ampla, holística, que tem haver com objetivos do



desenvolvimento sustentável. Então, a ideia é fazer com que a cidade promova talvez mais do que a simples questão de permitir ou não o acesso ao tratamento. E essa é outra discussão bem palpitante hoje, eu tenho andado por aí em eventos e congressos, discussões, e o acesso das pessoas aos serviços públicos em geral e saúde, especialmente, tem sido discutido com bastante ênfase. Então, mais do que isso é ideia é que a cidade possa promover, prevenir a doença com padrão de vida mais saudável. É aquele velho discurso de que a cada real investido em prevenção e promoção economiza, né... Tem variações 3, 4, 6, 10 em tratamento. Então, a ideia é mais ou menos essa, tem uma série de citações da própria Organização Mundial sobre que a saúde se faz no dia a dia, na vida, nos deslocamentos, no trabalho, etc. Então, tem dois conceitos importantes, que é a questão do que se chama “determinante social da saúde”, que é o que vem mais de fora do que para dentro, porque a questão genética, ou fisiológica na determinação, ou no condicionamento da nossa saúde física e mental. Então, se fala muito nos determinantes sociais da saúde, isto é uma pauta fortíssima no mundo da saúde pública, da saúde coletiva, da epidemiologia, que é a medicina das populações, vamos dizer assim. Então, já se fala em determinantes geossociais para dar essa ênfase forte ao ambiente. E aí as chamadas doenças crônicas não transmissíveis são basicamente essas que derivam ou surgem dos condicionantes sociais, porque elas são uma mistura de genética com questões de fora. Então, por exemplo, doenças cardiovasculares, hipertensão, AVC, enfarte, diabetes, que tem haver com obesidade, que tem a ver com o sedentarismo, doença respiratória crônica, poluição, falta de atividade física. E doenças mentais, às vezes a gente esquece ou tende a pensar que é frescura, depressão e etc. Não são, elas são bastante influenciadas pelos fatores ambientais, e muitos ou alguns tipos de câncer. Então, essas doenças que não tem necessariamente um nascimento, eminentemente, genético, influencia obviamente... Quem tem conhecimento desse tipo de coisa pode me ajudar ou me corrigir, mas elas são, eminentemente, um pacto, uma a influência do meio, do estilo de vida, da alimentação e da mobilidade, como que a gente se desloca. Então, esse ir e vir do cidadão através do espaço é um componente central desses determinantes. Essa rotina de deslocamento tem impactos diretos e indiretos, isso a gente sabe. Ah, eu acho um saco ficar esperando o ônibus, eu me sacudo dentro do ônibus, outro dia eu caí na calçada, a minha mãe já não pode sair de casa, eu fico estressado dentro do carro. Tudo isso que acontece, relativamente, aos nossos momentos de deslocamento de alguma maneira estão sim influenciando na nossa saúde e são bem importantes. Talvez a gente no fim do dia, muitos de nós se lembre mais do que aconteceu no deslocamento do que lá na atividade-fim, no trabalho, na escola, no lazer e etc. Então, aí vem a nossa pauta central, que vem muito dos países mais desenvolvidos, que é a questão que uma cidade desenhada para incentivar a caminhada e ciclismo pode fazer com que os habitantes incluam a atividade física. Esse é o grande lance, meio que de alguma maneira obrigar as pessoas a evitarem o sedentarismo e evitar o desenvolvimento das doenças ambientais, digamos assim. E também ter contato com ar livre, aumentar a socialização. A gente sabe que idoso sai pouco de casa, pessoas com deficiência, pessoas de baixa renda, que não têm como se deslocar, não tem para onde ir. Então, além da accidentalidade, a questão de que a cidade deve permitir que a nossa mobilidade no mínimo seja livre de riscos, como acidente, poluição, violência, ela adicionalmente também possa promover atividade física e o contato com o ambiente. Então, a gente tem uma série de citações, nomes fantasias, está tudo anonimizado nessa pesquisa, a gente não identifica ninguém, não é esse cidadão da foto, esta é uma foto aleatória. A gente tem uma série de depoimentos e a pesquisa percebe que as pessoas têm uma consciência sobre



esse impacto positivo da chamada mobilidade ativa. Rapidamente, eu vou acelerar um pouquinho, eu sei que o tempo é curto, eu queria passar geral. O que foi esse projeto? É um dinheiro que veio do Reino Unido, da Inglaterra, aquela coisa que talvez alguns de vocês conheçam, que os ricos financiam pesquisa aqui no terceiro mundo, como se chamava antigamente, por dois motivos: um que é pragmático, que é para entender a gente – Como que esses caras vivem lá? Com interesses de diversos tipos, declarados e outros não declarados, e também por certo remorso, uma culpa histórica de querer ajudar os países em desenvolvimento. Então, esse fundo Newton, esse monte de dinheiro do Governo da Inglaterra, está sempre procurando parcerias com Índia, com China, Paquistão, México, Brasil, os países do chamado Sul Global. Então, 2015 foi a nossa vez de botar a mão nesse bom dinheirinho aí. Quem é acadêmico sabe às vezes é muito difícil fazer pesquisa com o financiamento que existe no país, e não vou falar sobre as perspectivas futuras, que não parecem boas; mas buscar grana de fora faz com que a gente consiga realmente pisar fundo na pesquisa. Eu gostaria de dizer que isso foi feito de uma forma absolutamente rigorosa, do ponto de vista de ética e aprovação, convênio, articulação com os órgãos de saúde e com associações de moradores, onde a gente vai lá pesquisar as pessoas, a gente tem que entrar de uma maneira respeitosa e correta. Não chegar lá, perguntar, tirar foto e cai fora, tem todo um rigor atrás disso. Então, assim, os dois adjetivos, basicamente: compreender o impacto dessa mobilidade ou imobilidade sobre a saúde e o bem-estar. E estudando o Brasil, comparativamente ou contrastando com o Reino Unido, que não dá para comparar diretamente. E também a questão do potencial de fazer o planejamento participativo. Eu acho que tem uma coisa bem importante aqui. Isto aqui é uma instância de planejamento participativo, a gente não precisa gostar desses termos, pode chamar de outra forma, mas é mais ou menos. Então, a gente fica pensando até que ponto pode-se fazer planejamento de mobilidade de uma forma ampla e inclusiva. Então, a pesquisa também tinha esse objetivo, sentir até que ponto as pessoas, as entidades e os órgãos estão interessados em discutir e participar disso. Então, rapidamente, só para mostrar que a ideia é que o ambiente construído de alguma forma influencia o comportamento de viagem, que a gente chama - Como que eu me movimento? E isso tem relações com a saúde e o bem-estar. Foi isso que a gente estudou, mas uma coisa um pouquinho mais durinha e determinística. Existem muitas outras coisas e voltas e vocês, provavelmente, devem estar pensando – Não, mas espera aí, a questão do status, a questão cultural, estilo de vida, comportamento, toda outra parte que tem talvez mais haver do que com o ambiente. Digamos que eu more em um bairro como o Bonfim, que dá para fazer tudo a pé e eu só ando de carro, porque, sei lá, eu sou preguiçoso, desde sempre eu faço isso, eu gosto, dá status. Então, tem coisas não estudadas. Como disse a Carla, tem um percentual ali da variabilidade que não é explicado por modelos, a gente não tem a pretensão de modelar tudo e enxergar números perfeitos. A gente sabe que muita coisa não está explicada. Então, as cidades do Brasil foram essas: Brasília, Florianópolis e Porto Alegre. A gente apresentou há duas semanas na Câmara dos Deputados, em Brasília, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, tem até umas matérias aí na TV, no site e tal, bem interessante. Fomos muito bem recebidos lá, apresentei na Câmara de Vereadores, em Florianópolis também. E Oxford é uma realidade completamente diferente, uma cidadezinha de conto de fadas lá do Harry Potter, que não tem comparação, mas de alguma maneira funciona como um contraste. Basicamente, a grande lição é que quem tem tudo também reclama, acha ruim. Eu estive na Índia há um mês e relativize às vezes as críticas que eu faço a nossa realidade. Então, na Índia eles estão insatisfeitos, aqui nós estamos insatisfeitos, em Oxford estão



insatisfeitos e nos países realmente desenvolvidos em termos de mobilidade, muito à frente da Inglaterra, como Alemanha, Dinamarca e Holanda, as pessoas também vão reclamar de alguma coisa. Então, importante dizer, ninguém é perfeito, ninguém se acha perfeito. Então, a gente estudou as cidades de Brasília, Florianópolis, Porto Alegre. Aqui em Porto Alegre a gente estudou duas regiões: na Grande Cruzeiro a parte mais informal a gente chamou de Tronco e a parte um pouco mais projetada, com traçado mais regular a gente chamou de Cruzeiro; mas é mais ou menos a grande região lá. E para contrastar, um bairro de classe média mais central, como o Menino Deus. Então, basicamente, a gente olhou para o nível de renda, o tipo de traçado, se é planejado ou espontâneo, a tal da “caminhabilidade”, se é alta, baixa ou média. Então, a gente vê no bairro de classe média verdinho, nos outros bairros a coisa não é tão boa. A topografia, infraestrutura de mobilidade e a distância do Centro, que é um ponto importante. Então, sem entrar em detalhes a gente fez um monte de metodologias aqui, pesquisou. E aqui eu digo que estão os mapas e geoprocessamentos, quem tiver interesse a gente fez uma coleta extensiva, a gente fez entrevistas com mais de mil pessoas, o que é uma mostra interessante, considerando o tamanho das áreas, distribuídos pelas áreas. Este é o resultado um pouco dessa mostra das entrevistas. Depois a gente aprofundou essas questões com a chamada “entrevista em profundidade” ou aprofundamento, escolhe uma subamostra daquele monte de gente, vai lá e conversa mais, vai na casa e pergunta do passado e etc., para ganhar o detalhe da coisa. E ainda fizemos esse método relativamente novo aqui, que foi talvez a grande novidade da pesquisa, que é o tal da jornada acompanhada, que é usar a câmera e microfone e fazer um deslocamento, ou mais de um cotidiano das pessoas no seu dia a dia. É sem constranger, sem dizer “você está sendo filmado, quero ver como é que se movimenta”. É tentar fazer a coisa de maneira bem natural, de maneira da gente realmente capturar o que é a jornada daquela pessoa, vai de bike, vai a pé, pega ônibus, anda de carro, patinete, teve diversos modais aí. Então, é muito interessante, porque a gente pega a experiência. E a tal da abordagem participativa, a gente realmente procurou desde o início infraestrutura nos bairros e comunidades que a gente está trabalhando, se envolver, digamos assim, se articular com as demandas, com as questões que as pessoas estão tratando lá. Então, na região da Cruzeiro e no Menino Deus, sem tentar forçar a barra - O que vocês estão discutindo? Estão participando da revisão do plano diretor lá no conselho, no plano de mobilidade? E aí fazer uma coisa mais integrada e não chegar lá – Nós somos a mobilidade urbana saudável e estamos aqui para... Bom, rapidamente, tem uma série de dados que mostram claramente que o ambiente urbano é melhor em bairros mais centrais e de população de mais alta renda. Isso é o óbvio, mas pesquisa científica muitas vezes tem o papel de trazer evidências sobre o que o senso comum nos diz. Tem uma série de medidas aí. É interessante que ali no fim o vermelho é Oxford, a gente vê certas coisas que às vezes não parecem tão boas. Por exemplo, paradas de ônibus, os dois vermelhos estão abaixo da linha da média. Espaço público aberto, eles estão abaixo da média. Em compensação vias pavimentadas é praticamente total e aqui no Brasil a gente tem uma série de área de calçamento, que é uma coisa praticamente inexistente lá. Tem uma série de coisas que está no caderno, esse que vocês recebem. E a conclusão, basicamente, é que assim, o Brasil é completamente diferente de uma cidade como Oxford, as cidades brasileiras são diferentes. Vocês podem estar pensando – Mas cadê o Rio, São Paulo, Curitiba? Só Porto Alegre, Florianópolis e Brasília não são amostra representativa. A gente não tem essa pretensão, mas a gente pode ver algumas regularidades entre áreas de mesmo padrão socioeconômico em todas as cidades brasileiras, bairros centrais, classe média, planos, tem uma determinada característica espacial e um padrão de mobilidade.



Bairros de baixa renda em áreas de encosta, com acessibilidade mais reduzida, tem um ambiente com características piores, vamos assim, e um padrão de mobilidade diferente. Então, a gente pode de alguma maneira identificar regularidades. Basicamente, o que a gente quer dizer é que essa tal da “caminhabilidade”, essas medidas agregadas assim, de mapa que mostra que tem bastante densidade, tem bastante parada de ônibus, tem bastante loja, serviço; portanto as pessoas vão andar mais a pé ou de bike, não precisa do carro. Não é bem assim. Como vocês também devem estar pensando. A verdade é que tem muitas outras coisas, a questão da percepção, como que as pessoas percebem a segurança, o medo, o próprio status de ficar esperando um ônibus, por exemplo. E a sinalização que as cidades dão para a sua população, a mensagem que vem de cima. Então, por exemplo, quando a gente entra em Oxford tem uma placa lá dizendo que é uma cidade para andar de bicicleta. É uma mensagem clara, além de tudo que tem lá, a ciclovia. Aqui a gente tem, conhecidamente, melhoras e um suporte, uma caminhada nesse sentido de valorizar outros modais recentemente, mas a mensagem ainda é um pouco “te cuida, cuidado, não é bem assim”. Então, isso também faz parte da questão. Então, padrões de mobilidade, a gente vê que nas áreas de baixa renda, azul e vermelha, as pessoas fazem muito menos viagens, ou seja, saem menos de casa, a população de baixa renda não tem muita atividade, não tem destinos, tem pouca socialização no sentido de ir a lugares - Aquele meu amigo da faculdade de antigamente, aquele meu amigo da praia, a turma do futebol, a turma que vai no jogo. A população de baixa renda essa rede é mais curta e mais local, é pequena em volta de si. E aí, às vezes, mesmo que tenha o que fazer não tem dinheiro ou tem medo. Medo a classe média também tem, mas a quantidade de viagens é muito maior a pé, de bicicleta, de carro, de tudo, até de ônibus. Então, a gente já tem um indicador de que bairros de baixa renda as pessoas se mexem menos, e como isso de alguma maneira vai influenciar na saúde, a gente já pode começar a achar um desequilíbrio. Então, rapidamente, vou passar para essa parte mais final, onde as pessoas declaram o que estimula o uso do modal ativo, que é caminhar ou andar de bike. Tem coisas que são dentro dessa linha da qualidade de vida, percebem benefícios e sentem a necessidade de fazer atividade física, ou seja, o lado positivo, mas tem também outras que são compulsórias – Por que você caminha ou anda de bike? Porque o ônibus demora muito; porque eu não tenho dinheiro. Então, a gente sabe que tem havido um aumento de viagens a pé pela simples falta de dinheiro. Também essas questões interessantes de oportunidade e novas experiências de amizade, o ciclismo, a gente sabe que entre a juventude, esse ativismo da bicicleta, essa coisa social é importante. Também vem um contraponto, o lado negativo, maior segurança do que nas paradas de ônibus. Quer dizer, o cara se sente melhor caminhando, andando de bike do que ficar parado esperando o ônibus. Então, essa mobilidade ativa não é porque eu quero, porque é legal, porque eu vou ficar saudável, é porque não dá para ficar na parada. Gosto por esporte, tem esse lado bom de atitude, de saúde, de apoio e tal, e o outro lado que é tipo – é o que me sobrou, é o que dá para fazer. As questões negativas, as pessoas citam muito a estrutura, problema de manutenção, a questão do trânsito que ainda é uma guerra, o problema do crime, da insegurança pública. E aí tem duas coisas bem interessantes no final, que a maioria da população ainda vê, principalmente que não é jovem, a bicicleta como brinquedo, como lazer. Tem gente já incorporando como transporte, mas ainda tem essa visão meio preconceituosa. E tem uma coisa bem interessante, já que a perspectiva de gênero está na pauta também, que as mulheres, muitas não pedalam ou não caminham por causa do da maternidade. Quer dizer, teve filho e meio que morreu, só anda de carro, ou de ônibus, ou de táxi, ou de Uber. Quando a gente vai ver outros lugares, por exemplo,



que tem lugar para carrinho de bebê dentro do ônibus. Aqui uma mulher com carrinho de bebe não tem chance. Então, a gente está com altas taxas de diabetes, bem acima da média brasileira, hipertensão acima da média, obesidade acima da média, depressão acima da média, mesmo no bairro de classe média, classe mais alta. Vou terminar aqui com a coisa mais polêmica, eu não sou ativista, não vou fazer proselitismo, a gente tem que ter muito cuidado para chegar, por exemplo, em uma comunidade de baixa renda e dizer: “Ah, agora que tu conseguiste comprar teu carro, comprar tua moto em 500 prestações e agora está aí com status levando o teu filho na escola e tal”. Como as pessoas dizem que tem orgulho de deixar o filho no colégio de carro ou pode prestar seu serviço de carro, chegar lá com discursinho – Não, tem que andar a pé. Eu que tenho opção chegar para quem não tem opção e dizer. E também o outro lado do ativismo que é dizer que o carro é do mal, vamos acabar, vamos atropelar o motorista. Então, nenhuma das duas coisas, não nos cabe aqui isso. De qualquer maneira a conclusão que a gente tira, fazendo não só essa pesquisa como trabalhando, mexendo com isso a vida inteira, é que o foco do investimento é sempre a infraestrutura para o veículo motorizado, sempre pensando nessa ideia de grandes distâncias, permitir, por exemplo, a expansão da cidade, Porto Alegre agora para a zona sul. E não tem uma ideia de melhoramento local e facilitação, a velha ideia de descentralização que está no PDDUA, de fazer com que as áreas sejam um pouquinho mais autônomas e independentes, evitar os deslocamentos maiores, tem pouco isso. As pessoas que moram em periferias, por exemplo, lá não tem emprego, tem que vir para o Centro. Então, isso acontece simultaneamente com esse espalhamento, tanto dos condomínios fechados quanto dos projetos Minha Casa Minha Vida, que é tudo para fora, essa ideia de sair de subúrbio. Isso, como consequência, não vou entrar em detalhe, mas, assim, isso está precificado. Então, uma coisa mais pragmática para não pensar que é opinião, isso não significa nada. Está tudo calculado quantos reais vai em acidente, quanto de tratamento por poluição, por doença respiratória, quanto se perde no tráfego. Aquele estudo da Federação da Indústria do Rio de 2017, o segundo diz que a gente perde 8,5% do PIB por ano em congestionamento. Então, assim, na hora que isso começa doer no bolso, a velha história, talvez a atitude comece a mudar como ter mudado nos países desenvolvidos. E o último item ali, apenas 195 cidades das 3 mil e poucas elegíveis, ou seja, com mais de 20 mil habitantes, que eram obrigadas pela política nacional de 2012 a fazer um plano de mobilidade, até setembro do ano passado apenas 195 fizeram um plano. E lembrando, então, o que diz na política, está lá, está escrito na lei, que tem que virar essa pirâmide. Então, conclusões, terminando, e obrigado pela paciência, pessoas com renda mais alta podem ter acesso a carros e, portanto, superar as restrições, participar de mais atividades, escolhendo com mais liberdade. Pessoas de baixa renda tem menos opções, utilizam serviços de transporte de baixa qualidade, viajam com piores condições e gastam parte considerável do seu tempo em deslocamentos. Em Porto Alegre 10% das viagens para trabalho duram mais de uma hora. A publicidade, os estímulos sociais, inevitavelmente, estimulam esse desejo de consumir. Vocês vejam a apelação da propaganda, todo mundo se lembra da desoneração do IPI. E às vezes o veículo é um fardo, às vezes até para nós classe média a gente começa a se dar cara – Pô, mas está caro esse negócio! É como um filho, mas a gente é obrigado a ter. Aí vem o outro lado, caminhar e andar de bicicleta não são necessariamente mobilidade saudável, a gente tem que reconhecer que pode ter impacto negativo. Muitas pessoas não têm escolha senão realizar a mobilidade ativa em ambientes insalubres, perigosos, desafiadores, que prejudicam a saúde e bem-estar. E o benefício para saúde e bem estar também pode ser atingido através da mobilidade motorizada. Veículos podem, por



exemplo, tirar pessoas da imobilidade, idosos, principalmente; ajudar a participar e sentir-se seguro, fazer parte de uma sociedade que ainda é motorizada, ou seja, eu pertenço. Lá em Florianópolis teve uma senhora que disse: “Ah, mobilidade saudável para mim é ficar aqui dentro do meu carro”. Ela estava há uma hora parada na ponte, mas estava se sentindo bem, ouvindo rádio e tal. Então, a gente tem que reconhecer isso, reconhecer que áreas têm diferentes formas, diferentes populações, diferentes mobilidades e que a experiência de mobilidade de área afeta também negativamente. Não é só para o bem. Concluindo, vou simplificar aqui um monte de questões que a gente não faz ainda, que é aprender a fazer avaliação de impacto das políticas e obras de transportes sobre a saúde, não só sobre adensamento ou tudo que está no EVU. O que vai acontecer se eu aumentar uma rua? O que vai acontecer se eu botar mais carros na rua? Quantas mortes eu aumento, eu evito ou eu provooco com essa minha decisão de construir mais um viaduto? Isso é importante que comece a entrar, porque em um mundo desenvolvido isso já está rolando. Então, no final só algumas imagens dos desejos e dos anseios da população lá da região da Cruzeiro, da Tronco, que pudesse ter área de lazer, estação de bicicleta e esse tipo de coisa que ajuda a mobilidade saudável. Então, era isso aí do nosso time da UFRGS, dados extra. Obrigado e perdão pela demora. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Professor Julio, que nos enriquece com o debate. Eu acho que hoje a gente teve um amadurecimento bastante significativo aqui no plano. Parabéns, Paulo Jorge em trazer o professor. Nós aqui da equipe de planejamento, Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, enquanto víamos a sua apresentação, a gente se debatia aqui e comentava com a equipe de aproveitar esse trabalho junto com os debates do Plano Diretor. A gente está no processo de revisão do plano, temos aqui a Coordenadora Ada, a Patrícia, diretora de planejamento, a Vaneska, a Júlia pela EPTC, a Gisele pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, todos os colegas do município que em algum momento vão participar do debate do plano. Tomara que a gente consiga ter o seu apoio também nessa construção, estamos em um processo de construção com o Professor Ernani da UFRGS, o quadro altamente qualificado também lá do Departamento de Urbanismo. E tomara que a gente consiga enriquecer o plano diretor com essas pesquisas, a ideia é essa de cidade para as pessoas, que a gente possa promover a participação da comunidade, fortalecer os conselhos comunitários e este Conselho do Plano Diretor que tem uma importância bastante significativa no processo de construção da cidade. Muito obrigado pela apresentação. Não sei se alguém tem algum questionamento. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Quero parabenizar o professor pelo trabalho e acrescentar, eu acho que seria bom trazer aqui o professor que também faz parte do grupo da saúde pública, a gente troca uns WhatsApp de vez em quando, o Professor Roger Rosa. Ele tem um trabalho, uma orientação de mestrado muito interessante, que na listinha de doenças das cidades, doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado. Eu acho que os índices de Porto Alegre para uma cidade que tem uma tradição de saneamento de qualidade, a gente batalha pela questão da qualidade na cidade ambiental, a gente tem índices muito elevados. E os números que ele conseguiu trabalhando dados da saúde são bastante impressionantes. Ali na Universidade de Ciência da Saúde tem também o levantamento de dados relativos a poluição atmosférica na Cidade de Porto Alegre, principalmente em torno da Redenção, principalmente por questão de transporte público, o diesel, que vem sendo abolido em uma série de países, cidades europeias e que nós aqui ainda estamos 10 anos atrasados em fazer essa discussão. Então, parabéns pelo trabalho.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Para nós no Plano Diretor significa qualidade de vida. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria também agradecer o Júlio, que é conhecido de muito tempo. Parabenizar pelo trabalho que a gente tem já conhecimento, como ele mesmo disse, está rodando o Brasil e várias pessoas já comentaram nas redes esse trabalho, esse de trabalho de pesquisa é importante. E eu queria acima de tudo dizer para o Júlio que a tua introdução foi que esse trabalho talvez não tivesse tanto a ver, mas eu gostaria de relembrar que é um processo que foi muito polêmico e que a gente, junto com outros conselheiros, foram pichados do pessoal que sempre dá o contra, que aquele processo do bairro Aeroporto, chamado bairro Aeroporto, na verdade, e que tem tudo a ver com esse teu trabalho, essa pesquisa, onde se aprovou um estudo de viabilidade de um território da cidade, que é um descampado e que vai sofrer quando construído todos esses problemas de mobilidade e, consequentemente, de saúde da população, além de outras questões de custo. E quando a gente coloca isso no meio de um processo sempre tem aquela ânsia por parte dos conselheiros, que tem que aprovar porque vai gerar emprego, porque isso, porque aquilo e não consegue se perceber a importância. Quando é um trabalho científico, que é colocado, e não através de um parecer de um dos conselheiros que normalmente gera polêmica, e como é prata da casa não é levada a sério. Então, isso aí vem comprovar, pena que a gente não tivesse antes para mostrar isso que reiteradamente acontece, quando a gente tenta justificar. Eu quero de novo parabenizar pela importância disso para alimentar a nossa discussão aqui. Muito obrigado, um abraço. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu quero dar os parabéns. Eu pedi para o Júlio trazer esse trabalho aqui no conselho, porque vi que servia para o Plano Diretor, até em homenagem ao nosso Conselheiro Campani, porque defende o transporte saudável, que é a bicicleta. Quando o Júlio esteve lá em uma reunião do FROP ninguém deu bola, o pessoal só queria saber de asfalto, moradia e o resto nada. Ele apresentou o projeto dele e sumiu, daqui a pouco aparece o seu Júlio de novo. O que eu discuti foi uma intervenção da comunidade junto à Faculdade, é um projeto em que todos nós ficamos agradecidos. E hoje de manhã estava vendo, mas na Espanha o prefeito declarou que mais de 30 mil carros não podem mais sair para a rua por causa da poluição, isso vem comprovar que a tua tese é importante. O que faltou, Júlio, foi só o teu vídeo, aquele vídeo andando de bicicleta andando na escuridão, aí entra a favela, aí é rua escura, não dá para andar à noite, a EPTC não tem fiscalização à noite, falta acessibilidade. A favela estala, mas cadê a cidade? Cadê o Centro de Porto Alegre? Aí o papel tem esse papel importante de ver, fiscalizar e discutir. Então, parabéns, Júlio. Presidente, precisa implantar na região, o Maurício estava comprometido comigo de fazer a praça da região Cruzeiro. Germano, vamos amarrar isso aí para fazermos o canteiro de lazer para que as pessoas fazem um trabalho de acessibilidade saudável. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Paulo Jorge. Vamos construir essas alternativas sim. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Boa noite, Júlio. É com alegria que eu dirijo algumas palavras ao meu colega de mais de 30 anos, amigo, orador da nossa turma de formandos, naquela época já gostava de fazer algum discurso e tal. O Júlio sempre teve um espírito crítico, aí hoje vendo a trajetória dele vi que esse espírito crítico positivo que tinha o levou a ser pesquisador, sempre perguntando o porquê das coisas. Eu acompanho um pouquinho o Júlio e uma vez fiquei muito interessado em um trabalho que ele fez sobre segurança, que dizia que o crime sempre acontecia próximo às grandes vias e estava desenvolvendo aquele trabalho. Hoje eu o vejo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

aqui fazendo um trabalho sobre a saúde, aí disse que pode não ter nada a ver. Não, tem tudo a ver. Quando o Hermes diz que tem conselheiro que chega aqui e – Ah, tem que aprovar aquele bairro! Mas, na verdade, o que está faltando? Está faltando lá na base a pesquisa influenciar as leis, os planos diretores, para não chegar na ponta e o conselheiro se responsabilizar por estar aprovando um negócio que talvez não seja bom para a cidade, mas qual é o modelo que foi reproduzido? Isso deveria ter sido pensado lá atrás e a gente vê que as nossas cidades carecem mesmo é de planejamento, de pesquisa, assim como o Julio é um pequeno exemplo disso aí. E fiquei feliz hoje de encontrar também a Carla, que foi nossa colega. Então, eu quero parabenizar o Júlio, mas já deixar uma pergunta no ar, não sei se o Júlio vai querer responder. É o aparecimento, por exemplo, dessas smartcities, que hoje em dia a gente começa a olhar o que está acontecendo também lá fora, em outros países, na China bastante, que a internet de alta velocidade começa a ser popularizada e as pessoas mexem extremamente nessa parte da mobilidade, porque às vezes até a medicina no futuro vai ser à distância. Por exemplo, não vai precisar contratar médicos para ir para lugares longe e os médicos nas grandes cidades podem atender pessoas no interior através da internet, fazendo com que essa mobilidade toda se perca. Eu vou sair do médico, vou comprar remédio e vou ao hospital fazer exames, volta no médico para revisão. Tudo isso vai desaparecer. Entendeu? Na verdade, o que a gente precisaria pensar no futuro para a cidade é colocar internet de alta velocidade, internet gratuita, para que ajude nessa mobilidade. Então, só deixar essa mensagem, que isso também é uma coisa importante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Cidade inteligente é o caminho. Sem dúvida vamos ter 5G para viabilizar. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É uma alegria recebê-los. Por acaso, hoje de manhã eu estava assistindo rapidamente uma parte do Programa Bem Estar que falava que em São Paulo uma hora de carro parado ou andando é 5 cigarros que tu fumas, mesmo não sendo fumante. Bom, então, em Porto Alegre nós já estamos bem viciados também, porque não está fácil, a própria questão da poluição dos carros a gente vê que aumenta bastante. O principal poluente, que é a questão dos próprios aviões, a poluição que significa para nós, o efeito estufa. Então, várias questões que nos assustam bastante. Bem feliz com isso, eu também moro em periferia, mas a gente é um ser urbano, então, a gente gosta de fazer essas trocas. E valorizar a questão da pesquisa científica, que, infelizmente, o nosso país agora é uma vergonha, porque estão tirando absolutamente todo financiamento da pesquisa científica. Então, reiterar a importância que tem pessoas com essa consciência crítica, mas também propositiva para a nossa cidade, o meio que a gente vive. E lamentar profundamente a questão das perdas das verbas científicas. Secretário, no andamento gostaria de sugerir que nos entrássemos imediatamente nas comunicações, que nós temos pouco tempo hoje, para entrarmos na pauta. Então, se fosse possível ser assim, acho que seria interessante. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Maristela. Professor, Júlio, em nome do Conselho mais uma vez agradeço a oportunidade, o aprendizado, o trabalho pela cidade. Sem dúvida Porto Alegre agradece. Passamos ao item **2. VOTAÇÃO DA ATA Nº 2805/2019.** Votos favoráveis? (Contagem de votos = 17 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A ATA Nº 2805/2019.** Passamos, então, ao período de comunicações. Algum inscrito? **6. COMUNICAÇÃO. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Quero agradecer, Secretário, porque tem questões que surgem, que são urgentes, como o caso que aconteceu lá na Parada 2



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da Lomba do Pinheiro, que uma e o senhor foi de pronto e atendeu a comunidade que veio aqui. Se seu soubesse que teria várias apresentações teria segurado o pessoal aqui, mas tudo bem, foram recebidos pelo Secretário, foi muito importante. Parte daquela ocupação são de pessoas que moram em uma APP, que estão sendo despejados da área e nós temos mais de 50 pessoas hoje aqui. Então, encaminhamos essa reunião de urgência, extraordinária, com o Plano Diretor da Lomba do Pinheiro, com as outras instituições e retirando que pudesse providenciar através da sua Secretaria, o DEMHAB e a PGM, que pudesse estar conosco. O ex-Conselheiro Diaran esteve aqui também, que mora lá naquela comunidade. Eu sempre digo, a gente pode ter divergências, mas essas questões passaram, para ficar lá na eleição, agora nós somos cidadãos e queremos resolver. Lembrando que nesse próprio conselho nós temos vários empreendimentos na Lomba do Pinheiro, temos empreendimentos aprovados em APP, eu não sei exatamente a estratificação, em que se classifica, e hoje nós vemos uma comunidade que está há mais de 20 anos lá constituída sendo despejada. Então, essa solicitação para que venha ao nosso encontro e gostaríamos muito que o secretário estivesse lá. Então, é isso, por favor. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu pedi para Gabrielle me ajudar aqui na formatação da data do encontro para mandar um e-mail aqui para Procuradoria. Depois eu vou pedir para a Gabrielle organizar um e-mail, que daí eu repasso para o pessoal da procuradoria com uma data, o local. A gente encaminha aqui. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** É bom saber que o senhor dá continuação do outro presidente, sendo sensível ao conselho. Presidente, quero pedir uma convocação, porque eu defendo uma classe da população de Porto Alegre, como conselheiro das favelas, apesar que o Felisberto se tacha como conselheiro das favelas, mas é um advogado, é doutor, mora na Riachuelo, na Duque, é burguês. Ele quer defender a favela, mas não mora em favela. (Risos). Morar na favela, levar tiro na favela, não passou por isso aí, mas eu passei, ter que sair de casa à noite porque os cara queriam te matar por casa de problema social. Meu Presidente, nós passamos por um problema seriíssimos em Porto Alegre, que as pessoas não sabem que está acontecendo porque não moram em favela. As creches comunitárias das favelas não são donas da terra, a terra é cedida pelo município para colocar as creches. O Secretário Adriano da SMED está exigindo para o novo convênio com as creches que as creches sejam dona da terra. Isso é uma ameaça. Na década de 90 o município deu a permuta, está lá o papel, como que a minha entidade pode ser dona da terra que é do DEMHAB. O DEMHAB não vai dar. E aí estamos sujeitos a não conveniar com a SMED. Então, eu gostaria de pedir para o senhor chamar o secretário Adriano da SMED, porque não sou só eu, são 180 creches que estão na mesma situação. Eu tenho 18 funcionários, 150 adolescentes para serem conveniados, se eu não conveniar como vou indenizar todo mundo? Segundo, vão fechar 18 entidades na Grande Cruzeiro... (Sinalização de tempo esgotado). Quem está fazendo isso são pessoas que não moram em favela, pessoas de gabinete, que não estão nem interessados com o problema da favela. Então, quero passar esse compromisso para a sua mão, tem que trazer o Adriano aqui no Conselho, porque isso também faz parte da cidade. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Vamos encaminhar pela Gabrielle para a participação do secretário. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Esta é uma discussão que há muitos anos me acompanha, que é a questão da legitimidade para discutir certas coisas. Não basta morar na favela se tu não tiveres condições de discutir os problemas. Então, eu me orgulho muito de há 28



anos ter um pé na favela e um pé no Centro. Não é eventual a minha participação nisso. A primeira atividade que eu tive como advogado foi regularizar uma comunidade de ocupação, que se chama Jardim das Estrelas, a primeira cooperativa habitacional. O Hermes é uma prova disso. Então, foi um momento muito difícil, não havia recursos e aquela comunidade comprou a área. Estão lá, conquistaram tudo pelo Orçamento Participativo, desde ali a luta continua, até hoje continua. Essa própria comunidade que há 28 anos comprou a área, é dona da área, não consegue regularizar os seus lotes, não por problema da compra da área, mas sim por problema administrativo. E aí entra um pouco o DEMHAB. Eu vejo essa questão da regularização fundiária, é um tema que deve passar por aqui, porque envolve muitas comunidades, envolve regiões, envolve pessoas que estão angustiadas precisando da regularização. Deixam de fazer investimento, de melhorar a qualidade de vida por não ter a garantia de permanência na área muitas vezes. Então, eu acho que isso, Secretário, e se o senhor conseguir isso, como o Paulo Jorge disse, o senhor vai alçar voos muito altos. E o trabalho que o pessoal da regularização fundiária faz, e a PGM, gostaria que a PGM viesse aqui, o Núcleo de Regularização Fundiária, que faz um trabalho exemplar, falta melhor condições de trabalho. E a união com o Orçamento Participativo é muito importante para a elucidação disso. Outra coisa é a questão do Plano Diretor, nós temos que começar a discutir o Plano Diretor. Nós já estamos atrasados nessa discussão. Hoje, por exemplo, vimos a discussão da mobilidade urbana, temos que ter o desenvolvimento econômico, lá no plano estão os planos estratégicos, que são oito que envolvem a questão habitacional. Então, é importante o conselho discutir isso, porque nós vamos deixar passar um momento muito importante, apesar de ouvir algumas coisas, ontem mesmo na Câmara de Vereadores, para espanto de todos, os próprios vereadores querendo fazer emenda para garantir o seu quinhão, um milhão e meio para cada um para fazer a emenda e aplicar ao seu bel-prazer. E vai ser aprovado na Câmara de Vereadores um milhão e meio para cada vereadores. Então, é importante a gente estar atento aquela casa, porque é impressionante e aí não tem cursos para as demandas da população. Então, Ava a gente vai lá, fica no seu dia-a-dia envolvido e acaba esquecendo de acompanhar aquelas sessões constrangedoras. E parte de vereadores que o próprio seu partido controla o Orçamento Participativo. Então, um vereador faz um projeto para garantir um milhão e meio para cada um. Façam as pesquisas, peguem as atas da sessão. É um momento muito difícil, enquanto nós temos hoje uma reunião no Orçamento Participativo, vão suspender as assembleias porque o governo ainda não definiu o recurso para aplicar naquilo que a população elencou. Além disso, o Orçamento Participativo é uma referência internacional, queiram ou não queiram, 30 anos no mundo, é uma referência, é marca registrada de Porto Alegre. Qualquer cidadão que viajar pelo mundo, uma das perguntas que eles fazem quando a gente diz que é de Porto Alegre: a cidade da participação do Orçamento Participativo. Então, é uma experiência construída pela cidadania, a gente não pode perder esse momento da história de resgatar, independente das concepções políticas e ideológicas, mas é uma marca que estimula a participação. E quero lhe saudar que em algumas manifestações o senhor vai ao encontro disso, da participação da cidade inclusiva, da cidade democrática. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro Felisberto, muito pertinente a manifestação. O nosso processo do plano está um pouco atrasado, mas eu acho que nada é por acaso. Está aqui a minha diretora de planejamento, a Patrícia, técnica altamente qualificada, experiente, já vivenciou, conselheiro aqui deste conselho por muitos anos. Eu acredito que na próxima reunião né a gente inicia uma conversa sobre o plano diretor. A gente está estruturando uma ideia e quer compartilhar



com vocês, que o conselho possa contribuir nesse detalhamento. A gente tem que startar isso logo em seguida junto com a universidade, a gente vem construindo uma metodologia de trabalho, de entregas. Tão logo a gente fecha essa metodologia a gente compartilha com vocês, mas acho que na semana que vem a gente já troca uma ideia sobre encaminhamentos, como que a gente vai tratar esse processo do plano diretor para de fato sair daquela escala macro, de um comando geral da cidade que a gente tem, para uma escala micro, no bairro, e resolver o problema da regularização, a gente ir mapeando esses territórios e começar a resolver o problema das ilhas, que sofre tanto com um regime que não se tem. Enfim, a gente tem uma série de ideias, conceitos, que a gente está formatando em um plano de trabalho, com um grupo bastante consistente, com um organismo internacional bastante respeitado na questão da regularização das comunidades. Tomara que a gente consiga a promover esse debate e avançar, superar esses conflitos que não dá mais para deixar a população na irregularidade, como a gente se vê na maioria das comunidades í de Porto Alegre. O nosso adiantado da hora aí já encaminha. Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu queria parabenizar o Conselheiro Paulo Jorge que traz sempre bom temas aqui para a reflexão. E também complementar algumas coisas com relação as creches comunitárias. Hoje são em torno de 220 entidades comunitárias que respondem pela educação infantil em Porto Alegre. Então, o que eu quero reforçar a todo Conselho é que esse número de 220 entidades comunitárias está ainda muito enfraquecida diante desse descaso do Secretário Adriano, por ele ser tão legalista. Claro, existe uma lei do marco regulatório que exige alguns pontos, não só a cidade de Porto Alegre, mas todo o Brasil está nessa questão. As comunidades vêm ajudando a fazer o dia-a-dia da cidade e não temos nenhuma entidade, nenhuma instituição, pelo menos as comunitárias, associações de moradores principalmente, não tem posse de terra. Só na instituição que nós temos são 220 crianças em turno integral, a média é de 18 funcionários por instituição, isso tudo as lideranças vêm sustentando de certa forma o atendimento da educação infantil em Porto Alegre. E não vai ter! Então, as grandes instituições, instituições ricas que tem prédio, que tem condição de bancar, a proposta vai ser a seguinte: fazer o guarda-chuva, aquele que havia em outras épocas, a grande instituição pega, põe todas as pequenas embaixo das asas, fica com todo o privilégio, já está acontecendo em Porto Alegre. O que vai acontecer? O funcionário que atualmente trabalha nas creches, são funcionários das instituições, se acabar um convênio desses a qualquer momento quem, tem que indenizar os funcionários é a instituição, não é o município. Naturalmente, qualquer instituição que entrar não tem obrigação de continuar com aquela pessoa trabalhando nos mesmos moldes que está trabalhando hoje. Mais um agravante, nunca foi autorizada a instituição a cobrar qualquer tipo de valor das famílias, é proibido, mas se eu não tenho condição, não posso cobrar nada, eu não posso acumular riqueza, não tem saldo financeiro em lugar nenhum. Como é que eu vou me responsabilizar para indenizar um funcionário prestando serviço? A prestação de serviços que a gente faz para o atendimento de educação infantil em Porto Alegre está sendo terceirizada, mas não pode usufruir de lucro nem mesmo para garantir o pagamento de indenização ao funcionário. Isso vai dar um endividamento para cada presidente de instituição, porque o responsável da instituição é o responsável pela dívida daquela instituição. E vai dar desemprego e endividamento. Eu acredito muito na nossa atuação aqui, mesmo com toda a divergência que a gente tem no dia a dia, mas eu acho que tem que entrar em campo para tentar fazer a articulação, para não parecer que Porto Alegre tem várias administrações de uma só. Não, todas elas têm que funcionar do mesmo jeito,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

na mesma direção para que não haja injustiça para quem está trabalhando e ajudando diretamente o atendimento da criança e do adolescente de Porto Alegre. Então, quinta-feira, às 19 horas, audiência pública na Câmara de Vereadores, mas com certeza não vai ter espaço para todo mundo falar. Eu não sei, hoje à tarde o prefeito foi na PUC, na reunião de entidades conveniadas, eu vim para cá e pedi para outra colega ir, mas o prefeito sabe que está errado, que o secretário deve estar agindo de forma errada. Certamente foi fazer alguma negociação. Então, gostaria de endossar o que o Conselheiro Paulo Jorge está falando e de conscientizar todos, se puderem pelo menos passar por lá na câmara dia 04, às 19 horas. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito bem. Obrigado, Conselheiro. Vejam como é rica a contribuição sempre aqui dos conselheiros, cada um sobre uma perspectiva, um aprendizado. O Conselheiro Adroaldo profundamente traz o debate e complementa o que o Conselheiro Paulo Jorge nos traz. O último escrito. Em função do tempo o Conselheiro Furtado abre mão do período de comunicação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Um pedido, eu não sei se ficou combinado passar as apresentações. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registrar que ontem na ABES nós fizemos o primeiro debate, conforme o que foi divulgado, sobre a questão do plano diretor e o meio ambiente. A Engenheira Jéssica da Prefeitura de Novo Hamburgo, da Secretaria de Meio Ambiente, fez a sua apresentação. Deu para ver que o Plano Diretor não está resolvido em cidade nenhuma, mas a gente procurou buscar aquelas coisas que tem de mais avançado lá e que poderia trazer algumas experiências aqui para a Cidade de Porto Alegre. Realmente, ela é a que representa a Secretaria de Meio Ambiente no grupo técnico da Prefeitura e é a responsável pelo licenciamento ambiental as indústrias. Então, nessa discussão que a gente tem que o licenciamento ambiental tem que ser de qualidade, mas não precisa ser moroso, eu acho que caberia à prefeitura, que, infelizmente, não tinha ninguém lá ontem, dar uma conversada com Novo Hamburgo, que parece que tem algumas coisas, algumas experiências, algumas coisas que estão na lei bem mais interessantes que aqui em Porto Alegre. Não tem porque o plano diretor não ser entendido como o nosso licenciamento prévio, se ele for saneamento ambiental pode ser usado como ferramenta de licença prévia, economizando um monte de recursos da iniciativa privada e um monte de tempo também desse trabalho técnico. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos aproveitar a Secretaria de Meio Ambiente que engloba o plano diretor, a parte de planejamento urbano com o ambiental. Eu acho que a gente tem que aproveitar essa energia que a secretaria foram unificadas para gente agregar no conhecimento, não fazer um trabalho dissociado. Obrigado, Conselheiro. Encerramos a nossa pauta. **ENCERRAMENTO: 20h30min.**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2809/2019

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezessete horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Antônio Carlos Zago (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2806/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h13min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Conselheiros, boa noite. O titular, o Presidente Germano, está envolvido com uma reunião ainda com o prefeito, aí pediu que eu iniciasse os trabalhos. Acreditamos que no decorrer da nossa reunião ele apareça. Então, vamos aos trabalhos. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: **QUESTÃO DE ORDEM**. Senhor Presidente, solicito a inversão da pauta, que o primeiro projeto a ser debatido seja do Sport Club Internacional. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: E qual seria o motivo? A



exposição de motivos, por favor. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** A exposição de motivo é simples. Primeiro porque nós estamos com os representantes... (Inaudível). E alguns conselheiros terão que sair, como o Felisberto, vai ter que sair por 19h, 19h15min no máximo. Ele gostaria de fazer o relato também. Então, nesse sentido estou solicitando a inversão. Na outra semana nós tivemos três comunidades, ou duas, representando as entidades, nós discutimos o projeto.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa noite. A minha solicitação vai ao encontro do que a Maristela solicitou, tendo em vista que eu tenho uma audiência às 19h30min no Fórum e eu não quero me ausentar da discussão sobre o projeto do EVU do Sport Club Internacional. Até porque eu quero pedir solicitação de diligências. Então, gostaria de estar presente. Então, solicito aos pares que votem na inversão de pauta e coloquem em primeiro lugar o Internacional. Obrigado.

Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Eu pediria aos dois conselheiros que pediram inversão de pauta, o primeiro processo que está na pauta, está na pauta desde fevereiro. E eu acho que em 5 ou 10 minutos no máximo a gente resolve ele. Então, se pudesse ser levado em consideração, deixar o primeiro processo que rapidamente a gente resolve, sem deixar para o fim, porque a discussão do Internacional pode ser mais longa. Então, eu proporia que ficasse o primeiro e depois o Internacional.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa noite. Eu até entendo a justificativa da Conselheira Maristela e do Felisberto também, acho que tem uma justificativa que se entenda, é interesse de participar, mas eu queria dizer em relação a Maristela, que não se crie, até pode se inverter a pauta, tudo bem, não é esse o problema, mas eu acho que o argumento de que os requerentes estão aqui, os requerentes já estiveram oficialmente, prestaram seus esclarecimentos. Cada vez que tiver um proprietário e vier o requerente vai ser motivo para o seu projeto, o seu processo ter... (Manifestação fora do microfone).

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Respeite a palavra do Conselheiro Hermes.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu estou querendo que isso não se crie como uma regra. Então, cada vez que tiver um processo vem o arquiteto, o engenheiro, o proprietário e nós vamos inverter a pauta porque ele está presente. É diferente de quando ele vem como convidado para fazer os esclarecimentos devidos. Eu respeito a tua solicitação, eu só não quero que se crie como regra.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Entendido. São dois argumentos diferentes. Eu estou levando muito em consideração, mas quem vai decidir vai ser o Conselho, vão ser vocês, estou levando em consideração o argumento do Felisberto, que ele tem uma audiência e é da região dele, estudou o processo, tem uma posição clara. Eu reforço, Hermes, essa história que tu colocas do interesse do interessado. Já aconteceu outras vezes. Evidente, isto é uma reunião aberta, pública e tal, mas eu também eu tenho reservas quanto a esclarecimentos extemporâneos quando não são chamados, mas isso já aconteceu outras vezes, está acontecendo com o Inter aí. Tu estás levantando, mas aconteceu com o Phorbis, aconteceu com aquele outro rapaz que sentava aqui ao lado direto com o presidente aqui. A Obraprima e toda aquela discussão. E muitas vezes até tira, quebra de certa forma a nossa discussão. (Manifestação fora do microfone).

Maristela, não está em discussão! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, por gentileza! Muito obrigada. Não quero criar polêmica, até porque não foi convite para ninguém estar aqui. Eu puxo para mim essa responsabilidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, ninguém precisa ser deselegante aqui, porque todo mundo com essas regras. Se eu me excedi peço desculpas, mas deselegância eu não aceito! Muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não houve deselegância. Desculpe, conselheira, mas não houve deselegância em absoluto! A gente está exercendo o respeito mútuo aqui, inclusive, respeito a nós aqui conselheiros de trabalhar sem qualquer tipo de pressão. Então, conselheiros, existe um pedido de inversão de pauta, que eu colocaria em votação para que o processo do Inter seja o primeiro a ser analisado. E existe um pedido do Conselheiro Darci, que não se altere a pauta ou que ao menos que se garanta que o primeiro seja o processo que ele está relatando. Então, teremos que encaminhar a votação da seguinte maneira, um vai excluir o outro... (Manifestação fora do microfone). Houve acordo? Não precisa votar, então? (Não). Então, o primeiro ponto que eu quero colocar em votação é: **2. VOTAÇÃO DA ATA 2806/2019.** Quem aprova a Ata nº 2806/2019, por favor, que se manifeste. (Manifestação fora do microfone). E em 5 minutos tu achas suficiente para a gente analisar a ata? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, a gente não pode fazer de conta. Na verdade, é uma ata muito extensa, todas as atas têm a sua importância, essa relevância, senão elas não precisariam passar por uma aprovação. Como ela tem 40 páginas e nós recebemos ela ontem ou anteontem, na verdade, eu gostaria que ela fosse colocada na próxima sessão. É este o pedido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Eu entendi diferente, conselheira. Eu ia sugerir isso, que ela fosse para outra sessão, porque nessa não há condição, ela é muito extensa. Está aceito, vamos tocar assim. **3. Ordem do Dia. Item 3.01. Expediente 18.0.000120309-2. INTERESSADO: SMURB. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário, ajuste de traçado viário, ajuste nos limites das subunidades. LOCAL: Rua Wolfram Metzler. REALTOR: ABES. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O relato de vista não foi dado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, relato de vista com o Conselheiro Jackão. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** boa tarde, colegas. Relato de vista: (Leitura do parecer de vista inserido no processo: favorável ao atendimento da demanda). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Algum esclarecimento em cima do voto do relato de vista? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O relato que eu dei foi há duas semanas, eu era contrário à proposta, mas me subordino ao parecer de vista do relator da região. Então, eu altero o meu parecer inicial e acompanho o parecer de vista aprovando a alteração. Realmente, cabe aqui registrar em ata, são 28 anos de inoperância da Prefeitura de Porto Alegre. Isso não é um problema localizado, é um problema generalizado na cidade e que nos traz um alerta nesse momento que está se discutindo a revisão de plano diretor, do que a gente está fazendo exatamente aqui, flexibilizando, flexibilizando, flexibilizando por falta de uma figura que deveria estar mais forte na nossa prefeitura, que é a fiscalização. Afinal, não adianta a Câmara votar uma coisa, a gente tentar implantar uma coisa, e na prática a vida lá fora está implantando outra coisa bem diferente, e a gente ficar remendando aqui. Então, meu parecer segue: “Ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, em sessão realizada no dia 09 de julho de 2019, face ao disposto no artigo 164, inciso 3º da Lei Complementar nº 434 de 1º/12/99, aprovo a alteração do código de grupamentos de atividade GA 01, área predominantemente residencial para GA 05 mista II, localizada na Rua Wolfram Metzler e



em toda a sua extensão, inserindo a MZ 3, UEU 084, Bairro Rubem Berta, conforme planta dois anexa”. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, conselheiros, o que está em votação é pela aprovação do desgravame de traçado viário, ajuste de traçado viário e ajuste nos limites das subunidades. (Manifestação fora do microfone: Alteração do código de grupamento de atividade). Vamos fazer a correção no cabeçalho. Em votação, favoráveis à alteração? (Contagem de votos = 19 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE GRUPAMENTO DE ATIVIDADE.** Conselheiros, então, conforme acertado vamos para o Item **3.03. EXPEDIENTE: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. padre caciue, 891. RELATOR: RGP. 02.** Então, a palavra está aberta para manifestações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero fazer o relato do parecer de vista e posso ler o parecer. (Leitura da solicitação de diligência inserido no processo). Esse é o meu parecer de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A palavra está em aberto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O meu também é parecer de vista. Leio? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sim. Por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Como tem pedido de diligência no parecer do Conselheiro Felisberto, que pode ser daqui a pouco prejudicial ao meu próprio parecer, eu gostaria que essa questão fosse deliberada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tem que ser votado antes. Então, podemos fazer a discussão da solicitação da diligência, dos argumentos apresentados pelo Felisberto. Então, a palavra está com a Maristela, que não é parecer de vista e sim comentário. (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Maristela, a mesa está instruindo. Os dois pareceres de vista que tem, eles acham... (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Maristela, mas se tu pudesses escutar eu terminar. Eles estão aguardando, estão pedindo para primeiro definir se aceita ou não o pedido de diligências do Conselheiro Felisberto, que poderá influenciar no parecer deles. Eles pedem que primeiro seja votado, deliberado sobre o pedido do Felisberto. Então, por isso que nós estamos em comentários, esclarecimentos no universo do relato do Conselheiro Felisberto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu também sou relatora, Presidente. Por isso que eu havia me escrito Eu também sou relatora, também estou incluída nos pedidos de vista. Aliás, por sinal, nós temos um pedido de vista coletivo aqui. Se analisar bem como que ficou organizado, que foi encaminhado o pedido de vista, tinha um pedido de vista e depois o pedido de vista de vários outros. Foi por isso que eu me inscrevi e deixei a primeira, porque o colega Hermes havia solicitado primeiro, mas não tem problema. O senhor entendeu porque eu havia pedido a inscrição? Agora abriu o outro encaminhamento, também entendi, mas só para esclarecer, ou seja, o que eu posso considerar trazer aqui, que eu busquei as informações, é o número do processo. Eu queria passar aqui o número, porque eu fiz uma pesquisa que já consta o número do processo. É o IPHAN. Queres anotar, conselheiro? É 01512.003439/201652. Sobre a questão da lei, pelo que eu entendi e pelo o que temos esclarecimento, a lei de uso já está tramitando na Câmara de Vereadores, como é de conhecimento, não um EIA RIMA, porque a área já é bastante antropizada, a SMAMS mesmo fez o tipo de estudo no momento do liderança ambiental. Correto? Terceiro, essa questão do IPHAN, que eu já encaminhei o número.



Quarto, contrapartidas, eu tenho o entendimento que tem que ser através da prefeitura, não é isso? Nós vamos tencionar a prefeitura para apresentar ou a gente faz direto para o empreendedor? Mudou um pouco essa lógica agora, o interessado pede para o empreendedor a contrapartida? Nós aqui? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tá. Ok, só para esclarecer, porque eu também não sei tudo, né, Presidente. Eu concordo com a questão das escolas de samba, mas na hora que podemos solicitar, só que eu acho que tem que vir de lá conforme as outras solicitações, senão fica uma relação muito promíscua, né. Eu acho bem chato isso. Os demais itens, não sei se são relevantes desses assuntos que nós estamos discutindo aqui, mas em todo caso levo em consideração. Eu sou contrária ao pedido de diligência, até pelas discussões que nós já tivemos tanto aqui como no Internacional. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais alguma discussão sobre o pedido de diligência? Eu quero falar um pouquinho como conselheiro da RGP. 06. Conselheiros, eu reforço o pedido de diligência por algumas questões que esse processo encerra. É um processo extremamente importante em que nós estamos lidando, além da troca de regime de atividade residencial, que é hoje o que prevalece, que é a lei de 64, depois a lei mais adianta, que foi novamente reafirmado, eu não estou com a dada aqui, mas igual mantém a tradição lá de 1956, quando foi feita a doação dentro daquelas características que não poderia ter empreendimento habitacional na área. Isso foi muito claro. Eu conversei com o vereador da comissão da CCJ da Câmara de Vereadores para saber qual era a situação real do pedido de alteração de lei, através desse PL que tem lá, o PLCE 004/19. O vereador afirmou o seguinte, ele está na CCJ, mas não foi ainda acionado, nem pelo interessado Internacional e nem pela prefeitura, que são os dois elementos que vão conversar com a comissão. E não tem mais espaço para ser discutido antes do recesso. E também não significa que vai ser aprovado, somente a discussão que os vereadores vão fazer que vai dizer se vai ser aprovado ou não. Aí eu fiz uma leitura do PL que está lá e eu achei um pouco confuso, inclusive em relação à atribuição da atividade. Eu achei ele um pouco confuso. O que foi retirado em maio era mais claro, que foi retirado pelo Paim. O governo tinha mandado um outro, que era bem claro o outro na troca de atividade, que permitisse o empreendimento imobiliário, onde se colocaria residências. Ficou um pouco confuso. Dentro do processo existe uma nota técnica da PGM, assinada pelo Procurador Nelson Marisco, essa nota, a partir do questionamento da SMURB a época. Essa nota é de 19/04/2016, que questionada a PGM se podia haver essa troca de regime, a troca de atividade e outras coisas, porque o artigo da Lei nº 609/2009, os artigos 3, 5, 6 e 7 vetam habitação. E aí a resposta da PGM, no item 4 diz assim: “Não vejo a existência de qualquer impeditivo para a citada alteração legislativa, desde que venha por instrumento legislativo de mesma hierarquia”. No item 5 ele responde assim: “Quanto ao rompimento da altura...”- que é uma situação bastante importante para a gente conversar, discutir e colocar, que está sendo muito discutida, pela importância que isso tem no cenário da cidade, não estamos aumentando de 52 para 60, para 62, nós estamos aumentando o limite, que é 52, o menorzinho para 85 e o outro para 130. Altamente importante essa decisão e que está passando de certa forma batida da discussão, inclusive, pelo conjunto de geradores do espaço em Porto Alegre, os arquitetos, os engenheiros, as empresas de construção, as empresas empreendedoras e tal. Eu acho que mereceria uma discussão mais abrangente. E dentro do processo esse item não tem uma configuração mais convincente, é uma proposta de aumentar a altura e não vem com alguma coisa que eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

imaginava. Está aqui hoje o Zago, que me lembra de uma discussão se fez lá no SINDUSCON e eu fui convidados, também mais outros arquitetos para discutir edifícios icônicos em Porto Alegre. E os arquitetos tranquilamente favoráveis a que se tenha essa possibilidade de ter edifícios icônicos em Porto Alegre; mas dentro de uma lógica, dentro de um formato, dentro de alguma coisa que tenha coerência com o espaço que a gente está ocupando. E eu não sei a discussão, eu não fiquei convencido que ali tem os elementos para ter um edifício icônico de 130 metros. Eu não fui convencido. Se eu estou aplicando, por exemplo, os condicionamentos de altura que outro arquiteto qualquer vai fazer no seu predizinho ali de 20 m de largura por 60 m de largura, que vai ter que atender os recuos 18%, de 20%, de 25%, etc., dependendo da altura que estamos trabalhando e o tamanho do terreno, a gente fica chocado. Pô, ficam brigando aqui às vezes por 50 cm para botar o pavimento a mais no prédio e eu de repente sem o critério para convencer os próprios arquitetos se coloca um prédio de 130 metros. Aí – Vamos aplicar, vamos ver como estão colocadas as questões dos condicionantes de afastamentos laterais ou afastamentos de frente! Tu ficas abismado. Então, eu queria ser convencido, queria ser mais convencido de que isso é uma proposta coerente, é por aqui, que nós vamos permitir os projetos icônicos em Porto Alegre. Eu queria uma discussão mais técnica, uma discussão mais colocada do ponto de vista do envolvimento urbanístico que tem uma intervenção desse tamanho. Não é 52 para 62, nós estamos falando de 52 m para 85, de 52 m para 130. Então, eu queria ter mais essa oportunidade de discutir. O que diz esse parecer que eu estava lendo da PGM sobre isso? “Quanto ao rompimento de altura. Deverá ser estabelecido o regime urbanístico que se pretende para a referida área por intermédio de uma lei complementar”. Esta é a posição do Marisco da PGM, lá em 2009. Nesse sentido eu reforço o pedido de diligência do conselheiro, no sentido que a gente tenha mais oportunidade de vir a discutir isso aí, porque para mim, na minha interpretação, nós estamos fazendo uma aprovação de regime em um lugar que não pode ter o que estamos aprovando, que nós poderemos aprovar. Na verdade, nós não aprovamos, nós indicamos ao prefeito e o prefeito homologa ou não. Nós o aconselhamos e eu acho que nesse momento nós estamos aconselhando a colocar um empreendimento de tal forma em um lugar que não pode ter. Isso de certa forma configuraria uma ilegalidade. Eu acho que seria mais correto esperar haver a votação na Câmara de Vereadores, se aprovado volta o processo para o seu trâmite normal e nós vamos nos colocar na posição que a gente sempre está, que é lá na ponta para sugerir ou não a homologação pelo prefeito da cidade. Como Conselheiro da Região 06 é esta a minha colocação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria também, não sei se é um pedido de vista, mas eu gostaria de alertar que tem sérios problemas legais no processo. Uma coisa que me chama atenção é que o parecer do DMAE, o parecer da CAUGE é aprovado e, conseqüentemente, ficam aprovados vários pareceres setoriais das várias secretarias. O parecer do DMAE, salvo melhor juízo, eu li e reli várias vezes a cópia do processo, ele sempre se refere à área do Parque Gigante, aquelas áreas, para 70 pessoas, aprovação do esgoto sanitário para 70 usuários, com uma vazão de 0,01 litros por segundo e com sugestão de fosse séptica. É a situação tradicional para uma residência ou um pouco mais. Também não sei se isso é pedir diligência também ou conferir, porque isso simplesmente torna esse processo... A aprovação dele corre risco, principalmente considerando que isso aqui está gravado, faz parte da ata de uma reunião, quando o Diretor Geral do DMAE veio aqui e disse que Porto Alegre estava sucateada, que não tinha condições de abastecimento de água, que não tinha mais condições de aumentar a capacidade de tratamento, a não ser com grandes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

investimentos, que não estavam sendo feitos. Então, isso me parece, ou esquecimento, talvez eu tenha falhado, mas confesso que eu li várias vezes todos os pareceres da CAUGE. E a outra situação também que eu queria esclarecer os conselheiros, eu não vou ler o meu parecer, se for o caso eu leio, é que pela provação que está sendo dada também possibilita até 160 m de altura. Isso está bem claro, se me permite o Presidente, isso está em um parecer da SMURB, aprovado pela CAUGE, não é o parecer final da CAUGE, mas faz parte dos estudos de viabilidade e esse parecer não foi desaprovado, não foi substituído. Então, no parecer da SMURB diz o seguinte: “Em relação à altura das edificações, a diretriz emitida pela SMURB se refere ‘resta, então, o limite para a aplicação da arquitetura icônica, onde se autorizam 160 m de altura, mesmo que o processo apresente 130””. Eu cansei de ver na prefeitura, durante a minha vida funcional aqui, que quando vai se aprovar um projeto vale o que está lá nos estudos de viabilidade aprovado, nos vários estudos de viabilidade. Então, isto aqui está valendo, salvo melhor juízo, está valendo, são 160 metros. Isto é outra discussão. E para complementar, eu não vou enumerar agora uma série de algumas irregularidades sérias no processo, esse processo é de ir para o Ministério Público. E eu vou fazer mais uma afirmação aqui, também usando da minha experiência, esse processo tem a inserção de dezenas e dezenas de leis, de coisas que foram colocadas sem nenhuma referência. Isso para quem é mau entendedor, ingênuo ou não conhece os processos, para isso já houve um inquérito aqui na prefeitura com a demissão de engenheiros, arquitetos e os outros funcionários por corrupção. Eu não estou tendendo a nenhum funcionário, eu sempre coloco que defendo os funcionários, assim como faz parte da minha vida, inclusive; mas essas introduções sem numeração, sem nenhum registro de que foi introduzido e simplesmente segue uma (Inaudível), de repente vem um assunto, uma lei. Isso é uma forma que se usa para substituir um parecer para substituir alguma coisa sem que seja percebido. Para um bom entendedor, olha o processo – “Ah, está aqui, por que tem isso aqui? Não tem nada a ver”. Só que foi muito frequente e isso está em um relatório do Ministério Público, inclusive da Polícia Civil, que investigou. É uma forma de introduzir matérias que não tem nada a ver, de repente vem lá um parecer da CAUGE, de repente entram folhas de uma lei qualquer lá que já tem várias vezes no processo e segue a numeração. E com isso aí se tira pareceres contrários e etc. Isto está no meu parecer, eu leio se for o caso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Hermes, esse assunto dos 160 m eu li também. No mínimo cabe um pedido de esclarecimento a CAUGE, porque eu tenho exatamente o que tu estás dizendo lá, fala em 160 no início, depois abandona e fala em 130, mas tem votações, tem assinaturas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu gostaria assim, Hermes, tu és colega, que tu fosses mais respeitoso conosco, nós colegas, colegas arquitetos. Entendeu? Não existe... (Manifestação fora do microfone). Agora deixa eu falar. Quando tu falas assim, que existem inúmeras irregularidades. Bom, aponte irregularidades. Certo? Segundo, aponte, liste exatamente quais as irregularidades. Segundo, o processo, como tu sabes, é feito por um colegiado e segue todas as regras. Esse processo, o colega que analisou, foi um trabalho exaustivo, um trabalho técnico que eu admirei o trabalho que ele fez. Exaustivo, de arquiteto, que merece todo respeito. Agora, se tem alguma irregularidade, bom, a gente não tomou conhecimento dessa regularidade durante o processo. Entendeu? E este processo, inclusive, já foi apresentado no Ministério Público, todas as questões já foram solucionadas. Agora, se quiser mandar de novo não tem problema, acho que a equipe técnica não tem problema nenhum em esclarecer qualquer coisa que tenha ali. Eu só estou aqui para defender o trabalho do nosso colega, que foi



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

336 excepcional. Entendeu? E se existe uma provocação quanto à altura, existe sim, mas está
337 sendo trazido a este conselho para isso. Entendeu? Eu acho que este é o foro para
338 discutir. Se fosse flexibilizada uma altura que não viesse a este Conselho, tudo bem, aí
339 vocês poderiam questionar, mas nós estamos aqui para discutir a cidade, a cidade está em
340 constante renovação. E tudo que passa pelo processo, como tu falaste – Ah, os 160! Não,
341 vai ser o que for validado aqui dentro. Então, é o que vale, os 160 foi a análise que ele fez.
342 Sim, poderia. Qual é o problema? Não tem problema nenhum nisso. Agora, veio para cá
343 fora, o foro valida ou não o que foi dado exaustivamente toda a equipe técnica, inclusive,
344 do DMAE, que é presente em todas as reuniões, umas das pessoas mais presentes e
345 eficientes lá daquela comissão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
346 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Patrícia, só para informar, o Ministério Público
347 pegou o processo de novo... (Manifestação fora do microfone). Não, não estou dizendo
348 que é ruim e nem que é bom, estou dando uma informação, só estou dando uma
349 informação. O Ministério Público na semana passada pediu a cópia, a secretária executiva
350 providenciou, com orientação do Presidente. Foi feita a cópia e entregue na semana
351 passada. O que não me surpreende em nada, porque o Ministério Público é um órgão
352 fiscalizador de quantas coisas. Já teve caso aqui no Conselho que o Ministério Público veio
353 camufladamente e sentou lá no fundo. Foi quando nós falávamos aqui sobre certo
354 processo e foi provocado por gente aqui de dentro, por gente que estava sentado na mesa
355 aqui. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
356 **Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, eu só queria esclarecer rapidinho, não vou
357 polemizar. Colega Patrícia e demais colegas da Prefeitura, quando eu levanto essas
358 questões de forma nenhuma estou querendo menosprezar ou duvidar. Pelo contrário, a
359 valorização profissional dos funcionários públicos passa pela moralização dos
360 procedimentos administrativos dos processos. O que eu falei é real, Patrícia, tu sabes, tu
361 acompanhaste aqui dentro. Houve uma ação do Ministério Público com polícia, uma ação
362 efetiva de investigação e processos que levaram a exoneração de colegas por corrupção
363 dentro dos processos. Então, eu queria que ficasse bem claro que esse processo que
364 acontece, esses métodos, eu não sei onde é que acontece, pode ser em qualquer lugar,
365 pode ser dentro de um automóvel quando o processo está tramitando. Então, não toma as
366 dores dos colegas, Patrícia, por favor. Tu sabes que a gente luta para defender os bons
367 profissionais, os bons funcionários públicos. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso**
368 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Depois de assistir a este
369 debate dos iluminados aqui, arquitetos, engenheiros, catedráticos, eu como analfabeto da
370 favela e negro falar o quê? Eu não vou discutir um projeto deste tamanho porque não sou
371 arquiteto, não sou engenheiro, não sou da CAUGE e nem da prefeitura. A única coisa que
372 quero dizer é o seguinte, analisando o projeto, fico pensando o seguinte: um
373 empreendimento na beira do rio, tiraram 80 casas, desmontaram toda uma área e do lado
374 um clube chamado Internacional para fazer um empreendimento fabuloso. Dali 400 m,
375 morro acima, tem uma vila chamada Vila Gaúcha, que o pessoal não tem direito à
376 moradia, não tem direito a casa, a nada, encruada no morro, com assalto, criminalidade
377 altíssima, no morro. Ao lado um empreendimento fabuloso que vão milhões. Então, hoje é
378 preferível empreendimento a alto custo do que famílias de bairro. E a Prefeitura não
379 discutiu nada para legalizar uma vila. Então, meus engenheiros e arquitetos aqui, o nosso
380 papel aqui é avaliar a cidade? Não! Não é a cidade, estamos avaliando empreendimentos,
381 não cidade! Então, não vamos ser hipócritas e falar aqui em cidade. É hipocrisia de vocês
382 falarem em cidade aqui dentro. Estamos avaliando empreendimentos a alto custo, de
383 dinheiro que corre ali dentro. Isso sim eu concordo. Não venham me falar em hipocrisia de



cidade, se forem discutir a cidade, aí sim, cidade, que vai ter um empreendimento altíssimo, que vai ter lá embaixo, perto do Iberê Camargo outro empreendimento. E o que eles dão para a cidade, para o bairro? Não vão dar nada, está ganhando! Prédio público não compraram nada, nada! É isso que me dói. E o DEMHAB não quer legalizar vila, não quer dar porra nenhuma para ninguém, porque é caro. Agora, tem dinheiro pagando um milhão para jogador, milhões e milhões que pagam ali dentro, mas o que dão para a comunidade? Nada! Então, o que vocês querem que eu fale? Hipocrisia. Avaliando, o meu voto hoje é não. Não vale nada o meu voto, mas eu voto não. O que eu vou dizer para o pessoal da Vila Gaúcha ali de cima? Tu é Conselheiro Paulo Jorge e aprovou? Vão construir aquelas torres, quero ver o que vocês vão dizer para as crianças daqui alguns anos. Agora, não avaliam nada de melhoria de bairro, esgoto, banheiros, escola, não! Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Paulo Jorge, muito paralelo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero colocar que meu pedido de vista não tem nada a ver com coloração clubística, é apenas para dar o amparo legal para que a gente não vote do escuro. Eu entendo assim, que a gente tem que ter o máximo de cuidado com os processos que passam aqui, porque abrirá um precedente sim. A questão da altura eu não me dediquei, porque não era o momento, até porque eu vou pedir vista se for aprovada a diligência, para dar um parecer mais técnico também. E quero deixar bem claro que não tem nada a ver com a questão de coloração gremista ou colorada, é também ter um projeto que assegure ao Internacional a legalidade. É esse o cuidado que este conselheiro teve, apenas isso. E os meus delegados são contra, e eu terei uma reunião no meu foro para discutir qual será a nossa posição com relação a esse projeto. é isso, por isso a solicitação de diligência. Eu tenho que me retirar, eu tenho audiência às 19h30min. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Então, eu queria comentar nessa direção que está sendo falado, porque, normalmente, quando se trata de produzir edifícios dessa dimensão, isso toca um conjunto de questões na cidade que são muito significativos. Vou falar algumas aqui porque eu não organizei nenhuma fala, eu só estou falando em cima das falas do Felisberto e do Paulo Jorge, e do Hermes, que me desencadearam aqui. A primeira questão que a gente precisaria considerar o Hermes tocou, que é a questão da infraestrutura suficiente. Trata-se de um edifício de 130 “andares” e um de 85... Metros (corrigindo). Isso significa uma construção de 215 m de altura, divide-se isso por 3, que é o número de andares... Quanto isso é de andares? É 130 um 85 o outro, quanto dá isso? São 43 andares. É uma concentração de 43 andares. Então, é importante a gente considerar isso. É importante a gente considerar também a questão do sombreamento de áreas públicas, porque isso vai gerar com sombreamento no entorno. É fundamental a gente pensar na questão das vistas protegidas O que significa isso, já que está falando de edifícios icônicos? Normalmente, as cidades quando tratam de fazer edifícios icônicos, fazem um plano diretor para a cidade, particular para produzir esse tipo de edifício nessa área. É o que acontece com Londres, é o que acontece com Nova York, enfim, nas cidades grandes que nós temos, as cidades que realmente tem edifícios icônicos. Isso aconteceu agora, recentemente em Londres, que era uma cidade que não tinha edifícios em altura. E para se construir isso foi criado um plano diretor para que nessa área fosse construído o tal edifício icônico que a gente tem falado aqui. Por que esse plano diretor determine o *skyline* da cidade? O que é *skyline*? É aquela representação do perfil da cidade, é aquilo que a gente olha Porto Alegre e tem lá a Usina do Gasômetro, a gente diz – Ah, o significado disso. Ou seja, o significado do perfil construído da cidade. Assim como



é importante o significado do perfil natural da cidade, foi o que eu comentei na reunião passada. Mas como assim? A gente está construindo um negócio de uma altura tal que completamente desrespeita a linha natural do terreno, do entorno. Então, outra coisa, defender que é para o bem da comunidade, isso não é nenhuma vantagem, qualquer difícil que se faça deve ser para o bem da comunidade, é um mínimo, é ponto. Isso aí é dado, não tem como defender um edifício dizendo – estou fazendo para o bem da comunidade! Ninguém imagina que se esteja fazendo alguma coisa que não seja para o bem da comunidade. Eu acho inaceitável esse tipo de discussão, isso não é argumento, tudo que se faz na cidade deve ser para o bem da comunidade. É a mesma coisa que alguém que vai pegar o emprego, vai pegar um trabalho e dizer: “Eu sou honesto”. Ninguém imagina que a pessoa seja desonesta, é o mínimo. Então, o bem na comunidade é o mínimo que se espera. E a outra coisa que eu gostaria também que a gente pensasse é que, normalmente, em todos os países que eu já ouvi falar na minha vida, quando se constrói edifícios que tem muitos andares, normalmente, o investimento é feito, é realizado por empresas multinacionais. As inversões no local são feitas por conjuntos, por grupos, agremiações, são internacionais que fazem esses investimentos. Então, eu acho que isso também é uma coisa que a gente talvez pudesse pensar a respeito, porque às vezes a gente diz – Ah, nós vamos fazer isso! O que significa isso para a cidade, ou para o país, ou para a geração de empregos, ou para o que quer que seja? Então, eu acho que não é uma coisa simples o que a gente está aprovando. O Paulo Jorge falou muito bem, é na beira do rio. (O Sr. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS passa a presidir). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estou tentando entender a ordem e a condução da mesa. O Felisberto fez um parecer de vista, fez pedido de encaminhamento de diligências, eu fiz um levantamento de Questão de Ordem e até, então, eu não vi a Questão de Ordem ser votada. Eu vi o Presidente em exercício fazer a manifestação dele, honestamente eu não entendi qual era o encaminhamento, Gomes, porque tu referes a existência de um projeto de lei, ao mesmo tempo diz – Ah, tem que esperar. Então, não consegui fazer o entendimento. Então, eu gostaria de saber, na Questão de Ordem que foi levantada é – Vamos encaminhar a diligência ou não? É simples. Segunda questão, eu acho que este Conselho merece transparência. Então, o nosso Presidente em exercício referiu a Conselheira Patrícia que o processo se encontra atualmente com Ministério Público. Então, eu exijo esclarecimentos. Foi o que ele manifestou e eu quero esclarecimentos, porque eu acho que isso é um direito de todo o conselho saber o que está acontecendo com esse expediente, não apenas a Conselheira Patrícia. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Antes da gente botar o pedido de diligência, gostaria de fazer os esclarecimentos. Eu tomei a liberdade de fazer a leitura, o Conselheiro Felisberto muito bem traz aqui alguns questionamentos, enfim, trabalhei na Procuradoria Geral do Município, tenho certa experiência nesse aspecto, acho posso contribuir, independente da gente votar naturalmente na sequência a vigência, quanto à necessidade. No aspecto da Lei, e eu ressalto isso, por que não tem lei definindo o regime nesse caso específico? Porque o Estudo de Viabilidade Urbanística é a base para a formação da lei. O plano diretor, em determinados artigos prevê que o Estudo de Viabilidade Urbanística vigorará como regime urbanístico, no entanto, índice de aproveitamento é por meio de lei. O estudo de viabilidade faz essa compatibilização das mais diversas nuances envolvidas, qual é o regime que se quer, as contrapartidas, enfim, é esse estudo que vai dar configuração para formar o projeto de lei. Então, ele aprovado aqui pelos conselhos, onde tem acento as



entidades, depois será homologado pelo prefeito, será enviado para Câmara de Vereadores, terá que haver audiência pública própria, prevista, para alteração de plano diretor, que, afinal, é plano diretor. Então, a partir desse encaminhamento, essa aprovação pela Câmara de Vereadores, que o município poderá aprovar o projeto arquitetônico, que é uma segunda etapa. Isso é bem natural do processo de aprovação, que se faz a análise do Estudo de Viabilidade Urbanística para ver se o município tem interesse em inviabilizar aquele empreendimento, em alterar o regime daquela área. Essa é a configuração do projeto especial, porque a gente tem uma lei, que foi atualizada lá em 2010, um Plano Diretor de 99, em 2010 foi atualizado, em 2020 vai sofrer uma nova atualização. Só que, o que o plano previu para que nesse processo de alteração de 10 em 10 anos que a gente tem, o município possa de uma forma diferenciada tratar as situações diferenciadas? Os projetos especiais de um parque urbano. Então, esses projetos especiais de impacto urbano avaliados, aprovados por meio do Estudo de Viabilidade Urbanística, se assim entendido se alterará o regime do Plano Diretor. Então, esse que nós estamos aprovando aqui vai ser a base para o envio do projeto de lei. Algumas outras situações antes não se tinha um procedimento muito claro, a própria secretaria, por exemplo, a antiga do urbanismo, ou de planejamento, fazia os projetos de lei, pura simplesmente, mandava fazer o rito da audiência pública, alterava-se o plano. Essa convergência, digamos assim, da necessidade de antes de se enviar o projeto de lei, a gente passar pela avaliação da comissão do âmbito da CAUGE, passar pela aprovação do conselho do plano para homologação, é o mais recente, é um procedimento para verificar antes de ser enviado o projeto de lei, se o município tem interesse em realizar, em viabilizar o empreendimento naquele local; mas ele não dá nenhuma garantia para o empreendedor. Se não tiver a aprovação do projeto de lei, não virar lei aquele regime, esse estudo de viabilidade vai continuar sendo um estudo. Ele não gera um direito, necessariamente para a segunda etapa, a etapa do projeto, vai ter que ter a lei aprovada nesse aspecto. O segundo ponto que o conselheiro trouxe, estudo de impacto ambiental, por que não tem? O estudo de impacto ambiental está previsto na legislação federal e o município quando ingressa lá na etapa de diretrizes, no âmbito da comissão, ele verifica se há de fato uma potencialidade, um dano ambiental, uma necessidade de se exigir o estudo de impacto ambiental. É uma análise técnica que é feita por todos os projetos, sob pena do município ser responsabilizado, senão assim não é exigir. A partir a partir do projeto que se apresenta, o tamanho da área, as características ambientais... Não sei se tem alguém aqui do meio ambiente, verifica. E se exige, então, esse estudo impacto ambiental. Esse se entendeu que não haveria a necessidade, porque não teria características, é uma área de aterro, enfim, se chegou a uma conclusão e por isso que não se exigiu o estudo de impacto ambiental. Naturalmente, o poder público é bem rigoroso nesse aspecto do estudo de impacto, porque sabe que será responsabilizado se não exigiu esse estudo, enfim, todas as características ambientais necessárias. A EPAHC, o terceiro ponto que o conselheiro lembra, de procedimento padrão em função de uma instrução normativa do IPHAN, de 2015, que dependendo do tamanho da área ela exige o estudo arqueológico. Então, é padrão que lá na etapa de diretrizes já apareça a necessidade que esse empreendimento vai ter que ter, para quando da aprovação do projeto, que é uma etapa posterior de estudo de viabilidade, ele tenha compatibilizado essa questão da autorização do IPHAN. Então, existe a portaria e não é uma medida necessária e obrigatória para essa etapa de estudo de viabilidade, ele vai ter compatibilizar. Isso não impede o desenvolvimento, a aprovação do empreendimento como um todo, ele vai ter que fazer, dar o tratamento arqueológico necessário e ele faz em paralelo o processo de execução do empreendimento. É uma



etapa que está vinculada também à aprovação do projeto. Aqui, vamos dizer assim, a gente está discutindo a análise, o estudo da viabilidade urbanística, queremos isso para a cidade sim, o aspecto macro, o Conselho do Plano Diretor, a importância na estruturação do território da cidade, as outras questões mais formais elas são verificadas no aspecto da aprovação. A juntada do protocolo de intenções, enfim, enquanto município a gente trouxe aquela argumentação, certamente ela participou em algum momento. Eu acho válido, a gente pode juntar esse protocolo de intenções, quando foi negociada essa área, permutada, a área que município vai desenvolver o centro de eventos com a área que a gente está liberando da doação, acho salutar que se tenha isso no processo, porque é transparente e é o que ensejou o envio do projeto de lei que está lá na câmara, é esse protocolo de intenções que fez. Então, bastante interessante. As outras questões acho assim, nobre a questão do conselheiro, mas com relação à escola de samba, por serem processos diferentes, às vezes a gente tem um pouco de dificuldade de tratar e trazer tudo dentro deste processo, que existe um rito. Só para comentar aqui para vocês, as outras questões do texto, juntada levantada no processo que tramitou para a remodelação do estádio, bem como das obras do entorno, teve um processo, um trâmite, foi aprovado pelo conselho do estádio, enfim, é outro processo, a gente pode disponibilizar o número para o conselheiro poder acessar e tudo mais. Já lhe dou o Aparte. E a situação atual, o último requisito que o senhor coloca ali da solicitação à Câmara de Vereadores, o andamento do projeto de lei, de fato a gente consegue consultar pelo próprio site da Câmara de Vereadores, não foi votado ainda esse projeto de lei, mas ele vai para votação logo em seguida, dentro dos ritos que a câmara estabelece, que ele pode ser aprovado ou não pela Câmara de Vereadores. Isso não modifica em nada a nossa análise do aspecto urbanístico, digamos assim, se não for aprovado esse estudo de viabilidade não vai poder ir para a etapa de projeto, fica só como uma diretriz, ele não gera direito nenhum para o empreendedor. Então, é nesse sentido. Eu vi o seu o seu pedido ali, dei uma estudada para tentar contribuir na medida do possível e a gente esclarecer. Naturalmente, a gente vota, o regimento exige, a questão da necessidade de vista. Eu acho que vem esses esclarecimentos que eu tentei aqui externar de uma forma macro assim, mas eu acho que é o nosso papel enquanto poder público, é o seu papel enquanto conselheiro exigir e levantar esses questionamentos, é o nosso papel fazer esse esclarecimentos. Eu até, na tentativa de ajudar um pouco os conselheiros às vezes com os processos, junto com a Patrícia, nossa diretora de planejamento aqui, vou designar mais um arquiteto, que é conselheiro aqui, vocês conhecem o suplente, o Guilherme, para ele dar um suporte para vocês às vezes não entendimento do fluxo do processo, um entendimento mais técnico, que eu vejo que às vezes vocês tem um pouco de dificuldade de acessar esses processo, que passou pela comissão, quais as etapas. Nós temos a Dra. Gabrielle aqui que nos ajuda e está sempre disposta para contribuir, mas eu vou deslocar mais uma pessoa da equipe de planejamento, um servidor que também conhece um pouco dos fluxos de processos, para conversar lá com a Gisele, no escritório de licenciamento, quando foi aprovado, para poder traduzir aqui para vocês como que se chegou aquilo, o que está dentro desse fluxo de processo. Eu acho que para a gente ir aprimorando um pouco esses encaminhamentos, a gente ir trabalhando, construindo e aprendendo um com o outro. Acho que essa é a ideia, a gente tem que esclarecer, a partir do momento que a gente começa a nivelar os conhecimentos a gente consegue avançar, sem dúvida. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: APARTE.** Toda a minha análise se deu do que tenho conhecimento desde o início da negociação da área do Internacional. Há compromisso, Maristela, deste Conselho com as escolas de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

samba. Houve um processo de aprovação da regularização da área. (Manifestação fora do microfone). Não, é para te esclarecer. Em nenhum momento há qualquer demagogia em solicitar isso. Não, é o aspecto da legalidade daquilo que foi comprometido e tem um tem um compromisso, se não for do Internacional é do município e tem que ficar claro isso, Maristela. As escolas de samba não podem ser um brinquedo, não pode ser um brinquedo! (Manifestação fora do microfone). É porque tu fizeste certas colocações que eu não gostei de ouvir, depois eu vou conversar em particular contigo. Então, com o maior respeito quero deixar claro. Pessoal, há um projeto aprovado para as escolas de samba naquele local, foi aprovado nesse Conselho aqui, inclusive que os mais antigos podem referendar ou não. (Manifestação fora do microfone). Não sei, não sei, é isso que eu quero esclarecer. Ou este Conselho aprovou uma coisa e o município vai assumir ou não. É isso, as escolas de samba não podem ficar a ver navios. Estão fazendo exigências, demoliram a metade de uma escola de samba. Qual a contrapartida que receberam? Nenhuma! Isso é demagogia, isso é demagogia! Só para finalizar, eu peço desculpa porque eu tenho que ir para a audiência, mas o meu voto, claro, porque sou eu que estou pedindo diligência, gostaria de ver o Adroaldo falar, porque ele é o relator, ele tem que dizer se concorda ou não, porque o relatório é dele. Então, gostaria de submeter a ele, se também aceita a diligência ou não. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Já coloco a equipe à disposição aqui para tentar contribuir, esclarecer todas as dúvidas, a Gabrielle aqui localizar o protocolo de intenções, enfim, os outros processos da escola de samba. Eu acho que a gente está aqui para lhe auxiliar, é esse o nosso intuito e dar o maior conhecimento possível. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Felisberto, se alguém aqui é contra uma escola de samba, eu duvido, duvido que alguém é contra a cultura, a não ser o que foi feito e tu sabes muito bem por quem. Então, é o seguinte, a única coisa que eu divergi é que as escolas têm que fazer suas manifestações, as suas solicitações e não este Conselho para o Internacional. Pode ser qualquer outro empreendedor, eu acho falta de ética fazer uma solicitação, um conselheiro direto para o empreendedor, para o SINDUSCON, por exemplo. Isso é o fim da picada! Foi só nisso que eu tive uma divergência. Agora, em relação às escolas de samba, aqui alguém querer dizer que está mais a favor ou contra, isso sim tem nome, vamos com calma e com respeito. Muito obrigada, era isso. (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também gostaria desse esclarecimento, mas a minha questão, Secretário, quando eu falei anteriormente, eu também encaminhei um pedido de diligência, a SAERGS pediu vista. Salvo melhor juízo, no parecer da CAUGE, que prova, eu tenho o número do parecer, que as várias secretarias se pronunciam, o DMAE faz referência à aprovação do Parque Gigante. Inclusive, ele dimensiona no parecer que é 400 e poucos metros de área construída para 70 usuários e uma vazão de esgoto sanitário de 0,01 litros por segundo, que é mínimo. Salvo melhor juízo, eu li às vezes vários pareceres e não encontrei nenhuma referência do DMAE a esse projeto, a esse EVU. Somando a visita do Diretor Geral do DMAE que veio aqui e se pronunciou textualmente dizendo que Porto Alegre está sucateada e que ano que vem deve faltar mais água ainda, inclusive, com dados nobres, é preocupante. Eu gostaria que fosse encaminhado ao DMAE para esclarecimento ou se houver essa referência no processo e eu não vi, eu peço desculpas. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Lembro que certamente a equipe técnica que aprova no âmbito das comissões também tem a sua responsabilidade técnica correspondente com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

essa provação. (Falas concomitantes). **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Quais são as considerações que eu quero deixar aqui para os colegas? Em primeiro lugar, parecer de vista, parece que os conselheiros estão cada vez mais querendo descobrir mais coisas e com isso vai atrasando a discussão e a aprovação desse projeto. Nós temos exemplos de projetos aqui que são aprovados a toque de caixa, como se diz. Como foi o do “bairro aeroporto” lá, que ninguém achou nada. Agora, para o Internacional a gente acha tudo, está errado. Então, eu quero colocar isto aqui, já fiz um parecer modesto, favorável, não vou mudar, claro. E eu acho de bom tom a iniciativa de cada conselheiro cada vez apontar algumas coisas, mas apontar com justeza, com clareza e não simplesmente apontar coisas imaginárias. Quero dizer com isso que a Câmara fazendo o seu trabalho, nós temos que confiar na Câmara, não posso contestar qualquer ação que a Câmara esteja fazendo que seja diferente do que a sociedade aprovaria para esse projeto aqui. Acredito e eu vi no início aqui conselheiros praticamente armando uma confusão para cada vez mais colocar dúvida. Nem todos tiveram acesso a este processo. Então, fica uma coisa e o que defendo sempre, a vista tem que ser apresentada em conjunto, todas, ou pelo menos no mesmo momento, no mesmo dia, na mesma plenária, senão ficam trazendo a cada dia uma fala, a cada dia uma fala diferente. Isso não pode acontecer, pessoal! Não pode! Todos somos adultos, esclarecidos, pessoas com boa formação aqui dentro, para entender que tu tens que ter a responsabilidade de trazer o teu parecer, a tua apreciação de forma clara para que todos entendam, não ficar na retranca aí. Tem muitos pareceres que até agora não vieram escrito, verbalmente é fácil. As secretarias, todas as secretarias, eu li tudo, fizeram a sua avaliação do processo, todas colocaram condicionantes, só vai ser aprovada se tu cumprir isso, isso e aquilo. Não dá para ler tudo, porque está no processo. Então, acho que nós não podemos... Defendendo o governo aqui de certa forma, mas eu vejo que as secretarias que trabalharam nesse processo, trabalharam com muita clareza e muita competência. Tenho que dizer isso aqui, porque é um projeto de altivez aqui para o Município de Porto Alegre e o Estado. Então, não podemos deixar de reconhecer. Então, nós não podemos atrasar simplesmente por capricho um projeto desse aqui. Tivemos uma reunião no Inter, que foi divulgado para todo mundo lá na Universidade do Inter, a equipe nos atendeu lá e não foi questionado mais coisas porque não levaram, mas estavam lá as pessoas para esclarecer. A única coisa que eu poderia acrescentar hoje são as demandas sociais, Paulo Jorge, que é muito pouco pelo tamanho do projeto e do próprio Inter, a importância que ele tem para Porto Alegre e para o Rio Grande do Sul. Tem que fazer mais, aí eu concordo, eu acho que nós temos que apontar mais coisas. E eu não vi ninguém falar em nada social aqui, nem na cultura, nem nada. Nós estamos preocupados com ações, trabalhos e pareceres de outros técnicos, que pelo menos para mim tem muito mais competência do que eu. Então, não mudo nada no que eu fiz ali, vou acompanhar porque eu não sou contra a diligência, mas eu acho que está havendo uma pressão, Colega Felisberto. São enumerados vários itens ali que eu acho que muita coisa o próprio Presidente acabou de esclarecer. Então, se for só para contrariar, eu posso até mudar meu voto aqui com relação à diligência, mas no momento eu vou acompanhar os colegas por parceria só, não que esteja contra o que eu já fiz e o que eu li no processo. Obrigado.

Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: QUESTÃO DE ORDEM. Só para não perder a oportunidade de chamar atenção neste ano que a gente está fazendo a revisão do plano diretor, que o Estatuto da Cidade abre a possibilidade e recomenda os estudos de impacto de vizinhança e nós não temos isso regulamentado em Porto Alegre. Eu chamo atenção pela segunda, terceira,



quarta, sei lá eu, quinta, milionésima vez aqui dentro. Se nós tivéssemos um Estudo de Impacto de Vizinhança regulamentado, provavelmente, muitas dessas questões que nos afligem não estariam aparecendo na forma como aparece. Ou seja, aparece porque não aparece, aparece porque o estudo não foi feito. Então, a gente acaba trabalhando com Estudo de Viabilidade Urbanística, que é muito básico, que é primário, ante a determinadas coisas que precisariam aparecer se nós fizéssemos o estudo de EIV. Então, eu acho que a gente podia pensar um pouco já na direção da revisão do plano, pensando em regulamentar o Estudo de Impacto de Vizinhança, porque ele requer uma série de estudos, que o Estudo de Viabilidade Urbanística não requer e fica *en passant*. Então, ficam coisas pouco esclarecidas e aprofundada. O mesmo que tu falaste, Germano, da questão de estudos de prospecção, estudos arqueológicos, isso tudo apareceria. Os estudos sociais que o Paulo Jorge falou, todas essas coisas, emprego, tudo, sobreamento, ventilação, paisagem e tudo isso não aparece porque o EVU é básico, é o mínimo. Então, a gente decidir coisas dessa ordem, que mexem com uma coisa fundamental da cidade, que é a paisagem, que é o *skyline*, nós ficamos muito prejudicados, realmente prejudicados decidindo questões em cima disso, porque nós não temos segurança da transformação que nós vamos estar fazendo na cidade. E a paisagem da cidade normalmente é tombada, é um patrimônio intangível. Então, a gente tem que ter uma responsabilidade em relação a isso, principalmente quando a gente fala em prédios icônicos, em turismo e tal, porque tem a ver com essa questão, do quanto isso é um patrimônio para nós ou não. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos colocar sim essa discussão no aspecto do Plano Diretor, a gente já tem, inclusive, lei em Porto Alegre que exige, no entanto ela entra em conflito com outras, enfim, a gente tem que sempre aprimorar esse debate. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu tinha que fazer hoje relato de vista. Então, eu queria entender, o fato de um ter pedido diligência primeiro, como é que acontece isso? É a segunda vez que eu vejo que acontece isso aqui, eu acho que o senhor até já estava como presidente. Eu acho que se tem vista, todos devem relatar a vista. É minha opinião, todos deveriam relatar vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós votamos, segundo a minha assessora aqui para assuntos de regimento, a gente vota o pedido de diligências e depois votamos a vista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Pode um segundo relator de vista pedir mais uma diligência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Será votado. Então, colocamos em votação o pedido de diligência do Conselheiro Felisberto. Votos favoráveis ao pedido de diligência? (Contagem de votos = 12 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** (Manifestação fora do microfone). É do relato de vista do Conselheiro Felisberto. (Manifestação fora do microfone). A gente anexa esse pedido de diligência, já que foi pedido essa diligência (DMAE), a gente anexa isso e faz os esclarecimentos na sequencia. Quem mais apresenta relato de vista? A RGP. 04, 05, 06, 07, SAERGS, ACESSO. O Conselheiro Gomes me lembra aqui que fica prejudicado, então, em função do pedido de diligências. (Falas concomitantes). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Sérgio, QUESTÃO DE ORDEM. Houve um pedido dos conselheiros que iam fazer relato, que como tinha uma votação de diligência, eles pediram que fosse votado primeiro, porque isso alteraria a apresentação dos seus



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

relatos... (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Sérgio, deixa eu concluir... (Manifestação fora do microfone). Por favor, eu estou falando, depois peça a palavra. Inclusive, face à diligência, eu acredito que isso pode alterar inclusive os relatos que se tem hoje ao ouvir o que retorna das diligências. E a gente já fez isso outras vezes. (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Fica consignado e a gente aprimora isso. Então, temos mais algum pedido de diligências a partir desses relatos? Temos do Conselheiro Hermes que a gente anexou ao processo. Não há mais pedidos de diligência. Passamos ao Item 3.2... A Conselheira Claudete pede um esclarecimento com relação ao processo ao Ministério Público. Certamente, é obrigação deles atuarem a partir de denúncia. Então, como deve ter havido alguma denúncia na tramitação de processo, eles pediram cópia do processo físico e o município disponibilizou, porque tem responsabilidade, enfim, sobre aquela informação prestada, mas isso em nada impede a tramitação, a continuidade no processo, não há nenhuma orientação nesse sentido. É natural e o nós enquanto poder público temos que disponibilizar a informação, porque a gente tem a clareza do processo isonômico que ali tramitou e é o nosso papel prestar essas informações. Então, é nesse sentido que houve um pedido de cópia do processo do Ministério Público. Passamos, então, ao item 3.2 da pauta... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Como já são 19h30min, o nosso teto é até às 20 horas, se nós formos discutir mais um item em pauta, um primeiro que eu não sei se o tempo será suficiente, segundo que nós vamos ficar sem as comunicações. Então, a minha sugestão é que sejam feitas as comunicações e deixado esse expediente 3.03 para a próxima sessão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, na verdade, a gente tem pedido de dúvida... A gente tem apresentação de relato? (Manifestação fora do microfone). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O meu eu queria fazer o relato, porque na minha opinião é um relato que já fiz uma apresentação, houve diligência, teve apresentação, que é sobre solo criado. Não vai ter discussão, quem quiser para saber se vai ter vista ou não. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a gente avança nesse processo 3.02 da pauta, tenta fazer o relato e na sequência a gente abre um espaço para comunicações, aí o pessoal fica mais livre também se quiser se retirar. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Secretário, eu acho que o 3.04 é mais tranquilo de fazer o relato do que esse aí. Eu apoio a proposta do Conselheiro Saffer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos votar a inversão da pauta. Votos favoráveis à inversão da pauta para a votação do solo criado. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 03 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A INVERSÃO DA PAUTA.** Os valores de solo criado, acho que já está bem construída essa pauta, foi bastante esclarecida na reunião passada, com o pessoal da equipe da Secretaria da Fazenda, a UDRE, acho que foram muito técnicas as explicações. Então, a gente tem condição de apresentar o relato. O Relator Sérgio, por favor, 10 minutos para o relato. **3.04. EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre. ASSUNTOS: Valores do solo criado. RELATOR: ÁREA. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** (Leitura do parecer inserido no processo: favorável à aprovação da tabela de valores de solo criado



adensáveis e não adensáveis, competência 2018). Eu não fiz todo o relato do processo, porque eu já tinha feito isso nas outras duas reuniões. Eu não sei se vocês entenderam que eu já tinha comentado. Na primeira vez que eu tinha pedido uma diligência eu tinha feito o relato das etapas e no meu pedido de diligência eu de novo fiz isso. Então, eu fiz um relato curto hoje, não apresentando todas essas etapas novamente. Se alguém quiser eu esclareço ou relembro onde é que passou, a cada secretaria. Esse é o meu relato.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só um pedido, se o Saffer também pudesse absorver uma ideia. A análise do solo criado tem que vir aqui, se não me engano, a cada 6 meses para avaliação da metodologia e dos valores. Eu acho que seria interessante este Conselho ter um GT permanente, acho que até a ÁREA poderia coordenar esse GT, porque realmente é um cálculo muito complexo. Então, tem que ter uma expertise aqui no nosso Conselho que possa não a cada 6 meses pegar isso aí como um novo processo que esteja sendo reavaliado. Então, eu voto a favor do teu parecer, mas não sei se a gente poderia, paralelamente a isso constar no teu parecer essa proposta de um GT permanente deste Conselho. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, da outra vez o senhor comentaste que houve um parecer de que tinha que ter avaliação que já não fazemos aqui. Com a nova aprovação da lei eu gostaria de saber o que vai acontecer, isso que o Campani está propondo. A metodologia é uma coisa que eu também tenho dúvida se ela tem que ser realmente, quando que ela tem que ser aprovada. Isso é uma dúvida que eu tenho, porque a última vez foi aprovada em 2000. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em 2001 neste Conselho e agora foi transformada em lei, a metodologia está na lei, nesta recentemente aprovada. Então, a metodologia aprovada pelo Conselho lá em 2001 virou lei, porque o Estatuto da Cidade determinou que estivesse em lei a metodologia, é estatuto, é lei federal, por isso que a gente teve que botar no projeto de lei. A Conselheira Gisele tem um aparte ali para comentar a questão da nova, lei que estaria resolvida essa questão dos bairros. É isso, Conselheira? **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu não sei exatamente o detalhe fino da questão, mas é uma das novas modificações que vem com essa lei para melhorar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. E outro ponto que a gente traz na lei é a atualização, porque há como um preço público correspondente a necessidade de atualizar pelo índice, IGPM, enfim, não sei qual é o índice utilizado lá. Então, essa atualização passa a ser automática e a reavaliação é de dois em dois anos ou a partir de uma modificação de mercado que se demandar, mas de dois em dois anos. Então, a reavaliação dos valores, a aplicação desta metodologia pelo conselho é de dois em dois anos. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só solicito, Secretário, esta minha sugestão, porque eu li o processo e teve uma ata muito antiga que tinha essa proposta, não me lembro se foi de 2012 parece, que falava que tinha que melhorar algumas coisas, que nessa última avaliação, tanto a UDRE como a DAE se reuniram e melhoraram a metodologia. Então, essa questão da face dos bairros que eles explicaram aqui é uma proposta, ver se as secretarias continuam trabalhando, se evoluíram, porque não é tão fácil assim. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos mandar o processo. Sem dúvida, eu acho que contribui muito. **Emerson**



816 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
817 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Presidente, só uma colocação.
818 Em relação ao comitê gestor desta nova legislação, quando que ele vai ser instalado?
819 Porque ele vai fazer o acompanhamento desse fundo. **Germano Bremm, Presidente e**
820 **Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O fundo,
821 necessariamente, tem que ser regulamentado por decreto. Então, a gente não tem ainda o
822 decreto, mas as secretarias estão trabalhando, a Secretaria de Desenvolvimento
823 Econômico, na regulamentação desse Fundo Municipal de Gestão de Território. Até
824 porque hoje não tem nenhum recurso nesse fundo, porque é o médio adensamento que
825 vai ser destinado para esse fundo e hoje a gente não vende o médio adensamento, porque
826 os valores não foram atualizados. Primeiro a gente atualiza os valores, publica, aí vai
827 começar a vender, vai entrar com recurso para o fundo e a gente instala o fundo por meio
828 do decreto regulamentador. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de**
829 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**
830 **HOCDDUA:** Quem vai compor o comitê gestor? Só para gente entender. **Germano Bremm,**
831 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
832 Isso está na diretriz estabelecida na legislação, as secretarias que em algum momento
833 participam desse processo, da gestão do território. Eu acho que está em aberto ainda, é
834 importante contribuir aí, mas na mesma regra dos outros conselhos de fundo, certamente o
835 pessoal encaminha nesse sentido. A gente tem algum pedido de vista? A Conselheira
836 Claudete. O Conselheiro Gomes também pede vista. **PEDIDO DE VISTA DA RGP. 06 E**
837 **ACESSO.** Então, passamos ao período de comunicação, como sugeriu a conselheira
838 Claudete. **4. COMUNICAÇÕES. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
839 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou aproveitar este
840 momento de comunicações, porque, na verdade, a gente tem utilizado este momento para
841 esclarecer e para colocar algumas questões. Eu não quis polemizar na hora que o colega
842 Adroaldo questionou, mas eu vou fazer um apelo, porque cada vez que a gente questiona
843 é colocado aquela coisa que é do contra. Eu fiz questionamento sérios sobre esse
844 processo, é sério e eu não sei se todo mundo leu todo o processo, mas tem questões
845 muito sérias no processo, tem pareceres que estão simplesmente assinados e apagadas
846 as assinaturas. Quer dizer, um parecer de quem não sei. Pareceres são muito importantes
847 dentro de um processo. Além disso, é uma discussão conceitual e até mesmo filosófica da
848 cidade. Encerrando, vamos combinar assim, todo mundo fala, se é contra ou se é a favor
849 não é porque quer retardar o processo. Eu não tenho nenhum compromisso que esse
850 processo tenha que ser aprovado ontem. Eu já falei aqui, no mundo inteiro processos
851 dessa ordem, inclusive, o ex-secretário me contradisse com uma experiência no Canadá
852 que ele teve, mas se sabe que no mundo inteiro essas processo demoram às vezes anos,
853 na Alemanha, em vários países da Europa, são consultas infinitas à população. Aqui tem
854 que ser para ontem. O único beneficiado disso é o Sport Club Internacional, ou melhor,
855 nem é o Sport Club Internacional, são as empresas que vão construir, que vão ganhar
856 bilhões em cima de uma área e de um direito público, mas não vamos discutir agora isso.
857 Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**
858 Que bom, Secretário Presidente, que o senhor voltou, porque aí começou a conduzir
859 realmente a mesa. Eu fico feliz, porque infelizmente, independente da posição de um e
860 outro, quando se está em uma mesa a gente tem que ter postura de executivo e não da
861 sua região, que eu acho louvável cada região ter a sua postura. Em relação aos outros faz
862 parte. Então, assim, Secretário, hoje nós avançamos muito na questão da reunião da
863 Macro 10 aqui, foi muito importante. E tem muitos especuladores e querem modificar,



chega a ter lobbys para modificar alguns índices lá na nossa região. E baseada em algumas posturas que estamos tendo aqui, tem que ficar muito mais de olho, porque é sempre dois pesos e duas medidas, mas são coisas normais da vida, faz parte. A postura mesmo a gente tem que ter quando está naquela mesa ali, porque a deselegância, a forma desagradável que alguns de nós somos tratados aqui. Assim, foi um avanço muito grande em relação a Macro 10, tivemos aqui a Engenheira Cléia, que participou de toda a lei consorciada da Lomba do Pinheiro. Ela faz parte agora, ela foi da parte das entidades, foi superimportante a participação dela. Nós vamos fazer uma caminhada lá na região e vamos precisar muito do apoio e da estrutura da secretaria, porque o pessoal está com dificuldade, às vezes não tem nem caso para deslocar as pessoas, vamos precisar muito da sua compreensão. Vai ser muito bom, muito bom mesmo. Parabéns. Obrigada. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que toda discussão é válida, o conhecimento, debate, porque quando estamos aprovando um empreendimento para a cidade de Porto Alegre tem que esgotar todo o discurso para poder aprovar, ainda mais um empreendimento de alta relevância, que vai chegar ao ponto de mais tarde levar a cidade para a discussão. Quero dizer a minha conselheira da RGP. 7, não por ser colorado ou gremista, este empreendimento é um impacto para a cidade demais. Eu lembro na década de 88, 89, dois empreendimentos que saíram na Borges de Medeiros, aqueles hotéis ali, até na época do Collares. Também os empreendimentos que saíram atrás da escola em frente à RBS, que o Collares, dizem que mandou fazer sem respeitar o Plano Diretor, não houve discussão, porque não era possível fazer ali um empreendimento daquela altura. Agora foi aprovado lá embaixo no Estaleiro Só. Agora querem aprovar um empreendimento de 130 andar à direita. Eu não sou arquiteto e nem engenheiro, quero saber, a altura dos empreendimentos na Borges de Medeiros, por que tem só os hotéis ali e depois não tem mais nenhum? Em 88, 89, o Collares ganhou milhões. Aquele negro macaco, aquele negro sem vergonha, era boca para chamar de “negro ladrão”. Só ouvi falar daquele negro ladrão que mandou construir aqueles empreendimentos. Agora saiu no Estaleiro Só. Uma pergunta, os dois empreendimentos não vão dar nada de contrapartida social? Nem o Estaleiro Só e nem o Internacional. Eu fico analisando a manobra política e a região fica pensando. Então, quer dizer a vocês aqui dentro, e concordo contigo, conselheiro, houve manobra aqui dentro. Quer que eu fale, minha conselheira? Então, ouve! Eu estava aqui dentro, eu vi, jogadas violentas em Porto Alegre, jogadas milionárias passaram aqui dentro, depois se arrependeram. Então, estamos de parabéns e quero aprender a escutar, porque quando eu saí deste Conselho quero sair com conhecimento. Eu não posso votar um projeto que eu li e reli, fiquei olhando. Agora, eu tenho que esperar a Livia falar, os arquitetos, os engenheiros, mas cuidem a cidade, para eu ter o meu voto tranquilo, com posição a favor ou contra, mas para eu poder avaliar. (Sinalização de tempo esgotado). Então, estão de parabéns pela discussão, agradeço pela diligência que foi pedida, porque esse empreendimento se for aprovado vai ter um impacto violento, porque botaram a vila para fora, jogaram o vileiro e estão dando lucro para um clube fabuloso, bilionário. Aí é triste ver a favela não ganhar nada. Obrigado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu quero fazer um requerimento formal e não é porque é verbal que não seja formal, se precisar eu encaminho depois a formalização. Eu gostaria que fosse encaminhado a todos os conselheiros o parecer da Corregedoria, o relatório que foi feito quando da fiscalização entre a Corregedoria do Município, Ministério Público Criminal, que resultou na exoneração de 9 funcionários da Secretaria do qual o Hermes aqui se referiu. Eu acho que esse relatório é muito importante e dá a dimensão



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

daquilo que o Secretário hoje colocou, que entende que existe um funcionário destacado para fazer isso. Não é um funcionário destacado para isso, somos todos nós, porque todos nós somos os olhos, na verdade, da sociedade e temos o poder de fiscalização. Então, eu quero que seja nos encaminhado esse relatório. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, Conselheira, vou pedir para a senhora formalizar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ele foi público, inclusive, ele esteve no site da Prefeitura, agora não está mais, mas eu encaminho o número e solicito por escrito, não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, dentro do possível a gente tenta localizar, se for uma informação que o município tenha a gente lhe encaminha. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, diante do adiantado da hora, são 19h58min, alguns colegas se estenderam no horário e o processo que eu tenho como relatar eu só queria deixar registrado que o relato está pronto. Diante de ser um processo de grande monta e que vai demandar certamente muitos questionamentos e discussões, eu sugiro e mesa e aos demais colegas que a gente coloque ele para a próxima pauta, para a próxima reunião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ok, conselheiro. Então, encerramos a reunião, na próxima terça-feira estaremos aqui novamente. **ENCERRAMENTO: 20h00min.**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2810/2019

Aos dezesseis dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezessete horas a primeira chamada e às dezessete horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Domingues (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2806/2019 e 2807/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h13min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite senhores conselheiros. Abrimos a nossa sessão. Passamos diretamente ao Item 2 da pauta: 2. **VOTAÇÃO DAS ATAS Nº 2806/2019 E 2807/2019**. Votos favoráveis às duas atas. (Contagem de votos = 14 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADAS AS ATAS**. Eu sugiro ao Conselheiro Relator



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Jackson, do item 3.1 da Ordem do Dia, ele está no trânsito e nos avisou que está a caminho. Então, a inversão da pauta para o item 3.2, do Sport Club Internacional. Todos de acordo com a inversão da pauta até que o conselheiro chegue e faça um relato? (Manifestações fora do microfone). Então, como a gente tem convidados, vou pedir que eles façam a explanação, vamos dar oportunidade aqui. Só não vou abrir o período de comunicação porque eu tenho que sair na sequência, eu queria dar um encaminhamento nos projetos. Então, a gente dá oportunidade deles falarem e depois abrimos para comunicações. Pode ser? **Celmar Carlos Vieira:** O meu caso é particular, é da Avenida José Bonifácio, a casa que foi desapropriada. Eu estou há 15 anos no local e tive um investimento que não foi pouco na casa, no ponto. O caso é que as casas, a minha e outras foram desapropriadas para a ampliação do HPS. Só que o HPS não tem nem previsão de início de obra, tem uma previsão, mas não tem recursos, estão procurando recursos para investimento na área privada. Tem casa ali que já foi entregue há 5 anos e o pessoal de rua está fazendo casa, moradia bem dizer no local. A casa que eu estou atualmente, que é um comércio, é um café e residência, vai ser ocupado também, se eu entregar vai ser para o pessoal de rua ficar, tomar conta do espaço, que é na Avenida José Bonifácio, uma área que as pessoas frequentam bastante, principalmente aos finais de semana, tem o Brique da Redenção bem em frente. No momento eu não tenho nem para onde ir, porque vendi o imóvel que eu tinha, sei que é um projeto antigo, mas eu não sabia desse projeto quando investi no local. E a Procuradora do Município quer a entrega imediata dos imóveis e eu solicitei um prazo, mas não sei se vou ter um prazo de entrega, porque ela queria a entrega já no mês anterior, no mês de junho. E aí seria isso aí, né. O Dr. Felisberto conhece o ponto lá, mas quem conhece mais é o Senhor Jakubaszko, que da Diretoria do Parque da Redenção ali. Inclusive, ele tinha interesse em ocupar a casa, porque é um prédio antigo, bem conservado, mas ela está bem irredutível, a Procuradora do Município, sendo que não tem nem previsão para o início de obra. A Prefeitura não tem recurso para investir ali, está procurando iniciativa privada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela explanação. Nós nos solidarizamos com a sua luta. Certamente, em função do processo ter sido judicializado, essas questões estão postas no processo judicial, este Conselho é muito sensível às pautas comunitárias. E a gente ouve com bastante atenção, e se solidariza a sua luta, e as suas dificuldades, tomara que consigam ser superadas e avançadas. Dada a presença do Conselheiro Jackson não há necessidade da gente inverter a pauta. Então, a gente fica no item 3.1 da pauta. O Conselheiro Jackson vai fazer o relato. **3. ORDEM DO DIA. EXPEDIENTE: 18.0.000136847-4. INTERESSADO: Obraprima Incorporações e Construções Ltda. ASSUNTO: Ajuste de gravame de traçado viário, cadastramento de logradouro, desgravame de área verde, ajuste nos limites das subunidades 01 e 03 na UEU 110 da Macrozona 03. LOCAL: Alameda Emiliano, 168. Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, colegas. (Leitura do parecer de vista constante no processo, com voto favorável à demanda do processo). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Feito o relato do Conselheiro Jackson. Algum pedido de vista? É um processo que já foi distribuído, que tem o relato da Conselheira Claudete do Acesso. Foi aqui votado e foi redistribuído. Não havendo pedido de vista vamos à votação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Primeiro ponto, na verdade, eu gostaria de um esclarecimento. O parecer em parte não pode ser contrário ao relatório inicial, porque eu votei favoravelmente ao



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 cadastramento da rua. Então, na verdade, a redistribuição e a discussão seria na parte na
97 qual houve divergência. E se houve divergência eu ainda não me sinto esclarecida e não
98 ouvi a justificativa, talvez aqui os conselheiros possam me auxiliar, quais são os critérios
99 técnicos ou quais são motivos e qual é o procedimento adotado dentro das secretarias
100 para quando se pede uma alteração de subunidades? Porque não tem motivação dentro
101 do processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e**
102 **da Sustentabilidade - SMAMS:** Quanto à questão da divisão, Conselheira, a senhora
103 estava ausente no dia que a gente votou, a gente debateu, a gente não tem como dividir a
104 aprovação de parte ou não. Como seu relato foi em alguns pontos favoráveis, outros
105 contrários, a gente votou o seu relato e aí foi derrubado. **Claudete Aires Simas (Titular),**
106 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu escutei o áudio, Secretário,
107 mas eu entendo uma anomalia, porque são dois pedidos com objetos totalmente distintos.
108 Então, não tem como eu atrelar a aprovação a uma única coisa, uma coisa é o
109 cadastramento da rua, outra coisa é a alteração de subunidade. Elas são pedidos
110 diferentes. Na verdade, nem deveriam tramitar dentro do mesmo expediente. E ela tem
111 motivação e fundamento diferente, inclusive, é isso que eu estou pedindo, eu gostaria de
112 esclarecimento dos técnicos: qual é o procedimento para quando se tem um pedido de
113 alteração de subunidade. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do**
114 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu não lembro especificamente do
115 caso, mas... Tu podes falar. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal**
116 **de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite, conselheiros. A gente verificando
117 no mapa, no geo, no caso a DM, que a gente usa para delimitar e identificar as
118 subunidades, a gente verifica evidente que o recorte, o limite, ele está de linhas quebradas
119 que não está correspondendo ao que deveria ocorrer na região, porque existe uma região
120 à direita que sim é volumetria 01, 9m de altura, que é ocupada por residências. Só que
121 onde está propondo essa alteração do limite já está fazendo proximidade com prédios com
122 outra volumetria, com maior altura. Então, faz bastante sentido que esta volumetria ocorra
123 nessa situação e que não se mantenha a volumetria das residências, que é uma situação
124 em outro local da outra subunidade. Então, há duas reuniões anteriores houve um
125 conselheiro até que disse: “Não entendo porque já não é esta subunidade, porque não faz
126 sentido não ser”. Então, seria mais uma questão de ajuste de volumetria do local. Até na
127 apresentação do requerente, quando ele esteve aqui, demonstrou pela vista de diversos
128 pontos de observação que a volumetria por ele pretendida e que poderia ser concedida
129 com a alteração, ela está em acordo com as demais edificações que estão ali no entorno.
130 Não sei se conseguir esclarecer para vocês. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
131 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este processo tem sido
132 bastante debatido, foi bastante esclarecido em outras oportunidades. Eu só peço para a
133 gente manter a Questão de Ordem nos 2 minutos. **Claudete Aires Simas (Titular),**
134 **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou retomar e agradeço o
135 esclarecimento da Gisele, mas ela me esclareceu, na verdade, o caso, ela não esclareceu
136 o procedimento adotado quando é feito um pedido de alteração de subunidade. Eu tenho
137 um decreto aqui, que é o Decreto nº 14.370, que veio regulamentando o Artigo nº 164 do
138 Plano Diretor, que dispõe quanto que se faz essas alterações. Ela refere aqui que é
139 necessário estudos técnicos e nesse expediente, volto a dizer, não vi em momento
140 nenhum e nenhuma justificativa, onde que estão os estudos técnicos e as manifestações.
141 Então, volto a perguntar: qual é o procedimento adotado dentro das secretarias? **Germano**
142 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
143 **SMAMS:** Conselheira, isto está previsto no Plano Diretor. Naturalmente, todo técnico do



município para startar esse procedimento segue o rito do aspecto legal. Então, existe uma previsão de como se vai se proceder essa mudança e, necessariamente, esse ritual é cumprido antes de ser enviado ao Conselho do Plano. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu entendo, Secretário, mas a minha pergunta é: eu posso analisar algo se não tem informações nenhuma a respeito desse pedido de alteração? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi colocado no processo, a gente vem debatendo ao longo desse período aí, é um processo que já está há bastante tempo aqui conosco. Acho que todos os esclarecimentos na medida do possível foram feitos, a nossa equipe técnica também fica à disposição para, individualmente, a gente convergir, conversar e explicar junto com a equipe responsável, para a gente sanar toda essa dúvida de procedimento que porventura a senhora tenha. Vamos encaminhar nesse sentido. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Gisele, eu ia fazer a mesma solicitação da Claudete. Na verdade, a questão dela foi qual é a regra? E a resposta que tu destes foi qual é a excepcionalidade que precisa ser contemplada; mas qual é a regra? Eu acho que isso é mais importante para gente entender o que a gente está fazendo. Qual é a regra e o que a gente está fazendo em relação à regra? Por isso eu reforço a questão da Claudete. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, como eu falei, estou apta a responder o procedimento padrão. Esse tipo de análise é decorrente dos estudos de impacto urbano de primeiro grau. Como que eles são feitos? Eles são feitos com base no entorno próximo. Então, qual é a característica do local do entorno, por exemplo, a questão de altura. Então, a Gisele explanou um procedimento padrão de análise de projeto especial de primeiro grau, que analisou o entorno próximo. Então, se o entorno próximo está configurado, aquela situação está em harmonia com o entorno. Então, esse é sempre feito dessa forma. No caso, isso aí tramitaria normal, por exemplo, em um EVU, se ele pedisse um EVU, ele ganharia, não teria problema. A questão que tem aqui, que vem para cá é o que seria o desenho do mapa do Plano Diretor. Então, as resoluções são ajustes no desenho do mapa do plano. Então, às vezes, tu tens determinada configuração, por exemplo, mexeu na rua e ficou um restinho ali. Então, do ponto de vista técnico nosso, de desenho espacial, aquilo ali está equivocado. Então, se entendeu que o mais adequado era encaminhar para cá para fazer a correção, para que aquilo ali fique o mais harmônico possível. Normalmente, é esse o procedimento que nós adotamos. Não sei se ficou claro, mas é o procedimento padrão dos projetos especiais de impacto urbanos de primeiro grau. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. EVU de primeiro grau a partir da análise da proposta de empreendimentos, se identifica essa necessidade, em havendo se encaminha a alteração por meio de resolução, como foi encaminhada aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Só completando. As questões gerais foram bem colocadas pela Patrícia, a questão específica é quando o empreendedor é provocado a solicitar o benefício e quando ele tem um prejuízo sobre seu imóvel em relação à aplicação dos índices. E o caso se dá ali, é onde a gente traz esse recurso sempre, quando ele perde a área com a área atingida pelo DEP, na área, e pela própria área viária que foi também atingido o terreno. Então, quando tem esses elementos, aí falando com o arquiteto, tu fazes uma análise e vê se tem sentido solicitar o benefício da mudança, no caso aqui do ajuste de limites da sublimidade. E aí o técnico faz o quê? Essa análise que foi feita, questão de altura, questão de perfil, questão de ocupação concreta que tem no local.



Então, meu sentimento, é perfeitamente aplicável à medida que nós estamos tomando. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Mais algum inscrito? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** QUESTÃO DE ORDEM. No relato anterior eu pedi vista deste processo e me interei bastante do assunto. Além do Artigo 64, que é competência do plano para fazer esse tipo de atividade, volto a lembrar que tem um parecer da PGM, que também é favorável e não encontra nenhum óbice contrário que não possa ser aprovado dentro desse processo. Então, aqui foi encaminhado à procuradoria a proposta de resolução: ajuste de gravame traçado viário, cadastramento da rua Tajujá, ajuste de limites da subunidade 03 e 01, desgravame de área verde, razões do ajuste. Então, no despacho da UGDU 5893614 a Procuradora Eleonora Braz Serralta não encontrou nenhum óbice dentro desse processo, que não tivesse um meio legal, tanto pelo Plano Diretor, quanto pela comissão onde está tramitando. Então, já foi bem ajustada essa situação aqui, teve uma discussão bem tensa, mas eu acho que estamos chegando ao ponto de colocar em votação, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, colocamos em votação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Mais uma vez eu quero me colocar como impedido, já relatei na reunião anterior quando este assunto foi tratado, o Sindicato dos Arquitetos tem uma ação que eu acompanho junto ao Tribunal do Trabalho, de uma arquiteta contra essa empresa por assédio moral. Aproveitando, eu só queria fazer uma consideração. Se nós formos a um tribunal eu ia pedir que desconsiderasse, com todo o respeito, os argumentos que antecederam, porque a gente já falou várias vezes que este Conselho não é homologativo, nós não viemos aqui para homologar o parecer de seja quem for. Então, não é um argumento razoável para uma discussão que se diga: “Ah, a procuradora, a SMAM, a SMED...” Com todo o respeito, eu sempre digo, eu fui da prefeitura, mas nós não viemos aqui para homologar. Então, não precisa conselho, nós viemos aqui exatamente para fiscalizar, para questionar, para tratar do planejamento urbano, para levar a visão parcial que cada um tem, seja dos moradores da comunidade, seja das entidades, seja dos técnicos da prefeitura. Então, assim, cada vez que voltar eu vou combinar o seguinte, cada vez que fizeram um argumento desse eu vou pedir uma Questão de Ordem e vou falar. Isso não vale, não interessam os procuradores. É lógico que tem no meio de um parecer tu dizes – ah, o procurador passou por isso, passou... Agora, dizer que está tudo resolvido porque o procurador... Tem irregularidades no outro processo que passou pela Procuradoria, já houve vários casos na prefeitura, dezenas de casos na prefeitura. Então, não é o argumento. É só isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, concordamos no aspecto da discussão de fato de cidade, da importância deste Conselho. No entanto, a profundidade técnica da análise exige a compreensão das diversas secretarias envolvidas, cada uma no seu aspecto de competência. É importante sim que a Procuradoria no aspecto legal valide, até porque não vão ter todos os advogados aqui para fazer essa interpretação. O órgão de trânsito deu seu parecer técnico, ele naturalmente subsidia essa análise aqui. Passamos à votação do item 3.1 da pauta, o Expediente 18.0.000136847-4, Obraprima Incorporações e Construções Ltda. Votos favoráveis... (Manifestação fora do microfone). Não temos esta possibilidade de separar, foi trazido aqui o expediente, um parecer, a gente está votando o parecer, o parecer foi pela aprovação, mas a gente consiga aqui. Votos favoráveis, por



240 favor. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 06 votos).
241 Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PARECER** com
242 14 votos favorável e o Conselheiro Hermes se considerou impedido. A Conselheira
243 Claudete vai fazer uma declaração de voto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso**
244 **Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou, na verdade, ler, porque eu
245 trouxe: “Não se pode deixar de registrar aqui a forma atípica que está ocorrendo a
246 tramitação deste expediente. Não se está aqui a invocar a extrema legalidade ou o
247 cumprimento estrito da letra da ‘lei/regimento’. O que é estranho, contudo, é que
248 procedimentos ou requerimentos só são avaliados ou encaminhados se ultrapassarem o
249 crivo da presidência da mesa de trabalho, o que demonstra, no mínimo, verdadeira
250 impropriedade, sendo o encaminhamento/recomendações sugeridas simplesmente
251 ignoradas. Todo e qualquer expediente deveria tramitar e ser analisado com vista a melhor
252 atender aos fins públicos. Devia ser claro e acessível, com todas as informações
253 necessárias e documentos precisos e suficientes a demonstrar a saciedade a conclusão
254 ou entendimento adotado. Assim, se o presente expediente tinha origem em outro
255 processo porque os documentos necessários não acompanharam a presente Resolução,
256 eis que foi retirada por completo de seu contexto e historicidade... E se a resolução
257 anterior se demonstrou equivocada, uma vez que desgravou uma rua existente, onde está
258 isso claramente expresso? Veja-se quantos equívocos podem ser tomados com base
259 apenas na ‘palavra’/informação sem o acompanhamento de documentação que justifique
260 ou demonstre minimamente as alegações manifestas. Não é porque trabalhamos com a
261 boa-fé objetiva que devemos tomar como verdades cegas aquilo que consta dos autos. Se
262 assim fosse, manteria o entendimento de que não há interesse público no presente
263 traçado viário conforme informado em e-mail juntado aos autos. Aportado outros
264 documentos verificou-se que diversos técnicos se manifestaram (no expediente único,
265 correlacionado a presente análise) destacando a importância da praça e a necessidade de
266 manutenção da via em seu traçado original, mas por fim restou acolhida a proposta do
267 empreendedor ao que parece, fazendo com que uma via existente e cadastrada passasse
268 a ser não mais reconhecida. Não se está aqui a dizer que o empreendedor não possa
269 propor, claro que pode, mas o que se estranha é quando manifestações técnicas
270 usualmente tomadas de forma colegiada e fundamentadas no interesse público pareçam
271 ser ignoradas, ou até mesmo substituídas por interpretações ou pareceres jurídicos
272 UNILATERAIS. Nesse sentido, cumpre lembrar que o imóvel atingido pelo traçado viário
273 teve os gravames incidentes sobre ele suprimidos sob a alegação de que seria uma
274 determinação judicial e orientação da procuradoria. Claro que a rua existente deve ser
275 cadastrada não há dúvidas, nesse sentido, opinamos favoravelmente ao cadastramento da
276 rua, mas devemos ignorar e dispensar a reanálise do traçado em sua completude,
277 principalmente, desconsiderado que a análise anterior demonstrou-se equivocada???
278 Além do pedido de traçado viário/cadastramento da rua o presente expediente traz como
279 objeto pedido de alteração de subunidade. A par do entendimento exarado pelo SENGE,
280 único a efetivamente justificar os motivos necessários para alteração dos limites da
281 subunidade, sob a alegação de que seria necessário compensar ao proprietário a faixa não
282 edificável e a existência de APP (o que conforme manifestação do OP não incide sobre o
283 Imóvel) não há nos autos motivação e fundamentação a justificar tal alteração. Ou para
284 alterar basta ser competência do CMDUA?? Qual o interesse público que justifica a
285 alteração pretendida? Inexistente os motivos ou fundamentação, reitera esta Conselheira
286 parecer desfavorável quanto ao ponto de alteração de subunidade proposta destacando a
287 impropriedade de agregar num expediente de traçado viário a deliberação conjunta de



alteração de subunidade, principalmente, quando tal pedido já tramita noutro expediente (EVU de edificação). Aliás, pode o mesmo pedido tramitar em dois expedientes? Não podemos simplesmente fechar os olhos e aceitar procedimentos, como se fosse verdade ou regra, principalmente, quando não normatizados. Não é o tempo de pertença a este Conselho ou o caráter técnico de quem analisa o objeto do pedido que deve conduzir as regras e procedimentos. Afinal, onde fica a transparência e a segurança jurídica? Quase como uma sanção a quem levante um questionamento, seja de ordem formal ou material, não raro surge quem diga que não é da nossa competência verificar tais formalidades, como se os pedidos fossem um fim em si mesmo. Justificativas ou argumentos de que outras Comissões, técnicos ou de que a Procuradoria Setorial já teria analisado a questão posta sob análise também não podem prosperar. A prosperar tais entendimentos, que costumeiramente são levantados neste plenário, é ignorar a função precípua do Conselho a qual DEVE ser de formular políticas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano a teor do caput do art. 39 do PPPDUA. É sepultar o caráter material pelo qual o CMDUA foi constituído. Aliás, registre-se que não se vê prosperar andamentos em demandas, principalmente, trazidas ao plenário pelas regiões de planejamento. Cite-se, por exemplo, Ocupação Baronesa, Nazaré, Tronco... Quais foram os encaminhamentos conduzidos pelo plenário? Ficamos atrelados a pauta, ou seja, aos expedientes dos empreendedores em geral... Sendo as demais demandas da sociedade tratadas apenas como COMUNICAÇÕES. Por fim, se o legitimado para o pedido das alterações aqui propostas era o Município, como aduzido pela mesa noutra sessão, por qual motivo o expediente apresentado foi aberto a pedido e a requerimento do empreendedor? Podemos simplesmente subverter a ordem, ignorar a legalidade, com base nessa manifestação?"Então, a Acesso registra, nós temos dois pedidos e não temos uma normatização sobre isso, eles nos provocam. E eu não votei, não me absteve, não votei favorável e não votei contra, porque eu entendo impróprio o procedimento adotado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira Claudete, exercendo seu direito de consignar o voto, democracia é assim e a gente tem que respeitar o seu posicionamento. Ele vai ser anexado ao processo. Passamos ao item 3.02 da pauta. **EXPEDIENTE: 002.320448.00-0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. Assunto: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891. RELATOR: RGP. 02.** A gente tinha um pedido de diligências do Conselheiro Felisberto. Então, eu vou fazer a leitura desse retorno ao Conselheiro, trazendo os pontos levantados pelo senhor aqui, a gente fazendo os esclarecimentos. É na tentativa de oportunizar o maior esclarecimento sempre para os conselheiros, que eu acho que essa é a ideia e a minha proposição enquanto secretário aqui e Presidente deste Conselho, é tentar o máximo possível a gente dar clareza aos processos, integrar esse conhecimento técnico com o papel político, enfim, de diretriz do Plano. A gente organizou nos nossos procedimentos aqui para viabilizar que é competência deste Presidente e da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade organizar os fluxos do Conselho, dar o suporte para o melhor andamento do processo do Conselho. A gente vem construindo a disponibilização de um servidor, um técnico com formação específica para compilar muitas vezes as informações que vem desconstruídas, muitos pareceres, para trazer para cá para o conselho e a gente poder fazer um relato mais técnico, mais organizado dessas informações, para que as várias manifestações de secretarias envolvidas possam ser organizadas de uma maneira mais clara e a gente poder esclarecer da melhor forma possível. Eu identifico, pela experiência que já tive aqui no conselho, que muita coisa no fim a gente fica discutindo, discutindo, porque a gente não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tem nivelado esses conhecimentos. Individualmente as secretarias lá avaliaram pontualmente, ficaram meses, talvez um ano com o processo discutindo, discutindo, nivelando conhecimento e aí vem para cá e o conselho tem o seu tempo também de compreensão, isso é natural. Nós temos que trabalhar para nivelar esse conhecimento. Então, a gente disponibilizou um servidor na tentativa de organizar, de valorizar a importância deste Conselho, para que ele organize essas informações, possa fazer uma apresentação aqui para vocês, possa desenhar esse mapa de entendimento. É na tentativa da gente contribuir com esses esclarecimentos. Então, vou ler os questionamentos do Conselheiro e na sequência a resposta. (Leitura da informação de diligência). É esta a manifestação técnica. A gente vem trabalhando para melhor esclarecer esses processos. (Manifestação fora do microfone). A gente até trouxe para dentro... O documento está juntado nos autos, eu acho que era esse o esclarecimento da Arquiteta Cláudia. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos. As dúvidas ainda permanecem apesar dos esclarecimentos. À medida que a gente vai analisando o processo a gente vai entendendo, por exemplo, que as garagens ainda não estão aprovadas. Então, para mim tramita o processo da garagem e eu pedi o projeto de todo o empreendimento do Beira Rio, não só com relação à questão, porque houve toda uma premência na época da copa, isso fica claro a gente analisando alguns itens, algumas informações prestadas nos processos, que houve toda uma pressão da FIFA para fazer as obras. Então, houve toda uma pressão e essas pressões criaram fatos que hoje têm que ser sanados. Então, para mim permanecem dúvidas, eu não sou arquiteto, eu sou advogado; mas para mim permanecem algumas dúvidas. Se vocês verem está lá o processo, eu acho que são sete volumes ou oito volumes, não deu para eu analisar aquele processo, mas gostaria de ter vista para analisar com mais acuidade esse processo. Então, pessoal, a observação é que os esclarecimentos vieram com uma presteza imensa, quero parabenizar a secretaria, e o trabalho que a Gabrielle fez. Meus parabéns, Gabrielle, pelo teu empenho em atender a solicitação deste Conselheiro e o respeito com este Conselheiro. Então, eu gostaria de poder ter vista novamente do que foi encaminhado, principalmente o projeto de todo o empreendimento do Beira Rio, que envolve essas questões de cedência, porque deve ter algum comprometimento, eu não sei, eu tenho dúvidas ainda. Então, queria estar bem esclarecido para emitir o meu parecer. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acredito que, enfim, para conhecimento de todos a gente dá uma semana de acesso a esse retorno de esclarecimentos que a gente fez. Então, todas as dúvidas poderão ser sanadas ou a tentativa de sanar essas dúvidas. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** QUESTÃO DE ORDEM. Secretário senhor, nobres pares. Só para saber em que momento nós vamos poder fazer o relato de vista? Porque foram dadas várias prorrogações de prazo, em que momento? É depois desse processo? Daqui uma semana? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Daqui uma semana. Eu acho que esse procedimento a gente não tem bem regulado aqui nos procedimentos, mas poderia encaminhar o relato de vista na data de hoje ou na semana que vem. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Quer dizer que depois do meu pedido de vista se tiver mais alguma dúvida eu posso pedir um novo pedido de vista? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, o processo já está bastante maduro, Conselheira, e a gente tende a votar na próxima semana. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:**



Nós esgotamos hoje os pedidos de vista? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Exatamente. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** E o relato do Conselheiro da Região 01 é semana que vem também? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Certamente, ele não vai ter como retorno do pedido de diligências, ele se deu ao longo desta semana, ele não vai ter pronto o relato dele; mas eu acho que a gente pode encaminhar, quem tiver a oportunidade de fazer o relato da vista hoje e na semana que vem a gente conclui esse relato com o Conselheiro principalmente que fez o pedido de diligências e votamos na semana que vem. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É só para reforçar que eu tinha comentado isso na reunião passada, que não foi atendido, que eu acho que quem tinha vista deveria ter falado, mas como houve a diligência. A minha sugestão, eu acho que é isso que o senhor está querendo encaminhar e que continue quem tem vista, que era umas cinco ou seis, que continuem dando a vista, porque em uma desta vista pode alguém de novo pedir diligência. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não aconteceria isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para tentar ajudar nessa discussão. Na verdade, Maristela, até estamos postergando porque houve um dado novo. Particularmente, eu vou falar em relação ao que eu também pedi vista, que não existia um parecer do DMAE no processo. Então, essa situação de postergar por mais uma semana é em função de que existia uma falha no processo. Se daqui uma semana tiver uma nova falha, até pode ser, esse processo vai terminar parando na justiça, porque a gente aponta várias dificuldades e parece que tem um conluio sei lá de que tem que aprovar. Eu acho que não é assim, nós temos que esclarecer. Não é uma questão aqui dessas de a favor ou contra, esse processo muda radicalmente o perfil da cidade, tudo bem do ponto de vista urbanismo. Do ponto de vista ético e moral nós estamos dando alguns milhares de reais para uma empresa que tem um histórico de estar nas manchetes policiais, que paga milhões para os seus funcionários e que o único argumento dessa empresa que justifique isso é para sanar suas dívidas. É uma imoralidade, isso aí vai parar lá nas veias no futuro. Ouçam o que eu estou dizendo. É uma imoralidade o que está se fazendo. Pega esses milhões, transforma isso em dinheiro para a prefeitura e resolve metade do problema da habitação de Porto Alegre. Para concluir, Secretário, e desculpa eu me estender com este discurso que eu sei que está fora do momento, mas para concluir... Vou concluir agora porque eu não quero me estender. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, em primeiro lugar, eu não tenho nenhuma objeção à questão de que vá para a semana que vem ou o tempo necessário. Eu não falei sobre isso. Eu não entendi, inclusive, o terror de um discurso tão eufórico na hora realmente que não tem. Eu acho que está tudo certo, vamos esgotar as questões, semana que vem vou trazer a minha relatoria também, vamos para a votação. A prerrogativa de quem quer entrar na justiça, é problema de quem faz, não é meu. Aliás, a prova sempre é o ônus de quem faz a acusação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeitamente, Conselheira. Estamos aqui para esclarecer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ACESSO solicitou vista neste processo. E em vista do encaminhamento de diligência na sessão anterior ela disse que eu só me manifestaria após conhecimento da diligência. Como a diligência veio hoje é impossível e inviável que a gente faça um parecer de vista. Mas que fique



registrado, por exemplo, que o Secretário registrou uma manifestação da EPHAC que tem um parecer que está em um processo digitalizado do qual a gente não teve conhecimento. Então, só quero deixar claro que a Acesso não vai se furtar a pedir diligência se assim entender e vai passar pelo procedimento previsto em Regimento, que é sujeitar o relator. Se o relator entender que é o caso e as razões são suficientes, o tempo do processo é o tempo do interesse público, não o tempo do empreendedor. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheira. Há algum encaminhamento de relato? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu faria uma Questão de Ordem para o nosso Presidente. Nós estamos, reincidentemente, entrando na questão da responsabilidade das decisões deste Conselho. Eu me lembro quando era diretor do DMLU quando foi aprovada a lei de crimes de responsabilidade fiscal. Na reunião seguinte um dos conselheiros me pediu um parecer formal para saber qual a implicação da lei de responsabilidade fiscal sobre as decisões, sobre os membros do Conselho. Na época a assessoria jurídica do DMLU disse que aqui todos nós somos responsáveis civilmente e criminalmente pelas nossas decisões. Então, se alguém ver alguma coisa errada no papel não pode omitir, se eu ver tenho que dizer, se eu acho que precisa de um esclarecimento a mais sou obrigado a dizer. Se eu não sou atendido passa para a autoridade do Conselho a responsabilidade de que aquela dúvida não foi sanada no processo. Então, eu acho que nós precisamos da Procuradoria do Município um parecer sobre a aplicação da lei de responsabilidade fiscal sobre os membros deste Conselho. É a terceira vez que a gente vem nesta reunião e fica este clima de que não, que nós não somos obrigados a saber tudo. Na minha interpretação e do jurídico do DMLU naquela época somos obrigados sim. Então, eu pediria, assim como foi pedido na semana passada cópia do processo que tramitou aqui na casa sobre a questão de sindicância, que deu em demissão, também pediria um parecer da Procuradoria do Município sobre a aplicação da lei de responsabilidade fiscal sobre nós. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: QUESTÃO DE ORDEM.** Conselheiros, o que está acontecendo exatamente, o que a gente esperava, houve novidades aí no relatório que veio. Eu acho que o procedimento normal, padrão, no momento em que vieram formações da diligência, todos que estão a fazer relato de vista, ter um tempo mínimo para desenvolver o seu trabalho. Eu quero aproveitar, como estou estudando o processo, eu quero passar uma informação para os demais conselheiros que vão fazer relato e colocar para todo o conjunto uma novidade que surge do PL que foi retirado pela prefeitura e o PL que entrou agora substituindo. Ele é muito importante em um sentido, o PL anterior respondia pontualmente as questões colocadas lá na Lei nº 609/2009, que disciplinava o uso do terreno, uso do sítio... Tu queres falar, Maristela? À vontade! À vontade! Depois eu falo quando tu me permitires. Presidente, então, o PL anterior respondia pontualmente às questões principalmente relacionadas à ocupação, ao uso do solo ali, permitindo claramente que se usasse para empreendimentos imobiliários residenciais, porque já era permitido para empreendimentos imobiliários limitados, ligados ao esporte, mas já era, poderia se alienar e tal. O que acontece, conselheiros? Esse novo PL... (Falas concomitantes). Conselheiros, por favor, é importante a informação que eu quero passar. Saffer, principalmente nós da área da arquitetura. Esse novo PL o que acontece? Ele tem uma redação que dá um "cheque em branco" e pode ser muito bom, ou pode não ser, eu não tenho valores nesse momento, ele dá um cheque em branco à CAUGE, ele dá um cheque em branco ao que o município terminar para a região, para o sítio, do ponto de vista da exploração como empreendimento imobiliário. Ele libera para empreendimento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

imobiliário, conforme os órgãos municipais terminarem, além câmara dar essa autonomia. Vejam a grande diferença, no PL anterior aos vereadores, a lei complementar dizia claramente – vai derrubar o item tal, tal, tal, elimina as barreiras contra a exploração de habitação; que era realmente o impeditivo. Então, como o acesso que nós tivemos, o processo não foi para ser questionado como eu imaginava que iria à Câmara de Vereadores, foi feita uma leitura do material informativo que tem no site da Câmara de Vereadores. E essa informação não veio, e aí eu quero ressaltar, porque ela tem uma grande diferença de qualidade. Os vereadores aprovando essa lei estão largando para nós e aumenta a nossa responsabilidade sobre todo o conjunto de coisas que (Inaudível; falha no microfone). Era isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só fazendo um esclarecimento. Identificou-se que o primeiro PL tinha sido enviado por meio de lei ordinária e aí se alterou em função de ser lei complementar e algum ajuste redação. Assim, é importante ressaltar, aquele projeto de lei que está lá independe desta questão urbanística e que vai gerar uma nova lei, que é objeto e necessariamente tem que ser avaliado e discutido por este Conselho. Aquela discussão de terreno, de quem é a área, do município ou não, não passa pelo conselho, não necessariamente vai passar. É uma prerrogativa enquanto poder público permutar nos seus terrenos, a lei orgânica permite, ou alienar, ou vender, necessariamente com autorização legislativa. A Câmara vai ter que fazer aquele debate se vão aprovar ou não. O projeto de lei tem que vir do executivo e a Câmara vai fazer essa discussão; mas aquela lei em nada pode interferir ou interromper a discussão do projeto urbanístico que a gente quer, ou a gente não quer, para aquele determinado território. E essa discussão aqui de estudo de viabilidade urbanística vai gerar necessariamente um novo projeto de lei, porque está se alterando em alguns pontos do regime. A Patrícia bem me lembra. Então, a gente vem orientando de que sim, que a gente faça essa discussão antes de enviar o projeto de lei para Câmara de Vereadores, passe no âmbito das comissões, passe no Conselho do Plano Diretor, que o Prefeito homologue para que todos os filtros possam acontecer, todos os debates necessários e esclarecimentos, antes da gente formar um projeto de lei e enviar para a Câmara; mas aquele projeto de lei que está lá é uma prerrogativa do poder público, que a Câmara pode aprovar ou não. Assim como tem outros terreno da cidade que eles estão alienando, estão vendendo, enfim. Agora, não se comunica com este projeto de lei que vai ser formado a partir do EVU aprovado. Desculpe, eu tentei ser o mais claro possível. Eu acho que vamos dar oportunidade para que aqueles que queiram fazer o relato de vista possam fazer. E quem não se sentiu ainda confortável em função desse esclarecimento que possa fazer na reunião seguinte, na próxima terça-feira. É uma opção, pode ser feito nesta ou na reunião seguinte. Alguém que gostaria de relatar? Então, passamos ao item 3.03 da pauta. **EXPEDIENTE: 18.0.000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre. ASSUNTO: Valores de solo criado. LOCAL: Município de Porto Alegre. RELATOR: ÁREA.** Foi apresentado pelas colegas do município, Carla da Secretaria da Fazenda, pelo Cláudio da UDRE, nas reuniões que se sucederam aqui, uma apresentação muito significativas. Eu acho que a gente aprendeu bastante também com o conceito de solo criado. A gente tinha um pedido de vista da RGP. 06 e da Conselheira do ACESSO. O relato, então, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Como o tema é muito extenso e muito complexo, e o processo tem quase 700 páginas, o que é inviável fazer vista no período de uma semana, eu solicito a prorrogação de prazo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Colocamos em votação o pedido de renovação de vista, renovação de prazo de vista da conselheira. Quem é favorável, por



favor, levante a mão. (Contagem de votos = 19 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A PRORROGAÇÃO POR MAIS UMA SEMANA.** **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, mesmo tendo a prorrogação eu poderia fazer meu relato? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Poderia. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** (Leitura do relato de vista incluso ao processo, que segue o parecer do relator). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Mostra a sua propriedade sem dúvida no tema, parecer bastante contributivo. Mais algum parecer, relato? Perfeito, então. O próximo expediente da pauta 3.04 será distribuído para METROPLAN. Então, encerrada a Ordem do Dia. A gente entra no período de Comunicações. Peço desculpa pela minha ausência, a gente tem uma audiência pública na Câmara de Vereadores, que eu estarei presente. Então, deixo com vocês, com o nosso vice-presidente a condução do período de comunicações. Inscritos em comunicações, nenhum inscrito? Paulo Jorge. **4. COMUNICAÇÕES. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Nós temos uma lei da Restinga, da Cruzeiro, onde faremos a Semana da Cruzeiro, com vários eventos por 15 dias, com palestra, debate sobre a Região Cruzeiro. Com isso eu vou convidar vários conselhos aqui de dentro porque eu vou fazer uma mesa sobre o OP, o planejamento, também sobre saúde. Vamos discutir também o problema da Escola Alberto Bins e da Emílio que também fechou o segundo grau. Vai ser um debate importante, até para o nosso Conselho conhecer a Região Cruzeiro e as favelas. E um dos pontos que a gente está discutindo lá dentro é que temos duas nascentes lá dentro que alimenta o Rio Guaíba. Então, estamos fazendo uma discussão sobre essa nascente que foi ocupada irregularmente pelas casas na área, que a gente não deu bola, mas hoje, vendo a sua importância para a água em Porto Alegre, é água natural. E também ontem faleceu um grande lutador, o Seu José Araújo, que foi uma grande liderança da região, tinha 79 anos. Então, quero deixar aqui, porque foi conselheiro daqui também. Para encerrar, no dia 18 estou tomando posse no Conselho do Povo do Negro, como conselheiro no segundo mandato, onde tem uma discussão importante sobre os quilombos, que estamos lutando para a organização geral e porque nunca foi regularizado, tem um território ali dentro, é uma luta nossa, que vai passar por este Conselho para poder legalizar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. A palavra está aberta. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria só de ratificar o pedido que eu fiz na última sessão e encaminhei por email, não tive resposta, que seja enviado a todos os conselheiros cópia de todos os relatórios e inspeções realizadas no grupo de trabalho criado pela Porta nº 422, de 22 de novembro de 2012, que desencadeou a Operação Domus pela Promotoria Criminal do Ministério Público Estadual. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Eu não sei se tenho competência para te encaminhar. Eu sei que esse assunto estava disponibilizado há muitos anos atrás no site da prefeitura e não está mais. Então, eu não sei se tu queres entrar em contato direto com a PGM. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estou solicitando para a secretaria e não necessariamente para a secretária. Então, se a secretaria não tem competência vai ter que passar para quem tem competência. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Eu não sei se não é um assunto sigiloso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Direitos Humanos - ACESSO CDH: Se foi publicado no site não é sigiloso, né. É uma informação pública. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Vai ser encaminhado pela Secretaria. Mais algum inscrito? Conselheiros, muito obrigado e tenham uma boa noite.

ENCERRAMENTO: 19h30min.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2811/2019

Aos vinte três dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Marcelo Hansen (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Vaneska Paiva Henrique (1ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2808/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheiros, vamos ocupar seus lugares, por favor. Está um pouco atrasado, 10 minutos. Temos hoje quatro processos em pauta, dois novos. 2. **VOTAÇÃO DA ATA Nº 2808/2019**. Passamos, então, à votação da Ata 2808/2019. Votos favoráveis. (Contagem de votos = 13 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADAS A ATA**. Conselheiro Felisberto, antes de a gente iniciar o processo da pauta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**: Boa tarde a todos e a todas. Eu queria solicitar inversão de pauta, o período de Comunicação em primeiro, até porque normalmente a gente deixa sempre a comunicação para o final e às vezes não dá tempo. Então, eu queria solicitar a inversão de pauta, que a gente possa fazer a comunicação antes. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**



48 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Colocamos em votação a inversão da
49 pauta para o período de comunicações. Favoráveis à inversão? (Contagem de votos = 14
50 votos). Votos contrários à inversão? (Contagem de votos = 04 votos). Abstenções?
51 (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.**
52 Então, abrimos o período de comunicação. **4. COMUNICAÇÕES.** Vamos nos atentar
53 bastante ao tempo para a gente poder cumprir com aquele prometido, da finalização até às
54 20 horas, a gente vai fazer o controle bem efetivo aqui. Inscritos: Conselheiro Felisberto,
55 Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
56 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para comunicar, eu aqui represento a ABES, mas
57 a gente também atua na AGAPAM, a ABES também está fazendo essa discussão, eu saio
58 daqui e vou para o debate que está ocorrendo na cúpula central da engenharia mecânica
59 da UFRGS sobre o projeto de licenciamento de uma megamineração aqui há 20 Km de
60 Porto Alegre, no Município de Eldorado. Eu estou trazendo aqui o debate, lógico,
61 provavelmente a gente vai sair daqui e o debate já vai estar no final, não vai dar muito
62 como acompanhar. É um tema que eu acho que seria interessante Porto Alegre enfrentar,
63 essa megamineração, são muitos hectares para a exploração a céu aberto do carvão.
64 COPELMI que é a empresa responsável, empresa renomada em nível estadual, uma
65 empresa séria, competente, mas ser competente às vezes não é o suficiente, porque é um
66 risco muito elevado, risco para o abastecimento de água da Cidade de Porto Alegre, que a
67 gente está constantemente aqui falando que temos problemas no abastecimento,
68 dificuldade de abastecimento. E é uma exploração que vai ser a beira do rio Jacuí,
69 qualquer acidente que possa ocorrer pode prejudicar o abastecimento de água da cidade e
70 a utilização vai ser para a queima, com gaseificação do carvão. Para quem conhece um
71 pouquinho o nosso carvão, o nosso carvão é 60% de cinza, por mais que se beneficie não
72 se consegue fazer uma remoção total e com altos teores de enxofre. Então, o que está
73 sendo levantado exatamente é a preocupação com a baixa de qualidade. A Cidade de
74 Eldorado, a gente já tem o relato de que arquitetos e engenheiros já estão pedindo para
75 sair da cidade, porque o número de projetos que era de uma cidade que está se
76 caracterizando por condomínios, e os projetos já estão começando a desaparecer, porque
77 ninguém quer montar um condomínio do lado de uma mina de carvão ou de uma
78 gaseificadora de carvão, e atinge fortemente a Cidade de Porto Alegre. Então, acho que
79 seria interessante os conselheiros aqui, enquanto representantes da população de Porto
80 Alegre, se preocuparem com esse tema também. Obrigado. **Luiz Antônio Marques**
81 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Um Aparte dentro
82 da tua fala, Darci. Na segunda-feira retrasada teve uma audiência pública na Câmara de
83 Vereadores, promovido por um vereador, eu até tinha colocado na agenda para ir e não
84 pude ir. O que eu sugiro, a partir da tua conversa que tu vais ter hoje, Darci, de repente
85 trazer ao Conselho uma palestra, uma conversa maior sobre essa questão, porque está
86 pipocando muito na internet uma série de informações, aquelas coisas bem “internetiana”
87 mesmo, que a gente não sabe se leva a sério ou não. Parece que a matéria é muito séria e
88 eu acho que realmente deveria vir até este Conselho com uma palestra bastante
89 qualificada e nos esclarecendo, com um profissional da área e comprometido com a
90 questão da saúde pública e do bem estar da população. Seria essa sugestão a sugestão,
91 Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia**
92 **Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Inclusive, o debate hoje começa com um médico
93 pneumologista e depois vai uma pessoa, um fiscal da parte tributária, também não sei
94 exatamente, estou curioso para ver o que diz o fiscal da parte tributária. A visão que a
95 gente pode trazer da ABES, no sentido de que a empresa é séria, é comprometida com as



questões ambientais, mas o risco ambiental é muito grande e o risco de mexer, porque é um megaempreendimento ao lado de 5 milhões de população, aqui da nossa região metropolitana. A ACESSO ontem inclusive coordenou uma mesa no Congresso de Antropologia, que está tendo na UFRGS, eu acompanhei com as comunidades envolvidas. São quatro ou cinco comunidades indígenas que vão ser realocadas. O Rio Grande do Sul é o maior produtor mundial de arroz orgânico, ali também inviabiliza metade dessa produção, porque metade é em Eldorado e a outra metade em Viamão. Essa produção ali fica inviabilizada. Então, é complicado, porque é um bom empreendimento, mas os impactos possíveis, aí a gente na área ambiental tem que trabalhar com o conceito da precaução e nos recomendam a não fazer esse empreendimento. Hermes de Assis

Puricelli (Titular), Sindicato **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:**

Boa noite. Na verdade, eu trago um alerta. Para facilitar para a taquigrafia eu escrevi e depois eu passo. Trata-se de encaminhamento do Prefeito a Câmara Municipal de Porto Alegre-CMPA, através do Of. 630 de 22 de julho de 2019, de Projeto de Lei Complementar do Executivo-PLCE, que cria o Comitê Geral de Avaliação de Metas e Produtividade (CGAMP), responsável pela avaliação e aferição de metas e indicadores de gratificações aos servidores. O SAERGS vem registrar sua preocupação, a partir de vários comunicados dos arquitetos e urbanistas servidores desta PMPA. Não se trata de questionar o CGAMP, mas sim sua composição, unicamente constituída de “indicados do Prefeito”, o que na prática o tornará um verdadeiro comitê de inquisição, sem nenhuma possibilidade de contraponto e/ou defesa. Restringe ou praticamente acaba com a possibilidade dos bons servidores que não estejam alinhados ideologicamente com o governo almejem conquistas funcionais e/ou gratificações, única exceção àqueles servidores que “digam amém” a todos os atos e desmandos destes ou de futuros governantes. Um Comitê de Avaliação, pode e deve funcionar, desde que tenha uma constituição equilibrada entre avaliados, avaliadores e a participação da comunidade. A proposta do atual Governo Municipal, vai ao encontro da política implantada pelo Governo Federal de atacar as estruturas constituídas e em especial os servidores de carreira, enfraquecendo-as e desestruturando-as, para posterior privatização ou controle de forma totalitária. Além disso, caracteriza um patrulhamento ideológico, pois é evidente que somente os servidores que se declararem e agirem ideologicamente alinhados ao “governa da vez”, serão contemplados com estes benefícios, assim como aconteceu recentemente com o famigerado “Banco de Talentos”. Eu gostaria só gostaria de esclarecer isso, que é um apelo muito grande dos funcionários, isto entre os servidores é uma bomba. Atualmente existe um comitê que é, não sei se tripartite, mas tem a participação dos funcionários que são eleitos. Eu não estou falando deste governo, é para qualquer governo, futuros e qualquer partido. Tiveram um comitê nomeado pelo prefeito, que vira um comitê de avaliação de desempenho e isso vira um patrulhamento. É muito grave do nosso ponto de vista. Isto é mais uma das várias denúncias, das dezenas, centenas de denúncias que o SIMPA e o sindicato vem trazer, que termina refletindo no enfraquecimento das estruturas, o abandono, um desserviço para a população de Porto Alegre; pois os funcionários terminam se desmotivando, se desiludindo, etc., etc. Obrigado, Secretário. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Vou dar um informe em relação ao Minha Casa Minha Vida entidades, Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social, que reeditou a Resolução nº 221, que é sobre o plano de metas e diretrizes gerais para aplicação de recursos alocados junto ao Fundo de Desenvolvimento Social, Minha Casa Minha Vida, relativo ao exercício 2019. Então, tem previsão de recurso, R\$



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

577.149.000,00 para atender já aquelas obras contratadas ou obras paralisadas. Também tem recursos para danos físicos, taxa de administração e outras despesas. Então, o primeiro ponto deste novo Governo Federal em relação ao Minha Casa Minha Vida Entidades. A gente sabe que 500 e poucos milhões para o Brasil inteiro é quase nada, mas é um recurso que está vindo aí para atender algumas obras já contratadas ou paralisadas. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu estou de acordo com o nosso Conselheiro Darci Campani, já que ele é engenheiro, também pode fazer um vídeo sobre qual o resultado desse ou seja, que é de uma empresa chilena. Inclusive, fui assistir, dá para visitar, levar todo mundo lá dentro, trataram muito bem. É um processo sobre a cinza do carvoeiro. Também quero colocar que em setembro vamos fazer a Semana da Grande Cruzeiro, vai ser uma semana de debate sobre a Participação Popular em Porto Alegre, uma lei de 2007, criada pelo nosso ex-vereador, falecido, Ervino Besson. Um dos temas vai ser o Plano Diretor, o pessoal vai tentar chamar o Conselho aqui, vai ter um debate sobre qual o papel do Plano Diretor em Porto Alegre e os resultados que podem surgir nas comunidades. A nossa ideia é tentar ver se consegue também inserir o processo de regularização fundiária na Vila Cruzeiro. Nós queremos que pelo menos algumas vilas tenha resultado, pela forma que está crescendo a Cruzeiro, a região da Santa Teresa, Cristal e Glória. É o seguinte, tem que legalizar algumas vilas para a população ter segurança, porque é muito investimento em uma região com ocupação irregular, não tem nenhum resultado. Qual o futuro desse pessoal que mora lá dentro? E a Prefeitura ganha dinheiro, se a prefeitura cobrasse IPTU desse pessoal, pelo menos 20 ou 30 reais, a prefeitura ia ter resultado. E para encerrar, esta semana eu tomei posse como Conselheiro no CODENE, que é o conselho do povo negro de Porto Alegre. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero primeiro agradecer pela inversão de pauta aos colegas. Eu queria fazer um convite, que amanhã a RGP. 01 vai se reunir às 18h30min, porque nós fazemos um itinerário itinerante na região, visitando várias entidades, várias comunidades. Amanhã será no Instituto de Psicologia da UFRGS, na Ramiro Barcelos, 2600, sala 303. Será a reunião do nosso fórum de delegados e delegadas, e entidades que compõem o nosso Fórum. Segundo e mais importante, por isso que pedi a inversão de pauta, é a forma como foram desalojadas famílias da Ocupação Baronesa. Sem nenhuma autorização judicial se demole um prédio que tem o valor histórico e simbólico para região, não se sabe quem determinou, quem cumpriu, à ordem de quem. Dizem que havia um laudo feito, sem nenhuma autorização. Então, parece-me que estamos voltando à época das trevas – eu mando, eu faço, eu destruo e depois se queixem para quem quiser, para o Bispo, para o Papa ou para o vigário da Paróquia. Total desrespeito às pessoas e uma forma de resistência para cuidar de um patrimônio que estava descuidado pelo próprio poder público. Então, este Conselheiro da RGP. 01 requer, secretário, que venha a este conselho informação a quem autorizou, quem mandou, qual o custo da operação, a cópia do laudo, porque diz que havia um laudo da Defesa Civil e qual o risco que oferecia realmente, tendo em vista que havia um processo sob judice. Na linguagem mais vulgar é destruição de prova, porque inviabiliza a perícia do prédio para ver quem tinha razão nos laudos anexados ao processo e que ocasionou a reintegração de posse daquelas 10 famílias lá em maio e junho deste ano. Então, secretário, para mim é lamentável a atitude deste governo ou quem autorizou, quem determinou, porque as famílias não mereciam isso, estava numa resistência sem perturbar as pessoas, construindo um foco de cidadania. Elas constituíram uma cooperativa habitacional de trabalho, constituíram um centro cultural e procuravam



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

resgatar o prédio para a cidade, para o bairro. E foi numa tarde destruído e colocado abaixo. A história de Porto Alegre, infelizmente, veio abaixo, um prédio de 1926, quase um prédio centenário. Então, é lamentável a forma como se toma atitudes nesta cidade, sem o mínimo de respeito com este Conselho, com os conselhos envolvidos. Por fim, eu queria reiterar o pedido da RGP. 01, que a gente possa também começar a discutir a questão do Plano Diretor. Está mais do que na hora, secretário, a gente começar a discutir para evitar o que hoje está se tentando na cidade, que é construir prédio sem o mínimo critério, sem a mínima opinião da PGM, sem o mínimo critério ético, moral, financeiro, para dizer o mínimo. Eu cuido as palavras para não dizer que estamos negociando Porto Alegre, mas me lembra um conselheiro que estava neste Conselho e que dizia que Porto Alegre era uma cidade à venda. Espero que ela não continue mais à venda. Então, é importante a gente ter condições de discutir a cidade que nós queremos e para quem nós queremos, trazer o tema da regularização fundiária também a este Conselho, que é fundamental e as famílias não aguentam mais esperar. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu quero lembrá-los de que nós temos um processo eleitoral extemporâneo na Região Planejamento 08, que o processo foi *starteado* em função da ausência dos conselheiros da 08 neste Conselho. O Presidente encaminhou o devido o processo eleitoral e estão as etapas todas correndo de acordo com os editais publicados. Ele vai acontecer agora, na sexta-feira, dia 26, no horário das 17 às 20 horas, lá no CECORES, na Restinga. Informo também aos colegas que vai ser chapa única em função de que existiam duas chapas, a chapa 1 e chapa 2, a chapa 1 desistiu do processo face à uma documentação equivocada apresentada, eles preferiram em vez de defender a documentação apresentada, acharam melhor renunciar a chapa, aí ficou só Chapa 2, que serão nossos colegas a partir da promulgação e a publicação do resultado. Então, provavelmente dentro de algumas semanas nós teremos a complementação de todos os conselheiros aqui no CMDUA. Era essa a minha intervenção, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Muito lembrado pelo Conselheiro Gomes o processo eleitoral em curso na sexta-feira, a gente vai estar lá participando. Conselheiro Rafael, último inscrito. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, primeiro comentar a partir do que já colocou o Felisberto a questão da daquela edificação da Baronesa, que apesar de não ser inventariado, não ter nenhum nível de proteção, era um edifício com um grande potencial para receber o que aqueles movimentos estavam solicitando, de se fazer ali um projeto de habitação de interesse social em área central. A questão de unificar patrimônio cultural com habitação de interesse social, dar novo uso para edificações, principalmente edificações históricas em área central é algo salutar em qualquer cidade. Não existe sustentabilidade sem conservação. Derrubar e fazer algo novo, derrubar e fazer algo novo, talvez seja insustentável. A conservação é um dos pilares da sustentabilidade, do desenvolvimento sustentável e a habitação de interesse social em áreas centrais é outro pilar. E aí manifestar nossa preocupação com o PLC que autorizaria a venda de próprios do município sem que haja um debate, inclusive, de avaliação desses próprios do município para usos, como habitação de interesse social em área central. Dito isso, quero convidar a todos para a inauguração do espaço do IPHAE – Instituto de Patrimônio Histórico do Estado e para o Solar do IAB, na sede do IAB, que são duas salas, que vai ser o único espaço positivo e para educação ambiental... (Inaudível). Isso foi uma iniciativa do IAB em conjunto com a Secretaria de Cultura do Estado, obviamente, com o IPHAE, com a diretora do IPHAE e a Secretária da Cultura, que estarão presentes neste evento, para a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

inauguração deste espaço. Essa salas vão se chamar (Inaudível), em homenagem à arquiteta que nos deixou faz um ano e pouco, que será também homenageada no nosso Congresso Brasileiro de Arquitetos. Então, convido para essas duas e o Congresso Brasileiro de Arquitetos, que é organizado, promovido pelo IAB, o 21º Congresso... (Inaudível). O último congresso foi em 1969 e nós estamos organizando agora. Este congresso tem um diferencial, que não acontecerá em um centro de eventos. A gente vai fazer um congresso no Centro de Porto Alegre, nós já encaminhamos junto à SMAMS a solicitação para uso da Praça da Alfândega, onde a gente vai fazer uma exposição a céu aberto de projetos de arquitetura, através de edital, que vamos abrir alguns projetos, os outros são convidados. E nós vamos usar equipamentos culturais do Centro da cidade, demonstrando que Porto Alegre tem condições de receber um evento para 3, 4 mil pessoas. Uma parte desses eventos culturais será fechada para quem paga a inscrição, mas vamos oferecer uma série de atividades abertas ao público para levar a arquitetura e urbanismo ao debate da sociedade. Se a gente quer a valorização da cultura e do urbanismo a sociedade tem que reconhecer, tem que haver o reconhecimento social da arquitetura e urbanismo como tal, senão a gente fica falando de novo para nós mesmos, para nós mesmos sobre a importância e valorização da arquitetura e urbanismo, mas a sociedade não reconhece a importância da produção cultural. Na arquitetura a gente tem uma dificuldade no país, arquitetura só passa a ser vista como cultura a partir de que ela ganha idade, a partir de quando passa a ser patrimônio cultural, só quando ela ganha idade. Agora, aquilo que hoje é reconhecido como patrimônio, um dia foi produção, e que produção nós estamos fazendo hoje que será digna daqui 30, 40, 50 anos, 100 anos talvez, seja digno de ser reconhecida como patrimônio cultural? Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Parabéns pelo trabalho. Passamos, então, ao item **3. ORDEM DO DIA. ITEM 1. Expediente: 002.320448.00.0. INTERESSADO: Sport Club Internacional. LOCAL: Av. Padre Cacique, 891. RELATOR: RGP. 02.** Temos uma inscrição do Jakubaszko para o período de Comunicações, ex-conselheiro. **Roberto Ivan Raul Jakubaszko, DETTT - Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho do Orçamento Participativo:** Boa noite a todos. Ao ouvir a fala dos membros deste Conselho dá um nó na minha cabeça, eu vejo Porto Alegre como uma cidade que estacionou com a sua população e teria tudo no momento para resolver seus problemas. Ela parece um ornitorrinco, é um belo bicho, mas é uma mistura quase indecifrável. Problemas em cima de problemas. Gente, eu vim fazer um convite a todos, eu também faço parte do Orçamento Participativo, que tem o nosso representante aqui, que é o Emerson. Na quinta-feira próxima, na Casa dos Conselhos, um debate importante por dentro da Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho, com o Secretário Cidade. Então, este Conselho está convidado a participar. É um debate, vamos discutir Porto Alegre, porque afinal de contas, isto é da nossa natureza. E segunda-feira o mais instigante dos encontros, às 10 horas da manhã, dia 29, na Casa dos Conselhos, os nove bairros que entrelaçam a Redenção vão se reunir para discutir o nosso Parque, que está com algumas dificuldades, está difícil de ser escutado, ele grita apesar dos seus duzentos e poucos anos de existência, mas este gigante começou a caminhar agora. Então, estão todos convidados, inclusive a SMAMS, Secretário. Será às 10 horas da manhã, para a gente discutir o que fazer com a nossa Redenção, porque tem acontecido muita coisa por lá e a comunidade nos questiona e a gente não tem uma definição do que realmente está acontecendo, quem mandou fazer, quem não mandou fazer. Então, segunda-feira, 10 horas da manhã na Casa dos Conselhos, um real debate



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sobre a atual Redenção. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Passamos, então, ao item 3.1 da pauta, Sport Club Internacional. Hoje temos a apresentação dos relatos de vista. ACESSO, RGP 01, 04, 05, 06,07 e SAERGS. Por favor, quem inicia? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu não fiz a vista total, porque entendi que não foram obedecidas todas as diligências requeridas. Fundamentalmente, a questão do parecer da PGM, que não está nos autos. Então, não me senti em condições de fazer o relato sem o parecer da PGM. Então, queria consultar os pares se abrimos prazo para que venha esse parecer, porque é fundamental o parecer da PGM. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Faço já o esclarecimento, Conselheiro. O parecer da PGM se dá no processo de aprovação, no projeto especial de segundo grau. Vocês podem ver que existe um parecer de aprovação desse projeto especial por meio da Comissão da CAUGE. E nessa análise que é feita a avaliação da Procuradoria Geral do Município. Então, quanto aos aspectos ali levantados eu me senti muito confortável para lhe responder com clareza, eu acho que no seu mais correto direito de solicitar os esclarecimentos. E nós, enquanto secretaria responsável pelo gerenciamento do CMDUA, para proceder todos os atos necessários para o seu bom funcionamento, que a gente consiga fazer os estabelecimentos. É neste sentido que a gente fez um parecer técnico esclarecendo todos esses pontos, inclusive, nos aspectos legais. Então, a gente tratou ali no seu pedido de vista e fez da maneira possível o esclarecimento, que é seu direito de o ter. A gente, naturalmente, enquanto conselheiros aqui, como prerrogativa tem que ser possibilitado que a administração faça os devidos esclarecimentos. Isso sim, não há dúvida e nós vamos sempre trabalhar para isso, mas agora a gente pontuar este, ou aquele, ou determinado órgão, isso não pode ser a prerrogativa do Conselho. O Conselho tem que solicitar esclarecimento e a administração municipal tem que responder. Então, foi nesse aspecto que a gente fez o parecer de diligência e eu fiz a leitura na última reunião. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria primeiro fazer umas considerações. Quando a gente tenta trazer à tona essas questões de ditas irregularidades ou desconformidade no processo, parece que a gente sempre é visto como alguém que quer complicar, quer atrasar, mas eu queria dizer, inclusive, em respeito aos profissionais presentes aqui, que a nossa preocupação é primeiro pela transparência do processo, pela legalidade e também para que mais tarde esse processo não pare novamente por algum questionamento. Eu insisto que tem várias irregularidades, mas eu acho estranho, Secretário, a sua colocação, porque no processo a CAUGE por várias vezes adiou a reunião da CAUGE esperando um parecer da PGM e o processo foi encaminhado à PGM para prestar um parecer que não foi anexado ao processo. Então, tem alguma coisa, tem algum problema. Isso eu nem ia falar, é só em consideração ao que o Colega Felisberto falou. O que eu queria dizer, que também não me senti satisfeito, eu havia pedido um esclarecimento ao DMAE. Em relação ao DMAE foi anexado um documento que estaria anexo o Volume 1, pelo que entendi é outro processo, só que esse documento não tem numeração, não tem numeração de página e nem numeração. Quer dizer, é um documento que foi feito em algum momento lá pelo DMAE. O mais grave, isso aí não é problema, ele foi anexado, tudo bem. O mais grave, ou não é grave, mas o que tem que se considerar é que existe um parecer do DMAE de que ele perdeu a validade há mais de um ano, as diretrizes do DMAE que falam do Estudo de Viabilidade Urbanística... Eu poderia até ler aqui, se o senhor me permite e se eu achar. Posso ler um parágrafo? Eu já tinha referido anteriormente que o parecer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

anexo ao processo, e anexo ao processo é o que vale. Eu queria esclarecer aos colegas que não adianta nós tratarmos aqui de uma coisa que não está documentada no processo, nós somos responsáveis inclusive civilmente pelo o que estamos aprovando. Então, o parecer anexo ao processo do DMAE fala do Parque Gigante para uma população de 70 pessoas, eu já fiz essa consideração numa reunião passada. Então, foi solicitado um esclarecimento, uma diligência ao DMAE, que eu vou ler agora: “Considerando ainda que após a solicitação de diligência desse Conselheiro foi anexado ao processo cópias de um documento do DMAE sem identificação de estar anexado em algum processo que trata das diretrizes a serem fornecidas ao empreendedor. Entretanto, conforme consta do próprio documento, o prazo de validade das diretrizes encerrava-se em 15 de março de 2018. Portanto, há mais de um ano, como segue. Esta diretriz possui 2 anos de validade, a contar desta data e poderá ser modificada pelo DMAE sempre que as condições técnicas do local forem alteradas”. Secretário, eu digo isso não para complicar, mas eu vou continuar. Este fato é mais um motivo de preocupação a partir do depoimento do Diretor Geral do DMAE desta administração, desta gestão, que esteve aqui no Conselho e fez graves ponderações, gravíssimas ponderações, onde foi dito que o sistema de tratamento de água e sua distribuição está entrando em colapso e que algumas ondas da cidade sofreram cortes da água em 2018/2019 para que outras pudessem ser abastecidas. Inclusive, ele disse textualmente que a Mont’Serrat chegou a sofrer corte, quando a comunidade da Lomba estava presente aqui reclamando com toda a justiça. Ele para justificar o a falta de água na Lomba do Pinheiro disse: “Não, nós cortamos inclusive do Bairro Mont’Serrat para que pudesse encher as caixas das outras zonas mais altas. Então, nesse sentido a falta de um parecer atualizado e adequado do DMAE parece que compromete o andamento desse processo. Mais uma vez eu queria esclarecer e deixar bem claro e objetivo, a nossa preocupação é com a clareza e a legalidade desse processo.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. Eu me sinto no dever de esclarecer também quanto ao aspecto legal da validade das diretrizes. As diretrizes são emitidas e são válidas até o ingresso da próxima etapa. Então, com o ingresso da etapa subsequente, aquelas diretrizes seguem válidas até a sua aprovação, isso está previsto no Plano Diretor, assim como a validade do Estudo de Viabilidade Urbanística, se tu entras com etapa de projeto, o EVU tem uma validade, por exemplo, de um ano e meio e entrando a etapa de projeto fica garantida a análise da legislação vigente à época. Então, nesse mesmo sentido sempre quando as diretrizes são emitidas se ingressa com as etapas, se não é indeferida a etapa segue válida, naturalmente como um princípio de segurança jurídica no processo. Naturalmente que essa análise mais aprofundada com relação das redes, vai ter que ser aprovado um projeto lá no DMAE. Agora, aqui nós estamos analisando aspectos urbanísticos, da natureza de Plano Diretor da cidade, depois os projetos complementares nas etapas de projeto, necessariamente, assim como a licença ambiental, muito específica vai ter que ser bastante trabalhada. Esse Estudo de Viabilidade Urbanística não dá qualquer direito ao interessado, sob maneira, o que vai dar direito para ele é o projeto arquitetônico aprovado e licenciado. Aqui nós analisamos os aspectos urbanísticos de cidade, o que queremos, plano diretor, não queremos, enfim. Essa é a discussão que se faz, por isso que a gente junta ali no pedido de diligência a aprovação por parte do DMAE. Tem uma técnica com responsabilidade técnica que aprovou e o Estudo de Viabilidade Urbanística. Nesse sentido, mas consigno a sua compreensão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria esclarecer que conforme a legislação atual o EVU dá direito sim, inclusive teve



vários casos. Ele não dá direito à construção, mas ele dá direitos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso é uma questão bem clara do direito, o que gera um direito ou não. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O senhor afirma que o EVU não dá direito? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não dá direito. O Estudo de Viabilidade Urbanística não dá direito, é uma discussão muito profunda do Direito Administrativo e ele não gera direito. Ele pode ser modificado, o que vai dar direito é a aprovação e licenciamento do projeto arquitetônico. O EVU é um aspecto de cidade, de discussão. Assim como a licença prévia não dá direito e, necessariamente, é na etapa posterior, onde tem que ser feito o aprofundamento daquele debate. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só um esclarecimento deste ponto, Germano. Tu disseste que tem uma técnica que é responsável, assinou as diretrizes pelo DMAE. É textual e literal que ela declara no final das diretrizes que a validade é de 2 anos. Então, a informação que ela diz é totalmente distinta. Aí eu fico na dúvida, eu confio na informação de quem? Daquela que está escrita no processo, nas diretrizes ou na informação que tu estás me passando agora? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, tu confias na informação que está aprovada, aprovada com a assinatura do técnico do DMAE. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ela diz que venceu no ano passado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A diretriz é uma etapa muito inicial do processo, é a primeira etapa do Estudo de Viabilidade Urbanística. São as diretrizes, elas são dadas e, naturalmente, elas têm uma validade, até o ingresso da etapa subsequente. Naturalmente, se estivessem vencidas aquelas diretrizes, a técnica não poderia aprovar o Estudo de Viabilidade Urbanística na etapa subsequente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Fica uma informação tão equívoca para a gente, que, na verdade, não é conhecedor dos procedimentos, às vezes a gente não consegue entender. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por isso o meu papel aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A emissão foi em 15/03/2016, 2 anos de validade, venceu... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Até o ingresso da etapa subsequente, mas isso é do aspecto legal. Eu me sinto na obrigação. A senhora tem todo o dever de trazer este questionamento, porque tem dúvidas em relação ao processo e a minha obrigação enquanto administração é tentar esclarecer e consignar em ata essa informação. De fato, assim como o Estudo de Viabilidade Urbanística tem um prazo de validade, no entanto essa validade para de correr a partir da etapa subsequente. Princípio de segurança jurídica, previsto nos artigos 159 e seguintes do Plano Diretor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu tenho uma dúvida, é uma dúvida que eu tenho da última reunião, a partir de manifestações da Presidência, a respeito do da condução das diligências. Eu tinha um entendimento até então, durante todo esse período que eu estou no Conselho de que as diligências deveriam ir às secretarias afins, órgãos afins. Eu vendo no capítulo 3 do nosso regimento, no artigo 10, parágrafo único, diz o seguinte: “Somente serão aceitos pedidos de diligências aos órgãos municipais que estão vinculados às pautas ora tratadas”. O Felisberto coloca a questão da PGM, que está vinculada à pauta ora tratada. E pelo que eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

entendo aqui, se aceito o pedido de diligência, que tem um critério que deve ser autorizado pela maioria simples do plenário e foi autorizado pela maioria simples do plenário. Então, eu não vejo por que não ir à PGM, no caso se fosse outro também. Mesmo que às vezes a gente saiba até da manifestação, eu conheço a manifestação desse processo da PGM. É no mínimo uma vez bem claro, o que diz o Procurador Marisco sobre as questões que estão sendo colocadas e que se renovam a respeito deste casamento que existe entre (Inaudível) e o que estamos tratando, também a legalidade dele, que se dará somente quando houver a votação na Câmara de Vereadores. É muito claro isso e ninguém tem a menor sombra de dúvida. Então, porque não vai à PGM, se tem essa previsão, se é um pedido do Conselheiro? Realmente, por todos os processos que já passaram por aqui, que nós mandamos para diversas e diversas secretarias, por que não foi atendido nesse momento esse pedido? Pela minha interpretação tem tudo a ver aqui no artigo 10, é um direito do Conselheiro. E eu me sentiria muito contemplado se fosse, porque eu também tenho alguma dúvida, apesar do seu esclarecimento da ordem das coisas. O estamos discutindo aqui são condicionantes, que realmente vão ter efetividade quando da aprovação de projeto, eu entendo bem essa compreensão, mas se não tivesse os condicionantes aqui, discutidos e aprovados por nós, que, na verdade, a gente vai sugerir a homologação ao prefeito daquilo que a CAUGE nos colocou. Então, nós estamos colocando, digamos assim, na reta final para que haja a homologação concreta daquilo que a CAUGE desenhou. É claro que durante o processo de aprovação pode ser diferente, mas não é. O que acontece, garantidos esses condicionantes, o autor do projeto, o proponente, o empreendedor, vai querer no mínimo aquilo que batalhou até agora, que passou pela CAUGE, foi homologado por nós e ali está gerado de certa forma e objetivamente um direito para o empreendedor. Então, uma dúvida que a gente tem hoje, que a gente fica um pouco assim, pô, a Câmara de Vereadores ainda está discutindo, o PL não está nem na comissão de justiça e tal, não foi pautado ainda, ficou para o segundo semestre. Houve uma substituição à questão de dezembro, que tinha outra lei, a lei anterior e essa lei. Quem lê esta lei vê que tem diferença. Existe para quem conhece e foi ver o PL anterior, foi ver esse PL de agora, que eu acredito que o Felisberto fez isso, como eu fiz, a gente fica com certa instabilidade. Creio que isso só vai se transformar em lei lá quando aprovado pela Câmara de Vereadores, mas, na verdade, nós já estamos passando o cheque agora. Ninguém vai fazer. Se a Câmara ir contra tudo bem, morreu! Agora, se não, a gente fica numa situação do que estamos aprovando agora? Por que estamos deliberando agora? No mínimo que fosse à PGM e a PGM dissesse que é assim, peremptoriamente, baseado nisso, nisso e nisso. É nesse sentido que eu que eu vejo de fundamento o pedido do Conselheiro Felisberto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Gomes, quanto aspecto do procedimento, e o senhor deve ter lido é o relatório de diligência que a gente fez. Ali está transcrito muito bem os aspectos legais das possibilidades das etapas serem condicionadas a posterior. O senhor sabe, que trabalha como responsável técnico, em alguns casos Minha Casa Minha Vida, necessariamente, a gente condiciona a aprovação para além da etapa posterior de projeto. Isso está previsto no Plano Diretor, é uma prerrogativa da administração fazer essa avaliação de alteração, de regime, em algumas situações por meio do EVU e condicionar para a etapa posterior. O procedimento padrão estabelecido no nosso Decreto 18.623, que trata do processo administrativo, em consonância com o próprio Plano Diretor da cidade discutindo com a comunidade como um todo. No aspecto da Procuradoria Geral do Município, eu me sinto bastante à vontade para responder os questionamentos levantados, porque eu enquanto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Procuradoria Geral do Município representei e era o representante da Procuradoria junto à comissão da CAUGE na análise. Então, se vocês forem verificar, a aprovação do projeto da CAUGE, o representante da Procuradoria é este Presidente. Eu me sinto muito à vontade, essa análise do aspecto legal da possibilidade de se fazer ou não, eu fiz enquanto representante da Procuradoria Geral do Município, na área do direito urbanístico e ambiental. Então, é nesse sentido que eu me sinto bastante à vontade e não há nenhum problema de a gente consignar todas as questões em ata, e de responder a todas essas dúvidas, porque eu tenho bastante clareza. O senhor bem sabe que a gente trabalhou muitos anos, aqui a experiência me dá bastante clareza dos procedimentos e do aspecto legal, da responsabilidade subsequente. Então, é nesse que me sinto na Liberdade e no compromisso de responder todas as dúvidas. Eu acho que os conselheiros têm a prerrogativa de sim levantar todas as dúvidas, mas eu, enquanto Presidente deste Conselho, tenho obrigação de respondê-las, de não deixar nenhum questionamento no ar. Eu acho que é nesse sentido que a gente tem que sempre tentar trazer o esclarecimento, por isso que a gente vem qualificando a equipamento do Conselho do Plano. Recentemente, indicamos mais um colega da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade para ajudar nesses processos, quando vem das comissões fases esses esclarecimentos, fazer um mapeamento, fazer um desenho com uma explicação técnica daquilo que está tramitando aqui, para gente ter sempre a maior clareza possível nos processos, nos procedimentos e votar com tranquilidade e sabedoria. Eu acho que é isso que a gente quer, este Conselho é de extrema importância para as discussões da cidade, é o Conselho do Plano Diretor, é o Conselho que discute as políticas macro. No processo agora de revisão do Plano Diretor quero contar muito com a contribuição deste Conselho para gente debater as pautas importantes da cidade. Então, é nesse sentido que eu me sinto muito à vontade e com compromisso de responder e esclarecer todas as dúvidas levantadas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Neste aspecto, então, relacionado ao encaminhamento da PGM, eu vou ler parte do que eu escrevi, que vai de encontro, na verdade, com o que eu Conselheiro Gomes está falando: “Abalizado por este plenário, com anuência do relator, em estrito cumprimento ao regimento interno, foram requeridas diligências pelo Conselheiro Felisberto direcionadas à PGM, SMAM, IPHAN e Câmara de Vereadores, e pelo Conselheiro Hermes ao DMAE, sendo aprovados as diligências pela maioria do plenário. Cumpre que na última sessão, em 16/07/2019 vieram os retornos conforme leitura efetuada pelo Presidente da Mesa, Secretário Germano. Contudo, para nossa surpresa ao verificar o documento lido vê-se que em nada se procedeu conforme o requerido pelo Conselheiro e aprovado pelo Plenário. O encaminhamento repise-se era direcionado a PGM, SMAMS, IPHAN, Câmara de Vereadores e DMAE. Nesse sentido, aliás, a própria pauta, ainda que minimamente, registra: Pedido de diligência - PGM, DMAE e SMAMS. Contudo, a manifestação trazida ao plenário é firmada pelo próprio presidente da mesa e o engenheiro Gabriel Dornelles em verdadeira usurpação de competência e desvirtuamento da diligência proposta. Não olvidamos que o Secretário até recentemente ocupava a função de assessor jurídico da PGM, entretanto alçado à condição de Secretário da SMAMS não mais responde por aquele órgão. Não temos dúvida que dado seu conhecimento, possa contribuir no andamento dos trabalhos e esclarecer procedimentos/fatos. No entanto, não lhe é dada competência para emitir parecer ou subverter/interpretar, a seu critério, diligências direcionados a outro órgão. Expôs o Secretário o seu entendimento correlacionado a questão no que diz respeito a ausência de lei autorizativa de aprovação do EVU nos moldes em que requerido pelo empreendedor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

528 Numa leitura, por certo isolada e equivocada da lei, alega que o EVU tem apenas por
529 finalidade analisar a viabilidade urbanística do empreendimento, não gerando qualquer
530 direito ao interessando, o que vem sendo repetido neste plenário quase como um mantra.
531 Contudo, como atestar que algo é viável que não seja com base na legislação vigente.
532 Aliás, o próprio artigo 1º do decreto (18.623/2014) citado pelo presidente/secretário
533 preceitua: ‘O processo administrativo referente à aprovação, licenciamento, obras, vistorias
534 prediais, numeração e manutenção das edificações, obedecerá ao disposto neste
535 Decreto, observando as normas edilícias e as demais legislações vigentes’. Assim, se não
536 há lei autorizativa como pode ser aprovado??? Pode a condicionante ser considerada a
537 criação de uma lei?? É a lei que deve se adequar ao projeto, ou o projeto que deve estar
538 adequado à lei??? Utilizar-se do entendimento ou do “condicionamento” de que lei
539 posterior submetida à Câmara de Vereadores autorizaria o pedido, que hoje não encontra
540 amparo legal, é verdadeira subversão à ordem. Equivocado, portanto, não só o
541 entendimento adotado como o fato de que não ter sido dado andamento à diligência,
542 conforme definido pelo plenário (PGM). Ratificando a necessidade de oitiva da PGM, veja-
543 se que no PARECER nº 052/2019 da CAUGE não houve manifestação da PGM; não
544 constando também a presença de seus membros”. Embora o Secretário diga que ele
545 estava presente, a ata está aqui, o parecer não tem assinatura e não tem presença. Então,
546 independente do posicionamento e entendimento do Secretário que se sente à vontade de
547 nos dar as explicações, nós temos procedimentos e a segurança jurídica nos impõe que o
548 procedimento seja cumprido. Se foi requerido e encaminhado à PGM, a PGM deve se
549 manifestar. Só neste ponto, depois eu continuo o resto do meu parecer. **Germano Bremm,**
550 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
551 Eu sugiro que a gente coloque em votação, entendendo os conselheiros que não está
552 esclarecido o pedido de diligência, não sendo suficientes esses esclarecimentos a gente
553 coloca em votação e submete à Procuradoria. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
554 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** APARTE. O
555 senhor entendeu que se trata de uma ilegalidade, não é uma questão de votar ou não. Até
556 podemos votar, mas é uma ilegalidade. O senhor entendeu isso? **Germano Bremm,**
557 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
558 Não vejo como ilegalidade. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
559 **Humanos - ACESSO CDH:** Já não respeitou o nosso andamento, agora quer votar o
560 andamento. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado**
561 **do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O parecer do DMAE, de 2016, que venceu em 2018.
562 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
563 **Sustentabilidade - SMAMS:** Este parecer é bastante claro na etapa de diretriz. **Adroaldo**
564 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:**
565 Presidente, eu gostaria de fazer um comparativo primeiro, antes de qualquer tipo de
566 votação ou encaminhamento. O relator levou 23 dias para um relato objetivo. Hoje a vista
567 está levando mais de 25 dias, mais o tempo da diligência. Eu vejo que nós estamos, ou
568 não conseguindo entender o processo, ou está havendo dificuldade para a gente fazer um
569 bom encaminhamento para este processo aqui. Então, eu coloco como relator, tentando
570 ajudar a “desenotar”, porque não é possível que haja tanta dúvida. A gente está aqui e
571 quer ajudar não só a cidade, mas fazer com que o Conselho se mantenha com uma boa
572 postura, como sempre tivemos. Então, eu gostaria de solicitar mais uma semana para que
573 a gente possa refletir e talvez tirar algumas dúvidas, porque não são todos que têm
574 dúvidas. Então, mais uma semana para consultar novamente o processo, para que a gente
575 consiga chegar a um consenso mínimo. E ver, sanar a dúvida, ver quem tem dúvida, onde



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

está o problema e resolver a questão pontual. Não podemos parar um projeto deste tamanho aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** vamos pedir que quando um estiver falando que os outros façam silêncio, porque estamos sem microfone para poder captar, a colega aqui me solicita. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Quero ler meu relatório. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Adroaldo, acho muito adequada a sua manifestação, de fato o processo já está com bastante tempo neste Conselho. Quando eu ingressei enquanto secretário já estava pautado. A minha tentativa sempre, enquanto representante da Secretaria de meio Ambiente, Presidente deste Conselho, é que todos os esclarecimentos sejam efetuados. Eu estou sempre à disposição e a tentativa da equipe técnica da gente elucidar, conversar. Eu acho que este é o nosso papel, o meu esclarecimento em relação ao pedido de diligência é justamente por ter a experiência e a oportunidade de tirar todas as dúvidas. Mais algum conselheiro inscrito? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu só quero ler meu relatório. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu só quero dizer que o Parecer 052/2019 é bem claro no início do seu texto: “A Comissão de Análise Urbanística de Gerenciamento – CAUGE, em reunião de 24/04/2019 de abril de 2019 aprova EVU. O empreendedor deverá firmar Termo de Compromisso com o município, o qual é condicionante para o licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento, prevendo as medidas mitigatórias aprovadas no EVU. Para minutar o Termo de Compromisso serão necessários: matrícula atualizada...” todos aqueles requisitos essenciais. E por que eu pedi para a PGM? Como muito bem falou a Claudete, na análise deste documento não estava presente a PGM. É por isto que este conselheiro requereu, se havia concordância com aquilo que tinha sido aprovado, porque não tem a presença dos dois membros da PGM, nem manifestação. Então, é o cuidado que a gente deve ter quando se faz um documento e que são requisitadas medidas mitigatórias. É contra um parecer que tem aqui Então, pessoal, é o cuidado que a gente deve ter e eu acho que este Conselho tem responsabilidade sim, pode parecer para alguns um exagero jurídico. Quero pedir desculpas ao Adroaldo, se feri a sensibilidade dele, não foi o intuito, ele pode analisar, mas ele não tem todo o conhecimento jurídico necessário para analisar a peça. E é fundamental o parecer do MP... Da PGM. É que o MP também requisitou o processo para verificação. Isso é outro aprovar, mas a PGM não se manifestou. Então, este conselheiro teve cuidado nesta vista e não se sentiu contemplado, é um direito que eu tenho como conselheiro, é isso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu retomaria o encaminhamento sugerido pela Presidência, colocar em votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em não sendo suficientes os esclarecimentos prestados, a gente coloca em votação o envio à Procuradoria. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Mas já não foi votado? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi votado, a gente entendeu que foi feito um esclarecimento, em não havendo não há o menor problema deste Conselho renovar a votação e encaminhar este pedido de diligência. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não encontro nenhum motivo para a gente reprisar uma votação que já foi feita neste plenário. Eu já fui diretor do DMLU, se tiver algum parecer que seja do DMLU eu falo aqui e está acabado, se tiver algum parecer do setor que o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Hermes chefiou aqui no Planejamento também está acabado, o Gomes também já participou da SMOV, também se tiver que ir para a SMOV o Gomes pode... Então, não vejo porque a gente votar o que já foi votado neste plenário. É só respeitar o que foi votado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Então, a gente faz o encaminhamento para a PGM, não há nenhum problema, é nosso dever a gente informar e esclarecer, senão é suficiente a gente encaminha e não coloca em votação, renovamos por mais uma semana o pedido de diligência, até que venha o esclarecimento da PGM. Passamos ao Item **3.02. EXPEDIENTE: 18.0.0000004308-3. INTERESSADO: Prefeitura de Porto Alegre. ASSUNTO: Valores do Solo Criado. LOCAL: Município de Porto Alegre. RELATOR: ÁREA.** Relato de vista da Claudete. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. O Conselheiro Hermes há algumas semanas pediu cópia de um processo que ocorreu aqui na Secretaria e que parece que resultou em algumas demissões. Eu na reunião passada pedi um parecer da PGM sobre a questão da aplicação da lei de responsabilidade sobre os membros deste Conselho. Então, eu acho que nós vamos ter que em todas as RSS repetir essas solicitações até que sejam atendidas. Não sei se tem algum encaminhamento concreto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este Conselho está vinculado a solicitações de diligências ou esclarecimento dos demais órgãos aos processos aqui pautados. A Conselheira Claudete quando levantou eu não estava na reunião, cheguei na sequência. Essas questões em relação ao relatório da sindicância do processo das pessoas, enfim, não é competência deste Conselho. O Conselho está regrado lá no art. 37, do Plano Diretor, ele discute os aspectos de cidade, urbanísticos, neste sentido. Então, qualquer interpretação ou solicitação diferente disto foge da competência do nosso Conselho e a gente não consegue exigir que a Procuradoria ou que qualquer outro órgãos faça algum esclarecimento pontual, que não o aspecto urbanístico, de cidade, competência regradada pela Lei Complementar nº 434. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, assim como eu fiz a solicitação formal. Então, vou pedir que a Secretaria responda formalmente para mim este questionamento, que não é da nossa competência analisar os processos e procedimentos e andamentos dos expedientes aqui. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** perfeito, conselheira. A gente responde sem dúvida. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A questão da lei de responsabilidade dos conselheiros é de competência do Conselho saber. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente encaminha e lhe responde. Relato da conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, eu quero trazer um questionamento. Eu conversei com o Cláudio a respeito da minha dúvida e pediu que eu submetesse, porque tu és conhecedor... Desculpa pelo “tu”. Tu és conhecedor da matéria. Nós estamos avaliando a questão da atualização dos valores do dolo criado por ser da nossa competência, isso não há dúvida. A minha pergunta no sentido de se é da nossa competência e essa atualização está sendo feita com base na legislação antiga, não é com base na legislação de 2019. Em que casos e quais os efeitos jurídicos e fiscais que nós vamos aplicar essa atualização? Por que a pergunta? Porque tem tramitado no Judiciário pedidos de ação de repetição de indébito. Para quem não sabe o que é uma repetição de indébito, é que eu fiz um pedido, paguei, entendi que paguei a mais e eu quero este meu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

valor de volta, relacionado exatamente com os valores do solo criado. A discussão, na verdade, é tendo em vista o decreto que era vigente, na verdade, e a lei que diz que deve ser considerada a data do requerimento. Neste sentido, se eu vou considerar a data do requerimento, fazendo a atualização desses valores, eu não vou aplicar esse valores agora, porque eu já tenho uma lei nova vigendo. Então, a minha preocupação, e eu gostaria de saber, é quais são os efeitos jurídicos e fiscais desse encaminhamento, porque eu posso estar gerando aqui também um passivo para o município, que segundo a gestão não teria condições. Então, é nesse sentido que eu trago o questionamento. O Cláudio não soube me responder e pediu que eu submetesse esse questionamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O aspecto da lei nova aprovada, ele traz na fórmula de cálculo a mesma metodologia aprovada por este Conselho. Ela ficou replicada no aspecto da nova legislação, a fórmula de cálculo aprovada. Então, a diferença de valores não há nenhum problema nesse aspecto, porque foi aprovada lá trás, em 2001, e se repetiu nesta nova lei em função de que o estatuto da cidade determina que a fórmula de cálculo esteja prevista em lei. Então, não há nenhuma irregularidade em relação a isso. A demanda tem que necessidade de se encaminhar para este Conselho a revisão dos valores, ela veio do próprio Tribunal de Contas, que cobra da administração pública, existe um apontamento de que tem que se avaliar. Eu acho que houve algumas tentativas de encaminhamento aqui para o Conselho, mas por falta de esclarecimentos, os processos não foram pautados ou foram e voltaram, foram negados, enfim. Esses valores não foram reavaliados no aspecto da lei e, recentemente, veio o apontamento do Tribunal de Contas, sob pena de responsabilização do gestor. Nesse sentido, conforme explicado pelos técnicos da Secretaria da Fazenda, com uma qualidade técnica muito significativa, junto com o pessoal da UDRE, tentaram esclarecer como se dá essa fórmula de cálculo, como que se chega nesses valores. Então, após a aprovação deste Conselho, necessariamente é submetido ao prefeito para homologar, após a homologação essa nova tabela vai vigor e vai revogar a tabela anterior, que está publicada junto com o decreto, ela vai ser renovada. E para as próximas situações, necessariamente, só se modifica o prazo, porque antes a gente tinha um prazo de 6 em 6 meses para ser encaminhado para o Conselho para reavaliação, mas por uma realidade de inflação do ano, da legislação, que é de 93, esse prazo se modificou para 2 em 2 anos e se inseriu uma atualização automática, que antes não se tinha essa atualização automática, ela se misturava um pouco com a reavaliação. E empresa cumprir os requisitos legais a gente colocou essa atualização automática, com índice de correção normal e a reavaliação de 2 em 2 anos, porque a realidade de inflação se modificou. Então, é nesse sentido que houve o encaminhamento e os esclarecimentos dos colegas do município. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Na verdade, assim, a minha pergunta, Germano, é: eu vou pegar esta atualização que nós estamos avaliando aqui, e eu entendo perfeitamente que é uma determinação do Tribunal de Contas, mas isso é uma questão pró-forma, na verdade. Então, eu vou pegar esta atualização feita pela lei antiga e aplicar na lei nova. É isto? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A metodologia é a mesma, é só o tempo de passagem neste Conselho. Pela nova legislação a gente não passaria neste Conselho, nós passaríamos só há 2 anos, mas como estava represado desde 2016, que foi a última vez que passou, mesmo com a vigência da nova lei, mandando que se passe em 2 anos, a gente passou agora neste Conselho para resolver o passivo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Aí eu fico preocupada com os efeitos



jurídicos disso. Eu tenho uma lei atual vigendo e uma atual, que, na verdade, está revogando o que tínhamos anteriormente e que fala de uma atualização, que é anual, na verdade, e eu vou aplicar uma atualização no meio de uma lei que está vigente. Por isso que a minha pergunta é: quais são os efeitos? Até porque no Judiciário está demandando várias ações com relação a essa repetição de indébito. Então, quero saber os efeitos jurídicos e fiscais nesse sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nenhum. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No meu entendimento nós fizemos uma atualização, foi promulgada pelo Tribunal de Contas, mas se não fosse provocado pelo Tribunal de Contas, nós temos o dever de fazer, da prefeitura encaminhar para nós, como encaminhou, dentro daquela dinâmica de 6 meses que não é cumprida há muitos anos. Isto sempre foi um grande problema da administração encaminhar para o Conselho a cada 6 meses. Segunda questão importante, a gente fazendo a avaliação, aprovando ou não aprovando, nós vamos estabelecer uma data até para correr a próxima lei que não está vigendo ainda. Quer dizer, não está regulamentada. Tu podes chegar no balcão da prefeitura para comprar o metro, mas não vai comprar porque não tem, porque não está regulamentado. Ou seja, a lei, 300m eu compro, 250m eu compro, porque isso é da lei anterior e está regulamentada, é o que vale na prática. A lei nova não está regulamentada, tu não compras os mil metros quadrados pela nova lei, tem que ser regulamentada e esse nosso marco é importante para começar a contar os 2 anos. Aprovando agora a nova lei vai ter uma data parâmetro para fazer essa cronologia necessária. É o meu entendimento. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Obrigada pelo esclarecimento, Gomes. Então, vou te perguntar, o marco vai ser da lei que está vigente? Porque ela está vigente, ela pode não estar regulamentada, porque a vigência é na data da publicação, está vigente a lei, não é regulamentada e o marco para atualização vai ser da lei ou vai ser da nossa? Eu acho que não, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O conselheiro faz outros esclarecimentos em relação ao ponto... **(Falas concomitantes).** **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu vou pedir o repeito um pouquinho, Maristela... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tu és chata mesmo! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu posso ser chata, mas eu que nós temos que ter respeito. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tu não dás oportunidade para ninguém falar. Tu te achas a rainha da sabedoria! **(Falas concomitantes).** **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor, conselheira. Eu vou lhe pedir que escreva... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Era um pedido de vista e era esclarecimento, Secretário. Eu gostaria de um pouco mais respeito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, até para não ficar esse debate, eu acho que sim... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está esclarecer. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, está esclarecedor, sem dúvida. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Só tem, Gomes, que é outro chato! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente mantém o período para uma única vez haver a oportunidade da fala. Não vamos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ficar neste rebate, que eu acho que fica muito desgastante. A gente faz uma fala e o esclarecimento, senão fica indo e voltando. O Aparte eu acho que a gente tem uma única vez. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não existe Aparte com falta de educação, Secretário. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Tu é muito educada!, Bah! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a senhora vai fazer seu relato? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não. Na verdade, eu tinha essa dúvida que eu gostaria de esclarecer. É isso que eu estou tentando esclarecer, eu pedi vista porque eu não venho aqui para votar sim ou não e fazer de conta, né. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Eu acho que está bem esclarecido. A gente vem tentando ao longo deste atual processo, também bastante longo, a nossa tentativa de esclarecer e a senhora está no seu direito de consignar a sua inconformação. Colocamos o processo em votação. Votos favoráveis à aprovação dos valores do solo criado, por favor. (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenção? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR.** Os outros dois processos da pauta serão distribuídos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu não gostaria de deixar passar em branco, eu acho que a Conselheira se exaltou, eu também já me exaltei várias vezes. Isso é normal e eu acho que faz parte da discussão ferrenha de defender. Agora, começar a chamar de chato, eu acho que isso já é um exagero. Pode se exaltar, pode fazer cara feia, tudo, agora, ofender. Para mim a Conselheira Claudete é a que mais usa justificativas, que podem não concordar, mas é a que tem pareceres dos mais complexos... (Falas concomitantes). Ela não é prolixa, mas são pareceres... Vamos ler os pareceres lá do Supremo Tribunal Federal para ver o que é um parecer prolixo. Então, eu me sinto agredido também, eu acho que a Conselheira se passou e seria bonito se pedisse desculpa, mas eu sei que não vai pedir. Obrigado! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu também quero. Eu osso muitas vezes não concordar com o parecer da Claudete, mas respeito muito o estudo que ela faz, ela é uma conselheira que tem o cuidado devido e deve ter todo o respeito de todos os conselheiros. Principalmente em se tratando de conselheira para conselheira. Então, para mim é fundamental o respeito, podemos não concordar, mas se agredir e chamar alguém de chata, olha, é uma agressão. E quero dizer, Claudete, parabéns, continue sendo assim como tu és, porque só orgulha este Conselho. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Grato, Senhores Conselheiros. Encerrado. **ENCERRAMENTO: 19h45min.**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2812/2019

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Marcelo Hansen (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular) e Maurício Henrique Castro de Oliveira (2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Cláudio Paiva (Representando a titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular) e Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON, Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2809/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice- Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Conselheiros, boa tarde. Já temos *quorum*, podemos iniciar os trabalhos. Inversão de pauta solicitado pelo conselheiro. Alguém se opõe? Mas primeiro vamos para a 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2809/2019**. Favoráveis à ata, por favor, que se manifestem (Contagem de votos = 13 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04



abstenções). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). **APROVADA A ATA Nº 2809/2019.** Inversão de pauta, então, entramos em Comunicações, com o Conselheiro Felisberto já inscrito. **3. COMUNICAÇÕES. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todos. Eu queria informação a respeito do que foi publicado, uma portaria, se não me engano, ontem, eu queria saber por que este Conselho não participa desta avaliação. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico criou um grupo de trabalho para dar um fluxo nos processos, relacionado com o licenciamento e o SINDUSCON, sociedade civil organizada, e nenhum Conselho. Estranho isso! Outra informação que eu queria, que está relacionado com o período de comunicação, é por que tem um novo processo do Sport Club Internacional na CAUGE e o mesmo número de processo, se não me falha a memória. Ah, o dígito é diferente, mas é um EVU, EVU do quê? Então, eu gostaria de solicitar informações, até porque nós estamos analisando um processo que está na PGM e tem outro agora que está para estudo de viabilidade urbanística. Urbanística do quê? São dois processos? Então, essa é a minha indagação. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Vamos encaminhar assim, então, o que podemos verificar até o final da reunião é sobre a numeração dos expedientes únicos, para ver se são diferentes, porque dentro do sítio do Inter tem mais de uma ação, tanto que lá no início, quando começou a discussão da Copa do Mundo, das obras da Copa do Mundo, ele foi separado, ficaram três processos imediatos, que era o estádio, que era o estacionamento e que era o hotel, que não saiu o hotel. Os outros três processos era o Instituto do Carnaval, o Cultural do Carnaval para acomodar as escolas de samba. Era o Centro de Convenções, que eu acho que sumiu no tempo, e mais outro. Então, no próprio sítio ali tem mais tem mais de um assunto que pode ser contemplado com mais de um EVU. De qualquer maneira vamos atrás e o que nós não descobrimos agora vamos solicitar à SMDE para que nos informe desses procedimentos. Eu acho que a gente faz contato com a Sônia, para nos informar do que tratam esses outros expedientes. Felisberto, primeiro eu quero fazer uma pergunta para a SMDE. Cláudio, tu tens alguma informação sobre essa comissão que o Secretário Cidade promoveu ou está promovendo? **Cláudio Paiva (Representando a titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu estou aqui representando a Coordenadora Gisele, da SMDE, que se encontra em férias. Meu nome é Cláudio Paiva, acho que todo mundo me conhece, mas eu estou me identificando. Essa comissão que foi noticiada é um trabalho que já está sendo feito há algum tempo. Formalmente eu não tenho mais informações, mas tem a ver com a tramitação dos processos na SMDE. Eu não posso responder sobre a participação do Conselho em si, se haveria a competência para construir esse trabalho junto à SMDE, mas vou levar essa reivindicação para o secretário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. O Secretário Cidade está fazendo uma reestruturação na secretaria e ele chamou, individualmente, algumas entidades para mostrar a reestruturação. Eu sei que foi convidado, não está aqui, foi convidado o SUNDUSCON, foi convidada a Sociedade de Engenharia, foi convidado... Como é que o nome daquela outra, que não é sociedade de engenharia? Que é outra sociedade da engenharia importante... (Manifestação fora do microfone). Não. Eu acho que é a SERGS, que hoje o presidente é o Pont. E foi convidado em grupo, eu sei um pouco desse assunto, porque eu participo desse outro grupo, que é o Aprova Já, que é um grupo independente de arquitetos e engenheiros, que há 6 anos se reúne e discute, provoca a Prefeitura no sentido de melhorar os procedimentos de licenciamento. Então, esse grupo foi convidado. A gente tem outro nome agora, mas é Aprova Já em princípio. O



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 Cidade quando me telefonou, porque eu representava o Aprova Já, perguntou de que
97 entidade eu era, eu disse: “A que tu quiseses”. Nós não somos entidade, nós somos um
98 grupo independente. Foi feita essa primeira reunião individual, com esses grupos, com
99 todo mundo, depois foi feita uma reunião conjunta com a mesma apresentação do mesmo
100 data show de reestruturação da secretaria. Eu cobrei do secretário na ocasião, na primeira
101 ocasião quando a gente reuniu só com ele, o Aprova Já, qual era o melhor momento para
102 ele vir apresentar o projeto aqui no Conselho, que ele ia apresentar o projeto. Só que como
103 o projeto é muito confuso, é um projeto de reestruturação da Secretaria da SMDE e dentro
104 da reestruturação da SMDE o prefeito tem uma exigência que seja colocada como
105 prioridade a questão do licenciamento, da aprovação de projeto. E a aprovação de projeto
106 dentro dessa estrutura que ele está fazendo tu não consegues fazer uma leitura clara. É
107 confuso, é uma situação muito confusa. Ou seja, esse grupo que está participando dessas
108 reuniões está com o pé atrás, porque não te dá uma coisa palpável, vai ser isso, isso, isso,
109 tem um fluxograma, tem organograma, as coisas vão acontecer dessa e daquela maneira.
110 Nós do Aprova Já vamos inclusive cobrar do prefeito, não mais do secretário, porque o
111 secretário está repetindo o mesmo *data show*, sem novidade nenhuma de implantação,
112 que isso não responde a reivindicação, que é no caso nosso lá do Aprova Já, que é de
113 qual a resposta a Prefeitura vai dar com 03 anos de governo sobre a questão do
114 licenciamento. Sendo que é sabido, eu falo, falei muitas vezes neste Conselho que o
115 licenciamento de projetos em Porto Alegre no Governo Marchezan não pirou, piorou várias
116 e várias vezes. Nós tivemos um retrocesso muito grande, já não era bom, ficou muito pior.
117 Eu tenho falado e diversas vezes falei e é isso que nós arquitetos do grupo de alguns
118 engenheiros estamos cobrando do prefeito. Então, assim que tiver alguma novidade eu,
119 individualmente, presto a informação que tiver ao meu alcance, se eu voltar a ser
120 convidado. Não tem nada oficial de comissão, Felisberto, porque não saiu nada de lá, a
121 comissão quando reúne, se não tem nada, porque ela tem uma maneira de se organizar,
122 tem um objetivo do que vai se fazer e não existe isso, infelizmente. **Felisberto Seabra**
123 **Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É estranho que este
124 Conselho não seja pelo menos cientificado disso, são algumas entidades que fazem parte
125 deste Conselho, recebe informação, participam de um grupo para analisar processos que
126 interessam a esses grupos. Eu acho que no mínimo a imparcialidade deveria ser
127 observada, porque, eticamente, é muito estranho entidades que têm interesse... É fazer a
128 flexibilização do que já está determinado em lei. Nós temos o Plano Diretor, temos várias
129 normativas. Apesar de que o governo trocou a sistemática, misturou alhos com bugalhos e
130 agora se vê perdido, como tu dissesse. Bom, este Conselho tem a obrigação de saber, até
131 porque muitos processos caem na nossa mão e é uma balbúrdia, apesar de que este é
132 um termo perigoso, falar em balbúrdia. Ironia à parte, mas é uma balbúrdia no mal sentido,
133 não no bom sentido, né. Assim, eu acho estranho e não é o Aprova Já, o que está ali é o
134 Pacto Porto Alegre, que Pacto Porto Alegre é este? Quem são as entidades que fazem
135 parte? Está bem claro na portaria, pena que eu não tenho ela aqui, é tanta informação que
136 tu recebes, eu acho que deve ter até algum *hacker* aqui... (Risos). Já que está na moda a
137 gente ter *hacker* para tudo, eu acho que eu estou sendo municiado por algum para facilitar
138 a informação. Eu agradeço à pessoa que me manda, porque isso faz com que eu seja um
139 conselheiro dirigente, atento para que não possa deixar de pelo menos ficar consignado
140 em ata a nossa total, para dizer o mínimo, total desrespeito a este Conselho. Já tivemos a
141 aprovação da questão dos parques e praças, vários projetos que são feitos sem consultar
142 os conselhos. Então, se desrespeita a democracia participativa. Então, eu vejo assim, eu
143 quero lamentar a atitude como Conselheiro da RGP. 01 e tinha a obrigação de trazer a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

este Conselho, e agradeço à pessoa que me municiou com essa informação. Tem mais outras que ao longo deste mês deve vir mais algumas. Então, busco comprovação para não parecer que o conselheiro sempre é do contra, mas é respeitar a nossa obrigação, porque nós fomos eleitos, nós não estamos aqui por favor de ninguém, nós nos submetemos a uma eleição, fomos eleitos, temos uma obrigação. É como o Campani falou, é a responsabilidade que nós temos aqui neste Conselho. Então, eu vejo assim, é um total desrespeito, eu me sinto muitas vezes aqui não o Joãozinho do Passo certo, mas perdido em determinados que vêm aqui e, às vezes, a gente é criticado por ter atenção. E agora, mais do que nunca, todos os processos que passarem na minha mão vão ter um cuidado redobrado, vão ter cuidado redobrado, porque eu não confio em nada que vem para este Conselho. Quero deixar bem claro, a RGP. 01 tem essa opinião. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Antes de passar a palavra para o Emerson, duas coisas aqui. Felisberto, só para esclarecer ao conjunto do Conselho duas coisas que falamos aqui, o grupo de licenciamento, esse que o Secretário Cidade chamou para conversar é o assunto ligado a licenciamento mesmo. Esse outro assunto que tu colocas é o grupo, tem uma ampla matéria na Zero Hora, eu recortei, inclusive trouxe para o Conselho, mas acabei não me manifestando sobre. É uma ampla matéria, saiu no jornal sobre esse grupo de trabalho que eles estabeleceram lá, tem um monte de entidade que eu não sei quem é também, não conheço. E concordo contigo, o Conselho deveria estar sendo convocado, até porque uma das metas, são seis metas parece, em uma das metas tem a questão do planejamento urbano, está escrito lá: “Fomentar o planejamento urbano”. A gente sabe a experiência que deu até agora do planejamento urbano neste governo, em que foram desmembradas as secretarias e os órgãos de planejamento urbano praticamente desapareceram da grade de Porto Alegre. Então, só para não misturar as coisas. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA:** Quero só reforçar o que o Felisberto colocou aqui, porque tudo que condiz ao planejamento este Conselho tem que estar a par dos assuntos. Ainda mais quando é oficial, sai em Diário Oficial, decreto, legislação, tudo que condiz nós temos que ter essa informação. Eu acho que seria uma boa pauta fazer a apresentação desse planejamento que foi apontado pelo Felisberto para este Conselho, para ver de que forma vai ser trabalhado esse grupo. Nós temos que estar informados do que condiz ao planejamento urbano desta cidade, porque o Conselho do Plano Diretor tem este papel, o CMDUA tem este papel e tem que estar informado, tudo que for novidade nós temos que estar a par desses assuntos. Então, seria essa a minha colocação. Obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite a todos. Eu quero fazer um convite aos conselheiros, o Sindicato dos Arquitetos vai promover no dia 07 de agosto, é na quarta-feira da outra semana, um evento que ele já vem há vários anos promovendo, chama-se “Olhares Sobre a Cidade”, um evento que vai durar o dia inteiro e tem três assuntos, três mesas, é um seminário. Todas estão relacionadas aqui com as questões urbanas, mas a primeira, particularmente, nos interessa muito, que é a mesa - Grandes Empreendimentos e/ou Impactos Ambientais Sociais e Urbanos – CMDUA e Participação Social. Isto é pela manhã. À tarde, às 13 horas, a Mesa 2 – Uso do espaço urbano público, e a Mesa 3, também à tarde – Habitação de Interesse Social – o papel da recuperação e preservação de prédios ocupados para revitalização de centros urbanos. Eu vou encaminhar depois para que possa ser repassado. Eu gostaria de deixar o convite para quem quiser participar. Só para encerrar, vai ser aqui no Memorial Presser, aqui pertinho,



que é muito bacana, até para quem não conhece é bem interessante, é um projeto do Niemayer. E também reforçar o que foi dito, que eu nem vou repetir, mas é cansativo, parece que a gente está sempre brigando, sempre mais assim eu não tenho mais o que dizer, né! São assuntos que pelo menos como notícia, como informação deveria vir ao Conselho. Eu já vejo que é um projeto que dá errado, a gente nota que os convidados são os mais aliados, os mais próximos. Se eu quero fazer uma discussão elevada, tentar chegar a alguma coisa, eu convido todo mundo que participa do assunto, todo mundo que está envolvido com o assunto, eu não convido meus amigos. Eu sei que o Aprova Já não é amigo, né, até me chamou atenção, mas normalmente tu não levas a nada isso. Obrigado.

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Boa tarde, senhores e senhoras conselheiros. Eu estou na vida pública e nos movimentos sociais há muitos anos. Eu tive três mandatos como titular na Câmara e também como suplente. E essas questões dos tensionamentos são coisas que a vida toda a gente tem que passar. Eu lembro que na Câmara quando nós tínhamos alguma pressão, que tínhamos que nos retrataram, ou conversaram, ou dialogar sobre determinado momento, nós sempre o fizemos. Desta mesma forma eu faço neste momento, acho que não tiro o mérito, mas acho que fui extremamente deselegante com a parceira aqui de trabalho da Acesso, a Claudete. Portanto, eu gostaria que não constasse nas notas taquigráficas a forma que eu me referi. Também quero dizer que um Conselho tem que ter um equilíbrio e o seu Regimento Interno ser válido para quem está na coordenação desse trabalho. Não pode nenhum debate partir e passar uma tarde inteira com dois debatedores. Eu lembro que quando eu fiz sociologia, que foi a minha primeira faculdade, eu achava que tudo se explicava pela sociologia, depois fui para a área do direito também, mas com o tempo e maturidade a gente vai vendo que outros também tem coisas a dizer. Então, nem o tecnicismo exacerbado e nem mesmo o basismo exacerbado pode sobrepor um Conselho aos quais ou ao qual nós fomos eleitos. Tem que ter um equilíbrio, não pode ser neste o Fórum de provar quem é o melhor por um conjunto de corporativismo também. Eu acho que nós temos que ter o equilíbrio, o respeito e as falas têm que ser objetivas, colocar, limpá-las e deixar que o restante entre. Não tem estômago e nem condições de nós tratarmos todos os temas das formas até aqui, então, traduzidas. Certo? Minha vida é uma vida digna, limpa, para quem quiser a minha conta bancária é aberta, até porque ela está sempre no vermelho, não tenho nada. Nós tivemos o Plano Diretor de Porto Alegre, tivemos a questão do Ronaldinho Gaúcho, que muitos sabem o que aconteceu. Se quisesse alguma vez na minha vida ter alguma vantagem já teria acontecido. Então, essas insinuações irresponsáveis, debochadas e chatas, nós temos que ter mais respeito entre nós, porque, provavelmente, alguém já fez isso e sabe como é que se faz esses trâmites, porque no meu caso eu não sei. Quando eu venho aqui, eu não venho como grêmio, como Inter, como católica, umbandista, ou seja o que for, eu venho aqui pelas minhas convicções e assim eu faço. E quando eu tomo uma posição não adiantam insinuações, não adianta levar para o fórum da minha região, porque lá eu tenho uma ótima relação e quando tenho que ir para o embate a gente vai. Está bem, pessoal? Desculpa, Claudete, pela minha postura. Se tu quiseses ou não aceitar a minha desculpa, mas é de coração. Está bem? Muito obrigada! **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu queria retomar a fala do Felisberto, que como ele colocou que o grupo de avaliação é constituído por representantes do SINDUSCON, por representantes da Sociedade de Engenharia e pelo que eu entendi pelo Aprova Já, que está descrito aqui como grupo da sociedade civil organizada. Pode ser bem desagradável o que eu vou colocar, mas, enfim, deu dúvida, é que o nosso Presidente em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

exercício, ele participando do Aprova Já nesse grupo de avaliação, ele representa a RGP. 06, Presidente em exercício do Conselho e Aprova Já. Talvez pudesse trazer para nós um pouco mais do entendimento do que acontece nesse grupo, já que ele tem essa participação tão forte dentro do grupo de avaliação dos fluxos de projeto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Livia, são dois movimentos. Eu achei que tinha esclarecido. São os movimentos e eu achei que tinha esclarecido para o Felisberto e o conjunto. O que participam é o Aprova Já, é específico, é sobre licenciamento em Porto. Esse outro é bem mais amplo, ele tem toda uma estrutura, pelo que eu li pelos jornais já estão na segunda reunião de encaminhamento e tal. Talvez a Luana possa falar alguma coisa depois, pelo Gabinete do Prefeito, mas são duas coisas bem diferentes. O grupo específico de quem atua hoje na Prefeitura aprovado projeto e pressiona a Prefeitura há muito tempo, nós estamos há 6 anos para que melhorem os procedimentos, esse é o nosso objetivo e só esse. E o outro grupo, que o Felisberto provocou a discussão, esse grupo maior que a Luana pode falar depois, que é o Pacto Porto Alegre. Eu não sei exatamente o nome, é esse grupo que tem na Prefeitura, Pacto Alegre, que o Felisberto fez alguma colocação. Esse já está na segunda na segunda reunião. Ele entrou também naquele outro grupo de licenciamento, que é outra história. Então, continuando, inscrita a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Com relação a esse assunto da reestruturação da Secretaria de Licenciamento e da implementação de um novo sistema de aprovação digital, que é a portaria que o Felisberto está se referindo, ela está dentro das nossas atribuições, porque compete ao Conselho, na verdade, definir critérios, parâmetros para análise de projetos. Tendo em vista a nossa competência eu gostaria, então, de solicitar e volto sempre a enfatizar que o fato de ser oral não deixa de ser formal. Eu quero vista ao Expediente 19.0.0080659-8. É uma solicitação que faço. Ratifico aqui também o pedido de esclarecimento, eu não preciso daqui a pouco que venha uma informação. É o Processo 19.0.000080659-8. Eu acho que talvez o Cláudio possa nos auxiliar, porque é uma questão do expediente do Internacional, que está no nosso primeiro item de pauta. E para surpresa, na pauta da CAUGE, para o dia 07 de agosto, também temos um expediente com o mesmo expediente único, no mesmo endereço e também tratando-se de EVU. Então, acho que é uma informação bem básica que pode ser informada no momento é: o que diferencia os expedientes pelos seus dígitos finais? É um filhote? O que é? O que seria esse esclarecimento? Então, esse expediente que está na CAUGE, só pela numeração eu já consigo dizer que é um filhote do nosso expediente. Chama atenção, como é que eu vou aprovar um expediente se os filhotes ainda estão tramitando por aí? Fica difícil, né! Dependendo da situação precisamos esclarecer. A questão da Maristela, eu já havia falado na última sessão, eu não tenho nenhum problema, Maristela, mas vou dizer com relação a retirar da ata, eu acho que a gente é responsável por aquilo que a gente diz e faz aqui dentro. E as atas tem que refletir exatamente isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Claudete, obrigado. Claudete, vai no mesmo sentido, nós vamos pedir uma informação para a SMDE, nós vamos pedir para a Sônia, que é a responsável pelas comissões, para que nos informe o que trata esse outro expediente que parece ser um filhote, para ver se já na próxima reunião a gente traz um esclarecimento. Na sequência o Darci Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A pergunta da Claudete, o posicionamento, realmente, como não fui relator nem de vista do processo do Internacional, no mínimo deveria constar do processo do Internacional que foi gerado um processo filhote. No mínimo para quem



está lendo o processo tem que estar lá a informações que foi criado um processo filhote. A minha inscrição é mais do ocorrido hoje pela segunda vez na Cidade de Porto Alegre, a remoção de uma obra de arte por sua conotação, Michelangelo vai ser banido de Porto Alegre. Não pode trazer obras que apresentem alguma coisa que se relacione a uma genitália humana. Então, hoje ou ontem, eu recebi a notícia de uma escultura da Exposição Bio-I, do artista David Ceccon, que foi removida da Pinacoteca Aldo Locatelli, localizado no Paço Municipal, porque algumas peças tinham... Então, não sei, acho que realmente é o retrocesso do retrocesso do retrocesso e me sinto na Idade da Pedra nesta Cidade de Porto Alegre. É antes da Idade da Pedra, porque na Idade da Pedra as pessoas eram pintadas nuas, provavelmente não deviam usar roupas. Então, é antes da Idade da Pedra, a repressão e a censura ao movimento artístico. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O David Ceccon é conhecido, ele tem dois Prêmios Açorianos da Prefeitura, é um artista é premiado. É um guri novo, mas ele já tem prêmios no Brasil inteiro. Era isso. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não estou falando enquanto ABES, estou falando enquanto cidadão. Sei que esta cadeira pertence a ABES, não a mim enquanto cidadão, mas se soma ao momento em que um cacique indígena é morto e a gente vê o Delegado da Polícia Federal, o responsável dizendo – Ah, eu não sabia – Ah, não, deve ser boato que houve uma invasão de garimpeiros. Ao mesmo tempo em que o nosso Presidente da República diz que sabe de fatos ocorridos durante o processo da ditadura. Há uma comissão que está aí funcionando há 15 anos, 10 a 15 anos, que não conseguiu acesso a essas informações, mas o nosso Presidente sabe e não passou para a sociedade as informações que ele detém. Isso nos choca enquanto não só mais Porto Alegrense, mas enquanto brasileiros, o período que nós estamos vivendo. Eu não acreditava que eu ia passar pelo período com essas notícias dadas ao público e ainda, infelizmente, espero que a nossa OAB, porque foi atacado diretamente o seu presidente, espero que agora ela se acorde e faça o que fez em outros momentos quando teve uma participação na sociedade mais brilhante, mais forte, mai em defesa da cidadania. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Eu quero aproveitar o momento aqui é convidar todos para a próxima reunião da RGP. 02, em conjunto com o IAB, no dia 10 de agosto, sábado, a partir das 9 horas, até às 13 horas. É na ACOMBA – Associação Comunitária dos Moradores do Bairro Anchieta, na Avenida Jaime Vignoli, 350 – Bairro Anchieta. Esta reunião faz parte dos Planos Populares de Ação, esse é o nome do projeto que o IAB propôs para as regiões de planejamento. Nós e algumas regiões acataram e estamos trabalhando juntos para discutir, conhecer melhor Plano Diretor para que a gente possa ter uma participação ou pelo menos levar para dentro das comunidades que tem uma participação melhor ou mais de consciência do que a gente pode contribuir para a revisão do Plano Diretor. Conselheiros, baseado no que assisti na última reunião e que vem se repetindo. Eu até queria propor, a gente está aqui, somos colegas, parceiros, vem para cá na intenção de, primeiramente, aprender e depois tentar colaborar com o Conselho, mesmo que não se tenha a formação profissional direta à questão de planejamento da cidade. Como a gente foi confiado a vir representar a comunidade eu tenho o dever, a obrigação de pelo menos dizer o que eu acho de um Conselho ou da postura de um conselheiro. Então, a minha proposta, eu que tenho me regido aqui do comportamento dos conselheiros, eu acho que no mínimo a gente tem que fazer com que prevaleça o respeito com os colegas conselheiros, principalmente enquanto estamos de reunião, e a cordialidade. São duas palavras que eu quero me reportar, eu não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estou aqui passando nenhum tipo de sermão a ninguém, mas como somos todos adultos, quando a gente fala também está disposto a ouvir. Dentro disso eu quero me expressar no seguinte, a postura do Conselheiro nas reuniões do Conselho, deve ter no mínimo respeito e cordialidade. A relação entre os conselheiros, considerar o resultado final de cada de cada trabalho dos conselheiros, como relatoria ou vista, nós temos que considerar que aquilo que foi feito é fruto de um trabalho, de uma tentativa de colaboração. Se alguém sabe mais, no mínimo aquele que sabe deve buscar compartilhar para que a gente possa avançar e não vir para cá somente para ouvir discussão vazia. E coloco mais, nós temos aqui neste Conselho a oportunidade regida pelo próprio regimento interno, a possibilidade de nos manifestarmos de três formas, que é a votação a favor, contra ou se abster. Mais ainda, fora daqui temos o Ministério Público, a Polícia Federal e outros. Então, eu acho que a gente tem que ter no mínimo a consciência de que aquilo que não está dentro ou não está no alcance deste Conselho, nós temos que buscar outro espaço para discutir. Nós estamos aqui, na verdade, eu estou me colocando neste sentido e se alguém quiser conversar ou trazer alguma proposta diferente não tem problema, eu aceito. Eu acho que nós temos que vir para cá para colaborar, se nós começarmos a impedir, trancar e fazer embromação, como eu chamo, o Conselho vai acabar perdendo o crédito para ele mesmo, porque chega um ponto que não sei qual é a minha finalidade aqui. Obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Conselheiro. O próximo é o Conselheiro Fausto. Eu ia te chamar Fausto, nós temos uma comunicação do IAB sobre a reunião de quinta-feira. Vou fazer o Fausto falar um pouco. Então, vamos conhecer a voz do Fausto. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Reforço o convite, que de alguma forma ia ser feito, mas, obviamente, cabia sobre minha responsabilidade. O IAB promove em algumas noites encontros com as temáticas mais variadas. Neste semestre, creio eu, são às quintas-feiras, chamada Quintas no Solar. Esta próxima cai dia 1º de agosto, vai ser sobre a apresentação justamente do projeto do Internacional. Vai ser realizada às 19h30min pela Happy Studio, que é o escritório que está desenvolvendo o projeto. Então, fica o convite. O IAB sempre tem essa tradição do espaço, não só apresentação, mas também de debate. Então, aproveitar mais uma vez e reforçar o convite para que todos estejam presentes, já que é um tema que toca bastante a pauta aqui, que é recorrente no Conselho. É isso aí. Então, só reforçando, é no IAB, no Centro, na General Canabarro, 76. Chama-se Quinta no Solar, o evento é a apresentação do Projeto Gigante Para Sempre, assim que foi o nomeado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu reforço, recebi o convite e queria ressaltar a importância desse debate por ser um ambiente de arquitetos. Nós fizemos uma discussão aqui, teve uma discussão também na RGP. 01, que promoveu junto com o Inter, houve alguns debates, mas esse debate no IAB é necessário, estava em falta. Ele vem cobrir uma lacuna importantíssima no meio dos arquitetos. Não que outras pessoas não possam ir, mas principalmente. E eu faria um apelo para que para alguns arquitetos da Prefeitura que trabalharam, como tu que trabalhaste nesse projeto, quando tu estavas lá... Não chegaste a trabalhar? Mas para convidarmos alguém da Prefeitura para ir lá no IAB também para fazer a discussão de onde está sendo gerada essa ideia nova, inovadora, que de certa forma não está passando, quando chega aqui no Conselho a gente não consegue entender e acha que nasceu aqui, agora ou anteontem. Na verdade, tem uma discussão anterior que vem sendo produzida pelo pessoal que discute a questão da evolução dos projetos em Porto Alegre, apontando tendências, apontando direções. Eu insisto na participação dos arquitetos do SINDUSCON, não precisa dizer, Hermes, dos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

arquitetos do Sindicato dos Arquitetos, demais arquitetos, que nós temos o CAU, seria importante estar lá também, a própria sociedade de engenharia, fazer um convite, reforçar para que compareça alguém lá também. Eu acho fundamental para nós entrarmos a fundo na questão da arquitetura e do urbanismo. De antemão já dou os parabéns para o IAB pela iniciativa de fazer isso, inclusive, antes de nós entrarmos em processo de votação aqui no Conselho. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Como eu comentei também, o IAB tem por tradução ser um ambiente de discussão, não que seja só a apresentação de um projeto em si para arquitetos, em praticamente todos os eventos e a rede que o IAB tem de contatos e de abrangência nos seus eventos e atividades transpassa a questão somente do arquiteto. É tradição lá receber todas as classes profissionais e movimentos sociais também, sociedade organizada para a sua discussão. Então, reforço que sim, a intenção não é só apresentar o projeto em cima, mas que também se abra, já está aberto o canal para esse tipo de encontro, que reforce mais um passo para se entender e planejar a cidade. Certamente, o convite foi e vai ser cada vez mais aberto até quinta-feira, a tempo de abranger mais a divulgação do evento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Paulo Jorge está inscrito. Quero anunciar, está nos prestigiando o Vereador Valter **Nagelstein**, que ocupou este lugar aqui por muito tempo. Esteja à vontade, Vereador. Quer nos acompanhar na mesa? Muito obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde aos conselheiros do Plano Diretor. Eu quero dar homenagem a nossa artista negra que faleceu esta semana, a nossa grande personagem negra da televisão, que eu acho que ela merece um minuto de silêncio. Eu gostaria que a mesa colocasse um minuto de silêncio a esta grande artista que faleceu esta semana, ela foi do movimento negro, abriu o movimento em 45, a primeira negra a passar pela televisão. Eu acho que merece todo o respeito do nosso Conselho aqui. Eu gostaria de propor e colocar pelo o que está se colocando aqui sobre o Conselho. O IAB foi um personagem de abertura de portas para a discussão da arquitetura e urbanismo, é uma honra que abriu as portas, mas também de debater aqui dentro, porque muitas vezes a pessoa, meu amigo Fausto, se a reunião termina antes vão tudo embora. Imagina só, a mesa abre espaço para cumprir o horário, se é até às 20h30min, é até às 20h30min que tem que ficar. Dentro do horário que sobrar abre um debate aqui dentro para esclarecimentos. Eu gostaria de propor que assinasse o registro na saída e não na entrada. Então, o horário é até às 20h30min e que a mesa abrisse espaço para a discussão de vários projetos em Porto Alegre. Por exemplo, ontem eu estava conversando com a minha comunidade e abri sobre o Pontal do Estaleiro, abri também sobre o Projeto do Porto, aqueles que passaram por votação goela abaixo, com discussão, para esclarecimento. Vocês viram como está o Pontal do Estaleiro, o visual ali dentro? Uma propaganda imensa do estaleiro que vai ser feito e ao lado vai ter os prédios do Internacional. Eu concordo que tem que ter discussão com um arquiteto, com empresas, tudo bem, e o setorial de Porto Alegre? O a população em volta? São dois imensos prédios à direita que tira o espaço da população ao rio. Quem vai ganhar com isso? A Cidade ganha? Ganha o bairro? Ganha a população pobre? Daqui a 20 anos vai mostrar o que para os teus filhos? Eles vão acesso a estarem lá dentro? Não vão ter acesso. Aí eu pergunto: o Internacional está dando para Porto Alegre e o que o Pontal deu para Porto Alegre? Nada para a cidade e para nenhum bairro. Está dando melhorias de ruas, mas isso quem tem que fazer é a Prefeitura com os impostos. E o resto não está dando nada. A empresa deu dinheiro, fez o estudo para poder instalar esse prédio, que vai ser explorado pelas grandes empresas. Ontem eu estava vendo a propaganda do estaleiro Só, eu me



apaixonei, é o mundo de Xangai! E aí do lado tem uma favela caindo aos pedaços, que é a Tronco, assalto à moradia e a Prefeitura não regularizou uma vila, nada, nada, nada daquela região com a propaganda daquele baita espaço que é o Pontal do Estaleiro. Quando eu votei a favor, eu me arrependo de ter votado a favor, me dói ter votado, isso porque a discussão passa aqui no embolamento, na marra. Então, eu peço à mesa, à presidência, que ao invés de ir para o IAB, que no IAB vão os arquitetos que têm interesse, a comunidade não vai ir. E quem fica com o conhecimento? Aí dá as questões, como deu com as duas conselheiras, por causa disso. E por que aqui dentro a gente não discute isso aí? Neste ano de 2019 não teve nenhuma discussão social sobre o planejamento de Porto Alegre, discussão só do dolo criado e deu. Para que serve o Conselho do Plano Diretor? Qual o papel dele? (Sinalização de tempo esgotado). Então, para encerrar, queria propor que encaminhassem esse meu pedido para que o conhecimento a empreendimentos pesados, fatores, logística, meio ambiente, para que os conselhos das regiões também tenham um conhecimento mais profundo. Meu amigo e Conselheiro Gomes, tu és da região, é arquiteto, trabalhou aqui dentro, sabe do que eu estou falando, a dificuldade que tem até do conselho da região votar, sabe que tem conhecimento. Então, se nós não tivermos essa participação popular de discussão com os arquitetos que estão aqui, sobre a visão futura, o que vai acontecer daqui 20 anos, isso que nos leva a votar tranquilamente, para depois chegar, debater, olhar as situações e votar, para daqui alguns anos se arrepender do que aconteceu. Por exemplo, o turismo não se discute aqui em Porto Alegre, a cidade, só que discute são os iluminados, os engenheiros. Então, gostaria de propor e respeitando o IAB que viesse para cá, aqui. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite, conselheiros. Baseado em tudo que os colegas falaram aqui e que o Paulo Jorge falou, eu acho que a cidade vai crescer de qualquer maneira, independente do que voltarmos aqui ou não a cidade vai crescer e é um projeto, uma visão para daqui muitos anos 20 anos, 30 anos. Eu concordo com isso, só acho que para se mudar alguma coisa, você votou a favor do Pontal, mas você votou reclama que não tem nada nas comunidades. Isso a gente sabe que não tem e não é assim que vai funcionar. Eu acho que a única maneira das comunidades terem voz e alguma coisa acontecer é através da mudança do plano diretor. Enquanto não se mudar, enquanto não se colocar algumas normativas ali dentro nada vai funcionar, não adianta eu brigar, as comunidades brigarem, a gente vai continuar nessa briga e a gente não vai chegar a lugar nenhum. Entendeu. O mais importante eu acho que é a gente tratar do Plano Diretor. Eu já havia falado outra vez, outros colegas também já se referiam em relação a isso, eu acho que vai até o ano que vem, até quando? (Manifestação fora do microfone). Pois, então, nós precisamos começar a discutir isso, a gente não discute, a gente vem para cá para aprovar projetos ou não. Então, a minha sugestão é que tenhamos um tempo dentro das nossas pautas para discutir os projetos e um tempo para discutir o Plano Diretor, senão não vai sair do papel ou outra empresa, que já foi contratada, que vai simplesmente escrever o plano diretor e as comunidades não vão ter vez, como nunca tiveram. E a gente não vai poder resolver os problemas que a gente quer que sejam resolvidos, dentro de cada uma das nossas visões, a visão comunidade, a visão arquitetônica. E falando sobre o IAB, é um espaço que é aberto, eu já fui a alguns eventos lá, é extremamente esclarecedor. Paulo Jorge, é um espaço extremamente esclarecedor, a comunidade pode ir, as portas estão sempre abertas e onde a gente pode ter uma visão diferenciada de tudo que está acontecendo. Eu não tenho conhecimento técnico, eles conseguem nos passar o conhecimento técnico com uma linguagem mais acessível e para que a gente possa entender. Então, esses eventos lá são



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

superimportantes, abertos à comunidade, eu conheço várias pessoas que vão, que frequentam, que adoram. Então, obrigada por este espaço e é só isso. Boa noite. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheira. O que foi levantado para ser esclarecido na próxima reunião, a questão desse projeto, que também é na zona do Inter, eu até sei, mas eu quero que venha oficialmente, é o Sunset, mas deixa que venha oficialmente, daí é melhor até para a gente fazer a discussão. E vem um posicionamento oficial, senão fica é isso, não é isso. Como não está na nossa pauta que venha como uma resposta ao que foi levantado aqui no Conselho, até em respeito aos conselheiros que levantaram e que tenham uma resposta mais objetiva. **3. ORDEM DO DIA. Expediente 3.01,** que é o expediente do Internacional, ele está **EM DILIGÊNCIA NA PGM. O 3.02, o Expediente 19.0.00040017-6. INTERESSADO: José frisson. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário. RELATOR: METROPLAN.** Está em condições de relato, Conselheiro? **Cláudio, METROPLAN:** Bom, diz respeito aos desgravame de traçado viário da Viela 8, Jardim Guanabara, localizado no quarteirão formado pelas ruas Euclides Miranda Professor, Guerreiro Lima, Nelson Zang, Capitão Pedro Werlang, Ivo Janson e Marconi, inserido na MZ 3, UEU 144, Bairro Partenon. (Leitura do parecer inserido ao processo). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Algum esclarecimento? Alguma dúvida? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Pode ser que com a imagem fique mais fácil de se entender, porque o importante em um gravame é se influencia na circulação ou não. Foi invadido o espaço, não me justificaria o gravame da área, como é que fica? A gente já aprovou aqui vários gravames que criou hiperquarteirões na Cidade de Porto Alegre e que não tem depois acesso para Corpo de Bombeiros. Tem que ver em relação à circulação. **Cláudio, METROPLAN:** É a minha primeira participação aqui no Conselho. Então, eu não conheço exatamente a dinâmica no que diz respeito após a manifestação através de parecer, se cabe algum esclarecimento. De qualquer maneira eu acho pertinente a questão levantada pelo Campani. Na minha opinião é uma dimensão de quarteirão entre vias públicas, que ela não extrapola em muito o padrão de quarteirão do empreendimento como um todo. Então, eu não vejo um prejuízo em termos de mobilidade ou de permeabilidade muito significativo. Isso eu não coloquei por escrito, enfim, só para esclarecimento. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Presidente, eu vou solicitar vista, tem outro também que vou solicitar, porque no dia primeiro nós temos reunião ordinária da RGP. 07, onde nós fazemos nossas avaliações técnicas. Enfim, então, desde já eu estou solicitando vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais alguma colocação? **Patrícia, mostra de novo para nós ali. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Na situação existente tem essa passagem de pedestres aqui, nesse quarteirão aqui. E na situação proposta ela está suprimida aqui. Então, fica este quarteirão aqui. Na verdade, dá uma continuidade aos outros que já existem. Na verdade, eu não sei, eu não conheço exatamente a tramitação deste processo, mas as passagens de pedestre, existe um trabalho de liberar essas passagens de pedestres, porque da forma como elas foram feitas elas não são assim a melhor situação do ponto de vista de segurança pública. Então, teve todo um trabalho que autorizou elas fossem vendidas. Eu não sei se é o caso. (Manifestação fora do microfone). Olha, não sei te dizer aqui, vamos ver no Google, porque eu não analisei este processo, eu só estou auxiliando. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Talvez a Maristela traga



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esta informação, Livia. A Livia faz um questionamento importante para a mobilidade, quantos metros tem a face do quarteirão. Eu acho que tu vais ter bastante informação para trazer para nós, Maristela. Conselheiros, por favor, a gente gostaria de ouvir a Conselheira Maristela. Maristela, ficou claro sim, tu vais trazer algumas informações para nós, vai fazer a tua reunião com a comunidade e na próxima reunião aí se esclarece o que for possível.

Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Só para ajudar na consulta para a Maristela, nós temos mais de um caso aqui em Porto Alegre que é bem isso, são passagens de pedestre que com a falta de manutenção e com o aumento da insegurança, a opção foi fechar essas passagens de pedestres e vender para os lindeiros. Só que existem bairros, eu me criei em um bairro que por razão de topografia e este final de semana mesmo estava conversando com a minha prima, que foi tentar caminhar no bairro e várias dessas passagens já estão inclusive com casas dentro, não existem mais. O problema não é o morador que tem carro, o morador que tem carro não tem problema, agora, a empregada doméstica que quer trabalhar na rua de trás tem que dar uma baita volta. Eu tenho um amigo que mora na Pamecor, todo mundo conhece a topografia da Pamecor, a rua vem assim e em cada curva tem uma escadaria que liga na debaixo. Por questão de segurança, se fosse consultar os moradores, todos vão ser por fechar, menos esse meu amigo, mas todos vão ser por fechar essas passagem de pedestre. Agora, aquela empregada doméstica que desce do ônibus lá embaixo e que vai trabalhar lá em cima vai ter que fazer isso aqui para poder chegar na casa lá em cima. Então, é a falta de manutenção, de capina, de limpeza e a falta de segurança que também deveria ser dada de outra forma, não cortando e tirando essas passagens de pedestres da cidade. Eu não sei se é o caso ali, mas é a política que está sendo implementada na cidade.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: O relator quer fazer mais alguma observação?

Cláudio, METROPLAN: Pois é, eu não quero descumprir o rito aqui, mas só para verbalizar que existe toda uma discussão dentro do processo, porque esse loteamento foi parcialmente registrado, existe uma discussão dentro do processo de questionamento se essa passagem que está gravada, se ela efetivamente se constituiu um próprio municipal. Eu mencionei aqui as páginas. Existe uma certidão emitida lá no ano de 2000, dizendo que ela se constituía no próprio municipal. Mais adiante no processo existem manifestações de setores técnicos na prefeitura dizendo que não, que ela não chegou a se constituir em um próprio municipal. A própria PGM ao final do processo também não se posiciona de forma clara, ela diz que isso tem que ficar esclarecido. Eu coloquei isso no contexto de que a passagem já foi ocupada e, realmente, parece que tem que haver um desdobramento jurídico disso tudo, mas de fato eu não vejo condições de ela poder ser recuperada. A preocupação com a mobilidade, obviamente, procede, a gente tem isso. (Manifestação fora do microfone). Não, a minha observação foi por imagem de satélite, eu não constatei estacionamento. A gente não consegue nem ver com nitidez, nem nas fotos do processo, consultando a imagem de satélite de Google a gente não consegue perceber com nitidez onde ela realmente está, a não ser por um desenho que está sobreposto a ela. Procurando observar onde está coincidindo o desenho do documento que consta no processo, com a imagem real visível na imagem de satélite, eu pelo menos tive muita dificuldade de contratar. Então, é uma situação fática, ao meu ver técnico, obviamente, preocupado com a questão de mobilidade, ela não faz com que a dimensão do quarteirão seja exagerada, como a gente consegue constatar em diversos outros empreendimentos. E tendo em vista essa situação que está nessa irregularidade há muito tempo. Então, isso que pautou o meu posicionamento.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de



Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Obrigado, Conselheiro. Com o relato de vista na eu imagino que essas questões vão ser esclarecidas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de perguntar ao relator, na verdade, se ele entende que é o caso de ser feita alguma diligência nesse caso, tendo em vista o teu relato, que não há uma conclusão jurídica, que as imagens que tu olhaste não dão para visualizar bem do que se trata, se é do teu entendimento que fosse necessária uma diligência. E se sim a quem. **Cláudio, METROPLAN:** Talvez seja interessante o pedido de vista no sentido de fazer uma análise da última manifestação no processo pela PGM, que é o organizar jurídico do Município. É dito que se não se constituir um próprio municipal o caminho jurídico é um, se constituir o próprio municipal o caminho é outro. Então, vai ter que ter desdobramento jurídico disto. Agora, do ponto de vista técnico eu me ative mais à questão funcional mesmo, parece-me que não há muito o que fazer, porque isso é uma situação consolidada desde muito tempo. Eu não saberia dizer que diligência caberia neste momento. Eu tenho um entendimento técnico como urbanista, que se fosse uma via (Inaudível), esta distância entre ruas, pensando no quarteirão, eu acho que sim, independente do grau de consolidação, acho que caberia, uma vez entendido claramente qual é a situação jurídica, caberia mesmo que fosse uma remoção e uma retomada desse imóvel. Vale a discussão de que no momento é colocado de que não há matrícula, de que o empreendimento foi registrado parcialmente, de que o restante é considerado como gleba ou como área irregular, parece-me realmente que retirar o gravame se possa dar sequência... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não, tranquilo. O que nós temos no entender? Tu tens um relato favorável, no questionamento surge uma dúvida importante. A conselheira do Gabinete do Prefeito queria dar uma sugestão também encaminhamento. Depois o Paulo Jorge. **Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Conselheiro, se o senhor tá achar interessante, seria talvez apropriado o encaminhamento para a Secretaria de Planejamento e Gestão, que é a responsável por todos os próprios municipais, ela pode esclarecer esse ponto em conjunto com a diligência, então, da área que já pediu a vista, da Conselheira Maristela. Eu acho que pode ser feito em conjunto, não sei se pode. Só para tentar esclarecer ao máximo possível. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O pedido de diligência seria feito pelo relator neste momento, sugerido pela Claudete e também pela conselheira do GP. Então, vamos fazer assim, nós vamos retomar no final da pauta, se encaminha já essa diligência, porque ela tem que ser aprovada pelo conjunto, se for o caso, ou se dá sequência com o relato de vista futuro. No final nós voltamos a este ponto. (Manifestação fora do microfone). Para pensarem. No relato faz uma observação à caneta mesmo e já assina, pedindo a diligência para tal lugar ou não. Esta pergunta é fundamental que Furtado está fazendo: o relator concorda com a diligência ou não? Se concorda com o pedido. **Cláudio, METROPLAN:** A leitura que eu faço do processo, pelas manifestações que estão ali, que foram internas dos setores técnicos da Prefeitura e da PGM, eu não consigo vislumbrar uma possibilidade, há duas posições bem firmes ali, eu não consigo vislumbrar uma possibilidade de resolução através de uma diligência. A minha participação e da METROPLAN nesse caso, que é importante, mas é bastante pontual do ponto de vista metropolitano, que é o nosso olhar mais atento aqui no Conselho, a nossa participação nesse caso eu gostaria de dar como concluída e dar sequência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É perfeitamente compreensível, está em vista com a Maristela e o Paulo Jorge quer fazer uma manifestação. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de**



Planejamento Quatro – RGP. 5: Esta situação que está sendo colocada, que é o desgravame de traçado viário, Porto Alegre está lotado disso aí. No Morro Teresópolis, na Restinga, está tudo ocupado hoje com casas em cima. O que aconteceu? São áreas que a própria comunidade se organiza por causa da segurança, aí a associação de bairro fecha, porque tem o perigo de assalto. Por exemplo, aqui no Jardim Medianeira deve ter uns 18 acessos que fecharam, a comunidade, a associação fechou, por causa do trânsito de cavalo, de assalto, roubo. Então, para a segurança das casa o pessoal ocupou, acesso fechado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É uma proposta, Paulo Jorge? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A diligência não vai resolver, estão ali em cima há 10 anos, já tem casas em cima, como vai desapropriar isso aí? Então, é uma coisa que já está consagrada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, Conselheiro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. O Acesso pede vista, que fique registrado. A Questão de Ordem é no sentido, talvez o conselheiro não saiba os procedimentos, mas os pedidos de diligências são sujeitos ao relator. Então, mesmo que nós façamos pedidos de vista, e se eu entender, e entendo que é necessário um esclarecimento, porque temos duas posições totalmente antagônicas, pelo que tu colocas, é necessária uma diligência e vai ser submetido, na verdade, ao relator. Então, eu entendo que nós temos um problema, porque nós não vamos conseguir dar um encaminhamento a esse esclarecimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O entendimento é um pouco diferente, o relator tem toda a autonomia de encaminhar ou não o pedido de diligência, o relator não encaminha pedido de diligência, o processo está em vista à Conselheira Maristela, da Região 07. Mais alguém se habilita para vista? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A Questão de Ordem talvez, Gomes, tu não tenhas entendido, é: nós temos um regimento interno, que embora esdrúxulo está valendo ainda, porque não foi questionado, ele diz que as diligências só podem ser requeridas pelo relator. Então, nós temos um pedido de vista e já temos manifestações aqui com relação a necessidade de diligência. Então, como que nós trataremos? Então, vamos votar depois, porque o relator já manifestou de antemão, mas por isso que eu coloquei que eu não sei se ele conhece o procedimento aqui dentro, que ele não fará o pedido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ele foi bem claro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, ele disse que não conhecia o procedimento, eu estou colocando para ele o procedimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O relator foi bem claro, não existe dúvida. Furtado, tu tens uma Questão de Ordem? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu entendo, até coloquei, se o relator é favorável ou não à questão de diligência, ele não é favorável, pela análise técnica dele não há necessidade nenhuma. (Manifestação fora do microfone). Só um minuto, Conselheira Maristela, deixa eu falar, com licença! Então, assim, vamos nos respeitar, né! É isso aí! Estou bravo por causa da Lomba hoje, que não estiveste presente. Então, não vai para votação se o relator não quer a diligência, acabou e encerrado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Artigo 22. Então, vista com a Conselheira Maristela. Vamos para o próximo item. Para a Acesso também. O Item 3.03, Expediente 002.249541.00.4, Condomínio Iguatemi Corporate. Ele recebeu hoje, distribuído hoje e prazo para relato dia 06. Item



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

3.04, Expediente 002.337533.00.1, interessado é o Evaldir Muller, assunto: recurso administrativo para obter alvará de licença para construção de imóvel na Rua Deputado Astério de Melo, 690. O relator é da RGP. 04, distribuído hoje, prazo de relato para dia 06. O 3.05, Clube do Professor Gaúcho, aprovação de EVU, distribuído dia 30, prazo dia 06. O 3.06, Inovar, aprovação de EVU, prazo para relato dia 06. Senhores Conselheiros, estamos concluindo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Apenas para me sentir mais segura, Presidente. Sobre a questão do 3.06, em que momento eu posso pedir vista desse processo? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Quando ele for relatado, após o relato. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É exatamente isso que vou colocar na região, porque eles já estão sabendo disso lá e eles vão querer resposta. Então, eu lhe agradeço. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria que fosse cumprido um combinado ainda lá do tempo do nosso Secretário Maurício Fernandes, que foi no sentido de que sempre que o processo fosse digital, ele seria antecipadamente, independente do pedido de vista, distribuído a todos os conselheiros. Nós temos dois na pauta aqui que são digitais. Então, eu gostaria que fossem disponibilizados. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Honestamente, eu não tenho este registro, mas não tem problema nenhum. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Está nas atas. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Se foi acertado isso eu realmente não me lembro. Mais algum conselheiro lembra? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Esta nas atas, eu posso ler as atas e indicar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, conselheiros. Muito obrigado. Uma boa noite. **ENCERRAMENTO: 19h30min.**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2813/2019

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e Vice-Presidente, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Maurício Henrique Castro de Oliveira (2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Si, mas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Paulo H. C. da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2810/2019; 3. Ordem do Dia; 4. **Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice- Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Senhores Conselheiros, boa tarde. A pedido do Presidente, que não poderá estar presente hoje, pediu que a gente tocasse a reunião do Conselho. Então, Senhores Conselheiros, vamos de imediato à votação da ata. 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2810/2019**. Conselheiros favoráveis à ata, por favor, que se manifestem. (Contagem de votos = 13 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). Contrários à ata? (Contagem de votos = 00 votos).



APROVADA A ATA. Então, vamos à Ordem do dia. **3. ORDEM DO DIA.** O expediente do item 3.01, que é do Internacional, continua em diligência na PGM. Então, **3.02. EXPEDIENTE: 19.0.00040017-6. INTERESSADO: José Frison. ASSUNTO: Desgravame de traçado viário. LOCAL: Viela Oito - Jardim Guanabara. RELATOR: METROPLAN.** Relator de vista em 06/08. A METROPLAN teve um parecer favorável, houve pedido de vista da ACESSO e RGP. 07. Então, hoje para relatos de vista. A Região de Planejamento 07 e a ACESSO. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Presidente, senhoras e senhores. Hoje a Conselheira Jane está aqui também. Nós estivemos no local com a Tânia, da RGP. 04, estivemos no local para conhecer na prática como é que se dava o processo lá. É uma comunidade que eles querem fechar onde tem aproximadamente de 150 a 180 famílias ali em cima, com acesso estreitíssimo. Na entrada, na frente da praça é um pouco maior, depois ele afunila, fechando ali as pessoas não terão acesso, absolutamente nada. Então, eu gostaria de solicitar mais um tempo com a questão da vista, até para aprofundar um pouco melhor, porque o desgravame significa que é um gravame. Então, a gente quer se aprofundar um pouco mais em relação ao que nós vimos ali, inclusive, com a comunidade. Nós queremos fazer uma reunião conjunta lá e depois trazê-los aqui, porque é bem grave a situação, não é apenas chegar lá e fechar, está resolvido o caso. Não, uma coisa é olhar assim, indo lá a gente teve a certeza que é uma quando seriíssima, humanitária naquela região. Então, na verdade, se eu fosse agora relatar a vista eu ia dizer que sou contrária, mas eu gostaria de solicitar mais um tempo, prorrogar o tempo dessa vista para que a gente possa aprofundar melhor a situação deles. Não sei se é possível, quero saber legalmente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A gente submete. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** E ter um acesso maior ao processo, porque uma coisa é o acesso ao processo eletrônico. Eu gostaria de ter acesso ao processo mesmo. (Manifestação fora do microfone). Ele é todo eletrônico? Então, está bem, mas de qualquer sorte nós gostaríamos de aprofundar um pouco mais, pedir mais tempo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, Conselheira. A gente submete depois a uma votação do plenário, que define, mas antes eu queria ouvir, que se manifeste a ACESSO, para depois a gente decidir se vota hoje, se vota agora. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu acho que é uma Questão de Ordem, a gente tem por hábito fazer uma discussão para depois decidir. Ela fez um pedido, eu acho que esse pedido tem que ser apreciado, se ela quer mais prazo nós temos que avaliar se vai ser concedido ou não. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Com certeza é isso que nós vamos fazer, eu só queria que tu tivesses manifestação, para ver se tu tens alguma observação dentro do relato, se tens teu relato, se já apresentaria ele. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho, o meu parecer de vista posso apresentar hoje, sem nenhum prejuízo, mas eu entendo que tem uma questão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A gente vota o pedido de prorrogação de prazo da Conselheira Maristela e tu fiques à vontade se quiseres fazer o teu relato hoje ou aguardar as informações que a Maristela vai trazer depois. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É que talvez o meu relato possa ser prejudicial ao encaminhamento dela, na verdade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu poderia também, com certeza, para fazer depois. Bom, primeiro encaminhamento que nós temos a pedido da conselheira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

é a prorrogação de mais uma semana. Então, sem maiores delongas, eu coloco em votação. Quem é favorável a mais uma semana para a Conselheira, por favor, que se manifeste. **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE RELATO DE VISTA DA RGP. 07.** Conselheiros, eu quero apresentar a vocês o novo Conselheiro da Região de Planejamento 08, o Paulinho, o Paulinho da Pitinga. Como vocês sabem, houve uma eleição extraordinária em função da turma anterior, que de certa forma desistiu. Então, feito todos os procedimentos, a chapa única do Paulinho, do Caio e do Dinar. Então, sintase à vontade, tu já conhecias a casa, porque tu vieste algumas vezes com o Conselheiro da Região 08, acompanhava ele aqui, o André. Então, vamos abrir um espacinho agora para o conselheiro se apresentar, depois tu vais ficar à vontade no teu lugar, vai pegando o tranco da coisa. Tu vais estar devidamente aconselhado ali pelo Emerson e pela Claudete. Então, tu estás bem acompanhado. Paulo H. C. da Costa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite. Meu nome é Paulo, sou da Restinga como disse o Chico. Eu quero pedir desculpa pela minha região, que eu acho que causou alguns problemas pela ausência, o pessoal meio que abandonou os trabalhos. Eu quero agradecer pela recepção e dizer que eu quero estar aqui para aprender, para somar e vou estar presente. Obrigado. (Aplausos). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Paulinho. Tenha um bom trabalho conosco, conta com a gente aí para tudo que for necessário. Conselheiros, então, ficamos assim, mais uma semana para o relato da Conselheira Maristela e a Conselheira Claudete. Vamos para o próximo processo, o **3.03. EXPEDIENTE: 002.249541.00.4. INTERESSADO: Condomínio Iguatemi Corporate. ASSUNTO: Aprovação EVU para atividade de heliponto. LOCAL: Avenida Nilo Peçanha, 2811. RELATOR: CAU.** Então, quem está representando o CAU. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Esse processo ficou na mão do segundo suplente Emílio e ele está acamado, não nos passou em tempo hábil para a gente dar um parecer sobre o processo. Então, eu pediria mais uma semana, que a gente tomará as devidas providências. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Concordam com mais uma semana? Por favor, manifestem-se por mais uma semana. **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE RELATO.** Item **3.04. EXPEDIENTE: 002.337533.00.1 (Acompanha 001.007041.16.0. INTERESSADO: Evaldi Wiebush Muller. ASSUNTO: Recurso administrativo para obter alvará de licença para construção de imóvel. LOCAL: Rua Deputado Astério de Mello, 690. RELATOR: RGP. 04.** O relator da RGP. 04, por favor. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Eu gostaria de pedir mais um prazo, para a semana que vem, porque eu gostaria de visitar o local, porque essa construção é bem polêmica, tanto que ela foi rejeitada por vários órgãos aqui dentro, que rejeitaram essa construção aqui. Então, eu acho que seria o caso de ir dar uma olhadinha para ver o porquê, pelas fotos consta que é um pico de morro e é proibida a construção. Então, é bem polêmico. Eu gostaria de ir lá para dar uma olhada para finalizar o meu parecer. Então, peço para apresentá-lo na próxima terça-feira, que no fim de semana estarei indo lá para dar uma olhada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Quem concorda com mais uma semana de prazo, por favor, que se manifeste. **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE RELATO.** Mais uma semana para a conselheira. O item **3.05. EXPEDIENTE: 002.204794.00.2 (SEI 19.0.000078555-8). INTERESSADO: Clube do Professor Gaúcho. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Avenida Guaíba, 12.060. RELATOR: SMAMS.** A relatora justificou a sua ausência hoje, em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

função de interesses administrativos do próprio município, até um assunto que depois a gente vai tocar, que é questão de revisão do Plano Diretor. Então, eu pergunto para vocês, como é que nós procedemos, votamos também uma semana para ela? Então, por favor, quem concorda com mais uma semana que se manifeste. **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE RELATO.** Item 3.06. EXPEDINETE: 002.286448.00.7 INTERESSADO: Inovar Participações. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Estrada João de Oliveira Remião, 4001. RELATOR: IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu peço mais uma semana em função de algumas inconsistências que eu encontrei na documentação não entregue. Estou verificando se é de fato isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, como de praxe, conselheiros que concordam com mais uma semana de procuração, por favor. **APROVADO POR UNANIMIDADE A PRORROGAÇÃO DE RELATO.** OK, cedida mais uma semana. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Em que momento a RGP. 07 pode solicitar vista, agora ou depois que o relator fizer? Continua a mesma regra? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheira, sempre, sempre depois do relato. Isto me faz lembrar, Maristela, a primeira vez que eu estive no Conselho aqui, eu queria, tinha interesse e ter vista a um processo, eu esperei votarem e tal, aí eu pedi vista, depois que votaram. (Risos). A gente vai aprendendo também, não nascemos aqui dentro, afinal. Conselheiros, essa rapidez com que nós apresentamos e deliberamos sobre a Ordem do Dia é de fazer inveja a qualquer presidente. (Risos). Então, o período de Comunicações. **4. COMUNICAÇÕES.** Eu vou iniciar com as Comunicações. O Secretário pediu que eu reforçasse o convite que está sendo feito para o ato de assinatura do memorando de entendimento com a ONU Habitat e Pacto Alegre para a revisão do Plano Diretor, que vai acontecer amanhã, às 16h30min, ali no prédio da Engenharia da UFRGS. Eu pediria, do governo há alguém com propriedade para fazer algumas observações sobre esse convênio? Para nos apresentar... (Manifestação fora do microfone). Sim, é um ato de assinatura do memorando de entendimentos com a ONU Habitat e Pacto Alegre para a revisão do Plano Diretor. Quem sabe tu nos colocas alguma coisa. **Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Na verdade, não é o acordo ainda, não é nem o termo. Este é o memorando de intenções, é a intenção que Porto Alegre e a ONU Habitat, junto com o Pacto Alegre, é a publicidade das intenções. Não é nenhum tipo de contrato administrativo, por assim dizer ainda eu. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está aberto para a palavra. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria deixar registrado aqui mais uma vez a nossa contrariedade sobre esse assunto. Não é a primeira, nem a segunda, eu acho que mais de uma dezena de vezes se cobrou esses encaminhamentos sobre a reformulação do Plano Diretor ou revisão, seja o termo que se quer dar. E não é uma surpresa também isso, porque, inclusive, foi matéria no jornal esta semana ou semana passada, o nosso secretário visitando a Associação dos Empresários da Humaitá Navegantes, explanando entre as coisas sobre a reformulação do Plano Diretor. Então, prova... Não é desinteresse, desinteressado é outra coisa, é a estratégia de esvaziamento do Conselho, de desqualificação. É que nem... Eu não gosto de comparar, mas eu vou ter que comparar, é como o outro lá de cima, aquela outra pessoa – eu não concordo com os dados do INPE, eu vou lá e tiro os diretores responsáveis. Como aqui ele não pode tirar, porque são eleitos, então, é o esvaziamento. A gente tem muitas informações sobre o que está



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

acontecendo, só que como eu já disse da outra vez, foi muito criticado, eu vou guardar para mim essas informações, infelizmente tem informações que são não oficiais. Obrigado.

Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Boa noite. Presidente, duas questões, uma para reforçar o convite agora, sábado que vem, dia 10, a reunião da RGP. 02, lá no Bairro Anchieta, das 9 às 13 horas. É uma proposta do IAB de fazer essa reunião sobre o Plano Diretor, revisão e conhecer melhor o que é o Plano Diretor, levar para comunidade. Então, a gente está fazendo o convite e reforçando, 10 de agosto, das 9 horas às 13 horas, lá no Bairro Anchieta. E seria bom que alguém do Conselho, além dos conselheiros da região, fizessem-se presentes. É justamente isso que a gente está falando, estou sabendo agora, foram lá na Associação dos Empresários do Humaitá, mas nós conselheiros da região não ficamos nem sabendo. Então, isso é uma coisa grave. Então, o convite está feito para nós aqui, é a terceira reunião já com o IAB, na RGP. 02. E a outra questão, eu fazer um relato rapidamente, que a gente participou da reunião que o IAB abriu lá as portas. Parabenizando, então, a iniciativa do nosso Conselheiro e Presidente aqui, o Rafael, para ser explanado à comunidade o projeto do Sport Club Internacional. Quero dizer que foi legal, eu gostei, achei muito importante, também outras questões que foram apresentadas, cada vez vai esclarecendo mais a comunidade, as pessoas interessadas. E eu percebi, para minha surpresa, que grande parte das pessoas que estava presente, que são do ramo, a maior parte acredito que seja arquitetos ou estudantes de arquitetura, que gostaram do projeto, acharam um desafio, uma inovação para a cidade a proposta desse empreendimento do Sport Club Internacional. Encontrei lá com satisfação minha a nossa Conselheira Claudete, do ACESSO. Dizer, para surpresa, que eu não vi o nosso Presidente da RGP. 01 lá, nosso colega Felisberto, que eu acho importante, por isso que acabei de falar sobre. Então, é só para dizer que cada vez enriquece mais a reunião ou qualquer tipo de reunião na sua região quando os representantes legais da região estão presentes, acompanhando e interessados, para aprender um pouco mais do que está acontecendo na cidade. Obrigado.

Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: Obrigado, Adroaldo. É importante frisar esse debate que a gente provocou no IAB, na Quinta no Solar, sobre o projeto. A gente se ateve à questão da arquitetura, no dia seguinte eu até participei de um debate na Rádio Band RS e apontei que para nós a questão da venda de propriedade privada sobre propriedade pública, porque, na verdade, a venda de apartamentos em uma área doada, aquela área jamais passará a propriedade privada de fato. Então, acaba por ser a venda de propriedade privada ou apartamento sobre propriedade pública, isso para nós talvez seja o grande empecilho. E eu digo assim, ainda é competência do CMDUA analisar, inclusive, sob esse aspecto, porque o planejamento urbano envolve essa questão de propriedade, o que é público e o que é privado, inclusive. Eu pedi a palavra em função desse memorando de entendimentos. Primeiro, gostaria que fosse esclarecido para nós todos aqui o que significa um memorando de entendimentos, o que é. Saúdo importante a participação da ONU Habitat de alguma forma. Pergunto qual o objeto desse memorando, dessas intenções, posto que seria inusitado o caso de Porto Alegre contratar terceirização da elaboração do Plano Diretor. Seria algo que Porto Alegre jamais viu e não é salutar para qualquer cidade que seja completamente terceirizada a elaboração, é importante sempre a consultoria. O que mais me preocupa nessa questão do memorando é o que faz Pacto Alegre dentro dessa proposta? São duas questões, primeiro lamentar, obviamente, que a gente fique sabendo de um memorando de entendimentos pela imprensa. O CMDUA é parte do sistema municipal de gestão do planejamento, artigo 36 do nosso Plano Diretor fala que são



atribuições do sistema municipal de gestão do planejamento elaborar e coordenar a execução integrada de planos, programas e projetos. Logo, se o CMDUA é parte disso compete a este Conselho tratar dessas questões e não pode jamais ser informado sobre algo desse impacto, sobre a revisão do Plano Diretor, pela imprensa. O que estamos fazendo aqui? Segundo, e voltando ao Pacto Alegre, eu fico perguntando: quem assina esse memorando pelo Pacto Alegre? É uma pessoa jurídica posta já? Que eu saiba não, é um conjunto de pessoas jurídicas. Quem assina esse memorando de intenções por esse coletivo? Coletivo, aliás, ainda que pese a quantidade de entidades envolvidas, parece-me menos plural do que isso, é este CMDUA. Quando a gente olha as mesas e quem compõe o Pacto Alegre, nós vemos universidades, importantíssimo, e o empresariado. Onde está a participação do ponto de vista das ações, do saber local, do saber do usuário, saber de quem mora na cidade e usa ela simplesmente por usar? Além do que eu estou ainda buscando mais informações, mas até onde eu saiba nenhuma das universidades que participam do Pacto Alegre envolveu até agora os seus centros fundamentais de estudo do urbanismo. Até onde eu sei o Departamento de Urbanismo da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o programa de pós-graduação mais antigo da nossa cidade, um dos mais antigos do país, que é PROPUR, que trata da pós-graduação em planejamento urbano, também não foi convidado nenhum momento a compor o Pacto Alegre. Então, quer dizer, qual é a competência, com todo o respeito à universidade se as próprias universidades não estão chamando seus centros de excelência na questão do planejamento urbano? Podem tratar de todos os outros assuntos, que me parecem estar bem na pauta e que devem vir à tona na revisão do Plano Diretor, não há discordância, mas a questão da ausência de pluralidade. Nós não podemos voltar a um período do planejamento urbano que é ultrapassado, em que técnicos e um único setor da sociedade tratam de revisão do plano, Porto Alegre já superou isso, inclusive, foi exemplo para o país e para o mundo, para o país Porto Alegre precedeu os principais instrumentos do estatuto da cidade, estava na revisão do plano de 99. E nós não podemos nos furtar... Né, Furtado!? (Risos). Desse passado, porque a inovação é importante, mas nem toda inovação é boa. E se queremos ser originais nós temos que olhar para as origens, inclusive, as nossas origens de planejamento urbano. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu gostaria de tecer uma consideração que há muito, mesmo sendo 1999, nós reclamávamos ainda de que o processo de revisão do Plano Diretor significava uma inclusão da totalidade da nossa cidade. E mesmo daquele período para cá, onde havia bastante participação, nós ainda sentíamos que precisávamos de mais fôlego, mais detalhes, maior participação. Agora caímos neste abismo neste momento, que não é contra que haja uma consultoria, porque não é verdade que já não aconteceu consultoria na cidade. (Manifestação fora do microfone). Não, não, não, mas eu não estou falando para ti, por favor. Já aconteceu eu acho superimportante, até para a gente ter parâmetros civilizatórios, de outros locais, enfim. Esta questão de não ter esta relação a também, isso não pode partir apenas de um convite para assistir uma instalação. Foi de uma delicadeza profunda, tranquila, bonita, mas eu quero ser participe desta história. Então, nesse sentido o IAB tem cumprido muito bem essa tarefa conosco, só que uma coisa é nós termos essa participação, outra coisa é onde que vai parar essa participação, no ralo ou no diálogo? Então, acho que esse somatório é fundamental e falta isso. Nós temos uma Prefeitura herdada, que foi eleita democraticamente. Agora, nós estamos aqui também eleitos pela comunidade, pelos segmentos da sociedade, garantidos por um Conselho, mas nós não debatemos isso. Então, está tendo uma questão avessa, porque eu acho que eles se sentiriam honrados em ouvir a nossa história e o que nós construímos, não apenas o que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

está acontecendo ao contrário, eles vêm querer nos mostrar. E é isso que nos fere, não é contra o que vem, talvez seja uma coisa maravilhosa, mas isso nos fere profundamente. Então, é nesse sentido, quero fazer esse registro enquanto RGP. 07, porque em muitas coisas certamente iremos ao encontro, mas muitas coisas poderão nos machucar profundamente. Muito obrigada. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Bem, em relação ao ato eu acho que mais uma vez o CMDUA ficou desinformado de qual é a proposta de revisão do Plano Diretor. No meu entendimento, já que não houve uma discussão dentro dessa proposta, dentro da criação desse memorando, eu acho que nós deveríamos trazer o Prefeito para dar uma explicação para este Conselho. eu sei, é uma quase uma brincadeira dizer para trazer o Prefeito, porque é difícil, mas alguém que tenha o conhecimento e que possa nos apresentar. Eu acredito que não vai ser o nosso secretário, tem que ser alguém que está imbuído a essa situação aqui, junto ao Gabinete do Prefeito para nos explicar como é que se deu a criação desse memorando, porque tem muitas situações que nós aqui no Conselho ficamos sabendo através da imprensa, através de convite de última hora que já está toda pronta a festa – Tá, agora vem participar! Então, fica difícil trabalhar dessa forma, fica difícil ser parceiro dessa forma. Então, nós temos que ter o maior cuidado aqui com o Conselho, principalmente no que tratar de revisão do Plano Diretor. Então, fica aí o convite, eu acho que temos que sim convocar o Prefeito, até porque desde que o Prefeito entrou, eu desconheço uma vez que ele veio neste Conselho. Eu acho que poderíamos até colocar em votação, Chico, aproveitar essa oportunidade para trazer o Prefeito, para aqueles que não conhecem o Prefeito ter o conhecimento. Em relação ao PDDUA, a definição dos prazos, onde é que está o calendário para discussão do Plano Diretor? O que é regra, o que é ação na alteração do Plano Diretor que nós vamos começar a discutir? E já tem até vereador comentando na imprensa que vai entrar com ação contra Prefeitura se não garantir os prazos estabelecidos na revisão do Plano Diretor. Eu vou dizer, o Adeli Sell já se pronunciou na Rádio Guaíba, que vai entrar com uma ação contra o Prefeito para manter o prazo da discussão do Plano Diretor. Então, seriam essas as minhas colocações. Eu acho que nós temos que fazer um trabalho aqui em conjunto com o governo mais transparente, a transparência está faltando um pouquinho dentro deste Conselho. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu recebi o convite sobre esse memorando. Aí eu pergunto, vou em conjunto com os conselheiros, qual o nosso papel aqui? Vem para cá analisar os projetos, aí o Prefeito, o secretário que está aqui dentro não dá nenhuma explicação. Vão contratar uma empresa, vão pagar para fazer o quê? Fazer a Porto Alegre do futuro? Eu estava lendo os projetos pomposos que nunca saíram do papel. Eu fico analisando o seguinte, o conselheiro faz um encaminhamento e a mesa não dá resultado, não se preocupa de trazer aqui. Está dentro do regimento, tem que trazer alguém para fazer relato aqui dentro, este ano não veio ninguém aqui para falar, dar explicação, falar sobre algum tema. E é chato, não sou palhaço para estar sentado aqui e virem as visões da Europa que não vão desenvolver em nada. Se eu for lá amanhã eu vou falar, vou levantar e falar umas bobagens lá, eu não vou ficar quieto não! Eu não vou lá. Primeiro tem que passar pelo Conselho, estamos aqui para isso. Não vem ninguém da Prefeitura falar aqui no Conselho, ninguém veio aqui explicar. Tem que vir! Nós estamos aqui para isso. Então, essa é a minha preocupação. Então, amanhã é o dia de ir lá encher morcela. Presidente, depois vai ter a nossa pauta de avisos, né. (Manifestação fora do microfone). Já estamos nos avisos? Desde 2007 a Cruzeiro faz, pelo vereador falecido Ervino Besson, é uma lei, fazemos no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mês de setembro uma semana, 15 dias de debate da Cruzeiro sobre avaliação, educação e saúde da população. Então, vai começar agora no dia 07 de setembro, abre a semana da Cruzeiro, com desfile cívico, depois tem a semana gaúcha no bairro, depois começa no dia 23 de setembro os debates sobre educação, saúde, sobre divisão social. E um dos debates vai ser na quinta-feira, que é Plano Diretor e o OP, no dia 25. Vai ser um debate importante, vai estar o Ex-Prefeito Olívio, que foi um dos que implantou o OP, mas também vai ter contrapontos de porque o OP não continuou. Então, vou trazer os convites, porque vai ser importante. Pena que o nosso grande secretário faleceu, que foi o Busatto, porque seria um dos debatedores da mesa. Foi nessa época que deu o confronto, aí nessa parte não tem que culpar o Marchezan, porque a vaca já chegou morta. Vai ser um debate bom, vai falar sobre a juventude, sobre as mulheres, os promotores legais. Então, um convite para todos, 15 dias de debate, de amanhã e à tarde, também sobre as escolas, a invasão nas escolas, a violência, regularização fundiária, as moradias. Então, vai ser um debate bacana na Tronco e Grande Cruzeiro. Também gostaria de deixar, claramente, Presidente, que vou fazer um ofício. Além disso, aqui, que vai acontecer na UFRGS, que não me interessa, não quero saber, vamos pensar em debater, encaminhar, trazer aqui para a presidência a vereadora Presidente da Câmara de Vereadores, dela vir aqui para discutirmos juntos à Câmara de Vereadores o Plano Diretor. E que saia uma comissão de conselheiros daqui de dentro, eu gostaria que a mesa indicasse 06 conselheiros aqui para começar a discutir o Plano Diretor. Essa comissão poderia dar ideias e discutir o Plano Diretor, porque temos que estar um passo na frente deles e não atrás. Então, eu estou propondo ao nosso Presidente e aos conselheiros de bairro também, que é da favela, que encaminhe aqui dentro e vote se é possível tirar 06 conselheiros para discutir o Plano Diretor, para contrapor também, temos que estar um passo na frente, senão vamos ficar acomodados aqui. Esta é a minha proposta. Este é o meu encaminhamento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. O Paulo Jorge sempre surpreendendo. Este teu seminário de setembro promete, cara. Meus parabéns, com certeza a gente vai participar lá. Eu tenho participado quase todas as vezes que o Paulo Jorge convida, porque é um grande diferencial, tu vais lá na AMAVTRON e realmente tem o contato com a população carente e tal, mas extremamente organizada, é clube de cultura, é grupo de dança, Banda Marcial nas comemorações institucionais do país, nas regionais, no caso de 20 de Setembro e tal. Meus parabéns, com certeza a gente vai lá é um prazer. Quem não foi ainda lá vá, porque temos muito a aprender quando se vai nas atividades promovidas pelo Paulo Jorge. Nós vamos caminhar depois a questão da Câmara, depois quero me manifestar da parceria com a Câmara ou com outras entidades e tal. Até para abrir para que os colegas também se manifestem sobre como é que isso vai acontecer, como vamos propor isso. Jackão, por favor. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa tarde, colegas. Eu me solidarizo com os demais que falaram antes, eu me solidarizo e entendo também que a gente tem que aprofundar um pouco mais e que fique esclarecida essa situação, porque memorando de entendimentos fica muito vago para nós aqui. E eu acho fica uma falha do prefeito de ter certa forma passado por cima do nosso Conselho, mas também não é só de tristeza que a gente vive não! Eu queria comunicar a vocês também que o nosso secretário lá responsável pelo Porto Seco, da SMDE, o Secretário Eduardo Cidade, está lavando muito, está elencando vários esforços para poder retomar a nossa unidade tão famosa do SESI SENAT para o Porto Seco de Porto Alegre, a Segunda Unidade para Porto Alegre. E a gente já conseguiu a verba em Brasília, agora está na tramitação dentro do município. Então, o nosso muito



obrigado para a SMDE. E também acho, voltando para o assunto do ato de assinatura, eu já confirmei minha presença, eu acho que a gente tem que se fazer presente lá, até para poder entender um pouco mais desse processo aí. Acho que é importante para todos nós e faz algum tempo que não entro no auditório nascente ali, vou rever algumas coisas lá. Era isso. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa tarde. Boa noite. Eu quero me manifestar em nome da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul, porque ao receber esse convite do Prefeito Nelson e do Secretário Municipal Germano, que é o nosso Presidente do Conselho, eu fiquei muito espantado. Todos os colegas que me antecederam já manifestaram esse sentimento, mas o registro de que o próprio Presidente do nosso Conselho não nos traz elementos, porque nós não podemos simplesmente ser convidados para participar de um ato solene de assinatura para ficar olhando as autoridades assinarem em seus papéis e nós nem sabermos o que tem nessa documentação, quais são os compromissos, quais são os entendimentos. Claro, a parceria da ONU Habitat é importante para a Cidade de Porto Alegre, seria muito fundamental que ao menos aos conselheiros nos fosse ofertado o conteúdo desse pacto, desse memorando de entendimentos aqui antes da reunião ocorrer. Eu não me sinto à vontade de aceitar o convite e comparecer para assistir a assinatura, sendo eu um conselheiro eleito do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da Cidade de Porto Alegre e não poder dizer para os meus pares qual é o conteúdo desse documento que estará sendo solenemente assinado às 16h30min, na antiga Escola de Engenharia da UFRGS, que é um patrimônio histórico da comunidade universitária de Porto Alegre. Então, eu ponderaria ao nosso Presidente Gomes, se fosse possível que o Conselho obtivesse o teor deste memorando de entendimentos, que tivéssemos acesso ao teor desse documento antes da própria assinatura, se isso fosse uma coisa possível e viável. Eu gostaria de ponderar e solicitar ao Presidente Gomes se nós poderíamos obter essa documentação. Era essa a manifestação. Obrigado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu não poderia me “furtado” de tecer algumas considerações. Eu gostaria de lembrar, já me pronunciei neste Conselho sobre o assunto, que este Conselho, vejam bem, que este Conselho desse um start para o debate da revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Paulo Jorge, tu estavas aí, eu estou no quinto ano de Conselho, sou um dos poucos mais novos aqui. Então, vejam bem, este Conselho, está certo que esta gestão que está aqui agora não participou, isto é da gestão passada, nós iniciamos, este Conselho, nós iniciamos o debate da revisão do Plano Diretor no Município de Porto Alegre. Foi neste Conselho que ocorreram os primeiros debates, seminários, ações, tudo aconteceu inicialmente neste Conselho. Depois vem o Ministério Público, a Câmara dos Vereadores, vieram os Conselhos de classe, todos eles começaram a fazer os seus debates para iniciar os procedimentos de revisão do Plano Diretor, mas começou aqui com os conselheiros da época. Então, dizer que nós não participamos não é verdadeiro, nós começamos este processo, tanto é que a Professora Livia também, depois dos debates, criou... lembra, professora Livia? Lá na UFRGS um procedimento a pedido do Paulo Jorge, para um curso que teve duração de um ano ou 08 semestres. Então, vejam bem, fica meio complicado nós não colocarmos algumas coisas que ocorreram, nós temos que ver o que aconteceu no passado. É importante que tenha uma transparência maior? Até é importante, mas nós temos que lembrar que este Conselho não foi alijado do processo, muito pelo contrário, ele o começou. Devo lembrar também que existe um termo de referência para a revisão deste Plano Diretor que circula dentro de um município através das secretarias. Eu mesmo li o termo, fiz contribuições em relação ao DEMHAB



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para o TR, assim como as diversas secretarias. Lógico, vai ser chamada uma consultoria para ter um protocolo de intenções, tudo bem, isso são questões administrativas. Eu acho que a participação é fundamental da comunidade, existe um cronograma, existem custos, existem fases. A Prefeitura sempre se pautou por diferentes fases, vai haver audiências públicas, vão ser ouvidas as comunidades, isto tudo é previsto dentro deste termo de referência que existe na Prefeitura. Então, eu gostaria só de lembrar, o Rafael fez uma intervenção, gostei, achei muito bem embasada, como sempre, mas nós temos que lembrar fatos passados. Eu gostaria de deixar claro que quem estava na gestão passada participou, nós tivemos, inclusive, dinâmicas dentro deste Conselho. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, na época não era planejamento, era SMURB. A Ada veio aqui e nos apresentou, palestrou. Lá no Cinema Capitólio nós fizemos a apresentação deste Conselho com convidados, onde nós tivemos por toda uma manhã, se não me engano à tarde também, de palestras, com convidados. Este Conselho deu sim o start para a revisão do Plano Diretor, a gente não pode esquecer disso. Tanto é que aqui foi retirado, inclusive, os temas transversais que deveriam ser acatados por este Conselho e que constam no TR. Então, este Conselho sim foi ouvido, sim participou, não houve uma transparência, uma informação maior, mas houve, nós participamos disso, nós participamos deste procedimento e nós abrimos este procedimento. Então, é importante trazer os fatos que realmente aconteceram na gestão passada. Não seguiu por “n” situações que aconteceram da dinâmica deste Conselho, mas, realmente, aconteceu, eu participei, outros colegas conselheiros da gestão passada participaram, sabem que o que eu estou falando realmente ocorreu e o que eu coloco principalmente é que nós, ou seja, este Conselho deu o pontapé inicial para a discussão no município, depois vieram todos os outros. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Furtado. Nós fizemos toda uma rodada, agora começa uma réplica de mais alguns conselheiros. Então, eu vou fazer a minha manifestação e depois passo para a réplica. Eu vou lembrar, Furtado, uma coisa que eu acho muito importante, este Conselho não é a questão de foi ouvido, ele se fez ouvir, porque ninguém queria nos ouvir. Nós fizemos a primeira manifestação vinculado à discussão do Plano Diretor, foi no final de 2016, final do governo Fortunati, e nós fizemos um formato de apresentação do histórico dos planos diretores, convidando, inclusive, pessoas que participaram originalmente nos planos diretores de Porto Alegre, fazendo um enfoque desde o histórico do planejamento urbano no mundo, passando rapidamente, e depois focando nos vários planos diretores que tiveram em Porto Alegre. Foi um seminário fantástico, lotado, funcionários da Prefeitura, conselheiros, muitos delegados também deste Conselho. Importante, nesse momento nós já tínhamos o novo Prefeito eleito, o Prefeito Marchezan, convidamos o Prefeito Marquezan, ele mandou um representante, que foi o Ramiro, à época Vereador Ramiro Rosário. Eu inclusive me encarreguei, como eu conhecia já o Ramiro, de apresentar ele a algumas pessoas importantes do governo, recomendando: “Ouçam essas pessoas”. E nós tivemos um show de não ouvir ninguém. O governo entra e faz um desmonte das secretarias sem uma proposta de organização e que o planejamento estivesse presente. No decorrer de 2017 nós continuamos fazendo atitudes aqui diversas, nós criamos uma discussão dentro do foco da revisão do Plano Diretor, que culminou com o workshop aqui dentro, com um setor aqui do que restou de planejamento urbano desta Prefeitura, com os funcionários que estavam trabalhando com a questão urbana ainda e apresentaram um formato de oficina, muito interessante, do qual surgiu o único documento que a Prefeitura tem até agora sobre revisão do Plano Diretor. É onde foi apresentado pela Ada e a turma dela 12 pontos para nós começarmos uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

discussão. Infelizmente, isso não teve continuidade, parece até inclusive que foram retirados os técnicos da Prefeitura nesse momento para fazer a discussão, eles ficaram de certa forma intimidados porque o governo não dava suporte nenhum a qualquer discussão de Plano Diretor. Nós também fizemos uma outra atitude, registre-se: nós fizemos uma audiência com o Prefeito, depois de vários pedidos, e a comissão que estava comigo, estou vendo o Rogério aqui, o Jackão, tinha o falecido Osório. O que nós apresentamos? Além de apresentar o Conselho do Plano Diretor, o que era o Conselho do Plano Diretor, qual era o seu propósito, nós fomos enfáticos, porque nós estávamos em um que era para ser estarteado o processo de revisão do Plano Diretor. Naquele momento eu não sei quem do governo ali tinha capacidade, dos que estavam naquela reunião tem entender do que estávamos falando, porque passou todo o ano de 2017 e o Prefeito não tomou atitude nenhuma. Em uma ou duas vezes que ele falou em Plano Diretor, em nível de entrevistas, era uma coisa assim, que não é bom de certa forma a gente lembrar, porque não contribui, digamos assim, com o processo de discussão da revisão do Plano Diretor. Nós fizemos uma parceria e fomos convidados, o CMDUA estava presente na organização, na Câmara de Vereadores. A Câmara de Vereadores também fez um seminário para preparar os vereadores para uma discussão que vinha muito no formato da reunião que nós tínhamos feito no final de 2016. E foram convidados os funcionários da Prefeitura para ir lá e apresentar também todo o histórico do Plano Diretor do desenvolvimento urbano de Porto Alegre e tal. Foi um seminário muito interessante, um seminário, aparentemente, que eu pensei – bom, provavelmente, vai ser estarteado a qualquer momento esse processo. Esse processo de discussão do Plano Diretor até agora, nós estamos hoje no dia 06 de agosto de 2019 e nós apontamos lá no final de 2016 que tinha que estartear o processo de revisão do Plano Diretor, até hoje não foi estarteado. Nós estamos sendo convidados aqui, com todo o otimismo, para toda uma discussão. Eu sei certos elementos que tem por trás dessa discussão aqui, que é interessante, tem um pessoal resistente na Prefeitura e vai sair uma revisão do Plano Diretor. Está se procurando fazer, essa participação da ONU Habitat de certa forma desqualifica muito, poderá qualificar muito o debate, mas vejam, eu achava que eu estava sendo convidado para ir lá para a assinatura do convênio. Não é assinatura do convênio, é a assinatura de uma intenção de entendimento. Otimisticamente eu vou, fui convidado, até porque eu sou vice-presidente. Passado tudo isso, em 2017 nós participamos de vários outros seminários aí sobre a discussão do Plano Diretor, conforme o Furtado mesmo disse, de certa forma promovido ou inspirado no que nós fizemos. E aí tem Ministério Público, tem a Sociedade de Engenharia, teve vários seminários naquele ano de 2017. No ano de 2018 nós não conseguimos fazer absolutamente nada, uma que nós estávamos no processo eleitoral, que não estava acontecendo, porque a eleição do Conselho do Plano Diretor tinha que ter acontecido lá em 2017 e não aconteceu. Ela foi ser e estarteada no final do ano e aconteceu durante o primeiro semestre de 2017. Isso atrapalhou todo o processo de discussão que nós poderíamos ter avançado também, nós poderíamos ter ido mais para frente nessa discussão. E ficamos também meio perdidos dentro da articulação das secretarias da Prefeitura, porque mesmo aqui no Conselho nós ficamos onde nessa organização toda? Não é novidade para ninguém aqui do desconforto que eu tenho em fazer parte da estrutura do município, que eu não concordo com toda essa desarticulação que foi feita pelo Governo Marchezan. Não há nenhuma novidade aqui, passei o ano de 2017 combatendo isso abertamente, claramente, com todos os conselheiros que aqui participaram. E eu tenho absoluta razão, porque não melhorou em nada, nós tivemos retrocessos na questão de aprovação de projetos, retrocesso no encaminhamento da revisão do Plano Diretor, mas vamos lá. Conselheiros, repique do



Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só esclarecendo, Presidente, não é uma replica, quando eu havia me inscrito estava se tratando do convite e depois foi passado para o momento de comunicações. Só para ficar bem claro. Eu gostaria, mudando um pouco de pauta, eu gostaria de mais uma vez trazer um convite, eu já havia falado em uma reunião, eu acho que há duas semanas. Amanhã é dia 07, quarta-feira o Sindicato dos Arquitetos estará realizando um seminário - Olhares Sobre a Cidade. Ele ocorre durante todo o dia, a partir das 9h30min, no Memorial Prestes, pela manhã deverá ter uma mesa de trabalho, onde serão discutidos grandes empreendimentos. E à tarde, a partir das 14 horas, após o intervalo para almoço – Uso do Serviço Urbano Público. E às 15h30min - Habitação de Interesse Social – O papel da recuperação e preservação dos prédios ocupados para a revitalização dos centros urbanos. Estão todos convidados, vai ser bem interessante, não será o primeiro, é uma série desse seminário Olhares pela Cidade. E cada vez eles estão crescendo mais, tanto na qualidade, como na presença, até ontem já tinha mais de 100 pessoas inscritas. Prosseguindo, eu queria trazer informe, na verdade, é uma notícia do Correio do Povo, do dia 22 de julho. Eu trago isso porque toda essa conversa, inclusive, a sua fala tem a ver com que eu vou colocar aqui. Isto aqui foi motivo de uma denúncia anterior nossa e principalmente do SIMPA, que tem batido muito nessas questões de gestão pública e gestão dos servidores públicos, porque termina, invariavelmente, refletindo na qualidade de serviços, nessa nossa discussão aqui, aprovação dos projetos, que é tão cara para os arquitetos engenheiros e uma série de outras questões, mas eu não vou me estender. Só vou ler o título: “Sindicância é concluída responsabilizando três ex-gestores por perda de 120 milhões para drenagem na capital”. Isso foi fartamente denunciado pelo SIMPA, principalmente, por nós também, com o desmonte do DEP os funcionários cansavam de avisar publicamente, de todas as formas possíveis que a Prefeitura ia perder milhões de um financiamento a fundo perdido, que foi construído de 2012 até 2018, são 06 anos de negociação. E por total inabilidade, má gestão pública, como está escrito aqui, três ex-gestores do DEP estão sendo investigados e provavelmente vão ser penalizados. É bom que isso aconteça para que as culpas não recaiam sempre sobre os funcionários, que é o elo mais fraco e, insistentemente, culpam-se os funcionários públicos das más gestões. Para concluir, tenho outro assunto, que também envolve funcionários, principalmente os servidores novos da Prefeitura. Isto aqui é um apelo, é uma denúncia, mas foi apresentado um projeto de lei complementar do executivo esta semana, que trata sobre a resseguração da previdência. Para quem não sabe a resseguração é o seguinte: nós temos a partir da criação do PREVIMPA, que é o plano de previdência dos funcionários os, funcionários antigos, como eles pagavam para sua previdência e a Prefeitura, historicamente, não colaborava com a sua parte para aquele bolo que seria a aposentadoria, isso é um acúmulo de muitos anos, não é deste governo, mas se criou um déficit para pagar os funcionários antigos, não tão antigos, até a criação do PREVIMPA. Tem funcionários que ainda estão trabalhando e tem direito a esse sistema antigo. Para resolver isso o Prefeito entrou com um projeto de lei que usa o fundo de capitalização, o fundo de capitalização é um fundo novo, é o que estão tentando fazer na reforma da Previdência, em nível Federal. É um fundo novo dos funcionários novos, especificamente para sua aposentadoria no futuro, como a Prefeitura disse que não tem dinheiro para pagar aquela parte que ela não pagou antes, a aposentadoria dos funcionários antigos, ela vai pegar esse dinheiro, o objetivo do projeto da lei proposta é para o dinheiro da capitalização dos funcionários novos. E aí eu alerto os funcionários novos, servidores novos, para pagar os funcionários antigos. Não precisa entender de



matemática que daqui uns anos, quando os funcionários novos forem se aposentar não vai ter dinheiro. Então, é esse o recado que eu dou. Muito obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa, como já dizia o mestre aquele. Uma coisa é aquele processo que iniciou lá em 2016 e na gestão passada ainda, um processo interrompido e que não parece, ou pelo menos não sabemos afirmar se ele tem qualquer relação com isso que está posto agora. Agora, quanto a este processo não foi uma e nem duas, mas foram retiradas as vezes em que se solicitou, ainda sob o Secretário Maurício Fernandes, agora, inclusive, sob o próprio Germano Bremm, que manifestou aqui na sua primeira reunião como Secretário, como Presidente deste Conselho, que iria prestar esclarecimentos. Aí os esclarecimentos vêm pela imprensa ou através de um convite para um ato público? É assim que o CMDUA vai ser encarado, então? Quer dizer, aí se tira todas as instâncias colocadas lá na lei do próprio Plano Diretor – Não vale nada, agora a gente vai botar esse aqui! Inclusive, para legitimar processo. Espero, espero que não estejam jogando o nome da ONU para simplesmente legitimar processo, quero crer. E é importante convocar, o IAB é a representação da União Internacional de Arquitetos no Brasil e a União Internacional de Arquitetos é o braço para a arquitetura da UNESCO, que por sua vez é o órgão da ONU para a cultura. Então, nós vamos solicitar informações via UNESCO, via ONU o IAB vai solicitar, para entender, já que Porto Alegre não nos presta esse tipo de informação, já que a nossa Prefeitura não nos dá. Nesse sentido, eu quero corroborar solicitações, consideramos as atribuições do CMDUA, órgão competente do sistema municipal de gestão do planejamento, art. 36, inciso 1, considerando a assinatura de memorando de entendimento, considerando manifestação no plenário do Conselho da existência de minuta de termo de referência para a contratação ou convênio, tendo em vista a revisão do Plano Diretor, solicita-se a presença do Prefeito Municipal, está encaminhado, para prestar esclarecimentos sobre o processo em andamento. Solicitar a presença da Presidente da Câmara Municipal e também encaminhamento de minuta, de tal minuta aqui colocada e manifestada, da tal minuta de termo de referência relativo à revisão do plano. Essa minuta não pode, com todo respeito, ser assinada sem que o órgão de cogestão fundamental para a questão da revisão do plano possa pelo menos apreciá-la anteriormente ou estamos sendo furtados... (Risos). (Manifestação fora do microfone). Eu estou dizendo “furtado”, se não vou ter que dizer “bater carteira”, etc. Então, senão está sendo tirado de nós uma atribuição nossa, obrigação nossa, é nosso dever exigir isso, não estou pedindo direito, é dever deste Conselho. Este Conselho, cabe lembrar, foi quem fez o Plano Diretor de 59, ele foi criado para isso em 55, para fazer o Plano Diretor de 59, ele assina o Plano Diretor de 79, ele coordena o longo processo de debate. E aí me preocupa, inclusive, o seguinte: em quanto tempo vai ser contratado nesse termo de referência para que seja elaborada essa revisão do plano? Nós vamos de forma açodada fazer uma revisão de plano, e ao que se fala, uma revisão que pretende por terra arrasada sobre um Plano Diretor que foi elaborado depois de 4, 5 anos de debate público? Nós vamos derrubar em seis meses? E pior, levar à Câmara Municipal em ano eleitoral, aí depois quando a gente questiona querem falar que a gente quer grenalizar a coisa. Então, vamos levar uma revisão de plano em ano eleitoral para a Câmara. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu vou falar uma coisa que o nosso ex-conselheiro Diaran sempre brigava comigo, quando ele concordava com uma coisa que eu tinha dito antes dele, ele dizia: “Vou ter que concordar contigo!” Então, eu vou ter que concordar com o Gomes no que falou, porque, Furtado, tu sempre falas isso, que a gente iniciou a discussão do plano aqui, portanto, que não fomos



alijados do processo. Não, nós iniciamos a discussão da revisão aqui, mas nós fomos alijados do processo na sequência. A Ada veio aqui sim, fez apresentação, mas nada teve sequência. Eu lembro da apresentação, depois nós fizemos o workshop aqui. Lembra, Rogério? A gente estava até na mesma mesa e algumas questões foram levantadas, bem de ponta da questão do planejamento, quem estava aqui há de lembrar. Lembra aquela questão de fazer planejamento com criança, com mulheres e teve uma discussão absurda, nem me lembro mais o nome daquele representante que tinha do gabinete, o Coronel não sei do que. Ele teve um faniquito, ele disse: "Não, isto não existe". Não existe porque ele não conhecia. E parece que aquilo ali trancou a discussão. Então, eu acho que nós fomos alijados do processo de discussão. Esse tipo de convite demonstra que a gente está absolutamente fora da coisa. Agora, a minha pergunta é: será que a gente não poderia entre nós, como já falou o Paulo Jorge na outra reunião, nós fazermos essa discussão aqui? Eu acho que tem uma discussão tão de fundo para gente falar, que é sobre a própria questão da gestão da cidade hoje, que é uma coisa muito distinta do que aconteceu, assim como processo político estabelecido na cidade que gerou o PDDUA, é completamente distinto desse aqui. Eu acho que a gente precisaria fazer uma pequena análise da situação que a gente está vivendo, não é à toa que nós fizemos aqui dentro uma reavaliação do solo criado, por que nós fizemos aquela avaliação? Porque se estava em outro momento. A questão da economia que se alterou, da construção civil que caiu no buraco, tudo isso nos levou a querer revisar a validade do valor de solo criado que a gente tinha. Isso não foi uma coisa alucinada, tinha uma lógica por trás daquilo ali. Bem, nesse momento o fato das coisas estarem acontecendo como estão acontecendo, também não são coisas alucinadas, não é gente louca que está fazendo isso, não dá para dizer que o Prefeito é louco. Existem coisas diferentes, nós estamos vivendo momentos... (Manifestação fora do microfone). Há controversas, mas, enfim, a situação política do país é completamente distinta, a situação política de Porto Alegre é completamente distinta. Então, eu acho que talvez se a gente voltasse um pouquinho no que está por trás da questão do plano: por que a gente não consegue discutir? Por que o Conselho não tem força? O que faz com que o Conselho não tenha força? Nada disso caiu do céu. Então, não adianta a gente dizer: "Mas antes a gente fez; mas antes não sei o que lá". Não adianta antes, e agora? Qual é a força que a gente tem para tomar na mão, para sair fora desse alijamento que a gente está da discussão e entrar dentro dela? Como é que nós conseguimos fazer isso? Eu acho que a gente ficar chorando e dizendo que foi... Bom, mas não é mais. E como é, então? Eu acho que esta é a questão: como é, então? Que momento é este que a gente está vivendo? O que está acontecendo? Que mundo é este? Que cidade é esta? Que país é este? Porque tudo é muito diferente e não é uma alucinação, são questões políticas que estão colocadas, não partidárias, políticas. Obviamente, reflete-se na questão partidária, mas elas são políticas, o país se alterou, o estado se alterou, a cidade se alterou, a forma de pensar, o planejamento se alterou, a forma de pensar, o Conselho se alterou. Então, eu acho que a gente precisaria fazer essa discussão aqui dentro e não ficar reclamando de que foi, que a gente teve, que nós fizemos. Bom, não é mais assim e não é mais assim e a gente está sem esse poder. Ou a gente toma esse poder na mão, mas isso vai passar por uma discussão, por uma quebra de braço, enfim, vai acontecer uma discussão que nós estamos precisando fazer. Eu acho que o Paulo Jorge já falou várias vezes para a gente fazer essa discussão e a gente não está fazendo. Então, nós continuamos dizendo: "Ah, mas foi; ah, mas a gente fez; ah, mas a gente tinha". Bem, nós não temos mais, não é mais aquilo, é outro momento! É isso! **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu estou encaminhando um ofício



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

à mesa, aí os conselheiros poderiam votar o que está, para criarmos esta comissão interna, para fazer a avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre, fazer um debate de encaminhamento geral. É o seguinte, nós não podemos ficar esperando que venha uma empresa americana vir nos ensinar a fazer o Plano Diretor de Porto Alegre. Aí sim estão nos chamando de incapacitados. É o seguinte, vamos ter que aceitar e ficarmos quietos, porque nós podemos ponderar e fazer contrapontos. Cada governo é governo, cada governo tem seu papel, é melhor contratar uma empresa americana ou holandesa para fazer a avaliação e dar para ele um parecer da cidade que ele quer viver. É a cidade dele, o sonho dele. Está aí o Bolsonaro que faz o que quer e acabou! Disse que vai colocar o filho no posto dos Estados Unidos e ninguém vai contra, porque o nepotismo não acabou – Eu sou o Presidente, eu que mando. Este é o país que estamos vivendo e o Marchezan a mesma coisa, é a cidade futura que ele quer. Agora, o Conselho é que tem que fazer a sua parte e discutir a cidade também. Vamos ficar sentados esperando trazerem a avaliação. Depois que ficar pronto e essa empresa trazer o Conselho vai ter que aceitar e acatar. Quem é de fato, é esta empresa contratada ou o Conselho eleito? Esta é a questão. Quem vai para o debate, vai o conselheiro sozinho? Não, é o conselho, o nome do conselho. Se tiver que ir para a imprensa é o nome do conselho. Eu gostaria de compor também, porque vou aprendendo sobre o conceito de cidade, a cidade de 2050, a cidade que nós queremos, mas o Conselho tem que ter esse papel aqui dentro. Agora, se esperar, depois de debater e discutir, aí sim, aí somos ingênuos, somos criança. Aí temos uma cidade chamada, como dizia um amigo meu que já faleceu: “Vocês são provincianos. É uma cidade de província. Vocês são pequenos, vocês não tem discussão, vocês estão no sul e o sul é isso aí”. É isso aí. E não adianta o Paulo Jorge bater, bater, bater e o Conselho não se pronunciar, não ficar quietos! Depois vem o papel e vão dar discurso. Aí não! O Marchezan está certo – é a cidade que eu quero, cabe a vocês do Conselho contraporem. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Quando eu coloquei aqui a situação da transparência, é em relação que toda essa discussão tem que atravessar essa parede e sair para a rua, porque nós discutimos aqui, somente aqui. E não tendo o entendimento do executivo se torna uma situação difícil, porque todo mundo sabe que tem que se fazer um novo Plano Diretor e todo mundo tem uma ideia de como se fazer. Se essa discussão não chegar até o Executivo não vale de nada, porque quem vai definir a discussão, quem define o regime urbano da cidade é o Executivo, ele que vai levar a discussão para a Câmara, ele que vai abrir a discussão na cidade. E às vezes fica até constrangedor, porque a gente tem colegas aqui do Conselho que representam o governo municipal, que às vezes também se sentem fragilizados por falta de informação, que até muitos não têm. Eu entendo que o Furtado possa ter alguma informação mais detalhada em relação ao memorando, mas nem todos têm essa informação. Foi discutido, alguém sabe essa informação, só que o Conselho não sabe, não sabe como foi montado esse memorando. Não sabe como foi montado o termo e essa informação que está nos faltando, é essa articulação com o Executivo que nós vamos ter que ter. Nós não podemos ter apenas chegar o secretário, do secretário vai passar para alguém, nós temos que ter uma ligação com o Executivo. Como vamos ter um Conselho que há mais de 2, 3 anos nunca falou com Prefeito? É um absurdo uma coisa dessa. O próprio OP que hoje está fragilizado conversa com o Prefeito seguidamente. E por que este Conselho não pode conversar com o Prefeito? O que falta para existir essa conversa, essa transparência, esse processo democrático? Eu acredito que é um processo democrático, só que tem que sair de dentro desta sala. Nós estamos discutindo para nós



mesmos. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É interessante, porque desta vez estamos com bastante tempo para comunicações. Eu acho que tudo que nós estamos falando aqui é uma pena que quem deveria estar ouvindo não está ouvindo nada do que nós estamos falando. Então, de alguma forma, não sei como, tinha que passar essa fita para ele ouvir, ou esse texto da nossa colega taquígrafa chegar o mais rápido possível, antes da reunião seguinte e pedir que ele leia, porque é uma pena. Nós estamos dizendo para nós mesmos, mas é uma pena. Eu queria comunicar os conselheiros que eu tive uma falha aqui de não ter feito uma divulgação, teve na CONSTRUSUL, a ASBEA organizou uma palestra, um debate, na verdade, com patrocínio do CAU, que também fez outros eventos, fez um evento sobre tabela de honorários e outro sobre contratos e prestação de serviços. A ASBEA fez um debate, que até tinha vários colegas do IAB participando lá. Eu acho que tem um professor de filosofia que participa de uma comissão dentro do IAB, ele também se manifestou. Então, foi uma falha, mas eu queria comunicar, eu acho que posso dar o link, porque está gravado para acessar o site da ASBEA. Foram convidadas três pessoas que falaram somente 10 minutos, porque realmente era um debate, eles eram provocadores, que já esteve aqui o arquiteto e Professor Júlio Vargas, foi o Anthony Ling, que ele brinca que é um blogueiro, mas é um arquiteto, ele tem um blog. E um economista que foi muito interessante, é interessante a gente às vezes ouvir uma pessoa que não tem nada a ver, não é só o urbanista ou o arquiteto, era um economista que nos surpreendeu muito. Estou tentando ver o nome dele aqui. Bem interessante esse rapaz, que é o Igor Moraes. Ficamos das 13h30min até às 16 horas com a coordenação, até a Professora Cibele da PUC, era a mediadora, debatendo. Então, público e fazia algumas considerações e essas atividades, nós criamos um grupo dentro da ASBEA, que nós temos o grupo de sustentabilidade, nós temos um grupo de norma e desempenho e um grupo de BIN. Este ano criamos um grupo de estudo do Plano Diretor, esse grupo tem feito algumas atividades, que teve o ano passado lá no Museu Iberê, que trouxemos também é o professor que faz parceria com o Júlio Vargas sobre a discussão de fachadas ativas, essa discussão toda. A gente tem feito isso para ver, para provocar o debate junto à sociedade e nós também nos atermos a alguns conhecimentos para própria entidade. Então, foi uma falha minha, mas eu acho que foi muito bom o debate, eu não sei se alguns colegas chegaram comentar para vocês. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Registrando, Sérgio, tem uma série de atividades que está acontecendo em entidades que é muito interessante, vem contribuir. O Campani não está aqui, mas está a colega do CAMPANI. A ABES tem promovido discussões sobre o Plano Diretor, a última eu acho que foi na SENGE. Então, é muito importante que essas entidades fortes e tal, a gente está aguardando que o SINDUSCON também apresente alguma para contribuir com as discussões da revisão do Plano Diretor. O senhor está em um silêncio que eu não estou entendendo. (Risos). O Dal Molin chegava atrasado nas reuniões, quando ele era do SINDIMÓVEIS, não sabia o que estavam conversando e se manifestava. Agora ele chega, fica quietinho só escutando a gente ali. Tem que abrir esse conhecimento todo aí de Conselheiro antigo, dos mais antigos que nós temos aqui. Conselheiros, não tendo mais inscritos... O Furtado. Citaram ele e está exigindo direito de resposta. Então, Furtado, por favor. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Assim, é correto o que vocês falaram, não estou aqui para dizer que não. Eu só quis resgatar um pouco da história, porque há críticas e as críticas são bem-vindas, sempre serão. Eu acho que tem que haver a discussão, a reflexão por parte deste conselho. Tudo



que foi falado aqui é correto, eu só fiz um resgate da história, dos fatos. Lembrando que aquilo que o Conselho colocou nas suas premissas, nas suas iniciais construções para revisão do Plano Diretor, constam no termo de referência do governo, neste processo. Era isso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Conselheiro Paulo Jorge está colocando que tem duas propostas, uma proposta é a proposta de comparecimento do Prefeito no Conselho. A outra proposta é criar comissão de conselheiros para encaminhar a discussão do Plano Diretor. Como eu não vi maiores manifestações sobre as duas, e gostaria de ouvir mais, as duas são altamente necessárias e tal. Eu não sei se o momento é o mais adequado, mas o conselheiro tem toda autonomia de bancar a proposta e se for o caso a gente votar. Não posso fazer nada diferente. Então, seria a proposta de fazer um convite ao Prefeito para que compareça ao Conselho, eu acho que já é tempo disso, aliás, há muito tempo disso. Nós estamos mais da metade de 2019, seria importante que o Prefeito viesse ao Conselho se apresentar, estartear de repente essa discussão do Plano Diretor conosco aqui. O outro ponto, criar comissão de conselheiros, eu tenho mais como cautela, eu esperaria entrar a proposta do governo, estartear o processo e aí ver, a gente fazer uma crítica da proposta que vem e o que a gente pode propor em cima disso. Não adianta a gente ficar discutindo em paralelo também, a nossa discussão, o Emerson foi importante, a nossa discussão tem que cruzar e tem que influenciar o Executivo. Depois, alguma comissão aqui dentro da Prefeitura, e não é nós, mas alguma comissão da Prefeitura é que vai escrever as propostas e transformar em um projeto de lei que vai à Câmara de Vereadores, onde também vai ser trabalhado, vai ser modificado, vai ser proposto, vai ser emendado. Então, eu não me oponho de maneira nenhuma, só acho que nós poderíamos amadurecer um pouco mais e vamos ter que criar uma comissão, não tem outra maneira, nós temos que criar. Certo? Só não sei se o momento certo é agora ou não. Ok? Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Então, Gomes, é o seguinte, pelo que eu entendi da proposta do Paulo Jorge, e concordo, a ideia é fazer sim uma comissão paralela, mostrando que nós aqui temos opinião ou queremos discutir o tema de Plano Diretor. No momento em que tiver uma proposta do governo ou qualquer coisa, esse grupo vai saber o que está pensando a respeito. Então, ao invés de ficar de “mimimi”, assim, eu sou suplente e tenho indo poucas vezes, mas as poucas vezes que eu venho está acontecendo, ou se vota um processo, ou não se vota nenhum. E nós ficamos aqui perdendo tempo, uma hora falando para nós mesmos, poderíamos estar trazendo uma pessoa, fazendo uma discussão sobre um tema e aí discutir a questão do Plano Diretor, como é que a gente enxerga. Sei lá, eu acho que tem que ter uma comissão para pensar esse projeto. Nós podemos usar esse próprio espaço das reuniões do Conselho para fazer discussões temáticas sobre o Plano Diretor ou sei lá que metodologia usar, mas fazer sim uma discussão em paralelo, não ficar à espera do governo nos envolver. Eu acho que o governo tem a sua discussão interna, está aí o Furtado colocando que tem um termo de referência pronto e tal. É papel do governo fazer isso. No Conselho tem representantes do governo, isso pode complicar um pouco para eles, mas nada impede. Quer dizer, qual é o problema de discutir? Eles não vão colocar uma posição como governo porque vai ficar uma situação difícil, mas vão sim participar da discussão. Então, eu acho que é essa a proposta, eu concordo que a gente faça, não tem porque nós não discutimos o plano, é o que é que se entende, como a Lívia colocou, o que se entende por cidade, o que se quer para o futuro. Vamos fazer uma discussão para frente, ao invés de ficar aqui reclamando, porque é verdade, não fomos alijados já faz muitos anos. Eu acho que foi uma indelicadeza não ter comunicado, porque o governo



pode fazer, tem todo o direito de fazer a discussão como entender necessária, mas tinha sim que ter comunicado. Agora, para mim o que mais me incomoda é o secretário, já há muitos anos, não é este secretário, o anterior já fazia assim, não dirigir mais este Conselho. Então, nós não temos acesso ao Prefeito e nem sequer ao Secretário na prática, porque ele não vem, muito raramente está aqui fazendo, participando como se fazia antes todo o tempo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, Jussara, mas há um equívoco, o Germano é muito presente. Ele não esteve nas últimas duas reuniões, mas seria uma injustiça falar isso, ele é presente sim. Peguem as atas que vocês vão observar ali. Não seria por este caso, só recuperando essa informação que não procede. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu fico só pensando o que as Nações Unidas diria, porque Porto Alegre foi selecionada no ano passado como uma das 20 melhores gestão, na verdade, democrática. E aí nós temos hoje em dia a participação, hoje temos um Conselho que, na verdade, não participa, ele é só comunicado. Eu acho que vai além de saber a informação, é participar ativamente. Eu queria só ratificar dois pedidos que foram feitos aqui, no sentido de que seja disponibilizado aos conselheiros a minuta do termo de referência e o memorando. Volto a dizer, não é porque é oral que não seja formal. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Devidamente anotado, secretária? Ok, vai ser encaminhado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu ia até falar isso, a Claudete parece que adivinhou. Realmente, Porto Alegre foi contemplada pelo mesmo Habitat em 96, se eu não me engano, acho que na Finlândia, como as prefeituras com melhor gestão democrática e reconhecida universalmente. É um contraste, mas eu acho que a Lívia colocou bem, aquilo era um momento, hoje é o oposto. Eu queria reforçar o que o Paulo Jorge colocou, eu acho que as duas propostas são compatíveis e são importantes. Na verdade, eu não vejo muito o que uma comissão vai fazer agora sem nenhuma informação do que está acontecendo. Por outro lado, eu acho que nós temos que começar a colocar as questões que nós entendemos aqui, inclusive do sistema de participação em uma reformulação do Plano Diretor. Eu tenho muito medo de uma reformulação do Plano Diretor no momento político em que nós estamos. Eu acho que a Lívia colocou muito bem, é um plano que tende a piorar. E eu não gosto de dizer “pior”, porque parece que eu (Inaudível), isso é ruim, mas é um plano que tende a piorar, com a participação praticamente alijada, a participação da sociedade alijada de todos os processos, mas, de qualquer forma, é o que tem no momento. Eu reforço a proposta de se fazer uma comissão, porque até tirar uma comissão, não é uma coisa que na próxima reunião vamos estar sentados aqui. Vai ser talvez daqui um mês. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** E a questão da convocação de comparecimento do Prefeito no Conselho para falar sobre a revisão do Plano Diretor, é uma questão de formatar e apresentar na próxima. Eu estou considerando sem votar ainda, viu, Paulo Jorge. Até faria o seguinte, quem aprova a gente fazer a votação dessa proposta do Paulo Jorge, aí alguém formaliza, escreve, alguém que tenha para apresentar esse documento, essa carta, esse ofício que vai lá para o Gabinete Prefeito. Então, assim, se vocês concordam eu faria a votação de que se encaminhe esse convite ao Prefeito para que venha até o Conselho. Ok? Pode ser este encaminhamento? Então, em votação, quem concorda em convocar o Prefeito para vir ao Conselho do Plano Diretor para falar sobre a revisão, por favor, que se manifeste. Por unanimidade? Alguma abstenção? Alguém contra? Uma contra, a Lívia não quer o Prefeito no Conselho. **APROVADO CONVIDAR O**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

864 **PREFEITO**. Ok. E a questão da comissão eu acho que todo mundo é favorável, vamos
865 amadurecer um pouco, vamos ver se surge uma proposta, que se estarteie o processo
866 pelo Executivo e nós vamos fazer com certeza. Eu, inclusive, tenho um modelo para
867 discutir com todo mundo aqui. Ok, conselheiros. Muito obrigado. **(TÉRMINO: às**
868 **20h00min.)**

869
870
871

872

873 **Germano Bremm**

874 **Presidente**

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2814/2019

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Si, mas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2811/2019; 3. Apresentação do Memorando de Entendimento com a ONU Habitat e pacto Alegre para Revisão do Plano Diretor; 4. Ordem do Dia; 5. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice- Presidente deu início aos trabalhos às 18h09min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. São 6 horas e quase 10 minutos, tendo quorum a gente abre a nossa sessão de hoje. 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2811/2019**. Inicialmente, votando a Ata nº



2811/2019. Votos favoráveis para a aprovação da ata. (Contagem de votos = 15 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa tarde, boa noite a todos e a todas. Eu queria solicitar a inversão de pauta, porque têm vários assuntos pertinentes a serem tratados, uma delas é a audiência pública sobre a mina no Ministério Público na próxima terça-feira. Então, gostaria de solicitar a inversão de pauta, porque é um assunto importante e seria salutar a gente discutir esse assunto. Eu só ressalto que a gente teria no início dos trabalhos um esclarecimento, uma apresentação referente ao processo de revisão do Plano Diretor, que a gente com bastante alegria vem compartilhar com vocês essa apresentação. Enfim, para esclarecer como que vai se dar todo esse processo de discussão, a gente que vinha a bastante tempo tentando estabelecer uma metodologia, enfim, eu mesmo ingressei com o processo em andamento na construção desse trabalho. Eu estive ausente nas últimas duas sessões, justamente para construir, a gente vinha trabalhando de uma forma bastante profunda para ter um planejamento, uma metodologia bastante sólida e a gente conseguir inserir todos os atores necessários, obrigatoriamente, por lei, pelo Estatuto da Cidade no processo de revisão do Plano Diretor. Então, a gente tem uma previsão, um calendário de datas, onde vai haver oficinas, audiências, congressos, debates, todas as formas de participação popular que a legislação nos exige. E a gente quer que o Conselho do Plano seja protagonista junto conosco nesse processo, temos um planejamento para isso de inteiração dos conselheiros junto aqui com a equipe do Plano Diretor. Eu sei que demorou esse processo, a gente enquanto apaixonado pela cidade tem o maior interesse, assim como vocês, em fazer um Plano Diretor, aproveitar essa oportunidade e a gente transformar o nosso território do município. Eu acho que a gente tem que focar no nosso plano para a qualificação dos espaços públicos, essa é a nossa ideia de Plano Diretor, uma cidade para as pessoas, onde a gente tenha um desenho urbano qualificado, onde a gente possa conviver, interagir, caminhar pela cidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu sugiro como encaminhamento, considerando a apresentação do item 3 que o Presidente preparou, que se faça, que se mantenha e depois pule a Ordem do Dia. Aí se faz a inversão, Felisberto, entrando nas comunicações e deixamos a Ordem do Dia para o final, como uma maneira de conduzir para todo mundo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não tem problema, acordamos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, a minha preocupação, eu quero pedir Questão de Ordem, que vem estabelecer o seguinte, o nosso teto, a primeira chamada é às 17h30min e a segunda chamada às 18 horas, o término da reunião é às 20 horas, não é? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Exatamente. A gente acordou. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Está acordado, mas tem várias vezes que a nossa reunião termina às 19 horas, aí o pessoal, encerrou, vai embora. Certo? Tudo bem. A minha preocupação na discussão é que o teto tem que fechar às 20 horas, porque os conselheiros recebem, mas jetom. Se é pouco ou bastante, mas recebem. Por que nesse tempo que falta a diretoria, ou seja, o Presidente não passa a discutir outros projetos dentro desta casa? Não vão discutir o Plano Diretor de Porto Alegre. Têm muitos conselheiros aqui que não conhecem Porto Alegre, as vilas que estão com problemas. Então, eu estou propondo desde 2014 o conhecimento, para conhecer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Porto Alegre. Por que isso? A Região 05 é uma das regiões com o mais alto problema de ocupação irregular mais, mas pouco se discute aqui. Segundo, não se discute o problema da Restinga, soluções que podem ser feitas. Então, eu estou propondo, meu Presidente, para conhecimento dos conselheiros, como eu também, conhecer Porto Alegre, ver a situação da zona norte, zona sul, zona leste, zona oeste. Ou seja, quando era pouca pauta a presidência colocava no ar aqui dentro a visão de Porto Alegre. Por exemplo, eu estava vendo a propaganda do Pontal do Estaleiro, poderia antes de começar a reunião o processo ser visto aqui dentro, a loucura que é o Pontal do Estaleiro, o vídeo que está passando das torres do colorado, os vídeos que estão passando das torres da Multiplan. O Conselho, não sei por que esses vídeos não são passados aqui dentro para assistir, ou seja, da Porto Alegre futura. Então, o encaminhamento, eu gostaria de pedir à presidência esse espaço vago, terminou a pauta vão tudo embora. Então, o seguinte, pessoal vamos conhecer Porto Alegre, porque aí tem a importância de debater, o pessoal da Região 06, 07, 08, os bairros aqui dentro. (Sinalização de tempo esgotado). Este é meu encaminhamento. **3. APRESENTAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO COM A ONU HABITAT E PACTO ALEGRE PARA REVISÃO DO PLANO DIRETOR. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. É nesse sentido que a gente apresenta agora em um processo de revisão do Plano Diretor, a gente até sugere que algumas oficinas sejam feitas no horário do Conselho do Plano ou posterior, que a gente faça esse ajuste, nós vamos ter certamente bastante trabalho durante o processo de revisão do plano. A gente quer aproveitar sim essa oportunidade para aqui dentro a gente discutir temas importantes para a cidade. Eu convido a minha Diretora de Planejamento, a servidora Patrícia Tschoepke, também Conselheira integrante deste Conselho, que está como gerente nesse processo de revisão do Plano Diretor. Junto comigo assumiu recentemente a secretaria, é a uma técnica apaixonada pela cidade, tem trabalhado bastante final de semana, à noite, até duas da manhã, para fazer esse processo acontecer. Eu tenho aqui também comigo, e gostaria de saudar, uma ex-conselheira, a Rovana, que representava a EPTC aqui neste Conselho, está hoje conosco lá na secretaria também, assumiu enquanto Coordenadora de Políticas Sustentáveis, vai nos ajudar nesse processo de revisão do Plano Diretor. Também tem um conhecimento bem profundo aqui de Conselho. Sem dúvida vai contribuir bastante nesse processo. Enfim, a nossa equipe gostaria de externar para vocês, é de pessoas apaixonadas pela cidade e a gente espera que esse espírito de cooperação, de contribuição, de senso de coletividade que a gente vê em Porto Alegre, que existe sim, que possa nortear o nosso trabalho no Plano Diretor. Muitas vezes a gente vai ter compreensões diferentes, cada um com um ponto de vista, um olhar, isso é natural, é do processo de evolução, cada um tem um aprendizado, uma formação, um olhar diferente. Isso é do processo democrático da cidade, mas o que nos une, sem dúvida, é o amor pela cidade. Eu espero que esse amor possa nortear nosso trabalho, que a gente sempre com maturidade, serenidade, com transparência a gente possa enfrentar todos os problemas, jogar luz para toda e qualquer problemática que tiver envolvido. A gente sabe que são situações polêmicas por muitas vezes, são interesses diversos e a gente tem que com maturidade, com serenidade enfrentar esses problemas, respeitar a palavra do outro. O enfrentamento vai haver, natural, este Conselho é integrado pelas mais diversas atividades, ele representa muito a nossa cidade. Então, a gente tem que sempre em um processo de evolução, de amadurecimento, enfrentar esses desafios e aprender a crescer, a cidade ganha, Porto Alegre ganha com nosso esforço, com a nossa cooperação. Então, a gente vem hoje apresentar com bastante empolgação essa nossa construção que a



gente vai fazendo, que é um pouco interna, é um trabalho que não se vê por muitas vezes, mas que é competência desta administração organizar e estruturar esse processo, que é complexo, para que depois do transcurso de execução dos trabalhos se dê com tranquilidade, que a gente consiga desenvolver um trabalho com tranquilidade, que esteja bem planejado, organizado. Então, a partir dos 12 objetivos, e a Patrícia vai trazer aqui, que foram objetos de oficina do próprio Conselho do Plano lá atrás, que a gente integra com os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, onde a gente firmou esse memorando de entendimentos para desenvolver um trabalho. A ONU tem um trabalho brilhante pelo mundo. Paulo Jorge, a ONU Habitat tem um trabalho brilhante em regularização urbana, um conhecimento de chão dos mais diversos territórios do município. Quem conhece o trabalho da ONU Habitar sem dúvida reconhece esse trabalho, empenho deles para desenvolver os territórios. Então, a gente traz aqui a nossa equipe, apresentando essa ideia, essa concepção desse trabalho, como que ele vai te dar. E ao longo dele eu quero fazer uma visita e a gente demandou agenda individual com cada um dos presidentes das suas identidades que estão aqui, diretores, todos os representantes do fórum. Eu quero falar individualmente também com cada um para entender um pouco da sua realidade. A gente demandou já algumas agendas ao longo da semana, vamos protocolar um ofício com o presidente de cada uma das entidades aqui, estabelecendo um canal direto de interlocução e que a gente possa avançar, amadurecer, entregar o plano que a gente deseja, que a cidade merece e que com certeza a gente vai conseguir. Obrigado, Patrícia. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, a gente sabe que demorou um pouco para as coisas começarem, mas quando o Germano assumiu a gestão e me convidou para este desafio, eu sabia que com tempo curto que nós tínhamos esse seria um desafio que exigiria bastante trabalho. Como ele falou, assim, eu posso dizer que sou uma pessoa apaixonada pela cidade e ele me chamou exatamente assim – Olha, eu te convido pelo brilho que tu tens nos olhos. Eu não tinha como negar, né. Então, vocês podem ter certeza que de mim, de toda a equipe, todo mundo que está envolvido está muito engajado para fazer certo. E eu vou dizer assim, ah, temos tempo curto! Não, vamos pensar assim: a gente tem que fazer esse trabalho, estamos aqui, temos que fazer, a nossa cidade merece que a gente faça esse trabalho, que a gente dê o nosso melhor. Então, a mesma coisa eu peço a vocês, a gente quer trabalhar junto com vocês, com cada um, quer que esse processo seja colaborativo, que a gente aproveite o melhor de cada um para o desenvolvimento desse trabalho. Então, vamos lá. Então, vocês sabem, finalmente começamos a trabalhar a partir da assinatura do Memorando de Entendimentos, a partir daí a primeira entidade que nós estamos buscando os contatos, pela legitimidade, pela importância que o Conselho tem, são vocês. Então, estamos, vamos dizer assim, hoje oficialmente abrindo os trabalhos de colaboração. Então, assim, para vocês entenderem qual o plano que nós temos para desenvolver esse trabalho, assim, nós fizemos toda uma avaliação técnica identificando os problemas da cidade, como a gente consegue resolver os problemas. Nós unimos as experiências de cada um. Por exemplo, eu aqui durante todo o tempo que estive no Conselho sempre vi um conselheiro – Ah, não tem as contrapartidas! Ah, tal demanda não está atendida! Eu vi os colegas, por exemplo, reclamando até hoje mesmo, reclamando: Ah, eu quero resolver um problema lá em determinada praça, eu não tenho o pintor, eu não tenho... A gente não tem um mecanismo inteligente que faça uma gestão adequada dos nossos espaços públicos. Então, a gente entende que para a gente poder atender as demandas da sociedade, de uma maneira que as pessoas enxerguem aquilo que está sendo pensado, aquilo que é o espaço do coletivo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de fato, a gente precisa dar uma atenção. Então, assim, nesse primeiro momento, nessa questão da revisão do Plano Diretor, a gente entende que o Plano Diretor que nós temos é um Plano Diretor que tem estratégias definidas, os conceitos são abrangentes, tem questões importantes que a gente acha que não devem ser desconsiderados, que a gente deve considerar; mas a gente pensou em dar esse foco, porque essa questão de maneira mais detalhada não está abordada. Então, na questão metodológica a gente pensou em fazer o foco neste espaço público, aí também a gente achou que é necessário, como em várias outras cidades, o auxílio de uma plataforma de planejamento que dê transparência para os dados, para que todos vocês possam na própria gestão e construção da cidade acompanhar o que está acontecendo, que as próprias secretarias no momento que estão fazendo um projeto consigam enxergar todas as ações que estão acontecendo naquele território. Então, a gente achou que, essencialmente, daria foco nessas questões. Claro, com base nisso a gente – Tá, vamos ver quais são as demandas da sociedade, né. O que vocês esperam, o que toda a sociedade espera que aconteça na nossa Porto Alegre amada até 2030, em princípio. Então, como eu tinha comentado, este aqui já estava até na apresentação, dos nossos problemas de gestão que geram essas situações que eu já tinha comentado. Esse slide eu tinha colocado, até porque vocês sempre trabalham bem com essa escala dos gravames. Aqui nós temos uma parte que tem uma ocupação irregular, aqui a parte da Vila Cruzeiro, que a gente vê que o nosso mapa do plano não chega a levar em consideração, ele não detalha essa escala, ele não leva em consideração as existências. Ele deveria integrar devidamente esse tipo de ocupação, assim como neste exemplo, que a gente pode ver o Arroio Passo Fundo, que passa aqui. Nesta situação do plano, que é uma coisa antiga, a gente tem uma avenida acompanhando longitudinalmente o arroio. E a gente pensa – será que isso é o tipo de cidade que a gente quer construir hoje? Será que não tem outro tipo de solução, levando em consideração as questões ambientais. Então, só que essas questões nós vamos discutir com vocês e a gente quer que este seja não só um processo participativo, onde eu voto sim ou não, mas um processo colaborativo, onde cada um que tem as suas ideias. A gente quer abrir canais para que a gente possa receber as ideias e realmente avaliar para fazer parte desse futuro de cidade que a gente quer. O Conselho, considerando todos esses agentes que tem na sociedade, a gente gostaria de convidar o Conselho como parceiro, para vocês serem replicadores dessa participação, ou seja, nós vamos ter uma forma de coletar informações. Então, os diversos agentes que quiserem participar, que fizeram colaborar, podem convidar outras entidades, associações que quiserem contribuir com a sua parte. Então, a gente gostaria muito de aceitar a colaboração de vocês nesse sentido. Então, aqui a gente está colocando os diversos tipos de colaboração que aqui está sendo proposto: consultas públicas, oficinas, diálogos temáticos, audiências, conferências e exposições. Então, as consultas, a gente pensou em abrir diversas consultas públicas através do site do Orçamento Participativo, a elaboração de aplicativos e outras ferramentas online que a gente vai ver no decorrer do tempo. A gente vai fazer oficinas territoriais, diretamente nos bairros, nas regiões, porque a gente gostaria muito que os conselheiros das regiões fizessem parte junto dessas oficinas, coordenado o processo conosco. Ali tem as oficinas temáticas. Então, em princípio a gente colocaria os 12 temas que foram abordados na gestão anterior do Plano Diretor e os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Nada impede que a gente possa debater outros assuntos, o processo é livre, esse é o momento do lúdico, vamos dizer assim, nesse primeiro momento. A gente está pensando também em oficinas técnicas, com arquitetos urbanistas, arquitetos da sociedade para de repente fazer algumas simulações, o que se gostaria para cidade, ideias. Então, a gente está



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

planejando isso aí também. E também oficinas internas com os órgãos, porque a gente precisa coletar dados dos colegas, também dos Conselhos. Então, a gente pretende fazer com todos os Conselhos que fazem parte do sistema municipal de gestão e planejamento, coletar informações. Aí também, no segundo momento, havendo oportunidade, a gente trabalhar com diálogos, com grupos de interesse específico, para debater qualquer assunto que se queira a gente está aberto também. Audiência, né, essa faz parte, é uma etapa obrigatória, em princípio também estão previstas audiências. Também conferências e exposições, mais no final do processo conferências com a apresentação de temas específicos, dentro do escopo da revisão. E também exposições para tornar público cenários possíveis resultantes das propostas da revisão do plano. E aí aqui, diretamente com vocês, a gente tem algumas propostas de colaboração. No primeiro momento a gente pensa em abrir um processo SEI para cada entidade e região, onde a região pode, ou a entidade pode, colaborar tanto do ponto de vista – Ah, eu sei que tem algumas entidades que já tiveram um avanço em estudo sobre Plano Diretor. Então, esses estudos poderiam legitimar e agregar nesse processo, ficar registrado que esse processo é público. Nós não estamos estruturados ainda, mas assim que a gente conseguir é deixar isso público: as entidades tais e tais colaboraram, colaboraram com tais temas. A gente está se estruturando para isso. Além desse sistema SEI, onde cada entidade poderia fazer a sua colaboração, a gente também vai fazer as reuniões, o Germano já está tentando agendar com as entidades e com as regiões. Na sequência a gente vai discutir como que cada entidade gostaria de colaborar, como que cada região gostaria de colaborar, combinaremos com os conselheiros das regiões como que vocês acham que poderia ser o processo junto às regiões de planejamento. E essa cooperação colaborativas seria essa questão também do próprio sistema. E, claro, se vocês tiverem alguma ideia a gente está aberto para agregar a este processo, estamos aqui, este é o momento de lançamento. Então, gostaríamos muito da participação de vocês. Então, como fechamento eu gostaria de propor ao Conselho que a gente fizesse oficinas quinzenais. Então, a gente poderia alternar entre a pauta e uma pauta da revisão do Plano Diretor, que a gente pudesse trabalhar em conjunto ali, tanto discutir sobre as oficinas que vão ser realizadas ou sobre temas que vão ser abordados, enfim. A primeira que a gente faria viria a equipe técnica, faria uma explanação, explicaria melhor o que está sendo feito. E a partir daí a gente pode combinar, todo mundo em conjunto, como vai ser o andamento desses trabalhos. É isso e eu gostaria de agradecer a atenção de todos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Patrícia. Nossa diretora que muito me orgulha com o trabalho, uma servidora realmente exemplar, que eu tive a sorte de trazer para junto da nossa equipe de revisão do Plano Diretor. Alguém que também tenha um conhecimento já de casa, sem dúvida vai agregar bastante nesse processo. Eu tenho certeza que a gente vai desenvolver um excelente trabalho, esse nosso senso de coletividade, esse espírito em comum, a gente vai conseguir nortear os nossos trabalhos e vamos fazer uma bela entrega para a Cidade. A gente tem técnicos aqui também da Prefeitura, secretarias muito qualificadas e que sem dúvida vão nos ajudar nesse processo de debate, de construção, de evolução, de aprendizado, de erros e acertos, mas sem dúvida o resultado final lá vai ser uma entrega bastante significativo para Cidade. Então, começando pelo Conselheiro Hermes. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É para fazer uma rodada? Então, eu acho importante essa abertura que a Patrícia fez, oferecendo para nós esses pontos gerais, mas me chama atenção imediatamente sobre isso, Patrícia, nós temos um cronograma? Nós temos já uma listagem de datas que nós devemos observar?



Essa é a minha primeira questão sobre: como nós vamos dividir o nosso tempo? Nós temos até o final do ano que vem? Eu não sei quais são os parâmetros que vocês estão trabalhando para que a gente possa se orientar. Eu senti a necessidade de temporalizar cada uma das intervenções, porque são muitas coisas. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente tem uma linha do tempo, até achei que fosse objeto da apresentação, mas a gente tem essa linha, disponibiliza para vocês com o cronograma em etapas faseadas, dentro de uma linha do tempo até o final, quando que se entrega, quando é audiência pública, quando é o seminário. Enfim, todo esse processo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Posso responder rapidamente, só para já ficar sanada essa questão. A equipe técnica na primeira apresentação, na primeira oficina, como elas vão fazer uma explanação geral, aí vai ficar tudo esclarecido ali nessa próxima reunião. Eu só queria focar nesse convite para a participação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu agradeço a Patrícia pela apresentação. Na verdade, eu vou fazer algumas correções, patrícia, este processo não está começando agora, a gente vem acompanhando há várias reuniões no Gabinete do Prefeito, com o Pacto Alegre e outras entidades. Então, para não ficar o dito pelo não dito. O Sindicato dos Arquitetos recebeu com estranheza o convite do secretário para fazer uma reunião lá no sindicato, com sugestão de dia e hora. Secretário, nós teremos o máximo prazer em recebê-lo para conversar, mas, sinceramente, eu passei pelo Plano Diretor de 79, eu entrei na Prefeitura em 75, exclusivamente para trabalhar no Plano Diretor que saiu em 79. Ou seja, 4 anos depois, em um processo de enriquecimento de todas as secretarias. Eu passei pelo plano, eu não vou falar de mim, mas eu quero me citar como exemplo, o plano de 99, vários anos antes a gente começou, montou-se uma equipe. Atualmente eu vejo processo inverso. Eu não vou ser o do contra e nem o anticolaborativo, mas eu quero trazer uma experiência que é importante. Todo mundo sabe que se desmontou a Secretaria do Planejamento, que está se desmontando a Prefeitura. Eu fiquei surpreso, porque até a semana passada, pelo que consta a Ada era quem tinha esse trabalho e fiquei sabendo também que uma série de novos arquitetos, com todo respeito, eu sempre digo, eu venho defendendo os arquitetos, a nossa função do sindicato é defender só arquitetos. Uma série de novos arquitetos que foram contratados agora foi incorporada. Só para ter uma ideia, no grupo de trabalho do plano de 99, de mais de 30 arquitetos, mais da metade tinha no mínimo pós-graduação. Fazer um Plano Diretor, trabalhar um Plano Diretor, com todo respeito, com todo respeito mesmo, mas não é uma coisa que tu chegas assim e sai fazendo um Plano Diretor. Eu acho que essa proposta sim, Patrícia... Secretário, não é a Patrícia. É sem noção, com todo respeito. Eu acho que a participação através de convite de ir nas entidades é de um amadorismo. Eu sei que é para quebrar gelo, para mostrar uma boa vontade, mas ir a uma entidade, se reunir com uma, duas pessoas para receber opiniões, uma concha de retalho. E uma questão, onde está a participação da ONU Habitat nessa apresentação? Porto Alegre já sabe que a ONU Habitat está servindo para contratar um professor da UFRGS que vai fazer o plano. Porto Alegre já sabe, quem está bem informado já sabe. As consultas públicas, oficinas, tudo isso é válido, eu acho muito válido, mas o Plano Diretor começa por traçar uma ideologia do plano. Qual é a ideologia desse plano? Não estou falando de ideologia de política, de dizer que é A, B, esquerda ou direita, mas tem que saber que plano é. É um plano para quem? Todas essas entidades que vão colaborar, quem vai decidir o que é bom, o que deve ser? A minha colaboração vai ser aceita? Quem vai decidir, é o governo, é uma



336 pessoa? Vai ser o professor? Vai ser esse grupo de trabalho? O processo, o mais
337 importante é o processo. Como eu disse, eu acompanho esses planos, eu acompanho o
338 plano São Paulo. E um processo muito complexo, que com todo respeito, eu vou insistir,
339 eu estou com a máxima boa vontade, mas esse processo me parece que já iniciou viciado,
340 principalmente por esse fato da ONU Habitat. Eu acho ótimo que ela seja parceira, mas
341 não como a forma de dissimular uma contratação de um arquiteto. E para encerrar,
342 Secretário, como eu disse, eu acho que o Conselho deve participar, nós devemos
343 participar, apesar de eu estar á falando isso a minha entidade tem o máximo interesse em
344 participar, em ser pró-ativa, mas é a verdadeira colaboração é aquela que alerta, não é o
345 que vem aqui, que diz que está tudo bem. A nossa preocupação é que faça um bom Plano
346 Diretor, realmente um bom Plano Diretor para a cidade. Muito obrigado. **Germano Bremm,**
347 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
348 Obrigado, Conselheiro. Está no seu direito de exercer o contraditório, enfim, espero que a
349 gente consiga extrair a sua posição de desejo de sucesso no Plano Diretor. As nuances
350 são diversas, o trabalho é complexo sim, mas a gente é movido por desafios e a minha
351 equipe extremamente qualificada e apaixonada pela cidade. E vai sim entregar um Plano
352 Diretor à altura de que Porto Alegre merece. A sua entidade, se acha equivocado o convite
353 para conversar, tem toda oportunidade de recusar. No entanto, eu estou no meu papel de
354 conversar e sugerir, inclusive, um horário que todos possam, seus associados,
355 participarem, debater, para a gente conversar, interagir criar, um canal permanente de
356 comunicação. Nós queremos trazer vocês para o processo, o processo que está regulado
357 em lei, a necessidade de inteiração das entidades, audiências públicas, seminários, existe
358 toda uma previsão, um manual do Ministério das Cidades que diz como é que se faz a
359 revisão do Plano Diretor. E a gente estava bastante atento a esse processo, nos aspectos
360 legais, preocupado com relação à intervenção da ONU, como que vai se dar a participação
361 dele. Estamos com bastante propriedade e por isso nos sentimos seguros nesse momento
362 de anunciar o início do processo de revisão do Plano Diretor, contribuir e pegar todas as
363 contribuições deste Conselho e do restante da sociedade para a gente fazer uma entrega,
364 a entrega que a cidade merece. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
365 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para se esclarecer, não vou
366 polemizar, mas o que eu quis dizer é que a nossa entidade entende que o Conselho é o
367 espaço, inclusive, ela tem representação aqui. Então, não teria porque procurá-la se aqui é
368 o espaço de discussão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
369 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Porque a lei determina, o Conselho do plano
370 é um dos atores, um ator importante por parte do município, mas a lei determina, o
371 Estatuto da Cidade, que todas as entidades devem ser ouvidas, não só o Conselho do
372 Plano. Existe uma regra legal e que a gente vai cumprir, necessariamente. Nós queremos
373 que o Conselho seja parceiro e por isso a escolha das primeiras entidades da nossa visita
374 são aquelas que têm acento dentro do Conselho do Plano. E que a gente tenha
375 oportunidade de debater, de conversar, de criar um canal permanente, a proximidade é
376 sempre salutar e é nesse sentido que a gente vai sim procurar todas as entidades.
377 Primeiro as eleitas aqui pelo Conselho e depois as demais da sociedade como um todo,
378 respeitando o que determina o Estatuto da Cidade. **Darci Barnech Campani (Titular),**
379 **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Nós já
380 recebemos também o convite do Secretário de marcar a reunião, estamos tentando fazer a
381 agenda. Inclusive, na parte de expediente eu queria comunicar que hoje a “nova velha”
382 diretoria da ABES tomou posse. A gente teve a renovação da diretoria, grande parte
383 renovando o a diretoria anterior uma. Então, estamos em uma fase de pequena transição,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

em breve marcaremos essa reunião. Dois questionamentos só. Eu participei durante um ano, um ano e meio, da elaboração da tese brasileira para ONU Habitat, que é uma conferência da ONU, isso eu conheço, a ONU Habitat enquanto uma conferência que a ONU faz a cada 10 anos. Aí a gente vem e fala em ONU, ONU, ONU, para mim ONU é a Organização das Nações Unidas. Não sei o que estamos tratando aqui, até porque não tem ninguém presente desse ONU Habitat aqui, eu não conheço. Eu conheço a conferência que é realizada a cada ciclo de anos. Então, quem é esse ONU Habitat que seja apresentado, não sou arquiteto, sou agrônomo, a gente não é obrigado a conhecer tudo, né. Então, acho estranho que uma entidade assumir um nome que tem um peso e que a gente sabe o peso, quando a gente participou da elaboração da tese do governo brasileiro, foi levado em nome do governo brasileiro para a última conferência. Então, é uma conferência mundial, que tem um grande peso nos rumos do nosso planeta em termos de definição de políticas habitacionais urbanas. Então, tem um pouco de o que é esse ONU Habitat. Outro detalhe também, a nossa lei complementar fala em uma conferência do município, que deveria ocorrer a cada, se não me engano, 2 ou 3 anos, 4 anos. E como neste processo se pensa a elaboração desta conferência, conferência normalmente tem um critério de participação de delegados, tirados delegados. Como vai ser essa conferência que estava prevista na lei complementar do nosso Plano Diretor? Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A conferência sim está prevista no nosso calendário, no nosso cenário, respeitando todos os critérios legais. Eu acho que no próximo encontro a equipe já pode detalhar um pouco mais, mas no nosso cronograma a gente tem a previsão sim dessa conferência. Eu acho interessante a gente sim nivelar o conhecimento, quem é a ONU, esse Memorando de Entendimentos, que a gente possa compartilhar, a Gabi pode disponibilizar para vocês. Eu acho que alguns conselheiros até solicitaram. É um documento inicial, mas sim, é uma entidade bastante respeitada, posso lhe assegurar, de nível internacional, o site dela tem uma série de trabalhos realizados pelo mundo no aspecto de urbanismo, de regularização, de política de carbono. Enfim, é uma entidade bastante respeitada no aspecto de planejamento urbano e ela vem se somar como parceira no nível de consultoria em determinados pontos para nos auxiliar para determinadas matérias, o que é legítimo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para deixar claro, o ONU Habitat é um logo, é um nome, não tem nada a ver com a ONU? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** é um braço da ONU, é um escritório da ONU. Assim como UNESCO, NOPS, são todos braços da ONU e tem a ONU Habitat. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu pedi para a representante da ONU nos entregar um resuminho dos trabalhos deles, um resumo dos trabalhos dele. Ela me encaminhou e eu vou encaminhar para Gabriele passar para vocês. Eu convido vocês para olhar o site, essas coisas assim. Eu vou passar depois. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Só para lembrar a questão que eu falei na reunião passada, essas ações começaram lá atrás, isto não é de agora. Agora que foi dada a assinatura do protocolo de entendimentos, os encaminhamentos, mas este Conselho desde 2016 já trabalhou nesta revisão, com a tirada dos temas que foram inclusos dentro deste procedimento. Então, a partir deste Conselho criou-se na Câmara também debates, criou na sociedade civil organizada, nos conselhos de classe, começaram todos a reunir os seus técnicos e debater o que é a revisão do Plano Diretor. Então, esse é um processo que já



432 vem acontecendo, não como o esperado, devemos dizer. De repente faltou um pouco de
433 apresentações e as pessoas aqui, os nossos colegas conselheiros estão carentes de
434 informações. Assim que a direção e a secretária nos passar esses documentos, os sites
435 para visualização, para entendimento de se aprimorar no conhecimento de todas essas
436 situações. Os próprios conselhos de classe, e muitos deles eu posso citar, provavelmente
437 a questão dos arquitetos, engenheiros, todos já tem planos, já tem debates, já tem
438 discussão dentro dos seus conselhos, prontos, ávidos para apresentar. Então, é muito
439 importante que a partir deste Conselho, ou seja, centralizado no nosso Plano Diretor e a
440 partir daqui, pegando as agremiações, os conselhos e trazendo as informações dos seus
441 pares, começar realmente esse debate aqui dentro. Essa eu acho que é a principal função,
442 por ser este Conselho do Plano Diretor. Eu acho importante que a participação deva ser,
443 não digo passiva, mas que seja nos interesses do nosso município, da nossa Porto Alegre.
444 Nós queremos apresentaram, o próprio governo, eu sou do governo, queremos apresentar
445 algo que beneficie o cidadão porto-alegrense. Muito obrigado. **Rafael Pavan dos Passos**
446 **(2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, obrigado pela
447 apresentação, complementa a apresentação feita no ato de assinatura. Até seria
448 importante talvez, nem todos puderam estar presentes, ali traz algumas questões que eu
449 até vou conter algumas críticas, no sentido de alguns problemas conceituais que enxerguei
450 naquela apresentação sobre o que é de fato, de premissas que me parecem um tanto
451 equivocadas na análise do atual plano, mas para isso que foi apresentado aqui. E também
452 ao que não foi apresentado, mas que de alguma maneira nos traz alguns
453 questionamentos. Primeiro sobre o que foi apresentado aqui. Bom, primeiro, eu acho que
454 há diferença entre colaborativo e participativo, o participativo está longe de ser um
455 processo de sim ou não, o processo de sim ou não é um referendo. O processo
456 participativo, ou chamem como queiram, vai demandar muito mais a questão de
457 metodologia, mas de qualquer maneira me parece interessante o que está proposto aqui
458 em termos de consultas, oficinas, as oficinas distribuídas em área territorial, de temáticas,
459 de técnicas internas. Esse cronograma que está sendo proposto ao Conselho de que a
460 gente possa quinzenalmente tratar do plano, além do ordinário, dos processos
461 administrativos, parece-me que pelo prazo que está proposto não podemos fazer menos
462 do que essa agenda quinzenal. Eu falo de prazo proposto, não sei se todos estão a par,
463 mas o que apresentado na quinta-feira é um cronograma que se pretende. Eu só não
464 entendi, até depois peço esse esclarecimento, que são dois projetos de lei, um
465 apresentado em março e outro em dezembro. Eu não entendi porque dois projetos de lei.
466 E isso me causa mais uma preocupação, quer dizer, a gente vai enviar à Câmara
467 Municipal um projeto de revisão de Plano Diretor em ano eleitoral, isso é o pior cenário
468 para se enviar um projeto de lei dessa importância para a Câmara Municipal por vários
469 motivos, dos mais transparentes aos menos transparentes. Isso talvez seja uma das
470 maiores preocupações dentro desse cronograma. E aí sim, entendo, temos que fazer o
471 nosso trabalho, mas o tempo é escasso e talvez deva se dosar melhor o que está sendo
472 proposto em relação ao próprio tempo, ou se dosar, ou se rever os prazos em relação ao
473 que está sendo proposto, que eu acho que me parece mais adequado, porque me parece
474 uma metodologia interessante. Aí eu me pergunto assim: um grupo de trabalho, eu
475 desconheço a interdisciplinaridade desse grupo, aí eu falo com uma maioria de arquitetos
476 e urbanistas, eu estou falando como Presidente do Instituto de Arquitetos, mas Plano
477 Diretor não se faz, a gente assina, nós somos os responsáveis técnicos, mas uma
478 proposta de metodologia dessa, onde estão os assistentes sociais? Onde estão os
479 sociólogos? Pessoas capacitadas para se extrair nesses poucos momentos, no fim das



480 contas, nesse prazo, o melhor em termos metodologia, porque isso é técnica, isso é
481 técnico para se trabalhar isso, né, com população, com diferentes públicos. Isto é uma
482 preocupação central para mim dentro do que está proposto. Sobre o papel do Pacto, aí eu
483 vou para a questão do memorando, recebi o memorando, pude ler hoje à tarde. Eu não
484 consegui entender ainda, aí eu acho que causou, pelo menos eu falo pelo IAB e por outras
485 entidades aqui presentes, causou um estranhamento de que, por exemplo, no termo,
486 nesse entendimento com a ONU fala do Pacto Alegre, mas não se fala no Conselho do
487 Plano. Então, aí me parece uma inversão. O Pacto sabia de tudo que estava acontecendo
488 e nós estamos sabendo depois de assinado. Qual vai ser o papel do Pacto nesse
489 processo? Então, algumas coisas que a gente gostaria de compreender melhor. há uma
490 consultoria contratada? Qual vai ser o papel dessa consultoria? O Professor Benami
491 estava lá na mesa. Isso precisa ser esclarecido e ainda não foi colocado nessa mesa. A
492 gente soube semana passada de que há um termo de referência, que não é o caso do
493 Memorando de Entendimento, um termo de referência para a contratação de uma equipe
494 seja para elaborar, seja para consultoria e a gente precisa avaliar isso, entendendo que é
495 um órgão de cogestão, inclusive, para a revisão do plano antes que seja assinado qualquer
496 termo, ou acordo, ou qual seja o instrumento técnico que vai ser formal para essa
497 contratação. Sobre o conteúdo, quando se fala de que a intenção dessa revisão é tratar da
498 escala intermediária... É importante ressaltar, primeiro, o Plano Diretor tem uma série de
499 dispositivos que preveem planejamento na escala intermediária. O que aconteceu é que
500 nesse processo de gestão, pelo menos nos últimos 10 anos em que se constituiu ou que
501 se consolidou essa escala na última revisão, sobretudo. Não se fez uma gestão no sentido
502 de consolidar, de se levar a cabo esses instrumentos. Por exemplo, os planos de ação
503 regional, que colocam as formas regionais de planejamento no centro da questão, onde se
504 poderia levantar uma matriz de contrapartida. Aí estamos de acordo sobre matriz de
505 contrapartida, a questão é como vai ser feita essa matriz. Aí talvez começa a surgir algum
506 espaço de divergência para um debate sobre como ser feito. Quando se fala que o espaço
507 público será o ponto central, como fica o espaço privado nessa revisão? Porque a gente
508 sabe, pelo menos tem sido aventados vários sentidos, seja por pessoas da Prefeitura, seja
509 por vereadores, seja por entidades da sociedade civil de Porto Alegre, que se pretende
510 uma revisão de índice de aproveitamento. Quer dizer, do potencial construtivo, inclusive,
511 havendo um problema conceitual do que é verticalização e do que é adensamento. Uma
512 coisa não tem nada a ver com a outra, necessariamente! Elas podem trabalhar em
513 separado. Já concluo, presidente. Sobre a questão do tempo, então, eu pediria esse
514 esclarecimento sobre esses dois projetos de lei, que realmente naquele dia não pude
515 compreender. No mais, só para manifestar, já respondemos a questão do convite e em
516 parte eu concordo com o Hermes, o que foi colocado. A gente aceita e vamos tratar do
517 convite, inclusive, já informo que vai ser uma reunião não com o Presidente do IAB, muito
518 mesmo com a diretoria, mas com a Comissão Cidades do IAB, que é uma comissão
519 estatutária do IAB e que vem trabalhando semanalmente, há pelo menos 2 anos, entre
520 outras questões, com o Plano Diretor de Porto Alegre. Também com pessoas que já
521 passaram pela Prefeitura, com pessoas acadêmicas, inclusive, economistas e sociólogos
522 que tem participado da comissão do IAB. Já está agendado. **Germano Bremm,**
523 **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**
524 Obrigado, Conselheiro. Então, esclarecendo com relação ao aspecto, acho que na
525 sequência a gente vem sempre nivelando mais o conhecimento, as pessoas vão
526 compreendendo mais o processo. O nosso cronograma de execução a gente pretende
527 fazer essa primeira entrega em março, uma entrega mais significativa, que vai nortear os



objetivos do próximo Plano Diretor. O detalhamento vai acontecer no segundo momento, em novembro, nesse segundo projeto de lei. Esse primeiro vai definir as estratégias, os objetivos de como vai ser trabalhado, o sistema municipal de gestão, como a gente interpreta esse território da cidade a partir desse novo conceito de cidade para as pessoas, de espaço público e tudo aquilo que for objeto do debate, das audiências, enfim, o que for construído ao longo desse processo. E depois, em um segundo momento, o detalhamento. Sem dúvida, a gente está bastante preocupado e atento para as questões legais. A ONU Habitat entra, depois desse Memorando de Entendimentos haverá uma pactuação, um acordo de cooperação internacional, regulado pelo Ministério das Relações Exteriores, via Agência Brasileira de Cooperação, onde a ONU está autorizada pelo governo brasileiro a formatar este tipo de cooperação para os processos de revisão de Plano Diretor, enfim, toda a legislação no aspecto urbanístico e ambiental dos municípios. Então, a gente tem seguido esse regramento para viabilizar essa cooperação internacional e a ONU trará consultores, contratará consultores em todas as esferas necessárias e obrigatórias para o processo de revisão do Plano Diretor. Então, toda essa capacidade técnica em um nível de pós, de mestrado, de doutorado, enfim, está tudo nesse cenário que a gente vem construindo para garantir a melhor qualidade possível para esse trabalho. De fato, do ponto de vista técnico vão haver discordâncias, a gente conversa dentro de uma secretaria. Eu que estou à frente do urbanismo, só na minha equipe, se eu conversar com 2, 3, cada um tem uma perspectiva diferente, um amadurecimento diferente, um olhar de cidade diferente. Então, vamos ter as mais diversas interpretações, olhares de entendimento de equívocos, mas faz parte do processo. A gente tem que saber fazer uma leitura de coisas em comum, que a gente consiga avançar, transformar, melhorar a cidade. Não vai ser perfeito, sem dúvida vão ter problemas, erros, assim como tiveram os outros planos, a gente é uma carta de expectativa para os próximos anos. Muitas coisas não consegue se complementar, se desenvolver, hoje a gente olha o nosso plano para trás e a gente consegue identificar uma série de equívocos, que com o nosso amadurecimento da sociedade como um todo a gente jamais teria talvez colocado ou disciplinado daquela forma no Plano Diretor. Então, hoje a gente já está mais maduro e pretende colocar esse amadurecimento, enfrentar todos esses debates, exaurir, é salutar. Eu acho que a gente sempre amadurece com as divergências, com pontos de vista, com interpretações das mais diversas. Obrigado, Conselheiro. O próximo. Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu estava dando uma lida ali, o que me preocupa, eu que sou à favor um pouquinho do capitalismo, mas eu acho isso muito capitalista. A gente vai entrar em uma discussão em que, por incrível que pareça, só de olhar ali já deu para sentir que vai ser um divisor de águas. Não é um divisor de águas de cidade, mas global em alguns pontos. O que é mais gozado, até estava mostrando para a colega aqui, se tu olhares as cidades onde está havendo isso aí, a população não passa de um milhão. Porto Alegre é muito mais do que um milhão. Cidades em que há discussões políticas são muito inferiores do que as nossas discussões políticas. E em alguma cidade pode ter um êxito? Sim! Em que a classe A continua no centro e a classe B ficou mais afastada do centro, com algumas melhorias. Vou dar exemplo, tipo quando jogaram a Restinga lá para o fundão, né. Eu sou paulista de nascença, mas sou gaúcho por 20 anos já que vou fazer aqui em Porto Alegre. Eu já participei de algumas discussões, do Plano Diretor já foram quatro. E eu sempre ouço: “Porque vamos mudar, vamos evoluir, porque tem que ser técnico, porque tem que ser discutido”. Eu vou falar, eu vejo cada vez mais Porto Alegre virando uma São Paulo das antigas. Entendeu? Eu acho assim, o que me preocupa é vir um projeto como este que eu estava lendo, que diz que é em março,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mas aqui diz que tem 6 de outubro, 7 de setembro e por aí vai. Tem um prazo menor, via Brasil, não é só Porto Alegre, gente. Isto aqui está no Brasil todo. Qual é a minha estranheza? Aí o colega fez uma colocação que muito me preocupa: quem é que leva mais nessa brincadeira? Será que é Porto Alegre mesmo? Na realidade, nós vamos discutir uma coisa que já está pronta pelo o que eu estou sentindo lá atrás. Abram bem o olho, porque se está havendo em várias cidades do país, em vários lugares do mundo, não é um projeto, o que a gente discutir, o que a gente aceitar vai ser bem aceito lá. Até para a liberação, Felisberto, de dinheiro para ajuda, como se diz. E isso me preocupa. Outra coisa que eu não ouvi falar, fala assim: “uma cidade futurista”; mas quanto tempo essa cidade futurista? Porque eu tenho projetos que estão aqui parados na SMURB, falando antigamente, há 20 anos. Sai hoje uma Avenida Troco de quase 30 anos, que quando estiver pronto já vai estar faturada, já vai estar de maneira carregada, que não vai trazer benefício ou beleza nenhuma para a zona sul, a não ser mais trânsito. Quando a gente discute o que a gente quer para os nossos netos, a gente deveria aprender com os japoneses que passam 11 meses estudando, executando na caneta o que vai fazer e em um mês faz a obra. Aqui no Brasil se inverte o papel, se discute com prazos tão curtos, como estão dando agora, porque para mim esse tipo de discussão tem que ser muito mais, tem que levar uns 4, 5 anos, vai levar meses para saber quantos anos vai se levar para executar. É isso que me preocupa. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Presidente, só para registrar, a RGP. 02 já vem se reunindo, é um projeto proposto pelo IAB, discutindo algumas coisas sobre o Plano Diretor. Neste sábado, dia 10, fizemos já o terceiro encontro, levantando questões lá da RGP. 2. O que eu quero só registrar é assim, as comunidades já vem sim se movimentando e se lamenta que não temos nenhum dado novo até agora divulgado ou oferecido, diretrizes novas propostas pela Prefeitura. Então, eu acho que essa proposta desse memorando já vem tarde e vem vazio, porque poderiam oferecer ou disponibilizar mais dados para que a gente possa pelo menos tentar ajudar em algum momento, enriquecendo esse debate. Obrigado. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Eu cheguei um pouco atrasado, não vi o início da explanação da Patrícia, mas o que eu tenho para contribuir é o seguinte, que enquanto a metodologia não ficar clara para todos as pessoas não vão conseguir se encontrar no processo, né. Então, da outra vez, no último Plano Diretor, aqui dentro do Conselho foi bastante discutida a metodologia, até a metodologia que o Conselho iria adotar para as ações. Então, acompanhei como conselheiro da RGP. 01, na última mudança do Plano Diretor. Eu assisti e vi como que foi feito, eu vi meu meus colegas antecessores falarem de 99, por exemplo, que foi um plano patrocinado pela Participação Popular, depois o outro plano foi o Prefeito Fogaça que estava aqui, agora é outro Prefeito, o Nelson Marquazan. Então, o que eu percebi? Que em alguns momentos, principalmente no último Plano Diretor, às vezes a gente achava que era um plano participativo, mas no fundo, no fundo, ele ficou muito populista, foi feito muito populismo em cima. E também vi que a maneira como foi tramitando ficou muito estanque, de forma que no final o que foi aprovado lá na Câmara de Vereadores, ele não conseguiu ter esta permeabilidade, que veio desde lá, pegando nas regiões as atribuições, passando pelo Conselho para chegar até a Câmara de Vereadores. Então, na minha maneira de entender o processo não foi assim 100%, que o resultado final pode ser que não tenha sido de acordo, como talvez algum debate dentro das regiões. Agora, nessa nova forma de fazer, em que a gente traz a ONU, por exemplo, até por questões acho que financeiras, para conseguir aportar alguns recursos, vejo alguns colegas questionar sobre



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

a universidade, mas naquele momento o último Plano Diretor, quem estava na ordem do dia, como se diz assim, que só falava nisso, era a Faculdade Ritter dos Reis com as áreas de interesse cultural. Então, no primeiro momento, a primeira universidade que entrou foi a Ritter dos Reis, depois, as outras universidades chegaram atrasadas. Então, houve um descompasso tremendo nessa questão mais, vamos dizer assim, acadêmica, da discussão. Até já fizeram um pacto antes de se falar em Plano Diretor, as três universidades já se fizeram pacto em termos dos parques tecnológicos. Então, acho muito importante que isso tenha acontecido dessa forma, porque depois é muito pior a gente não ter esse arcabouço acadêmico. Então, só acho assim, todo mundo que falou tem um pouco de razão, mas precisa ter um comandante que vai poder alinhar tudo isso e fazer com que as informações perpassem, não fique assim: agora vamos ver o que pensa o Conselho. Aí o Conselho pensa aqui. Agora vamos ver o que pensa a UFRGS, o que pensa a PUC. Tem que ter um conjunto de coisas que no final se faça uma amálgama, que chegue no Conselho do Plano Diretor. Também acho que um plano que vai começar a pensar para 2020/2030, ele tem que ficar muito atento a essas questões de como que a cidade se financia, porque cada vez mais a gente nota, muitas vezes aqui quando se fala nas contrapartidas, o importante é saber sempre métodos e novas ideias de como a cidade pode se financiar, de onde pode vir dinheiro às vezes, até para a gente poder resolver o problema da reforma fundiária, isso é importante. Não adianta a gente ficar pensando em muitas tecnologias se também a gente não resolve as coisas mais básicas. Então, é uma oportunidade essa grande discussão, muitas pessoas não vão entender, mas é importante ter o debate, é importante que a gente pense até nas estruturas que não estão funcionando de aprovação de projetos. O que adianta a gente pensar para o futuro coisas importantes para a nossa cidade, para trazer gente para cá, para ficar mais interessante, uma cidade melhor, sem que as construções possam ser aprovadas. Então, esse é o meu recado. Muito obrigado pela paciência de me escutar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida vai ser muito enriquecedora a participação das universidades, que bom que eles estão bem imbuídos, envolvidos aí. E sim está no cenário toda a revisão do processo do sistema municipal de gestão de planejamento, onde se dão os processos de aprovação, enfim, toda a complexidade, os equívocos que a gente tem no nosso dia a dia. E que a gente consiga nesse processo de plano, seguindo o regramento que determina o manual de revisão de Plano Diretor, onde tudo se interage. Esse processo eu acho que tu não tiveste a oportunidade de ver a apresentação, não sei se tu estiveste lá no local na quinta-feira. Enfim, existe um rito de audiências, seminários, oficinas e tudo se interage em um denominador comum para depois a gente viabilizar a entrega. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde. Eu acho que uma coisa muito importante que a gente deveria pensar para colocar nessa mudança do Plano Diretor, seria esse empate das medidas mitigatórias de cada região. Eu acho que depois que o projeto já vem para consultoria aqui da mesa, e para relato, e para aprovação ou não, não tem mais nada que se possa se fazer. Eu teria que ter um meio aí, não sei como, de fazer com que os empreendimentos deixassem nas comunidades onde vão ser construídos as medidas mitigatórias, para que a gente possa desenvolver a região. Aí sim, aí é interessante, a gente teria que pensar muito nisso, porque é de extrema importância para o crescimento da cidade como um todo e das nossas comunidades. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, conselheira. Está no nosso cenário sim à revisão desses critérios. A gente entende a importância da construção do território da



cidade com essas contrapartidas. A nossa proposta de ter um desenho do espaço público planejado, do território, vai dar mais clareza para que os empreendimentos quando forem se instalando, eles vão construindo esses espaços, exatamente, previamente integrado. Então, está sim, é uma das nossas prioridades a gente debater e avançar em critérios, em formados que a gente possa desenvolver a cidade. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, conselheiros e conselheiras, eu queria só pontuar, Conselheira Tânia nessa questão que tu levantas aqui. E tu sabes que existe só uma região na cidade que tem essa possibilidade com a opção ou não do empreendedor. Não é uma coisa assim obrigatória, que define. Mais um detalhe, esse debate já está lá na Prefeitura para que esse não fique mais nesses índices, isso também é real, nós estamos bastante preocupados com isso, em relação a essa questão, porque as articulações que existem para modificação especial lá na Macro 10 é grande, inclusive, aqui neste Conselho. A gente percebe as coisas como vão acontecendo, que é da natureza democrática, eu não tenho nenhum problema com isso, mas a gente tem que ir conversando e achando que algumas pessoas fazem alguns mistérios, enfim, tem muita coisa em jogo que não é com a secretaria propriamente dita, mas é isso. E outro detalhe que eu vejo também, certo preconceito conosco que somos das comunidades, porque se a gente é a favor de algum empreendimento na cidade que nós acreditamos, parece muito que tem uma polarização, né. Então, se tu não votares exatamente com determinados segmentos tu és daquele campo, é do outro. Então, essas coisas estreitam discussões, estreitam muito as discussões na cidade, não avançam, elas não são leais nesse sentido, aquilo que deveria ser algo sério, que tu tens essa peculiaridade, que tu tens discussão, que tu tens expertise, também é diminuído, ou por alguma paixão, alguma coisa nesse sentido, ou outras coisas mais que são insinuadas. Então, esse pré-conceito barra essas discussões mais profundas muitas vezes, que a gente quer enfrentar. Aquilo que for bom para a cidade, que nós estamos fazendo essa discussão com a IAB na nossa região, Secretário, vamos fechar dia 17 de setembro, vamos fechar a última oficina, porque nós inclusive vamos encaminhar aqui para todos os conselheiros e para o senhor também, para estar lá conosco. E com certeza vai vir de encontro com muitas das coisas que nós queremos para nossa cidade, mas nós também teremos, não sabemos, nós vamos tentar influenciar o máximo possível, porque somos parte, a gente não é o todo. Nós somos parte disso, mas dentro dessa parte que nós somos vamos tentar fazer com que dentro da realidade, da necessidade, construir essa boa interação, porque não há cidade sem nós para o seu desenvolvimento, como nós também sabemos que não há cidade sem os investimentos necessários, do equilíbrio que nós consideramos que nós tenhamos que buscar. É nesse equilíbrio que nós estamos disposto a enfrentar essa discussão. **Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade:** Eu quero colocar aqui em relação ao que eu entendo como norteador do plano, sistema de gestão da cidade, que são as ações que já estão sendo apontadas pela Patrícia, que vai criar um diagnóstico, vai criar discussão, vai criar a participação e colaboração; mas também nós temos o regulador, que a legislação. No meu entendimento nós devemos discutir sim artigo por artigo do Plano Diretor para tentar colocar os nossos anseios dentro da proposta de alteração também da lei complementar. Em relação às visões do CMDUA, eu entendo que o governo tem todo seu diagnóstico dos problemas que enfrenta hoje perante o Plano Diretor. Eu entendo que as entidades também que trabalham com projetos têm todo o seu diagnóstico já formatado, porque enfrenta os problemas do licenciamento. E as regiões também, porque cada vez mais a gente tem mais problemas na cidade para atender, e também tem mais discussão para atender dentro da região planejamento. O Dal Molin



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

colocou um ponto importante, o autofinanciamento da cidade. Se nós olharmos hoje, nós temos o solo criado, nós temos os termos de compromisso. Se eu fosse vereador hoje pediria até uma revisão de todos os termos de compromisso, se estão sendo cumpridos ou não, porque é muito recurso, pessoal! Se a gente pegar todos os termos e analisar, poderia atender boa parte das demandas da sociedade. E nós temos as medidas mitigatórias e compensatórias, que também é para atender as necessidades da cidade. Outro ponto importante é sobre o futuro das comissões, o que vai mudar dentro do novo Plano Diretor, as comissões que aprovam hoje os projetos de Porto Alegre Como que nós vamos trabalhar hoje com o escritório de licenciamento? Como é que nós vamos melhorar o funcionamento do escritório licenciamento? Eu não posso chegar lá e pedir vista de um processo e demorar dois meses para chegar. É uma coisa absurda, nós temos que melhorar esse procedimento, mas temos que melhorar esse procedimento, nós temos que melhorar a questão do licenciamento em Porto Alegre, nós temos que trabalhar no que já existe. Nós não podemos criar fantoches virtuais e achar que podemos mudar o mundo em seis a oito meses. Então, nós temos que ter todo esse cuidado para ser um plano sério e fazer com que a sociedade acredite nessa mudança, não é só para fazer vistas para alguém achar bonito. O plano tem que ser de verdade e tem que fazer a população acreditar nisso. Hoje eu me coloco nessa situação de não acreditar nessa tal mudança que está sendo apresentado. Obrigado. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Nós estamos muito agradecidos pelo convite de você participar lá conosco, de conversarmos, porque nós possuímos a diretoria territorial, nós possuímos vários técnicos na parte de parcelamento de solos e o pessoal está muito engajado em conversar acerca desse assunto. Então, nós temos alguns debates internos lá dentro, onde são repassados os outros para o nosso novo superintendente, que já foi diretor na parte de gestão territorial há um tempo. Então, é uma oportunidade para todos poderem expor seus pensamentos e suas ideias, uma vez que todos trabalham com Plano Diretor de outros municípios. Então, o pessoal está bem empolgado e feliz com a sua presença na nossa casa. Muito obrigada. Boa noite. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Vai ser bem enriquecedor a gente levar a equipe também e juntos fazermos essa integração de coisas boas na cidade. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Nós já tínhamos comentado que a ASBEA este ano se organizou de alguma forma, criando um GT, grupo de trabalho, como nós temos em outras atividades. Inclusive, comentamos que na CONSTRUSUL fizemos um debate bem interessante, onde pela primeira vez trouxemos um economista, não só arquiteto. Um era um professor da UFRGS, o Anthony, que ele mesmo se institui como blogueiro. Então, esse tipo de atividade que a gente tem feito, para tanto para ser provocativo com a comunidade e para nós mesmos. Também somos poucos associados que podem se dedicar, efetivamente, porque requer muito tempo esses grupos de trabalho. Então, criamos uma metodologia hoje junto com a PUC, que é quem está nos assessorando, eu entendo quase como que a Prefeitura está se assessorando com o ONU Habitat, pensamos essa mesma metodologia. Então, nós temos nos reunido, inicialmente era todas as semanas às 17 horas lá na PUC, agora é quinzenal. E uma das coisas que a gente tem visto muito, geralmente é a questão da gestão e a importância de ter uma Secretaria de Planejamento forte no governo. E agente entende que a secretaria é o que comanda, é a cidade. Não qualquer outro assunto que não passe por uma visão de planejamento, de urbanismo. Então, talvez a valorização de um instituto de planejamento onde não dependa de um governo mudar e a cidade pare ou recomeça cada vez que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

muda o governo. A gente entende que tem que ter algum órgão que está sempre andando, independente com a mudança do governo. Estamos abertos, também recebemos o convite, também já estamos convidando antecipadamente a própria Patrícia para ir nesse grupo, ainda não conseguimos fechar agenda. A gente acha uma oportunidade essa da ONO Habitat, de que realmente poder talvez trazer algumas outras pessoas, novas ideias e novos conceitos, algumas coisas que ajudem tanto na metodologia como conceitos. O que nós procuramos na PUC, e é mais fácil para nós, é o meio acadêmico, essa foi a nossa metodologia. Então, esperamos que essa parceria junto com o ONU Habitat abra essas portas. Eu não pude participar na quinta-feira, na apresentação, não sei se todos foram, se vocês julgarem importante mostrar alguma coisa do que foi mostrado na quinta-feira ou outro dia. Eu acho que acho que é interessante mostrar aqui para nós. Então, é isso. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida a nossa ideia proposta é fortalecer o planejamento urbano, a gente reconhece, sabe da importância de uma cidade ter um planejamento urbano fortalecido. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Secretário, posso fazer um Aparte antes fala do Felisberto? Só para reforçar o que falou o conselheiro. O Conselheiro Saffer citou sobre o Instituto de Planejamento, só para vocês terem uma ideia, no último Plano Diretor está lá nas finais e transitórias... Como que a gente chama isso? Disposições finais e transitórias, que Porto Alegre teria um prazo de alguns meses para instituir o Instituto de Planejamento de Porto Alegre. Até hoje isso não foi feito, mas é de iniciativa do executivo, não adianta um vereador querer fazer tem que ser da iniciativa do executivo. Passou-se 10 anos e não se fez o instituto, tirou-se força do planejamento e talvez pensando que pudesse fazer um instituto, como falou o Saffer, que talvez hoje estaria até nos ajudando aqui no Plano Diretor. Muito obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O bom da idade é que a gente participa de todos esses 30 anos, a gente tem participado e visto o que esta cidade construiu com a participação. E o plano de 99 é um exemplo disso, foram seis anos de construção do plano de 99. Foi um plano construído e ouvido todos os atores. Não é nenhuma novidade o que estão tentando fazer agora, mas já foi feito no passado, é que a memória se perde. Esta secretaria aqui teve uma atuação importantíssima. O Hermes fazia parte, Newton Burmaister, Elaine Grimm e outros, que eram técnicos competentes. Não que a Patrícia não seja, não é isso que está em jogo, mas a memória não se pode perder e o Plano Diretor de 99 estabeleceu 08 estratégias e essas estratégias é uma preocupação que eu tenho. Eu queria que a Patrícia e o secretário tivessem a mesma preocupação, porque ela foi pensada, ela não foi ali posta naquele plano por acaso. Ela tinha uma visão de cidade e nunca foram aplicados os planos regionais. Esse é o grande problema hoje. Primeiro, antes de fazer uma revisão nós temos que primeiro ouvir as regiões. As regiões de planejamento estão discutindo a nossa realidade e a partir da nossa realidade e dos nossos problemas interferir no planejamento urbano, porque quem sofre a maior consequência de um plano são as comunidades. Os técnicos passam, os secretários passam, o Prefeito passa e os problemas ficam. Agora, nós temos que ver que cidade nós queremos. Eu e os e os delegados da RGP. 01 quer uma cidade participativa e inclusiva, que resolva os seus problemas e não crie mais problemas. Nós não podemos ter uma cidade com mais problemas e toda grande obra implica em problemas de mobilidade urbana, de comunidade oprimida pelos grandes empreendimentos, aí aceita as medidas mitigatórias e compensatórias. Isso é um jogo muito perigoso, e aqui estou me contendo para não usar outra palavra. E o Paulista falou, está muito capitalista mesmo e menos



participativa e de valorização da cidade. Porto Alegre tem uma experiência única, isso não é bairrismo, Porto Alegre tem a melhor condição de fazer um plano com a sua cara, não precisa vir ninguém de fora. Tenho o maior respeito pela ONU, porque eu fui representando no Habitat 2, na Turquia, em Istambul, representando o Orçamento Participativo. Foi lá em 96, fazem 23 anos, mais até. Eu fui representando o Orçamento Participativo como uma das 40 melhores experiências do mundo, lá em 96. Fomos premiados, fomos eu e o Ubiratã, falando pelo governo o Ubiratan de Souza e eu falando pelo Orçamento Participativo, que foi a ONU que nós agraciou com esse prêmio, como de Gestão Pública. Então, eu penso assim, Patrícia, que também deve ter uma conversa com o Orçamento Participativo. É importante. A Maristela não falou, mas eu vou falar, a RGP. 07 tem a Lomba do Futuro. Alguém conhece esse projeto? Alguém já viu isso? Foi construído por esta secretaria, com detalhamento na comunidade lá. Foram lá na comunidade e fizeram a Lomba do Futuro, depois na Região 06, que é do Gomes, teve um início de uma discussão também, foram as duas regiões que tiveram início. Então, seria bom retomar isso, porque foi todo um trabalho que foi feito. Então, é bom a gente ter a memória. E a RGP. 01 é polêmica, um pouco pelo seu Conselheiro, mas faz parte da minha essência discutir a cidade que eu amo, porque eu sou Porto Alegre, nascido no hospital alemão, que hoje é Moinhos de Vento, em 1953. Adoro Porto Alegre, moro no Centro, adoro o Centro. Eu acho que a cidade tem tudo para resolver os seus problemas. Viu, Paulo Jorge? O que falta é coragem de resolver os nossos problemas, aplicar os recursos nos nossos problemas e não imaginar - vamos embelezar a cidade trazer turista! Nós já temos turistas demais aqui que não pode acessar nem os parques daqui um tempo, nem praça. Então, a gente tem que ter cuidado, nós temos o turismo interno e isso tem que ser valorizado, nós temos que pensar nos nossos bairros, nas nossas comunidades, criar estrutura nas comunidades. Tem áreas, por exemplo, na Lomba do Pinheiro que podem ter um parque, eles têm que discutir isso lá. Tem na Restinga também. Então, há uma série de áreas nas cidades que pode viabilizar melhor qualidade de vida para sua comunidade. Tem áreas, por exemplo, de 79 hectares na Lomba do Pinheiro que estão completamente abandonadas, que é da família Remião. Quem conhece Porto Alegre sabe quem é a família Remião na Lomba do Pinheiro. Lá tem 79 hectares, que pode ser um belo parque. Tem lá 79 hectares, uma área maravilhosa, tem algumas comunidades no entorno que ocuparam parte disso, mas faz parte da luta pela função social da propriedade. Então, eu penso assim, a RGP. 01 vai ser parceira, nós não vamos nos omitir disso e depois nos informes eu falarei de uma atividade que a gente tem, que é a defesa do patrimônio público e a defesa da cidade. Obrigado. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Para fazer uma referência ao caríssimo Prefeito... Não, Presidente! (Risos). Mas quem sabe proximamente seja prefeito ou futuramente este conselho esteja diante de um prefeito, né. Patrícia, é realmente um prazer estar aqui contigo neste momento e poder levantar certas questões importantes para nós enquanto CAU. Germano, eu me senti como aluno que chega a uma escola nova e é tratado *bullying*, porque todas as entidades de classe foram convidadas e nos como CAU não. Então, por isso eu comentei, em retaliação, a modo de brincadeira, pediremos o registro profissional de todos os arquitetos que participam (Inaudível). Agora sim, vamos falar de verdade. Patrícia, eu não sei o que significa planejamento urbano com desenho urbano. Eu vi tanto na apresentação da prefeitura, como aqui, é muito desenho urbano e planejamento urbano. As oito estratégias que o Felisberto falou são muito importantes, porque a cada 10 anos a gente reavalia. E tem muitas dessas estratégias urbanas que não estão sendo cumpridas no PPDDUA. Precisamos de cada uma dessas coisas antes de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

864 entrar em algo sumamente importante, como os espaços urbanos. Eu acho que faltou
865 muito na tua apresentação, eu espero que tenha, soim, eu acredito que deve ter
866 metodologia. Quando a gente inicia um projeto com o ponta pé inicial, tem sim toda uma
867 metodologia, todo projeto nacional e internacional se apresenta pela metodologia como a
868 ser feita, além do cronograma. E aqui a metodologia não sabemos como fazer esse
869 processo, por mais que você tenha dado algumas pinceladas do aspecto participativo,
870 colaborativo e algo que é mais importante, que é o empoderamento. Palavra de
871 empoderamento não tem se não existe participação, se não existe colaboração. Portanto,
872 é algo que dentro da própria metodologia da ONU tem que colocar, esse tipo de palavra. E
873 empoderamento não significa só empoderamento dos conselheiros neste momento se não
874 há participação social e efetiva das comunidades em cada uma das comunidades que
875 participaram efetivamente dentro processo de reavaliação. Então, a ONU eu não sei como
876 vai participar. Eu conheço a metodologia da ONU em alguns aspectos, algumas coisas
877 como estão sendo neste momento, fazendo a reavaliação do México, o que a ONU está
878 fazendo na parte de todo o Nordeste aqui no Brasil. A gente conhece, mas não conhece
879 como será implementado aqui em Porto Alegre e conhecendo que aqui em Porto Alegre,
880 no Rio Grande do Sul temos grandes profissionais que poderiam fazer esse tipo de
881 trabalho e não precisaria da ONU para carimbar um processo que, tudo bem, pode ser
882 certo ou não. E me preocupa fortemente agora sim como consultor, que há mais de 20
883 anos vem fazendo esse tipo de coisa. Quando eu licito internacionalmente o diretor de
884 projeto tem que ter no mínimo 15 anos de planos e estudos, o coordenador de projetos
885 tem que ter 10 executando projetos desta magnitude. Aqui em Porto Alegre eu não sei
886 quem vai ocupar esses cargos, o que vão fazer, como vai ser realizado este tipo de
887 situação. Existe um plano de mobilidade aprovado dentro do Ministério das Cidades, no
888 qual eu estou participando no processo de habilitação. (Inaudível)... que pouco conversou
889 e não conversa nada com o plano diretor urbano. E a tua apresentação de ontem,
890 tangencialmente sai do assunto, sabendo que essa relação, essa inteiração entre o uso do
891 solo e da parte da mobilidade é fundamental para a execução de uma cidade mais
892 humana, mais inclusiva e mais sustentável. Então, eu acredito que são várias coisas que
893 tem que ser trabalhadas, esse aspecto multidisciplinar, não só simplesmente arquitetos,
894 engenheiros, mas sociólogos, psicólogos participando desse projeto. Eu não sei se isso
895 está dentro da sua equipe e como vai ser esse processo de contratação. Algo que me
896 chama atenção, Germano, que tu às vezes tu falas é que são três universidades que se
897 apresentam, a PUC, a UFRGS e a UNISINOS. Senhores, parece-me muito bem, mas
898 nenhuma dessas universidades estão com o com o curso de arquitetura e urbanismo.
899 Tudo bem que é a PUC e a UFRGS, universidade onde eu lecionei, mas nenhuma delas
900 tem o centro de arquitetura e urbanismo, será de tecnologia, mecatrônica, pode ser, mas
901 para um Plano Diretor o que tem que estar envolvido são os estudantes de arquitetura e
902 urbanismo, que é algo que não está sendo tocando neste momento. Talvez posamos
903 reivindicar e chamar eles dentro desse processo das universidades. Uma vez mais, espero
904 o convite para não pedir o registro profissional dos arquitetos (Risos). Muito obrigado.
905 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
906 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emílio. Eu peço desculpas em nome
907 da Secretaria, do município. A gente não sabe que equívoco aconteceu para não ter chego
908 o convite, mas está sim, é uma das entidades listadas onde a gente teria enviado o
909 convite. Sem dúvida a gente vai pessoalmente até a entidade apresentar esse trabalho,
910 que é o início. A gente vem construindo este plano de trabalho junto com a ONU, onde
911 todas as regras eles aplicam para todos os territórios das especializações. A qualidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

técnica será apurada, necessariamente, nesse processo para fins de contratação dos consultores que vão nos dar suporte. Este trabalho vem sendo construído e na sequência hoje, de fato, era uma apresentação mais inicial, onde a gente traz toda a participação democrática exigida por lei, tudo aquilo que é exigido por lei e aquilo que a gente está colocando a mais e necessário desse processo contributivo. Com certeza, a administração quer sempre nivelar um pouco o conhecimento, a gente vai trazendo, maturando, esclarecendo na medida do possível para todos convergirem em um denominador comum.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu acho que o Conselheiro Emílio fez uma excelente síntese das questões colocadas. Eu estava muito na expectativa de ouvir e eu acho que tem dois princípios balizadores, que é da revisão de qualquer plano diretor, que é o princípio da informação, aliado também ao princípio da transparência. Eu entendo isso como um pontapé inicial, mas eu acho que ainda falta um pouco do princípio da informação, porque a informação não chega. Nós estamos esperando e falando aqui há quanto tempo, mas a informação não vem e quando vem ela vem de forma pingado. Então, nós não temos mais detalhes de cronograma, metodologia o própria título, que é a apresentação do memorando da ONU, mas eu não vi ela falar na ONU na apresentação dela. Então, eu espero e a gente está aqui no sentido de tentar contribuir, cada um dentro da sua área de segmento, que a gente consiga evoluir, na verdade. E que nós não sejamos apenas uma participação, uma colaboração passiva. Na verdade, que a gente consiga ter uma participação mais efetiva dentro dessa próxima revisão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Sem dúvida, que a gente consiga fazer um trabalho participativo, contributivo. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu vou tentar ser mais pessimista, porque eu não sou jogador, como o Felisberto, como o nosso amigo Emerson, o Dal Molin e o nosso Secretário que tem uma visão importante. Pessoal, eu vejo o seguinte, eu participei no de 99, era fechado. Participaram os iluminados, mas não a favela, os iluminados. Eu estava aqui dentro, eu me dava muito bem com o Newton. Foi em 99 que nós pedimos para abrir o setorial de planejamento de bairros, ele concordou. O que acontece? Eu acho que o processo tem que avançar, em 2009 foi fechado, não foi aberto. Novamente os iluminados e arquitetos. Ou seja, plebeu é plebeu, arquiteto é arquiteto e engenheiro é engenheiro. Acabou, porque a favela vai só até ali, até onde quero que ela participe, o resto sai fora. Isto está bem claro, não me venham dizer que vão ouvir a comunidade. É experiência! Nós somos aqui cobaia da secretaria municipal e de arquitetos. Cobaia! O senhor é testemunha, porque quando eu propus em 2016 fazer aquele encontro geral, foi acatado, mas no final que, comandou, quem foi? Não fomos nós e nem o Paulo Jorge. Ficou como coadjuvante sentado num canto olhando. Quem propôs toda a metodologia para a discussão foi o Jorge, mas no final não participou. Aí mudou todo o conceito. Quando a favela propõe, no fim a favela não comanda, não sou arquiteto, não sou engenheiro, são os iluminados que vão vir e eu fico sentado no canto. Se eu fosse psicólogo, arquiteto, seria outra discussão. É olho a olho e nariz com nariz. Eu venho propondo várias questões aqui dentro, já fizemos várias revisões aqui dentro. Eu acho que tudo bem ter experiência, eu não fui a Espanha, a Colômbia, a Holanda, não fui conhecer outras cidades famosas como já foram outros amigos. Conheço só a Argentina e o Chile mal e parcamente. Eu acho que para a contratação de uma empresa cabe ao prefeito contratar, contratou, contratou, o problema é dele. Agora, cabe a nós aqui também termos a nossa responsabilidade em conjunto. E aí vem o nosso papel que estamos discutindo. Como fazer o Plano Diretor? Trabalho se divide para discutir o Plano Diretor de Porto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Alegre, aí tem o nosso papel. Também que o nosso Presidente, o Germano, que acorde, porque o que vai ser discutido aqui dentro vai encaminhar dentro do tema dessa empresa. A empresa vai vir aqui explicar e que tenha gente nossa dentro, que a Patrícia leve as nossas referências. Aí proponho o seguinte, meu querido presidente Germano, como a minha comunidade vai entrar no processo? Como? Que é a Região 5 que tem seis bairros, uma população de 350 mil pessoas, como vai entrar nesse processo? Como? Ouvindo o Paulo Jorge? Não! Eu estou propondo, até estava falando com meu amigo Gomes aqui, conferências nos bairros. Eu vou fazer a nossa conferência. Estou propondo para o final de outubro, novembro, conferência da Região 5. Eu vou na Faculdade Ritter dos Reis, vou falar com o professor da faculdade para abrir espaço e fazer conferência na Região 5. Vou envolver toda a região para trazer um plano de ação e entregar para a Patrícia. A Região 5 pensa assim, assim e assim. Não sentar com meia dúzia, tem que ser conferência, porque se eu quero que a Região 5 melhore a situação de planejamento, abrindo rua, educação, mobilidade urbana, saúde, tem que ter uma conferência geral e que seja assinado pela região. E que o nosso Presidente acate, que a Patrícia acate o que a região discutir, para entrar no plano de ação. Aí eu concordo, porque aí toda a região assinou embaixo, mais de 100 pessoas da região que vão participa dessa conferência de planejamento. O pessoal já está puto da cara na região de botar no plano de ação várias questões e não sair nada no papel. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou encerrando. Tem vários processos da Região 5 que estão parados, não saiu do papel. Então, estou propondo fazer essa conferência. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida o processo democrático vai ocorrer dentro das regiões com oficinas, audiências, seminários, congressos, conferência, todo o processo dentro da comunidade, enfim, para que a gente possa desenvolver um bom trabalho. A gente se aproxima do horário final, mas vamos concluir. Eu imagino que houve a abertura do período de comunicações, todo mundo teve a oportunidade de falar, não há necessidade da gente depois inverter a pauta, mas a gente coloca em votação, naturalmente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiro, cumprimentar esses atores que a gente já conhece há algum tempo. Germano nosso Presidente, a Patrícia pelo estágio que se chegou de estarem aqui estarteando realmente o processo de discussão do Plano Diretor. Só para lembrar um pouquinho, em 2016 a gente já levantava essa questão, no final de 2016, e levantava junto com a Patrícia, nesse grupo, da necessidade de discussão da revisão do plano diretor. E mais claramente quem levantava isso ainda era a Ada, porque quando nós propusemos um seminário no final de 2016 para fazer uma discussão de planejamento urbano, básico, em nível de conceituação, a Ada nos propôs que já essa discussão fosse em cima da revisão do plano diretor. E aí quando nós fizemos aquele seminário lá no Capitólio, o eixo foi esse da revisão do Plano Diretor, preparando os atores e os espectadores em uma abordagem histórica dos planos diretores que foram apresentados, inclusive, pelas pessoas de origem lá de décadas dos planos e que se conseguiu trazer para Porto Alegre. Foi excelente! Eu digo para Porto Alegre porque tinha arquitetos aposentados, velhos, velhas, mulheres. Aliás, as mulheres predominaram naquele seminário, que vieram do Rio de Janeiro e outras pessoas. Então, aquele processo, por indicação do Conselho, poderia ter iniciado já em 2017. Quando nós vamos ao prefeito em 2017, o prefeito novo que assumiu, o Marquezan, nós levamos a pauta do Conselho. Não sei se o Germano estava lá naquela reunião, mas nós colocamos claramente, eu coloquei, o Rogério estava que eu me lembro. E a colocação para o Marquezan foi essa, que ele tinha pela frente esse compromisso de promover a revisão do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Plano Diretor, de estartear o processo. E aí foi feito foi, 2017 foi um ano muito rico em discussão, a sociedade de certa forma discutiu o Plano Diretor, a revisão do Plano Diretor quis iniciar uma discussão, que não teve eco dentro do governo. Ficou parado. A gente também cansa e tu ficas batendo sozinho. Em 2018 nós não conseguimos fazer uma discussão, evoluir, avançar, porque nós ficamos consumidos em uma eleição do Conselho do Plano Diretor, uma eleição que tinha que ter acontecido no final de 17, não aconteceu e nós fomos até a metade do ano resolvendo a questão eleitoral. Além, é claro, da pauta, que a gente sempre vai atendendo do que é proposto dos processos que tem que passar e a gente tem que discutir. Então, eu fico muito feliz desse processo estar iniciando e ser estarteado. Eu quero fazer uma pequena contribuição e depois a gente vai discutir mais sobre isso. Em 2017, quando a gente discutiu a revisão do Plano Diretor, nós tínhamos uma ideia, as regiões tinham uma ideia, que agora a gente pode se encaixar nesse processo. A ideia das regiões, eu estou falando daquela época, porque naquele período de as regiões tinham uma discussão mais afinada, eram mais orgânicas, nós temos almoço dos conselheiros regionais para discutir estratégias de participação aqui dentro. Isso deu muito resultado em relação à posição que nós tomávamos, como que nós encaminhávamos as coisas. E a discussão na época que você tinha era o seguinte, a ideia que se tinha era o seguinte, era nós discutimos uma pauta comum nas regiões, cada região fazia a sua reunião, a sua pauta com pontos comuns, além de outros pontos. E esses pontos comuns eram exatamente aqueles que nós começamos a discutir com todo mundo aqui, que eram os 12 temas que foram tirados aqui, proposto pela Ada. Vou falar na Ada de novo, porque de certa forma sintetiza quem estava fazendo a pauta, mas tinha diversos outros arquitetos do governo. E aí nós tiramos aqueles 12 pontos que se complementavam com mais os 18 objetivos. Então, a ideia era fazer aquela discussão nas regiões e depois combinar com o que seria um seminário das regiões, para trazer as posições aqui para o Conselho. E a nossa expectativa era o quê? Que as entidades também fizessem a mesma coisa, que as entidades com suas características fossem fazer essa discussão e nos encontraríamos em um grande seminário no Conselho do Plano Diretor para contribuir com a revisão. Eu acho que as condições estão dadas para a gente entrar nesse processo, fortalecer esse processo, realmente trabalhar com independência, porque as regiões têm suas características próprias, as regiões não podem ficar atreladas a movimento nenhum, as regiões têm outra dinâmica, inclusive, outra linguagem, como disse a Maristela esses dias. E com razão, tem outra linguagem. Eu acho que as condições estão dadas para nós iniciarmos esse processo. Meus parabéns aos batalhadores, ao entusiasta Presidente e a Patrícia que está aqui conosco representando muito bem os arquitetos da Prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Sem dúvida o nosso vice-presidente vai contribuir bastante na condução dos trabalhos. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Rapidamente, indo ao encontro do que o Emílio colocava e colocar a EPTC à disposição para participar ativamente dessa construção, incluindo a questão da mobilidade urbana, circulação de pessoas e veículos, tanto nessa escala do espaço público que vocês estão propondo, como na Global. Eu vejo uma grande oportunidade na participação da Rovana. Eu acho que essa questão não vai ser deixada de lado e que seja uma oportunidade para o Plano de Mobilidade Urbana estar, efetivamente, inserido e de mãos dadas com o Plano Diretor. Estamos à disposição e também entusiasmados para fazer essa construção. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Júlia. Sem dúvida, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Secretaria de Mobilidade, a EPTC, enfim, vai nos ajudar bastante nesse processo aí de revisão. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite. Antes de mais nada, eu gostaria de dizer a todos vocês que eu, provavelmente, muito provavelmente, sou o mais novo participante da prefeitura. Eu tenho apenas seis meses de prefeitura, não sou concursado, mas vim aqui para colaborar e me coloco à disposição da Patrícia para colaborar bastante nesse plano. Tenho uma experiência bastante grande em construção e contribuí muito para Porto Alegre. Eu sou porto-alegrense, adoro Porto Alegre e vou viver aqui o resto da minha vida. E quero dizer a todos vocês que vamos pôr mãos à obra nesse processo. Boa noite e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Seja muito bem vindo a este Conselho. Sem dúvida, vai nos enriquecer com a sua colaboração. A gente está no horário. Nós combinamos que, pontualmente, a gente iria em função daquela mudança. A gente tem uma pessoa inscrita para falar. Como a gente deu oportunidade que todos se manifestassem, eu imagino que não haja necessidade da gente abrir o período de comunicações. Se alguém tem alguma manifestação específica para fazer, a gente dá oportunidade da Leonite, uma cidadã da região que quer se manifestar. Desculpa, eu ainda não conhecedor do Regimento, coloco em votação a manifestação da Leonite da Região 8. Favoráveis à manifestação? Aprovado por unanimidade. Por favor, 03 minutos. **Leonite Alagueno (Visitante), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Primeiramente, eu peço desculpa ao meu colega, né meu nome é Leonite Alagueno. E talvez ele tenha uma reação, assim, até espiritual, porque eu quero colocar três coisas. Eu sou da RGP. 08, eu venho do OP e fui convocada para ser conselheira do Plano Diretor. Eu sou precursora da escola técnica do Hospital da Restinga, junto com o Everton Cunha. A cadeira do OP aqui, que sempre foi o meu colega que pautou para estar aqui. A saúde também que não era representada dentro do Plano Diretor. E as AEIS, tenho uma tristeza muito grande com a RGP. 06, que é a Cristal, porque é uma dor imensa você descobrir que foi usada. Eu que levei as AEIS para a Câmara dos Vereadores e por 04 anos debatemos isso aqui dentro. Eu gostaria que o Presidente colocasse que a nossa região já debateu o que a gente quer. Projeto Zona Sul, perfeito, que nos levou para Milão com pessoas de grande valor, GAPLAN, UFRGS, UNISINOS. A RGP. 08 tem projeto já discutido. Não teve memória! Projetos que a gente precisa, que foi engolido pelo PISA, que só se preocuparam em colocar o dinheiro na cidade. O PISA e o Projeto do Salso, que foi engolido. Temos o Projeto do Moro São Pedro, que não está sendo discutido por nenhum conselheiro. E temos o projeto para o Pilinha, que na inversão, na saída do prefeito e entrada deste se foi dado para uma associação, uma área que era para ser projeto para o Pilinha, porque lá tem a casa antiga da Farroupilha. Então, não está se fazendo nada. A revisão de Plano Diretor foi necessária. E eu gostaria que vocês prestassem muita atenção neste momento, porque eu estou vendo aqui três erros que nós cometemos. Ninguém queria o Minha Casa Minha Vida, eu briguei tanto com o Fogaça que ele um dia me deu neste plenário aqui, além do Plano Diretor para discutir o Minha Casa Minha Vida. E tivemos um erro grande. Hoje a gente sofre com a Juca Batista e a Pires de Castro congestionada. EPTC trancou os olhos. A grande quantidade de prédios sem infraestrutura, sem praça e sem avenidas. Problema sério e gravíssimo, porque o dono da área e o SINDISCAO levou a melhor. DEMHAB fechou os olhos. A Juca Batista está congestionada. Eu estou voltando para dizer. Outra coisa que eu gostaria, que era para eu vir de semana passada... (Sinalização de tempo esgotado). Só um pouquinho. Nós discutimos na época a regularização fundiária, fui eu que levantei todas as áreas de Porto



Alegre. Meu nome está lá, eu ia até sábado e domingo. Então, assim, o solo criado era para ajudar a revitalizar as áreas. A senhorita ali do projeto, por favor, eu gostaria que você prestasse atenção em mim, aí tu vais saber o porquê que a Cruzeiro não está no mapa que você mostrou, porque é de propósito, porque quando o grande empreendedor se interessa pela área faz a faxina como a Avenida Tronco. E que eu fui a precursora. Quando eu votei AEIS foi para dar o direito de posse para depois transferir eles, mas a minha área ficou parada. Outro ponto que o Senhor tem que fazer, senhor, é ver se o que vocês discutem fica dentro da lei dos cartórios e do registro de imóveis, porque eu ganhei aqui por unanimidade o Projeto Parque Agrícola Albion, que eu gostaria que vocês buscassem. E depois fui barrada nos cartórios, aqui ele teve que ser votado na totalidade. O cartório depois parcelou ele todo e hoje eu não tenho como buscar as aberturas das ruas. Então, assim, eu gostaria que fosse discutido sim, porque o dinheiro do solo criado era para essas regiões, para se fazer a remoção das casas e as aberturas das ruas, onde a EPTC, o DEMHAB, o DMAE, o DEP, a SMAMS e esta casa decidiram que tinham que ser removidos, e os Bombeiros. Então, assim, tem que se discutir sim. A RGP. 08 está largada às traças e por um motivo só, para que se pudesse pegar tudo que está aqui e jogar lá. Não vai ficar assim, estou voltando. E o inciso XII, que diz assim: “Perderão os mandatos os representantes das entidades que não vierem”. Eu vou estar alerta. Obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado pelo seu pronunciamento. Sem dúvida, contribui na discussão do plano. (Manifestação fora do microfone). Claro, um Aparte e depois o Conselheiro Felisberto. **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Pessoal, boa noite. Eu sou o Paulo da RGP. 08, sou da região, sou representante da região. Eu perdi minha vez de falar aqui para poder mais ouvir do que falar, porque cheguei agora. Eu gostaria só de dizer um pouco do impacto dos empreendimentos, que eu acho que é muito do que se discute aqui, que a gente tem na comunidade. E quando eu falo também falou de toda a nossa área. Muito próximo de mim nós temos lá eu acho que cinco ou seis empreendimentos, prédios, condomínios que foram feitos, que resultou no impacto de muita gente, e isso não foi infraestruturado lá em questão de educação, que é a minha área. Isso eu posso dizer para vocês, tenho bastante conhecimento disso, a educação infantil. Nós temos lá uns condomínios no mínimo que deve ter em torno de 7 a 10 mil pessoas daquela região e não teve um investimento de educação infantil e nem de saúde, um posto de saúde, uma melhora no posto saúde não teve. Teve lá dentro do Hospital da Restinga, da Clínica da Família, que é uma ilusão, na verdade. O que eu quero entender aqui? Daí eu gostaria de ter uma explicação, se nessa revisão do Plano Diretor se consegue tirar essa questão, por exemplo, teve vários empreendimentos e (Inaudível) não ficou na região, veio para cá. Eu cheguei agora, mas eu vi que nesse empreendimento do Inter, é só um pequeno exemplo, a contrapartida é bem próxima do Inter e nós lá da ponta que temos a maior fragilidade da educação infantil, da saúde, não temos investimento nas áreas necessárias ali. Então, se não me engano é o Hospital Santa Marta que vai ser beneficiado, que é do Centro, penso que é um lugar muito mais estruturado do que a nossa região, do que a região do Paulo Jorge, do que a região da ponta. Então, eu não sei se dentro dessa discussão do Plano Diretor, da nova estruturação, acho que é assim que podemos chamar, que se pense, que se coloque minimamente um investimento naquela região em educação, minimamente um investimento naquela região em saúde; mas mínimo. O condomínio da Lomba do Pinheiro lá, que faz esquina com a Restinga, na divisa, tem 1.700 pessoas e este condomínio usa o Posto Saúde da Pitinga, que é um posto de saúde que já atende o dobro do que deveria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atender, segundo o IMESF, que tem um indicativo de 3.500 pessoas por equipe da saúde da família. E ele já atendia 5 mil, foi o condomínio para lá e passou a 7 mil. A gente não conseguiu botar um portão na frente do posto em decorrência da contrapartida ou da benesse daquele condomínio. Então, a minha humilde pergunta é se nessa discussão do Plano Diretor, que eu nem tenho tanto conhecimento para contribuir, se estão pensando em deixar bem pertinho do empreendimento alguma coisa que leve estrutura para aquelas pessoas ali. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, Conselheiro Paulo, saudar a sua vinda a este Conselho. Sem dúvida, é um palco de debates, amadurecimento aprendido. Sem dúvida, a gente vai contribuir e espera ter a sua contribuição nesse processo de revisão do Plano Diretor, onde a gente tem sim previsão de repactuar essa questão das medidas mitigatórias, tem uma questão técnica vinculada do empreendimento necessariamente, dessas medidas estarem próximas, dentro de um raio de abrangência, porque a natureza jurídica que justifica a cobrança é o impacto gerado. Então, o empreendimento tem que solucionar o impacto gerado no entorno. Então, ele fica no raio de abrangência, mas a gente tem isso no nosso cenário para rediscutir, a gente poder organizar o território para aquelas regiões mais pobres, que talvez os empreendimentos não consigam se levar aquela contrapartida. Está no cenário e a gente vai discutir juntos sim. Então, para encerrar, o Conselheiro Felisberto faz o último. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É rápido. Terça-feira que vem tem uma audiência pública promovida pelo Ministério Público, sobre a questão da mina, e que vai afetar muito a nossa cidade, o hídrico, o ar. Então, é um debate que vai ser às 18 horas. Então, eu queria pedir que a gente pudesse estar como Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental nesta audiência, no Ministério Público, naquelas duas torres ali. Eu acho que isso não é só um compromisso da RGP. 01, mas é um compromisso deste Conselho que trata do urbano e ambiental. É dia 20. É a cidade inteira que vai sofrer as consequências dessa mina. Eldorado está mobilizada, tentaram aprovar um Plano Diretor ontem, a comunidade está reagindo contra a mina de carvão a céu aberto. Então, eu queria solicitar que a gente pudesse estar nessa audiência. Então, eu gostaria de que a gente pudesse ou antecipar para segunda-feira a reunião ou quarta-feira, para não prejudicar nossas pautas, porque não é este o intuito. Eu entendo que é importante e nós não podemos como Conselho nos omitirmos disto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A gente vai avaliar aqui, inteiramente, também em função de outras agendas. Como é um dia fixo, determinado em decreto, vamos internalizar aqui e ver o que é possível da gente fazer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A este respeito, se vão falar em decreto, o decreto mesmo diz que as nossas reuniões seriam ordinárias e seriam quinzenais. Então, eu gostaria de reforçar o pedido do Felisberto, porque é uma audiência realizada a pedido do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal. É uma pauta que ainda não chegou aqui no Conselho, que talvez venha aqui no Conselho porque envolve sim toda a Porto Alegre. Então, entendo que não é questão de vir o suplente, porque daqui a pouco todas as entidades que tiverem interesse em se informarem um pouco mais, e eu acho que é um espaço aberto lá no Ministério Público, seria o momento. Então, eu pediria, já que em função das agendas talvez não seja possível mudar para segunda ou para quarta, que seja adiada a nossa sessão para a outra semana. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente vai avaliar dentro



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1199 das nossas possibilidades e dá o retorno para vocês na sequência. Obrigado, então,
1200 Senhores Conselheiros. Foi um prazer. **(Término às 20h30min).**

1201

1202

1203

1204

1205

1206 **Germano Bremm**

Secretária Executiva

1207 **Presidente**

Relatora

1208

1209 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 17/09/2019, com retificações:**

1210 **Linha 313: “...mas eu quero fazer uma experiência” por: “mas eu quero trazer uma**
1211 **experiência”.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2815/2019

Aos vinte sete dias do mês de agosto de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Si, mas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2812/2019; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice- Presidente deu início aos trabalhos às 18h20min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Senhores conselheiros, em havendo *quórum* a gente dá início aos trabalhos. Inicialmente, gostaria de saudar os conselheiros das regiões, que a gente teve um encontro muito produtivo hoje, antes do início desta reunião. Conforme a gente ajustou no último encontro, nós estamos na medida do possível indo até as regiões,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estivemos recentemente no Acesso. Saudar a Conselheira Claudete, foi muito produtiva a visita e conhecer um pouco do trabalho dá Acesso. Eu acho que é sempre enriquecedor a gente ouvir um pouco e entender como se dá os trabalhos, os processos. Isso, sem dúvida, em nada modifica a postura da conselheira, que a gente respeita a posição dela perante este Conselho, mas é sempre muito produtivo a gente poder conversar e entender um pouco mais as necessidades, os anseios, os trabalhos da entidade. Eu acho que foi muito bacana essa visita. Então, eu acho que a gente faz a votação da ata. Questão de Ordem? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Boa tarde, Conselheiros. Meu Presidente, quero propor passar a pauta 04, passar Comunicação em primeiro, depois da votação da ata. É importante, até porque tem jogo do colorado, o pessoal vai embora... Do Grêmio? Então, esta é a minha proposta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu ia propor a vocês, como a gente não teve a última reunião na semana passada em função da audiência pública, a gente transferiu, deu uma acumulada um pouco nos processos. Realmente, na sequência a gente vai ter o jogo, enfim, pode ser que desqualifique o *quorum*, eu gostaria que talvez a gente avançasse um pouco, como a gente não teve a reunião, acumulou processos e a gente sabe que vai ter alguns pedidos de vista, enfim. É minha sugestão, fica aberto aqui para vocês, a gente avançar um pouquinho nos processos e depois deixa mais aberto, porque como a gente tem horário, lembra que nós combinamos: a gente começa às 18 horas, mas fica até às 20 horas. Então, como a gente não teve na semana passada que a gente pudesse avançar um pouco nos processos, na sequência a gente abria para Comunicações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Secretário, eu estou pedindo a inversão de pauta... (Manifestação fora do microfone). Não, não é sempre, Maristela! Primeiro, quero cumprimentar o Secretário e a sua equipe, a Patrícia e os demais servidores pela reunião muito produtiva de hoje à tarde, esclarecedora. Eu acho que é um bom início de diálogo e democratização da informação para a cidade, que os Joãos e Marias poderão participar da discussão do plano. Quero saudar e cumprimentar sua equipe. Segundo, por que eu solicitei a inversão de pauta? Porque nós estamos prestes a ter uma mina a céu aberto em 5 mil hectares na Cidade de Guaíba... Na Cidade de Eldorado, melhor dizendo, corrigindo. E teve uma audiência pública no Ministério Público, onde foram colocadas todas as preocupações, mais de 500 pessoas estiveram presentes e todas se manifestaram. Foi um evento muito importante, esclarecedor e eu convidei o Everton Lacerda, que é de uma entidade, ele vai se apresentar e gostaria que ele pudesse usar 5 minutos em nome da RGP. 01. E também, amanhã, na Câmara de Vereadores, estará sendo votado o PLC-1618, que é o PLC que permite ao prefeito privatizar, permutar sem enviar a lista dos imóveis para ser vendido ou privatizado. Então, é importante que a população saiba disso e nós fazemos parte do Movimento Porto Alegre Não Está à Venda, Porto Alegre não é mercadoria. E nós não somos contra a utilização dos espaços públicos, mas nós queremos uma ampla discussão com a sociedade, audiência pública, para que a gente possa ver o que pode ser utilizado pela sociedade em créditos, postos de saúde, melhor utilização das escolas. Inclusive, uma área que está para ser cedida é da Mirabal. Então, sendo da Mirabal é uma entidade que presta serviço à mulheres vítimas de violência, é um trabalho magnífico que as pessoas realizam e estão arriscadas a perderem seu espaço. Então, queria a inversão de pauta e obrigado pelo espaço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A gente vota na sequência a inversão de pauta. De fato, eu gostaria que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente avançasse um pouco nos processos, mas eu acho que de repente a gente invertendo a pauta tenta sintetizar, ser rápido, a gente reduz para não ficar, porque semana passada a gente abriu, ficou discutindo, depois não tem tempo para votar. Eu coloco em votação, antes da inversão, a Ata 2812/2019. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2812/2019.** Votos favoráveis? (Contagem de votos = 19 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A ATA.** Então, em votação a inversão de pauta, o período de comunicações. Votos favoráveis? (Contagem de votos = 14 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenção? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Eu pediria, a gente coloca em votação a fala do Everton, representante das entidades. Favoráveis à fala do Everton? Votos contrários? Abstenções? **APROVADA A FALA.** A gente dá um tempo dele de 05 minutos? Depois vamos reduzir repente o nosso tempo para 02 minutos. Pode ser? Perfeito. **4. COMUNICAÇÃO. Everton Lacerda:** Boa noite a todos. Em primeiro lugar obrigado pelo convite e pela oportunidade de falar aqui para vocês. Eu vou deixar passando o material, para fazer a volta se puderem, por favor. Como o tempo é curto e para não esquecer, o principal objetivo de eu estar aqui, de nós estamos construindo o Comitê de Combate a Megamineração no Rio Grande do Sul e neste espaço é pedir para que vocês nos ajudem a trazer uma audiência pública oficial dentro da FEPAM, da Mina Guaíba aqui em Porto Alegre. Teve audiência pública no Ministério Público, teve na OAB, teve na Câmara de Vereadores, mas a audiência pública que nós precisamos é da FEPAM, que vocês ajudem a interagir que este Conselho possa chamar e pedir essa audiência pública aqui em Porto Alegre, seria muito importante. O que nós achamos? A Mina Guaíba, em especial, é muito grande e vai impactar, certamente, é o que nós temos defendido em várias palestras, em debates com a própria empresa COPELMI, junto à FEPAM, que vai impactar a água do Guaíba, vai impactar o lençol freático que abastece os níveis e que mantém os níveis de água. Isso foi mostrado pela própria empresa que eles vão mexer no lençol freático. E o nosso grande medo é o risco que isso pode causar para o Jacuí, que ainda é o único rio que traz água limpa para o Guaíba. Então, a gente acha que Porto Alegre precisa debater isso nesse primeiro momento, é o mais importante que a gente pede para vocês. Existe aqui o manifesto do Comitê de Combate à Megamineração, eu deixei uma dessas com Conselheiro Felisberto, se ele puder depois, e vocês querendo, fazer cópias e entregar. Também deixei uma cópia do nosso formulário, onde estamos coletando assinatura contra a megamineração no Rio Grande do Sul, porque nós acreditamos que nosso estado tem potencial para atrair investimentos e empregos de melhor qualidade do que o da mineração. E falando em tempos de aquecimento global, emissões de CO2, queimadas, enfim, todos os problemas ambientais, a gente perde o apoio de vocês, principalmente nesse sentido. Bom, eu fico à disposição para perguntas, eu não sei como está meu tempo, mas se tiver alguma pergunta que eu possa responder. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente abre para manifestações, 02 minutos, se alguém tem alguma dúvida, enfim, comentário. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite, palestrante. Everton, a quantos quilômetros ficaria essa mina do Centro de Guaíba e do Centro de Porto Alegre? Essa Mina Guaíba. **Everton Lacerda:** A informação da própria empresa é que fica entre 15,16 a 20km no máximo de Porto Alegre, dependendo do ponto que pegar ali. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Do Centro de Guaíba é mais perto ainda? **Everton Lacerda:** Sim. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: A**



importância dessa discussão para a Cidade de Porto Alegre é que é necessário o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental também se manifestar sobre isso, porque envolve área de captação da água para os porto-alegrenses beberem. Além disso, o tamanho dessa mineração a céu aberto é mais de 5.000 hectares. Além disso, ela é feita sobre cavas, que são aberturas e cada cava vai a uma profundidade de 100m para extrair o carvão. Além disso, o perigo disso é que além de extração do carvão há todo o problema da fuligem ou da chuva que poderá ser feita. E pasmem, em volta da extração vão construir, e aí me corrija a quem estiver lá, depois o Everton também pode me ajudar, vai ter um tipo de construção, de um muro, com 10m de altura. E, além disso, fora dessa proteção, terá ainda um dique de 5m de altura. Aproximadamente, acho que uns 100, 150 metros do Rio Jacuí. Então, é muito séria a instalação dessa mina em Eldorado, hoje estão lá muitas pessoas tentando evitar a aprovação do Plano Diretor de lá, que permite a instalação da mina em Guaíba, permite que haja uma área. Além disso, a área onde vai ser instalada é uma área de lençol freático, é uma área com muita água. E poderá prejudicar até a plantação de arroz orgânico de Nova Santa Rita. Então, um problema muito sério, vai contaminar o ar e há um trabalho do professor Roaldo Menegatti, que é responsável pelo Atos Ambiental, que “delemole” o lado escuro do carvão. Então, eu queria propor a este Conselho que a gente pudesse trazer essa explanação do professor aqui, Secretário, para que a gente pudesse ver. Então, eu acho que é um tema que envolve geração e, pasmem, vou dizer de novo, a alegação deles é que vai gerar em torno de 3 mil empregos, mas o dano ambiental é muito maior do que a geração de 3 mil. E vai afetar quatro gerações, e a exploração é só por 30 anos! Isso é uma ironia que estou fazendo – só por 30 anos! Então, eu quero agradecer o espaço, Secretário, e colocar aos Conselheiros, o Campani estava lá, a Claudete estava lá, o Hermes estava lá. Eu acho que os colegas poderão complementar, porque o Campani é área, o Hermes também. Eu sou apenas um advogado, né, mas gostaria que isso fosse um tema que viesse a este Conselho. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde a todos. A ABES em si ainda não tem uma posição, a ABES está fazendo essa discussão, já levou para dentro da sede técnicos da empresa, técnicos contrários ao assunto. Então, o posicionamento que vou trazer aqui é um pouco mais enquanto cidadão da Cidade de Porto Alegre e trazer alguns considerandos. Na década de 80 o Professor Oscar Corbela que organizou, fundou na UFRGS o Núcleo de Energia Solar, hoje o Professor Arno Krenzinger é titular desse núcleo. Propôs ao Ministério de Energia, na época... Não me vem o nome do ministro daquele período, uma pequena usina hidrelétrica no Campus do Vale da UFRGS. Na época o Aureliano Figueiredo Pinto, ministro, negou. Lógico que não foi ele, mas o corpo técnico negou, porque o Brasil não precisava pesquisar energia solar, o Brasil tinha energia hidrelétrica em quantidade, não precisava pesquisar energia solar. Para nós na época foi muito lamentável, porque hoje a gente sabe que a energia solar é a energia limpa que tem, a eólica vem logo em seguida, mas posições que nem essa no passado nos levaram hoje a que a energia solar na nossa matriz energética seja zero vírgula alguma coisa. Essa posição foi reafirmada durante muitos governos. A energia eólica também era a mesma visão, mas de repente o governo federal, a Eletrobrás lançou, se eu não me engano, eu não sei chegou a ser quatro, eu tenho certeza de três editais incluindo a possibilidade de compra de energia a partir da energia eólica. Hoje a energia eólica no Brasil, o potencial implantado está em torno de 15%. Do total que a gente consome de energia por dia poderia ser abastecido 15%. A gente já teve um recorde do Brasil, se eu não me engano chegou a matriz energética em um determinado dia a 12% com fonte eólica. Então, são



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dados que nos alertam para que a tal energia alternativa, eólica, solar, que são bem mais limpas do que o carvão, que é a energia de dois séculos atrás, hoje propalado como uma fonte energética. Também, só para concluir, o Professor Corbela na época levantava um dado que era bem interessante, que ficou na minha cabeça, eu quero recalcular especificamente para este empreendimento, mas aí tem que parar aqueles minutinhos e pensar, né. A Itaipu, para se fazer a Itaipu tem um lago, um sétimo da área do Lago de Itaipu coberto de coletores solares, na época que tinha 10% somente de rendimento, hoje os coletores solares já estão com 20%, produziria a mesma quantidade de energia de Itaipu. Então, eu acho que esses 5 mil hectares ou 4 mil hectares que tem aqui ao lado, se a gente cobrir com coletores solares... E a mina são 23 anos só de exploração, daqui 23 anos a gente vai ter uma grande dor de cabeça ali, por mais que a empresa seja séria, por mais que a empresa seja idônea, que faz um ótimo trabalho, vai ser para o resto da vida uma dor de cabeça, porque os resíduos da mineração e provavelmente da queima, se for feito, vai ficar todo ali. Como aquilo vai se comportar ninguém sabe. Então, são 23 anos de produção de energia e, provavelmente, se a gente cobrir aquela área com coletores solares a gente vai produzir muito mais energia para o resto da vida. Obrigado pelo posicionamento dessa dúvida. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que a minha colocação, para dar continuação aos meus colegas, é trazer esse professor aqui para explanar e a gente poder discutir. Então, não tem como falar sem ver como é a situação. Eu acho que isso é uma coisa muito perigosa e tem que ser discutido muito bem, porque mina de carvão hoje, nesse momento, ao lado de uma cidade não serve mais. Isso matava os negros no passado, porque era mina de carvão, foi o maior banditismo que houve lá. Eu também gostaria de deixar de minha parte do banditismo que está havendo na Amazônia. Não é impossível essas queimadas continuarem, esse Governo Federal fechando os olhos e deixar acontecer. Tem que colocar o exército nas fronteiras, combater esses bandidos, porque é banditismo queimar a Mata Atlântica no Amazonas. Eu gostaria de tirar um repúdio aqui do Conselho para isso, porque neste momento nós estamos sofrendo um impacto muito grande dos outros países, envolvendo esse banditismo dessas queimadas. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero reforçar a importância de que seja debatido neste Conselho pela questão, bom, é uma mina que está prevista há 16km do centro da cidade, das áreas mais densas da cidade. Então, portanto, é muito mais perto do que muitas áreas da própria cidade. Então, ainda que seja um problema metropolitano tem um impacto direto na questão urbana, intraurbana da cidade, cabe ao CMDUA avaliar. Em que pese aí todos os avanços que possa se ter na área de extração e na área da própria queima do carvão, parece, aponta aqui neste folheto alguns impactos já reais, implantou já começa a acontecer esses impactos, como a perda de um das principais plantações de arroz orgânico. E hoje em dia a gente tem essa possibilidade de ter um cinturão verde em torno de uma cidade de 1,5 milhões de habitantes... Olha, dá para contar nos dedos a cidade que pode olhar para si e dizer - Temos esse patrimônio para a gente. E se coloca isso em risco. Fora esses impactos já colocados, a partir do próprio projeto, do próprio EIA RIMA, o risco de acidentes. Se a gente tem risco de acidente, por exemplo, já que o Conselheiro Paulo Jorge colocou a questão da Amazônia, queimou a Amazônia às quatro da tarde, fez noite em São Paulo. Há quantos e quantos milhares de quilômetros de distância? Nós estamos falando de 16 km. O que aconteceu com a Vale, o que aconteceu com a outra represa, represa cai e olha o impacto que deu em todo sistema hídrico, em toda aquela bacia do rio. Quilômetros e quilômetros de novo. Então, a importância da gente olhar para o que está



acontecendo a 16 km. Se é na outra cidade, não importa, o impacto é real dentro, intraurbano. Portanto, é um tema fundamental para o CMDUA. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu também queria dizer que a nossa entidade não tem uma posição ainda, eu estou trazendo a nossa avaliação em conversas informais, também a minha presença na audiência pública. E o que mais me impressionou, teve conversas e debatedores que têm toda a autoridade para falar do assunto, o assunto é polêmico; mas o que me impressionou foram dois palestrantes. Primeiro, o Luis Roberto Ponte, todo mundo conhece, Presidente da Sociedade de Engenharia, com seus 82 anos, com a experiência. Ele fez uma argumentação a favor da economia do lugar, o que significa para a economia do Rio Grande do Sul, mas sem nenhum dado técnico, aquela coisa de que tem que trazer emprego, aquilo que a gente sempre ouve, inclusive, nas discussões dos nossos processos aqui. Enquanto isso, o Auditor Fiscal João Carlos Ladens, ele fez uma palestra que eu considere para rebater os argumentos contrários a essa mineradora, que eu fiquei impressionado e chocado. E são argumentos, ele apresentou a legislação, apresentou argumentos técnicos. A mineração no Brasil praticamente não paga imposto. Então, ele concluiu dizendo praticamente o que vai ter de retorno é o fundo de garantia, são coisas insignificantes. Existe uma isenção, é impressionante. Eu acho que isso aí para quem vai formar uma opinião é bom que a gente se informe para que não caia de “peixinho” achando que vai ser alguma coisa monstruosa para a economia do Rio Grande do Sul, o que não é. Então, todo aquele ouro que foi roubado a pouco lá no aeroporto de Campinas, aquilo lá estava saindo de graça do Brasil. As mineradoras vêm aqui, tiram e praticamente é zero, são muitas intenções. Para concluir, para reforçar essa tese é só olhar para o Estado de Minas Gerais. O Estado de Minas Gerais é riquíssimo, todo mundo sabe que as maiores minerais saem de Minas Gerais. Hoje o Estado de Minas Gerais e as cidades onde tem as mineradoras, o Estado de Minas Gerais hoje eu acho que é o estado mais endividado do Brasil, mais que o Rio Grande do Sul. Se fosse tão bom assim deveria ser um estado rico, afinal de contas tem todos esses impostos da mineração; mas isso eu estou trazendo para que a gente discuta. Eu não estou trazendo uma posição, mas essa palestra foi muito boa muito, muito esclarecedora e é um auditor fiscal, que não fez uma palestra sem dados, como fez o Ponte, defendendo a economia do Rio Grande do Sul, que os empresários... Na verdade, não é bem isso o que ele disse, não é verdade em síntese. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na verdade, nós temos neste momento uma grande mineradora a céu aberto, né. E aí eu posso com isso, já foi dito aqui também, a pergunta, por exemplo, do representante do SINDUSCON, da questão da distância de Porto Alegre, enfim. Imagina-se o que vai impactar no mundo essa questão da biodiversidade. Lá nessa grande carvoeira lá na Amazônia, né, que é liderada pelo Presidente da República, que a gente sabe disso, e também tem uma disputa de milhões lá, disputas de fundos de investimentos naquela região a liberação dos agrotóxicos, enfim. Aí eu venho aqui pertinho de nós, pegar, por exemplo, a questão da exportação do arroz orgânico, a maior exportação que a gente tem para a Europa. Tem a questão dos assentados lá da Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região, que é COTAP, que pega ali as regiões de Tapes, Santa Rita, Viamão, que é superdisputada na comercialização internacional, que é um dos cartões-postais e hoje nós somos o ridículo dos postais do mundo, sendo ridicularizados por todo mundo por essa grande carvoeira incentivada pelos madeireiros e a disputa que existe, que nós estamos vivendo. Aliás, uma barbárie sem tamanho, vergonhosa, vontade de... Nem vou dizer o termo, porque nós estamos em uma reunião pública. Então, a gente fica



um pouco exacerbado, mas eu participei em Assunção, ainda lá em 2001, eu lembro do acordo, o Quadros era delegado, era suplente de delegado, o nosso querido Brasil através da Câmara de Vereadores. E aí eu lembro que a China e os Estados Unidos, que destruíram praticamente quase todas as suas florestas, seus mananciais. Eu vou pegar dois polos para dizerem que eu sou comunista, que só defendendo o comunismo aqui. Vou pegar os dois piores polos de exemplos no mundo, a exemplificação especial é essa questão do carvão. Vocês vejam que eles não têm mais energia, agora é a China, como vai disputar? Tu vais chegar para o prefeito dele e – Não faça isso! Então, só depende de nós mesmos, porque, inclusive, há uma sedução muito grande em relação a isso. Não dá para entrar no médico por causa do curto tempo que nós temos. Nós estamos pleiteando essa audiência pública, agora também pela Assembleia Legislativa, eu trabalho lá na Assembleia também, e a gente vê que ali próximo também tem a questão das comunidades de pescadores, as comunidades Guaranis e os nossos filhos, né. Então, não é a questão, é muito perto de Porto Alegre e é muito perto de todos nós. Então, é sim um problema de todos nós, que estamos vivenciando e nós, mais uma vez, né, vendo 500 metros de área de preservação ambiental há 1 km do Parque Estadual do Delta do Jacuí com essas emissões atmosféricas e a qualidade de água, o quanto todos nós estamos sendo atingidos. Muito obrigada. Por enquanto era isso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A Acesso e Cidadania vem acompanhando esse tema através do Conselho Estadual de Direitos Humanos. Houve várias denúncias, na verdade, e que aportaram no Conselho Estadual. Só olhando por cima os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, que fez parte, na verdade, do memorando, só olhando dois aqui por cima, eu digo no que exatamente isso está altamente relacionado com a nossa função aqui. O objetivo número 02, que fala entre outras coisas em promover a agricultura sustentável. E uma das denúncias que se ouviu é a questão do arroz orgânico, que a Maristela colocou, e o objetivo número 06, que é assegurar a disponibilidade de gestão sustentável da água e saneamento para todos. Uma das maiores preocupações que apareceu no painel foi com relação à possibilidade, o risco altamente grande de se contaminar as reservas, porque Porto Alegre não tem para onde recorrer se for contaminado o nosso reservatório de água. Eu acho que não é um ponto só, talvez o Roaldo, que fez uma excelente explanação o IAJ e o fiscal fez, mas eu acho que tem vários pontos que eles se correlacionam com a nossa atuação aqui. Eu até fiquei muito curiosa, não vi naquele dia lá no Ministério Público, inclusive, talvez o Everton possa nos colocar alguma questão sobre isso, em que medida isso está afetando o Plano Diretor de Eldorado do Sul. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Bem, eu não acompanhei o assunto, mas em relação à FEPAM, esse processo já foi protocolado na FEPAM? Qual é a posição do Governo Estadual em relação a isso? Porque a gente está trazendo um problema que nem foi gerado ainda, né. Então, já tem uma preocupação antecipada deste grupo de mobilizadores aqui, que eu estou vendo que é bastante gente que está envolvida nessa situação. Então, é uma questão, tem que ver a posição da FEPAM, se a FEPAM não quer nem fazer audiência pública, então, deve ter uma posição favorável à proposta. Então, a maior preocupação é o próprio governo estadual. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheiro Emerson. Sendo concluído o período de comunicações, a gente passa a Ordem do Dia. Eu acho importante o debate, enfim, a gente vai amadurecendo no tema. Acho que tu fazes uma complementação final. **Everton Macedo:** O pessoal em Eldorado



do Sul estava comentando agora, não tenho maiores detalhes, eu estava no telefone quando vocês me chamaram aqui para eles me informarem. Teve só um voto lá contrário à alteração do Plano Diretor. E pelo que o pessoal tem nos dito, a forma como ficou alterado o Plano Diretor, é possível que a administração, que o poder público possa permitir a utilização, a extração do solo sem a interferência da comunidade. Mas isso é por cima o que eu sei. Ele tinha me falado ontem à noite, parece que foi aprovado. Bem, são mais 100 entidades envolvidas, tem mais do que essas aqui. E o nosso grande pedido a vocês é que simplesmente tragam o debate para Porto Alegre, dentro do processo da FEPAM.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado. Eu sugiro, o pessoal traz aqui para nós, a gente faz um dia sem pauta debater, a gente fazer essa marcação, mas eu acho que como não teve na semana passada, que não fosse já na próxima, que a gente conseguisse avançar um pouco na pauta, até porque nós temos uma programação na próxima reunião de vir aqui com a equipe do plano, que a gente se comprometeu hoje mais cedo com as regiões de planejamento, para dirimir os pontos de metodologia, de como vai funcionar a questão da inteiração, da sociedade. Enfim, para a gente fazer essa rodada mais profunda de Plano Diretor, que a gente havia se comprometido também lá na outra reunião, aí na sequência a gente faz essa agenda, um dia sem pauta. Até agora, eu acho que em função do plano de fato e das oficinas, como o pessoal sugere nós vamos fazer com mais frequência. Claro, sem descuidar, necessariamente, da pauta, para não atrasar. Enfim, acho que a gente tem que organizar o fluxo e fazer essas discussões. A gente agradece a fala do Everton, que aqui muito nos esclareceu. Passamos, então, a Ordem do Dia. **4. ORDEM DO DIA.** O Item 4.1 da pauta não retornou da Procuradoria Geral do Município. Eu até externo a vocês aqui uma discussão que foi levantada por este Conselho, o próprio governo está avaliando, com relação à primeira aprovação do projeto de lei da Câmara de Vereadores, antes da aprovação do Conselho. O que é legítimo, porque de qualquer sorte, se aprovasse no Conselho, necessariamente, no próximo momento teria que ficar esperando o projeto para aprovar na Câmara. Então, se há uma discussão que, enfim, pode gerar alguma dúvida, talvez que a Câmara vote primeiro. Isso eles estão avaliando, acho que por isso que está atrasando também o retorno aqui do processo pautado. O item 4.2 da pauta, Conselheira Claudete. (Manifestação fora do microfone). Ele comenta de tirar, se a decisão for do governo em relação a aguardar o projeto, a gente pode retirar, não há problema. A gente construindo, avaliando isso. O Expediente 19.0.00040017-6. Conselheira Claudete e Conselheira a Maristela, tem que apresentar o relato do pedido de vista. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Em colaboração aos colegas, vou fazer de forma bem sintética, junto por escrito. Eu sugiro, na verdade, um caminhar de diligência, inclusive, eu fiz um contato com a Procuradoria do Patrimônio Público, relatei o caso e perguntei qual seria o entendimento deles. Eles entendem que esse expediente, na verdade, como não existe uma definição se o bem é público ou se o bem é privado, que poderia, que deveria, como já consta dos autos, deveria passar para lá para uma apreciação. A gente tem uma lei municipal, a 10.222/2007, que fala que essas servidões de passagem deveriam ser desafetadas. Então, eu tenho um questionamento se isso é desafetação ou desgravame. Então, se é desafetação não seria nem nossa competência aqui no conselho. Se é desgravame, aí sim, estaria dentro da nossa competência. Eu tenho também uma notícia, que a prefeitura, saiu há dias atrás que a prefeitura fez um grupo de trabalho exatamente para apurar e fazer um pente fino nos imóveis do município. Eu entendo que as servidões possam se incluir aí para verificar a situação. Então, acho que não caberia a este Conselho



adotar um posicionamento de desgravame, porque é um dos requisitos iniciais, até se fosse um caso de loteamento a gente grava para depois registrar na matrícula se o bem é público. Então, não caberia nós fazermos uma votação ou encaminhamento se a gente não tem algo que é anterior, precedente. Então, esse é o meu pedido de diligência.

Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Eu gostaria de endossar o posicionamento da Acesso, tendo em vista também que não há uma definição da área em relação à Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E acho que nesse sentido nós temos que ter muita responsabilidade, porque nós vamos estar avaliando algo que realmente nós não temos a ciência necessária. Eu acho que quem tem expertise para nos trazer de volta. Então, portanto, a questão da diligência é fundamental e nós assinamos embaixo em relação a isso. Muito obrigada.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Diligência à Procuradoria Geral do Município. Eu só ressalto, não há problema que tenha uma manifestação, tem a Nota Técnica 65/2019 da Procuradoria, que, necessariamente, antes de vir para a Dra. Eleonora Brás Serralta manifestou a concordância de encaminhamento. Se vocês acham...

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Só tem que fazer um pequeno adendo, Secretário. Tem Nota Técnica 223/2018, que diz assim: “O pleito deve ser submetido à Procuradoria do Patrimônio Domínio Público desta PGM por competência. É isso que refere a Nota Técnica 223/2018.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Essa nota técnica é de quem//

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Da Procuradoria Setorial de Licenciamento.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Uma posterior a essa nota técnica, é anterior? Estamos verificando, porque a gente tem a Nota Técnica 66/2019. Não sei se é da Dra. Eleonora. Conselheira Claudete, a data tem aí?

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Depois uma outra manifestação de um técnico, que diz: “É necessário definir a questão para o encaminhamento que deve ser dado, desgravame ou desafetação”. Então, tem duas manifestações técnicas nesse expediente, que diz: “Antes de qualquer encaminhamento”. Primeiro, é necessário esse esclarecer público, até porque se for público o procedimento é distinto.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, a gente encaminha vista para a Procuradoria, formulando essa diligência. Eu acho que o teu questionamento está bem claro, Claudete. O item 4.03, foi redistribuído para o Conselheiro Paulo Jorge, em função de uma questão levantada pelo CAU, que a gente está aguardando a resposta da presidência lá, nós aqui, internamente, também pedimos suporte da Procuradoria para nos orientar com esse posicionamento, enfim, porque o conselheiro relata que são impedidos de fazer relatos. Enfim, a gente vai avaliar. Estamos esperando o posicionamento da presidência lá para a gente também ver aqui como é que a gente opera. De repente o conselheiro faz os esclarecimentos para o grupo.

Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Basicamente, o fato de fazermos um tipo de relatório técnico, com respeito a um associado, favorável ou contra a tal tipo de projeto, não compete ao CAU neste momento. Isso é uma fase posterior à parte de fiscalização que nós não podemos entrar. Nesse sentido, foi orientado o corpo jurídico do CAU para se manifestar, efetivamente, se é possível ou não se manifestasse nesse momento. É nesse momento se encontra com eles, encontrando a sustentação jurídico para poder dar uma resposta.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

A gente fez reflexão. Eu acho que é bem superável do ponto de vista jurídico esse ponto, até a nossa ideia para não atrasar, como surgiu essa questão da gente retribuir, enquanto a gente avalia internamente. Eu acho que de fato não é o caso, em tendo assento no conselho e o conselho sendo deliberativo, ele teria que necessariamente se manifestar; mas eu acho que no ponto de vista jurídico é bem fácil de clarear isso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só fazer um comentário, na sessão passada o Emílio havia comentado essa questão do CAU se declarar impedido. Eu até fiquei ponderando e fui olhar. Na verdade, nós não podemos esquecer que este Conselho tem 14 atribuições, analisar expediente é apenas uma das atribuições. Então, não cabe nós dizermos que não tem sentido, Hermes, porque aí nós estaríamos dizendo que a nossa função aqui é só analisar experientes, e não é. Então, nós temos, na verdade, outras atribuições e o posicionamento que eu entendo, juridicamente, que ele pode se declarar sim, por ser um órgão fiscalizador, juridicamente impedido de analisar o projeto; mas está apto e muito tem contribuído aqui neste espaço com as suas manifestações nas outras demandas que aqui tramitam. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu sempre questionei quando estávamos questionando quem estava apto ou não a participar do Conselho, na minha opinião acho que o CAU não devia participar do Conselho, particularmente. Então, se houver essa manifestação, eu acho assim, quando tinha um comitê eleitoral e estava escolhendo quem eram as entidades, tem várias atribuições. Uma delas não tem condições, não pode participar. Eu vejo assim. Então, se o CAU não puder desta vez e se ele vier com essa manifestação, é uma coisa que tem que rever na representação aqui dentro do Conselho. É assim que eu vejo, porque tu tens 10 itens que tem que participar. Esse é o critério, quem pode participar do Conselho? Ah, quem pode atender as 10 condições, não é que pode uma ou duas, ou pode todas, ou não pode. Essa é minha opinião. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a gente nem polemiza tanto, porque é um ponto bem do ponto de vista jurídico, que eu acho que a gente consegue superar. Vamos avaliar. Então, independente aqui das nossas posições, vamos pegar uma manifestação jurídica que oriente com relação a isso e as implicações decorrentes a gente avalia na sequência. Só para a gente continuar na pauta, porque é polêmico, eu acho que todo mundo vai querer comentar. O Conselheiro Gomes abre mão da fala para a gente dar continuidade, o Conselheiro Hermes também. Então, o item 4.03 da pauta, foi redistribuído ao Conselheiro Paulo Jorge, da Região 05. Então, o item 4.04 da pauta, o Expediente 002.33753001. Apresentação do relato da Conselheira Tânia. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Bom, eu tenho um relato aqui do Expediente 002.337533001. Interessado Evaldi Wiebush Muller. Assunto: alvará de licença para construção de imóvel situado à Rua Deputado Austério de Mello, 690, Quadra H1 –Loteamento Residencial Vila São Caetano, Morro São Caetano, PAMECOR, com área de 248,78m2 com quatro pavimentos de alvenaria mista. (Leitura do parecer inserido no processo: parecer desfavorável à construção do imóvel citado). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente tem pedido de vista das Regiões 06, 05. Mais algum pedido de vista? SINDUSCON. A Dra. Gabrielle se coloca à disposição, porque é um processo físico, para poder disponibilizar a vocês. Passamos ao item 4.05 da pauta. Expediente 002.204794002. Clube do Professor Gaúcho. A gente tem o relato da Conselheira Patrícia, da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Nossa colega, por favor. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**



Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Então, pessoal, eu tinha preparado uma apresentação aqui, bem bonitinha, mas deu problema. Então, vamos dar andamento aqui. Então, o que é esse processo? É a aprovação do Estudo de Viabilidade Urbanística para a regularização de parte do Clube do Professor Gaúcho. Então, a partir desta aprovação ele se regulariza como um todo. O Clube do Professor Gaúcho tem em frente para Avenida Guaíba, 2060, localizado no Bairro Espírito Santo, na área de ocupação intensiva, Macrozona 5, Unidade de Estruturação 14, Subunidades 1 e 4. Ele é atingido... Eu queria pegar o mapa ali. Vocês sabem que ele está ali no Bairro Guarujá, do lado daquele Loteamento Ipanema e nos fundos está com o Zaffari da Juca Batista. Aí o Zaffari da Juca tem um compromisso de executar o viário lá na porção do fundo dele, que ele é atingido por essa diretriz. Então, está no compromisso do Zaffari isso. Ele também é atingido por uma diretriz ali no meio dele, mas como é um clube fica só atingido, fica com a sua área preservada, sem problemas, pode ser aprovado sem problema nenhum. Ele é composto por um conjunto de 18 edificações destinados a diversos usos, com área de 27.000 m², junto ao calçadão de Ipanema e os traçados viários incidentes, que é a Engenheiro Otacílio Oliveira e Engenheiro Otávio Furtado. Conforme o parecer da SMDE ele tem área total de 10.500 m², onde buscam se regularizar 7.259 e do restante 3.291, já foram aprovados em 1966. Salienta-se que o prédio térreo 342, de 342 m², da biblioteca, é atingido por gravame futuro da Engenheiro Otacílio Oliveira, originado pela Resolução nº 1391/1991. Essa resolução visou compatibilizar a área incidente com este Loteamento Ipanema, que é aquele que está do lado. Sendo assim, para a execução do trecho citado restará desapropriação da área atingida, gerando divisão do clube em duas matrículas. Como isso é uma coisa para o futuro não é considerada neste momento. Não há previsão para execução desse gravame de traçado viário. A Rua Engenheiro Otávio Furtado, que é a dos fundos, como eu já tinha colocado, tem sua execução vinculada ao termo de compromisso do empreendimento localizado na Juca Batista, 925 está. Está em apreciação pelo Comitê Gestor e possui projeto aprovado geométrico. Por tratar-se de atividades sujeitas a licenciamento ambiental, após a regularização urbanística, que é o que está acontecendo aqui, é o processo de regularização urbanística, mediante a obtenção da carta de habilitação específica para atividade e alvará de prevenção e proteção contra incêndio, deverá ser requerida a licença de operação junto com a SMAMS. Da análise urbanística a SMDE reitera a sugestão de uma possível animação futura, de testada com a Avenida Guaíba, com algum tipo de ocupação de fachada ativa, tendo em vista que as atividades do clube ocorrem interiorizadas ao lote. Considerando os elementos acima citados, não vemos óbice à regularização do Clube Professor Gaúcho, conforme a planta apresentada. É isso. Eu estava bem mais preparada, mas, enfim. Eu vou passar para vocês, eu fiz uma cópia impressa da apresentação, vocês vão poder olhar os mapas. É isso, é uma coisa bem simples que passa pela necessidade do porte. Estamos aqui favoráveis à apresentação deste EVU. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A Região 06 pede vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ao conselheiro da SAERGS vista. Questionamentos? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Um esclarecimento, Patrícia. Eles construíram sobre o gravame irregularmente, aí nós vamos aprovar e depois desapropriar? É isso? (Manifestação fora do microfone). Assim, depois diz que o município não tem dinheiro. A gente aprova uma construção irregular sobre um gravame, regulariza, depois quando a gente for desapropriar nós vamos pagar a área do terreno, mais a construção. Então, manda demolir agora e não paga depois. É uma coisa



lógica. Existem casos e eu conheço casos. Quando é um terreno pequeno até se entende que construa sobre o gravame, porque não tem alternativa, mas o Clube do Professor gaúcho todo mundo conhece, se é uma construção pequena eles mudam. É uma incoerência do município. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** O Plano Diretor possui um artigo específico para esse tipo de situação, que é o art. 122, que possibilita que possa se ter a edificação dentro do que está escrito ali, do art. 122, incidente sobre o traçado viário. Ela é exatamente existe para a gente não precisar dispor dessas áreas, enquanto nós não temos interesse em executar. O que a gente tem sempre visto nessa questão quando são clubes? Os clubes, normalmente, têm uma área maior do que é a estruturação urbana do entorno, mas os clubes são elementos importantes na questão comunitária, todos têm sua importância. Então, a gente sempre tende a deixar enquanto ele está ali fazendo parte da estrutura, o seu tamanho intacto, na medida do possível. Então, isso tem acontecido com vários clubes que pedem regularização. E aí acontece, eventualmente, são atingidos, mas não vemos problema quanto a isso. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha pergunta vai no sentido, não com o mesmo teor, mas o mesmo tema, tem passado por este Conselho vários de gravames, porque o empreendimento, porque isso, porque... Por vários motivos. Aqui nós temos um empreendimento que não é privado na acepção da palavra, porque ele tem um uso que é coletivo. Neste momento, inclusive, já passou pelo que eu saiba em audiência pública na Câmara Municipal, tem um projeto de lei para fazer o desgravame. Por que nós não aqui não podemos fazer o gravame? Tem algumas coisas que eu participei, assisti audiência pública para licença prévia da PUC, audiência prévia para a PUC. Alguém pretende mudar o Clube do Professor Gaúcho de onde está hoje? É histórico ali, faz parte da história do bairro, faz parte da história da cidade! Eu só fico com essa dúvida. Por que nós não fazemos o desgravame? Porque está mais do que consagrado na nossa cidade, já fizemos vários desgravames bem mais complicados do que esse. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A minha dúvida e o pedido de esclarecimento seria nesse sentido, se é o mesmo objeto do projeto que está na Câmara, de desgravame. Lá é só o desgravame e aqui é autorização para ocupar, com base no art. 122, para ocupar a diretriz. E daí ela esclarece depois que tem que fazer um termo de compromisso que vai demolir quando o município pedir, não é isso? (Manifestação fora do microfone). Eu já tive situações em que eu consegui da Prefeitura instalar transformador em área de diretriz, mas eu tinha o compromisso, se a abertura de rua foi feita deveria o proprietário em 30, 60 dias retirar o transformador e entregar. Eu estou pedindo vista exatamente para ver se eu consigo esclarecer algumas coisas, essas dúvidas que eu tenho. (Manifestação fora do microfone). É, ficou prejudicado para gente ver. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A 05 pede vista. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Este trecho que é o incidente sobre o Loteamento Ipanema. Esta via é a Otacílio Oliveira. Esta aqui vai acontecer, mas esta aqui não (*slide*). **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu tenho algumas dúvidas. É perto daquele projeto da Maijama? Essa é a minha primeira pergunta. Então, eu acho que aquele processo está sob judice, se não me falha a memória está sob judice, houve até a suspensão do empreendimento. (Manifestação fora do microfone). Tudo bem, é outro processo, mas a abertura do gravame está para beneficiar esse empreendimento. (Manifestação fora do microfone). Calma, deixa eu terminar minha pergunta, não me



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atropela. Tanto que teve audiência pública exatamente sobre esse gravame, como o Campani levantou. E não é um gravame, são dois gravames. É um mais abaixo e outro mais acima, na área do Clube do Professor Gaúcho. Então, eu pergunto não tem uma APP ali? Hein? Eu só quero saber, não tem uma APP? **Patrick Silva (2º Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Deixa eu tentar ajudar os senhores aqui. Além de ser representante aqui também, casualmente, eu fui o redator desse EVU, porque eu sou arquiteto e urbanista da SMDE, faço parte da CAUGE. O que eu queria esclarecer para vocês é o seguinte: o Clube do Professor Gaúcho está consagrado e tem duas incidências de rua, que é a Engenheiro Otacílio e a Engenheiro Otávio Furtado, mas acontece o seguinte, na matrícula do Professor Gaúcho, como a Patrícia estava falando, essas matrículas são tão grandes e atrapalham a estruturação urbana. Só que acontece o seguinte, essa edificação que está aqui, que os senhores podem observar, era a edificação que estava já edificada, uma edificação térrea, sem caráter de importância nenhuma, era uma biblioteca infantil do clube. E o gravame proposto pela Prefeitura veio após a edificação, até já esclarecendo para o Hermes, o gravame foi proposto após. O Professor Gaúcho entrou para regularizar sua situação. De acordo com o art. 122, do qual a Patrícia falou, a gente pode regularizar de uma maneira em que a identificação tenha limitações de altura, para que seja mais barata para o município em virtude de uma desapropriação. O que acontece? Tendo em vista esse Zaffari, a Otávio Furtado aqui atrás é uma contrapartida a ser feita pelo Zaffari. Só que essa rua não prejudica o clube, porque acaba a matrícula do clube com a rua. Então, é como se encurtássemos um pouquinho a área do clube e não tem nenhuma importância para o clube. Aqui sim haverá um problema para o clube, porque vai dividir a piscina, da bocha e tal, mas, enfim, a gente está pensando no bem melhor, a gente está pensando em uma estruturação urbana. A rua hoje termina de topo aqui, tem até uma entrada de funcionamento do próprio Professor Gaúcho feita por essa rua de topo. Esse gravame está aqui, porque o empreendimento da Maiojama que o senhor estava falando é vizinho, é lindeiro aqui, está é a área do empreendimento da Maiojama. Então, o que acontece? Essa estruturação é vital, não dá para a gente só circular em Porto Alegre, ou pela Juca Batista, ou pela Guaíba. A gente tem que andar também pelo meio, pelo miolo. Assim, como é vital para a gente e a gente sabe da questão do clube, nós estamos também analisando, como nós estamos com a análise também do Loteamento Ipanema, que é esse empreendimento aqui, a gente já colocou que a desapropriação não será paga pelo Município. Quer dizer, a gente vai de alguma maneira, assim como foi lá no caso da Anita, os custos serão do loteamento, hoje não há problema para o clube ter esse gravame, ele está ali acomodado; mas quando acontecer, tudo bem, vai ter um pequeno prejuízo na divisão do clube, mas o município não vai perder, o município só tem a ganhar, porque existe já um desenho desse loteamento em que a gente pede essa estruturação. Então, em termos de valores o município não perde. Agora, em termos de estrutura todos nós ganhamos de estruturação urbana, estruturação viária. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** A pergunta é breve. Essa estruturação, essa rua que vem no sentido norte-sul vai passar pelo futuro loteamento e vai interligar com qual rua lá? Quer dizer, porque o importante é manter essa continuidade, mas em algum momento há uma ruptura dessa atividade? **Patrick Silva (2º Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** No desenho que já tem, até se desse para a gente abrir o Plano Diretor aqui, a gente pode tentar abrir aqui o Plano Diretor. (Manifestação fora do microfone). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A minha pergunta é bem simples, a pergunta é no sentido, o Patrick colocou que o município



ganharia na estrutura urbana, na verdade, na via urbana, na estruturação. A minha pergunta é no sentido: essa análises que tu fizeste, Patrick, é considerando a realidade existente ou projetando nesse loteamento que irá sair e ainda não existe? **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Assim, esse desenho, esse gravame já está no plano. Então, o plano prevê, a gente faz um estudo, a gente tem um plano, a gente prevê para o futuro. Então, assim, a gente está apenas tentando cumprir o projeto do plano. Só que assim, como eu estava falando, hoje essa Engenheiro (rua) termina no clube, a gente não tem essa perda ainda de estruturação, porque não tem nada depois do clube, existe uma Mata Atlântica, que a gente chama, que está sub judice. Então, hoje a gente não tem estruturação porque isso aqui está nativo, mas no momento em que acontecer o loteamento... Olha (slide), aqui é a Engenheiro Otacílio. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Patrick, posso complementar a pergunta, já que tu me esclareceste a primeira. Então, atualmente, da forma que está não existiria prejuízo. E ambiental? **Patrick Silva (2º Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Tu dizes da Mata Atlântica? Eu sou urbanista, aí teria que ser com a SMAMS. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A questão é muito séria, porque ela afeta um dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Eu não sei todos de cor. No momento em que ela atinge um objetivo, que é do desenvolvimento sustentável, não pode priorizar a estruturação urbana em detrimento do bem maior, que é o meio ambiente. Eu não ia pedir vista, mas em virtude da manifestação que ouvi a RGP. 01 quer vista a este processo, até para fazer o contraponto. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, ficou para vista: Regiões 01, 05, 06 e ABES. Conselheiros, dando sequencia, Item 4.06. Expediente: 002.286448.00.7. Interessado: Inovar Participação. Aprovação de EVU. Relato do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu vou ler o histórico e a análise. Aí eu apresento aqui, trouxe plantas topográficas e duas plantas do projeto de loteamento por parte do empreendimento. Vocês vão entender o debate aqui. (Leitura do histórico, inserido no processo). Essa era a proposta inicial de EVU. Já não é mais o que estamos analisando aqui. Só para ter uma ideia do que era o projeto com a gleba inteira. O que ele propõe em um segundo momento? Já estava em tramitação, ele retira de tramitação e entra com novo requerimento pedindo, através de ofício, a tramitação em duas fases. Eu vou explicar os pormenores adiante. Então, ele propõe uma gleba de 500 e pouco, mais de 1000 m², outra de 250, mas projeto de loteamento hoje só sobre essa área. Essa aqui seria fracionada para ser, eventualmente, e nada garante, ser executada no segundo momento. (Continuação da leitura do histórico). Como vocês viram ali, este trecho daqui para cima não seria mais objeto, porque seria uma fase dois, ele fracionaria. Logo, toda essa parte aqui ele fica desobrigado a executar agora e não se sabe quando executaria em um segundo momento. Ou seja, antes, quando ele tramitava em uma única fase, haveria alguma segurança, inclusive, poderia se colocar como garantia, mesmo que ele fosse fazer em duas fases, colocasse que executasse agora. Ou seja, se garantiria a estruturação urbana, por isso que o nosso entendimento é, conclusões: “Após análise do processo conclui-se, a proposta de fracionamento para fins de loteamento causa agravamento do traçado viário e do regime urbanístico, posto que prejudica a execução de importante trecho das diretrizes previstas, em desconformidade com o caput do art. 152 do PDDUA. É entendimento deste relator que a melhor tramitação para que não se incorra no agravamento supracitado seria EVU em fase única e execução do loteamento em duas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

fases, desde que a execução da diretriz viária completa seja parte de termo de compromisso na fase 1. Não nos parece adequado dar andamento de afracionamento para fins de loteamento sem a prévia manifestação de adesão ou não a Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro para toda a gleba”. O que acontece? Toda essa parte aqui, hoje pelo regime mínimo ela é apta à ocupação, isso dá uma gleba de no mínimo... Deveria parcelar com no mínimo 2.000 m². Claro, ninguém pode obrigá-lo, não é isso que eu estou dizendo. Agora, se ele integra poderia lotear como lotes menores e etc. Então, a divisão, antes de fracionar o nosso entendimento é que já deveria declarar se está aderindo ou não para o todo, mesmo para fase dois. E não deixar a sua adesão para fase dois, senão esse fracionamento pode estar agravando o problema da estruturação urbana, seja pelo traçado, seja pelo regime. (Continuação da leitura do parecer). Este é o relato.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Obrigado, Conselheiro. Pedido de vista para a Maristela. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Rafael, uma pergunta para ti. Isso é uma matrícula só tudo isso? (Manifestação fora do microfone). Tá, mas hoje é uma matrícula só. Eu não entendi essa tua segunda consideração sobre a Operação Consorciada. Podes esclarecer qual a tua sugestão, se a pessoa não quis fazer esses benefícios que poderia ter, é isso? **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Na verdade, eu sou engenheira civil, trabalho no Departamento de Obras de Pavimentação Asfáltica, mas faço parte de uma Fundação que estava em extinção e continuou com seus tramites. Pelo que eu conheço, não sou da área da arquitetura, mas os colegas que são, existe uma lei federal, que é a 6766/79, que fala que para loteamento e desmembramento de condomínios tem que passar pela METROPLAN para ter uma anuência prévia, não é isso? Eu gostaria de saber se toda vez que vem esse tipo de processo, eu acho que até é uma questão de uma lei federal ser atendida. Então, no momento nós temos que fazer uma solicitação para passar pelo órgão que é de competência para tratar o assunto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vou encaminhar à PGM a tua dúvida. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Na verdade, assim, os cartórios para fazer o registro de condomínios e qualquer outra coisa na região metropolitana, é dentro da minha diretoria, mas eu trabalho em uma divisão separada. O meu colega que estava me substituindo nas minhas férias trabalha com isso, diretamente nessa área. Toda a região metropolitana tem que passar desmembramentos, loteamentos e condomínios, pela METROPLAN, que é o órgão do Estado responsável pelo fracionamento de solo. Então, existem muitas coisas que são mudadas lá dentro, porque existem condomínios absurdos, que vem das prefeituras, colocando área de lazer em fundo de lote e ficando um absurdo. São bolsões que vocês chamam, né. E o pessoal lá é bem rígido em relação a isso. Então, eu vejo muitas discussões, porque ao lado da minha sala fica a sala de reuniões. Então, eu escuto bastante o pessoal falando em relação a isso. E após a anuência da METROPLAN é que pode registrar no cartório. Então, assim, tem algumas prefeituras, inclusive, Porto Alegre, que não está respeitando essa lei federal. Então, se eu faço parte dentro de um conselho e estou vendo isso, vou ter que alertar os colegas que isso não é legal. Não é legal de legalmente, não é o legal do legal. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A Patrícia informa que existe uma reunião agendada com esta pauta. Então, trazer para nós essa informação, já que foi levantado pela Fernanda. Se a gente achar que precisa de mais esclarecimentos até colocar para as PGM. **Emerson Gonçalves dos Santos**



(Titular), **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Quero me manifestar em relação ao que ela colocou. A FEPAM tem um convênio nos casos ambientais com o município para ter a delegação. Eu acho que se não existe ainda a possibilidade com a METROPLAN, criar também uma espécie de convênio para ter a delegação e não precisar toda hora estar acionando o órgão Estadual. Eu acho que seria uma alternativa. (Manifestação fora do microfone). Sim, aí nós temos que ver qual a metragem mínima exigida. A diretriz colocada ali, Rafael, é a 6060? Essa diretriz, na verdade, é superimportante para aquela região para a ligação. Então, a gente tem que analisar bem esse processo, pedir vista, quero me inteirar, até porque é o primeiro projeto que vem da Lomba do Pinheiro, da Lei Consorciada. (Manifestação fora do microfone). Não, mas é dentro da Macrozona 10, independente de não estar ela tem o regime básico. Então, independente de não estar ela está dentro da Lei Consorciada da Macrozona 10. Só que ela não aderiu ao regime máximo, que seria residencial um. Então, eu vou me inteirar desse processo, porque me interessa a questão da Lei Consorciada, porque vamos ver se tem condições de aprovar pela Lomba Consorciada, porque a maioria não aceita a lei consorciada em questão da outorga onerosa, porque onera qualquer empreendimento que vai se instalar dentro da Lomba Consorciada. Então, quero me inteirar bem desse assunto até para poder colaborar com o Conselho Municipal. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Rafael, tu poderias sintetizar para nós, tu estás pedindo diligência? Não? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu estou condicionando a essas adequações. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, é diligência, Rafael. Nós vamos ter que remeter o processo de volta À CAUGE. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O CMDUA é superior à CAUGE, se decidir a CAUGE tem que fazer acontecer. É simples, é uma comissão e este é um conselho. Essa é a hierarquia da coisa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mas nós não emitimos os condicionantes, a condição. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** As condições são as seguintes: compromisso do empreendedor em executar o trecho das diretrizes que atingem toda a gleba da matrícula. Inclusive, sobre a área remanescente resultante do fracionamento ora solicitado as suas expensas. Ou seja, isso não seria mitigação, nem compensação, nem nada. A sua manifestação quanto à adesão ou não à Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, posto que tal é fundamental para análise do pedido de EVU. E eu explico porque depois. Há o atendimento do previsto no art. 44, aí vem a questão do pedido de que seja encaminhado para a FRGP. 07 para que faça a consulta e audiência. Agora, a questão é o seguinte: está se propondo um fracionamento, com esse fracionamento o município está perdendo, porque não há qualquer garantia que mais de 50 m daquela diretriz vai ser executada. Então, não deveria se aceitar, porque se enquadra no art. 152 do Plano Diretor, que diz que há um agravamento do traçado viário. A questão do regime urbanístico no meu entendimento também é agravado, porque neste fracionamento ele omite se adere ou não à operação. Então, ele acaba não aderindo para a fase um, mas em nenhum momento... Então, a fase dois pode vir a aderir e isso pode vir a causar distorções, que seria outro projeto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É compreensível, era mais para saber. Então, assim, quais são os pedidos de vista? É a Região 07, OP e DEMHAB. Quem mais? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Eu estou pedindo vista por ser Conselheiro titular do DEMHAB na Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro. Eu acho importante a gente analisar isso aí, o Emerson também tem interesse, a própria Maristela, porque tem que haver adesão, dentro de projetos dessa área tem que haver adesão. E aí tem que ver se vai ficar no regime mínimo ou no regime máximo, porque aí alterou as coisas. Outra coisa que o conselheiro Rafael fez, eu lembro que quando apresentei um dos meus pareceres aqui, teve condicionamento para este conselho da aprovação, eu acho que foi para outra conselheira da região, que a região pediu que fizesse um adendo e foi votado aqui como um condicionante, só aprovariam o EVU por este Conselho se atendessem tais e tais medidas sugeridas pela região na época. Então, eu vejo como correto o posicionamento do Conselheiro Rafael, mas vamos ver, vamos analisar realmente o que é isso, mas eu acho que é devido sim. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Rafael e Furtado, Maristela, ou quem participa, eu queria entender uma coisa assim, é uma opção do proprietário aderir ou não aderir? E a tua segunda manifestação não entendi. Então, tu queres saber por que ele não quis aderir? Eu não entendi. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O que acontece? O fracionamento, se ele estivesse tramitando em um só estaria resolvido o EVU. Como ele está fracionando deve declarar agora se ele adere ou não para todo, inclusive, para o que ele está fracionando para a fase dois, porque seriam dois projetos diferentes. Tu entendes? Se fosse inteiro ou se a gente está fracionando o que ele vai decidir depois, isso tem outro Impacto sobre o que a gente está aprovando. E essa decisão já tem que estar agora, para a gente poder ter esse esclarecimento agora. Senão esse fracionamento vira algo que às vezes pode burlar a operação. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Se nós formos analisar a pauta da próxima reunião na questão do Consorciado Lomba do Pinheiro, que somos titulares, nós vamos ver que essa mesma entidade tem, natural, dentro de um processo democrático, outros interesses que está trazendo novamente essa pauta, onde há uma sugestão... E eu vou te passar, inclusive, que é uma modificação dessa lei. Então, há muitas coisas que estão sendo guardadas e uma coisa está ligada a outra, e todas as coisas são lá na região. Então, só para esclarecer, para vocês terem um pouco de entendimento. Eu não estou colocando aqui a minha opinião, se somos a favor, mas só para trazer à luz de todos a discussão que permeia toda nossa região neste momento. Obrigada. Se alguém quiser eu posso passar a pauta da próxima reunião que vai ter no dia 03, quem quiser participar ou ouvir, eu acho que seria interessante. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria esclarecer. Eu estava conversa em paralelo com a Patrícia, pelo que eu entendo, quando tu fazes um desmembramento vai constituir duas matrículas independentes. Vai ficar registrado esse condicionante? Não sei se acontece isso, porque ele pode vender a outra parte, ele pode desistir no meio do caminho, vende a outra parte, outro proprietário que não tem a ver. Isso está registrado, qualquer tipo de compromisso, se é possível, não é possível. Eu trago mais como dúvida. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O direito ao fracionamento é garantido pela constituição. Atendendo aos condicionantes determinados, como lote mínimo e etc., deu, vai criar duas matrículas completamente independentes, que façam o que quiserem, venda, doe, construa outro objeto, etc. Inclusive, a outra matrícula, se tem um gravame que ficou para outra matrícula, vai continuar existindo o gravame. É fácil de esclarecer isso aí. Bom, conselheiros, ficou vista para Região 07, OP e DEMHAB. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

816 **Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Todo o protocolo dentro da Operação Consorciada
817 já vincula a operação, aí a pessoa vai decidir se quer ficar no básico ou quer ir para o
818 máximo. Então, não tem como fugir da operação dentro da Macrozona 10, não tem como
819 fugir desse protocolo. A partir do momento que tu protocolaste, aceitou a proposta da
820 operação consorciada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
821 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Esclarecido. O Item 4.07. Expediente 16.14.000506-4.
822 Interessado: Lourdes Souza. É gravame de trançado viário e cadastramento de logradouro.
823 Ele foi distribuído ontem, dia 26. Então, está para relato para próxima reunião. Senhores
824 Conselheiros, mais alguma observação? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
825 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Em nome da ABES quero
826 convidar, nós estaremos dia 9, segunda-feira da outra semana, com Conselheiro Rafael
827 Passos fazendo mais um debate lá na ABES, na nossa sede, na Júlio de Castilhos, sobre
828 a questão do Plano Diretor e a questão ambiental. Provavelmente, o próximo convidado
829 deve ser da nossa universidade federal, para gente continuar a série de debates.
830 Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
831 **RGP. 1:** Eu queria em nome dos direitos humanos, da solidariedade política, dizer que
832 lamento as declarações de procuradores da Lava Jato sobre a pessoa do ex-Presidente
833 Lula, atingindo seus familiares e tripudiando em cima de uma pessoa que está presa.
834 Quero lamentar isso, quero dizer que isso não faz parte da democracia e é uma violência
835 ao ser humano. Inclusive, o ex-Presidente Lula escreveu uma carta lamentando a forma
836 como trataram seus familiares. Então, eu quero como Conselheiro deste Conselho colocar
837 isso de alto e bom som, que não é possível em uma democracia pessoas que recebem
838 dinheiro público e se manifestam dessa maneira, Então, eu queria lamentar e queria dizer
839 que isso é profundamente desumano. E hoje é ele, amanhã pode ser qualquer um de nós
840 e na democracia não se pode permitir esse tipo de coisa. E os democratas deve se
841 posicionar contra esse tipo de atitude. Por fim, quero dizer que a RGP. 01 realizou a quarta
842 oficina, patrocinada junto com o IAB e a Faculdade de Arquitetura, e nós elaboramos as
843 propostas do plano de ação da RGP. 01. Obrigado. **José Francisco Rodrigues Furtado**
844 **(Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Conselheiros, eu só
845 gostaria de participar que no dia 23 deste mês o DEMHAB recebeu o prêmio, o Selo de
846 Mérito Nacional de Habitação 2019, pelo projeto voltado à habitação de interesse social, do
847 projeto de regularização da Vila Salso. A imprensa geralmente não aparece, só quer
848 mostrar queimadas e tudo, mas é importante que o DEMHAB sempre na sua participação,
849 não só na construção de unidades de habitação de interesse social, mas também nos
850 procedimentos de regularização fundiária tem avançado e bastante. (Manifestação fora do
851 microfone). Quem é esta cidadã? Por favor, eu estou com a palavra! Depois a senhora se
852 pronuncia. Então, agradecendo sempre a necessidade do apoio sempre ao DEMHAB nas
853 iniciativas, basicamente, que eu trabalho hoje em regularização fundiária. Só para lembrar
854 desse caso. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de**
855 **Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer um convite a todos, que agora,
856 sábado, dia 31, a RGP. 04, juntamente com o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB e o
857 Fórum da Região de Planejamento 04 estarão fazendo uma ação para construir de forma
858 participativa e democrática um plano popular que colabore para destacar as necessidades
859 de cada região e sonhar a melhoria do nosso espaço de moradia e de convivência. É a 4ª
860 Oficina do Plano Popular da RGP. 04. Então, neste sábado, a partir das 9 horas, no Centro
861 Comunitário Coimã, Rua República do Peru, 380 – Jardim Itu Sabará. Eu já coloquei esse
862 convite para todos conselheiros, no nosso grupo do WhatsApp. Então, estejam todos
863 convidados. Muito obrigada. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Planejamento Sete – RGP. 7: Duas considerações. Primeiro, dia 14 de setembro nós realizaremos o fechamento das oficinas na revisão do Plano Diretor, juntamente com o IAB, também acho que foi interessante essa reunião que nós tivemos. E eu já quero parabenizar o Secretário e a sua equipe técnica, uma reunião muito interessante, Patrícia. Nós gostamos muito. E convidamos, porque a ideia do conjunto é que nas próprias oficinas já esse corpo técnico participe, para que depois a gente faça um segundo encontro nas regiões. Eu achei ótimo, nós construímos juntos essa ideia. Portanto, superinteressante. A segunda questão é que no momento em que estamos vivendo as questões das minas de carvão a céu aberto, de norte a sul. Nós estamos fazendo a nossa política ao contrário, juntamente com o MAB, que é o Movimento de Atingidos de Barragens, que foram os atingidos de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, hoje já atinge 70 cidades. Eles ocuparam anteriormente o BNDES e geraram uma nova política pública sobre as questões ambientais das placas solares. Elas não são as placas por energia, propriamente dita, é propriamente do nosso clima tropical. É muito interessante, é uma tecnologia alemã e 70 cidades foram atingidas. Eu sei que o Jackson também trabalhou muito com o pessoal, o Jackson Afonsin, que é uma pessoa que admiro muito e que trabalhou com esse pessoal, onde eles trabalharam com essa política pública. Nós estamos pela primeira vez em Porto Alegre, na Lomba do Pinheiro, na Vila Santa Helena e na Herdeiros. Já colocamos as duas primeiras placas, onde os critérios eram participação, a questão das chefes donas de casa, as mulheres. E também a questão racial. Então, nós já estamos avançando e o principal critério de participação é a continuidade de participação nos movimentos sociais. E a nossa ideia agora é fazermos um grande seminário, queremos trazer aqui o MAB para apresentar aos conselheiros, porque a nossa ideia é tornar uma política pública para toda nossa cidade. Então, se for possível, nós queremos agendar a vinda aqui do Movimento dos Atingidos de Barragem para explicar. Amanhã, quem quiser assistir, às 13h30min, na Band Atualidades, com o André Machado, nós estamos fazendo uma reportagem que estamos lá, nós que somos dos movimentos sociais lá da Lomba do Pinheiro. Era isso por enquanto. Muito obrigada. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite, Presidente, Conselheiros. Eu quero deixar o meu registro aqui parabenizando a Patrícia e o Secretário por estarem formando esse grupo com os conselheiros das regiões para a gente fortalecer essa discussão sobre a revisão do Plano Diretor. O importante que eu entendo é que já estava na hora da gente fazer uma reaproximação dos conselheiros das regiões. Há muito tempo a gente está sentindo a necessidade de conversar, de se encontrar, de falar sobre as questões das nossas religiões. Então, eu espero que não fique só nessa reunião de hoje. E queria apelar ao Presidente, ao Conselheiro Gomes, que faça aquilo que a gente já fez em outras épocas, reunir os conselheiros, almoçar juntos e tal, porque estamos precisando rearticular, fortalecer, porque os dias de hoje não estão para brincadeira. E nós temos esse assunto muito sério pela frente aí, precisamos levar vocês, todos os conselhos irem nas regiões para visitar e saber qual é o problema de cada um, para que a gente possa vir para cá e fazer uma discussão na altura, para que todos realmente saibam que é necessário o apoio de cada região para fortalecer a cidade como um todo. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Maristela, essa placa é placa fotovoltaica ou a placa só de acumulação de calor? Sabe ou não? A outra pergunta, essa é uma ONG? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ela liga a luz e dá choque ou só esquentar? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só aquece a água. E isso é uma ONG?



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

912 (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
913 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Conselheiros, muito obrigado. Uma boa
914 noite, um bom retiro aos seus lares. **(Término às 20h00min).**

915

916

917

918

919

920 **Germano Bremm**

921 **Presidente**

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2816/2019

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular) e Maurício Henrique Castro de Oliveira (2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2813/2019; 3. Apresentação do Plano Diretor; 4. Ordem do Dia; 5. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. Vamos pedir um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pouquinho de atenção aqui. Está movimentado o nosso Conselho. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite, Secretário, senhoras e senhores. Estou solicitando a inversão de pauta por dois motivos, todos relevantes. O primeiro em relação à Lei Consorciada Lomba do Pinheiro e o segundo, que o Felisberto, da RGP. 01, juntamente com a RGP. 04, por situação da RGP. 04, estamos trazendo aqui sobre a questão da desocupação na Bom Jesus. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. A gente lembra que aqui na sequência a gente tem hoje, conforme ajustado com os conselheiros uma apresentação do plano de trabalho do Plano Diretor. Nós teríamos dois relatos na pauta, eu acho que os outros ainda estão em período de vista e diligência. A gente teria dois relatos, acho que seria bem rápida a pauta. Vamos tentar ser bem objetivos para a gente vencer na sequência a pauta. A gente coloca sim em votação a inversão para Comunicação. Eu acho que talvez o mais complexo seja a apresentação do Plano Diretor, que está na sequência. Então, a gente coloca em votação a inversão da pauta. Favoráveis à inversão da pauta. (Contagem de votos = 13 votos). Contrários à inversão da pauta? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA.** Vamos votar a Ata nº 2813/2019. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2813/2019.** Votos favoráveis à aprovação da ata? (Contagem de votos = 20 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A ATA 2813/2019.** **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não é bem uma Questão de Ordem, mas apenas pedir que seja incluído na pauta hoje que o Fórum dos Conselhos, que se reúne todas as terças-feiras na Casa dos Conselhos, está pedindo para que a gente substitua o antigo Conselheiro que representava o CMDUA no Fórum dos Conselhos. Então, seria importante a gente fazer uma eleição hoje, porque estão na pauta assuntos muito importantes relacionados aos conselhos. Então, o CMDUA está sem representante lá. Era o Gomes e eu não sei quem era o suplente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A gente traz para a pauta, mas da próxima reunião, necessariamente, a gente tem que compartilhar antecipadamente para os demais. Então, na próxima a gente faz a deliberação, a Dra. Gabrielle encaminha aqui. Em aprovada a ata a gente abre para o período de comunicações. Se houver algum escrito da comunidade a gente abre tempo para inscrição e para que não seja assim a inscrição a todo instante. Então, a gente dá oportunidade de quem queira se inscrever nesse momento e depois encerra a inscrição. O microfone está aberto para os demais conselheiros. **5. COMUNICAÇÕES. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Posso iniciar, Secretário? Como todos os senhores e as senhoras sabem, nós tivemos anos de construção de um projeto, que foi o primeiro do Brasil: Lei Consorciada Lomba do Pinheiro. Foi onde nós envolvemos todos os colégios, a Universidade Federal, o IAB, a antiga SPM, a Prefeitura Municipal e toda a sociedade. O que nós estamos vivendo hoje? Um grande golpe, Secretário, articulado por gente rasteira, sorrateira. Eu só lamento que não poder ter sido de outra forma, mas já que querem desse jeito. Está na Câmara de Vereadores a revogação desta lei, articulado por um *lobby* de empresários desta cidade, por outros interesses que nós nem dissemos que éramos contra: os empreendimentos da nossa região. Fizeram ao contrário, foram lá na nossa comunidade, apresentaram um projeto sem o conhecimento do Plano Diretor da região, com lideranças de lá para nos dividirem. Agora está na Câmara de Vereadores um projeto de lei pedindo a revogação, o fim, não é para modificar, é a revogação, que foi



encaminhado pelo ex-vereador cassado Tessaro o relator é o Vereador Valter Nagelstein. Então, quero dizer que estou trazendo aqui, nós vamos tomar as devidas providências, é claro. Nós nunca dissemos que éramos contra aquele projeto da Cidade Nova da Lomba do Pinheiro, mas nós estamos tendo um golpe baixo, triste para a cidadania desta cidade, daquela região e dos técnicos desta prefeitura. Então, Secretário, estou trazendo ao conhecimento dos senhores. Nós vamos tomar as nossas devidas providências, porque não é justo o que faz, nós somos eleitos na região, nós estamos sendo desrespeitados. E isso não é qualquer coisa, é muito sério, é muito grave! E eu espero que os senhores compreendam a gravidade do que está acontecendo. Hoje era isso, Secretário, mas nós voltaremos. Obrigada pelo espaço. (Aplausos). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de fazer um comunicado a todos os colegas. Eu fiz uma cópia do que foi escrito aqui, é um relato do que está acontecendo na Comunidade Vila Matos Sampaio, no Bairro Bom Jesus. Eu vou fazer uma leitura. (Leitura de manifesto divulgado). (Aplausos). Então, assim, nós estivemos ontem na Câmara de Vereadores, pela manhã a RBS foi lá fazer uma matéria, uma matéria até bem interessante. À tarde nós fomos com a Comissão de Moradores na Câmara dos Vereadores cobrar apoio em defesa de suas moradias. A Comissão dos Moradores se reuniu a fim de um para os documentos para subsidiar o pedido de suspensão da ordem de despejo. Recebemos também a notícia da Deputada Sofia Cavedon, que apresentou um pedido à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa para suspensão da ação de ordem de despejo. A comissão acolher o pedido da deputada. E nós estamos aqui com o documento que gostaríamos de protocolar aqui neste Conselho: “Os vereadores abaixo assinados apresentam os nossos dignos pares do projeto de lei, com vista à demarcação urbanística dos terrenos da comunidade Vila Pinto e Bom Jesus”. Aqui nós temos o apoio de alguns vereadores: o Vereador Comasseto, o Doutor Goulart Presidente da CUTHAB, o Vereador Ailton Ferronato, a Vereadora Karen Souza, o Vereador Marcelo Sgarbosa, o Vereador André Carlos Presidente da COSMAM, o Vereador Roberto Robaina, o Vereador Valter Nagelstein. São todos a favor que seja protocolado esse projeto de lei complementar juntamente aqui no Conselho, para que seja efetivada essa demarcação do território ali da Bom Jesus. Então, eu vou entregar esse documento aqui para que o Secretário dê o encaminhamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira Tânia. Obrigado! A gente tem aqui já uma cópia, só não está assinado, se tu quiseres encaminhar e registra aqui, encaminhado para os órgãos competentes. Então, da comunidade o Solon, a gente abre para comunidade aproveitando a pauta inserida. São 05 minutos. Perdão, perdão, me lembra o Conselheiro o Paulo Jorge, com razão, que antes da fala a gente coloca em votação se favorável à fala ou não. Favoráveis à fala do representante da comunidade, por favor. **APROVADO.** Então, por favor, Solon. **Solon, Comunidade Vila Matos Sampaio, Bairro Bom Jesus:** Boa noite a todos. Meu nome é Solon. Eu sou morador da comunidade há 30 anos, faço parte agora da comissão que se montou por causa desse ato um pouco desumano, né. E eu queria contar uma história de que quando eu tinha 7, 8 anos, eu lembro até hoje que os seguranças da ULBRA foram lá e desmancharam a casinha que a gente havia feito para brincar. Então, logo que nós chegamos ali aquele terreno não era da ULBRA. Eu não sei o que foi feito, como foi feito que acabou sendo da prefeitura agora. Então, assim, eu tenho meu pai deficiente, ele é cadeirante e eu sustento ele, dou almoço, café da manhã, café da tarde e janta. Ele não tem nenhum benefício que possa vir receber, porque ele nunca contribuiu e isso foi negado. Então, ele não recebe nada, eu sustento ele. Eu tenho filhos morando junto



comigo. Eu demorei 15 anos para levantar a casa que eu moro hoje, 15 anos! E dentro desses 15 anos eu trabalhei por 02 anos para construir aquelas torres que agora estão olhando lá de cima para derrubar minha casa. Enquanto chovia chuva de canivete eu estava lá em cima da laje batendo o martelo para levantar a casa deles, quando tinha sol de rachar eu tava lá em cima da laje batendo o martelo para levantar o teto deles, onde agora eles querem derrubar o meu. Eu acho assim, eu não entendo que parte da sociedade que vai entender que isso é correto, né, porque nós moramos ali mais de 30 anos. Quando eu fui morar ali a minha casa era na beira de um valão, perto do muro da CEEE, que agora é Renner, mal passava uma carroça naquela parte ali, onde nós moradores fomos aterrando aos poucos. Depois veio uma frente, que eu não me lembro muito bem de onde era, que aí botou a encanação e aterrou aquela parte lá. Então, nunca ninguém deu bola para a gente, eu não entendo porque agora estão querendo nos tirar de lá se a gente está lá. Eu tenho a minha vida lá, eu tenho três filhos, eu tenho um filho de um ano, um de 06 e uma filha de 14 anos, ainda tenho o meu pai e é só eu que trabalho. Isso é a minha história dentre outros 56 que vão sair agora, tem muitas outras histórias. Então, não é justo para a gente que batalhou uma vida inteira agora do nada derrubarem nossas casas sem ter direito a nada. Dão direito só de um ônibus e um caminhão para a gente tirar as coisas de dentro de casa. A gente entende que realmente quem tem dinheiro hoje em dia faz o que quer, né, mas esse é o meu depoimento que eu queria que todos soubessem uma das batalhas de um morador, mas entre outros tem muitos outros sofridos ainda. Muito obrigado! (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Solon, pelas palavras sinceras. Sem dúvida este Conselho se solidariza com tua luta, as dificuldades, tomara que a gente consiga enfrentar e superar, enfim, avançar nessa briga para resolver esse problema. Na sequência a gente tem Conselheiro Hermes inscrito na ordem aqui. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu pedi a palavra primeiro para me solidarizar com a fala da Maristela. É preocupante esse projeto de lei que apareceu assim de repente e que revoga a Operação Urbana Lomba do Pinheiro. Eu soube também através da nossa representante indicada pelo SAERGS, a arquiteta que é uma das pessoas iniciou o processo da Lomba. Toda criação que culminou com a operação e mais uma vez a gente vê um processo desvirtuado. Alguém por interesses econômicos, interesses pesados, econômicos, apresenta um projeto de repente, faz um lobby com os vereadores, faz um lobby com a comunidade, inclusive, enganando e dividindo a comunidade. Provavelmente, eu receio, tomara que não, mas o processo vai ser aprovado. Não é o fato de ser um trabalho de muitos anos, mas é uma evolução da gestão da cidade, os países mais desenvolvidos têm esse tipo de operação. E aqui eu estava conversando antes com alguns conselheiros que argumentaram que tinha problemas nas avaliações dos imóveis, etc., etc.; que eu até acredito que seja verdade e com certeza é verdade. A questão é corrigir esses desmandos ou erros que tem no processo e não vogar o projeto de lei. Por outro lado, o governo atual faz todo um discurso em relação à operação urbana, que poderá acontecer no 4º Distrito, que é a mesma coisa. Então, quem está defendendo a operação urbana do 4º Distrito está se iludindo, está sendo iludido, porque a operação urbana significa isso, são questões que a lei prevê de usar o regime urbanístico de um jeito ou usa do outro, onerando os processos. Vai ao encontro ou vai de encontro aos interesses das grandes empresas. Para emendar as grandes empresas que mandam nesta cidade. Foi dito aí, até parabeno o Solon, tu falaste muito bem, muito claro e muito objetivo, dá para entender. Secretário, eu acho que quando vem alguém aqui e a gente diz que o Conselho se solidariza, não pode



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ser só um “se solidariza” do “desculpa”, assim, dá um tapinha nas costas. A forma de solidarizar é votar contra, é não aprovar esses processos. Eu não sei se esses processos passaram aqui no Conselho, se deveriam passar, se não passaram... (Manifestação fora do microfone). Tudo bem, mas eu acho que nós temos que mostrar na prática essa solidariedade e não dizer que “nós nos solidarizamos”, mas nós somos governo e vão fazer exatamente o contrário e ferrar vocês! Isso não serve. Falam tanto em política nova, nós temos que mudar essa “política do tapinha”, de dizer que se solidariza e no fundo estão ferrando a população, porque é isso que nós estamos fazendo atualmente, que a cidade está fazendo! A gente não tem uma reunião que não dê uma discussão, porque alguma comunidade está sendo ferrada! Desculpe o termo, mas é este o que melhor se adequa. Para encerrar, Secretário, eu gostaria de dizer também que embora pareça que tem uma discussão até ideológica aqui, como já foi feito, mas eu gostaria de registrar que as pessoas que não entendem porque a gente defende esses projetos que vão ao encontro da população mais necessitada e de baixa renda. Elas não conseguem entender que todo esse processo de divisão da sociedade, os assaltos da esquina, essa insegurança, tudo que está acontecendo é porque cada vez as elites no Brasil inteiro e aqui em Porto Alegre estão botando a população, a classe média, a classe baixa barranco abaixo! Então, no processo de marginalização o que tu fazes? Tu partes para a ignorância, que é quase o que eu estou fazendo aqui, porque é um processo permanente de marginalização das populações mais pobres. E daí vem o seu Internacional aqui e ganha um benefício de mais de R\$ 100 milhões, no mínimo que eles vão ganhar, na marra assim, em um ano pré-eleitoral. Isso eu digo, vão fazer uma lei em um ano pré-eleitoral, um benefício por fora de mais de R\$ 100 milhões! Tem-se notícia que o Grêmio está pedindo R\$ 100 milhões por aquele pedacinho de terra lá que eles ocupam para devolver para a prefeitura. O CT do Grêmio. O Internacional, aquele projeto ali, o direito que eles vão adquirir é incomensurável. (Sinalização de tempo esgotado). Então, vocês têm que saber que o Internacional vai ganhar mais de R\$ 100 milhões e enquanto que vocês vão levar um chute! É isto, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. É importante ressaltar da competência deste Conselho, estabelecida no Plano Diretor da cidade, enquanto órgão integrante da gestão da política urbana. Tem que estar, naturalmente, atento às suas competências e dentro das suas competências atuar para garantir sim o acesso à vida digna, à terra, à comunidade dentro da sua margem de competência. Enquanto eu estiver aqui a gente, sem dúvida, vai lutar de uma forma muito serena e sincera para que esses princípios sejam garantidos, inclusive, na revisão do Plano Diretor. Na ordem de inscritos o Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Eu acho que a forma pode ser serena e sincera, mas o que a gente tem visto aqui é: eu pego e crio um bairro de 40 mil habitantes ao lado de onde estava a comunidade ou o representante da comunidade aqui no Conselho, a comunidade estava sentada ali, toda contra o projeto que aqui foi aprovado. Isso não faz seis anos, isso foi agora, recente, foi este Conselho, foram estes conselheiros aqui que votaram isso. Então, sereno e sincero podemos ser todos, mas na hora que a gente está votando a gente está prejudicando pessoas, a gente está piorando esta cidade. O colega do SINDUSCON não está aqui, mas o Koren é um que, constantemente, diz que esta cidade cada vez está ficando pior. É lógico que nós vamos disputar a versão do porquê está ficando pior, mas nós dois concordamos nisso. Aqui, para que os conselheiros das comunidades sabendo, há poucos meses nós votamos um projeto do aeroporto, estava a comunidade sentada aí também



240 contra o projeto, o Conselheiro que está aqui sentado contra o projeto, mas o Conselho
241 votou a favor do projeto, levando para lá no projeto megamilionário, de trilhões de reais
242 para atender o interesse da iniciativa privada, das empresas da construção civil. Isto este
243 Conselho votou, isto este Conselho tem que assumir. Então, isso a gente quer discutir no
244 Plano Diretor, por que uma rua que corta um clube que existe há 500 anos em Porto
245 Alegre, a Câmara votou ontem, nós aqui estamos atrasados, nós estamos aqui pedindo
246 vista para o processo para ver se a gente consegue tirar aquela rua do meio do Clube do
247 Professor Gaúcho. A Câmara já passou na nossa frente, este Conselho está legislando
248 sobre o quê? Então, realmente, queremos rever esse Plano Diretor e dizer qual é o nosso
249 papel, como é que a gente consegue um Plano Diretor, um Conselho do Plano Diretor que
250 realmente represente os interesses da população e não apenas os interesses de um
251 segmento da população. Está sendo votado aqui, constantemente, é sempre um único
252 interesse, está sendo vencedor, é só pegar processo por processo, não é difícil pegar
253 todos os processos, nenhum processo foi barrado aqui! Aliás, foi um que não era de um
254 grande interesse financeiro, um pequenininho que foi barrado aqui. Então, é isso que a
255 gente está votando. Para terminar a minha intervenção, pediria à colega da EPTC, da
256 minha parte de morador de Porto Alegre, eu não sei onde que a EPTC anda de manhã e
257 de tarde no nosso Centro. A SMOV, que eu não sei se chama SMOV mais, está fazendo
258 uma obra na Loureiro da Silva. Eu estou há duas semanas indo para a UFRGS e não vejo
259 um azulzinho da EPTC para regular o trânsito, o engarrafamento. A obra agora está lá
260 embaixo do viaduto, ali na UFRGS, o engarrafamento está aqui na Praia de Belas, são
261 cinco quadras engarrafamento, a gente passa cinco quadras. Isto há duas semanas, eu
262 deveria ter falado na semana passada, poderia até ter telefonado, buscado algum socorro
263 antes. É a empreiteira que determina como é que o trânsito vai funcionar, porque não tem
264 ninguém da EPTC, ela vai lá e Poe os cones de manhã cedo, ainda tem esse negócio,
265 provavelmente pelo barulho não pode funcionar de noite, mas no horário de pico é como
266 está há duas semanas. E deixar por último, já falei semana passada, o convite para
267 segunda-feira, lá na sede da ABES, na Mauá, o debate sobre a questão do Plano Diretor e
268 a questão ambiental, onde vai estar o nosso conselheiro do IAB para fazer a sua
269 apresentação, o Rafael Passos. Então, dia 09, segunda-feira, às 5 horas da tarde. Eu vou
270 passar por Whatsapp, para não esquecerem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
271 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro
272 Campani. No direito da sua manifestação, este Conselho, naturalmente, tenho que
273 ressaltar, é um conselho democrático, a gente tem uma participação isonômica dos mais
274 diversos segmentos da sociedade, tanto entidade quanto eleição dos fóruns. Então, é da
275 democracia, a gente tem que respeitar e todos os processos que são submetidos têm um
276 amplo debate, muitas vezes caloroso o debate, os mais diversos segmentos da sociedade
277 se manifestam e representam. Após essa discussão eles são votados e a votação,
278 naturalmente, também tem que ser respeitada. Na ordem dos inscritos a gente tem o
279 Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de**
280 **Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, boa tarde a todos e a todas. É interessante como
281 este Conselho é o último a saber das coisas que acontecem. E me admira que no
282 processo do Professor Gaúcho, do EVU, a própria secretaria a qual o processo está
283 dirigido não orienta a quem pede a regularização dos seus imóveis o desgravame. E aí um
284 vereador muito atento, articulado pelos professores, entrou com projeto de lei e aprovou
285 ontem na Câmara, por unanimidade, 34. Era tão simples! Era tão simples! Bastaria alguém
286 das secretarias dizer: “Peçam o desgravame”; que é um direito que eles têm. Tantos
287 projetos passam aqui de desgravame. Então, é isso, nós temos um papel importante neste



Conselho. Germano Presidente deste Conselho, antes de ser Secretário o senhor é presidente de um conselho, honre o cargo que o senhor ocupa! Neste Conselho aqui a maioria é eleita, nós passamos por um processo eleitoral, nós não estamos aqui sem representação, estamos representando os segmentos que nos colocaram aqui, para defender a cidade. A cidade tem disputa e nós vamos disputar a cidade, que é democrático. Eu acho que a Câmara de Vereadores tem que começar a se controlar, Porto Alegre não é um negócio. Eu negocio por eventual eleição no futuro? Se quiserem me processar, podem me processar, não tem nenhum problema, mas o que está acontecendo nesta cidade são interesses, venda do seu cargo, negociata de cargo. Não pode! Ou nós queremos mudar a política, ou queremos mudar a cidade, ou não mudamos, vamos continuar sempre no jogo de interesses, como já dizia o saudoso Leonel Brizola. Então, a cidade tem que atender os interesses de todos e não de quem tem o poder econômico. Como é que pode uma comunidade que está há 60 anos em um bairro ser excluída e passar por este Conselho? Olha, eu ia dizer um nome aqui, mas me controlei um pouco. O que estavam fazendo aqui que deixaram passar a expulsão das famílias lá? Como é que passa neste Conselho? Como é que nenhum conselheiro pede vista? E aí vai! Que interesses vêm defender aqui? Contrapartida? Mitigação? Ou como dizia a Rainha Maria Antonieta: “Dê o brioche para o povo”, na Revolução Francesa. Então, nós não queremos migalhas, nós queremos o direito à cidade, que está no estatuto da cidade, é respeitar a Constituição. Tem um senador que tem a petulância de quer tirar a função social da propriedade, ele não vai tirar! A função social da propriedade é um direito que tem que ser respeitado. Nós estamos em um momento que ou se muda, ou vai haver uma revolução. As pessoas não vão aguentar, estão brincando com a população, aí acham que a Guarda vai segurar, não vai segurar! Isso é um alerta, que os sociólogos, os antropólogos podem fazer um estudo. Há toda uma reação, ou pela criminalidade, ou pela violência. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando. E por último, como que uma operação não passa, uma lei que altera uma lei aprovada no Plano Diretor, não passa por este Conselho e dois vereadores se atribuem ao direito de mudar, sem uma discussão com a região, com o Conselho e com a cidade? Então, é isso. É de estarrecer, para dizer o mínimo. Era isso. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O Secretário diz assim, que nós temos que observar as nossas competências, né. Parece que a gente esquece que a nossas competências aqui não são apenas votar projetos. Em um dos incisos diz assim: “Receber e encaminhar”. Então, nós temos que dar uma solução para as demandas que vêm da sociedade. E a Tânia está trazendo um problema da região dela, que não cabe só a nós nos solidarizarmos, como diz o Hermes, nós temos que fazer um encaminhamento. A Acesso e Cidadania teve contato com as famílias e com as procuradoras da área, e aí alguns podem dizer assim: “Ah, isso é uma questão judicial e não há o que possa ser feito”. Mentira! Mentira por quê? Porque existem procedimentos administrativos, dentre eles a regularização fundiária daquela área, que pode ser tomada, deve, não só pode, deve ser tomada pela Prefeitura. O que isso tem a ver com o CMDUA? Eu conversei com as famílias e verifiquei, na verdade, foi um projeto do empreendimento do Rossi Parque, Central Park, onde foi feito o parcelamento da área e onde o município recebeu, na verdade, como doação para uma praça ou para uma escola uma área que já estava ocupada por famílias. Ou seja, ele recebeu uma área que não era mais nem do empreendedor que estava cedendo, porque o direito subjetivo, embora não tivesse sido legalmente reconhecido, já era dessas famílias. Não só isso, este Conselho ou a Secretaria de Licenciamento fez um termo de compromisso, e diz lá no termo de



compromisso que cabia a quem? Que cabia às construtoras entregarem essa praça livre e desembaraçada. Quem está fazendo a reintegração de posse agora? Ou seja, é termo de compromisso para não ser cumprido. Aí eu me lembro, Germano, quando tu vieste fazer aquela exposição dos termos de compromisso e até, então, nós continuamos esperando para saber o levantamento de quais termos e o posicionamento de cada um deles, onde eles estão sendo cumpridos ou não estão sendo cumpridos. Então, eu acho que nós temos sim não só que nos solidarizarmos, mas verificar o encaminhamento. A legislação recente da regularização fundiária diz que eles podem ter lá naquela área legitimação fundiária, podem, inclusive, ter por usucapião. Por quê? Porque se a posse deles era interior a do município eu posso usucapir. (Aplausos). Quando o município se tornou, na verdade, o proprietário registral desta área já existiam famílias lá e isso não pode ser ignorado aqui. E não é o primeiro caso que passa e que é ignorado, a gente finge que as coisas se dão só em uma linha no mapa e esquece a vida que tem lá fora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Conselheira Claudete. Muito bem representa o Acesso neste Conselho, faz uma manifestação bastante significativa, importante. Na ordem dos inscritos a gente tem o Conselheiro Paulo Jorge. De fato, aqui comentando o encaminhamento, a gente recebeu o manifesto da comunidade por meio da Conselheira Tânia e iremos encaminhar para os órgãos competentes. Então, eu passo a palavra ao Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, conselheiros. Boa tarde, pessoal da comunidade presente. Eu estou neste Conselho desde 2014, já aprovamos muitos projetos, desaprovamos muitos projetos. A briga é o que eu sempre coloquei, mas o Conselho tem um papel diferenciado. Outros conselheiros vêm para cá com (Inaudível) empresarial, de acordo com as empresas. Assim funciona o Conselho, assim caminha a humanidade. Aqui dentro cada um defende seus segmentos e a comunidade de Porto Alegre continua a mesma coisa, não muda nada. Eu estou com 68 anos, moro na Região da Cruzeiro há 64 anos, lá era uma área do INSS, meu pai trabalhava no INSS. Depois passou a ditadura, o Estado passou para o município, o município assumiu, mas sumiu só nas coxas, porque não tinha documento e agora está vendo que a área lá é do INSS. E assim na política, os caras mudam e os moradores não ficam sabendo. Eu dizia para a minha família muitas vezes, eu tenho que ter um médico para quando eu adoecer, para defender a minha doença. Eu tenho que ter aqui dentro o advogado para quando precisar ter meus direitos e tem que ter uma filha para me cuidar quando eu ficar mais velho. Não começou agora essa bronca da Bom Jesus. Eu me lembro em 2000, estive o Lula lá em cima fazendo a praça, bonita a Bom Jesus para receber o Presidente, estive lá em cima, cheio de guarda e policial. O Tarso Genro esteve lá também, o Ministro da Justiça também esteve lá junto. Lindo o projeto! Era para legalizar essa praça e os moradores junto, até tinha um campo lá atrás. Governo popular, não sou contra, mas tinha que ter resolvido aquele problema lá, porque estive lá em cima o Presidente. Fizeram festa, a comunidade fez festa, acabou em quê? Em linguíça! O que acontece? A comunidade também não se organiza, porque são pessoas analfabetas, que eu digo, para nós fazermos faculdade não tem condições, aí tem que mudar também a educação, para ter acesso a muitas coisas na comunidade, um curso lá dentro o governo também não faz. Tu não consegues ter infraestrutura, não é engenheiro, não é advogado, não é arquiteto, é morador. Aí quer o quê? Agora, tem uma Câmara de Vereadores que também estão mancomunados com muitas coisas ali dentro, porque muitas vezes são tudo assalariados, também não defende as leis. Tem vereador que deveria fazer lei lá dentro, mas não vão para a comunidade. Então, o que quero dizer para vocês da comunidade,



vocês acham que a Tronco vai ser legalizada? Nunca vai ser! Daqui a pouco é um ponta pé na bunda. É só ter o interesse de um grandão que vai acontecer. E nenhum diretor tem coragem, o DEMHAB, de fazer um projeto social, nem o prefeito, nem vai ser o Marchezan, nem vai ser o Olívio, nem vai ser outros prefeitos, não vão fazer. Já podiam ter feito. Chega um ponto que tu estás lá em cima da terra há 50 anos, aí vem o safado de um juiz, muda a lei e a população, pé na bunda. (Sinalização de tempo esgotado). Esse pessoal vai morar onde? Agora, tem a bancada da direita, da esquerda, só que a direita é a direita, a esquerda é a esquerda. E tem um pessoal da esquerda que está mancomunado com muita coisa junto. Se o pobre falar demais, ah, meu querido... Eu vou mandar um whats para o prefeito, para vereadores. Pessoal da Bonja, tinha uma época, a união de vilas... (Sinalização de tempo esgotado). Nós íamos á luta, todo mundo junto de Porto Alegre, se unia toda a comunidade, mas hoje não tem mais isso aí. Então, precisa voltar a regra da população, voltar a lutar com o conselho popular, que era a UAMPA. Obrigado pessoal.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Temos o último inscrito, o Conselheiro Rafael da IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Muito rapidamente sobre a questão da operação, porque eu quero me ater, e aí eu não vou ser muito breve, sobre a questão da Bom Jesus. Sobre a operação da Lomba, é de lamentar que anos de trabalho sério e competente, foi a Lomba do Futuro, eu pude acompanhar, fui estagiário no urbanizador social, que foi outro projeto que também empenhou esforços de pessoas muito competentes e com ampla experiência, que não estão mais trabalhando. Foram dois projetos abandonados de certa forma, mas que tiveram esse fruto aí, que é a operação urbana, que agora se pretende passar uma régua pelo interesse de um único empreendedor. A gente está às vésperas de uma revisão de plano e o que eu mais digo cada revisão de plano e em outras oportunidades, que é muito difícil avaliar um plano se a gente não cumpre ele. E o caso do nosso Plano Diretor e da Operação Urbana da Lomba são dois casos tal qual. Se a gente não tem gestão e se a gente não cumpre o plano, como avaliar, e pior, responsabilizar o plano pela cidade que nós temos. Não existe, é responsabilidade da gestão ou não gestão, para não dizer má gestão. Eu vou para a questão da Bom Jesus e vou ali no quadro, por que desenhar vale mais que mil palavras. Até agora se falou do direito, das lutas, mas eu queria trazer um pouco de urbanismo já que às vezes a gente passa tão ao largo. Aqui a Bom Jesus, tem a Protásio lá em cima, aqui é a Ipiranga, aqui aquele loteamento, não cidade, diga-se de passagem, passou pelo CMDUA. Eu fico me perguntando como é que se aprova algo daqueles. Se a gente pegar todas as diretrizes e olhar as diretrizes do nosso Plano Diretor, ela afronta mais da metade. Cadê a cidade caminhável ou a prioridade ao pedestre, que está lá? Em 99 a gente já falava da prioridade ao pedestre. Querem falar em cidade caminhável? É outro nome para a mesma coisa. Querem falar em cidade miscigenada? Um loteamento que passou por aqui, o CMDUA aprovou. Quer dizer, se o servidor não pode por força de ofício, olhar para as diretrizes e falar assim: “Não posso aprovar porque afronta tais e tais diretrizes”, este é o espaço para dizer que por mais que a lei de ocupação permita, isso afronta as diretrizes do plano e nós devemos dizer “não”, mas foi dito “sim”. Não tem a cidade miscigenada, é só residencial, para sair ali para comprar um pãozinho o sujeito tem que sair de carro. Outro dia eu conversava com um colega arquiteto e fiz essa crítica, ele disse: “Mas o que tu querias, queria comércio na rua ali? Olha o perigo que é!” E aí nós vamos por essa questão aqui, aí aqui foi gravada uma praça, uma rua, uma escola que já existia e aqui outra praça, aqui está a diretriz prevista lá, que vai emendar com esta aqui, uma parte já está executada e tem isso aqui.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Essa é a situação que nós temos hoje. Estamos falando disso aqui, mas já tem uma praça. O Território da Paz, financiado pela Caixa Econômica Federal, doação. Aqui existe uma escola, também é contrapartida ou mitigação do loteamento, a alteração para esta escola, também já está sendo atendida a comunidade. Ou vocês acham que com tudo isso aqui, alguém conhece isso aqui? Vocês acham que esse pessoal que vive dentro desse condomínio fechado, onde tem tudo que tem aqui, tem aqui e muito melhor, mas vocês acham que eles vão vir para praça pública? Então, essa praça é para eles. Agora, aí eu vou pegar o pão e brioche, eles não querem brioche. Esse é o significado da coisa, eles não tinham nem pão e ela olhou do alto da sua arrogância e disse: “Não tem pão coma brioche!” Eles querem o pão, não querem brioche. Então, o que eu quero propor muito objetivamente aqui? Uma resolução do CMDUA, talvez uma das únicas que a gente possa ver. De todos os pleitos que tem aparecido aqui este é o que está mais prontamente na nossa mão dar solução, dos últimos que tem vindo a comunidade aqui. Os outros são muito difíceis, realmente, o máximo que nos cabe é solidarizarmos. Aqui é uma resolução, isto aqui hoje, para ser praça tem que estar gravado com área verde. Certo? Então, proposta: altera-se, desgrava-se área verde, grava-se aqui uma AEIS, tipo 2. Nós podemos fazer uma resolução que encaminhe-se ao executivo e ele encaminha um projeto encaminha o projeto de lei para a Câmara. AEIS tipo 02 para fins de regularização de quem já está ali. Obviamente, nós não podemos prejudicar o gravame viário, a diretriz viária, mas também tem pessoas morando ali. Essas pessoas também, não vamos nem tanto ao céu, nem tanto à Terra, essas pessoas seriam realocados para essa área aqui. Então, regularização e realocação. Certo? Dessas famílias para essa área aqui. (Sinalização de tempo esgotado). Outro ponto da resolução: suspensão imediata da reintegração de posse e com isso da remoção das famílias. (Manifestação fora do microfone). É processo administrativo, meu amigo! É tudo processo administrativo, tudo extrajudicial. Se o CMDUA aprovar uma resolução o executivo, entendo eu, deve cumprir. E quanto a este gravame aqui, o executivo deve caminhar um projeto de lei para a Câmara. A solução está na nossa mão, se não fizer vão explicar para eles porque não estão fazendo. Obrigado. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Muito bem desenha no quadro ali... Um Aparte para a Conselheira Claudete. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Art. 1º do nosso PPDUA, inciso 2º: “Promoção da qualidade de vida do ambiente, reduzindo desigualdades e exclusão social”. Inciso 10º: “Regularização fundiária e urbanização”. Combinado com o art. 38, inciso 4º, é da nossa competência dar encaminhamento às demandas da sociedade trazidas pelas regiões de planejamento, como foi trazido pela Conselheira Tânia. As questões administrativas podem ser resolvidas a qualquer tempo, processo administrativo para regularização fundiária, em que pese seja competência da CETARF, pode ser sim dado o *start* por essa competência da qual o Secretário é Secretário da SMAMS. Então, ele dispõe sobre a praça e nós temos competência sim para dar o encaminhamento. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, Conselheira. Eu pediria que formaliza uma solicitação para a gente startar, que a gente colocasse em votação a Proposta, não sei se de alteração da resolução, do traçado. Eu recebi aqui uma solicitação da Conselheira Tânia. A gente vota aqui no conselho o encaminhamento para os órgãos competentes, naturalmente, tem que votar antes de encaminhar. Se tem alguma outra proposição de startar um processo talvez... (Manifestação fora do microfone). Naturalmente, a gente não aqui como produzir um



documento na hora. Eu sugiro que a comunidade, a senhor como representante do Acesso, que talvez formule, inicie esse processo e a gente delibera aqui no Conselho. A gente se delibera aqui no Conselho e podemos dar os encaminhamentos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O legalismo a gente usa e o formalismo quando a gente não quer fazer o encaminhamento que dê um resultado que a gente está tentando, que é assegurar o direito dessas famílias que têm direito lá garantido. Se não legalmente, já garantido, na verdade, de fato. O direito subjetivo deles. E isso é da nossa competência. Quantas diligências nós fizemos aqui no CMDUA e que tiramos o encaminhamento para ir para outros órgãos sem ter nada formalizado e por escrito? Se é o pedido por escrito, vamos fazer um agora, eu faço o pedido por escrito agora. Se é o pedido eu faço a solicitação agora. Se é isso que falta para nós votarmos aqui hoje e fazermos o encaminhamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, a gente pode ficar aqui discutindo, não tenho problema. Eu não me refiro á diligências, isso pode ser solicitado a partir desse ofício aqui, a gente encaminha para a Procuradoria, enfim, todos os órgãos competentes que estão tratando do processo judicial, da remoção, enfim, onde teve a decisão. E nós, enquanto órgãos do meio ambiente fizemos a nossa reflexão, até tomamos conhecimento. Certamente, este é um encaminhamento bastante antigo, porque agora se resultou em um processo judicial, que certamente foi protocolado há algum tempo atrás para ter a decisão neste momento. Pelo histórico, eu me lembro, esta situação já é bastante antiga. Inclusive, esse loteamento, enfim, o empreendimento já está lá há bastante tempo. Não há problema de encaminharmos este protocolo aqui, eu estou pensando em outro formato de conhecimento. Não sei o que a senhora sugere. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Fazermos a votação neste ato dos encaminhamentos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, sem dúvida, vamos votar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não este, vamos fazer os encaminhamentos. Se é necessário nós escrevemos a resolução neste momento. Não tem problema. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Iniciar o processo para diligenciar junto à secretaria, promover... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não. A competência do CMDUA é fazer desgravames de áreas, nós estamos fazendo uma proposição de desgravame de área de praça. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Naturalmente, tem que ser avaliado do aspecto técnico, se há possibilidade, o território de construção da cidade deve ser avaliado pelo corpo técnico. O Conselho tem competência para iniciar... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós aprovamos e encaminhamos para diligência da PGM. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É a abertura do processo administrativo... (Manifestação fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Naturalmente, é uma questão judicial, este Conselho não tem competência em suspender um processo judicial, a determinação é em juízo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria sugerir que este Conselho encaminhasse e votasse o pedido de suspensão imediata do desfecho, tendo em vista que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

há vários... (Falas concomitantes). Calma, deixa eu terminar! Pô, assim não dá! Eu respeito todo mundo falando, aí quando eu falo me interrompem! E o senhor é do OP, o senhor tem que defender a comunidade e muitas vezes não defende a comunidade! (Manifestação fora do microfone). Não é demagogia! Eu também não. Inclusive, a tua área não está regularizada até hoje. Secretário Presidente do CMDUA, eu quero que o senhor me garanta a palavra. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vai lá, conselheiro, use o seu tempo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Nós podemos votar pela suspensão imediata do desfecho, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano resolve requerer a suspensão imediata do desfecho, porque é feito pela Prefeitura e a Prefeitura tem todo o aparato para não fazer este desfecho. Basta entrar com uma petição em juízo e suspende. Qual é o imediatismo? Qual a necessidade de tirar? Não há nenhuma necessidade imediata para construir uma praça, já tendo uma praça. Foi aplicada verba pública, as pessoas construíram aquela região ali, valorizaram aquele espaço. Então, o primeiro respeito à comunidade é suspender o despejo imediato, isto a Prefeitura pode fazer através da PGM, basta uma decisão política. Então, eu quero requerer a este Conselho que primeiro vote pela suspensão do desfecho imediato. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu acho que está muito bem articulado aqui o documento da Tânia, que traz argumentos jurídicos bastantes consolidados, inclusive, alternativas de solução da questão da regularização fundiária, da legislação, faz referência ao processo, é um documento bem articulado. Eu sugiro que este documento norteie qualquer encaminhamento para os demais órgãos do município, porque está bastante claro, bastante elucidativo. Quanto ao pedido de suspensão, não vislumbro competência dentro daquele rol que a gente tem no Plano Diretor, de competências do CMDUA. A gente pode talvez fazer um manifesto, imagino um documento que dê origem, que consigne a resignação deste Conselho. Isto a gente pode votar, mas eu imagino que fosse ideal a gente votar este documento aqui que já tem a informação organizada e consolidada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu não vejo nenhum problema de aprovar esse documento aí, não tem problema, mas é necessária essa suspensão, porque está marcada para o dia 10. Certo? Então, é necessário suspender. E hoje eles tiveram reunião em várias comissões da Câmara. Então, é necessário articular todo um cuidado, talvez necessário um projeto de lei. Há uma série de coisas que tem que ser, o desfecho está marcado para o dia 10, está preparado. Então, eu acho que a gente pode agregar a este pedido a suspensão do desfecho. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, seja o nome que o Secretário queira consignar, seja manifestação, seja a moção de apoio, seja pedido. Na verdade, o objetivo é: o Conselho tem a autonomia e independência para fazer encaminhamento daquilo que é trazido por suas regiões. E, nesse sentido, o Conselho tem autonomia o suficiente para dizer sim, este Conselho concorda que esse processo movido pela Prefeitura seja suspenso? Sim ou não, é isso que nós queremos ouvir dos conselheiros aqui presentes. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Secretário, o que eu aponte aqui é uma análise que demonstra que a área é provida de área de lazer, de forma que me parece que atende a demanda da população. Por outro lado, temos um problema de eminente ameaça de remoção e se essa remoção vier a cabo, isto tudo que nós podemos resolver aqui, em termos do que estamos propondo aqui, que é algo da nossa alçada, o desgravame de uma área verde para gravar como AEIS 2, frente ao que a



eminente reintegração de posse e remoção dessas famílias. Se essas famílias forem removidas perdemos o objeto da coisa e eles perdem a moradia. Então, é óbvio, eu não discordo que não é de nossa competência decidir pela suspensão da reintegração, mas tendo em vista o que é da nossa competência que nós estamos propondo, e aí é de plena competência, propondo o desgravame da área verde e o gravame da AEIS nós recomendamos. Esse seria o ponto: recomendamos que o CMDUA está apontando para a mudança do uso da área. Mais claro impossível, nós estamos tomando decisão do tamanho que nos cabe, daquilo que nos compete, mas pedindo aquilo que não nos compete diretamente, mas que afeta a nossa decisão diretamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Eu acredito que a gente acrescenta. Aqui a Conselheira Tânia faz um relato da situação, faz referência ao histórico, no final ela faz algumas conclusões. Eu faço a leitura e ao fim a gente acrescenta a recomendação pela suspensão, aí colocamos em votação, naturalmente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para embasar. O Plano Diretor no art. 39: “o órgão de integração do sistema municipal de gestão e planejamento é o Conselho do Plano Diretor, que tem por finalidade formular políticas, planos, programas, projetos de desenvolvimento urbano ao qual compete”. Aí vem uma lista. E no Inciso 4º diz: “Receber e encaminhar para discussão matérias oriundas de setores da sociedade que sejam de interesse coletivo”; ou seja, estamos encaminhando para discussão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, esse é o artigo que embasa o encaminhamento. Então, eu vou fazer a leitura, talvez nem todos tenham tomado conhecimento do documento, mas só nas conclusões, ele é bem articulado: “Para tal solicitamos que o recebimento do processamento administrativo desse requerimento, a expedição de ato administrativo, declarando a Comunidade Vila Matos Sampaio como Núcleo Informal Urbano, ocupado predominantemente por população de baixa renda, nos termos do art. 13, inciso 1º, da Lei nº 13.465/2017. Que seja o presente requerimento enquadrado na modalidade pretendida REURBs, vez que predomina a área posseiros de baixa renda, nos termos do art. 13, inciso 1, da Lei nº 13.465/2017. Que seja promovida a regularização do Núcleo Urbano Informal, mediante a instalação de processo administrativo nos termos dos artigos 30 e 31, da Lei nº 13.465. Que seja oportunizada vista aos moradores com máxima urgência de vista e cópia do expediente ‘tal e tal’. Que seja instaurada a instância de conciliação nos termos do art. 34 da Lei nº 13.465, devendo ser oficiado ao juízo competente processo judicial que tramita na 7ª Vara da Fazenda Pública. Sendo o que temos para o momento esperamos e pedimos deferimento, deste já nos colocando à disposição para esclarecimentos”. Então, a gente acrescenta uma alínea h, orientando ou recomendando a suspensão do processo e que se inicie a revisão por meio de resolução do gravame. Podemos colocar em votação? Favoráveis a esse encaminhamento, por favor, votos favoráveis: (Contagem de votos = 23 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). (Aplausos). **APROVADO O ENCAMINHAMENTO.** Muito bem, será encaminhado, acrescenta a alínea e a gente encaminha. Na sequência da pauta vamos encaminhar a apresentação dos relatos, como a gente tem um tempo já significativo. (Manifestação fora do microfone). Eu pediria para não atrapalhar a sequência, que a gente continuasse um pouco e o senhor fica à vontade também, senão a gente interrompe, enfim, tem que dar continuidade aqui nos trabalhos. A gente tem um relato do Conselheiro Paulo Jorge, o Item 4.03 da pauta. Conselheiro Paulo Jorge eu vou lhe dar a palavra para eu atender ao telefone aqui. **4. ORDEM DO DIA. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**



Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Pessoal, esse processo aqui é do Condomínio Iguatemi Corporate, Processo 002.249541004, Rua Nilo Peçanha, 2811 e 2825, Chácara das Pedras, para EVU de edificação. Protocolo no dia 22/03/2019. Ela vai colocar no quadro o mapa, ou seja, eu vou fazer um relato aqui, porque era da CAUGE, que passou e eu sou o relator. (Leitura de histórico e parecer inserido ao processo). Pessoal, eu estive lá olhando, já está instalado o heliponto, está lá o espaço lá em cima. Todas as secretarias deram parecer favorável, não tenho como constatar algum erro e eu sou a favor que todos os empreendimentos de Porto Alegre tenham um heliponto. Acho que é preciso os hospitais terem, porque tanto os hospitais Mãe de Deus, como qualquer hospital que precise fazer um transplante de coração, tem que ter isso aí, porque de repente morre um cara em Pelotas, é uma doação, para chegar no hospital que tem que chegar de carro. Não, tem que ter isso em Porto Alegre, é uma capital, precisa ter. É importante, porque são poucos que tem, deveria ter uns 50 aqui dentro. O meu parecer, após ver todos os processos, os técnicos, não tenho nada a opor, até porque já está pronto o espaço, por isso sou a favor do EVU. Está lá o mapa, eu fui lá, olhei, analisei. O nosso conselheiro da Região 02 também não vai pedir vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, algum pedido de vista? A Região 06 pede vista. Então, ao relato da Conselheira Gisele, **ITEM 4.07. EXPEDIENTE: 16.14.00005064**, gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Boa noite, conselheiros. Eu vou fazer o relato sobre o pedido de gravame e cadastramento do Beco 11 na Avenida Juca Batista. Então, é um loteamento irregular, que teve origem em 2002 e tem uma área de aproximadamente 1 hectare. É irregular porque não foi localizada a matrícula e o acesso até esse loteamento é através de uma servidão gravada na matrícula da área lindeira. Quando o loteamento foi feito de forma irregular não houve a doação de áreas de destinação pública, enfim. E o responsável na época a única coisa que podia fazer era entrar com processo de usucapião, mas que foi julgado improcedente. Com isso a prefeitura entrou com ação civil pública contra esse loteador para que regularizasse a situação. Ele disse que não ia conseguir; mas, de qualquer forma, a população continuou residindo ali e tem uma associação de moradores, porém eles estão ali residindo de forma muito precária, por causa dessa rua ser considerada um logradouro público. As redes de água e luz chegam de forma precária, através de “gatos”, enfim, é um problema bem ruim para essas pessoas. Como a pessoa que é dona da matrícula por onde está gravada a servidão que dá acesso não se opôs, essa servidão está dentro de uma área particular, e esta pessoa deu anuência e cedeu essa via para utilizar como acesso ao loteamento. Há também a questão que essa via cruza uma APP, mas por ser de interesse público esse acesso, e muito necessário, a própria PGM fez um parecer que foi aceito pela SMAMS. Então, a SMDE não vê óbice ao cadastramento desse beco frente a essas questões que eu coloquei. Eu coloquei no relato, o meu colega Luciano também, que trabalha com a regularização, a situação fática a partir da Juca Batista, como é que eles têm que chegar as casas cruzando essa APP e passando por dentro da propriedade. Então, vai ser feito dessa forma o gravame da via. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Gisele. Algum pedido de vista? Conselheiro Paulo Jorge, Conselheira da Claudete, Conselheiro Gomes da Região 06. Mais algum esclarecimento? Não havendo mais processos na pauta e sendo postergado bastante o início do processo da apresentação do Plano Diretor, a gente encaminha para a próxima agenda. Vamos tentar priorizar na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

próxima agenda, conselheiros. Eu peço a compreensão da gente fazer essa discussão, porque a gente sabe que tem bastantes processos sempre na pauta e dentre outras situações que surgem no decorrer do dia a dia, mas que a gente consiga priorizar e promove o debate do Plano Diretor com vocês, que é muito importante. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O processo do Professor Gaúcho foi retirado, qual a situação dele tendo em vista que foi aprovado na Câmara? **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** O Conselheiro Gomes entregou o processo ontem, ele está disposição aqui secretaria para quem tiver interesse. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas a questão é que ele foi aprovado na Câmara. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nada impede a tramitação. Esse EVU do Professor Gaúcho é o EVU do Clube do Professor Gaúcho. Não tem nada a ver. A questão é o EVU do Clube do Professor Gaúcho precisa ter o próprio enquadramento dele no Plano Diretor. Ele está sendo todo regularizado, é uma regularização das atividades que existem. O que acontece? Como acontece com qualquer outro clube, ele estava incidindo por traçado viário projetado, dois traçados, um que cortava ele no meio, que eu acho que seria o problema. Até conversei com a comunidade hoje no começo da tarde, é um do fundo, que para nós seria o problema, porque ele já era uma contrapartida de execução ali do Zaffari, para poder melhorar a questão viária, mas é uma coisa muito antiga. Eu não sei como vai ficar essa situação, mas aquela parte do fundo não atinge nada que tenha relação a este EVU. O que atingiria é uma biblioteca pequenininha que tem ali no meio, só que a gente autorizou ela acontecer, ela não foi impedida de ser regularizada. (Manifestação fora do microfone). Não tem problema, porque aí se o Conselho entender que não tem que ter aquela rua, ela é um gravame. Então, a gente pode muito bem no parecer do EVU fazer uma retificação e dizer que aquela via se considera viável ou não. Não foi sancionado ainda. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, eu tive vista e me lembrou um pouco o que aconteceu no Internacional. Tem o parecer da CAUGE, mas mais uma vez a PGM não se manifesta no processo. Então, eu quero requerer diligência para que seja encaminhado a PGM para análise da questão da lei que foi aprovada na Câmara, que ela tirou os gravames, por unanimidade na Câmara de Vereadores. Eu quero saber qual o impacto, porque aí está desgravada a área. Segundo foi narrado pelo João Bosco Vaz, o Vasco João Bosco Vaz teve o cuidado de requerer a Maiojama, se ela tinha interesse na rua. Pasmem, a Maiojama respondeu que não tem nenhum interesse, através do e-mail. Então, não há nenhum objetivo nessa rua. Foi muito bem claro ontem e aprovado por unanimidade, inclusive, o governo votou. Então, 34 vereadores votaram a favor. Então, eu queria que fosse encaminhada à PGM e fosse solicitado também o projeto de lei que foi aprovado ontem na Câmara e que vai à sanção do prefeito. Era isso e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Assim, eu tinha feito uma análise do processo no fim de semana, estava com a expectativa da votação na Câmara. Então, só para recapitular um pouquinho, o EVU promovido e provocado pelo Clube do Professor Gaúcho, ele tinha a finalidade de trabalhar a questão de viabilidade de edificações que estavam lá e atividade. Aí é forte a manifestação dentro do processo e foi forte a manifestação aqui no Conselho pelo arquiteto Patrick, da questão que eu chamo de vascularidade urbana, em que o EVU não contemplava a eliminação das diretrizes. Houve uma acomodação legal, evidentemente, da atividade principalmente da edificação da biblioteca, em que ficaria sobre o leito projetado da diretriz. E baseado no art.



122 ela ali se manteria. Se em algum momento, e isso é o que ocorre, fosse uma
necessidade urbana pelo interesse público e tal de abrir a diretriz, seria aberto e teria que
ser desmanchado e tal, demolida a biblioteca. É assim que se procede. Bom, a outra rua,
essa rua que nós estamos falando, essa diretriz é no meio do terreno, o terreno tem mais
ou menos 500 metros de profundidade. Então, essa diretriz está mais ou menos há 250 a
260 metros. E a outra diretriz está mais para o final, está lá pelos 450 metros. E aí eu
chamo atenção para o seguinte: nós temos 500 metros do terreno do Clube do Professor
Gaúcho, mais o restante, que vai até o Zaffari da Juca Batista. Independente das paixões e
dos amores que a gente tem pelo Clube do Professor Gaúcho, pela justeza de quem acha
isso do projeto que foi aprovado por unanimidade, em uma articulação muito bem feita,
com certeza pelas graças do Clube do Professor Gaúcho e não pelas graças do benefício
da cidade, foi aprovada dessa maneira e eu acho que a cidade perde muito para aquilo ali.
E aí nós entramos naquela nossa zona de conflito com a Câmara de Vereadores, ela se
faz presente novamente aqui. Um projeto que eu chamo de oportunista, em que olha muito
mais para o pelo interesse particular de uma comunidade e não pela cidade, porque quem
olha o mapa vê a barreira que se representa hoje do jeito que está configurado. O Clube
do Professor Gaúcho, mais os terrenos têm adiante, até a Juca Barreto, barrou totalmente.
Quem conhece ali a zona sul, essa parte de Ipanema sabe, se tu estás na Juca tu saís da
Juca até a beira do Guaíba lá sem ter a opção de fazer essa ligação com o outro lado e tal.
Evidentemente, sem uma resposta melhor a gente tem que respeitar isso aí, até porque
não dá para fazer outra coisa, a não ser fazer o protesto. Se for fazer uma articulação e é o
que eu ia propor aqui no meu voto, que ficou desnecessário agora, eu ia propor que se
abrisse a última diretrizes e até se eliminasse a biblioteca, que está no meio do terreno. Aí
você contemplava em partes aquela situação urbana colocada ali. É uma coisa razoável,
nós faríamos um trabalho bem razoável, porque aquela outra diretriz que está no fundo do
terreno não é prejudicial ao empreendimento, ao clube, à atividade objetiva de clube.
Haveria alguma perda? Haveria alguma perda sim, mas não uma descaracterização, que
era a grande preocupação do Clube do Professor Gaúcho, que era caracterizar
completamente o clube, desarticular se tivesse uma diretriz bem no meio. Então, a minha
sugestão, mas eu fui convencido que eu não preciso fazer, eu escrevi sobre isso, era pedir
uma diligência à CAUGE, mandando o processo de volta para a CAUGE, para colocar à
disposição do Clube do Professor Gaúcho, se quisesse ou não já incluir esse novo
benefício de não ter mais as diretrizes assim que for homologado pelo prefeito. A Patrícia
me convenceu que não há necessidade disso, que nós mesmos no parecer aqui pode já
fazer essa observação, que está completamente livre do art. 122, na questão da
regularização para o uso da edificação chamado biblioteca. Então, Presidente, fica a minha
crítica em relação à questão de articulação urbana que realmente faz parte das nossas
competências aqui. E vamos tocando em frente, talvez no próximo Plano Diretor a gente
possa discutir melhor a nossa revisão, como que se articula a questão com a Câmara de
Vereadores, com o poder legítimo, que é o poder legislativo. Obrigado. **Germano Bremm,**
Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:
Sem dúvida, Conselheiro, do ponto de vista legal e de fato as alterações de traçado se dão
por meio de resolução deste Conselho a partir de uma análise técnica da construção do
território da cidade, dos quarteirões, enfim, em vindo isso da Câmara sem a gente fazer
essa análise técnica, pode comprometer, enfim, pode ser positivo como pode não ser, a
gente não tem como saber, porque não foi feita a análise técnica correspondente. Bem
lembra a Conselheira Patrícia que em havendo a sansão, a vigência da lei aprovada em
nada impede ou prejudica a aprovação da regularização do estudo de viabilidade



urbanística que aqui está presente, porque o clube não teve nenhum prejuízo, vamos dizer assim, para fins de aprovação da regularização, não foi impedido de ser regularizar. Então, com a aprovação da lei, a sanção, se retira esse gravame e permanece o clube lá, o município, enfim, tem aprovado o estudo. Então, nada impede a aprovação da regularização. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Só para complementar. Boa noite a todos. Só para complementar o que falou o Conselheiro Chico, na verdade, eu como arquiteto, como falou o Rafael, às vezes a gente tem que olhar um pouco nessa parte do urbanismo e me incomoda um pouco quando a gente olha um pedacinho do terreno como se fosse um remedinho e não olha com um foco um pouco maior a questão mais urbana. Acho que foi o Felisberto que falou, que foram consultar o Vereador João Bosco lá, para o João Bosco perguntar para o vizinho se o vizinho tinha interesse ou não em abrir a rua. Bah, fiquei com vergonha aqui, porque para mim quem tem que fazer esse trabalho é o planejamento urbano da Prefeitura, que tem que dizer – Vamos chamar as pessoas envolvidas, vamos ver se tem um loteamento ali do lado que tenha que doar uma área de escola, por exemplo, de clube, alguma coisa, encosta no lado do clube, deixa abrir a rua ou faz uma permuta, alguma coisa. Então, acho que falta muito na nossa cidade, um pouco mais de planejamento urbano e não ficar decidindo as coisas em conta-gotas. Eu acho que agora, no próximo Plano Diretor, tentar ver de que forma a gente pode resolver as coisas, urbanisticamente falando, e não fica uma coisa, como diz o Gomes, que pode ser de interesse da cidade que vá a rua chegar até lá, aí a Câmara vai lá – Ah, beleza vamos ajudar os professores. Fica uma coisa esdrúxula, porque para mim vem primeiro o planejamento urbano, depois vem o resto, os interesses e tal das pessoas. era isso, muito obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** APARTE. Assim, eu conheço a região, frequentei muito aquele supermercado e quero dizer, assim, aquela região tem a sua própria dinâmica. A gente tem que respeitar a dinâmica dos bairros, não a minha visão de cidade. E quando aquele supermercado foi se instalar lá o Professor Gaúcho já existia. E eu aí entro em uma questão técnica, se tu tem o mapa da cidade, olha o mapa da cidade, veja o que está naquele espaço que vai te determinar uma diretriz. Entendeste? Se já existe uma coisa – Ah, vou determinar ali! Aí vem um pretense interesse do coletivo. Pô, mas conversaram com os professores? Em algum momento foram lá? Ontem eles estavam em peso lá na Câmara e lamento eles não terem vindo aqui hoje. Lamento profundamente eles não terem vindo aqui hoje, porque aí se ouviria um pouco a versão deles. Não é a nossa versão, tem que ouvir as pessoas que são impactados pelas decisões. Eu me lembro que tem outro Zaffari que foi instalado na Dorival, que impactou na região e está lá, tem uma comunidade no fundo da Dorival que até hoje não pode ser regularizada sobre a alegação que tem uma... Tenho que cuidar, porque às vezes eu, né... Uma diretriz que vai passar em cima das casas das pessoas que estão lá desde 98 e a diretriz é de 99. (Manifestação fora do microfone). Mas não querem, porque dizem que a área é de alagamento. Só que não conhecem, vão lá e veem que não alaga, basta limpar o arroio. Então, eu vejo assim, está no momento das pessoas, os técnicos, e me perdoe, Patrícia, mas eu acho que os técnicos da Secretaria têm que pisar lá nas comunidades para ver o que está acontecendo e não porque tem um mapa ou Google, que faz o planejamento no Google. Eu acho que tem que fazer o planejamento, aí eu concordo com o Dal Molin, conhecendo a realidade e vendo que a cidade se constitui. E eu defendo aqui a questão identidade dos bairros. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando,



816 Secretário. Cada bairro tem a sua identidade e tem que consultar as comunidades. Eu
817 represento e muitas vezes somos surpreendidos por empreendimentos aqui na região sem
818 nos consultar, prédios espelhados, sem respeito ao pedestre, ruas que são feitas sem
819 consultar a comunidade, sem o respeito mínimo com quem faz a cidade. Na João Alfredo
820 agora puseram a cidade como a cidade mais estreita; mas qual é a discussão que teve no
821 fórum da região? Nenhum. Aí meia dúzia de uma ONG decide que ali vai ser uma rua,
822 porque está sendo paga pela Prefeitura. (Sinalização de tempo esgotado). Então, isso é
823 uma questão muito grave e a RGP. 01 vai reagir sempre a isso. Enquanto for do interesse
824 das comunidades nós vamos estar com a comunidade. Podem alguns aqui achar que é
825 demagogia, mas não é demagogia. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
826 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. O
827 Plano Diretor na escala de bairro, né, está aqui a Vaneska. A gente tem essa preocupação
828 de fazer essa análise na escala do bairro. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**
829 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu queria apontar algumas questões, parece
830 que o mais correto seria que este Conselho recomendasse ao Prefeito que vetasse esse
831 projeto de lei. Não estou defendendo a diretriz, necessariamente, mas estou garantido que
832 se, eventualmente... Porque a gente não sabe o que vai acontecer com aquela área do
833 fundo. Está até na justiça. Eventualmente, a Maiojama ia fazer o loteamento, aí, bom, essa
834 diretriz pelo aumento de população ali passa a ser mais necessária do que é hoje.
835 Eventualmente, pode se decidir ali, o que eu seria bastante favorável, que haja realmente
836 uma grande área de preservação, uma das poucas naquela região ainda, naquela parte,
837 não na região, mas naquela zona e fazer um parque. Nós não temos um parque na Zona
838 Sul expressivo como temos aqui, por exemplo, esse sistema que nós temos de redenção,
839 Parcão, Marinha do Brasil. Ele vetando o projeto de lei, obviamente, tem um custo político
840 com isso lá, com o pessoal do clube, mas seria o mais correto, até porque uma das
841 diretrizes é fundamental, que é a questão da relação ali do clube com desaforo o Zaffari.
842 Como eu conversei com a Patrícia agora, que não traz tanta impacto para o clube quanto
843 aquela que dilacera o terreno do clube no meio, mas que essa sim depende do que vai
844 acontecer depois, porque se não existe esse parque não faz sentido ter aquela diretriz
845 cruzando o clube, aí ela perde totalmente o sentido, mas se garante ao executivo que
846 possa executar a diretriz, caso seja necessário. E a lei sendo sancionada vai virar um
847 imbróglio jurídico. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio**
848 **Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Até porque há o vício de iniciativa,
849 é uma análise técnica do município para poder fazer a alteração de gravame, é por meio
850 de resolução, está previsto nos artigos do Plano Diretor. Então, certamente, o veto vai vir
851 nesse sentido, porque imagina se a gente deixa por projeto de lei se alterar todos os
852 tratados da cidade, daqui a pouco a gente tira a Borges daqui, enfim, a continuidade Poe
853 outro lugar e assim a gente vai construindo a cidade. O encaminhamento para orientação
854 de voto foi pela contrariedade, certamente vai vir o veto. Conselheiro Hermes, para
855 encerrar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
856 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Presidente. Eu queria só um esclarecimento.
857 Como este convite para participar de uma reunião no dia 11 é muito genérico, terá como
858 tema o Plano Diretor. Eu queria ver se tem mais algum esclarecimento, porque o Plano
859 Diretor é um mundo, porque fica muito difícil a gente participar representando entidades,
860 assim, a conta-gotas. A gente não tem um projeto global. Então, fica muito difícil a gente vir
861 aqui dar um palpite, quem vai avaliar se esse palpite ou essa sugestão, se esse
862 encaminhamento é viável ou não, se vai ficar registrado. Senão, para nós como
863 representante da entidade, eu acredito que outras entidades pensem semelhante, fica



864 muito difícil a gente participar sem um projeto, onde vai ficar registrado; senão é mais uma
865 reunião que se faz, fica uma ata e deu. **Germano Bremm, Presidente e Secretário**
866 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a
867 Conselheira Patrícia pode nos ajudar, mas é naquela tentativa da gente tentar ter uma
868 conversa, assim como se teve com os conselheiros dos fóruns, os representantes das
869 regiões. Foi muito positivo, onde a gente teve um diálogo mais aberto e pode debater todo
870 o processo de revisão do Plano Diretor. A nossa diretora convida para discutir também
871 com as entidades, assim como a gente está fazendo algumas visitas, conversando. De
872 fato, não é o processo das oficinas territoriais, onde está degravado, toda a organização
873 metodológica que é necessária para o Plano Diretor. É uma conversa de entendimento, de
874 ouvir, de aproximar, nesse sentido. Não sei se a Patrícia quer nos complementar antes da
875 gente encerrar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio**
876 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Só a título de esclarecimento, a gente que
877 está fazendo temática separada, porque cada tipo de entidade, região, cada um tem as
878 suas demandas. Então, a gente fez uma primeira reunião com as regiões, semana que
879 vem vai ter outra com as regiões. Aí a gente resolveu também fazer com as identidades e
880 com as secretarias, que cada um tem seu tipo de demanda. E aí a gente está querendo
881 construir uma forma de como o Conselho pode participar de maneira bem atuante na
882 questão da revisão. Então, para a gente construir isso a gente precisa conversar, é isso
883 que a gente está buscando fazer. Essa é a intenção. A gente separou por entidades as
884 secretarias e as regiões, porque cada uma tem um tipo de demanda, ou tipo de problema,
885 nada impede que futuramente a gente faça outro tipo de reuniões, isso aí a gente vai
886 construindo em conjunto. A Proposta é a gente trabalhar junto, é para isso que a gente
887 está propondo essa reunião. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade**
888 **Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu queria falar sobre isso também. Eu me sinto
889 muito contemplada nesse convite, porque eu não tenho condições de dispor de outra
890 tarde. Eu não tenho condições de dispor de uma outra tarde para participar e eu gostaria
891 de participar. Então, eu acho que essa reunião devia estar contemplada aqui dentro do
892 Conselho. É muito difícil para mim pelo menos ter outra tarde para dispor. Provavelmente
893 esse não é o problema de todo mundo, mas é o meu. Então, eu gostaria de ver alguma
894 forma de contemplar isso, de forma coletiva e conveniente para todo mundo. **Germano**
895 **Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade -**
896 **SMAMS:** Claro, sem dúvida. Tudo aquilo que é debatido internamente nessas reuniões
897 mais específicas a gente traz aqui para o Conselho. Hoje nós pretendíamos até fazer um
898 pouco da explicação, da metodologia, de como é que ia se dar, mas em função da
899 participação da comunidade e da antecipação do período de Comunicações, o debate, a
900 gente está concluindo nesse horário e não conseguiu fazer. Na semana que vem vamos
901 tentar priorizar, eu peço ajuda de vocês para a gente não inverter o período de
902 Comunicação, que a gente possa debater e entrar no processo de revisão do Plano
903 Diretor, que a gente tem que necessariamente a cada reunião trazer esse debate para ir
904 nivelando um pouco do conhecimento e ir aprimorando, conseguindo vencer essas pautas.
905 Obrigado, boa noite. Encerrado. **(Término às 20h00min).**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

910

911

912

913 **Germano Bremm**

914 **Presidente**

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2817/2019

Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes, representante da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e Vice-Presidente do CMDUA, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2814/2019; 3. Apresentação do Plano Diretor; 4. Ordem do Dia; 5. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Vou fazer a sugestão a vocês, vamos fazer a apresentação do Plano Diretor, que é pacífico, depois nós colocamos em votação, porque eu tenho uma



posição diferente, só eu tenho quatro processos. Então, como são poucos processos e, relativamente, rápidos aí depois não temos todo tempo do mundo para fazer as comunicações. Ok? Mas deixamos para discutir depois da apresentação do Plano Diretor, já provavelmente com o Germano aqui, se vocês não se importam. Ok? Então, está bom.

3. APRESENTAÇÃO DO PLANO DIRETOR. Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:

Acredito que será em 20 minutos no máximo, até menos, porque foi solicitado que a gente desse um panorama geral da estrutura. Eu até peço para a Arquiteta Patrícia, que é a coordenadora do projeto, que intervenha se achar que alguma coisa tem que ser mais detalhada, mas eu trouxe um esquema bem sucinto para a gente ter uma ideia de como está pensada a estrutura para depois a gente poder ir discutindo com mais detalhe algumas outras questões. Então, eu não sei se todos me conhecem, eu sou a Arquiteta Vaneska, trabalho no grupo daqui Arquiteta Ada e da Arquiteta Patrícia, que estão envolvidas nessa revisão do Plano Diretor de Porto Alegre, na Coordenação de Planejamento Urbano, Diretoria de Planejamento Urbano. Então, aqui eu trouxe a marca do plano que a gente tem já vinculado, construindo juntos a cidade que queremos, como está sendo. Então, a gente tem no centro o Plano Diretor e está pensado o trabalho da revisão, da maneira como o projeto está estruturado, tratando isso como a gente está organizando as atividades, em duas dimensões: uma que é a revisão do plano propriamente dito, e outra que é a questão da capacitação dos técnicos que vão dar continuidade para esse planejamento ao longo dos próximos anos. Isso tudo tem uma estrutura de suporte e deve ter, conforme está previsto não só no estatuto da cidade como nos guias que orientam como tem que ser feito esse processo, que inclui uma base de dados consistente, uma leitura técnica alinhada com uma leitura comunitária, que é onde entra a visão técnica junto com a visão da sociedade sobre os problemas, sobre os desafios e sobre as oportunidades no território municipal. Dentro dessa estrutura da revisão do plano a gente está aqui pontuando que tem a revisão de dois, que a gente está chamando de modelos, um que seria o modelo territorial, que é como a gente chama, como a lei se expressa dentro da divisão de bairros, nas divisões de unidades de estruturação urbana, nas subunidades de estruturação urbana. E o modelo jurídico de gestão propriamente dito, que é a lei e a maneira como a lei vai funcionar. Com relação à capacitação a gente está colocando duas dimensões: uma dimensão conceitual, que depois eu vou explicar o que ela representa para os técnicos; e uma questão operacional, que é da operação do plano. Essas duas dimensões não são etapas que vão acontecendo simplesmente em uma ordem ao longo do tempo, mas elas se alimentam umas às outras. Quando a gente pensa, por exemplo, no modelo territorial, vai precisar estar alinhado com o modelo jurídico de gestão e também estar oferecendo dados para a capacitação conceitual e operacional. E assim da mesma forma o modelo jurídico, da mesma forma a capacitação conceitual tem que estar alinhada com os demais e a operacional também. Então, nisso a gente fecha um quadro desses elementos, que são elementos que vão se repetir no que a gente está colocando o que seriam as duas fases da revisão do Plano Diretor. Nessa primeira fase que a gente tem pontuado, que vai acontecer até março do ano que vem, tem como resultado essa minuta da primeira fase, que é o que a gente está chamando. E na dimensão do modelo jurídico traz o modelo de gestão, com relação à parte do território os diagnósticos e com relação à capacitação a gente se concentra em uma capacitação mais conceitual, que são os elementos da nova agenda urbana nos objetivos de desenvolvimento sustentável e na questão da gestão de uma maneira mais ampla. Aqui eu trouxe algumas ilustrações para a gente poder consensuar o que a gente entende dentro de cada um desses grupos. Com relação ao



96 modelo de gestão a gente está falando do nosso sistema de planejamento, que se a gente
97 pegar no plano do que ele é composto: a questão da estrutura administrativa. Os canais de
98 participação de onde faz parte o Conselho. Os planos de ação regional que tem se
99 discutido. Instrumentos básicos do plano. Um sistema de informações. O sistema de
100 avaliação de desempenho urbano, que é como a gente chama o monitoramento, que
101 nunca chegou a ser implantado da maneira para dar suporte a essa revisão, mas que
102 acredita-se que tem que se resgatar esse conceito. A definição de ações políticas e demais
103 instrumentos. Isso é o que hoje faz parte do sistema de planejamento, mas muito desses
104 elementos não estão regulamentados, não estão bem estruturados na lei atual. Eles
105 previam um detalhamento e uma conceituação que muitas vezes não aconteceu. Com
106 relação aos diagnósticos, pensando nas sete estratégias do plano que estão pontuadas
107 aqui, da estruturação urbana, da mobilidade urbana, do uso do solo privado, da
108 qualificação ambiental, promoção econômica, produção da cidade e o próprio sistema de
109 planejamento, tudo tem relação com o território. E essa discussão dos diagnósticos que
110 apontem o que tem que estar composto em cada um desses itens, também faz parte da
111 primeira fase. Aqui eu trouxe uma imagem, porque a gente muitas vezes discute o que a
112 gente estabeleceu, os 12 temas que estão pontuados aqui no centro, que foram objetos de
113 uma oficina que a gente realizou aqui no CMDUA no ano passado ou retrasado, em 2017.
114 Faz mais tempo do que eu pensava. Então, a gente já tinha batido eles com as 07
115 estratégias do plano e com os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável, que são
116 compromissos que estão vindo também para essa revisão do plano. Então, só para fazer
117 uma demonstração gráfica de começa as coisas estão relacionadas. Com relação à
118 capacitação, que a gente está chamando de conceitual, aqui os dois principais objetivos
119 que são trazer a leitura dessa nova agenda urbana e de como esses elementos estão
120 incorporados, essas indicações de medidas que são propostas na nova agenda urbana
121 estão alinhadas dentro do plano e devem estar alinhadas com o processo de planejamento
122 de Porto Alegre. E os 17 objetivos de desenvolvimento sustentável com foco no objetivo
123 11, que são as cidades e comunidades sustentáveis. A gente tem um trabalho que a gente
124 fez uma correlação mais detalhada de planilhas, estabelecendo onde que esses itens têm
125 influência uns sobre os outros e que a gente pode também disponibilizar. A ideia é
126 disponibilizar também para a sociedade. Com relação à segunda fase, a gente colocou
127 aqui a legislação da segunda fase, porque vai vir muito das indicações que virão da
128 primeira fase. No modelo jurídico ela vai representar algumas regulamentações e
129 detalhamentos. No modelo territorial, que a gente chama como dentro da cidade essa
130 legislação se organiza, as indicações para o modelo e também a introdução da escala
131 intermediária. E com relação à capacitação a gente está chamando que aqui seria mais
132 voltada para a parte operacional de sistemas e da plataforma de dados, sistemas de
133 indicadores que estão sendo propostos. Então, aqui no sistema de planejamento estaria
134 detalhando, a gente até tem um exemplo do *have*, que não foi regulamentado, enfim,
135 instrumentos que seriam detalhados nessa segunda fase. Com relação ao território e as
136 indicações das escalas intermediárias, eu trouxe um exemplo para gente começar a
137 discutir, mas que eu entendo que vai ser o objeto que vai aparecer muitas vezes dentro da
138 nossa discussão, sobre o que o que se espera que venha dessa escala do bairro plano. A
139 gente tem hoje, por exemplo, no nosso modelo espacial e dentro dos mapeamentos do
140 plano um corredor, que seria uma Avenida Parque na Juca Batista, que hoje já tem uma
141 realidade consolidada, de certa forma com algumas modificações que surgiram. E como é
142 que, então, esse desenho acontece ao longo dessa via para que possa resgatar esse
143 conceito ou o conceito deveria ser outro hoje? Então, essa escala do bairro é o que a



gente chama dessa aproximação de escala, de trazer essas estratégias que estão previstas. Nesses mapas que são um mapa em uma escala muito maior, enfim, que a cidade está menos detalhada, para mapas onde a gente consegue realmente ter um desenho de solução, para que realmente tenha essa configuração que foi pensada na maior escala. Quando a gente fala na capacitação operacional e de sistemas, aqui eu trouxe duas imagens, uma é a gente conseguir analisar. A gente até recebeu um e-mail hoje de um cidadão em relação ao plano, questionando as horas de sombra que se causa em indeterminada as ruas. Então, a gente tem que ser capaz de no momento de tomar uma decisão de planejamento avaliar esses impactos na cidade, para daí poder estar dando uma resposta de acordo. Aqui ele está mostrando em uma cor mais para o azul escuro as maiores horas de sombra e onde está mais claro é onde tem mais horas de sol. Modelos de visibilidade também, que a gente já testou em alguns casos, mas muito pontuais, hoje eles não fazem parte da rotina do planejamento e a gente acredita que eles deveriam fazer para testar os impactos dos projetos. Este ponto seria um observador e tudo isso que está em verde aqui é o que esse observador consegue enxergar. Então, eventualmente, algumas fachadas não estão, e no momento que eu coloco o edifício mais alto em algum ponto posso estar bloqueando a visual de algum outro ponto de interesse. Então, isso é o que estamos chamando, que seriam esses modelos para testar o impacto. Isso tudo em conjunto tem que nos permitir essa construção de um plano, que mesmo vindo em duas etapas consiga se completar e dar uma continuidade no planejamento. Essa é a ideia que está sendo trazida. E aqui a gente até trás no final essa questão, que a leitura comunitária, a gente acredita que seja uma oportunidade para atualizar muitos dos dados que a gente tem hoje e validar a leitura que a gente tem, principalmente, na escala do bairro, que a gente tem uma percepção talvez mais detalhada, alguns a gente precisa contar com a colaboração da sociedade para poder construir uma base que seja suficiente, para a gente poder chegar nesse nosso objetivo do núcleo, da revisão do Plano Diretor. Era mais ou menos isso. Eu falei que era rápido. (Aplausos). Obrigada. Eu não sei se a ideia é já abrir para questões ou se a gente envia. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos fazer uma rodada de perguntas, Começando aqui pelo Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite a todos. Parabéns pela apresentação. Acho que é bastante interessante. A minha perguntar é bem simples, é uma parte mais operacional mesmo, se esses estudos vão estar disponíveis quando tiverem discutindo as questões mais específicas dos planos, assim, de regiões, ou é só um exemplo de cada setor? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Isso durante o processo ou depois? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Durante o processo. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A ideia, até vou pedir a ajuda da Patrícia para complementar, mas eu entendo que a ideia é publicizar o máximo possível, conforme for validado. Eu entendo que antes de validar algumas coisas assim, sempre tem que passar por alguma análise técnica, só para aferir a validade da informação; mas o processo tem que ser todo mais transparente possível. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A nossa ideia é ter um site, a gente já está organizando isso, que nesse site toda informação correlata, na medida em que a gente for produzindo ela seja alimentada nesse site. A gente só está tendo um problema logístico, até vamos ver, tivemos a greve da PROCempa, mas acontecem essas coisas. Então, talvez tenha um



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pequeno atraso, mas a ideia é logo em seguida termos esse site com todos os dados organizados e transparentes. Até para continuidade depois, vai estar disponível. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Na verdade, eu achei muito boa a tua apresentação, mas a minha pergunta é mais de ordem conceitual, porque quando a gente tem algum tipo de proposta, principalmente no caso de um Plano Diretor, essas revisões ocorrem com base no estudo crítico do existente. Então, a minha pergunta seria: em cima de que tipo de avaliação do plano anterior existe para que se esteja caminhando em alguma direção? A outra questão é: o que se pretende? Aquela pergunta básica – a cidade que queremos. E a outra questão se trata dos orçamentos, porque tem uma base ali na NAU e a NAU é cheia de propostas interessantes, a Nova Agenda Urbana, mas não detalha e nem aponta, nem sequer faz qualquer tipo de referência aos orçamentos. É impossível a gente pretender fazer qualquer alteração sem ter nenhum tipo de orçamento. Então, não é uma pergunta para ti, mas é uma questão para gente refletir. A partir do que, a partir de que crítica ou de que questão relevante que precisa ser alterada, a partir disso, que nós estamos trabalhando? E o que se pretende com isso? E a terceira questão é do orçamento, porque eu acho que isso precisa estar envolvido na discussão, porque a NAU é um problema para todo mundo. O fato de dizer que nós temos que alcançar tal objetivo, ninguém é encontra alcançar o tal objetivo, a questão é como. E esse “como” não é só um caminho que se percorre, mas é investimento que se faz. Então, eu colocaria isso para a gente pensar, porque não dá para a gente sair caminhando sem norte. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sobre a primeira questão, com relação ao diagnóstico, a gente trabalhou, até como foi bem lembrado pelo pessoal aqui do Conselho, em 2017 a gente fez aquela oficina com relação aos 12 temas. A gente tem trabalhado os diagnósticos setoriais e uma leitura do plano, é até isso que a gente fala, que seria a escala do bairro. Isso meio que personifica sim o que a gente acredita que foi o *gap* que ficou entre as estratégias do plano e o plano regulador, que hoje os próprios técnicos não se sentem... Sabem que muitas vezes a aplicação da lei pura e simples não está atendendo as estratégias do plano, mas não encontram no plano parâmetros para que as estratégias se realizem. Então, porque os parâmetros estão descoladas dessas estratégias. Por isso a gente trouxe essa escala do bairro, mas a gente até pode trazer para a discussão algumas coisas do diagnóstico e consolidar ele também com o Conselho. Eu acho que poderia ser bem interessante, a gente está partindo desse princípio, mas a gente também tem nessa cooperação com a ONU previstas uma série de diagnósticos, inclusive, um plano. Ele tem um nome diferente, mas eu vou chamar de plano de ação, porque agora não me recordo exatamente qual foi o nome final que ficou. Seria justamente para prever o que seriam as prioridades, quais seriam os recursos que teriam que ser alocados, a relação do Plano Diretor com a lei de diretrizes orçamentárias, com o orçamento do município. É para que todas essas coisas, como estão previstas de certa forma no estatuto da cidade, mas que não chegaram a ser implementadas, se consiga ter uma relação de aplicação de recursos com a transformação da cidade que se espera. Tudo isso também é para ser consolidado, eu estou falando o que a gente tem como retrato até, então. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu vi ali a referência que a Vaneska fez sobre capacitação conceitual e operacional dos técnicos. Então, nós temos dentro disso um cronograma de cursos para formação dos técnicos. É isso que está proposto? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Faz parte, como uma cooperação técnica que é feita com a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ONU, um dos princípios é a troca de conhecimento e a expertise deles para contribuir para que a gente melhore os nossos processos e melhore a maneira como a gente pensa no planejamento. Então, esse cronograma existe hoje de forma preliminar e não quer dizer que ele se restrinja. O foco dele é os técnicos para poder dar essa continuidade no planejamento da cidade, mas tem alguns eventos que a gente está pensando que seriam para todos; inclusive, para a comunidade. A gente pode pensar também em alguma coisa voltada para o Conselho que ainda não discutiu. O Conselho tem histórico de ter capacitações. Então, a gente pode pensar da mesma forma algo nesse sentido. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sobre a Nova Agenda Urbana, dei uma olhada, são 18 itens, o detalhamento disso vocês têm? Deve ser um mundo de informações. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Todos os itens que a gente está pontuando que fazer parte da revisão, a gente fez uma correlação com a Nova Agenda Urbana, não sei agora de cabeça, tem uns 400 itens ou mais. E existem alguns que tem mais a ver com medidas, outras são questões mais conceituais. A gente fez essa divisão, acho que isso também é algo que a gente pode trazer para discussão, de como a gente está entendendo que isso teria que ser incorporado e como isso poderia ser efetivado através de ações no âmbito do plano. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** E eu gostaria também de entender, porque tu fazer uma referência a uma leitura comunitária. Como que se objetiva ou se concretiza essa leitura comunitária? **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A gente começou a conversar através das regiões de planejamento para pensar uma abordagem. Se a gente pensar em uma pirâmide para ir detalhando até o ponto, a nossa ideia, a nossa intenção é chegar até o detalhamento pelo menos do bairro. Então, a gente está pensando em uma aproximação da sociedade através de algumas camadas. Isso é algo que a gente começou a discutir com os representantes das regiões de planejamento, a gente também quer discutir com os delegados do OP e com outras representações de associações dos bairros. A gente tem algum mapeamento de agentes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu trago mais algumas preocupações, são questionamentos para reflexão. Eu ia começar a falando no diagnóstico, mas já falaste. Eu não sei se tem algum documento, alguma coisa sobre esse diagnóstico? Se tiver seria bom que pudesse nos passar, que eu acho que é o início. Assim, como um médico, que a primeira coisa que faz é um diagnóstico do paciente para depois poder seguir o seu prognóstico, o tratamento. Uma das questões que me preocupa e aqui no Conselho a gente tem batido muito, não é propriamente o plano, a formação do Plano Diretor, mas também é o descasamento entre o Plano Diretor e o tratamento técnico, vamos dizer assim, dos assuntos. Eu vou citar dois exemplos que para mim são muito importantes, assim, para exemplificar, um é o processo da Phorbes, um loteamento lá no aeroporto. Se tu pegares e interpretar o Plano Diretor hoje, ele não deveria nem entrar, ou muda o plano, ou não, tem alguma coisa errada. O outro é o processo do Internacional. Tu mesmo falaste da questão da sombra, do meio ambiente. Quer dizer, existe um descasamento, eu acho que isso é uma preocupação. Eu sei que tu não tens essa resposta, mas eu trago para nossa reflexão. Quero dizer que não adianta fazer um plano excelente se a gestão do plano for ruim, se a gestão do plano é ruim, não tem plano. Na verdade, eu falo como ex-funcionário, eu não estou atirando pedras, porque eu mesmo passei por isso, eu também sou responsável por esse processo. No momento que o plano



diz uma coisa e a gente faz outra, a gente eu digo Prefeitura, não tem sentido ter plano. Outra questão que eu trago para reflexão, a primeira vez que a Patrícia falou, parece que existe uma preocupação maior no próprio detalhamento do plano, no desenho urbano e com ênfase nas áreas públicas. Eu acho que está correto também, mas me parece que existe um... Eu não sei se é uma linha, aí eu acho que é uma linha deste governo, uma despreocupação com a parte regulamentada, ou seja, aí valem os exemplos anteriores. Vem um grande um grande projeto, tipo Phorbes, aquilo ali passa a ser a regra, vem um grande interesse, tipo Internacional, aquilo ali passa a regra. Ou seja, parece que está se propondo, ou melhor, não sei se propondo, mas que está indo para uma desregulamentação e o mercado se regulamentando, que é uma questão ideológica que tem aí. Todo mundo sabe dessa discussão de fundo entre um mercado que se autorregulamenta, um governo, um poder público que se regulamenta e etc. Isso é uma preocupação que eu vejo muito forte, eu acho que é uma orientação, pelo que eu sinto, de tratar mais a questão do desenho urbano das áreas públicas, do desenho da avenida, como tu mesma citaste da Juca Batista e etc. E a minha pergunta: tem alguma coisa que está sendo discutido em relação à regulamentação, um diagnóstico do que tem hoje sobre o regime urbanístico, sobre essas questões? É isso. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho bem colocada essa questão de que a gente tem que pensar muito bem estruturado o sistema de gestão de planejamento, que é o sistema de gestão que é como é aplicada a lei. E a gente entende que existe um descolamento, por isso se lê as estratégias, às vezes os projetos podem parecerem indo contra, algumas estratégias, porque as regras não estão bem estruturadas para responderem. Em alguns casos a gente vê que existem inconsistências e isso faz parte, é uma parte do diagnóstico, mas como eu comentei, a gente está prevendo que vão ser realizados os diagnósticos técnicos, que eu entendo mais detalhados por pessoas de especialidades, de outras especialidades que não são arquitetos. E isso faz parte desse escopo do projeto com a ONU, porque a gente tem o nosso diagnóstico que foi feito por um grupo de arquitetos e que com certeza pode ser qualificado por outras áreas do conhecimento. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa tarde a todos. Eu vou dar uma pequena complementada na fala do Hermes, não sei se vai ser contrária à fala do Hermes, que colocou a questão do diagnóstico como primeiro passo. Eu coloco diretrizes como primeiro passo, onde tinha o diagnóstico e as diretrizes vinham lá adiante. Quando tu lê as diretrizes vai olhar no diagnóstico, algumas diretrizes não tinham sido diagnosticadas. Então, como a gente não está fazendo plano pela primeira vez, as diretrizes já estão no plano anterior, tem que ver se estão ou não. Então, diz de participação popular na gestão do plano, é uma diretriz ou não é? Então, acho que primeiro a diretriz e depois o diagnóstico, para gente poder ter consolidado. Essa questão do público e privado, eu concordo com a posição do Hermes, acho que a gente tem constantemente nos últimos meses aí passado por algumas situações que nos obrigam a voltar a há séculos atrás. Hoje em uma aula que eu estava na UFRGS tive que ouvir Benjamin Franklin, um dia desse eu tive que ler a mensagem que está no túmulo do Abraham Lincoln, porque nós estamos vivendo algumas posições políticas que estão expressando a nossa sociedade anterior a Abraham Lincoln e Benjamin Franklin, infelizmente. A questão do neoliberalismo, essas coisas, leiam o que está lá no túmulo do Lincoln, ele estava mais avançado do que alguns posicionamentos que a gente tem escutado. E essa questão do público e privado parece que já estava bem resolvido lá atrás. Qual é a porcentagem de solo que é público? Nós vamos fazer um plano para a



minoria, a gente vai priorizar o público sobre o privado? Que eu saiba a maior parte do solo da cidade está em mãos privadas, não em mãos públicas. Eu acho que a gente pode estar querendo arrumar uma coisa e desconcertar outra. E uma pergunta, porque estivemos lá, a Patrícia esteve com a gente, eu acho que a primeira coisa que tem que fazer é responder a uma pergunta simples: que cidade nós queremos? Como que se encaixa nessa metodologia toda? Responder isso. O plano atual tem uma previsão, que eu não sabia que tinha já um número de 4 milhões de habitantes que caberiam em Porto Alegre. Alguém aqui quer morar em uma cidade de quatro milhões de habitantes? Alguém gostaria de morar em uma cidade maior que Belo Horizonte? Eu vou a Belo Horizonte, eu não gosto de Belo Horizonte pelo tamanho que já está, Porto Alegre com 1,5 milhão para mim já deu, já está no limite. A primeira pergunta é: que cidade que eu quero? Eu quero morar em uma cidade de quantos habitantes? Quantas pessoas cabem neste espaço geográfico? Ele tem morros, se tem morro a mobilidade fica dificultada, isso geográfico, é físico, é estudo técnico, mas a gente não tem ainda. Eu acho que é isso sim, a ferramenta tem que nos trazer isto nesta cidade para termos determinado nível de qualidade de vida. Eu poderia admitir “x” habitantes, levando em consideração outro problema, população gaúcha está estagnada e a porto-alegrense mais ainda, há um bom tempo. Nós vamos apostar em uma cidade que vai investir no aumento do êxodo do interior para a capital. É essa a nossa proposta, criar mais e mais meios que as pessoas venham do interior para morar aqui na capital. É uma maneira que a gente tem de fazer gestão, isso o Plano Diretor tem que prever, tem que ser uma diretriz que tem que estar lá. A gente quer aumentar ou não quer aumentar o tamanho da cidade? Cabe mais gente ou não cabe mais gente? Se a gente acha que cabe mais gente a gente vai fazer todo o esforço possível para aumentar o êxodo rural, aumentar o êxodo das pessoas que estão vindo, que poderiam vir, continuar vindo do interior; mas os dados demográficos nos mostram que Porto Alegre está, se não me engano, seria 2050 o ano em que a população do Rio Grande do Sul daria a volta e começaria a diminuir fisicamente. Nós já estamos estagnados, daqui a pouquinho vai começar a diminuir o número de pessoas que moram aqui. Então, que demografia é essa? Ela tem que ser uma demografia científica, com dados concretos. Nós estamos crescendo, nós estamos estagnados ou nós vamos ir e nesta curva tem uma volta daqui a pouquinho e onde que a gente vai fazer uma cidade para 4 milhões de pessoas? Se edifica para 4 milhões de pessoas e hoje nós já temos em Porto Alegre algumas áreas da cidade que são verdadeiras cidades fantasmas. (Manifestação fora do microfone de visitantes). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpe. Nós temos uma ordem e quem fala são os conselheiros. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Se eu posso responder ao conselheiro, acho que uma das questões bem importantes é essa questão da gente revisar as estratégias do que está hoje no plano, porque ele foi pensado, e foi de uma forma democrática, estabelecido o que está ali, principalmente na parte estratégica, que muito foi discutido. Então, eu acho que é um ponto de partida, a gente está considerando que é um ponto de partida, entender o que dali se realizou, o que poderia ser mais detalhado. Essa questão da população também, porque a partir do momento que a gente prevê uma população que é muito maior, a gente pode acabar desconcentrando a ocupação, e isso traz uma série de problemas, como a gente viu. E se eu lembro, porque estou tentando responder todas as questões, que no fim eu não peguei para anotar. Acho que a outra questão que é bem importante, que a gente fala do resgate do espaço público, o detalhamento do espaço público. Eu acho que é muito no sentido de que se a gente pegar os primeiros planos de Porto Alegre, desde os planos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de melhoramentos, houve um abandono sucessivo do espaço público, que antes era o foco. Então, acho que a questão toda é a gente conseguir regular o foco para poder nas duas dimensões trazer uma qualidade urbana para Porto Alegre. Eu acho que é nesse sentido que se fala dessa questão do espaço público. A gente tem os espaços públicos de Porto Alegre, que hoje são referências, mas eles foram pensados há muito tempo. O que existe de novo que foi pensado nesse sentido? Então, acho que é nesse sentido que a gente fala. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Eu só gostaria de saber se esse material vai ser disponibilizado para nós. (Manifestação fora do microfone). Então, tá, obrigada! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Eu quero parabenizar a Vaneska pela apresentação. E se a gente pode contribuir no sentido de estabelecer alguma proposta nesse planejamento que vocês apresentaram para a discussão do plano. Eu vejo dois aspectos fundamentais: primeiro, o que o Campani levantou, e o Hermes também, que é o diagnóstico da realidade que nós temos em Porto Alegre e como os planos atuaram sobre a cidade, se melhorou ou se piorou. Eu acho que isso é fundamental, ter essa visão. Eu tenho uma opinião, eu acho que muitos aqui tem, que o que a cidade não obedeceu o plano, piorou a cidade. Ao invés de melhorar a cidade, não por culpa do plano, mas por não obedecer o plano, porque com todos os aspectos que a gente pode ser contrário ao plano, o plano tinha as estratégias e muitas dessas estratégias não foram obedecidas. E foi um plano discutido, e foi um plano que saiu do consenso possível na época, lá em 1999. Em 2009 houve uma revisão, mas que acrescentou aquilo que a cidade ou os setores da cidade não tinham conseguido no projeto, feita a avaliação com o plano que existia. Então, modificaram alguma coisa, que no meu no meu ver e de muitas pessoas, piorou a cidade. E é importante a gente voltar a se preocupar com os planos regionais, a questão da identidade dos bairros, como se criou aquele bairro, saber a história do bairro e respeitar a memória daqueles bairros, senão se perde a autenticidade de uma cidade. Então, eu acho que o plano, e vocês, os técnicos da Prefeitura, e nós, vamos ter que ter capacidade de perceber isso. Tenho um amigo que diz, e eu concordo em gênero, grau e número, que diz assim: “A gente não deve se preocupar muito em modernizar a cidade e sim resolver os problemas que a cidade já tem”. Não é possível uma cidade que arrecada 08 bilhões e não ter a capacidade de administrar adequadamente esses recursos. E com mais os financiamentos que se busca. Só a renda que essa cidade produz, o PIB desta cidade, poderia fazer esta cidade de ser muito melhor do que é. E muitas vezes o que a gente a prova aqui prejudica a cidade, cria problemas ao invés de melhorar. E a gente vê os megaempreendimentos que pioram um bairro e que tiram as características dos bairros, que não se ouve a comunidade. Eu estava vendo o Paulo Jorge hoje na nossa reunião da tarde, ele colocando isso. Um baita empreendimento do Zaffari na Aparício e ele sendo culpado pela região por estar aquele monstrengo lá. E passou por aqui! Aí se negociou a contrapartida. Então, a gente não pode fazer uma cidade preocupada com as compensações. Eu acho que este Conselho, o plano vai ter que também... (Sinalização de tempo esgotado). Estou concluindo. Para finalizar, nós temos que também discutir as questões de como fazer as compensações, não pelos técnicos só, mas ouvindo também a comunidade envolvida, porque muitas vezes os técnicos pedem medidas que em vez de melhorar a região, pioram a região. Então, eu acho que isso tem que haver e este momento é importante, e não perder a característica de uma cidade democrática e participativa. Nós estamos em um momento histórico muito difícil, e eu estava lendo uma notícia agora que censuraram mais uma apresentação do Eduardo Galeano, a Caixa Econômica Federal... (Sinalização de tempo esgotado).



Concluindo. A questão política é fundamental neste momento também. E o plano é uma questão política, a cidade que queremos. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acredito que uma questão com relação aos diagnósticos, que bem me lembrou a Arquiteta Renata, que faz parte aqui da equipe que está trabalhando na revisão do plano, nessa estruturação do plano de trabalho; que a gente está estruturando os diagnósticos também de acordo com as estratégias do plano, alinhado com os ODS e com os 12 temas que a gente discutiu. Então, a gente espera que esse diagnóstico, a expectativa, e acho que está tudo alinhado para que deem respostas às questões que fazem parte de sistemas no plano. Com relação à questão de como as demandas da comunidade podem estar articuladas, isso para mim também tem a ver com o sistema de gestão. Até tem um item que a gente colocou, que é a relação da sociedade com plano, como são esses canais de participação e como que isso pode estar articulado com o que é pensado pelo planejamento. Então, acho que está alinhado. **Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade:** Eu acho que está bem explicado o conceito que vai ser adotado. Dentro do que comentou, inclusive, o Hermes e o próprio Campani, a questão da gestão aplicada, de fato, o que realmente dá para fazer de fato com o que nós temos dentro das ações e dentro do plano regulador. Eu acho que é muito importante fazer essa reflexão para poder também colaborar com a administração pública, porque se os projetos demoram, se tem algum problema é porque alguma coisa está errada na gestão aplicada. Daí gera sim a excepcionalidade, que é o que geralmente vem para o plano. A excepcionalidade de altura, a excepcionalidade de alguma mudança dentro do Plano Diretor. Pensando dentro do público e privado, o público tem que garantir a infraestrutura da cidade, todo mundo reclama que tem muito carro na cidade, que não tem avenida apropriada, que falta espaço público, que falta isso, que falta aquilo. Se não tiver o investimento privado não vai acontecer, até porque esses projetos, se nós analisarmos dentro do parcelamento do solo, fracionamento, o que for, ele já paga um valor bem significativo para o município para fazer isso. Se nós avaliarmos no parcelamento do solo, olha o valor que custa para fazer a aprovação de um projeto, 20% de um empreendimento que for, seja grande ou pequeno. Então, o investimento privado é superimportante para nós garantimos a estrutura da cidade, porque o irregular não gera recurso, o irregular só gera prejuízo. Nós temos que entrar nesse conceito e tem muitas áreas irregulares em Porto Alegre, e vai ser muito difícil do DEMHAB atender toda essa demanda em muito pouco espaço. Também temos outra situação, que é em relação da cidade intensiva e a cidade rarefeita. E no meio disso temos a parte da zona rural, que engessou a cidade em direção ao Extremo Sul, a zona rural, porque se nós analisarmos e fizemos o levantamento, a maioria não planta nada lá na zona sul. A maioria não planta por quê? Porque tem grandes aglomerados de população no entorno que os produtores não tem condições de plantar, porque as pessoas roubam o seu produto. Então, nós temos que analisar muito bem também a questão da zona rural que prejudicou vários empreendimentos, de empreendedores que fizeram investimento para colaborar junto à cidade. Eu posso citar o caso da Bolognesi na Edgar Pires de Castro, ia dar 652 unidades para o município, para o DEMHAB, para aplicar na regulação fundiária, foi barrado por que estão na zona rural, onde tinha uma AEIS em cima e não foi garantido a AEIS em cima, já tinha projeto aprovado com EIA RIMA e outras grandes coisas. Então, assim, é muito complicada essa questão da zona rural, que foi um acordo na época de manter todas as AEIS que estavam em cima e não foi cumprido. Então, só colocar alguns pontos também sobre a cidade intensiva e rarefeita, que a gente vai ter que trabalhar melhor esta cidade



rarefeita, porque nós temos grandes avenidas que são rarefeitas dos dois lados. Posso citar Costa Gama, Gedeon Leite, Edgar Pires de Castro e tantas outras aí que são rarefeitas e têm a estrutura já formatada e poderia ter outro grau de atendimento dentro desse novo regulamento que está para ser implantado com a reforma do Plano Diretor.

Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS: Com relação a essas questões que a gente coloca, do rural e de algo que tem características de intensiva, como são as habitações de interesse social, acho que tudo isso tem que vir de diagnóstico que a gente espera que seja mais consolidado. Então, daquilo que eu já pontuei. Eu acho que uma questão também que a gente está trazendo para a abordagem do plano é como se dá a transmissão entre essas áreas de intensiva e a rarefeita, como se dão as transmissões de diferentes atividades, que são questões que a gente tem que pensar, que as coisas não simplesmente acabam se começa uma nova. Então, aqui neste ponto é rarefeita, daqui para cá é intensiva e como é que essas duas componentes se relacionam no território, de forma que não traga prejuízo, que seja sustentável. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite a todos e todas. Então, saudar a apresentação feita aqui no conselho, acho que é um dos espaço corretos a serem colocados à discussão. E também reforçar um pouco o que o Hermes tinha colocado, que quando a gente monta um plano tem que conseguir criar extrato de participação, senão acaba ficando um plano no papel, como a gente vê uma boa parte do nosso Plano Diretor e que as pessoas não entendem, ou não foi dialogado com os setores da sociedade. Ele acaba ficando como outros planos, como um plano desenvolvimento Rural, outros que acabam não conseguindo fazer nenhuma crítica e nem um processo de construção participativa a ponto de as principais instituições concordarem ou discordarem do plano pelo simples fato de não conhecê-lo. Então, é importante a gente estar nesse processo, que vocês vão cansar de apresentar isso, mas é importante que seja feito. Talvez a gente pudesse aproveitar para trabalhar algumas questões que estão colocadas nos objetivos de desenvolvimento sustentável, como as unidades de conservação que temos na cidade, os corredores ecológicos para criar esse diálogo. E talvez aproveitar essa oportunidade para realmente conseguir fazer esse diálogo com os objetivos do desenvolvimento sustentável, que não é o que a gente vê hoje na cidade de Porto Alegre. É justamente o contrário, nós estamos discutindo com apoio parlamentar uma comunidade com uma mineração aqui do lado, por exemplo, entre outro projeto de desenvolvimento que passam neste Conselho fácil. Propostas de desenvolvimento, somente econômico e não sustentável, que passam aqui semanalmente. Então, que a gente consiga assim fazer essa discussão crítica e talvez pensar bem, aproveitar o momento para evoluir um pouco nas ferramentas de indução da função social da propriedade, poderiam demarcar áreas com AEIS, que já estão ocupadas, que são ocupações antigas. Pensar algumas formas de acordo com a sociedade, aproveitar o momento de debate, que é esse, ou os próprios vazios urbanos. Têm zonas na cidade que são completamente abandonadas e nós não implementamos o estatuto da cidade, que é de 2001. Poderíamos trabalhar também a perspectiva do IPTU progressivo no tempo, entre outras coisas, que consigam realmente fazer com que, já que se as áreas estão abandonadas, só à mercê da especulação imobiliária, que a gente consiga criar um substrato de regulatório de fato da cidade, de repente aproveitar o momento do Plano Diretor para gente já conseguir alguns avanços nessa tentativa, que é uma tentativa de décadas da sociedade civil. Obrigado. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Sim. Acredito que quando a gente fala de detalhar alguma regulamentações, essa parte



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dos instrumentos que estão previstos no estatuto, que hoje muitos deles são até anunciados no plano, mas muitos deles não estão regulamentados para poderem ter essa função, fazerem a propriedade cumprir essa função social em relação aos imóveis abandonados, alguns levantamentos que a gente precisa fazer para entender melhor como que pode ajudar nessa questão do déficit habitacional. Eu acho que é uma questão que faz parte de um dos itens dessa parte da caracterização da necessidade habitacional. E a outra questão é essa parte dos corredores verdes, a gente até colocou corredores verdes, azuis, trazendo outros conceitos, unindo as unidades de conservação, unindo as unidades para poder criar essa rede que, efetivamente, possa funcionar dentro de um sistema ecológico, de integração das áreas de preservação. Eu acho que isso também está fazendo parte do escopo. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. Arquiteta Vaneska, muito obrigado por sua apresentação, foi muito sintética e resumida, realmente. Sabemos que nós arquitetos gostamos de falar muito, se somos professores é pior ainda, temos três ou quatro horas falando a mesma coisa e não terminamos, mas você em 15 minutinhos conseguiu resumir em grande parte o que é o início de um processo metodológico. Eu vejo que você apresenta algo que do meu ponto de vista como pesquisador urbano que sou também, é um avanço já apresentado pela Patrícia na Prefeitura. Metodologicamente já se vê que está tomando um corpo importante dentro deste processo. Eu acredito que ainda falta, porque é um processo coletivo, participativo, metodológico, que tem que tomar corpo com diversas regiões que vão ter com cada uma das instituições ou com o próprio coletivo aqui do CMDUA. É importantíssima a revisão como próprio nome diz “revisão do Plano Diretor”, que se começa pela revisão dos modelos. E aí vai muito mais para a cidade que queremos, para onde vamos e etc. etc. etc. Então, essa revisão do modelo traduzido através dessas 08 diretrizes que vão regular todo o processo construtivo de Porto Alegre é importante realizar. Primeiramente, esse modelo do segundo PDDUA é correto ou não é correto? Essa filosofia implantada é correta ou não? E logo a recém começar a aprimorar outros tipos de situações, que não aconteça como uma vez uma experiência própria, no (Inaudível), onde tive a oportunidade de palestrar como conselheiro pela UFRGS, quando Alexandrino de Alencar, membro da Odebrecht, falou: “Vocês teóricos professores não sabem nada”. E eu falando de que deveríamos ver o perímetro urbano, devemos controlar a densificação, nós devemos densificar a cidade, mesmo que não se saiba nada, que sejamos simples teóricos. Era o processo, o mercado que regularia isso, expandir a cidade para onde queremos realmente. Então, esse era o pensamento de alguém que nesse momento está preso pela Lava Jato. Então, essas coisas não poderiam e não podem acontecer neste momento e neste processo de revisão. Então, os estudos críticos de diagnóstico têm que ser aprimorados, algo que tem uma deficiência. E eu ia falar um pouquinho com a Patrícia sobre isso, que quando tu constróis um processo de revisão do Plano Diretor Urbano ou plano de mobilidade, de acordo com as novas tecnologias e novas normas de fazer um plano, tu começa com três grandes coisas: primeiro, tu tens que montar um comitê de executivos, tu tens que montar primeiro um comitê gestor e um comitê de acompanhamento desse Plano Diretor. Por que isso? Porque dentro do comitê executivo tem que estar o prefeito, e se o prefeito não se engajar dentro de todo esse processo não vale para nada. É o prefeito quem tem que liderar toda esta comissão com esse tipo de coisas. O Plano Diretor de uma cidade existe porque envolveu o prefeito e todo o comitê dentro de todo esse processo. Então, é algo que não está traduzindo dentro do processo metodológico. Algo que não vi e que me parece importante traduzir também são dois aspectos fundamentais, que acho que, às vezes, tem que trabalhar com a PUC,



que é a parte da inovação e tecnologia. É algo que não se vê claramente como esses conceitos que agora a gente vem discutindo, formam parte de todo esse processo. É algo que cidades como Campinas, como São Paulo já implementam e a gente tem realizado um processo de revisão. Então, vamos esperar 10 anos para recém incluí-los? (Sinalização de tempo esgotado). Então, é algo que acredito que seja importante. E a capacitação é algo fundamental para que realmente isso possa ser construído. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Esses arquitetos quando largam o verbo... (Risos) **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu estou achando ótimo, porque quando eu entrei aqui em 2015 logo fui conselheira, porque já tinha experiência de uns 10 anos também em planejamento. Eu era suplente na época, ainda permaneça como suplente e acho que muitas vezes o conselho não se detém para discutir essas pautas que são realmente de planejamento, porque acabam tendo outras pautas que surgem. Isso é uma questão que a gente tem que trabalhar para resgatar dentro do modelo do Conselho, que se discuta, a ideia é que seja assim também. A gente até tem algumas sugestões de pautas que a gente queria trazer para discutir mais conceitualmente, alguns temas também dentro do foro do conselho. Com relação a essa questão, eu não vou conseguir responder todas as questões, infelizmente, mas com relação a essa questão do comitê é uma questão que a gente está se debruçando agora, porque no próprio projeto de cooperação técnica com a ONU é uma exigência que se tenha essa organização, essa estrutura, esse quadro institucional e esse comprometimento, esses níveis de atuação para poder fazer a gestão da revisão do plano. Como ainda não estava consolidado não veio, algumas coisas não estavam consolidadas, não foram mostradas aqui hoje. A questão da inovação, a gente tem um detalhamento em que a gente acredita que são conceitos que tem que nortear. Especialmente, colocamos na questão da mobilidade, na qualificação ambiental, mas acredito que em todos... Eu vou ceder a palavra, porque eu acredito que a colega pode completar também. É a Arquiteta Renata Saffer, que integrou a nossa equipe, está trabalhando direto na Diretoria do Planejamento Urbano, junto com a Arquiteta Patrícia. **Renata Saffer (Arquiteta), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite. Na questão da inovação e tecnologia a gente propõe que tenha um diagnóstico voltado para isso, de qual é a cidade que queremos, incluindo essa questão de inovação tecnológica e de uma cidade inteligente. Então, acho que nesse diagnóstico a gente vai entendendo como a gente está colocado, a gente até discutiu um pouco sobre isso, que Porto Alegre tem uma grande capacidade intelectual, que ela deveria ser usada nessa questão de usar os recursos pessoais e inteligentes para tornar a cidade inteligente. Então, a gente colocou isso como um tema de diagnóstico e de propósito também, tudo que tem diagnóstico a gente quer propor alguma coisa em cima. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Essa questão que tu estavas falando é a questão da subutilização de repente da nossa capacidade técnica e com tantas universidades, com tantos mestres, doutores, enfim, que poderiam estar auxiliando nas soluções urbanas. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Eu gostaria de fazer uma colocação indo de encontro ao que falou o Emerson. O Plano Diretor, basicamente, trabalha com a cidade formal e nós temos grande parte na informal. Então, a gente precisa ver e estudar formas de regulamentar a questão da regularização fundiária. Nós temos uma grande parte da parcela da população porto-alegrense que está aquém do sistema municipal, carente de recursos das mais variadas ordens, praticamente todos os



recursos. É sempre uma gambiarra para resolver a questão de energia, questão de água, questão de acesso, questão de hospitais e etc. Nós temos “n” situações. E hoje uma situação bem apresentada dentro do DEMHAB e da própria Prefeitura é a questão da regularização fundiária. É trazer parte do cidadão porto-alegrense de volta para dentro do sistema da Prefeitura para que ele possa ter condições de ser cidadão. Nós temos companheiros, colegas nossos, amigos nossos, parentes nossos que estão em áreas irregulares. Então, como que nós vamos fazer essa formatação, essa regulamentação de trazer formas de trazer de fato a regularização fundiária? E não somente a própria regularização fundiária, mas também a habitação de interesse social. A Prefeitura tem um déficit monstruoso em relação às habitações populares. Aí nós temos também as áreas intensivas e rarefeitas. Para que avançar sobre se não temos infraestrutura? Por que não utilizar os espaços urbanos? Nós temos uma série de situações, nós temos discutir que discutir isso, porque não adianta dizermos a cidade que queremos, se estamos falando só daquela que é regular e que grande parte da população não tem nada e é carente de tudo. Então, vejam bem, temos que achar e discutir formas de regulamentação nesta revisão do Plano Diretor para que a gente possa trazer a cidadania a essas pessoas que estão em área irregular. Eu acho que essa é uma dos principais situações que devem ser revistas, analisadas e trazer formas de como resolver essa situação, e não são poucas. Há vilas irregulares em Porto Alegre. A questão ambiental dos corredores ecológicos, nós temos hoje na questão dos parques e as unidades de conservação, ela já protege praticamente todo o perímetro do município, da sobreposição das áreas de amortecimento da própria unidade de conservação. Isso aí também causar uma fragilidade da análise técnica, por exemplo, junto a CETARF, a Comissão de Regularização Fundiária. Hoje não se tem uma segurança jurídica para se fazer a própria regularização fundiária em muitas áreas da cidade, por conta do grande, porque quando se pegou a Lei do SNUC, se pegou que tem que ter uma zona de amortecimento dessas unidades de conservação varia de 2 a 10 km e sempre se optou pelo máximo. Então, a cidade hoje está fechada como, tecnicamente, tu não poderias fazer nenhum empreendimento sem a anuência das unidades de conservação. Então, vejam bem, é interessante que nós tenhamos uma análise preocupante de realmente buscar junto aos técnicos, também com a Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade para dar principalmente segurança jurídica, que é o que realmente está faltando para poder fazer essas modificações. E uma regulamentação é fundamental para a regularização fundiária e habitação de interesse popular nessas áreas que nós temos que resolveram. Obrigado. (Aplausos). **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Com certeza, essa questão da regularização fundiária, quando a gente começou a tratar com a ONU Habitat, justamente traz a questão da habitação no centro, não só o habitar, mas como a pessoa se desloca no espaço, acesso a serviços básicos, a infraestrutura. A gente também pontuou uma questão que, mesmo nessas soluções que são hoje de habitação de interesse social, existe pouca integração com o tecido ou a maneira como elas acontecem na cidade. Então, são todas as questões que a gente vai ter que revisar e com certeza a regularização fundiária, considerando o percentual que ela representa do que é a nossa cidade. **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Oi, boa noite. Eu queria só falar um pouquinho sobre a regularização fundiária, que por mais que se crie métodos, eu acho que a gente tem que criar, tem que pensar de que forma torna isso possível. O interesse maior, claro, é da pessoa que está lá vivendo de uma maneira irregular, mas o governo também tinha que criar um interesse maior, que penso eu que ele tinha que ter o interesse, porque vai



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

arrecadar caso as áreas fiquem regulares. Daí eu queria citar o exemplo da Pitinga, que está lá há 20 anos com projeto um projeto pronto dentro da PGM e não destranca. E as pessoas querem pagar, as pessoas querem contribuir. Então, foi feito todo o trâmite que a Prefeitura solicitou durante esse período e não se consegue. Então, acho que tão grande é o interesse do morador de poder contribuir, mas a Prefeitura eu não entendo porque, acho que ela tinha que facilitar ou se empenhar mais para quando chegue lá não se crie novos entraves, porque nesse tempo que foi feito o processo, e eu conheço outros que tem uma situação parecida, quando você chegava no final daquela situação que pedia para ser resolvida se criava novas situações e assim ia. Eu não sei se isso não passa pelo plano. (Manifestação fora do microfone). Mas passa antes de ir para a PGM. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ele passa em diversos momentos, diversos episódios. Hoje nós vamos tem um processo que eu estou relatando vista, inclusive, vou chamar atenção nesse sentido de que é uma questão que parece secundária, mas é fundamental para a regularização fundiária depois. **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Então, vou deixar uma pergunta, se é possível trazer esse processo para cá para ser reavaliado e ver quais são os pontos ou não? Depois de ir para a PGM não é possível? (Manifestação fora do microfone). Enfim, só queria falar um pouco sobre isso, porque não adianta a gente ficar aqui pensando e rediscutindo se lá na Prefeitura, que seria o mais interessado em poder arrecadar, pendo que eles não têm interesse, enfim. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acredito que isso que o Conselheiro Paulo está falando é bem a questão que a gente está falando sobre a questão da gestão, da transparência dos passos, assim, eu acredito que tem tudo a ver com a gente deixar isso mais claro e as pessoas entenderem, a gente poder reavisar esses procedimentos para deixar eles mais corretos, que possam trazer essa solução. Como tu disseste, é uma via de dois sentidos. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Vou fazer um comentário específico quanto à regularização fundiária, porque eu já tive experiência, né. Então, essa questão do foco na escala intermediária é um dos maiores beneficiários dessa questão, que é a questão da regularização fundiária, porque precisa de regramentos específicos, precisa de um olhar diferenciado para poder se incluir devidamente nas estrutura urbana. O que a gente vê, por exemplo, aqui hoje, o Plano Diretor não tem padrões que permitam. Então, essa é a questão da segurança jurídica. Então, no momento em que tu vais olhar um lugar, considerando a característica dele, considerando que aquilo ali tem aquela forma, que ela tem uma característica especial, vamos dizer assim, e a gente até já discutiu com o DEMHAB. Tu podes permitir que aquela comunidade se insira adequadamente dentro da estrutura urbana, reconhecendo aquela estrutura como ela é. Só que para isso a gente tem que ter parâmetros específicos e isso tem, a gente trabalhando nessa escala é uma oportunidade que temos para poder colocar de maneira contínua esse tipo de ocupação do território devidamente na estrutura urbana. É isso. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Tenho uma questão sobre a transparência do processo, porque quando eu penso que tem pessoas que estão discutindo hoje o Plano Diretor de Porto Alegre e eu penso na Prefeitura, posso pensar na Patrícia, em ti, enfim, de algumas pessoas. Eu acho que quando a gente pensa no Conselho a gente também consegue pensar, as entidades que estão aqui e tal. Várias vezes tu referiste, e a gente sabe que está acontecendo isso, que é nós discutirmos com a ONU. Então, o que é a ONU? É um consultor? É uma metodologia? É um grupo de



720 pessoas? Eles se encontram em uma sala? Como funciona? Como que a ONU discute
721 isso aqui? Eu gostaria de ter esse entendimento do processo mesmo. Quem é a ONU?
722 Quem representa aqui? Isso é um convênio da Prefeitura? É um consultor? É um grupo de
723 consultores? É uma metodologia que existe, internacionalmente, e circula por aí? É
724 específica para Porto Alegre? Eles têm um conhecimento particular do Brasil? Como que
725 funciona isso? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
726 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Fazendo os esclarecimentos, sugiro encerrarmos esta
727 pauta agora, porque é o início de uma série de reuniões que nós vamos pautar em cima da
728 discussão do plano. **Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), Secretaria Municipal do**
729 **Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu acho que a questão, hoje a gente
730 está discutindo com os representantes da ONU Habitat no Brasil. E esse trabalho é
731 formatado a partir de um projeto de cooperação técnica, que estabelece de acordo com
732 regras, a Prefeitura faz uma proposta do que a partir do diagnóstico que foi elaborado
733 precisa ser contemplado na revisão do plano, mas existe uma liberdade depois dentro do
734 organismo nacional de quais são as metodologias que vão ser adotadas para propor
735 soluções aos problemas elencados. E os técnicos, na verdade, a seleção das pessoas que
736 diretamente vão trabalhar com esses temas faz parte de uma etapa posterior desse projeto
737 de cooperação técnica, que daí é através de uma metodologia de seleção do próprio
738 organismo da ONU. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio**
739 **Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É importante complementar, porque é uma
740 cooperação técnica, exatamente com esse objetivo da gente trabalhar com a Agenda
741 Urbana, os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável. Só que a cooperação ainda não
742 se efetivou. Então, a partir do momento em que ela se efetivar, aí sim vai ter uma ampla
743 divulgação, a gente vai vir aqui com os com os representantes da ONU, eles vão fazer
744 cursos, a gente vai fazer uma série de rodadas aqui com a ONU. **Lívia Teresinha**
745 **Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:**
746 Exatamente essa é a questão, porque várias vezes foi falado na ONU, quem é? Onde
747 está? Em que sala eu posso encontrar? Eu posso encontrar? Isso dá transparência ao
748 processo, deixa claro para todo mundo com quem nós estamos falando. **Patrícia da Silva**
749 **Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade –**
750 **SMAMS:** Neste momento nós estamos em tratativas. **Vaneska Paiva Henrique (2ª**
751 **Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** A
752 questão é que hoje nós estamos estabelecendo quais seriam os perfis que teriam que
753 fazer parte desse projeto, é isso que nós vamos estabelecer. (Manifestação fora do
754 microfone). É através do modelo do projeto de cooperação, de repente a gente pode
755 disponibilizar alguns arquivos, também ter outras conversas. **Luiz Antônio Marques**
756 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros,
757 quero agradecer profundamente a apresentação da Vaneska, da Patrícia, o auxílio da
758 Renata. Nesta etapa foi um momento raro em que nós conseguimos fazer uma discussão
759 qualificada e focada na questão da revisão do Plano Diretor. É a primeira do início ao fim.
760 Os demais conselheiros que não são das regiões de planejamento, eu quero comentar que
761 a equipe da discussão do Plano Diretor, da revisão do Plano Diretor, está colocando o
762 espaço dos conselhos regionais como a maneira de se comunicar hoje com a população
763 de Porto Alegre, estabelecendo o canal, a vinculação com as comunidades, através dos
764 conselhos regionais. Eu acredito que tenha alguma coisa adiante também para as demais
765 entidades não governamentais. Eu imagino, mas neste momento já se estarteou, já iniciou
766 o processo, nós vamos começar com agenda de reuniões nas comunidades, com a
767 agenda proposta pela Prefeitura; ou seja, finalmente se estarteou a questão. O que eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

lamento é que essa discussão nós poderíamos estar com ela já há 2 anos tranquilo com o pessoal da Prefeitura, com os técnicos da Prefeitura e com os conselheiros do Plano Diretor. Lamentavelmente, por questões políticas, decisão do governo, esse processo foi adiado, chegando ao limite. Hoje nós vamos trabalhar, inclusive, com um cronograma bastante apertado para tentar atender a lei, porque nós estamos atendendo uma lei federal. Vamos fazer o máximo para que isso ocorra, sempre preocupado que isso não tenha prejuízo à discussão necessária para fazer a revisão Plano Diretor. Agradeço mais uma vez a vocês, excelente discussão e nós vamos continuar dentro do que for necessário. Seguindo a pauta, tu tens alguma Questão de Ordem, Felisberto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Exatamente, para contribuir, eu tenho um cartão do representante da ONU e eu vou disponibilizar a este Conselho. Eu tive a felicidade, eu vou explicar porque e vai ficar nos anais, a gente vai entender porque eu tenho. Eu participei do evento do Seminário dos 30 anos do OP... (Falas concomitantes). Pessoal, vamos escutar, porque é sério isso. Lá estava o representante da ONU. No final da apresentação dele eu pedi para que ele me desse o cartão, porque eu queria que ele viesse a este Conselho. Então, eu quero reiterar, quero que fique isto na ata, que chame o representante da ONU e que assinou o protocolo e também quero que o Pacto Alegre venha a este Conselho, porque no protocolo de intenções o Pacto Alegre assinou. Quem é o Pacto Alegre? Seremos nós os “patos alegres”? É isso e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Senhores Conselheiros, por favor, existia um pedido de inversão de pauta, eu tinha um contrato, em função de que só eu tenho 04 processos de vista para apresentar e eu não queria prejudicar mais. São, relativamente, rápidos, porque eu estive vendo por cima da pauta aqui, a gente mata isso com certa tranquilidade, não atrapalhamos o andamento dos processos e depois continuamos com as comunicações. Então, a minha proposta, se tu manténs a proposta de fazer a inversão. Eu faço o contraponto de não fazer a inversão e nós irmos para a Ordem do Dia. Então, vou colocar em votação a proposta de inversão de pauta. Em processo de votação, quem concorda com a proposta de inversão de pauta do Felisberto e do Paulo Jorge, por favor, que se manifeste. Obrigado. Quem não concorda com a inversão de pauta? Empatou. O desempate é feito pelo Presidente. Não vai ter inversão de pauta. **4. ORDEM DO DIA.** Então, vamos lá. (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Sobre a reunião de amanhã que está convocada, convidadas as entidades. Eu fiquei sabendo que algumas entidades não vão poder participar. Amanhã está convocada uma reunião para tratar do Plano Diretor. Conversando com outras entidades também, eu até confirmei a minha presença, eu gostaria de vir, mas eu estou com dificuldade de vir. Eu acho que essa discussão deveria ser trazida para dentro do Conselho, nós temos dificuldade de ter mais uma reunião. Então, eu sugiro que essas descrições sejam feitas aqui dentro do Conselho. Hoje foi uma bela discussão sobre a revisão do Plano Diretor. Então, a gente reserva uma hora para fazer o Conselho do Plano Diretor e o resto tratar de processos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Hermes, quem tomou essa posição de fazer uma discussão individual com todas as entidades, é uma questão muito pessoal do Germano. Ele está fazendo isso, está indo a todas as entidades, que eu me lembre já estive no SENGE, estive com a ABES, com a Acesso, na METROPLAN. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer, amanhã é diferente, amanhã é uma reunião com as entidades, várias entidades foram convidadas,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

não é uma reunião individual. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Estou colocando que ele está fazendo isso e outras ações. Então, fica prejudicado o encaminhamento, mas procurem falar diretamente com ele. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para complementar também e ficarem as duas propostas na mesa e não falar só uma. Na reunião na ABES, até atendendo a preocupação da Livia, não é que a gente não queira vir na reunião, não é que a gente ache que não tenha que ter reunião, mas eu sou professor da UFRGS, a Livia é professora da UFRGS, a gente já vem uma vez por semana aqui, que é às terças-feiras. Nós não temos nada contra chamar terça-feira uma, duas horas antes da reunião, mas vir duas vezes aqui a gente vai ter dificuldade, vamos ficar muito apertados. Então, estamos pedindo que cancele a reunião de amanhã, mas que chame terça-feira que vem, que a gente possa vir mais tranquilos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu vou pedir para a secretária fazer um contato agora com o Germano. Quantos conselheiros de entidades não governamentais estão pedindo o cancelamento da reunião? Então, quantos conselheiros estão pedindo? Não, tu és do governo, Livia. (Manifestação fora do microfone). Federal, tu és do Governo Federal. Tem dois representantes do Estado... (Falas concomitantes). Conselheiro, a Ordem do Dia, o Item 4.01, o interessado é o Sport Club Internacional, continua em diligência na PGM. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, eu queria fazer uma consideração sobre este processo. Eu gostaria de combinar, eu vou repetir o que já disse em outra reunião, não vale mais falar de prazo de conselheiro. este processo faz, praticamente, dois meses que foi para a PGM para assinar um parecer que existia, segundo o nosso secretário. O parecer, inclusive, é citado pelo Arquiteto Patrick, da SMDE. Então, era só para assinar ou formalizar, formalizar significa botar dentro do processo, o parecer existia, mas parece que não é bem assim. A PGM está há dois meses para botar um parecer dentro do processo? Então, qualquer conselheiro que ficar 15, 20 dias, vamos combinar e falar de prazo. Na reunião passada, só para não faltar com a verdade, o Secretário citou que o governo resolveu retirar de pauta. Então, até a semana passada estava faltando o parecer da PGM, semana passada parece que ele foi retirado de pauta, ficou em *stand by* para que fosse votada a lei primeiro, isso a palavra do secretário. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mas o processo está em pauta, está aqui. A diligência, salvo melhor juízo, eu fiz o pedido de uma delas, inclusive, defendi aqui, não é para anexar um parecer. É para que faça, que responda uma série de questões que nós levantamos, eu levantei, o Felisberto levantou, quem mais? Acho que éramos três. As questões que eu levantei não estão no parecer. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** APARTE. Eu sou um dos que pediu o parecer da PGM. Eu estou aguardando para dar o meu parecer sobre o projeto, desde que venha o parecer da PGM. E reitero o que o Hermes falou, já disseram que tinha o parecer da PGM, eu não vi esse parecer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu li todo o processo e não vi também. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mas disseram que tinha, só que ninguém viu esse parecer. Depois que vier o parecer eu quero vista para apresentar o meu parecer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Correto, é o que acontece. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Hermes, a gente sabe que não é isso, dizer que como estão demorando vamos demorar também. (Manifestação fora do



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

microfone). Mas tu sabes que não é isso! Eu não sei, ele comentou... Quero dizer que tu sabes o que está acontecendo, que o secretário se manifestou e não disse que ia tirar de pauta, ele poderia. Então, Então, o que eu acho que a gente poderia encaminhar aqui é o seguinte, para ele deixar claro, porque fica desconfortável um processo aqui muito tempo. Eu mesmo sugeri isso na reunião passada, se fosse acontecer isso que ele retirasse. Então, eu acho que tem que pedir esclarecimentos, porque realmente não fica bem um processo aqui tanto tempo. Está entendendo? Então, tem que pedir um esclarecimento e uma postura sobre esse processo. Eu estou pedindo que tirei, tomem uma decisão e o governo vai decidir, ou mantém, ou retira. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Conselheiros, eu até ia fazer uma proposta nesta reunião, mas o presidente titular não está, eu ia aguardar a presença dele. O que eu trago em relação a este processo? O seguinte, eu acho que o conselho tem que voltar a fazer um debate sobre este projeto. Não é possível, estão os dois lados agora, eu diria, que é a oposição ao projeto, que são os contra cidade. Eu acho que quem não está a favor de um projeto como este está contra a cidade. Então, a minha proposta é que haja um debate entre os conselheiros deste Conselho para acabar essa novela, porque não é possível. Eu trago aqui uma matéria da Zero Hora, onde dois conselheiros deste Conselho, representando o Conselho, vão lá e dão um depoimento contra o projeto, contra a cidade. Bom, se demorar muito eu sou um que vou retirar o meu parecer favorável, porque já foi tantas vezes mexido. O relato de vista não foi até hoje completado. Pô, nós estamos desmoralizando o próprio Conselho. Então, a minha proposta como representante de uma região, se demorar muito mais tempo vou retirar, não sei como, se é possível, vou retirar o meu parecer. Isto não é uma ameaça, estou tratando com muita seriedade, porque não é possível as pessoas cada dia estarem procurando mais coisas para botar defeito. Então, anula tudo, começa do zero e vamos embora. Não é possível que dois conselheiros na escuridão, por trás dos corredores, façam declarações contra o projeto e Conselho não está sabendo disto. Estão representando este Conselho! Estão desmoralizando o próprio Conselho aqui. Estão falando em nome do Conselho. Está aqui, o Sr. Felisberto e o Presidente do IAB. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Tu disseste que tinha só quatro processos, nós não invertemos a pauta para seguir, isso aqui não tem nada a ver. Por que estamos discutindo este assunto agora? Por favor, continue no 4.02. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os conselheiros querem discutir e o Felisberto foi citado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Nós não vamos tratar dos quatro processos que tu disseste que tem vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Perguntarem se eu era favorável ou contra o projeto, eu apenas disse que o processo estava com vista à PGM para dar um parecer e a jornalista me perguntou qual a minha opinião. Eu dei a minha opinião e disse porque eu era contra. Bom, esse é um direito que eu tenho e discutido com o Fórum de Delegados da minha região. E ninguém vai me cercear o direito de me manifestar em qualquer lugar, em qualquer veículo, a hora que eu quiser e como eu quiser. Não vão me censurar! Que procure o jornal e dê a sua versão, agora, não cercear. Chega de censura! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Os conselheiros acham que precisam continuar sobre esse assunto? Eu não vou cortar a palavra de ninguém. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Esta pauta está em diligência. Então, o senhor não pode continuar com essa discussão, porque está em



diligência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, conselheiro. Isso não existe! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** No meu entendimento, desde o início, inclusive, nós conversamos com a própria Patrícia e o secretário, esse processo não deveria estar na discussão no momento, porque tem um processo paralelo na Câmara. Então, é um desgaste que estamos tendo aqui, não precisaria nem estar nessa situação. Na verdade, o processo está cada vez mais sendo prejudicado em relação à apresentação. O rito nós vamos ter que seguir, Adroaldo. Se vai demorar 8, 9 meses, um ano. Entendeu? Então, nós temos que entender o rito. Não tem cabimento um processo estar toda semana na pauta e não vai ser discutido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Conselheiros, o Item 4.02. Este processo também está em diligência na PGM. Deixa eu entender, o interessado é José Frizon, é um desgravame de traçado viário. O 4.03, eu peço auxílio do Hermes para assumir os trabalhos, porque eu quero fazer um relatório de vista. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, é o Processo 4.03, Condomínio Iguatemi Corporate, é aprovação de EVU para atividade de heliponto. É pedido de vista do Gomes, representante RGP. 06. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É referente ao Expediente Único 002.249541.00.4. O interessado é o Condomínio para Iguatemi Corporate, EVU para atividade de heliponto. (Leitura do parecer de vista inserido ao processo). Eu chamo atenção, porque às vezes pode se pensar que toda a amarração do projeto ode estar em nível de município e tal, mas essas licenças aqui são as mais complicadas e mais difíceis. O prédio foi concluído em 2006, em 2011, depois 2015 que se conseguiu as licenças da autoridade aeronáutica. De acordo com o parecer do relator. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O relator foi o Paulo Jorge, com parecer favorável. Então, passamos à votação? Alguém quer recapitular o parecer do Conselheiro Paulo Jorge? Não? Então, em votação o processo de aprovação de EVU para atividade de heliponto no Condomínio Iguatemi. Quem é favorável? Quem é contra? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DE EVU.** O próximo o Conselheiro Gomes é relator de vista. Então, é o Item 4.04, não vou ler o número, todo mundo acompanha o processo. O interessado é Evaldi Muller, recurso administrativo para obter alvará de licença para construção de imóvel, Rua Deputado Astério de Melo, 690. O relator foi a Tânia, pedido de vista da RGP 06, 05, SINDUSCON. Então, eu pergunto se os representantes da SINDUSCON e RGP. 05 apresentam o relator de vista hoje? (Manifestação fora do microfone). Abre mão do pedido de vista o SINDUSCON. E a RGP. 05? (Manifestação fora do microfone). Está pedindo mis uma semana. Então, eu vou colocar em votação. (Manifestação fora do microfone). Então, passo a palavra a RGP. 06. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Referente ao Expediente 002.337533.0.1, recurso administrativo de licença para construção. Interessada é a Evaldi, é uma senhora. O processo foi relatado pela RGP. 04. Esse recurso administrativo está aqui porque foi negado nas instâncias administrativas, o demandante recorre a nós. É uma situação que talvez a solução esteja com a gente para um problema que eu considero um grave descompromisso do Município de Porto Alegre com seus moradores. Esse local onde está sendo negado o direito da pessoa, aprovar um projeto e regularizar essa construção, é um loteamento aprovado em 1961. Muita gente



conhece lá o São Caetano, o São Caetano 1, o São Caetano do Sul 2. Existe naquele loteamento regular, inclusive, um padrão excelente de construção, de moradia, o local é muito bacana, mas ele foi atingido em certo momento pelo código florestal, que determinava a questão das APPS e o topo de morro. Porém, o topo de morro quando em regiões densificadas, regiões urbanas, é dado o poder ao município de tramitar através de comissões. Talvez o Furtado possa nos melhorar a explicação. É direito de determinar se ali é topo de morro ou não. O topo de morro não é simplesmente pela cota em áreas urbanas. Então, o que acontece? Hoje nós temos naquela região, eu tenho a minha casa com o licenciamento e a do lado não, a do lado nega, outros sim, outro não, quem sabe. O que eu entendi de fazer e trago como proposta para vocês? Eu estou propondo uma diligência a SMDE no sentido de que nos apresente a situação de diversos imóveis que estou dominando aqui. Então, eu estou nominando assim, que se faça a diligência à SMDE para informar se os seguintes imóveis têm projeto aprovado ou licenciado e se têm Habite-se. Primeiro, na Rua Lydia Monteiro, que é uma rua que estava em cota superior à cota do caso do demandante, na Rua Lydia Monteiro, 405, 445, 455, 350, 450 e 530. Na Rua Deputado Astério de Mello, que é a rua do demandante, os imóveis 550, 618, 520, 710 e 736. Também solicito para que encoste ao expediente o expediente original do loteamento lá de 1961, que é o Expediente 001.036527..59. Ele é de 1959. Então, eu estou pedindo para esse caso uma diligência à SMDE, que pode tranquilamente nos informar pelo endereço que eu estou fornecendo a situação de cada imóvel que é vizinho e que está na mesma situação, na mesma cota do imóvel que está sendo negado o direito de fazer a regularização da sua construção. De antemão eu sei que ali tem imóveis que já estão regularizados, mas eu sei na fofoca, porque disseram, porque o engenheiro que construiu me disse. Eu quero oficialmente e só vou poder obter essa informação através da secretaria responsável, que hoje é a SMDE. Então, a minha proposta é colocar em votação, que vocês aprovem este pedido de diligência. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, está bem claro? Nenhuma dúvida? Então, em votação o pedido... **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Só reforçando o porque eu neguei esse pedido, porque, na verdade, sim, existem outras residências. Foi em 1950, eu não era nem nascida. Eram normas diferentes, e agora se a gente vai conceder construção em topo de morro, a gente vai conceder porque naquela época não tinha, acho que a gente vai abrir um precedente para que outros também façam. Ali vários órgãos dizem que não, que é proibido. Então, eu achei procedente não abrir esse precedente para que outros também queiram fazer suas construções, porque é uma baita de uma casa, são quatro pavimentos, é uma baita de uma mansão no topo do morro. Vai abrir precedente para que outros também façam. Eu não sou contra, se vocês quiserem fazer a diligência tudo bem, mas essa é a minha opinião. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu aqui vou defender a diligência, acho que é uma questão de princípio. Sempre que alguém pede mais esclarecimentos eu acho que deve ser concedido. Lógico, o plenário tem o direito, mas defendo. Em votação, quem concorda com a diligência? **APROVADO.** Então, encaminhado para diligência. Fica subentendido que o pedido de adiamento do Paulo Jorge, como está em diligência, automaticamente está adiado. Tem mais um teu? Então, permaneço aqui. O Item 4.05, o interessado é o Clube do Professor Gaúcho, aprovação de EVU, já foi debatido aqui. Pedido de vista da RGP. 01, 05, 06 e ABES. Alguém tem condições de apresentar o relatório? Então, pode começar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

reunião passada eu pedi uma diligência, que é no sentido do parecer da PGM. Então, da PGM, tendo em vista que no parecer da CAUGE não tem assinatura da PGM e no processo não tem nenhuma manifestação. E mais um argumento, tendo em vista a aprovação do projeto na Câmara para desgravame, eu acho que seria importante também a diligência à Câmara de Vereadores, para ver como está a tramitação, se já foi remetido para o Prefeito sancionar. (Manifestação fora do microfone). Não, isso é uma opinião. Eu estou dizendo que peço. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer, na reunião passada tu pediste diligência à PGM? Não foi anotado. (Manifestação fora do microfone). Mas foi pedido, está em ata. Eu não sei se isto está no regulamento interno, mas se foi pedido, está em ata. Eu entendo que deva ser concedida a diligência. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Na reunião passada acabou havendo uma discussão que saiu um pouco do foco. Na reunião passada eu tinha uma posição, e por escrito, eu mostrei para o Felisberto, que perguntou onde assinava, mas acabou dando uma você e a coisa foi para outro lado. Qual era a posição que eu tinha? Era uma diligência à CAUGE, para que chamasse ao processo o interessado, para a partir da novidade que surgiu da aprovação na Câmara de Vereadores, que tinha sido no dia anterior, que o interessado pudesse exigir a aprovação total, já que desapareceram as duas diretrizes que aprovavam que pegasse o terreno. Não precisava ter aquela observação de atender, de ser liberado baseado no artigo 122. Aí ficou uma confusão, inclusive, acabei não ficando até o final da reunião. Então, eu concordo contigo, Felisberto, que devolva não à Câmara de Vereadores, mas à CAUGE para haver manifestação do interessado, sobre essas questões que tu colocaste. (Manifestação fora do microfone). Desculpa, Patrícia. O “não precisa” é relativo, o “não precisa” não nos tira o direito de mandar para lá. É a mesma coisa o do Internacional. O presidente aqui do Conselho me disse mais de uma vez que não precisa questionar a PGM, porque não tem lei que aprove o que nós estamos aprovando aqui hoje. Aí tivemos que insistir para que fosse para a PGM se manifestar, porque estávamos falando sobre um processo que não tinha base legal. Independente de razão... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Gomes, tu não está como Presidente, ela está esclarecendo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu estou retomando a direção da reunião. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, vamos deixar bem claro para não misturar as coisas, o que estamos fazendo aqui. Este é um EVU do Clube do Professor Gaúcho. O Clube do Professor Gaúcho, independente da via incidir ou não, é ele que é o objeto da pauta. Segunda coisa, veio, como já existe, dois gravames incidentes, existem dois gravames que é do plano e que a partir desses dois gravames teve questões que foram apontadas. A manutenção desse gravame ali no meio e a parte do fundo, que tem uma obra, não sei se está em termo de compromisso, a Gisele pode me confirmar depois, se já foi indicado para executar, essa rua que está lá no fundo que não atinge o imóvel. Aí tem essa questão, está tudo bem, foi decidido no decorrer desse processo, teve uma votação na Câmara sobre retirar os gravames. O que isso impacta nesta aprovação, conforme está, do clube? Eu entendo que nada, porque a gente não está neste momento mudando a área dele, mas o que o Conselho pode fazer? O Conselho pode neste momento aprovar o EVU do clube e recomendar a retirada do gravame. Então, isso aí o próprio Conselho pode fazer. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado pelo esclarecimento,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

mas a gente está discutindo é o pedido de diligência do Felisberto. Tem um relato da ABES. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha proposta de relato resolve o problema de diligência. Eu já me posicionei na semana passada. A intervenção da Patrícia, eu concordo plenamente, é este Conselho que votou a resolução, é este Conselho que pode revogar a resolução. Então, acho que a gente não precisa recomendar, aqui a gente pode já tornar sem efeito a resolução. Então, o que eu proponho? Infelizmente, eu escrevi a mão, não está muito bonitinho. Então, visando a plena aprovação do EVU, tem o cabeçalho lá, mas à plena aprovação do EVU do CPG, sem possíveis restrições que futuramente poderão inviabilizar a estrutura do centro, com uma rua cortando e criando uma barreira dentro do mesmo, proponho outra redação para os parágrafos 2, 3 e 4, passando à seguinte redação: os parágrafos 2, 3 e 4 fazem a aprovação, mas levantam a existência do gravame. Então, eu faço outra redação. O início da redação é igualzinho ao que está lá no processo: “Com 27.910 m² em frente para Avenida Guaíba junto ao trecho sul do calçadão de Ipanema, conforme parecer da SMDE, o projeto possui área total de 10.500, onde buscando regularizar 7.200. Do reestudo da área torna-se sem efeito a Resolução nº 1391/91, deste CMDUA, retirando os gravames designados naquela resolução”. Então, é só trocar três parágrafos que estão lá no parecer já aprovado pela relatora, afirmando que torna sem efeito a Resolução nº 1391, que criou os gravames. Esse é meu voto de vista. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tem mais parecer de vista? Patrícia, eu entendo que deveria ser feita uma resolução derrubando o gravame, não mudando um artigo, tem que tirar o gravame e aprovar. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Por que eu coloquei de apontar? Porque a gente tem uma preocupação técnica nesse rito de resolução. Então, para a gente poder fazer um mapa direitinho, fazer as conferências dos quarteirões. Então, eu pediria que se recomendasse, aí a gente abre um processo e em seguida a gente transmite o desgravame, se for o caso. Só tem uma preocupação com aquela via do fundo, tem essa questão. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu tenho uma dúvida, se o processo veio aqui, com parecer, não entendo, ou vamos aprovar, ou vamos aprovar com ressalva, é isso? Ou a gente aproveita e faz uma diligência? Não estou entendendo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O parecer aprova o EWVU, só que no meio do parecer ele lembra o gravame. Na minha proposta a gente já tira o gravame, por decisão deste Conselho, aí encaminha para a secretaria para fazer a burocracia, a resolução. Eu conversaria com a Patrícia no sentido que aqui a gente saia com uma decisão, não com uma recomendação, porque este Conselho decide. Como vai se viabilizar para uma resolução? Aí a secretaria depois implanta. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou passar para o Gomes ler o relato, depois a gente retoma a discussão. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu só tenho uma manifestação, porque eu tenho uma posição diferente, entre a via do meio e a via do fundo, daí proponho que se separe, se for o caso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Depois a gente volta. Eu vou passar para o Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** (Leitura de parecer de vista inserido ao processo). **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para esclarecer aos



conselheiros a questão desse gravame. Ele é um gravame importante para a região, porque vai fazer uma ligação com outro empreendimento que está sendo projetado ao lado de onde está o clube. O nosso entendimento da SMDE, esse desgravame através da Câmara sem um estudo técnico, primeiro que o prefeito ainda não homologou. Segundo, se vocês lerem o as alegações do vereador é uma coisa descabida, sem pé e nem cabeça. Eu sugiro que leiam no site da Câmara. E a outra questão é que aqui nós estamos discutindo aprovação do EVU do clube. Como bem falou a Patrícia, quem é responsável pelo projeto é o clube, se o clube tem a essa decisão já homologada, tem que entrar com a modificação desse EVU, senão nós vamos aprovar o EVU como está. A gente não pode desgravar e aprovar no mesmo taco. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para registrar o meu apoio à posição da SMDE. A EPTC também defende a manutenção, é uma diretriz definida como estruturante daquela área. Então, uma coisa tem que ser desvinculada da outra. Se a gente está aqui aprovando EVU, a gente não pode na mesma tacada desconsiderar tudo que já foi analisado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para esclarecer os técnicos da SMDE e EPTC defendem que permaneça o gravame, que se aprove conforme foi requerido e depois é depois. É isso? Alguém tem alguma posição contrária a isso? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, eu mantenho o pedido de vista à PGM para que se manifeste sobre a questão da lei que foi aprovada na Câmara. Eu não vou aceitar que não se respeita uma decisão da comunidade, independente de ter opinião técnica. É uma agressão a uma comunidade que está há anos, um empreendimento ao lado que está *sub judice*, em cima de mata nativa e passar por uma biblioteca, que para mim é o maior escândalo ainda. Então, eu quero o parecer da PGM e reitero que também se remeta um pedido à Câmara de Vereadores para que diga como está a tramitação do processo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Nós estávamos consultando. Felisberto, faz o pedido por escrito. Ao contrário do que eu havia dito, o Regimento diz que o pedido tem que ser por escritor ou por email. Então, só para formalizar. Alguém quer a palavra? **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Defender a manutenção do gravame não quer dizer que ele vai ser executado enquanto atividade de clube esteja lá. Isso é uma diretriz que a gente segue na EPTC, sempre que tem uma atividade existente a gente mantém o gravame. A gente não sabe o que vai acontecer no futuro, se algum dia alguma outra atividade se desenvolver lá o gravame está garantido para a mobilidade da cidade. Manter o registro dele não quer dizer que a gente vai executá-lo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fiquei preocupado e fiz essa leitura de estar de acordo com o parecer da CAUGE, para não deixar dúvida, porque essas outras questões que poderão advir são para depois. Tem um projeto que bem disse a colega, ele foi aprovado, não foi homologado pelo prefeito. A gente sabe, inclusive, comentei aqui na última reunião, que é um projeto bastante oportunista, porque não leva em consideração, por exemplo, ao menos de fazer uma renegociação com o conjunto do clube, porque poderia se abrir a última ao menos. No momento em que não se abre nenhuma das ruas, não tendo abertura de nenhuma daquelas ruas, independente do empreendimento que vá ter no lado, sai lá da Juca Batista e vai até a beira do Guaíba, é uma verdadeira barreira. Só o terreno do clube está em torno de 500 m, depois deve ter mais outros terrenos. Ou seja, nós estamos com uma barreira de mais de 1km ou praticamente 1km sem ter nenhuma vascularização. Eu não consigo atravessar para o lado, eu vou ter que fazer, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vou lá na Juca, ou vou lá na beira do Guaíba. Então, nesse sentido, a minha posição anterior era de devolver o projeto para lá. A Patrícia me convenceu de certa forma que não precisava, eu estou convencido que não precisa. Aprovamos como está na CAUGE e se alguém vai discutir isso depois não somos nós aqui. Pode ser que volte para nós uma discussão, mas não agora, não somos nós que vamos provocar essa discussão, porque eu não posso inventar em cima de um projeto que está bem definido. O que foi aprovado aqui, é um colegiado grande, nós concordamos ou não concordamos. Nós temos essa opção. Ok? Eu reforço que se aprove o projeto conforme veio da CAUGE e conforme está no meu parecer. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tenho o mesmo posicionamento que o Hermes, em relação ao processo anterior, se existe algum pedido de vista tem que respeitar, porque é sinal que um conselheiro está em dúvida. Quer dizer, em diligência, desculpa. Se um conselheiro está em dúvida tem o direito de ser esclarecido. Então, quanto à diligência não tenho nada contra. Agora, objetivamente, em 1957 eu nasci e já morava na zona sul. Eu já vi neste Conselho aqui muito gravame sendo desgravado, um deles que eu fui relator e meu relato foi negado, as conselheiras que estão hoje pela Prefeitura não estavam. Eu fiz o cálculo, para chegar no mesmo ponto com o desgravame levaria uma hora, a quadra que se criou levaria uma hora para fazer a volta com aquela quadra que foi desgravada, com aquele acesso que foi desgravado. Aquela rua que está ali, a minha filha tem uma amiga que mora ali, naquele pedacinho de rua que existe, um pedacinho de uma das ruas, não vejo ninguém querendo passar por ali, que é que corta bem o clube pelo meio. A outra rua hoje tem uma praça, se eu vou aplicar o gravame vou ter que tirar uma praça da comunidade, quero ver se essa comunidade é a favor de tirar a praça hoje nas realidades que a gente vive. Hoje a tranqueira da zona sul não tem nada a ver com aquele trecho, aquele trecho ali vai ser meia dúzia de carro que vão passar ali, hoje a tranqueira da zona sul se chama Conselheiro Xavier. Alguém conhece a Rua Conselheiro Xavier? Atravessa todo o bairro, que é atrás da AABB, ainda não foi executada, ela vai dar lá na Vila Conceição, ali sim tu permites fazer uma paralela entre a que vai lá pelo beira do rio, a Coronel Marcos, e a Cavallhada. Ali tu pegas e atravessa toda a zona sul. Agora, tu vais transformar hoje o que é uma rua de bairro em uma rua de alto trânsito. A gente quer, a população que mora ali quer? Duvido! Prefiro ficar um pouquinho mais engarrafado lá na Coronel Marcos ou na Cavallhada do que ter todo o trânsito de toda a zona sul, Restinga, Hípica Belém Novo, Lami, passando por dentro do bairro. Então, está lá gravado, tem o gravame. Nós somos a favor de manter o gravame, que boa parte desse trânsito vai passar por detrás do Clube do Professor Gaúcho passando por dentro do bairro? Acho que a população que mora lá vai votar contra. Essa população deveria ter sido consultada, não foi. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Pessoal, vou repetir o que eu falei, mas qual é o papel deste Conselho? Particularmente, o que foi votado na Câmara sou contra, não o conteúdo, mas o fato da Câmara ter votado uma questão que é competência deste Conselho. Então, se a gente está aqui tendo a oportunidade de se manifestar qualitativamente quanto a isso, concordando ou não, eu acho que o Conselho tem que se manifestar. A gente não tem que mandar diligência para a Câmara, porque a competência é nossa. Então, a gente se manifesta. Eu estou propondo, aprovamos o EVU com ressalvas, nós nos manifestamos qualitativamente quanto a cada uma das vias, aí este Conselho aprova ou não, que seja, mas ele se manifesta que é o papel dele, aí a gente encaminha. É isso que eu proponho. A gente pode defender um traçado viário, tudo bem, mas é um clube, um clube se eventualmente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

deixar de existir vai voltar a ser uma rua ali ou não. Agora, hoje, eu acho que o próprio clube se manifestou lá em relação a Câmara para defender o seu direito de manter a integridade da sua área. Então, a aprovação do EVU é para manter a integridade da sua área, aí se for o caso a gente retira aquele do meio, não vejo óbice, considerando que é um clube e ele também faz parte da estrutura urbana. Eu me manifestaria pela manutenção daquela do fundo, mas cada um se mantém. Agora, o que eu acho, este Conselho tem que se manifestar conforme a sua competência e não de legar para outro. Aí a gente acompanha a aprovação do EVU com o encaminhamento nosso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, nós temos um pedido de diligência da RGP. 01, tem um parecer da RGP. 06 que já foi lido, tem o parecer da ABES que já foi lido. O Paulo Jorge pediu uma semana. Eu acho que esta é uma situação semelhante à anterior. Patrícia, com todo respeito, não tem porque atropelar se tem um pedido de diligência e tem um pedido de adiamento. Então, eu vou colocar em votação o pedido de diligência da RGP. 01, independente disso tem um pedido de adiamento do Paulo Jorge. certo? E nós vamos retomar esse assunto. Eu acho que as coisas têm que se esgotar, não tem porque a gente vai aprovar, não vai fazer diferença para o Clube do Professor Gaúcho, com certeza. Eles não estão dependendo do financiamento que vai se esgotar amanhã, como tem alguns casos, que eu acho que aí tem que ter uma consideração especial. Tem uma opinião técnica dos técnicos da Prefeitura, mas o assunto é bastante polêmico. Então, vou colocar em votação o pedido de diligência da RGP. 01. Por favor, faça por escrito. (Manifestação fora do microfone). Então, faz outro está. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu retiro. Fica em ata, eu só quero que seja dirigido à PGM. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, eu vou colocarem votação o pedido de diligência da RGP. 01 à PGM. Quem concorda, por favor, levante a mão. (Contagem de votos = 17 votos). Quem discorda, por favor, levante a mão. (Contagem de votos = 06 votos). Quem se abstém? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). Então, **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** Agora eu passo para o Primeiro Vice-Presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, pelo adiantado da hora, se os senhores concordam que concluimos a reunião. Obrigado, conselheiros. Uma boa noite. Até a próxima reunião. Conforme o combinado os processos são levados daqui às sextas-feiras. **(TÉRMINO ÀS 20h15min)**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2818/2019

Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes, representante da Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e Vice-Presidente do CMDUA, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Heleniza Ávila Campos (1ª Suplente), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2814/2019; 3. Indicação e votação do representante do CMDUA para compor o Fórum municipal dos Conselhos da Cidade; 4. Ordem do Dia; 5. Comunicações. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Boa noite. Vamos iniciar a sessão do CMDUA. O Presidente oficial está em um compromisso em Brasília. Porto



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Alegre foi sorteado para ter assento no CONAMA e o conselheiro é o Germano. Então, ele está tomando posse no Conselho em Brasília neste momento. Conselheiros, então, vamos... **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria, Presidente, de pedir a inversão de pauta, nós temos um assunto que nós gostaríamos de um posicionamento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, vamos colocar em votação. Quem concorda com a inversão de pauta, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 10 votos) Contrários? (Contagem de votos = 06 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 voto). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA. 5. COMUNICAÇÕES.** Então, vamos seguir a pauta. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de saber, Presidente, qual foi o encaminhamento dado àquele pedido que trouxemos aqui, tratando da comunidade. Foi colocado junto com o documento que foi trazido, a suspensão da reintegração de posse e desgravame da área da praça para transformação em AEIS. Este foi o pedido que foi feito aqui, juntamente com o Conselho, foi assinado Presidente e nós gostaríamos de saber que encaminhamentos foram dados a essa documentação que saiu daqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ele se encontra na PGM para análise. Ok? Foi encaminhado à PGM, de acordo com o documento elaborado aqui dentro, da discussão que houve. Nós podemos cobrar novamente. De repente pedir uma informação... **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Eu liberei o acesso, aquele processo que tu havias me pedido liberei o acesso, tu consegues ter acesos integral ao processo, o encaminhamento interno da PGM. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, na inversão de pauta, estamos em Comunicações. Está aberta a palavra. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Boa noite a todos. Primeiro, eu sei que foi discutido na reunião passada a questão da retirada da pauta do processo do Internacional, mas como foi não foi votado, foi discutido, alguns posicionamentos foram apresentados, então, eu gostaria de expressar a minha posição, particularmente, contrária à retirada da pauta. Até porque, por exemplo, o Processo 401 encontra-se na mesma situação. Ou a gente cria um procedimento, e esse procedimento tem que ser – vai para a diligência, sai da pauta; mas aí qualquer diligência sairia da pauta, Acho eu não, está explícito no Regimento Interno, mas o Conselho mandou para diligência. Se é o Conselho que manda, ele está no Conselho, o processo está aqui em carga para gente, só que a gente pediu uma diligência. Então, ele não pode sumir da pauta. Esta foi a dinâmica feita sempre nos três anos que eu estou no Conselho, sempre foi assim, está em diligência, está em vista, está em alguma coisa liberado aqui dentro. Não era retirado de pauta, até para que a gente possa acompanhar, porque se sai da pauta pode sair da memória também. Nós tivemos o processo aqui da FRAPORT que saiu, desapareceu e a conselheiro que estava de relatora do processo teve que perguntar – como que o processo que eu sou relatora desaparece da pauta. Ela se deu pauta, senão desaparece da pauta, mas, administrativamente, eu acho que deveria estar na pauta para que a gente não perca essa memória. Eu gostaria de fazer só mais uma rápida intervenção, sobre algo que foi falado semana passada, sobre a área rural de Porto Alegre, como agrônomo, como alguém que já trabalhou na área rural de Porto Alegre, fazendo levantamento da área rural de Porto Alegre, na época que a SMIC tinha uma pasta específica lá para cuidar da área rural, e como vereador que nesta cidade propôs e conseguiu criar o Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento. Então, nessa reunião aqui foi dito que Porto Alegre, que agricultores de Porto Alegre não



produzem, não tem atividade agrícola, eu como professor da UFRGS e dou aula lá na Agronomia, tem diversos colegas que moram na área rural, são professores da Faculdade Agronomia, são produtores da área rural de Porto Alegre, não é a realidade que eu conheço, a área rural de Porto Alegre. E diria mais ainda, se o município não tem política para a produção agrícola no município, aí ela desaparece. A exploração, a tentativa não é de transformar Porto Alegre em uma São Paulo, com habitação e 100% do seu território, é uma constante, a pressão demográfica, a pressão imobiliária para transformar Porto Alegre em uma São Paulo, com habitação em 100% do seu território, é uma constante. E uma coisa nós temos que saber, nós estamos aqui trabalhando planejamento urbano, precisamos saber que isso existe e que a gente tem que decidir qual é a nossa postura. Então, município que não têm política para a produção agrícola na sua área de abrangência, a agricultura morre imediatamente. No mundo inteiro é assim, a cultura europeia, principalmente a francesa, é a mais subsidiada do mundo. Nós aqui importamos chocolate suíço, café italiano, a Suíça não planta um pé de cacau, a Itália não planta um pé de café... (Sinalização de tempo esgotado). Nós importamos esses bens de lá. Então, até perguntaria, sei que o nosso Presidente em exercício não tem essa informação, mas para que se requisitasse à Secretaria que buscasse essa informação dentro do governo quando é que foi a última reunião do Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento, lei deste município. E como requisição à mesa, sei também que o fato do Secretário não estar aí, às vezes, a gente não consegue as informações que precisaria, que são do Secretário. Então, vou a todas as reuniões que eu estiver aqui pedir de novo o parecer da PGM sobre responsabilidade dos nossos votos aqui, que até hoje não veio. Eu já mandei fazer mais de mês qual era a lei exatamente a qual eu estava me referindo e que em cima do posicionamento do colega Adroaldo, na reunião passada, sobre o parecer do Internacional, a gente tem que saber qual é a nossa responsabilidade. Se eu dei o parecer aqui, depois lá fora a justiça julgar que realmente tinha algum problema, se eu tenho alguma responsabilidade sobre o parecer aqui dentro ou não. Enquanto não vier esse parecer, eu vou me sentir prejudicado na minha votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Campani, duas coisas, eu fui informado agora e estou pedindo confirmação, inclusive, com a cópia do documento, de que processo do Inter foi retirado a pedido do Ministério Público. Então, está se verificando o documento para eu nós passarmos e para publicitar aqui dentro do Conselho. Eu não estava sabendo, porque o meu entendimento da última reunião é que não foi definitivo, existia uma posição do Hermes, que queria que tirasse o processo daqui, em função dos argumentos que ele colocou ali. Eu estava na Presidência, eu nem me manifestei, sou absolutamente contra também, concordo plenamente com a tua posição, é uma maneira de saber onde estão as coisas. Todo o processo que vai para o governo responder alguma coisa, existe prazo. E a PGM, inclusive, tem produção legal, os prazos da PGM são dobrados, na questão cartorial o nosso prazo é de 30 dias, da PGM é 60, 90 e tal, eles têm um tratamento especial nós temos um estatuto nosso que dá prazo para nos manifestarmos através dos pareceres. Agora nós não podemos exigir dos demais. Então, segunda questão, conselheiro, vamos encaminhar um pedido ao governo para que nos posicione sobre o Conselho Municipal de Agricultura, se realmente está ativo. Nós temos um fórum permanente de conselhos desta cidade e as vezes que eu participei nunca ouvi falar desse conselho. Esse fórum tem um levantamento de todos os conselhos da cidade ativos e inativos, talvez se possa buscar também lá algum posicionamento sobre isso. Quem estava inscrito? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Primeiro sobre essa questão,



fazendo o esclarecimento, quando eu disse que tinha tirado, até levantei uma polêmica sem querer, eu me lembro que falei sobre o processo do Internacional, eu comecei assim: “Vamos combinar, não pode mais cobrar prazo, porque se é para ficar meses lá na PGM, então, que se retire”; mas eu concordo, revendo o que eu disse, que não deva ser retirado, foi um pedido de diligência, a não ser que seja, como tu falaste do Ministério Público. Não sei se o Ministério Público tem poder para retirar, mas de qualquer forma eu acho que se ele continua e se foi para uma diligência, pedir esclarecimento não deve ser retirado, tanto ele como qualquer outro. Eu queria, convidar a todos, tem uma exposição na Câmara de Vereadores, que retornou por uma ordem judicial, uma exposição que é muito rica de cartoons, que foi proibida pela Presidente da Câmara, eu acho que todo mundo está acompanhando. E para quem não viu vale a pena ir lá olhar. Isso eu queria deixar um convite assim, ela foi proibida porque entendeu a Presidente da Câmara, que era uma agressão ao nosso Presidente da República. Só que a proibição foi um tiro na culatra, porque essa exposição está bombando agora, depois de proibida e voltou por ordem judicial. Eu queria também pedir um esclarecimento sobre o Comitê da Lomba, não sei se foi na última reunião da Lomba, houve notícias que o comitê ia ser desfeito por orientação do governo, mas depois não se teve mais notícias. Eu lembro que se falou nisso naquela reunião, eu gostaria que a Secretária ou o Secretário nos trouxesse uma informação sobre isso, o que está acontecendo, na verdade. Por fim, hoje foi encaminhado para a secretaria do Conselho, o Sindicato dos Arquitetos está substituindo o primeiro e o segundo suplente, o primeiro suplente passa a ser a Carla Amoroso, no lugar do Miguel Agripino, ambos arquitetos. E o segundo suplente passa a ser o Rodrigo Barbieri, no lugar do Everton de Moraes Gimenez. Essa substituição é em função dos horários, já foi encaminhado por escrito. Como eles, invariavelmente, não podem vir nessa hora, quando eles foram indicados tinham a ideia que a reunião fosse mais tarde, no horário que sempre vinha sendo. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. A respeito da Lomba, oficialmente, a gente poderia buscar uma informação com a Câmara de Vereadores, é onde tem o projeto, de uma maneira respeitosa à região pedir alguma informação para a Maristela, se ela tem alguma informação do movimento lá. A origem do processo de extinção da Lomba Consorciada é da Câmara de Vereadores, ou seja, não está na nossa competência. O próximo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todos. Comunidade, seja bem vinda, saibam que tem toda a nossa solidariedade, estamos junto com vocês. Eu achei maravilhoso todo o movimento que foi feito, Presidente, sobre a questão, também a lucidez do juiz em é estacionar esse processo tão indigno para nossa Cidade de Porto Alegre. Quando a gente pensa que as pessoas possam ser... Não que uma praça não seja importante, nós lutamos pelos espaços coletivos, mas que ali há 60 anos elas possam ser trocadas por uma praça, realmente, nós dá um desgosto muito grande. E a outra questão que eu queria falar também, acompanhei junto o processo que está acontecendo nas unidades de saúde de Porto Alegre. O STF com o parecer que foi dado, tem dois meses para ser publicado e nós estamos vivendo esse momento de terror, porque hoje os nossos postos estavam fechados. Eu sou usuária da Unidade Santa Helena, na Lomba do Pinheiro, e nós temos aproximadamente 4 mil pessoas na área de abrangência que são atendidas, desde acompanhamento à tuberculose, diário do médico, dos agentes de saúde que têm uma relação direta, como também das crianças, que para mim é uma das questões mais graves que existe. Ali tem toda a questão do Bolsa Família, o atendimento para ver se tem vacinação, se as crianças estão nas escolas; quem faz tudo isso são os agentes de saúde.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Então, é um processo totalmente diferenciado de atenção primária. E o mais grave é que ficam jogando, como se a comunidade que tivesse responsabilidade sobre isso, enquanto que correu quase à revelia da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Amanhã nós vamos nos reunir em uma comissão às 11 horas da manhã, com sindicato; enfim, são 10 pessoas que vão fazer parte, vão ser recebidas pelas lideranças da Câmara de Vereadores. A Presidente Mônica nos recebeu lá, apesar da chuva, enfim. E para encerrar a minha fala, queria falar sobre o Comitê da Lomba do Pinheiro. No dia que nós ficamos sabendo aqui, foi assoberbado, assim, ficamos nervosos, preocupados, mas depois fomos buscando mais informações, enfim, o tensionamento dos empresários da região sobre as lideranças, acompanhado, inclusive, pelo Conselheiro Emerson, que está aqui, que diz que foi como representante aqui do CMDUA na reunião. Fora isso, eu não sei se tinha sido liberado realmente a representação do conselheiro. Eu gostaria até de ter essa informação oficial aqui do Presidente em exercício. E a outra questão é que, é uma LI, uma lei de indicação feita pelo Vereador Tessaro. Como funciona isso? Ele passa apenas por uma comissão, ele passou pela CUTHAB e foi direto para Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E agora tem que ter o parecer da Prefeitura para ir o projeto para a Câmara, para, então, a questão da supressão desse projeto. Nós estamos buscando informações, porque nós sabemos que existem hectares, sobre a questão do licenciamento, por exemplo, é um determinado espaço “x” e a gente sabe que o projeto tem “Y”. Então, estamos indo junto a FEPAM, junto à SEMA, porque não abrange só a questão da SMAMS aqui em Porto. Estamos mais tranquilos agora em relação a isso, porque como nós dissemos, nós nunca fomos contra a questão da revisão, o que nos chocou foi que havia esse projeto, a tentativa de divisão da região, mas estamos equacionando. Quanto ao restante que aconteceu lá vai ser discutido, judicialmente, já foi encaminhado. A próxima reunião será na segunda-feira que vem, apenas com os delegados e com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, porque nós queremos fazer um debate, não vamos aceitar as pressões desnecessárias de nenhuma parte, apesar de muitas partes estarem envolvidas. E após vai ter uma reunião aberta sim com toda a comunidade, tipo uma audiência pública. Obrigada. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde a todos. Eu gostaria de agradecer a presença de todos os moradores que estão nessa luta, nessa árdua luta pela moradia, pelo direito de viverem em suas casas, no seu espaço que já estão lá há tantos anos, não serem trocados por uma simples praça. A luta continua! Nós agradecemos aos encaminhamentos aqui e vamos ficar atentos a tudo que está acontecendo, vamos trazer as notícias também aqui para este Conselho, para fazermos os acompanhamentos. Então, obrigada, galera. Obrigada a todos. Obrigada, Conselheiros. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro saudar a todos os conselheiros e conselheiras, saudar a comunidade do Matos Sampaio pela resistência e luta com ação. O importante nisso é que vocês não se deixem desmobilizar. Essa luta deve ser cotidiana, a tarefa de vocês não é fácil e estejam atentos a todo o trâmite, tanto aqui na Secretaria, como na Câmara de Vereadores, no judiciário também. Bom, este é o momento que passa Porto Alegre muito triste, né. E por que é triste? Porque a gente vê atitudes, a Guarda Municipal hoje no Centro de Porto Alegre contra gente que muitas vezes está ganhando o seu pão ali. E lamento a atitude, e dinheiro público sendo gasto em repressão. E o que me estarrece é que a Guarda Municipal está tendo calibre com calibre 12. Para que serve isso? Para ir contra os movimentos? Prejudicar as comunidades que defendem seus direitos? Olha, tomara que o judiciário esteja atento a isso. A OAB, finalmente, a minha Ordem dos Advogados, tomou uma posição séria com relação ao IPTU, a Ordem entrou com uma ação contra a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ilegalidade da lei aprovada na Câmara. E muitas vezes eu me manifesto aqui que não é só essa lei que é ilegal aprovada na Câmara. Há um compadrio, tenho dito aqui e tenho comparecido lá e dito, que há um compadrio em troca de cargos públicos. Então, a cidade está entregue a uma negociata coletiva e é muito sério o que está acontecendo em Porto Alegre. Se o Ministério Público pediu para tirar a do Internacional da pauta, a primeira coisa que deveria ter acontecido era sermos informados como conselheiros. Hoje teve uma reunião na Câmara, entre a CUTHAB e a COSMAM, sobre o que está sendo discutido aqui, o projeto do Internacional e nós não ficamos sabendo. Eu não sei todo o relato, mas um dos relatos é que a decisão cabe a este Conselho. Espero que não tenham dito pela PGM, porque estava lá, segundo informações que eu recebi. Então, era um processo fácil, que bastava uma semana na PGM que o processo voltaria, já está há quase 60 dias lá na PGM. Então, e assim “n” coisas que foram aprovados aqui neste conselho. Olha, é como o Campani levantou, cada parecer aqui tem uma responsabilidade muito grande no seu parecer. Quando se aprova retirada de comunidades e as regiões do Orçamento Participativo, e o Orçamento Participativo e a RGP aqui sem mantêm omissas nessa discussão, que papel nós estamos fazendo em defesa das nossas comunidades aqui? Porque quem elege são essas comunidades lá no bairro, nas regiões. É uma obrigação nossa defender as nossas regiões contra despejos, contra mau uso dos espaços públicos. Eu fui convocado, ou melhor, convidado para estar quinta-feira na comissão permanente de análise dos espaços públicos. Pasmem, depois da lei ser aprovada pela Câmara de Vereadores, eles convocaram para uma comissão permanente e aí a PGM irá neste encontro para discutir a questão da ocupação... (Sinalização de tempo esgotado). Já estou finalizando. Se alguém pudesse me ceder 1 minuto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A mesa te dá 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:.** Obrigado, Presidente. Então, vai ser discutido de uma lei que já foi aprovada... (Manifestação fora do microfone). Eu não diria isso, goela abaixo; mas sem uma discussão. Então, a Câmara de Vereadores agora quer, através da comissão permanente, avaliar o uso. E eu quero reiterar, eu acho que a Secretaria do Patrimônio Público tem que vir a este Conselho. Vou reiterar o convite para que o secretário venha com a sua equipe do patrimônio prestar um esclarecimento dos quase 3 mil imóveis que estão a beira de serem negociados. Por fim, lamentar os governos que antecederam o Marchezan, criar o Instituto e hoje estão no Governo Marchezan, aí querem dizer que a culpa é do sindicato, dos partidos políticos, reivindicar inconstitucionalidade de uma lei. Não mesmo! (Sinalização de tempo esgotado). Esses partidos e esse sindicato não foram omissos como o governo tem sido. (Aplausos). **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Quero iniciar aqui com a questão da Lei Consorciada Lomba do Pinheiro 630, que eu acredito que muitos conselheiros não têm a noção do teor dessa legislação. E as próprias comunidades da Lomba do Pinheiro também têm essa noção hoje, porque já tem um pouco de conhecimento em relação a essa legislação, de que até o momento ela foi inútil, a Legislação da lei consorciada. Se nós pegarmos o histórico de aprovações em relação à lei consorciada e atendimento à população da Lomba do Pinheiro, não tem nada que se possa comprovar que foi de útil para aquela comunidade. Isso aí está constatado no próprio histórico do município, da aprovação de projetos, porque o formato da legislação é falho, porque tem caminhos para seguir para o plano diretor e a maioria dos empreendedores vai seguir o plano diretor e não vão cumprir a lei consorciada. Então, é um ato falho, por isso que teve o indicativo desses vereadores, a primeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

indicação foi do Tessaro e depois foi aprovado na CUTHAB. Hoje já tem o apoio da própria comunidade em pegar e também acompanhar a indicação para a revogação da legislação. (Manifestação fora do microfone). Isso foi comprovado na própria reunião que a senhora esteve presente, a senhora convocou, onde a maioria era contrária à legislação. E a senhora foi muito deselegante, porque a senhora estava filmando a reunião e não comunicou que estava filmando. Eu estava lá sim, porque eu fui convocado pelo grupo do CMDUA que a senhora fez a convocação, eu era o único do CMDUA que estava lá, porque ninguém quis ir, nem o seu próprio vereador que convocou para defender a legislação, nem o governo participou da reunião. Então, a comunidade estava lá, a maioria era contra aquela legislação, com certeza. Então, tem que deixar bem claro isso, é uma iniciativa que não é unânime, conforme a Conselheira Maristela está colocando aqui, que todo mundo quer a Lomba do Pinheiro, que estão lutando, a maioria não quer. Isso nós vamos ver nos próximos capítulos. (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, Conselheira, o conselheiro fala e depois a senhora terá réplica. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu peço respeito. Então, está bem claro, se pegarmos a ata da reunião, inclusive, vai ver que a maioria do pessoal foi contrário à legislação. Eu não sei qual é a opinião do governo, mas está sendo trabalhado para a revogação dessa lei, e vai chegar ao prefeito, e vai chegar à Câmara, aí vai ser uma questão de votação. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Um minuto para réplica. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, nós fomos surpreendidos com tudo que aconteceu, nós tivemos anos de luta. Este representante aqui do CMDUA, juntamente com os empresários, estiveram lá em vários locais prometendo sonhos, contrapartidas antecipadas para a região. É grave o que aconteceu lá, é grave a forma como esta conselheira e outras pessoas, delegados, foram tratados lá. Eles foram preparados para achincalhar a nossa comunidade, com algumas pessoas que eles estão organizados. Isso é natural, é da natureza. Agora, um representante deste foro ir lá acompanhar o empreendedor em uma reunião... E é verdade, nós colocamos para todos os conselheiros, mas o Conselheiro Emerson disse que estava representando, está em ata, está gravado. Como nós vamos organizar a nossa reunião? Aqui é gravado! Eu vivo em um regime democrático, como é que nós não vamos gravar? Ele foi lá e disse que não aceitava ser gravado. Ele enfrentou bagunçou, bagunçou a reunião forma desrespeitosa, machista, preconceituoso; mas isso nós vamos discutir na justiça. O que foi dito a minha pessoa lá, o celular, a conta, está tudo liberado, já está indo para a mão do juiz, mas eu também quero a abertura de todos que estiveram lá, todos. Então, vir aqui uma pessoa que não tem representação lá naquela comunidade, que tem algumas relações locais lá, de que a comunidade tomou posição? Quem é que disse que nós não queremos discutir? Não é o senhor quem vai dizer! Que nós não queremos reformular, que nós não queremos aprofundar? Não, não é isso. Só que articularam na Câmara de Vereadores a supressão, pura e simplesmente, sem ouvir a comunidade. (Sinalização de tempo esgotado). Era isso e obrigada! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou entrar na primeira questão, até em respeito às famílias aqui que se encontram, que saíram em um dia de chuva e vieram aqui para verificar os encaminhamentos do CMDUA, sobre uma situação deles que não foi resolvida. Eu acho muito insuficiente a gente, simplesmente, dar a informação no sentido de que está na PGM e a PGM vai analisar. E aqui a gente a recém ouviu falar que a PGM não tem data e não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tem dia, ou seja, algumas vezes aqui se levantam para cobrar prazos, mas prazo nosso, prazo dos órgãos não existe. Então, eu solicitaria que talvez a Gisele e a Patrícia possam dar um esclarecimento para a comunidade aqui presente de quais os procedimentos desse pedido, desse encaminhamento que foi feito dentro do CMDUA. Então, foi solicitado que fosse feito não só uma recomendação, mas o encaminhamento de uma resolução para desgravame. Eu gostaria até eu ouvir, eu gostaria também, já peço aqui, eu digo sempre que oral não quer dizer que não seja formal, eu quero acesso a esse expediente, como Conselheira eu quero acompanhar. E eu gostaria também de um relato, Patrícia, ou Gisele, ou alguém mais, o DEMHAB que está a par dessa situação, e com certeza vocês estão, porque acompanharam esse licenciamento. Até para nós entendermos um pouco melhor como é que se chegou nessa situação aqui, que foi feito um loteamento, um parcelamento do solo onde não foi considerada uma situação consolidada de famílias que já tinham lá. Esse é o primeiro. O segundo ponto, eu queria retomar a questão da pauta do Internacional, não só o Internacional, tem coisas que somem da pauta e tem coisas que aparecem na pauta do nada. Eu já tinha visto a semana passada, não entendi, gostaria de um esclarecimento, o que é o ponto 4.07. É um ponto que estava lá, em dezembro já teve parecer, o pedido de uma vista de uma conselheira que nem está mais aqui conosco, o representante da região também não está aqui, eu acho. Então, eu gostaria de saber, eu acho que se teve decisão do Ministério Público encaminhado, independente de ser acatado ou não para o Conselho, nós temos que conhecer esse teor. Esse é o princípio da transparência, a transparência aqui não tem. Terceira questão que eu gostaria de trazer, junto na fala do Campani, que é a questão de um parecer sobre as nossas responsabilidades. Recentemente, não sei se foram recentes, mas existem dois processos abertos contra o nosso antigo Secretário, o Dr. Maurício Fernandes, sobre improbidade administrativa. Basicamente, relacionado muito da atuação dele não só como Secretário, mas como seu posicionamento dentro dos conselhos. Para quem acha que nós aqui não temos responsabilidade, em uma dessas ações as organizações que compunham o Conselho do Meio Ambiente foram arroladas também como ré. Então, improbidade não é só do secretário, a omissão é qualquer um de nós aqui dentro pode estar sujeito. Além disso, aproveitando este ensejo, eu gostaria de mais informações sobre essas ações, porque elas também estão relacionadas a atos que aqui ocorreram. E eu quero solicitar que a gente reveja neste plenário a discussão do nosso Regimento Interno, porque ele foi feito também dentro desse viés, que foi atropelando a democracia e a autonomia deste Conselho. Volta e meia nós temos discussão assim. Nós não podemos ter um Conselho onde o Conselheiro não pode pedir diligência, nós não podemos ter um Conselho onde a gente não possa fazer encaminhamentos. Então, eu quero propor que seja rediscutido o Regimento Interno, e não é rediscutido, é discutido, porque ele não foi discutido anteriormente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheira Claudete, tem um item que eu quero te responder, porque eu tenho conhecimento e vou passar. Esse processo do item 4.07, a conselheira da Região 08, a Kelly, tinha pedido vista e naquele período estava faltando tanto tempo que foi excluída do Conselho. E houve uma nova eleição lá, em função das faltas dela e dos colegas dela. Causou algum transtorno, era na época da Secretária Aline, porque nós tivemos que pedir que fossem atrás do processo e foi feita uma diligência até a casa dela, na Restinga, para trazer o processo. Esse processo quando veio ficou, literalmente, perdido aqui na secretaria, nos armários aqui da Secretaria. A nossa secretária, fazendo uma organização, descobriu o processo, relatou para o Germano, informou para mim. O que se faz? Coloca na pauta de novo, nós vamos ver com o



conjunto do Conselho como que vai ser feito. Eu tenho uma posição de como via ser feito, mas vou fazer essa proposição na hora que forem discutir o processo. É um processo que estava perdido e me chama muito atenção, porque o interessado nunca buscou, porque se ele busca pelo expediente único bateriam aqui no CMDUA, o que é normal o interessado bater aqui: “Pô, cadê meu processo?” Mas aconteceu isso, foi um extravio de processo, ninguém está escondendo processo. Até porque é uma coisa que, absolutamente, não interessa, quando chegar na discussão do processo nós vamos ver como que vamos agir em relação a ele para dar sequência na análise desse expediente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não quer fazer a discussão na hora que a gente colocar o processo? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, é só uma passagem rápida. Eu até entendo a tua justificativa, que o processo físico sumiu, mas o interessante é que ele sumiu da pauta também e da pauta não poderia ter sumido. Assim como nós tivemos também o caso da FRAPORT, que saiu da pauta e nunca mais voltou. Então, é por isso que temos que cuidar da nossa pauta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Exatamente. Temos que ter cuidado com a nossa pauta e o que acontece aqui, o que a gente considera que vale, o que nós consideramos que não vale. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, eu não consigo entender como que um conselheiro do CMDUA e do Orçamento Participativo não consegue entender que uma sessão, qualquer que seja do foro do CMDUA ou até do OP, é uma sessão pública. Portanto, filmar é torná-la mais pública ainda... (Manifestação fora do microfone). Não, não, não! Não tem autorização nenhuma, porque é uma sessão pública, Emerson. Se tu não entendes eu te explico: sessão pública não demanda autorização de ninguém e não existe advogado no mundo que vai contrariar o que eu estou dizendo aqui. Então, isso é uma questão... (Manifestação fora do microfone). Se tu não te responsabilizas publicamente pelo o que tu falas o problema é teu! (Aplausos). Dito isso, não me parece adequado, no status do atual debate sobre a operação da Lomba, dizer se a maioria quer ou não quer. Ainda é um debate que deve ter maiores dobramentos lá, há muita desinformação e há muita contrainformação nesse processo. E agora há um interesse específico de um empreendedor, que não se vê, aí a gente tem que perguntar, a gente está às vésperas da revisão de um plano diretor da cidade que a gente quer. Tanto se fala de uma cidade densa, mas querem densificar para tudo que é lado e tu não tens uma cidade densa, tu tens múltiplas cidades espalhadas que são caras ou mais caras ainda do que Porto Alegre já está para viver e para se ingerir, mais do que se viver inclusive. Então, muito cuidado com essa questão da operação, o tempo que se levou para que e fosse feita, no mínimo, deve se atentar a isso para o tempo que se pretende desfazê-lá. Tem que ser, no mínimo, proporcional e não é assim ao bel prazer de um único empreendedor que sai pedindo na Câmara, fazendo lobby e quer levar o Executivo. Então, no mínimo, aguardar para que isso seja discutido no bojo da revisão do plano diretor. (Aplausos). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A réplica do Conselheiro Emerson, um minuto. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu quero colocar aqui a todos, primeiro, que eu não autorizei a Conselheira Maristela a me filmar. Começa por aí. Agora, se vocês vão em algum lugar e deixam fazer o que querem, comigo não! Então, assim, tem que ter respeito. Se eu autorizasse que pode filmar tudo bem, mas eu não autorizei. Primeiro ponto. Eu quero que a conselheira



432 prove que teve alguém comprando alguém lá na região, porque a senhora comentou isso,
433 está na ata. Inclusive, a senhora também difamou dois vereadores na reunião, pela
434 segunda vez a senhora difamou junto ao Conselho e difamou junto à região. Então, tem
435 que ter cuidado com o que fala. E se tiver alguma prova vai para a justiça, vai para a
436 justiça e cobra, porque ninguém vai ser difamado em vão, tem que ter respeito. E se vocês
437 quiserem discussão a gente participa, mas dessa forma não. **Luiz Antônio Marques**
438 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pela ordem é o
439 Paulo Jorge. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
440 **ACESSO CDH:** Eu questionei a Patrícia. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região**
441 **de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Desculpa o atraso, mas a
442 chuva estava horrível, a cidade está ficando inundada. A Azenha não dá passar, alagou.
443 Eu quero colocar sobre a Região 05 e as nossas reuniões do Plano Diretor. Nós estamos
444 tentando fundar uma cooperativa na Região Cruzeiro para poder falar em habitação.
445 Também falar sobre o processo da Tronco, estive em reunião com o DEMHAB, está bem
446 avançado o projeto para fazer os apartamentos da região, que vai abranger o pessoal que
447 está no aluguel social. Tenho uma reunião semana que vem com o Emerson do DEMHAB
448 para ver as empresas que ganharam a licitação, para começar a construção dos
449 apartamentos na Região Cruzeiro. Com isso também a fundação da Cooperativa da
450 Grande Cruzeiro vai ser importante, vai trabalhar também com habilitação, envolvendo
451 mais moradia na região. E está marcado também, a partir de segunda-feira, dia 23 ao dia
452 28, a Semana da Grande Cruzeiro. Então, começa, é uma semana de debate. Na terça
453 tem o debate da saúde, na quarta-feira tem o debate de ação social, na quinta-feira tem o
454 debate do OP, que vai estar presente o ex-Prefeito Olívio, para debater e ser discutido o
455 empreendimento do OP na Cidade de Porto Alegre. Na sexta tem no seminário sobre
456 suicídio, psiquiatria também, com a psicóloga do PAM-3. E sábado o encerramento com
457 eventos da região. Então, uma semana de debate. Estão convidados os conselheiros,
458 quem quiser aparecer. Eu mando pelo whats, para todos os conselheiros toda a
459 programação. Por que está atrasado? Infelizmente, a Prefeitura não nos deu um
460 orçamento financeiro. Então, atrasou a programação. Mesmo assim estamos fazendo no
461 peito e na coragem, porque o mais importante é a gente homenagear e discutir o
462 aniversário da Grande Cruzeiro pela sua situação, origem e ocupação habitacional. E para
463 encerrar, estamos convidando o pessoal que quiser comparecer no Piquete da Vila Tronco,
464 vai ter um evento bom, envolvendo a comunidade. O nosso lá na C-38, Estância de São
465 Pedro. Inclusive, hoje tem uma churrascada violenta lá. Obrigado. **Rogério Dal Molin (2º**
466 **Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a
467 todos. Eu me sinto um pouco triste quando vejo essas discussões, vamos chamar de
468 discussões, da região, tão importante, como da Maristela, do Conselheiro Emerson
469 também; mas vou me reportar um pouquinho mais no passado para tentar entender o que
470 está acontecendo hoje. Já no final de 2017, aqui mesmo dentro do Conselho, eu vinha
471 dizendo até para o antigo conselheiro da região, o Diaran, que já vinha falando, estava
472 sempre cobrando contrapartida, qualquer coisa que existia aqui dentro ele cobrava
473 contrapartida para a região. Ele era um dos maiores defensores de ter a contrapartida para
474 a região. Qualquer empreendimento, às vezes, que não era nem da região dele, ele queria
475 contrapartida. O que acontece? Naquela época eu fazia parte do Comitê da Lomba do
476 Pinheiro, representando o SINDUSCON também, depois, na nova gestão que teve, teve
477 uma nova eleição sobre esse comitê e o SINDUSCON ficou de fora. E eu já vinha dizendo:
478 “Olha, pessoal, essa operação consorciada envolve a população, envolve o governo e
479 envolve os empresários que vão investir no local. Inclusive, as contrapartidas vão ser



geradas dos empreendimentos”. Então, não fazia sentido, na minha maneira de ver, quem vai gerar contrapartida, que não estivesse em um comitê e nem na discussão sobre essa operação. Então, às vezes, quando eu vejo esse tipo de coisa que aconteceu, parece uma coisa de guerrilha, assim, ao invés de querer ganhar a guerra, ah, não, vamos fazer umas guerrilhazinhas aqui. O que está faltando aí? O que está faltando nesse encontro de vocês? É convidar os empresários interessados em fazer empreendimento na região, que vários, que tem muitos, colocar na mesa, sentar-se à mesa junto, Maristela. A região tua com os empresários, abrir para não sei quem mais. Não sei quem está falando aí – ah, um empresário foi lá fazer, aí um grupo da região, que não é toda; mas para mim isso não está valendo nada. Eu já me dispus, há quase um ano e meio que eu venho falando isso de vocês sentarem lá com o pessoal, que no final quem é o interessado de edificar lá e gerar contrapartidas são os construtores. Então, se essa lei não está funcionando bem tem que perguntar onde que isso não está funcionando, que não está gerando as contrapartidas. Por que eles não estão querendo adotar essa lei consorciada? Será que ela já está defasada? Será que de alguma forma ela já não representa mais aquela radiografia, aquela fotografia que foi feita lá em 2005, antes até? Então, ao em vez de ficar assim, discussão, isso é profundamente desagradável, vocês têm que ir lá e sentar com os empresários. É mais fácil de resolver o problema assim, porque é consorciada, do que ficar só há dois pés, é um tripé e ficam só dois pés lá querendo conversar, querendo fazer. Então, assim, tem que sentar e ver, se é que tem que reformar essa lei, ou será que tem que derrubar a lei, vai lá e vê com eles qual é o problema que ninguém está conseguindo investir e gerar contrapartida. Uma coisa que tenha respeito lá, que todo mundo sente na mesma mesa e vai ser todo mundo ouvido, todo mundo vai ter a sua vez. Com relação à comunidade que está aqui hoje, se realmente tem um processo tramitando no Conselho, ou se vai tramitar no Conselho, seria bastante interessante os conselheiros terem como analisar esse processo, até para ter conhecimento de causa. Eu só tenho conhecimento de causa, do problema, pela imprensa, e a imprensa é o que a imprensa diz. Agora, a gente não sabe que realmente acontece... (Sinalização de tempo esgotado). E caso existir algum processo, porque o Conselho aqui é todo baseado em cima de processos, não adianta a gente se manifestar de uma coisa que não existe processo. Então, fica essa dica, se existe o processo seria legal que a gente conhecesse. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Sobre esse tema, uma questão que tinha era um pedido de esclarecimento, que eu acho que seria justo para a comunidade também. Eu pedi a palavra, eu acho assim, eu penso quando o Rogério diz que estamos em uma guerra... Não estou querendo te corrigir, mas nós estamos em uma guerra sim, não estamos em uma guerra armada, mas nós estamos em uma guerra. Quem não viu ainda não está entendendo o momento político deste país. Nós estamos em uma guerra do poder econômico contra o resto da população. A lei do IPTU não agradou quase ninguém da população, mas ela passou. Essa lei da Lomba tem que satisfazer a população, primeiro. Segundo, na verdade, não é a população e a gente sabe disso, porque acompanha. Quem não está se agradando disso são os empresários, porque é uma nova concepção de cidade, é uma coisa de primeiro mundo. Tu tens direito a construir uma vez no teu terreno, o resto tu compras. Em todos os países desenvolvidos que tiveram o imposto, em alguns países desenvolvidos que tiveram grandes avanços... (Sinalização de tempo esgotado). Esse era o princípio. Então, eu queria só concluir dizendo que nós estamos em uma guerra injusta. Tu mesmo falaste de um processo teu que exigiram para fazer um viaduto. O seu Zaffari arruma alguma coisinha, o Internacional ocupou uma área, e isso eu vou repetir até a morte, o Internacional ocupou uma área igual



a vocês ocuparam há muito tempo atrás, só que para o internacional, com esse apelo popular e o lobby político, ele ganhou, uma lei foi regularizada, o restante da área, ele ganhou um “x” o ocupou o resto. Foi regularizado. Para as vilas de Porto Alegre vai a polícia! É a mesma situação! Eu diria que é muito mais importante... (Aplausos). Eu não estou fazendo demagogia aqui, mas, assim, eu diria que é muito mais importante uma ocupação de uma área, é muito mais ético e moral para morar do que para fazer um time de futebol que paga milhões e rouba milhões, está nas colunas policiais. É isso! (Aplausos). **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Na verdade, assim, quanto a esse processo específico nós não temos muito a contribuir, porque ele é um processo muito antigo, antigo mesmo. Então, até a própria situação da gleba era um conjunto de glebas, que gerou essa situação aí. Então, o desenho da praça, a localização dos equipamentos, é uma coisa muito antiga, desde antes de eu entrar na prefeitura. O que acontece? Tendo em vista televisão até questões da própria empresa, que deixou de fazer algumas obras, isso acabou entrando na justiça e isso acabou transcendendo a possibilidade de nós, administrativamente, tomarmos essa decisão. Claro, se entrasse uma área, hoje a gente levaria em consideração as pré-existentes, mas isso é uma questão que está fora neste momento. É isso que eu tenho para falar, não é uma coisa que, vamos dizer, é do rito hoje. Não, não é do rito hoje, a gente leva em consideração essas questões da regularização fundiária, leva em consideração essas pré-existências. É uma coisa normal, mas isso é muito antigo. É isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Com a manifestação da Patrícia concluímos as comunicações. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só gostaria que complementado, Presidente, que eu fiz o questionamento com relação ao expediente que a Conselheira Tânia abriu, disse que tem vista e que quero vista. Qual é a tramitação para uma resolução tramitar aqui dentro do Conselho? É o pedido que foi feito e encaminhado naquela sessão, pelo menos que eu estava presente. Semana passada eu não estava, mas eu sei... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos encaminhar para o titular. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu estou perguntando se a Conselheira Patrícia pode esclarecer as famílias que estão hoje aqui: qual é o procedimento desse encaminhamento que foi feito para a PGM? Qual é o procedimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Felisberto, nós concluímos as comunicações. Inclusive, eu te oferecia a palavra e tu disseste que estava concluído. Então, estão concluídas as comunicações. Nós vamos para a votação da Ata 2814/2019. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2814/2019.** Quem concorda com a Ata 2814, por favor, que se manifeste. Em votação. (Contagem de votos = 16 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? **(APROVADA A ATA).** **Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Presidente, só um minutinho, por favor. A Claudete fez uma pergunta com relação aos encaminhamentos para a PGM, só para esclarecer aqui para a comunidade, para eles poderem ir embora e a Patrícia não conseguiu responder. Então, quais são os encaminhamentos? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vai ser encaminhado à PGM para responder para nós. Tânia, tem uma série de questões que a Conselheira Claudete colocou que eu vou pedir reforço, para que a PGM responda a partir da gravação, para não deixar sem a a devida resposta. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Então, o Presidente vai pedir o encaminhamento? A resposta da PGM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

com relação ao encaminhamento que foi feito? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vou encaminhar à PGM que nos responda. Primeiramente, vou encaminhar, na verdade, ao titular, se ele achar que tem condições de responder, traz as respostas na próxima reunião, senão achar que se recorra à PGM. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Obrigada. Eu gostaria mesmo que o Presidente fizesse esse encaminhamento à PGM pedindo explicações para que a gente possa ficar mais seguro e ter a resposta o quanto antes, já que não se sabe o prazo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Eu quero registrar a presença da Heleniza Ávila Campos, que representa a UFRGS. Bem vinda, Heleniza. Desculpa não ter te anunciado antes. Sinta-se em casa. O Conselheiro Saffer também, justifica. A tua manifestação, Paulo Jorge, lembrou-me o recado dele. Ele não conseguiu chegar ao Conselho devido à quantidade de água na cidade, onde ele estava. Questão de Ordem? Em cima da Ordem do Dias? Pode ser? **4. ORDEM DO DIA. Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Presidente, sobre o processo 4.04, que eu tenho para fazer relato de vista, eu vou ter que me retirar da reunião e não vou poder fazer o relato hoje. Gostaria que prorrogasse por mais uma semana a votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O teu relato de vista é em função... Tu estás com outro compromisso? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Com o OP. Eu tenho uma reunião no OP. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** OK. Eu submeto ao Conselho para conceder mais uma semana para o Conselheiro Emerson, do OP. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. Contrários à concessão de mais prazo? O Conselheiro Felisberto, da RGP. 01. Abstenções? Ok. Está concedido, Conselheiro. Conselheiros, o Expediente 4.01: 19.0.00040017-6, o interessado é o José Frizon, desgravame de traçado viário. Parecer do relator favorável, pedido de vista da Acesso e da RGP. 07, pedido de diligência encaminhado à PGM. Não retornou ainda. O 4.02, foi solicitado pela RGP. 06, diligência à SMDE, que respondeu. E eu quero agradecer ao pronto atendimento da Secretaria. Gisele, transmita os nossos agradecimentos e reconhecimento. A resposta veio muito no sentido do que a gente aguardava. Com a resposta e os documentos que vieram eu vou fazer o relato definitivo na próxima semana. Muito obrigado. O 4.03, Clube do Professor Gaúcho. A RGP. 01 solicitou diligência à PGM, continua em análise. O 4.04 é o que o Emerson pediu para que se relate na próxima semana. O 4.05, eu vou pedir para o Hermes, eu vou relatar esse processo. Tu poderias assumir a Presidência? Então, é o processo 4.05, não vou ler o número, o interessado é Lurdes Zilli Souza, gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, Beco 11, Avenida Juca Batista. Foi distribuído em 26 de agosto, prazo para relato em 03 de setembro. Um pedido de vista da RGP. 06, apresentação do relato. Então, vou passar ao relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Senhores, é um gravame de traçado viário e um cadastramento do logradouro. A área localizada na região sul do OP, caracterizada como loteamento clandestino, com acesso pela servidão gravada na matrícula 37947. Segundo registros em processos a ocupação se deve por venda executada pelo Senhor Cristiano da Silva, com contrato de compra e venda, sobre a área na qual este detém cessão de posse, direitos do bem imóvel. Consta no levantamento topográfico planialtimétrico, datado de setembro de 2007, contratado pela PGM, que a ocupação irregular teria uma área de 1 hectare, sem



frente para logradouro cadastrado, pois a sua frente encontra-se em um arroio e adiante entestando com a Estrada Juca Batista, onde estão diversos imóveis edificadas. A representante da ocupação, a Sra. Lurdes de Souza, requereu no expediente 002.075275 o cadastramento do referido acesso de servidão. Quanto à questão, conforme folhas 30 a 34, a manifestação da PGM, a cerca da impossibilidade de tal cadastramento. Em prosseguimento, a interessada questiona a Comissão Técnica de Análise de Regularização fundiária para que se manifeste quanto à possibilidade de regularização da área. Debatido o assunto na comissão encaminhamento, é que o DEMHAB proceda a regularização. O que estamos a deliberar nesse processo é o gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, condição fundamental para que o processo de regularização tenha prosseguimento. Isto é muito importante, porque às vezes... E o Felisberto bate muito nisso, com toda a razão, que às vezes tu crias certos entraves que são secundários tu não consegues chegar na questão principal, que é da regularização fundiária. Ali tem uma comunidade grande, que está assentada há muito tempo, a partir de um loteamento clandestino identificado. Na continuação do processo de regularização fundiária é muito provável que o município venha a utilizar um instrumento da utilidade pública, prevista pelo código florestal para enquadrar o local como área de ocupação intensiva, ou ficar a cargo deste CMDUA a extensão do regime, visto que a imagem da Juca Batista nesta região, a profundidade de ocupação intensiva é 60m, é só 60m. Eu quero destacar também outra observação, que a gente fala aqui neste Conselho e esta questão aqui é bem objetiva. A questão ambiental com a questão da ocupação irregular... Conselheiro Campani, o senhor é uma pessoa que se interessa muito por esse assunto, o Felisberto é outro, eu gostaria da sua atenção. Quando se chega nesse nó da questão ambiental, impedindo que os agentes públicos, funcionários públicos, façam as regularizações e encaminhe as regularizações, ela tem uma solução e a própria PGM aponta essa solução, que é para esse caso e vai ser para diversos outros casos, mas o que está faltando é coragem administrativa dos governos dos últimos 30 anos, no mínimo. Eu vou ler o que diz a PGM sobre isso (Leitura). Falta muita coragem para os administradores de Porto Alegre, ao longo do tempo, usar esse instrumento para promover a regularização fundiária. E aí as coisas ficam paradas lá e fica nessa briga, nessa dicotomia de brigar com os ambientalistas. Vai surgir outro caso aqui dentro, provavelmente, na semana que vem, que vou relatar, que se coloca da mesma maneira. Existe todo um loteamento em Porto Alegre, legal, foi vendido, foi aprovado, depois foi determinado que seria topo de morro, APP, mas tem uma população toda que não consegue ter a regularidade. E as informações que me vieram agora da SMDE vão provar exatamente isso aí e eu quero mapear. É uma construção urbana, que falta coragem do administrador assumir essas questões e recorrer à lei que existe. Existe a previsão, falta é coragem. Então, senhores conselheiros, eu sou favorável ao parecer da relatora por essa demanda de gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, que é para ter acesso àquela zona que está ocupada, hoje irregularmente, mas que na sequência da regularização fundiária, ou vem para cá, ou a PGM tem coragem e coloca que isso é área de utilidade pública e tira aquela APP que tem ali, e aumenta a área da ocupação intensiva. Favorável à demanda. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, parecer favorável do pedido de vista da RGP. 06. A palavra está em aberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero parabenizar a coragem de resolver um problema de uma comunidade. E a Lurdes eu conheço, pessoalmente, ela é uma guerreira naquela região, há anos ela vem batalhando pela regularização da sua comunidade. Então, nada mais do que legítimo,



aí eu quero louvar a atitude da PGM, gostaria de saber o nome da procuradora ou procurador, no sentido assim, a Lurdes é uma guerreira, põe em discussão com a região, ela brigou por um posto de saúde, ela é uma líder comunitária da região. Então, conheço muito bem ela. Primeiro lugar isso. Segundo, vão vir outros casos da região também, que falta coragem muitas vezes que regularizar, às vezes não limpam o arroio e dizem que a área alaga. Então, é necessário, pede 250 metros, depois mudam para 500 para criar um parque linear, quando a comunidade já está há mais de 20 anos na área. Isso eu digo, é no mínimo uma sacanagem, para dizer o mínimo das palavras. Uma comunidade que luta há mais de 30 anos para regularizar, há mais de 30 anos, no mínimo! Construíram toda a sua identidade no bairro e para o empreendedor muitas vezes é uma barbada conseguir. E aí a comunidade que está há anos lá lutando compra a área, constrói a sua habilitação, divide o lote, mas às vezes por um problema... E mantém a área, tem o Jardim das Estrelas, que eu cito como outro exemplo, que é na mesma região, a área de preservação está preservada, só falta um estudo, exigir um estudo da comunidade da proteção da área ambiental, para uma comunidade que há anos está lá e mantém protegida a área. Então, parabéns a quem relatou esse processo, parabéns a ti, Gomes, nesse sentido de ter captado isso. Eu espero que este Conselho mude o posicionamento com relação a muito mais áreas que agilizar a regularização fundiária. Não é possível que comunidades esperem 20, 25 anos, até 30 anos para ter a sua regularização. Então, é isso, falta coragem muitas vezes e instrumentos jurídicos tem, o que falta é coragem de assinar às vezes o parecer dando o seu favorável. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Antes de falar, primeiro quero parabenizar pelo parecer e eu quero dizer, inclusive, aos representantes que estão aqui também, moradores lá da RGP. 06, que vocês estão muito bem representados, mas eu queria sugerir, Conselheiro Vice-Presidente, que nós não aprovássemos aqui hoje. Não que não esteja tudo correto, está tudo correto. Vou votar favoravelmente, eu sei que o senhor chamou uma reunião na sua região, mas eu ia sugerir que a RGP. 06 passasse esse processo lá pela comunidade, como eu vou fazer na segunda-feira. Apenas uma sugestão, de forma carinhosa, educada, eu estou fazendo essa sugestão porque acho importante as pessoas se sentirem... Aliá, parabenizar mais uma vez pelo parecer, pela forma, enfim, técnica muito boa mesmo, parabéns! Só essa sugestão de uma forma respeitosa. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Qual seria o motivo para não colocar em votação hoje? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Não, eu sou a minoria. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não estou dando opinião, só quero entender. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Ok. Que fosse passado pelos delegados da região. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Maristela, na boa, eu não me meto na tua região, gostaria que tu respeitasses a minha. Está em votação o meu parecer. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Não, só um pouquinho. Maristela não, é conselheira para o senhor, tá bem? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Alguém mais deseja falar sobre este processo? Eu proponho que se faça uma votação sobre a proposta da Maristela... (Manifestação fora do microfone). Não, a plenária é soberana... (Manifestação fora do microfone). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pode ser acolhido como uma diligência ou pode ser acolhido como uma sugestão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato**



720 **dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Com todo o respeito,
721 Maristela, mas, também... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos**
722 **Humanos - ACESSO CDH:** Mas o ambiente é democrático, eu acho que a plenária pode e
723 o Gomes manifestar, o que não pode é o Gomes querer interferir na tua presidência agora.
724 **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
725 **Grande do Sul – SAERGS:** Faz a tua defesa contrária. **Luiz Antônio Marques Gomes**
726 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu tenho respeito pelas
727 regiões, tenho respeito pelas entidades e eu quero que seja recíproco. É simples assim.
728 Este Conselho não pode se maneira alguma exigir que seja feita uma reunião deste ou
729 daquele tipo naquele território. Muitas coisas passam por baixo da ponte, além das águas
730 que se enxerga na superfície. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de**
731 **Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quando existe um sistema municipal de gestão do
732 planejamento que prevê a representação de conselheiros, e também a existência de fóruns
733 de região de planejamento, é necessário que a gente se comprometa a seguir aquilo que
734 está no plano diretor, é lei. É completamente indiferente, se houver aqui qualquer cobrança
735 deste Conselho pela democracia interna de uma entidade, que é uma associação privada,
736 é uma associação privada, não é uma instância pública, como é um fórum de região de
737 planejamento, a rigor é uma extensão deste Conselho. Conforme está na lei, é uma
738 extensão deste Conselho. Então, não é só direito, mas é dever deste Conselho questionar,
739 fiscalizar e saber como estão ocorrendo as regiões e como está se tratando a questão,
740 porque o conselheiro que está aqui é a voz dele, porque não foi assim que a lei foi
741 pensada, não é isso que está escrito no plano diretor. Existe fórum de região de
742 planejamento lá na lei do plano, existe o espírito da lei e espírito da lei estabelece que o
743 conselheiro é eleito junto com os delegados para quê? Ah... E fazer o quê? Representar
744 esse fórum aqui. E se um conselheiro, e eu acabo de ler um documento estarrecedor, este
745 Conselheiro que agora se arvora e diz: “Não venham se meter no meu fórum!” Alguns
746 delegados se reuniram aqui, e não estou nem falando do documento que eles trouxeram,
747 pedindo reunião, porque não houve uma. Eles apresentaram um documento de que na
748 última gestão o senhor fez três reuniões do Fórum de Gestão de Planejamento...
749 (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**
750 **Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Termina, Rafael. **Rafael Pavan**
751 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu só gostaria de
752 deixar uma coisa muito clara aqui, é dever nosso sim fiscalizar e saber o que ocorre em
753 cada região de planejamento. Então, se não entendeu as regras do jogo, ainda depois de
754 todo esse tempo que está aqui, olha... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de**
755 **Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: QUESTÃO DE ORDEM.** Presidente, fica
756 muito chato esse debate dos conselheiros aqui sobre a questão de região de
757 planejamento. Ou seja, tem uma plenária assistindo, a plenária está fazendo vídeo, e com
758 essa situação se torna muito ruim. O nosso Conselheiro do IAB também tem que se
759 controlar, vamos se controlar. Eu estou há 6 anos neste Conselho e nunca vi, eu sou um
760 dos mais velhos aqui dentro, é o primeiro ano que estou vendo o Conselho com polêmica,
761 fica muito chato, porque de repente esse vídeo pode correr. Ou se cria uma comissão de
762 ética aqui dentro, ou de acompanhamento... (Manifestação fora do microfone). **Hermes de**
763 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
764 **SAERGS:** Encaminha. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de**
765 **Planejamento Quatro – RGP. 5:** Não, o que não pode é debate sobre debate sobre o
766 encaminhamento. O IAB tem o seu papel, a 06 tem o seu papel, a 07 tem seu papel, mas
767 é um espaço, quando tiver debate interno para lavar a roupa, eu proponho uma reunião



768 fechada para lavar a roupa dos conselheiros, porque senão fica muito chato, de repente
769 vai correr um vídeo na cidade sobre o que está acontecendo hoje. **Hermes de Assis**
770 **Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
771 **SAERGS:** Só para esclarecer, Paulo Jorge, as reuniões são públicas, nós não podemos
772 fazer reunião fechada. Eu, particularmente, já houve uma discussão aqui sobre isso, eu
773 não vejo nenhum problema... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão**
774 **de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu me sinto meio desconfortável quando alguém está
775 filmando o que está acontecendo aqui dentro. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
776 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu não entendo
777 que o Conselho tenha que varrer a sujeira para debaixo do tapete. Eu assumo, todos os
778 conselheiros têm que assumir o que dizem. (Aplausos). E se a comunidade não gostar que
779 tire aquele Conselheiro, ou ao contrário, que bata palmas. Eu vou passar a palavra ao
780 Gomes, que tinha antes. Depois o Felisberto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
781 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, não é nenhuma
782 novidade e ninguém é ingênuo aqui neste conselho de que existe uma disputa política
783 muito grande, muito forte, essa disputa na minha região, que ela, provavelmente, foi a mais
784 acentuada. Nós tivemos alguns embates com o Campani, eu acho que foi superado, o
785 Campani tem o papel dele de Conselheiro e eu respeito muito, eu sinto que ele também
786 me respeita como Conselheiro, nós superamos aquilo ali. Eu acho um grande desrespeito
787 interferência em uma região ou outra por conselheiros de outros lugares, ou pior ainda,
788 entidades que não conseguem nem agregar os seus interesses, os seus, vão se metendo
789 nas regiões. Comportamento típico do pequeno burguês da esquerda, do pequeno burguês
790 ao longo dos anos. Abominável! Abominável! Eu digo o seguinte, esse pessoal que está
791 fazendo esse movimento é dirigido e são os mesmos que foram lá perder a eleição. Eu vou
792 lembrar de novo, eu fui o conselheiro mais votado, a vitória foi fantástica, foi dói por um e o
793 pessoal continua no terceiro turno. Queridos, eu tenho uma reunião agora na próxima
794 segunda-feira lá do fórum da região e vamos discutir lá isso aí, nós vamos propor lá
795 algumas coisas em relação a uma questão bem objetiva, que é a revisão do Plano Diretor,
796 porque tem gente que está muito mordida, porque não deixei o IAB ir lá para dentro da
797 minha região com o meu consentimento. Eu sei que essas pessoas não gostaram. Eu não
798 deixei o IAB ir discutir por dentro do fórum lá. Não aceitei! Não aceitei, porque eu conheço
799 as autoridades intelectuais que tem o IAB, que não consegue atrair nem os seus arquitetos
800 para dentro do IAB. Ok? Esta é a questão política que está por trás, não vamos nos fazer
801 de ingênuos. Eu acho que podemos superar isto aqui, a nossa reunião é segunda-feira,
802 está marcado... (Manifestação fora do microfone). Não, não pode falar. primeiro, ganhe a
803 eleição e depois venha para cá para falar. venha no momento certo! (Manifestação fora do
804 microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
805 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Vamos ouvir tranquilo, respeitar. É o Felisberto que está
806 inscrito, não sei se mais alguém está inscrito sobre este assunto. (Manifestação fora do
807 microfone). Sobre este processo, eu digo. Calma, gente! Calma! Eu vou botar em votação.
808 (Manifestação fora do microfone). Vamos ouvir tranquilo. **Felisberto Seabra Luisi**
809 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Pessoal, este é o quadro do
810 Brasil atual, não se sabe conviver com a democracia. Eu sou o rei, eu mando, eu decido,
811 eu digo o que deve ser feito. Não! Nós temos que nos submeter ao fórum que nos elegeu.
812 Nós não somos conselheiros de grupo político, nós somos conselheiros para defender a
813 cidade e não para defender interesses do meu grupo que apoio. Nós queremos uma
814 cidade democrática, inclusiva e participativa. E o IAB merece todo respeito, deve merecer
815 todo o respeito porque ele tem feito a discussão plural, são pessoas da universidade que



vêm dar auxílio qualificado e não de alguns pseudos-intelectuais que existem na cidade, que querem dar (Inaudível) do seu conhecimento. Lamento a tua postura hoje, lamento! Já não é a primeira vez, não é? Conviver com aquilo que a gente não quer ouvir é muito difícil, nós temos que conviver e eu não tenho nenhum medo de ser filmado! Filmem à vontade, podem usar a minha imagem como quiserem. Certo? Quem fala não tem que ter medo do que fala. Certo? Quem participa de uma democracia não pode ter medo do contraditório. (Aplausos). Nem de abrir a conta corrente. Nós vivemos um momento no país, e tem gente que defende, nós tivemos um juiz que corrompeu todas as éticas deste país e ainda é usado hoje. Corrupto! Corrupto! Que envergonha a magistratura! E eu digo o nome dele, é Sérgio Moro, que me processem! Ministro da Justiça hoje. Corrompe toda a ética sem respeitar a parte adversária, sem respeitar o contraditório com a sua verdade e constrói a imagem com uma mídia também corrupta, que negocia seus empreendimentos por baixo dos panos! (Sinalização de tempo esgotado). Finalizando, quero deixar o protesto da RGP. 01, que é uma região aberta, qualquer um daqui pode ir na região e ver a nossa depende. É o fórum onde nós respeitamos os delegados. E aqui tivemos vários que fizeram parte, como o Dal Molin, foi conselheiro da RGP. 01, sempre foi uma região que respeitou os seus delegados e delegadas... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: QUESTÃO DE ORDEM... Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero terminar... Tudo bem! Quer um Aparte eu te dou! (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não, o tempo já foi. Isto aqui não é baixaria, como alguns conselheiros disseram, eu ouvi... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não é baixaria, é o contraditório. Eu vou finalizar... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** É baixaria, está sendo baixaria sim! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Se é baixaria ou não é baixaria, não cabe a nós julgarmos, nós somos pessoas que estamos envolvidas... (Manifestação fora do microfone). Só um pouquinho, só um pouquinho... Eu vou te dar a palavra. Eu gostaria que vocês entendessem que isso faz parte do processo de discussão, até em um casamento as discussões são aguerridas, não existe discussão com educação, senão as pessoas não estão sendo verdadeiras. E discordo que se bote para baixo do tapete, que se finja que está se discutindo. O Brasil precisa desse tipo de discussão. Eu vou passar para o Aparte do Paulo Jorge. Depois vamos encaminhar a questão da Maristela. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Só para colocar o seguinte, meu Presidente, pode filmar... Pode vir filmar, pode ter liberdade, a pessoa chegar e filmar o Conselho votando empreendimento para a cidade, as regiões discutindo a cidade, reivindicando. Eu sou contra quando passa do debate e ter a filmagem. Imagina só, saiu uma notícia dos conselheiros batendo boca sobre uma questão e nem é votação. Internamente, é problema pessoal. Se tiver com algum problema pessoal, região com região, tem que discutir internamente. (Sinalização de tempo esgotado). Só isso aí. O que fica chato é conselheiro com conselheiro aqui dentro e a filmagem correndo aqui atrás! Quer dizer, o pessoal – Vou lá assistir a reunião do Conselho e é uma bagunça. É ou não é? Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou voltar a repetir, isto é uma reunião pública, como o nome está dizendo, qualquer pessoa pode comparecer e pode filmar. Eu vou dar encaminhamento. Maristela, tu continuas com a tua questão? Tu podes esclarecer mais uma vez, por favor? Eu acho que não ficou claro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

864 Depois nós vamos colocar em votação. Em um minuto, Maristela. O que tu queres?
865 (Manifestação fora do microfone). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de**
866 **Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu jamais tive o interesse de criar essa semântica... Pô,
867 Paulo Jorge! (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**
868 **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Paulo Jorge,
869 por favor! Maristela, esclarece em um minuto, depois eu vou colocar em votação.
870 **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Na
871 próxima reunião eu vou votar favoravelmente, mas eu gostaria que passasse pelo fórum...
872 **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro –**
873 **RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu estou me retirando! **Maristela Maffei**
874 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Que passasse pelo Fórum
875 de Delegados da região, tem reunião segunda-feira, só isso. **Hermes de Assis Puricelli**
876 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas
877 qual é a lógica? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete –**
878 **RGP. 7:** A lógica é que a comunidade que aqui está não recebeu esse processo para
879 discutir lá, nós que estamos discutindo aqui. É isso. Então, eu quero colocar em votação
880 que o processo não seja votado hoje para que tenha tempo de ser discutido na região.
881 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO**
882 **CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Uma proposta de encaminhamento, Presidente Hermes.
883 Tendo em vista todo este cenário e esta discussão, eu não vi nenhuma forma
884 desrespeitosa do IAB, que só colocou como foi o objetivo da lei, para qual foi criada, mas
885 que tomou outra dimensão aqui dentro. e tendo em vista este documento, que agora eu
886 recebo, que é dirigido ao nosso Secretário, eu acho que nós suspendemos aqui
887 encaminhamento com relação a este processo e retomamos na semana que vem. **Hermes**
888 **de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul**
889 **– SAERGS:** Eu na condição de presidente, vocês sabem a minha posição, eu sou bastante
890 radical... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
891 **ACESSO CDH:** É uma proposta de encaminhamento. **Hermes de Assis Puricelli**
892 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu na
893 condição de presidente vou colocar em votação este processo. Eu respeito a posição, mas
894 isso cria um precedente muito sério. A questão do fórum da Região 06 é um problema, a
895 questão das entidades. Ninguém sabe se eu levei o processo que eu iria relatar depois que
896 depois. Então, eu acho que a gente tem que ter um pouco de bom senso aqui, votar e se a
897 região entende que não está sendo representada que tome as suas atitudes. Eu não
898 consigo na condição de presidente, é muito difícil para mim, mas eu não consigo entender
899 que isso possa ser um impeditivo para votar um processo, que eu acho que vai ter
900 unanimidade. Nós não vamos discutir a questão, nós estamos discutindo este processo.
901 Qual é a questão anterior, Maristela? (Manifestação fora do microfone). Eu estou
902 colocando em votação e eu acho que não tem fundamento, porque cria um precedente que
903 depois tu mesma, vocês mesmos não vão gostar. Eu vou colocar em votação, eu vou usar
904 da autoridade de Presidente, vocês me desculpem, mas eu entendo que é o
905 encaminhamento correto. Quem é a favor do relator e do pedido de vista que aprova o
906 parecer do relator? Ou seja, quem é a favor do gravame de traçado viário e cadastramento
907 do logradouro, levante a mão, por favor. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é
908 contrário? (Contagem de votos = 00 votos). Quem se abstém? **Claudete Aires Simas**
909 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não me sinto
910 contemplada em nenhuma das opções, Hermes. A minha proposta não era que o
911 Conselheiro Gomes levasse para a região dele, a minha proposta é que nós deixássemos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

esse processo para a próxima sessão. Tem uma manifestação de delegados que nós não podemos desconhecer. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu entendo, eu sei que vou sofrer críticas, mas eu assumi isso no peito e está votado, está aprovado. Vocês me desculpem. Abstenções? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADO O GRAVAME DE TRAÇADO VIÁRIO E CADASTRAMENTO DO LOGRADOURO.** (Manifestação fora do microfone). Eu passo a palavra para o primeiro vice-presidente em exercício. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Dando continuidade. Obrigado, Hermes. Questão de Ordem do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Pessoal, tem o item 2 da pauta, ou melhor, o item 3, a indicação e votação do representante do CMDUA para compor o Fórum municipal dos Conselhos da Cidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Parece que é rápido e dá para fazer a votação ainda hoje. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só sobre o processo, sobre a retirada de pauta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No final vamos retomar aquilo ali. O Item 4.06, da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus, do EVU, Avenida farrapos, o relato é o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul. Hermes, por favor. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou pedir adiamento, mas vou justificar o motivo do meu adiamento. Olhando à primeira vista o processo, primeiro que eu não tive condições de ir ao local e sempre que eu relato vou ao local. O que está acontecendo é o seguinte, as igrejas, como todos sabem, têm uma série de isenções. O que está sendo aprovado, na verdade, é um pequeno edificíozinho, tem escritório, tem isso, tem aquilo. Eu não sei se está se criando uma burla na legislação, porque aprova uma igreja com uma série de isenções e depois vira escritório. Na verdade, o que é requerido é o que é aprovado, se é uma igreja tem que ter um projeto de uma igreja. Então, na verdade, só estou dando o motivo, eu quero analisar com mais tranquilidade, na semana que vem eu trago esse processo, pediria que fosse adiado. Tem que colocar em votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, manifestação do relator solicitando mais uma semana. Eu coloco em votação, quem concorda com mais uma semana, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 18 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADO.** Obrigado. o Item 4.07, o interessado é o Arquiteto Paulo Gustavo Menna Barreto, é inclusão de traçado viário. Conselheiros, este é o caso que nós relatávamos. Claudete, é o caso aquele da Restinga, que a Kelly pediu vista, ficou com o processo, não veio ao Conselho, a secretária do Conselho resgatou o processo e ele acabou ficando perdido aqui. Naquele momento também o que acontecia o desligamento da Aline. Então, qual a sugestão que eu tenho, conselheiros? Que o processo seja colocado para relato novamente, pela ordem normal, o próximo relator, porque o relator anterior não está também. É da SMIM, é outro relator. Então, ou devolve para a SMIM, ela revê o parecer do teu colega da época e se abre normalmente o teu relato, o espaço para vista. Seria esta a minha proposta. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de fazer outra proposta, até colocando no posicionamento da pessoa que solicitou, mesmo que ela não tenha demonstrado interesse em vir aqui. Eu acho que um processo que ficou parado e perdido por responsabilidade do Conselho, por 8 meses, retirado da pauta e agora vem na



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

pauta fica, porque uma coisa é o físico, outra coisa é sumir da pauta. Eu sugiro que seja disponibilizado vista, porque é um processo eletrônico a todos os conselheiros, porque ele já tem um parecer e nós podemos daí todos nos apropriar da situação e já colocar à votação na próxima semana. Em vez de ter mais uma postergação em prejuízo do encaminhamento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A Claudete está sugerindo que se redistribua o processo para todo mundo, é mais democrático, é mais aberto e eu acho que tudo bem. Todo mundo vai ter contato com o parecer do relator e na semana que vem a gente abre à vista, ou se alguém já quiser vir com alguma posição. Pode ser esse encaminhamento? O Conselho concorda? Então, vamos fazer uma votação simbólica por este encaminhamento. Quem concorda, por favor, que se manifeste. Abstenções? Contrários. Ok. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Terminou. Temos o Item 3 da pauta, que o Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade está pedindo para que o CMDUA indique um representante para participar dos conselhos. Eu vou pedir licença, se a Conselheira Maristela nos dá condição de continuarmos a matéria... Agora é a outra colega. Então, o Fórum Municipal dos Conselhos foi reativado há uns 2 anos, o CMDUA participava, eu era o representante, depois por questões principalmente de horário, é muito complicado, eles se reúnem tipo 9 horas da manhã e começou a prejudicar, eu não tinha condição de participar. Informalmente, o Felisberto tem participado bastante. Então, o conselho está pedindo para indicar um conselheiro titular e um suplente. Então, eu abro para quem está interessado em ser conselheiro. Quem está interessado em ser conselheiro no Conselho da Cidade? Por favor, algum interessado? Eu acho que está bem representado, porque tu já estavas lá. Eu fico de suplente, pode ser? O Conselho concorda? O Felisberto de titular e eu fico de suplente. Podemos fazer uma votação? Quem concorda, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 12 votos). Felisberto, já vou te dizer que dificilmente eu vou ir, mas em um aperto teu e alguma votação importante eu vou lá, até porque conheço o pessoal. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero agradecer confiança deste Conselho e me colocar à disposição de fazer um relato aqui sobre as questões discutidas lá no fórum. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Na ocasião que eu participava eu fazia relatos lá, fazia relatos aqui do que se discutia lá. O Conselho Darci Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Aproveitando que já falei do Conselho de Agricultura e Abastecimento, aproveitando que estamos falando em conselho, só pedir para o Gomes se o Conselho Municipal de Saneamento está se reunindo ou não, porque este Conselho aqui votou uma representação, como é a entidade aqui presente que tem o assunto saneamento na veia e como a gente sabe que a maioria dos conselhos não está se reunindo, então, gostaria de saber se está tendo reunião e pediria que viesse o relato das reuniões. E senão estiver que a gente demande que ocorra a reunião. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ontem na reunião da Cruzeiro o Paulo Jorge me fez a mesma pergunta. Esse Conselho não está operando. Na ocasião que o Diretor do DMAE esteve aqui, eu cobrei dele, ele me disse que o conselho estava na mesa do prefeito. Então, eu como conselheiro que fui eleito, indicado pelo Conselho para participar lá, vou fazer um questionamento ao Diretor do DMAE e vamos ver e na próxima reunião eu trago uma posição, porque não está funcionando e se tem alguma previsão de funcionar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de fazer uma solicitação, que nos seja encaminhada a relação de todos os conselhos ou de todos os



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1008 órgãos que o CMDUA tem representação, quem está fazendo a representação e em quais
1009 nós não temos representação ainda. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
1010 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu posso te adiantar, o único que nós estamos
1011 fazendo representação, são dois, um não está funcionando, que é este do saneamento. O
1012 outro que está funcionando, que passa a ser oficialmente agora, a partir da próxima
1013 reunião, pelo Felisberto, no Conselho das Cidades. **Maristela Maffei (Titular), Região de**
1014 **Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu não poderia, Presidente, deixar de fazer uma
1015 citação aqui importantíssima. Primeiro, queria agradecer por demais a Patrícia, que esteve
1016 abrilhantando o nosso seminário no sábado da RGP. 07, foi sensacional, muito qualificado.
1017 Assim, não tenho o que dizer, porque nós sempre buscamos parcerias, porque nós
1018 achamos que todas as instituições são superqualificadas, assim como nós desejamos
1019 fazer essa discussão, sempre desejamos fazer essa discussão da revisão, porque a cada
1020 05 anos ela tem que ser feita; mas nós, infelizmente, fomos atropelados. Isso é outra
1021 coisa, mas eu quero agradecer a tua fala, Dal Molin. E com certeza vocês todos serão
1022 chamados, porque nós queremos discutir com outros também empreendedores na nossa
1023 região. E para terminar a presença do IAB, que foi a instituição que participou das quatro
1024 oficinas. Sensacional, de uma qualificação maravilhosa, a UFRGS também estava na
1025 Chácara dos Bombeiros fazendo um trabalho sensacional na região do Partenon. Então, é
1026 aberto para todas as entidades, o próprio Júlio também participa na nossa região como
1027 delegado da Acesso. Então, dizer que para nós é superimportante. Estamos muito mais
1028 qualificados agora para vir fazer o embate aqui. E tem agora as oficinas, né, Patrícia? Que
1029 nós vamos iniciar nas regiões e com certeza vai ser maravilhoso. Muito obrigada. **Luiz**
1030 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
1031 Obrigado, Conselheira. Senhor conselheiros, nada mais a manifestar... O Darci Campani.
1032 **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
1033 **Ambiental – ABES/RS:** Só se fica na pauta ou não fica na pauta... **Luiz Antônio Marques**
1034 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Do Beira Rio...
1035 **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e**
1036 **Ambiental – ABES/RS:** Eu proponho que seja uma discussão genérica e depois a gente
1037 tem uma informação mais concreta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
1038 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O que eu proponho? Na próxima reunião que se
1039 proponha ao Presidente, que é o titular da SMAMS, a recolocação desse processo na
1040 pauta, com a informação que tiver, mas fundamental. Está na PGM aguardando o seu
1041 momento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**
1042 **RGP. 1:** Na minha fala fiz um pedido para que a gente pautasse o Secretário da Fazenda e
1043 do Patrimônio para que pudéssemos discutir a listagem dos prédios que vão à venda ou
1044 que estão ociosos. Então, eu gostaria que esse assunto também fosse pautado. Muito
1045 obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
1046 **Seis – RGP. 6:** Será pautado. Conselheiros, muito boa noite.
1047 **(TÉRMINO ÀS 20h00min)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

1053

1054

1055

1056

1057

1058

1059 **Germano Bremm**

1060 **Presidente**

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2819/2019

Aos vinte quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Larissa (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Clarice Maraschin (2ª Suplente), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2815/2019; 3. Ordem do Dia; 4. **Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos abrir, então, a sessão. Em havendo *quorum* na sequência a gente coloca em votação. 2. **VOTAÇÃO DA ATA Nº 2815/2019**. Votamos, inicialmente, a Ata nº 2815/2019, votos favoráveis à aprovação da ata, por favor. (Contagem de votos = 15 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA Nº 2815**. Antes de propor a votação da inversão de pauta, vejo que a gente tem um



número de processo bastante extenso aqui para a gente votar. Eu estive ausente nas últimas duas sessões, estive em Brasília como representante de Porto Alegre na reunião do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente, que voltou a operar. Foi apresentado o Regimento Interno na semana passada e uma média, mais ou menos, uma vez por mês estarei nas terças-feiras lá na no Conselho Nacional do Meio Ambiente, no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, representando Porto Alegre. Porto Alegre foi sorteada dentre as capitais brasileiras, duas capitais brasileiras têm acento no Conselho Nacional de Meio Ambiente, uma delas é Porto Alegre. Então, eu represento o município lá. A outra é em Salvador. Eu sei que na minha ausência aqui a gente teve um pouquinho de discussão no Conselho, eu gostaria de ressaltar e pedir, naturalmente, a colaboração de todos. Eu sei que vão ter, naturalmente, momentos mais tensos, discordâncias, este é um conselho popular da comunidade, onde a gente tem a representação das mais diversas camadas da sociedade. Então, é natural que haja discussões acaloradas, discordâncias, mas que a gente fique, naturalmente, focado na discussão de ideias, de projetos e que seja uma discussão sempre respeitosa. A gente tem que saber respeitar o posicionamento, entender a linha, a interpretação do colega. Acima de tudo este é um Conselho que tem uma representatividade bastante significativa, a gente tem acentos nas regiões de planejamento, tem representante do OP, tem diversas entidades, todas eleitas democraticamente. Então, é com esse espírito de democracia, de respeito que a gente tem que levar o nosso trabalho aqui todos os dias. Hoje tivemos um belo exemplo de democracia, de espírito de coletividade, de senso comum, fizemos uma oficina muito bacana. Eu tive a oportunidade de sentar aqui e ouvir a apresentação dos conselheiros das regiões, a partir dos temas trabalhados na oficina. E como é interessante, como a gente aprende, eu vejo que como todos querem o melhor para a cidade, todas as pessoas aqui eleitas, representantes de entidades, de fóruns, enfim, que é o melhor para a cidade, assim como nós, enquanto representantes do poder público, a gente tem que saber respeitar o posicionamento. Nem sempre vamos concordar, às vezes, existe uma vivência, uma interpretação diferente de mundo, cada ser humano tem uma evolução, uma caminhada, uma vida, a gente não vai conseguir ser igual nunca, é natural, do processo, mas a gente tem que se respeitar. Eu acho que o trabalho do plano diretor, da revisão, é um trabalho Fantástico, a gente mexe com a vida das pessoas, a vida da cidade, a gente tem que saber potencializar essas forças, que talvez, às vezes, vão divergir, mas tentar construir o máximo de coisas boas. A cidade merece que a gente tenha um trabalho integrado e de boas práticas. Em função da pauta ser bastante extensa, eu pediria, naturalmente, se a gente conseguisse dar andamento na pauta ou reduzisse, se possível, talvez, o período de comunicações, talvez para 3 minutos, que a gente pudesse controlar. Se for do interesse dos conselheiros votar e se for aprovada a inversão de pauta, que a gente reduzisse de 5 para 3 minutos, para tentar dar vazão para a pauta, que também está bastante extensa. E porque a gente tem aquele compromisso, quando mudamos o horário das 16h30min, para concluir às 20 horas. Na tentativa de organizar os trabalhos eu faço essa proposição. Então, vamos colocar em votação a inversão de pauta. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: QUESTÃO DE ORDEM.** Eu gostaria até de fazer uma provocação, Germano. Assim, nós tivemos uma mudança de secretário e essa questão de colocar em votação a inversão de pauta, na verdade, é uma anomalia e foi uma medida, na verdade, antidemocrática tomada pelo secretário anterior. Ela nunca foi deliberada neste conselho e permitida pelo conselho. Na verdade, o secretário anterior entendeu que tinha que mudar a sistemática que sempre aconteceu, porque, na verdade, a ordem natural de uma reunião é que venha a abertura



da ata e depois as Comunicações. Nesse sentido, até gostaria de trazer, até pela abertura que tu possibilitas e até pelo caráter democrático que nós estamos tendo aqui, porque não faz sentido, toda sessão nós pedimos inversão de pauta. Então, se nós temos isso não seria o caso de nós voltarmos à pauta como sempre foi e deveria ter sido? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu peguei em andamento essa estrutura, vou consultar o Regimento Interno. Eu imagino que geralmente se coloca isso no Regimento Interno. Por exemplo, eu estive na passada no CONAMA e eles colocam uma ordem. Não sei se nesse nosso Regimento Interno tem... A Gabi me lembra aqui que não tem. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Independente do Regimento eu acho que é uma autonomia, na verdade, do plenário decidir, porque não tem sentido nós toda a sessão termos que pedir inversão de pauta para colocar, com votação ainda por cima, fazendo perder tempo nisso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Com razão. Só se tivesse essa ordem no Regimento Interno, aí a gente teria que proceder essa votação para a inversão. Como está em aberto não vejo problema da gente inverter. Claro, nós ficaremos rígidos em relação ao tempo para atender as 20 horas, em respeito àquela questão de não se estender muito no horário das 20 horas, que a gente propôs para convergir os posicionamentos, aqueles que queriam um pouco mais cedo a reunião, aqueles que entendiam como um pouco mais tarde e a gente chegou nesse meio termo, encerra às 20 horas. Então, a gente vai ser rígido em relação ao horário, em respeito ao horário para que se tenha o período de comunicações. Então, se esse é o entendimento de todos que não se faça a votação e a gente assuma sempre o período de comunicações antes, sendo permanente o período de comunicação. Votos favoráveis, por favor, à inversão do período de comunicação permanente, normal, como era antes pelo histórico. (Contagem de votos = 12 votos). Votos contrários à inversão. (Contagem de votos = 06 votos). Alguma abstenção? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A INVERSÃO DE PAUTA**, já que não está no Regimento Interno. Abro para o período de comunicações. **4. COMUNICAÇÕES.** Na tentativa de organizar o período de comunicações, vou pedir para que não haja aquele debate de vai e volta, que a gente abra o período de comunicações, peço para as pessoas se inscreverem, inscreve aqui, encerra o período de inscrição e abre a comunicação. Faz a inscrição antes, porque, naturalmente, fica naquilo, o outro comenta, aí a gente fica um pouco em um looping. A Gabrielle vai passa com os nomes que a gente já abre para a comunicação. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Só para registrar, essa pauta está no art. 14 do Regimento Interno. Então, não tem que ter dúvida, seria o 4º item o período de comunicações. Acho que não precisava nem fazer muita votação ou discussão. Presidente, eu quero fazer um registro do seguinte, o senhor já falou aí... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Desculpa, Conselheiro, o senhor comenta que está no Regimento Interno essa ordem? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu tenho o regimento aqui, se é esse que está valendo, no art. 14, item 4º, que é o item da comunicação. Então, primeiro a leitura da ata, votação, aprovação da ordem do dia, apresentação de discussões e votação, comunicação e por último o encerramento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pode continuar a sua fala, Conselheiro. A gente vai verificar aqui. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Certo. Tem que manter o que está aqui, realmente. **Claudete Aires Simas**



(Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: A questão é, nós temos autonomia para mudar o regimento? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**: Não pode alterar, justamente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Desculpa. Então, cometemos um equívoco. A gente viu, é matéria do Regimento Interno, art. 14 – “O funcionamento do CMDUA se dará através de um calendário com pauta, tendo suas atividades abaixo descritas: 1. Leitura, votação e assinatura da ata da sessão anterior; 2. Aprovação da Ordem do Dia; 3. Apresentação, discussão e votação das matérias; 4. Comunicação; 5. Encerramento”. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: Podemos discutir como foi feito esse regimento também, Secretário. Não seja isso, já fiz a provocação semana passada. Assim, por mais que conste no regimento, se isso se mostra contraproducente ao nosso trabalho e nós perdemos 10, 15 minutos toda a sessão discutindo a inversão de pauta, nós vamos insistir por um legalismo ou vamos apelar pelo bom senso? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Não, não, a gente coloca, naturalmente, em votação. É que como existe uma ordem um quorum é mais qualificado para modificação do Regimento Interno. Acho que não há problema em a gente votar como se encaminha, nesse sentido a alteração do regimento interno. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**: Continuando, Presidente. Quero fazer um registro aqui e deixar uma proposta, no art. 17 também, onde fala sobre as sessões que são públicas, e eu acho importante isso quando a gente abre para a comunidade se manifestar. Eu queria que o Presidente ficasse atento, porque eu acho importante ser levantada essa discussão, como o senhor já falou. Então, o nosso Conselho, as reuniões são abertas ao público, são públicas, mas a gente sempre teve como referência, quando a comunidade vem e quer ter o direito à voz, sempre o conselheiro da região apresenta o representante da comunidade. A gente vota, fala quem tem que fazer e a pessoa da comunidade fala e se recolhe, acompanha o resto da reunião. Na semana passada nós tivemos um fato curioso aqui, que eu realmente fiquei sentindo, não que os conselheiros precisem de defesa, mas não é costume do Conselho ser agredido daquela forma como foi feito o nosso Conselheiro da RGP. 05, o Conselheiro Paulo Jorge, que estava aqui, e percebeu, e presenciou, uma pessoa da comunidade veio aqui e ofendeu, falou em voz alta e bom som, ofendendo. O conselheiro teve que se retirar da nossa reunião, porque não tinha clima para permanecer aqui. E no art. 17 tem lá o parágrafo 3º, dizendo o seguinte, só vou ler este, que eu acho que não foi observado na condução do nosso trabalho: “Havendo tumulto ou conflitos diversos a sessão será suspensão por determinação da presidência”. Então, eu não estou discutindo o ato falho da pessoa que estava aqui, mas eu acho que a condução dos nossos trabalhos deste Conselho tem que no mínimo resguardar a idoneidade de cada conselheiro que está aqui. Não vamos discutir o objeto que levou à discussão, mas é preciso que tenha um acompanhamento de cada região, principalmente, dos conselheiros, para ver de onde vêm essas pessoas. E a sugestão é que tenha uma planilha para recolher a presença de cada pessoa da comunidade que vem aqui nos visitar e acompanhar, para que a gente possa saber de qual região cada pessoa vem aqui. Quando se porta de bom tom e vem e vem trazer o apoio para aquela região, para o seu Conselheiro, sempre é bem vindo; mas se vem para um ato de conflito ou de provocação, eu acho que não é bom para nós. Então, eu gostaria de propor que seja feita uma planilha para acolher a presença de cada visitante nosso aqui no Conselho. E quero também registrar a presença do nosso conselheiro da RGP. 02, o nosso suplente, o Gabriel André Machado, que está aqui conosco. **Germano**



Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Sem dúvida a gente tem que ficar atento às questões regimento interno. É o meu compromisso também com vocês em proteger e preservar estes conselheiros. A gente vai chegando um pouco mais experiência com o dia a dia no comando das questões da casa, a experiência com a interpretação do Regimento Interno, a inscrição da comunidade, verificando o regimento, tem que se dar 15 minutos antes. Até nessa mesma linha que eu comentei, vamos respeitar a questão das inscrições para não ficar esse debate. Bom, identifica uma fala, aí eu quero me inscrever, aí se inscreve nesse momento. Isso talvez possa tumultuar e a gente tem que seguir o regimento que foi votado. Talvez um concordando ou não, mas vamos ficar atentos. A todos eu peço a contribuição que me ajudem, auxiliem, conhecedores do regimento, para que a gente possa desenvolver um trabalho com serenidade e respeito a todos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu estava no exercício da presidência nesse momento e eu insisto para os conselheiros, era bom que tivesse um psiquiatra aqui no meio deste Conselho. A discórdia, mesmo que de forma acirrada não é ruim, o que me preocupa neste Conselho, sinceramente, é o silêncio. São ditas barbaridades sobre o andamento de processos, de coisas realmente graves e existe um silêncio, isso me preocupa. Senhores conselheiros, alterar a voz, eu normalmente altero, eu sou muito... O meu lado emocional é muito forte, eu acho que já deu para perceber. Alterar a voz, falar com uma força quando tu tens convicção, isso não é ruim. Consultem qualquer psiquiatra, é na discórdia que existe o entendimento e a Democracia é feita na discórdia. Eu acho que esse senso de querer censurar quem se altera... Paulo Jorge, sinceramente, eu não ouvi o que foi dito lá, sofri pressões, inclusive, de colegas da prefeitura para cancelar a reunião. Eu achei que não tinha motivo para cancelar a reunião. Parece que as pessoas se derretem quando ouvem alguém levantar a voz. E vou retornar, o que me preocupa é o silêncio, não é o berro. O silêncio daquele que deixa passar, deixa tudo acontecer e não reage, isso é preocupante. Nós deveríamos nos preocupar com isso, com o excessivo silêncio, não com as pessoas que falam e que põe à tona suas convicções. Encerrando, Secretário, eu entendi que não era motivo para encerrar, tanto que a reunião acabou, foi aprovado o processo que era um dos motivos da discórdia, uma conselheira queria que adiasse a votação, eu entendi que não deveria adiar e transcorreu, normalmente, dentro da discórdia. Não houve no meu entendimento nenhum excesso, além daqueles que a gente conhece, que praticamente todos os dias acontecem. Se foi o Paulo Jorge o ofendido, sinceramente, lá da frente não dava para ver. Tudo bem, faz parte também. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Sem dúvida a gente sempre está evoluindo, aprendendo com as dificuldades, são as mais diversas. Eu me coloco na posição, às vezes são situações adversas, a gente tem dificuldade um pouco de conduzir, a pressão é gigante, as coisas estão acontecendo e a gente está aqui tentando enfrentar os problemas, enfim, estamos sempre amadurecendo aqui nas questões do nosso dia a dia. O Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em uma das reuniões da comemoração dos 30 anos do OP eu vi um companheiro da Colômbia dizendo que a paz não se faz entre amigos. Então, às vezes, é necessário o contraditório, o berro, a discórdia, para que a gente consiga chegar a um denominador comum. Nós temos vários pontos de vista sobre a cidade, sobre o modo de vida e cada um tem a sua experiência, sua origem. Nós os italianos temos a mania de falar com as mãos, isso faz parte da nossa origem, mas é



fundamental que haja o respeito. Então, discordar é importante. E não foi só o Paulo Jorge que foi agredido aqui aquele dia, uma instituição de arquitetos foi agredida aqui e de maneira covarde, vamos dizer assim. Nós podemos discordar da forma de condução da instituição, mas nunca ofender o presidente desta instituição. Então, eu acho que isso é o mesmo que ofender, vários conselheiros aquele dia se ofenderam aqui dentro. Então, acho que o respeito a gente tem que ter em primeiro lugar. (Manifestação fora do microfone). Depois eu dou os nomes, não me provoque que eu dou os nomes. (Risos/descontração). Não vem com provocação, tá? E eu estou na paz hoje, certo? Mesmo entre inimigos ou adversários. Então, eu quero dizer assim, três coisas, eu queria recomendar neste tempo de névoas que o país vive, que as pessoas assistissem três filmes que estão passando em Porto Alegre, Bacurau, que é um filme maravilhoso, retrata bem o que é o país, a violência que comunidades estão sofrendo. Então, é um filme recomendável. Legalidade é outro que não se deve deixar de assistir. E o último que eu assisti no domingo, às 7 horas da noite, A Torre das Donzelas, que não eram tão donzelas, que retrata a violência que as mulheres sofreram na ditadura militar e elas reconstituem o local da tortura. Então, aqueles que acham que não houve tortura, que foram só guerrilhas, que as mulheres eram os guerrilheiros, que vão lá e vejam no que essas mulheres se transformaram hoje. Então, é bom resgatar essas coisas históricas, é fundamental a nossa memória. Eu era um guri em 61 quando se teve a legalidade, em 64 eu já era um pouquinho mais velho, um guri mais maroto, mas quem viveu aquela época não esquece. Pode alguém dizer que não houve, mais houve sim. Eu fui várias vezes na auditoria de guerra, em Santa Maria, com meu pai, acompanhar a defesa dos comunistas na auditoria de guerra. Então, isso não foi mentira. Então, não foi mentira e de comunistas muitas vezes não tinham nada, eram burguesas e tinham apenas a convicção, ou tinha estudado, ou tinha algumas ideias vermelhas, né, progressistas. (Sinalização de tempo esgotado). Eu já estou terminando. E quero dizer que hoje eu estive no Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade e foi dito sobre os fundos, teve auditores do Tribunal de Contas e que se colocaram à disposição para que façam um relato sobre o que foi verificado em uma Auditoria do Tribunal de Contas sobre dois fundos. Na verdade, estão sob investigação mais de 15 fundos. É muito importante que a cidade saiba que houve má aplicação de recursos, em torno de 500 milhões. Não é desta administração, é de... (Sinalização de tempo esgotado). Eu já estou terminando. Então, é importante nós sabemos isso e que a sociedade tenha bem claro que é importante verificar onde foram aplicados esses recursos, são em torno de 500 milhões, desde o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, até do aparelhamento dos Bombeiros. E foi constatadas irregularidades no Tribunal de Contas. E queria recomendar um encontro que tem dias 27, 28 e 30 na UFRGS, que é o seminário sobre participação cidadã. Obrigado e desculpe ter me alongado no tempo. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu me afastei da reunião depois, eu fiz uma proposta na reunião dizendo que caso os conselheiros estivesse muito alterados, fazer uma reunião fechada e vamos lavar a roupa suja. Estava a comunidade presente filmando a reunião aqui atrás, o debate dos conselheiros e fica muito chato para o Conselho, de repente sai a imagem, como acontece, que hoje manda para tudo que é parte, pega uma ideia e coloca lá – O Conselho está se pegando, discutindo. Então, coloquei isso aí. E a pessoa que estava atrás de mim disse: “Vem cá, mas tu tens medo de aparecer a tua cara?” Ah, mas que isso? E um membro do Conselho: “Ah, eu gostava de ti, agora não gosto mais da tua cara”. Porque eu votei uma posição... (Manifestação fora do microfone). Não, mas eu quero colocar, meu Presidente, para quem mora em favela, favela corre longe. A posição de uma pessoa que mora na favela, joga no Conselho e vai



votar contra o pessoal da favela e aí? Eu moro em favela e sei o que é favela. É muito perigoso estar nessa posição, como aconteceu no Carnaval aqui, que um vereador foi dizer para o pessoal que se eu votasse contra o Carnaval os caras iam pegar meu pescoço. Isso acontece, a máfia está aí dentro. E estava dizendo que eu era o responsável, o relator do Carnaval. Não era eu, mas isso corre longe. Para muitos que estão aqui não, mas para quem mora na favela é perigoso, do ponto de vista de favela o voto é muito perigoso aqui dentro. Não é fácil! Só para encerrar, a Cruzeiro está fazendo a Semana da Cruzeiro, é todos os anos. Então do dia 26 até o dia 28. Um dos temas da Cruzeiro é saúde, educação e na quinta-feira vai ter um tema importante, que é um debate sobre o Orçamento Participativo, se deve avançar e continuar. Então, estamos trazendo, um dos palestrantes é o Olívio Dutra, mais alguém da gestão atual, sobre se o OP tem condições de continuar ou não e avaliação. É importante a participação do OP na Cidade de Porto Alegre, avançou bastante, tem seus defeitos, mas acontece que tem que ser bem discutido. (Sinalização de tempo esgotado). E para encerrar, ainda vai ter o debate na sexta-feira, no PAM-3, sobre suicídio, muitas pessoas estão morrendo com depressão e suicídio, isso vai ser o debate. Este é o mês Setembro Amarelo, sobre suicídio. Obrigado.

Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3: Boa tarde, colegas. Eu quero saudar a equipe que organizou, cumprimentando a Diretora Patrícia, nossa colega, cumprimento os demais servidores envolvidos pelo momento muito bom que nós das regiões podemos vivenciar agora à tarde. Muito positivo, muito produtivo nesta sala. Avançamos eu acredito, eu avancei bastante, acredito que para os demais, para mim foi uma experiência muito interessante. Sobre os fatos da última semana, registro também o meu voto de agradecimento ao Presidente no momento Hermes, que soube com muita sensatez manter a elegância e a linha durante todo o período que estava pegando fogo a casa. Com relação ao colega Paulo Jorge, eu só discordo de um fato, Paulo, eu acho que ser filmado ou não para nós indifere, porque essas reuniões são gravadas e são públicas, mas é um direito teu. Para mim é indiferente isso. E lamento também os fatos, espero que a gente tenha debates, está muito claro que existem posições diferentes, posições fortes, mas eu acho que aqui todo mundo tem que ter, no mínimo, um pouquinho de educação para lidar com os demais, porque aqui ninguém é criança, ninguém é bobo, a maior parte de nós tem um nível de cultura positivo, de ensino, de formação; mas está faltando um pouquinho de educação entre nós mesmos. Então, enfim, fica aí o meu registro. Obrigado, Presidente.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Secretário, na verdade, esse período de comunicações é a oportunidade que a gente tem de colocar algumas questões. E referente ao Regimento Interno, eu tava notando aqui, conversei com alguns colegas, tem vários assuntos pendentes. Agora, isso eu acho que não é do Regimento Interno, mas a questão de filmar ou não filmar nós não vamos discutir se pode filmar ou não pode filmar. Eu acho que tem que ter uma diretriz, a reunião é pública, obviamente, pode filmar, não é questão de Regimento Interno. Na ausência do presidente e de seu suplente a reunião é cancelada, eu anotei aqui a retirada de pauta dos processos. Eu me proponho junto com colega a organizar uma série de itens para gente, eu acho que teria que definir, não sei se fazer uma rodada. Isso é questão de regimento. Isso aí com certeza é uma discussão que termina evitando outras discussões, no momento que aprovasse ou acrescesse essas questões que ficaram faltando no Regimento Interno, até porque tinha outra proposta de regimento que incluía algumas dessas questões. Então, eu sugiro e me proponho junto com alguns colegas a levantar uma série de questões que poderiam ser discutidas em uma



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

reunião específica ou em parte de uma reunião específica. E para isso eu vou fazer outra sugestão, eu acho que todo mundo aqui tem vários grupos de whats que são do Conselho, são grupos de parciais, do seu grupo de afinidade. Eu proponho que a secretaria faça um grupo oficial dos conselheiros e seus suplentes, inclusive, para a gente poder fazer esse trabalho via Whats, se alguém quiser sugerir alguma coisa sugere. É uma sugestão que eu faço, é óbvio que não substitui os outros grupos, que são iniciativas particulares, mas, inclusive, para o trabalho da secretaria eu acho que facilita bastante em algumas coisas, embora o Whats não é um meio oficial de comunicação, mais facilita em muito. E outra questão que eu queria levantar, Secretário, há bastante tempo, ainda quando o Secretário Maurício estava presidindo este Conselho, foi convidada a Arquiteta Lia Mara, da PGM, foi demandado para que ela fizesse uma explanação dos termos de compromisso, o que tem, o que não tem. Isso cai no vazio, a gente termina se esquecendo. Então, eu quero retomar esse assunto, que seja convidada ou convocada, eu não sei o termo correto, se nós podemos convocar, para que ela possa fazer uma explanação dos termos de compromisso que estão em andamento, que estão em aberto, os que já foram, que é o trabalho dela lá na PGM. E outra questão também, para finalizar, em relação ao plano diretor, na apresentação da Colega Patrícia ficou de ser encaminhado também... Ela cita que o pessoal que faz apresentação, que foi feita uma discussão dos problemas da cidade, um diagnóstico, enfim, ficaram de mandar um diagnóstico por escrito, uma síntese que seja, quais foram os problemas apontados por essa discussão do grupo da SMURB. Então, eu faço essa cobrança também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes, a gente vai internalizar que as questões e lhe repassar. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Quero iniciar convidando a todos para o início das plenárias do orçamento Participativo, que vai se dar início no dia 07 de outubro, na Casa do Gaúcho, a partir das 19 horas. Começam as plenárias temáticas, a plenária da Temática HOCDUA, do qual eu sou Conselheiro, vai ser no dia 10, quinta-feira, às 19 horas também na Casa do Gaúcho. E quero também lamentaram, não pude participar hoje na oficina, até por razão de outros compromissos que tive que cumprir, mas sei que teve um resultado positivo pelo anúncio dos conselheiros. Em razão da interferência externa, isso aí é prejudicial para o Conselho. Nós sabemos, o Conselho sempre foi apreensivo nessa situação de atender muito bem os seus convidados aqui, nunca faltou com educação com ninguém externo, muitas vezes o externo falta com educação com os conselheiros. E eu acho que se quem quiser trazer o público externo tem que vir com boa intenção de não querer pressionar este Conselho. Nós temos que ter esse entendimento para não haver essa interferência dentro do sistema do Conselho. E quando o Felisberto coloca aqui no sentido de que tem inimigos dentro do Conselho, eu acho que há divergências de ideias, é bem diferente de ideologia, do que for; mas acredito que aqui ninguém é inimigo. A gente tem uma divergência, mas sai da porta para fora, todo mundo se conversa. Então, é complicado a gente colocar essa situação de inimigos aqui. E eu queria saber quem pediu o áudio da última reunião, porque pediram o áudio e foi para a pauta o áudio da última reunião. Queria saber qual o conselheiro que pediu que qual é a intenção do usar o áudio. Então, queria só colocar isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Emerson. O último inscrito é o Conselheiro Rafael. A Dra. Gabrielle me lembra aqui que as pautas com os áudios são enviadas sempre, é um procedimento normal. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, eu acho que é dever



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sempre deste Conselho acompanhar, fiscalizar todos os atos que ocorrem nesta sala ou em outros âmbitos do que é estrutura do Conselho. Isso não foge, como digo, isso é dever, não foge a qualquer obrigação. Isso causa incômodo. As sessões são públicas, ninguém precisa nem sequer ser convidado, qualquer cidadão que quiser sentar aqui na cadeira, senta aqui, acompanha. E aí, claro, a gente deve esperar que a pessoa seja educada, mas a gente só pode esperar. Gravar é um dever, tanto que a Prefeitura grava a sessão. Filmar é um direito de qualquer cidadão se filmasse a sessão, é uma sessão pública, assim como é direito sentar aqui, assistir, é direito de qualquer cidadão chegar aqui e fazer a devida documentação que ele bem entender. E se a gente se incomoda com isso, talvez tenha que avaliar estar aqui ou não. Eu gostaria de solicitar, eu não solicitei antes, mas estou fazendo, e não fui eu, vou solicitar de público o áudio da reunião passada. Eu gostaria de tê-la, assim como também que a ata registrasse devidamente tudo que causou tanto incômodo aqui. E eu gostaria, por fim, de fazer um convite, eu já falei algumas vezes, a gente está organizando o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos, uma série de atividades vão acontecer abertas ao público, na Praça da Alfândega, em outros locais do Centro Histórico. Esse desafio de demonstrar que a nossa cidade tem como receber um evento para 2, 3 mil pessoas, profissionais, com a estrutura que existe, e as pessoas vivendo a cidade, e a cidade de certa forma vivendo o congresso. E como é um congresso que trata de espaço e democracia, e um dos seus eixos é a questão da arquitetura, cidade ambiente e a questão urbana vai estar muito em pauta, a gente entendeu do IAB convidar todos os conselheiros do CMDUA para que possam participar não só das atividades abertas ao público, mas, também, daquelas que seriam estritos a quem se inscreveu, pagou a inscrição e etc. Então, gostaria de convidá-los todos, até falou, é importante completar, é realizado o 21º Congresso Brasileiro de Arquitetos, que se realizou duas vezes só em Porto Alegre, a última vez há 50 anos, em 69. Desta vez nós temos a copromoção com realização das entidades estaduais, ASBEA, o Sindicato de Arquitetos, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo, a Associação de Arquitetos de Interiores e as entidades nacionais também. Então, só as que tiverem interesse que se manifestem, porque eu precisaria é de 09 a 12. A abertura é na quarta à noite, dia 09, no Araújo Vianna, é aberta ao público, também com palestra da Professora Ermínia Maricato, com o tema central, a questão espaço e democracia. Vai estar o Cláudio Acióli, que é o chefe mundial da ONU Habitat, que vai fazer uma palestra na Praça da Alfândega sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável, que está na pauta da revisão do plano, entre uma série de outras atividades. Vocês podem entrar no site: vinteumcba.org.br. E quem se interessar, se todos permitirem, eu pediria que a secretaria nos encaminhe os nomes completos e CPF para a gente colocar no sistema, aí eu vou encaminhar via secretaria orientação, porque vocês têm que fazer um cadastramento no site para que a inscrição, não precisa pagar a inscrição, mas aí só faz o cadastro que os dados vão ser gerados e aí buscar a partir do dia 09 o crachá na Praça da Alfândega. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Muito bem lembrado, importante, parabéns o evento do IAB, trazendo a figura do Cláudio Acióli, que é uma das nossas lideranças aí à frente do processo de revisão do plano diretor, como bem lembrou, da ONU Habitat. A gente também vai ter um encontro com ele, aproveitar a oportunidade para aprender um pouco mais com ele, dividir esse conhecimento que ele tem para a gente poder na revisão do plano diretor aproveitar. Não havendo mais inscritos a gente passa ao período da **Ordem do Dia. Item 3.01:** ainda está em diligência com a Procuradoria Geral do Município. A gente tem cobrado lá, está há bastante tempo encaminhada à Procuradoria o retorno, mas, enfim, não retornou. O **Item**



3.02: recurso administrativo, tem um parecer desfavorável da RGP. P4. O processo está em diligência, voltou de diligência. Conselheiro Gomes, gostaria de falar? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fiz uma solicitação de diligência, a diligência foi aprovada, encaminhada e faltou que fosse encostado um processo que dá origem ao loteamento. E a SMDE me mandou igual algumas reproduções das plantas, mas estão muito ilegíveis. Então, pelo tipo de trabalho que eu pretendo fazer, com certa pretensão que o Conselho vai resolver um problema em uma comunidade importante lá. Então, eu preciso desse processo e estou pedindo que complementem a diligência, não estou pedindo nova diligência, que complementem a diligência, que me traga o documento em condição de estudo, que ele seja legível, nesse sentido. Está devidamente por escrito a minha demanda dentro do processo. É isso aí. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Obrigado, Conselheiro. A gente vai tentar complementar ali, conversando com a secretaria responsável. O Item 3.03: Clube do Professor Gaúcho, que teve, recentemente, a lei lá na Câmara aprovada, retirando o gravame, em oposição ao que determina o plano diretor, se é competência deste Conselho aprovar retirada de gravames. O processo estava em diligência lá na Procuradoria Geral do Município, retornou para nós, até por um pedido também da secretaria, porque nós gostaríamos que esse processo fosse encaminhado, deliberado o quanto antes, porque a lei aprovada na Câmara vai ser vetada sob o argumento e fundamento de que é competência deste Conselho gravar ou desgravar traçados. Então, na nossa concepção técnica, como esse assunto seria objeto de deliberação do Conselho a retirada desses gravamos, é que a gente pudesse votar essa deliberação, e se assim entendermos a gente retirar o gravame e o EVU ser aprovado com a retirada desse gravame. Então, vou ler o retorno das diligências da Procuradoria, que é bem sucinta, a consulta do Felisberto foi nesse sentido, com a Câmara, qual é a competência da Câmara para aprovar ou não. E aí a nota técnica veio nesse sentido lá da Procuradoria Geral Adjunta de Urbanismo e Meio Ambiente. (Leitura do retorno de diligência inserida ao processo). Só lembrando, o questionamento do Felisberto era nesse sentido, de ter havido a aprovação da lei e como isso se interagiu com a questão do trâmite do processo. E ela orienta de que a lei, a aprovação, não houve a sanção, ela pode ser vetada, pode ser derrubado o veto, a própria Procuradoria certamente vai ingressar com ação de inconstitucionalidade, se aprovado, por não ser competência o plano diretor, discutindo com a comunidade como um todo, entendeu que é por meio de resolução. No entanto, como é um uma discussão que aflige a comunidade e há uma compreensão técnica, até o Conselheiro da ABES tinha feito a proposição na outra reunião, que a gente aprovasse junto com este EVU a resolução de retirada do gravame incidente sobre a área... Eu acho que é uma compreensão técnica, a Patrícia pode me ajudar. A gente sugere encaminhar em anexo essa aprovação do EVU, se for entendimento desse Conselho, a gente coloca em votação a alteração, a retirada do gravame nesse trecho sobre o clube. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Na última reunião que foi discutida essa situação, alguns conselheiros estavam preocupados com a questão do clube e com a questão dos gravames. E aí a gente ficou, olha, a questão dos gravames, na verdade, não vai alterar a aprovação do clube, porque tem uma pequena edificação incidente ali, que ela não seria retirada, ela seria regularizada. Em retirando o gravame, na verdade, ela passa a ser regularizada automaticamente. Então, o fato de manter ou retirar o gravame do ponto de vista do clube não vai fazer diferença nenhuma. Então, a gente pode aprovar o EVU,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

colocando o gravame ou não, mas se for entendimento deste Conselho retirar o gravame, porque essa questão da Câmara teve uma movimentação social, a gente deixou até preparado um anexo retirando aqueles dois viários que estão incidentes sobre o clube. E aí se o Conselho entender que é favorável a gente monta aqui, a gente já viu, tecnicamente, que sobre o clube é possível. Então, a gente encaminharia em conjunto, aí não sei se fica uma solução de acordo, a gente pode passar para vocês darem uma olhada, se tiver tudo de acordo a gente aprova o EVU com esse desgravame incidente, com as vias que incidem sobre a área do clube. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente tem o relato, o parecer do relator foi favorável em 27/08, houve pedido de vista, enfim, a diligência do conselheiro da RGP. 01, tendo retornado. Não sei se alguém tem algum comentário a tecer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Duas coisas. Primeiro, eu fiz um relato de vista, favorável à aprovação, pelo entendimento que eu tinha, depois do esclarecimento com a Patrícia, principalmente, de que concreta e objetivamente a nossa aprovação contemplava a demanda do Clube do Professor Gaúcho. Independente da questão de retirar ou não retirar a questão do gravame neste momento. A maneira que a que a direção está propondo, inclusive, vai resolver um problema que vai acontecer logo adiante, seria uma maneira, uma atitude sanadora. Segundo, ontem no Fórum da Região 06 a diretora do Clube do Professor Gaúcho estava lá bastante ansiosa com a situação, com certa dificuldade de compreender o que estava se passando na Câmara de Vereadores e o que estava se passando aqui no Conselho. E mesmo a gente explicando que os dois lugares, as duas instâncias estão favoráveis, com as suas peculiaridades. Agora, entrando esse elemento novo, esse dado novo da competência ser do Conselho para extinguir as diretrizes, eu acho que seria uma maneira, uma posição nossa saneadora de um problema e um fortalecimento do Conselho do ponto de vista de que é essa matéria é nossa. E já vinha sendo, assim, um desconforto entre nós, a gente discutindo com alguns conselheiros dessa história, que de repente com todo respeito do Poder Legislativo, com todo respeito, de repente começar a criar um novo poder de alterar o plano diretor a qualquer momento, e por interesses outros, às vezes, que fogem no critério de uma discussão tão plural como é a nossa. Nós somos um grupo heterogêneo, são 28 Conselheiros, 27 + 01, com todas as suas idiossincrasias, com as suas posições e isso nos fortalece como conjunto. Então, Presidente, eu fortaleceria, sou a favor, concordo e conclamo os conselheiros colegas que a gente faça essa observação e já retire, elimine essas diretrizes, as duas diretrizes. É essa a posição. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só para relembrar, pena que a representante da EPTC não está aí... Está aí? Desculpe, desculpe. É que tinha um parecer da EPTC, confesso que eu não lembro se era a favor ou contra o desgravame. Quando a Patrícia falou, ficou muito marcada fala, o interesse do clube, mas qual é a posição da prefeitura, particularmente, é pelo desgravame, pelo gravame? Eu não sei se a EPTC pode esclarecer. **Larissa (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Eu sou a Larissa, vim substituindo a Júlia hoje. A posição da EPTC é pela permanência do gravame, mas não pela execução dele enquanto o clube estiver ali. Então, defende, por uma questão de planejamento e mobilidade, que se mantenha, mas que se respeite o clube enquanto ele estiver ali. Não exigindo que seja executado agora. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim. Essa é a grande dificuldade de compreensão que a comunidade não consegue entender, por isso o assunto acabou indo para Câmara de Vereadores, por que o município não mantém o gravame, aprova, como



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

se estava encaminhando? E em função disso que aprovou lá na Câmara de Vereadores. Por isso a nossa proposição para tentar compor, vamos assim, essa construção e tentar impedir que seja vetado e, provavelmente, derrubado veto. E aí entra em vigor, naturalmente, em função da demanda da Câmara de Vereadores, que a gente fosse equacionar, porque se há o entendimento que ele não vai se executar aquilo ali, que a gente possa retirar esse gravame dentro da área do clube. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu só vou fazer um complemento, falando dos diversos *layeres* do planejamento, que os clubes são elementos importantes na cidade e vários deles tem esse tipo de problema. Sempre vem essa discussão, mas eu entendo que esse clube veio com uma com uma força, no sentido de manter a sua integridade, que a gente vê que do ponto de vista da estrutura urbana, levar em consideração a existência desse tipo de equipamento, acho que é viável também, mesmo tendo problemas. Na verdade, a questão do planejamento envolve diversas questões, nesse ponto, vamos dizer, que esse equipamento é preponderante nesse momento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Apenas reforçar o que eu já tinha colocado nas outras reuniões sobre esse tema. Eu acho que está de parabéns a secretaria propor o desgravame, até coloquei que no parecer poderia vir essa relação. Então, eu acho que a observação da Patrícia e do Gomes vai ao encontro do que eu tinha proposto e dá uma segurança para o clube de permanência da sua integridade. Aquilo que eu tenho defendendo em várias reuniões, que eu digo da identidade cultural daquela região, o que aquela região tem estruturado ali, o que representa aquele clube naquela comunidade. E a Patrícia foi feliz na observação, porque a mobilização foi tanta que aprovaram por unanimidade na Câmara. Então, não é normal Câmara ter unanimidade. Quem está lá e frequenta aquele parlamento sabe, o que deve ter unanimidade não tem e aquilo quanto menos a gente espera tem unanimidade, como foi o caso dessa lei, que a Procuradoria entendeu muito bem que foi a análise do veto, derruba o veto, aí vai entrar com ação de inconstitucionalidade da Lei e vai passar por uma decisão do Supremo Tribunal Federal. E aí sabemos lá quando terá a resolução desse problema. Então, eu vejo que este Conselho deve votar sim pelo EVU, pelo desgravame da área e esse também é o voto da RGP. 01. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** A questão toda, o objeto hoje é só o EVU, a proposta que está se trazendo é manter a diretriz, manter a integridade do clube, não interferir no traçado? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na proposição de hoje é aprovar o Estudo de Viabilidade e em conjunto a resolução que retira o gravame sobre a área do clube, que incide na área do Clube. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** E acompanhar como foi lá na Câmara, isso? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É isso aí. E a gente passa, em havendo a aprovação... A gente poderia votar em conjunto e passar, porque como é um documento a solução que pega a assinatura de vocês. A gente passa e depois vocês firmam assinatura. A conselheira lembra que é interessante a gente fazer votações distintas. Não há problema. Então, favoráveis à aprovação do Estudo de Viabilidade do Clube do Processo Gaúcho, Processo 002.204794002. Votos favoráveis? (Contagem de votos = 24 votos). Algum contrário? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO POR UNANIMIDADE O ESTUDO DE VIABILIDADE URBANÍSTICA.** A gente propõe a



aprovação do desgravame do traçado viário incidente sobre a área do clube. Votos favoráveis ao desgravame, por favor? (Contagem de votos = 17 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 03 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADA A RESOLUÇÃO DE DESGRAVAME**. Na sequência a gente passa para vocês assinarem. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu me atrasei na fala, mas era uma Questão de Ordem, como já houve a votação. Eu só queria manifestar a minha posição aqui. Eu acho que não deveria ter feito duas votações, porque o processo veio assim, nós já tivemos outro caso, até a Claudete levantou. Ou a gente vota, ou não. Eu até não sou favorável que, às vezes, aconteça duas atividades no mesmo processo, porque, às vezes, a gente pode ter o entendimento e o processo pode ser prejudicado. Vai que tivéssemos a maioria contra o desgravame, apesar de que a gente sabe que esse desgravame não iria prejudicar esse processo. Entendeu? Eu acho que daqui para frente a gente deve manter o que nós já vínhamos fazendo. Se vierem duas, que eu não acho produtora, mas se vierem dois assuntos diferentes em uma mesma pauta, que sempre sejam votados juntos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu entendo a manifestação contrária, por se tratar uma coisa de resolução e outra de EVU, talvez a resolução que tenha que assinar ali, enfim, tem um rito um pouco diferente, mas a gente avalia para tentar melhorar encaminhar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** APARTE. Nesse sentido, Secretário, a minha abstenção, porque a gente não pode ter procedimentos que andam conforme o vento. Nós já tivemos essa discussão, eu divirjo até um pouco do Sérgio, eu acho que nós temos que ter, se são objetos, não são interdependentes e podem ser votados, eles têm que ser votados separados. Agora, eu não posso tomar que neste processo eu vote separado em processo anterior, que nós tivemos uma discussão, que foi aquele lá da Alameda Emílio, lá não podíamos votar separados e eram coisas diferentes. Então, nós estamos adotando para situações procedimentos diferentes. Eu acho que isso a gente tem que normatizar e regular. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Até na proposição do Conselheiro Hermes, da gente aprimorar o regimento e tentar trazer as soluções. Eu mesmo verifico que em uma série de situações nos falta base de regimento para a gente poder tratar aqui no dia a dia, são questões que a gente tem que ir aprendendo, melhorando e aprimorando processo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** APARTE. É no sentido de aprender. Eu entendo que nesse processo, quando foi analisada aprovação do EVU, deveria também ter sido tratada a questão do gravame. Posso estar equivocado, mas se eu fosse o relator teria feito o relato de como fica a questão do gravame. Como a Conselheira Claudete levantou e relembrou muito bem a questão daquela área perto do Anchieta, na que foi a mesma questão que deveria ter sido analisada. Então, eu acho que isso é um aprendizado para nós e para nós que fazemos parecer, mesmo não sendo técnicos na área de arquitetura, de planejamento urbano, mas a gente nesse um ano e pouco aprendeu muito com isso. Então, eu acho que no parecer deveria ter sido tratada a questão do gravame também para aprovação do EVU, porque aprova o EVU, mas fica aquela espada em cima do que está sendo aprovado, que é aquele prédio lá. É a metragem que está sendo aprovada, pelo menos no mesmo entendeu, posso estar equivocado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, acho que foi bem lembrado. Como houve o relato e acho que não foi colocado talvez por isso a necessidade de tratar



em separado, porque senão pode ser tratado no corpo do processo, no relato, enfim. Na sequência está passando a resolução. Agora, o Processo 002.286448.00.7, Inovar Participações, aprovação de EVU. Esse processo está com prazo para apresentação de relato de vista, 24/09, na data de hoje. Retirado pela RGP.07. Temos relato? É a Conselheira Maristela, ela não veio por questão de saúde, enviou para a Gabrielle. O Item **3.05, Expediente 002.329411.00.0**, Igreja Pentecostal Assembleia de Deus, EVU, Avenida Farrapos. O relator é a SAERGS, o processo foi distribuído em 10/09, prazo do relato em 17/09, prazo prorrogado para 24/09. Temos o relato, Conselheiro? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**: Eu não entendi ainda a posição do IAB, se é favorável, contrário, ficou parcial, parecer parcial do relator. Nós temos que ter o entendimento se é favorável ou contrário o relato. Ficou parcial. Então, tem que ter essa posição. Eu também, por respeitar que a Conselheira da RGP.07, inclusive, ia fazer a solicitação que o empreendedor viesse na próxima reunião fazer uma apresentação desse processo. É um processo de duas fases e teve alguns mal-entendidos na relação de como vai ser apreciado esse processo, aprovação e execução. Então, teve alguns comentários dentro desse ponto. Então, para vir fazer uma apresentação para melhor entendermos como é que vai ser esse processo. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**: Colaborando com Conselheiro Emerson, como temos algumas questões lá que envolvem também a Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro, que foi colocado também quando o DEMHAB pediu vista, pelo fato do DEMHAB ser conselheiro, de ter cadeira na Operação Consorciada. Acho muito interessante a vinda do empreendedor na próxima reunião para poder dirimir essas dúvidas, de porque pediu determinados regimes e da necessidade ou não de se conectar, de se colocar dentro da Operação Consorciada. Então, colaboro peço também que na próxima reunião o empreendedor tenha um espaço para apresentação deste projeto. obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS**: Então, a gente passa ao relato de pedido de vista do Conselheiro Hermes, de diligências, aliás. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**: Antes de fazer a leitura do pedido de vista, Secretário, eu gostaria de fazer algumas considerações. Vários conselheiros, na verdade, têm inteiramente solicitado que os processos sejam organizados, que tenha no mínimo o número de páginas. Isto tem sido motivo de discussões acirradas aqui. Eu entendo a situação dos funcionários, não é novo isso, um monte de trabalho, o sucateamento da estrutura, antigamente tinha os funcionários de apoio que faziam isso, mas não justifica, já houve uma ação na justiça, inclusive, com demissão de funcionários e um dos motivos arrolados foi isso. Eu de novo venho alertar os colegas que isso é muito grave, tem pareceres que não estão assinados, mais da metade das páginas não estão numeradas, tem página de cabeça para baixo, tem página rasurada, tem parecer sem assinatura, já falei isso. Então, eu queria pedir uma atenção dos colegas antes que dê um novo estouro e daí os colegas do bem, que eu acredito e confio, vão dizer – ah, nos sacanearam. Como aconteceu da outra vez. Houve demissões de engenheiros e arquitetos da Prefeitura, de outros funcionários, por motivos diversos. Eu queria que o Secretário desse uma atenção especial, porque isso é muito grave, vocês que são da área jurídica sabem que se for no fórum e tiver um processo que não tem uma assinatura de um parecer de um juiz ou de um advogado, se tiver uma numeração ou várias faltas de numerações, se tiver rasuras esse processo não tramita. É tão simples, é tão óbvio. Eu vou abusar desse alerta, eu tenho um encaminhamento meu aqui de 2010,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

eu ainda estava na prefeitura, o encaminhamento tem número de página, inclusive, o nome do arquivo digitalizado do parecer, do encaminhamento, porque os nossos pareceres são públicos, a gente compartilhava os arquivos do computador, qualquer um que quisesse consultar um parecer poderia consultar, tem o nome do arquivo aqui. Isso é público, nós não estamos tratando da “casa da mãe Joana”, com o devido respeito a esse termo. Eu vou passar a ler o pedido de vista. (Leitura do pedido de vista inserido ao processo). A requerente não tem ART, o que é proibido por lei, seja arquiteto, engenheiro. Isso é grave, eu não sei se os colegas não percebem isso, se as várias instâncias deixam passar e, casualmente, são os processos mais complicados. Esse processo aqui, eu participava ainda da prefeitura, veio o antigo Vice-Prefeito de Porto Alegre, que foi assassinado, o Eliseu Santos, junto com um pastor, ele pediu uma reunião com os técnicos. E esse pastor disse na frente de todos os técnicos, que ele ia aprovar isso de qualquer jeito. Eu estou falando isso, é uma pessoa que já está morta, mas para alertar que isto aqui não é coisinha pequena, tem muita pressão e os funcionários se submetem a isso. Continuando: “...requereu a diretriz da CAUGE, apresentou EVU sem apresentação de RT, depois foi anexada uma autorização do proprietário. Finalmente, sendo o expediente indeferido em 28/08/2013, através de parecer da CAUGE 75/2013, por não atender o art. 126 da Lei Complementar nº 434, modificado pela Lei nº 646/2010 e Decreto nº 17.921/2012”. Aqui um elogio à CAUGE, aos colegas, que tiveram a coragem, porque eu sei que isso aqui não é fácil. Quando vem um vice-prefeito defender alguma coisa não é fácil indeferir, pode estar certo disto. “O expediente foi encaminhado à PGM, que manteve o indeferimento, trazendo a discussão, o constante na Lei Complementar nº 152/2005, que dispõe sobre atividade varejista de produtos perigosos e dá outras providências”. Ele foi indeferido, porque, na verdade, tinha um posto de gasolina próximo e a lei proíbe atividades que concentrem grande público próximas a postos de gasolina no posto. “Não satisfeita, a arquiteta requerente solicita o envio do expediente ao plantão da SALPES, sem justificativa ou motivos”. Ela requer, vai ao plantão, foi para o plantão da SALPES. “Novamente, em 26 de janeiro de 2015, é protocolado novo EVU com a nova responsabilidade técnica, a Arquiteta Cláudia Knop”. Sem autorização do proprietário, sem nenhuma documentação, sem a desistência da responsável técnica anterior. Quer dizer, nós temos dois responsáveis técnicos, esta tem RT. Uma sem RT e a outra sem autorização dos proprietários. Isso era motivo para botar em comparecimento ou indeferir, não pode, não é que eu seja do contra, a gente termina levando a fama, como já foi dito que quer postergar os processos. Não pode! (Manifestação fora do microfone). Não, não tem RGT, não tem autorização do proprietário, tinha uma arquiteta com autorização, entrou outra sem ninguém escrever nada, nenhum técnico colocou: “Compareceu nesse dia a pessoa apresentando-se como anuência”, seja lá o que for. Isso é o de menos. “Novamente é protocolado novo Estudo de Viabilidade, com nova arquiteta, entretanto sem autorização do proprietário e sem termo de desistência do responsável técnico anterior. Sem justificativa o processo anteriormente indeferido é novamente submetida à CAUGE”. Quer dizer, ele vai para a CAUGE sem nenhum... “Sendo através do Parecer 44/2015, da CAUGE, emite reconsideração de diretriz. As várias secretarias formulam sua diretriz, mas chama atenção o encaminhamento da PGM, cujo teor parcial passamos a descrever – ‘Observamos preliminarmente que não há documento dominial atestando a propriedade e a área total’. Na sequência do parecer fica explícito que a PGM não aborda a questão jurídica que motivou seu próprio parecer pelo indeferimento anterior”. Ou seja, a PGM indeferiu e depois fez vistas grossas, eu diria. “Posteriormente, a responsável técnica apresenta uma exposição de motivos para aprovação do EVU, onde diz que segundo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Decreto nº 18.806/2014”. Entre parentes aqui a observação é minha: “... que revogou o decreto anterior, fica vedada a instalação de posto de abastecimento em locais que concentrem grande público”. Ou seja, ela argumentou que o novo decreto proibia o posto de abastecimento, que já existia, e isso foi motivo para continuar o processo normalmente. “Somente em 14/07 a Senhora Sirlei Maria, nomeada procuradora, autoriza a Arquiteta Cláudia Knop para requerer EVU. Portanto, seis meses depois é autorizada a arquiteta representar o proprietário, requerendo e apresentando EVU”. Seis meses depois de estar tramitando com o processo. “Posteriormente, em 19/10 foi protocolado novo requerimento solicitando Estudo de Viabilidade Urbanística, sendo novamente indefinida pela CAUGE, conforme o Parecer nº 75/2016, datado de 19/10/2016”. De novo vou parabenizar os colegas que tiveram coragem de indeferir. “Em 18 de março é apresentado novo requerimento para Estudo de Viabilidade, que surpreendentemente é aprovado pela CAUGE em 21/08, através do Parecer nº 113/2019. Considerando os fatos relatados anteriormente, particularmente, expediente ter sido indeferido por não atender a legislação vigente e nenhum dado novo ter sido agregado pelos representantes da Prefeitura, incluindo a PGM, no que se refere às questões pertinentes à segurança dos usuários, particularmente, não atender o art. 126 da Lei nº 434, modificada pela Lei nº 646, Decreto nº 17.921, modificado pelo Decreto nº 18.806/2014. Considerando que o expediente não atende, minimamente, ao disposto na Ordem de Serviço nº 04/93, alterada pela Ordem de Serviço nº 11 do mesmo ano e posteriores, naquilo que se refere à formação dinâmica, estrutura dinâmica das informações e trâmites de processo, assim como as inúmeras desobediências ao Decreto nº 17.254/2001, que trata dos procedimentos administrativos, referente à tramitação do processo”. (Sinalização de tempo esgotado). “Então, considerando a desobediência do decreto que tratada dos procedimentos administrativos, referentes à tramitação de processo e/ou falta numeração, falta assinatura em pareceres, rasuras diversas e desencaminhamentos sem justificativa, entre outros, faço as considerações anteriores solicitando diligência para que o expediente em pauta seja organizado, numerado, que os pareceres sejam assinados, etc. e etc. Feito isto, solicitamos que seja enviado à PGM para que se pronuncie expressamente quanto à viabilidade da atividade naquele local, face parecer anterior da PGM e indeferimento da CAUGE, sem nenhum novo esclarecimento”. É o nosso pedido, eu vou anexar no processo. Eu queria só deixar registrado, porque os colegas eu sei que, normalmente, não gostam desse tipo de observação, mas, olha, eu passei 40 anos na Prefeitura e isso é para o bem de vocês, é para o bem dos engenheiros, arquitetos da Prefeitura, também para o bem dos engenheiros e arquitetos que tramitam aí fora. Se algum de nós aqui, qualquer um, apresentar um projeto e não apresentar a RT, não apresentar alguma coisa, provavelmente, vai ficar em comparecimento. Normalmente, os processos que vem de cima para baixo, alguma coisa faz com que passe alguns detalhes. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Hermes. Tomara que a gente consiga aprimorar o sistema de aprovação de projeto, está em curso aí um procedimento online. Hoje em dia na era da informação, da internet 5G não tem o mínimo sentido a gente continuar tramitando no papel, enfim, que aí é sujeito a toda essa desorganização. Sem dúvida um portal online vai melhorar bastante e talvez aprimorar esse rito que tem que ser aprimorado. Então, o último processo da pauta, Item 3.06... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Tem que ser votada a diligência pelo regimento atual. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, desculpa. Colocamos em votação o pedido de diligência



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

do Conselheiro Hermes. Votos favoráveis à diligência. (Falas concomitantes). O pedido de diligência do Conselheiro é para Procuradoria Geral do Município e de repente a nossa Secretária aqui do Conselho tenta organizar, numerar as páginas, ver o que é possível ali dentro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM, Germano. Legalidade e procedimento não é diligência. Então, isso tem que ser cumprido independente da solicitação do conselheiro. O encaminhamento para que PGM pode ser até colocado nesse regimento aí que foi... (Interrupção/microfone). (Manifestações fora do microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claro, e a gente tem que melhorar, estamos na linha de convergência. Quanto à questão da numeração, enfim, a gente dá uma verificada, uma questão interna aqui da Secretaria do Conselho. E a gente vota o pedido de diligências à Procuradoria Geral do Município. Votos favoráveis à Procuradoria Geral do Município. (Contagem de votos = 21 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO PEDIDO DE DILIGÊNCIA.** A gente tem no Item 3.06 da pauta o Expediente 18.0.000000877-6, inclusão de traçado viário e cadastramento de logradouro. Era um processo que tinha sido retirado da pauta. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Eu disponibilizei a todos para a gente dar continuidade e para ver se a gente dá encaminhamento ao processo, porque ele já está parado desde outubro do ano passado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O conselheiro representante da SMIM que foi o relator, não sei se está tem condição de retomar, de explicar para o pessoal. Lembra esse caso? Eu acho que não foi ele, foi o colega. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite. Na realidade, esse processo foi relatado pelo colega Alexandre Cavani em 11/12/2018. Eu se quer tinha pensado em estar na prefeitura nesse período. Então, o que eu que eu fiz, eu entrei em contato com o relator, que é meu colega, discuti com ele o assunto e concluí pela manutenção do parecer favorável dele. Eu não sei qual é o procedimento agora, eu não tenho muito conhecimento a respeito do assunto. Então, peço aos colegas, não sei se vai para votação. Eu posso reler o parecer se vocês quiserem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUESTÃO DE ORDEM. Lembrando que foi distribuído para todos os conselheiros pelo meio eletrônico, eu recebi, todo mundo recebeu. A leitura seria totalmente dispensável, porque no momento que nós tiramos uma resolução dentro do Conselho, pedindo que a secretária encaminhasse a todos os conselheiros, espera-se que todos os conselheiros tenham lido o parecer. A minha proposta é partir para a votação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Tem alguém que não leu? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu queria apenas registrar, em contrariedade do posicionamento do Conselheiro Gomes, que independente de todos os conselheiros aqui terem recebido, e fui eu que propus que fosse distribuído para todos, as atas e as sessões não se destinam somente a nós, tanto que a Prefeitura investe em uma taquigrafia e publica no site, de tal a importância que é, na verdade, fazer esses registros. Tanto que eu fui pesquisar nas atas para verificar o que tinha acontecido nesse processo, e lá consta, no dia 11/12, como tem o relato do Conselheiro Cavani. O que eu não consegui entender ainda, conforme a manifestação do nosso Conselheiro que estava na presidência na última sessão, é como que o processo eletrônico tinha se perdido dentro dos armários, mas a gente vê que nem sempre o processo eletrônico consegue resolver tudo. **Germano**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Eu acho que não há problema em fazer a leitura, é pequeno o parecer, não vai tomar muito o tempo. Então, de repente faz a leitura. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Só para lembrá-los, que este parecer não foi feito por mim, mas conversando com o relator concluí pela manutenção dele. E vou passar à leitura do relatório que foi entregue em 11 de dezembro de 2018: (Leitura do parecer constante no processo). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Feita a leitura, então. Se não há pedido de vista a gente encaminha para votação. Votos favoráveis à inclusão de traçado viário. (Contagem de votos = 18 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL À INCLUSÃO DE TRAÇADO VIÁRIO.** Concluindo a pauta. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Desculpa a insistência, mas não dá, a gente fica às vezes meio de bobo. Foi dito que este processo foi perdido, que iv foram buscar na Kelly. Ele é um processo físico? Aqui consta como processo SEI. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva do CMDUA:** Antes ele era físico e depois foi digitalizado. Eu acho que na troca da secretária executiva, como ficou um tempo o Andrezinho e outras pessoas, tinha outra menina que trabalhava aqui, acho que houve um descuido e não digitaram. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, conselheiros, encerramos a sessão. Agradecemos a cortesia, a educação e o espírito democrático. Um grande abraço. **ENCERRAMENTO: ÀS 20h00min.**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2820/2019

Ao primeiro dia do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e Primeiro Vice-Presidente do CMDUA, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Vaneska Paiva Henrique (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Carlos Fernando Simões Filho (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS**; Antônio Carlos Zago (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2816/2019; 3. Comunicações; 4. Ordem do Dia. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Primeiro Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 17h55min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Conselheiros, boa tarde. Vamos iniciar a nossa Pauta nº 2820, de 1º de outubro de 2019. 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2816/2019**. Senhores conselheiros, vamos fazer a votação da Ata nº 2816. Favoráveis à Ata nº 2816, por favor, que se manifestem. (Contagem de votos = 12 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A ATA**. Conforme combinado na última reunião o primeiro período será de Comunicações. 3. **COMUNICAÇÕES**. Então, abrimos uma rodada. **Adroaldo Venturini**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2: Boa noite. Conselheiros, eu quero fazer o registro aqui em relação aos excessos da Guarda Municipal na fiscalização do Centro de Porto Alegre. Nós sabemos que Porto Alegre não é uma cidade geradora de emprego e renda, mas a gente tem visto na reportagem da TV imagens divulgando as ações da Guarda Municipal com relação à fiscalização de vendedores ambulantes no centro da cidade. Outro dia foi lá na calçada do Hospital Conceição. O que eu quero trazer para o Conselho para ficar registrado? É que tem muita gente que está procurando uma forma de sobreviver para não roubar, acaba caindo na mão de pessoas explorando e, na verdade, quem perde o produto e que tem que pagar o prejuízo é o vendedor ambulante. E a moda agora do da Guarda, como pode usar instrumento de choque, eles dominam o trabalhador, derrubam no chão, e ficam aplicando choque no cidadão e muitas vezes são pessoas estrangeiras, que a gente olha e parece que é todo mundo igual, não é todo mundo igual. Tem muitas pessoas que escolheram o Brasil, o Rio Grande do Sul, para trazer suas famílias para cá e querem tirar o mínimo para pagar o aluguel, para proteger a família e acaba caindo quase que na marginalidade. Porto Alegre não oferece emprego, o pessoal quer trabalhar e faz o que com ele? Então, quero trazer uma sugestão. O nosso Secretário Presidente não aparece aqui, muito pouco, eu acho que a representante da SMDE também não está presente ainda. Eu acho que nós temos que buscar uma qualificação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A SMDE está aqui. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Está aí? Então, está a colega. É que a Patrícia saiu, mas de qualquer forma eu acho que nós temos que buscar dentro deste Conselho, que eu acredito que para nós é um Conselho bastante atuante, responsável e sério, buscar uma forma de qualificar os trabalhadores, não é batendo na pessoa que vai organizar um grupo de trabalhadores. E eu trago o seguinte, a gente já participou da Temática de Desenvolvimento Econômico, eu também fui conselheiro lá, o Felisberto sabe disso, qualificar os trabalhadores, mostrar que tem outras formas de ganhar a vida, mostrar para eles qual é o produto que poderia conseguir uma autorização para trabalhar e fazer o seu ganho normal de vida. Eu acho que isso é importante, que consiga ter essa visibilidade para fazer com quem não leve para marginalidade pessoas que ainda estão querendo trabalhar. Certo? Eu acho que seria isso, qualificar o ambulante e qualificar essa pessoa. Quem fez a declaração que era rotina da Guarda Municipal fazer a fiscalização, acredito que si, é importante, foi o seu Jackão, mas, por outro lado, não deve ser rotina da Guarda Municipal bater nas pessoas. Então, tu exerceres a função de fiscalização e representar a prefeitura na organização de pessoas que ainda estão na marginalidade do emprego, mas acho que bater em uma pessoa, indiscriminadamente... (Sinalização de tempo esgotado). Eu acho que isso não serve para Porto Alegre como exemplo. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero me solidarizar e dar apoio às palavras do Adroaldo, até porque eu sou Conselheiro do Orçamento Participativo pela Temática de Desenvolvimento Econômico, Tributação, Turismo e Trabalho. O que a gente nota é que não há nenhuma política de emprego. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico não tem nenhum projeto e não tendo o projeto como que as pessoas vão sobreviver? Eu não falo nem os estrangeiros, eu falo os nossos aqui. Então, a Guarda está sendo aparelhada exatamente para isto, Adroaldo. E a Câmara de Vereadores aprovou R\$ 80 milhões para a Guarda Municipal. E vai ser muito pior, Adroaldo! Nós vivemos no país a era do terror. É lamentável quando o próprio Presidente é o que estimula o uso da arma e da violência, ao invés de estimular o trabalho, a solidariedade, uma política de emprego,



respeitando os idosos, respeitando aqueles que se aposentaram. Então, há um total desrespeito e se legitima porque foram eleitos, como se a eleição desse poderes totais. A eleição é uma forma de colocar alguém no governo. Agora, ele não é o poder, quem tem o poder é a população e ele tem que respeitar essa população, principalmente, respeitar os contrários, os “puxa saco” e os “baba ovo”. Nós vivemos em um país em que falaram da moralidade e a gente vê uma imoralidade. Hoje mesmo na Câmara de Vereadores um vereador foi detido, não vou dizer “preso”, foi detido e vai ficar cinco dias, talvez cinco dias dando explicação. E era um dos vereadores que mais esbravejava, mais falava mal do Governo PT e do Lula. Pasmem os senhores, ele foi hoje encanado, seu gabinete foi com ordem judicial, com mandado de busca e apreensão de documentação. Isso é um fato que acontece hoje. E ontem, na audiência pública sobre a mineração, mais um fato que nós temos que estar alertas sobre essa lógica do emprego, a mina do carvão, que com todas as letras é um crime ambiental que vai se fazer em Eldorado. E o EIA RIMA é um estudo que está afetado, eticamente, moralmente, porque omite dados importantes. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou finalizando. Então, impactar a Cidade de Porto Alegre. E eu quero reiterar o pedido para que a gente tenha uma reunião, especificamente, para tratar a questão da mina de carvão em Eldorado. E foram tirados alguns encaminhamentos ontem, a Promotora Ana Marquazan e a OAB foram claros em dizer que há uma inconstitucionalidade da lei que aprovou o Polo Carboquímico e que não houve audiência pública. Então, tem uma ação pública e depois deve ter uma ADIN, que é uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, para falar da lei. (Sinalização de tempo esgotado). E para finalizar mesmo agora, outro protesto que eu queria fazer, como Conselheiro do Orçamento Participativo, que o Prefeitito de Porto Alegre não humilha o OP oferecendo R\$ 3 milhões para dividir pela cidade, 17 regiões, dando R\$ 123 mil e R\$ 900 mil para 06 temáticas, dá R\$ 150 mil. Nós da Temática de Desenvolvimento Econômico vamos agradecer a bondade do prefeitito, vamos devolver, porque deve estar fazendo falta ao município, que faça bom uso dos R\$ 150 mil e a temática vai votar contra a LOA. Não é admissível que o OP da cidade, que tem 30 anos de participação, seja humilhada desta maneira. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu estou com o nosso Conselheiro Adroaldo, porque eu vejo, não é dando no cidadão para recolher o trabalho dele, que é um trabalho leal, levando para casa e para dar para seus vizinhos. Isso acontece, porque depois vai cair na vala comum, a metade das coisas anda. Então, isso aí é uma coisa muito triste. Eles trabalham na informalidade, às vezes, até para sustentar seu filho em casa, a mulher. Eu vejo isso na comunidade, eles dependem disso aí. São pessoas analfabetas, não têm estudo, não adianta, a vida deles é ali, são carroceiros ou carrinheiros. Isso é uma coisa muito triste de ver. Esta é a política do governo, não é botar dentro de uma empresa para ganhar R\$ 1.100,00 por mês, porque tem que pagar luz, água, mas tem que levar carne para sua família. Ele sobrevive daquilo ali, não é tirar as coisas das pessoas. Tudo bem, saem dali e vão embora, mas leva as coisas. Não recolhe, vai levar o onde? Para o depósito? A metade vai para o depósito e a metade leva. Pessoal, no dia 12 o IAB vai fazer uma apresentação na Praça da Alfândega sobre os projetos das regiões envolvidas no planejamento, às 9 horas do dia 12 de outubro, na Praça da Alfândega. O IAB vai fazer seus projetos. No dia 24 de outubro é a reunião do planejamento do Plano Diretor no PAM-3, no auditório, da Região 05. Então, dia 24, no auditório do PAM-3, no Postão, onde vai ser a apresentação da oficina de planejamento da Região 05. A Semana da Cruzeiro encerrou no dia 28, sábado, muito boa a Semana da Cruzeiro, 05 dias de debate sobre saúde, educação, cultura, esporte e lazer. A comunidade participou da discussão, em toda região houve participação na Semana da



144 Cruzeiro. Então, conseguimos fazer a mobilização, que a população se envolvesse na
145 discussão. Então, encerrou com shows. A preocupação que eu quero trazer na discussão
146 do Plano Diretor, não é daqui, mas eu quero avisar, o Governo está fechando os postos de
147 saúde e as clínicas de saúde. Tudo bem, acho que cada governo muda o seu conceito,
148 mas tirar da população o agente comunitário que vai nas casas é bravo! Ah, porque isso é
149 comunismo! Pode até ser comunismo, não me interessa, só que o agente vai nas casas
150 daquelas pessoas que são doentes, que não podem sair, para medir a pressão, ver a
151 diabetes. A minha esposa faleceu, mas passou dois anos que não podia sair de casa.
152 Então, o agente comunitário ia lá duas vezes por semana ver ela, dar remédio, medir a
153 pressão. Isso ajudou no terminal dela, mas como auxílio da saúde. Imagina só ter que
154 levar lá no Posto Saúde de carro, transporte de uma pessoa paraplégica, que não tem
155 carro, não tem nada. O governo tem que ser mais acessível. (Sinalização de tempo
156 esgotado). Estou encerrando. Então, esses postos de saúde, o desemprego termina, mas
157 também o agente de saúde de campo tem um papel importante na comunidade, consegue
158 fazer levantamento de dados, a situação da família, as crianças pobres da favela. Isso é
159 uma visão... Não está aqui o pessoal da Saúde, mas esse trabalho é importante para a
160 comunidade de favela, é onde consegue fazer a prevenção da saúde. Já discutíamos em
161 90 a prevenção da saúde da comunidade, isso é importante. Para encerrar a minha parte,
162 eu queria que vocês fossem lá só para ver a Cruzeiro, na saúde, tem adultos, crianças,
163 dormindo no corredor, porque não tem leitos. Então, isso me preocupa na saúde.
164 Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do**
165 **Rio Grande do Sul – SAERGS:** Na verdade, eu tinha anotado dois assuntos, mas eu me
166 sinto na obrigação de me solidarizar com as três falas que houve. Eu vou começar pelo
167 Paulo Jorge. Eu tenho um filho que faz residência na Saúde da Família da Rocinha. Para
168 quem não sabe, a Rocinha até alguns anos atrás não existia, é Clínica da Família que
169 chama no Rio, o índice de Tuberculose é zero, mas não era zero porque não existia
170 Tuberculose, é porque não existia Clínica de Família, ninguém era avaliado, as pessoas
171 morriam. Quando começou esse programa da Clínica de Família o índice subiu para um
172 dos maiores índices do Brasil. Isso mostra a importância, a eficácia desses programas
173 governamentais, que aqui em Porto Alegre a gente cada vez mais abandona. Segundo, eu
174 quero me solidarizar também com o Adroaldo, mas é que as coisas estão ligadas, não
175 estou falando simplesmente para me solidarizar com os conselheiros. Quando o Adroaldo
176 acusa a Guarda Municipal de espancar os ambulantes ou vendedores, eu lembro que a
177 pouco tempo eu também acusei, a Guarda Municipal espancou funcionários, engenheiros,
178 arquitetos, médicos, operários, principalmente professores, no movimento da prefeitura, o
179 movimento para evitar que barbaridades fossem feitas e que prejudicam os funcionários.
180 Não no sentido corporativismo, mas no sentido de acabar com o setor público. Inclusive,
181 essa questão da Saúde da Família é uma das consequências. E naquela época, e me
182 solidarizando também com o Felisberto, naquela época o Vereador Carús, MDB, foi um
183 dos que vendeu o seu voto e o voto de toda a sua bancada, ou melhor, trocou por cargos
184 na prefeitura, que fez com que o prefeito aprovasse todas essas barbaridades. Então, o
185 que eu quero mostrar com isso é que as coisas não são isoladas, o vereador corrupto se
186 corrompe vendendo seu voto, o seu voto prejudica a população e assim por diante. Isso é
187 importante que a gente perceba, que as coisas nunca estão isoladas. Eu queria agora, no
188 segundo ponto, tenho pequenas alterações, eu cheguei atrasado, são pequenas
189 alterações pontuais na ata, se eu posso depois passar. Eu vou passar a limpo. E terceira
190 comunicação é que eu vou me ausentar no mês de outubro, a minha suplente deve
191 assumir a partir da próxima reunião, todo o mês de outubro eu estarei viajando. Se eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

faltar fica registrado que não sou eu que estou faltando, é a minha suplente ou os meus suplentes. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde, conselheiros e conselheiras. Em função do que trouxe o Paulo Jorge em relação à saúde, e ele disse que não pode não estar muito relacionado, mas está, Paulo Jorge. E uma notícia que saiu no Sul 21 na semana passada, uma enquete que uma professora do Colégio Júlio de Castilhos fez para entender, ela perguntou um a um dos alunos que vinham com maior número de faltas no colégio, para compreender quais eram os motivos dessas faltas. O maior motivo disparado, os outros vêm muito abaixo, é a questão do transporte público. E a questão do fechamento de escolas, que está previsto, por exemplo, na agenda do Governo do Estado, e a mesma coisa que pode pegar para saúde, a questão do transporte é o acesso à saúde e à educação. Bom, o transporte é pauta do desenvolvimento urbano. Então, é pauta nossa sim debater a questão de transporte e como ele dá acesso a outros serviços e ao cabo é o que a gente chama de direito à cidade. Viver na cidade é ter direito a todos esses serviços que estão disponíveis na cidade e o transporte é o fundamental, porque ele liga todos esses serviços. Sem o transporte não há acessibilidade a todos os serviços que estão disponíveis, em princípio. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu queria retomar o assunto do investimento do Orçamento Participativo, que se analisarmos dentro dos últimos 10 anos, o valor é irrisório para atender as demandas do OP. A temática ficou com R\$ 180 mil, que dá para fazer um levantamento topográfico de uma área para regularização. Então, é muito ruim essa situação, essa falta de atendimento ao Orçamento Participativo. Pela primeira vez, dos últimos governos, é o que menos priorizou o Orçamento Participativo. Então, quero registrar isso. Estamos nas prévias das plenárias do OP e vai ser muito ruim para a comunidade para participar de uma plenária onde sabe que o valor é irrisório, que não dá para atender essas demandas. Então, eu quero deixar esse desabafo aqui. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todas e a todos. Primeiro, lembrar que iniciamos mais uma etapa do Outubro Rosa, onde milhares de mulheres no mundo, e não só mulheres, 1% também desse total que atinge mulheres, também os homens são atingidos. Então, existe também câncer de mama em homens. Se tem o conhecimento, mas é importante a lembrança. Infelizmente, com o aceleração da liberação dos agrotóxicos, enfim, que nós estamos sofrendo, isso vai decidir muito mais. Se alguém achar que não tem nenhuma relação, a gente é feito de carne, né. Então, a água não é o suficiente para nos salvar e quando vem para salvar muitas vezes acaba nos intoxicando também. Então, as coisas estão correlacionadas. Nós fizemos um trabalho há muitos anos e acho muito grave, agora fazendo um link com o desmantelamento do SUS, porque no Brasil ainda nós conseguimos fazer todos os nossos tratamentos preventivos através do SUS, e os exames, e o tratamento. Então, é fundamental para essas milhares de mulheres que vêm sendo atingidas por essa doença. E a gente sabe que quando prevenimos nós conseguimos nos salvar desse grande mal que atinge a nossa humanidade. E aí lembrando que estamos sendo derrotados no desmantelamento do SUS com a questão do fechamento da Saúde Primária, não apenas na nossa cidade, mas em todo país. Nós lá na Lomba contamos com 18 postos de saúde. Pensem, gente, 18 postos com agentes comunitários, com técnicas de enfermagem, com enfermeiros, com médicos e com profissionais também na saúde, na área bucal. Então, é gravíssimo, é aquela atenção necessária. Então, estamos sendo vencidos pelas indústrias farmacêuticas e esse grande oligopólio internacional, que não é um discurso, é uma realidade, é uma cadeia que acaba



nos destruindo. Era isso hoje. Obrigado, Presidente. **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, pessoal. Eu quero só ajudar um pouquinho na fala em relação à saúde, que na nossa comunidade estamos discutindo muito. Dizer que essa Clínica da Família é uma enganação, que a Restinga teve a experiência de ser jogado para dentro da Clínica da Família, que o governo mostrou que is ser um sonho, que ia ser uma coisa maravilhosa, mas, na verdade, três, quatro PSFs foram fechados e é uma enganação a Clínica de Saúde dentro de Porto Alegre. Pelo menos em Porto Alegre não funcionou. É muito bonito, mas, efetivamente, não funciona, onde deveriam ter 08 médicos eles colocam 02, aí não está faltando, porque tem 02, onde deveria ter 08. Por exemplo, na Pitinga tem um médico, se um falta, falta. Então, evidencia a falta de médicos. Eu acho que essas 18000 pessoas que vão ficar desempregadas por causa do IMESF é uma grande perda. Pior que isso são os 60 e poucos pontos que estão perigando fechar. E a ideia que fica é que vão unificar para clínicas, aí vou ser repetitivo em dizer que é uma enganação, as pessoas vão ser enganadas com isso. Eu acho que antes de tomar uma opinião tinha que ir visitar a Clínica da Família, que é a primeira de Porto Alegre, porque mais pessoas vão ser enganadas com isso. Paulo Jorge, se na Cruzeiro tentarem enganar vocês com a tal Clínica da Família, é um erro, não funciona isso, é uma utopia isso. Eu não sei bem qual é a atuação do Plano Diretor em relação à saúde, até vou aproveitar essa reunião que vai ter na comunidade para falar um pouquinho de saúde. O nosso posto da Pitinga foi sendo desmantelado aos poucos, tiraram as vacinas esta semana, estão orientando os pacientes para que busquem só o distrital para que busquem alguns medicamentos que ainda tinham. Então, vagorosamente, eles estão fechando os postos, eu não sei qual é o engajamento que a gente pode fazer, se tem alguma coisa que pode ser feito, né, Felisberto, para poder de alguma forma proteger as comunidades, porque aos pouquinhos estão fechando os postos. Pior que o desemprego é fechar os postos. É isso, queria só falar um pouquinho da saúde, que eu estou participando lá e é uma tristeza. Eu não consigo enxergar uma saída para isso, as pessoas do IMESF estão tentando se manter empregadas, mas eu acho que o problema maior ainda não é o emprego, é a manutenção dos postos. Enfim, obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro Paulo Henrique. Conselheiros, não havendo mais inscritos vamos a Ordem do Dia. **4. ORDEM DO DIA.** ITEMS 4.01, EXPEDIENTE 19.0.000010017-6, INTERESSADO JOSÉ FRISSON, desgravame de traçado viário. O relator é a METROPLAN, pedido de vista da Região 07. Pedido de diligência atendido e disponibilizado para a Acesso em 27/09/2019. Ele retornou? Então, continua em diligência. ITEM 4.02, EXPEDIENTE: 002.337533.00.1 (Acompanha 001.007041..0), INTERESSADO EVALDI, recurso administrativo, foi solicitada uma complementação de diligência. Ao Arquivo Municipal para desarquivar e trazer o processo para cá. Estamos aguardando. ITEM 4.03, EXPEDIENTE 002.286448.00.7, INTERESSADO INNOVAR PARTICIPAÇÕES, prazo para apresentar relato de vista prorrogado até dia 1º/10, que é hoje. Existe uma solicitação do OP para que o interessado apresente o projeto aqui no Conselho. A empresa está pedido mais prazo, em função de que o responsável técnico pelo projeto não está no Brasil. Então, a sugestão que eu coloco aos senhores é de dar uma semana, para a próxima semana. O pedido é de 15 dias. Então, a minha sugestão é que seja de mais uma semana, que eu acho razoável. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu pergunto, o prazo para apresentação já estaria encerrado. Quer dizer, já houve a apresentação, já houve a relatoria, já houve prazo de pedido de



288 vista. Eu pergunto com base em que, com que base regimental está sendo utilizado isso,
289 porque me parece extemporâneo. Pergunto se a gente adota esse procedimento para esse
290 caso ou se adotaremos para outros depois também? **Luiz Antônio Marques Gomes**
291 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pelo entendimento, quando
292 o pedido é feito no plenário e o plenário concorda, que foi o caso, o Emerson pediu, o OP
293 pediu em plenário, o DEMHAB também pediu. Então, não vejo problema, porque há
294 acordo entre nós aqui para melhor estudar a questão. **Felisberto Seabra Luisi (Titular),**
295 **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria solicitar se pudesse ler o
296 parecer parcial, porque eu não me lembro, faz tanto tempo e eu não tive vista. Eu queria
297 entender um pouco, até porque nós estamos nessa situação. Já extrapolaram os prazos, a
298 Maristela me disse aqui que está com a vista pronta. Eu acho que a gente teria que pôr em
299 discussão o processo, não vejo porque protelar mais. Então, eu gostaria de solicitar, se
300 pudesse ler o parecer do IAB para que a gente, porque eu não sei se todos recordam
301 porque o parecer parcial, qual é o problema e se houve diligência quais os resultados
302 dessa diligência. Então, era isso e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
303 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Inclusive, esclarecer a questão de
304 parecer parcial, vamos passar parcial ou vamos votar integral? Eu também não entendi, ia
305 pedir esclarecimento em outro momento, mas como tu estás pedindo agora eu também me
306 associo ao teu raciocínio. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de**
307 **Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-**
308 **HOCDUA:** Na última reunião eu solicitei a apresentação do empreendedor, inclusive, o
309 DEMHAB acompanhou também para esta reunião. Eu tenho informação que o
310 empreendedor não foi chamado para esta reunião, para fazer a apresentação. Então, daí
311 fica difícil. Podia ter qualquer razão para não fazer a apresentação, mas quando não foi
312 comunicado aí fica mais complicado. E aqueles que quiserem apresentar o seu relato, que
313 não quiser aguardar o empreendedor que apresente. **Luiz Antônio Marques Gomes**
314 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A questão que tu estás
315 colocando, Emerson, do empreendedor, se ele foi convidado ou não, o empreendedor fez
316 contato comigo hoje, como vice-presidente, aí eu me dirigi à secretaria para saber porque
317 não havia, em que situação estava o processo. A secretária me informou que como os
318 processos estavam em carga com a Maristela, da Região 07, ela não tinha o contato de
319 quem eram os interessados e os telefones que estão dentro do processo. Após isso, agora
320 à tarde se fez o contato, onde o interessado pediu 15 dias, duas semanas para apresentar
321 o trabalho, em função que o responsável técnico está fora do Brasil. Foi onde saiu a minha
322 sugestão de que se dê mais uma semana, é o suficiente. Deve ter outra pessoa do
323 escritório que possa vir apresentar o projeto para nós. **José Francisco Rodrigues**
324 **Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu pedi
325 para este processo, acatando o posicionamento do Conselheiro Emerson, da
326 apresentação desse empreendedor. Também pedir vista deste processo, pelo fato de que
327 este processo da Macrozona 10, que tem uma situação bem relevante, tem relação com a
328 Operação consorciada da Lomba do Pinheiro, em que sou conselheiro pelo DEMHAB.
329 Então, a gente queria mais detalhes sobre esse procedimento, inclusive, sobre as
330 matrículas, porque tem duas matrículas diferenciadas nesta área e que teria, se eu não me
331 engano, o Rafael fez essa colocação de repente fazer uma matrícula, usar uma matrícula,
332 deixar outra e não ter um compromisso... Eu não sei, pelo que entendi é isso. Nesse
333 sentido que eu apoiei a diligência do Emerson, nesse sentido do empreendedor vir aqui e
334 trazer essas explicações, porque eu também fiquei na dúvida. Eu acho que a gente só
335 pode discutir e botar em votação um projeto aqui dentro se estiver esclarecido. Se eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tenho dúvidas quero saber mais informações. Então, acho interessante mais uma semana, de repente entra em contato novamente com a empresa, deve ter outro engenheiro que possa vir apresentar, se for o caso se em votação na plenária esse pedido. Nós temos toda uma ordem neste Conselho, mas caso a caso. Este é o caso que eu preciso de mais informações. Então, eu quero que alguém da empresa ou o empreendedor venha apresentar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Votamos mais uma semana? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Quando há diligência quem decide é o relator e isso não foi encaminhado para o relator. O relator é quem diz se acata ou não a diligência. Isto é o que diz o nosso regimento. Quando interessa a gente aplica, quando há risco de não ser aprovado a gente muda o procedimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, Conselheira, mas não é isto que diz o regimento. Qualquer diligência é votada em plenária e foi votada. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, senhor! É o relator que diz. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tem que ser votado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, senhor! (Manifestação fora do microfone). O relator é quem decide se põe para votação ou não. É isto que diz o regimento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Questão de Ordem! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E que fique bem claro, a gente muda o procedimento conforme é o interesse em causa, né. Quando alguns não têm o convencimento eles têm que se abster, quando o outro não tem o convencimento a gente precisa estudar mais um pouco. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu queria que fosse lido o parecer... (Manifestação fora do microfone). Eu tenho o direito de pedir! Não é que me dê, não quero que ninguém me dê! Vamos nos respeitar! Eu sou conselheiro e estou pedindo para que o Rafael leia o parecer. Certo? E tive o endosso na fala do Presidente. Então, queria que pelo menos o senhor mantivesse, para que a gente pudesse se atualizar, porque já faz tempo. E eu gostaria que constasse na ata, novamente, essas colocações e o parecer, para que fique como documento, porque nós vivemos um momento muito perigoso e eu não quero ser questionado mais tarde por qualquer ato que se cometa aqui neste Conselho. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O pedido do Felisberto é muito simples, ele quer que se repita o relato. Como tem outro encaminhamento, de repente esse esclarecimento pode ser dado de outra maneira, até pegar e passar por escrito para o Felisberto, ele vai se inteirar, porque o parecer já foi lido, quem tem a dúvida por enquanto é o Felisberto. Em função de que nós estamos discutindo a possibilidade de criar mais esclarecimento de processo, trazendo o empreendedor aqui na semana que vem para melhor publicitar o seu processo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Objetivamente, eu acho que a gente tem que votar da maneira mais consciente neste Conselho. Então, se é para uma, se é para duas semanas, nisso eu já me posicionei na última reunião que eu estive aqui, que eu estava tremendamente certo em relação ao processo e acho que o Felisberto pediu uma diligência. Se tem um conselheiro em dúvida tem que fazer a diligência para poder esclarecer, não tem porque alguém aqui votar em dúvida. Então, se tem que fazer diligência não tem problema, tem que aprovar a diligência, mas não dá para aqui ser completamente incoerente. Aquelas



384 pessoas que ontem estavam aqui dizendo que: “Não! É uma semana! É uma semana! Não
385 pode passar de uma semana” – em cima dos conselheiros; hoje aqui: “Ah, não, vamos
386 pedir diligência, eu pedi para conversar com o empresário”. Aí a gente começa a ficar:
387 como é que as pessoas entram em contato direto com os empresários? Empresário vem e
388 conversa com o Vice-Presidente, não com o Presidente, este Conselho tem um
389 Presidente, tem um Secretário, mais que um Presidente, tem um Secretário. O
390 encaminhamento administrativo aqui tem que ser via Secretário, não via Presidente, Vice-
391 Presidente e nem membro de comitê do Conselho, para que a gente tenha as coisas bem
392 claras. O Secretário responde pelas atividades da Secretaria, senão a gente vai começar a
393 ter um mundo jurídico meio permeável demais entre empresários e membros deste
394 Conselho. Então, sou plenamente a favor, mas, objetivamente, só para terminar, também
395 sou contra que se vote qualquer coisa quando o relator não está no plenário. E no caso
396 aqui... (Manifestação fora do microfone). Ah, é o IAB? Li o anterior. Então, tá! Obrigado.
397 **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**
398 **RGP. 6:** Só esclarecendo antes, Darci. Eu estou com o meu telefone aberto para qualquer
399 pessoa que tiver acesso a ele, inclusive, deixo publicamente aqui para a Secretaria para
400 esclarecimentos que as pessoas achem que pode ser comigo. Eu estava respondendo
401 pelo Presidente que não podia atender. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação**
402 **Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não levantei nenhuma
403 suspeita, foi ele que te telefonou, mas eu acho que deveria ser sempre ao Secretário. Tu
404 não és Secretário do Município, tu és Vice-Presidente deste Conselho. **Luiz Antônio**
405 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu sou
406 Vice-Presidente e respondi como Presidente. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente),**
407 **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu reforço aqui o pedido para que seja
408 demonstrado com base em que artigo do Regimento está este encaminhamento, porque
409 eu não encontro. Digo porque, primeiro, não é diligência até onde eu sei. Não é nenhum
410 outro estatuto previsto no Regimento, e se fosse diligência, vou ler o art. 22: “A partir da
411 leitura do parecer do relator os conselheiros definiram procedimentos posteriores, tais
412 como, pedidos de vista, pedidos de diligência pelo relator ou votação do parecer”; ou seja,
413 para mim é claro que aberto o processo aqui é entregue a um relator, a diligência não. O
414 meu telefone também está disponível na Secretaria, todos sabem, o e-mail do IAB está
415 disponível no site do IAB se não conseguirem me localizar. Em nenhum momento me foi
416 consultado para que pedisse diligência. Aliás, no artigo também fala lá no início, que
417 diligência é só para órgãos públicos, não existe diligência ao empreendedor. Pelo amor de
418 Deus, a pauta é pública, o empreendedor é dever dele saber e está sabendo o que está
419 acontecendo celular no CMDUA, ele não tem convite, nenhum empreendedor é convidado,
420 a não ser que extraoficialmente. E ninguém é sem que este Conselho saiba convidado
421 para vir aqui apresentar. Ele busca se informar e se apresentar aqui. Eu não vejo aqui
422 convite para apresentar. Não está previsto no regimento. **Luiz Antônio Marques Gomes**
423 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi pedido aqui em
424 plenária. Foi pedido por dois conselheiros, o conselheiro do OP e o Conselheiro do
425 DEMHAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil –**
426 **IAB/RS:** Eu acho que falo grego! Só o relator pode pedir Dili.. Está escrito no art. 22. **Luiz**
427 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
428 Isto não é diligência. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do**
429 **Brasil – IAB/RS:** É o que, então? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de**
430 **Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Esclarecimento, um convite para apresentar.
431 **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:**



Onde está previsto no regimento que a partir de que está com o relator pode ocorrer esse tipo de procedimento? Não está previsto no regimento! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. O Sérgio Saffer, depois o Felisberto, depois Emerson e depois Maristela. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria comentar o seguinte, várias vezes, Rafa, nós comentamos que a gente quer às vezes esclarecer para ficar tranquilo sobre o que nós queremos votar. Se no teu relato tu te sentiste seguro e não precisou que eu empreendedor viesse, porque, às vezes, o empreendedor vem aqui e pede para apresentar e vários outros processos já foram relatados aqui onde nós pedimos para o empreendedor vir apresentar. Então, não existe, a gente está pegando na vírgula da vírgula para ficar discutindo uma coisa aqui há um tempão. Não estamos fazendo conforme o que interessa um ou outro. Eu também acho que isso não é diligência. Surgiu uma dúvida, a gente pediu, botaram até em votação na reunião passada e foi aprovado. Não sei por que nós estamos retomando isso! Podia ter sido discutido até na reunião passada. Agora o empregador pode vir, como nós podemos convidar o empreendedor. Aí eu quero um esclarecimento, o parecer do relator e o que o Presidente também pediu, o parecer dele, ou é um parecer favorável ou não, ou ele bota em diligência, parecer como está aqui escrito “parcial” eu não entendo. E eu me lembro de parte do parecer, que uma das coisas que tu orientas neste parecer é que vá para a região. E não é a primeira vez em um relato que o IAB faz isso, que vá para uma região e ela decida a forma, não me lembro de acordo com o artigo tal, como que eles querem fazer, se é audiência. Eu acho, e as regiões já comentaram, que não precisa dizer para eles o que devem fazer, porque a região sempre pede vista e tu vais dizer para eles o que devem fazer. Está entendendo? (Manifestação fora do microfone). Mas não precisa, o relator vai pedir vista! Então, cada um aqui pode pedir mais esclarecimentos se a gente sentir necessidade, se não sente acho que temos que seguir os prazos sempre seja de qualquer processo tem que tentar seguir os prazos, sempre, seja qualquer processo, tem que seguir ao máximo os prazos dentro do possível. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu reitero meu pedido, acho muito estranha esta polêmica sobre este processo. E cada vez me convenço que tem angustia nesse caroço. Certo? E aqui a minha responsabilidade do que eu estou falando. Então, eu acho que tem caroço nesse angustia. E quero mais, aí eu vou pedir uma diligência e vou submeter ao relator. Rafael, escuta o que eu vou pedir, eu acho que esse processo aqui tem que ir para a PGM para verificar o que tem por trás disso, porque... (Manifestação fora do microfone). Calma! Calma! Eu não posso pedir? (Manifestação fora do microfone). Então? Tem medo que a PGM se manifeste? Olha o respeito! Espero coisa melhor de ti, né, meu amigo! Espero coisa melhor! Então, eu digo assim, é um projeto que envolve uma comunidade, tem interesses aqui que não estão muito claros. Eu não me sinto apto a votar este processo. Então, eu peço assim, eu peço uma diligência, quero ver se o Rafael concorda comigo. Por que eu pedi para ler o parecer? Porque existe uma proposta e o Furtado levantou a questão das matrículas, são duas matrículas. Então, eu não sei, quero esclarecer isso porque eu fiquei com dúvida. Então, se tu me esclareceres isso, Rafael, eu continuo insistindo que deve ir para a PGM. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu quero chamar a atenção dos conselheiro para uma coisa, não tem sentido fazer acusações e guarda chuva atrás das nuvens. Se tem alguma coisa para dizer, se está desconfiando de algum conselheiro, do comportamento de algum conselheiro, tem que ser na lata, na cara, com todos os pingos nos “is”, não ficar fazendo esse tipo de ameaça gratuita e irresponsável. Eu não vou admitir



isto aqui. Eu não admito! Se tu tens e quem tiver alguma denúncia para fazer, que acha que alguém aqui está com um comportamento que não corresponde à altura do que é este Conselho que faça, não fique fazendo elucubrações de adolescente do segundo grau. Eu não admito isto! Temos que ser responsáveis. (Manifestação fora do microfone). Eu não estou fazendo bate boca. Com a palavra agora o OP... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É o chefe! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu quero colocar aqui, a título de informação da última reunião. No momento da discussão dos processos o Rafael não estava presente, ele saiu. A Maristela também não estava presente. Eu ainda coloquei, em respeito à Região de Planejamento, não vamos colocar em votação, não vamos discutir nada e nem relatar. Então, quero deixar bem claro isso. Eu tenho o relato pronto aqui, mas eu preciso de mais informações para entender todo o questionamento do IAB, que até agora não entendi porque de todo esse questionamento. Eu gostaria que empreendedor viesse aqui a título de informação, não é para achar que está fazendo alguma coisa ou outra, ou prejudicar alguém ou região. Não é isso, é só informação, porque aqui não se discutir, aqui tem que ir para o voto, não tem que discutir, vai para o voto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, se é para registrar eu gostaria de deixar registrado em ata o posicionamento que fere a isonomia da mesa, porque quando convém eu quero aplicar o regimento, dizendo que diligência só cabe ao relator. Segunda questão, em relação ao relatório parcial, diz no nosso Plano Diretor, art. 39, inciso 9º: “Aprovar projetos, bem como, indicar alterações”. Bom, se nós podemos indicar alterações, então, a votação pode ser parcial. E até me lembro que na última sessão, se não me engano, nós tivemos uma votação que foi aberta em dois, que também feriu outro princípio da isonomia, porque em uma decisão anterior, na verdade, não podia ser votado separado e na última foi votado em separado, que foi o Clube do Professor Gaúcho. Então, assim, a isonomia quando há risco de interessa a quem, aí eu gostaria de saber a quem interessa, o procedimento altera e o procedimento muda. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** vamos pensar em questão de encaminhamentos para nós votarmos as diferença aqui e tocar as coisas para frente. Nós não podemos ficar discutindo, esta discussão se repete de acordo com a oportunidade. Então, peço aos conselheiros que pensem, enquanto a Conselheira Maristela estiver se manifestando, em fazer questões de ordem para encaminhamento. Eu não me oponho a nenhum tipo de encaminhamento, desde que seja acordado aqui e na próxima reunião não vai se refazer a mesma discussão, fazendo a gente perder tempo e energia aqui dentro. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** No momento que nós fizemos a solicitação de vista, até por ser do interesse da nossa região, eu fiquei preocupada, porque com o que ocorreu com a questão dos postos, o fechamento, enfim, foi uma correria lá, acho que em toda a cidade. Então, acabamos ficando prejudicados, porque a maioria do pessoal, delegado também faz parte dos movimentos sociais da região. Marcamos novamente uma reunião, com um bom público, temos a ata, temos as assinaturas, a presença, enfim, e fizemos o relato. Comuniquei imediatamente a Secretária do que tava correndo, que não tinha como estar aqui, preocupada se precisasse de alguma coisa do processo, até porque o processo estava comigo. Não foi me dito que o empreendedor precisava estar aqui após, em nenhum momento foi solicitado, senão eu teria vindo ou passado as informações ali mesmo por telefone ou por email. Eu teria feito com a outra tranquilidade, até porque o processo é público. Então, só para registrar isso, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

região já tem posição, enfim, eu acho que nós deveríamos votar, mas é o meu ponto de vista. Eu vou me submeter ao que aqui for debatido e discutindo. Eu não tenho relações, achei até estranho quando um empreendedor foi na região, não este caso aqui, mas me chamou de propineira. Vejam o respeito aos conselheiros desta Casa. Por isso que eu digo, está aqui o telefone, a conta bancária e o processo criminal, chamando inclusive o conselheiro para ser testemunha do que ocorreu lá. Então, essas coisas deixa a gente chateada, esse processo não tem nada a ver com aquele, só estou me estendendo para colocar como as coisas são chatas, quando os empreendedores começam a se meter muito. Os interesses são muito maiores e nós não estamos aqui para ser despachantes de empreendedores, nós estamos aqui para buscar os interesses da região e também, se for bom, também ir de encontro e que todos os lados estejam a contento. Era isso. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu quero tentar fazer uma intermediação, acredito, lendo o art. 10 do nosso Regimento, que eu acho que a vale a gente fazer um acordo neste Conselho. Diz o seguinte: “A decisões do CMDUA serão relatadas sob forma de parecer e resoluções, sujeita à homologação do Prefeito Municipal. Parágrafo único: Somente serão aceitos pedidos de diligências aos órgãos municipais que estão vinculados às pautas ora tratadas, devendo ser autorizado pela maioria simples do plenário”. O que eu quero dizer com isso aqui, acredito eu na minha modesta interpretação? Que todas as diligências que forem feitas àquelas secretarias ou órgãos ligados a cada processo, no momento em que for atendida a diligência não pode haver outra diligência em cima da diligência anterior. Senão quatro, cinco conselheiros daqui a cada dia pedem uma diligência, nós vamos levar, 4, 5 anos para votar um processo. Então, isto tem que ser acordado. No momento em que a primeira diligência for feita não cabe a segunda ou terceira diligência, a não ser que seja algum caso grave, sei lá, de acusação, mas dentro do âmbito municipal, uma diligência é simplesmente possível de sanar qualquer tipo de dúvida em cada processo. senão nós vamos emperrar a vida toda isto aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, Conselheiro, obrigado pela intervenção. Nós estamos na situação de encaminhamento. Eu pergunto ao OP e ao DEMHAB se mantém a posição do convite à empresa vir apresentar o projeto? Uma questão para nós submetermos à votação, porque a outra questão, que é a questão da releitura do relato, pode ficar prejudicado em função desta, porque se por votado que a empresa pode vir aqui, como vieram tantas outras, vocês lembram do caso do Internacional, eles não saíram aqui de trás, além de Ligar para todos os conselheiros e tal, e as pessoas parece que não se incomodavam tanto, apesar que eu me incomodei bastante com isso, mas isso é uma prática que não é em cima desse processo só. Então, o Furtado e o Emerson mantêm. Tu queres fazer um encaminhamento, Hermes? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A minha questão, até agora eu estava só ouvindo, e eu sempre defendo que se tenha o máximo de prazo para esclarecer os conselheiros, para pedido de diligências. E eu também não sou legalista. Eu acho que os regimentos e as leis são para serem questionadas. Eu acho que se diz uma coisa no Regimento, inclusive, eu na reunião passada sugeri que se reformulasse esse Regimento, que está muito ruim, ele é omissos em várias situações, esta é uma delas; mas em postergando e pedindo um esclarecimento ao requerente, nós estamos, frontalmente, contra o Regimento. Que fique bem claro, eu quero deixar isso para aviso, até para quem votar a favor souber, o Regimento prevê. Eu acho que todos os processos de prazos, que o conselheiro pede mais um prazo, diligência, pedido de esclarecimento. Agora, uma parte, seja ela qual for, vir depois de estar toda a discussão,



os pareceres já estão lidos, e a parte, no meu ponto de vista, não vai esclarecer questões da propriedade. No meu ponto de vista vai defender sobre o projeto, o estudo dela. Essas questões legais, quem tem que esclarecer somos nós, tem que ser o governo, é o que está no processo, são documentos. É só isso que eu queria registrar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: QUESTÃO DE ORDEM.** Então, se nós vamos fazer uma votação, estamos alterando os procedimentos para esclarecer as dúvidas dos conselheiros que aqui estão solicitando. Se esse ponto for passado eu quero o mesmo princípio da isonomia. Então, se nós vamos inverter os procedimentos eu vou querer após vista ao expediente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No sentido de certas intervenções, realmente, não colabora em absolutamente nada para nós resolvermos o impasse, que é concreto e objetivo para nós tocarmos para frente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A isonomia também é concreto e objetiva, Conselheiro Gomes. (Falas concomitantes). O senhor está aqui e não preciso repetir a autorização. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu estou falando e devo ser respeitado enquanto falo! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Quando o senhor tiver educação para ouvir, também será ouvido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A recíproca é verdadeira, Conselheira. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA: QUESTÃO DE ORDEM.** O Felisberto fez uma proposta também, que talvez tu aches que fica prejudicado ou não, mas eu não sei como vai ficar essa questão. A questão de esclarecimento, não só enviar correspondência, que fosse feito de novo o relato, até para a gente entender o parecer. Essa é uma Questão de Ordem e talvez poderia esclarecer. Se a gente se sentir esclarecido talvez não entre mais nenhum outro assunto em votação. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu fico muito preocupado com essa questão de que após o relato se entregue aqui uma coisa, e é todo direito do empreendedor ou de qualquer um solicitar, apresentar aqui o que está nos autos do processo até que ele chegue aqui. O que nós estaremos dando ao empreendedor não é só o direito de apresentar o seu projeto, mas também de rebater um voto que este Conselho ainda não votou. Nós estamos, praticamente, dando ao empreendedor quase os mesmos direitos de qualquer conselheiro aqui, de rebater um voto. Já abriu a sessão de votação, ele tem direito até a entrada do processo aqui, apresenta. Eu desconheço e não vi até agora o processo entrar, haver um relato e aí haver a apresentação do empreendimento. Todas as vezes que o empreendedor veio e apresentou na inicial, não depois no meio de um processo de debate da votação. Inclusive, o regimento é claro, abriu-se o processo de votação, ele dá todos os procedimentos de votação: discussão, etc. não existe em nenhum momento – não, mas pode o Conselho abrir um espaço para o proponente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Rafael, o que tu colocas é uma coisa muito correta, nós não temos uma previsão no regimento, nós já abrimos os votos, já abrimos os relatos. Nós estávamos fazendo uma discussão de reconsideração aqui dentro. Neste caso não tem previsão no regimento, é decisão nossa, vamos fazer uma votação. A posição do Rafael eu respeito e acho muito correta, aí se faz a leitura de novo do parecer dele, que as pessoas esqueceram, algumas, e retomamos. Esta é uma posição, a outra posição que nós temos é o pedido da presença da empresa para apresentar o projeto, que é feita pelo DEMHAB e pelo OP. Então, nós temos essas duas situações. Os argumentos do Rafael são importantes neste sentido, ele coloca uma coisa



que eu não tinha me tocado, não tinha considerado. O processo foi aberto já. Várias vezes aqui vieram empresas defender, apresentar, nem vou dizer “defender”, mas apresentar o seu processo. Eu não me lembro de nenhuma que viesse depois de feito o relato do relator. Eu não me lembro. Eu sou uma pessoa que defende que venham as empresas e façam as suas defesas, os interessados, os arquitetos e tal, mas esta novidade que o Rafael esclarece para nós agora me parece muito importante. Então, temos duas situações para serem votadas, uma que vai ser esclarecido o voto dele, que o Felisberto está pedindo, acho que o Sérgio está pedindo também, a outra situação é esperar mais uma semana e chamar a empresa para apresentar. Duas situações para serem votadas no meu entendimento. Nós estamos divididos nessas duas questões. Então, vota, faz o que é preciso, lê seu relato de novo, ou não vota e vota a vinda da empresa. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Tem dois encaminhamentos aqui que já solicitaram antes de qualquer coisa, a leitura do voto do conselheiro relator, que pode ser que com a releitura alguma coisa nos esclareça o que está sendo solicitado. Eu encaminharia antes de dispersar a reunião, porque eu acho que vamos ter tempo, da gente deliberar, porque este Regimento Interno só está nos atrapalhando. Se nós somos realmente responsáveis, se nós somos realmente coerentes com os nossos discursos que estão aqui, nós teríamos tirar hoje uma comissão para rever esse regimento interno, porque este Regimento Interno foi muito mal feito, foi atropelado, foi votado a contragosto de uma boa parte deste Conselho e alguns conselheiros que votaram a favor hoje são os primeiros a pedir para reconsiderar. Então, eu acho que nós temos que votar hoje a revisão deste regimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Lembrando o seguinte, nós temos o relato de vista da Região 07 e o relato de vista do OP. É isto? Tem mais algum relato? Eu encaminharia esta votação, até para eliminar ou não do convite, porque se tem o convite é lógico que as pessoas que estão com relato de vista podem querer a partir das informações que a empresa trouxe para cá sobre o seu projeto alterar o seu relato de vista. Então, tem que tirar isto do caminho ou colocar definitivamente, no caminho. Nós não podemos partir para os relatos de vista agora, ir para votação em função de que tem este outro entendimento aqui dentro, temos dois entendimento aqui dentro. Gostando ou não temos que tomar uma decisão. O meu entendimento é este, votar primeiro, porque é definitivo sobre o segundo, a questão de manter o convite à empresa ou não. Feito, nós temos o outro encaminhamento, que são os relatos de vista. Se for decidido que a empresa venha aqui, abre mis espaço para quem está com vista. Ok? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O que eu estou entendendo dos dois conselheiros, que eu me somo agora, o parecer do relator já foi lido. Não estaria se agregando nenhuma novidade neste processo, já está nos autos. O que foi solicitado e o me agrego agora, que esse parecer seja lido novamente, tendo em vista que ele foi lido há três semanas atrás e realmente eu não me lembro mais qual era o parecer. Então, este parecer e não os de vista. Realmente, aí nos de vista que abre toda essa questão de na prática estar dando um grau recursal para o empresário sem que ele esteja em grau recursal. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu não colocaria como grau recursal. Existe, concretamente, uma proposta, existe um convite de dois conselheiros e tem que ser respeitado, tem que ser votado. Nós vamos manter o convite? Isso precisa ser votado, porque a outra posição é excludente, aí nós já vamos para votação e seus procedimentos, que é a leitura do relato e dos três pedidos de vista que tem aqui no Conselho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de**



Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Está sendo pedido só a leitura do relato, que já foi feito. É isto que está sendo pedido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não, na mesa tem duas questões, a releitura do relato é um detalhe se nós formos já para votação. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para deixar claro, eu me somo e o Presidente da mesa está interpretando de forma errônea o que eu estou solicitando, o que eu estou solicitando não é isso, não é ir para votação, é saber do relato que foi dado há muito tempo atrás e talvez no relato já me traga uma clareza se eu sou a favor de chamar a empresa ou não, se precisa chamar ou não, aí depois a gente pode ir para votação. O Felisberto está dizendo também que é exatamente essa a interpretação dele. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, Conselheiro, mas existe um pedido mais forte e anterior, que nós já dissemos que sim, que foi o pedido de vinda da empresa aqui, pelos dois conselheiros. (Manifestação fora do microfone). Porque foi tomada uma decisão deste Conselho. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu não entendo qual o problema dele ler ou reler o relatório para que nós possamos interpretar, eu não estou me posicionando nem a favor contra à vinda do empresário, ou do proponente, não é isso que está em questão. Eu quero relembrar e quero entender porque a solicitação de dois conselheiros. Quero entender e aí eu vou ser claro que fui intimado a ser claro, eu quero saber qual é o interesse do DEMHAB nesse processo. Certo? Eu quero entender, porque eu quero ver se tem alguma proposta de contrapartida para o DEMHAB. Entendeu? É isso, eu quero entender. Então, eu estou pedindo para o Furtado... Com todo o respeito, Furtado. Já que ele me instigou a falar, eu falo. E tenho o maior respeito pelo DEMHAB. Então, eu quero, como conselheiro, ter o direito de entender no processo, porque eu não pedi vista. Se eu soubesse que ia trazer tanta polêmica teria pedido vista. Quero entender qual é esse empreendimento,. Eu não me lembro, honestamente, são tantos processos. Então, eu peço, Presidente, que faça e ponha em votação se vai vir o empresário ou não. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mas esta é a minha posição, Felisberto. É esta, que se vote, primeiramente, se este Conselho mantém o convite ou não, que é sugerido pelos dois conselheiros. Outra coisa que eu acho importante, Felisberto e Darci, é o seguinte, que os dois conselheiros se posicionem exatamente sobre isso. Eu não estou defendendo um lado ou outro, estou tentando defender a discussão. Os dois conselheiros mantêm que tem que trazer a empresa para apresentar o projeto? Se mantiverem, como já foi objeto de votação anterior para que viesse, aí nós faríamos essa votação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Na minha Questão de Ordem eu fiz um questionamento, queria saber qual o interesse do DEMHAB no pedido de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Isto não é Questão de Ordem. Desculpe! Não vamos entrar nessa discussão de novo. Eu queria que se posicionassem os dois conselheiros sobre a manutenção ou não da sua demanda de vir a empresa para apresentar ou não. Então, se vocês concordam. **Paulo Henrique do Carmo da Costa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Pessoal, de repente eu vou falar alguma besteira, mas o relato do nosso colega Rafael, eu acho que ele ficou conciliado, do que eu ouvi no dia, ficou conciliado se estivesse uma alteração naquilo que era proposta pela em. Era isso? Não? (Manifestação fora do microfone). Eu tenho dificuldade de entender a tua opinião, porque ficou conciliado. Tem gente que não lembra, eu lembro do parecer, prestei atenção, lembro dele. Não tem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

problema nenhum dele reler, só acho perda de tempo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Retomando, então. Furtado e Emerson, posicionem-se sobre a manutenção do convite ou não. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Assim, conselheiros, eu me lembro que quando pedi vista neste Conselho fui bem claro porque o DEMHAB estava pedindo, eu fui bem claro: eu estou pedindo vista deste processo por ser o conselheiro titular do DEMHAB na Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. Foi por isso, o DEMHAB não tem nada, é só o fato de eu ser o conselheiro representante do DEMHAB na Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. E me respeite, Conselheiro, eu não estou aqui para fazer firulas. Acho, eu tenho dúvidas em relação à Operação Consorciada, e está caindo ou não, cai ou não cai, o que interessa hoje é que está vigente, e eu tenho dúvidas em relação a este projeto na Operação Consorciada. Eu gostaria de ter mais informações do representante, que apresente o projeto em relação até às questões mínimas, do aproveitamento do mínimo e máximo que rege a Operação Consorciada. É isto! Eu quero informação, é só isso. E a questão também das matrículas, está no processo, mas eu quero saber mais informações, de repente perguntando. É isto e mantenho sim que ele venha aqui. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCMDUA:** Vou retomar a situação, porque eu solicitei, é por esclarecimentos em relação ao processo, em relação a macrozona e Operação Consorciada. Então, por isso que eu solicitei, para deixar bem claro, conforme foi o procedimento que a CAUGE provou. Então, quero só deixar bem claro isso, que o empreendedor venha e apresente, para não ficar só aquela imagem de que estão passando por cima da Operação Consorciada. Não, ninguém está passando. Então, tem que deixar bem claro isso. Então, é informação. Mantenho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós temos que ir para votação, porque nós temos duas posições bem claras, a votação, se nós vamos... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós queremos ouvir o relatório do IAB. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpe, mas... (Falas concomitantes). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não é a mesa que decide, Conselheiro. Se é para falar bem alto eu falo aqui! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O encaminhamento é outro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Faz 40 minutos que a mesa se nega a encaminhar uma deliberação dos conselheiros. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, nós vamos entrar em processo de votação, vai ser a primeira votação, se nós vamos manter ou não o convite. (Manifestação fora do microfone). Não, não estou cometendo ilegalidade nenhuma! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Está cometendo várias ilegalidades, não só uma. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não estou cometendo! Não estou cometendo! (Manifestação fora do microfone). Ameaça de dois advogados eu tremo todo aqui. Pelo amor de Deus, mas o que é isso!? Nós somos um Conselho e nós temos agora que deliberar uma questão concreta, que parece que há interesse que não se encaminhe! Nós precisamos encaminhar as coisas, gente! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. O encaminhamento que está sendo proposto para votação infringe um dos pedidos que está na mesa de parte dos conselheiros. Eles solicitam, assim



como alguns estão solicitando, gostariam de mais esclarecimentos por parte do empreendedor. O que eles estão pedindo é que para votar o que está sendo requisitado por estes dois conselheiros, eles querem a releitura do relato para embasar a votação do que está sendo solicitado agora. Então, a não leitura do relato prejudica a votação do que está sendo encaminhado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Agora temos mais uma proposta. (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O parecer já foi dado, nós conhecemos, está nas atas que foram aprovadas. O parecer é conhecido! Não dá para alegar isto, por favor! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Sinceramente, Presidente, eu não vejo porque esta resistência. Eu vou apelar ao seu bom sendo, porque virou uma quebra de braço. A gente vai votar se pode uma questão que está fora do regimento, ou seja, os requerentes apresentarem agora, isto está fora do regimento. E está negando uma votação, se pode reler um parecer que foi lido há duas semanas, que ninguém mais lembra ou a metade não lembra, inclusive eu. Vamos tentar quebrar um pouco, senão não vamos sair daqui. Qual é o problema de ler? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Hermes, já foi decidido por este plenário que seria convidada a empresa, é por esta razão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Quando foi decidido? Não foi decidido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Furtado, lembra quando foi encaminhado por vocês dois e foi aceito? Foi semana passada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só apelo ao seu bom sendo, vamos ler, vamos nos acalmar e votar com propriedade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Hermes, eu não tenho problema nenhum em ler de novo, mas era obrigação de todo mundo aqui saber o que está sendo discutido, está em ata. Eu não estou fazendo esta coisa de empreendedor e não empreendedor, vote-se. E vou dizer mais para vocês, eu lembro muito bem do relato do relator, na boa, eu partiria para os relatos de vista e votação. Eu estou é tentando contemplar um pedido que tem aí, não é meu pedido! Pelo amor de Deus! Eu já teria lido, mas não posso desrespeitar os dois conselheiros que estão pedindo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. Na situação anterior do processo do Inter nós tivemos aqui a discussão duas vezes se ia para a PGM ou não, se votou uma vez e uma semana ou duas depois voltou aqui para este plenário e nós acabamos não votando, porque a gente lembrou que já tinha sido votado. Esta ata que diz que foi votado ainda não chegou para nós, ainda não foi degravada, mas se existem alguns conselhos aqui que tem certeza que está na ata, não temos que votar de novo e cumpra-se o que já está na ata. Isto está superado, se está votado, está votado. Não temos que votar de novo. (Falas concomitantes). Eu estou falando da consulta à empresa, o convite à empresa. Se está votado, eu não estava na reunião, nós temos suplentes, eu não estava na reunião, não tenho obrigação de saber por uma ata que não chegou ainda, mas existem conselheiros que estão dizendo que está votado. Se está votado, esses conselheiros e o Presidente assumam o risco de não ter sido votado, de não estar na ata. Assumam o risco. Então, se está votado, está votado. Vamos para alguns conselheiros aqui, que em maioria estão pedindo 5 minutos para que o Conselheiro Rafael possa ler o que já leu há três semanas. Eu não me lembro, eu não tenho esta memória, Senhor Presidente. **Luiz Antônio**



816 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
817 Sugeriram uma votação, faremos outra votação. Nem precisaria, se nós votarmos que não
818 venha a empresa nós vamos votar ainda hoje e partir logo aos relatos de vista. Esta é a
819 grande diferença que faz eu estar insistindo nesta discussão. **Darci Barnech Campani**
820 **(Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**
821 Qualquer relator de vista pode pedir uma semana de prazo para ler seu parecer. **Luiz**
822 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
823 Mas eles estão com a vista. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região**
824 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu cheguei um
825 pouco atrasado, peço desculpas. Eu acho que já se levantou outra questão aqui, que eu
826 acho que a gente deveria parar um pouquinho e pensar. Foi votado na última reunião que
827 o convite seria feito, etc e tal. Nós não temos esta ata, não tivemos o acesso, como disse o
828 Campani, então, eu sugiro mais uma proposta para a mesa, que se suspenda neste
829 processo qualquer movimento até que a gente receba esta ata, onde vai ficar claro que a
830 empresa foi convidada. Era isto. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos**
831 **Escritórios de Arquitetura - AREA:** Tu tens esta informação, anotação? Estou fazendo
832 esta pergunta para a taquígrafa. QUESTÃO DE ORDEM. O senhor está fazendo uma
833 proposta de votação sobre isso e depois a votação da releitura. **Luiz Antônio Marques**
834 **Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Releitura não
835 precisa votar, quando nós entrarmos na discussão do processo vai ser lido, normalmente.
836 **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura -**
837 **AREA:** Ok, mas é uma questão de encaminhamento, onde algumas pessoas estão
838 sugerindo isto. Lendo poderia nos esclarecer. Como o senhor colocou isto e está havendo
839 manifestações, como diz o Hermes, vamos apelar para o bom senso, se quando o
840 Presidente faz uma proposta e ninguém se manifesta, segue o que o Presidente está
841 propondo. O Presidente está propondo uma coisa, está tendo manifestações, faça a leitura
842 e todo mundo vai ficar esclarecido. Na verdade, o que vamos votar, eu acho que foi
843 votado, senão não teria esse encaminhamento. Se houve o encaminhamento de convidar
844 é porque foi aprovado aqui ou encaminhado. O que nós temos aqui é que foi convidado e
845 não veio. Então, é uma prorrogação hoje. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
846 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não, ele não foi convidado. **Sérgio**
847 **Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**
848 Então, vamos votar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
849 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Se eu entendi, para destravar a mesa é fazer a leitura, não
850 precisa votar, faz a leitura do parecer do relator e depois fazemos a votação. Eu acho que
851 isso não tem que votar. É um acordo para destravar e depois vamos para a votação. Ok?
852 Então, eu convido o relator a fazer a releitura e comentário do seu relato. **Rafael Pavan**
853 **dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Este é um caso
854 que a gente precisaria de um desenho, mas vamos lá. Parecer relativo ao Expediente
855 Único nº 20474400-2. (Releitura do parecer). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
856 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A METROPLAN quer se manifestar.
857 Depois o Furtado, queres a palavra? **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação**
858 **Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Boa noite.
859 Novamente estamos com uma situação de parcelamento de solos, parcelamento de solos
860 tem uma Lei Federal nº 6766/79, tem que passar pelo termo de anuência da
861 METROPLAN. Então, assim, solicito novamente que seja revisto o processo nesse
862 questionamento. Eu estou aqui representando um órgão e exijo que esse órgão faça a
863 parte dos parcelamentos. Nós somos uma instituição que estava em extinção e não



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

estamos mais. Então, estamos aqui para trabalhar em qualquer município do Estado. Muito obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Ficaram algumas dúvidas após a releitura, talvez com o tempo a gente vai aprendendo, mesmo que seja um conselho leigo, mas o OP nos ensinou isso, que mesmo aqueles que não sabiam nada sobre o orçamento acaba aprendendo a partir do que é questionado, a partir de várias vezes que se discute, o autoaprendizado. Então, chama-me e causa espécie, como que um processo deste foi fatiado? Isso tem sido sistemático aqui. E como que passa pelos órgãos que endossam a contrariedade à própria lei, segundo o relato do Conselheiro, que contraria vários artigos. E a METROPLAN aqui também pediu vista, que os autos passassem por ela. E eu tenho questionamento, Rafael, quero que tu prestes atenção, que me escute. Ela tem um impacto ambiental, quantas unidades estão nessa primeira fase ou na totalidade? (Manifestação fora do microfone). Então, depois tu me respondes. Então, além de atingir uma área de impacto ambiental, quero saber se tem estudo de impacto ambiental, porque muitas vezes, para algumas regiões, aqui, não é, Furtado? (Manifestação fora do microfone). É que tu és especialista nesta área ambiental. Então, por isso que eu cito, pelo reconhecimento a tua capacidade, Furtado. Pela tua capacidade, teu conhecimento e muitas vezes a imparcialidade. E quero saber, aí é uma dúvida minha, esse não é o mesmo empresário que trabalhou para alterar a lei da Operação Consorciada na Câmara? É uma dúvida! É uma dúvida e eu queria saber. O Felisberto da RGP. 1 está perguntando: é o mesmo que trabalhou para alterar a Operação Consorciada na Câmara? Segundo, quero saber se no parecer da CAUGE a PGM deu anuência, porque vários pareceres... Eu peço que preste atenção o Presidente. Eu quero saber se é o mesmo que encaminhou o pedido na Câmara de Vereadores para alterar a Lei da Operação Consorciada da Lomba. Obrigado. Eu quero que venha por escrito, senão depois dizem que a acusação é falsa, que não diz diretamente o que é. Então, estou solicitando claramente se é o mesmo. Terceiro, se no parecer da CAUGE a PGM assinou o parecer, porque há vários pareceres, se há assinatura de alguém da PGM. Eu não tive vista, não li o processo. Então, solicito ao relator que me informe isto. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Com a dúvida levantada pela Conselheira da METROPLAN, também pediria, está aqui a representação da SMAMS, eu estava no Conselho Estadual de Meio Ambiente, que votou a resolução referente à Lei Complementar nº 140, que reorganizou o licenciamento ambiental no país, referente ao que era a função do Estado e o que era a função do Município. Há poucas semanas saiu a notícia de que a SMAMS teria perdido a sua... A palavra certa não é “convênio”, mas a autorização para fazer, mas que estava indo atrás de readquirir esta condição. E 300 hectares, pelo que eu lembro, é licenciamento FEPAM, na resolução do CONSEMA é licenciamento. Pelo que eu me lembro, acima de 50 hectares é licenciamento FEPAM, está aqui a representante da METROPLAN que pode nos esclarecer isso. Como está a situação da SMAMS em relação aos licenciamentos, se ela readquiriu a competência que tinha antes e se a conselheira sabe qual é o limite entre Estado, Município desta competência em relação a loteamento. Na época eu representava a UFRGS lá e tenho bem claro que campus universitários e presídios era 20 hectares, os loteamentos eram um pouquinho mais, se eu não me engano 50. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Feita a reapresentação do relato do IAB, nós temos que questão anteriores, que é a votação, se concordamos ou não com a vinda, se reafirmamos o convite da vinda da empresa para apresentar o projeto no Conselho. Então, conselheiros, em votação, os conselheiros que concordam em manter o convite à empresa para vir apresentar o projeto



na próxima semana, que se manifestem, por favor. (Contagem de votos = 11 votos). Contrários ao convite? (Contagem de votos = 07 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). **APROVADO O CONVITE**. Está mantido o convite. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: DECLARAÇÃO DE VOTO**. Eu sou pelo mais amplo esclarecimento do Conselho, mas, realmente, não está no estatuto. Realmente, eu entendo que seria um grau recursal antes da decisão final tomada depois do voto do relator. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: DECLARAÇÃO DE VOTO**. A ACESSO se manifesta pela ilegalidade do procedimento que está sendo adotado, que contraria o regimento e contraria os procedimentos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: DECLARAÇÃO DE VOTO**. No mesmo sentido da ACESSO, acho extemporâneo, muito complicado o que aconteceu aqui, chamar o empresário para vir apresentar o projeto... Olha, *data vênia*, desculpe, mais já vi de tudo e estou aprendendo cada vez mais a ver mais coisas que eu não gostaria de ver. É minha opinião e muito obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS: DECLARAÇÃO DE VOTO**. Jamais serei contrário a qualquer manifestação e apresentação por parte do empreendedor na inicial, quando o processo entra nesta sala. O que está se dando aqui, o que este Conselho acabou de dar não é o direito à apresentação, é o direito a rebater o relato que já consta nos autos do processo. Isso jamais poderia ter sido dado, jamais foi dado e fere o nosso regimento, fere até outras normativas. E já solicito aqui o áudio desta reunião. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: DECLARAÇÃO DE VOTO**. Eu queria também repetir o que eu já disse anteriormente, o que foi feito contraria o Regimento Interno, frontalmente. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: DECLARAÇÃO DE VOTO**. Não ficou respondido, anteriormente, a questão do questionamento do Felisberto, por isso o meu voto é sobre a vinda ao contrário, porque tem que ter clareza se é o mesmo responsável pelo Cidade Nova, se é o mesmo que vai vir aqui responder por este processo na Lomba do Pinheiro. Não foi respondido isso, por isso o meu posicionamento. Agora, está em tempo ainda do Senhor responder para nós. É o mesmo responsável que coordena os processos na proposta que virá do Cidade Nova para este empreendimento? Aí fica claro que é o mesmo que encaminhou o lobby para a extinção da Lei Consorciada Lomba do Pinheiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: É declaração de voto**. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: É declaração de voto**, eu quero que conste isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Mas a senhora está fazendo um questionamento**. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: É questionamento**. Eu quero que conste isto, é o meu jeito, sou leiga, eu não sou *data vênia*. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Não cabe a mesa responder um processo que não está em pauta**. Outra coisa, eu não vou caçar bruxas por aí, procurando empresário por esta ou aquela posição. Eu acho isso um absurdo, uma atitude altamente antidemocrática, nós temos questões concretas e objetivas para serem analisadas aqui dentro, não ficar atrás de posições políticas administrativas de empresários e tal que tramita por aqui. Ok? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: DECLARAÇÃO DE VOTO**. Conselheiros, eu quero colocar que este Conselho tem um



processo democrático e aqueles que não foram felizes na sua colocação ou não conseguiram convencer a todos, que respeite o processo. Obrigado. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Quando o empreendedor vier fazer a apresentação para nós termos este cuidado talvez que o Rafael comentou, dele fazer uma apresentação e talvez a gente não deixar ele falar ou ficar tirando alguma dúvida. A segunda, eu me lembro, até fui olhar a planta do Rafael no processo, que na próxima vez, não sei se o senhor vai estar de Presidente ou não, mas depois dos relatos de vista e nós entrarmos em votação, eu acho que o Rafael tem, naquele dia não funcionou, ele queria ter mostrado essas plantas que eu olhei ali. Então, para nós votarmos, para ele completar o relato dele é interessante apresentar essas plantas. Terceiro, só para lembrar, quando teve o Regimento Interno eu fiz uma proposta que não foi votada e foi perdida, que é o seguinte: toda vez que alguém fizer um relato, e passaram duas, três, quatro, cinco semanas, eu tinha colocado que era obrigação reler o relato para haver a votação. Isso não entrou no Regimento Interno, por isso que deu toda essa discussão. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. Tem três coisas bem rápidas: uma, eu não entendo porque está escrito aqui “parecer parcial”. O parecer para mim foi bem claro, eu ouvi e ficou claro que não é parcial, ele tem um posicionamento. Então, acho que deve ser retirado aqui da nossa convocação, da nossa pauta, que o parecer é parcial, porque foi usado em alguns discursos aqui o fato de ser parecer parcial. Segundo, eu tenho um pedido aprovado por este Conselho, faz uns 3 meses, sobre um parecer da Procuradoria, sobre a responsabilidade do voto de cada um dos conselheiros. Conselheiros votaram contra o Regimento, os Conselheiros têm que saber que eles têm responsabilidade ao votar contra o Regimento, no meu entendimento. Não sei porque um parecer tão simples sobre uma coisa que... A lei já é de 1980 e poucos, se não me engano, e a nossa PGM não consegue emitir um parecer sobre a responsabilidade dos nossos votos. E terceiro, eu proponho que nos 8 minutos que a gente tem ainda de reunião, que a gente vote se vamos fazer a revisão do Regimento ou não. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Posso me manifestar sobre o processo? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós já discutimos, já encaminhamos, já votamos, já fizemos declarações de voto, inclusive, o senhor já fez declaração de voto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, eu quero um esclarecimento do Presidente, se as minhas perguntas serão respondidas quando? Depois do empresário vir ou podem ser respondidas ágoras? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vai ser encaminhado pela leitura da ata pelo titular. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha Questão de Ordem foi exatamente no sentido de não entrar no processo 4.04, mas que se entre no assunto da reforma do Regimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Campani, eu te sugiro, com todo o respeito a tua postura, que não poderia ser diferente. Vamos colocar como ponto de discussão de uma reunião com todo mundo, inclusive, com o titular aqui. O que está acontecendo? As pessoas estão reclamando muito... (Manifestação fora do microfone). Desculpa, não precisa emendar, eu sei o que quero dizer, querida Conselheira. (Manifestação fora do microfone). A senhora já me chamou de outras coisas, não tão simpáticas como esta. Em relação ao Regimento, acontece o seguinte: algumas pessoas, uma minoria que perdeu a votação está reclamando constantemente. Houve um processo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

democrático, houve um processo de discussão em que as pessoas fizeram duas opções de votação. Esse pessoal que está reclamando reclama constantemente... (Falas concomitantes). Outras pessoas, não eram muitas, colocaram a discussão de item a item, item por item. A bem da verdade, se essas pessoas, que era o Sérgio, se fizessem a resposta item por item, o que seria este Regimento? Vocês sabem muito bem disto, até porque votaram no que o Sérgio propôs, o que salvou de certa forma o Regimento, deixando ele mais parecido com o que era antes. Então, façam o encaminhamento quando estiver o Presidente aqui para fazer a discussão do Regimento. Ele incomoda os perdedores, as pessoas que ganharam, que votaram a favor, que passaram o Regimento não estão reclamando. Quem está reclamando são os mesmos de sempre... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero dizer que o Presidente que coordenava e era Secretário da SMAMS, ele foi afastado. Então, coloca em cheque a aprovação do Regimento e de toda a legalidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Afastado de onde? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Da Secretaria! Inclusive, está respondendo processo criminal. Então, nós podemos questionar sim o Regimento, da legalidade e oportunidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Só que foi votado pela maioria deste Conselho. A proposta foi dele, mas a votação foi deste Conselho. Mas o que é isto? Onde nós estamos? Para onde estamos indo? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Conselheiros, vamos fazer silêncio. (Manifestação fora do microfone). Eu só queria registrar que este comportamento, Conselheiro Gomes, não foi um comportamento digno da ocupação dessa mesa. Por outro lado, respondendo, quem perdeu ou ganhou, eu acho que todo mundo perdeu com a falta de discussão do Regimento. Quem está reclamando hoje é quem está descumprindo o Regimento, que reprovaram. É muito simples, o Regimento hoje foi descumprido. Tu podes fazer a tua defesa, avaliação, etc e etc., mas ele foi descumprido. Eu peço para me retirar, porque eu tenho um compromisso agora. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que é com concordância de todos, estamos concluindo. Não temos como tocar mais e o prazo é às 20 horas. Muito obrigado pela excelente reunião, pacífica e agradável! **(Encerramento às 20 horas).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2821/2019

Aos oito dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Maurício Henrique Castro de Oliveira (2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2817/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **APRESENTAÇÃO RESPONSÁVEL TÉCNICO – INNOVAR PARTICIPAÇÕES**; 5. **ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite ou boa tarde, senhores conselheiros. Abrindo a nossa sessão de hoje, inicialmente, eu faço a abertura com a 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2817/2019**. Votos favoráveis à aprovação da ata, por favor. (Contagem de votos = 15 votos). contrários? (Contagem de votos = 00 votos). abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). **APROVADA A ATA**. 3. **COMUNICAÇÕES**. Antes de abrir o período de comunicações. Tu pegaste as inscrições? São essas as inscrições que nós temos? Nós temos uma externa aqui. Então, duas externas, que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

gente vota para haver a manifestação. Depois temos a inscrição da Região de Planejamento 01, 02, 06, SMAMS a Patrícia e a 05 com o Paulo Jorge. Então, conforme o nosso combinado na última reunião, a gente encerra o período de inscrições aqui e aí abre o período de comunicações, a gente faz o controle dos horários aqui e o pessoal se manifesta. Então, só para a gente ter essa organização e não ficar, às vezes, abre, aí um comenta uma coisa, aí pede inscrição de novo. Então, a gente encerrou aqui para a gente dar esse segmento e manter aquele nosso cronograma de até às 20 horas a gente tentar encerrar as atividades do Conselho. Eu peço serenidade, que a gente tenha uma noite de trabalho agradável, que possamos debater em alto nível. Eu sei que na reunião passada teve um pouco de estresse aí, mas acho que a gente tem que ir superando. Tudo é evolução, é aprendizado, temos que nos respeitar, né. Este conselho tem um papel importante, a gente está revisando o Plano Diretor da cidade, é a nossa imagem que acaba saindo daqui também das delimitações deste Conselho. Eu acho importante que a gente faça o debate, mas o debate em alto nível. Divergências vai haver, é natural, nós vamos compreender talvez uma forma assim, outro de uma outra forma, mas a gente tem que fazer esse enfrentamento em alto nível. É tão salutar, é tão agradável, é tão bom quando a gente aprende um com o outro na discussão, no debate respeitoso. Eu acho que isso a gente tem que manter, acima de tudo, porque este Conselho é de extrema importância para o desenvolvimento da cidade. Os grandes empreendimentos por aqui passam, além das questões do Plano Diretor, todos os projetos de grande impacto passam por aqui. Então, a gente tem um olhar também externo para dentro deste Conselho e a gente tem que preservar o respeito e mostrar que a gente está debatendo, que vamos divergir, mas em alto nível. Então, desde já eu coloco em votação a fala da Fernanda e da Loiva, a Fernanda do MLB e da Loiva. Votos favoráveis à fala externa, na comunicação externa. Votos favoráveis? Chamaram a minha atenção da outra vez que que estaria no regimento... (Manifestação fora do microfone). Quando é fora do prazo? Então, está dentro do prazo, não há necessidade de votar. A gente abre a fala para a Fernanda. Fernanda, por favor, se identifica. **Fernanda, Movimento de Luta nos Bairros – MLB:** Boa noite. Meu nome é Fernanda, eu integro o Movimento de Luta nos Bairros, vilas e favelas, o MLB e a Unidade Popular pelo Socialismo. E eu estou aqui hoje para trazer uma demanda para vocês, que é sobre a votação do Código Ambiental, que foi colocado em votação, em regime de urgência, ou seja, são 30 dias, mas, na verdade, esses 30 dias já são bem reduzidos, porque o protocolo foi feito no dia 27 do mês passado; ou seja, até o dia 29 deste mês vai ter essa votação. Ontem teve uma reunião na Assembleia e a bancada de oposição estava muito preocupada com isso, chamaram os movimentos, chamaram todas as entidades envolvidas para esse debate. E a gente queria colocar aqui para vocês, para ver como o conselho se posiciona sobre isso, porque, enfim, a gente sabe que essas alterações, são 480 alterações na legislação ambiental e mais 50 emendas, elas vão ser aprovadas sem nenhum debate, minimamente, sério com a sociedade, com os movimentos sociais e com a demais entidades. A gente sabe que essas alterações vão atingir, necessariamente, todas as nossas pautas, tanto o Plano Diretor, a questão da entrada da megamineração na cidade e nas cidades próximas, toda essa questão ambiental, a questão do direito à cidade e o direito à moradia também vão ser diretamente atingidos. Então, é sobre isso que eu queria trazer, essa demanda para vocês se posicionarem e também entrarem neste debate. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Fernanda. Agora a gente tem a inscrição da Loiva Hertz. **Loiva Hertz, JLH Engenharia:** Boa noite. Meu nome é Loiva Hertz, eu sou engenheira técnica responsável da Empresa



JLH Engenharia. Eu quero trazer para vocês uma situação que tem acontecido muito em Porto Alegre, o caso que eu vou trazer vocês podem ter certeza que não é um caso isolado. Eu protocolei um projeto na antiga SMOV, no dia 28 de outubro de 2018, um projeto de reciclagem de uso, regularização e ampliação. Esse processo ficou no setor de digitalização até julho deste ano. Ele teve a sua primeira aan, que aí entrou em pendências, no dia 22 de agosto. O que aconteceu? Como é uma empresa de segurança que está pretendendo se mudar para Porto Alegre, ela é de Eldorado, uma empresa grande e a gente tinha a parte de reformas que não depende de liberação da prefeitura para a gente fazer, a parte interna de adequação. Nós iniciamos a obra no ano passado com o cronograma de 8 meses, enquanto fosse liberado o projeto de ampliação. Com o passar desse período, até foi mais tempo que isso, a gente ficou quase 11 meses na reforma. Não havia nenhuma via ainda do andamento desse projeto, a gente iniciou a obra de ampliação sim, irregularmente, não deveríamos. Mas o que tu vais fazer quando tu tens 9 famílias que dependem de ti? Eu não tenho estrutura, minha empresa não tem estrutura de realocação, de realocar esse pessoal para outras obras. Então, simplesmente, tu tens que chegar e dizer: “Deu, por hoje não tem mais”. E aí nós iniciamos sim a obra e semana passada foi fiscalizada pelo setor da prefeitura e embargada. Então, por um processo burocrático da Prefeitura de levar quase um ano para analisar um projeto, são 10 meses para primeira análise desse projeto, eu perco com meu cliente, eu perco dinheiro, meu cliente perde, porque a estimativa inicial dele era em outubro deste ano já estar na sede própria. Os funcionários perdem, porque eu vou ser obrigada a dispensar todo mundo e a Prefeitura de Porto Alegre perde, porque está deixando de ter em Porto Alegre uma empresa que tem mais de 4 mil funcionários. Eu não sei o faturamento dela, mas eu acredito que não seja pequeno. Por uma questão burocrática que as coisas não andam! Tu entras com o processo e não tem mais nenhum tempo para dar para o cliente: “Olha, vai levar três, vai levar quatro”. Não sei, tu não tens mais estimativa para dar para ninguém. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigada, Loiva. Relatando as nossas dificuldades do licenciamento, que estão latentes aí. Passamos, então, ao Conselheiro Felisberto, pela Região de Planejamento 01., **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Primeiro, sobre a fala da Fernanda do MLB, sobre essa questão dos 420 artigos, ou 480 alterações ao Código Ambiental, que altera muito o Código Ambiental do Estado. Isso afeta muitas das leis e diretrizes, lei nacional e estadual que trata desse tema. Então, é importante que neste momento em que a gente tem, que este Conselho trata da questão ambiental, é importante que a gente também pudesse, porque isso afeta nossa cidade, seria importante a gente ter uma posição. É estranho se não vai ter audiência pública. Então, aprovam leis sem o mínimo de discussão com a sociedade. Então, é um momento muito difícil para a sociedade, porque ela se vê violentada nos seus direitos mínimos, até de sobrevivência. E deputados, e vereadores, às vezes, aprovando leis que vão de encontro à sociedade, defendendo puramente o interesse econômico. Então, esse é um momento muito perigoso. Então, é importante que o Conselho tenha um olhar sobre isso e posicione. Esta é a minha primeira observação. A segunda é sobre essa questão dos processos que tramitam aqui e houve uma... Se não me engano tinha o Edifica POA, que foi constituído para analisar os processos, agilizar e que por não locarem mais fez com que esses processos migrassem de volta. E tem uma foto que aparece em vários sites aí dos processos em um canto, mesmo com esse processo de digitalização a gente vê que os processos não andam e empregos são perdidos. Eu acho que começar uma obra é



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

irregular, mas deveriam dar um prazo de defesa e não embargar obra de cara. Parece-me que aí não houve este prazo para explicações, simplesmente foram lá e embargaram. É isso, né, Loiva? (Sim). Então, eu acho que tem que ter no mínimo direito de defesa e por um erro da prefeitura. Demorar tantos meses para digitalizar, a gente entende que tem acúmulo de processos, não é tão fácil digitalizar, mas não punir, dar pelo menos o direito de defesa e do contraditório e não simplesmente ir lá e interditar a obra. Essa é minha segunda questão. A outra questão, a terceira, eu pedi a este Conselho que fosse requisitado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana o laudo que autorizou a demolição da Baronesa, nº 640, dos prédios ali. E até hoje eu não tive resposta. Eu queria reiterar, e ontem eu falei com o Secretário Adjunto lá na reunião do Orçamento Participativo, o Tessaro, que é o secretário adjunto da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade, dizendo da minha preocupação. E queria que o Secretário, Presidente deste Conselho, pudesse agilizar isso, porque é um prédio que foi demolido e não foi apresentado o laudo, não sabem quem autorizou, segundo a gente ouve a bocas pequenas, e nem um curso para a montagem daquela infraestrutura para fazer a demolição. Então, era isso por enquanto e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. E vamos consignar aqui, o Senhor enquanto cidadão também tem todo o direito e deve solicitar da administração e a administração é obrigada a compartilhar a documentação pela lei de transparência. Até tem um canal, acho importante, Gabrielle, divulgar, a administração está trabalhando e melhorando esses processos para abrir por meio de uma solicitação as documentações adversas dos demais, dá para encaminhar. Enfim, a administração tem que responder. Naturalmente, às vezes eu não tenho acesso, mas por esse canal na Secretaria de Transparência são obrigados a disponibilizar. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Na verdade, só quero falar sobre essa questão da Engenheira Loiva, que na semana anterior a gente falou sobre a questão que Porto Alegre não gera novos postos de trabalho. E estamos vendo aqui uma empresa que quer se instalar em Porto Alegre, está gerando emprego, a proposta é também gerar emprego. É uma situação que o fiscal vai lá, já fiscaliza, já embarga, não dá tempo nenhum para que o empreendedor apresente ou se defenda, faça alguma coisa. Parece que nós estamos em uma cidade que não tem para onde ir para recorrer. Então, eu espero que após esta fala da Engenheira Loiva que seja encaminhado, para que a gente possa não deixar que outras empresas sofram esse prejuízo, porque não é só a empresa que vai sentir esse prejuízo na questão da geração de emprego. Esta empresa está vindo para Porto Alegre, não é de Porto Alegre, escolheu Porto Alegre acreditando que seja um lugar de geração de renda e emprego, é recebida desse jeito. A gente sabe que justamente a demora... (Inaudível, falha no microfone) **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Cortaram a sua fala, conselheiro. Não fui eu, é automático. (Risos). nós temos na sequência o Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu queria me manifestar solidário à Engenheira Loiva, é um assunto que a gente arranha neste Conselho, mas não levamos com a seriedade que deveria ser levada aqui dentro. a questão da aprovação de aprovação e licenciamento de projeto em Porto Alegre está muito crônico. Nós tivemos um retrocesso muito grande do último governo para este governo, onde quem tem escritório de arquitetura, de engenharia, sabe muito bem no detalhe o que eu estou falando. Algumas organizações de arquitetos têm procurado o prefeito, prefeito encaminha o assunto ao secretário, correspondente de maior peso, que é da Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Municipal de Desenvolvimento Econômico, este secretário apresentou para esse grupo de arquitetos um cronograma de reorganização da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, com o foco na questão do licenciamento em Porto Alegre. Todas as previsões do cronograma, que o Secretário Cidade apresentou, nenhuma se cumpriu, nenhuma foi colocada, conforme ele tinha se comprometido conosco, que era A SINDUSCON, a Sociedade de Engenharia, Sindicato dos Engenheiros, um grupo de arquitetos autônomos e independentes, que é o Aprova Já, do qual eu pertencço. Tem mais alguma organização que eu não lembro o nome agora. E a nossa intenção, quando fizemos a reunião primeiro com o prefeito. Foram apresentados diversos cases no Brasil, onde funciona a liberação de projeto em tempo satisfatório, digamos assim, para os consumidores, para os arquitetos, para quem produz projeto e o espaço construído na cidade. Os nossos cases irritaram de certa forma o secretário, porque o Prefeito não tinha o conhecimento de que existiam essas situações no Brasil. Nós deixamos com ele e encaminhou que o secretário tomasse uma atitude para que essa situação no mínimo fosse analisada e transformado em um projeto para Porto Alegre, para a Prefeitura de Porto Alegre, para melhorar a questão do licenciamento. Não aconteceu e o que ocorre? Acaba a cada dia represando mais a quantidade de demanda dos arquitetos nas secretarias afins, o maior peso na SMDE e de alguma maneira também, alguma coisa na SMAMS. Nós aqui no Conselho percebemos que está reduzindo o número de demandas, ela está represando em outros lugares e em algum momento vai vir para cá. Então, eu me solidarizo, eu acredito que o Conselho pode tomar uma atitude como nós tomamos uma atitude em relação ao solo criado, quando criamos uma comissão que esmiuçou a questão do solo criado em Porto Alegre. Inclusive, isso resultou em uma lei nova, que flexibilizou. O Secretário, inclusive, fez parte disso e atribuo a ele até o avanço dessa lei ter absorvido o aprendizado que nós tivemos naquela comissão do solo criado. Acredito que uma comissão semelhante dentro deste Conselho poderia vir a contribuir para que a gente saia desta situação letárgica que nós estamos, estamos parados. E quero deixar muito claro que os funcionários do município são vítimas deste momento, porque a maioria deles sabe que tem solução, sabe que podem fazer um projeto implementar. Ok? Só para registrar por último, Presidente, eu gostaria de ver nessas demandas, lutando por isso, manifestando-se e trabalhando os representantes dos arquitetos neste Conselho. Começando pelo CAU, pelo Sindicato dos Arquitetos e pelo Instituto dos Arquitetos, para se somarem no sentido de a gente buscar uma solução para esse problema que a crônico. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Realmente, o problema do licenciamento, tomara que a gente consiga enfrentar com a revisão do Plano Diretor alguns pontos que geram algumas dúvidas, ou em conformidades, ou interpretações diversas e atrasam um processo de licenciamento, como critérios para medidas mitigatórias, parâmetros mais claros preestabelecidos. A gente tem esse desafio no processo de revisão do Plano Diretor de estabelecer esses critérios, ter esse detalhamento do território de uma forma mais clara, para ter esses parâmetros e a gente poder ajudar no processo de licenciamento, que não está tão vinculado lá na secretaria, está mais no Desenvolvimento Econômico; mas tudo que gera alguma interpretação atrasa. Tomara que a gente consiga, é o nosso desafio, até para melhorar os fluxos, que a gente tenha esses critérios discutidos com a cidade e validados na lei, para que depois, na forma, no processo, no rito, a gente consiga avançar com mais celeridade na tentativa de ajudar. Tu falaste em CAU aqui, eu faço referência, rapidamente, só a visita que a gente teve nessa quantidade de reuniões que temos feito com as entidades, na qual eu saúdo, tem sido muito significativo, importante esse diálogo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

de conversas e de entendimento do trabalho de cada entidade, de como cada uma pode contribuir na revisão do Plano Diretor. A gente, recentemente, esteve na SOCECON com o Mark, fomos muito bem recebidos. Conhecemos a estrutura lá, também no CAU a gente esteve. Hoje está a Conselheira Janice representando o CAU, mas a gente esteve com o presidente, também fomos muito bem recebidos. Tem uma experiência muito boa em revisões de Plano Diretor, enfim, com outras cidades. Tem sido bem enriquecedora, né, Patrícia, enquanto representantes da secretaria, ter essas conversas com as entidades, assim como tivemos com outras que a gente se referiu aqui. Eu passo a inscrição do Paulo Jorge... Na ordem aqui, a Patrícia da Secretaria, minha diretora de planejamento. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Boa noite a todos. Eu pedi a palavra, vocês já devem estar sabendo que vai começar o nosso calendário de oficinas territoriais temáticas, que vão começar no dia 17 de outubro com a Região de Planejamento 07 e vão encerrar esta primeira rodada dia 09 de novembro, na Região de Planejamento 02, Ilhas. Só avisar que todo esse calendário consta no nosso site do Plano Diretor, que a gente consegue acessar pelo site da Prefeitura. Hoje à tarde, às 16 horas, a gente teve reunião com os conselheiros regionais para a gente fazer uma rodada e o fechamento e uma avaliação de como foi a primeira oficina com os conselheiros. E dessa avaliação chegamos a algumas conclusões, apresentamos, estamos aguardando o retorno. E foi solicitado nessa reunião que a gente fizesse na próxima uma apresentação para eles sobre o que que é o Plano Diretor, voltando um pouquinho mais atrás, para que eles possam estar apropriados e poderem fazer essa a interface com as suas regiões, porque estão trabalhando ativamente, também nos ajudando nesse processo. Então, eu queria fazer essa solicitação, para que a gente fizesse isso na próxima, a pedido deles. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Muito bem lembrado, patrícia. É importante a participação de todos, o engajamento nessas oficinas, divulgar, de fato ter uma participação efetiva e não ser uma coisa proforma, que de fato a comunidade vai lá, tem assento, disputa, debate. A gente fica tão mais maduro. Tenho certeza que este Conselho vai ficar tão rico, tão mais maduro ao final desse processo, porque a gente aprende tanto nesses debates, nessas discussões, técnicas de comunidade. Então, acho que é uma superoportunidade de a gente enriquecer o nosso conhecimento e fazer boas entregas para a cidade. Na sequência eu passo a palavra ao Paulo Jorge. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** O pedido é na reunião do Conselho fazer essa apresentação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, a gente organiza aqui. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Porque a próxima é dia 17. Então, a gente consegue fazer antes para eles estarem organizados. Dia 17 e dia 15, que é terça-feira, a gente faria essa apresentação. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, Conselheiros. Eu quero falar que no dia 12, sábado agora, o IAB vai apresentar na Praça da Alfândega (Inaudível), falha no microfone). Então, vai ser às 9h30min. Vai estar o pessoal, estamos convidando para estarem lá presentes. A cidade precisa crescer e a construção civil está muito parada. Quem perde da construção civil é o pessoal de baixa renda, que é o pedreiro, o carpinteiro, a mão de obra barata, que ganha pouco, mas pelo mesmo quer trabalhar para levar para a sua família o sustento, para seus filhos não estarem nas esquinas ou se envolvendo em drogas. Se a cidade não funcionar, não tiver empreendimento, obras na cidade, a coisa dá



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

o caos. Pô, a China está lá, o desenvolvimento crescendo. Só que aqui em Porto Alegre não (Inaudível). Eu quero também colocar o seguinte, como eu sou da saúde, trabalho no hospital São Pedro, nós estamos convivendo com um dos problemas mais sérios neste país, que é o suicídio. Isto é uma coisa que está preocupando, muitas pessoas estão se envolvendo em morte, suicídio. Então, é uma coisa que não se debate, que é a depressão, mas está envolvendo muitas pessoas neste país, que é o desemprego, problema social, aí está levando ao suicídio. E para encerrar minha parte, semana que vem quero fazer a apresentação da minha entidade aqui, porque o pessoal tem que conhecer também o que é a favela, como que a favela vive, a favela se comunica e se cria. Não só eu, mas tem o Adroaldo que tem uma entidade muito importante. Poderia trazer um slide, talvez abrir um espaço de uns 08 minutos para mostrar o trabalho social que tem na favela, sobre a situação do desemprego que nós temos, também com adolescente, com famílias. É de onde sai o cidadão que está na exclusão social. Então, o Conselho também tinha que conhecer o trabalho de repente aqui dentro (Inaudível)... e fazer encaminhamentos de ajuda, porque é possível. Ali está o processo do cidadão da favela. Então, na favela que se cria o problema da situação social. Muitas empresas poderiam ajudar, de repente o SINDUSCON, outras empresas que tem aqui dentro, o IAB, o sindicato. Então, eu gostaria de propor, Presidente, se possível dar 08 minutos para quem quiser apresentar o planejamento, o seu trabalho social. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Compatibilizo aqui com a Gabrielle agenda para a gente trazer, é importante neste momento que a gente conheça o trabalho da comunidade, sem dúvida. Encerrado o período de comunicações. A gente passa para Ordem do Dia, assuntos mais complexos, vamos debater em alto nível, passada a parte boa das Comunicações. Agora vamos para os processos, só referindo antes, reforçar também, o congresso do IAB que Paulo Jorge comentou é bastante interessante. A gente tem um cronograma de palestras muito rico, eu acho bem enriquecedor que todos possam participar e se integrar nesse trabalho. Nesse processo de revisão do Plano Diretor, ouvir, participar dessas palestras é bem enriquecedor. Excepcionalmente, de repente, abro para tu comentários, porque já é na sexta-feira agora e encerra o prazo. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, eu reforço o convite para o Congresso Brasileiro de Arquitetos, que vai iniciar amanhã, vai até sábado. A programação está no site, todas as áreas temáticas abordadas. Ainda há como fazer a inscrição. É um que eu tenho acompanhado a organização, andei afastado nos últimos meses, por outros motivos, mas foi uma organização bem intensa realizada pelo Instituto dos Arquitetos e nos prepara para o ano que vem, para o encontro que vai acontecer no Rio de Janeiro, também de arquitetos, o encontro internacional. Então, fica aberto o convite ainda para participação para os conselheiros e todos interessados, para todos os temas abordados, vão ter temas como habitação mesmo, a parte de movimentos sociais também, também a parte dos trabalhos acadêmicos e uma área que mais especificamente eu ajudei a montar, que são outras práticas, outros modos de fazer arquitetura e áreas afins que tocam na temática da cidade. Então, esse campo que se abriu é quase uma novidade, uma aposta do IAB do congresso que vai acontecer. **5. ORDEM DO DIA. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Fausto. Passamos, então, a nossa Ordem do Dia. Os processos constantes no **ITEM 5.01, 5.02** ainda não retornaram, estão em diligências. Estou verificando aqui. Então, a gente passa ao **ITEM 5.03. EXPEDIENTE 002.286448.00.7, INNOVAR PARTICIPAÇÕES.** Tomei conhecimento aqui que foi votado na reunião passada uma apresentação do responsável



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

técnico da empresa. No entanto, o responsável técnico está ausente. A gente tem em discussão aqui, antes de fazer o encaminhamento, um pedido da parte da METROPLAN. **Cláudio Gaudi (Representando o 2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** QUESTÃO E ORDEM. É uma Questão de Ordem no sentido de reiterar o que a colega Fernanda, a titular, representante da METROPLAN, trouxe em outras reuniões aqui com relação aos empreendimentos de parcelamento do solo, que necessariamente com base na legislação vigente devem passar por um processo de anuência prévia no órgão metropolitano. Então, como esse expediente trata justamente de um empreendimento de parcelamento de solo eu trago essa informação para que seja levado em consideração no desdobramento da discussão final do assunto. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixa-me fazer um esclarecimento em relação a essa participação da METROPLAN. A gente tem tratado com a direção lá, teu diretor. Recentemente, tivemos uma agenda com o jurídico, a METROPLAN vem trabalhando no termo de cooperação com os municípios, porque eles entendem também equivocado ou ultrapassado esse dispositivo da legislação em função da independência dos municípios, naturalmente, para tratar das questões de parcelamento do solo. De fato, hoje sempre se tem um pouco de dúvida com relação a essa anuência, alguns registros de imóveis exigem, posteriormente, outros não exigem essa manifestação. Ela, naturalmente, é enfrentada quando vai para o registro de imóveis. Agora a METROPLAN está encaminhando um termo de cooperação, inclusive, um decreto do governador do estado limitando o que seria de fato a manifestação da METROPLAN: quando tem divisa com município, com algum outro município, que essa seria a ideia de se ter na legislação estadual a necessidade de manifestação da METROPLAN. Tem um pouco de discussão legal e bastante antiga, eu acho que esses assuntos vêm e vão e a gente não consegue enfrentar. Antigamente, tinha algum convênio, mas agora parece que o pessoal entende que é o instrumento inadequado. O fato é que lá no momento do registro do imóvel, certamente, vai ter que ter após aprovação do município a anuência da METROPLAN. A gente está tentando enfrentar para equacionar um pouco melhor esse rito, porque eu vejo que sempre tem um pouco de dúvida. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acho que a Questão de Ordem seria nesse sentido, Presidente, como a colega e agora o colega da METROPLAN tem colocado seguidamente nas nossas reuniões, essa visão interpretativa, digamos assim. A minha colocação foi no sentido do que o senhor respondeu, em trazer para nós uma posição definitiva, para não ficar um mal estar de relação entre município, Estado, METROPLAN e tal, porque nós de Porto Alegre parece tão normal, tão natural os procedimentos, os ritos e tal, que a gente usa para fazer um licenciamento e tal de loteamento e afins. É nesse sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, sim, a gente vem enfrentando em uma relação muito cordial com a Direção da METROPLAN para tentar equacionar um pouco desse fluxo, porque, naturalmente, existe uma legislação própria de Porto Alegre, bastante histórica em relação à loteamento, regras diferentes, às vezes o alcance da análise da METROPLAN não pode adentrar nessa análise do ponto de vista legal do Município de Porto Alegre. A gente está tentando enfrentar para melhorar esse fluxo, que lá no Registro de Imóveis se ingressa com essa etapa para fazer o registro do loteamento, que é exigida essa anuência da METROPLAN. Eu sei que alguns registros de imóveis exigem, outros não, porque entendem essa questão da divisão das competências. Fato é que ficou na legislação estadual esse aspecto, tentando puxar um pouco do histórico. Aí analisando para tentar



achar uma solução para o problema. A tentativa do estado de colocar essa obrigatoriedade é justamente para as questões limítrofes, com determinados municípios, enfim, em algumas questões mais de região metropolitana, que imagino que seja o histórico. Quer comentar alguma coisa? **Cláudio Gaudi (Representando o 2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** É só no sentido de fazer uma complementação, o objetivo aqui da minha manifestação de ordem anteriormente foi de trazer o que está posto na legislação. As questões que foram colocadas pelo senhor, evidentemente, isso aconteceu, essa visita à METROPLAN, essa tentativa de fazer um convênio no sentido de identificar quais os empreendimentos que são de impacto metropolitano e aqueles que ficariam, mas eu preciso reforçar o seguinte, essa questão do cartório revela, na verdade, uma distorção do processo, porque anuência prévia é uma figura jurídica que está prevista na legislação de parcelamento do solo desde 1979. E como o nome diz ela é uma anuência prévia, ela não é uma aprovação, é uma anuência prévia à aprovação final do município. Então, a gente sempre lamentou que os processos sigam em frente e só por força do cartório de registro imobiliário eles sofram essa observação, essa interrupção, quando, na verdade, estão fazendo ou querendo que a lei seja cumprida. O tema é um pouco polêmico, seria interessante fazer um debate mais aprofundado, mas as questões metropolitanas não se restringem exclusivamente as divisas municipais. A influência do parcelamento do solo, na expansão urbana, na estruturação urbana vai muito além das porções de território que correspondem as divisas municipais. Seria um debate bastante interessante, não é o caso aqui, mas a gente poderia eventualmente programar com uma série de exemplos, uma série de situações, para que tanto esse olhar regional como olhar mais local pudesse se encontrar em algum ponto mais favorável. Só isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sem dúvida, é uma questão legal que provoca um debate gigantesco com relação à matéria constitucional de competência dos municípios, dos Estados, da União. É um debate que vem a bastante tempo, acho que por isso que não se consegue resolver, porque os municípios entendem de uma forma, o estado entende de outra a legislação. Aí vai para o Registro de Imóveis, cada um dos registradores vai entender de uma forma diferente, mas eu acho que da forma como a gente está encaminhando e tratando com a Direção da METROPLAN, acho que a gente consegue equacionar esse rito para não ter esse problema, essa discussão. **Fausto Isolan (1º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Como bem colocou o Conselheiro Cláudio Gaudi sobre as questões, discussões do metropolitano, enfim, é uma discussão que já se trata há muito tempo, também bem delicada, mas muito interessante a ser colocada sempre que possível. Vão além das questões de bordas e de temas das relações mais diretas fisicamente entre as relações geográficas municipais. Por isso eu vou deixar registrado aqui que como foi feito o pedido, fica o registro que o IAB apoia esse pedido de solicitação, está de acordo com a solicitação de diligência feita pela METROPLAN. Nesse encaminhamento é uma votação, alguma coisa em questão de regimento, mas que fique o registro que há um acordo para que o processo se dê no entendimento que se é ainda discutinda a questão legal, por mais que tenha todas as colocações de aproximações entre as entidades, que isso faça parte do processo que está sendo colocado e já foi relatado pelo Conselheiro Rafael. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixa-me só, antes do Conselheiro Felisberto fazer um Aparte, para tentar fazer um encaminhamento, que eu acho que converge com tudo que a gente está falando aqui. Como eu vi parecer, lendo aqui, tem algumas questões em aberto, é um parecer que levanta algumas dúvidas



com relação à aplicação da legislação, ele encaminha uma questão de manifestação do empreendedor com relação à necessidade de adesão à operação, que a gente encaminhe para diligências este processo, para que possa ser esclarecido tanto esse ponto com relação à manifestação do empregador, quanto ao aspecto jurídico da manifestação prévia, esse encaminhamento da METROPLAN com relação à necessidade da anuência prévia no momento, porque eu imagino que isso ó já tenha sido tratado em outros pareceres, tenha alguma orientação mais clara que a gente possa trazer aqui para este Conselho. Eu não vejo o parecer com condição de ser votado em ele ficando em aberto em alguns pontos. Eu acho que tem que ser esclarecido para ser um parecer pela aprovação ou pela não aprovação, senão fica um pouco aberto. Não sei, sugiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em face do pedido do Furtado, pelo DEMHAB, e ele sendo um dos membros da operação consorciada, eu fiquei pensando e hoje eu ia fazer a colocação se não é o caso também de ter um parecer da Comissão que trata da Operação Consorciada. E agora na sua observação o senhor tocou novamente no parecer do Rafael, do IAB, fala isso. E para mim não ficou muito bem a questão da FEPAM na questão, na ata ficou uma observação que também teria que se manifestar. Ficou uma dúvida para mim. Agora, da Operação Consorciada é que a Maristela também me ligou hoje e pediu para que eu pedisse em nome da RGP. 07 isso, porque ela teria que fazer a vista e ela solicitou para mim isso. Obrigado. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só um reforço no que o Cláudio colocou, porque, na verdade, as questões metropolitanas não estão adstritas simplesmente à questão de limites, isso é líquido e certo, não tem nenhum questionamento. O questionamento se faz em outros temas. Na verdade, como Porto Alegre tem uma enxurrada de empreendimentos, de loteamentos e tal. Isso meio que vai ficando que ninguém quer assumir a bronca tão grande, mas eu acho que é fundamental não só que tenha essa solução, tipo convênio e tal, mas na revisão do Plano Diretor acho que tem que ter isso. Eu até coloquei quando foi feita a visita lá na ABES, uma discussão expressa sobre as questões metropolitanas, como encarar essa inserção, a relação de Porto Alegre com os municípios metropolitanos. Tem que ser feita ita essa discussão e talvez estabelecer regras por lei de como é que se dá essa conversa. É fundamental, porque Porto Alegre se afasta, finge que não está na Região Metropolitana e, na verdade, sofre consequências e ao mesmo tempo também impacta os outros municípios. Então, acho que é fundamental nesse processo de revisão do plano que isso seja incorporado, não só como discussão, mas como capítulo, como alguma coisa dentro do plano a ser assumido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheira. Sem dúvida, é bastante importante a gente ter bem claro isso e queremos contar com a METROPLAN, e a gente já foi visitar, está tentando uma aproximação para a gente pensar Porto Alegre inserida no contexto. Eu falei limites como uma das questões, bom, talvez as questões limítrofes, não que seja necessariamente esse o ponto, naturalmente, que Porto Alegre está inserida em uma malha maior que seu território e a gente tem que trabalhar conjuntamente. A gente tem bem claro isso no Plano Diretor Metropolitano, enfim, que tem que viabilizar, eu acho que a gente tem que estar integrado e a capital, pela sua importância nesse debate, nessa sua interrelação com as demais regiões tem que assumir o seu papel de importância. E eu vejo que é um ponto essa questão da anuência, que eu até ia dizer que a Jussara tem bastante experiência, vê esse assunto se batendo, esse assunto da anuência, vai não vai. Eu até queria ter conversado contigo, porque a gente recebeu uma visita lá da METROPLAN, o pessoal



meio com dúvida de como encaminhar o assunto. Eu disse: “Vamos tentar puxar um pouco do histórico”. E agora eles estão encaminhando, não é um convênio, é uma cooperação com os municípios, com algumas regras e pretender fazer um decreto dizendo, até para dar mais segurança para o técnico lá da METROPLAN, o que ele está analisando, porque vai ter questões legais, que mais o município com a sua competência vai analisar e outras mais inseridas na questão metropolitana. Então, tentando encaminhar, eu acho a gente coloca para diligência, inclusive, para a CAUGE para que possa esclarecer. Tem algumas questões de ordem aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu queria entender um pouco do nosso procedimento, Germano, e entender o nosso encaminhamento. Semana passada foi feito o encaminhamento de forma arbitrária, mas a gente entende algumas vezes que arbitrariedade e ilegalidade podem ser suprimidas pela votação, onde foi feita uma solicitação que o empreendedor viesse aqui apresentar o seu relato, seria uma diligência solicitada pelo Conselheiro Emerson, ele já tinha, segundo ele mesmo, o relato dele pronto, mas mesmo assim ele entendeu que tinha que ter esclarecimentos. Não entendi como, mas o relato estava pronto. Então, nós temos umas questões legais que são trazidas aqui, como a necessidade, porque é lei, a necessidade de anuência prévia é uma lei. Então, ela tem que ter que ter, não cabe a gente dizer se cabe ou não, a lei existe, ela tem que ser aplicada ou nós temos que ter um parecer e alguém que firme nesse sentido dizendo: “Olha, a Prefeitura de Porto Alegre está assumindo que não vai aplicar essa legislação”; que eu acho que é nesse sentido a diligência do Fausto e do Cláudio: “Olha, se existe uma lei que diz que tem que ter uma anuência prévia, essa doença deve ser encaminhada”. A questão é também: qual é o procedimento a partir daí? Essa avaliação vai ser feita, não entendo que seja à CAUGE o órgão competente, ela não é da competência da CAUGE para fazer isso, é a competência da PGM. E aí verificar também a tramitação regular do processo, porque a gente não pode mais ter processos eletrônicos que somem no armário, o empreendedor que não foi chamado, mas que telefonou e não pode vir porque está viajando, e a gente tem, eu diria até, assim, um estelionato moral de informação, porque a informação vem muito truncada para a gente. Então, eu acho que verificar qual é o nosso procedimento e qual o nosso encaminhamento aqui, para ter clareza do que está sendo feito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Eu acho que estamos na convergência de encaminhamentos, tanto da Procuradoria Geral do Município para nos esclarecer os aspectos legais levantados, enfim, que venha um aparecer no sentido do que é essa anuência prévia, em que momento se considera, uma responsabilidade para que a gente possa fazer o enfrentamento. Eu digo CAUGE mais no sentido, porque é a secretaria que se relaciona quando da aprovação do projeto com empreendedora, talvez tenha algum ponto aqui, depois tem que fazer a leitura mais apropriada, que deveria ser pela vida da CAUGE a conversa para esclarecer alguns pontos levantados, mas não sei, eu não fiz a leitura aqui, rapidamente. (Manifestação fora do microfone). Não é necessário à Procuradoria. Ao próprio requerente? Perfeito, não tem problema. Então, o requerente com relação à manifestação que toca ele e a procuradoria com relação aos pontos jurídicos levantados. Ok. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. O Conselheiro Felisberto mudou o tom da última reunião, quando fez aquele questionamento em relação a por que o DEMHAB havia pedido vista a este processo, no qual eu expliquei, aí espero que tenha compreendido que não é especificamente o DEMHAB que fez o pedido e sim o Conselheiro Titular do DEMHAB na Operação Urbana Consorciada. Então, é nesse sentido



que eu ainda neste processo tenho dúvidas, não só eu, como também a Conselheira Maristela da RGP. 07. E, Conselheira Claudete, nas outras vezes que ocorreram processos e que tu estavas com dúvida, tu várias vezes requereste. Requereu e requereu, até que tivesse o esclarecimento. Neste exato momento eu, como Conselheiro Titular na Operação Consorciada da Lomba do Pinheiro, tenho dúvidas. Então, eu vou questionar ainda e peço que seja levado à Operação Consorciada para saber exatamente o que aconteceu lá, porque não é simplesmente “não quero aderir”. No meu entendimento como Conselheiro, a partir da lei da Lomba, tem que entrar no comitê e aí sim, se ele optar por regime mínimo que fique caracterizado regime mínimo e tudo bem, segue as regras no Plano Diretor. Não assim: eu aceito, eu não aceito! Não, tem que passar pelo comitê e o comitê decide se opta ou não pelo regime mínimo e máximo. Parece que é pelo mínimo, mas aí eu quero saber mais informações de como isso, porque eu não me lembro de ter analisado esse processo no comitê. Então, é nesse sentido que ainda quero informações sobre este caso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu faço uma leitura do parecer do IAB, que eu acho que vem no sentido do que está se desenhando. O parecer do IAB coloca na finalização as letras A, B, e C. Ele coloca o primeiro questionamento sobre porque se optou em fazer um fracionamento em duas etapas, mas tramitar com tapas diferenciadas. E eu acho que nesse sentido a CAUGE precisa se manifestar e deixar claro para nós porque aceitou fazer essa separação e não o que o conselheiro está argumentando, que eu acho que ele está correto, mas a CAUGE vai nos dizer. Faz as duas fases e no termo de compromisso com o município já fica claro o compromisso de abrir a diretriz que cruza o imóvel que está sendo fracionado. A primeira coisa. Talvez nessa análise apareça a outra questão que responde a questão do Comitê da Lomba Consorciada, porque o empreendedor pode fazer sim a opção de usar ou não usar os benefícios do consórcio. E essa decisão, se tecnicamente está enquadrado ele pode fazer, só que não é o caso. O que acontece? A primeira fase quando foi feito esse fracionamento, a proposta de fracionamento, não precisaria entrar na consorciada, porque ele vai trabalhar com o regime mínimo, mas na segunda não, na segunda ele precisaria fazer a negociação, a compensação e tudo mais que está pelo visto somente pelo consórcio. Então, para ver que é uma situação interessante, parece que se abriu o processo em dois para que não fosse discutido na Lomba Consorciada. Eu não sei, eu estou levantando, até sugiro mais, além de ir para a CAUGE que venha a empresa fazer a sua apresentação, mas que venha também de repente o Arquiteto Joao Marcelo para fazer essa explicação técnica para nós, para nos habilitar, para nos possibilitar e nos esclarecer para a gente fazer uma votação correta. Terceira questão, que o parecer do IAB, que o relato que o IAB coloca, que não é um relato, é uma diligência, porque está pedindo coisas, está correto, está no lugar dele, ele é o relator, pode fazer esse pedido de diligência. Ele pede o que é comum, não sei como não tinha acontecido nesse caso, que é uma audiência pública. O nome “audiência pública” às vezes assusta, mas não é, audiência pública é uma reunião com a comunidade, como a gente fez, o Presidente estava lá, a gente fez aquela da ocasião do Zaffari da Protásio Alves. Então, é onde as partes vão conversa, o projeto vai ser apresentado para a comunidade, que vai fazer seus questionamentos e tal. Então, são as partes que querem ouvir, falar, questionar e tudo mais. Com isso que eu estou dizendo, reforço a ideia de que se faça essa diligência, que o meu entendimento o parecer do relator não é um parecer conclusivo, topo que está escrito aqui “parecer parcial”. Eu acho que está errado. É um pedido de diligência sim e eu estou de acordo que aconteça. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**



Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Gomes. Eu acho que estamos todos indo nessa linha de convergência. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite. Dentro de todos esses assuntos que foram abordados em relação ao processo, essa foi uma das razões que eu pedi a presença do empreendedor aqui, inclusive, o Furtado acompanhou, por fazer parte do comitê, por não ter conhecimento desse processo ter passado pelo comitê. E dentro do processo também tem uma manifestação do João Marcelo do comitê. Então, fica meio gozado, meio esquisita essa situação, porque passou por um representante do comitê e não foi levado ao comitê essa informação. Então, fica bem nublada essa situação, principalmente com os membros do comitê. A justificativa da vinda do empreendedor é para tirarmos essas dúvidas em relação de que forma foi adotado, que forma foi trabalhada essa situação para que a CAUGE aprovasse esse processo. Então, a título de informação seria mais para trazer dados para este Conselho, que tem várias dúvidas em relação ao processo, e tem mais uma que segregou, que foi a da METROPLAN. Então, tem muitas dúvidas e eu acho que ninguém mais do que o empreendedor para vir tirar essas dúvidas, para a gente chegar ao entendimento de se acompanhar o relator ou votar contra. Então, é isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu penso que tem uma colocação que precede a tudo isso, tendo em vista a solicitação da METROPLAN, a necessidade da anuência prévia. Então, eu entendo que deva ir para a PGM elucidar isso e mais algumas dúvidas que surgiram, porque me parece, depois de ver tudo isso, todas as discussões que a gente fez, é porque foi fracionado em duas etapas. Eu não eu não quero criar nenhuma indagação nebulosa, mas me parece que quando analisado pelos órgãos da Prefeitura deve ser levado em conta os passos, porque os técnicos são sabedores da Operação Consorciada e deveriam ter se manifestado, e eu solicitei em uma reunião se havia anuência da PGM no parecer da CAUGE. Até agora eu não recebi essa resposta. E as pessoas às vezes ficam indignadas quando eu peço para que haja o parecer da PGM, que é a questão da legalidade, que precede a tudo isso, da análise técnica, da legalidade, se foi respeitado ou não. Então, eu reitero o pedido de que se vá também à PGM. Eu acho que tem que analisar bem essa questão da METROPLAN, para ficar esclarecido para que a gente possa ter uma há definição sobre isso, se há necessidade ou não de se ouvir a METROPLAN. Se há legalidade, a lei se respeita. É isso. Obrigado. Conselheiro Felisberto. Então, acho que convergindo a gente coloca em votação o pedido de diligências para a Procuradoria Geral do Município, CAUGE e o Comitê da Lomba. Com relação à METROPLAN, é um órgãos externo, a gente na Procuradoria enfrentam na consulta, faz esse questionamento com relação à anuência. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** APARTE. Só uma questão de encaminhamento e uma questão de proposta. Nós temos, na verdade, todas as questões que estão levantando, seja a questão de Operação da Lomba Urbana Consorciada, seja a questão da anuência prévia da METROPLAN e seja a questão de procedimento adotado, elas são questões jurídicas e a competência para uma análise jurídica é da PGM. Então, ela deve ser precedente à PGM, que vai indicar qual é o caminho adequado, porque não adianta o pessoal da comissão dizer que pode ser opção do empreendedor e depois se verificar que não é opção de empreendedor. Então, acho que cabe um parecer, na verdade, jurídico sobre esses questionamentos, anteriormente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Na ordem a gente encaminha primeiro a um e na sequência a outro, enfim, isso a gente consegue organizar. **Emerson Gonçalves dos**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA: Essa competência está no art. 6º, parágrafo 5º da Lei nº 630, onde dá essa competência, se não se enquadrar no regime pode optar pelo PDDUA. Se o empreendimento não se enquadrar no regime da Lomba Consorciada, art. 6º, parágrafo 5º. Então, tem essa opção aí para os empreendedores. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Acho que a Procuradoria vai ter bastante clareza em responder. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Que seja colocado, Secretário Germano, que seja verificado se esse processo seguiu os procedimentos adequados, até porque se tinha que passar pela operação não passou, se ele tinha que passar pela METROPLAN e não passou, se é adequado depois de um parecer do relator trazer o empreendedor aqui para fazer um contravoto. Eu acho que isso tem que ser apurado o procedimento, até porque na votação anterior, que foi feita a semana passada, houve várias declarações do voto no sentido de nulidade do encaminhamento adotado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. A gente a partir dos questionamentos vai ter esses esclarecimentos decisórios. Colocamos em votação o pedido de diligências. Votos favoráveis à diligência para prestar os esclarecimentos aqui levantados, por favor. (Contagem de votos = 21 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO O PEDIDO DE DILIGÊNCIAS.** O **EXPEDIENTE 5.04** não retornou ainda. O **EXPEDIENTE 5.05, 19.0.000067334.2:** desgravame de traçado viária do PDDUA. O Conselheiro Gomes irá apresentar o relato. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, trata-se de um desgravame de ajuste viário e traçada uma diretriz, na Rua Senhor do Bom Fim, Bairro Sarandi, que aconteceu o seguinte: (Leitura do parecer). Ou seja, o proprietário desta área tinha a sua área atingida pela diretriz, mais uma rede de alta tensão, mais um pouquinho da Av. Major Dionízio Dorneles. Ele solicitou que fosse suprimida esta diretriz. O corpo técnico da prefeitura se manifestou da seguinte forma: (Leitura de parecer que consta no processo). A posição original da diretriz, esta é a posição original da diretriz. E onde estava gravado atinge o imóvel que deveria ser demolido e tal. O corpo técnico não aceitou a supressão da diretriz e sugeriu uma modificação. A diretriz sai daqui e vai um pouco acima, 80 e poucos metros para cima. Fica no mesmo complexo de quarteirão e tal. É uma solução que atende o interesse do solicitante, que estava com o seu imóvel bastante prejudicado e não prejudica a malha urbana. Neste sentido, somos favoráveis ao desgravame com ajuste de traçado viário da diretriz sugerida. Então, o relato é favorável à sugestão da SMDE, fazendo o deslocamento da diretriz, liberando o imóvel do solicitante. Simples. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. Algum pedido de vista? RGP. 03, ACESSO. **Cláudio Gaudi (Representante do 2º Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** APARTE. Só um pedido de esclarecimento. Este local para onde vai ser deslocado para onde está sendo proposto o deslocamento da diretriz, provavelmente não seja sobre a gleba desse mesmo requerente. Ele vai recair em outra gleba? É a mesma gleba? Ok. E ele interrompe a continuidade, remete a uma situação, claro, não de interrupção da malha, mas menos favorável com relação à continuidade viária? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiro, ele passa por um próprio municipal. O que acontece? O município não precisa gastar com desapropriação. E tem sido um problema



sério para o município, as desapropriações o município tem largado nas contrapartidas hoje. Então, como não tem dinheiro para fazer desapropriação e algumas ruas que são importantes, abrir algumas diretrizes que são importantes, o município tem feito essas negociações, que as empresas pagam fazendo a abertura e tal. Mesmo assim fazem abertura e constrói a rua, porque a desapropriação ainda teria que ser do município. Então, estaria resolvido, quando surgir uma situação de contrapartida de algum empreendimento, como é próprio municipal poderá mandar abrir a rua. Outro aspecto, parece-me que a localização sugerida é melhor do que a original. É muito ruim a imagem, mas ali tem um complexo de ruas, ele fica quase na frente, como se fosse um trevo ou coisa parecida, enquanto o outro estava no meio do quarteirão, chegava a ter uma rua perpendicular ali. Nesse sentido, parece que melhorou a situação. Eu não sei se a SMDE quer fazer alguma observação? Tranquilo? Então, tá. Era isso, conselheiro? eu fiz um relato bastante breve também, sucinto e econômico. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Gomes. então, encerrando este expediente, tendo o pedido de vista da Conselheira Claudete, da conselheira da RGP. 03 e do nosso conselheiro... Quer um Aparte? Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Secretário, hoje nós assistimos aqui a uma cena muito triste, uma profissional vir aqui chorando, pedindo socorro para poder trabalhar. É vergonho isso para a Prefeitura de Porto Alegre! E não é só ela, hoje abriram uma exceção, se o senhor abrir exceção vem mais de 300 profissionais aqui chorar. Eu nunca vi uma situação tão vergonhosa em aprovação de projeto como o momento que a Prefeitura atravessa. Já foi usado um sistema de aprovação, no fim de 1960, foi feita uma experiência de um ano, só que naquele período a prefeitura tinha prefeito que mandava e resolvia e mandou cancelas. Hoje não temos prefeito, não temos nada no município. É triste a situação dos profissionais de engenharia e arquitetura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Encerramos a reunião de hoje. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Com relação à pauta, Secretário, nós solicitamos, não é desta sessão, é de sessão anterior, porque a gente tem aquela questão dos processos que entram na pauta, somem da pauta e reaparecem na pauta. E nos ficou devido que o processo do Internacional sumiu da pauta, porque teria, na verdade, uma manifestação do Ministério Público que deveria ter sido disponibilizada a todos nós, foi para uma diligência da PGM e sumiu da pauta, não voltou mais para a pauta. Então, eu gostaria que fossem sanados esses problemas. A FRAPORT, não é, Lívia? Dez vezes questionada aqui, que sumiu da pauta para diligência e nunca mais voltou. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou aproveitar, porque eu acho que não vim na reunião posterior quando teve o debate, que eu possa fazer o esclarecimento em relação a este do Beira Rio. O governo retirou da pauta em função de que se entendeu que como o debate foi muito grandioso em relação à aprovação do Conselho, antes da aprovação da lei, isso era uma tentativa de encaminhamento, onde se viabilizaria, digamos assim, com a aprovação deste Conselho, se haveria o entendimento de fazer a alteração legislativa naquele ponto, no aspecto urbanístico. No entanto, como não tinha a lei em relação ao direito real, não tinha sido votado e estava na Câmara tramitando, e a recomendação do Ministério Público também veio nesse sentido, de que se promova primeiro a alteração legislativa, ou seja, com uma audiência pública e todo o processo de alteração legislativa, depois se aprove neste Conselho. Então, tanto com a recomendação do Ministério Público, quanto o nosso



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

entendimento, optou-se por tirar e equacionar primeiro aquele ponto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só que eu não posso deixar de manifestar, Secretário, que a gente aqui trabalha com a transparência e o interesse público. Não pode simplesmente por uma decisão de governo, eu coloco o processo na pauta, eu tiro o processo da pauta sem nenhuma formalização a este Conselho. então, que seja, se foi um posicionamento, solicito que seja apresentado. E ficou também de ser encaminhado qual foi a solicitação no Ministério Público com relação a este processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito. Peço desculpas, acho que nessa de vir e não vir em alguma reunião passou esse ponto. Eu achei que tivesse sido discutido aqui no Conselho a retirada dele da pauta, por isso que não trouxe essas informações, mas a gente, naturalmente, compartilha com vocês a posição do Ministério Público. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero fazer minhas as palavras da Claudete e reiterar que muitos questionaram quando eu solicitei que fosse encaminhado para a PGM. Hoje fica comprovado que este Conselheiro tinha razão no encaminhamento e que não havia nenhuma suspeita, porque havia a necessidade da precedência da lei. Então, eu quero deixar isso consignado e que isso conste em ata. Faço minhas as palavras da Claudete da ACESSO. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Secretário, eu acho interessante isto, o processo está em apreciação, os conselheiros mandam de volta para PGM e outras secretarias. nós temos que escolher, queremos o processo em pauta para votar em discutir ou queremos esvaziar a pauta e ficar emperrando processos. Nós estamos com quantos processos hoje em pauta e estão com dificuldade de serem votados. Então, nós temos que parar de emperrar com essas discussões vazias. Quem está disposto a votar vai votar o dia que vier o processo. e quero propor que se faça antes de qualquer discussão um debate interno do Conselho, para que o Conselho entenda, não é o voto favorável ou negar esse voto, é saber a importância desse processo e do projeto para Porto Alegre. O que está em jogo aqui é o futuro de Porto Alegre, é emprego, cultura, turismo e muito mais. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. Encerramos a reunião de hoje. Obrigado, Conselheiros, tenham uma excelente noite. **(TÉRMINO ÀS 20 HORAS).**

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2822/2019

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Heleniza Ávila Campos (1ª Suplente), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos – ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Rodrigo Barbieri (2º Suplente), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2818/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **APRESENTAÇÃO PLANO DIRETOR**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor 1º Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h06min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Senhores Conselheiros, boa tarde. Eu vou fazer a abertura dos trabalhos, mas na sequência o Secretário Germano deve chegar e concluir os trabalhos. Então, os pontos são os seguintes: Votação de Ata, Comunicações e Apresentação do Plano Diretor. A Conselheira Júlia, da EPTC, está sugerindo fazermos uma inversão de pauta, porque ela vai precisar se retirar, que a gente faça primeiro a apresentação do Plano Diretor e deixe as comunicações para depois. Então, eu quero



submeter ao plenário a proposta de inversão de pauta. Como a Tânia, que é da RGP. 01, que pediu espaço para manifestação, após a votação da Ata a gente faz a manifestação da conselheira e fazemos a inversão. Ok. É da delegada, perdão. Então, o primeiro ponto: **2. VOTAÇÃO DA ATA 2818/2019.** Observação de Mark. por favor. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Sobre a questão da ata, eu estive lendo esta ata, eu acho importante, porque o registro que ela faz ela acumula uma série de solicitações ao Conselho. Eu acho que essas solicitações que foram feitas ao longo da reunião deveriam ser sistematizadas e respondidas, porque senão nós nos perderemos em relação às várias demandas que foram feitas aqui e registradas. Então, estou trazendo à Presidência esta questão. A ata está muito bem, eu voto pela sua aprovação, mas há uma série de solicitações feitas por vários conselheiros e conselheiras que necessitariam de uma resposta sistemática na reunião que haverá na sequência. Era isto e obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, acatando a demanda do conselheiro, dou a sugestão de deixarmos esta ata para a próxima reunião... (Manifestação fora do microfone). Não, não precisa, porque no início da reunião apresentamos esse relatório das solicitações e depois faz a votação da ata sem prejuízo. Nós estamos com 3 ou 4 atas de atraso sempre, mas é uma sugestão. Se tu queres insistir de fazer a votação? O Darci sugere que se vote a ata. Queria mais uma manifestação. Eu posso colocar em votação a ata e na próxima sessão se faz este relatório. Então, em votação a ata, quem é favorável, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 14 votos). Contrários à ata? (Contagem de votos = 00 votos). quem se abstém? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). **APROVADA A ATA 2818/2019.** Na próxima reunião se faz o apanhado, ela vai fazer o apanhado das reivindicações, pedidos, solicitações que contém na ata. Então, como é o nome da delegada? A Conselheira Tânia pediu a palavra, regimentalmente, atendendo os critérios. Então, por favor, está disponível o microfone. **Tânia Failace, Delegada da RGP. 01:** Eu tentei na reunião anterior levar o assunto para a representação da EPTC, mas ela disse que não podia, porque não sabia se poderia receber denúncia, se poderia receber reclamação. Então, eu achei que não funcionam os canais competentes. Então, achei que aqui era o lugar para o pessoal ver. A EPTC é questão de trânsito. O que eu tenho, como esta cidade está cada vez mais mal cuidada e os serviços estão piores e mal feitos, vendidos para a população, eu achei que este é um pequeno detalhe, mas é um detalhe que pode custar vidas. Os semáforos de Porto Alegre não têm sincronização, um está para cá, o outro está para lá, um abre aqui, outro abre acolá, não há sincronização, não há uma rede, não existe uma rede que reúna os semáforos de Porto Alegre, inclusive, para dar fluidez ao trânsito. Quer dizer, eles são mais ou menos a “casa da mãe Joana” – Ah, vai, vai, vai, vai... O tempo é insuficiente para pedestres. Às vezes, tem que atravessar uma avenida em 10 segundos, quer dizer, não considera deficientes, não considera velhos e não considera crianças. As panes não são consertados, quando estraga o semáforo fica estragado, fica uma das partes dele sem funcionar, um fluxo sem funcionar e ninguém se preocupa em botar em dia. Na questão da sincronização uma coisa que eu observo é que há sinais, há semáforos em que alguns sinais se eternizam, ficam ligados e ficam acessos até que alguém fique cansado. Então, é um lixo o serviço de sinalização e de semáforos em Porto Alegre. A outra coisa que eu estou dizendo é também a falta de fiscalização, a Prefeitura não fiscaliza e não temos mais azuizinhos, ninguém tem, ninguém sabe, a pessoa tem medo de multa, mas quem é que vai multar? Só se é um agente fantasma. Por causa disso os obstáculos nas pistas e nos passeios estão se multiplicando. Agora está na moda uma bandeira de pano que pode ter de 1,80 a 2m30cm, mais ou menos, e a largura



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vai de 50 a 60cm, elas ficam soltas e balançando. Na frente do pedestre que está andando por um passeio, dele estar caminhando e dar de cara com a bandeira ou bater no que vem em sentido contrário, porque não dá para enxergar. E na rua é pior, na minha rua onde resido, na Coronel Bordini, eu tenho dois exemplares, um no meio da rua e outro no passeio. O do meio da rua, da pista, prejudica a visibilidade do motorista, tanto em um sentido como em outro. E ele fica abanando à vontade, o que é uma coisa, um semovente no meio da pista sem importar sinalização, sem importar nada. Todos esses desgastes são para fazer propaganda, propaganda de estacionamento, propaganda até de lavanderia. Na minha rua é uma lavanderia que tranca a passagem dos pedestres para botar a bandeirinha dela. E também tem na mesma rua, na Coronel Bordini, tem de um estacionamento, que é gigantesca e não fica encostada no meio-fio, ela recua e fica realmente na pista dos veículos, fica lá balançando, abanando. (Sinalização de tempo esgotado). Então, eu acho que a EPTC tem que tomar as suas funções com mais cuidado e com mais responsabilidade, se não tem fiscais que se faça um concurso e se contrate pessoas, porque o trânsito em Porto Alegre está cada vez pior. E por falta de disciplina por parte da Prefeitura e dos órgãos de fiscalização, que simplesmente não fiscalizam. E voltamos para a questão do estacionamento dos passeios, que hoje está praticamente, quer dizer, vai o pedestre, tem um carro na frente, depois tem uma bandeira, depois tem outro carro, depois tem outra bandeira, depois uma fileira de cinco, seis carros, aí ele tem que ir para o meio da rua e no meio da rua tem outra bandeira. Então, é uma coisa infernal! Então, queremos saber o que que o seu Prefeito está fazendo, o que estão fazendo seus funcionários que não tomam nota do que está acontecendo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok, obrigado, Delegada Tânia, da RGP. 01. Eu coloco à disposição a palavra para a Júlia, da EPTC. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite a todos. Senhora Tânia, até foi bom que a senhora manifestaste hoje, oficialmente, esses assuntos que muitas vezes aqui na reunião a senhora conversa em particular comigo e acho que essa última conversa sobre as placas a senhora tiveste com a Larissa, né? A 2ª Suplente que veio me substituir. E conforme orientei a senhora, recebi seu e-mail, encaminhei para a Assessoria Comunitária, para o Gabinete do Diretor-Presidente. E conforme também já informei a senhora, eles me procuraram, pois não estavam conseguindo contato com a senhora. Eles nesses casos preferem convidar que o cidadão vá à EPTC para tratar de todos os assuntos que foram pontuados e que conheça de que forma esses assuntos são tratados ou virão a ser tratados. E aí solicitei o seu telefone, a senhora preferiu o contato por e-mail. Então, o pessoal segue reportando que a senhora não responde os contatos por e-mail. Então, posso receber novamente o seu e-mail, posso encaminhar novamente todas as suas pautas, mas o que é reportado por eles é que não conseguem este contato para que as suas solicitações sejam respondidas e na medida do possível atendidas. (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, Tânia, mas não... Não, eu estou colocando para os conselheiros primeiro. Alguém quer algum esclarecimento sobre a questão? Bom, conselheiros, isto aqui não é um debate entre a pessoa que vem se manifestar no espaço e os conselheiros. Então, está registrada a sua posição na ata do Conselho do dia de hoje, conforme combinamos faremos a inversão de pauta, partindo para a apresentação do Plano Diretor. Convido a Patrícia para fazer a apresentação, conforme tínhamos combinado. Obrigado. **4. APRESENTAÇÃO PLANO DIRETOR. Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Nós invertemos por solicitação. Então, boa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

noite a todos. Eu gostaria de agradecer a oportunidade, os conselheiros regionais na última reunião preparatória para as oficinas solicitaram que eu fizesse uma apresentação sobre o que é o Plano Diretor. Então, até para poder instruir eles e deixá-los municiados para nos ajudarem nas oficinas a gente preparou essa apresentação. Nesta apresentação eu coloco não só o que é, mas como vai ser a questão das oficinas e os resultados finais que nós vamos esperar no Plano Diretor. Então, o que é o Plano Diretor? Alguns já devem saber de cor, mas vou fazer um apanhado, vou tentar ser sucinta. Então, o Plano Diretor está previsto na Constituição Federal, o § 1º do art. 182 da Constituição Federal fala qual é o papel dele. Então, esse parágrafo diz o seguinte, *que o Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana*. Então, ele tem uma importância já prevista na Constituição. Na Constituição ainda nos artigos 182 e 183 são os que tratam da política urbana e são regulamentados pela Lei nº 10.257/2001, que é o Estatuto da Cidade, que todos aqui já ouviram falar. O Estatuto da Cidade, no art. 40, também define, vamos dizer, repete o que já está na Constituição, define o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. Ele coloca um *plus*, que o Plano Diretor é aprovado por lei municipal. O Estatuto da Cidade ainda diz, através do § 3º, que ele deve ser revisto a cada 10 anos. E no § 4º que o processo de elaboração do Plano Diretor deve ser garantido pelos poderes executivo e legislativo. Esses três itens: primeiro, a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e das associações representativas de vários segmentos da comunidade. A publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos, que é o que estamos tentando fazer no decorrer desse processo. Aqui é uma questão importante relativa Plano Diretor, o que está no Estatuto da Cidade, § 1º, que diz que *o Plano Diretor é parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e prioridades neles contidos*. Isso aí é uma questão bem interessante, porque se a gente for ler hoje o nosso Plano Diretor não está relacionado com o que está previsto nesse artigo, até a discussão que hoje a gente tem no Ministério Público, porque não existe fazer política pública sem ter um orçamento. Então, esse momento que nós estamos vivendo agora, inclusive, com o foco que estamos dando na questão dos espaços públicos, é uma oportunidade que a gente tem de repensar o plano da nossa cidade, incorporando essas questões, a forma de financiamento da cidade. No Estatuto da Cidade ainda é previsto o conteúdo mínimo que deve conter um Plano Diretor. O conteúdo mínimo está previsto nos artigos 42A e 42B. Daqui eu cito alguns, porque são vários, alguns só para vocês terem conhecimento. Por exemplo, delimitação de áreas para parcelamento edificação ou utilização compulsórios; outorga onerosa do direito de construir o nosso solo criado; operações urbanas consorciadas; transferência do direito de construir (Nós temos aqui o TPC); sistema de acompanhamento e controle (que seria o monitoramento). Isso é uma coisa importante, hoje nós não temos esse monitoramento, nós temos até no Plano Diretor, que é o SADUR – Sistema de Avaliação do Desempenho Urbano, mas temos a intenção de, efetivamente, ter o monitoramento. A questão de diretrizes para regularização fundiária e assentamentos urbanos e regulares; previsão de áreas para habitação de interesse social por meio de demarcação de zonas especiais de interesse social; entre outras coisas. Então, aqui eu elenquei, claro que não são todos, mas para que os conselheiros estejam preparados nas oficinas quais são os objetivos que nós temos ao coletar os dados lá com a população. Então, eu vou citar alguns, claro que envolvem as questões da cidade como um todo, não tem como ter todas as questões ali. Então, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

primeiro deles seria: definir estratégias de integração metropolitana. Então, como a cidade se relaciona com as cidades lindeiras, tanto do ponto de vista de estruturação urbana, as suas atividades econômicas, como é que funcionam os fluxos, as questões ambientais, a interferência em uma e outra, uma cidade e outra cidade, enfim. O estabelecimento da identidade da visão estratégica da cidade em relação à região metropolitana, estado, país, mundo. É qual é a identidade de Porto Alegre em relação ao seu contexto externo? Qual é o papel da cidade em relação ao estado, país e o mundo? O que a gente pensa para o futuro da nossa cidade? Essa é uma informação que vai ser bem interessante de coletar ali junto à comunidade. Outra questão importante também, o estabelecimento da identidade e da valorização das características dos bairros e das regiões de planejamento. Qual a identidade das regiões? Cada uma vai ter uma característica específica. Qual são as questões importantes? E o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento, considerando a característica de cada local. Então, em cada local a gente vai poder perceber qual é a característica e quais as potencialidades. Também o estabelecimento de um sistema de monitoramento e gestão urbana. Esse é um objetivo do Plano Diretor, que já citei antes a questão do monitoramento. Não existe um planejamento sem uma gestão. Na verdade, eu acho que o foco nesse momento, mais importante do que o planejamento é gestão de como que as coisas vão ser acompanhadas ao longo do tempo, como é o processo de implementação do planejamento na cidade. O estabelecimento de estratégias quanto à preservação ambiental e cultural, como a cidade quer se relacionar com seu meio ambiente, com o seu patrimônio cultural. Isso tudo tem que estar estabelecido ali. O estabelecimento de estratégias de garantia de direitos urbanos fundamentais, tais como a moradia digna e acesso à terra, isso também tem que estar previsto, as oficinas vão indicar locais que são importantes. E a identificação, o que fazer, como vamos tratar esse assunto na revisão do Plano Diretor. A definição das principais obras e problemas urbanos que o município vai priorizar no período de vigência. Isso é uma coisa que nós não temos, mas é uma coisa que está ali, consta, é um item a ser abordado no Plano Diretor. Consta no Estatuto da Cidade. A definição de áreas com previsão de indução de crescimento e áreas com contenção de crescimento. A gente já identificou em conversas com a comunidade que tem áreas que se identifica que se deve dar uma restringida no crescimento e tem áreas que poderíamos fazer induções, desenvolver. A identificação de áreas de risco, por exemplo, que era aquela questão, consta lá no Estatuto da Cidade. Então, a gente tem que pensar como agir, não só identificar, mas como trabalhar após a identificação dessas áreas. Outra questão objetiva, sei que todos já estão mais habituados, até por estarem neste Conselho, os objetivos do Plano Diretor, que é possibilitar o crescimento ordenado e a transformação da cidade, que envolve a estruturação urbana e viária, a distribuição dos equipamentos públicos; por exemplo, áreas de interesse ambiental e cultural, características das áreas intensivas e rarefeitas, a área rural, as áreas de interesse social. Esses elementos todos, no caso das oficinas, poderão ser identificados, inclusive, quanto à carência, existência ou não existência desses elementos, e o funcionamento deles também. O objetivo do Plano Diretor, esse é o mais comum, é o que consta no nosso: o zoneamento e definição de normas para uso do solo, que envolve as densidades; a quantidade de população que é prevista de se ocupar em um determinado território; a questão da volumetria das edificações; índice de aproveitamento; padrões de parcelamento do solo; o percentual de equipamentos por terra; equipamentos públicos a serem distribuídos por terra privada; os tipos de atividades conforme a localização; entre outros. Então, explicando, basicamente, acho que todos entenderam de maneira simples, eu vou dar uma passada rápida do processo de revisão do plano para vocês estarem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

atualizados nas questões. Então, o processo de revisão do plano, que vocês já sabem, está dividido em duas fases, fase 1 e fase 2, e dividido em leituras técnicas e comunitárias. As leituras técnicas estão estruturadas de acordo com as estratégias do Plano Diretor, que passam, inicialmente, por uma estruturação da base de dados, que é o que, na verdade, nós estamos coletando agora de diagnósticos e a estruturação da base de dados. Nós vamos começar agora as oficinas e já estamos coletando dados junto às secretarias. E a leitura comunitária, este eu acho que até já tinha apresentado para vocês, em princípio são os itens que estão constando na questão da leitura comunitária, que são: colaboração online; diálogos com a sociedade; as oficinas territoriais temáticas, que é o foco dessa apresentação; as oficinas técnicas; diálogos e oficinas internas; audiências públicas e previsão de uma conferência municipal. Então, os diálogos com as sociedades são aquelas caminhadas que a gente começou a fazer nas entidades, que a gente foi em cada uma das associações de bairro que tem interesse. Enfim, todas as entidades que têm interesse em participar a gente vai às entidades e coleta informações e disponibiliza o contato através do e-mail planodiretor@portoalegre.rs.gov.br nas reuniões que nós fazemos. O e-mail também está disponível no site do Plano Diretor, tivemos algumas contribuições, mas não em número significativo e todos os nossos passos são registrados em processo eletrônico com a lista de participação e aguardamos contribuições de quem quiser contribuir no decorrer do processo. Então, as oficinas territoriais temáticas, que são essas que vamos iniciar agora no dia 17, nós prevemos, em princípio, uma oficina por região de diagnóstico e uma oficina por região devolutiva, mas a gente já verificou, por exemplo, que na Região 2 já está bem clara a questão das Ilhas, que deve ser separada. Então, nós vamos fazer uma nas Ilhas. Na medida em que a gente for fazendo, quando a gente verificar ali nas regiões, se a gente não tiver muita representatividade de algum determinado local, a ideia é talvez repetir nesse local que está faltando. Então, serão em princípio 16 na primeira etapa e 16 na segunda. Então, cada região vai ter pelo menos quatro oficinas. A gente está prevendo também as oficinas técnicas, prevemos em princípio 6 oficinas técnicas. Essas oficinas técnicas eu gostaria de organizar com as entidades, assim como organizamos as oficinas temáticas territoriais junto com os conselheiros regionais, eu proponho uma reunião na semana que vem para a gente tratar dessas questões das oficinas, depois vamos decidir a data, em princípio terça-feira antes da reunião, mas, enfim, depois a gente define isso. Esses diálogos e oficinas internas são aqueles que estão sendo feitos com as secretarias, já fui a quase todas, em algumas não fui ainda, no DEMHAB não fui ainda, mas será na quinta-feira. Então, está prevista uma audiência pública por minuta, na primeira fase e na segunda fase. E a gente quer organizar também junto com os conselheiros regionais uma conferência municipal, a ideia é que essa conferência tenha resultados tanto para primeira fase, quanto para a segunda. Então, a gente tem que começar a organizar em seguida. Tem uma questão ainda que a gente estava discutindo a respeito das oficinas, que depois com o fechamento das oficinas ali na primeira fase, seria interessante fazer uma de fechamento. Eu acho que vocês já tinham proposto, não sei quem tinha proposto, eu acho uma coisa bem interessante fazer uma oficina de fechamento das territoriais. Então, eu vou apresentar aqui a nossa metodologia proposta, que foi feita com base nessa oficina piloto, que os conselheiros das regiões participaram. E na reunião passada, antes da reunião do Conselho, com os conselheiros regionais, nós identificamos problemas, fizemos alguns ajustes e apresentamos aos conselheiros. Então, aqui vou apresentar para todos. Então, a metodologia a ser aplicada na oficina terá como base uma dinâmica para contribuição em mapas, para essa dinâmica foi proposto roteiro em 6 passos. O primeiro passo é a apresentação dos conceitos, o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

nivelamento da população que vai estar presente. E tem o objetivo de uniformizar os participantes em relação aos conteúdos a serem trabalhados. Para esse propósito a apresentação abordará em sequência: primeiro, o contexto do Plano Diretor, descrevendo de forma sintética as etapas do processo, o ponto que estamos na linha do tempo e a oficina dentro deste contexto; o cronograma do dia; os objetivos da oficina e os conceitos do Plano Diretor que serão utilizados na oficina utilizando exemplos da região, alinhados com os elementos identificados na oficina piloto; descrição dinâmica com exemplos de como os elementos serão identificados nos mapas. Depois vai ser feita a divisão dos grupos e aquecimento. A divisão dos grupos será em grupos de aproximadamente 12 pessoas, contendo em cada grupo um mediador em um técnico de apoio do município para a condução dos trabalhos e auxílio no registro das contribuições. O aquecimento será dividido em dois momentos, no primeiro momento os participantes terão o reconhecimento inicial do mapa, destacando os pontos de referência. E no segundo momento os participantes serão convidados a escolher por mesa um relatório, um expositor e um guardião do tempo. A equipe técnica discutiu que seria interessante ter um relator da equipe técnica e o expositor escolhido pelo grupo que vai expor depois o resultado, e também um guardião do tempo para que o guardião do tempo da própria equipe possa nos ajudar a controlar o tempo. Em seguida o trabalho colaborativo dos grupos, para a realização da dinâmica cada grupo vai receber um mapa da região de planejamento correspondente e material para demarcação da contribuição, etiquetas, canetas e demais materiais de apoio. Depois terá um intervalo de atividades de 10 minutos e depois vai ser feita a apresentação dos resultados. O expositor definido por cada grupo fará exposição das principais conclusões no mapa, assim como a gente fez na oficina piloto. O tempo por grupo poderá ser ajustado em função do número de participantes, não sendo inferior a 5 minutos por grupo. E aí em seguida o encerramento, o fechamento da atividade com breve apresentação sobre os próximos passos. E aí, independente das oficinas nas mesas, especialmente se tiver muitos participantes, se a gente tiver um acesso de participantes, nós também teremos mapas em formato menor para quem quiser, por exemplo, a pessoa não quer participar ali do grupo formado, ela também vai poder demarcar no mapa individual. E também para todos vai ser disponibilizado um questionário para identificação dos temas prioritários. Então, o objetivo da primeira etapa coleta é coleta de diagnósticos para compreender os anseios, o olhar e a dinâmica da cidade a partir da contribuição pela população e agregar os estudos técnicos e coletar as informações da população relacionadas às estratégias do Plano Diretor, 17 objetivos do desenvolvimento sustentável e os 12 temas: situação urbana, mobilidade, classificação ambiental, etc. Não serão todos os temas que serão trabalhados agora, serão estes: Tema 1 – ESTRUTURAÇÃO URBANA: centralidade, equipamentos em espaços abertos. Perguntas: quais os locais consideram pontos de referência e pontos de atração nos bairros? Quais as carências de equipamentos: escolas, postos de saúde, praça e outros? Tema 2 – MOBILIDADE URBANA: mobilidade, acessibilidade e transporte. Perguntas: quais os caminhos que mais fazem: trabalho, estudo e saúde? Quais os problemas nos caminhos: a pé, de bicicleta, de carro ou ônibus? Tema 3 - QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL: qualificação ambiental envolvem bens culturais, bens naturais e questões de infraestrutura. Perguntas: quais os locais de interesse cultural no bairro: prédios e espaços públicos? Quais os locais de interesse ambiental: arroios, morros, agentes que impactam? Quais os locais de carência de infraestrutura: água, esgoto, alagamentos, resíduos, energia e iluminação? Tema 4 - PROMOÇÃO ECONÔMICA: agricultura, comércio, serviço, indústria e emprego. Perguntas: qual a locação na região do bairro? Quais as iniciativas empreendedoras na



região? Tema 5 - PRODUÇÃO DA CIDADE: grandes projetos e habitação. Perguntas: quais os projetos impactaram a região? Pontos positivos e negativos. Quais os problemas habitacionais na região? Então, essas são as perguntas que vão ser efetuadas e os objetivos, aqui eu passo a explicar para vocês terem uma visão do resultado final do trabalho que nós estamos prevendo, os objetivos do plano de trabalho da revisão do Plano Diretor. É aperfeiçoar a gestão do planejamento urbano para promover o desenvolvimento urbano integrado e sustentável do município. Então, não é só a revisão do Plano Diretor, ele envolve esses três itens: atualizar o modelo jurídico espacial do Plano Diretor, que seria a revisão do plano por excelência; estruturar sistema de dados aberto, participativo e de fácil utilização, é o que a gente chama de plataforma, com o geoprocessamento, com dados transparentes, que vai envolver não só a instituição dessa ferramenta, mas também uma capacitação da equipe para trabalhar nesse modelo. Eles vão não só trabalhar, mas eles vão ter que estar constantemente alimentando esses dados. E também capacitar a população envolvida no planejamento e licenciamento com a finalidade de dar transparência às informações, bem como facilitar a tomada de decisões. Então, explicando, resumidamente, como está sendo pensado para estruturar: a primeira minuta, que seria a primeira entrega, que é uma ideia mais conceitual, tipo modelo de gestão. Envolve a revisão do Plano Diretor em relação aos artigos existentes, sua estruturação em relação à legislação correlata, visando tornar mais simples e transparente o processo de planejamento e licenciamento, bem como a revisão dos anexos no que houver. Então, a gente vai passar do texto existente, revisar o texto, levantar inconsistências e levantar, por exemplo, nos anexos as suas inconsistências, mas a gente não vai na primeira etapa fazer modificações estruturais no mapa, porque isso precisa do levantamento de dados. O levantamento de dados está começando agora, mas a conclusão do levantamento de dados é só para o fim do processo, nós não temos como na primeira etapa ter tudo isso previsto. Na primeira etapa ainda a gente pretende fazer o detalhamento dos instrumentos urbanísticos existentes no Plano Diretor e no Estatuto da Cidade, bem como a inclusão de novos instrumentos. Então, a gente sabe que o Plano Diretor hoje tem vários instrumentos, mas a gente não tem esse tratamento, a gente não sabe como aplicar eles. Então, vocês sabem, um servidor precisa saber como fazer para as coisas acontecerem. Então, como a gente já tem várias experiências em outras cidades, a gente pode fazer estudos e poder aplicar e colocar a operacionalização desses instrumentos já na primeira etapa sem problemas. E a integração no que couber do Plano Diretor e os planos setoriais, isso também é uma questão de gestão. A revisão das estratégias de acordo com o identificado na leitura comunitária, visando efetuar a compatibilização com 17 objetivos do desenvolvimento sustentável na Nova Agenda Urbana. Ou seja, vai ser uma revisão, não quer dizer que vão ser reestruturadas grandes coisas, até a equipe técnica já bateu os itens, o conteúdo, mas dependendo do resultado da Leitura Comunitária é possível que tenha alguns ajustes na questão das estratégias do Plano Diretor. Também, para finalizar a fase 1, é previsto o estabelecimento de um modelo de gestão relacionado com o planejamento urbano a partir da escala intermediária. Então, o que a gente tinha comentado, a escala intermediária do espaço público, já tínhamos comentado a questão das formas de financiamento da cidade, como que o planejamento urbano se implementa ao longo do tempo. Então, tem uma série de coisas que a gente pode aperfeiçoar nessa questão em termos de gestão. Então, a fase 2, esta que é prevista, aí sim mexer nos mapas e anexos, esses mapas e anexos vão ser revisados com base na conclusão de todos os diagnósticos, toda a coleta de informações das oficinas, de todos os trabalhos que foram feitos. E a partir desses dados detalhados a gente vai poder estabelecer



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

modelos, óbvio que no final do processo a gente não vai ter todo o mapa do Plano Diretor, detalhar na escala cadeira intermediária, mas a gente vai ter modelos que podem ser aplicados ao longo do tempo. A ideia é instituir um modelo de planejamento que possa ir acontecendo ao longo do tempo e não estanque. Então, modelos, por exemplo, de mobilidade urbana, a gente sabe que os dados que nós temos ali no Plano Diretor são muito superficiais, a estrutura viária, tem a questão das calçadas que a gente tem que ter uma apropriação melhor de como vai funcionar. Por exemplo, tem tipos de vias na questão da regularização fundiária, que não estão abordadas ali. Então, a gente tem que elencar essas questões, essas características especiais. A questão de como lidar com a questão da relação entre a estrutura urbana e o meio ambiente, hoje nós não temos uma política municipal do meio ambiente, nós temos o Código Florestal. Agora, como que o município entende que a relação dessas áreas podem acontecer integrada à estrutura urbana, modelos para AEIS, por exemplo, aí se fala muito em demarcar nos mapas, sim, aí nesse momento nós podemos fazer um levantamento e demarcar com mais propriedade essas áreas nos mapas. Claro, e usar os instrumentos adequados para isso, né. E também nessa etapa usar o detalhamento dos instrumentos urbanísticos nos mapas e anexos. Então, o que eu já tinha falado, por exemplo, o instrumento urbanístico da UOPS, como vocês tinham falado. Então, nessa etapa a gente consegue demarcar nos mapas isso, a questão da regularização fundiária nessa a gente consegue demarcar mais com mais propriedade nos mapas, mas o detalhamento vai ser através de modelos. E aí a gente colocou aqui que, na verdade, essa fase 3 não está em princípio relacionada com a cooperação técnica, mas é uma fase que tem que acontecer dentro da municipalidade, que é quando nós encaminhamos as minutas nós temos que fazer o acompanhamento dessas minutas junto à Câmara de Vereadores. E aí nesse momento que eu espero que no final do processo estejamos todos engajados, em conjunto, que todos na medida do possível estejam satisfeitos com o resultado e que a gente possa defender esse processo para que ele, quando for entregue, fica o mais íntegro possível. Até porque é o que a boa técnica, para não ter problemas, aquela questão das inconsistências que nós temos muito hoje, que possa acontecer de uma maneira fluída, vamos dizer assim, a implementação desse planejamento. Após, a gente vai nessa questão da estruturação dos dados, a gente vai ter um modelo para a instituição dessa plataforma de planejamento urbano e que, óbvio, além da estruturação das equipes ela tem que ser contratada. Claro, na sequência nós temos uma nova legislação, nós temos que fazer regulamentações diversas e essas regulamentações são necessárias para que no momento em que, efetivamente, esse documento esteja implementado, a própria máquina pública consiga fazer o desenvolvimento adequado desse trabalho e que a gente não tenha um baque, assim, ou pare tudo, que a coisa seja fluída. Então, era isso que eu quis apresentar. Na sequência eu espero que a gente possa fazer, a gente vai tentar participar de todas as oficinas, na medida do possível eu vou estar presente em quase todas, a não ser aquelas que forem fisicamente impossível, mas onde eu não estiver vai estar toda a equipe técnica, vai estar presente em massa lá para tentar ajudar, porque estão todos muito engajados e com vontade de coletar os dados, de saber o que a população quer, está todo mundo muito a fim de fazer o trabalho. Então, acho que vai ser uma coisa muito legal, esses dois meses í vão ser puxados, mas vai ser só a primeira rodada, depois vai ter outras mais. Então, era isso, muito obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigada, Patrícia. Uma explanação além da expectativa. Eu acho que tu conseguiste colocar todo o processo, todo o projeto de revisão da maneira que vocês estão pensando, também a gente percebe o amadurecimento do grupo,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tornando mais clara toda essa proposta, essa peça de discussão que vocês estão propondo com essa inovação muito importante da participação via as regiões de planejamento para ser incluído neste processo. Objetivamente, nós já estamos com agenda, né, Patrícia, tu não chegaste a falar, mas nós temos agenda a partir da semana que vem, eu não sei se nesta semana já tem. Dia 17 já tem a primeira, hoje é 15, sábado. Depois é toda uma sequência. Vamos fazer uma rodada, o primeiro é o Felisberto. Vamos fazer uma rodada em função da exposição da Patrícia. Então, Felisberto. Vamos fazer uma remodelação, vamos fazer uma volta na mesa, começamos com o Fernando. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENG/RS:** Boa noite. Primeiramente, eu só queria parabenizar a Arquiteta Patrícia e a equipe. Eu acho que pelo próprio entusiasmo e empenho que a equipe tem demonstrado nesse processo todo, eu não tenho dúvida que o Plano Diretor vai ser muito bem recebido e, realmente, um plano que a cidade merece, que todos nós estejamos construindo de uma maneira bastante assertiva. É só para deixar registrado. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro parabenizar a Patrícia pela apresentação. Segundo, pedir para que tivesse sido enviado antes, porque aí a gente viria com algumas perguntas que não poderei fazer... (Manifestação fora do microfone). Antes, que tivesse sido enviado para que a gente pudesse dar uma olhada e vir preparado, até para levar para o nosso fórum para que a gente pudesse oportunizar o debate. Aqui eu sou conselheiro, não represento só eu, represento vários delegados da região e alguns já estão aqui postando e cobrando algumas perguntas. Então, como eu represento o coletivo, eu não sou o dono da minha região, eu fui eleito por um coletivo. Então, tem que ser em conjunto produzidas as perguntas. Uma primeira delas é a questão da avaliação, o que a prefeitura tem de avaliação sobre o plano durante esses 10 anos? Quais são os dados com relação ao déficit habitacional, com relação à mobilidade urbana, com relação à regularização fundiária e aí vai, os dados técnicos produzidos ou que a prefeitura tem para subsidiar o debate. O que está acontecendo na avaliação, pelo menos minha inicial? Estão à procura de colher dados para subsidiar um plano, mas qual a avaliação que a prefeitura tem desse plano para propiciar a discussão e para confrontar com aquilo que a cidade tem com o real? Não existem dados. Existem dados, por exemplo, no Observa POA, existiu todo um trabalho feito pela resiliência. Então, esses são dados que têm que vir ao debate, porque é importante para subsidiar. Há todo um trabalho feito pelo Pacto Alegre e com vários grupos da ONU Habitat, antes mesmo da discussão do plano, que já estão preparados e já estão com projetos. Então, no evento, no Congresso Brasileiro de Arquitetura a gente viu dos arquitetos o que já tem planejado de certa maneira com o Pacto Alegre. Várias entidades, as universidades, ONGs, projeto para o 4º Distrito, sem mesmo antes de discutir com os interessados, que é a população do entorno ou que moram nessas regiões. Então, eu entendo que as oficinas serão importantes, onde entram os planos regionais, que eu não vi nenhuma menção com relação aos problemas regionais, que é uma deficiência, eu acho que teria que ser um dos primeiros, vamos dizer, assim, da avaliação do plano, que em nenhum momento foi foram feitos os planos regionais. Isso já é uma deficiência do plano, porque seria uma maneira de avaliar a região por região. E também compatibilizar com as demandas do Orçamento Participativo, depois eu não sei se o Emerson vai complementar sobre isso, mas eu acho fundamental essa união do planejamento com o Orçamento Participativo, tem que haver isso. E os demais conselhos setoriais também para avaliar a saúde, a educação, cultura, o Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habilitação, esses vários conselhos setoriais. Então, isso é fundamental. Por enquanto é isso, depois terei mais algumas perguntas, até para



monopolizar o microfone aqui. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Nós estamos fazendo na nossa região, que vem com discussão com o próprio IAB, a ótima relação que nós temos com a Patrícia, com o João Marcelo e com o próprio Conselho aqui, tudo isso para nós tem sido um aprendizado muito importante. Nós estamos muito mais preocupados em termos um olhar da urbanidade como um todo nesse planejamento, porque nós entendemos que tendo um planejamento se tornam políticas de estado e não saímos de uma forma acerbada para fazermos as coisas tudo ao mesmo tempo. Então, o plano para nós representa muito isso. Nós nos preocupamos muito com a questão das instituições locais, por exemplo, a universidade. Nós sabemos que vai definir e ajudar os moradores, mas achamos fundamental a questão da participação da universidade, que é do local Lomba do Pinheiro, Partenon, bem como os empresários, as instituições, os movimentos sociais que são muito fortes na nossa região e tem uma interferência ainda bem grande. E isso tudo é uma grande expectativa, se nós não alcançados nesse primeiro momento saio mais tranquila porque tem segmento depois. Nós também vamos querer ter uma agenda específica sobre a questão da Macro 10, que provavelmente saia para que a gente não se perca lá nesse dia, mas que tenha uma reunião específica para gente se aprofundar no sentido, inclusive... (Inaudível/falha microfone). Era isso no momento. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que a apresentação da nossa arquiteta foi muito importante, eu tenho acompanhado ela pela região e vai ser importante, porque dessa vez o plano se define nos bairros. A nossa expectativa é mostrar para a comunidade que o Plano Diretor tem o seu papel importante nos bairros de avanço nesses 30 anos que já está sendo divulgado. Em 99 usou uma estratégia política de vereadores, a cidade de ganhou vários condomínios pesados, como o Alphaville, definindo os bairros, as áreas rurais e urbanas, mostrando a Restinga como um bairro poderoso, a Hípica. A Restinga não se definiu, o que se definiu foram as moradias. Hoje você pega sexta-feira, vai para a Restinga, sábado e domingo, não consegue andar, porque aumentou o número de condomínios, a população, mas não falaram na mobilidade urbana, porque o Plano Diretor não foi falar com a comunidade e sim com os empresários e vereadores para fazer o quê? Alto índice de moradia, com um valor financeiro. E hoje está o caos, não se sai da Restinga, porque só tem uma saída, tem duas, ou sai pela Lomba do Pinheiro ou sai por baixo. Eu estive lá semana passada e me apavorei. Não tem nenhum projeto de alargar aquela avenida, porque no momento que o Plano Diretor implantou, dominando as áreas rurais, fazendo a Hípica, fazendo os lotes de 5x15 metros, dobrou a população, implantando também em Belém Novo, aquela parte. Eu queria entender o Plano Diretor como que funciona a estratégia, a história dele, a consequência, quando foi criado, porque foi criado e qual foi o papel. Eu sei quando foi, mas não ficou bem claro ainda, e quando tu colocaste o índice de levantamento topográfico, índice de levantamento de bairros. Por exemplo, um bairro que é ocupado irregularmente, como é que consta no levantamento de dados? Vamos colocar a parte do Porto Velho, que tem várias vilas irregulares, favelas e ali o índice de implantação seria de quê? Como que vai conseguir definir a implantação desses bairros? Em 67, quando o Plano Diretor começou a definir a Cidade de Porto Alegre, quando a nossa cidade surgiu, que a cidade começou a crescer, quando surgiu a Restinga, esse Plano Diretor veio meio atropelado, com isso surgem as favelas, que estão implantadas até hoje. E aí surge outro problema, as propriedades irregulares, todas as pessoas têm o direito de propriedade. (Sinalização de tempo esgotado). A Tronco foi aberta e o prefeito fez a promessa que as pessoas que estavam na avenida iriam receber o título de propriedade à moradia. Agora tem uma grande guerra com o DEMHAB porque o



Minha Casa Minha Vida Plano I não existe mais. Então, essas pessoas que estão dependendo de moradia, no aluguel social, vão ter que pagar agora, porque os que ganham mais de R\$ 1.800,00 não podem mais entrar no título à propriedade plano baixo. Imagina só, tu podes morar em uma favela, mas tu és aposentado da SMOV, ganha quanto por mês hoje? Ganha R\$ 3, 4 mil. (Sinalização de tempo esgotado). Essas pessoas vão ter que pagar suas propriedades de moradia hoje. O que acontece? As ocupações irregulares de uma favela hoje, essa população em que situação fica? Então, minha arquiteta, eu acredito que com essa discussão lá na comunidade, definir com as pessoas o direito de propriedade, tendo conhecimento da sua vida, estabelecendo o planejamento, talvez tenha a consequência de fazer as pessoas entenderem o que é, mas não vai resolver. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Dentro da apresentação eu me senti contemplado, Patrícia. Estou dando parabéns para toda a equipe que formalizou, porque boa parte do que está sendo apontado ali já foi levantado nas reuniões. Então, é importante também essa participação. O que a gente coloca aqui, até foi comentado, tanto pelo Paulo Jorge, pelo Felisberto, é em relação ao plano regional, que seria uma espécie de plano de melhorias, onde atenderia também a discussão das prioridades, que hoje a discussão das prioridades está concentrado nas comissões e essas comissões não têm a visão regional. Então, as demandas são mais apontadas pela própria gestão governamental. Então, nós vamos ter que inverter essa situação, elas têm que ser discutido sim, dentro do plano regional. do plano de melhoria de cada região para depois ir para as comissões, para a gente ter uma ideia do que realmente a região vai precisar, a participação é muito importante dentro dessa elaboração do plano regional. A questão das prioridades, o desenho urbano, nós temos que diferenciar a revisão do Plano Diretor, que não é atendimento de demanda e nem atendimento de serviço. Tem que ficar bem claro isso para as regiões de planejamento, porque o Plano Diretor não vai resolver a demanda da habitação do Paulo Jorge, que ele cita toda hora aqui, mas vai dar um encaminhamento para melhorar aquele desenho urbano naquele local. Então, isso é importante. Quero tocar também aqui na questão das AEIS. Porto Alegre não tem o hábito de aplicar a zona especial de interesse social, hoje nós trabalhamos com AEIS, até porque eu acho que não está nem previsto dentro do plano mesmo as AEIS. Não tenho a definição do que é as AEIS dentro do Plano Diretor, está dentro do Estatuto da Cidade, que é uma lei lá de 2001, 10.527, é até bom colocar ali, porque a maioria não tem. Então, está dentro do Estatuto da Cidade, mas não está dentro do plano regulador, que é o Plano Diretor. Então, a gente poderia também criar um capítulo para poder atuar dentro das AEIS, que pode atender alguma situação ou outra de grande expansão da cidade. Então, seriam mais essas colocações e o Orçamento Participativo, como eu coloquei na última reunião, tem seis temáticas que poderia também ser um desenho já para aplicar o funcionamento das temáticas. Tem a Temática de Tributação, Turismo, Desenvolvimento Econômico, de Saúde e Assistência Social, tem de Educação, Esporte e Lazer. Então, são temas que estão conjugados, que de alguma forma ou de outra já se se unificam na questão do atendimento. Então, é muito importante colocar também o Orçamento Participativo, que vai criar sim uma oficina para fazer essa discussão junto com os conselheiros regionais, para atender também a demanda do Orçamento Participativo, principalmente nessa questão das prioridades. O Orçamento Participativo busca também o atendimento das prioridades, através das regiões de planejamento. E eu acho que um ponto também que a gente tem que levantar é a questão da excepcionalidade na aprovação de projetos, que é um ponto que a gente vê aqui dentro do Plano Diretor, que



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

tem muitas situações que vai ter que ter a situação excepcional e nós vamos ter que achar alternativas do que é considerado excepcional, do que não é, porque cada dia vem uma situação diferenciada aqui dentro da discussão do plano. E para finalizar, o diagnóstico, não só das regiões de planejamento, mas nós temos que ter um diagnóstico do governo, da parte das secretarias, e nós temos que ter um diagnóstico das entidades, porque as entidades também tem uma demanda, tem uma carência e tem que ser apontado isso também, e o próprio governo, porque se não abrir uma discussão com governo, aí vai ficar o DEMHAB, não vai ter a interface lá com a Região de Planejamento 5. Então, tem que ter esse diagnóstico também levantado. Obrigado. Heleniza Ávila Campos (1ª Suplente), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**: Eu estou substituindo a Professora Livia e eu queria parabenizar a Patrícia pela apresentação. Que bom que já está com uma estrutura pronta. Eu queria fazer alguns questionamentos. Primeiro, acompanhando a colocação do Felisberto, que é sobre a apresentação, uma leitura do plano atual, uma leitura mais crítica sobre o que aconteceu ao longo desse tempo, quais são as pendências, as possibilidades de permanência de algumas estruturas, de alguns instrumentos. Até porque quando chegar na fase de discutir os instrumentos o que se faz, se mantém o se altera, enfim, eu acho que uma conferência de avaliação seria bem interessante para que a gente pudesse ter, e a comunidade pudesse ter, um pouco dessa visão mais completa da situação hoje, uma visão crítica sobre o que temos hoje. Segundo, quem está produzindo o diagnóstico e como é que ele vai ser constituído para a exposição para as comunidades? Eu acho que este também é um ponto que vocês devem estar preocupados e a gente queria saber como que isso está sendo feito, está sendo pensado, está sendo estruturado. E os modos de divulgação das oficinas, como é que vocês estão pensando também em chegar em uma divulgação mais ampla com o conjunto da sociedade? Por enquanto é isso. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**: Boa noite. Em primeiro lugar parabéns, Patrícia e equipe. Eu acompanhei um pouco do trabalho de vocês aí, a nossa Secretária Gabrielle, fantástica aí. Eu tinha alguns questionamentos, muitos até parecidos com os do Felisberto, com relação à inicial dele, nesse questionamento do entrosamento do OP. Na nossa região a gente já funciona assim, Felisberto, já tem como incorporar isso, fica mais fácil. E até na questão de divulgação e participação da região. Eu corroboro com as palavras do Felisberto com relação aos dados anteriores, do que a gente tem até agora com relação a essa renovação do plano. E era isso. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**: Parabéns, Patrícia. Está refinando, fazendo desde a gênese, desde que a gente começou a discussão aqui dentro, fora, com as unidades, com os conselhos de classe. Eu notei que há um perfeito refinamento, estão chegando em um ponto específico que tu possas de fato ter uma metodologia para que tu possas alcançar as pessoas. Esse que é o fundamento, é ouvir a população de Porto Alegre nos seus reais sentimentos dentro do espaço do território que eles ocupam e trazer, poder externar o que eles necessitam e o que eles querem. Eu acredito que nesse refinamento se chegará a contento. Do ponto de vista da nossa reunião do DEMHAB, tu te prepares, eu te falei hoje na reunião do Ministério Público, que nós estávamos fazendo uma série de debates lá com a parte urbanística, com a Dra. Menegatti, onde nós entramos muito profundo na questão de risco e de regularização fundiária dentro destas áreas. O DEMHAB apresentou várias propostas, vai te apresentar várias propostas, nós fizemos algumas considerações também. Aquela discussão das Ilhas hoje também, é muito importante haver um regime especial para as Ilhas, porque é uma área especial do município, está totalmente diferenciada. Não leva em conta o que a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Engenheira Vânia falou, com aquele quebra pau com a promotora na audiência, eu e a Vânia fazendo uma discussão paralela sobre a questão de risco, basicamente em relação ao Parque e a APA do Delta do Jacuí. É possível sim regularização fundiária na área, mas temos que ver também as questões políticas que envolvem essa situação. Nós temos que trazer como base hoje dentro do DEMHAB, e nós temos um tripé proposto neste governo: regularização fundiária, Felisberto, que está avançando a passos largos, finalmente, com uma série de procedimentos dentro da SETAF. Só o fato da SMAMS ter ido, que aliás nunca tinha participado de uma comissão de governo, a SMAMS não participava pela situação que a gente discutiu hoje da segurança jurídica em relação ao Código Florestal e a parte da lei federal de regularização fundiária. Tem procedimentos, tem decretos de procedimentos que melhoram a compreensão e o aspecto jurídico para avançar e por isso está avançando. Com a chegada da SMAMS de volta a SETARF, que, na verdade, era para ter entrado na SETARF, está tendo outro olhar, por isso que está avançando, principalmente a questão do – Você não faz absolutamente nada se não tiver o cascalho! Se não tiver o orçamento não tem como. Pode chegar para as PPPs, pode ter uma série de coisas, mas tem que ter como estado, como município tem que ter o orçamento próprio para poder fazer esse desenvolvimento. Do ponto de vista ambiental, como biólogo, que era a minha discussão com a Vânia ali no canto, isso durante a audiência, isso não era separado... (Risos). Todo mundo reclamando e nós batendo boca lá. É importante, eu do ponto de vista ambiental, tem alguns aqui que vão até discordar, espero que discordem mesmo para depois a gente fazer o debate, é fazer uma diferenciação específica, apesar de ser a mesma coisa, mas eu acho que tem que ter metodologicamente uma diferenciação entre ambiente natural e ambiente modificado. Tem que haver essa separação, apesar de ser tudo meio ambiente. Eu sou um ferrenho defensor do ambiente natural, se tiver que defender 30, 40, 50, 60, 100 metros, parque linear de 200 metros de APP em uma área livre, eu vou estar lá defendendo. Agora, no momento em que nós temos uma área habitacional consolidada, onde as pessoas têm direitos nesta área, que viveram toda a sua vida ali, tem que haver uma diferenciação do ambiente modificado, onde haja... E isso eu vou colocar lá, já vai te preparando para dar a resposta depois. Tem que haver uma forma diferenciada de andares. A própria lei regularização fundiária... (Sinalização de tempo esgotado). Estou encerrando. A própria lei permite essa redução. E eu volto a discutir, falo em todos os fóruns, o uso social do meio ambiente da faixa de APP, uma forma de preservação da comunidade, manutenção dos recursos hídricos, reflorestamento, recuperação de faixa de APP, mas de uso e proteção da própria comunidade. A comunidade vai junto, exatamente a educação ambiental, todo um trabalho em cima, fiscalização, a própria comunidade fiscaliza. Então, nós te aguardando lá na quinta-feira, porque o pau vai comer solto. Obrigado. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite. Eu queria começar parabenizando a colega Patrícia pela apresentação, mas não só a apresentação, quero parabenizar a Patrícia e a equipe pela questão da sistematização e o planejamento de todo esse cronograma e como que vai caminhar nessa revisão do Plano Diretor. A gente sabe já com alguns anos de prefeitura as dificuldades que se impõem quando se abraça uma tarefa dessa natureza. E um bom planejamento é um passo gigantesco para que o plano obtenha o sucesso que é necessário que ele obtenha. Em segundo lugar, eu queria informar os conselheiros aqui, já respondendo ao Conselheiro Felisberto, o Observa POA vem trabalhando em estreita colaboração com a equipe da Patrícia no fornecimento dos dados que nós temos. Além disso, enquanto Secretaria de Relações Institucionais, estabelecendo também um contato com o IBGE, que já vem



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

planejando o Censo 2020, que é fundamental para que nós tenhamos dados atualizados para debater e trabalhar em cima. E o terceiro ponto é reafirmar para a Patrícia a colaboração do Observa e da Secretaria de Relações Institucionais no que for preciso, nas oficinas, nas audiências e em todo o processo já está a tua disposição. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Patrícia, também faço minhas as palavras dos colegas, eu também me vejo contemplado, porque desde que se fala em mudança de Plano Diretor, temos que saber qual é a metodologia. E hoje eu olhei, e já entendi, e já compreendi a metodologia que está sendo criada. Então, parabéns para ti e para tua equipe. Também aproveito para fazer um depoimento que depois de ver muitas coisas erradas eu estou começando a ver coisas certas, que também acho que foi a escolha da tua pessoa, que tem um conhecimento já bastante grande aqui dentro e sensibilidade para liderar esse trabalho tão importante para nós, para a nossa cidade. E aproveitando a falar de cada um, outra coisa que eu sempre penso quando fala no Plano Diretor que é de entender formas novas de financiar a cidade, através de planejar a cidade, mas também ver de que forma a gente pode financiar melhor a cidade. E um depoimento, Felisberto, uma coisa que me deixou um pouco triste, naquele outro processo que a gente fez de mudança de Plano Diretor, ficou muito focado na Região 1, que eu era conselheiro, na minha região ficou muito focada a mudança, mas qual era o debate que se fazia? Ah, vamos fechar sacadas ou não vamos fechar sacadas? Pô, e eu pensando: tem tanta gente precisando de um plano, pessoas menos favorecidas precisando de uma atenção da cidade, de como que vão planejar os seus terrenos, a regularização fundiária fundamental e ficavam preocupados com a sacada de quem tem posses, vamos dizer assim, ligados a Região 1, que é a região que concentra a maior renda da cidade. Então, no final a gente viu até brigas lá e coisas assim que não foi bacana naquela mudança de Plano Diretor. Então, também quando o Emerson fala das AEIS e tal, outra coisa que eu fico pensando, todo dia eu passo na Perimetral, e a Perimetral da Protásio para baixo tem os vazios urbanos que estão sendo ocupados por prédios basicamente de três dormitórios. Também, o valor daqueles apartamentos são muito alto. Eu passo ali e fico pensando: se tivesse um incentivo para que se pudesse fazer apartamentos de um dormitório e de dois também, não precisa tirar o benefício deles – Não, o índice é este e tudo bem, mas se tu fizeres um dormitório ganha um benefício para que a gente pudesse densificar a Perimetral ali. Tu podes ver onde passam os ônibus, já falando em mobilidade, aquela Perimetral está parece subutilizada do transporte coletivo, porque no fim vai ficar sempre morando menos gente do que poderia, da gente poder densificar mais, botando mais um dormitório e dois dormitórios, que são apartamentos mais baratos para as pessoas morarem perto de onde passa o transporte. Eu fico analisando a nossa cidade, de vez em quando eu estou lá no meio do bairro Petrópolis e passa um ônibus lá no meio de uma região bem residencial, mas por que o ônibus está passando lá? Porque não tem gente para ele pegar onde deveria ser, que é lá na Perimetral, por exemplo. Então, acaba a cidade sendo passada por ônibus circular, tudo que é linha por dentro dos bairros residenciais e lá onde tem que passar praticamente demoram os ônibus. Então, uma maneira de incentivar a densificação nessas artérias principais de transportes. Já falando nisso, outra coisa que nunca vi o nosso Plano Diretor de Porto Alegre se preocupar é com essas fontes geradoras de tráfego, que em outros lugares, quando a gente sai para o exterior e vê como que eles estruturam as cidades, onde estão as escolas. Então, o governo escolhe lá, mas depois por causa das escolas vem os empreendedores, os que desenvolvem a cidade, vão lá e fazem os núcleos em volta... (Sinalização de tempo esgotado). As escolas, os centros de compra e o lugar onde as pessoas vão trabalhar são os lugares que as pessoas se deslocam o dia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

720 inteiro. Então, pô, vamos ver onde estão as escolas, vamos ver de que maneira a gente
721 pode melhorar essa mobilidade, porque outra coisa que me causava estranheza é um belo
722 dia chegou assim – Agora vou apresentar o Plano Diretor de Mobilidade. Então, nós temos
723 um Plano Diretor da cidade e daqui a pouco apareceu um Plano Diretor de Mobilidade que
724 não conversava um com o outro. (Sinalização de tempo esgotado). Então, isso para mim é
725 inconcebível, tem que ter um Plano Diretor de Mobilidade junto com o Plano Diretor da
726 cidade, tipo assim, para onde que todo mundo vai de manhã? Vão os filhos na escola.
727 Então, alguma coisa tem que acontecer aí para planejar melhor essa mobilidade das
728 pessoas. E se for o caso de proibir escolas em determinados lugares, que está muito cheio
729 de tráfego, proíbe. Assim como shopping center em lugares muito densificados, se aprovar
730 um foco de trânsito em um lugar desses vai ser muito pior. **Luiz Antônio Marques Gomes**
731 **(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Rogério, o
732 senhor estourou o tempo duas vezes. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das**
733 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** É que quem fica por último... **Luiz**
734 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
735 Não, quem fica por último é a Patrícia. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das**
736 **Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Patrícia, depois, quando tiver
737 oportunidade eu complemento mais umas coisas, quando nós tivermos algumas oficinas
738 aqui. Muito obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
739 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Até porque estamos aguardando, né, Patrícia, daqui a
740 pouco as promoções de debate das entidades não governamentais. Patrícia, as
741 considerações finais desta rodada. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria**
742 **Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu vou tentar abordar de
743 uma maneira mais abrangente possível. Respondendo ao Felisberto, que ele perguntou a
744 questão dos dados. É uma questão muito importante, outros perguntaram dos dados
745 também. Então, tem um relato para fazer, uma coisa muito interessante, uma das coisas
746 que foi base de tudo que foi pensado em conjunto. Nós aqui no município temos sérios
747 problemas de dados, todas as secretarias de maneira independente produzem seus
748 dados, mas não armazenam, algumas armazenam, outras não armazenam. Então, nós
749 temos uma dificuldade imensa, a equipe técnica antes teve uma dificuldade muito grande
750 para conseguir coletar esses dados. Não tem, não existem dados estruturados, por isso
751 que a gente até colocou uma etapa ali, que é importante, que é a estruturação da base de
752 dados. Então, agora, inclusive, com esse processo... (Manifestação fora do microfone).
753 Sim. Então, a primeira tarefa paralela à questão das oficinas, a primeira tarefa que está
754 sendo feita junto às secretarias, até fomos lá na SMRI. Nós estamos em cada secretaria
755 tentando na medida do possível coletar todos os dados. Nós ainda não tivemos retorno de
756 todas elas, da SMRI estamos tendo. Quero agradecer, a SMRI tem sido superparceira para
757 a gente poder realizar as oficinas, disponibilizando equipamentos, o apoio dos CRIPS nós
758 tivemos. Então, está sendo muito legal essa parceria, muito legal, para a gente poder
759 realmente nas fazer as oficinas, não sei preocupar em de repente precisar fazer mais
760 rodadas nas comunidades. Estamos tranquilos quanto a isso pelo apoio que a SMRIA está
761 nos dando. Então, essa questão dos dados, agora justamente é a etapa da coleta dos
762 dados, e esta primeira rodada com a população é uma rodada mesmo para coletar os
763 dados da população, a gente não quer induzir nada nesse primeiro momento, a gente quer
764 simplesmente sentir a temperatura e fazer essa coleta. No segundo momento, a partir
765 dessa primeira coleta de dados, além de buscar os resultados das equipes técnicas, a
766 equipe vai dar uma volta nas regiões, cada região, identificando esses pontos que foram
767 elencados. E depois desse fechamento, aí sim nós vamos fazer outra oficina, aí sim



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

apresentando esses dados e aí a população vai poder interagir de uma maneira mais madura com o processo. Então, essa é a ideia nesse primeiro momento. Então, quanto aos dados em princípio é isso. E depois, com o auxílio da cooperação técnica com a ONU Habitat, vai ter um suporte maior para a gente poder amplificar ou dinamizar essa coleta de dados, não só os dados que temos na secretaria, mas também os que vão ser coletados *in loco*. Então, quanto à questão Pacto Alegre eu não tenho. Acho que o Pacto Alegre, efetivamente, não está tendo uma relação direta com a questão da revisão do Plano Diretor, eles estão fazendo ações pontuais, vamos dizer assim, que não estão relacionadas. A nossa relação mais efetiva está sendo mesmo com o Conselho. Vocês são os atores mais importantes nesse processo. A gente trabalha com engajamento e a gente vê que o maior engajamento é neste fórum mesmo. Então, a questão dos planos regionais, que daí responde também ao Felisberto, o Emerson. Os planos regionais são instrumentos que também precisam ser detalhados no Plano Diretor. Hoje está lá previsto o plano regional, mas tem um artigo dizendo que existem os planos regionais, mas como eles são, como que eles devem ser implementados, isso é uma coisa que pode ser detalhada no formato de gestão, pode ser detalhado na primeira etapa. Nesta etapa poderia se dar indicativos para o Plano Diretor. E aí seria interessante também coletar os dados que as regiões já trabalharam, que já foi uma coleta bem importante de dados, junto com o trabalho com o IAB. Então, para a gente poder ter alguns indicativos, para ser colocado. Aí eu diria que esses indicativos estariam na segunda fase. A questão da relação Orçamento Participativo e planejamento é uma questão também que pode ser acordada no modelo de gestão, como é que a gente pode trabalhar a cidade com modelo de gestão onde nós temos formas de financiamento do planejamento, como que pode ser implementada a relação entre as partes. Isso aí pode estar relacionado na primeira fase. Acho que do Felisberto era isso. A Maristela tinha comentado a questão da Macrozona 10, a questão da Operação Consorciada. Eu acho a interessante, ela tem que ser revisada, porque tem alguns conceitos ali que tem que ser mais otimizada. E a questão dos mapas, o ideal é que ela fique com os mesmos parâmetros do Plano Diretor, ela tem uma nomenclatura específica que para nós do ponto de vista de gestão é difícil aplicar. Então, se a gente conseguir deixar ela mais normatizada, de acordo com que está no plano é melhor. Então, a questão que o Paulo Jorge perguntou, a questão do Plano Diretor, como foi criado, eu acho que para isso aí caberia uma apresentação específica. Também tinha perguntado da leitura do plano atual, nós temos a leitura, acho que muitos já conhecem a nossa opinião a respeito, eu acho que esse tema específico, como é um tema que deve ser explicado com profundidade, acho que merece um tema específico. Se vocês tiverem interesse a gente prepara, não tem problema, acho que ajuda a enriquecer o nosso trabalho. (Manifestação fora do microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Desculpa, mas não é esse o momento. Eu gostaria que a Patrícia concluísse, fosse até o final. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Então, a questão da ocupação irregular, a regularização fundiária, questões de direito de propriedade, tem uma série de questões que podem ser abordadas na primeira etapa, a questão de detalhamento dos instrumentos urbanísticos. Então, isso já está no nosso radar, nós temos referências, por exemplo, o Plano Diretor de São Paulo que a gente acabou vendo no congresso, muito interessante o modelo. E a questão da regularização fundiária é um dos grandes beneficiários da gente tratar essa questão da escala intermediária, porque ela tem uma característica específica e do ponto de vista de Plano Diretor não existem padrões específicos para esse tipo de território. Então, no momento que a gente poder trabalhar em



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

uma escala menor a gente consegue olhar com melhor clareza essas áreas e poder de uma forma mais efetiva fazer de fato a regularização fundiária. Aí como a gente comentou, não só do ponto de vista cartorial, mas do ponto de vista de projeto urbano, porque tu vais ter uma forma de financiamento da cidade, tu vais ter um método de como implementar as obras de urbanização, tu consegues trabalhar. Então, nesse modelo que a gente está tratando entendo que a regularização (Inaudível)/falha microfone). Emerson, os planos regionais, no caso o plano de ação regional é um instrumento que deve ser (Inaudível)/falha microfone). A questão das AEIS, a definição, conceitos, aprimoramento desses conceitos, seriam colocados nessa primeira etapa. E esse mapeamento, como a gente tinha colocado, onde vai ser previsto, em princípio na segunda etapa como modelo, porque a gente sabe que o planejamento é ao longo do tempo e o nosso foco é mais em gestão com uma base de dados bem estruturada, tu consegues fazer com que a cidade vá se transformando de uma maneira mais inteligente e institucional, do que ficar estancado. A questão do atendimento às prioridades também, é um. Essa questão da excepcionalidade nas aprovações de projetos, a gente também identifica como um ponto crítico do nosso Plano Diretor e se a gente tiver um modelo mais institucional de como trabalhar essas questões. Essa própria questão das mitigações e compensações, se a gente trabalhar de uma maneira baixando para a escala intermediária, a gente consegue enxergar isso de uma maneira mais estratégica e poder fazer atendimentos das demandas. O estabelecimento de um raio, por exemplo, em que tu consegues definir prioridades nesse raio e elas serem elencadas primeiro na construção da cidade. A questão, e isso é uma coisa importante que o Emerson colocou, os diagnósticos de governos e entidades. Então, como a gente previu ali na questão das oficinas e os diálogos com a sociedade, a nossa primeira ação, pelo tamanho da nossa equipe técnica, a primeira ação está sendo nas regiões; mas terão sim oficinas técnicas, que daí a gente quer buscar o envolvimento das entidades, e as oficinas internas, que aí a gente com certeza coloca o Conselho junto, em que vão ser apresentadas também as questões internas da própria prefeitura. Então, acho que contemplei nesse sentido a tua pergunta. A Heleniza colocou essa questão da leitura, a visão crítica hoje, a leitura do plano atual, a visão crítica hoje. Então, já responde, acho que merece um tema específico. Quem está produzindo o diagnóstico, hoje nós temos a parte do diagnóstico sendo efetuada pela nossa equipe técnica do planejamento, que está fazendo a coleta de dados em todas as secretarias e produzindo também material para fazer a coleta de dados das entidades... Nas entidades não, nas regiões de planejamento, na sequência com as entidades. Logo em seguida que tivermos a cooperação técnica a gente vai ampliar esta coleta de dados. Estamos nesta fase nesse momento, não da cooperação técnica, que ainda não foi assinada, mas a fase de coleta pelas equipes técnicas. A questão dos modos de divulgação, nós estamos tentando, vamos dizer, ampliar ao máximo dentro da nossa capacidade a questão da divulgação. Então, com as oficinas territoriais procedemos a entrega dos folders para os conselheiros, copiando o trabalho do IAB, que foi superlegal. Nós acionamos os CRIPS. Nós fizemos divulgação, todas as nossas ações são divulgadas, temos o nosso site, pelo site da prefeitura, foi publicado também nas redes sociais, nós fizemos divulgação na TV Câmara. Na Bandeirantes também fizemos divulgação, o Secretário. Amanhã nós vamos fazer também um debate na Guaíba, vai ser às 14 horas com o Juremir Machado. Eu espero não ficar nervosa. Vai dar tudo certo. Então, a gente está fazendo tudo possível, tudo que está ao nosso alcance para divulgar. Então, na sequência a gente vai trabalhar com a PROCEMPA um site mais aprimorado, onde a população vai poder interagir. Agora com as oficinas a gente fez esse folder, que a gente vai entregar lá e aqui vai estar todas as todas as datas. Então, a gente



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

vai entregar. Também no site a gente está montando fazer essa dinâmica dos mapas, a gente vai colocar no site. Então, alguém que quiser participar vai ter esse canal aberto, a gente só está montando ainda, não está pronto, mas quando estiver eu digo para vocês. Então, a gente tentou colocar ao máximo todos os recursos que tivemos para fazer as divulgações. O Furtado que comentou da questão da regularização fundiária, como eu já falei da regularização fundiária. Uma coisa importante é das Ilhas, a gente vai ter um olhar especial para a questão das Ilhas. Eu até já tinha comentando da área de preservação, integração com a estrutura urbana, porque as áreas de preservação na cidade, no momento que ela não está adequadamente inserida com a estrutura urbana acaba sendo um “não lugar”, vamos dizer assim. Eu acho que a cidade tem que tomar partido dessas áreas integradas adequadamente na estrutura urbana. Em especial nessa questão da regularização fundiária, porque para a cidade valorizar tem que fazer parte dessa estrutura. A questão da densificação, acho que isso aí é uma das coisas que a gente está abordando, é uma questão que está na nova agenda urbana, a questão de trabalhar miscigenação, a miscigenação de atividades, a miscigenação social, como é que dá acesso ao transporte, uma cidade mais alto sustentável. Então, isso está no nosso radar. Eu acho que era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, pelo adiantado do horário fica impossível nós retomarmos uma discussão. Então, eu queria fazer uma pergunta aos conselheiros: existe algum evento, alguma coisa que os conselheiros queiram convidar? (Manifestação fora do microfone). Não, desculpa, mas vamos fazer os elogios na próxima, vamos dar prioridade a convites para alguma atividade e deixamos as comunicações para próxima reunião. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Então, vou repetir o convite, reforçar o convite para quinta-feira, às 19 horas, no CPCA, que é a primeira reunião, importante para que esse fórum também seja conjunto conosco. E também não posso deixar de elogiar o 21º Congresso do IAB, juntamente com o CAU. Maravilhoso, estivemos eu, o Felisberto e o Adroaldo. Dizer que foi de suma importância. Estava a Patrícia, o nosso Secretário também estava lá. Então, foi uma experiência maravilhosa. E também acho temos que reforçar a vinda ao término das oficinas do prefeito aqui, para que a gente possa apresentar o conjunto das nossas... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O combinado era o convite. Isso são comentários, porque eu também tenho comentários para fazer. Os outros vão ser prejudicados, porque eu também tenho comentários para fazer e vai ficar para a próxima Comunicações. É convite de algum evento. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sim, o convite do evento é esse. Eu quero protocolar aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Esse evento não foi marcado. Como que vai convidar para um evento que não foi marcado? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Muito obrigada. Realmente, o senhor não está em condições de ser (Inaudível)/falha microfone). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A sua educação é fantástica, Conselheira. Por favor, Darci Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de fazer um convite, semana que vem nós estaremos na UFRGS, no do salão da UFRGS. Então, convidar a todos os representantes das entidades e comunidades para irem ao Campus do Vale. Infelizmente, para a população não é (Inaudível)/falha microfone), mas para nós UFRGS é importante o envolvimento da conselheiro de toda a UFRGS. A nossa maioria está no Campus do vale, então, vamos passar toda a semana recebendo a comunidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Porto Alegre, Rio Grande do Sul, no Salão UFRGS. Especificamente, a ABES tem uma atividade dentro do salão, que é uma oficina sobre recomendação para uso de composto e chorume. Como a gente tem trabalhado, até o Saffer uma vez já falou em compostagem caseira, e eu acho que para o Plano Diretor é uma coisa muito importante essa questão do que se faz com os nossos resíduos sólidos. A gente vai fazer uma oficina sobre compostagem, sobre o uso de composto, não produção, sobre o uso do composto de chorume, na quinta-feira o dia inteiro, na Faculdade de Agronomia e na sexta pela manhã. Vai ter um professor da UFRGS que vai dar a parte teórica e um tecnólogo, uma pessoa que tem experiência prática na parte de utilização na sexta-feira. Fica o convite. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado. Agradecer mais uma vez a Patrícia pela bela explanação que tivemos. Conselheiros, muito obrigado pela participação.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2823/2019

Aos vinte dois dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Rodrigo Barbieri (2º Suplente), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul - SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. VOTAÇÃO DA ATA 2819/2019; 3. COMUNICAÇÕES; 4. ORDEM DO DIA. Após assinatura da lista de presenças o Senhor 1º Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h03min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. Em havendo *quorum* a gente dá início à sessão. Abrindo os trabalhos. 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2819/2019**. Passando a votar a Ata nº 2819/2019. Votos favoráveis, por favor, que se manifestem. (Contagem de votos = 13 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADA A ATA 2819/2019**. Então, a gente abre o período de comunicações. 3. **COMUNICAÇÕES**. Nós temos inscrito um delegado da



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Região de Planejamento 1, o João Volino. Não há necessidade de colocar em votação, porque houve a inscrição anterior do delegado. Então, ele tem direito à manifestação. Eu só gostaria de compartilhar com vocês um pouco do sucesso das oficinas das regiões de planejamento, que vem acontecendo. Ontem teve na Região de Planejamento 7, lá na Lomba do Pinheiro, com a conselheira Maristela. Apesar da chuva, do dia bastante chuvoso foi bem significativa a participação lá da região. A gente com a equipe, explicou toda a metodologia, levou todos os mapas. Acho que foi bem produtivo o trabalho lá e inicial. A gente vê como é importante a participação da comunidade como um todo, legitimando o processo. Depois a gente esteve na Região de Planejamento 2. O nosso Conselheiro Adroaldo. Também no sábado, teve uma participação da comunidade local lá, a gente dividiu a região, depois vai ter nas Ilhas outra oficina. Nós estamos divulgando na medida do possível, contamos com a contribuição e colaboração de todos aqui para divulgar a participação e a importância de todos nessas oficinas do plano. É um processo de construção colaborativo, a gente tem tido um apoio bem significativo da imprensa, estivemos na TV Bandeirantes, na Rádio Guaíba, na Rádio Bandeirantes, hoje vamos na RDC TV também divulgar essas oficinas, além de jornais, Jornal do Comércio, Zero Hora, enfim, que vem divulgando. As gurias até estiveram também lá na Lomba do Pinheiro em uma rádio comunitária, divulgando e pedindo a participação de todos. Então, é bastante importante ter esse envolvimento dos conselheiros da região para a gente ter uma participação efetiva da comunidade como um todo nessas oficinas. Uma notícia positiva que eu queria compartilhar com vocês também, que a gente conseguiu após muita luta realizar o processo licitatório da compra dos microfones do Conselho. (Aplausos). É uma luta antiga. Logo que cheguei aqui foi uma das primeiras coisas que tentei encaminhar foi o microfone. Então teve uma empresa que venceu a licitação, já terminou o prazo de recursos, a gente acredita que no máximo um mês a burocracia, porque tem umas questões de recursos próprios da lei de licitação, da empresa que venceu e a gente vai ter o equipamento em seguida para qualificar o nosso debate. Feitas as comunicações iniciais, eu passo ao Delegado João da RGP. 01 para fazer a sua manifestação, 4 minutos. **João Volino, Região de Gestão de Planejamento 1:** Muito obrigado a todos. Boa tarde. Eu represento a RGP. 01 como delegado. Eu venho fazer a leitura da carta aberta, referente ao processo de revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Início saudando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. (Leitura da carta aberta). Muito obrigado pela paciência. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, João. Este é um espaço democrático onde a gente recebe todas as manifestações, colaborações, entendimentos divergentes por muitas vezes. O processo de revisão do Plano Diretor segue estritamente o que determina a Legislação Federal, o Estatuto da Cidade, o manual estabelecido como regra de como deve se dar a participação. O início do processo se dá por meio das oficinas territoriais, onde a gente vai até as comunidades e depois haverão, necessariamente, audiências públicas, alguma conferência, todo o processo regulado de acordo com o que se estabelece a legislação. O processo de revisão é de competência do Poder Executivo Municipal, a gente sabe das falhas que se tem de aplicação da lei ao longo dos anos, assim como diversas leis que, conceitualmente, trazem uma série de questões e que depois na prática se tem algumas dificuldades para aplicar, mas a ideia e a necessidade de revisão é justamente a gente poder aprimorar essas ferramentas, porque, conceitualmente, se a gente for verificar o Plano Diretor tem muitos conceitos contemporâneos, que a gente poderia trazer para a realidade, para a sociedade de agora, mas o que nos faltou foi o como fazer. Essa é a grande dificuldade e que com esse



processo de revisão do Plano Diretor a gente tem esse desafio de aprimorar essas ferramentas e tentar instrumentalizar esse como fazer, ter esse detalhamento do território para gente talvez solucionar grandes problemas que a gente identificou ao longo desses anos de aplicação, como, por exemplo, regularização fundiária, os projetos especiais, que talvez não tenham alguns critérios muito claros que a gente tenha que estabelecer dentre tantas outras questões importantes trazidas aqui na manifestação do Delegado João, a cidade horizontal, se é compacta, se não é. São questões que tem que ser trabalhadas com metodologia, uma metodologia bastante clara dentro de um processo de revisão, porque, necessariamente, a gente tem todos os órgãos da administração pública, responde a todos os órgãos de controle, Ministério Público, nos quais a gente tem, inclusive, conversado, feito algumas agendas e levado esse processo, externado a eles. Então, naturalmente, a gente segue todas as regras democráticas e queremos naturalmente o envolvimento da comunidade como um todo nesse processo, por isso fizemos todas as visitas às entidades que aqui têm assento no Conselho, abrindo o canal de diálogo, assim como nós estamos indo nas regiões de planejamento fazer todo o processo colaborativo de construção. Terão outros momentos, depois terão oficinas devolutivas, onde a gente vai demonstrar como que aquelas questões levantadas na primeira oficina se interagem com as estratégias do Plano Diretor, enfim, todo o processo necessário e democrático de revisão do Plano Diretor. Nós queremos construir um plano de cidade, queremos melhorar, sei da importância deste Conselho, queremos fortalecer ele dentro do processo de revisão e não ser simplesmente um conselho o carimbador de processo, como muitos aqui levantam, que essa parte mais estratégica talvez não seja debatida. A minha intenção, sem dúvida, é colaborar, contribuir, sou um apaixonado pela minha cidade e quero fazer a diferença. Acho que nada é por acaso, se eu estou aqui é para ajudar e quero muito contar com o apoio e a colaboração de todos vocês nesse processo democrático de revisão do Plano Diretor. Na sequência a gente tem inscrita a Professora Lívia, da UFRGS, a qual eu passo a palavra em comunicações. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa tarde a todos. Muito obrigada. a minha fala vai na direção de reforçar a posição e a carta da Região de Planejamento 1 e colocar algumas questões sobre o nosso trabalho aqui. A primeira questão que eu gostaria de colocar é em relação ao nosso papel na revisão do Plano Diretor. Normalmente, quando se faz uma revisão, a gente faz essa revisão em cima de uma avaliação do existente. Então, é nesse sentido que eu gostaria de encaminhar a minha fala, que vai ser bem curtinha, mas que chama atenção para isso. Quer dizer, nós estamos pensando em fazer a revisão do Plano Diretor, mas essa revisão é em relação a quê? A quais objetivos essa revisão se dirige? O PPDUA é colocado em cima de postulações e objetivos que foram altamente, grandemente, discutidas na cidade e nós agora estamos nos colocando nesse papel que nos cabe de revisar o plano. A questão que eu gostaria de chamar atenção é que como nós podemos revisar, ou seja, como nós podemos propor se não existe uma pauta de críticas explicitadas sobre aquilo que não foi alcançado como objetivo, ou em se construindo determinadas coisas na cidade, o que foi alcançado com isso. Se o objetivo era melhorar a qualidade de vida da população, ao construir, ao propor e ao realizar as propostas do plano, essa qualidade de vida foi aumentada? A gente sabe que o PPDU vem sendo grandemente flexibilizado. Então, é importante a gente ver o que o plano previa e o que foi realizado. Hoje a gente pode dizer também que o planejamento urbano em Porto Alegre vem sendo realizado via projetos especiais. Nós temos 91 projetos especiais de grande porte implantados na cidade, e eles influenciam, e alteram completamente a cidade no seu conjunto. Nós continuamos também



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

sem regular o estudo de impacto de vizinhança e os grandes projetos urbanos vêm sendo aprovados com EVUs simplórios e simplificados. A questão ambiental, que era uma grande questão não PDDUA, desapareceu, não é contemplado minimamente. E qual é a crítica, qual é a avaliação que nós temos em relação a isso? Em relação ao solo criado, quantos solos criados a Prefeitura vendeu? Quais são os valores do solo criado que vem sendo vendido e quanto é arrecadado, portanto? Para onde esses valores foram? Eles foram para habitação social? Eles foram para o DEMHAB? Como o município revisar o plano senão avaliou os resultados obtidos em relação aos objetivos do PPDUA? Eu acho que essa é uma questão muito fundamental para a gente pensar. Quais eram os objetivos do plano, o que foi alcançado e quais são os objetivos que nós temos hoje. (Sinalização de tempo esgotado). Apontaram o que está mal para a gente poder criticar e propor? Essa é a primeira questão eu queria falar. A segunda questão é que nos dia 30 e 31 de outubro, lá na faculdade de arquitetura, vai estar acontecendo Seminário Cidade das Indiferenças, onde nós vamos ter palestras e discussões sobre a questão da sustentabilidade e a relação rural-urbano. Eu gostaria de convidar os conselheiros a participarem, vai ser de caráter nacional, nós vamos ter palestras de manhã, de tarde, mesas redondas à noite. Estão todos convidados, é um seminário aberto. Obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Lívia. Realmente, é um desafio, indicadores, a gente trazer tudo aquilo que estava previsto lá no Plano Diretor. E agora a gente trazer isso para a realidade, todo o sistema de monitoramento previsto, como que se deu, que sistema, a gente tem muita dificuldade em trabalhar esses dados e quer com essa revisão do Plano Diretor aprimorar os sistemas, porque a gente sabe que planejamento é indicador. A gente só consegue planejar com indicador, infelizmente, nós da administração, enfim, anteriores, não conseguiram viabilizar esses processos de sistemas de controles, o SADUR pensado de forma muito inteligente e a gente tem bastante dificuldade em trabalhar esses dados. E agora, por isso pensamos uma plataforma de planejamento, enfim, tentando corrigir esses problemas para que talvez lá na próxima revisão do Plano Diretor a gente tenha um controle mais efetivo onde aconteceu a cidade, quais as suas problemáticas, a gente trazer esses resultados que a gente vem tentando construir. Na sequência o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde a todos. Presidente, só quero fazer um registro da última oficina que a gente fez no dia 19 lá no Humaitá, oficina proposta temática territorial. Então, dizer que aquela oficina para o que ela vem se propondo está satisfazendo os anseios da comunidade, porque está levando informações para a comunidade se apropriar e a partir dali apresentar sugestões e propostas apresentadas para a revisão do Plano Diretor. Foi interessante, qualificada a participação da comunidade. Agradecer todos os representantes aqui da prefeitura que estiveram lá, inclusive o nosso Presidente, que ficou conosco praticamente a manhã toda. E registrar a presença da Jornalista Bruna, que está fazendo esse acompanhamento nas discussões do Plano Diretor, mais adiante todos terão a oportunidade de conhecer essa senhora. Acredito que é isso. E fazer o registro que a gente não conseguiu conciliar as datas das reuniões das oficinas com as assembleias do OP. Por exemplo, hoje está tendo nas Ilhas e não posso participar porque estou aqui. Isso, infelizmente, vai dar um prejuízo, porque a gente fala tanto que quer apoiar as regiões e acaba... Eu, por exemplo, fiquei fora dessa importante assembleia do OP nas Ilhas. Obrigada, Presidente. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. A Jornalista Bruna tem um blog, acho que depois ela pode compartilhar com vocês, que ela vem



relatando um pouco esse processo de revisão do Plano Diretor, tem nos acompanhado nas oficinas. Está de parabéns a Bruna pelo trabalho de informar e trazer a transparência para o processo. Na sequência a gente tem o Conselheiro Felisberto inscrito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, eu quero saudar os delegados da região, pessoas que vieram aqui prestigiar a nossa reunião. Saudar os conselheiros. O documento que foi lido pelo Delegado João Volino retrata uma preocupação que a Região 1 de Planejamento vem tendo há anos sobre a questão da discussão da nossa cidade. A RGP. 1 se caracteriza por ser uma região que há anos se posiciona na discussão da cidade que queremos, da disputa da cidade, da melhoria de vida das comunidades que mais precisam e que não são atendidas pelo desenvolvimento desta cidade. Segundo aspecto, nós queremos e temos como posição que tudo isso se caracteriza por um desmonte das secretarias, a desvalorização da memória das secretarias, Secretário, que nós perdemos isso. Então, neste momento a gente deixa de ter a história que esta secretaria produziu desde 99. E a RGP. 1 quer fazer um debate com dados para que a gente construiu uma cidade que demonstre que é uma cidade preocupada com seus cidadãos, com seus equipamentos públicos com, as suas praças, com suas comunidades mais carentes, com os postos de saúde, com a infraestrutura, com a mobilidade, com a população idosa. Então, a Região 1, não que seja a única região que tem essa preocupação, mas ela se caracteriza por isso, porque ela sofre o maior impacto da cidade, é na região central, é na Região Centro, quer seja do ônibus, tem a rodoviária, tem toda uma infinidade de problema acarretado pela falta de planejamento. Então, nós sofremos consequências de sermos não o centro, mas sermos o escoadouro de vários problemas que a cidade tem. Não é culpa desta administração, mas no momento em que não é feito um relatório sobre avaliação do plano, nós perdemos um momento muito importante de construir uma alternativa com a cidadania. E este Conselho tem um papel fundamental nessa política de desenvolvimento urbano e ambiental. E mais, nós temos na cidade mais de 350 vilas irregulares, que isso precisa ser enfrentado e isso implica também na produção habitacional, que é uma das estratégias do nosso plano lá de 99, que é mantido pela revisão de 2009/2010. Então, é o momento em que a Região 1 não se furta, nós temos propostas, nós temos feito oficinas internas e temos a contribuição do IAB, do CAU, da Acesso, várias entidades que fazem parte do Fórum da RGP 1. Então, nós temos bem claro o que nós queremos para a nossa região, que é fundamental a participação, a construção de um projeto de cidade que viabilize a melhoria de qualidade de vida de todos e não de poucos. Por fim, eu queria saudar o grande evento que o IAB fez, o CAU, que foi um evento que trouxe grandes arquitetos, pessoas com o conhecimento e experiência da cidade, vários temas que poderiam contribuir também na discussão do Plano Diretor como a economia circular, vários outros, a palestra do Paulo Bicca sobre a arquitetura do Brasil, que foi uma palestra fantástica. Então, foram momentos únicos. Espero que o IAB possa socializar todas as palestras, a Maricato também discutindo a questão da importância do Orçamento Participativo, demonstrando o caráter da cidade que sempre pensou na democracia participativa e inclusiva, que respeita a diversidade e que seja construído por todos nós. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro Felisberto. Bem lembrado, novamente, a gente já citou aqui, mas referencio e parabenizo novamente o congresso organizado pelo IAB e CAU, que nos trouxe momentos de muito aprendizado, foi muito rica essa interação e a oportunidade da gente interagir, conviver com os mais diversos debatedores e palestrantes do país e do mundo, inclusive, os representantes da ONU Habitat que estiveram conosco na Secretaria,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

também capacitando os nossos técnicos para esse processo de revisão do Plano Diretor, o Cláudio Accioly que é uma liderança e referência no urbanismo. Assim como o Túlio, o Presidente do IAB de São Paulo e esteve conosco lá na Secretaria, os momentos de aprendizados foram únicos e reforço, Felisberto, a importância da participação da Região 1 nesse espaço democrático, que é o Conselho do Plano. A gente conhece o trabalho de vocês, o teu lá à frente dessa região e ficamos muito felizes que essa participação efetiva se dê na Região de Planejamento 1, porque a gente tem que fortalecer. Eu acho que problemas a gente tem sim na nossa legislação, são os mais diversos, dificuldades a gente tem sim, são as mais diversas, não temos soluções para tudo. Eu reconheço isso em nome da administração, que a gente tem inúmeros problemas na cidade, que a gente tem problemas de dados, de indicadores, que alguns governos que sucederam, com culpa ou sem culpa, nas melhores das boas intenções tentaram encontrar o melhor, mas não conseguiram. O importante é que a gente tem que aproveitar essa oportunidade única de revisão do Plano Diretor, fazer esse processo o mais democrático possível, entregar os anseios que a Cidade de Porto Alegre tanto precisa e merece. Passo a palavra ao Conselheiro Rafael do IAB. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, cumprimentando o fórum, os colegas e as colegas aqui do Conselho. Bom, muito do que está nesse documento é o que a gente vem apontando aqui há um bom tempo. Quando a gente se referia que o processo não tinha se iniciado, de fato não se iniciou, em que pese todo o desmonte, que não começa nesta administração. Quer dizer, quando se transforma a Secretaria de Planejamento e reduz o termo “planejamento” ao termo “urbanismo”, fica “do planejamento urbano”, fica do ponto de vista na estrutura administrativa do município. Depois nós fomos atingimos na Câmara, mas perdemos, defendendo que não houvesse essa divisão entre secretaria, da aprovação do licenciamento com o planejamento, entendendo que isso tudo é uma coisa só. Justamente, são duas pontas do monitoramento que está sendo questionado aqui e são duas pontas do nosso trabalho, das nossas atribuições. E isso agravou um problema sério. Aí nós chegamos ao momento que, bom, nas reuniões de entidades nos manifestamos sobre essa primeira rodada, questionamos a necessidade dela, essa primeira rodada nos fóruns regionais. Questionamos, então, o conteúdo, dizendo que deveria ser uma rodada de formação, de informação, mas informações que a gente vê que não estão prontas. Então, isso somado ao açado do tempo e há uma série de momentos em que a gente pede, por exemplo, até hoje não tivemos o termo de referência, eu não sei quantas vezes, eu virei um disco arranhado daqueles que eu tenho lá em casa, de tantas vezes que eu pedi e outros colegas aqui pediram o termo de referência com o ONU Habitat. Outro caso que acontece agora, eu fico sabendo, isso mais um fruto do Congresso Brasileiro, que está havendo rodadas de debate do 4º Distrito, é uma proposta de planejamento urbano e o CMDUA jamais foi sequer avisado de que estava ocorrendo, sequer foi avisado de que há um debate sobre uma parte importante do nosso território, que envolve duas regiões de planejamento, e a gente não sabia. Sobre a questão da metodologia que foi proposta, nós temos algumas contribuições, nós já tínhamos manifestado que as peças parecem adequadas, o que a gente precisa é adequar a montagem, a relação e o que trazem aqui. Por exemplo, a necessidade da conferência de avaliação antes de uma rodada nos fóruns, é o que a gente entende também; inclusive, não é o que a gente entende, está na lei. Infelizmente, este Conselho deixou, foi omissa por mais de 10 anos e não cobrou que a lei do Plano Diretor fosse cumprida do ponto de vista da Conferência Municipal de Avaliação do Plano Diretor. É diferente o trabalho que nós fizemos, e talvez as regiões que fizeram vão encaminhar para a prefeitura ou não vão, mas é diferente o que foi proposto nos



planos populares, que são planos populares de ação regional. É diferente de um trabalho que se faz para isso de um trabalho que se faz em oficinas da revisão do Plano Diretor. Então, a metodologia, o conteúdo dessas oficinas deve ser diferente. E se são duas rodadas, é necessária formação e informação, mas me parece que tem um problema, inclusive, no âmbito não técnico administrativo, não houve um levantamento de dados necessários. Aí nós chegamos a algumas questões, que dizer, nós estamos com o tempo açodado, estamos atropelando etapas. (Sinalização de tempo esgotado). Já vou concluir. Agora, nós do IAB, na qualidade inclusive de observadores, via união internacional de arquitetos, nós somos observadores da aplicação dos objetivos e nós estamos observando isso. Claro, já tratamos com o Cláudio Accioly várias preocupações que nós temos quanto a esse processo da revisão do Plano Diretor. E é importante manifestar, o que vocês viram, quem pode reunir com o Fernando Túlio, quem assistiu o Fernando Túlio, que hoje é Presidente do IAB, mas foi um dos coordenadores do processo de revisão de São Paulo, o quanto a disponibilização dos dados foi fundamental para que conseguisse fazer um plano daquele tamanho, naquela importância, senão vai ser um plano fora do papel, ou pior, vai ser um Plano Diretor que vai nascer da noite para o dia uma proposta, como foi a (Inaudível), que saiu sabe-se lá de onde, não passou sequer pelo COMPAC, como se saísse um projeto de lei para a Câmara sem que passasse pelo CMDUA. Uma lei do inventário que inventaram não se sabe aonde, ninguém na Prefeitura sabe dizer quem que escreveu isso aí. (Sinalização de tempo esgotado). E outra questão que nós apontamos no IAB é a preocupação de que pela primeira vez em Porto Alegre está se propondo a divisão da aprovação do plano em dois projetos de lei. Isso no parece muito grave quando estratégia no plano regulador começa a ser tratada de forma dividida, não se divide Plano Diretor dessa forma. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Rafael. Está inscrito o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu quero comunicar, gostaria de pedir o seguinte, a Tronco está parada e a situação de assaltos, as escolas também estão no meio dos ferros, ontem mesmo um menino cortou o joelho, à noite sem iluminação. A cidade precisa de um posicionamento, porque a Prefeitura não diz porque parou. Eu gostaria de pedir pelo Plano Diretor aqui um documento para que venha aqui o secretário de gestão explicar o que está acontecendo, tem que falar, porque com isso o DEMHAB alega que não faz as casas, para os moradores estão esperando moradia. Estamos nos 3 anos de mandato do Marchezan e a situação continua a mesma. Então, o Conselho do Plano Diretor também tem esse papel, porque passou por aqui essa discussão. Outra coisa também, estou mandando r um ofício ao Presidente da Multiplan para discutir onde estão as contrapartidas. A região tinha um compromisso social, aí a situação não se esclarece, não sabemos onde está esse processo, como está sendo resolvido. Fiquei sabendo que tem investimentos, as contrapartidas de uma rua aqui na orla do Guaíba (Inaudível). O final do ano está chegando e precisa de prestação de contas. Também ficou de vir aqui a Multiplan para falar sobre o seu convênio com Porto Alegre. E quero convidar também para o dia 25, a nossa rodada de discussão da revisão do Plano Diretor, vai ser no auditório do Postão, para fazer o planejamento de bairro. (Sinalização de tempo esgotado). Presidente, se o nosso delegado falou por 15 minutos, então, eu vou 17 minutos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É verdade, Conselheiro. A gente tem que se policiar e eu acabo às vezes abrindo exceção... (Manifestação fora do microfone/falha no microfone). Eu vi na Rua da Praia, Presidente, um aumento na rua para as pessoas sentarem e tomar cerveja, o seu chope,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

da Caldas Júnior para baixo. Isso é uma questão complicada, porque tinha que passar por nós aqui. Quem autorizou isso na cidade? (Sinalização de tempo esgotado). Temos que discutir isso. Se começar isso de barzinho no meio da rua e não pode colocar os carros, então, a cidade tem que fazer uma revisão, uma discussão aqui. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Paulo Jorge. Sempre trazendo questões importantes da região e da cidade. A Conselheira Claudete na ordem inscrita. Estamos com o controle do tempo aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE OERDEM. Secretário, acreditando naquilo que o Secretário a todo momento ressalta, que aqui é um espaço democrático na cidade e que a gente oportunista as falas, inclusive, as da comunidade, a Acesso está cedendo o tempo para que a comunidade possa utilizar o tempo de fala. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desculpa, Conselheira Claudete, a gente combinou e ajustou... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** São 3 minutos iguais, Secretário, seja o meu falando, ou seja outra pessoa falando, ou importa quem fala aqui? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente não tem essa previsão da inscrição. Eu prezo muito sim para que tenha a participação... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, estou cedendo e que seja colocado em votação, Secretário, para nós termos realmente um espaço democrático, porque eles tiveram oportunidade apenas de fazer a leitura de um documento e o Secretário, por exemplo, que não tem o tempo controlado pode a todo o momento fazer manifestação das salas de cada conselheiro aqui. Então, é justo, Secretário, que seja cedido para eles. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, tenho o maior respeito pelo seu trabalho, pelo Acesso, pela região, mas não tem esta previsão no regimento. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Coloca em votação, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** E eu, enquanto Presidente deste Conselho, tenho que organizar os atos procedimentais para o seu bom funcionamento. Sim, os atos procedimentais deste Conselho são decididos pelo seu Presidente. Nós temos aqui, em respeito aos demais conselheiros, que seguir as regras pré-estabelecidas. A gente organizou que para a gente ter uma reunião até às 20 horas que a gente seguiria esse rito dos 3 minutos. É por isso que eu chamo atenção para o tempo. É desgastante para mim, naturalmente, porque eu gostaria de dar espaço para que todos falassem, no entanto, tem algumas regras, porque se a gente recepcionar esse caso... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, a gente está falando por 3 minutos. Se a gente realmente preserva o espaço democrático seria plenamente de colocar, porque a decisão, na verdade, é do plenário. Se está omissa no regimento é o plenário que decide. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, no caso de haver alguma omissão não vamos tratar na frente das pessoas externas que estão aqui, vamos nós, porque é a nossa competência de conselho, a gente avaliar e alterar o regimento, não há nenhum problema em relação a isso. Não há nenhum impedimento, a gente pode tratar isso e fazer as alterações. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, é apenas uma cessão de espaço de fala, oportunizando que sejam trazidas as demandas da comunidade. Eu reitero pelo seu bom



senso, na verdade, que eu sei que o secretário tem um bom senso, enfatiza a questão da democratização, sejam 3 minutos eu falando, Secretário. Este processo integra a Região de planejamento 1 também. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu encaminho que na próxima agenda a gente faça a deliberação e se altere o regimento, que se coloque essa previsão, se for o entendimento dos conselheiros. Neste momento, em respeito aos demais conselheiros, a gente teve alguns pedidos de inscrições aqui, inclusive, a Conselheira Tânia chegou a pouco e pediu a inscrição de um representante da região e a gente acabou de negar. Então, não há justificativa para excepcionalizar, eu acabei de negar para Conselheira Tânia que veio aqui e eu disse: “Olha, conselheira, a senhora chegou atrasada e em função da regra que a gente estabeleceu...” **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma regra que não está definida, Secretário. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas nós definimos e deliberamos. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vamos fazer essa discussão. Os 3 minutos já se passaram e eles já teriam falado, já teríamos encerrado a discussão. Então, na verdade, é uma quebra de braço que nós não queremos colocar e oportunizar a fala das comunidades que trazem a sua demanda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente encaminha isso para votação na próxima. No conselho existem regras, assim como em todos os conselhos. A senhora gostaria de falar? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu quis ceder para a comunidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Na sequência inscrito o Conselheiro Emílio. (Manifestação fora do microfone). A gente respeitou, o Conselheiro Felisberto é um excelente conselheiro, trouxe a comunidade aqui, a gente deixou extrapolar todo tempo possível na fala... (Manifestação fora do microfone). Existe uma regra, assim como todo o processo existem regras. Então, a gente tem que respeitar essas regras. (Manifestação fora do microfone). Conselheira, a gente pode alterar o regimento interno, está dentro da previsão, qualquer alteração pode ser feita, não há nenhum problema ou vedação com relação a isso, mas a organização do funcionamento é de competência desta presidência e em respeito aos demais a gente acabou de negar uma solicitação de pedido de fala, eu não tenho como excepcionalizar com você. Por favor, peço desculpa e a compreensão de vocês e sigo com o Conselheiro Emílio na fala. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Secretário, posso continuar? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ACESSO registra, na verdade, o cerceamento de fala e do direito de ceder o seu espaço. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. A gente coloca em votação na próxima esse ponto do regimento. **Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. É difícil falar depois deste tumulto, porque fico nervoso realmente estar dentro de um ambiente um pouco controverso. Eu lembro muito das palavras do meu pai, que em paz descansa, que no Peru dizia: “Ouçam as palavras do povo, porque elas são sábias”. (Aplausos). Então, senhores, eu acho que nós somos representantes políticos, porque é uma cadeira política e técnica... (Manifestação fora do microfone). É uma cadeira política, pode ser técnica, mas dificilmente você vai poder dissociar essas coisas. Então, essas palavras realmente me lembraram muito meu pai, que meu pai descansa. Eu tenho que ouvir o povo, porque ele



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

432 realmente sabe muito mais do que nós que tratamos de interpretar as realidades.
433 Secretário, neste ânimo de poder colaborar, neste âmbito democrático de poder
434 estabelecer relações muito fortes com cada uma das entidades, pelo qual você foi até o
435 CAU. E eu devo mencionar, na última sessão a Conselheira Patrícia fez uma explanação
436 belíssima em relação á metodologia do Plano Diretor, mas que eu acredito que não era o
437 momento para estabelecer um debate técnico do que significava essa metodologia. Tive a
438 oportunidade nos últimos dias de poder analisar rapidamente a metodologia e ver que ela
439 carece de algumas questões que precisam ser abordadas. O problema é que essa
440 metodologia já está sendo implementada, esse é o grande problema e aí sou solidário com
441 o que traz a Região de Planejamento 1, tratando das conclusões dela, não sei se de
442 suspender as oficinas técnicas. Eu não sei se é possível isso, porque existe todo um
443 cronograma estabelecido. Então, dado que dentro de um processo metodológico, normal,
444 técnico político, Patrícia e Secretário, a primeira coisa que se faz é a abertura... E uso as
445 palavras do colega Rafael, que é poder estabelecer uma conferência, antes de oficina
446 técnica é uma conferência que possa estabelecer diretrizes e o modelo de urbanização
447 que se tem. Esta conferência nós podemos chamar de diálogos da sociedade, é o que vai
448 realmente abastecer o que poderiam ser essas oficinas técnicas. (Sinalização de tempo
449 esgotado). Então, são diversas coisas, diversas situações que obrigam a que dê certo. Não
450 podemos suspender essas oficinas técnicas, mas, minimamente, poder estabelecer uma
451 força tarefa para aprimorar essa metodologia. Isto significaria realmente abrir este canal de
452 diálogo. Segundo, essas oficinas técnicas não foram testadas, sempre quando alguém faz
453 um tipo de metodologia, que tem algum programa implementando, é feito um piloto. Essas
454 duas propostas que eu faço, essas duas oficinas técnicas servem sim, mas servem como
455 piloto para poder recolher os principais defeitos, as principais virtudes que possam ter
456 nesta metodologia, a fim de aprimorar a metodologia e a fim de que seja implementada
457 para as demais regiões de planejamento. Então, a primeira coisa é estabelecer essa
458 grande conferência para toda Porto Alegre poder discutir esse modelo de cidade, que
459 através dos últimos modelos municipais ninguém quer discutir com a população. Segundo,
460 não suspender as oficinas técnicas, mas sim estabelecer uma força tarefa que ajude a
461 aprimorar os pequenos defeitos que possam ter nessa metodologia e que sirva como teste
462 piloto para que todos possam sair de uma forma (Inaudível) e conveniente para todo
463 mundo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**
464 **Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Contribuições são sempre bem-
465 vindas. Como a gente tem acertado a inscrição anteriormente, a Conselheira Patrícia pediu
466 para se inscrever, mas a gente na ordem aqui nega a inscrição da Conselheira em função
467 da combinação prévia. Eu peço desculpas, talvez pelo posicionamento duro nem seguir o
468 Regimento Interno, mas eu preciso, naturalmente, respeitar a posição de todos os
469 conselheiros. Este é um conselho democrático, a Região 1 de planejamento vem
470 desenvolvendo um trabalho bastante brilhante junto ao seu Conselheiro representante, que
471 tem voz aqui neste Conselho, o Conselheiro Felisberto, e é bastante efetivo na sua
472 participação e contribuição. Espero que a gente, por esse pequeno incidente, ou
473 posicionamento divergente, a gente não quebre este relacionamento de construção e de
474 democracia. (Manifestação fora do microfone). Conselheiro, se for uma Questão de
475 Ordem, 1 minuto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento**
476 **Um – RGP. 1: QUESTÃO DE ORDEM.** Eu gostaria de permitir, tendo em vista que a
477 Região 1 se fez presente com o seu delegado, que pudesse, como o senhor sempre tem
478 que se caracterizado pelo espírito democrático, que pudesse dar um espaço...
479 (Inaudível/falha no microfone. E em relação às duas conselheiras também, porque não



pode cercear o direito de falar. então, eu acho que é uma questão de democracia hoje. Então, peço o seu bom senso, o senhor tem se caracterizado por isso. Então, eu peço que o senhor avalie o seu posicionamento e submeta o coletivo aqui à decisão. Obrigado.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro. O que nós tínhamos combinado é o período de comunicações, mas os conselheiros tem todo o direito da sala durante do debate do processo, questões de ordem, não há qualquer cerceamento nesse sentido. A gente encerra e pede para que a inscrição seja anterior. Na organização do Conselho a gente tinha o horário da tarde desses conselhos e logo quando eu cheguei aqui propus para vocês a modificação desse horário. Então, que a gente seguiria de uma forma bastante rígida essa ordem da inscrição antecipada, dos minutos que seriam organizados e verificados por nós aqui enquanto Presidente, para que a gente tenha sua organização e possa ter um bom trabalho das 18 até às 20 horas. Isso foi uma substituição que o governo fez ao invés de ser no horário da tarde e poder ter a participação massiva de toda a comunidade, a gente ter esse momento de debate. Então, nesse sentido que eu tenho sido rígido, peço desculpas, mas eu preciso assentar esse posicionamento para a gente ter uma efetividade nesse trabalho e a gente conseguir, em respeito aos demais colegas, encerrar às 20 horas todo o trabalho.

Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4: QUESTÃO DE ORDEM. Realmente, nós havíamos acordado em outra reunião com relação a isso, mas eu acho que nós enquanto conselheiros temos o direito sim de falar e de nos expressarmos. Eu só quero fazer uma ressalva sobre um sério problema que nós trouxemos aqui no Conselho há um mês atrás, que foi assinado pelo Presidente, que foi o desgravame daquela praça na Bom Jesus e a AEIS. É um pedido que foi feito aqui e assinado pelo Presidente. Depois o pessoal da comunidade esteve aqui novamente, inclusive, o senhor não estava, foi representado pelo nosso colega Gomes, o vice-presidente Gomes, que disse que o pedido estava na Procuradoria do Município. Até agora nós não obtivemos resposta nenhuma. Inclusive, o Gomes ficou de nos trazer uma resposta naquele dia, está registrado em ata. E nós não tivemos resposta nenhuma até agora. Então, a comunidade está aqui presente para pedir uma resposta, porque o tempo está passando e como fica esse desgravame, como fica esse pedido de AEIS, quais os encaminhamentos? Quanto tempo?

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheira. Eu já posso esclarecer alguns pontos. De fato foi passado, como a questão está judicializada para Procuradoria Geral do Município, está conduzindo o assunto. Eu acho que houve alguns avanços no governo no sentido de recuar na reintegração de posse, a gente já viu pelas manifestações da própria imprensa. A comunidade esteve lá, teve alguns representantes falando inclusive com o próprio Prefeito e houve algum encaminhamento com relação a aluguel social, enfim, estavam sendo feitas algumas construções, Já para esclarecer com relação a gravame e desgravame. (Manifestação fora do microfone). Eu estou trazendo um relato, porque não é uma matéria que a gente trata, que eu tenha o conhecimento todo, eu sei um pouco do histórico do que o município vem fazendo. (Manifestação fora do microfone). Por exemplo, de um aspecto legal que eu posso tratar com relação àquela área, ela já foi doada, já gerou a matrícula, a partir da aprovação do empreendimento já gerou a matrícula em nome do município. Então, essa questão de gravame, enfim, a questão judicializada e por isso está sendo tratada pela procuradoria-geral. Eu não tenho as respostas a todos os questionamentos. Qualquer cidadão tem direito, às mais diversas secretarias respondem pelas políticas e tem suas responsabilidades. Então, como a questão está judicializada o administrativo não



é tratado pelas secretarias e é conduzida pela Procuradoria Geral do Município, a qual vocês podem ter acesso, podem procurar pelos canais correspondentes que tem que, obrigatoriamente, dar todas as respostas. Inclusive, imagino que tenha sido tratada, está sendo tratada no processo judicial. (Manifestação fora do microfone). **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Secretário, uma dúvida e um desconhecimento da minha parte e acredito que de e grande parte das pessoas. Quando se faz esse pedido já se sabe que o terreno é da prefeitura, quando se faz um pedido desses aqui no Conselho, que é um órgão responsável pelo desgravame dessa praça, tá, vai para o Ministério Público, mas nós temos o poder aqui. Isso já aconteceu com outra praça, em outro lugar, que foi pedido o desgravame e foi feito o desgravame. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É que depois de aprovado o empreendimento aquilo afeta para uma área de praça. E se município vir a entender, pelos seus órgãos competentes, em gravar uma AEIS, ele tem que desafetar aquela área de praça por lei específica. A partir da aprovação foi gerada, então, não é mais um gravame, já gerou uma matrícula de área de praça, tem uma matrícula de área de praça. Então, necessariamente, tem que haver um envio de uma proposta de lei desafetando a área de praça para poder afetar para outra finalidade. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Isso é competência do Conselho ou não é? Nós não estamos toda hora gravando ou desgravando, desafetando? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, conselheiro. a gente grava e desgrava ainda no aspecto de projetos, depois de aprovado, aquele caso já foi aprovado o trâmite, já gerou uma matrícula, aí é uma questão legal. Concordando ou discordando é uma questão de afetação, que, obrigatoriamente, gera a necessidade de envio de projeto de lei para desafetar. O Conselheiro Darci está inscrito. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Tinha rápidas falas aqui, mas como o assunto realmente é bastante polêmico, eu não sei porque está com tanta pressa, nós temos 6 processos, de 6 processos 3 estão em diligência, um está aguardando retorno da ASSETEC, um está em condições pelo jeito, porque tem parecer de vista já vencendo e tem um que o parecer é só para a semana que vem. Então, eu não sei por que está com tanta pressa, mas gostaria de deixar aqui o convite para hoje. Infelizmente, vou sair daqui correndo talvez, a ABES entrega anualmente o Prêmio de Jornalismo Ambiental, junto com o Ary, está sendo feita a entrega hoje do Prêmio Lutzemberger. Eu já falei na semana passada sobre o curso sobre compostagem e uso de composto. Parabenizar o Sindicato dos Engenheiros, que hoje entrou com uma ação contra o Governo do Estado em relação à tramitação em regime de urgência das alterações do Código Estadual de Meio Ambiente. Espero que esta via seja exitosa, já que o governo estado não está arredando o pé de defender os interesses privados que estão lá sendo colocados naquela votação. eu recebi uma lista aqui, que depois eu acho que o secretário deve comentar com a gente, que tem inclusive alguns erros na redação da lista. E saúdo a intervenção do presidente aqui que fala em mudança de regimento, eu vou em todas as reuniões pedir que se inicie formalmente a alteração do regimento, porque mais de um conselheiro que na primeira votação votou a favor da atual redação tem se posicionado sobre os problemas da redação do atual Regimento. A minha fala mesmo vai em relação à fala da Professora Livia e dos conselheiros representantes da Região 1. José Sarney todo mundo se lembra, Malan todo mundo se lembra, Fernando Henrique Cardoso todo mundo se lembra, não são personagens da esquerda brasileira, mas eles assinam ali embaixo o estatuto da cidade, que no seu artigo 4º, que fala dos



instrumentos, na hora que fala do como, no inciso 3º, fala em controle social. Toda legislação moderna no Brasil, desde 2000, não fala mais em participação social, fala em controle social, parece que alguns administradores públicos, alguns funcionários públicos ainda não entenderam o que está escrito na lei. Qual é a diferença entre participação e controle social? É radicalmente diferente e na lei assinada pelo Fernando Henrique Cardoso, não é nenhum esquerdopata aí da atual conjuntura que tinha que estar na cadeia preso, porque era corrupto, ninguém daqui está defendendo a prisão de Fernando Henrique Cardoso. Assinou uma lei falando em controle social. Por que o Brasil passou a usar controle social na sua legislação? Parece que alguns advogados ainda não absorveram a diferença conceitual que existe entre um que outro. E aí a gente tem que começar a mudar na prática. O nosso Regimento Interno também, na reunião passada também passamos uma meia hora discutindo o regimento interno. Na hora que eu pedi para trocar o Regimento Interno – ah, não, aqui é o choro de uma minoria que foi derrotada lá atrás. Foi assim que foi respondido por um conselheiro deste Conselho, que é o choro de uma minoria que foi derrotada lá atrás. (Sinalização de tempo esgotado). Eu gostaria que esta revisão do nosso Plano Diretor começasse exatamente avaliando o que a Professora Livia falou: como é que a gente sabe se está melhorando ou piorando a qualidade de vida na sociedade. Eu fiz uma pergunta quando a equipe, o secretário e a Patrícia estiveram lá na sede da ABES nos visitando. Existe um número, pode ser meio aproximado, que esse se tu aplicares hoje o Plano Diretor em Porto Alegre, Porto Alegre teria 4 milhões de habitantes. Alguém aqui foi consultado que quer que a cidade de Porto Alegre tenha 4 milhões de habitantes, duas vezes a mais tudo que já temos hoje. Nós temos vias que poderiam vir a ser estruturadas dessa forma, duplicando a cidade de Porto Alegre. Eu acho que essa pergunta básica: o que eu quero da Cidade de Porto Alegre? Eu quero uma cidade de 4 milhões, eu quero uma São Paulo aqui, eu quero um Rio de Janeiro aqui ou eu quero uma cidade que tem a nossa tradição de maneira de viver, uma cidade de um milhão e meio e que fique nesse um milhão e meio, por que mais de um milhão e meio aqui na cidade não vai dar para aturar, um milhão e meio já está no limite. Então acho que esta é a primeira pergunta que a gente tem que responder: o que nós porto-alegrenses queremos da cidade de Porto Alegre? Aí a gente pode passar a fazer todo o resto da discussão. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Darci. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu queria esclarecimentos quanto a esta folha que se encontra avulsa na mesa, que consta que consta que seriam alguns questionamentos colocados. Eu acho que urge e ratifico o que o Campani diz, que nós precisamos revisão o regimento, porque no nosso regimento a gente só pode comunicar, a gente não pode encaminhar. E esse próprio texto que foi colocado aqui assim, que eu gostaria de esclarecimentos, é muito precário, porque, por exemplo, na Ata 2818 aqui referida, uma das primeiras coisas que o Campani pede é um parecer sobre a responsabilidade dos votos dos membros deste Conselho, que sequer conta. Então, a gente vai começar a deliberar o encaminhamento, além da gente encaminhar como é que o regimento tem que funcionar, porque os 3 minutos não está em lugar nenhum, os 5 minutos não está em lugar nenhum. Então, a gente começa a deliberar conforme o vento anda. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou pedir para a Gabrielle responder. **Gabrielle Aquino, Secretaria Executiva do CMDUA:** Darci, foi aberto um SEI direcionado à PGM, foi encaminhado e está aguardando uma resposta da tua solicitação. O encaminhamento já



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

foi feito, estou cobrando diariamente para que a gente tenha uma cobrança tão logo. Eu posso disponibilizar sem problema nenhum. Na última reunião, sobre a solicitação do processo do Beira Rio, eu encaminhei para vocês a recomendação do Ministério Público hoje, agora, às 5 e pouco da tarde, para que todos tenham ciência do motivo pelo qual saiu da pauta, que isso era uma questão levantada. Os outros questionamentos, o Mark havia solicitado na reunião passada, quando a gente aprovou a Ata 2818, fossem respondidas algumas perguntas feitas durante a reunião. Eu acho que está muito claro, eu até tinha respondido no dia mesmo que a Claudete tinha questionado quantos apresentantes do CMDUA estavam no Conselho. aí já teve a resposta, o próprio vice-presidente respondeu naquele dia. E o Darci também questionou se estava funcionando o Conselho de Saneamento, que não está funcionando, que também foi respondido aquele dia. É isso.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: A prefeitura não pode simplesmente colocar e retirar de pauta os processos, como já aconteceu com outros, como o caso da FRAPORT, que sumiu da pauta. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para condução dos trabalhos, naturalmente, os processos que tramitam dentro do executivo a gente tem essa prerrogativas sim de poder retirar de pauta, se a gente entende como não completos de se encaminhar dentro deste Conselho do plano ou não, ou por alguma questão legal que a gente tenha que superar. Naturalmente, esta é uma prerrogativa da administração, onde tramitam todos os processos e se a gente entendeu que existia alguma falha no processo, talvez com a própria recomendação do Ministério Público, acho que se confirma um pouco dessa dúvida, porque a gente bateu aqui se que será que era o caminho. A gente vai aprovar primeiro no Conselho do Plano e depois enviar o projeto de lei? Acho que foi um debate bem caloroso e que nos fez até refletir com relação à necessidade de retirada, se esse era um entendimento bastante difícil de se compreender, de que primeiro se aprove o EVU e depois o projeto de lei. Na nossa compreensão a gente retira, primeiro aprova o projeto de lei para depois aprovar o EVU, é uma compreensão. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A Prefeitura pode ter essa prerrogativa, Secretário, mas ela não pode se dar a um caráter totalmente informal de – simplesmente eu tiro da pauta sem ter uma formalização dos motivos pelos quais levaram. O Secretário está comunicando aqui, mas nós não temos até, então, nenhum documento que formalize os motivos pelo qual foi retirado esse processo aqui da pauta. Até me lembro muito bem, o Secretário está dizendo que tivemos uma discussão, eu até entendo diferente, porque eu me lembro muito bem quando foi feito o encaminhamento para a PGM, o Secretário colocou que conhecia muito bem o entendimento, porque tinha sido assessor lá e que era uma questão muito tranquila dentro da PGM, como agora nós vemos que não é uma questão muito tranquila.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Eu tenho clareza do procedimento, sem dúvida, entendo e continue entendendo, defendendo que seria mais adequado sempre antes de enviar um projeto de lei que o Conselho fizesse o debate do projeto e discutisse todas as nuances possíveis de que se não fosse aprovado, nem faria projeto de lei para enviar para a Câmara de Vereadores alterando qualquer questão de Plano Diretor. No entanto, como o debate veio que precisa necessariamente de lei, justamente comentei essas questões. Então, se envia o projeto de lei primeiro e aí depois faz o debate e a aprovação do EVU. Eu acho equivocado esse formato, mas deu um debate caloroso, o próprio Ministério Público entende diferente, manifestou nessa recomendação que primeiro deveria ser feita a alteração legislativa. As compreensões às vezes do Direito são as diversas, embora eu



tenha clareza em relação e defendo esse posicionamento, nem sempre vence, tem entendimentos diversos, a gente sabe respeitar. Então, foi nesse sentido que houve a retirada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: QUESTÃO DE ORDEM.** Bom, para bem da verdade, eu pedi vista do processo do Internacional e no meu parecer exatamente foi a questão de que deveria ser encaminhado à PGM para que dissesse se primeiro deveria ter sido aprovada a lei, porque a lei estava na Câmara. Inclusive, no último requerimento do meu parecer eu fiz que também solicitassem informação à Câmara de Vereadores. Não foi ao Ministério Público, o Ministério Público entrou depois. Nós tivemos uma ampla discussão neste Conselho, é só rever a ata, foi um parecer da RGP. 1 sobre esse assunto, que me custou alguns constrangimentos neste Conselho por parte de alguns conselheiros, por eu ter dado e estar desconfiando da sua capacidade técnica, inclusive se manifestou sobre isso. Então, tem que ficar bem claro isso para que não passe como se fosse o Ministério Público. Não, foi este Conselho com o parecer de um conselheiro que disse claramente que deveria se ouvir primeiro a PGM sobre a questão da oportunidade de qual viria primeiro, se era aprovação do projeto ou se era o EVU. Então, isso tem que ficar bem claro para que não passe como coisas que não condizem com a verdade dos fatos. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Secretário, se for entrar na pauta e for vencida eu sugiro que a gente abra de novo as comunicações, tendo tempo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Podemos fazer isso. Passamos a **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01. EXPEDIENTE: 19.0.0000400177-6,** José Frison, desgravame de traçado viário. Está aguardando o retorno de solicitação de diligência à PPDC (Procuradoria de patrimônio e Domínio Público). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Este caso aqui, Secretário, até fui eu que fiz a solicitação da diligência, não veio a resposta ainda da Procuradoria do Patrimônio, mas ressalta uma questão que o Secretário a recém falou, que quando o patrimônio é público não é desgravame, seria desafetação. E aí eu fiquei na dúvida, porque aqui nós estamos fazendo um desgravame de um patrimônio público. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Aqui a gente está tratando de traçado viário pelo título do assunto, aí não é. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não é traçado viário. Na verdade, ele está mal colocado inclusive, é uma daquelas passarelas, uma servidão de passagem. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, mas não gerou matrícula, imagino que tenha só o gravame, a questão é essa, gerou a partir do que afetou. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E não seria o caso de desafetação, como a lei determina? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Se não gerou matrícula, não sei especificamente esse caso, mas pelo título parece um traçado. Diretriz, revisão é de competência do Conselho, mas a partir do momento que aprova e gera matrícula, aí já é caso de desafetação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É que a última manifestação, antes de retornar a diligência, a última manifestação da Procuradoria do Patrimônio, que eu conversei com eles, é que seria para ser feita a abertura da matrícula da área. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Desconheço o assunto, vou pedir o retorno



da procuradoria. Imagino que a senhora tenha colocado em diligência, levantando essas questões. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Esta nos autos, só chamou atenção a consideração que o Secretário fez antes, quando tem matrícula. Só estou trazendo uma questão que é referente a esse processo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Claudete, só esclarecendo assim, quanto à questão de afetação e não afetação. Assim, o gravame acontece quando não está afetado para aquele fim. Então, pode ser que exista uma propriedade pública, mas ela não está afetada, por exemplo, para traçado viário ou para escola. Se simplesmente existe um chão público, ele não está afetado com aquele fim. Esta é a diferença. Teria que olhar o processo para saber se é afetação ou não. Normalmente, as equipes técnicas vão e olham isso aí. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, independe da matrícula? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Depende. Quanto à questão que a gente estava comentando, aquela área já estava afetada para aquele fim. Então, ela foi gerada com aquela finalidade e passou a ser do patrimônio, do caso esse que estavam discutindo da praça. Então, por isso que teria que ser uma lei de afetação. (Manifestação fora do microfone). Sim, daí tudo está afetado. Então, seria um processo de lei. O Rafael estava até encaminhando – ah, porque poderíamos fazer. Eu acho que a gente poderia encaminhar um pedido para uma lei, um gravame de AEIS que junto seria uma desafetação, mas este processo não poderia ser gravame, porque o patrimônio já é público. Então, essa é a sugestão do que poderia ser o encaminhamento. (Manifestação fora do microfone). Não, não, só do objeto específico direitinho ali. Aí tem que olhar bem direitinho o que está se pedindo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu sugiro, Secretário, que seja feito um esclarecimento para a gente não ficar em dúvida, porque é tão difícil a gente fazer encaminhamentos de coisas que a gente tem dúvida, porque aí a gente aceita qualquer coisa. Então, assim, o esclarecimento maior: Qual é o procedimento de desgravame, desafetação e os encaminhamentos? Eu vejo nesta situação um desgravame de uma área pública com uma matrícula que vai ser gerada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, é um desgravame de traçado viário, mas a gente pode confirmar com o retorno do processo, a gente olha ele e identifica todas as questões, que são questões de direito, o que é desgravame, desafetação do direito administrativo. **ITEM 4.02. EXPEDIENTE: 002.337633.00.1,** Evaldi Wiebush Muller. É um recurso administrativo para obtenção de alvará de licença para construção de imóvel. O relator é a RGP. 4. Ele está em diligência à SMDE e ao Arquivo Municipal. **ITEM 4.03. EXPEDIENTE: 002.286448.00.7.** Inovar Participações. Está aguardando o retorno também do pedido de diligências. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O que é ASSETEC, Secretário? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Assessoria Técnica da Procuradoria Geral do Município. É o setor jurídico. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Setor jurídico de qual? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Da Secretaria de Meio ambiente. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas o motivo para ser encaminhado para a ASSETEC? Porque nós não deliberamos neste sentido. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ASSETEC



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

está vinculada à Procuradoria Geral do Município da Secretaria. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Todas as procuradorias são vinculadas, né, Secretário, mas o nosso encaminhamento foi para a PGM. A Procuradoria Geral, até porque já passou pela setorial. Então, teria que ser encaminhada a para a PGM. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O encaminhamento foi dado para a PGM, certamente deve ter pedido algum parecer técnico. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Para ficar claro. Então, foi suprimido um encaminhamento. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não foi encaminhamento, o encaminhamento foi para a PGM. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, passou pela PGM e a PGM diligenciou para a SMAMS. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isso, imagino que seja isso. **ITEM 4.04. EXPEDIENTE: 002.329411.00.0.** Igreja Pentecostal Assembleia de Deus. Diligência solicitada pela SAERGS para a PGM em 24/09/2019, não retornou ainda. **ITEM 4.05. EXPEDIENTE: 19.0.000067334-2.** Adriano Frigo Luiz. Gravame/ajuste de traçados de diretriz viária do PDDUA. Tem um pedido de vista da RGP. 3 e ACESSO. A RPG. 3 não está presente. A gente vai ter um relato do ACESSO? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria, primeiro, de fazer uma consulta a Conselheira Gisele. Gisele, desculpa eu me dirigir diretamente assim, eu verifiquei que neste processo tu te manifestaste que não haveria nenhum óbice ao interesse público. Eu gostaria de verificar com que base e em que documentos tu fizeste essa manifestação. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Conselheira, eu precisaria revisar esse processo de novo, porque são centenas de processos que eu analiso e não me recordo de cabeça o que foi constatado nesse processo. Eu teria que dar uma olhada, posso responder a pergunta na próxima reunião. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu pergunto, porque, na verdade, é um processo eletrônico, que foi gerado apenas para ingresso no CMDUA, até tem aquelas velhas questões que a gente questiona, a matrícula é de uma pessoa, quem pede é outra e a gente vai por aí. E aí são 34 páginas e nessas 34 páginas eu não consigo chegar a conclusão nenhuma, porque não tem informação suficiente. Isso a gente vem reiterando aqui várias vezes, eu não tenho como analisar processos e encaminhamentos... (Inaudível/falha microfone). **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu compreendo, só que eu preciso revisar novamente, não me recordo. Se eu falar alguma coisa agora posso estar incorrendo em erro. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, eu peço vista dos originários deste processo eletrônico. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem. Perfeito. **ITEM 4.06. EXPEDIENTE: 002.34116.00.8.4802.** Vai ser distribuído hoje. Então, a gente encerra os processos da pauta. Como ainda temos algum tempo disponível, a gente abre o período de comunicações. Temos inscritos? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu queria falar só um pouquinho da questão do Plano Diretor, alguns esclarecimentos. A gente está tendo um imenso prazer de realizar as oficinas, fizemos uma na Região de Planejamento 7, uma na Região de Planejamento 2. Foi superlegal, a equipe ficou muito entusiasmada, estão fazendo um trabalho árduo de coleta de dados junto à comunidade. E



eu queria esclarecer para vocês que essa primeira etapa é uma etapa de coleta de dados, essa coleta de dados ela tem que ser a mais autêntica possível, a gente tem que ler o que a população quer de fato. A gente tem que orientar isso ou aquilo, a gente explica o que é, como o Plano Diretor interfere nas suas vidas e a gente pega um primeiro olhar dessa comunidade. Aí o pessoal comenta a questão de dados, nesse primeiro momento a gente está coletando esses dados, faz parte da coleta desses dados ouvir a população. E nós estamos tendo um imenso prazer nisso, de ouvir o que vocês querem. Então, nesse primeiro momento os dados levantados com a comunidade e os dados técnicos vão ser levantados em conjunto. E depois de compilados esses dados nós vamos apresentar novamente a vocês. Então, então terão outras rodadas. Quanto às comunidades que, por exemplo, não estão atingindo atendidas em algum território, a gente está fazendo um levantamento, identificando quem comparece ou não, verificando – olha, um determinado local não está atendido. Como a gente está com o apoio da SMRI a gente vai conseguir fazer em outras localidades. Como a gente repetiu nas Ilhas, a gente viu a questão da Zona Sul que o pessoal comentou. Então, a gente vai abrir essa oportunidade, vocês podem ficar tranquilos. Quanto à questão, por exemplo, da conferência que o pessoal comentou, a conferência está no nosso radar, só que a conferência é uma coisa complexa e precisa se organizada em conjunto. Ela não pode ser assim – Ah, nós vamos montar uma conferência. A conferência nós vamos fazer em conjunto com o Conselho. Nós vamos aguardar também o apoio da ONU Habitat para a gente poder fazer uma coisa bem legal. Então, esse é um processo que está se iniciando e eu espero muito ouvir o que vocês querem, quais são os anseios. Toda a equipe técnica está feliz e ansiosa para ouvir. É isso que a gente quer nesse primeiro momento, ouvir simplesmente. Então, é isso que eu queria dizer, para que a gente chegue lá e tenha o melhor de vocês, o que vocês esperam para a cidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, nossa Diretora patricia, que faz um excelente trabalho, sem dúvida. Continue com seus sonhos, sua vontade de fazer, de transformar. A gente respeita muito isso. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde, eu queria fazer um convite. Nós vamos ter sábado, das 14 às 18h30min a discussão do Plano Diretor na nossa comunidade, na Bom Jesus, vai ser no antigos CEJACK. É um evento promovido pela Prefeitura, é o que a Patrícia estava falando. Então, é uma oficina temática para discutir o Plano Diretor juntamente com a comunidade, é de extrema importância esse momento, todo mundo sabe e conto com a colaboração e a presença de todos. Muito obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Patrícia, é uma constatação, no início, antes das oficinas houve um questionário que foi disponibilizado à comunidade e eu queria saber quais foram os resultados desse questionário e qual foi a opinião das pessoas com relação às perguntas, que tipo de perguntas foram feitas, porque me parece que foi muito negativo o questionário. Então, seria importante ter um retorno disso. Eu acho que a construção da metodologia é necessária ser feita com as pessoas. Esse é um dos maiores questionamentos da RGP. 1, a forma. E a própria Prefeitura está perdida no sentido de que nem ela conhece o que produz, tem todo um trabalho feito pela residência, foi feito um trabalho na administração anterior, que tem que ser buscado. E tem um trabalho feito, o Cidades Sustentáveis, Secretário, que se chama COLAP, que tem uns dados, tabelas, que deveriam ser socializados. Esse instrumento não está sendo socializado. Eu sei disso porque eu fui atrás, como eu sou implicante muitas vezes, eu fui atrás e achei esses de documento, lá tem tabelas, tem uma análise e foi feito um comparativo com 8 cidades, ou 7 cidades, que



se chama Cidades Sustentáveis COLAP. O próprio Accioly no evento do IAB colocou isso e estimulou a participação nesse COLAP. Então, seria bom também ser socializado e que a população tivesse acesso. E mais o que o Rafael colocou sobre a questão da discussão do 4º Distrito, que são as oficinas e sem nenhuma participação das duas regiões, nem da RGP. 1 e nem da RGP. 2. E o Pacto Alegre tem propostas, e aonde está sendo discutido? Com quem? Quem são essas pessoas do Pacto Alegre? Nós não queremos ser o pato. Então, eu peço, Secretário, que essas pessoas se apresentem para a discussão com este Conselho. obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ACESSO só gostaria de registrar a grandeza que foi o evento promovido pelo IAB, com a participação do CAU. A organização, o uso dos espaços públicos, levar a gente a uma análise crítica da situação e do planejamento. Eu acho que foi um evento extraordinário, agradeço a oportunidade que nos foi possibilitada aqui, não apenas do que a gente está acostumado aqui, que a gente vê aqui, assim, uma fala onde não se traz nenhuma construção reflexiva sobre aquilo que está sendo tratado. O evento foi extremamente organizado, tanto nos horários, como no uso dos espaços, cronometrando para que pudesse ser encaminhado pela cidade. Isso a gente ouviu, eu pelo menos ouvi de vários participantes de fora de Porto Alegre, elogiando esse fato de que eles puderam conhecer a cidade através das oficinas, dos cursos e das palestras em vários lugares. Eu gostaria de parabenizar o IAB, agradecer, e ao CAU pela oportunidade que nos possibilitaram. Eu acho que seria produtivo, inclusive, que aqueles conselheiros pelo menos que estiveram trouxessem uma reflexão, que a gente pudesse discutir os temas que lá foram abordados. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Importante, realmente, parabéns IAB e CAU pelo excelente evento, não canso de elogiar. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Agradeço. Até respondendo, Felisberto, esta semana a gente deve estar recebendo os vídeos, claro que vai demorar muito até conseguir colocar tudo à disposição no site, mas vai estar tudo no site, na íntegra, todas as atividades que foram gravadas, a grande maioria delas. Sobre o Pacto Alegre, desculpa, Secretário, mas até foi muito solícito e quando pedi para a Patrícia, aí a Cibele nos procurou para que fosse colocado. Eu pedi – Olha, o IAB e o CAU que estão oportunizando a vinda do Accioly, pedi que fosse colocado o logo do IAB e do CAU. Só não entendi, porque o único logotipo que estava junto com a Prefeitura foi a do Pacto Alegre e eu não entendi. Quer dizer, quando a gente olha o memorando de entendimento, ele é testemunha. Ou seja, quando foi colocado o ato do memorando de entendimentos, o ato era comunicado como? A assinatura de convênio Prefeitura, Pacto Alegre e ONU. Aí quando nós vamos olhar de fato o que é, é um acordo entre a Prefeitura Municipal e o Pacto Alegre é testemunha. Agora quando traz o Accioly, aqueles que oportunizam não foram devidamente, mas foi corrigido a tempo, mas o Pacto Alegre ganha e senta na cadeirinha. Quer dizer, ele tem ganhado um assento que a gente não consegue entender porque nesse processo de revisão, a que se justifica, inclusive entidades que já tiveram aqui, e que bom, não estão mais e parece que agora estão acendendo um espaço privilegiado nesse processo que não se justifica, não se explica. A gente gostaria de entender melhor! inclusive, eu já falei aqui e vou reiterar, a parte da universidade em parte não está sendo cumprida, porque nenhum dos cursos de arquitetura e nem as suas pós-graduações estão sendo envolvidas no processo de debate da cidade dentro do Pacto Alegre, dentro da aliança. Eu já coloquei aqui e reforço. Quer dizer, nem a universidade está sendo envolvida, é um grupo específico da universidade e exclusivo da universidade, que não consigo entender. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, Conselheiro Rafael. Ressalto, então, encerrando os trabalhos de hoje, este é um espaço democrático, onde a gente tem as mais diversas falas, entendimentos. A gente tem que respeitar esse espírito de colaboração, pacto, Conselho do Plano, todas as entidades, IAB, todas as demais tem que convergir em uma... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Aqueles 3 minutos, Secretário, que nós discutimos, Presidente, a comunidade poderia ter falado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Para constar em ata, Conselheiros, eu vou insistir de novo que entre na pauta da próxima reunião a revisão dos nossos estatutos. Eu deixo aqui gravado que eu me senti completamente afrontado na última reunião, quando o Presidente em exercício nos colocou que essa discussão do regimento interno, aliás, era apenas uma questão daqueles que foram derrotados na votação do estatuto anterior. Então, deixar esse pleito para que o Secretário, em estamos na reunião faça esta pauta funcionar, porque o seu substituto não tem interesse em fazer esta pauta funcionar. Inclusive, deixaria aqui o questionamento: nós temos um mandato, eu não sei qual é o nosso mandato, ele começou fora de prazo. Este Conselho tem dois vice-presidentes, o acerto é que o primeiro ano é de um vice-presidente, no segundo ano é do segundo vice-presidente. Então, em algum momento tem que haver a troca e é uma coisa que o Presidente tem que providenciar. Eu sempre defendi que não é um ou outro, era em gestões anteriores um triunvirato e só trocava quem sentava na cadeira na sua falta, mas hoje nós temos um regime onde o vice-presidente determina as pautas e outras coisas aqui, não um conjunto de três representantes coordenando este Conselho. Então, eu pediria que na próxima reunião tenhamos qual é o nosso mandato e quando troca o vice-presidente, que é um ano para um e outro ano para o outro.

Encerram-se os trabalhos às 20h00min.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



ATA ORDINÁRIA Nº 2824/2019

Aos vinte nove dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Heleniza Ávila Campos (1ª Suplente), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Ronie Gomes (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. ABERTURA; 2. VOTAÇÃO DA ATA 2820/2019; 3. COMUNICAÇÕES; 4. ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor 1º Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. **1. ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. Dando início aos trabalhos deste Conselho, saúdo a todos presentes, desejando uma noite de excelente trabalho, com harmonia, alegria, que a gente possa debater com profundidade todos os temas de importância para a Cidade. Eu queria rapidamente saudar o Paulo Henrique e a Tânia, que não chegou ainda, pelas oficinas que a gente teve na região, lá na Restinga, na RGP. 8 e na RGP. 4 e Bom Jesus. A gente esteve com a Tânia, a Maristela esteve lá conosco, na RGP. 4. Seguimos no caminho da construção, do debate, ouvindo as comunidades. Nós temos a Sandra aqui, ex-



conselheira, arquiteta, urbanista, pediu a inscrição no período de comunicação. Por favor, primeiro as visitas. Sandra, ex-conselheira: Pessoal, muito obrigada. Eu sou uma antiga conselheira, mas estou aqui porque vai ser distribuído um processo que é do nosso escritório, é da Edmonton, é um shopping, um centro comercial com duas grandes lojas, um hipermercado e uma loja de departamentos. Isto é RGP. 2. Na verdade, eu vim para ouvir um pouquinho, faz muito tempo que não venho aqui no Conselho, também para me colocar à disposição depois para marcar a visita na RGP. 2. Eu não sei se vocês estão distribuindo primeiro para as regiões ou depois, mas só por isso. Agradeço muito e bom trabalho. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Sandra. Eu acho que o processo vai ser distribuído hoje para o SENGE, na ordem. Depois pode deixar o contato para Gabrielle compartilhar aqui com o pessoal. Na sequência já passo a palavra ao Conselheiro Dal Molin, 3 minutos. Desculpa, eu me empolguei aqui nas falas e esqueci de votar a ata. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2820/2019.** Então, antes de abrir a palavra, a gente faz a votação da Ata nº 2820/2019. Votos favoráveis, por favor, levantem a mão. (Contagem de votos = 16 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADA A ATA Nº 2820/2019.** Por favor, Conselheiro Dal Molin. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar o sindicato que eu represento, que comemorou ontem 70 anos de existência, com uma festa lá no Clube Leopoldina Juvenil, também já empossou para mais um mandato o Presidente Aquiles Dal Molin. Então, é um parabéns duplo, tanto para a entidade, também para o Aquiles. Bom, comunicações, na verdade, eu gostaria de comentar uma coisa que eu tenho visto na cidade, que tem a ver com os corredores de ônibus da ali da Protásio Alves, que é onde eu mais tranquilo, é a troca daquele equipamento que chama New Jersey, de proteção, é aquele muro que vocês enxergam ali depois das estações. Então, eles estão trocando e estão ampliando aquilo, estão esticando demasiadamente, no meu modo de ver, criando mais segregação na cidade, porque tu caminhas, sente um pouco. O corredor de ônibus já é um elemento que segrega dois lados da cidade, assim como o metrô em Canoas, também já segrega. Além do mais, começar a esticar muito aquele equipamento, eles também ficam segregando demais a cidade. E outra coisa, até com relação ao trânsito, eu não sei se aquilo ali não dificulta mais ainda para todos os sentidos, por exemplo, até para uma ambulância, bombeiro, policial que entrar ali no corredor de ônibus em uma emergência, ele acaba tendo que ficar no corredor de ônibus, às vezes, até atrás de um ônibus que está parado em uma estação porque fica tão segregado que não sai mais. Ao mesmo tempo em alguns momentos dessas linhas, esses corredores, que às vezes tu só desvias um pouquinho, entra um pouquinho no corredor de ônibus, sai de volta para a pista só para não dificultar o trânsito, já não provoca uma parada no fluxo. Então, eu acho que vai acabar, por isso que eu pergunto, porque eu não sei qual é o objetivo principal daquilo ali, se é para pegar alguma verba de mobilidade, alguma coisa, mas não estou vendo grandes ganhos desses equipamentos que estão sendo instalados ali. Então, era isso. Muito obrigado. Boa noite. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro saudar a todos conselheiros e conselheiras, visitantes. O que eu tenho notado é que há um anúncio do Prefeito com relação à Redenção, aplicação de 3,5 milhões e não passou nem pela RGP. 1 e nem por este Conselho. Não sei que tipo de obra e quem a apresenta. Isso me parece um desrespeito ao Conselho. E no momento em que nós estamos em uma análise do Plano Diretor e que nós precisamos fazer uma avaliação, nós precisamos ter transparência nas ações do governo. E a gente sempre é surpreendido por



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

uma nova ação do governo. Na minha avaliação isso fere o princípio da democracia, não pode alguém eleito se achar dono da cidade, porque ele tem um mandato para 4 anos e não pode alterar a cidade ao seu bel prazer ou com uma maioria eventual na Câmara de Vereadores. E para nossa surpresa mandou mais cinco projetos de lei, inclusive, mexendo nos conselhos. e parece que sempre a gente é do contra, mas a gente procura respeitar a democracia e respeitar os conselhos. E eu vejo assim, com todo o respeito que merece a Câmara de Vereadores, nós vivemos um momento em que as pessoas têm que ser ouvidas e depois não adianta pôr o exército, a guarda municipal, porque vai chegar um momento que isso não vai conter a ira população. Vide o México, vide o Equador, vide o Chile, não há exército que contenha a população. E nós estamos chegando a um momento no país em que há desrespeito aos direitos adquiridos dos cidadãos. Então, a discussão é política, os governantes não tem o direito de fazer o que bem entendem com a sua população. E não é uma câmara, não é um senado, não é uma Câmara de Vereadores ou uma assembleia que tem o direito de violentar os direitos da população por uma maioria eventual, em que a gente sabe a forma que são tratados e negociados os projetos dentro da câmara e da assembleia, em troca de cargos, em trocas de emendas. Então, é importante isso e nós estamos em um momento muito perigoso. Não é nenhuma ameaça é apenas uma constatação e pessoas que estudam isso, sociólogos, antropólogos, têm bem claro o momento de desrespeito aos direitos fundamentais do ser humano. Então, é importante a gente ter isso bem presente. Eu estou fazendo hoje uma fala política. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou terminando, Secretário. Então, é demonstrar a indignação de um cidadão perante tudo que está acontecendo e deixar pelo menos neste Conselho a minha fala e a indignação de um cidadão brasileiro, porto alegreense e rio-grandense. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Presidente, eu quero fazer um registro em relação ao espaço democrático que a gente sempre deixa aberto aqui para a comunidade, mas eu já fiz uma solicitação de criar uma lista de presença para a gente saber quem está vindo no Conselho. É importante virem das regiões acompanhar o conselheiro, porque parece que às vezes aumenta aqui o pui nas galerias, vamos dizer assim, mais como uma plateia do que para contribuir com a cidade. Eu falo sobre a reunião passada em que um representante da comunidade utilizou mais de 15 minutos para entregar um documento. Isso nós temos que regular, nós não podemos ser tão democráticos onde uma pessoa toma talvez a maior parte de tempo para falar que o próprio conselheiro. Nós somos fiscalizados, está lá o controle do horário. Eu acho que quando a gente tem que apresentar alguma documentação por escrito, nós não podemos fazer aqui um palco ou um desfile de vaidade para ficar fazendo registro aqui, senão vou começar também quando trazer um documento, a ler todo ele aqui. E a outra questão é o próprio exemplo que está dando, que a nossa pauta não progride, a gente acaba perdendo tempo, não consegue fazer a discussão com responsabilidade, com agilidade, acabamos não votando nenhum processo. Não há concentração no próprio Conselho e não há motivação, inclusive. Tanto faz u vir aqui aprovar alguma coisa e discutir, ou simplesmente vir aqui assinar a minha presença e ir embora para casa, porque não faz diferença. Então, eu gostaria de deixar essas duas coisas. É isso por enquanto, obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo. É importante a gente em respeito aos demais conselheiros fazer de fato o controle do tempo. Agora a gente adotou, na tentativa de sempre melhorar um pouco, um painel na tela com o tempo para ajudar os conselheiros e demais pessoas externas presentes. A gente vai se esforçar, naturalmente, enquanto condutor dos



144 trabalhos, para ter esse tempo de fato sendo cumprido. Quanto a lista de presenças, é
145 importante a gente talvez reforçar sempre e pedir que a comunidade assine a lista, que ela
146 fica na porta. Acho que o pessoal acaba não assinando, é nossa obrigação reforçar e
147 relembrar que tem ali na entrada uma lista de presenças, a Gabrielle sempre coloca.
148 Então, eu acho que a gente só tem que relembrar e reforçar a cada reunião a importância
149 da assinatura da lista de presença. Na sequência a gente tem inscrita a Conselheira
150 Maristela, por favor. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete**
151 **– RGP. 7:** Boa tarde a todas e todos, ao Secretário. Agradecer a presença da Luiza, que é
152 da macro 10, está aqui presente. Então, dizer que fiquei com a nossa a nossa oficina na
153 região, o tempo não colaborou, mas mesmo assim foi bastante produtivo, com qualidade, a
154 participação foi ótima com a presença do secretário, do corpo técnico também foi
155 superimportante. Nós já vínhamos bem preparados com o IAB, bem afiados. Então, foi um
156 conjunto de questões bem legal mesmo, a gente gostou muito, vamos dar sequência
157 agora. É o que eu sempre digo, não pode ser apenas algo para a gente se sentir tipo uma
158 oficina psicológica, depois as coisas não acontecerem. Eu quero reforçar a questão da
159 presença do prefeito aqui quando nós terminamos as oficinas, para entregarmos o nosso
160 trabalho, porque aquele dia não pude falar, porque era outra pessoa que estava no seu
161 lugar e não pude falar, mas agora eu estou externando esse desejo e encaminhamento
162 para que isso aconteça. Quero reforçar também, dizer que eu estou achando muito bom,
163 olha, um dos melhores momentos que estamos tendo com a EPTC, por ter tido a coragem
164 de implementar a questão da Linha Azul. Não entram investimentos, é apenas uma
165 questão técnica que vai ser observada, eu acho isso super-relevante, porque o que nós
166 temos que pensar é a cidade que nós vivemos e não a partir da minha visão de cidade. E a
167 cidade que nós vivemos é inclusiva, ela tem que ser cada vez mais inclusiva para o
168 coletivo, qualquer país, qualquer capital desenvolvida com bom senso e tal vai priorizar
169 isso. Eu vi também que agora estão entrando os táxis, tenho dúvida, porque eu também
170 não tenho essa experiência nessa área, mas achei muito bom. Então, fazer o registro. Por
171 outro lado, como a gente faz parte também de onde a gente mora, não só a EPTC, mas
172 gostaria de fazer o encaminhamento de termos uma reunião lá na nossa região, porque é
173 impossível conviver hoje na Parada 16, que é o nosso centro né, é o nosso centro de
174 confluência ali, nós precisamos de uma área azul lá ou discutir com os empresários,
175 pequenos empreendedores, com os bancos, enfim, para ver qual a saída que nós vamos
176 encontrar, porque não tem mais sustentação no sentido da boa convivência, já tivemos
177 guerra lá, senão tem a Brigada Militar teria sido uma tragédia. E também dizer que na
178 questão da capatazia na Parada 6, que nós já tínhamos solicitado uma visita lá, porque
179 está horrível, aquilo ali proliferou e as próprias terceirizadas estão fazendo o centro de
180 reciclagem ali, estão virando lixões, queimam plásticos, fazer horrores. Aquilo neste
181 momento está um lixão. E o aumento na cidade, Secretário, do recolhimento clandestino
182 do lixo, do principal lixo que vai para os galpões. Isso não pode acontecer, nós estamos
183 voltando lá nas décadas de 80, isso é muito negativo, nós temos que analisar
184 profundamente a questão dessa fiscalização. E terminando a minha fala, quero reiterar
185 aqui a questão do loteamento clandestino na João de Oliveira Remião, ao lado do posto 24
186 horas. Hoje eles colocaram uma central de luz, que está tirando o potencial de outras
187 regiões, de outra vila, para aquelas pessoas sai mais barato, mas para o conjunto e para o
188 município vai sair muito mais caro, porque eles fizeram uma ponte sem nenhuma
189 discussão com a comunidade ao lado, estão ocupando novamente as margens do Arroio
190 Taquara, que já é um crime ali. Então, nós temos que incidir na questão da fiscalização,
191 porque só ganha ali o cara, a pessoa que está fazendo grilagem. Então, era isso. Só para



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

dizer, este espaço eu tinha entendido que era para essas coisas, que é um pouco mais da nossa vida na comunidade. Se eu estou equivocada eu quero que me orientem, porque de repente eu estou trazendo pautas aqui que não são. Então, eu peço ajuda nesse sentindo. Muito obrigada. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Maristela. Sem dúvida, o período de comunicação é aberto para fazer as comunicações gerais que entende adequado e envolve a discussão do território da cidade como um todo. Na sequência a gente tem o Conselheiro Paulo Jorge. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu quero registrar que a reunião do Conselho do Planejamento da 5 foi muito boa, a participação do pessoal envolvido, os arquitetos. Eu acho que está em um momento bom. Só a dinâmica, eu acho que tem que mudar alguns conceitos. Eu reforcei aqui, mas quero reforçar de novo, fazer um pedido que o Secretário de Turismo de Porto Alegre. Comentar de novo do avanço dos bairros. Outra coisa é o Mercado Público, que está com problema, e aí o governo está se passando pelo Conselho do Plano Diretor. O Mercado é nosso, foi construído na época dos negros, aí vão privatizar, meu Secretário! É da população de Porto Alegre, é do vendedor, tem a história da população negra, como o Bará do Mercado, a matriz africana, vão passar para os empresários uma cultura feita pela população negra. Isso não pode! Então, a gente precisa chamar o secretário aqui e explicar. Ali as pessoas que estão na volta, é o nosso chão, é a raiz, não pode fazer isso. Pô, vai na Argentina, no Uruguai, no Chile, mas o Brasil muda todo o seu conceito. Pelo amor de Deus, é o nosso turismo! Tem a parte do Guaíba que é a parte da elite, mas tem a parte do Mercado que é nosso, do samba, do poeta, saiu dali a história de Porto Alegre. Então, chama o pessoal e vamos discutir aqui. Então, é essa a situação. Também quero dar os parabéns a nossa arquiteta pelo trabalho da gurizada... (Inaudível/falha microfone). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado Conselheiro Paulo Jorge. A Gabi me lembra que já fez o convite, é o Secretário de Desenvolvimento Econômico. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Meu Presidente, eu vou ter que me retirar, porque hoje tem a rodada do OP na Região Cruzeiro e nós estamos fazendo um manifesto da saúde e das creches lá, eu tenho que estar presente, porque a situação das creches está pesada. O governo, está equivocando o secretário da SMED, a história é nossa. Então, tenho que estar lá presente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, Conselheiro, é importante a sua presença lá no OP como representante da região e do Conselho. O convite foi feito ao Secretário de Desenvolvimento Econômico que engloba a pasta do turismo e essa parte também do Mercado. Na sequência o Conselheiro Er. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite, senhoras e senhores conselheiros. Eu venho esta noite trazer aos senhores o convite da rede de observatórios da região metropolitana para o 9º Seminário de Observatórios a se realizar nos dias 30 e 31, amanhã e depois de amanhã, na Unisinos, Campus aqui de Porto Alegre. A temática este ano são discussões a respeito de tecnologia, dados e políticas públicas. Então, nesse trabalho de revisão do Plano Diretor vão ter doutores de várias universidades do país, entre elas a Fiocruz e a Universidade de Minas Gerais, que vão estar palestrando exatamente a tecnologia, dados e políticas públicas. É esse o nosso convite. Então, aguardamos todos e eu vou deixar o folder ali na mesa, na entrada, se alguém tiver interesse, quiser pegar. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Na sequência o nosso vice-presidente, o Conselheiro Gomes. Já comunico a minha saída, deixo a condução dos trabalhos com o vice-presidente, lembrando, de repente a título de informação, para ficar consignado que na última agenda, embora o Conselheiro Darci não esteja aqui presente, mas eu penso que a Gabi transmita depois a ele a questão da vice-presidência. Ele levantou o ponto depois que o pessoal já tinha saído, ele levantou com relação à vice-presidência, os tempos que cabia a cada conselheiro eleito. Existe previsão no Regimento Interno, artigo 4º, parágrafo terceiro, que prevê ano par o conselheiro da entidade e no ímpar conselheiro representante das regiões. Então, no ano de 2018, ano passado, o vice-presidente era o Conselheiro Hermes, no entanto, como o titular era o Maurício, o titular não se fez ausente, ele não assumiu, ou alguma que outra vez, raras vezes tenha assumido. Este ano ímpar é a Região de Planejamento do Conselheiro Gomes eleito. Agradeço a oportunidade, passo já de imediato a palavra ao nosso vice-presidente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite, conselheiros. Pegou-me um pouquinho de surpresa, eu não sabia que ia substituir o presidente. Primeiro, eu quero me manifestar como conselheiro da Região 6, para comunicar, contar para vocês a realização da nossa oficina na Região 6, na quarta-feira da semana passada, onde tivemos uma grata e bela surpresa, nós estouramos todas as expectativas de público. Nós estávamos organizados para receber uma média de 40 participantes e tivemos um número de 111 participantes, ao ponto que as mesas ficaram superdotadas, tivemos que fazer de cada mesa duas mesas e ainda assim botar mais uma mesa especial na rua. Quero agradecer, cumprimentar a coordenação de planejamento da secretaria, que teve muito trabalho, porque, realmente, trabalhar com todo aquele pessoal, mais do mais do que o dobro da expectativa. A dinâmica todos vocês conhecem, foi muito positivo, nós estamos ansiosos pela continuidade, agora quando a secretaria e a coordenação de planejamento urbano vai fazer a configuração de dados, apresentar relatórios daquilo que se discutiu lá para gente dar continuidade, sequência à discussão da revisão do Plano Diretor. Na região nós temos 32 delegados, eu acho que não compareceram 10 delegados, desses 111 que foram participar, mais ou menos assim tem se mostrado a região. Eu tenho trabalhado diretamente com o OP, diretamente com as organizações civis, organização de bairro, organização de escola, cooperativas, grupos que estão promovendo a regularização fundiária e o resultado foi esse que nós tivemos lá. Não deu dez delegados e deu 111 participantes. Na sequência o que vier acontecendo a gente vai trazendo a estes Conselhos. Conselheiros, obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** QUESTÃO DE ORDEM. O Conselheiro Paulo Jorge lembrou muito bem, eu queria fazer um registro sobre a questão das creches em Porto Alegre, porque é importante que todo o Conselho acompanhe. Quando a gente fala aqui em projetos sociais, principalmente nas creches, posto de saúde. Então, parece que a gente está falando uma bobagem, parece que está sempre querendo descobrir o que já existe. É importante que se diga, conselheiros, aqui em Porto Alegre mais de 200 instituições atendem a educação infantil, de 0 a 6 anos. Então, eu estava fazendo um cálculo aqui por cima, em média 100 crianças em cada instituição, dá mais de 20 mil crianças que nós atendemos em Porto Alegre, por conveniamento, também por média 15 funcionários em cada instituições, dá mais de 3 mil empregos diretos trabalhando para a prefeitura, para o Município de Porto Alegre, que é a responsabilidade das instituições. E agora, para minha surpresa, porque encerra este ano o termo de colaboração de 2 anos. Estamos agora concorrendo através de edital para mais de 5 anos. E aí a Secretaria de Educação mudou as regras, inclusive, critérios para fazer as inscrições novas para 2020 e para os próximos 5 anos. Desagrada totalmente as



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

instituições que vêm fazemos esse trabalho em Porto Alegre e que a prefeitura não vem fazendo e não vai fazer, porque ela não tem condições, nem pessoas para atender todo esse público, nem prédios suficientes também para organizar. Eu acho importante que a gente saiba disso, nós fizemos tipo uma rebelião... (Sinalização de tempo esgotado). Presidente, a prefeitura abriu um período para inscrição nova a partir do dia 28, que foi ontem, como sua própria responsabilidade e passou para a gente. Então, nós não cumprimos este prazo, tem uma reunião marcada para quinta-feira com o secretário da SMED para chegar a um acordo, nós não podemos trabalhar em Porto Alegre ou conviver com esse tipo de comportamento de um ente importante que é a Secretaria de Educação, que ao invés de dar o exemplo, abrir e ser democrático, abrir para a discussão, ela está agindo arbitrariamente. Então, é bom que todos saibam. E ela não está recebendo a imprensa, inclusive. Ontem foi ponto facultativo, hoje não atendeu a imprensa e está dando a versão dela. E mais ainda, está vinculando um aumento de 15% para instituições de educação infantil, 15% da seguinte forma, é bom que todos saibam, 15%, 10% de aumento a partir de abril de 2020 e 5% restante em setembro de 2020. Então, as instituições de iniciativa privada hoje estão financiando, subsidiando a educação infantil em Porto Alegre. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Concluindo as comunicações, vamos para a **4. ORDEM DO DIA. 4.01. EXPEDIENTE: 19.0.000040017-6.** Este aguarda retorno da solicitação de diligência ainda da Procuradoria de Patrimônio (PPDC). Então, vamos para o 4.02. EXEPEDIENTE: 002.337533.00.1. INTERESSADO: Evaldi Muller. Eu solicitei diligência, hoje está no Arquivo Municipal, que não nos remeteu ainda o processo principal. Nós vamos encontrar outro problema aqui com o Arquivo Municipal, tem outra conselheira que está pedindo também, mas a gente vai ter que tomar alguma atitude em relação ao Arquivo Municipal, talvez até fazer uma visita lá para azeitar uma relação que venha mais rápido. Não vai ser a primeira vez, já fizemos isso com essa SMDE e funcionou, hoje com a SMDE tem uma dinâmica muito boa, rápida para nos atender com os processos que a gente pede lá. O 4.03. EXPEDIENTE: 002.286448.00.7. INTERESSADO: Inovar Participações. Também está em diligência na PGM, aguarda retorno da PGM. Processo 4.04. EXPEDIENTE: 002.329.411.00.o. Igreja Pentecostal Assembleia de Deus. Diligência à PGM em 24/09, continua na PGM. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Já é o terceiro na PGM. Eu não sei se de alguma forma tem que cobrar ou o que está acontecendo, se eles se posicionaram, se tem alguma previsão. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu te entendo. Solicitar uma manifestação do Presidente do Conselho à PGM. Algo mais formal pedindo um atendimento mais rápido às nossas demandas. **4.05. EXPEDIENTE: 19.0.000067334-2.** Interessado: Adriano Frigo Luz, pedido de vista da ACESSO e da RGP. 3. Para manifestação dos pedidos de vista. ACESSO ou quem vai falar? A ACESSO pediu diligência. É a mesma situação, estão lá no Arquivo Municipal. É a mesma situação do outro, a gente pediu uma dinâmica melhor lá para encaminhar esse processo. Prejudicado, então, vamos ao próximo... (Manifestação fora do microfone). Tu queres apresentar o relato? Sem problema. **Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu tenho dois pareceres aqui, mas eu acho desnecessário, só se alguém quiser que eu leia, aí eu leio. Eu vou fazer uma defesa direta e objetiva. Essa empresa a qual a arquiteta pediu o desgravame aqui, ela está consolidada na minha região há pelo menos 30 anos. Bem antes de ser votado no Ministério da Cidade áreas de AEIS. Ela agrega hoje 112 funcionários, do qual 27 moram na minha comunidade e outras 46 na



comunidade Ipê São Borja. É gente que tem pelo menos 15 anos de casa e que por causa de uma área que está inservível, para drogadição, prostituição, porque invadiram umas duas vezes na década de 99, entre 98 e 2000, e agora está lá, não tem mais mata virgem, não tem mais nada naquele local, é uma área que a gente discutiu entre as comunidades, são 07 comunidades da volta, junto com Jackson e mais o representante da empresa da Senhor dos Passos, que tem 70% da área, só 30%, justamente a área que estão pedindo para desgravame, que pertence ao próprio municipal. A minha pergunta clara para todos os conselheiros aqui: é mais fácil tu mudares um traçado viário que vai beneficiar uma região, que hoje a Afonso Paulo Feijó é crônica na nossa região, é uma mão de duas vias e é uma rua muito estreita com menos de 7 m para uma rua que vai ter quase 15 m de largura. E aí não vem dizer quando é que vão construir, porque não compete a mim dizer se vai ser agora ou daqui há 10 anos, porque a burrice é de muitos governos, porque se esse traçado viário tem mais de 15 anos, 20 anos e não fizeram, não é este que tem obrigação de fazer, não é este que tem que barrar o que tem que ser feito. A minha pergunta é a seguinte: podem ficar 112 funcionários desempregados? Eu tenho três perto de se aposentarem, porque a empresa disse que vai fechar as portas e vai para Cachoeirinha. Aliás, a zona leste vem perdendo empresas, porque muitos processos param aqui por “burrocracia”, principalmente de transportes. Então, estão indo para Eldorado do Sul. E eu pedi ao Jackson para vir porque é o seguinte, eu vou baixar com todas as comunidades da norte qualquer hora dessas. É inadmissível a pouca coisa que vai para nós lá as pessoas aqui se achando no direito de barrar, nem mora lá, não pisa no barro, como é minha comunidade e o Felisberto conhece bem, para achar o que deve fazer ou não. Então, eu vou ser bem sincero, gostei do relato aqui de defesa de dois conselheiros, mas a gente precisa muito que essas pessoas continuem trabalhando, a gente precisa muito desafogar aquele trânsito lá na região. Infelizmente, tem uma engenheira dentro da EPTC que quando apresentei um projeto para fazer a Afonso Paulo Feijó uma mão só de ida e a Beco do Paris só de vir, e eu relato na cara dura aqui, ela não quis aceitar porque tem um parente dela que mora ou morava, não sei se mora ainda, no Beco do João Paris, o único prédio azul que tem lá, porque achava que ia ser uma volta de 800 m era muito com o carrinho dele, mas prejudicar um trânsito todo não é muito! Então, engraçado estar pedindo o desgravame para ser feito em outro local, que é bem do lado, para nós é uma área que a gente brigou muito para ter um posto do Santo Agostinho, mas hoje o povo está ali no Beco José Paris e nos atende muito bem. Então, nós achamos desnecessário e eu só estou dando um parecer direto de comunidades, nós gostaríamos muito que esse desgravame fosse aprovado aqui. Aliás, nós temos mais 8 avenidas lá que a gente precisa mudar o traçado, inclusive, duas dela atingem diretamente uma vila com 3 mil famílias. Será que é certo um traçado viário que está há 32 anos parado lá desapropriar 3 mil famílias? Todo mundo vem aqui, faz um discurso bonito, vamos brigar, vamos brigar. Então, ao invés da gente ficar brigando e discutindo, eu pediria que se possível pudesse aprovar. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Eu fiz o relato dessa situação e agora a ACESSO solicitou mais documentos, está dentro do seu direito, a questão é aguardar. O 4.06. EXPEDIENTE: 002.34116.00.8.4802. Eu acho que faltou número aqui, com certeza. Secretária, vamos achar o número correto, está faltando um número aqui, mas tudo bem. INTERESSADO: Motta e Selaimen Construtora e Incorporadora, valores de solo criado. O relator é a SMIM. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite, conselheiros. Eu estou solicitando diligências à Secretaria Municipal da Fazenda, porque dentro do



processo eu não encontrei a fórmula de cálculo dos valores de solo criado. Então, estou apresentando ao Conselho um pedido de diligência e consequentemente o meu parecer será dado após receber essa informação. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu fui o relator da questão do solo criado e ia acontecer exatamente essas situações, que não tinham feito alguns cálculos, que aí o requerente ia solicitar e iam por alguma proximidade ou por semelhança. O cálculo eu não sei quem da secretaria pode ajudar, na minha opinião, porque o cálculo já foi explicado da outra vez que nós votamos. O que está faltando, se não está no processo é como que foi feita essa metodologia que eles iam fazer, que é por vizinhança. Não é um cálculo da metodologia em si, porque o cálculo da metodologia já foi aprovado e a gente já relatou aqui. É como que foi feito esse cálculo na vizinhança, isso que eu quero ser, acredito que a Gisele ou a Patrícia possa te ajudar nisso aí. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu acredito que seja o cálculo original que ele está solicitando, mas ele se manifesta. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Só para esclarecer para o Sérgio. Na realidade, eu estou pedindo para que seja mostrado o cálculo, porque dentro do processo só foi apresentado o valor fechado. Então, não foi dito como foi calculado. Além disso, existe uma divergência entre planilhas e valores. Eu tenho duas planilhas no mesmo local, cada uma com um valor e o valor apresentado no processo é um valor menor do que o valor da planilha mais atual. Então, é por isso que eu estou pedindo diligência, para que eles informem qual o valor que vale, o das planilhas ou apresentado por eles sem uma comprovação do cálculo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro, está clara essa solicitação que tu colocas a questão das planilhas dos valores divergentes? **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Na realidade, eu solicito mostrar o cálculo do valor do solo criado o quarteirão tal, referido no processo. Realmente, eu não cito aqui a divergência com as planilhas, mas eu posso refazer o pedido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Eu também fiquei curioso agora quando tu levantaste porque tem essa divergência. E a manifestação do Conselheiro da Região 1, um favor. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei curioso também, porque é da minha região e eu fui um dos que analisei um processo sobre o solo criado e eu fiquei com a dúvida de qual é a metragem para a compra do solo criado? Poderia informar? Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Quanto está sendo solicitado de metros quadrados para se comprar? (Manifestações fora do microfone). Assim, como não existe relato, Felisberto, eu sugiro ao Conselheiro Relator que considere também a tua pergunta para responder no relato, que aí fica amplamente respondido. Além do mais, submete-se à diligência da Secretaria da Fazenda. Ok? O 4.07 foi distribuído hoje, o prazo de relato é para o dia 5 do próximo mês, para próxima reunião. Senhores Conselheiros, nenhum processo mais a ser trabalhado na Ordem do Dia. Se alguém quiser fazer mais alguma manifestação, podemos fazer uma pequena rodada, só não vamos abusar do tempo. Vamos estabelecer 2 minutos? Um repique? Ok! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Essa situação do solo criado, a gente sabe que tem uma legislação que foi criada para ter todo esse mecanismo de fazer essa venda do baixo adensamento, do médio adensamento, do alto adensamento. A gente não tem informação se já foi criado esse comitê gestor, que era



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

para ter um comitê gestor também para fazer a regulação desses valores. Então, a gente perde muito tempo aqui dentro do Plano Diretor, é uma coisa poderia ser sanada já através dessa legislação e já estar vendendo no balcão. A gente fica discutindo aqui o valor solo criado e não tem uma metodologia, não tem um critério. Então, fica meio complicado. Outra situação também, o número de diligências à PGM, eu acho que nós deveríamos trazer aqui o procurador da PGM, até para dar uma satisfação de como é que vai ser tratada essa inúmera quantia de diligências que está indo para a PGM e que não está sendo respondida muitas vezes. E a gente está perdendo tempo aqui com processo que fica duas, três, quatro, um mês, dois meses e não vem a resposta. Então, é importante a gente chamar sim o procurador da PGM para dar uma satisfação para este Conselho. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Está fazendo falta o Germano lá na PGM. Eu sabia que a gente ia sentir a falta do nosso técnico lá. Quem mais para manifestação? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero dizer que o fato de ir para a PGM é uma obrigação deste Conselho, ver a legalidade dos processos. E quanto a ir, eu não quero aprovar qualquer processo aqui sem um parecer oficial da PGM, para não ocorrer irresponsabilidade depois. O processo passa e tem a questão da legalidade, é um dos princípios do direito administrativo, é a legalidade dos processos que são aprovados. E há processos aqui que há lei tramitando na Câmara e vem para cá o EVU, e o próprio Ministério Público solicita a retirada e a gente sabe dois meses depois que tem um parecer do Ministério Público requerendo a retirada do processo. Então, é fundamental que a gente tenha esse cuidado. Então, é importante a gente ter esse cuidado e quando a gente pede não é para atrapalhar a análise do processo, é para subsidiar o debate e ver a legalidade do processo. E se está há tanto tempo na PGM é porque alguma coisa tem. Então, eu concordo com o que o Emerson falou de trazer o procurador, porque também tem que ter agilidade, nisso eu concordo. Agora, achar que o processo não deve ir para a PGM, no meu ponto de vista é um risco que todos nós corremos e todos nós poderemos ser responsabilizados por qualquer ilegalidade no processo que aqui votamos. E nos próximos eu vou pedir o voto nominal para que fique constando em ata quem vota. Obrigado. **Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Com relação ao envio dos processos para a PGM, Conselheiro, casualmente, nesses casos que a gente está analisando aqui a etapa de EVU, eu queria relatar para o senhor que a PGM tem acento nas comissões que aprovam o EVU, inclusive, assinando os pareceres junto com a comissão. Então, a Procuradora Eleonora, na CADAP, a Anelise na CAUGE e agora na SETAPS eu não me recordo quem é. E esses procuradores participam de todas as reuniões, inclusive, emitindo as suas considerações. Então, o senhor, na verdade, está enviando novamente para o representante da PGM na comissão para ele olhar novamente o trabalho, é isso que, na verdade, está acontecendo. Então, eu não entendo, não que eu seja contra ou a favor que tenha que enviar, mas eu vejo como um retrabalho, já que a própria PGM se manifesta no processo. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero dizer para a colega do Conselho que só mandei para a PGM porque não consta a assinatura do procurador no EVU. Então, seria bom verificar os pareceres da CAUGE sem a anuência do procurador, todos os processos, inclusive, o do Internacional não tem assinatura da PGM, do procurador. Então, teria que ter cuidado nisso, todos os processos que foram enviados por este Conselho pedindo à PGM não tem assinatura dos procuradores no EVU. Era isso que eu queria que constasse. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Planejamento Seis – RGP. 6: Obrigado, Conselheiro. Nada mais a manifestar, meus senhores conselheiros, tenham uma boa noite e um bom retorno aos seus lares.
Encerram-se os trabalhos às 19h00min.

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2825/2019

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Luana Nunes (1ª Suplente), Gabinete do Prefeito – GP; Virgínia Oliveira (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Ronie Gomes (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2821 e 2822/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h05min. 1. **ABERTURA**. Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Boa noite, senhores conselheiros. Em havendo este *quorum* damos início aos nossos trabalhos da Reunião Ordinária do Conselho do Plano. A gente não teve as reuniões nas últimas duas semanas, mas em função de um motivo importante, estávamos trocando nosso material, acho que os microfones e a caixa sentiram que estavam sendo substituídos e na última semana se



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

entregaram. Então, a gente optou por primeiro ter esse equipamento, tentando fazer uma reunião do Conselho do Meio Ambiente nesse meio tempo e tivemos que suspender, porque os aparelhos falharam muito e não ficou consignado nas atas. Então, a gente finalmente recebeu os aparelhos, novas caixas, temos microfones. Eu faço o controle aqui também dos microfones, tem controle manual aqui, a gente pode cortar o microfone a qualquer tempo. (Risos). Estou brincando! Enfim, eu acho que melhora a condução do trabalho, porque era tão agradável ficar sendo interrompido com microfone a todo instante. Acho que era um problema de anos, essa questão do microfone, desde que eu entrei aqui em e ninguém trocava. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2821 e 2822/2019.** Então, a gente dá início aos trabalhos, passando na Ata nº 2821/2019 e 2822/2019. Votos favoráveis, por favor, à aprovação da ata. (Contagem de votos = 17 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). **APROVADAS AS ATAS 2821 E 2822/2019.** Eu gostaria de saudar a nova representante da METROPLAN, a Dra. Virginia, vem em substituição ao antigo colega da METROPLAN. Importante essa integração da METROPLAN no processo de revisão do Plano Diretor. Seja bem-vinda a este Conselho, que tem um papel importante na construção da cidade. Aprovamos os projetos de impacto urbano de segundo grau. Então, não se assuste nos calorosos debates, mas somos maduros o suficiente para aprendermos com a oposição, com o entendimento contrário, estamos aí para construir e todos, sem dúvida querem o melhor para a cidade, de acordo com seu ponto de vista, sua perspectiva, sua maneira. Aberto para Comunicações, a gente teve inscrições naquele formato. **3. COMUNICAÇÕES.** Nós temos conselheiros inscritos, a gente coloca o tempo aqui. Temos um uma solicitação de fala externa da Maria Elaine Eliane Silva, do Extremo Sul, que gostaria de falar pelo Parque Agrícola Albion. Em havendo a inscrição dela no período anterior ao início da sessão a gente passa desde já à fala externa. **Maria Elaine Eliane Silva (Visitante), Região Extremo Sul:** Boa tarde. Eu sou moradora do Parque Agrícola Albion, que fica no bairro ponta Grossa de Porto Alegre. Há muitos anos nós somos considerados como zona inundada. Isso posto, não recebemos nenhuma melhoria, não recebemos asfalto, principalmente a questão da regularização fundiária que está estagnada. Há alguns anos foi aprovado um valor pela Caixa para ser feito um projeto de macrodrenagem. Em 2015 a empresa licitada entregou o projeto à Prefeitura, mas ali permaneceu. No ano passado nós conseguimos na região a informação de que o projeto foi feito, mas não teria continuidade por inviabilidade econômica. Eu comecei a visitar o bairro e o que constatamos? Na verdade, nós não somos zona inundada, nós temos vários arroios e cabais, quando as redes internas do bairro estão completamente abandonadas, não tinham manutenção nenhuma, aí a água fica parada. Agora, há questão de alguns meses nós recebemos uma limpeza nos canais da ponta, mas para nossa surpresa, nessas três chuvas que foram bem fortes, não teve alagamento. Então, o que eu gostaria que o Plano Diretor nos contemplasse? Que fossem realmente técnicos habilitados no bairro para verificar essas situações e nos tirasse da estagnação. Nós temos aprovado no Parque Albion uma AEIS II porque nós temos espaço para praça, para escola, só não temos desenvolvimento, nós estamos parados no tempo. Nem através do OP nós não conseguimos nada. Então, o que nós podemos fazer? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela manifestação. Nós estamos no processo de revisão do Plano Diretor. Nós tivemos uma oficina inicial na Região Sul. E já aproveito para comunicar que encerramos o período dessas oficinas iniciais com a leitura comunitária, os técnicos do município estão internalizando todas aquelas questões levantadas nessas oficinas para cruzar com as estratégias do plano, e oportunamente, a



gente vai fazer as oficinas devolutivas e explicar como que, tecnicamente, aqueles problemas levantados, enfim, podem ser trabalhados no processo de revisão do Plano Diretor. Então, vai ter um segundo momento que os técnicos do município irão até a comunidade para fazer essa oficina devolutiva. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu entendo que a presença da representante dessa zona da cidade nos trouxe um problema, para que não fique nenhuma expectativa de que nós não vamos fazer nada, nós somos conselheiros de entidades, conselheiros eleitos, mas, exclusivamente, essa é uma questão de gestão da cidade. Se a senhora entende que aqui é o lugar que vai ter algum retorno não vai ser, porque nós não tratamos de gestão e isso é uma coisa da administração direta, do prefeito, das secretarias. Então, eu pedi a palavra para que não fique nenhuma falsa expectativa de que nós, eu como representante do Sindicato dos Arquitetos, representante de tal entidade, que nós não vamos fazer nada. Nós não temos essa capacidade e essa competência de gestão, de fazer com que os técnicos da prefeitura vão lá e atender o Orçamento Participativo, etc. e etc. Eu fiz questão de falar para quem não fique essa falsa expectativa. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente pode inserir no processo da competência, digamos assim, deste Conselho e da secretaria que está com a responsabilidade de revisar o Plano Diretor. É como inserir esse problema de infraestrutura local, como a gente equaciona isso. É importante nesse processo de revisão que se traga essas problemáticas para a gente poder internalizar e verificar como a gente consegue ajudar no processo de revisão, que é nossa competência de revisar o Plano Diretor. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu discordo, este conselho tem que ter posição sobre as questões, porque envolve comunidades. A comunidade consegue recurso, é feito o projeto e um técnico iluminado diz que não é viável. É uma questão muito séria, este Conselho tem que pensar, porque envolve a vida das pessoas. É uma questão de limpeza dos arroios mesmo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, vai ter oportunidade no período de comunicação. Foca só na Questão de Ordem. Na sequência temos as inscrições para o período de comunicações. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa tarde. Eu fiz uma solicitação por e-mail, pertinente à revisão do plano. É uma atribuição do conselho. Tem a questão da transparência, talvez se possa ter acesso a essa documentação, ter um retorno da solicitação. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Nós temos a reunião do Conselho periódica, toda terça-feira, no nosso horário, das 18 às 20 horas. E o e-mail foi respondido, anexando os documentos que temos até, então. De fato, ele não foi ainda assinado, por isso não está publicado no site, que estamos construindo o formato. Fizemos os esclarecimentos no e-mail, apontando como que se dá esse processo e qual o estágio que ele está. A Questão de Ordem do Conselheiro Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu sugiro que a documentação que foi enviada para o Conselheiro do IAB seja enviado a todos os conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente disponibiliza para a Gabrielle a ela compartilha com os demais. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa noite a todos. Secretário, eu gostaria de um retorno sobre algumas solicitações, uma é a respeito da Macro 10, porque nós estamos preocupados. Outro questionamento, este



Conselho tem comissão de ética no regimento? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu não me recordo. Eu acho que é há uma prerrogativa de se instalar. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu fiz um print do grupo do CMDUA, que tem questões acusatórias feitas e sobre algumas questões que aconteceram na região sobre a minha pessoa. Então, tudo vai ser encaminhado o processo, mas eu gostaria de saber, tanto que acabou o grupo e eu gostaria de elucidar para ver, porque foram questões graves. É muito sério, porque quando tu acusas uma pessoa tem que ter provas, não sair como um moleque com questões aleatórias. Então, se não tem quero saber qual a formatação para tratar isso. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Vamos encaminhar para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico lá. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** É uma questão de gestão interna ali da SMDE, que coordena. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na sequência. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu gostaria de voltar ao assunto da senhora lá da Serraria. Esse é um grande problema das áreas rarefeitas, que geralmente são estradas, não tem pluvial, dá inundações ou até a água pluvial invade o cloacal, que é outro problema também. Então, é assim, de repente algo a se trabalhar, as vias estruturais da cidade não serem mais rarefeitas, não serem mais intensivas para poder promover a infraestrutura da cidade, porque que nós temos vários locais na zona sul principalmente, posso citar a Gedeon Leite, a Costa Gama, a Edgar Pires de Castro, em alguns lugares são rarefeitos e a infraestrutura nunca chega. E tem a questão também da regularização fundiária. Então, vai ter sempre esse problema de assoreamento, porque ninguém vai botar dinheiro em uma área rarefeita e o município tem sim um grande problema de atender as demandas, as do OP também. Não é porque o município não quer fazer, muitas vezes não tem o recurso para poder atender as demanda. E a inviabilidade técnica vem em razão disso muitas vezes, porque o assoreamento não tem como controlar como a rede pluvial. Onde não tem acostamento, não meio fio, não tem nada. Então, fica difícil trabalhar para resolver o assoreamento, mas é uma situação que tem que ser trabalhado na região, até porque muitas partes daquela região lá da Extremo Sul hoje é uma área rural, também prejudica mais um pouco a questão de implantar a estrutura. Quero colocar aqui também a questão do grupo. Eu até não quis me manifestar em algumas situações, mas teve sim várias manifestações em tentar desqualificar o processo que está sendo apresentado agora na revisão do Plano Diretor. Eu acho que nós temos que ter respeito, respeitar a posição, o governo trouxe uma proposta, as regiões aceitaram a proposta, discutimos a proposta, agora no meio do caminho nós não podemos mudar a regra do jogo. Eu acho que está bem claro isso. Então, nós temos que ter essa compreensão, se eu não gostei do processo é outra situação, mas não posso ir contra e de forma agressiva tentar desqualificar. A questão do mandato, em outras reuniões foi colocado que poderia ser feito por decreto para garantir todo o período para poder atender o mandato dos conselheiros, naquela falta dois 6 meses que ficamos sem sermos empossados. A revisão do Plano Diretor, eu acredito que a secretaria está fazendo o melhor possível para poder atender as regiões. A gente participou lá na reunião na Região Sul, o pessoal participou. Talvez não é tudo aquilo que a maioria queria ver, mas participo, tem esse entendimento., aqueles que não querem participar que não participem do processo, mas não podemos desqualificar o processo. Eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

só queria colocar isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Só para registrar, tivemos uma bela oficina, abrimos para mais participantes, nós reunimos 111 participantes. Então, o pessoal, digamos assim, orgânico da região. A militância política muito distante daquele lugar. As possíveis disputas que poderíamos ter foram anuladas pela grande quantidade de lideranças comunitárias que estavam lá, não havia espaço para essa discussão, que é desgastante. Nós gostaríamos muito e as lideranças estão me cobrando a segunda etapa, com os dados que nós levantamos e continuar a discussão. Então, só para registro e obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Realmente, conselheiro, foi bonito de ver, assim como em outras regiões. Acho muito positivo e a gente tem que alcançar outros *players* da sociedade. A gente está organizando esses dados para quando estiverem organizados disponibilizarem no nosso site, enfim, a todos os conselheiros, a partir do momento que a gente organizar essa informação que foi produzida. Assim que tiver organizado iremos disponibilizar para todos os conselheiros e para a sociedade em geral, como é a obrigação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. A questão da lista de presença ser disponibilizada, bem como a apresentação no PowerPoint que eu solicitei e que eu aguardo resposta. E do SEI, do processo do SEI está respondido agora, porque estão preparando os dados, depois vai ser disponibilizado. Então, só gostaria de ter a lista de presença e a apresentação do PowerPoint que foi feita na abertura da oficina da RGP1. E para complementar participaram 70 e poucas pessoas, exatamente as pessoas que são chamadas de contra o processo. A maioria era essas pessoas. Apenas para colocar e eu gostaria que isso constasse em ata e eu não iria me furtar de dizer que 90% dos participantes da oficina era desse grupo que são contestados muitas vezes como contra o processo. Apenas para deixar isso na memória deste Conselho obrigado. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O último inscrito. **Sérgio Koren (1º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** (Manifestação não captada pelo microfone). Eu até nem ia me manifestar, mas acho pertinente fazer o registro de um tema que eu acho muito importante para a Cidade de Porto Alegre. São vários temas aí que a gente sabe que tem que melhorar. É sempre mais fácil a gente sentar o pau. É importante dizer e por isso estou pedindo a palavra para parabenizar essa iniciativa dos colegas que são diferente ramo da arquitetura, em relação ao decreto que isentou as vagas de estacionamento na Cidade de Porto Alegre. Sei que é um tema bastante controverso, sei que tem várias opiniões diferentes da minha, mas eu faço questão de fazer o registro, porque é fácil a gente criticar, mas eu acho importante parabenizar essa iniciativa. Eu vou tentar colocar o que acho sobre isso. Isso é uma modernidade, é algo que todos sabem que é uma tendência mundial e no Brasil a gente tem como rótulo a capital que sempre é a última a tomar qualquer iniciativa. E sabemos que estamos atrasados em vários temas, que devemos melhorar muito. E nesse aspecto que, obviamente, em uma análise superficial, a gente pode imaginar sim. Todos são sabedores do tema que estou abordando, a redução, a isenção do processo e hoje será possível para qualquer projeto novo que a cidade possa vir a ter. Então, essa redução de forma muito imediata, mas eu diria, poxa vida, vamos ter um problema urbano, um problema de trânsito que a gente já sabe que o problema é grave. Só que a gente internet que dar um voto de confiança para alguém que chegou à conclusão que vamos criar este momento de discussão, talvez nesse primeiro momento até confirme, não tenhamos dúvida que pode acontecer neste momento inicial. Eu vou tentar exemplificar, hoje a



maioria dos projetos dos empreendedores é que a função de arquitetura não é voltada para as pessoas, para quem faz projeto em Porto Alegre eu pego o terreno maior para atender uma demanda sazonal, que é a Minha Casa Minha Vida. Eu não inicio o projeto pensando no produto que ali vai ser posto, se é um apartamento de um, dois ou três dormitórios. A gente inicia um projeto com um único objetivo, eu tenho que colocar vagas neste terreno. E um belo momento deste projeto, poxa vida, agora tenho que projetar o apartamento de um dormitório, de dois, de três, é fato. Então, a gente muitas vês inviabiliza a grande parte dos terrenos mais centrais, que a gente recebe a demanda do empreendedor e não consegue viabilizar. Então, hoje terrenos mais próximos do centro, que é uma tendência, não vou discutir com outros urbanistas que não concordam comigo. Estou dando a minha posição. Nós vamos ter condições nos próximos anos... (Sinalização de tempo esgotado). Aí vamos ter condições de fazer para Minha Casa Minha Vida, porque se ele não estiver dentro de uma faixa salarial eu preciso de uma vaga por unidade. Isso é absolutamente impossível viabilizar empreendimentos em terrenos que tenham uma geografia mais próxima e por isso que eu falei que neste momento talvez exista o conflito. Isto é um pensamento modernista, sabemos que os novos empreendimentos não devem ter mais uma vaga por... (Sinalização de tempo esgotado). Desculpa. Finalizando, eu quero dizer que o empreendedor hoje vai botar três vagas por unidade, para aqueles empreendimentos que se tiver, aquele morador vai comprar aquela unidade. Eu trabalho muito com Minha Casa Minha Vida, vamos com certeza viabilizar muitos terrenos que não tem condição de chegar na mão do empreendedor. Obviamente, aí esse proposta não chega na mão da população. Era isto, estou parabenizando a prefeitura. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. De fato o Plano Diretor de 2010 previu essa possibilidade, deixou essa alternativa, mas isso se modificou em relação á mobilidade. Como uma tendência mundial, uma cidade para as pessoas e não mais aos carros foi alterada essa previsão, justamente para tentar aproveitar melhor a infraestrutura existente. A gente tem a revisão do Plano Diretor em seguida, é uma espécie de teste que a gente faz deixando mercado regular, mas foi muito bem recebido pela comunidade como um todo, enfim, seguindo uma tendência urbanística do mundo todo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como é um assunto polêmico, para não ficar assim, poderia fazer uma colocação? (Manifestação não captada pelo microfone)... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Nós temos uma metodologia onde se tem as inscrições prévias, mas a gente tem que adivinhar o que alguém vai aqui falar e não pode se manifestar. Nós tivemos aqui mais de 30 minutos do início da sessão. Se nós contássemos que o controle do cronômetro é fiel, seriam 30 minutos para os conselheiros, mas há uma desproporcionalidade total na condução dessa mesa. Então, eu quero me manifestar contrária a esta metodologia, assim como a extinção do que foi posto, do grupo, porque é uma decisão unilateral. Ou seja, a secretaria entende que não é um meio oficial de falarmos com a secretaria, mas para receber uma lista de transmissão é possível. É contraditório. Então, quero deixar este registro da forma como está sendo feito. então, temos 80 minutos se sessão, 3 minutos para cada conselheiros, que alguns falam mais, outros menos, mas depois o secretário fica fazendo defesa, uma fala em cima, o que causa esta desproporcionalidade. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheira. Fica consignado, continuaremos com o trabalho nesse sentido, porque foi assim deliberado, a gente vai ter respeito... (Manifestação fora do



microfone). Este plenário deliberou. Conselheira, nós deliberamos quando a gente trocou o horário das 14 horas, estava o seu suplente. Então, foi no sentido de construir, a gente migrou do horário da tarde, a gente optou por estender para as 18 horas para que todos possam participar das reuniões, mas iríamos nesta dinâmica fazer as inscrições de uma forma anterior, para que houvesse o encerramento das inscrições antes do início, porque senão de fato ficava aquele debate, cada um falava uma coisa e se sentia prejudicado, o outro conselheiro pedia inscrição e a gente não dava segmento. Então, quem tem interesse no período de comunicação faz inscrição, a gente encerra a inscrição, dá oportunidade para todos falarem, depois encerra e dá seguimento nas pautas. E, conselheira, enquanto Presidente deste Conselho a condução dos trabalhos me cabe. Então, toda a justificativa, esclarecimentos que entender necessário fazer para cada ponto levantado, nós seguiremos fazendo porque é do trabalho da presidência deste Conselho.

Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Há uma grande diferença entre condução e imposição. Alguma Questão de Ordem?

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: É uma Questão de Ordem. Secretário, eu acho que este Conselho deve primar pelo debate de ideias. E quando são colocadas idéias, eu acho que merece um contraponto para não ficar, porque se diz “é uma tendência mundial”. Não é verdade, não é verdade! A tendência mundial são estacionamentos subterrâneos, que Porto Alegre não tem nenhum estacionamento público subterrâneo. Então, ficam minhas verdades... **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas nós podemos depois do período de comunicação...

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Mas isto não é comunicação, é um debate de idéias.

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Mas nós não pautamos. O conselheiro usou a sua fala no período de comunicação, não é uma pauta. Talvez a gente pudesse colocar como sugestão de pauta este debate aqui no conselho.

Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Isso deveria ser um assunto para a revisão do Plano Diretor, nós por um decreto impositivo. Eu até acho que tem mérito este decreto, não tive oportunidade de falar. Tem mérito em regiões da cidade, na área central, só que no mundo inteiro tem milhares de estacionamentos subterrâneos e Porto Alegre não tem nenhum. Daqui uns anos nós vamos estar brigando por que os carros estão em cima das calçadas, mas tudo bem.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: É um tema polêmico. Na beira do rio tem um empreendimento com 3 andares de garagem. É uma questão de engenharia estrutural. Agora, é um assunto que deve ser debatido com a sociedade...

Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: não vamos polemizar, conselheiro. Então, passamos à pauta.

4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.01. O expediente não retornou lá da PPDC da Procuradoria. Está em período de diligência. O item 4.2 da pauta. Eu peço, como a gente tem uma agenda agora, em seguida, eu e a Conselheira Patrícia, para o nosso vice-presidente assumir a condução dos trabalhos.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Dando continuidade. O **ITEM 4.02**, esse processo também não voltou. O **ITEM 4.03**, aguardando o retorno da PGM. **ITEM 4.04**, duas diligências, a primeira da PGM foi atendida e ele encontra-se na SMDE para atendimento. **ITEM 4.05**, aquela situação que nós comentamos na última reunião das dificuldades que nós estamos tendo para ter atendimento dos processos que estão no



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

arquivo municipal. **ITEM 4.06**, valores do solo criado, foi solicitada uma diligência à Secretaria Municipal da Fazenda e está com Conselheiro Cotta. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**: Boa noite. Eu recebi agora das mãos da Gabrielle e solicito prazo para analisar a informação que foi entregue hoje. Eu quero apresentar o meu relatório na semana que vem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Tranquilo, tu recebeste hoje as informações. **ITEM 4.07**, o relator é o **SENGE. EXPEDIENTE 002.341661.00.8. INTERESSADO: EDMONTON COMÉRCIO E SERVIÇOS. ASSUNTO: APROVAÇÃO EVU. Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**: Boa noite. Eu gostaria de solicitar que esse processo fosse relatado na próxima sessão, uma vez que é um processo bastante complexo, inclusive, com a apresentação do empreendedor para demonstrar o empreendimento na área a ser implementado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Então, fica agendada a apresentação do empreendedor nesse processo, até para embasar o relato. **ITEM 4.08**. O interessado é o Sport Club Internacional, assunto aprovação de EVU, relatora RGP 7. Vai ser distribuído hoje. Senhores Conselheiros, acabou a nossa pauta. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**: Quero reiterar a solicitação à secretaria do porque foi retirado o processo do Internacional, que até agora não nos foi fornecido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Ok, oficie-se a PGM para trazer as informações. Obrigado. Uma boa noite.
(Encerra-se às 19h45min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2826/2019

Aos vinte seis dias do mês de novembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e primeiro vice-Presidente, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (1ª Suplente), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Virgínia Oliveira (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2823/2019**; 3. **APRESENTAÇÃO EMPREENDEDOR – EDMONTON COMÉRCIO E SERVIÇOS**; 4. **COMUNICAÇÕES**; 5. **ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Vamos dar início aos trabalhos. Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**: **QUESTÃO DE ORDEM**. Eu queria, já que no sábado, às 23:54 faleceu em Porto Alegre o Clóvis Ilgenfritz da Silva, o arquiteto que foi Secretário Municipal de Planejamento, Vereador, Presidente da Câmara de Vereadores, Deputado Federal. E trabalhou nesta Secretaria, tem uma foto ali para quem não sabe, ele foi secretário desta Secretaria Municipal de Planejamento, um grande



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

arquiteto, trabalhando com assistência técnica para habitação de interesse social, com visão de sociedade igualitária. Foi homenageado no 21º Congresso Brasileiro dos Arquitetos, teu colega, Gomes, e colega de muitos aqui. Então, eu queria pedir que ao invés de fazermos 1 minuto de silêncio, que fizéssemos um minuto de salva de palmas em homenagem a esse grande arquiteto, grande secretário, político e além do mais um cidadão que honra muito esta cidade. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Complementando, inclusive, eu ia propor também algum tipo de homenagem ao Clóvis. Eu, particularmente, fui amigo dele, a gente ainda tem o Whats, que eu comentei que o Clóvis dedicou a vida profissional à questão sindical de uma maneira muito importante. Destacou ainda o Presidente do Sindicato dos Arquitetos, ele foi um grande batalhador, ele foi um dos fundadores da Fundação Nacional de Arquitetos. Felisberto, todas as campanhas que o Clóvis fez, de vereador a governador do estado, porque ele foi candidato, houve um grupo de arquitetos, independente de partido, ele não dependia do partido, porque era petista na época, fundador como ele, junto com ele, nós o apoiávamos em todas as eleições, independente do partido, pela dedicação. E eu registrei nessa manifestação que o Clóvis, poucos que restavam, que honravam a hombridade do cidadão quando entra para a política. A homenagem é muito bem vinda e vamos fazer isso por 1 minuto de aplauso ou algo que seja semelhante a isto. (Aplausos). Os Conselheiros que chegaram um pouquinho atrasado, esta foi uma homenagem ao Arquiteto Clóvis Ilgenfritz pelos bons serviços prestados à sociedade gaúcha e brasileira. **Júlia Freitas (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Eu gostaria de solicitar a inversão de pauta para que a Ordem do Dia venha antes de Comunicação. Eu tenho outra reunião concomitante com o conselho, não gostaria de perder a ordem do Dia, se possível. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, eu levo ao plenário a solicitação da colega da EPTC, de fazer a inversão da pauta de comunicação depois da Ordem do dia. Então, coloco em votação, quem é a favor de fazer a inversão de pauta, por favor, que se manifeste. Por maioria, não precisa nem contar. **APROVADA A INVERSÃO DA PAUTA. 2. VOTAÇÃO DA ATA 2823/2019.** Quem é a favor da ata, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 15 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). **APROVADA A ATA 2823/2019. Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Nós estamos terminando o mês de novembro e tem as atas para serem votadas de 2797, 2798, 2799... Este ano não pode deixar passar, senão vamos passar para 2020. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu vou fazer uma solicitação ao meu auxiliar aqui de uma previsão das atas. **Gabrielle Aquino, Secretária Executiva:** Não é com ele. Não tinha registro de preço. Eu abri um SEI solicitando para ver e a gente conseguia um registro de preço para ver se a taquigrafia fizesse esse registro. Porém, como eles não tinham comprado na época não há essa possibilidade. Então, a gente vai ter que providenciar atas resumidas. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Resumindo teria que fazer um aditivo ao contrato atual. Então, faça-se o resumo das atas, como eram feitas há 3 anos atrás. Esclarecido, Paulo Jorge? Eu também fiquei esclarecido, não sabia dessa questão. Conselheiros, a Arquiteta Sandra vai apresentar o próximo item de pauta: **3. APRESENTAÇÃO EMPREENDEDOR – EDMONTON COMÉRCIO E SERVIÇOS.** É o Expediente 002.341661.00.8, é uma aprovação de EVU. Pela complexidade do projeto a mesa entendeu, solicitou, inclusive, comunicou na última reunião a necessidade de trazer a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

96 empresa para apresentar o projeto para facilitar o nosso entendimento depois, para
97 relatos, vista e tal. Por favor, arquiteta, esteja a vontade. **Sandra, Arquiteta:** Boa tarde. Eu
98 estou aqui para apresentar um EVU da Edmonton. Eu acho importante desde o início
99 vocês saberem que a Edmonton é uma das subsidiárias da Havan. Então, o que nós
100 vamos ver aqui é um centro comercial que possui duas grandes operações, que vai ser
101 construído para duas grandes operações, uma operação da Havan e uma operação da
102 Comercial Zaffari, não é do Grupo Zaffari, é da Comercial Zaffari Passo Fundo. E com
103 mais duas pequenas outras operações. Eu vou tentar ser bem explícita. Nós tratamos isso
104 com muita atenção dentro da CAUGE, até porque é uma zona bastante especial da
105 cidade, nós estamos no que a gente chama Landell de Moura, na antiga sucessão Landell
106 de Moura. Então, as coisas que nós vamos se falar, vocês vão ver, são muito mais coisas
107 de estruturação urbana do que de edificação. Na verdade, a gente não pede nada, está
108 tudo dentro da norma, altura, implantação, mas é um EVU de segundo grau e em uma
109 área bastante especial da cidade. Primeiro a gente tentou que as imagens fossem as mais
110 claras possíveis, mostrando para vocês, nós temos em cima a Freeway, no sentido
111 horizontal. No sentido vertical nós temos a Assis Brasil. Isso é a fábrica da Coca-Cola, isso
112 aqui é o traçado da Fernando Ferrari. Aqui nós temos o bairro Sarandi, que se desenvolve
113 mais ao sul. Aqui nós temos uma visão mais geral de onde isto está em Porto Alegre.
114 Entendendo aqui a rótula em volta da BR-116. Aqui é a Assis Brasil, essa nossa rótula da
115 Assis Brasil com a Freeway. O que acontece? Landell de Moura, na verdade, é tudo isso
116 aqui, nós fazemos parte de uma subárea e existem diversos empreendimentos que estão
117 sendo desenvolvidos, principalmente pela Ipiranga Ábaco. Houve, digamos, um
118 alinhamento do pessoal da CAUGE no sentido de agente se conformar o máximo possível,
119 de alinhar os empreendimentos para que a estruturação urbana fosse melhor. Aqui vocês
120 vão ter de novo só a implantação. Aqui nós já temos uma pista da Fernando Ferrari. Esse
121 perímetro que nós vamos enxergar até lá são os dois terrenos que somando esses 59.000
122 m vai estar o empreendimento. Vocês vão ver que algumas intervenções,
123 complementações, várias complementações várias a gente vai fazer. Isto é uma vista
124 aérea, está aqui a Assis Brasil, a entrada da Fernando Ferrari e aqui a fábrica da Coca-
125 Cola. O projeto é extremamente simples, nós temos um prédio onde vai ter a Havan, que a
126 gente chama de Edificação 1, nós temos um prédio em que vai ter a Comercial Zaffari e
127 duas pequenas operações, que, provavelmente, é um *drive thru* e um restaurantezinho em
128 container, tipo um Madero. Em função deste tamanho todo, nós temos um EVU de
129 segundo grau. Então, o projeto consiste no centro comercial com área adensável de
130 21.000 m, classificando-se em um projeto especial de impacto urbano de segundo grau
131 para o seu porte e número de vagas. O empreendimento conterà também um pequeno
132 restaurante *drive thru*, que também sempre é objeto de EVU. É por isso que a gente cita
133 ele, apesar de ter 200 m. São atendidos todos os padrões urbanísticos, não se
134 demandando flexibilização de nada. Então, só para vocês terem uma ideia do que são as
135 edificações. A Edificação 1, que é uma loja de departamento, a Havan é, oficialmente, uma
136 loja de departamento. Nós temos dentro da área computável que acontece aqui neste
137 andar a parte de loja propriamente dita, depósito, administração, funcionários, nós temos
138 10.000 m e depois um estacionamento aqui embaixo. Tudo dentro das alturas, esta linha
139 vermelha é a altura conforme o Plano Diretor. A segunda edificação é um supermercado
140 com depósito, funcionários, administração que, dá 10.600. No térreo a gente tem a loja e
141 um pequeno estacionamento de conveniência coberto, além de muitos estacionamentos
142 fora, são 990 e poucos estacionamentos. E no mezanino área de funcionários e
143 administração. Esses são os pequenininhos, que eu chamo, que é um restaurante *drive*



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

thru de 324 m e uma edificação de restaurante, que, provavelmente, em container que vai ter 227. Para vocês terem ideia, os empregos gerados na construção são 550 diretos e 800 indiretos, os empregos gerados na operação 330 funcionários e mais 400 indiretos. Os investimentos nesta operação que vocês vão ver, que nós vamos apresentar aqui, são da ordem de R\$ 8 milhões. Esses investimentos são resultado de uma interação supergrande com todas as secretarias, no intuito de estruturar a área e de não haver nenhum impacto negativo com a implantação, além dos dispositivos de emprego, renda e etc. Do entrono eu já falei, é parte da antiga Associação Landell de Moura, assim como a fábrica da Coca-Cola, a região vem sendo reurbanizada nos últimos anos, através de empreendimentos de comércio e serviço. Existem algumas grandes lojas e locais de serviço, a Motorola, é uma área que tem uma utilização para comércio e serviços importante. Projeto de loteamento, que são os projetos da Ipiranga Ábaco, projetos residenciais entre outros. Já conta com uma estação de tratamento de efluentes e diversas melhorias na rede de drenagem. O que acontece? Durante esses anos, tanto a Coca-Cola trabalhou bastante na rede de drenagem e na estação de bombas número 9, como a Ábaco neste tempo, não sei exatamente como que foi se tratando isso, mas existe uma área onde já está operando uma ETI. Então, o nosso Centro Comercial irá colaborar fortemente com a estruturação da área através de medidas importantes, determinadas no Estudo de Viabilidade Urbanística. Então, vamos praticamente esquecer os prédios, é tudo muito normal, mas nós vamos trabalhar a estruturação. Então, uma coisa importante, o mundo não é só o que a gente quer, o mundo é o que ele é de verdade. Principalmente a Havan, que é proprietária de um dos terrenos, estava extremamente preocupada com os custos de implantação, de fato eles não solicitaram desde o início para iniciar os projetos de infraestrutura até antes de apresentar para a CAUGE. Então, iniciou-se com o meio ambiente, iniciou-se com rede de drenagem e se iniciou com a parte de tráfego até antes de aparecer isso na prefeitura, para efetivamente conhecer o local e saber qual é o limite de estruturação que era possível tratar. Então, EPTC, tráfego, foi realizado um estudo de impacto de tráfego com levantamentos do sistema atual, demandas futuras e impactos, diversas interfaces com a EPTC e análises pela CEPAC. Isso foi duas ou três idas e passagens, entra por um lado e sai pelo outro. Foram utilizadas como base os planos viários já propostos pelo Município para a área. Assim, só para vocês entenderem, está aqui o nosso empreendimento, uma das coisas que foi muito estudado e levantado foi isto aqui e, por outro lado, inclusive, chegadas e contagens pela descida da Freeway. Então, aquelas questões normais, volumes, etc., viagens diárias, o resultado é a realização das intervenções que melhora as condições de circulação, mitigando totalmente os impactos. Eu acho que explicar o estudo não há muita necessidade. Vamos mostrar quais foram as intervenções que a gente está realizando. Então, viário, EPTC, CEPAC, execução do plano funcional, sinalização viária, sinalização semafórica, sinalização horizontal e paradas seguras. Atendimento do Plano Diretor Ciclovitário, ciclovia, equipamentos e instalações para central de controle. O que a gente está fazendo que é importante todos nós sabermos? Nós estamos, primeiro, melhorando todas as condições da Fernando Ferrari, mais adiante ela vai continuar para lá, que é nas áreas vinculadas principalmente à Ábaco. Então, a gente alarga aqui. Antes todas as passagens eram feitas por aqui e a Fernando Ferrari tinha duas mãos. Então, nós já estamos implantando a Fernando Ferrari em uma segunda pista completa e definitiva, todas as questões de tráfego estão sendo realizadas aqui. Tem pontos até de ônibus que é provável que utilizem, em vez de fazer uma voltinha que acontecia, que já utilizam para esse lado. Todos com paradas seguras, com ônibus. Uma ciclovia nós atendemos exatamente nesse sentido, o que a prefeitura tem como plano para o traçado da Fernando



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Ferrari. Então, muito rapidamente vão aparecer um a um quais são essas questões, faixas de desaceleração acontecendo nas duas entradas, faixas de desaceleração na Assis Brasil e alargamentos em direção ao canteiro central da Assis Brasil, como se a gente criasse mais uma pista simplificando. A execução dessa nossa pista norte da Fernando Ferrari, com as nossas entradas e saídas. Aqui foi pedida toda a verificação das questões dos caminhões, dos giros dos caminhões, porque por aí se faz o acesso da Coca-Cola também. Na verdade, nós estamos fazendo a porta de todo um desenvolvimento naquela área. Também os detalhamentos. Depois, em termos de meio ambiente a gente iniciou os estudos, na verdade, há quase um ano. E quando a gente já apresentou a LP, até apresentamos uma LP com um material supercompleto, com todos os estudos de meio ambiente, biótico. A gente trabalhou sempre muito na frente. Então, foram utilizados levantamentos e estudos preliminares relativos à análise do meio ambiente natural, solos, impactos urbanos, a licença prévia foi emitida em 26/07. Todos os estudos e documentos estão prontos para o protocolo da licença de instalação, que, provavelmente, vai acontecer amanhã. Foram realizados todos os trabalhos de fauna, flora, movimentação de terra, análise de solo, tudo tratado. Vocês têm uma visão um pouco maior das áreas de influência, anuência do da zona... Como é que se chama? De preservação ambiental, tudo. Isto é um pouco a explicação, a visão do tempo do que vem acontecendo com essa área. Nós estamos aqui, aqui é a ETI, aqui alguns trabalhos acontecendo nessa área, eles estão aterrando algumas áreas. Então, tem algumas imagens de como é lá dentro, hoje tem alguns cavalos pastando na frente dessa área. Está aqui a licença prévia. E agora vamos para outra situação, outra coisa importante de estruturação da área, que é a parte da macrodrenagem. É um dos pontos mais importantes em termos de análise e verificação para isso. Selecionamos um profissional com profundo conhecimento da área. Não foi fácil, pessoal, realizamos um levantamento cuidadoso de todos os canais existentes. A gente tem 6 km de canal levantado, estão todos já com o DEP, todas as verificações, está tudo com ele, inclusive, da capacidade da Casa de Bombas, que é a capacidade da Casa de Bombas, que é a Casa de Bombas nº 9. Nossa interface junto a SMIM, SMURB, foi intensa, buscando a melhor resposta às necessidades da região. Então, tem toda uma visão macro, também algumas imagens, inclusive, da Casa de Bombas nº 9, qual era a capacidade dela de receber a nossa água, etc. e etc., é em um estudo enorme isso aí. Aqui eu queria que vocês prestassem atenção nesse mapa, ele começa com as partes, com tudo que a gente levantou de que existe. Basicamente, a Coca-Cola já vem trabalhando com esse canal, que é do lado da Freeway e esse canal é pequeno, mas está em ótimas condições, a Casa de Bombas está muito bem, obrigada. nós levantamos tudo isso aqui e nós vamos intervir nisso aqui e levantamos tudo isso aqui também. Então, só para vocês entenderem, onde está marcado de asterisco aqui é onde nós vamos ter um braço novo de canal, de aproximadamente 330 m, já compatibilizado também com futuras ampliações da Assis Brasil. Depois, esse lado 6 nós estamos usando um canal existente que estava sem manutenção e nós estamos ampliando o canal. No está escrito 7 nós estamos ampliando o canal existente. Basicamente, é um canal de 8 m com seus taludes, e onde as coisas ficam mais apertadas, que é difícil de passar, o canal é solucionado com gabião, tudo dentro dos padrões. O que é importante é que nós vamos também limpar todo esse canal. Na verdade, eu acho que a gente limpa desde aqui, tem 3.000 m, mais ou menos 3 km do canal que fica aqui ao norte do bairro, que foi solicitado que um dos grandes problemas da região era a parte de manutenção e dragagem. Então, nós vamos tirar todas as macrófitas que estão nesse canal, melhorando bastante a qualidade de vida aqui para baixo. Não temos problema de rede de água, é relativamente próxima. Houve



sempre um cuidado do DEP para que a gente usasse a ETI Sarandi. Então, nós vamos com algumas opções, mas é mais provável que a gente vá bombear o esgoto, um leito da futura Fernando Ferrari até aqui. Eu não sei se vocês tem alguma dúvida. Digamos assim, o que resulta é isso. Em termos de arquitetura a gente acha que é muito simples, que a estruturação urbana que a gente acha que é o ponto mais importante disso aí. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, arquiteta. Vamos abrir para inscrições. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa tarde a todos. Boa noite. Eu fiquei em dúvida, até estávamos conversando aqui em paralelo que ficou confuso, para mim pelo menos e para os colegas, quando tu falas muito em “nós”, “nós estamos fazendo”, “nós” quem se o empreendimento não está nem aprovado? Como estão fazendo? Ficou confuso, não sei. E em relação às contrapartidas? Eu acho que houve uma mistura, sem querer tu misturaste o que é “nós”, “nós” é um loteador? Porque se esse empreendimento está em estudo de viabilidade não pode estar fazendo nada além de projetos. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Aproveitando o que o Conselheiro Hermes falou sobre contrapartida, esse empreendedor trabalha com muitas mulheres. O que eu queria dizer é o seguinte, para essa região ou para as possibilidades desse empreendimento se faz necessário a construção de uma creche para que as trabalhadoras possam deixar os filhos ou que se faça um convênio com alguma creche próxima do local. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei com algumas dúvidas e eu queria que esclarecesse, porque isso é uma área de alagamento. Ouvi falar que houve aterros. Qualquer que tipo de aterro? Qual foi a movimentação? Porque de certa forma está alterando o ambiente natural. Eu não sei se houve um estudo de impacto ambiental ainda para avaliar todo o impacto dessa obra, que não é pequena, uma área de 59.000 m de área, que é o início, depois tem a questão do loteamento. Eu não sei se isso também está envolvido, porque alguns projetos chegam aqui por etapas. Primeiro chega a comercial e depois chega a área habitacional ou vice-versa. Depois eu não sei se vai ter o relato, se tiver o relato eu vou querer vista do projeto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Arquiteta, responda a este bloco e depois a gente continua no questionamento dos conselheiros. **Sandra, Arquiteta:** Desculpa se eu me expressei mal. Quem somos? Quando os arquitetos se envolvem em um projeto a gente acha que o projeto é da gente. Bem claramente, houve um EVU, o EVU passou pela CAUGE, que teve uma aprovação, um parecer positivo na CAUGE, a gente acredita que vai construir tudo isso. O que acontece? A gente entende que todas essas ações, principalmente em termos de drenagem e em termos viário e demais, de dragagem e etc., vão fazer parte, primeiro de, um termo de compromisso, que é relatado, é redigido com base nos termos do parecer da CAUGE, que já existe, está no processo. Então, a gente acredita que o projeto vai seguir, depois disso, digamos, o termo de compromisso é assinado, depois do termo de compromisso assinado todos os projetos são realizados, são todos aprovados, os projetos urbanos e realizados como qualquer outro grande empreendimento. Bem, Hermes, eu não sei se respondi a tua pergunta. As contrapartidas, o que existe de definição no parecer da CAUGE é exatamente o que é apresentado nesse local, quer dizer, diversas intervenções em termos de drenagem urbana, diversas intervenções em termos de circulação, diversas exigências em termos de onde largar o esgoto, diversas exigências, inclusive essa solicitação de dragagem, saneamento do canal da Estação de Bombas nº 10. Esses são os pontos que são demandados em termos de análise da CAUGE e de todas as secretarias. Quanto à construção de uma creche, eu



acho que isso, digamos assim, nós estamos seguindo o caminho natural da Prefeitura, não houve essa demanda, não aconteceu dentro da CAUGE, mas, digamos, a gente só pode construir o que a Prefeitura nos deixa também. Então, Felisberto, deixa eu colocar a primeira coisa, eu sou arquiteta da Edmonton, que é a subsidiária da Havan. Esse terreno tem dois proprietários, um proprietário é a própria Havan, através da Edmonton, mais outro terreno mais ao sul. Eu não trabalho para a Ábaco, ao contrário, eu conheço muito bem o Aldo, o que eu acho que foi muito importante é a Prefeitura conseguir reunir, concatenar e planejar que o conjunto de empreendimentos vai estruturar a área. Eu não tenho nenhuma relação com o loteamento. Este loteamento, que a gente sabe, está hoje na SETAPS. Então, não temos nenhuma relação, os proprietários não são os mesmos, não existe um plano conjunto. A única coisa que foi muito interessante, por exemplo, o leito da Fernando Ferrari como um todo pertence, digamos, ao grupo da Ábaco, eles já estão doando para que se inicie as obras da Fernando Ferrari. Então, o único alinhamento é um alinhamento no sentido de estruturação urbana, e foi inclusive proposto pela CAUGE, que eu acho que é esse o trabalho da CAUGE com a SETAPS, construir a cidade. Em relação a essa questão de alagamentos, aterros, essa alteração ambiental, essa área já está toda antropizada. Foram realizados os aterros em outros locais, inclusive, até tem diversos aterros aprovados dentro daquela área, tanto de construção civil, quanto de áreas até do aeroporto, de solo do aeroporto que está sendo retirado, no sentido de levantar. Essa área está do lado de dentro do polder da cidade, logo ela é uma área protegida. A exigência do município é que se tenha um nível mínimo de 4m20cm, que é a definição... São 3 m. Desculpa. Então, isso é uma área, efetivamente, urbana. Todos os estudos de meio ambiente foram iniciados antes. Havendo o estudo de impacto ambiental sim, está havendo licença prévia, licença de implantação, licença de operação e bastante avançados, como eu havia dito. Os estudos eles levaram em conta a parte de geologia e toda a legislação referente a isso. E quem trata disso é a SMAMS. Então, eu acho que mais detalhes, inclusive, muitos dos estudos estão dentro de EVU, se vocês vão ter vista, vista conjuntas, eles estão ali dentro, mas existe um pedido de LI, existe toda a parte do impacto ambiental, que é dentro da SMAMS e não é no projeto *a priori* que a gente trata aqui. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Dando continuidade, o Conselheiro Emerson do OP. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Essa área vem de algum outro fracionamento ou vai ter doação, recompra? O que foi comentado aí, que a gente tem conhecimento, essa infraestrutura apontada é mitigação, não é contrapartida social. Então, não existe contrapartida social para essa proposta? Então, seriam essas as minhas duas colocações. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa tarde. Bom, é importante, vou levar como sugestão do colega Adroaldo para que a gente tenha algumas sugestões e definições na nossa região das contrapartidas que nós queremos e precisamos, como bem me lembrou meu conselheiro suplente, que está presente hoje. O questionamento era, que eu observei ali a questão viária para atender o entorno, preocupou o tráfego de caminhões, se vai ser separado. Eu estou vendo as plantas aqui, não acredito que são suficientes para o tamanho das docas. Seria interessante olhar isso. Era isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Mais alguma manifestação? **Sandra, Arquiteta:** A primeira questão foi se tem recompra. Pela legislação de Porto Alegre, áreas comerciais podem utilizar todo seu índice de aproveitamento sem haver necessidade de doação ou recompra. Houve sim um grande parcelamento do solo,



há muitos anos, que trafegou pela secretaria, era famoso e algumas áreas estão reservadas para doação e algumas áreas já foram empreendidas e algumas áreas como a nossa estão prontas para empreender. Inclusive, a Coca-Cola que passou, eu cheguei a ser conselheira e eu tive comigo o processo da Coca-Cola, que na época não tinha uma matrícula. Então, de pouco a pouco estão sendo separadas essas matrículas. Esses proprietários tem essas duas matrículas e essas duas matrículas podem ser utilizadas. A gente acredita que no todo existe uma estruturação urbana que vem sendo realizada, mas não está na minha mão. Em relação a contrapartidas sociais, o que eu queria dizer? O que a gente está habituado, nós como arquitetos e usuários é que os empreendimentos devem mitigar o seu impacto, eles devem fazer ações para que todo seu impacto seja mitigado. É isso que está escrito na legislação. A questão de contrapartidas sociais, a gente sempre quer fazer coisas boas, tanto que foi uma solicitação nós sanearmos para a vila que existe abaixo o canal, mas, digamos assim, não é do meu conhecimento, como existe isso por lei. Eu conheço mitigação quando a gente não consegue mitigar, que foi o que a gente conseguiu fazer, aliás, um pouco mais, porque eu acho que a gente está atuando na estruturação da região, aí se faz alguma compensação, normalmente é com isso que a gente trata. Em relação à pergunta do Jackão da RGP. 3, existem sim caminhos em separado para as docas. Assim, a parte de caminhões entra por aqui como se fosse uma via em separado da via que atende a Coca-Cola. A Havan usa só uma carreta/dia, é uma coisa muito diferente do que a gente está habituado, eles têm centros de distribuição regionais e todas as lojas recebem tudo que foi vendido no dia seguinte para completar os estoques. Por outro lado, a Comercial Zaffari de fato tem cinco ou seis locais de doca, que são todos com manobras internas. Então, é tudo separado, os carros entram para cá ou por aqui, ou por ali, os caminhões são por aqui. (Manifestação fora do microfone). Não, mas eu estou duplicando, a Fernando Ferrari vai ficar com duas vias de três pistas cada um. Só tem esta aqui, a gente alarga os tempos e constrói três pistas. Tudo isso é muito grande. (Manifestação fora do microfone). Não tem estátua. Se vocês quiserem peçam estátua. (Risos). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Arquiteta, muito obrigada pela apresentação. Fernando, tu queres fazer alguma manifestação? **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa noite. Eu estou com o relato pronto, posso relatar agora, se alguém tiver algum pedido de vista já avança. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, vamos entrar na Ordem do Dia, quando chegar a vez do teu relato tu entras. Sandra, muito obrigado pela tua disposição em vir aqui apresentar. Conforme combinamos vamos para a Ordem do Dia, conforme combinamos vamos para a Ordem do Dia. O Item 4.01: 19.0.000040017-6; interessado: José Frison, desgravame de traçado viário. Aguarda diligência, a PGM não retornou. O 4.02, interessado: Evaldi Wiebush Muller. Ele retornou agora, é o meu, vou levar. Olá, Secretário. Eu lhe passo no próximo item. O 4.03 é da Inovar Participações, não retornou. O 4.04, da Igreja pentecostal, retornou e foi entregue ao Conselheiro Hermes. Recebeste hoje, é coisa para a semana que vem. O 405, Adriano Frigo Luz, entregue para a Conselheira Claudete. Retornou? Retornou agora, é assunto para a próxima pauta. O 4.06, do Motta e Selaimen, seria relato hoje, o relator é da SMIM. Em condição de relato? Presidente, eu lhe entrego com todo amor e carinho! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Ficou o registro aí. (Risos). **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite a todos. Eu vou ler o meu parecer e ao final eu



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

peço ao CMDUA a aprovação dos valores apresentados. (Leitura do parecer favorável à aprovação dos valores). Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. É importante salientar, sempre quando vem os valores aqui para o Conselho é porque houve naquela tabela que aqui tramitou, enfim, relatado, explicado pela Secretaria da Fazenda, alguma inconsistência ou faltou algum quarteirão, o que é supernormal aí prever na própria regra, no decreto e a legislação que trata do assunto, que quando falta algum quarteirão, na tabela se passa exclusivamente aqui no Conselho aquele ponto. Então, é bem natural que venha na aplicação, no projeto, vai lá e se identifica que não está na tabela aquele quarteirão, o UEU não aparece na tabela, solicita para Secretaria da Fazenda que apure o valor, naturalmente é a mesma regra, a forma de cálculo aquela apresentada. E aí por isso que vem às vezes alguns processos individuais, como esse do relato. Algum pedido de vista? a RGP. 1 pede vista. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Várias vezes a gente comentou aqui no Conselho a necessidade da gente visualizar esses pareceres. Seria interessante se essas áreas onde o solo criado foi aumentado o valor, enfim, que a gente pudesse ter visto a localização disso para poder entender o que tem no entorno. Não estou discordando do parecer, só acho que a gente deveria retomar essa ideia de fazer a materialização o máximo possível do parecer para dar uma maior compreensão da coisa. É nesse sentido que eu vou pedir vista, porque eu quero olhar isso na área, para ver como é. É só essa questão. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Além dessa questão, eu senti falta de entender no entorno, porque foi dado o valor proposto para essa área, mas qual é o valor do entorno? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É a fórmula de cálculo. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Na verdade, é isso que a Livia está colocando, visualizar a área e esses elementos que entram na fórmula de cálculo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente acaba tendo dúvidas. O ideal seria é que quando viesse que venha a Secretaria da Fazenda, que constasse todos os valores, mas sempre tem alguma inconsistência, sempre faltou em algum quarteirão, algum valor, aí vem separado e ficam essas pontas que a gente não consegue explicar. É como foi no primeiro processo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu só queria um esclarecimento. Jussara, eu não sei se tu estavas quando eu fiz o relato, que veio a tabela toda dos índices. Eu até fiz uma observação, que esta situação hoje vai começar a se repetir de forma quase que rotineira, da seguinte razão: aquela tabela apareceu várias quadras das cidades que não têm valores. Lembram que eu disse? Olha, vai acontecer isso, porque a metodologia que eles estavam usando e que foi construída, por que essas regiões não têm esses índices? Para colocar o que tu disseste. É uma quadra que tem três tipos de índices, apesar de ter quatro faces. Então, eu tenho o 1.3, o 1.6, 1.9, a Fazenda não tem essa informação e o software da PROCEMPA não faz isso. Então, a UDRE tem que fazer essa informação, dizendo quais são os índices de cada quarteirão, mandar para Fazenda, ela faz a mesma metodologia que nós aprovamos toda aquela tabela, que não sei, eu me lembro que era quase mais de mil linhas de quarteirões em Porto Alegre. E aí ela faz esse cálculo. Então, vai aparecer de novo. Então, olhar uma região não é uma questão, porque é um quarteirão, vão vir vários quarteirões por ter esse problema de ter índices diferentes, porque quando tem um índice só o software rodava. Eu até perguntei, conversei com o Cláudio esta semana para me



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

relembrar exatamente desse problema, porque eu sabia que poderia surgir essa dúvida. Então, nesse sentido que eu quis colaborar. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro Saffer. Obrigado pelo auxílio, tem se aprofundado na matéria, acho importante. Então, pedido de vista da Conselheira Lívia. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Sérgio, eu compreendo isso, mas é importante a gente ver na materialidade. Isso eu acho importante a gente ver, o que acontecesse nesse entorno. E relembro, nós passamos 2017 e 2018 solicitando aos conselheiros que sempre que possível apresentassem isso com alguma visualização, porque facilita a vida da gente. Então, só para reforçar isso, quando for fazer o parecer toca lá, porque é bem importante. **Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Eu só gostaria de me desculpar por não ter apresentado as transparências, mas esses documentos estão todos no processo. Evidentemente, seria *copy and paste* e eu acho que não faz sentido. Na minha documentação eu cito o número dos documentos que estão no processo. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Um pedido de vista também da Conselheira Claudete, Conselheiro Felisberto e Conselheira Lívia. O próximo processo, então, do Item 4.07, Processo 002.341661.008, aprovação de estudo de viabilidade urbanística. A gente está no prazo de relato. Conselheiro Fernando da SEGE vai fazer o relato. A palavra é sua. **Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** É o Processo SEI 19.0.000074005.8. Edmonton Comércio e Serviços. Expediente Único 002.341651.008. (Leitura do parecer favorável à aprovação). No meu relato eu coloco algumas fotos, que foram tiradas do processo. então, eu tenho essa apresentação, por isso a importância de fazer a apresentação da Arquiteta Sandra antes. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perfeito, Conselheiro. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** A RPG. 3 pede vista. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pedem vista: RGP. 3, Conselheira Lívia da UFRGS, RGP. 1, ACESSO, Conselheiro Gomes, SAERGS Conselheiro Hermes. É vista conjunta, vamos disponibilizar na casa? (Falas concomitantes). Então, o Conselheiro Jackson pega na sexta, entrega na segunda, enfim, fica o contato. E os demais olham juntos. Perfeito, está ajustado ao tempo. Temos o item 4.8 da pauta, processo do Sport Club Internacional, a Conselheira Maristela justificou a ausência. Em não havendo mais processos a gente abre para o período de Comunicações. A ata já foi aprovada? Então, vamos pegar as inscrições. **3. COMUNICAÇÃO. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu quero agradecer o convite que eu recebi de ato de lançamento do Portal de Licenciamento Online Urbanístico-Ambiental. Por outro lado, eu trago uma preocupação, como não é meu dever trazer questões pessoais, eu trago uma solicitação que foi feita de um processo que trata simplesmente de um pedido de segunda via de uma licença de demolição, ou uma nova licença, já que a licença antiga está com prazo de validade, mas ela foi rasurada pela Prefeitura. Então, na medida que ela é apresentada para os interessados na venda do imóvel e tem mais de dois anos, claro que não é um documento que leve fé. Essa licença é uma segunda via, ela está há praticamente 4 meses e agora eu fiquei sabendo que já foi para o EPAC, anteriormente. Então, se por um lado eu fico contente com essa preocupação do licenciamento online, por outro lado me preocupa, porque o feijão com



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

arroz a gente não consegue resolver, é uma preocupação que eu trago e um pedido que a Prefeitura também dê atenção para essas coisas que são menores. E o meu segundo pedido, eu sei que foi feita uma homenagem ao Arquiteto Clóvis, eu cheguei atrasado, não pude compartilhar essa homenagem, mas eu como representante do Sindicato dos Arquitetos me sinto na obrigação de fazer uma homenagem. Nós trouxemos um pequeno texto escrito, que eu passo a ler em seguida, até porque o Clóvis foi o fundador do Sindicato dos Arquitetos e eu tive o prazer de conviver durante muitos anos e foi o primeiro Presidente do Sindicato dos Arquitetos após a saída de Clóvis. Então, foram muitos anos na Federação dos Arquitetos, no Sindicato dos Arquitetos, na criação da CUT e do PT, que agente conviveu muito. Eu vou ler para ser mais objetivo, senão eu fico falando muito tempo do Clóvis: “Porto Alegre, 26 de novembro de 2019. Homenagem ao Arquiteto Urbanista Clóvis Ilgenfritz da Silva. Ao Conselho Municipal do Plano Diretor. O Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul vem manifestar seu pesar por esta perda irreparável, assim como nossa solidariedade aos amigos, familiares e os arquitetos em geral. Clóvis Ilgenfritz da Silva, além de arquiteto urbanista trilhou o caminho da luta em defesa da habitação de caráter social para as populações mais necessitadas deste país. Clóvis foi o fundador e o primeiro presidente do Sindicato dos Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS, foi o fundador juntamente com outros companheiros arquitetos e urbanistas da Federação Nacional dos Arquitetos – FNA, assim como seu segundo presidente. Foi vereador em Porto Alegre, deputado federal, secretário do Planejamento Municipal desta cidade, participou ativamente da criação e fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, assim como da fundação da Central Única dos Trabalhadores. Consideramos o seu principal legado, entre tantos, a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – ATHIS, lei de sua autoria, aprovada e sancionada no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008. No fim da década de 70 Clóvis lançou a ideia do que chamou na época ATME - Assistência Técnica a Moradia Econômica, aos moldes do que hoje chamamos de Sistema Único de Saúde – SUS, o ATME naquela época, mais tarde transformado na Lei ATHIS, garantiria assistência técnica gratuita para as construções e reformas de moradias de baixa renda. Os profissionais da arquitetura e outros, assim como os trabalhadores dos SUS, médicos, enfermeiros, técnicos e auxiliares, seriam pagos com verba aumentaria, consagradas para este fim. Clóvis sonhou naquela época com um país com mais dignidade, com mais justiça e menos precipícios sociais, onde o direito de moradia digna fosse uma garantia do estado brasileiro. Sonhou alto, transformou seu sonho em lei, mas hoje seu sonho está mais difícil de acontecer. Assim o nosso compromisso é seguir sonhando com uma cidade mais digna e justa, onde morar com dignidade seja um direito dos trabalhadores e não o privilégio de alguns. Conselheiro Hermes Puricelli, Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS”. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Importante destaque para o ex-secretário municipal de planejamento, teve relevância, um papel no trabalho, na história de Porto Alegre. Obrigado. Aproveito a oportunidade, bem lembrado e divulgado pelo Conselheiro, amanhã será o lançamento dessa primeira etapa do Portal de Licenciamento Online. Eu acho que a gente aqui no Conselho, na era digital, a era do 5G, da informação e a gente com esses processos físicos ainda. Esse portal vai ser um primeiro passo, ele não vai ter ainda estruturado o Estudo de Viabilidade Urbanística, nem aprovação do projeto, que em um cronograma logo em seguida, acho que março tem a previsão para se implantar essa etapa do EVU. As licenças ambientais já vão tramitar toda via Portal do Licenciamento, a licença prévia, a licença de instalação, de operação,



algumas certidões urbanísticas vai se dar por meio desse portal, que pode acessar de casa, do celular, enfim. Por exemplo, cadastramento de logradouro, certidão de cadastramento de logradouro, certidão de inventário, certidão de nova face, certidão de quarteirão de bairro, enfim, as certidões quase todas e as licenças ambientais, prévia, instalação e operação, termo de recebimento ambiental, declaração de isenção de licenciamento ambiental, declaração de inexistência de débito ambiental, e licenciamento ambiental da atividade agropastoril, autorizações diversas, a licença a única, licença de operação para VDs. Enfim, uma série de serviços que estarão disponíveis via Portal Online. O responsável técnico ou o proprietário vai poder visualizar no mapa de monitoramento todos os processos que estão sob a sua responsabilidade, vai poder ter esse controle, com regras, com um controle maior de prazos de tramitação, vai poder visualizar, um e-mail com aviso de movimentação vai sair automaticamente. Então, é um importante passo para a gente sair dessa era da informação e ter mais transparência. Então, vai ser amanhã, às 9 horas o evento de lançamento, mas já está disponível a plataforma, vai ter um link no site da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já vai ter a possibilidade de solicitar a utilização desses serviços. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os arquitetos, engenheiros estão com uma expectativa muito boa em relação ao lançamento, mas sem ilusão, porque o lançamento dessa plataforma está mais ligado à questão ambiental, da sua Secretaria, que de certa forma a gente sempre teve alguma resposta. Mesmo sendo por e-mail e tal, a gente conseguia dar uma sequência no processo. o que acontece? A parte da secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico, onde está o processo de licenciamento do dia a dia dos arquitetos, está cada vez pior e nós fizemos algumas investidas com o Prefeito, junto ao secretário. O Secretário Cidade nos apresentou em mais de uma vez o cronograma de como seria feita essa inclusão da questão digital. Quando eu li o convite eu vi o nome do Cidade. Aí eu fiquei- Mas o que tem do Cidade aqui? Praticamente, não tem nada, tem é bastante débito em relação ao que nós já vínhamos cobrando há mais tempo. Tanto que nós estávamos novamente retomando a forma de como pressionar, porque Porto Alegre não tem um processo que funcione. Nós temos um absurdo hoje, que um processo de aprovação de projeto, entra na SMDE e fica 3, 4 meses no armário para alguém ir lá e começar o processo de triagem, que não quer dizer que vai começar o processo de avaliação. Então, o retrocesso, no Governo Fortunati nós chegamos a aprovar processos de 3, 4 pavimentos, em 3, 4 meses. Então, a expectativa dos arquitetos que estão organizados, eu faço parte do grupo, é extremamente grande, temos muita expectativa do que vai acontecer a partir dessa parte que vai funcionar, que me parece que é bem mais madura a questão do licenciamento ambiental. A gente sabe que isto é uma plataforma digital, enquanto quando a gente conversa com o Cidade, a gente sabe que não é aquilo ali, aí vai dizer para um homem daquele tamanho: “Pô, a gente sabe que não é isso, o senhor esqueceu de falar com os índios, não é só ficar com os caciques”. Então, Secretário, sabes que sou colaborador, mas acima de tudo estou muito frustrado, os arquitetos estão frustrados com o processo de licenciamento em Porto Alegre. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro, pela contribuição e esforço. Sem dúvida a gente vem em uma tentativa na secretaria. Sabemos que de fato a implantação do portal pelo menos para nós resolve alguns problemas de entrada de processo, a gente tem que melhorar ainda muito a questão interna de procedimentos, de ferramentas que viabilizem uma automatização desses processos. Para nós vai ser interessante no aspecto ambiental, a gente vai ter algumas regras de negócio ali estabelecidas, a regra de negócio,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

que são os requisitos, o check-list. Então, nesse sentido na distribuição lá na SMAMS facilitar, mas a gente sabe de fato que o grande problema do licenciamento é hoje o EVU e aprovação de projeto que não vai estar pronto, mas que não cronograma de execução a gente acredita que em março, se não me engano o secretário tem dado expectativa de ter esse processo. Só passar a etapa da triagem já é uma economia de 3 meses, a gente conseguir resolver essa questão da triagem com o Portal a gente já tem uma economia grande da distribuição, que de fato demora lá. **Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, eu sou um descrente. Não basta tecnologia. Eu não acredito no trabalho que não tenha diálogo, eu nunca vi os funcionários em uma situação tão precária, tão desativados, um Secretário da Fazenda que a primeira coisa que diz é que não tem dinheiro pagar o 13º. Eles não conseguem mobilizar o pessoal. O Secretário Cidade está há meses e meses, não conseguiu resolveu nada até agora. Botar pessoal que não entende nada de prefeitura não resolve. Eu acho o seguinte, é o mínimo, se o senhor falar com qualquer um dos que estão aqui presentes da regiões de planejamento, o desemprego da construção civil, a miséria tomou conta da cidade. Não é possível que não tenha alguém que tenha um pouco de coragem, na revisão de projetos tem no mínimo 12 arquitetos. Se cada um fizesse um projeto por dia, só um durante uma semana, nós teríamos 60 projetos, isso daria emprego para 500 pessoas. Ninguém está preocupado com a miséria, com a desgraça, com o desemprego. Estamos chegando no Natal com esse pessoal desempregado. Não é correr atrás de projeto grande, não, os pequenos, são pequenas construções de residências, apartamentos. É triste essa situação. Os escritórios de arquitetura fechando, esse sistema de ter uma triagem que leva 90 dias é ridículo, Secretário! Sempre foi feita a triagem pelo próprio arquiteto. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Jorge de Jesus. A gente tem na sequência o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, quero fazer um relato rapidinho aqui, sobre uma comissão especial da Câmara de Vereadores, é o Vereador Marcântonio que preside, com a finalidade de analisar a situação de prédio públicos e privados em situação de abandono, bem como de espaços ociosos ou não urbanizados. Na última reunião da RPG. 2, recebemos o convite para discutir a pauta do 4º Distrito, onde estava o Professor da UFRGS, o Professor Benamy Turkienicz, onde relatou um pouco do estudo sobre o 4º Distrito, com levantamentos e sugestões de revitalização daquela área. Eu achei interessante e acho de relevância a minha proposição, se o Conselho aqui estiver interessado de convidar esse professor para nos demonstrar esse levantamento. O Conselheiro Jorge Jesus traz este triste quadro de desemprego, no entanto nós temos estudos que apontam um dado claro e concreto do que pode ser feito. então, quero deixar essa sugestão se há interesse do conselho de convidar o Professor Benamy para nos trazer dados e nos atualizar sobre a situação do 4º Distrito. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que até da própria Secretaria mesmo, a Ada, porque é um trabalho que foi contratado e elaborado junto com a Universidade. A Ada e a Waneska podem trazer um trabalho, Tuma apresentação de tudo que foi feito. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Esse professor se prontificou, porque ele também tem interesse em mostrar o que fez. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, uma pessoa maravilhosa, contribuiu bastante com o município, a gente estende o convite a ele sem dúvida. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um –**



RGP. 1: O que está acontecendo em Porto Alegre é um desmonte do serviço público. Então, quem é apoiou essa forma de governar está sofrendo as consequências do desmonte. Como se os servidores públicos tivessem culpa dos maus administradores, maus gestores que a cidade teve nos últimos 14 anos, que só pioraram a cidade, infelizmente. O prefeito vem dizendo que o aumento da passagem, senão tiver hoje a declaração infeliz, dizendo que vai ter bagunça se houver protesto contra o aumento da passagem. Eu acho que o prefeito deveria começar a se preocupar porque a passagem aumenta, quando se diminui os horários de ônibus, precarizam os ônibus. Então, a cidade ao invés de atender o cidadão está contra o cidadão. Então, acho que está faltando política de proteção do serviço público, se há maus servidores há instrumentos para se buscar a solução. O que não pode uma secretária como essa que foi o exemplo estar os três elevadores ou dói, em estado precário. Isso vai de encontro a tudo que a gente prega, uma cidade melhor, com qualidade de vida. Não adianta a gente trocar o microfone e não valorizar o acesso a esta secretaria. Eu acho que a gente tem que começar a se preocupar com isso. A outra coisa, pena que o secretário está se retirando, eu acho que não adianta ter portal, novas tecnologias, quando não se tem o mínimo de condições dos servidores fazerem o seu trabalho. E aí não é questão partidária, é questão de sofrer na pele e as comunidades sofrem, porque os projetos não são aprovados, regularização fundiária não anda. Então, nós tivemos na semana passada uma senhora que veio do Extremo Sul relatar sua dificuldade para fazer, tendo recurso para fazer o projeto, mas não tem quem execute, não tem servidor, aí vamos terceirizar, tudo parece que se resolve na terceirização. Eu faço coro as tuas palavras, Jesus, quem sofre na pele são os que mais precisam realmente. E aí reclama da violência, mas é a única forma de se defender quando um estado nega tudo, nega até o direito de sobrevivência. Então, é esse desabafo que eu quero fazer. E lembrando o Clóvis, que foi um lutador pelo desenvolvimento das pessoas que mais precisam, dedicou uma vida por isso. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O próximo inscrito. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Pessoal, vocês sabem que este mês tivemos a Semana da Consciência Negra, houve um debate sobre o negro e a sociedade. Hoje estamos em uma situação que afeta negros, pobres, índios, os amarelos. Então, este foi um debate de qual o futuros dos jovens na sociedade. Bom, para isso nós dependemos da sociedade, de várias gestões para abrir empregos aos jovens para serem alguém na sociedade. Nesse debate houve a discussão de eliminar a desigualdade social, mas não é isso aí, as diferença têm que ser discutidas com o MEC, as escolas e as empresas. Não podemos colocar um guri hoje que faz o ensino médio na comunidade para disputar hoje a faculdade com a classe média alta. Depois quando vai fazer a faculdade não tem emprego. Eu não posso ajudar meu filho hoje, que ganho 3 mil, contra alguém que ganha 12 mil. São 3 mil, mas vou conseguir colocar meu filho na faculdade? Nunca! Meu filho com 15 anos vai fazer curso de cabeleireiro, de padeiro, para depois ter um emprego. Isto está bem claro na cidade hoje e não criar presídios, eliminando educação, saúde para os nossos jovens saírem da favela. Esse é um debate, vão a Brasília debater com o governo, porque hoje nossos jovens estão sendo mortos nas favelas. Vocês viram o índice da mortalidade da juventude negra? Vocês viram o índice dos que estão nas cadeias? Vocês viram o índice das mulheres negras? Então, tem que sair uma discussão no congresso ou no Senado da igualdade geral da população. Alguém tem que fazer alguma coisa. Se o Conselho tivesse aprovado lá no começo uma discussão com as empresas sociais, que cada empresa aprovada desse a contrapartida na região, a coisa ia melhorar. Agora vem o Internacional com esse baita



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

projeto, o que vai dar? Nada! Então, são coisas que o Conselho poderia resolver, tentar dar contrapartida social nos bairros também. Então, essa é a situação do país e de Porto Alegre. E para encerrar, é muita mulher morta neste país, o homicídio está demais! Pô, uma mulher morta por dia é brincadeira! A sociedade está horrível. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA:** Quero começar em relação ao processo online, que está marcado para amanhã esse lançamento. Eu gostaria de solicitar que fizessem em conjunto uma apresentação, SMDE e SMAMS, para ver qual vai ser o papel dentro de cada secretaria dentro desse licenciamento, porque às vezes a gente faz as apresentações e muitas vezes compete a mais de uma secretaria essa discussão. E para não ficar pela metade seria interessante que as duas secretarias apresentados, até porque a gente já solicitou a presença do Cidade aqui para falar sobre a Secretaria de Municipal de Desenvolvimento. Então, seria muito importante fazer uma apresentação desse sistema para o próprio Conselho entender como é que vai ser o licenciamento a partir desse online. Quero retomar a questão da Lei Complementar nº 850/2019, que trata sobre o Fundo Municipal de Gestão de Território, que é o solo criado de pequeno adensamento, médio e grande adensamento, que está dentro desse dessa lei complementar, que até o momento não foi regulamentado o Comitê Gestor. Quando vai ser regulamentado o comitê gestor? Porque a gente fica discutindo aqui às vezes 100, 200, 300 m e são situações que poderiam ser comprado no balcão e não tomar a pauta do Conselho aqui. O nosso papel é atualizar os valores de solo criado e a gente fica discutindo como é que vai ser aplicado o solo criado em muitos projetos que são apresentados aqui. Até porque o pequeno adensamento é para o Fundo Municipal de Interesse Social, que a gente tem um déficit habitacional em Porto Alegre e tem uma dificuldade tremenda. Está aqui a representante do DEMHAB, para atender a demanda habitacional prioritária. E o de média e grande adensamento é para a gestão de território, para infraestrutura da cidade. Então, é muito importante a criação do comitê gestor para começar a trabalhar esse detalhamento. Em relação à construção civil, eu acho que está meio que abandonado pelos governos, porque a gente não vê mais falar sobre habitação, sobre infraestrutura, muito difícil. A gente vê algum comentário dentro desse tema, de investimento desse tema. A gente vê muito aqui, principalmente em Porto Alegre, quero fazer uma crítica, em relação a reestruturar praça, equipamentos, mas isso não é estrutura da cidade, é o mínimo uma praça, a praça é para lazer, mas não vai mudar a estrutura da cidade, porque a cidade cada vez cresce mais e cada vez mais desorganizada. Então, nós temos que ter essa compreensão que a construção sim é para dar infraestrutura da cidade, é para melhorar a aparência da cidade e está faltando o apoio dos governos dentro desse tema infraestrutura e habitação. E a construção civil tem um papel importante, porque movimenta a indústria, gera empregos diretos, gera empregos indiretos, gera o consumo. E a gente está vendo que a crise começou a partir do momento que é construção civil começou a parar de construir, parar de ter financiamento, parou a evolução do país, a gente está nessa crise não só financeira, mas também uma crise de falta de emprego para as pessoas. E a questão da revisão do Plano Diretor, quero incluir a contrapartida social, Patrícia, como um dos pontos principais, para a gente não confundir com mitigação. Hoje a gente viu aqui na apresentação o que é mitigação e o que é contrapartida social, nós temos que aplicar dentro da nova revisão e deixar bem claro o que é contrapartida social e mitigação. Obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu só queria registrar que hoje pela manhã eu participei da reunião da CCJ, por um assunto de interesse que não era do Conselho, mas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

como Conselheiro assisti a apresentação do projeto do Internacional, o projeto de lei que está no Internacional, ele não entrou em votação hoje porque foi pedido diligência a Prefeitura de alguns documentos que os vereadores não se acharam aptos para fazer a votação. Só queria registrar que está nesse pé lá. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está bom. Está encerrada a reunião.

(Encerra-se às 20h00min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora



ATA ORDINÁRIA Nº 2827/2019

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Marcelo Hansen (1º Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Virgínia Oliveira (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8; e Emerson Gonçalves dos Santos, Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, Secretaria Executiva, servidores da SMAMS; Patrícia Costa Ribeiro, Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos. **PAUTA**: 1. ABERTURA; 2. VOTAÇÃO DA ATA 2824/2019; 3. COMUNICAÇÕES; 4. ORDEM DO DIA. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Senhores Conselheiros, pela informação o secretário daqui a pouco vai chegar. Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Boa noite senhores e senhoras. Eu gostaria de solicitar uma inversão de pauta, pelo comparecimento do Movimento dos Atingidos por Barragens. Nós tivemos aqui no estado do Rio Grande do Sul a exclusão do decreto que beneficiava os atingidos por barragens. E como a nossa barragem está incluída, então, nós queríamos utilizar este espaço para colocar a situação que estamos vivenciando. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de



48 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Tranquilo, conselheira. É só a questão do Conselho
49 concordar. Eu coloco em votação o espaço de comunicação, como pede a Conselheira
50 Maristela, o espaço para o pessoal do Movimento dos Atingidos de Barragens. Quem é
51 favorável? **APROVADO.** Ok, conselheiros. Obrigado. Então, o Fernando da Coordenação
52 Nacional, depois a Líria da Coordenação Municipal. Estejam à vontade, são 5 minutos.
53 **Fernando Fernandes, Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos de**
54 **Barragens:** Boa tarde a todos e todas. Obrigado pela abertura do espaço aqui neste
55 momento de reunião do Conselho do Plano Diretor. A gente queria falar duas coisas, uma
56 é que Porto Alegre é um município que tem barragem, que é antiga, que foi abandonada
57 em 2013. Essa barragem causa diversos impactos à população que está ali. Todo ano a
58 população sofre com o mau cheiro. Também essa barragem, pesquisadores da UFRGS
59 em 2017 comprovaram com pesquisas de que essa barragem também apresentava risco
60 de rompimento. Além disso, no final de outubro, a subcomissão de barragens da
61 Assembleia Legislativa, também nos seus estudos, comprovou que essa barragem estava
62 entre uma das quatro que merecia alerta máximo do governo estadual, também das
63 competências municipais. Então, a gente fala aqui, inclusive, fizemos esse comunicado à
64 Prefeitura Municipal para que pudesse observar todas essas pesquisas que estão saindo
65 sobre a barragem da Lomba do Sabão e também encaminhar as medidas cabíveis para
66 isso. A gente tem uma lei nacional, que é a Lei nº 12.334/2010, que institui a política
67 nacional de barragens e orienta para que todas as barragens com características, que é a
68 Barragem da Lomba do Sabão se encontra, possuam seus planos de segurança e
69 manutenção. E a barragem da Lomba do sabão não to seu plano de segurança e nem de
70 manutenção, haja vista que todo o ano a população sofre com o mau cheiro que ela causa,
71 porque não tem manutenção alguma, inclusive, não tem manutenção física como é
72 apontado em vários estudos da UFRGS e da Assembleia Legislativa, de que é uma
73 barragem que poder vir a romper. Então, inclusive, já comunicamos a prefeitura, também
74 pedimos uma audiência pública com o prefeito e a Secretaria de Meio Ambiente,
75 solicitando essa conversa, para que se possa dar os encaminhamentos devidos e a
76 construção desse plano de segurança, como orienta a lei nacional. Outra coisa é mais em
77 nível estadual, o Rio Grande do Sul é o estado que mais possui barragens no país, há
78 mais de 10 mil barragens. Por consequência, é um número muito grande de pessoas
79 atingidas. O Rio Grande do Sul deu um passo muito importante, que foi em 2014 instituir
80 políticas estaduais de direito para essas populações. O Governo Leite no dia 04/11, um dia
81 antes de completar 04 anos do rompimento de Mariana em Minas Gerais, ele resolveu
82 essas políticas estaduais. Então, é algo muito sério que estamos vendo e pedimos aos
83 conselheiros para que se posicionem contrários a isso, porque caso rompa uma barragem
84 hoje no Rio Grande do Sul, a Lomba do Sabão, o estado já disse qual é a sua posição, não
85 vai dar amparo para essas populações e nenhum direito. Então, seguinte está vivendo um
86 momento bem sério e a gente queria colocar esse pronunciamento pedindo o apoio do
87 Conselho do Plano Diretor, para que também o prefeito possa nos atender, para que a
88 gente discuta e encaminhe um plano de segurança e manutenção para a Barragem da
89 Lomba do Sabão, também para que possam se posicionar contra a medida do Governo
90 Leite. Que a gente volte a ser um estado pioneiro e que garanta direitos para essas
91 populações. É melhor a gente se preocupar agora com esse tema, do que depois a gente
92 estar contando mortos, como é o caso hoje de Minas Gerais, que conta mortos de Mariana
93 e Brumadinho. É algo fundamental e importante colocado na Ordem do Dia do estado e de
94 Porto Alegre. (Aplausos). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
95 **Planejamento Seis – RGP. 6:** O Felisberto pediu a palavra. **Felisberto Seabra Luisi**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: Boa tarde a todos e todas. É mais um descaso com a falta de manutenção da barragem, que era vinculada ao DMAE, era uma barragem de captação de água. É um caso até de verificação de responsabilidade, porque se rompe uma barragem dessa o prejuízo, tanto material como de vidas será enorme. Eu acho que é o caso deste conselho tomar providências e requerer as razões porque não se protege essa barragem, não se tem um plano. Além disso, a responsabilidade é da prefeitura. É um descaso total das administrações anteriores e mais ainda desta. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que seria interessante marcarmos uma visita deste Conselho na barragem, porque às vezes a gente fala, fala dos problemas da cidade, mas não conhecemos o problema que está lá acontecendo. Eu já estive há muito tempo lá, a gente sabe porque foi fechado o funcionamento, devido à qualidade da água. Então, tem ali dois problemas sérios. Abandonar pontos de captação de água que eram usados para abastecimento público é porque a água natural não está nem em condições de ser tratada. Já tivemos isso em dois pontos aqui no Rio Gravataí nas últimas décadas, mais um ponto agora dentro de Porto Alegre e Viamão, porque a água que chega naquele açude é meio a meio. Então, tem essa questão que tem que ser tratada pela Cidade de Porto Alegre e Viamão, meio a meio, também essa questão da segurança. Então, eu acho que nós irmos lá também é um momento de reflexão e de chamar a atenção para a questão. Obrigado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa tarde a todos. Existe um grupo de trabalho, um GT Barragem Lomba do Sabão, o DEMHAB faz parte, eu sou membro desse GT, que já preocupado com essa questão, não tinha nem outorga, existe um SEI específico para isso, um processo. O Ministério Público Estadual está junto fazendo as cobranças, tanto do meio ambiente quanto urbanístico. Nós nos reunimos semanalmente. E o DEMHAB também está muito preocupado, porque ali tem toda uma comunidade jusante do barramento, eu já estive no barramento, já avaliamos. Nós temos ali a Vila dos Cafunchos e a Vila dos Herdeiros. Também a barragem está praticamente dentro do Parque Saint' Hilaire. Então, nós temos visto através do DMAE a outorga do sistema nacional, que não tinha, de fato não existe plano emergencial. Já tem uma proposta de uma empresa contratada emergencialmente para fazer um definitivo laudo da estrutura do (Inaudível), que é justamente onde apresenta rachaduras. Isso já está sendo viabilizado pelo DMAE. E de fato, a água é imprópria, está contaminada. E o que as populações sofrem é no canal de drenagem da barragem, por onde, emergencialmente, com a possibilidade das questões dos (Inaudível), foram colocados três sifões ali que fazem essa manutenção hídrica. E já foi baixado um metro de água ali para diminuir a pressão sobre o barramento. Esse mau cheiro não é devido à água em si, é que com o extravasamento da água a superfície da barragem é toda coberta por macrófitas, que descem pelo vertedouro, seguem pelo canal e se acumulam, entram em decomposição. É esse o mau cheiro. Existe também que o DEMHAB está fazendo um levantamento atualmente ao longo do canal de drenagem por ocupação do canal. Nós temos uma série de construções sendo feitas na linha d'água. Isso chamou a atenção do Ministério Público e do Meio Ambiente. Então, nós estamos fazendo esse levantamento para justamente a SMAMS fazer uma ação fiscal, porque a grande preocupação ali é que aquele é o canal de drenagem, é o canal de dissipação. Se por acaso algum daqueles muros cair sobre o canal, aí sim nós teríamos um bloqueio e aí ergueria o canal sobre as casas. Aquela área da ponta está e regularização fundiária, que é parte integrante, como os senhores bem sabem, do DEMHAB, só que como ali nós temos que fazer um novo topográfico, porque já



se passaram alguns anos, agora ocorreu mais um adensamento. E agora ocorreu mais um adensamento, nós temos que fazer também um mapeamento de risco hidrológico para saber exatamente quais são as pessoas que podem permanecer e as que devem ser reassentadas. Então, o governo municipal está atuando nessa situação, vem providenciando e se reúne pela presidência do DMAE. O Governo Municipal, através do seu prefeito já criou esse grupo há muito tempo. Existe um termo de referência que vai nortear todos esses estudos, inclusive, o plano de emergências. Então, tudo isso está sendo feito por este governo. Está desativada, está em manutenção, com certeza, tem que ser reavaliado isso, existe um projeto de modificação do vertedouro, já proposto pelo próprio DEMHAB. Então, eu gostaria de colocar isso aos colegas e aos senhores que compareceram, que sim, o governo municipal está fazendo a sua parte, está tentando achar as soluções para justamente melhorar as condições. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro, pelas informações. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, Presidente, o Fernando e a Líria buscaram uma política compensatória para essa população da barragem. A nossa comunidade da Lomba do Pinheiro, antes disso, mais de mil famílias tiveram direito, acesso a placas solares pelo Estado do Rio Grande do Sul. Na capital é o primeiro projeto colocado em prática. Foram colocadas três placas, tanto na Cafuncho como na Herdeiros. É trabalho que não é apenas um grupo que vem a se somar, são pessoas que realmente foram atingidas e passam por esse processo. e nós também trabalhamos com a questão da energia com outra possibilidade, trazendo para a população o valor, o que significa isso. Eu queria dizer o seguinte, nós não fomos convidados para esse GT, isso já é um erro. Nós sabemos que cada governo faz a sua gestão, sua forma de trabalhar, mas tem outros (Inaudível) e as competências estão aí, todos nós conhecemos muito bem. Então, nós queremos participar. Essa ideia do Conselheiro Darci Campani de irmos lá termos uma conversa com o diretor, bem como com a Prefeitura de Viamão, porque foi do Governo do Prefeito Fogaça, que foi mexido, essa barragem é o único potencial de água pura para Porto Alegre se acontecesse um incidente no Lago Guaíba. Não é qualquer coisa! Outro detalhe, se ela vir a explodir ou estourar, não sei qual é para termo técnico, morrem não apenas o pessoal do Cafuncho, vão se tornar números. Nós temos lá a Universidade Federal, nós temos prédios e milhares de pessoas a moram ali. Agora, imaginem o que tem de resíduos nessa barragem. As macrófitas é o resultado da incompetência desde aquela gestão, não é só deste governo. E existe uma possibilidade real de trabalho, que são os peixes herbívoros, que poderiam limpar as macrófitas, mas os técnicos precisam de projetos que sejam muito caros. É interessante isso, é contraditório. Nós levamos essa proposta, mas não somos convidados, somos pessoas que moram ali. A Barragem da Lomba do Sabão é formada por quatro (Inaudível), o principal é o Arroio Taquara, que é exatamente onde eu moro, onde tem toda uma tubulação que está lá sendo desperdiçada por milhões, que foi investido, Conselheiro representante do DEMHAB, que está sendo jogado fora com a maior irresponsabilidade. Então, quero propor, sim, a proposta de nós irmos ao local, a outra de trazermos aqui tanto o responsável pela Prefeitura de Viamão, como a responsabilidade da Prefeitura de Porto Alegre. É para ontem, porque o que está acontecendo ali não é qualquer coisa e nós não queremos ouvir o discurso depois – Ah, nós avisamos! Depois as lágrimas passar e as vidas se vão. Muito obrigada! Boa tarde, Secretário! **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Boa tarde, obrigado. Cheguei um pouco atrasado, vi que temos na sequência o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular),**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa tarde a todos. Eu vou tentar ser breve, mas esse assunto é recorrente, este assunto já veio aqui. Eu acho que foi esclarecedora a questão do Furtado, a questão está no Ministério Público, mas eu, dentro da brevidade, parece que a gente está vendo um filme ao contrário. Essas coisas sempre acontecem assim, primeiro procuram denúncias, os órgãos públicos, a comunidade se mobiliza, vem aqui, fala, berra, vai a outro lugar porque não tem resposta. O poder público tenta na medida do possível resolver, às vezes vai enrolando porque não acha uma solução. Quando acontece a tragédia chamam de acidente, mas é um acidente programado, porque eu conheço o parecer do Professor do IPH, se eu não me engano, que é um parecer extremamente preocupante, ele coloca como risco máximo de rompimento. Quem lê o parecer de Brumadinho e lê este, os termos são os mesmos. Brumadinho e Mariana são outra dimensão, a gente sabe que é uma extensão maior. Eu não vou me alongar, porque já está dito. O que eu acho que nós deveríamos, além do que foi proposto de fazer uma visita, os conselheiros que se dispuseram, eu acho interessante, eu acho que tinha que sair uma recomendação urgente, eu entendo que a prefeitura está através desse grupo de trabalho resolver, mas segundo o parecer desse professor de IPH, não é um parecer, é um laudo, é uma questão muito séria e urgente urgentíssima. Não dá para ficar esperando nessas situações que aconteça um acidente ou algo para depois chamar de acidente. Então, eu sugiro que saia daqui uma recomendação e um alerta para o Prefeito de Porto Alegre. Aqui nós não temos competência para tratar da Prefeitura de Viamão, do Governo do Estado, é uma questão política do prefeito e das assessorias de convidar. Existia uma época em que Viamão e Porto Alegre ficavam um empurrando para o outro os problemas que se dão aos dois municípios. Então, a minha proposta é que saia uma recomendação de perigo eminente de desabamento segundo o laudo de uma pessoa que é considerada uma sumidade nesse assunto, não é o Hermes arquiteto do Sindicato que está falando. Existe um laudo que está no Ministério Público e eu acho que a prefeitura deve tomar uma medida urgente. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Hermes, se há ideia de fazer alguma moção que manifeste formalmente e a gente coloca na próxima sessão em votação, enfim, só que venha essa formalidade. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu compreendo, Conselheiro Hermes, esse parecer está dentro de um processo do Ministério Público, no Paço da Prefeitura, mas volto a dizer, esse GT criado pela Prefeitura de Porto Alegre é de caráter urgente urgentíssimo. O parecer que está dentro desse processo já é de quase 04 anos, é um parecer antigo. Tudo bem, sem a manutenção os problemas se avolumam, mas eu reitero que já há um laudo contratado para ver o barramento, existe um projeto de drenagem modificando esse canal de dissipação. O DEMHAB acompanha tudo isso por conta da regularização fundiária da Vila dos Herdeiros e Beco dos Cafunchos. O governo não está parado, está atuante nesse caso, posso dizer por que eu participo disso. Eu também participei de uma reunião no Ministério Público sobre a passagem do Parque Saint' Hilaire para Viamão, que já estava certinho para acontecer, mas na semana passada o Prefeito de Viamão negou tudo. Eles não querem assumir e ficou tudo para Porto Alegre de novo. Obrigado. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Qualquer dúvida vocês podem esclarecer e contribuir. A gente vai passar a votar a ata. O conselho tem a possibilidade de fazer essa visita, não sei onde que deveria se articular isso, a Gabi pode tentar auxiliar de repente nessa articulação da visita. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Não precisa ir todo o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

conselheiro, pode ser uma comissão. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isto mesmo, os conselheiros que têm interesse podem procurar a Gabi, ela pode articular. **2. VOTAÇÃO DA ATA 2824/2019. Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente, eu tenho observações do que foi tratado nesta Ata 2824, que tem uma série de registros importantes. Eu fui colhendo as seguintes observações: o Conselheiro Rogério faz uma interinação na página 2 na linha 721 a, onde começa falando ali no que chama Jersey de Proteção, que é aquele muro que vocês enxergam, ali depois das extensões. Ele pergunta na linha 86: “Não sei qual é o objetivo principal daquilo, se é para pegar alguma verba de mobilidade, não estou vendo grande ganho desses equipamentos instalados ali”. Eu acho, Secretário, que a fala de um conselheiro deve ser tomado em conta e na reunião subsequente em que isso foi registrado deveria ter uma resposta. Eu acho que nesse caso deveríamos colher uma resposta da EPTC sobre esse tema. Eu acho que essas intervenções não podem ficar abandonadas e esquecidas na ata. Depois tem uma intervenção do Conselheiro Felisberto, na mesma página, que é o anúncio do prefeito com relação à Redenção e aplicação de 3,5 milhões e que não passou pela RGP. 01 e nem pelo conselho. Eu não sei que tipo de obra e a gente sempre é surpreendido. Eu gostaria que houvesse transparência nas ações do governo. Essa também é uma demanda do Conselheiro da RGP. 01 que seria importante que a assessoria do prefeito respondesse, que essas questões fossem respondidas. O nosso Conselheiro Adroaldo, página 3 faz a seguinte observação: “Eu já fiz uma solicitação de criar uma lista de presenças para as pessoas, para saber quem está vindo ao conselho”. É mais uma demanda. (Manifestação fora do microfone). Pois é, isto é importante, houve uma solicitação. Depois a nossa Conselheira Maristela faz uma série de observações e cita a importância da presença do Prefeito ao final das oficinas aqui no Conselho. Depois ela faz um encaminhamento, solicitando uma reunião na sua região: “Porque é impossível viver na Parada 16”. Ela não faz uma afirmação dessas para ficar simplesmente consignada em ata. E a conselheira ainda fala: “Quero falar sobre o loteamento clandestino na João de Oliveira Remião, ao lado do posto 24 horas”. É mais uma observação, é importante que tenha uma resposta, porque se o conselho não dialoga com as regiões e conselheiros fica uma situação de algo (Inaudível). Há uma intervenção na linha 204 do Conselheiro Paulo Jorge solicitando a presença do Secretário de Turismo de Porto Alegre, era sobre a questão do Mercado Público. Esta é a ponderação de um conselheiro da RGP. 05, que é importante que o Secretário de Desenvolvimento Econômico saiba que houve essa solicitação e que haja a preocupação de atendê-la. Depois o Conselheiro Adroaldo fez uma intervenção sobre as creches na cidade, fala que seria importante que houvesse uma reunião com o secretário da SMED para um acordo. Isso são questões importantes e essenciais da cidade, que precisam de resposta imediata. Por fim, há uma intervenção do Conselheiro Sérgio Saffer, na linha 319, que eu não sei se devemos cobrar, que é em relação à PGM, pedindo um atendimento mais rápido nas nossas demandas. Então, eu queria trazer essas questões antes da votação da ata, que é uma ata importante. Deixar registrado para que nós sigamos as atas, precisamos examinar seu conteúdo. (Aplausos). **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Contribui muito, sem dúvida. Eu acho importante esclarecer que no período de comunicações a fala é livre e as mais nuances diferentes assuntos são tratados e naturalmente que este conselho não vai conseguir dar resposta para todos os assuntos tratados no período de comunicação, que é livre. Se existe algum assunto a ser pautado neste conselho para ser discutido a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

prerrogativa do Conselheiro é fazer o requerimento de trazer o assunto para ser colocado em Pauta e nós discutimos. Agora, tudo aquilo que foram é falado no período de comunicação vai ser naturalmente consignado em ata, mas a gente não vai ter todas as respostas possíveis. A gente tenta dentro da reunião responder algumas questões que a gente tem conhecimento e fica consignado em ata. Sempre que algum conselheiro tiver interesse em encaminhar algum assunto específico pode encaminhar, a gente coloca na pauta. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu já estou aqui há 5 anos, eu e o Paulo Jorge. Era de praxe nas reuniões passadas, faz um documento fazendo a solicitação para a presidência do conselho e a presidência encaminha às secretarias como forma de ajudar. Isso era de praxe nas reuniões passadas, muitas demandas da comunidade podiam ser expressas e oficializadas por documento, entregue e a mesa caminhar para os diferentes secretários. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É nesse sentido, oficiando e a gente sem dúvida contribui para abrir o processo, encaminhado à secretaria, depois poder dar o retorno. Disso a gente não se furta, para tem a nossa Secretária Executiva para auxiliar nessas questões. Então, a gente encaminha questões futuras, vindo formalmente, a Gabrielle encaminha para a secretaria e a gente vai monitora o retorno. Em votação a Ata nº 2824/2019. Votos favoráveis? (Contagem de votos = 19 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). **APROVADA A ATA.** A gente tem uma apresentação do processo do Espaço Sunset. **4. ORDEM DO DIA. ITEM 4.8. EXPEDIENTE: 002.222385.00.6. SPORT CLUB INTERNACIONAL: aprovação de EVU.** Houve uma solicitação de apresentação, então, por favor. **Fernando Balverde, representante do empreendedor:** Boa tarde. Eu vou apresentar aqui um processo, que é uma regularização dentro do espaço do complexo Beira-Rio. Eu gostaria de primeiro começar com algumas informações, o nosso escritório foi responsável pelo projeto de modernização do estádio, o estádio foi todo licenciado, a obra de modernização do estádio foi anunciado entre o finalzinho de dezembro de 2007 e julho de 2010. No finalzinho de julho de 2010 nós ganhamos a licença de instalação da obra, depois, em 2012, foi feito o processo de licenciamento do Edifício Garagem do Complexo Beira-Rio. Naquele momento o edifício garagem e o estádio viraram um conjunto arquitetônico só, a garagem virou uma ampliação de área do estádio. A obra foi feita, a Copa do Mundo aconteceu. No ano de 2015 o Internacional recebeu a licença de operação do complexo. Uma das condicionantes da licença era que o clube tirasse a carta de Habite-se do estádio, que em 50 anos nunca teve carta. Nós juntamos ao longo do primeiro semestre de 2016 toda a documentação necessária. Em agosto de 16 nós pedimos a vistoria, que aconteceu em setembro e um dos pontos levantados pela equipe era naquela esplanada, ao norte do edifício garagem, foi projetada como um lugar de aglomeração de público puro e simples. No momento da vistoria havia um espaço, que se chama Espaço Sunset, que é basicamente uma praça de alimentação que foi montada com containers e tendas. Isso veio no boletim de vistoria como tendas não licenciadas. Isso deveria ser licenciado com um Habite-se aqui na prefeitura. Então, nós demos entrada no processo, passamos por processo até chegarmos aqui. É um espaço que soma 900 m², está aqui em cima, na esplanada. Os containers tem operação de alimentação e as tendas servem para cobrir as áreas de mesas em dia de jogo. Ele funciona só em dia de jogo. A ideia é que assim que for aprovado que ele abra todos os dias, sendo uma alternativa para quem frequenta aquela região. É isso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No processo de licenciamento para vocês foi apresentado como temporária? **Fernando**



Balverde, representante do empreendedor: Não, quando ele foi montado foi licenciado como temporário, na história de Habite-se deu esse problema, que não é temporário, tem que ser retirado. Então, decidimos tornar permanente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Nós aprovamos um restaurante em uma esquina, que ocupava todo recuo de jardim, nos dois sentidos da esquina, como edificação provisória. Neste caso não atrapalha recuo nenhum. Este tipo de solicitação nós aprovamos aqui, pode ficar 5 anos, mas é provisório. Existem outros provisórios dados em containers, até bem tradicionais. Eu estranho essa abordagem, como chega para um tipo de cliente e como chega para outro tipo de cliente. Eu vou pedir vista ao processo para registrar esse tipo de encaminhamento. Certo? **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O processo está distribuído, não houve relato ainda. A gente tem inscritos no período de Comunicação ainda. Conselheiro Darci. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Nós terminamos há poucos minutos, estamos com uma parceria que a ABES tem com a UFRGS há 16 anos, a 8ª Edição do Seminário sobre Produção Mais Limpa. Pelo que eu me lembro, pelo menos eu procuro sempre divulgar aqui no Conselho, lógico, às vezes as pessoas se esquecem, mas ficou lá o espaço, infelizmente não tivemos nenhum Conselheiro participando, mas foram dois dias de grande discussão dentro da UFRGS, tivemos técnicos da SANASA de Campinas, tivemos técnicos da Suez do Chile, tivemos técnicos aqui da própria prefeitura também palestrando, outras prefeituras palestrando. Já deixar o convite que nós vamos fazer outro debate também no mesmo nível, até um pouco maior, que vai ser em maio do ano que vem, um congresso da MERCOSUL na área de saneamento ambiental. Então, fica o convite e a gente manda depois mais notícias. Enquanto comunicação, normalmente, quando eu venho da zona sul eu venho aqui pela Beira Rio, não venho pela outra avenida, que é a Edivaldo. Há poucas semanas atrás, por um acaso resolvi vir pelo outro lado e me deparei... Eu sou completamente a favor de ciclovias, mas me deparei com uma nova ciclovia, um trecho ali, nós estamos com duas ciclovias, à direita e esquerda, essa à direita anulou uma pista de trânsito de carros. Então, um local que não tinha engarrafamento tem. Eu sou completamente a favor de ciclovias, mas ali eu vejo em cima da calçada, que não existe, não está pavimentada, caberia perfeitamente outra ciclovia sem atrapalhar o trânsito. Então, nós estamos com duas ciclovias no mesmo lugar e aumentando o engarrafamento de carros. Eu não consegui perceber a concepção de trânsito foi aplicada ali, gostaria que fosse dada alguma explicação se aquela outra ciclovia, com o projeto que está sendo implantado lá da orla vai ser anulada ou se vão ficar permanentemente com duas ciclovias no mesmo local. **Marcelo Hansen (1º Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** É provisório até acabar a obra da orla e depois vai ser eliminada. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Então, por favor, coloquem uma placa lá, porque é aquela sensação, a gente já sai de casa querendo chegar no trabalho, passa por azulzinho que está lá com a pistola para multar em um horário que é bem quando se está querendo ir para o trabalho. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É rápido. É um convite para o dia 13 de dezembro, o Sindicato dos Arquitetos vai promover uma atividade que todos os anos tem, que é uma premiação do arquiteto do ano, aqui no Memorial Prestes, a partir das 17 horas. Depois eu passo direitinho. Os premiados, é feita uma eleição pela internet com os nomes das pessoas. Entre os premiados este ano foi eleito, existe uma premiação em memória, o Arquiteto Moacyr Moojen Marques, que é uma pessoa que fez história aqui



na Secretaria do Planejamento, como supervisor, como mentor do Plano Diretor de 79 e posteriormente atuou por muito tempo. Estão todos convidados, eu passo depois. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria reiterar dois pedidos que eu já fiz em oportunidades, uma delas foi recordado hoje pelo colega. O segundo encaminhamento é um pedido que até agora não veio a informação que eu solicitei sobre o laudo que autorizou a demolição do prédio da Baronesa, quem autorizou. Então, vou fazer por escrito, mas eu quero deixar que é um desrespeito com o conselheiro, porque ata é um documento, senão não haveria a necessidade de ata. E terceiro requerimento que eu também fiz e que não foi atendido como Conselheiro é a lista de presença da oficina, a apresentação feita na oficina da RGP. 01, que até agora nem o mínimo se dignaram a me dar uma resposta. Quer dizer, não quero colocar que isso seja uma perseguição. E aí vai um quarto requerimento, porque hoje a gente soube que o Ministério Público encaminhou uma solicitação baseada em um documento da RGP. 01, pedindo informações. E eu gostaria como Conselheiro que também viesse ou esclarecesse se foram prestadas informações ao MP e que venha a este conselho a resposta dada ao MP, que é baseado no documento que foi lido aqui e por alguns foi ironizado, mas é um documento que traz muito questionamento e que até agora pelo que eu sei não foi respondido. Então, quero solicitar que pelo menos responda ao Ministério Público ou nos forneça também respostas as nossas indagações, porque foi por escrito e não só oral. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A secretaria como gestora do processo irá responder ao Ministério Público, dentro do prazo estabelecido de 30 dias. Nós estamos em contato com a promotora, é dever dela dar encaminhamento a todas as demandas da sociedade, tudo aquilo que foi demandado pela Região de Planejamento 01 foi levado ao Ministério Público e é papel deles nos cobrar informação e é nosso papel prestar essa informação. Quanto ao retorno das oficinas, eu já fiz esse esclarecimento que a partir de toda a estruturação do trabalho que as equipes foram nas regiões de planejamento fazer essa leitura comunitária, a gente está trabalhando na estruturação desses dados para dar os retornos para as regiões, cruzar com as estratégias dos planos. Nós vamos compartilhar tudo aquilo que foi produzido neste processo, nós não temos como nos pautar, a estruturação desse trabalho, a gente tem uma dinâmica, uma metodologia que a gente é obrigado a dar transparência e vamos dar transparência em todos os processos, mas a gente tem uma estrutura de trabalho. Então, é só essa estruturação que a gente está fazendo, mas tão logo a gente tenha estruturado a gente compartilha esse dado. Na sequência a Conselheira Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Duas questões que me fazem novamente fazer a manifestação, primeiro a questão do loteamento clandestino da João de Oliveira Remião, ao lado do posto, diz respeito a este fórum, porque eu trouxe várias vezes aqui para que houvesse um encaminhamento de fiscalização e notificação. Eu trouxe o endereço da pessoa que está fazendo, a família Vicente que está fazendo esse loteamento clandestino, usando a energia do loteamento ao lado. É um problema sério. Eles fizeram um pontilhão no Arroio Taquara. Então, não é daqui? Outra questão, quando terá reunião da Macro 10? Quando houve a supressão da lei? Ela ainda existe! Nós queremos saber. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Essa questão da estruturação está na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Não é uma resposta que eu como presidente e enquanto secretaria não tenho, mas se a senhora nesse espírito de encaminhamento, da gente tentar dar soluções para os problemas, tentar talvez formalizar, é mais fácil às vezes do que trazer a questão aqui



para o período de comunicação, que a gente não consegue transformar isso em algo escrito. Então, que encaminhe via nossa secretária executiva, que a gente encaminha para secretaria e vai dar a resposta de acordo. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite a todos. Quero iniciar com um assunto de extrema importância, que foi levantado pelo ex-conselheiro Alceu Rosa há um tempo, até enviou um documento para a prefeitura, que seriam as condições dos reservatórios de água de Porto Alegre. E a gente visualiza nos meios de comunicação, inclusive, semana passada teve uma reportagem sobre o reservatório de água na Glória que está em péssimas condições. Então, seria muito importante de repente fazer uma avaliação desses cilindros que comportam as águas, porque tem famílias que moram ao redor de reservatórios, aí sim poderiam ser vários desastres na Cidade de Porto Alegre. Quero saber também como é que vai ficar a questão do mandato deste conselho, até porque a gente passou seis meses até iniciar o mandato. Como vai ficar essa diferença de tempo? Já perguntei isso na reunião passada e até quando vai ser a legítima a nossa representação aqui? Senão daqui a pouquinho alguém acha que se sentiu prejudicado pelo processo ou que o conselho não tem o poder ou competência de aprovar tal coisa porque não tem legitimidade. E eu vejo aqui em todas as reuniões a demanda versus planejamento, várias demandas e o planejamento. Qual é o papel do Conselho? O Hermes foi muito feliz na última reunião, quando colocou aqui que algumas competências não cabem a este conselho, porque aqui a gente vê muita demanda, demanda que eu sei que é atendida pelo Orçamento Participativo. Nós temos que ter cuidado com o papel do conselho, daqui a pouquinho ele vai se envolver mais em atender as demandas e sobrecarregar a Secretaria do Conselho, aí vamos deixar a questão da pauta e o planejamento da cidade em segundo plano. Também quero aqui cumprimentar a presença da Diretoria da Cooperativa Progredir está presente aqui, a Jorgina e o Mauro Rosa. Sejam bem vindos. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos avançar, temos o item 4.1 ainda em diligência. O item 4.2 ainda em diligência ao Arquivo Municipal. O 4.3 aguardando o retorno da Procuradoria. O 4.4, Igreja Pentecostal Assembleia de Deus, prazo para relato na data de hoje, o Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de fazer uma correção na pauta, porque o retorno da diligência foi dia 06/11 (Inaudível/falha microfone). Parece que eu estou há duas semanas com ele, mas não. Então, eu gostaria de pedir prazo, mas vou justificar porque. Este processo trata de uma regularização, aprovação da Igreja Pentecostal Assembleia de Deus na frente para Voluntários e para a Farrapos. O processo foi indeferido duas vezes já, a primeira vez foi com parecer contrário da PGM, tendo em vista que a legislação municipal proíbe a proximidade de templos e outras atividades próximas ao posto de gasolina. Com base nisso o processo foi indeferido uma vez, na segunda vez indeferido por decurso de prazo. E sem nenhuma explicação ou esclarecimentos sobre esta questão da legislação, duas vezes foi caminhado um novo estudo de viabilidade e ele foi passando e chegou na CAUGE sem nenhum parecer ou algo que justifique essa alteração da legislação. Na verdade, a única explicação que tem é uma justificativa da requerente, dizendo que o um decreto foi alterado, um novo decreto alterou o decreto antigo e isso aí, que o antigo foi revogado. A questão principal permanece, aí foi para PGM e para minha surpresa não respondeu. Eu sinto que não há seriedade com alguns conselheiros. O processo não foi para a CAUGE, foi pum técnico do planejamento, a quem eu estímulo muito, considero de alta competência, mas ele fez uma resposta lá e encaminhou. Então, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

questão legal continua em dúvida. Tem um encaminhamento de uma juíza federal, porque foi questionado também o que vem antes, porque a legislação atual proíbe que postos de gasolinas sejam colocados em áreas de grande aglomeração. Só que tem um parecer da própria PGM, que foi confirmado por um parecer da justiça, que foi provocada pelo requerente do posto de gasolina, porque a prefeitura começou a questionar a existência do posto que é anterior. E todos os pareceres anteriores confirmam a anterioridade, ou seja, aquela atividade primeiro fica, a não ser que um decreto desaproprie. O posto continua, não existe nenhum parecer da procuradoria justificando, voltou da procuradoria com um parecer que, com todo respeito, um parecer belíssimo da procuradora dizendo que ela assumiu a pouco e manda adiante, o que eu acho uma falta de respeito. Além de demorar a procuradoria não trata a sério este conselho. Então, eu não vou retornar para a procuradoria, eu quero primeiro esclarecer com os próprios arquitetos que responderam. Eu já disse, o requerente ameaçou os técnicos da prefeitura e veio aqui com o vice-prefeito que foi assassinado dizendo que essa igreja ia sair de qualquer jeito, pelo jeito está conseguindo cumprir a ameaça que fez... Enfim, eu vou tentar evitar mandar para a Procuradoria novamente, eu acho muito ruim, mas realmente a procuradoria não leva a sério este conselho, principalmente alguns conselheiros. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A gente está tentando trabalhar para melhorar esse fluxo com a procuradoria, porque é rotineiro que se envie processos com questionamentos. Imagino que eles tenham bastante dificuldade a gente do direito, e eu sou do direito urbanístico e ambiental, sei da complexidade se não está dentro do processo fazer a compreensão daquilo que muitas vezes é extraído deste conselho. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas o mesmo vale para a denúncia que nós temos feito sobre o grupo que está trabalhando com o Plano Diretor, é um grupo de arquitetos e profissionais recém-formados, o mesmo vale, quem não está dentro do processo não deveria ter competência, vale o mesmo. Eu estou fazendo um contra-argumento. A procuradoria é uma instituição, eu não estou perguntando para o procurador A ou B, eles têm que responder. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor já teve a sua oportunidade de fala, eu estou esclarecendo que nós estamos tentando melhorar esse processo e nesse sentido que a gente vai trazer uma assessoria jurídica para este conselho, para que possa ser esclarecido todos os pontos levantados e até ser parte do processo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, só para não ficar mal, não é dúvida, realmente não foi respondido, foi intencionalmente não respondido. A gente tem que ser honesto e sincero, a procuradoria joga, quando ela não quer assinar alguma coisa joga e termina algum técnico, provavelmente pressionado, assinando. **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por isso a gente vai tentar melhorar o fluxo na sequência. Então, colocamos em votação o pedido de prorrogação para relato do Conselheiro Hermes. Favoráveis à prorrogação? (Contagem de votos = 16 votos). Votos contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO A PRORROGAÇÃO.** Na sequência a gente tem... A Claudete não retornou do Acesso. O 4.6 da pauta tem pedido de vista. O item 4.7 da pauta, a conselheira Livia não está. Então, encerramos a nossa pauta. (Encerra-se às 20h00min).



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

528

529

530

531

532 **Germano Bremm**

533 **Presidente**

Secretária Executiva

Relatora



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ATA ORDINÁRIA Nº 2828/2019

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às dezessete horas e trinta minutos a primeira chamada e às dezoito horas a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6 e primeiro vice-Presidente, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Júlia Freitas (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Luana Nunes (1ª Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Virginia Oliveira (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN: Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Gisele Coelho Vargas (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Jorge Alberto Birnfeld Cotta (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS**: Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Fausto Isolan (1º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul – SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (Titular), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul – SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL**: Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Dinar Melo de Souza (2º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos, **Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA**. **SECRETARIA EXECUTIVA**: Gabrielle Aquino e André Luiz Oliveira, **Secretaria Executiva, servidores da SMAMS**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA**: 1. **ABERTURA**; 2. **VOTAÇÃO DA ATA 2825/2019**; 3. **COMUNICAÇÕES**; 4. **ORDEM DO DIA**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h00min. 1. **ABERTURA**. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Boa tarde. Vamos dar início aos trabalhos da pauta 2828/2019. Conselheiros, hoje nós temos a apresentação do trabalho de um projeto, um empreendimento. Então, eu pediria para fazermos uma inversão no mínimo para apresentar este projeto e dispensar o



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

empreendedor. Se for do entendimento de todos fazemos a inversão total, iríamos para as comunicações depois da Ordem do Dia. Tudo bem? Ok? Concorde? **APROVADO POR CONSENSO**. Então, vamos para: **2. VOTAÇÃO DA ATA 2825/2019**. Os senhores que concordam com a Ata 2825, por favor, que se manifestem. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Só um pouquinho, Gomes. Eu fiz uma leitura da ata, tem uma série de demandas ali. Nós vamos poder registrar isso antes da aprovação? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Tu fizeste uma leitura e queres fazer o registro? Sim, antes da votação. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Sobre a Ata 2825, a primeira observação que eu faço é em relação à comunicação externa que foi feita aqui pela Maria Elaine Eliane Silva, uma visitante do Parque Agrícola Albion, que fez uma solicitação e que no final perguntou o que nós podemos fazer. Houve algumas intervenções dos conselheiros, conforme registro na ata, ficou alguma dúvida se o Conselho Municipal, se os órgãos aqui da prefeitura representados poderiam fazer alguma coisa em relação à demanda explicitada pela moradora Maria Elaine Eliane Silva. Foi o primeiro ponto. O segundo ponto aparece ali na folha 03, o Rafael Passos do IAB diz que fez uma solicitação por e-mail pertinente à revisão do plano, é uma atribuição do Conselho e que tem a questão da transparência, se talvez se possa ter acesso a essa documentação, ter o retorno da solicitação. Ele fez uma solicitação por e-mail, que ele não explicitou, mas pertinente à revisão do plano. E o Germano, que presidia a sessão, mencionou que o e-mail foi respondido, anexando os documentos. Aí o Conselheiro Gomes fez uma intervenção e sugeriu que a documentação que fosse enviada para o conselheiro do IAB fosse enviada a todos os conselheiros. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Eu não recebi. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**: Ninguém recebeu. Depois tem uma intervenção da Conselheira Maristela Maffei, que diz que gostaria de ter um retorno sobre suas solicitações, uma é a respeito da Macro 10. O outro questionamento foi sobre a existência da Comissão de Ética no regimento. Isso ficou de ser consultado. Nós precisaríamos ter uma resposta sobre essa questão. Tem uma Questão de Ordem que foi apresentada pelo Conselheiro do Felisberto, que reiterou a solicitação da questão da lista de presenças, que deveria ser disponibilizada, bem como a apresentação no Power Point. Ele diz que fez a solicitação e que seguia aguardando os dados que deveriam ser disponibilizados. E no final a Conselheira Claudete da ACESSO faz uma solicitação à Secretaria de quais seriam as razões pela retirada do processo do Internacional, que até agora não foram informados aos conselheiros das razões desta retirada. Essas são as observações que eu fiz em relação à Ata 2825 que eu gostaria de deixar registrado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**: Perfeito, conselheiro. Fica registrado. Conselheiro, eu quero lhe dar os parabéns pela sua oportuna, bela e qualificadíssima postura em relação às pautas. O conselheiro está transformando as pautas em um compromisso, que já deveria se rum compromisso, mas o conselheiro está tendo a paciência de se posicionar em relação e cobrar as respostas que ali tem sido colocadas. Eu não estou discutindo o mérito de resposta, de nada, nem da responsabilidade de quem está sentado em volta a esta mesa representando o governo; mas a postura muito elevada. Eu acho isso de certa forma vai qualificar a nossa convivência aqui dentro, para não ficar no discurso vazio, sem uma resposta. Precisava que alguém, necessariamente, tomasse essa iniciativa de cobrar e o conselheiro está fazendo esse belo serviço ao Conselho, ao CMDUA. Conselheiros,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

colocamos em votação a Ata 2825, os conselheiros que são favoráveis que se manifestem. (Contagem de votos = 14 votos). Conselheiros que se abstém? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). Conselheiros que são contra a ata? (Contagem de votos = 00 votos). **APROVADA A ATA 2825.** Então, conselheiros, vamos fazer a inversão de pauta, onde vamos pedir que o primeiro item a ser discutido seja: **4. ORDEM DO DIA. 4.09. EXPEDIENTE: 002.334883.00.0. INTERESSADO: SP Construtora e Incorporadora Ltda. ASSUNTO: Aprovação EVU para parcelamento de solo – Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau. LOCAL: Rua Granja Bela Vista, 450. RELATOR: SMRI.** Foi solicitado que a empresa empreendedora apresentar pela complexidade do projeto. Fica à disposição, de 10 a 15 minutos. O Arquiteto Oscar já nos abrilhantou algumas vezes aqui como conselheiro, representando o Instituto Urbano Ambiental, juntamente com o Fernando também. Então, esteja à vontade. **Oscar, representante do empreendedor:** Boa tarde a todas e a todos que se fazem presentes. É uma satisfação o Cristiano e eu nos dirigirmos a um colegiado tão qualificado e representativo, que trabalha com o tema principal das nossas vidas, que é a cidade. Eu sou o arquiteto e urbanista, o Cristiano faz parte do nosso time, trabalho há 40 anos com projeto, o Cristiano está há 25 anos conosco. E estamos representando os proprietários da Gleba na forma do projeto. Então, nós não representamos nada que não seja o projeto, que é fruto de uma construção com a administração pública no ambiente das nossas convicções de sermos intérpretes das demandas que a sociedade nos apresenta. Nós trabalhamos com esse tema da habitação de interesse social em Porto Alegre, desde o Governo Tarso Genro, quando nós fizemos o primeiro programa de arrendamento residencial. Em Porto Alegre foi uma luta dura para flexibilizar a legislação e tudo, foi uma construção social muito interessante, mas fizemos. Depois o primeiro Minha Casa Minha Vida de Porto Alegre também, foi uma luta dura para introduzir essa legislação, já trabalhávamos nas comunidades e fizemos, então, o Repouso do Guerreiro. Fora isso, também apoiamos as políticas libertadoras do sistema cooperativa habitacional através do apoio à cooperativa, como é o caso da cooperativa dos correios na Baltazar, a cooperativa do DMAE e outras tantas no interior do Estado. Também trabalhamos em projetos sociais e reassentamentos de famílias, no caso da Tronco e da Vila Nazaré, aqui especificamente o Projeto Maristas. Também estamos apoiando a comunidade da Vila dos Pescadores, porque ali tem um tema interessante, existe uma execução de sentença, aquela comunidade está condenada a ser removida pela legislação e nós achamos que há brechas para a gente discutir um novo projeto para esse território. Então, estamos trabalhando junto com aquela comunidade e o Ministério Público para ver se tem alguma saída, onde toda a sociedade e principalmente a cidade saia ganhando, porque nós temos padrões distintos do padrão de Porto Alegre, que é a convivência com a água e a construção. A gente estabelece uma linha imaginária entre a informalidade e a formalidade como se todos não estivessem com uma comunidade que está desde 1940 neste território. Tem trabalhado com programas de habitação de interesse social nas cidades de Santa Maria, Canoas, São Gabriel, Eldorado do Sul e mais outras cidades, e planos diretores. Enfim, dito isso, não é este comercial que viemos fazer, nós viemos dizer que nós somos do ramo e representamos o projeto. Nós pactuamos, depois de dois anos e meio de negociações, com o Município de Porto Alegre para fazermos um loteamento em uma AEIS, a Granja Bela Vista. Esse projeto de AEIS atende a lei e não deve nada em infraestrutura do impacto que causa para a cidade, ele não gera passivos ambientais, nem passivos urbanísticos. Essa foi a construção nesses dois anos e meio. Respeitamos toda uma faixa de proteção ambiental através da introdução de um condomínio de apartamentos no tecido onde era possível implementar um grão menor da cidade, criamos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

casas nos dois lados e condomínios, quatro condomínios pequenos no interior do
quarteirão, atendendo uma orientação do Ministério da Cidade de criar um tecido com
várias tipologias. Também reservamos área para escola, bacia de amortecimento. Quer
dizer, todas as condições técnicas propostas pelo corpo técnico da prefeitura foram
atendidas para atendermos uma lei, porque a função social desse território é para
habitação de interesse social. As condições de aprovação era que 20% das unidades
ofertadas fossem para demanda prioritária do DEMHAB. Então, nós temos aqui 120 ou
140 apartamentos à disposição do DEMHAB para a sua demanda prioritária via. A Granja
Bela Vista, que é uma via pública, que liga a Costa Gama a Jorge Pereira Nunes, terá que
ser feita custeada pelo empreendimento. Então, já fizemos projetos técnicos coube na
equação, mesmo sendo este um público da faixa 1,5. Também as questões ambientais
nos territórios, principalmente a estruturação através da recomposição vegetal nos
corredores ecológicos naturais do território, estão contemplados no projeto. Essa mancha,
Cristiano, quer explicar um pouquinho essa mancha aqui? **Cristiano Ferreira,**
representante do empreendedor: Boa tarde, boa noite. Meu nome é Cristiano Ferreira,
trabalho com o Arquiteto Oscar. Só explicando, essa mancha foi tirada diretamente do
sistema de DM público, DM Web, ela mostra exatamente todas as AEIS da região, para
mostrar basicamente as AEIS da região, diversos tipos de AEIS. E uma coisa que se
destaca ao verificar esse mapa é que a maior quantidade de AEIS que existe na região É
AEIS tipo 2, que são justamente construídas para fazer a regularização fundiária de
parcelamentos irregulares ou clandestinos. Então, a verdade é que a cidade ela está se
construindo nessa região totalmente a revelia da lei. Talvez seja a melhor leitura que se
consiga fazer. **Oscar, representante do empreendedor:** Durante a discussão dessa AEIS
aqui foi questionado o modelo de cidade, vocês vão ver no processo, eventualmente se
consultarem, onde nós provamos que esse território está sendo ocupado. Independente do
que os senhores determinam, que a lei determina, ele locação urbana e está sendo
ocupado. Como nós ficamos dois anos e meio estudando e fomos recorrentes ao território,
a gente nos finais de semana vamos visitar as madeireiras lá. O comércio, a construção de
cidade, o parcelamento do solo é recorrente ali. Na nossa humilde compreensão, até
porque nós estudamos o tema fundiário, esse problema acontece não porque as pessoas
querem descumprir a lei, é porque não existe oferta. E o projeto que nós estamos
propondo é justamente isso, vamos combater o déficit com oferta. Então, essa linha
imaginária de que a ocupação é irregular não constrói cidade, isso não existe. Todos estão
construindo cidades. A discussão é que modelo de cidade gera passivos ou ativos
urbanísticos e ambientais, a nossa proposta vem dizer o seguinte: não estamos deixando
passivos, estamos construindo ativos urbanísticos e ambientais. Foram-nos solicitados
vários estudos de mobilidade. Então, essa mancha está rodeada da cidade densificada,
como esses pontos amarelos são paradas de ônibus, os eixos principais de mobilidade,
levantamos todas as linhas, é óbvio que as pessoas vão se sentir interessados em ocupar
esse território, não tenho dúvida, tanto é que estão ocupando. Tem bastante, nesses dois
anos e meio já vimos crescer a mancha das desocupações. Então, que ele tem vocação
urbana não se discute, mas também não é nossa função discutir a cidade, é a função de
vocês. A nossa função e dos funcionários públicos que avaliam o nosso trabalho é cumprir
a lei e estamos cumprindo rigorosamente, pois não cumprir a lei é algo condenável e do
poder público não cumprir a lei é prevaricação. Esse fenômeno aqui é recorrente. A gleba
que estamos propondo a ocupação tem alguns territórios que por algum tempo foram
agricultura, outros remanescentes ainda são, mas à medida que os donos dessas glebas
vão envelhecendo os filhos não querem mais e começam a dividir o território. Também, a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

lei permite que se façam condomínios alto padrão e a área de interesse social para atender as famílias dentro da lei e da regra. Aqui, a partir de R\$ 1.800,00 a pessoa vai poder comprar uma casa, um apartamento. Então, é importante isso. Em síntese, temos aqui uma cidade aberta para a rua e temos a mesma cidade através de caminhos verticais aberta para a rua. Essa densidade é que pode bancar na escala os custos da infraestrutura necessária. Aqui têm os muros padrões de condomínio, as pracinhas e aqui tem uma proposta de habitação, que entre os blocos tenham as pracinhas de convivência e as janelas voltadas para a rua, como recomenda a bibliografia que trata da cidade para as pessoas. Bom, se quiserem esclarecer alguma questão nessa abordagem. Obrigado a todos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Conselheiro Er quer fazer alguma colocação ou abrimos uma rodada de esclarecimentos? O Er é o relator do processo. **Er de Macedo Martins (1º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa noite. Eu acho interessante abrir a rodada para os conselheiros, eu tenho conhecimento do processo e vou fazer o relatório em cima do processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, está aberto para esclarecimentos, se assim acharem interessante. Felisberto, eu chamei atenção ali, tu viste a quantidade da questão de regularização fundiária na região? Impressionante! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Já que fui provocado. Tudo que vem para solucionar, principalmente a de baixa renda, é sempre bem-vindo, porque a cidade também tem que ser construída para quem precisa. O Programa Minha Casa Minha Vida é um programa que atende esse requisito. Ficaram dúvidas para mim, porque eu vi que é de segundo grau, projeto de impacto de segundo grau. Eu queria saber quantas unidades, se são casas ou apartamentos, porque isso não ficou claro para mim. E quais são as medidas de compensação para a região, se há alguma questão. Eu vi que falou da rua, entre a Jorge Pereira Nunes e a Costa Gama. Então, é isso. **Oscar, representante do empreendedor:** São 105 casas térreas, 184 casas sobrepostas e 360 apartamentos. A casa sobreposta é a casa aqui, a parte de baixo é uma unidade, sobre ela é outra unidade. A casa de baixo tem um pátio nos fundos, mas a de cima não tem. Então, eles partilham um terreno conjuntamente. É uma sobre a outra, é o inverso do sobrado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Qual é o tamanho das unidades? **Oscar, representante do empreendedor:** É o programa, os programas sociais têm uma arquitetura muito fechada, porque tem um custo muito fechado. Então, ela fica dentro do padrão, em torno de 40, 41, 42 metros quadrados por unidade. São todas unidades de 2 dormitórios, que é o padrão, acaba gerando um padrão. O empreendimento tem que bancar no mínimo o impacto que causa. Então, esse empreendimento, todo o impacto que causa ele banca de maneira compensatória ou mitigatória. Para o programa social não se costuma impor mitigações. Por exemplo, os déficits urbanos causados por aquelas áreas de unidades em processo de regularização, outras em processo de ocupação, esse empreendimento não pode, aí tem que buscar no orçamento público ou outro tipo de orçamento. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Olá, Oscar! Tudo bem? As perguntas que eu gostaria de fazer, se pudesse retomar a primeira imagem onde vocês mostram as áreas de AEIS da região. Essa aí, isso branco aí é o quê? **Oscar, representante do empreendedor:** Isso são as APPs. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Não, esses risquinhos. **Oscar, representante do empreendedor:** As macrozonas. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** O que são



240 **essas linhas brancas? Oscar, representante do empreendedor:** Essas são as APPS
241 das calhas naturais da drenagem, os cursos d'água, protegidos pela APA ambiental da
242 cidade. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**
243 **Grande do Sul – UFRGS:** A segunda pergunta, a vegetação original, tu podes botar a
244 segunda imagem. Essa vegetação aqui... **Oscar, representante do empreendedor:** Essa
245 está toda preservada, a não ser alguma coisa da franja, que tem nascentes, tem valas,
246 calhas naturais de drenagem. Então, ela preserva a APP e alguma coisa da franja, mas
247 muito pouco. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**
248 **Grande do Sul – UFRGS:** A outra pergunta: ali onde há essas casas sobrepostas, que é
249 aquela parte quadrada, não se importa de botar ali? Aquela parte à direita onde tem o
250 quadrado com aquelas faixas de casas à direita e à esquerda, a outra lá do outro lado,
251 mais esse quadrado aí, quanto tem de densidade habitacional? **Oscar, representante do**
252 **empreendedor:** No todo são... (Manifestação fora do microfone). **Lívia Teresinha**
253 **Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:**
254 Unidades por hectare, quero saber o número de unidades total daquele pedaço ali. **Oscar,**
255 **representante do empreendedor:** Nesse pedaço são 105 mais 184, mãos 360, são 630 e
256 poucas unidades para um total de 8 hectares. Então, é um bom padrão, né. **Hermes de**
257 **Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul –**
258 **SAERGS:** Boa tarde, Oscar. Não é um esclarecimento, na verdade, é uma constatação,
259 porque o Sindicato dos Arquitetos tem se empenhado junto com outras entidades, com o
260 próprio CAU na habitação de interesse social. E uma das questões que sempre vem à
261 tona, mesmo nos programas Minha Casa Minha Vida, a inviabilidade econômica dos
262 empreendimentos, se ouve muito que pelo custo, pelo público que atinge, apesar das
263 condições que a gente sabe muito precárias do tamanho das habitações, da implantação,
264 etc. e etc., mas me parece que ainda é uma solução mais adequada do caos que a gente
265 vive nesta cidade, na maioria das cidades brasileiras. Então, eu até fico, não é surpresa,
266 mas contente que haja uma viabilidade econômica para esse tipo de empreendimento
267 nessa zona, que é uma zona aqui também tem sido procurada, apesar de ser AEIS, para
268 habitações, ocupação de interesse das classes mais favorecidas. Como a gente trabalha
269 muito nessa área, incentivada que se trabalhe muito, normalmente, tem acontecido por um
270 grupo de arquitetos que são quase que sonhadores, assim, que tentam procurar
271 comunidades e trabalhar de uma forma voluntária. Então, eu fico contente com essa
272 apresentação, apesar de que se a gente fosse analisar friamente, a gente vê as condições,
273 a precariedade, o tamanho das unidades, etc. e etc., mas como eu disse, eu acho que a
274 condição mais favorável do que viver no esgoto a céu aberto. É isso. **Oscar,**
275 **representante do empreendedor:** Eu fico feliz com a tua manifestação, Hermes. Eu sou
276 sócio do sindicato desde o tempo que o Clóvis fundou o sindicato, o meu diploma eu recebi
277 pelo Arquiteto Clóvis, cuja amizade eu me orgulho muito. Então, é uma luta, é sentar com o
278 empreendedor, sentar com o poder público e sentar com o financiador, arrumar a equação
279 de ganhadores, porque não fazendo nada todo mundo perde, fazendo mal feito também
280 perde-se muito. Então, tem que lutar pelo melhor, o que a gente lamenta é que tenha que
281 levar tanto tempo para produzir um projeto, mas se é assim, que seja assim, respeitando a
282 lei, respeitando os diferentes olhares sobre o território e a diversidade. Obrigado pela
283 intervenção. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de**
284 **Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Eu também não tenho, só alguns esclarecimentos. O
285 projeto em si vem há muito tempo tentando ser viabilizado. Eu gostaria de lembrar, como
286 foi bem colocado, a região que está situado esse projeto é uma região com acessibilidade
287 ambiental, mas, principalmente, esse projeto traz todo dentro da legislação uma proteção



destes mananciais hídricos das áreas de APP. Aquelas “branquinhas” que tu perguntaste, Professora Livia, é o arroio e as bolinhas da ponta são nascentes. Então, por que eu quis fazer esta intervenção? Porque é uma área que está sendo, paulatinamente, ocupada, tem déficit habitacional no município, temos sim e as pessoas estão ocupando, Felisberto, por necessidade. E aí eu venho em um ponto mais sensível ainda, que é a questão da ocupação. Ela é desordenada e acaba por impactar diretamente os mananciais hidrológicos, as áreas de APP desaparecem, elas são destruídas, porque o pessoal simplesmente entra, aterra, remove vegetação. Este projeto vem nesse sentido de trazer habitação para a regularização fundiária no mote que nós sempre estamos procurando, a partir do DEMHAB também, o DEMHAB se beneficia com esse projeto de unidades habitacionais para atender pessoas que devem ser reassentadas. Não só esses projetos que são importantes na ocupação do território, como áreas construídas como o viário sendo implementado, com uma infraestrutura para melhorar a região, mas, principalmente, com a manutenção, que dá para ver em um dos slides do corredor ecológico que é mantido. Justamente por esse conjunto de APPs ele é muito importante nesse sentido. Inclusive, na revisão do Plano Diretor, nós temos todo um apanhado na discussão dos corredores ecológicos, da manutenção desses corredores. Então, as áreas de APP são preservadas, segundo a legislação e traz ganhos e benefícios para a região, tanto na habitação de interesse social, como de regularização fundiária, que é o que nós realmente precisamos e diminui o impacto sobre o meio ambiente das ocupações que são desenfreadas e que é uma montoeira de casas, que destroem os bens ambientais. Então, tu tens um projeto com o cuidado ambiental e que vai beneficiar as pessoas. Também há a questão da viabilidade, uma das vias vai ser viabilizada para as questões econômicas do projeto, que vai ampliar a mobilidade dessa região. Era esse comentário que eu queria fazer. Obrigado. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Boa noite, Oscar, seja bem vindo aqui novamente no Conselho. Eu só tenho a parabenizar a iniciativa de fazer um produto como esse para tentar contemplar pessoas de mais baixa renda. E lançar uma reflexão também, tu que já atuaste junto às prefeituras e tal, essa indagação que eu vou fazer serviria até para subsidiar a nossa própria mudança do Plano Diretor. Na hora que a gente faz um empreendimento como esse, que tem todas as implicações, as medidas mitigatórias e tal, de que maneira a gente poderia providenciar que esse público que vai morar aí pudesse ter um atendimento com relação à emprego, educação? Porque antigamente se deixava áreas para escola. Essas áreas de escola acabavam sendo invadidas e o poder público não consegue colocar uma escola dentro. A primeira coisa que eu pensei, já tentando contribuir, é que quando a gente tivesse uma determinada comunidade, com um determinado número de habitantes, que fosse gerar incremento habitacional, que a gente poderia atrair, por exemplo, um SESC, um SENAC, alguma coisa, um equipamento desse tipo, que pudesse proporcionar para as pessoas um pouco de informação, até para buscar colocação em emprego. Então, não só providenciar habitação, mas providenciar um posicionamento social, digamos assim. O que em nível de reflexão tu poderias nos deixar? **Oscar, representante do empreendedor:** Colega Rogério, quanto mais eu estudo esse tema mais burro eu me acho, mas me parece que se nós pudéssemos resgatar no poder público a capacidade de fazer ou promover investimentos indutores do desenvolvimento, ao invés de ir a reboque das pressões, eu acho que nós poderíamos reverter essa lógica perversa de que as pessoas que mais precisam ficam cada vez mais longe. Então, produzir cidade, produzir território urbanizado me parece que é fundamental para nós trabalharmos essa desigualdade que está aí, gritante e que preocupa a todos. Quem tem



336 muito está com medo e quem tem pouco já começa a estar em uma oscilação que não tem
337 nada a perder. Está muito ruim. Então, o resgate da capacidade de induzir de maneira
338 realista o empreendimento. Quando nós fizemos o Lincon Instituto, ele convocou pessoas
339 com certo conhecimento de toda a América Latina e o Caribe, ficamos uma semana em
340 Buenos Aires para debater cidade, debater produção de cidade, debater produção de
341 território, obviamente, a partir de quem não tem acesso à cidade e nem ao território. E
342 parece que do ponto de vista deles, pelo que eu entendi daquilo, é que o jogo da cidade
343 precisa ser jogado, precisa jogar o jogo da cidade e para jogar o jogo da cidade não pode
344 excluir ninguém, nem quem tem muito e nem quem não tem nada. Então, até o exercício
345 que foi feito ali é criar grupos de trabalho, era bastante gente, para fazer o jogo da cidade,
346 onde uns representavam os extremamente pobres, outros extremamente ricos, outros os
347 classe médias, outros representavam o poder público, outros autoridades fazendárias
348 também, porque não adianta, no nosso sistema sem dinheiro nem o passo se acerta,
349 precisa ter também sustentação. E nós vimos que jogando com as necessidades de todos,
350 de maneira clara e transparente se consegue um território melhor do que está aí. Então,
351 parece-me que não é abdicado o processo democrático e o sistema público assumiu o
352 protagonismo em torno do desenvolvimento e na gestão das relações sociais incluídas,
353 sem excluir ninguém, sem preconceito de ninguém. Tu vais ver que os ricos querem uma
354 coisa, os pobres querem outras coisas e esse jogo tu podes jogar e pode dar certo. Eu não
355 tenho resposta para a tua pergunta. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
356 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu agradeço, Oscar, pela tua
357 apresentação. Acho que foi muito especial neste Conselho, até pela tua experiência no
358 trato da questão da cidade, na questão urbanística. E agora a gente segue os nossos
359 trabalhos aqui. (Aplausos). Este processo está na Região 06, na minha região. Então, o
360 Oscar vai apresentar para nós também na quinta-feira, na reunião que vamos ter na RGP.
361 06. Conselheiros, retomamos o Item **4.01. EXPEDIENTE: 19.0.000040017-6.**
362 **INTERESSADO: José Frison.** Aguarda retorno da solicitação de diligência PPDC.
363 Continua na mesma situação. Item **4.02. EXPEDIENTE: 002.337533.00.1.**
364 **INTERESSADO: Evaldi Wiebush Muller.** Está na Região 06, a gente aguarda também, é
365 uma diligência ao Arquivo Municipal, que nós estamos com um sério problema, ele não
366 está dando resposta. Eu estou com um processo lá, a Claudete tem outro processo lá
367 também. Eu vou pedir providências para o Secretário Germano, no sentido de oficial. A
368 verdade é que estamos a 2, 3 meses aguardando, o que era antes muito comum pedir
369 uma diligência, mandavam o processo para cá, como outras secretarias já fazem. O **4.03.**
370 **EXPEDIENTE: 002.286448.00.7. INTERESSADO: Inovar Participações.** Aguarda
371 retorno da PGM. O **4.04. EXPEDIENTE: 002.329411.00.0. INTERESSADO: Igreja**
372 **Pentecostal Assembleia de Deus.** Diligência atendida, o relator tem condições de dar
373 sequência ao trabalho? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos**
374 **no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Na verdade, na reunião passada eu pedi o
375 adiamento, porque foi solicitada uma diligência à PGM e a PGM não respondeu, passou
376 adiante. Eu até li o parecer da procuradora, que disse que era nova na CAUGE e mandou
377 o processo para a CAUGE. Eu vou ler o pedido depois, mas só para esclarecer do que se
378 trata. Na verdade, é uma igreja próxima a um posto de combustível, que pela legislação
379 antiga tinha que ter um distanciamento mínimo. A legislação mudou, através de um
380 decreto, que foi feito em 2012, depois em 2014 foi editado um novo decreto, eu acho que
381 foi na época do Prefeito Fogaça ainda, mas que de qualquer forma o esclarecimento foi
382 feito por um técnico, um arquiteto da Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Eu não
383 me senti satisfeito, porque, na verdade, é uma questão muito polêmica sobre segurança,



se é segura uma igreja ou qualquer atividade que tenha aglomeração de muitas pessoas, próximo ao posto de gasolina. Eu não vou entrar no mérito, eu vou entrar no mérito do que a lei diz. Eu lembro quando trabalhava aqui, a gente sempre dizia que histórico não tem, tem um ou dois casos de explosão de postos de gasolina, é uma coisa quase impossível de acontecer, cada vez tem mais sistemas de segurança, mas eu vou me valeu do que está na lei. Também, por outro lado, eu visitei essa igreja, apesar de eu já ter me referido à pressão que foi feita para aprovação, até dá para entender porque essas igrejas estão se proliferando tanto, essa Assembleia de Deus, assembleia disso, Igreja Universal, eles têm um trabalho interessante lá, que tem salas de aula, tem creche para as crianças, é uma coisa. Também um espaço precaríssimo, acho que até sem condições de Habite-se, mas eles estão ocupando o papel que o estado não ocupa, que é oferecer algum espaço para as pessoas que estão no desespero, até a região Voluntários com Farrapos, depois da Rodoviária. De qualquer forma, eu estou reencaminhando para que a PGM responda. Eu entendo que a PGM deva estar com muito trabalho, mas eu acho que é obrigação que a PGM responda. Eu vou ler o encaminhamento (Leitura do pedido de diligência 10/12). Eu registrei, eu acho uma pena que o Secretário, no cargo de presidente não responda, mas nós não somos governo e o secretário gostaria que estivesse para ouvir. Assim, parece uma brincadeira o jeito como tratam essas questões. Nem mesmo o encaminhamento da Procuradora, expresso, ou que fosse para a CAUGE, foi atendido, nem o retorno para ela, provavelmente, para depois dar o “de acordo” pelo jító foi atendido. Eu não sei se é uma coisa, tipo, se passar passou, mas tudo bem. Na verdade, o posto tem uma decisão judicial a favor dele. Por outro lado, o que mais tem é posto ao lado da igreja, posto grudado em posto, que também não poderia. Eu acho assim, ou a gente muda a lei, eu até sou favorável, mas parece que a gente está brincando, porque depois quando acontecem as tragédias vão querer achar culpados. Provavelmente o arquiteto que respondeu o parecer vai ser o culpado, porque ele está dizendo que não tem problema. Então, é isso.

Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Ok. Então, ele retorna à PGM, conforme solicitado pelo conselheiro. O item **4.05. EXPEDIENTE: 19.0.000067334-2. INTERESSADO: Adriano Grigo Luz.** Ele está em diligência. Está com pedido de diligência pela ACESSO. Continua um deles no Arquivo Municipal, dois já foram disponibilizados. O Item **4.06. EXPEDIENTE: 002.341116.00.8.4802. INTERESSADO: Motta e Selaimen Construtora e Incorporadora Ltda.** Foi retirado para vista da RGP. 01 e UFRGS. Está para vista. Lembrando que o processo sai na sexta e retorna na segunda-feira, o processo deveria ter volta. A conselheira não está. Está prejudica, porque a conselheira não entrego um conforme o combinado neste Conselho. Item **4.07. EXPEDIENTE: 002.341651.00.8. INTERESSADO: Edmonton Comércio e Serviços.** Está para vista. O prazo de vista é esta reunião. **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** O meu parecer vai na direção do procedimento, que em alguns entendem como não ideal. Embora eu queira reforçar que a licença prévia da SMAMS está completa, mas o meu parecer é de ainda esclarecer algumas incertezas e alguns termos vagos. Então, eu vou ler o relatório e depois o parecer. Leitura do relatório e parecer do pedido de aprovação de EVU inclusos ao processo: “Processo n. 002.341651008 EVU Requerente: Edmonton Comércio e Serviços Endereço: Assis Brasil, 11120 e 11150 Trata-se de EVU para emissão de diretrizes para Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º. Grau, para empreendimento localizado na Av. Assis Brasil, importante avenida da cidade de Porto Alegre. A avenida é a principal via de fluxo da zona norte da cidade, iniciando no bairro São João, no fim da Avenida Benjamin Constant, e terminando junto à ponte do rio



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

Gravataí, nos limites do município, apresenta expressivo fluxo de comércio e tráfego. O empreendimento é referente a um Centro Comercial da rede Havan, em dois terrenos com as dimensões de 59.519 m² e 28.005 m², respectivamente, e localizados nos números 11150 e 11120, da Avenida Assis Brasil, Macrozona 2, UEU 14, QTR 005, Bairro Sarandi. Os imóveis são de propriedades de RS Realty Investimentos Imobiliários, conforme matrículas das fls. 13 a 109, do presente processo. O projeto urbano foi enquadrado como Projeto Especial de Impacto Urbano de 2º Grau porque prevê área adensável superior a 10.000 m² e mais de 400 vagas de estacionamento, nos termos do disposto no art. 61, inciso I, art. 100, §3º, e Anexo 11.2 do PDDUA (LC 439/99, alterada pela LC 646/2010). A CAUGE emitiu Termos de Comparecimento em 24.07.2019 (Parecer 103/2019) (fl. 185); em 28/08/2019 (Parecer 119/2019). As inconsistências foram sanadas no curso da tramitação pela juntada dos estudos de drenagem e de mobilidade e demais documentos solicitados (fls. 197, 251, 277), de forma que, em 16 de outubro de 2019, a CAUGE aprovou o EVU por meio do Parecer 137/2019 e emitiu as diretrizes para posterior assinatura do Termo de Compromisso. O pedido de prioridade na tramitação foi deferido pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico, com amparo no disposto no art. 13 do Decreto 19.741/2017 (fl. 190), por se tratar de “edificação com obrigação de atendimento de contrapartidas com o Município” (art. 13, I). A SMAMS, em outro processo administrativo que não integra o presente, emitiu a Licença Prévia 018450/2019 para o empreendimento, no qual exigiu avaliação confirmatória de possível contaminação de solo e apresentação de estudos de cobertura vegetal, dentre outras providências, necessárias para a posterior emissão da Licença de Instalação (fl. 279). Este é o Relatório. PARECER O empreendimento é compatível com a Macrozona 2, caracterizada como Corredor de Desenvolvimento. É constituída pela área entre a BR 290, a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil e considerada estratégica para empreendimentos autossustentáveis de polarização metropolitana, com integração de equipamentos como o Aeroporto e as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul – CEASA (art. 29, II, LC 434/99). Também está de acordo com as diretrizes da Área Miscigenada Mista 05 – GA 11, que contempla “zonas de diversidade máxima, onde todas as atividades são permitidas, sendo o uso habitacional somente admitido por meio de Projetos Especiais de Impacto Urbano”, por se tratar de empreendimento não residencial. No que se refere aos possíveis impactos urbanos a serem ocasionados, no curso da tramitação do EVU, foram evidenciados: a) Impactos na mobilidade urbana b) Impactos na drenagem urbana As obras mitigadoras de mobilidade que deverão ser executados pelo empreendedor, qualificado como um polo gerador de tráfego, foram estabelecidas no curso do EVU com amparo em Avaliação de Impactos e Plano Funcional Viário, o que permite aferir a motivação das decisões administrativas da EPTC (fl. 291). Da mesma forma, há fundamentação para as obras mitigadoras de macrodrenagem, consistentes na implantação de canal de drenagem compatibilizado com futura ampliação da Av. Assis Brasil, ampliação dos canais existentes e limpeza do canal da Casa de Bombas CB 10 No entanto, examinando-se a motivação do Parecer CAUGE 137/2019, observa-se que este aponta para a obrigatoriedade de elaboração de “estudo da compatibilização do canal de drenagem no trecho paralelo à Av. Assis Brasil como gravame viário do alargamento da Av. Assis Brasil, de modo a minimizar o impacto nas futuras obras viárias” (fl. 274). A observação do representante da SMIN alinha-se com o alerta do representante da EPTC quanto à “proposta de canal de drenagem transpondo diretriz viária, o que pode significar dificuldades à futura execução da via”. O Parecer também assinala, quanto às Diretrizes para Projeto de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, que não há previsão para execução da extensão de redes para



viabilizar a ligação predial do empreendimento, ficando às expensas do interessado a antecipação desta obra. Considerando que, nos termos do Decreto 19.843/2017, uma vez aprovado o EVU segue-se a assinatura do Termo de Compromisso (art. 13), compreendendo que estas incertezas em relação à efetiva ampliação de redes e ao estudo de compatibilização do canal de drenagem precisam ser previamente elucidadas. Isso se faz particularmente importante quando identificam-se demandas, no município, em relação ao abastecimento de água, particularmente durante os meses de verão, e ante o apontamento do setor competente referente ao canal de drenagem no trecho paralelo à Av. Assis Brasil, como gravame viário do alargamento da Av. Assis Brasil, de modo a minimizar o impacto nas futuras obras viárias, o que poderá gerar futuros problemas tanto para o empreendimento, quanto para o município. É necessário chamar atenção para o fato que o Termo de Compromisso constitui um negócio jurídico bilateral e um título executivo extrajudicial, motivo pelo qual suas cláusulas precisam ser claras e precisas, sob pena de o documento, no futuro, ser insuscetível de ser judicialmente executado. Assim, o Parecer é no sentido de REJEIÇÃO DO EVU e que, seja determinado à CAUGE, com amparo no art. 14, II, do Decreto 19.843/2017, a emissão de Termo de Comparecimento a fim de que o estudo de compatibilização do canal de drenagem com a ampliação da diretriz seja apresentado, avaliado e tenha o suporte técnico dos técnicos do Município e que o empreendedor apresente a estimativa de execução da ampliação das redes de abastecimento de água e de esgoto. Este é o parecer”. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira Livia. Mais um relato? **Livia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu assino e assina também a RGP. 01. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Junto com a RGP. 01. Vai fazer relato? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, a Livia traduziu bem as nossas preocupações com essa questão do estudo de compatibilização. E a questão do abastecimento também é uma questão nos preocupou também, não só em relação a esse empreendimento, mas outros empreendimentos que a cidade possa ter no sentido do abastecimento, tendo em vista o problema que aconteceu na Lomba do Pinheiro, que todos nós sabemos e a própria declaração do diretor do DMAE aqui, que alertou que o verão de 2020 pode ser de falta de água. Então, endosso o parecer da Livia pela rejeição, com os encaminhamentos realizados. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Conselheiro Jackson, da RGP. 03. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Relato de vista da RGP. 03: (Leitura do parecer incluso ao processo: favorável ao pedido). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheiro. Eu pergunto ao SAERGS. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu não consegui ter acesso ao processo, eu poderia ter vindo aqui, mas esse processo tem que levar e ler em casa. De qualquer forma, se puder adiar por mais uma semana. Se entenderem que tem que votar vota. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A ACESSO não está para se manifestar e o regimento é claro: “Reconhecida a necessidade de prazo maior”. E para ter o reconhecimento da necessidade o Conselheiro é que vai provocá-la para a gente analisar, votar ou não. Eu também tenho um pedido de vista, mas estou abrindo mão, porque estou bem contemplado pelos conselheiros que se manifestaram, aqui, não vou fazer nada de diferente. Pergunto ao Conselheiro Hermes se faria alguma diferença.



Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Como existem duas análises que foram controversas eu acho prudente, sei da importância, a responsável técnica está presente para acompanhar esta votação, eu sei da importância para os empreendedores, mas eu acho prudente prorrogar por mais uma semana. Eu vi agora, a Lívia recebeu um whats da Claudete, que pede para ler: “Prezada Secretária Executiva, Senhor Presidente, Conselheiros, tendo em vista um imprevisto de última hora não será possível o comparecimento da entidade na sessão que deve ocorrer agora. Com o imprevisto não houve tempo hábil para que se contasse a suplência para tal fim. Não obstante, a ACESSO se resguarda ao direito de apresentar parecer de vista na próxima sessão e de antemão requer vista daqueles processos relatados na sessão de hoje. Ciente da compreensão de vossas senhorias, na certeza de que tal ocorrência não trará prejuízo aos trabalhos, seja pela natureza dos processos sob os quais pende vista, seja pela história da tramitação dos mesmos até então. Grata”. Lido isto, bom, de minha parte eu acho prudente. Eu entendo da importância, peço desculpas, mas os processos têm ficado 3, 4 meses na PGM. Eu acho que não se justifica, mas por mais uma semana para encaminhar para votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu respeito as posições dos conselheiros e para isso tem uma previsão, que é o seguinte, considerando que o conselheiro provocou a necessidade de um prazo melhor para a sua compreensão, isso é uma decisão de plenário, Serpa votado. Então, quem concorda em dar mais uma semana para o Conselheiro Hermes, visto que há outra manifestação de um colega e não estou recebendo, não vou considerar. Teria que chegar à mesa. Então, quem é favorável a mais uma semana que o Conselheiro Hermes apresente o seu parecer ou outro, se aprovado nesse vácuo, que se manifestem ao prazo. (Contagem de votos = 13 votos). Os conselheiros contrários? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO.** Concedida mais uma semana para quem estava inscrito apresentar o relato de vista. O próximo Item **4.08. EXPEDIENTE: 002.222385.00.6. INTERESSADO: Sport Club Internacional.** Relato com a RPG. 07. Conselheira à sua disposição. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Presidente, Senhores Conselheiros, Conselheiras, muito boa tarde. Vou fazer o relato. Estavam curiosos se eu havia lido todo o processo, mas como eu sou uma pessoa estudiosa já havia estudado parte dele do outro processo, que era um montante. Nós estamos tratando, especificamente, da questão da garagem. Então, passo a fazer o relato, até porque não se trata de construção, mas já por área consolidada. Só fazendo um breve histórico, já foi apresentado aqui, inclusive, pelos técnicos, tanto do Sport Club Internacional, quanto do Sunset. O Sport Club Internacional recebeu a licença de operação do complexo Beira Rio, o estádio, o prédio garagem e o centro de resíduos em dezembro de 2015. Como condicionante à LO havia uma cláusula solicitando a obtenção do Habite-se, questão essa revogada pelo Decreto nº 19.445/2016. Em 22/09/2016 foi realizada a vistoria para emissão da carta de Habite-se pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Todavia, no piso superior da garagem existem contêineres, em número de 07, tentas instaladas pela Abril, que não fazia parte do projeto licenciado. Os fiscais apontaram ali o que excedia do que foi aprovado anteriormente. Anotaram como itens não conformes e foi dado ao clube a decisão de retirar para proceder com a vistoria ou licenciar as estruturas. O Sport Club Internacional, em acordo com a associação, que é a Abril, resolveram licenciar as estruturas e entraram com esse projeto junto à CAUGE. Aconteceram as avaliações, a CAUGE emitiu um parecer, que é o número 142/2019, em uma reunião do dia 30/12/2019 (a data relatada não confere) foi favorável ao projeto nas



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

seguintes condições: (Leitura das condições inclusas ao processo). Como contrapartida foram feitas as calçadas da Edvaldo Pereira Paiva, tratamento paisagístico da interfase do edifício garagem. O uso dos contêineres já se faz ao tempo. Há um processo consolidado, que não se refere à construção, mas sim regulamentar o que está estabelecido, como os contêineres. Eu votei favoravelmente à aprovação desse processo. Era isso e quero colocar em consideração para os meus colegas conselheiros. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Conselheira. Manifestações? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A RGP. 01 pede vista. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** A RGP. 02 pede vista. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** A RGP. 04 também pede vista ao processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, são as regiões 01, 02, 03 e 04 pedindo vista. O Item **4.10. EXPEDIENTE: 002. 341565.00.1.** Foi distribuído dia 03/12. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Presidente, eu peço mais uma semana, porque só tive acesso ao processo hoje. Eu não consegui analisar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok. Então, para a próxima semana. Conselheiros, vamos para o período de comunicações. **3. COMUNICAÇÃO. Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria reiterar o que já solicitei e o Mark fez o relato, a lista de presença. Eu insisto que seja disponibilizado ao conselheiro da RGP. 01. Independente de outros não pedirem, bem como a apresentação do Power Point da oficina da RGP. 01. Reitero mais uma vez também que seja remetido, e eu coloco aos meus pares, a demolição do prédio da Baronesa, que me parece estranho que esse prédio tenha sido demolido sem uma autorização judicial, por decisão de alguém aqui da secretaria. Eu solicitei e quero que identifique quem autorizou o custo da demolição, porque o caso estava sob judice e não poderia ter sido demolido sem uma autorização judicial. Reitero isso mais uma vez. Quando estivemos no Ministério Público, o Ministério Público também vai solicitar quem foi o responsável que autorizou a demolição do prédio da Baronesa. Reitero que esses documentos sejam requisitados. Aí eu peço ao Presidente em exercício que solicite isso em nome do Conselho e quero submeter aos meus pares, porque foi um prédio demolido estando *sub judice*. Não é um secretário que vai determinar uma demolição de um prédio que está *sub judice*. Quero também a cópia do laudo que autorizou a demolição. Por fim, hoje teve a reunião do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade, eu represento este CMDUA lá no conselho. Há uma preocupação por vários conselhos da cidade com o desmonte e a aprovação da lei dos fundos, que vai inviabilizar muitos conselhos. E há uma preocupação de vários conselhos da cidade, que os fundos importavam mais de R\$ 580 milhões, que foram utilizados no caixa único. Eu acho importante, porque serão devolvidos apenas R\$ 200 milhões, R\$ 380 milhões sumirão do mapa. É impressionante, porque o Prefeito anunciou esta semana que terá mais de R\$ 900 milhões para investimento, mas sempre alega que não tem dinheiro, precisa privatizar, precisa ceder o Mercado Público, o Viaduto Otávio Rocha, tendo quase R\$ 1 bilhão para investir a partir do ano que vem. Claro que a gente entende, porque é um ano eleitoral. Então, tem que fazer a campanha e demonstrar que está trabalhando em prol da Cidade de Porto Alegre. Além disso, relatou na sua fala de que os cobradores cometem um crime ontem, crime é colocar e demitir mais de 3 mil cobradores, crime é deixar as famílias na situação de miséria, crime é não respeitar a participação cidadã de Porto Alegre, que se caracteriza como referência



internacional. Obrigado. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de comentar a fala do colega. Felisberto, realmente, é um crime o que está acontecendo na cidade, também falando sobre a saúde, que está sucateada. Então, é terrível, nós temos exemplos de outros estados, que essa administração que vai vir para a saúde, ou já está, porque está uma bagunça, ninguém sabe de nada, vai só piorar. E o problema piora para os mais necessitados. Bom, eu gostaria de falar sobre o nosso *jetom*, que é uma dúvida sempre. Eu necessito desse *jetom* para o meu transporte e vir para cá. Acredito que várias pessoas também, algumas não, mas muitas sim. É uma incógnita, porque o colega Felisberto recebeu no dia 04, não sei quem mais recebeu, mas eu até agora não recebi. Isso é complicado, porque a antiga secretária, a Aline, fazia de 3 em 3 meses e era certinho, de 3 em 3 meses, no 5º dia útil a gente recebia. Agora nós temos o atraso de quase 3 meses, recebemos um mês e sempre com atraso. Então, eu gostaria de saber o que realmente está acontecendo. Por isso eu faço este questionamento aqui, para ficar relatado aí. E quero resposta, porque até agora um fala uma coisa, outro fala outra e ninguém explica com exatidão o que está acontecendo. Obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, na verdade, o SAERGS recebeu uma denúncia, mas eu trago como alerta para a secretaria, é um assunto recorrente também. Trata-se do protocolo que antes funcionava aqui, onde ficam os processos armazenados, foi para o Edifica Porto Alegre, foi para não sei onde e voltou para cá. Na verdade, o que nos foi relatado, e tem um grupo de 5 ou 6 CCs, eu não tenho nenhum problema com CCs, para deixar bem claro. O problema é que as pessoas, pelo o que foi relatado, não conhecem nada do assunto e o armazenamento e a manipulação dos expedientes, propriamente dito, estão sendo feitos por 2 ou 3 estagiários, que também não têm nenhuma experiência ou conhecimento do assunto. O que vem acontecendo? Disso eu mesmo sou testemunha, a prefeitura tem perdido muitos processos, mas muitos processos mesmo. O que acontece, os técnicos, os servidores da Prefeitura na intenção de tentar resolver essa situação, isso sempre foi feito, tentam criar um novo processo, processo B. Às vezes até pedem auxílio para trazer um parecer, para fazer uma planta, aprovar, ou seja o que for, para tentar reconstituir o processo. Eu estou relatando o que nos foi passado, recebe uma identificação do mesmo número e com a letra B. Só que a PROCEMPA abre, registra esse processo no SEI como sendo o processo original. E acontece que o processo original realmente nunca mais vai ser achado, porque não tem como. No momento em que for procurar o processo número tal pelo SEI vai chegar naquele processo reconstituído, segundo o que nos é relatado, que é impossível pegar um processo desses e reconstituir todo ele. Ninguém consegue com muita boa vontade dos técnicos da prefeitura, dos funcionários, das partes, reconstituir partes do processo. Eu trago como um alerta, porque seja repassado. Assim, há muitos anos que os técnicos da prefeitura vêm falando e denunciando a questão do protocolo, que para alguns protocolo é protocolo, é empilhamento de processos. Só que toda a história, inclusive, a pouco o Jorge Jesus falou que não dá para trabalhar em Porto Alegre, mas no momento em que perde um processo, realmente, o proprietário, a economia da cidade, o arquiteto responsável, o engenheiro responsável, o cliente, é todo um circuito que fica prejudicado. Então, eu acho que merece passar isso para a secretaria, tem que ter uma situação urgente para tratar desse assunto. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Colega, Conselheiro, Hermes. Vou fazer uma pequena observação sobre esse assunto, porque me toca bastante, eu faço parte de um grupo que reúne em torno de 200 arquitetos e engenheiros que operam a aprovação de



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

672 projetos em Porto Alegre. Nós estamos na luta há bastante tempo, já tivemos várias
673 reuniões, prefeito, secretário da SMDE, o Secretário Cidade, estamos muito cientes disso
674 que está acontecendo e tomando algumas ações. Eu fico contente que a tua
675 manifestação, por tu seres do Sindicato dos Arquitetos, entre nessa luta também. E
676 gostaria também de ter o prazer de ver o IAB fazendo a mesma coisa. O grupo que eu
677 pertencço, que a gente está organizado, que temos reuniões e estamos convocando o
678 prefeito para uma nova reunião para fazer o balanço da última, que não aconteceu nada. O
679 Secretário Cidade nos enrolou do início ao fim. Esse grupo é da Rede Gaúcha de
680 Arquitetos e Engenheiros. Nós estamos fazendo uma série de atividades. No ano que vem
681 nós vamos entrar com uma revista digital, onde vamos interagir com toda a sociedade, em
682 particular com os engenheiros e arquitetos que trabalham com a questão de licenciamento
683 de projetos em Porto Alegre. Então, provavelmente, vou te trazer mais informação, trazer
684 para o conjunto aqui mais informações do que nós estamos a fazer. A crise é grande, é
685 enorme, um absurdo. Se tu queres um processo para fazer uma reforma, vai pedir o
686 processo para ver o que tem lá dentro, o que chamamos de vista ao processo, que quando
687 estávamos no Aprova Já, tu chegavas ao balcão, em 10 minutos estava com o processo
688 analisando. Hoje tu entras no sistema eletrônico, que se tu tiveres paciência de passar um
689 dia no computador vendo, ele vai abrir talvez algum horário, talvez, dali a 30 dias talvez. Eu
690 tenho aqui registrado no meu telefone, foi aberto vista ao processo para o dia 1º de janeiro,
691 aí mandei a tela do computador, fiz o *print* e mandei para o Secretário Cidade. Pô, além de
692 não marcarem, marcam para o dia 1º de janeiro. Vai ter expediente na prefeitura? Claro
693 que não! A coisa está tão desorganizada que além de nós não termos acesso, eles não
694 têm o controle do sistema que estão usando. A observação era sobre isso. Passo a
695 palavra para o Emerson. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos**
696 **no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só queria deixar bem claro,
697 principalmente aos funcionários, servidores da prefeitura, que quando a gente traz esse
698 tipo de alerta, de denúncia, é no sentido de melhorar. Parece que as pessoas ficam
699 constrangidas, como se estivesse atacando elas. A gente sabe que é uma estrutura, não é
700 deste governo também, não estou dizendo que é deste governo, mas que tem que ter
701 algum tipo de encaminhamento. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**
702 **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os funcionários que trabalham com
703 licenciamento estão em uma situação de constrangimento frente a profissionais como nós
704 que trabalhamos do outro lado do balcão. Essa é a situação colocada. **Emerson**
705 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
706 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Só para reforçar, eu já pedi há
707 algumas reuniões a presença do Secretário da SMDE aqui, para a gente tirar algumas
708 dúvidas em relação à aprovação de processo, do trabalho das comissões. Então, eu acho
709 importante reforçar esse pedido para o secretário vir aqui conhecer o Plano Diretor, porque
710 eu não recorro dele ter vindo aqui desde o seu início de mandato. Então, seria importante
711 ter a presença do secretário. Eu quero colocar aqui a importância da construção civil na
712 infraestrutura da cidade, até pelo processo que nós visualizamos a apresentação aqui, é
713 uma ligação muito importante para a cidade, a Granja Bela Vista, que faz a ligação entre a
714 Jorge Pereira Nunes e Costa Gama, é um atalho que hoje não dá para cruzar nem de
715 trator, mas com esse empreendimento vai facilitar, vai dar acesso a outras vias internas da
716 Vila Nova ali, que facilita o trânsito e tira aquele cotidiano da Costa Gama, Edgar Pires de
717 Castro. Então, vai ser uma baita ajuda para a cidade e para o transporte. E mais uma vez
718 reforçar a questão das áreas rarefeitas nas vias arteriais. Esse é um dos motivos que
719 existe esse grande número de AEIS gravado, porque as vias têm toda a estrutura, cruza,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

ônibus, cruza água, cruza luz, mas é rarefeita, ninguém vai construir em área rarefeita. Então, daí acontece essa situação do pessoal promover AEIS. Se nós olharmos aquele empreendimento é praticamente uma ilha, não tem infraestrutura no entorno, mas vai ser importante para aquela região ali, como foi o Alphaville, que fez a ligação nas Três Meninas, que era buraco e pedra, ninguém cruzava por lá. Então, esses grandes empreendimentos trazem sim benefício para a cidade. Eu estava analisando também esse processo da empresa que vai atender a Havan, também vai ser outro de grande importância, porque a Fernando Ferrari se ligar até a Arena, futuramente, é uma paralela a Sertório. Então, é mais um benefício para a cidade de atender a infraestrutura, já que a gente sabe que o município não tem condições de atender toda a infraestrutura da cidade. Então, os empreendedores são muito importantes nesse ponto. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, conselheiros, conselheiras, eu queria me reportar á questão ligada ao TC, eu já venho trazendo esse tema para o grupo, apesar de algumas considerações de que aqui não seria o espaço mais apropriado. Por outro lado, a questão da comunicação, que é importante. E recordando que a Unidade de Triagem de Compostagem da Lomba do Pinheiro tem dentro dessa uma associação e essa associação é basicamente de mulheres chefes de famílias. São mais de 90 mulheres e a maioria delas negras e chefes de famílias. Eu faço esse relato porque o DMLU em Porto Alegre acabou com quase todos os conveniamentos da questão assistencial e da alimentação. Então, agravou muito o problema, porque lá eles recebem apenas o lixo hospitalar, eles não tem recebido o lixo prioritário. E nós temos tido problemas graves no entorno com a própria questão da empresa que ganhou a competição, a licitação, nós temos no entorno vários clandestinos com trabalho escravo, com queima de materiais, criando um problema terrível, fora a questão que lá é basicamente isso. Eu já havia sugerido que as empresas vencedoras teriam que fazer o asfaltamento ali de forma diferenciada, porque são cargas, os 30% do lixo que vai lá para Minas, para o outro lado da cidade, depois de feita a compostagem, mais esse agregado, que é a questão dessas mulheres. Bom, o que nós temos feito, Presidente, nesse sentido? Nós temos feito com a UERGS, fizemos em duas semanas uma coleta de meia tonelada de alimentos, desde leite, material de higiene, todos os gêneros possíveis. Fizemos um levantamento bem científico mesmo, quanto gasta/dia, bem didático, estatisticamente de quanto vai se café, leite, ajudamos a reconstruir a horta, estamos fazendo tudo isso. Nós fizemos uma rearticulação na cidade com todos esses galpões para retomarmos essa política que está gravíssima. Voltando para o nosso quintal da Lomba do Pinheiro, conseguimos fazer determinada manutenção nesse momento de alimentação, porque a renda caiu muito por esse tipo de material que vai para lá, não passa de R\$ 600,00 mensal, são chefes de família em uma média de 3 filhos por família. Então, nós vamos fazer o natal dos catadores. Vai ser lá na quadra da Vila Mapa, dia 14, onde incluímos a UERGS. Todo recebimento de alimentos não é feito por ninguém fora da UERGS, para legitimar o processo, porque nós não trabalhamos com questões assistencialistas, nós estamos requalificando junto á economia solidária essa população e estamos trabalhando com a prefeitura nesse sentido de fazermos a volta desse conveniamento. Então, será no dia 14, a partir das 14 horas, na quadra da Vila Mapa, na Unidos da Vila Mapa. Nós não conseguimos levantar fundos para os brinquedos das crianças, que nós queremos alugar de 2 a 3 brinquedos, que deve dar em torno de (Inaudível). Então, estou vindo aqui, como as coisas conosco lá são bem publicizadas, para não haver nenhum problema, nós estamos pedindo ajuda. Nós temos CNPJ, tudo para que isso aconteça. Já encomendamos, mas os que estavam tentando nos ajudar não vão conseguir, mas a



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL – CMDUA

alimentação ao menos a gente conseguiu. Se os nobres pares quiserem nos ajudar pode ser feito através da conta, não quero receber em espécie. Pode ser direcionado para essa organização, mas se puderem ajudar nós vamos ficar muito agradecidos. Era isso, obrigada. Ah, só um detalhe, esta árvore que foi cortada aqui no pátio, tem alguma notícia, Presidente? Só para saber, porque eu também não sou da área. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Só uma? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Uma ou dez para mim o choro é o mesmo. Se pudessem dar um retorno, por gentileza. Obrigada. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu esqueci na minha fala de relatar, é uma preocupação a forma como a prefeitura age nas comunidades. E a operação realizada na Vila dos Papeleiros me chamou atenção, ao invés de ser uma ação propositiva, foi uma ação de limpeza e não há nenhum processo de educação com aquela comunidade. Foram lá com a Guarda, com todo um aparato e a comunidade ficou aflita, porque se sentiu agredida. É exatamente a Vila dos Papeleiros. Eu lamento é como que as pessoas que prestam um serviço público se relacionam quando é em uma comunidade. Aquela vila é uma conquista do Orçamento Participativo e não foi na época do PT, foi o José Fogaça que implementou junto com o Tessaro, junto conselheiro DEMHAB, depois aumentaram a Vila dos Papeleiros, mesmo contra toda a discriminação por parte da Associação da Cristovão Colombo. É um empreendimento que está lá, que deve ser olhado de outra maneira, com um projeto educacional. E é lamentável a forma como tratam os de menor poder aquisitivo nesta cidade. É total desconhecimento do que esta cidade produziu através da participação e eu era conselheiro da região do Orçamento Participativo quando foi inaugurada a Vila dos Papeleiros. Então, eu tenho um sentimento muito grande por aquela comunidade e, principalmente, pelo Seu Antonio, que é uma referência lá. (Sinalização de tempo esgotado). Já estou concluindo. Eu quero que fique anotado isso, porque sumiu a prensa que eles ganharam de um grupo Frances, até hoje não deram uma explicação pelo sumiço da prensa. Então, eu acho isso uma agressão à comunidade já agredida há muito tempo, quem conhece aquela comunidade sabe o que eles passaram para realizar o sonho da casa. Eles conquistaram um prédio de assistência social, uma creche, todo um trabalho que deve ser respeitado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigada, conselheiro. Nada mais tendo a manifestar tenham um bom retorno a seus lares. (Encerra-se às 20h00min).

Germano Bremm
Presidente

Secretária Executiva
Relatora